**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

TARCÍSIO DE SOUZA GASPAR

**TAPANHUACANGA EM RUÍNAS
História do Palácio Velho de Ouro Preto (c. 1660-1825)**

**São Paulo
2016**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TARCÍSIO DE SOUZA GASPAR

TAPANHUACANGA EM RUÍNAS
História do Palácio Velho de Ouro Preto (c. 1660-1825)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Laura de Mello e Souza

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G249t Gaspar, Tarcísio de Souza
 Tapanhuacanga em Ruínas: História do Palácio Velho
 de Ouro Preto (c.1660-1825) / Tarcísio de Souza
 Gaspar ; orientadora Laura de Mello e Souza. - São
 Paulo, 2016.
 629 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. Minas Gerais. 2. Minas Setecentistas. 3.
 Escravidão. 4. Chico Rei. 5. Palácio Velho. I.
 Souza, Laura de Mello e, orient. II. Título.

Nome: GASPAR, Tarcísio de Souza.

Título: Tapanhuacanga em ruínas: História do Palácio Velho de Ouro Preto (c. 1660-1825).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Laura de Mello e Souza (orientadora) (USP)

Profª. Dra. Marina de Mello e Souza (USP)

Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves (UFF)

Prof. Dr. Renato Cymbalista (FAU- USP)

Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues (UNICAMP)

Para as minhas meninas, Alice e Maia.

Agradecimentos

As dívidas deste trabalho envolveram muitas pessoas. Agradeço primeiramente à professora Laura de Mello e Souza, por sua generosa e competente orientação. Mesmo aposentada de suas atividades na USP e vindo a residir no estrangeiro, manteve compromisso com seus orientandos que aqui ficaram. Agradeço também às professoras Iris Kantor e Marina de Mello e Souza, integrantes da banca no exame de qualificação. Marina, em especial, atendeu a inúmeros e-mails e solicitações minhas, a esclarecer dúvidas sobre as festas de coroação de reis negros. Devo-lhe também algumas coordenadas sobre a crítica das gravuras de Rugendas, entre outras informações valiosas. Iris, por sua vez, cedeu-me textos e referências bibliográficas. Também ministrou disciplina cujas discussões tiveram impacto nesse trabalho. Ainda na USP, sou grato à Cátedra Jaime Cortesão, concessora de bolsa de pesquisa que me possibilitou pagar a viagem a Portugal.

Aos professores António Manuel Hespanha, Fernanda Olival, Donald Ramos, Timothy Coates, Eduardo França Paiva, Adriana Romeiro, Angelo Carrara e Renato Franco enviei mensagens e *e-mails* a solicitar informações e a pedir ajudas diversas. Todos me atenderam muito gentilmente. Fernanda foi especialmente generosa, ao repassar informações de seu banco de dados acerca dos cavaleiros mineiros que eu pesquisava, pelo que agradeço ao mesmo tempo em que me desculpo pelo trabalho que lhe proporcionei. Ela ainda aceitou o encargo burocrático de assinar como orientadora em Portugal, para que eu pudesse concorrer à bolsa de pesquisa oferecida pela Cátedra Jaime Cortesão. Roberta Stumpf transcreveu na Torre do Tombo, a meu pedido, a habilitação de Henrique Lopes de Araújo, documento que teve peso fundamental nessa tese. Luiz Alberto Ornellas Rezende indicou muitas fontes documentais e referências bibliográficas e foi um interlocutor valioso sobre as coisas de Vila Rica. Ivo Porto de Meneses cedeu-me texto seu de difícil acesso, além de imagens e fotos do Palácio Velho oriundos de seu arquivo pessoal. Carlos Leonardo Kelmer Mathias passou indicações documentais e bibliográficas. Com Donald Ramos troquei correspondência acerca do capitão-mor de Vila Rica, personagem que ele tão bem estudou. Agradeço ainda a Cleber de Araújo Cabral, que me transmitiu livro por ele organizado.

O professor Guilherme Neves leu e comentou trechos do trabalho, quando a redação principiava. Foi sempre um interlocutor valioso. Em eventos acadêmicos onde expus partes do trabalho, recebi contribuições e críticas dos professores Rodrigo Ricupero, Maximiliano Menz e Maria Fernanda Bicalho. Na esfera acadêmica, sou

grato, por fim, aos professores integrantes da banca avaliadora na defesa da tese.

Nos arquivos pude contar com o auxílio de profissionais competentes, entre as quais destaco os funcionários da Sala de Leitura do Arquivo Distrital de Braga. Em Lisboa, agradeço aos funcionários da Torre do Tombo e, especialmente, ao Jorge, no Arquivo Histórico Ultramarino, por ter me orientado nas leituras do fundo das Consultas de Mercês Gerais, ao abrigo dessa instituição. Em Ouro Preto, na Casa do Pilar, Carmem Silvia Lemos e Suely Perucci me receberam carinhosamente e foram decisivas no acesso à documentação inédita consultada no depósito da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Carmem intermediou contato com o provedor do hospital e Suely me acompanhou até o depósito, onde achamos documentos que interessaram sobremaneira a essa pesquisa. Ainda quanto à Misericórdia, Angelo Carrara e Renato Franco me transmitiram diversas orientações sobre os fundos setecentistas da Santa Casa, situados na Coleção da Casa dos Contos. Agradeço também a Ângela, funcionária do Arquivo da Casa dos Contos, pelo atendimento que me dispensou. No Arquivo Municipal de Ouro Preto, fui muito bem assessorado por Helenice de Oliveira. Ao ex-colega da PMOP, João Paulo Martins, devo informações sobre os fundos desse arquivo, que ele ajudou a organizar, bem como outros auxílios diversos. Sou grato aos diretores da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, em Ouro Preto, que me permitiram acessar e fotografar o primeiro livro de receitas e despesas da confraria.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus Muzambinho, a concessão de afastamento de minhas atividades docentes nessa instituição, sem o que essa tese não teria sido possível.

A todos os ex-colegas da Secretaria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, onde essa pesquisa nasceu. Em especial, Bruno Tropia e Greiza Tavares dividiram comigo as primeiras pesquisas sobre o Palácio Velho. Algumas fotos utilizadas nesse trabalho tiveram autoria de Bruno.

Os arquitetos Tatiana de Souza Gaspar – por ventura do autor, sua irmã – e Heitor Kooji Mello Matsui elaboraram plantas e levantamentos do Palácio Velho e da casa de Henrique Lopes, pelo que lhes sou muito grato. Tatiana também arranjou e copiou livros e teses, forneceu apoio logístico e ajuda emocional. Muito obrigado. Aos meus pais, Marcos e Helena, o apoio incondicional.

À Usha Vashist a compreensão de minhas prolongadas ausências. Sua participação nesse trabalho foi fundamental, em todos os sentidos.

Essa tese é dedicada às minhas filhas Alice e Maia.

A especificidade da América portuguesa não residiu na assimilação pura e simples do mundo de Antigo Regime, mas na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento estrutural e não institucional: o escravismo.

Laura de Mello e Souza

Resumo

A tese investiga a história do Palácio Velho de Ouro Preto, primeira residência de governadores instalada na antiga Vila Rica, sede política da capitania de Minas Gerais a partir de 1721. Foram analisadas, em especial, a biografia de Henrique Lopes de Araújo, capitão-mor de Vila Rica entre 1713-33 e benfeitor do Palácio; a história do conflituoso processo político consumado nas “entradas”, na fixação e na permanência de governadores no interior do território minerador ao longo das três primeiras décadas do século XVIII; e, por fim, a história do próprio complexo arquitetônico do Palácio Velho no intervalo entre 1717, data de sua construção, e 1734 (intervalo no qual serviu por residência dos governadores da capitania) e no período seguinte, quando a propriedade passou a ser administrada pela câmara (1734-1738) e, logo depois, pela Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica (1738-1825). A pesquisa esmiuçou os interesses envolvidos na exploração da rica lavra de ouro existente no Palácio, relacionados, sobretudo, à irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria (ou Alto da Cruz), na freguesia de Antônio Dias. Os vínculos dessa confraria com o Palácio Velho estiveram na origem do mito de Chico Rei, também avaliado no trabalho. O contexto histórico que caracterizou a biografia de Henrique Lopes de Araújo e a trajetória do Palácio Velho marcou-se pelas especificidades da sociedade colonial. Dialeticamente interligadas ao mundo europeu de Antigo Regime, mas pautadas por relações sociais próprias do escravismo colonial, singularizadas ainda pela natureza da atividade mineradora, as Minas setecentistas propiciaram experiências sociais únicas. Ali, os mecanismos de ascensão social, de dominação senhorial e de resistência escrava adquiriram matizes particulares, parcialmente referenciados nas normas de Antigo Regime, porém também vinculados às relações sociais de tipo colonial impostas pela escravidão adotada em larga escala.

Palavras-chave: Minas setecentistas, Palácio Velho, Chico Rei, escravidão.

Abstract:

This thesis investigates the Ouro Preto Old Palace (“Palácio Velho de Ouro Preto”) history, first governor’s residence installed in the Vila Rica, the Minas Gerais capital from 1721. It was analyzed the Henrique Lopes de Araujo biography, Vila Rica main captain between 1713-33 and the Palace benefactor, also the conflicted historical process of the "entries", fixation and permanence of governors within the mining area over the first three decades of the eighteenth century; and finally, it was studied the Old Palace history between 1717, the construction date, and 1734 (when it served for captaincy governor’s residence) and in the following period, when the property became administered by the camera (1734-1738) and soon after by the Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica (1738-1825). The research discusses the interests involved in the exploitation of the rich gold mining in the Palace, related mainly to the “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria” or “Alto da Cruz”, a slave brotherhood in Antonio Dias district. The link of this brotherhood with the Old Palace gave rise to “Chico Rei” myth also rated at work. The historical context that characterized the Henrique Lopes de Araujo biography and the Old Palace trajectory was marked by the colonial society specificities. The eighteenth-century Minas given place to unique social experiences, dialectically linked to the european *Ancien Régime*, but guided by the colonial slavery social relations, singled even for the mining activities nature. There the social mobility, slaveholder’s domination and slave resistance acquired a particular format, partially referenced in the *Ancien Régime* standards, but also linked to social relations of colonial type imposed by slavery adopted on a large scale.

Keywords: Eighteenth-century Minas; Ouro Preto Old Palace; Chico Rei; slavery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (p. 1).

PARTE I – A PERSONAGEM, O PALÁCIO E O LUGAR (c. 1660-c.1709) (p. 16).

Cap. 1 – Um minhoto enjeitado na sociedade de Antigo Regime (p. 17).

Cap. 2 – Ratinho, abegão, eguariço, assassino e degredado: mobilidade social de um plebeu no Antigo Regime (p. 39).

Cap. 3 – Primeiros palácios: entradas e estadias de governadores nas minas (1700-1709) (p. 64).

Cap. 4 – Morro de Tapanhuacanga: arraiais, conflitos e relações comerciais na formação de Vila Rica (p. 98).

PARTE II – PALÁCIOS DE MINAS (1710-35) (p. 119).

Cap. 5 – O Palácio da Vila do Carmo (1710-1717) (p. 120).

Cap. 6 – Entre pálios, charamelas, içás e macacos: a jornada de dom Pedro de Almeida às Minas e a inauguração das “casas” de Henrique Lopes em 1717 (p. 147).

Cap. 7 – “Como se eu estivesse mui distante”: os palácios de Assumar (1718-1721) (p. 169).

Cap. 8 – “Fundando grande suas casas”: o palácio de governadores de Vila Rica (1721-1735) (p. 191).

8. 1 – Mobiliário e ornamento da casa de Henrique Lopes e do palácio de dom Lourenço e do Conde das Galvêas: um ambiente cortesão nas Minas (p. 201).

PARTE III - UM HOMEM PRINCIPAL NAS MINAS (1710-33) (p. 215).

Cap. 9 – “Capitalista”, “homem laborioso”, “benfeitor”, “Novo rico bisonho” e “interesseiro”: Henrique Lopes de Araújo na historiografia (p. 216).

Cap. 10 – Listas dos Quintos e do Real Donativo: atividades econômicas, mineração e escravos no Termo de Vila Rica (1715-31) (p. 236).

10. 1 – Primeira lista dos quintos: 1715 (p. 238).

10. 2 – Quintos de 1718 e 1719: listas de escravos (p. 254).

10. 3 – Quintos de 1721 e 1722: quantitativos de escravos anônimos (p. 259).

10. 4 – As Listas do Real Donativo (p. 266).

10. 5 – Ferramentas e apetrechos minerários (p. 270).

Cap. 11 - O Capitão-mor de Vila Rica: representações e práticas militares nas patentes de Henrique Lopes (1713-1732) (p. 275).

Cap. 12 - “Esta espécie de Cortes entre gente tão bárbara”: Henrique Lopes nas juntas de procuradores em Minas Gerais (1710-1727) (p. 304).

12. 1 – Juntas na década de 1710 (p. 309).

12. 2 – Juntas da década de 1720 (p. 337).

Cap. 13 – “Servindo esta graça de exemplo para os mais que servem nas Minas”: o cavaleiro Henrique Lopes e as solicitações de hábito da Ordem de Cristo por vassalos mineiros na primeira metade do séc. XVIII (p. 363).

13. 1. Elenco de Casos (p. 365).

13. 2. Análise das solicitações de hábito de Cristo (p. 368).

13. 3. A habilitação de Henrique Lopes: serviços e provanças (p. 379).

Cap. 14 – Senhor de escravos: grupos de procedência, assentos paroquiais e relações de dominação e de resistência entre os escravos de Henrique Lopes (p. 235).

14. 1. Listas fiscais e róis de escravos (p. 396).

14. 2. Registros paroquiais: batismos e óbitos em Antônio Dias (p. 410).

14. 3. Mudanças, transformações e resistências escravas (p. 417).

Cap. 15 – “Com toda a solenidade e esplendor que permitir a terra”: negócios, bens, legados pios e familiares no testamento de Henrique Lopes (p. 425).

15. 1. Créditos e dívidas (p. 425)

15. 2. Joias, imóveis e outros bens (p. 436).

15. 3. Legados pios e familiares (p. 440).

PARTE IV – O PALACIO E O MITO (1733-1825) (p. 454).

Cap. 16 – O legado: interesses e conflitos na transmissão patrimonial do Palácio Velho (1733-1740) (p. 455).

Cap. 17 - Palácio Velho sob a administração da Misericórdia: arruinamento material e reconstrução simbólica (1740-1825) (p. 483).

Cap. 18 – Lenda Admirável: história do mito de Chico Rei (p. 524).

CONCLUSÃO (p. 554)

REFERÊNCIAS (p. 566)

Abreviaturas

ACA – Arquivo da Casa de Avellar

ACC – Arquivo da Casa dos Contos

ACP – Arquivo da Casa do Pilar

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ADL – Arquivo Distrital de Lisboa

AEPAD – Arquivo Eclesiástico da Paróquia da Antônia Dias

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM – Arquivo Público Mineiro

APMOP – Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

BNRJ – Biblioteca Nacional

CC – Casa dos Contos

CDI – Centro de Documentação e Informação

CMOP – Câmara Municipal de Ouro Preto

CMM – Câmara Municipal de Mariana

DSCOP – Depósito da Santa Casa de Ouro Preto

DIHCSP – Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo

HOC – Habilitações para a Ordem de Cristo

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

SC – Seção Colonial

Índice de Figuras

- Figura 1.** Planta da Casa de Henrique Lopes (p. 115).
- Figura 2.** Vista da frente da Casa de Henrique Lopes (p. 115).
- Figura 3.** Vista dos fundos da Casa de Henrique Lopes (p. 115).
- Figura 4.** Vista dos fundos da Casa de Henrique Lopes (p. 115).
- Figura 5.** Casa Bandeirista de Amarantina, atual distrito de Ouro Preto (p. 116).
- Figura 6:** Extrato do *Mappa da Comarca de Vila Rica* (p. 127).
- Figura 7.** Extrato do *Mappa da Comarca do Sabará, pertencente à capitania de Minas Gerais* (p. 134).
- Figura 8.** Extrato do *Mapa das minas de ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence* (p. 141).
- Figura 9.** Extrato do *Mapa das minas de ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence* (p. 141).
- Figura 10.** Ruínas de seteiras militares no interior do Palácio Velho (p. 181).
- Figuras 11.** Vista de Ouro Preto (Freguesia de Antônio Dias) a partir de seteira militar situada em muro do Palácio Velho (p. 181).
- Figura 12.** Vista de Ouro Preto (Freguesia de Antônio Dias) a partir de seteira militar situada em muro do Palácio Velho (p. 181).
- Figura 13.** Implantação atual das ruínas do Palácio Velho e da casa de Henrique Lopes (p. 197).
- Figura 14.** Planta das ruínas do Palácio Velho (p. 198).
- Figura 15.** *Vila Rica*. Johann Emanuel Pohl e Thomas Ender (p. 199).
- Figura 16.** Extrato de *Vila Rica* (p. 199).
- Figura 17.** Extrato de *Vila Rica* (p. 199).
- Figura 18.** Assinatura de Henrique Lopes no Termo de Ereção de Vila Rica. (p. 313).
- Figura 19.** Assinatura de Henrique Lopes de Araújo no Termo de Junta de 7 jan. 1713 (p. 313).
- Figura 20.** *Mappa de Villa Rica* (p. 490).
- Figura 21.** Extrato do *Mappa de Villa Rica* (p. 491).
- Figura 22.** *Fête de Ste. Rosalie Patrone des Nègres* (p. 506).
- Figura 23.** Vista da atual Igreja de Santa Efigênia a partir do Palácio Velho (p. 509).
- Figura 24.** Vista da ladeira de Santa Efigênia (p. 510).
- Figura 25.** Extrato da litografia *Fête de Ste. Rosalie Patrone des Nègres* (p. 517).
- Figura 26.** Frente e verso da fotografia “Trecho Palácio Velho”. (p. 540).

Índice de Quadros

Quadro 1. Moradia dos pais de filhos batizados na igreja de S. A. Gondizalves (1618-91) (p. 23).

Quadro 2. Número de filhos por casal de pais nos batismos de S. A. de Gondizalves (1618-1691) (p. 26).

Quadro 3. Oficiais mecânicos indicados nos óbitos de Alhandra (1634-1690) (p. 43).

Quadro 4. Origem dos noivos de sexo masculino casados em Alhandra (1634-1685) (p. 46).

Quadro 5. Ofícios post-mortem realizados em óbitos de Alhandra (1634-1690) (p. 53).

Quadro 6. Itens, localização e valores da avaliação do Palácio da Vila do Carmo (p. 139).

Quadro 7. Peças, roupas, armações e trastes da casa de Henrique Lopes (p. 203).

Quadro 8. Móveis inventariados no Palácio (primeira e segunda casas) (p. 211).

Quadro 9. Peças em prata lavrada arroladas no testamento de Henrique Lopes de Araújo (p. 213).

Quadro 10. Número de pagamentos, valor médio em oitavas de ouro por pagamento; número de mulheres, de homens e de forros (as) pagantes por arraial no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715 (p. 239).

Quadro 11. Pagamentos por roça, sítio, rancho, engenho, corte e trato de gado em Vila Rica (1715) (p. 242).

Quadro 12. Pagamentos por escravo(s), loja, venda, ofício e olaria em Vila Rica (1715) (p. 242).

Quadro 13. Pagamentos por lavra, faiscação, ouro que tem e número de mineiros por arraial no Termo de Vila Rica/Quintos de 1715 (p. 244).

Quadro 14. Relação dos maiores débitos (a partir de 40 oitavas de ouro) no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715 (p. 249-50).

Quadro 15. Relação dos dez maiores pagamentos do Termo de Vila Rica, Quintos 1715 (p. 251)

Quadro 16. Relação dos dez maiores pagamentos do Termo de Vila Rica, Quintos 1715, considerando-se entradas duplas e triplas (p. 253).

Quadro 17. Número de senhores e de escravos nos arraiais da Freguesia de Antônio Dias (1718) (p. 255).

Quadro 18. Relação dos principais senhores de escravos da Freguesia de Antônio Dias (1718) (p. 256).

- Quadro 19.** Vendas e lojas da Freguesia de Antônio Dias, Quintos de 1718 (p. 257).
- Quadro 20.** Número de senhores e de escravos por bairro na Freguesia de Antônio Dias, Quintos de 1719 (p. 257).
- Quadro 21.** Principais senhores da Freguesia de Antônio Dias, 1719 (p. 259).
- Quadro 22.** Numero de senhores de escravos e de vendas no Termo de Vila Rica, Quintos de 1721 (p. 261).
- Quadro 23.** Relação dos maiores proprietários de escravos do Termo de Vila Rica, Quintos de 1721 (263).
- Quadro 24.** Número de pagantes, número de escravos, número médio de escravos por pagante e número de vendas por arraial no Termo de Vila Rica, Quintos 1722 (p. 264).
- Quadro 25.** Lista dos maiores proprietários de escravos do Termo de Vila Rica, Quintos de 1722 (p. 265).
- Quadro 26.** Lista dos principais senhores de escravos no Termo de Vila Rica, Real Donativo (1729-1731) (p. 269).
- Quadro 27.** Peças e ferramentas minerárias de Henrique Lopes (p. 272).
- Quadro 28.** Relação das armas possuídas por Henrique Lopes de Araújo (p. 302).
- Quadro 29.** Relação dos principais procuradores ao longo dos mandatos dos governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1710-1721) (p. 323).
- Quadro 30.** Relação do número de procuradores atuantes em juntas nos mandatos de governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1710-1721) com sequência no mandato seguinte de dom Lourenço de Almeida (p. 342).
- Quadro 31.** Relação dos principais procuradores de juntas (1710-1727) (p. 351).
- Quadro 32.** Relação de procuradores presentes nas Juntas realizadas nas Minas entre 1710 e 1727 (p. 354-362).
- Quadro 33.** Hábitos da Ordem de Cristo conferidos a vassalos atuantes nas Minas na primeira metade do séc. XVIII (p. 370).
- Quadro 34.** Naturalidade dos mineiros solicitantes do Hábito de Cristo (p. 372).
- Quadro 35.** Naturalidade e localidades de prestação de serviço (p. 373).
- Quadro 36.** Cidades, vilas e localidades referenciadas nos serviços (p. 374).
- Quadro 37.** Início e término de serviços (377) .
- Quadro 38.** Tipos de serviços e índices de ocorrência nos requerimentos de hábito da Ordem de Cristo por vassalos mineiros na primeira metade do século XVIII (p. 383).
- Quadro 39.** Provanças, impedimentos, dispensas e hábitos de Cristo conferidos a requerentes mineiros na primeira metade do século XVIII (p. 386).

- Quadro 40.** Relação das mecânicas, dos pedidos e das concessões de dispensa aos habilitando de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII (p. 387) .
- Quadro 41.** Solicitações de Hábitos da Ordem de Cristo por vassallos mineiros até 1750 (p. 390-94)
- Quadro 42.** Procedência, número e gênero dos escravos de Henrique Lopes em 1718 (p. 396).
- Quadro 43.** Procedência/etnônimo e número de escravos (as) na Freguesia de Antônio Dias em 1718 (p. 400).
- Quadro 44.** Procedência/etnônimo, número e gênero dos escravos de Henrique Lopes em 1719 (p. 403).
- Quadro 45.** Procedência e número de escravos da Freguesia de Antônio Dias, Vila Rica, em 1719 (p. 404).
- Quadro 46.** Procedência/etnônimo, número e gênero de escravos de Henrique Lopes em 1732 (p. 406).
- Quadro 47.** Procedência/etnônimo, número e gênero dos escravos fugidos de Henrique Lopes (p. 409).
- Quadro 48.** Batizados na Freguesia de N. S. da Conceição de Antônio Dias (1712-1731) (p. 411).
- Quadro 49.** Pais, mães e casais nos batizados da Freguesia de Antônio Dias (1712-1733) (p. 412)
- Quadro 50.** Padrinhos e madrinhas nos batismos em Antônio Dias (1712-33) (p. 414).
- Quadro 51.** Relação de Batizados com padrinhos e madrinhas em Antônio Dias (1712-33) (p. 414).
- Quadro 52.** Gênero e condição social nos óbitos da Freguesia de Antônio Dias (1713-29) (p. 416).
- Quadro 53.** Igrejas e capelas nos óbitos da Freguesia de Antônio Dias (1713-29) (p. 417).
- Quadro 54.** Relação dos escravos de Henrique Lopes nos anos de 1718, 1719 e 1732 (p. 423-34).
- Quadro 55.** Peças em ouro e diamante arroladas no testamento de Henrique Lopes (p. 437).
- Quadro 56.** Valores de esmolas (em réis) e número de juizes por devoção na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz (p. 500).

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Número de óbitos pelo número de padres que acompanharam e/ou oficiaram sepultamentos em S. A. de Gondizalves (1618-90) (p. 30).

Gráfico 2. Número de óbitos pelo número de ofícios religiosos realizados em S. A. de Gondizalves (1618-90) (p. 30).

Gráfico 3. Número de óbitos pelo número de missas *pro anima*, prescritas em registros de óbito de S. A. de Gondizalves 1618-1690 (p. 31).

Gráfico 4. Custos totais dos óbitos sucedidos em S. A. de Gondizalves (1618-1690) (p. 32).

Gráfico 5. Número de Pagamentos por valor em oitavas de ouro no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715 (p. 243).

Gráfico 6. Número de senhores por número de escravos na Freguesia de Antônio Dias (1718) (p. 256).

Gráfico 7. Número de senhores por número de escravos no plantel na Freguesia de Antônio Dias. Quintos de 1719 (p. 258).

Gráfico 8. Número de senhores por número de escravos no Termo de Vila Rica (1721) (p.262).

Gráfico 9. Número de pagamentos por número de escravos no Termo de Vila Rica, Quintos de 1722 (p. 264).

Gráfico 10. Número de Pagamentos por número de escravos no Termo de Vila Rica, Real Donativo (1729-31) (p. 269).

Gráfico 11. Número de procuradores por número de juntas (1710-1720) (p. 322).

Gráfico 12. Número de procuradores por número de juntas (1722-1727) (p. 343).

Gráfico 13. Número de procuradores por número de juntas (1710-1727) (p. 350).

Gráfico 14. Evolução das receitas anuais em réis arrecadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria (ou Alto da Cruz), entre 1726-1825 (p. 497).

Gráfico 15. Evolução da arrecadação (em oitavas de ouro) das cinco invocações devocionais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica (p. 499).

Introdução

Esta tese investiga a história do Palácio Velho de Ouro Preto, primeira residência de governadores instalada na antiga Vila Rica, sede política da capitania de Minas Gerais. Mandado erigir em 1717 pelo minerador Henrique Lopes de Araújo, capitão-mor de Vila Rica entre 1713-33, o prédio que viria a ser conhecido pelo nome de Palácio Velho serviu por morada aos governadores Conde de Assumar (por breves períodos nos anos de 1717 e 1720), dom Lourenço de Almeida (1721-32) e Conde das Galvêas (1732-35). Com a morte de seu benfeitor, em 1733, o complexo palaciano, que incluía casas, senzalas e ainda uma das mais ricas lavras de ouro de Vila Rica, ficou disponível aos escravos daquele senhor por período de um ano após a sua morte, conforme determinação testamental prescrita pelo próprio, depois do que a propriedade verteu às mãos da câmara de Vila Rica e, em seguida, foi aplicada como legado fundador do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.

Tanto a câmara quanto a Misericórdia realizaram arrendamentos da lavra de ouro, a ceder por contratos trienais o direito de exploração a mineradores interessados. Inicialmente, os pregões atingiram valores altíssimos, superiores a um conto de réis por ano de usufruto. A partir de meados da centúria, no entanto, com o esgotamento das jazidas auríferas, a propriedade perdeu muito de seu valor econômico, o que ocasionou dificuldades financeiras à Misericórdia, dependente dos recursos oriundos dos arrendamentos, cujos preços decaíram sensivelmente desde então.

Arruinada já no primeiro quarto do século XIX, a antiga residência de governadores tornou-se, todavia, o núcleo de uma lenda afro-brasileira. Segundo essa, um africano de origens reais traficado como escravo para Vila Rica teria trabalhado na mina do Palácio Velho e, com os recursos ali obtidos, fundado a irmandade de escravos de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, uma das mais importantes confrarias negras das Minas setecentistas. Coroado novamente nas Minas por sua gente e pelos confrades negros que ajudou a alforriar, Chico Rei, como passou a ser chamado, é considerado o mito originário das festividades de congado e de coroações de reis negros até hoje celebradas no Estado de Minas Gerais e alhures. Tida por relato mitológico desprovido de prova documental, a narrativa de Chico Rei sempre passara por história meramente lendária ou folclórica, senão inventada ou forjada. Em 2009, o pesquisador Alessandro Dell'Aira demonstrou que uma importante gravura do pintor alemão J. M. Rugendas, publicada em *Viagem Pitoresca através do Brasil* (a primeira edição francesa datou de 1835), a retratar festa de coroação de reis negros, imagem cujo referencial fora

identificado de maneira imprecisa ou errônea, reportava-se na verdade a uma festa promovida pela irmandade do Alto da Cruz, sucedida precisamente no interior do Palácio Velho.¹ Essa descoberta reacendeu a discussão sobre a historicidade do mito de Chico Rei, questão polêmica que permanece em aberto e será avaliada nesse trabalho.

À revelia de umas poucas referências, eivadas de erros, a história do Palácio e de seu benfeitor são temas virtualmente desconhecidos e inexplorados na historiografia relativa às Minas setecentistas. Essa lacuna chama tanto mais atenção porque os temas tiveram impacto decisivo na conformação histórica do novo território e relacionaram-se com instituições importantes, como a Santa Casa de Misericórdia, a câmara de Vila Rica e a própria secretaria de governo, através da qual se definiu a sede política da capitania de Minas Gerais. A biografia de Henrique Lopes de Araújo é igualmente mal estabelecida, apesar de alguns autores citarem dados esparsos de sua vida e de sua atuação nas Minas. Comparado muitas vezes ao célebre e ardiloso Pascoal da Silva Guimarães, principal “cabeça” da Revolta de Vila Rica em 1720, Henrique Lopes era seu contraponto ideal: bem comportado, dócil, amigo das autoridades, interessado na própria sorte, sequioso de honrarias, em busca do que se aliou a governadores e tornou-se receptivo às intenções metropolitanas. Essa imagem caricatural será alvo de discussão nas páginas seguintes.

Por outro lado, a respeito do Palácio Velho as informações são contraditórias e lacunares. Tem-se ignorado a própria existência desse prédio e não será incomum encontrar referências errôneas sobre a disposição dos espaços de poder de Vila Rica nos primeiros tempos. Designadamente, o Palácio de Governadores (atual Escola de Minas) postado no morro de Santa Quitéria (atual Praça Tiradentes) a marcar o centro político da capital e a unir as freguesias/arraiais de Antônio Dias e Pilar só veio a ser construído a partir de 1740, após um longo período itinerante, em que os generais dependeram da boa vontade de poderosos locais para obter um teto – fato que permanece pouco sabido.² Eventos e processos posteriores associados ao Palácio Velho, como a instituição da Santa Casa de Misericórdia e o mito de Chico Rei, restam na sombra ou

¹ DELL'AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei”. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2009, n. 9/10 setembro de 2009, p. 137-147.

² A recente e importante tese de Rodrigo Bastos exemplifica a forma como o conteúdo permanece, em grande medida, desconhecido. Reproduzindo opinião corrente na historiografia, o autor considera que o governador Antônio de Albuquerque, ao fundar Vila Rica na junção dos arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias, já tivesse em mente, em 1711, “a hierárquica e estratégica situação de edifícios político-administrativos (palácio dos governadores e câmara) no cume do Morro de Santa Quitéria, que então dividia, mas passou a unir, os dois arraiais”. BASTOS, R. A. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo, FAU/Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado, p. 106.

mesmo ignotos.³ Nesse sentido, a presente tese vem corrigir certos dados documentais, trazer outros à tona e, sobretudo, compreender e problematizar historicamente tais objetos de estudo. Tratou-se de caracterizar a história de um *lugar*, de um complexo arquitetônico, e das pessoas que nesse lugar viveram em Vila Rica, nas Minas setecentistas.

O benfeitor foi mais referenciado que o seu palácio e os seus escravos, o que não implicou em muito. Figura típica e *sui generis* dos primeiros tempos, Henrique Lopes de Araújo acotovelou-se junto a outros arrivistas e aventureiros e avistou-se com os desbravadores paulistas e taubateanos quando tratavam de povoar os veios do Tripuí. Sabemos que o sítio do qual se apossou no arraial de Antônio Dias fora ocupado por ele e seus escravos por volta de 1703. Nos próximos trinta anos ali permaneceu, amalhando a duras penas lustro social proporcional à riqueza que seus cativos extraíam dos ribeiros de Antônio Dias e da rocha formadora do morro de *Tapahuacanga*, onde se escondiam as matrizes mais ricas. Essa lavra foi, sem dúvida, uma das mais rentáveis de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII – afirmação que procuramos comprovar empiricamente. Posto fosse cristão-velho, Henrique Lopes envolveu-se ainda no comércio. Na chegada às Minas, tratou da abertura de um açougue, negócio em que forasteiros como ele, oriundos do Rio de Janeiro, haviam se especializado, despertando a animosidade de paulistas descobridores. Esse comerciante-minerador tornou-se notado a partir da década de 1710, quando assumiu o posto de capitão-mor das ordenanças de Vila Rica e sua comarca, atuou em contendas políticas diversas (como na revolta contra o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa em 1718 e, no ano seguinte, na repressão à ameaça de sublevação escrava) e passou a frequentar ambientes reservados aos homens principais, como as juntas de procuradores que discutiram os métodos de recolhimento do quinto. Em dezembro de 1717, recepcionou e abrigou o Conde de Assumar na chegada e na estadia desse governador em Vila Rica, para o que erigira uma casa doada à residência do general. Quase três anos depois, teve atuação notável (e polêmica) na repressão à revolta deflagrada em Vila Rica, pelo que mereceu um agradecimento régio e uma promessa de mercê. Após esse evento, o palácio que dedicara a Assumar transformou-se, enfim, na residência oficial dos governadores da capitania. Até sua morte em 1733, Henrique Lopes foi anfitrião vizinho dos generais e esteve literalmente *ao lado* das demandas relacionadas ao controle político das Minas.

³ Júnia Furtado destacou que o estudo do mito de Chico Rei constitui lacuna ou campo aberto ainda inexplorado na historiografia relativa às Minas. FURTADO, J. F. “Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial”. *História da Historiografia*, n. 2, março de 2009, p. 116- 162.

Os registros concentraram-se sobre os últimos vinte anos de vida da personagem, mas isso não significou que sua trajetória pregressa fosse destituída de interesse. Nascido no Minho em altura desconhecida da década de 1660, rebento sacrílego de um padre, Henrique Lopes foi criança exposta no Hospital da Misericórdia de Braga. Repassado a uma ama-de-leite, tornou-se “criado” na paragem rural de Gondizalves, próxima a Braga. Entre a infância e a juventude trabalhou em diferentes ofícios plebeus, convivendo nos meios camponeses do Minho e de Lisboa, região para a qual migrou após deixar a residência dos pais adotivos. Fixou-se afinal em Alhandra, uma movimentada vila às margens do Tejo, a poucas léguas da Corte. Ali contraiu matrimônio com uma plebeia local. No entanto, a biografia trivial de um camponês lusitano sofreu reviravolta após o mesmo cometer crime de assassinato, por motivo desconhecido. Condenado a pena de degredo para o Rio de Janeiro, por período de dez anos, o minhoto jamais tornou à terra natal. Aportando na praça carioca, dedicou-se à atividade típica dos degredados e dos demais plebeus lusitanos radicados na América: o pequeno comércio. Em pouco tempo, já havia adquirido bem de raiz, uma loja aberta, e também escravos. Quando soaram as vozes indicativas da descoberta de ouro, partiu para o sertão, a exemplo de outros comerciantes do Rio de Janeiro, como Pascoal da Silva Guimarães, e assim como eles optou por fixar-se nas encostas dos morros que rodeavam os arraiais de Padre Faria, Antônio Dias e Ouro Preto – o sítio predileto de caixeiros e aventureiros oriundos da praça carioca. Desse ponto em diante, até o longínquo momento em que, no leito derradeiro, Henrique Lopes, filho sacrílego, enjeitado, criado de servir, camponês mecânico, assassino, degredado, taverneiro, açougueiro e, por fim, riquíssimo minerador, capitão-mor e homem principal de seu distrito, tornou-se agraciado com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, lá se foram três décadas, nas quais a aventura das Minas revelou-se prodigamente terrível e fantástica.

Nesse percurso biográfico, visitam-se episódios cruciais da história colonial mineira entre fins do século XVII e a década de 1730: o movimento desbravador e a ocupação inicial da região das Minas Gerais; a estruturação das atividades econômicas de cunho agrominerador e comercial; os conflitos entre forasteiros e paulistas, que redundaram na Guerra dos Emboabas; a formação institucional do governo durante a década de 1710 e as rusgas quanto à cobrança dos quintos; as conspirações e as revoltas ocorridas entre 1715 e 1720, nas quais a figura do capitão-mor interveio diretamente; a criação da Capitania de Minas Gerais e os mandatos de dom Lourenço de Almeida

(1721-1732) e do Conde das Galveas (1732-1734), gerais residentes no Palácio encravado no morro de Tapanhuacanga. Na trajetória de Henrique Lopes destacam-se a ascensão social da personagem e a exploração que faz dos espaços e das oportunidades de enriquecimento e de alcance de distinções sociais. Além disso, sua vida ainda lança luz sobre o período imediatamente anterior à descoberta do ouro, no último quarto do século XVII, quando a criança abandonada, nascida e crescida no Minho, tornou-se camponês em terras lisboetas e depois agente comercial no Rio de Janeiro. Essa movimentação pessoal permite investigar as relações sociais e econômicas travadas entre os dois lados do Atlântico.

Enterrado com pompas na capela-mor da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, de que fora benfeitor, o ilustre defunto partiu para o mundo celestial talvez temeroso da sorte que o esperava além-túmulo – e daí porque prescreveu o consumo de grossos cabedais em ofícios pios, destinados a livrar sua alma do fogo do Purgatório. Entretanto, antes de partir, em seu testamento, legou ao mundo dos vivos a história de contendas que seus bens despertariam a seguir. Uma cláusula testamentária reservava a exploração da lavra para usufruto de seus escravos no ano consecutivo, *post-mortem*. Outra repassava parte das propriedades imobiliárias (a saber: o Palácio onde residia o governador, a casa de morada do capitão-mor, as senzalas e a lavra de ouro) à tutela da câmara de Vila Rica, delegando-lhe a administração dos legados após o término do asilo concedidos aos escravos. Uma acérrima disputa abriu-se então, envolvendo os diferentes interessados na exploração do tesouro ainda oculto naquelas lavras de ouro. Pouco depois, essa disputa viria a afetar a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.

Fez-se menção aos escravos de Henrique Lopes, personagens centrais dessa trama e sobre os quais, não obstante as informações levantadas, ainda pouco se sabe. Tal plantel de cativos chegou a ser o de maior envergadura de Vila Rica. Majoritariamente africanos, de diferentes procedências, esses escravos cuidaram não só do trabalho minerador, mas também do trato da casa senhorial. Tomaram parte nas pelepas em que o senhor interveio. Armados, defenderam os interesses de seu partido. Foram eles os responsáveis pelo acúmulo de capitais e de recursos simbólicos concentrados nas mãos do proprietário. Foram eles, enfim, a base de tudo o que foi conquistado e obrado pelo capitão-mor. Com a morte dele, suas histórias não se esgotaram. Ao contrário, iniciaram-se ali novos arranjos que permitiram a esses escravos o usufruto de retribuições pelos serviços prestados. O direito de exploração da

lavra de ouro, em proveito próprio, foi apenas um dos benefícios alcançados.

Por fim, coube avaliar a história do complexo arquitetônico do Palácio Velho no intervalo entre 1717, data de sua construção, e 1734 (intervalo no qual serviu por residência dos governadores da capitania) e no período seguinte, quando a propriedade passou a ser administrada pela câmara (1734-1738) e, logo depois, pela Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica (pós 1738). A pesquisa esmiuçou os interesses envolvidos na exploração da rica lavra de ouro existente no Palácio, sobretudo no que diz respeito à relação com a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria (ou Alto da Cruz), na freguesia de Antônio Dias. Os vínculos dessa confraria com o Palácio Velho estiveram na origem do mito de Chico Rei.

A experiência histórica que norteou a biografia de Henrique Lopes de Araújo e a trajetória do Palácio Velho marcou-se pelas especificidades do meio colonial e, especialmente, pela constituição da sociedade mineira na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com recente produção historiográfica preocupada em rediscutir a sociedade colonial nas Minas, suas formas de representação simbólica, de reprodução material, de articulação política e de conflito social. Dialeticamente interligadas ao mundo europeu de Antigo Regime, mas pautadas por relações sociais próprias do escravismo, singularizadas ainda pela natureza da atividade mineradora, as Minas setecentistas propiciaram experiências sociais únicas. Ali, os mecanismos de ascensão social, de dominação senhorial e de resistência escrava adquiriram matizes particulares, parcialmente referenciados nas normas de Antigo Regime, porém também vinculados às relações sociais de tipo colonial impostas pela escravidão adotada em larga escala.

O melhor do debate historiográfico desenvolvido nas décadas de 1970 e 1980, não obstante as acentuadas divergências, compartilhou a perspectiva de que a sociedade criada na América Portuguesa diferenciou-se de sua matriz metropolitana, senão pelos vínculos de dependência colonial – cujo formato e intensidade foram objeto de controvérsia – certamente pela onipresença da escravidão, a determinar relações sociais específicas, muito distintas das verificadas nas sociedades europeias à mesma época.⁴

⁴ Cf. NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989; CARDOSO, C. F. S. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984. Do mesmo autor *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979 e ainda *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. KARASCH, M. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000. MATTOSO, K. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização

Contudo, na última década do século passado e na primeira do atual, uma nova corrente historiográfica enfatizou vínculos e estabeleceu relações entre o mundo colonial e a sociedade de Antigo Regime lusitana, pensados, na esteira de Charles Boxer, como um império, organizado por princípios, instituições e valores em comum, projetados a partir da matriz europeia.⁵ Inspirados nessa perspectiva, diversos trabalhos dedicados à história das Minas setecentistas surgiram nos últimos anos. Ao criticarem a separação dicotômica entre metrópole e colônia, esses estudos propuseram a extensão de valores e de práticas sociais de Antigo Regime também no interior das Minas, com maior ou menor atenção à especificidade do meio colonial e à singularidades da sociedade mineradora.⁶

Brasileira, 2005; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 209-223. LARA, S. H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. NEVES, G. P.; VAINFAS, R. “Antigo Regime”; e VAINFAS, R. “Antigo Sistema Colonial” in *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 46-48.

⁵ FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. “Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. N. 23 (2000): 67-88.

⁶ FURTADO, J. F. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006; BICALHO, M. F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; da mesma autora “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, N. G.; CARDIM, P.; CUNHA, M. S. da (Orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 73-97. MATHIAS, C. L. K. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado. COSTA, A. P. P. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares nos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro, IFCS/PPHS/UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado. MATA, Karina Paranhos da “Representação social e Riqueza nas Minas do Ouro: perfil dos proprietários de escravos na primeira metade do setecentos”. *Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 2006. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_119.pdf. Acesso: 02 de fev. de 2013.

ALMEIDA, C. M. C. de. “Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados” In: FRAGOSO, J. & ALMEIDA, C. M. C. & SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193. Da mesma autora, “Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa” *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação*. Mariana: Ed. UFOP, 2009, p. 1-13. E ainda: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: PPGH, Universidade Federal Fluminense, 2001. Tese de Doutorado. LARA, S. H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. FIORAVANTE, F. “Às custas do sangue, fazenda e escravos”: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711-c.1736. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS/IFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado. STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado. ALMEIDA, C. M. C. “Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa” *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação*. Mariana: Ed. UFOP, 2009, p. 1-13. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução*

A inserção da América portuguesa nos quadros de um Antigo Regime replicado nos trópicos tem suscitado, todavia, outros problemas. A questão decisiva diz respeito ao entendimento do papel da escravidão. Seria possível assimilar o sistema escravista válido no Novo Mundo às relações estamentais ou corporativas predominantes em Portugal e em outras partes da Europa, assentadas na ancestral divisão tripartida das ordens sociais, que tinha sua razão de ser num complexo e também secular corpo doutrinário jurídico-teológico?⁷ A estrutura trina que norteou por quase um milênio a sociedade europeia pôde adaptar-se ao emprego maciço da escravidão?⁸ Em que medida a relação senhorial travada com escravos ameríndios, africanos e crioulos se pautou por mecanismos equiparáveis aos vínculos mantidos por senhorios nobres e eclesiásticos com seus respectivos lavradores, servos, criados, fâmulos e trabalhadores? Do ponto de vista dos proprietários, tornar-se senhor de terras e escravos no Brasil podia equivaler à condição privilegiada desfrutada por clero e nobreza no Reino? Regido por relações mercantis, o transplante forçado e em larga escala de trabalhadores escravizados para a América travou paralelo com a demografia ruralizada das sociedades de Antigo Regime? No que diz respeito à classe mecânica e de trabalhadores braçais, estar submetido ao escravismo tal como praticado na colônia, sob jugo cultural, religioso, social, político-civil e econômico, valia o mesmo que empregar-se como plebeu em atividades produtivas destinadas à sustentação das classes privilegiadas em Portugal? Escravos, forros e livres “de cor” seriam as variantes tupiniquins de servos, criados e fâmulos lusitanos? As relações de dominação e de resistência próprias do escravismo não teriam resultado de *experiências* distintas?⁹

Contrapondo-se à leitura de que a escravidão adaptou-se perfeitamente aos parâmetros de Antigo Regime, esse trabalho pretendeu demonstrar que a sociedade desenvolvida nas Minas setecentistas orientou-se com base em fatores específicos daquela realidade, na qual a escravidão desempenhou papel central e alterou

social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010. FIORAVANTE, F. *Os bons homens das Minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711-1750.* Rio de Janeiro: PPGHS/IFCS/UFRJ, 2012. Tese de doutorado. MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756.* Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

⁷ XAVIER Â. B. & HESPANHA, A. M. “A representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal*, v. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 121-155.

⁸ DUBY, G. *As Três Ordens ou o imaginário do Feudalismo.* Lisboa: Estampa, 1992. GODINHO, V. M. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa.* Lisboa: Editorial Arcádia, s/d. HANSON, C. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco.* Lisboa: Dom Quixote, 1986.

⁹ LARA, S. H. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, n. 12, 1995, p. 43-56.

significativamente a normatização social imposta a partir da metrópole. Não se quis, com isso, negar a presença e o papel dos valores sociais de Antigo Regime, sem dúvida influentes na América Portuguesa. Mas tratou-se de definir essa sociedade a partir da interação dialética e dinâmica entre as determinações metropolitanas e as configurações distintivas que marcaram o mundo colonial escravista. Segue-se de perto, nesse quesito, a proposta de interpretação explicitada por Laura de Mello e Souza, a preconizar compreensão matizada dessa sociedade, entendendo-a como expressão “peculiar” do universo de Antigo Regime, caracterizada sobremaneira pelo escravismo, sistematicamente aplicado na produção de gêneros tropicais ou coloniais.¹⁰ O trabalho inseriu-se no entrecruzamento de rica produção historiográfica atual, a explorar senda semelhante, com nuances próprias, na análise da história mineira no século XVIII.¹¹ E, por fim, considerando as historiografias que, nas últimas décadas, respectivamente e de maneira estanque, rediscutiram o problema da escravidão e botaram em causa os modelos explicativos da sociedade colonial, pretendeu-se “conectar” ou entrelaçar essas duas dimensões, tal como proposto por Silvia Lara – muito embora nossas conclusões divirjam das perspectivas apontadas por essa autora, sobretudo no que diz respeito à assimilação entre sociedade de Antigo Regime e escravidão.¹²

O acervo de fontes incluiu todas as referências a envolver, direta ou

¹⁰ SOUZA, L. de M. e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 27-77.

¹¹ SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto. – Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado. ANDRADE, F. E. de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008; da mesma autora *Um Visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001; e ainda “O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas”. In: JANCSÓ, I; KANTOR, Í (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2000, v. 1, p. 301-309. RODRIGUES, A. C. *Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado; do mesmo autor, *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado. RODRIGUES, G. R. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de Mestrado; do mesmo autor *Escravos, índios e soldados: povo, política e revoltas na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado. REZENDE, L. A. O. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2015.

¹² LARA, S. H. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa” BICALHO, M. F. & FERLINI, V. L. A. (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

indiretamente, a personagem de Henrique Lopes de Araújo e/ou o Palácio de Velho de Ouro Preto. Tratou-se, portanto, de investigação orientada pela busca de um ou mais *nomes* que serviram por fios condutores em arquivos e fundos documentais diversos. Esse tipo de pesquisa, associado à micro história, tal como proposta por Carlo Ginzburg, possibilitou a conjugação de diferentes campos da ciência histórica, situando-se a meio termo entre a história serial ou quantitativa, em geral aplicada à longa duração, e a história qualitativa, estritamente biográfica ou de curta duração.¹³

Metodologicamente, a pesquisa efetuou estudo intensivo e entrelaçado de fontes seriais, em escala reduzida, a fim de interligar indivíduos e sociedade, enredando nomes no tecido social em que estiveram inseridos.¹⁴ Buscou-se explorar as potencialidades que o viés quantitativo oferece à história social, entendida em sentido renovado.¹⁵ No cômputo geral, foram avaliados 5.416 registros paroquiais expedidos nas freguesias de Gondizalves, Alhandra (ao longo do século XVII) e Antônio Dias (até década de 1730); elencaram-se 8.651 entradas fiscais relativas ao pagamento dos quintos nos anos de 1715, 1718-19 e 1721-22 e do Real Donativo, entre 1729-31. A partir dessa documentação, trabalhou-se com um universo de 27.114 escravos dados a rol nas listas dos quintos. Nas atas das juntas de procuradores ocorridas entre 1710 e 1727, identificaram-se 823 procuradores, responsáveis por deitar sobre o papel 893 assinaturas de difícil leitura. Levantaram-se ainda quarenta e seis requerimentos ou processos de habilitação na Ordem de Cristo correspondentes a vassallos mineiros na primeira metade do século XVIII. Por fim, fez-se uso avulso de um número incerto de outros registros seriáveis, como róis e censos de moradores, livros de receita e despesa, entre outros. Essa massa documental desdobrou-se em diversos aspectos ou temas tratados de modo específico, discriminados nos cinquenta e seis Quadros e dezesseis Gráficos elaborados para essa tese e nela discutidos.

Exceção feita às fontes legadas pela Irmandade do Rosário do Alto da Cruz e a algumas referências avulsas, todos os documentos originaram-se de agentes ou de instituições a serviço do Estado monárquico português. Listas fiscais, solicitações de mercês régias, cartas de governadores, registros paroquiais, relatos de funcionários, atas

¹³ GINZBURG, C. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico” In: CASTELNUOVO, E.; GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989, p. 169-178.

¹⁴ LIMA, H. E. “Micro-história” in CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

¹⁵ NEVES, G. P. das *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 36. DAVIS, N. Z. “Las formas de la história social”, *História Social*, nº 10, 1991, p. 177-82.

de câmaras municipais e mesmo textos individuais, como as cláusulas testamentárias de Henrique Lopes, tinham acentuado caráter oficial, a legitimar a ordem estabelecida e a omitir as contradições daquela sociedade. A representação contida nessas fontes transmitiu, tantas vezes, imagens caricaturais ou mesmo falsificadas da realidade. Por exemplo, as cartas patentes auferidas por Henrique Lopes e a descrição dos serviços que prestou à monarquia veicularam diversos lugares-comuns formadores do conceito de súdito fiel. E, no entanto, sua origem social, sua cultura, sua prática econômica e mesmo suas intervenções políticas contradisseram em muitos aspectos o estereótipo a que procurou atender. Como ele, existiram outros indivíduos que objetivamente distorceram, omitiram ou falsificaram o que eram e o que faziam para criar de si imagens mais ou menos icônicas. Assim representados, bem se ajustavam aos protocolos de Antigo Regime e escamoteavam elementos considerados indevidos, quase sempre decorrentes de práticas e de valores sociais divergentes, assumidos num meio onde outra lógica, de fato, imperava. Para comprovar essas manipulações foi preciso cotejar documentos diversos e questionar as fontes nas quais essas imagens eram forjadas e difundidas, a fim de avaliar em que medida elas construíam, deliberadamente, um discurso modelador que alijava incongruências e conflitos inerentes às relações sociais.

Além de seu conteúdo metodológico, a crítica documental se fez tanto mais necessária ao entendimento de sociedade sabidamente ritualizada, ou mesmo teatralizada, na qual a prática da “representação” tinha importância crucial. Desse ponto de vista, o atual realce historiográfico dado à economia de mercês, ao arrolamento de serviços e à ocupação de postos-chaves na administração local, como os oficialatos das câmaras, tem resultado na aceitação por vezes ingênua das “representações” criadas ou requeridas nessas instâncias, sem que se acuse o conteúdo invariavelmente forjado, fabricado, ressignificado, dessas fontes. Um exemplo eloquente, capaz de explicitar as manipulações verificáveis nesse tipo de documentação, foi o caso de Manuel Nunes Viana, célebre personagem atuante nos sertões dos rios São Francisco e das Velhas nas primeiras décadas do século XVIII. Em 1727, depois de 21 anos de exercício em terras coloniais, ele recebeu de D. João V uma considerável mercê: hábito de Cristo, com doze mil réis de tença, para si; outro hábito para o filho, com tença de quarenta mil réis; mais vinte e quatro mil réis de tença para cada uma das duas filhas; e ainda as propriedades da Alcaidaria-mor da Vila de Maragogipe e do ofício de escrivão da ouvidoria do Rio das Velhas. Tal remuneração vinha premiar os “serviços” prestados pelo agraciado nas

Minas, entre os quais constavam as seguintes ações:

levantando-se nelas uma perigosa guerra com os paulistas o obrigarem a aceitar o governo delas; e o mando do exército que se formou contra aqueles povos, e pelo castigo das armas os reduzir à obediência das leis de V. Majestade e das suas Reais Ordens, gastando nas campanhas uma larga fazenda, e receber em uma delas três balas, conseguindo-se por meio de seu valor e do respeito que tinha conciliado entre aqueles Povos o benefício da paz e a introdução dos ministros para a administração da justiça, e com a notícia que teve da chegada de Antônio de Albuquerque Coelho ao Rio de Janeiro, que ia provido no governo das ditas Minas, o mandar avisar do estado delas, insinuando-lhe se não detivesse para lhe entregar o governo com a paz e sossego, que muitos dos moradores não esperavam, e lhe pedir licença para retirar-se ao Rio de São Francisco, onde tinha a sua casa, para onde com efeito se recolheu como oculto, por não querer o Povo consentir que ele largasse as Minas, pelas boas disposições que nele experimentaram, assim no governo delas, como no das Armas, em consideração do que, e em satisfação dos ditos serviços.¹⁶

Ora, com algum esforço, os atos acima puderam ser representados – e de fato o foram – como “serviços” prestados ao rei e à monarquia por um súdito fiel, apto, portanto, à obtenção de reconhecimento e de premiação real. E, no entanto, as mesmas ações, vistas de outro ângulo, autorizam o entendimento que o ex-líder emboaba havia incorrido em práticas consideradas à época criminosas, danosas não só ao bem-comum como passíveis mesmo da imputação de *lesa-majestade*, a maior infâmia na qual um vassalo português podia incorrer.¹⁷ Porque agredir militarmente súditos da mesma Coroa, usurpar prerrogativa real, tornar-se “governador” de povos amotinados com armas à mão e exercer, ao longo de meses, a função de general, instituindo postos e patentes militares de maneira alheia à chancela real, eram ações diametralmente opostas aos estereótipos de fidelidade, obediência ou respeito ao rei e às normas da monarquia corporativa. Seus serviços traduziam pois um teatro do absurdo e quanto a isso houve mais que mera representação; tratou-se mesmo de manipulação orquestrada e de omissão consciente.¹⁸

¹⁶ CARTA de padrão de Manoel Nunes Viana APM, SC cx. 2, doc. 1. Transcrito em VÁRIOS documentos. *RAPM*, v. 2, n. 2, 1897, p. 393-96.

¹⁷ O livro 5, título VI das *Ordenações Filipinas* definiu lesa-majestade como “traição cometida contra a pessoa do rei ou seu Real Estado”. Implicava ao condenado a morte natural, por método cruel, a infâmia do morto e de sua descendência em linha direta. Os eventos protagonizados por Nunes Viana estariam incursos nos incisos segundo e quinto, que previam as ações de “levantar” contra o rei ou seu Estado, negando-se à prestação de obediência à “pessoa do rei ou a quem para isso seu especial mandato tiver”. Ver SOARES, T. L. “O crime de lesa-majestade humana na legislação portuguesa”. *Jurismat*, Portimão, n.º 3, 2013, pp. 167-184.

¹⁸ ROMEIRO, A. “A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba”, *Tempo*, v. 15, n. 29, 2010, p. 167-188. A atuação de Manuel Nunes Viana na Guerra dos Emboabas e a negociação que estabeleceu com Antônio de Albuquerque serão temas discutidos no terceiro capítulo dessa tese. Já o hábito de Cristo auferido por essa personagem foi um dos casos analisados no capítulo treze.

A tese está dividida em quatro partes, a totalizar dezoito capítulos. Na primeira parte, apresentam-se a personagem e o lugar investigados, assim como a questão relativa à “entrada” e à permanência de governadores no sertão minerador e à ocupação dos primeiros “palácios” governamentais. Regredindo à infância daquele minhoto enjeitado, passada numa pequena freguesia rural de Braga, na segunda metade do século XVII, avalia-se a condição social do menino Henrique Lopes e a de sua família adotiva (cap. 1). Seguiu-se o périplo do plebeu migrante que, saído da terra natal, aventurou-se em nova plaga, próxima à capital lusitana, onde se casou e ascendeu socialmente, ainda dentro da classe laboral (cap. 2). Condenado por crime de assassinato e, por isso, degredado para o Rio de Janeiro, o antigo camponês minhoto tornou-se, na América, mercador e fez número junto às primeiras levas de comerciantes, caixeiros, agentes e aventureiros que migraram para o interior da colônia em busca de ouro. Fixado no Morro de Tapanhuacanga, dominado por forasteiros “cariocas”, oriundos do litoral fluminense, Henrique Lopes assenhoreou por posse um torrão aurífero, à meia encosta, no arraial de Antônio Dias, onde empregou seus escravos africanos ao longo de três décadas ininterruptas (cap. 4). Nesse período, introduziram-se no sertão minerador os primeiros governadores e autoridades designadas pelo rei, recebidos em casas de potentados locais, sobretudo paulistas. Estava em jogo o governo da nova região e o estabelecimento da jurisdição sobre o território, disputada por grupos e por interesses divergentes (Cap. 3).

A Parte II persegue os palácios de Minas, desde a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em fins de 1709, até a chegada de Gomes Freire de Andrade, em março de 1735. São avaliados os mandatos de Antônio de Albuquerque e dom Brás Baltasar da Silveira (cap. 5), a jornada de posse e o governo do Conde de Assumar (cap. 6 e 7) e as administrações de dom Lourenço de Almeida e do Conde das Galvêas (cap. 8). Ao analisar as movimentações e as estadias dos governadores pelas vilas de Minas, foi possível caracterizar as diferentes opções de residência e as questões políticas envolvidas na escolha do palácio e da sede governamental. Inicialmente itinerantes e móveis, porém cada vez mais sedentários, fixados num só ponto, os governadores de Minas foram atores do lento e tortuoso processo de centralização política, enfim materializado na construção do Palácio dos Governadores, erigido no recém criado “centro” de Vila Rica, na década de 1740. Antes disso, sucederam-se transformações importantes na fixação dos governadores e na distribuição dos espaços de poder. A mais notória foi a transferência da sede de governo da Vila do Carmo para Vila Rica. Produto

indireto da revolta de 1720, essa transferência resultou na ocupação do palácio construído por Henrique Lopes. Os primeiros governadores da capitania de Minas Gerais, dom Lourenço de Almeida e o Conde das Galvêas, residiram no imóvel de Antônio Dias, cedido pelo anfitrião. Arquitetada para a recepção do Conde de Assumar, a casa erguida por Henrique Lopes transformou-se, de fato, entre 1721-1734, na morada oficial dos governadores da recém-criada capitania de Minas Gerais, cujo formato cortesão foi também descrito no capítulo 8. Essa parte visou demonstrar que a introdução e a permanência, assim como a escolha do local de residência de governadores, foram sempre requisitos litigiosos, dependentes de variantes históricas e de intenções políticas que procuramos examinar mais de perto.

Mais extensa e volumosa, a Parte III discutiu em pormenor a atuação político-militar, as posses materiais, as atividades econômicas e outras dimensões da vida social de Henrique Lopes de Araújo, abordando-o como minerador, senhor de escravos, usurário, capitão-mor, representante nas juntas de procuradores, cavaleiro da Ordem de Cristo e “homem principal”. Essa seção ocupou-se, portanto, ostensivamente da biografia dessa personagem, avaliando-a em diferentes ângulos. O capítulo 9 analisou a historiografia que, direta ou indiretamente, lidou com a figura de Henrique Lopes, a fim de demonstrar as diferentes interpretações feitas acerca de sua personalidade e de sua participação na história de Minas. O capítulo 10 caracterizou a condição econômica do minerador no interior do termo de Vila Rica, entre 1715 e 1731, valendo-se da pródiga documentação fiscal produzida por conta das cobranças dos quintos reais e do Real Donativo. O capítulo 11 avaliou as práticas e representações militares atribuídas ao capitão-mor Henrique Lopes, com destaque para as suas intervenções repressivas em revoltas e sublevações. O capítulo 12 abordou a sua participação no interior das juntas de procuradores que tiveram lugar nas Minas entre os anos de 1710 e 1727, a defini-lo como um destacado “homem principal” atuante na capitania. O capítulo 13 estudou a habilitação de Henrique Lopes como cavaleiro professo na Ordem de Cristo, comparando o seu processo aos demais requerimentos de hábito solicitados por vassalos mineiros na primeira metade do século XVIII. O capítulo 14 esmiuçou a propriedade escravista possuída pelo senhor, destacando a composição étnica, as relações sócio parentais e as resistências protagonizadas pelos escravos integrados ao plantel. Por fim, o capítulo 15 fechou a seção biográfica com uma descrição das últimas vontades prescritas no testamento senhorial, com atenção aos legados pios e familiares estipulados por Henrique Lopes.

A quarta e última Parte dessa tese acompanhou a história do Palácio Velho posteriormente à morte de seu proprietário e também analisou a história e a historiografia do mito de Chico Rei, configurando a seção mais peculiar e desafiadora da pesquisa, amparada em documentação inédita ou pouco conhecida. O capítulo 16 esclareceu factualmente e problematizou o que foi feito do patrimônio legado por Henrique Lopes de Araújo no lustro entre 1733 e 1738, intervalo no qual se sucederam eventos decisivos não só para o destino do Palácio Velho, como propriedade urbana, mas também para as pessoas e instituições envolvidas na sua exploração econômica. O capítulo 17, de mais longo fôlego cronológico, identificou as transformações materiais e as reapropriações simbólicas do Palácio durante a administração da Santa Casa de Misericórdia, no período entre 1740 e 1825. Os pontos altos desse capítulo consistiram na análise da história da irmandade do Alto da Cruz e de sua relação com o Palácio Velho, representada alegoricamente na gravura de Rugendas, imagem para qual propomos uma nova crítica referencial. O derradeiro capítulo 18 arrolou a historiografia envolvida no mito de Chico Rei e indicou novas possibilidades de interpretação, baseadas nas descobertas trazidas por essa pesquisa.

Justificam-se assim os marcos cronológicos desse estudo, intercalados entre o nascimento de Henrique Lopes, em ponto desconhecido da década de 1660, e o ano de 1825, quando Rugendas registrou a festa de reis negros promovida pelos irmãos do Alto da Cruz, primeira alusão efetiva à lendária afro-brasileira ligada à irmandade e ao Palácio Velho. Quando necessário, fomos aquém e além desses limites, mas eles consumaram as balizas de uma história com princípio, meio e fim, ligada à colonização lusitana nas Minas e à sociedade escravista construída sob a égide da Coroa portuguesa.

PARTE I

A PERSONAGEM, O PALÁCIO E O LUGAR

Cap. 1 – Um minhoto enjeitado na sociedade de Antigo Regime

Quando nasci veio um anjo safado
O chato de um querubim
E decretou que eu estava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim

Até o fim, Chico Buarque

À biografia do minhoto Henrique Lopes de Araújo bem caberia a epígrafe acima. Já de saída, sua estrada entortou. Porque sua mãe, camponesa ou quem sabe plebeia habitante de Braga ou alhures – e a dúvida, no caso, vem de que o próprio filho jamais soube o ventre de onde saía – submeteu-se às tentações do confessorário e acabou por entregar-se (como outras, aliás) aos galanteios do padre Tomas Lopes de Araújo. Dali a nove meses, talvez sem meios para suportar o ônus da criação, talvez receosa de assumir publicamente o sacrilégio, depositou o rebento no Hospital de São Marcos, em Braga, mantido pela Santa Casa de Misericórdia. Para nunca mais. Isso ocorreu em altura desconhecida da década de 1660.

Instituído em princípios do século XVI, o Hospital de São Marcos era administrado, desde 1559, pela Misericórdia de Braga, instituição que assumira o cuidado para com enjeitados e expostos costumeiramente abandonados à porta do estabelecimento. Ao provedor do Hospital cabia contratar amas dispostas aos trabalhos de aleitamento e de criação, recompensados monetariamente e concessores de regalias, como certas isenções fiscais.¹⁹

A exposição de filhos legítimos e ilegítimos constituiu mecanismo sistêmico de apoio à economia familiar, especialmente importante em regiões marcadas por escassez de recursos. O abandono desonerava pais incapazes da criação, fosse por impedimentos legais, fosse por penúria material, ao mesmo tempo em que conferia a famílias pobres, mas virtualmente interessadas no acolhimento de prole, diversos privilégios e incentivos concedidos às amas de leite, remuneradas pelo serviço de amamentação. As amas contratadas para o aleitamento de expostos eram recrutadas preferencialmente em zonas rurais, com baixa monetarização, onde a retribuição pelo trabalho, considerada pouco atrativa em núcleos urbanos, ainda interessava. Em Portugal, o receio quanto às diversas penalizações prescritas à ilegitimidade foi menor que as vantagens auferidas pelo

¹⁹ PAIVA, J. P. (coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, v. 3, p. 12 e 258.

sistema de abandono.²⁰

Essas tendências fizeram-se presentes no enjeitamento do pequeno Henrique Lopes, direcionado a uma família camponesa residente em paragem rural, como de costume. Na freguesia de Santo André de Gondizalves, lugarejo de origem proto-histórica, em cujos outeiros fixavam-se ruínas de castros romanos, o provedor do hospital encontrou Domingas Lopes, casada com o lavrador João Pereira da Ponte, franqueando-lhe a criação do exposto. O casal adequava-se bem ao sistema de apoio à economia familiar propiciado pelo abandono: recebia um bem (a criança), que havia circulado de um núcleo virtualmente hostil para outro onde o número deficitário de rebentos tornava desejável a recepção de prole. João Pereira e Domingas Lopes tinham, àquela altura, dois filhos biológicos, de tenra idade. Agregando a si outro membro masculino, o núcleo familiar podia engajá-lo na reprodução de meios materiais, além de auferir provento repassado pela Misericórdia.²¹

A freguesia de Santo André de Gondizalves situava-se a um quarto de légua da cidade de Braga e integrava importante área rural do Minho, formada por vasto conjunto de freguesias submetidas à influência do termo e da *urbe* bracarense. Até o século XIX, essa área pertenceu a senhorios eclesiásticos e nobres, entre os quais se destacavam a Mitra e o Cabido da Sé de Braga, a Congregação Beneditina (detentora de vários coutos atrelados a propriedades monásticas, como Tibães, Arentim, Pedralva e Vimieiro), e a Ordem de Cristo, administradora da extensa Comenda de Adaúfe, que contava, entre seus domínios, com casais e quintas agrícolas próximas a Gondizalves. Tais senhorios dispunham suas terras à exploração a partir de contratos travados com trabalhadores e famílias camponesas, através dos quais extraíam pensões, rendas ou foros – em gênero e/ou em dinheiro – e imprimiam dominação política e religiosa junto à numerosa classe laboral. Naquela região montanhosa, marcada por instabilidades climáticas, as terras minhotas eram consideradas de baixa fertilidade, dependentes de irrigação, com suas planícies mais lavradas e mais povoadas que seus cumes e vertentes, o que requeria intenso trabalho de sementeira.

Os casais constituíam a unidade fundiária fundamental, juridicamente reconhecida. Dotados de edifícios comuns, para fins de uso comunitário de trabalhadores ou para o abrigo de animais, eram áreas de média extensão que podiam

²⁰ SÁ, I. dos G. “Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas”, In: MOREDA, V. P. (org.) *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica: do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*. Lisboa: Biblioteca das Ciências do Homem/Aforamentos, s/d, p. 37-58.

²¹ SÁ, I. dos G. “Abandono de crianças...p. 43.

ser contratadas por um ou mais rendeiros. Em termos práticos e no que importava ao trato entre senhorios e camponeses, o casal encerrava uma unidade de cobrança de renda, entendida essa como a porção fixa ou variável da produção, paga pelo rendeiro ao proprietário (ou senhor) pelo usufruto do domínio útil da terra. Conforme detectou Margarida Durães, tais casais, sob pressões várias, tenderam, ao longo da Época Moderna, à constante subdivisão ou fragmentação interna, segmentados em parcelas agricultáveis menores, chamadas prazos. O usufruto dessas parcelas fundiárias era adquirido por agregados ou famílias camponesas mediante diferentes tipos de acordo ou contrato, formais ou informais – aforamento, aprazamento, arrendamento, entre outros. O contrato de aprazamento, mais empregado, concedia a posse e o domínio útil do prazo, nos limites do casal senhorial, a um contratante ou camponês, explorador direto, obrigando-se esse ao pagamento de pensão ao senhorio. Dessa forma, um mesmo casal vinha a ser explorado por diversos camponeses, submetidos compulsoriamente à satisfação da renda estipulada em seu prazo específico. Ao mesmo tempo, trabalhadores rurais podiam contratar ou arrendar um ou mais prazos em casais diferentes, com senhorios distintos.²²

Controlada hegemonicamente pelo clero e pela nobreza, a sociedade minhota reproduzia os interesses de dignitários eclesiásticos e fidalgos estabelecidos na urbe bracarense, cuja riqueza e sustento provinham das rendas obtidas a partir de propriedades rurais trabalhadas pela classe camponesa. A pressão e a influência exercida por esses senhorios na estrutura fundiária rural e na configuração das relações sociais de produção eram enormes. Apenas a Comenda de Adaúfe, por exemplo, possuía 158 casais, distribuídos por 59 freguesias minhotas distintas. Esse sistema, propiciador de notável acumulação rentista no topo, também forçava à pulverização de minifúndios na base, em fragmentações que ameaçavam a subsistência das comunidades camponesas, tornando-as ainda mais dependentes dos torrões ofertados por senhorios diretos ou – dramaticamente – por intermediários burgueses que sublocavam prazos ou arrendavam terras que haviam sido contratadas às dignidades eclesiásticas, especulando com o valor das terras e dos gêneros agrícolas.²³

Para os camponeses, a quitação de rendas fundiárias era apenas um dos desafios, já que estavam submetidos a outros encargos onerosos, a exemplo dos dízimos. Daí

²² DURÃES, M. “A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII”, *Ler História*, n. 43, 2002, p. 57-83.

²³ DURÃES, M. “Uma Comenda Nova. O Senhorio de Adaúfe: propriedade e exploração agrícola (sécs. XVI-XIX)”, *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 231-251.

porque qualquer aumento no montante requerido por senhorios criasse conjuntura de virtual penúria econômica. Em grande parte, as pensões, contabilizadas por casal, eram pagas em gêneros, sobretudo cereais, vinho, aves, ovos e animais, além de outros tipos de exigência, como serviços pessoais, as *geiras*. Havia também senhorios que aceitavam percepções em dinheiro, em renda pré-fixada. Ainda conforme Margarida Durães, a pior situação para os trabalhadores, geradora de exploração mais abusiva, se dava quando parcelas em moeda eram combinadas ao repasse de gêneros. Foreiros e arrendadores que cultivavam pequeníssimos (1 a 5 alqueires) ou pequenos (6 a 10 alqueires) prazos estavam em condição desfavorável em relação a médios e grandes lavradores. Enquanto esses podiam sobreviver exclusivamente do amaino agrícola, aqueles se viam forçados a diversificar atividades, buscando fontes alternativas de renda. Por isso, nos meios rurais bracarenses, existiram em grande número membros de famílias camponesas a exercer ofícios artesanais, oferecidos na urbe onde se encontravam consumidores nobres e eclesiásticos. Em Gondizalves, predominaram oficiais de alfaiataria, carpintaria e sapataria, artes especialmente apreciadas nos estamentos superiores.²⁴ E havia ainda camponeses desprovidos de qualquer acesso a terra, residentes em lotes com pequenas hortas ou quintais, de onde retiravam o que pudessem para a subsistência própria ou familiar, complementada por esporádicos jornais destinados à obtenção de saldo para o foro senhorial, os dízimos eclesiásticos e as décimas reais.²⁵

De porte intermediário, a freguesia de Santo André de Gondizalves detinha população pouco numerosa, ocupada em pequenas e médias explorações agrícolas. Em fins do século XVII apenas trinta “vizinhos” distribuíam-se pelos casais e pelas quintas locais.²⁶ Ao passo que freguesias limítrofes como São Pedro de Maximinos e Santa Maria de Ferreiros, a leste, e Santa Maria de Sequeira, a oeste, tinham, respectivamente, duzentos e quarenta (240) e cento e vinte (120) fogos, muito embora a freguesia de São João Batista de Semelhe, também fronteira, apresentasse apenas vinte e cinco

²⁴ Entre os pais de crianças batizadas na igreja de Santo André de Gondizalves (1618-1691) anotaram-se treze alfaiates, nove carpinteiros e dois pedreiros. Entre os padrinhos de batismo foram sete carpinteiros, cinco alfaiates, um sapateiro e um sombreiro. Dos noivos que ali se casaram (1619-1688), dois eram alfaiates e dois, sapateiros. E, entre os óbitos, houve um colchoeiro. LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550; LIVRO de Casamentos, ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B- 550, 1619-1688; LIVRO de óbitos 1619-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

²⁵ DURÃES, M. “A posse da terra na região... p. 73-80.

²⁶ Segundo José Vicente Serrão, as quintas distinguiam-se por não estarem necessariamente atreladas à produção de cereais panificáveis. Vinculavam-se ao mercado de gêneros agrícolas e sua economia interna restringia a obtenção de recursos comunitários: “andavam normalmente associadas às culturas ricas, por vezes em regime de policultura, e ao individualismo agrário, sendo por isso mais frequentes nas proximidades de aglomerados urbanos e nas regiões de povoamento disperso.” SERRÃO, J. V. “O Quadro Econômico” In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*. Volume 4, O Antigo Regime. Coordenação de Antônio Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa, 1998, p. 67-109; p. 71.

vizinhos.²⁷ A envergadura mediana da economia local mede-se também noutras fontes. Em 1718, em listas de pagamento da décima, imposto proporcional aos bens dos contribuintes, que elencaram moradores de nove freguesias minhotas, dentre as quais Gondizalves, nenhum pagador dessa freguesia incluiu-se entre os mais ricos da região.²⁸ Quatorze anos depois, em 1732, a localidade teria quarenta e cinco fogos e cento e oito (108) almas, população bastante modesta quando comparada aos duzentos e quarenta (240) fogos e mil e duzentos (1.200) habitantes de Maximinos; e mesmo aos cento e dezenove (119) fogos e trezentos e vinte (320) almas em Ferreiros.²⁹ Nos meados da centúria, o pároco de Santo André calculava povoação formada por cento e trinta e quatro (134) moradores, grande parte dos quais viúvos e viúvas.³⁰

Os fregueses esparramavam-se por pelo menos dezessete lugares: Assento (da igreja de Santo André), Cabrita, Carvalho, Casal (de Gondizalves), Cide, Cruz de Pedra, Ermida da Esperança, Fontainhas, Casal das Fontainhas, Lugarinho, Ponte, Quinta de Gondizalves, Quintão, Quinteiro, Residência e Trambelho. Existiam dois templos católicos, a igreja paroquial de Santo André, ao fundo do vale, e a pequena Ermida da Esperança, morro acima. No altar-mor da matriz repousavam imagens de Santo André, São Bento (epístola) e Santo Antônio (evangelho). Os altares colaterais ostentavam São Sebastião, de um lado, e Nossa Senhora do Rosário, de outro, em homenagem aos quais se reuniam duas confrarias, não congregadas em irmandade. Na Ermida, existiam imagens de São João (epístola) e de São Miguel Arcanjo (evangelho), orago que Henrique Lopes viria a escolher por “anjo da guarda”. A “apresentação” do vigário de Gondizalves, remunerado com cômputo de dez mil réis, cabia ao abade de São Pedro de Maximinos. Já a Ermida da Esperança pertencia ao morgado da família Sotto Maior, um dos senhorios nobres mais importantes de Braga. Em 1758, o administrador da capela e das terras que se estendiam da Esperança até o Assento da Igreja de Santo André era Francisco Bernardo de Sá Soto Maior, fidalgo da mais recente nobreza

²⁷ DAVID, H. M. P. R. *As Crises de mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, v. 1. Tese de doutorado em História, p. 41. COSTA, A. C. da. *Corografia Portuguesa (...)*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, 1708 e 1712, 2ª edição, 3 vols., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868 a 1869.

²⁸ 19,3% dos pagantes quitaram débito no valor entre 0-30 réis; outros 36%, entre 30-100 réis; 22,3% entre 100-200 réis; 13,4% entre 200-400 réis; 8% entre 400-750 réis; e apenas 1% dos contribuintes foi onerado acima de 750 réis. Em Gondizalves não houve indivíduo incluído no extrato superior. DURÃES, M. “A posse da terra na região... p. 81.

²⁹ DAVID, H. M. P. R. *As Crises de mortalidade no Concelho...* p. 46-47.

³⁰ “(...) quarenta e nove viúvos e viúvas, treze solteiros e solteiras, sete menores, vinte casados, vinte e seis absentes, nove pessoas de sacramento, [total] cento e trinta e quatro” GONDIZALVES, Braga. ANTT, Memórias paroquiais, v. 17, nº 74, fls. 395 a 402; fl. 395.

bracarense.³¹ Todavia, não se notava em Gondizalves quaisquer “homens insignes por suas virtudes, letras ou armas” e, por isso, o pároco João de Araújo omitiu-se no décimo oitavo artigo do questionário proposto na memória paroquial.³²

A profusão de lugares contrastada à população rala indica a inexistência de qualquer povoação ou aglomeração humana mais sistemática.³³ Jamais houve em Gondizalves algo semelhante aos arraiais que proliferariam ulteriormente nas minas da América portuguesa. Tratava-se sem dúvida de área rural configurada por casais, quintas e prazos agrícolas, nos quais se fixavam plebeus e camponeses irregularmente distribuídos por edificações que pontilhavam, aqui e acolá, a verdura de campos semeados, de vales floridos e de montes recobertos por árvores ou pastagens – paisagem que identificava, por sinal, a geografia do Minho rural. Ali, predominavam pequenas parcelas fundiárias, delimitadas por árvores e uveiras, nas quais se alternavam, no verão, campos de policultura, semeados de milho, feijão e horta, e, no inverno, prados destinados ao pastoreio e ao cultivo de centeio. Constituíam os chamados “campos fechados” ou “campos-prados”, característicos do noroeste lusitano.³⁴

Em Gondizalves, especificamente, milho, centeio e vinho eram os principais frutos da terra, requeridos como parte essencial e obrigatória das pensões senhoriais e das dietas camponesas. Plantavam-se ainda repolhos, melancias, melões, favas e ervilhas. Nos morros, criava-se gado e obtinham-se madeiras, sobretudo carvalhos e sobreiros, fornecedores de troncos usados na arquitetura vernácula e fontes da cortiça (matéria-prima de rolhas) e das célebres bolotas, frutos com que se alimentavam porcos e se fabricavam pães e licores. À beira do regato que nascia na freguesia, havia salgueiros e amieiros, dos quais se obtinham vinhos e preparados medicinais. Todos os recursos naturais eram essenciais na economia camponesa. Além deles, a freguesia contava com instrumentos ou estruturas hidráulicas: quatro moinhos, um lagar de azeite e duas levadas (canais de condução ou represamento de água). Os povos serviam-se livremente das águas para cultivo, desoneradas de pensão.³⁵

³¹ Francisco Bernardo de Sá Sotto Maior foi incluído por Ignácio José Peixoto entre a recente nobreza bracarense “que principia e que poderá vir a ser mais conhecida para o futuro, se as virtudes a ilustrarem e o seu comportamento”. Os “antepassados maternos” de Sotto Maior “eram gente honrada e nobre”; o próprio casara-se com “a filha de um bacharel que vive de seus bens [e de] sua casa no Campo da Vinha”, isto é, que se mantinha por meio de rendas, sem recurso ao comércio e tampouco ao trabalho manual. PEIXOTO, I. J. *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto. Braga e Portugal na Europa do Século XVIII*. Estudo Introdutório de L. A. Oliveira Ramos. Leitura de José Víriato Capela (coord.). Braga, 1992.

³² GONDIZALVES, Braga. ANTT, Memórias paroquiais, v. 17, nº 74, fls. 395 a 402.

³³ Segundo o pároco João de Araújo, “não se descobre desta freguesia povoação nenhuma porque fica em uma baixa”. GONDIZALVES, Braga. ANTT, Memórias paroquiais, v. 17, nº 74, fl. 401.

³⁴ SERRÃO, José Vicente “O Quadro Econômico...” p. 71.

³⁵ GONDIZALVES, Braga. ANTT, Memórias paroquiais, v. 17, nº 74, fls. 395 a 402.

O número de casais, quintas e prazos situados em Gondizalves era incerto, variável e fluído, sobretudo no caso dos últimos. Na documentação paroquial de Santo André expedida ao longo do século XVII, topônimos indicados nos registros denunciaram a existência de pelo menos seis casais e de nove quintas, mas omitiu qualquer referência a prazos. Os casais mais importantes, com maior número de residentes, eram respectivamente Cide, Quinteiro, Carvalho, Fontainhas e o Casal de Santo André, conforme atesta o mapeamento das moradias de pais de filhos batizados na igreja local entre 1618-91.

Freguesias	Lugares	Nº
Santo André de Gondizalves	Assento da Igreja	7
	Cabrita	9
	Carvalho	21
	Casal (de Santo André)	11
	Casal de Cima das Fontainhas/Casal da Fontainha	2
	Casal de São Gregório	2
	Cide	58
	Cruz de Pedra	1
	Ermida da Esperança	8
	Fontainhas	18
	Igreja	2
	Ponte	1
	Quinta de Gondizalves	1
	Quintão	8
	Quinteiro	26
	Rio	5
	São Gregório	1
	Trambelho	4
São João de Semelhe	Quinta de Semelhe	2
	São João de Semelhe	1
São Pedro de Maximinos	Quinta da Freguesia de Maximinos	1
São João do Souto	Braga	1
	São João do Souto	1
Porto	Porto	1
Desidentificada	Seara	3
	TOTAL	195

Quadro 1: Moradia dos pais de filhos batizados na igreja de S. A. Gondizalves (1618-91). Fonte: LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550.

Quanto à omissão de prazos, não haja engano. Sem que constituíssem unidades fundiárias oficiais, os prazos, resultantes de concessões de porções variáveis e mutáveis de terra, não eram utilizados como referenciais geográficos ou toponímicos. Todavia, tinham existência prática comprovada. Ao longo do século XVIII, há diversos

documentos no acervo da Casa de Avellar, nos quais constam cartas, transações e escrituras de empraçamento (e subempraçamento), de medição e de reconhecimento de prazos em Gondizalves, com destaque para propriedades situadas no lugar de Cide.³⁶

João Pereira da Ponte e Domingas Lopes, pais de criação de Henrique Lopes, se casaram em data desconhecida, em freguesia distinta, pois os livros da Igreja de Santo André não acusaram o matrimônio. Nessa igreja, entretanto, batizaram o filho legítimo Francisco, em agosto de 1655, já moradores na Ermida da Esperança, em Gondizalves. O padrinho que, em respeito à tradição, emprestou nome à criança, Francisco Dinis, residente no lugar da Vitória, também próximo à Ermida, era senhor ou amo dotado de plebeus colocados a seu serviço. Entre 1670 e 1686, pelos menos quatro pessoas, três homens e uma mulher, apareceram como criados seus em registros de casamento e óbito expedidos na localidade. Além do menino nascido em 1655, sabe-se que João Pereira e Domingas Lopes tiveram pelo menos mais um filho, este homônimo do pai, João Pereira, “o novo”, a quem Henrique Lopes tinha por irmão de criação. Não há notícia, porém, de seu batismo.³⁷

A questão relativa à extensão da família camponesa é crucial no entendimento dos elementos históricos colocados em jogo na *criação* de Henrique Lopes. Se, por um lado, urgia a obtenção de mão-de-obra suficiente à exploração agrícola, de outro, direitos senhoriais, religiosos e reais, combinados à exiguidade espacial dos prazos e das terras disponíveis para a lavoura, inviabilizavam a formação de núcleos familiares numerosos – e, acrescente-se, pressionavam fortemente na exposição de crianças e no

³⁶ RECONHECIMENTO e medição que fez o Reverendo Manuel de Barros, abade de Santa Eulália de Sande, termo do Pico de Regalados, ao casal de Side, sito na freguesia de Gondizalves, termo da cidade de Braga. Data 1711. ADB, ACA, 102-16. RECONHECIMENTO e medição do Casal de Side, sito no lugar de Side, freguesia de Gondizalves, termo da cidade de Braga, que faz o Reverendo Manuel de Barros de Távora, abade de Santa Eulália de Sande, do termo de Pico de Regalados. 1711-09-10. ADB, ACA 034. ESCRITURA de subempraçamento do Cortelho de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, feito à face do prazo principal, que fazem o Dr. Manuel Gomes da Costa e mulher Rosa Maria da Graça, a favor de Domingos Martins e sua mulher Antónia Pereira, moradores no lugar de Side da mesma freguesia. 1737-11-16. ACA 552. ESCRITURA de renovação do prazo do Casal de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, a favor de Arcangela Velha, viúva, moradora na Rua das Águas da cidade de Braga. Contém ainda uma cópia transcrita da vedoria da renovação deste prazo. 1719-08-12. ADB, ACA 551. CARTA de arrematação de dois prazos sitos no lugar de Side, da freguesia de Santo André de Gondizalves, por execução que se fez ao Dr. Manuel Gomes da Costa e sua mulher, a favor do Padre António Soares da Silva. Contém ainda requerimentos deste último dirigidos ao Cabido e à Santa Casa da Misericórdia, directos senhores dos prazos supra. 1763. ADB, ACA 538. CONTESTAÇÃO de D. Maria Ribeiro da Silva Lopes e seu marido João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos sobre a posse do prazo de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, termo desta cidade de Braga contra João José de Lima. Sem data. ADB, ACA 102-13.

³⁷ LIVRO de casamentos, 1619-1688. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B-550. LIVRO de óbitos 1619-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550. LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 2.

movimento emigratório irradiado da região, verdadeiras marcas demográficas do Minho.³⁸ Daí porque, no século XVIII, a média de moradores por residência (ou fogo) no termo de Braga tendeu a ser maior na cidade que no campo. O comportamento malthusiano de certas comunidades camponesas garantia o ajustamento da subsistência produzida ao número de consumidores.³⁹

Esse equilíbrio também dependeu de curva demográfica pouco acidentada, avessa às crises de sub e de sobre população. Os dados paroquiais de Gondizalves indicam que ao longo do seiscentos a comunidade local manteve índices mais ou menos constantes. Entre 1618-90, faleceram cento e onze (111) pessoas, em média de 1,5 óbito por ano. Na prática, o número anual de sepultamentos jamais ultrapassou cinco ocorrências, não se verificando qualquer período de mortalidade exacerbada. No mesmo intervalo de tempo, a média anual de batismos foi da ordem de 3,84, intercalando-se anos em que vieram ao mundo oito crianças, no máximo. Até mesmo os casamentos mostraram-se estáveis, com 0,7 núpcias a cada doze meses, com números não superiores a cinco uniões anuais.

No século XVII, a Freguesia de Gondizalves deteve poucas famílias verdadeiramente extensas. Nos 259 batizados feitos na igreja de Santo André entre 1618-1691, existiram cem casais paternos distintos (média de 2,59 filhos por casal). Cerca de quarenta e seis casais tiveram rebento único e outros vinte, apenas dois filhos. Entretanto, análise minuciosa é capaz de relativizar essa natalidade restrita. Se desconsiderarmos as crianças enjeitadas, os filhos de pai ou mãe desconhecidos e os rebentos naturais (de paternidade imputada) – que envolviam em geral pessoas vindas de outras freguesias, não residentes em Gondizalves, sobretudo mães solteiras interessadas em registrar, longe de casa, a progenitura bastarda – a natalidade isolada cai consideravelmente e a média geral sobe para mais de três filhos por casal. Nesse caso, teríamos 226 crianças geradas por setenta e um casais (média de 3,18), dos quais vinte e um deram à luz filho único (29,5%) e outros dezesseis tiveram duas crianças (22,5%). O somatório de casais geradores de três, quatro, cinco e seis filhos aproximou-se dos quarenta por cento; e os pais de sete, oito e até nove filhos representaram, juntos, quase dez por cento do total. Por fim, numa abordagem ainda mais específica, levando em conta apenas os casais cujo matrimônio foi realizado na igreja de Santo André e que tiveram filhos também batizados nesse tempo – inequívocos moradores da freguesia, portanto – a média de filhos eleva-se a 3,85 por casal. Nessa circunstância, pais de

³⁸ SÁ, I. dos G. “Abandono de crianças... p. 43.

³⁹ DURÃES, M. “A posse da terra na região... p. 67.

quatro a oito filhos tornaram-se maioria, superando em número os que geraram de um até três rebentos. Como se vê, famílias camponesas residentes em Gondizalves possuíram prole mais numerosa que a média dos registros lavrados na igreja local faz parecer. É claro que esses dados apresentam estimativa mínima, por desconsiderarem aqueles filhos de camponeses que vieram a ser batizados noutras freguesias. Na realidade, o número médio de rebentos por casal foi virtualmente superior aos apresentados abaixo. O estabelecimento de limites cronológicos causa distorções inevitáveis, ao excluir nascimentos que tenham ocorrido aquém e além do período recortado, o que não diminui o valor informativo do Quadro 2.

Nº de Filhos	Nº de Casais (I)	%	Nº de Casais (II)	%	Nº de Casais (III)	%
1	46	46	21	29,5	5	18,1
2	20	20	16	22,5	3	11,1
3	6	6	6	8,4	5	18,1
4	8	9	8	11,2	4	14,8
5	7	7	7	9,8	4	14,8
6	7	7	7	9,8	2	7,4
7	3	3	3	4,2	2	7,4
8	2	2	2	2,8	2	7,4
9	1	1	1	1,4	0	0

Quadro 2: Número de filhos por casal de pais nos batismos de S. A. de Gondizalves (1618-1691)

I- Abrangendo a totalidade de crianças e de pais registrados no intervalo de tempo.

II- Com exclusão de crianças enjeitadas, de pai ou mãe desconhecidos e de paternidade imputada.

III- Considerando apenas casais com matrimônio e filho registrados em Gondizalves.

Fonte: LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550.

Em vista de tais informações, é mais fácil explicar porque João Pereira da Ponte e Domingas Lopes, pais de dois filhos apenas, acolheram o enjeitado. É possível, inclusive, que tenham recepcionado outras crianças expostas, a fim de aplicá-las na economia doméstica. Por exemplo, em 1676, uma adolescente de quatorze anos, de nome Mariana, batizada na igreja de Gondizalves em 1662, mas cujo registro faltara no livro paroquial, teve lavrado enfim seu assento de batismo e, nele, o padre afirmou que tomara “informação com João Pereira, que foi padrinho, e com sua mulher, que a criaram” e ambos lhe garantiram que a jovem era filha de Maria da Cruz, mulher solteira, moradora na Cruz de Pedra. Mariana fora, possivelmente, assim como Henrique Lopes, criança abandonada pelos pais biológicos e *criada* pelo casal de camponeses.⁴⁰ Terá sido para esta “mulher por nome Mariana que por sobrenome não

⁴⁰ LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550.

perca que diz ser minha meia-irmã e é moradora em Lanhoso, distrito de Fonte Arcada” que o futuro minerador deixou, em testamento, a quantia de cem mil-réis, a reverter-se em missas *pro anima* no caso de a parenta ser falecida.⁴¹

O fato de o batismo de Mariana, supostamente realizado em 1662, ter permanecido por tanto tempo desprovido de registro paroquial também chama atenção. Aparentemente, certas crianças enjeitadas, sobretudo aquelas concebidas a partir de relações sacrílegas, adulterinas ou incestuosas, tiveram omitida, não declarada ou não realizada a cerimônia batismal. Em 1667, outra menina chamada Mariana, filha de Graça, mulher solteira, terminou enjeitada ou deixada pela mãe junto ao casal Madanela Gonçalves e Amaro Fernandes, residente em Gondizalves. Poucos dias depois do nascimento dessa criança, empreendendo o batismo na presença da mãe e de padrinhos, o pároco de Santo André não quis, contudo, registrar a cerimônia imediatamente, porque se lhe recusavam a declarar o nome do pai, informação que só veio a ser revelada quatro meses depois, quando então redigiu-se o assento. A causa para o mistério: o homem dado por pai era o religioso Diogo de Carvalho, Abade de São Pedro de Maximinos.⁴²

A inexistência de qualquer referência ao nome de Henrique Lopes nos assentos de Gondizalves deveu-se muito provavelmente ao mesmo motivo pelo qual foram omitidos os batismos descritos acima. Embora declarasse ter sido batizado na igreja de Santo André, a verdade é que o enjeitado jamais teve assento oficialmente lavrado nessa paróquia, tornando insolúvel a dúvida quanto a se chegou, ou não, a ter derramados sobre si os santos óleos. Filho do padre Tomás Lopes de Araújo, o pequeno criado nascera sob o signo do pecado, preferencialmente silenciado. A não recepção do batismo e a consequente falta desse rito fundamental na identidade católica eram capazes de imprimir marcas indeléveis e indesejáveis. A mácula associada à origem, carregada de signos negativos, será fantasma que assombrará o filho sacrílego ao longo de toda a vida, acompanhando-o até a sepultura.

Casos como os das meninas Marianas e de Henrique Lopes, crianças enjeitadas

⁴¹ Entretanto, a indicação de Mariana como “meia-irmã” permanece ambígua. Não é possível distinguir se a meia-irmandade era decorrente da criação em comum, pela mesma ama de leite, ou se de fato seriam ambos filhos de pai ou mãe coincidentes. Todos os indícios apontam para a primeira opção. O mistério em torno da maternidade de Henrique Lopes será abordado adiante. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fl. 5.

⁴² Assim declarou o padre: “Por ser batizada passado alguns dias desde que nasceu, e me não quizeram dizer quem era o pai, [como] se não dali a quatro meses, o não carreguei mais cedo. [Isso] pode o dizer a mulher de Amaro Fernandes que foi a que a trouxe à pia e a criou e outrossim a mesma não vinha”. O batismo foi lavrado no dia 3 de fevereiro de 1667. LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550, fl. 35.

alocadas como criadas na freguesia de Gondizalves, nada tiveram de excepcional. Em 1634, a menina Maria foi exposta na Ermida da Esperança, na possível expectativa de que a recém-nascida viesse a tornar-se criada de camponeses locais interessados. O menino João também foi batizado em Santo André sem que constasse nome de seus pais, em 1678. Por fim, Antônio Souto, padrinho de um batizado em 1688, fora descrito pelo padre como “enjeitado que criou João Martins”. Ao todo, conjugando batismos, casamentos e óbitos registrados entre as décadas de 1620-1680, existiram doze referências a criados(as) e seis a enjeitados(as) em Gondizalves.⁴³

Outras informações esparsas, mas valiosas, acerca da família de criação são reveladas nas fontes paroquiais. Sabemos que João Pereira, “o velho”, “da Ermida”, apadrinhou três crianças nascidas em Gondizalves, em cerimônias sucedidas entre 1658 e 1663, explicitando os laços de compadrio que estabeleceu com outros casais de lavradores residentes na paróquia. Em 1666, junto ao filho João Pereira, “o novo”, testemunhou o matrimônio de Gaspar Paes e Marta Fernandes, ambos criados de Francisco Dinis, o mesmo senhorio que apadrinhara Francisco, o outro filho de João Pereira, batizado na década anterior. Dois anos depois, faleceu o patriarca, sendo enterrado no adro da Igreja de Santo André. Deixou testamento escrito, no qual prescreveu missas por sua alma.

O rito fúnebre de João Pereira atesta modesta posição social desfrutada em vida. A maior parte dos óbitos registrados em Gondizalves não produziu testamento escrito (33 casos, ou 41,2%), enquanto vinte e três moribundos (28,5%) manifestaram suas últimas vontades oralmente e outros vinte e quatro (30%) grafaram-nas.⁴⁴ Sabe-se que a feitura de testamentos escritos, encomendados ou solicitados que eram a padres e outros dignitários letrados, redatores do que ouviam a testadores analfabetos, não permite deduzir nível de letramento. O próprio Henrique Lopes jamais aprendeu a ler e a escrever, o que não o impediu de ofertar à posteridade um extenso testamento, escrito por padres que botaram no papel as derradeiras vontades do rústico legatário. É possível que o mesmo tenha ocorrido com João Pereira. A redação testamentária era, sim, aconselhável àqueles possuidores de bens valiosos o suficiente para justificar o registro de legados pios e patrimoniais. Nesse sentido, se João Pereira esteve longe de integrar a restrita elite de camponeses enriquecidos, tampouco se confundiu com o grupo de

⁴³ LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550; LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550; LIVRO de Casamentos, 1619-1688. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B- 550.

⁴⁴ Em 31 registros de óbitos, não se fez qualquer menção à feitura ou não de testamento. LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

miseráveis, constituído por dezenove mortos (cerca de 17,1%) denominados “pobres” ou “muito pobres”, assim chamados por *nada terem de seu*.

Sem dúvida, o pai postiço estava mais próximo desses que daqueles. Todos os componentes fúnebres empregados no enterro de João Pereira tiveram caráter ordinário. Em alguns quesitos, ficaram mesmo aquém do que era popularmente praticado. Seu corpo foi amortalhado em lençol e enterrado no adro da igreja. Dentre os cento e onze óbitos registrados em Gondizalves entre 1618-90, apenas vinte e cinco (22,5%) trouxeram a indicação do uso do hábito de São Francisco (em onze casos) ou de lençol branco (em 14 casos) como mortalha. Contudo, essa vestimenta póstuma foi, sem dúvida, mais comum do que os registros fazem supor, a ponto de a referência a seu uso tornar-se desobrigatória. Já o sepultamento no adro, no ambiente exterior à igreja, subentendia certa inferioridade social. Desejáveis e preferidas, sepulturas interiores designavam maior proximidade com santos devocionais, aos quais se rogavam intercessão pela alma do pecador. Diferentemente, covas situadas no adro eram consideradas de “reduzida qualificação espiritual”.⁴⁵ Em Santo André, a predileção por aquele espaço resultou na maior incidência de enterros sucedidos dentro do templo, superando as campas situadas no adro (57 enterros no interior da igreja, 24 no adro e 2 no cabido).

O corpo do lavrador foi acompanhado à sepultura por cinco padres, aos quais se deram esmolas individuais de cinquenta réis (meio tostão). Esse conjunto de religiosos acompanhantes pode ser considerado diminuto, próprio de um óbito modestíssimo. Considerando-se os sacerdotes envolvidos no acompanhamento e na condução de ofícios fúnebres, tem-se que mesmo camponeses empobrecidos requisitaram, à hora da morte e/ou para os meses seguintes ao falecimento, mais robusta intervenção eclesiástica. Em doze por cento dos óbitos, não houve padre acompanhante; João Pereira se incluiu entre os vinte e sete por cento que tiveram entre um e cinco religiosos apenas; a maior fatia, com trinta e três por cento, obteve auxílio de até dez padres; e outros onze por cento contrataram até quinze sacerdotes. Juntos, esses falecimentos corresponderam a quase oitenta e cinco por cento do total. As demais faixas estenderam-se com índices cada vez menores, até a dezena de setenta padres. Destaque-se que apenas dois indivíduos de Gondizalves chegaram a ter mais de cinquenta sacerdotes mobilizados em seus funerais.

⁴⁵ LACET, J. L. *Os Rituais de Morte nas Irmandades de Escravos e Libertos: Vila Rica, século XVIII*. Mariana: UFOP, 2003. Dissertação de Mestrado, p. 38.

Gráfico 1. Número de óbitos pelo número de padres que acompanharam e/ou oficiaram sepultamentos em S. A. de Gondizalves (1618-90). Fonte: LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

O exíguo conjunto de clérigos mobilizados no enterro de João Pereira deveu-se ao fato de que não se fez qualquer ofício por sua alma. Baseados na leitura de lições e na feitura de missas rezadas e cantadas, os ofícios eram ritos que, em geral, congregavam significativos contingentes sacerdotais. A ausência de ofício ocorreu em trinta e cinco sepultamentos, representativos de 31,5% dos óbitos. Outros quarenta e oito moribundos (43%) solicitaram a feitura de pelo menos um ofício congênere e as percentagens dos que pediram dois ou três ofícios atingiram 15,3 e 10%, respectivamente.

Gráfico 2. Número de óbitos pelo número de ofícios religiosos realizados em S. A. Gondizalves (1618-90). Fonte: LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

Outro aspecto a considerar são as prescrições de missa *pro anima*. João Pereira

estipulou em testamento a reza de doze missas por sua alma, com esmola de duzentos réis e vela de vintém (vinte réis) por cerimônia.⁴⁶ Esse quantitativo não foi dos mais humildes. Em quarenta e um óbitos (37%) inexistiu condução de missa. Noutros vinte e seis (23,4%), rezaram-se entre uma e cinco missas. Apenas quinze falecimentos (13,5%) resultaram na prescrição de maior número de missas que as instituídas pelo lavrador da Esperança.

Gráfico 3. Número de óbitos pelo número de missas *pro anima*, prescritas em registros de óbito de S. A. de Gondizalves 1618-1690. Fonte: LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

Os custos totais da cerimônia de sepultamento e do legado pio deixado por João Pereira orçaram, em dinheiro, 1\$190 rs. Esse módico valor assemelhava-se à maioria dos gastos contraídos em óbitos de moradores locais, porém, diferia bastante do montante consumido por falecidos mais abastados. Em quase 40% dos óbitos, o valor despendido manteve-se aquém dos mil réis; e outros 20,7% gastaram até mil e quinhentos réis. As demais faixas obtiveram percentuais abaixo de dez pontos. No topo, os dois sepultamentos mais caros chegaram à casa dos dezoito e dos vinte e um mil réis, respectivamente.

⁴⁶ O tostão valia 100 réis e o vintém, 20 réis. Ver LIMA, F. C. G. de C. "Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII" *Estudos Econômicos*, v. 35, n° 1, 2005, p. 169-201, p. 171. LIVRO de óbitos 1619-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550, fl. 104.

Gráfico 4. Custos totais dos óbitos sucedidos em S. A. de Gondizalves (1618-1690). Fonte: LIVRO de óbitos 1618-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

Os dados paroquiais de Santo André indicam que João Pereira da Ponte foi um camponês pobre, de posição social modesta ou inferiorizada, mesmo em seu meio local. Exceção feita às missas *pro anima*, quesito no qual situou-se em zona intermediária, nas demais variáveis o plebeu incluiu-se entre os mais humildes paroquianos. Essa constatação ajuda a compreender porque ele e a esposa teriam vindo a se envolver com a criação de crianças enjeitadas. Comissionado por essa atividade pela Misericórdia de Braga, o casal obtinha, assim, dividendos materiais importantes para a sua subsistência, ao mesmo em que podia servir-se dos *criados* em atividades várias, inclusive produtivas.

Entender a condição social dos pais adotivos e as características do meio onde o criado Henrique Lopes nasceu e cresceu na primeira infância é peça-chave na avaliação de sua biografia. A importância e as consequências desse ponto de partida não devem ser menosprezadas. Constatando-se que o lavrador João Pereira incluiu-se em uma maioria de pequenos camponeses, muito sensíveis às pressões de senhorios e a quaisquer oscilações no instável equilíbrio da economia agrícola camponesa, a situação do enjeitado tornava-se ainda mais dramática, em diversos aspectos. Meninos plebeus, por exemplo, trabalhavam junto aos pais, em média, até o fim da infância, aos quatorze anos, sem que percebessem remuneração. Depois, se viam impelidos a seguir o próprio

caminho, como aprendizes assalariados em atividades diversas. No entanto, a condição dos expostos era mais difícil. O auxílio institucional às amas-de-leite encerrava-se aos sete anos, após o que a criança, agora tutelada pelo juízo dos órfãos, transferia-se à responsabilidade da família acolhedora. Até completarem doze anos, os expostos deveriam laborar em troca de alimento, vestuário e dormida, desprovidos de retribuição pecuniária.⁴⁷ Com essa idade, tornavam-se aptos à percepção de salário.⁴⁸

Amamentado por Domingas Lopes possivelmente junto ao filho legítimo, seu irmão de criação, João Pereira, o pequerrucho Henrique Lopes permaneceu sob os cuidados da mãe postiça até os doze anos, idade em que o clérigo Tomás Lopes de Araújo o teria, enfim, reconhecido por “filho natural”.⁴⁹ A coincidência entre o reconhecimento paterno e a idade limite para o ingresso no trabalho remunerado não parece ter sido fortuita. Não se sabe se chegou a conviver com o pai a partir de então. É certo, contudo, tenha deixado a casa dos amos e o próprio Minho, como tantos outros, em busca de melhores oportunidades. Se as dificuldades eram grandes para moços plebeus que podiam contar com o amparo familiar, interessado em otimizar a sorte da prole, deviam ser ainda maiores para um jovem cujos elos consanguíneos haviam sido estilhaçados desde sempre. Daí que os ofícios destinados ao menino camponês tenham sido os mais vis, aprendidos quando criança agregada (ou *criada*) à família adotiva. Aliás, foi comum que *criados* exercessem tarefas indecorosas, livrando assim familiares legítimos da mácula mecânica resultante de certas atividades braçais.⁵⁰

Dessa forma foi “*criado de servir* no seu princípio”. E, em seguida, trabalhou como “*abegão e guardador de éguas*”.⁵¹ A definição das categorias de época oferece uma nova porta de entrada à história social do trabalho, útil, sobretudo, no entendimento do mundo agrícola da Época Moderna, universo repleto de peculiaridades que o vocábulo atual “camponês”, inexistente, aliás, nos documentos de antanho, não pode dar conta. Em vez de camponeses havia “rústicos” ou “lavradores”, termos genéricos

⁴⁷ SÁ, I. dos G. “O trabalho” in: LAINS, P; SILVA, Á. F. da (org.), *História Económica de Portugal*, 1700-2000, v. I: O Século XVIII, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 110-11.

⁴⁸ LOPES, M. A. *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 81.

⁴⁹ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fl. 2.

⁵⁰ Muitos plebeus emigrados para a América portuguesa foram recepcionados ali, em geral, por tios, que introduziam os sobrinhos em atividades comerciais, como ajudantes, parceiros ou caixeiros de confiança. Dentre outras vantagens, esse sistema permitia aos anfitriões livrar os próprios filhos da mecânica ligada ao comércio. Veja-se STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado em História, p. 251.

⁵¹ ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra H, Maço 4, Doc. 31. Grifos meus.

designativos de todos os que cultivavam a terra.⁵² Embora a diferenciação do trabalho fosse rudimentar se comparada à futura especialização da economia liberal, havia miríade de ofícios diversos, com nomenclaturas próprias, nem sempre unívocas. Por detrás dos nomes distinguiam-se tipos e também qualidades distintas de trabalho, cuja hierarquização encontrava respaldo na taxionomia social de Antigo Regime.⁵³

Considerando os ofícios que desempenhou, especialmente voltados ao pastoreio, é possível deduzir que o pequeno Henrique tenha sido introduzido na lida pastoril – sobretudo após a idade em que se emancipou do donativo pago pela Misericórdia de Braga – através do ofício de *ajuda de gado*, exercido por meninos a partir dos seis anos, que auxiliavam *maiorais* e *pastores* a guardar gado ou animália variada em troca de comedorias. A vida dos ajudas, como eram simpaticamente chamados, nem sempre reproduziu o idílio infantil do contato lúdico entre crianças e animais. Submetidos ao controle dos maiorais, eram corriqueiramente maltratados e violentados, no que parecia ser uma espécie de iniciação sádica à educação agrícola plebeia. Caso suportassem os maus tratos e na medida em que “tomavam corpo”, tornando-se aptos para tarefas mais difíceis, podiam passar a *ganhão*, maioral ou pastor, replicando o trato que haviam recebido quando criança.⁵⁴ O ganhão desempenhava a mais baixa posição hierárquica de um *criado* envolvido na lida agropastoril. Também vergado à autoridade do maioral, distinguia-se do ajuda apenas pela força física e maior idade, que o habilitavam ao recebimento de alguma remuneração, pela qual o lavrador devia pagar o imposto do maneiro.⁵⁵ Já o *maioral* conduzia o trato com os animais, distinguindo-se por sua experiência no pastoreio e pela maior retribuição que percebia, uma vaca parida.⁵⁶

Todos os trabalhadores rurais inscritos nessas categorias podiam ser descritos como *criados*. Conforme ensina Bluteau, o substantivo criado era, simultaneamente, uma posição, uma função e uma qualidade. Polissêmico, o termo permite observar de diferentes ângulos a situação do jovem enjeitado. Primeiramente, a palavra significava “ser criado desde menino em casa de alguém”; “criado por alguém, em casa de

⁵² MONTEIRO, N. G. “Camponês” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 22-24.

⁵³ MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. “Introdução” In: _____. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 4.

⁵⁴ ALMEIDA, M. A. P. de. “Ajuda de Gado” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G.(orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 101-04;

⁵⁵ ALMEIDA, M. A. P. de. “Ganhão” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 141-43.

⁵⁶ FRANCO, I; AMARAL, L. “Maioral” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.159.

alguém”.⁵⁷ Nesse caso, “alguém” podia assumir a condição de “amo”, isto é, “o senhor de uma casa, que tem criados”.⁵⁸ E, pois, criado equivalia a colocar-se como “servo” (*famulus*) de um amo ou senhor. Servos e criados possuíam, como se vê, características intercambiáveis, uma vez que “servo” ou “servidor” valiam o mesmo que “criado” ou “*famulus*”. Por extensão, “servir” representava “ser servo de alguém, ser seu criado”.⁵⁹ O dicionarista arrolou diversos adágios portugueses e frases clássicas nas quais a polaridade amo (senhor)/criado (servo) explicitava a relação de dominação: “enquanto o amo bebe, o criado espere”; “Ao cabo de um ano, tem o criado as manhas do amo”; “honra é dos amos o que se faz aos criados”; “o servo mais fiel é aquele que pode ouvir tudo o que diz seu amo e não sabe dizer nada”; “raras vezes chega o servo a ser bom, porque o mau trato o faz mau; e com mimo se faz soberbo”; “quem tem criados, tem inimigos escusados”; “a criado novo, pão e ovo, depois de velho, pão e Demo”; “serve a senhor, saberás que é dor”.⁶⁰

Henrique Lopes associava-se a, pelo menos, duas características decorrentes da condição e da função de um criado. Mantivera-se inicialmente junto à ama-de-leite, que o “criou” na primeira infância, conforme atestou o próprio.⁶¹ E, ao mesmo tempo, inseria-se na casa de um amo, como seu “criado de servir”. Nessa posição assumia as vezes de um servo ou criado doméstico, que “tem ao seu cuidado o serviço de uma casa”.⁶² Integrava assim o âmbito da “família” de seu senhor, servindo-a “a bem fazer”, ou seja, em troca de teto e comida, mas sem direito a soldada.⁶³ Como notou Maria Antónia Pires de Almeida, certos lavradores podiam ostentar criados como trabalhadores agrícolas ou empregados domésticos. Nesse caso, acrescentavam-se as expressões “de serviço” ou “de servir”.⁶⁴ Não se sabe, é certo, se ali era tido por “servo de pouca conta”, a quem se destinava o “mais vil e penoso ministério da casa”. Como servil, desempenhava trabalho “baixo”, “vil” e “indigno de homem nobre”.⁶⁵

Segundo Álvaro Silva, criados constituíam mão-de-obra remunerada e, no

⁵⁷ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, v. 3, p. 209-10.

⁵⁸ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*, v. 1, p. 343-44.

⁵⁹ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*, v. 7, p. 617-618.

⁶⁰ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez... passim*.

⁶¹ Em seu testamento, declarou: “deixo pela alma de Domingas Lopes *que me criou* e de João Pereira, seu marido, cinquenta missas por cada um, os quais se lhe dirão na Freguesia de Santo André de Gondizalves, junto a Braga”. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fl. 5v. Grifo meu.

⁶² BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*, v. 7, p. 619.

⁶³ HESPANHA, A. M. “A Família” In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*. O Antigo Regime. Coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, p.245-253; p. 250.

⁶⁴ ALMEIDA, M. A. P. “Criado” In: MARTINS, C. A.; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.117.

⁶⁵ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*, v. 7, p. 619-20.

entanto, residente no “mesmo fogo de seu empregador”, isto é, em local coincidente com a casa ou terra em usufruto do amo ou senhor. Inseriam-se na lógica do “trabalho doméstico”, fundamental na economia pré-industrial de Portugal e alhures, na Europa Ocidental. O labor doméstico não incluía apenas integrantes familiares, nem tampouco se prendia ostensivamente aos afazeres realizados no interior da residência. Doméstico, aqui, significa vínculo com um amo, com uma casa, com uma unidade produtiva determinada. Em outras palavras, o trabalho exercido por criados de forma alguma se limitava ao setor de serviços – como erroneamente se supõe⁶⁶ – e estendia-se, incisivamente, às atividades produtivas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho agrícola.⁶⁷ A partir de fontes rurais da segunda metade do século XVIII, expedidas na localidade de Oeiras, nos arrabaldes de Lisboa, o mesmo autor destrinchou outras características sociológicas distintivas da criadagem. Eram, em geral, crianças, adolescentes ou jovens com idades mínima ignorada e máxima não superior a 29 anos, no gênero masculino, e a 24 anos, no feminino, que circulavam por entre casais de lavradores ou tendas comerciais, prestando serviços sob contratos muitas vezes verbais. A cada ano agrícola, podiam oferecer-se em feiras, onde encontravam lavradores dispostos a contratá-los por períodos mais ou menos longos.⁶⁸

Importa destacar que o ofício mostrava-se propício a jovens, moços e moças, em idade pré-nupcial. A criadagem esteve relacionada a um ciclo de vida específico, que se desenvolvia anteriormente ao casamento e, nesse caso, findava-se com o matrimônio.⁶⁹ Peter Laslett cunhou a expressão *life-cycle servants* para designar o trabalho exercido por criados no período compreendido entre a saída da casa dos pais e as núpcias.⁷⁰ A labuta precoce permitia aos jovens plebeus o acúmulo de algum pecúlio, posteriormente

⁶⁶ Um exemplo recente de enquadramento da criadagem no setor terciário, pode ser visto em SÁ, I. dos G. “O trabalho” In: LAINS, P; SILVA, Á. F. (orgs.) *História Econômica de Portugal. 1700-2000*, v. 1, O século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 93-121; p. 106-07.

⁶⁷ “A designação de ‘criado’ tem sido entendida como sinónimo do exercício de actividades improdutivas, sendo os indivíduos que assim são apelidados normalmente associados com o sector dos serviços. A razão para esta classificação resulta da concepção do criado no passado como tendo o mesmo lugar social e a mesma situação nos processos de trabalho que aqueles que indivíduos com a mesma designação desempenham nas sociedades contemporâneas.” Embora reconheça dificuldade em distinguir na documentação as diferentes tipologias de trabalho exercidas por esse grupo, o autor aponta que, na localidade de Oeiras, em 1767, mais de 50% dos criados estavam vinculados ao trabalho agrícola SILVA, Á. F. “Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras 1763-1810”. *Análise Social*, v. 23, n. 97, 1987, p. 531-562; p. 545.

⁶⁸ SILVA, Á. F. “Família e trabalho doméstico no hinterland...” p. 538-42.

⁶⁹ SILVA, Á. F. “Família e trabalho doméstico no hinterland...” p. 541.

⁷⁰ LASLETT, P. *O Mundo Que Nós Perdemos*, Lisboa: Cosmos, 1975. Do mesmo autor “Characteristics of the Western Family Considered over Time”, *Journal of Family History*, 2 (2), 1977, p. 89-115. Sobre o conceito de “life-cycle servants”, ver SZOLTYSEK, M. “Life-Cycle Service and Family Systems in the Rural Countryside: a lesson from historical East-Central Europe”, *Annales de démographie Historique*, n. 1, 2009, p. 53-94.

utilizado no aviamento da vida conjugal.⁷¹ Claro está, portanto, que o ter sido “criado de servir no seu princípio” refere-se ao trabalho executado, desde tenra idade, pelo jovem Henrique Lopes, seja no intervalo de doze anos em que residiu junto à ama-de-leite, seja no momento consecutivo, quando, reconhecido pelo pai, abandonou o lar adotivo e lançou-se no mercado da criadagem lusitana.

Sabemos que Henrique Lopes deixou o Minho antes de completar vinte e um anos de idade. Deve ter emigrado no segundo lustro da década de 1670. A mobilidade ofertada pelo ofício de criado deslocou-o da terra natal para outras plagas, talvez imediatamente após despedir-se da casa onde fora criado. Não se sabe por quanto tempo e nem por quais bandas errou. O itinerante girou pelo lado escuro da lua até estacar no meridiano do Reino, próximo à capital, mas ainda em seu meio rural, ambiente por excelência deste périplo juvenil. Migração, aliás, nada incomum, pois desde o século XVI crianças e jovens criados minhotos costumavam constar em róis de trabalhadores rurais de localidades sulistas, como Évora.⁷² Ao migrar, o jovem Henrique Lopes seguia o fluxo de tantos outros plebeus pressionados a deixar a terra natal. Em Gondizalves, o êxodo masculino existiu sensivelmente ao longo de todo o seiscentos e deixou marcas nos registos paroquiais. Se, por exemplo, entre 1618 e 1691, o número de meninos nascidos na paróquia ultrapassou o de meninas em 5,7%, no mesmo período o índice de óbitos registrados na igreja de Santo André foi predominantemente feminino, cerca de 11% superior, dados que comprovam a tendência emigratória para os homens.⁷³ A evasão masculina atingiu, sobretudo, jovens pré-nubentes, como o adolescente de que se trata. Provam-no as fontes matrimoniais da paróquia minhota. Dentre os noivos que se casaram em Gondizalves durante o século XVII, sobraram indivíduos vindos de outras freguesias. Já entre as noivas, mulheres nativas eram esmagadora maioria.⁷⁴

O minhoto iniciava ali a tortuosa jornada que o levará, na maturidade, até o outro lado do Atlântico, onde se tornará senhor de escravos e explorador de rica mina de ouro. Entretanto, àquele momento, o desfecho inexistia e sequer podia ser cogitado. Ao contrário, diversas marcas impressas na condição social, na memória familiar e na

⁷¹ ALMEIDA, M. A. P. “Criado” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.118.

⁷² SÁ, I. dos G. “O trabalho” In: LAINS, P.; SILVA, Á. F. (orgs.) *História Económica de Portugal. 1700-2000*, v. 1, O século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 111.

⁷³ Foram 136 batizados masculinos e 121 femininos, com dois casos de sexo indefinido. Já entre 1618-90, registraram-se 61 óbitos femininos, 49 masculinos e um cuja identificação de gênero é ilegível. LIVRO de batismos, 1618-1691. ADB, Paróquia de Gondizalves, B-550. LIVRO de óbitos 1619-1690. ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550.

⁷⁴ Entre 1619 e 1688, dezenove maridos moravam ou eram naturais de outras freguesias ao passo que dezessete residiam em Gondizalves. Já entre as esposas, trinta e duas habitavam a paróquia, e apenas oito eram forasteiras. LIVRO de Casamentos, 1619-1688, ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B- 550.

função econômica desse minhoto limitavam, sobremaneira, suas expectativas e seu universo de possibilidades. A origem sacrílega, a exposição e o enfeitamento, a condição de criado, a mácula mecânica e o conjunto de restrições e de preconceitos que recaíam por sobre o indivíduo desprovido dos estatutos religiosos, sociais e simbólicos requisitados na sociedade de Antigo Regime; todos esses fatores tolhiam muitíssimo as margens de ascensão. O peso desse passado, a atribuir-lhe condição e função irremediavelmente subalternas, não pode ser esquecido. Henrique Lopes de Araújo sequer possuiu um registro de batismo e jamais conheceu a própria mãe. Sua identidade pessoal estava atrelada a símbolos negativos, antinômicos aos valores societários de sua época.

Cap. 2 – Ratinho, abegão, eguariço, assassino e degredado: mobilidade social de um plebeu no Antigo Regime

Ratinhos se chamam os povos do bispado de Braga, porque fora da sua terra, perguntando-lhes donde vem costumavam responder que vinha de S. Pedro de Rates. (...) Finalmente querem outros se derivasse o nome *Ratinhos* dos fecundos partos das mulheres desta Província, de que se tem em breves anos povoado quase todas as mais províncias do Reino e muitos lugares da África.

Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*.

Vamos encontrá-lo no dia 21 de abril de 1681 na igreja da Misericórdia de São João Batista, na vila de Alhandra, casando-se *in facie ecclesiae* com Ana Maria, uma plebeia nativa com familiares fixados no local. A vila de Alhandra, denominação herdada dos mouros, constituía povoação habitada por camponeses e pescadores, a cinco léguas de Lisboa, no Baixo-Tejo. Em meados do século XVIII, a freguesia de São João Batista de Alhandra, cuja jurisdição incluía o espaço da vila, contava com mil oitocentos e sessenta e sete moradores, divididos por quatrocentas e sessenta e duas casas. Junto a outras vilas e lugarejos, como Póvoa de Santa Iria, Alverca, Vila Franca de Xira e Povos, Alhandra alocava-se na margem norte do Tejo, em cujas terras férteis, as lezírias, umedecidas e fecundadas pelo rio, produziam-se trigo, cevada, azeite, vinho, milho, frutas e legumes; criava-se gado e pescavam-se fataças, linguados, sáveis e sardinhas. As boas condições de navegação fluvial propiciavam ao cais de Alhandra intensa movimentação de barcos e de bateiras, que desciam rumo à capital lusitana, municinando-a de toda a sorte de gêneros produzidos ao longo de uma extensíssima área ribeirinha, comercialmente interligada por rotas terrestres e fluviais, que se alongavam desde Guarda e Covilhã, na província da Beira, passavam por Abrantes e Santarém, no Médio Tejo, e desembocavam no Baixo Tejo, depois de Benavente.⁷⁵

Política e economicamente, Alhandra era dominada pelo clero e pela nobreza lisboetas. Desde 1203, no reinado de D. Sancho, quando a Igreja se apropriou de terras tomadas aos muçulmanos, o segundo bispo de Lisboa D. Soeiro, donatário da vila, concedeu foral àqueles que ali vivessem. O concelho ou herdade de Alhandra submetia-se ao senhorio do arcebispado de Lisboa, detentor de jurisdição amplíssima sobre o território, o que mais de uma vez gerou conflitos envolvendo dignitários eclesiásticos, a nobreza local e os interesses centralizadores da monarquia.⁷⁶ O foral garantia aos

⁷⁵ GASPAR, J. “Os portos fluviais do Tejo” *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v. 5, n. 10, 1970, p. 153-204.

⁷⁶ LEITÃO, A. de O. *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização*

moradores o privilégio do couto, isto é, o livramento de crimes, mediante o pagamento de multas estipuladas por senhorios eclesiásticos. Até 1586, inexistiu ali qualquer justiça emanada do rei, situação alterada no governo de Felipe II, que, através de um breve papal, descoitou a vila e fez dela nova doação ao então arcebispo de Lisboa, dom Miguel de Castro, estabelecendo, contudo, restrições aos antigos privilégios. Mesmo nesse novo contexto, coube ainda aos arcebispos e depois aos patriarcas de Lisboa a distribuição de patentes militares e a nomeação dos ouvidores de Alhandra, que, por sua vez, “em nome do senhor da terra”, coordenavam a eleição da câmara municipal.⁷⁷

As principais produções advinham da agricultura nas lezírias e do fabrico de telhas e tijolos. Os campos ocupavam uma variada população ligada às atividades rurais, com destaque para “meloeiros, seareiros e alguns lavradores com grandes abegoarias, que chegam a semear por ano de cento e vinte moios de pão para cima”. Em especial, os campos das lezírias, que principiavam nessa vila e se estendiam até Santarém, eram arrendados ou emprazados por seus respectivos senhorios nobres e eclesiásticos a lavradores que pagavam porcentagem (a terça ou quarta parte) da produção por moio, desconsiderando-se outros direitos, como os dízimos.⁷⁸ Entre os principais senhorios achavam-se a Casa do Infantado, o Hospital Real de Todos os Santos, o Conselho da Fazenda Real e (no século XVIII) o Colégio Patriarcal de Lisboa.⁷⁹ Na documentação paroquial seiscentista, especialmente nos livros de óbito, mais atentos à descrição da posição e da função sociais de defuntos e de seus familiares, é possível detectar em Alhandra um extenso e diversificado contingente camponês: atafoneiros e moleiros⁸⁰, caçadores, feitores, “homens do campo”, hortelões, lavradores, “lezirões” (exploradores das lezírias), meloeiros, obreiros⁸¹, trabalhadores⁸², criados e zambujeiros⁸³. A indústria

(meados do século IX – início do século XIV). Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado em História Medieval, p. 54. CUNHA, M. S. da “Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (século XVI-1640)” In: CUNHA, M. S; FONSECA, T.(eds.) *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-EU, 2005, p. 94.

⁷⁷ NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra, ANTT, Memórias paroquiais, v. 2, nº 69, p. 539-44. *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira*. Análise e Diagnóstico. Caderno IV – História e Património, v. 1. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, julho de 2004, p. 9.

⁷⁸ Segundo Bluteau, “em Portugal chamamos lezírias uns campos ao longo do campo, em que as águas entram, quando transbordam, empoçadas na terra, com o nateiro que deixam sobre ela a fertilizam.(...) Diz Luis Mendes de Vasconcelos que a Divina Providência mandou deter a charneca com as suas estêreis areias até o limite das Lezírias, para que elas com a sua fertilidade não só provessem a cidade de trigo, milho, cevada, chicharos, lentilhas, grãos e feijões, mas de palha, que de outra parte não podia vir, tão abundantemente, que se podem nela sustentar grandes exércitos de cavalaria”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....* v. 5, p. 105.

⁷⁹ NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra... p. 543-44.

⁸⁰ Atafoneiro: oficial que governa uma atafona, isso é, um moinho em seco, que uma besta faz andar. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....*v. 1, p. 624.

⁸¹ “Obreiro: oficial que trabalha para ganhar a sua vida”. BLUTEAU, v. 6, p. 18.

oleira era outra atividade importante. Sabemos que em meados do século XVIII, existiam três grandes telhais em Alhandra.⁸⁴ Na centúria anterior houve a presença marcante de oleiros, telheiros, carvoeiros e pedreiros (cf. Quadro 3).⁸⁵

Com porte secundário, a pecuária podia se dar em outeiros propícios à transumância, como o Monte Castelo, no centro da vila, única referência geográfica que se assemelhava à topografia acidentada de Gondizalves, onde o emigrado havia aprendido o manejo bovino. Indicada nos livros paroquiais, a presença de oficiais responsáveis por animálias atesta o desenvolvimento do ramo: anotaram-se abegões, almocreves⁸⁶, carreiros e carreteiros⁸⁷, ferradores, cortadores⁸⁸, guardadores de gado, mestres de vaca e pastores (cf. Quadro 3). No alto do Monte Castelo, mais precisamente no adro da igreja de São João Batista, havia o Miradouro, a partir do qual se obtinha belíssima vista da Estrada Real e das embarcações que adentravam o estuário do Tejo.⁸⁹

O setor mais vívido da economia de Alhandra, a distingui-la do ruralismo predominante no norte, consistiu na exploração das potencialidades fluviais e marítimas do Tejo. Outra vez os registros de óbito do século XVII mostraram uma população ribeirinha empregada em ofícios ligados direta ou indiretamente à navegação: armadores⁹⁰, barqueiros, bateiros e bateleiros⁹¹, calafates⁹², chichileiros⁹³, companheiros (de barca ou de bateira)⁹⁴, cordoeiros⁹⁵, enguieiros, estalajadeiros,

⁸² “Trabalhador: obreiro; o que trabalha no campo, ou aonde se fazem obras, que leva pedras, cal, etc.” BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 8*, p. 122.

⁸³ “Azambujeiro ou zambujeiro. Oliveira brava. Dá uma azeitona comprida e delgada, cujo azeite é bom para muitas mesinhas e se come também como as azeitonas, botado em caldas. O pau desta árvore é muito rijo; dele se fazem as entrosas e varandas dos lagares e moinhos. É a única árvore em que se enxertam oliveiras”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 1*, p. 689.

⁸⁴ NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra... p.543-44.

⁸⁵ ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

⁸⁶ “Almocreve: o que leva bestas de carga de uma parte para outra”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 1*, p. 273.

⁸⁷ “Carreiro: o que acarreta com o carro. O que governa um carro com bois. Carreteiro: o que governa a carreta. *Vid.* Carreiro”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 2*, p. 164.

⁸⁸ “Cortador: cortador do açogue ou cortador de carne”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 2*, p. 573.

⁸⁹ NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra... p. 533 a 548.

⁹⁰ “Armador: armador de navios. Aquele que com licença do Príncipe arma contra o inimigo um ou muitos navios de guerra. Difere do pirata porque este não tem licença para armar. Também se chama armador aquele que tem parte e está interessado neste gênero de navios.” BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 1*, p. 498.

⁹¹ “Barqueiro: o que governa o barco. O ofício de barqueiro, ou a arte de governar um barco. Ser barqueiro, ganhar a vida neste ofício”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 2*, p. 52. Vale o mesmo que bateleiro.

⁹² “Calafate: oficial que com breu e estopa tapa as juntas e fendas de tabuas, para que a água não entre no navio”. Calafetar um navio significava “tapar-lhe os buracos”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez....v. 2*, p. 44.

⁹³ Chinchas ou Chinxas eram redes utilizadas na pesca, para “arrastar” peixes e frutos do mar.

⁹⁴ O que acompanha o barqueiro ou bateleiro nas viagens por mar.

esteireiros⁹⁶, mercadores, “homens do mar”, pescadores, regatões e vendedores diversos⁹⁷, tanoeiros⁹⁸, tanqueiros⁹⁹ e tecedeiras. No acervo paroquial do século XVII, a menção a pescadores foi a mais recorrente, ilustrando o fato de que a atividade piscatória absorvesse o maior conjunto de braços, conforme se vê no Quadro 3.

A profusão de ofícios e de oficiais voltados ao comércio aquífero era proporcional à movimentação verificada no cais de Alhandra, tido “não só por arte, mas por natureza” o melhor ancoradouro nas proximidades de Lisboa. Naus saídas do Ribatejo encontravam ali, “em tempestades, abrigo, não só das embarcações da vila, mas ainda das que de cima do Tejo a ele se vem acoitar, suspendendo três a quatro dias, se é preciso, a jornada para Lisboa”. Em função de condições geoeconômicas privilegiadas, desenvolveu-se esse ramo comercial que absorvia a maior parte dos moradores, empregados como “mareantes, de que havia muitos de grande negócio”. A pesca também se dava por meio de navegações. Os pescadores utilizavam barcos e bateiras fabricados na própria vila, assim como as chinchas, redes nas quais se arrastava grande quantidade de pescado, ferramenta predatória responsável pelo progressivo extermínio da vida marinha.¹⁰⁰ Foi certamente em Alhandra que Henrique Lopes aprendeu a arte de tecer esses “covos de pescar”, que viria a fabricar posteriormente no Rio de Janeiro.¹⁰¹ Outros ofícios tinham caráter heterogêneo e aproveitavam-se tanto do ambiente camponês quanto do traçado urbano e das trocas comerciais que se davam no cais, a exemplo de barbeiros, boticários, carpinteiros, cirurgiões, confeitários, coveiros,

⁹⁵ “Cordoeiro: oficial que faz cordas”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 2, p. 547.

⁹⁶ Esteireiro era o oficial que fazia esteiras. Como termo de “marinhagem”, chamava-se esteira ao “fundo das velas” de barcos e navios. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 3, p. 31.

⁹⁷ O significado dado por Bluteau, nesse caso, transmite ideia imprecisa. Segundo o dicionarista, regatão era o “homem que compra mantimentos ou mercancias para vendê-los com algum lucro. Deriva-se do francês, *regatier*, que é aquele que compra em grosso para vender em miúdo. Mais particularmente chamamos regatão ao homem que compra ovos, frangos, galinhas etc. para conventos de freiras”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 7, p. 194. Historicamente, entretanto, o regatão está associado ao comércio realizado por meio de rios, sendo o comerciante que percorre rotas fluviais a transacionar gêneros em comunidades ribeirinhas. Nos registros de óbito de Alhandra entre os anos de 1634-1690 anotaram-se, além de regatões, vendedores de peixes, de doces e de tecidos de linho.

⁹⁸ “Tanoeiro: oficial que faz tonéis, pipas, barris”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 8, p. 40.

⁹⁹ O tanqueiro fabricava ou explorava tanques. Segundo o dicionarista, tanque consistia num grande “receptáculo de água. Entre lagoa e tanque há esta diferença, que faz a lagoa das águas vertentes, que de todas as partes se ajuntam em terras baixas e por nenhuma parte delas tem saída. Mas o tanque é feito à mão, com indústria humana nas casas, hortas ou jardins, para regá-lo, e nele de ordinário se criam peixes”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 8, p. 40-41.

¹⁰⁰ Segundo o padre Maurício Villaça, vigário de Alhandra em meados do século XVIII, a pesca no Tejo e no mar havia entrado em decadência com a diminuição progressiva do número de pescadores e do montante pescado; e “todos afirmam que deste dano é causa umas redes que certas povoações tem, a que chamam chinchas, de arrastar, que tirariam do mar um vintém, se o acharem”. NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra... p. 543.

¹⁰¹ HABILITAÇÃO de Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, letra H, maço 4, doc. 31, fl. 1.

ferreiros, médicos, mialheiros, músicos, parteiras, sapateiros, serralheiros, soldados, taverneiros e tendeiros.

Oficiais Marítimos	I	II	Oficiais camponeses	I	II	Oficiais urbanos	I	II
Armador	0	6	Abegão	6	9	Alfaiate	2	17
Barqueiro	7	4	Almocreve	4	4	Barbeiro	13	9
Bateireiro	3	0	Atafoneiro	2	5	Boticário	1	5
Calafate	2	9	Caçador	1	5	Carpinteiro	1	4
Chichileleiro	2		Carreiro	3	3	Cirurgião	2	2
Companheiro (de barca, de pescador)	7	6	Carreteiro	1	0	Confeiteiro/ven- dedor de doce	2	1
Cordoeiro	4	13	Carvoeiro/ borralheiro	0	4	Coveiro	2	1
Engueiro	2	2	Cortador/ cortadeira	1	6	Estalajadeiro (a)	3	0
Esteireiro	1	5	Feitor	2	0	Ferreiro	6	5
Homem do mar	3	7	Ferrador	4	0	Gaiteiro	2	1
Pescador	33	55	Ferrador	0	7	Livreiro	1	0
Regatão da Corte	1	1	Guardador (de gado)	1	3	Médico	2	2
Tanqueiro	2	3	Homem do campo	1	2	Mercador	1	0
Vendedora de peixe (vendedeira)	3	1	Hortelão	4	5	Músico	1	2
			Lavrador	13	10	Parteira	7	0
			Lizirão	2	2	Sapateiro	6	22
			Meloeiro	4	1	Soldado	12	0
			Mestre das Vacas	0	1	Soldador	1	0
			Mialheiro/Mealgreiro	1	4	Pedreiro	7	6
			Moleiro	4	12	Taverneiro	0	1
			Obreiro	3	2	Vendedor de pano de linho	1	0
			Oleiro	3	5			
			Pastor de gado	1	0			
			Pavoeiro	0	1			
			Serrador	0	1			
			Serralheiro	2	3			
			Tanoeiro(a)	3	8			
			Tecedeira	0	1			
			Telheiro	1	3			
			Tendeiro (a)	2	4			
			Trabalhador	9	7			
			ZambujeiroAzeiteiro	3	0			

Quadro 3. Oficiais mecânicos indicados nos óbitos de Alhandra (1634-1690).

I- falecidos; II- citados como parentes ou pessoas relacionadas ao falecido.

Fonte: ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

O núcleo urbano detinha extensão razoável e sustentava uma parcela de oficiais prestadores de serviços à gente situada nos campos e também aos homens de mar que aterravam no cais. É importante frisar que, comparada a Gondizalves, terra natal de

Henrique Lopes, Alhandra detinha sociedade mais complexa e dinâmica. O número de moradores era incomparavelmente maior. No meio século intercalado entre 1640-90, a paróquia minhota teve média de apenas 1,62 óbitos anuais. No mesmo período, faleceram em Alhandra cerca de cinquenta e duas pessoas por ano, proporção mais de trinta vezes superior. Razão semelhante se repetiu nos assentos matrimoniais sucedidos entre 1640-80, da ordem de 0,7 cerimônias por ano em Gondizalves, enquanto Alhandra teve média de dezoito casamentos anuais. O leque de atividades econômicas também se mostrou mais diversificado, pois incluía, além de lidas agropastoris e ofícios mecânicos, uma extensa cadeia de relações comerciais, proporcionadas pela proximidade com a Corte, via acesso fluvial. A 15 de agosto, realizava-se a feira franca de artífices e trabalhadores, onde o criado minhoto pôde oferecer seus talentos laborais.¹⁰² Menor de vinte e um anos, ele parece ter obtido rápido sucesso, angariando matrimônio com uma plebeia local.

O registro de casamento de Henrique Lopes e Ana Maria foi surpreendente. Nele, o responsável pela cerimônia, padre Domingos Oliveira, informou que o noivo era filho do casal Thomas Lopes e Domingas da Rocha, tendo sido batizado na freguesia de Santo André, arcebispado de Braga. De menor idade, o nubente obtivera dispensa nos banhos por parte do juiz dos casamentos. Já a noiva era filha do casal Manuel Caeiro e Antônia Dias, esta já defunta, naturais e moradores da vila de Alhandra.¹⁰³

A paternidade de Henrique Lopes chama atenção. Primeiramente porque o vínculo eclesiástico do pai foi omitido ou – mais propriamente – ocultado. A identidade da mãe, ao que tudo indica, teria sido inventada, assim como o dado de que o minhoto adviera de relação familiar legítima, suposto filho de pais oficialmente casados. Outra informação improvável era a de que o noivo houvesse sido batizado em Gondizalves, quando sabemos jamais ter-se tomado nota de seu assento nos livros paroquiais de Santo André. Ora, não há hipótese a considerar senão a de que essas informações foram conscientemente forjadas, sob a conivência das autoridades envolvidas e o patrocínio do próprio noivo, interessado em olvidar seu passado como prole sacrílega, filho de figura eclesiástica e de mãe incógnita, criança exposta, criada em casa camponesa.

A dispensa dos banhos explica o sucesso do estratagema. Desde o Concílio de Trento, o processo de “correr os banhos” era parte obrigatória do sacramento

¹⁰² NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra, ANTT, Memórias paroquiais, v. 2, nº 69, p. 539-44. *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira*. Análise e Diagnóstico. Caderno IV – História e Patrimônio, v. 1. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, julho de 2004, p. 9.

¹⁰³ ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Paróquia de Alhandra, Livro C2, fl. 164v.

matrimonial, a que deveriam ser submetidos todos os aspirantes ao casamento. Consistia na apresentação pré-nupcial de várias certidões comprobatórias ou testemunhais, destinadas a conferir dados pessoais, familiares e biográficos dos nubentes, atestando assim estivessem aptos à contração de união religiosa. Através de tais documentos, certificavam-se, por exemplo, o nome, a filiação, o local de batismo e as freguesias onde os noivos houvessem residido por período maior que seis meses. Pretendia-se com isso coibir que indivíduos detentores de quaisquer impedimentos (casamento válido contraído anteriormente ou a tomada de voto religioso, entre outros) consumassem matrimônio em desacordo aos preceitos católicos tridentinos. Apesar dos esforços fiscalizadores, exceções e burlas à regra jamais foram incomuns.¹⁰⁴ Em Alhandra, entre 1634 e 1685, cerca de quarenta e um matrimônios tiveram dispensa de banhos, metade por vínculo de consanguinidade, dezesseis por menoridade e outros cinco por causa desconhecida.¹⁰⁵

A esposa Ana Maria era filha do casal Manuel Caeiro e Antônia Dias, ele barqueiro, ela descendente de Pedro Fernandes, alcunhado “o Lua”, todos naturais de Alhandra. Casaram-se em 1652, na igreja de São João Batista.¹⁰⁶ Ao envolver nubentes nativos, esse matrimônio enquadrou-se na regra comum dos casamentos registrados na freguesia. Dos 279 noivos cuja origem foi explicitada nos documentos, quase a metade (133 casos, cerca de 47,6%) era de Alhandra. Entre as nubentes, o índice bateu 83% de nascidas em freguesia (206 casos num total de 248 registros identificáveis). A união entre dois conterrâneos ocorreu pelo menos 114 vezes, num universo de 877 casamentos anotados entre 1634-85 (12,9%).

Perceba-se, todavia, que embora o enlace de nubentes nativos fosse comum, uma parcela considerável de casamentos envolveu forasteiros, sobretudo entre os noivos. O casamento do minhoto Henrique Lopes e da nativa Ana Maria ilustra a tipologia de matrimônios travados entre moças/mulheres locais e jovens/homens originários de paragens mais ou menos distantes.

¹⁰⁴ FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 58-61. SILVEIRA, A. da S. “Casando em segredo: um estudo sobre os casamentos de consciência, Bispado do Rio de Janeiro, século XIX”, *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 2004, p. 1-17. FREITAS, D. T. L. “Os registros paroquiais de casamento e batismo de Porto Alegre (1772-1835) e as repercussões da Reforma Religiosa no Brasil Meridional” *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. 5, n.15, 2013, p. 1-15.

¹⁰⁵ LIVRO de registro de casamentos. 1634-86. ANTT, ADL, livro C2, cx. 9.

¹⁰⁶ LIVRO de registro de casamentos. 1634-86. ANTT, ADL, Livro C2, cx. 9, fl. 35.

Lugares	Nº	Províncias	Percentagem
Ilha de São Miguel	1	Açores	0,3
Évora (Arcebispo)	1	Alentejo (Entre Tejo e Guadiana)	0,7
Mourão	1		
Algarve	1	Algarve	0,3
Aveiro	2	Beira	13
Coimbra	12		
Vila Longa	2		
Viseu (Bispado)	20		
Barcelos (Termo)	2	Entre Douro e Minho	7,3
Braga (Arcebispo)	13		
Guimarães	1		
Porto	5		
Alenquer	2	Estremadura	75,6
Alhandra	133		
Alverca	13		
Benavente	4		
Calhandriz	1		
Coutos de Alcobaça	1		
Leiria	3		
Lisboa	5		
Pernes	1		
Povos	10		
Samora Correia	2		
Santarem	1		
Santo Antonio do Tojal	1		
São João dos Montes	8		
São Pedro dos Dois Portos	1		
Sobral (Espírito Santo do)	9		
Sintra (Termo)	2		
Vila Franca de Xira	10		
Vila Nova da Rainha	2		
Vermelha (Cadaval)	2		
Lamego (Bispado)	2	Trás os Montes	0,7
Cardosas da Ribeira	1	Desconhecida	1,4
Castanheira	3		
São Pedro de Doninhas	1		

Quadro 4. Origem dos noivos de sexo masculino casados em Alhandra (1634-1685). Fonte: LIVRO de registro de casamentos, 1634-86. ANTT, ADL, Lv C2 - Cx 9.

Conforme demonstrado no Quadro 4, um grande grupo de noivos adveio de vilas ou lugarejos próximos, ainda na foz do Tejo, como Alverca, Calhandriz, Sobral, Benavente, Samora Correia, Povos, Vila Franca de Xira, São João dos Montes, Vila Nova da Rainha, Santo Antônio do Tojal e Lisboa. Excetuando-se Alhandra, as demais

origens situadas na província de Estremadura alcançaram 27,9% dos registros. Por outro lado, houve expressivo contingente de homens saídos de paragens setentrionais longínquas, como Barcelos, Braga, Guimarães, Lamego, Porto, Viseu, Vila Longa, Aveiro, Coimbra e Leiria. Das províncias da Beira, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes vieram cerca de setenta nubentes (24,7%). Note-se a rala presença de alentejanos e algarvios, que juntos perfizeram um centésimo dos nubentes.

Somados, os noivos não naturais de Alhandra chegaram a representar uma maioria de até 52% dos nubentes. Ressalve-se, entretanto, que os dados e os percentuais apresentados no Quadro 4 consideram somente casos nos quais o assento matrimonial identificou a origem do noivo. Essa identificação ocorreu em apenas 279 registros de um total de 877, isso é, em 31,8% dos casos. A omissão informativa sobre a naturalidade do cônjuge incidiu preferencialmente nos assentos de pessoas originárias da freguesia local e proximidades. Ou seja, o percentual de noivos forasteiros calculado acima está, provavelmente, superdimensionado. De qualquer forma, permanece válida a constatação de que Alhandra recepcionou nesse período, sobretudo na segunda metade do seiscentos, significativo conjunto de migrantes, muitos dos quais contraíram matrimônio com plebeias nativas.

Os minhotos oriundos do bispado de Braga eram jocosamente alcunhados “ratinhos”. Segundo Bluteau, o apelido se lhes aplicava porque, uma vez fora da sua terra, quando perguntados donde vinham, “costumavam responder que vinham de São Pedro de Rates”. Outra versão relacionava o epíteto depreciativo aos “fecundos partos das mulheres desta província [de Braga ou do Minho], de que se tem em breve anos povoado quase todas as mais províncias do Reino e muitos lugares da África, Ásia e América, nas conquistas de Portugal”.¹⁰⁷ Entre 1634-90 faleceram em Alhandra quinze “ratinhos” e quatro “ratinhas”, contabilizados apenas os que tiveram a alcunha acusada no atestado de óbito.¹⁰⁸ Nos casamentos, um noivo era filho de uma “ratinha”.¹⁰⁹ A presença de “ratinhos” em Alhandra foi, decerto, muito significativa, considerando ainda os que não deixaram vestígio documental na paróquia. Embora não tivesse sido batizado na igreja de São Pedro de Rates e apesar de seu registro de casamento omitir a pecha, Henrique Lopes era, sem dúvida, um “ratinho”. A explicitação ou omissão da

¹⁰⁷ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 7, p. 120.

¹⁰⁸ ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

¹⁰⁹ A 7 de janeiro de 1656, Manuel Rodrigues, filho da “Ratinha”, casou-se com Isabel Pereira, criado do padre Domingos da Fonseca. LIVRO de registro de casamentos. 1634-86. ANTT, ADL, Lv. C2, Cx. 9, fl. 42.

alcunha nos assentos paroquiais parece ter dependido de fatores sociais ambíguos, difíceis de divisar, que talvez estivessem atrelados à manutenção, por parte do minhoto ou minhota em causa, da situação de penúria que caracterizava em geral os emigrados.

Os números apresentados atestam que a vila de Alhandra atraía muitos migrantes nortistas. Significativamente, todos os dezesseis nubentes dispensados nos banhos por menoridade, incluindo o próprio Henrique Lopes, vinham das províncias do Minho, Trás-os-Montes ou Beira. Eram jovens criados que tinham em comum a origem plebeia, a iniciação na labuta braçal e a precoce experiência migratória, que os encaminhara da casa dos pais até “vir de menor idade da dita sua terra natal” para plagas próximas à capital lusitana.¹¹⁰ Assim como o enjeitado de Gondizalves, esses criados projetaram-se a partir de relações familiares fluídas e de condições materiais precárias, forçando-os à obtenção, desde tenra idade, da própria sobrevivência. Uma vez absorvidos na nova realidade, mais dinâmica e multifacetada, a obtenção de matrimônio parece marcar a transposição da primeira barreira social, a que separava o universo da criadagem dos demais ofícios plebeus, reservados ao homem adulto. Casados, os ex-criados podiam enfim adentrar o mercado de atividades desempenhadas por plebeus, camponeses, oficiais mecânicos e demais corporações laborais.

Tudo leva a crer que, após o casamento, tendo se fixado em Alhandra junto à esposa, Henrique Lopes exerceu ali a função de *abegão*, em alguma das “grandes abegoarias” locais.¹¹¹ A definição dada por Bluteau é por demais genérica para que se compreenda a importância atribuída à função. Segundo o dicionarista, o abegão era criado também subalterno ao lavrador, cuja especialidade consistia no cuidado com carros de boi, arados, charruas e demais utensílios movidos por tração animal ou por força humana empregados na lavoura.¹¹²

Mas não haja engano: ser abegão assinalava escalada significativa no espectro profissional de um plebeu que iniciara a trajetória laboral como criado de servir. Segundo Isabel Franco e Luís Amaral, o abegão era criado de lavoura encarregado da abegoaria, a quem competia a guarda dos rebanhos e das alfaías agrícolas. Trabalhava

¹¹⁰ A expressão se dá no matrimônio de Paulo do Canto e de Maria Ferreira, lavrado a 3 de dezembro de 1671. Natural de Guimarães, o noivo apresentou ao provisor dos casamentos certidão comprobatória de “vir de menor idade da dita sua terra natal”. O mesmo ocorrera com André Gonçalves, natural de Coimbra, em 1646, que obteve dispensa para casar-se com uma nativa “porque provou vir para esta vila de menor idade”. LIVRO de registro de casamentos. 1634-86. ANTT, ADL, Lv C2 - Cx 9, fls. 24v. e 114v.

¹¹¹ ANTT, HOC, letra H, maço 4, doc. 31, fl. 1.

¹¹² “Abegam, Abegão, aquele que tem cuidado do carro, bois, etc. Vai lavar como criado do lavrador. Abegoaria: bois, arado, charrua e tudo o mais com que se lava, assim não vivente como animado.” BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez*....v. 1, p. 23.

sob contrato de um ou mais anos, auferindo salário que combinava percepções em dinheiro e em gêneros.¹¹³ Já Maria Antónia Pires de Almeida destaca-o como regente das charruas puxadas por juntas de bois, aplicadas na lavoura, exercendo comando sobre ganhões, maiores e *sotas*.¹¹⁴ Se lhe atribuía também o fabrico, condução e reparo dos carros agrícolas. Sua função diretiva sobre os demais trabalhadores permite, com mais acerto, considerá-lo “o empregado mais importante da casa agrícola”. Silva Picão tinha-o por “chavão da lavoura”, funcionário que supervisionava todos os serviços da “ganharia”, como “mandante e cabeça”, e só prestava obediência ao “amo”, que, por sua vez, o tratava por seu imediato direto na administração da propriedade.¹¹⁵

É difícil precisar a importância específica do ofício de abegão na Alhandra do século XVII. No intervalo de 1634-90, ali faleceram seis abegões e se fizeram nove menções à função dentre parentes de pessoas mortas. Nos assentos de casamento, inexistente referência à função. É certo que houve oficiais mais presentes no meio agropastoril. Por exemplo, no mesmo período, os óbitos de “lavradores” (dez mortos e dezessete referências de parentes) e de “trabalhadores” (nove mortos e sete citações de parentes) foram mais numerosos, a partir do que se pode supor que tais postos empregassem maior contingente de oficiais (vide Quadro 3). Nesse caso, a seletividade não implicou prestígio social. Tudo leva a crer que, no campo de Alhandra, a função de lavrador fosse preponderante, seguida dos postos de abegão e de trabalhador, hierarquicamente inferiores. Depreende-se isso a partir de filtros postos nos assentos de óbito. Dos treze lavradores falecidos, sete redigiram testamentos, dez prescreveram a

¹¹³ FRANCO, I; AMARAL, L. “Abegão” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.98-99.

¹¹⁴ Segundo a autora, *sotas* eram ajudantes do abegão. ALMEIDA, M. A. P. “Sota” In: MARTINS, C. A.; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 187-88.

¹¹⁵ Baseada em Silva Picão, a autora esmiúça ainda outras atribuições do abegão: “Sendo as suas funções governar e dirigir a lavoura, no trabalho braçal o *abegão* colocava-se à direita da gente que dirigia e na lavoura tomava a frente da ‘*píscola*’ dianteira, escolhendo para si as duas melhores juntas de bois”; estimulava o brio dos ganhões, animando-os no trabalho, dando-lhes bons exemplos e, sendo preciso, ‘arrumando-lhe ferroadas a tempo’; dava ‘as horas’ de pegar e largar o trabalho e das refeições; punha a mesa e distribuía as merendas; intervinha nas acomodações, abonos e pagamentos ao pessoal, assentando os dias perdidos; encarregava-se sozinho, ou com a ajuda do carpinteiro, da ‘armação ou enganche das *enteichaduras*’ e dos amanhos das mesmas, substituindo as peças partidas ou gastas por outras novas ou consertadas; talhava os ‘*apeiros*, *corneiras* e brochas’ para a renovação da ‘*apeiragem*’ (utensílios da lavoura) e zelava belas condições desta e de todas as ferramentas, informando o patrão do que era necessário comprar; dirigia a *ganharia* nos combates aos incêndios; ajudava os criados da casa a resolver os problemas que surgissem; e podia delegar no *sota*, *boieiro* ou *ganhão* as atribuições a que não pudesse atender e que aqueles soubessem desempenhar. No entanto, este autor distingue o *abegão* de Elvas, atrás descrito, do de Campo Maior, que seria simplesmente um carpinteiro de carros por aqui se chamar *apeirador* ao encarregado da ganharia e da lavoura. Este termo reflecte, aliás, a proximidade de Campo Maior a Espanha e identifica-se com o *aperador* andaluz, definido como um feitor”. ALMEIDA, M. A. P. “Abegão” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 99-101.

realização de ofícios religiosos *pro anima* e apenas um foi classificado como “pobre” pelo padre. Os trabalhadores, por sua vez, apresentaram índices muito inferiores: nenhum deles fez testamento, tampouco pôde pagar ofício religioso e, além disso, dois foram considerados “pobres”. Por fim, os abegões situaram-se num estrato intermediário: se também *nada tinham de seu* e, portanto, *não tinham de que fazer testamento*, metade deles conseguiu, ao menos, quitar ofícios religiosos.¹¹⁶ Desse ponto de vista, abegões e trabalhadores encontravam-se socialmente próximos, a certa distância dos lavradores, plebeus que haviam superado obstáculo decisivo: exploravam terra própria ou de senhorios, a quem deviam direitos e tributos, mas já não se colocavam em função subalterna no interior da própria classe. Bluteau tinha razão: apesar de menosprezados, vistos como “pobres rústicos e vilões (...) que levam triste e penosa vida, sem criação, sem estudo nem estimação alguma”, lavradores ascendiam sobre diversos empregados agrícolas, a exemplo do abegão, a quem tinham por “criado”. A importância do lavrador na sociedade portuguesa de Antigo Regime refletiu-se na extensão do verbete escrito pelo dicionarista, que se alonga por três páginas.¹¹⁷

Tenha-se o cuidado, entretanto, de relativizar esse quadro excessivamente estático. A condição plebeia implicava mobilidade e instabilidade, dependente de arranjos complexos, que respondiam às ambições individuais e grupais, assim como reagiam às pressões sociais impostas a partir de cima. A taxionomia hierárquica das funções pode trazer a errônea suposição de que a vida social respeitasse estritamente os limites da linguagem normativa de época. Quando, em verdade, o que ocorria era a constante junção e disjunção dos padrões sociais, manejados por indivíduos e por agentes sociais em razão de interesses próprios. Nesse sentido, distintos ofícios plebeus podiam vir a ser desempenhados simultaneamente por um mesmo trabalhador. Em Alhandra, foi comum encontrar camponeses inseridos em atividades marítimas e comerciais. Por exemplo, em dezembro de 1677, o abegão Manuel João morreu afogado no mar, quando o barco em que estava, comandado pelo pescador Antônio Rodrigues, afundou, matando outras três pessoas a bordo, aparentemente todos pescadores. Poucos dias depois, outro abegão, João Cais, também se afogou no Tejo indo para as lezírias. Sabemos que o pai de Ana Maria, esposa de Henrique Lopes, era barqueiro. Não é desarrazoado cogitar que, aproveitando-se dessa inserção familiar, o abegão minhoto

¹¹⁶ Nos óbitos de Alhandra, as expressões “nada tinha de seu” e “não tinha de que fazer testamento” foram muito comuns e indicavam situação de pobreza ou miséria.

¹¹⁷ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez*....v. 5, p. 55-58.

tenha aprendido o ofício piscatório ou outra atividade conexas à lida mareante. Esse saber viria a possibilitar sua sobrevivência no litoral da América portuguesa, onde, recém chegado ao porto carioca, passou a explorar as potencialidades comerciais da Baía de Guanabara.

A mobilidade também se deu no interior dos ofícios dispostos à criação agropastoril. Após passar de criado de servir a abegão, Henrique Lopes logrou assumir a condição de *guardador de éguas*. Perceba-se a ascensão hierárquica do posto. A atribuição genérica de guardador no mundo agrícola distinguia-se conforme o animal, a exemplo dos guardadores de gado, de vacas, de ovelhas, de porcos, de patos, etc. Nesses casos, a rusticidade associada aos guardadores correspondia às diferentes escalas valorativas dadas aos animais pelos quais se responsabilizavam. Na Alhandra seiscentista, há notícia de guardadores e pastores de gado, além de um “mestre das vacas” (vide Quadro 3). Todos esses guardadores eram considerados submissos ou inferiores ao abegão. Porém, o mesmo não se aplicava ao *eguariço* ou “guardador de éguas e cavalos”. Desde a Baixa Idade Média, sobretudo após o reinado de Afonso IV (1325-57), quando a escassez de cavalos tornara-se problemática em Portugal, o gado equino era posse requisitada e valiosa, requerida em número cada vez maior por nobres e cavaleiros, empregada como “arma de guerra” ou, mais propriamente, por símbolo do *ethos* associado à nobreza. Daí porque o trato com éguas e cavalos e a criação de gado equino, sobretudo de cavalos de raças determinadas, estavam relacionados à reprodução social e simbólica da ordem guerreira.¹¹⁸

Praticada no centro-sul de Portugal, a produção de gado cavalar requeria a figura do eguariço, sobretudo em casas agrícolas portadoras de coudelaria, estabelecimento onde se aperfeiçoavam as raças equinas. Em fins do século XV, havia uma coudelaria em Alhandra.¹¹⁹ Envolvido especificamente no trato de éguas e garanhões, coordenando as cobrições, ou restrito à lida com a cavalaria de sela, o eguariço encontrava-se, de todo modo, safo do labor agrícola mais vil. Sempre através de Maria Antónia Pires de Almeida sabemos que esse trabalhador era o único a receber soldada exclusivamente em dinheiro, privilégio não estendido aos demais pastores ou ganadeiros.¹²⁰ Por tudo isso, era tido e havido por criado “grave”, isto é, “importante”, “que tem autoridade no gesto, no andar, nas palavras”, “digno de fé”.¹²¹ Para Isabel dos Guimarães Sá, criados graves,

¹¹⁸ FRANCO, I; AMARAL, L. “Eguariço” In: MARTINS, C. A; MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 124.

¹¹⁹ ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 26, fl. 28.

¹²⁰ ALMEIDA, M. A. P. “Eguariço...” p. 125.

¹²¹ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 4, p. 128.

“de escadas a cima”, se distinguiam dos demais, “de escada abaixo”, também por conta do grau mecânico mais ou menos “sujo” de suas ocupações.¹²² Aliás, outra vez segundo Bluteau, o ato de “sujar-se” aplicava-se ao homem que contraía matrimônio com “mulher baixa ou de sangue infecto”, erro não cometido pelo grave guardador de éguas.¹²³

A esposa Ana Maria advinha de tronco familiar há muito estabelecido no meio local. O registro mais remoto de que dispomos a respeito dos Caeiro data de 1635, ano em que faleceu Maria Caeiro, moradora no cais de Alhandra. Na década seguinte, dois casamentos e três óbitos envolveram consanguíneos. Entre 1640 e 1660, existiram pelo menos quatro casais integrados por membros familiares e todos deixaram descendência. Manuel Caeiro e Antônia Dias, pais de Ana Maria, geraram três filhas que se casariam na matriz entre 1672 e 1682. A falta dos registros de batismo impede a verificação do número de filhos do sexo masculino, que dificilmente se casavam e ainda mais raramente faleciam na freguesia natal. Sabemos, todavia, que, no Brasil, Ana Maria teve a companhia de dois irmãos, um dos quais também se aventurou nas Minas. Quando se casou com Henrique Lopes, em 1681, já havia perdido a mãe, morta dois anos antes. Depois de a última filha solteira obter matrimônio em 1682, o pai viúvo casou-se novamente, em 1684, com Isabel Siqueira, ela também viúva. Três anos depois, Manuel Caeiro enterrava uma enteada, filha de sua última esposa.

O patriarca faleceu em 1691, sem deixar testamento, indicativo de que não deveria ter o que legar. Também a matriarca Antônia Dias morreria desprovida de testamento, em 1679. O casal assemelhou-se ao grosso da população de Alhandra nesse quesito. Considerando os registros de óbito que indicaram a sua ocorrência ou não, chega-se ao montante de 298 testamentos para 885 abtestados, em proporção de um testamento para cada três falecimentos desprovidos de última vontade. A raridade dos testamentos pode ter sido ainda maior, caso uma razão semelhante se aplicasse aos quase três mil óbitos anotados na freguesia entre 1634-90. Essa lacuna testamental ligou-se muitas vezes, mas nem sempre, à imputação de pobreza. No mesmo período, 472 falecidos, representativos da sexta parte dos óbitos, foram declarados *pobres*, divididos igualmente entre homens e mulheres. Nenhum deles deixou testamento. Contudo, embora desprovidos desse documento, os pais de Ana Maria não tiveram acusada situação de pobreza, pois ambos arcaram (através de recursos próprios ou de

¹²² SÁ, I. dos G. “O trabalho” In: LAINS, P; SILVA, Á. F. (orgs.) *História Econômica de Portugal. 1700-2000*; v. 1, O século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 94.

¹²³ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. ?, p. 779.

familiares) com as despesas da cerimônia de sepultamento e dos ofícios *post-mortem*. Quanto a esses o casal também se igualou. Antônia Dias e Manuel Caeiro receberam por bem d'alma a feitura de dois ofícios noturnos cada. Dessa feita eles se incluíram na quarta parte dos finados lembrados em ofícios religiosos destinados à salvação da alma, distinguindo-se da ampla maioria (75%) desprovida desse privilégio, conforme mostra o Quadro 5.

Ofícios Post- Mortem	Óbitos	%
0	2.120	75
1	211	7,4
2	239	8,4
3	241	8,5
4	4	0,1
Indeterminado	8	0,2

Quadro 5. Ofícios post-mortem realizados em óbitos de Alhandra (1634-1690).

Fonte: ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

Pouco informativos e menos individualizados que seus congêneres de Gondizalves, os registros de óbito lavrados em Alhandra inviabilizam estimativa mais confiável sobre a condição social dos finados. Se, por um lado, pareciam despossuídos, sem patrimônio que obrigasse ao testamento, Manuel Caeiro e Antônia Dias detinham meios suficientes para suprir os ofícios fúnebres, regalia que muitos não puderam honrar. O casal distinguiu-se, por exemplo, dos quinze infelizes enterrados *pelo amor de Deus* na Misericórdia ou na matriz. Também se diferenciou da multidão de *pobres* e desclassificados que transitavam e variavelmente morriam no cais. A hipótese mais adequada é a de que a família Caeiro ocupasse um ponto intermediário no interior da classe plebeia, equidistante em relação aos extremos. Esse posicionamento era semelhante ou pouco superior à condição da família adotiva de Henrique Lopes no Minho. Ambos os clãs compunham-se de plebeus cristãos-velhos, provedores da própria sobrevivência através de trabalho manual. A diferença essencial, nesse caso, repousava na natureza dos ofícios mecânicos desempenhados: enquanto os minhotos dedicavam-se à lida agropastoril, os ribeirinhos lançavam-se ao Tejo e ao mar. O mais antigo registro, de 1735, já indicava uma Caeiro moradora no cais. O próprio Manuel Caeiro era barqueiro.

Além desses dados biográficos, os assentos da freguesia de Alhandra nada mais dizem sobre a figura de Henrique Lopes de Araújo. Sabemos através das provanças de habilitação na Ordem de Cristo que a estadia da personagem em Alhandra foi

brutalmente interrompida por um evento capital: a autoria de um assassinato que lhe rendeu condenação a degredo por período de dez anos para o Brasil.¹²⁴ Infelizmente, a busca por qualquer informação atinente ao processo criminal revelou-se vã. Ignoram-se a data do crime, sua motivação, a forma da morte, o nome e a condição social da vítima, as características da prisão e da sentença (se as houve) e até mesmo a destinação prescrita na pena de degredo.

Crimes de homicídio, como o praticado por Henrique Lopes, não foram incomuns em Alhandra. Entre 1643-1690 enterraram-se na freguesia pelo menos dezessete pessoas vítimas de assassinato, média de um caso a cada dois anos e meio. Os registros de óbito trouxeram descrições mais ou menos detalhadas. A tipologia dos crimes variou bastante, envolvendo, de regra, a briga ou desavença pessoal entre dois ou mais homens, utilizando-se o homicida de arma de fogo (espingarda ou pistola) ou de corte (espada ou faca) para ceifar o oponente. A única mulher mencionada foi uma viúva negra, esposa anônima de um morador de Benavente, que matou o marido na Rua das Parreiras, por motivo e meio desconhecidos. O cais de Alhandra era local predileto dos valentões. Espaço movimentado, pelo qual perambulavam soldados, pescadores, homens do mar e aventureiros das mais diversas ocupações, no cais existiam tavernas e estalagens frequentadas por viajantes dispostos a não levar desaforo para casa. Lá morreram sujeitos como André de Matos, acutilado por uns homens que vinham de Lisboa, em 1645; uma década depois, Manuel João, possível trabalhador que ia da capital à feira da Vila Franca de Xira para oferecer seus préstimos laborais, entrou em “razões e briga” com Domingos da Costa, telheiro, e com “muitos outros” e terminou vitimado pela espingarda do rival. Em 1659, outro forasteiro, João Gonçalves Cordeiro, morador de Povos, foi atingido por uma “estocada” na rua do cais. Dois anos depois, um freguês de Alverca morreu da mesma forma, no mesmo local, ao tomar parte numa briga.

Nem todos os assassinatos resultaram de simples desavenças. Houve casos em que o homicida, socialmente inferiorizado, executou pessoa que se lhe sobrepunha. Em 1652, o lavrador Domingos Nunes, de alcunha o sífalo, casado havia quase vinte anos com a filha de Antônio Rodrigues, o rico, foi morto com duas facadas “que lhe deu *seu* abegão na lezíria”.¹²⁵ Um ano antes, o alcaide de Alhandra fora passado à espada, no

¹²⁴ ANTT, HOC, letra H, maço 4, doc. 31, fls. 1 e 3.

¹²⁵ O lavrador Domingos Nunes casou-se em 1635 com Domingas Gonçalves. Era homem bem relacionado na sociedade local. Assinou como testemunha em seis matrimônios realizados ao longo da década de 1640 e princípios da seguinte. Sua morte demonstra que a submissão do abegão em relação ao lavrador nem sempre se dava de forma pacífica. ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livro O3 (1634-

que parece ter sido um desafio por honra ultrajada. A viúva pagou dois ofícios noturnos pela alma do finado. Situações inversas, evidentemente, também sucederam. A estocada no coração que vitimou o criado Luiz Vaz pode ter sido desferida, em plena praça da vila, porque o subalterno avançou os limites de sua condição. Esse ímpeto foi talvez o que animou o cordoeiro Antônio Luiz a tornar-se algoz de Antônio, criado de Crispim Carvalho.

É de todo modo impossível determinar o número exato de assassinatos, pois muitos deles jamais seriam identificados como tal. A morte por afogamento, corriqueira no dia a dia da vila ribeirinha, podia passar facilmente por acidental e era, sem dúvida, o método mais indicado aos homicidas que desejassem permanecer ocultos e impunes. Entre 1634-90, asfixiaram-se na água cerca de oitenta pessoas, em média que superou mais de um afogamento anual. Desse conjunto, dezesseis corpos, todos do sexo masculino, foram *achados mortos* no rio ou no mar. Alguns cadáveres sequer puderam ser reconhecidos, devido ao grau de desfiguração, fator que dificultava ainda mais o desvendamento do que se passara. Houve episódio de evidente infanticídio, como o do recém-nascido, com dois meses de vida, encontrado na água e enterrado na igreja *pelo amor de Deus*, em 1658. E também se deram afogamentos suspeitos, como o do homem anônimo apanhado em pleno mar pelo pescador João Velho, ou o do negro, também desidentificado, cujo corpo boiou defronte ao cais.¹²⁶

Os dados demonstram que a violência interpessoal era, no século XVII, uma prática disseminada no cotidiano de Alhandra. Até certo ponto os assassinatos espelhavam o arrivismo local, propiciado pela presença de indivíduos desenraizados e móveis, itinerantes, migrantes, “ratinhos”, viajantes, homens do mar, comerciantes e outros que, vindos de plagas distantes, transitavam pelo cais e volta e meia envolviam-se em atritos. Ora, quadro semelhante será vivenciado por Henrique Lopes no Brasil, especialmente nas Minas, onde a experiência prévia de adaptação em terra estranha, repleta de aventureiros, foi sem dúvida uma vantagem.

Apesar da escassez de dados sobre o processo-crime, é possível estabelecer balizas factuais. As provanças de habilitação na Ordem de Cristo informaram que Henrique Lopes foi “para o Brasil degredado por dez anos por causa de uma morte que fez”.¹²⁷ Em seu testamento o degredado omitiu qualquer referência à condenação e ao desterro, mas confessou que, tendo se casado em Alhandra – e viu-se que o matrimônio

1686), cx. 13, fl. 54v.

¹²⁶ ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

¹²⁷ ANTT, HOC, letra H, maço 4, doc. 31.

se dera em abril de 1681 – veio de lá para a cidade do Rio de Janeiro, trazendo posteriormente a esposa. Inexiste dado sobre o momento da chegada à praça fluminense, mas sabe-se que sua estadia na cidade foi longa o suficiente, a tempo de que pudesse atuar como taverneiro, fabricante de redes de pesca e, em seguida, mercador de loja aberta, tornando-se senhor de escravos. Sua fixação no arraial de Antônio Dias, em Ouro Preto, ocorreu definitivamente em 1703.¹²⁸ Portanto, todo este périplo, que vai do casamento em Alhandra à descoberta de ouro no interior da América portuguesa, se desenrolou ao longo de vinte e dois anos, intervalo obscuro no qual as informações rarearam.

Pode-se conjecturar que o exílio brasileiro teve lugar ainda na década de 1680 ou, no limite, no primeiro lustro da década seguinte. Nesse período, aconteceram em Alhandra quatro homicídios. O mais contíguo ao casamento e único assassinato ocorrido na vila nesse decênio consistiu no óbito do padre Francisco Pedro, religioso de Santo Agostinho, natural das Canárias, morto a tiro de pistola, em outubro de 1683.¹²⁹ Os demais crimes se deram em 1690, 1691 e 1693, respectivamente, e tiveram como vítimas homens adultos que transitavam pelo cais.¹³⁰ É impossível conhecer se o homicídio cometido pelo minhoto sucedeu em Alhandra e tampouco se esteve atrelado a alguma dessas mortes. A hipótese de que fora o algoz de um clérigo agostiniano implicaria talvez pena mais severa do que a recebida. A questão da sentença merece ser avaliada.

As leis portuguesas eram especialmente rigorosas. O draconiano livro V das Ordenações Filipinas, em seu título 35, prescrevia a pena de morte a homicidas e mandantes de assassinatos. Excetuavam-se os incursos em autodefesa e os maridos algozes de esposas adúlteras, plenamente perdoados; os que vitimassem sem intenção respondiam pelas características do caso; e os fidalgos de “grande solar” tinham punição ajustada ao “estado, linhagem e condição da pessoa, assim do matador como do morto”. A pena de degredo por dez anos para o Brasil (com pregão na audiência) era indicada, especificamente, ao plebeu que, numa rixa, ferisse o oponente com tiro de espingarda, sem matá-lo. Caso fosse peão, caberiam, além do degredo, açoites e baraço no pregão.¹³¹

¹²⁸ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2.

¹²⁹ ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livro O3 (1634-1686), fl. 149v.

¹³⁰ A 29 de set. de 1690, um companheiro de barco, sem identificação, foi morto numa bateira indo para os telhais; a 9 de ago. de 1691, assassinaram Pedro de Pina na rua do cais. ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livros O3 (1634-1686) e O4 (1687-1722), cx. 13.

¹³¹ *Ordenações Filipinas*, Títulos XXXV-IX, Rio de Janeiro: Cândido Mendes de Almeida, 1870, p.

Entretanto, a duríssima legislação dificilmente aplicou-se ao pé da letra. A flexibilidade e a benignidade na condenação de criminosos deram a tônica da justiça penal lusa ao longo da Época Moderna. Poucas vezes sentenciada e ainda mais raramente executada a pena capital existia para ameaçar e pouco valer. Uma série de mecanismos jurídicos, como apelos, pedidos de comutação de pena e concessões de perdão atenuavam o rigorismo e possibilitavam o estabelecimento de arranjos diversos, por vezes vantajosos aos sentenciados e sempre promotores dos interesses da Coroa. O degredo e o desterro melhor respondiam, segundo António Manuel Hespanha, à leniência da monarquia corporativa, pouco disposta a disciplinar os comportamentos sociais a partir de regramento uniforme.¹³² Já para Timothy Coates, o sistema adequava-se ao propósito imperial, na medida em que poupava vidas de vassalos, potencialmente valiosas e úteis num contexto de estrutural escassez demográfica, conjugada à constante demanda por mão-de-obra colonizadora.¹³³

Mesmo brandas em relação à lei, sentenças de degredo eram suavizadas após apelo da parte. Muitos condenados pediam a diminuição de tempo e a alteração de destino de exílio. Outros simplesmente embarcavam para locais distintos e, em seguida, pediam legitimação. Na primeira metade do seiscentos, penas de exílio nas galés, em Angola ou no Brasil aplicavam-se costumeiramente aos autores de crimes *imperdoáveis*.¹³⁴ Considerado *grave*, o homicídio implicava em degredo do matador, permitindo-lhe, contudo, reivindicar atenuantes. Coates citou nove casos de homicidas que apelaram de suas sentenças originais, prescritivas de exílio ou degredo, e obtiveram alterações benéficas para si.¹³⁵ É bastante provável que Henrique Lopes tenha se valido do mesmo dispositivo. Sua punição equiparou-se à pena estipulada aos perpetradores de agressão armada não letal e, portanto, resultou do virtual abrandamento de uma primeira sentença mais severa.

1184-1189. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso: 03 de fev. 2015.

¹³² HESPANHA, A. M. “Da ‘iustitia’ à disciplina. Textos, poder e política no Antigo Regime” In: *Estudos em homenagem ao prof. Doutor Eduardo Correia*. Coimbra, 1986, saído em 1989. Do mesmo autor *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 61.

¹³³ COATES, T. “O sistema reage à mudança” *Revista Textos de História*, v. 6, n. 1 e 2, p. 211-237.

¹³⁴ Segundo Timothy Coates o direito português estipulava três ordens de crimes: menores, graves e gravíssimos ou imperdoáveis. Quatro eram os crimes imperdoáveis: a heresia, a sodomia, a traição (lesa-majestade) e a fabricação de moeda falsa (contrafacção). Nesses casos, suspendiam-se os atenuantes oriundos de privilégios e de estatutos sociais. Graves eram todos os crimes não incluídos nos “Perdões Gerais”, a exemplo do homicídio, da blasfêmia, da feitiçaria, etc. Por fim, crimes menores consistiam em desvios comuns como a difamação, a agressão, entre outros. Em tese, crimes imperdoáveis seriam punidos com pena capital; e graves podiam resultar em degredo. COATES, T. *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa, CNCDP. 1998.

¹³⁵ COATES, T. “O sistema reage à mudança... p. 214-15.

Àquela altura, o degredo para o Brasil nada tinha de extraordinário, mas contrariava tendência que vinha se consolidando na época. Estudiosos do tema concordam que, a partir de meados da centúria, alterando-se o centro gravitacional das possessões portuguesas, da costa indiana para o Atlântico, modificou-se também a geopolítica das penas degredativas. Em vista da crescente migração espontânea para o Brasil, que atingirá ápice na primeira metade do século XVIII, a Coroa redirecionou o fluxo de exílios forçados da América para a África (Angola, sobretudo) e para a Índia. No derradeiro quinto do seiscentos, quando Henrique Lopes foi enviado ao Brasil, essa tendência já havia se consolidado há pelo menos duas décadas. Em vista disso, é pertinente sugerir a hipótese de que a destinação brasileira tenha sido paradeiro reivindicado (quicá desejado) pelo próprio degredado.¹³⁶

Era proverbial a expectativa de que, na América, deportados lograssem rápida ascensão. “Vá degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado”, profetizou o bispo de Leiria em sentença eternizada por Frei Vicente do Salvador. Segundo Gaspar Dias Ferreira, as terras brasílicas constituíam “o jardim do Reino e a albergaria dos seus súditos”, especialmente apropriadas àquele “português a quem acontece decair a fortuna”. É evidente que poucos cumpriram a utopia. Mas o ímpeto desse imaginário motivou tantos quantos arribaram no Brasil.¹³⁷

Em fins do século XVII, a sociedade carioca vivenciava contexto de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, enquanto o porto local estava prestes a se tornar o mais frequentado do Atlântico Sul. Ainda nas primeiras décadas da centúria, especialmente entre 1612 e 1639, havia se constituído significativo conjunto de engenhos, responsáveis pela terceira maior produção açucareira dentre as regiões brasileiras, superada apenas por Pernambuco e Bahia.¹³⁸ Em fins de seiscentos, o número de engenhos superava cento e trinta unidades.¹³⁹ De início, a mão-de-obra das plantações e moendas compunha-se basicamente de “escravaria da terra”, isto é, de indígenas capturados e submetidos a trabalho compulsório. Porém, desde meado do século os “negros” ou “gentios da terra” foram substituídos por africanos adquiridos

¹³⁶ FERREIRA, E. S, *Origens e Formas da Emigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p. 31-33.

¹³⁷ MELLO, E. C. “Uma Nova Lusitânia” In: MOTA, C. G. (org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 1999, p. 71-102; p. 99.

¹³⁸ FRAGOSO, J. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp.45-122; p. 45. SAMPAIO, A. C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 65.

¹³⁹ ABREU, M. de A. “Um Quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. X, nº 218 (32), 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>. Acesso 22 de março de 2015.

majoritariamente na “Guiné”, região genérica e imprecisa que corresponderia à porção centro-ocidental de África, a partir do porto de Loango/Luanda, percorrida por tratantes negreiros responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra aos engenhos fluminenses.¹⁴⁰ Esses escravos eram obtidos através de um sistema comercial que ofertava farinha de mandioca e cachaça, produzidos no recôncavo fluminense, em troca de cativos extraídos do continente africano. Desde a reconquista de Angola aos holandeses, em 1648, comerciantes cariocas passaram a controlar esse complexo mercantil, potencializado ainda por contatos com as possessões espanholas no rio da Prata, onde os escravos valiam por metal peruano. Se os engenhos e a base agrícola senhorial mantiveram-se predominantes ao longo de toda a centúria, o setor mercantil foi o que mais dividendos colheu no consecutivo período setecentista. A descoberta de jazidas auríferas e o povoamento de extensa região interiorana mais ou menos próxima do litoral, submetida juridicamente à tutela do governador carioca, impulsionaram a importância relativa do Rio de Janeiro, a ponto de a sua praça vir a ser considerada, já em 1712, a “principal parte da Monarquia Portuguesa”, segundo insuspeito parecer do Conselho Ultramarino.¹⁴¹ A essa altura, a dimensão atlântica, “aterritorial”, do sistema colonial já havia se consolidado irremediavelmente.¹⁴²

Estivesse em Portugal e Henrique Lopes talvez pudesse oferecer novamente suas aptidões pastoris a algum senhorio proprietário de engenho, de terras ou de animais. Quem sabe obteria vínculo como criado agrícola de um lavrador, a exemplo do que fizera quando migrante em Alhandra. Ou, na pior das hipóteses, tornaria à condição de criado de servir, submetendo-se à autoridade de um amo ou senhor. Mas, na colônia, essas possibilidades seriam absurdas ou impensáveis, em vista das características absolutamente distintas dos mecanismos de exploração e de reprodução social em vigor na América portuguesa. Conforme percebeu Silvia Lara, plebeus embarcados para o Brasil passavam a reivindicar foro social diferenciado e mesmo pessoas de menor condição no Reino almejavam, por aqui, o recebimento de “tratamentos maiores”.¹⁴³

A diferença crucial em relação ao meio metropolitano consistiu na extensão e no

¹⁴⁰ GOMES, F. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.81-106; p. 84. Sobre o referencial geográfico de Guiné, ver ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 391. SOARES, M. de C. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 108.

¹⁴¹ AHU, Rio de Janeiro, Cx. 9, doc. 47. Documento citado por BICALHO, M. F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 54 e 286-87.

¹⁴² ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Videntes...* p. 42.

¹⁴³ LARA, S. H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 108-09.

papel do escravismo na sociedade colonial. Como se sabe, a escravidão também existiu no Reino. Tanto em Gondizalves quanto em Alhandra houve a presença de escravos na economia local. Porém, as escalas e os termos dessa presença diferiram absolutamente da realidade encontrada nas principais regiões do Brasil. Ao longo de boa parte do século XVII, a freguesia rural minhota onde nasceu Henrique Lopes conheceu a existência de um único escravo. À beira do Tejo a inserção deles foi mais significativa: dois casais de escravos tiveram matrimônio e onze homens e cinco mulheres cativas faleceram na igreja de Alhandra entre 1634 e 1690. Num universo de quase novecentos casamentos e cerca de três mil óbitos, a representatividade desses assentos foi irrisória, da ordem de 0,2 e 0,5% respectivamente.¹⁴⁴ Os dados válidos para Gondizalves e para Alhandra evidenciam um quadro já conhecido: a escravidão praticada em Portugal jamais possuiu envergadura e função equivalentes à de sua congênere ultramarina.

As relações escravagistas distinguiam-se essencialmente dos vínculos sociais válidos no Reino. Ali, ao longo de toda a Época Moderna, o grosso das atividades produtivas permaneceu majoritariamente destinado a plebeus livres que, como foreiros, estavam obrigados por diferentes tipos de vínculo não compulsório à obtenção de excedentes usufruídos por senhorios rentistas, em troca do que podiam deter o domínio útil da terra ou receber possíveis retribuições em espécie e/ou em dinheiro.¹⁴⁵ Quadro inverso verificou-se na América portuguesa. Ali a maior parte dos indivíduos executores de tarefas braçais, em lavouras, em campos e mesmo em ambientes urbanos, havia sido traficada de África, submetida à escravidão e impelida à prestação compulsória de trabalho, desprovida de qualquer retribuição formal. O escravo era, em si, um produto mercantil adquirido pelo proprietário num mercado obrigatoriamente capitalizado. Por seu trabalho, o cativo a princípio nada percebia e, no limite, achava-se destituído de qualquer direito ou estatuto social legalmente reconhecido. Adequava-se, portanto, aos interesses de colonos europeus, na medida em que lhes possibilitava a montagem de sociedade baseada em termos específicos, dotada de sistema exploratório distinto dos padrões europeus, com escravos profundamente dessocializados, o que facilitou o domínio e o controle sobre a mão-de-obra cativa e, conseqüentemente, deu margem à maximização do excedente extraído.¹⁴⁶ Nada disso se deu no Velho Mundo. Lá, as

¹⁴⁴ LIVRO de registro de casamentos. 1634-86. ANTT, ADL, Lv C2 - Cx 9, fls. 38 e 42v. LIVRO de registro de óbitos ANTT, ADL, Paróquia de Alhandra, livro O3 (1634-1686).

¹⁴⁵ MONTEIRO, N. G. "Senhorio". In: MARTINS, C. A. MONTEIRO, N. G. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*. A Agricultura: Dicionário das Ocupações. Volume 3. Oeiras: Celta, 2002, v. 3, p. 115-120.

¹⁴⁶ ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Videntes...* p. 39-40.

diferentes ocupações plebéias possuíam os seus próprios estatutos, reconhecidos como parte do corpo social e político. Nesse sentido, a escravidão americana jamais se confundiu com o campesinato e a criadagem européias, assim como o escravismo colonial distinguiu-se do modelo societário europeu de Antigo Regime. Assimilar essas organizações sociais díspares redundava na pasteurização de conceitos fundamentais, não congruentes, ao mesmo tempo em que explicita uma visão eurocêntrica, pouca atenta às características intrinsecamente diversas da realidade colonial.¹⁴⁷

A singularidade da sociedade escravista explica, afinal, a nova realidade disponível ao plebeu degredado. Todos os ofícios desempenhados por Henrique Lopes em Portugal eram, no Brasil, virtualmente executados por escravos, e tão só por eles, sendo, portanto, ocupações vedadas ao homem livre. Isso implicava que, para o português aventurado na possessão ultramarina, a recriação de padrões societários de Antigo Regime resultaria não só impossível, mas indesejável mesmo. Organizado sob outra lógica, em que a posse de escravos possibilitava a senhores de procedência plebéia o desenvolvimento de um estilo de vida senhorial, o escravismo instituía e reproduzia um tipo distinto de relação social, no qual a classe laboral assumia caracteres específicos, perfazendo-se nos conjuntos escravos e em seus descendentes cativos, forros e livres. A redefinição da base alterava toda a estrutura, afetando grupos intermediários e superiores.

Nessas condições, um filão dos mais promissores àqueles colonos ainda não estabelecidos na sociedade local, desprovidos de escravaria, de capital e de meios produtivos, foi, sem dúvida, o ingresso na mercância. O tornar-se agente no mercado colonial atraía, sobretudo, imigrados portugueses pobres, que tinham o propósito de enriquecer ou ascender socialmente.¹⁴⁸ Era essa a condição de Henrique Lopes quando aportou no Brasil.

O que se conhece de suas atividades confirma que o ex-criado agrícola adaptou-se às novas circunstâncias que o enredavam. Sabemos que “fora taverneiro no Rio de Janeiro e que fazia covos de pescar, [e] depois fora mercador de loja aberta”.¹⁴⁹ Não resta dúvida de que a manufatura de redes foi técnica trazida de Alhandra, onde a fabricação de chinchas servia à pescaria no Tejo. Esse ofício parece ter sido conjugado

¹⁴⁷ FALCON, F; NOVAIS, F. “A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina” *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1973, p. 405-431.

¹⁴⁸ SAMPAIO, A. C. J. de *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 39.

¹⁴⁹ HABILITAÇÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra H, Maço 4, Doc. 31, fl. 3.

ao de taverneiro, um dos mais humildes postos comerciais, prova de que o degredado ingressara no baixo escalão do mercado carioca. Quando o cronista acompanhante do Conde de Assumar quis chamar atenção para a origem chã do abastado minerador de Vila Rica lembrou que o mesmo “no seu princípio foi taberneiro e hoje se acha rico”.¹⁵⁰ Da taverna até a “loja aberta” do mercador, que veio “depois”, houve inequívoca ascensão, indicando que o chinchileiro obtivera êxito econômico em seus primeiros tempos na Guanabara.

A segurança material obtida na nova morada pode ter sido decisiva na vinda da esposa e de familiares dela para o Brasil. Não sabemos em que momento Ana Maria Caeira desembarcou no Rio de Janeiro. Teria vindo acompanhada de, pelo menos, dois irmãos, Paulo Caeiro e Pascoal Vieira, que tiveram longa relação econômica com o cunhado. Ao partir para as Minas, Henrique Lopes deixou a “loja de fazenda” que possuía no Rio sob a tutela de Paulo Caeiro, a quem também confiou a administração de uma casa que arrematara em praça na primeira década do século XVIII. O cunhado teria cobrado dívidas no valor de três mil cruzados (1:200\$000 rs.) junto a devedores da loja – cifra atestadora do porte avantajado do empreendimento – além de receber o aluguel do outro imóvel. Tanto a loja quanto a casa permaneceram sob a tutela do administrador até o falecimento do dono. Paulo Caeiro tornou-se “homem de negócio” ou “mercador” enraizado na praça fluminense.¹⁵¹ Casou uma filha com José Pereira da Silva, reinol professo na Ordem de Cristo, sediado no Rio de Janeiro.¹⁵² Seu filho, José Caeiro, deu prosseguimento às atividades do pai e também atuou como “homem de negócios” no litoral, estendendo tratativas comerciais até as Minas e a África. Teria falecido precocemente em 1736, deixando testamento registrado em livro paroquial na Matriz da Candelária. Os Caeiro assenhorearam uma “chácara” com escravos e diversos bens integrados, inclusive um oratório próprio em homenagem a Bom Jesus, onde Paulo

¹⁵⁰ DIÁRIO da Jornada que fez o exmo. senhor dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas. Ano de 1717. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p.314-315.

¹⁵¹ Ao estudar os registros paroquiais cariocas, Antônio Carlos Jucá de Sampaio denomina-o “homem de negócios”, isto é, mercador vinculado ao comércio de longa distância; já Lina Gorenstein, ao avaliar um depoimento prestado por Paulo Caeiro em processo inquisitorial deflagrado no Rio de Janeiro contra Isabel Correia de Sá, acusada de práticas judaizantes, descreveu-o como “mercador”. SAMPAIO, A. C. J. de “Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas” In: FRAGOSO, J; GUEDES, R; SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 45-66; p. 64-5. GORENSTEIN, L. *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2005, p. 303.

¹⁵² RHEINGANTZ, C. G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1967, v. 2, p. 73.

Caeiro casou a filha.¹⁵³ Já o outro cunhado Pascoal Vieira parece ter acompanhado Henrique Lopes na aventura mineradora, sem obter, contudo, o mesmo sucesso. Em princípios da década de 1730, residia no Sumidouro, estava pobre, devendo dinheiro ao cunhado e com muitos filhos para criar.¹⁵⁴

É muito provável que, estando ainda no Rio de Janeiro, Henrique Lopes tenha adquirido os primeiros escravos africanos dentre os muitos que viria a assenhorear. A ascensão no meio comercial dava acesso a cabedais que possibilitavam e, quase sempre, obrigavam a aquisição de escravos. Nessa época, o porto carioca era abastecido por fluxo contínuo de escravos oriundos da África Centro-Occidental, embarcados a partir de Angola. E foi provavelmente acompanhado de escravos banto que Henrique Lopes separou-se do litoral em busca do sertão desconhecido, onde um novo mercado se abria, repleto de oportunidades aos que, dentre os mais, detivessem experiência migratória, meios materiais para suportar os primeiros tempos e, sobretudo, suficientes cativos armados, requeridos no trabalho inicial e na imposição de respeito. Todas as variáveis acima compunham a biografia desse plebeu que, perto dos quarenta anos, deixando esposa e negócios aos cuidados do cunhado, precipitou-se na derradeira oportunidade de enriquecer.

¹⁵³ SAMPAIO, A. C. J. de “Batismos, casamentos e formação de redes... p. 64-5. A informação sobre a capela foi dada por RHEINGANTZ, C. G. *Primeiras Famílias do...* v. 2, p. 73.

¹⁵⁴ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 18v.

Cap. 3 – Primeiros palácios: entradas e estadias de governadores nas minas (1700-1709)

(...) para remediar esta grande desordem e reduzir aquela gente a governo cristão e político, parece preciso que Vossa Majestade mande às minas não uma só pessoa, porque não é possível achar em um só os requisitos e autoridade necessária para coisas tão diferentes, como são fundar igrejas, constituir párocos, tomar conhecimento das causas eclesiásticas, fundar vilas e povoações, ordenar milícias, estabelecer a arrecadação dos quintos e dos dízimos, pôr justiça, castigar delitos e outras muitas coisas todas mui diversas que requerem diferente prática e ciência.

Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa

A respeito da palavra Palácio, nos informa Bluteau, “tantas e tão diversas são as etimologias deste nome, que não é fácil determinar qual seja a melhor”. Uns diziam originar-se o vocábulo da deusa Pallas, inventora dos edifícios; outros o atribuíam ao gigante Palante, que “não cabia em casas ordinárias”; Santo Isidoro creditava-o ao príncipe Palante, a quem os árcades haviam dedicado a cidade de Pallantea. A versão mais aceita não advinha dos gregos e sim dos romanos, que nomeavam Palácio à casa de Rômulo, onde vivia o imperador Augusto, próximo ao monte Palatino, em Roma. Os pagãos do império chamavam Palácio à morada dos seus “falsos deuses”: Júpiter no “palácio do Céu”; Netuno, no “palácio de cristal”; e Plutão, no “palácio escuro”. Já uma antiga legislação castelhana, “lei de la partida”, traduziu o termo clássico para a linguagem medieval: “Palácio és dicho qualquer lugar do[nde] el Rei se ajunta paladinamente, para hablar com os om[br]es”. O próprio dicionarista concluiu que a palavra aplicava-se comumente às “casas dos Reis & Príncipes”; e “permissivamente” também se dizia “dos suntuosos e magníficos domicílios de senhores grandes”. Quanto a isso havia divergência. Padre Boldonio, por exemplo, considerou imprópria a extensão do nome *Palatium* às “casas de Príncipes” e até mesmo “às do Sumo-Pontífice”, restringindo-a tão somente ao “Augusto domicílio de um Imperador”.¹⁵⁵

Se na Europa o nome Palácio tornou-se distintivo dado às moradas de reis e príncipes, eventualmente aplicando-se às residências de “senhores grandes”, na América portuguesa o termo foi empregado para designar edifícios que aposentavam os principais dignitários da administração político-militar e religiosa a nível local, sobretudo governadores-gerais, vice-reis, governadores de capitanias, arcebispos e bispos. Pouco se sabe a respeito da toponímia reguladora dos espaços e dos edifícios construídos no Brasil colonial. A princípio, não há registro de estrutura palaciana ao

¹⁵⁵ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, v. 6, p. 190-191.

longo do primeiro século. Em 1570, o governador-geral Mem de Sá declarou ter construído “uma torre forte e de pedra e cal nas casas onde pousam os governadores”.¹⁵⁶ Relatos seiscentistas informam sobre governadores a habitar casas modestas, por vezes alugadas, como ocorreu com Luiz Barbalho Bezerra e Salvador Correia de Sá e Benevides, no Rio de Janeiro.¹⁵⁷

Em regiões de colonização incipiente, de fronteira, e mesmo em localidades onde há muito os portugueses haviam assentado praça, foi comum que governadores residissem em velhos imóveis alugados, adaptados, remendados ou mesmo em pobres mansardas indiferenciadas dos demais casebres onde moravam simples mortais. Tratava-se de casas com paredes de taipa ou pau-a-pique, cobertas de palha, mobiliário rústico, desprovidas de pompa e monumento, sem qualquer distinção no cenário das vilas coloniais. Na medida em que as conquistas tornavam-se mais ricas e sofisticadas e a administração adquiria caráter estável, fizeram-se esforços para erigir moradas condizentes com a magnitude política do cargo. No Rio de Janeiro, apenas na década de 1730 um Palácio de Governadores dotado de dois pavimentos destacou-se às margens da Guanabara, defronte ao porto, para, em 1763, transformar-se no Palácio dos Vice-Reis, onde residiu o Marques do Lavradio.¹⁵⁸

Entretanto, as primeiras construções do tipo datam do século XVII, sobretudo do período pós Restauração, quando se erigiram palácios nas principais praças do Estado do Brasil, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Maranhão. Essas residências estavam longe da suntuosidade que o nome parecia sugerir. Em 1651, o governador-geral Conde de Castelo Melhor preocupava-se com os assoalhos do seu, para o qual mandara buscar “doze dúzias de tabuado Gitaipeba”.¹⁵⁹ Uma década depois, o sucessor Francisco Barreto de Meneses comemorou em palácio decorado com luminárias de cera a “festa da aclamação” e o casamento da infanta com o rei da Inglaterra.¹⁶⁰ Porém as chuvas do verão de 1662 avariaram a residência. Cômodos inundados e telhados incapazes de suportar a força das águas deram causa “a arruinar os mesmos aposentos”. As escadas do Palácio, debaixo das quais moravam os criados

¹⁵⁶ *ABN*, v. 27, 1905, p. 127-280; p. 132.

¹⁵⁷ AZEVEDO, M. de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877, p. 5-6. ALVAREZ, J. M. S. “O paço dos governadores, organizador do território da cidade do Rio de Janeiro (1743-63)”. *Saeculum, Revista de História*, n. 28, João Pessoa, 2013, p. 105-120; p. 106.

¹⁵⁸ SOUZA, L. de M. e. “A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII” In: MATTOSO, J. (dir.) *História da vida privada em Portugal – A Idade Moderna* (Coord. Nuno Gonçalves Monteiro). Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 300-332.

¹⁵⁹ *DH*, v. 3, 1928, p. 93.

¹⁶⁰ *DH*, v. 7, p. 71 e 77.

(tratava-se, portanto, de um sobrado) ficaram “muito danificadas”. Por conta disso, Barreto solicitou à Fazenda Real o pagamento dos consertos requeridos.¹⁶¹ No ano seguinte, quando o Conde de Óbidos tornou-se vice-rei, a reforma ainda não havia terminado, forçando o recém-chegado a lotar-se “alguns meses em outras casas até se pôr em forma de se poderem habitar as de Palácio”.¹⁶² O vice-rei pediu auxílio de urgência ao provedor-mor da Fazenda Real, que deveria sacar dois mil cruzados em dinheiro do cunho de moedas de Salvador e emprestá-los ao contratador das baleias, para que o mesmo quitasse parcela de seu contrato e, com esse montante, executar-se a reforma do Palácio.¹⁶³ Entretanto, em 1666, transcorridos três anos, a dívida do contratador ainda não havia sido saldada. Nesse período, o rei pedira a remessa para Portugal do dinheiro dos cunhos pertencentes à sua Fazenda. Pressionado, sem poder fechar as contas, o tesoureiro da Fazenda Real na Bahia cobrou ao governador a falta de três contos de réis nos cofres reais; este enfim exigiu a restituição do valor ao contratador.¹⁶⁴ O elevado custo da obra não deve ter sido bem aproveitado, pois na despedida do Conde de Óbidos requereu-se novo concerto na escada “das casas e Palácio de sua Alteza que está caindo”. Essa solicitação de serviço incluiu ainda o reparo das “casas em que choverem”, a troca de uma janela com grades de ferro, a reposição de fechaduras e “fazer chaves às que as não tem, alimpar, caiar e lavar todas de maneira que estejam com o asseio e limpeza que convém”.¹⁶⁵ O cuidado devotado à aparência do imóvel e ao funcionamento de instrumentos domésticos como portas e escadas excluiu a aquisição de ornatos próprios da residência, uma vez que, um ano depois, o novo governador-geral, Alexandre de Sousa Freire, reclamou a falta de móveis tradicionalmente presentes nas moradas governamentais. Reivindicando a fatura de “um dossel, com todo o seu paramento, e as cadeiras e bofetes (...) para ornato das Casas Reais em que vivo, como tiveram sempre todos os governadores meus antecessores, (...) como é estilo”, ordenou novo débito a ser quitado pela Fazenda Real.¹⁶⁶ A mesma autoridade tornou a requerer tabuados oriundos do Recôncavo para nova obra de “reparo” no Palácio em 1670.¹⁶⁷

A precariedade da residência oficial dos governadores gerais, demonstrada nas sucessivas reformas, nem sempre foi capaz de sensibilizar a liberalidade régia. Como os

¹⁶¹ *DH*, v. 7, p. 79; 84-85.

¹⁶² *DH*, v. 22, 1933, p. 303-306. .

¹⁶³ *DH*, v. 7, p. 116.

¹⁶⁴ *DH*, v. 22, 1933, p. 303-306. .

¹⁶⁵ *DH*, v. 8, p. 266-67.

¹⁶⁶ *DH*, v. 7, p. 303.

¹⁶⁷ *DH*, v. 7, p. 430.

gastos contraídos em obras e móveis recaíam sobre a Fazenda Real, o soberano procurou limitar o anseio de magnificência de seus representantes. Muito embora os governadores pudessem reivindicar às suas moradas o estatuto de “Casas Reais”, como escrevera Alexandre de Sousa Freire, fato é que palácios coloniais enfrentaram dificuldades para obter o requinte almejado por seus inquilinos. Conforme detectou J. B Bury, o domicílio de governadores e vice-reis na América portuguesa refletiu a condição colonial dos domínios governados, muito desvantajosa, mesmo se comparada à de pequenos principados europeus, que não mediam gastos para imitar Versalhes. Sem autonomia financeira, os prepostos viam-se obrigados a contentar-se com a dignidade doméstica que o rei estivesse disposto a conferir-lhes.¹⁶⁸

Importa destacar que a política metropolitana em relação às moradas de governadores não foi um fixo imutável. Ela alterou-se em função de contingências, de indivíduos e de locais e coadunou-se aos interesses do centro político. Na segunda metade do século XVIII, por exemplo, detecta-se mudança de postura sob a égide pombalina, com maior investimento estatal na edificação de prédios monumentais destinados à residência de governadores, como ocorreu com o palácio erigido a partir de 1768 no Grão-Pará, ou mesmo à instalação de órgãos da administração local, como a nova Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica (atual Museu da Inconfidência, em Ouro Preto), erguida no governo de Luís da Cunha Meneses, a partir de 1785.¹⁶⁹

De fins do século XVII até a primeira década do setecentos, quando se processou a ocupação inicial das áreas auríferas, não houve casa ou morada fixa de um governador nas minas. Entre 1698 e 1701, Artur de Sá e Meneses, capitão-general do Rio de Janeiro, a quem coube averiguar os novos descobertos de São Paulo, perambulou por “todas as vilas daqueles distritos”, em “caminhos dilatados”. Nessas jornadas, embora procurasse ostentar o “luzimento que incumbia ao seu lugar”, fazendo-se acompanhar de “toda a nobreza daqueles povos” e levando consigo comitiva formada por mais de setenta indivíduos, o representante real certamente viu-se obrigado a pousar em locais transitórios, semelhantes às cabanas cobertas de palha e às estruturas rústicas onde pernoitavam os primeiros aventureiros.¹⁷⁰ Na excursão de 1701, Meneses dirigiu-se primeiramente ao Rio das Velhas, na futura Sabará, onde selou com Borba Gato uma

¹⁶⁸ BURY, J. B “A arquitetura e a arte do Brasil colonial” In: BETHEL, L. (org.) *A América Latina Colonial*, São Paulo/Brasília: EdUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2, p. 681-704; p. 696.

¹⁶⁹ TRINDADE, E. M. A. “Palácio e residência dos governadores da capitania do Grão-Pará e Maranhão. O projecto de Landi” In: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *Artistas e Artífices: e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 143-164.

¹⁷⁰ *DH*, v. 93, 1951, p. 81-83.

rudimentar divisão administrativa do território, repartido em duas áreas mais ou menos distintas: a das Minas Gerais, sob a influência de Garcia Rodrigues Velho; e a do próprio Rio das Velhas, sob a autoridade do Borba.¹⁷¹ O governador permaneceu no distrito até 18 de abril de 1701, conforme atestam as provisões que exarou.¹⁷² Um relato do *Código Costa Matoso* lembrou que, escolhendo permanecer no arraial de Sabará, “que então era o mais povoado”, Meneses “fez alto com a demora de alguns dias”.¹⁷³ Seguindo viagem de retorno ao Rio de Janeiro, a 25 de abril achou-se no distrito das Minas Gerais, onde proveu Domingos da Silva Monteiro no cargo de tesoureiro das datas reais.¹⁷⁴ A 7 de junho, já se encontrava na sede da capitania, de onde informou o rei sobre a riqueza dos ribeiros das “minas de Cataguases e Rio das Velhas”.¹⁷⁵ Tudo leva a crer que, tanto num quanto noutro distrito, Meneses tenha pousado em casas ou ranchos ofertados por poderosos locais, que assim respondiam pela recepção e pelo sustento do governador.

As sucessivas e extensas viagens de Artur de Sá à zona mineradora implicaram em prolongada ausência do litoral. Nesse período, o mestre de campo Francisco de Castro Morais assumiu o governo interino no Rio de Janeiro, legitimado com ritual de homenagem. Entretanto, houve desentendimento quanto à jurisdição do substituto. Em vista da ameaça descoberta em “dois maços de cartas da França” apreendidos no porto carioca, a sugerir plano de assalto à cidade, o mestre de campo concedera algumas patentes militares de ordenanças, ação que desagradou Artur de Sá, chegando o governador a questionar ante o rei a atitude de seu subordinado.¹⁷⁶ O Conselho Ultramarino deu razão ao interino, sob a justificativa de que “a ele tocavam as ditas nomeações na ausência do governador”.¹⁷⁷ Esse episódio, conjugado ao clima de instabilidade internacional decorrente da Guerra de Sucessão Espanhola, deu causa à resolução de que os governadores do Rio de Janeiro não mais devessem deixar a cidade para dar assistência nas minas, haja vista a iminente investida francesa à Baía de Guanabara. A ordem, endereçada a dom Álvaro da Silveira, que rendeu Artur de Sá, era extensiva a todos os seus sucessores e resultou em que, entre 1701 e 1709, não houvesse

¹⁷¹ RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972, p. 72-73.

¹⁷² *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 24-32.

¹⁷³ *Código Costa Matoso*, v. 1, p. 221-222.

¹⁷⁴ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 32.

¹⁷⁵ *DH*, v. 93, 1951, p. 111. *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 33.

¹⁷⁶ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 47-48.

¹⁷⁷ *DH*, v. 93, 1951, p. 124.

novo acesso de governador ao sertão.¹⁷⁸ Entre a defesa da praça carioca, fundamental ao domínio português no Atlântico Sul, e a introdução de governadores nas minas, a metrópole não hesitava em seguir a primeira opção.

Àquele momento, a visão que se tinha sobre a área mineradora é demonstrada num parecer do Conselho Ultramarino de 1702, negativo à proposta lançada no ano anterior por dom João de Lencastro a pedir o estabelecimento de uma fortaleza nos distritos auríferos.¹⁷⁹ Os conselheiros alegaram que, ali, “não pode haver persistência, por que o ouro se vai buscar onde se acha nos rios, e se não há de mudar a fortaleza para onde vão nesta diligência”. Inexistia “segurança do lugar em que hão de residir” os mineiros, tornando, portanto, incerta qualquer projeção sobre a localidade mais ajustada à fixação de prédios erguidos com dinheiro da Fazenda Real. Em lugar da fortaleza, sugeriu-se a montagem de uma tropa móvel dotada de quarenta cavalos, “para se conservar melhor o respeito dos ministros” e para o “resguardo das mesmas minas”.¹⁸⁰

Contudo, o impedimento de acesso de governadores e a reticência quanto à edificação de estruturas estáveis não significavam abrir mão da presença de um funcionário diretamente nomeado pelo rei. Provido em abril de 1702 no posto de superintendente das minas, o ouvidor do Rio de Janeiro, José Vaz Pinto, só encetou viagem em maio de 1703.¹⁸¹ Levando consigo o novo regimento que normatizava a distribuição de terrenos auríferos, passou rapidamente pelas Minas Gerais e optou por lotar-se no Rio das Velhas, onde se acredita quisesse auferir dividendos na mineração e intervir na rota comercial irradiada da Bahia, via sertão do São Francisco.¹⁸² No curto período em que pernitoitou nas proximidades de Ouro Preto, teria sido convidado a ali instalar-se, sob o patrocínio do paulista Baltasar de Godoi Moreira, então guarda-mor substabelecido por Garcia Rodrigues Pais. Este lhe prometera dar por morada o próprio sítio onde vivia em Cachoeira do Campo, adornando-o e “entranqueirando-o de madeira muito alta”, com uma igreja ou capela domiciliar, “aguada” e uma “forte portaria”. Godoy Moreira dispusera-se a erguer uma nova casa para si, ao lado da do

¹⁷⁸ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 55.

¹⁷⁹ O governador-geral propôs a feitura de “uma fortaleza de terra e fachina no lugar que parecer mais conveniente e acomodado das mesmas minas”, dotada de duas companhias militares, uma com cinquenta soldados e outra com cavalaria de quarenta unidades, governada por “um cabo valoroso” e com assistência de “um ministro de suposição”. CÓPIA do papel que o sr. dom Joao de Lencastro fez sobre a arrecadação dos quintos do ouro nas minas que se descobriram neste Brasil, na era de 1701. Arquivo Casa Cadaval, cód. 1087, ff. 488-490. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 397-400.

¹⁸⁰ *DH*, v. 93, 1951, p. 136.

¹⁸¹ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 188-89.

¹⁸² *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 246.

superintendente, para impor “mais respeito (se é que em mim se ache algum)”, informou com falsa modéstia. Entretanto, o superintendente deu de ombros e se foi para o Rio das Velhas, para desgosto do preterido, que reprovou a opção, por considerar que “o mais espesso e dilatado lugar destas Minas” eram os arraiais de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo, portanto os mais propícios à fixação do funcionário.¹⁸³ Maria Verônica Campos e Adriana Romeiro avalizaram a opinião do guarda-mor, considerando que a residência do superintendente em Sabará chocava-se à maior importância populacional das Minas Gerais.¹⁸⁴ Todavia, note-se que, em 1701, Artur de Sá também dera preferência àquela região, só depois vindo a pousar rapidamente na parte meridional, em regresso ao Rio de Janeiro. Isso indica que o arraial de Sabará ostentava àquela altura maior importância estratégica ou, pelo menos, maior atratividade às autoridades coloniais.

Tão logo alcançou seu destino, o superintendente, vestido “com beca de desembargador”, acomodou-se na Roça Grande, povoado de Sabará em cuja igreja Manuel de Borba Gato recebeu título de primeiro povoador.¹⁸⁵ Ele levava consigo cartas de recomendação de Garcia Rodrigues Pais, destinadas à parentela paulista. A carta principal, endereçada ao cunhado Borba Gato, pedia que o mesmo “desse casa e sustento” ao funcionário e a todos os seus oficiais, “com aquela grandeza que permitisse a terra”.¹⁸⁶ O acolhimento em casa pertencente ao célebre sertanista foi de grande serventia a Vaz Pinto, ao garantir-lhe proteção mais de uma vez, como na desavença com Valentim Pedroso e também, possivelmente, na ocasião em que foi forçado a evadir-se das minas e “lhe valeu muito um paulista, seu amigo, que com gente e armas o levou até Guaratinguetá.”¹⁸⁷ Seja como for, quando isso não fosse, o superintendente pelo menos economizou aluguel e alimentação e “não gastou o dito ministro coisa alguma em todo o tempo que nas minas assistiu”.¹⁸⁸

Ignoramos se o imóvel onde Vaz Pinto residiu em Sabará chegou a ser

¹⁸³ CARTA de Baltasar de Godoy Moreira a D. Pedro II. Minas Gerais, 31 de julho de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3102. Transcrito em ANTONIL, A. J.. *Cultura e Opulência do Brasil*...p. 384.

¹⁸⁴ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”*. 1693 a 1737. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado, p. 70. ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 72.

¹⁸⁵ *Códice Costa Matoso*, v. 1, p.246. FRANCO, F. de A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989, p.182.

¹⁸⁶ CARTA de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3095. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*... p. 389.

¹⁸⁷ *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 222 e 246.

¹⁸⁸ CARTA de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3095. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*...p. 389.

designado *palácio*. Não seria infundado cogitar esse apelido. Porque a jurisdição do superintendente, embora teoricamente próxima à de um ouvidor e alheia, portanto, à prerrogativa militar apanágio de um capitão-general, na prática assemelhava-se à de um governador. Devia aplicar o regimento da superintendência e guarda-moria, o qual, além de normatizar questões técnicas relativas à mineração, também concedia ao nomeado prerrogativa nas áreas cível e crime e o poder de nomear postos-chaves da administração local, como os de guarda-mor e guarda-menor. Aspecto crucial consistiu na alçada para organizar a arrecadação dos quintos, tarefa antes confiada ao governador. A indefinição quanto à natureza dos poderes do superintendente deu causa à conhecida rivalidade entre José Vaz Pinto e o governador do Rio de Janeiro, dom Álvaro da Silveira. Em resposta à indagação deste, o rei esclareceu que o magistrado obrigava-se a manter “aquela atenção e respeito que se deve a meu governador”, porém sua jurisdição tinha “independência” em relação ao preposto carioca, não devendo esperar aval de dom Álvaro para executar ações previstas no regimento. Na hipótese extraordinária de o governador ser forçado a dirigir-se às minas – o que só poderia fazer em caso de perigo iminente – o superintendente regressaria à jurisdição de ouvidor.¹⁸⁹ E, no impedimento de Vaz Pinto, seus substitutos imediatos seriam os congêneres de São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁹⁰

O próprio Vaz Pinto sentia-se investido de mando comparável ou mesmo superior ao de seu rival. Teria ironizado a pequena jurisdição “e o pouco que cá valia um governador”, dizendo que “só nos soldados se cifra o seu poder no que toca aos exercícios militares”. Na opinião de Álvaro da Silveira, o superintendente autoproclamava “que só ele com a jurisdição que tem das minas e o ouvidor geral com a da justiça podem fazer independentemente tudo o que quiserem”, sem respeito ou “subordinação alguma ao governador”.¹⁹¹ Segundo Garcia Rodrigues Pais, o superintendente, já em Sabará, costumava criticar abertamente os “desacertos” de Artur de Sá e Meneses, acusando-o “não podia dar postos nem administrar justiça no sertão por não ter ordens para isso”. Tal ousadia do ministro “soou muito mal” aos ouvidos dos paulistas residentes no Rio das Velhas, afetos ao ex-governador.¹⁹²

A ambivalência ou contradição implícita na figura de José Vaz Pinto teve consequências negativas, tanto interna quanto externamente. Os atritos com o

¹⁸⁹ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p.92-93.

¹⁹⁰ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p.94.

¹⁹¹ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 195.

¹⁹² CARTA de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3095. Transcrito em ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 389-90.

governador carioca valeram ao superintendente uma reprimenda real, “mui asperamente” deliberada pelo Conselho Ultramarino, que parece ter reconhecido o equívoco de não distinguir as competências dos respectivos cargos.¹⁹³ O tratamento eivado de “expressões menos decentes” do superintendente para com dom Álvaro da Silveira reacendeu nos conselheiros o discurso aristocrático e a defesa de precedências. Vaz Pinto ferira a hierarquia do governador, posto “tão proeminente ao seu”, e ignorara a “diferença” que havia “da sua pessoa à de dom Álvaro da Silveira, na jurisdição e no mais que ele representa”.¹⁹⁴ Curiosamente, a posição desvantajosa do superintendente, que a Coroa só veio a reconhecer quando o funcionário já se encontrava em exercício, foi captada nas minas muito rapidamente. Nos relatos condizentes à atuação de Vaz Pinto em Sabará, impressionam os casos de descortesia, ameaça e público desrespeito à sua autoridade. Valentim Pedroso teria pego em armas para “ir descompor ao ministro”, após dirigir-lhe uma ameaça de morte.¹⁹⁵ Baltasar de Godoy Moreira chamou-lhe “médico dos sequestros do tenente Borba” e “cirurgião” da roça do potentado, repreendendo-lhe a conduta, uma “escola de ambição”, pois “sua vida era faiscar”.¹⁹⁶ Garcia Rodrigues Pais acusou-lhe o “mau modo”, motivo pelo qual sofrera “descomposturas” e recebera tratamento “com menos decoro do que se lhe devia por ministro de S. Majestade”.¹⁹⁷

Diga-se, no entanto, que a fragilidade de seu mandato deve ser creditada menos à posição hierárquica de seu posto ou à inabilidade de sua conduta que à necessidade de administrar e dirimir *in loco* os conflitos próprios àquela área de fronteira, nos quais, historicamente, a introdução de pessoal burocrático sempre despertou antipatias. Se Artur de Sá e Vaz Pinto tiveram sucessos opostos em suas jornadas, isso se deveu em grande parte ao fato de que o primeiro não intentara fixar-se no território, ao qual acorrera de passagem, delegando mais que reivindicando poderes. Nesse sentido, o drama vivenciado pelo superintendente deve ser comparado, com mais acerto, ao desafio que, pouco depois, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre iria enfrentar com logro semelhante, Antônio de Albuquerque contornaria habilmente e dom Brás Baltasar da Silveira, por fim, venceria; qual seja: de que forma garantir a permanência

¹⁹³ Dom Álvaro da Silveira insistiu, sem sucesso, no esclarecimento da natureza da “subordinação” devida pelo superintendente. *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 139-40.

¹⁹⁴ *DH*, v. 93, p. 156-7

¹⁹⁵ *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 222.

¹⁹⁶ CARTA de Baltasar de Godoy Moreira a Artur de Sá e Meneses. Minas de Mato Dentro, 31 de julho de 1705. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 383.

¹⁹⁷ CARTA de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3095. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 390.

contínua, pacífica e respeitosa de um agente governamental nos distritos do ouro?

A passagem de Vaz Pinto levantou outro ponto importante: a assistência de representantes reais em casas cedidas por potentados locais, que marcaria a administração das minas pelas próximas três décadas. A princípio, essa prática refletiu de imediato a precariedade dos primeiros órgãos monárquicos instalados no território. A instabilidade político-social da região desaconselhava à Fazenda Real investimentos na fixação de estruturas físicas mais complexas. A Coroa preferia usufruir do apoio logístico ofertado por indivíduos abastados e poderosos, agraciados com patentes régias e/ou detentores de posições de destaque, cuja fidelidade ao rei estava condicionada ao recebimento de remunerações e de privilégios negociados com o centro político. Assim ocorreu com o tenente-general, guarda-mor e depois superintendente Manuel de Borba Gato. Reabilitado por Artur de Sá, a quem hospedou, conduziu e orientou nas visitas ao Rio das Velhas, Borba Gato foi, sem dúvida, até o conflito emboaba, o mais célebre e poderoso sertanista, a ponto de sua atuação ser vista como garantidora da “justiça” na primeira década do século XVIII.¹⁹⁸ Como se viu, a guarida e a proteção dadas por ele a José Vaz Pinto foram decisivas para evitar um desfecho ainda pior.

Inaugurada por Artur de Sá e em seguida aplicada na aventura da superintendência, essa lógica, que tornaria a se repetir noutros momentos, trazia benefícios úteis, mas também impunha debilidades notórias. Colocando-se sob a órbita de um potentado local, as autoridades coloniais forçadas a assistir nas minas garantiam para si um teto, apoio logístico e a proteção de escravos armados à custa do benfeitor, sem ônus para a Fazenda Real. Só a confiança depositada em tal acordo explicaria o ter Vaz Pinto viajado às minas desassistido de comitiva militar, acompanhado apenas de um cirurgião, um sangrador e um pároco pagos pela Fazenda Real.¹⁹⁹ Entretanto, esse procedimento também implicava certa fragilidade ao exercício da função. Quanto a isso, o caso do superintendente foi igualmente paradigmático. Ainda no Rio, antes de subir às minas, ele solicitou destacamento de trinta soldados para acompanhá-lo ao destino. Dom Álvaro da Silveira indeferiu o pedido, sob as alegações de que os soldados requisitados lhe fariam falta na defesa da praça e também por temer reação adversa dos mineiros que, “acostumados a pouca obediência, se podiam alterar, vendo que lhe iam introduzir o novo Regimento com poder de soldados, que V. Majestade por nenhuma ordem mandava dar”.²⁰⁰ Ou seja, o magistrado temia viajar sem proteção armada, mas a

¹⁹⁸ *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 190 e 212.

¹⁹⁹ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 175.

²⁰⁰ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 192.

péssima relação com o governador do Rio de Janeiro e a ausência de resolução régia a respeito impossibilitaram a obtenção de escolta. O futuro demonstraria que o receio tinha razão de ser. Quando pipocaram as primeiras notícias sobre as ameaças sofridas por Vaz Pinto em Sabará, por causa do conflito com Valentim Pedroso, o governador alegou ter enviado cartas a “todas as pessoas poderosas que lá assistissem”, lhes prescrevendo “fizessem guardar ao ministro”.²⁰¹ Recapitulava-se o presumido pacto de proteção e auxílio mútuos travado com os potentados locais.²⁰² Porém, nem mesmo o patrocínio concedido por Borba Gato evitou que a integridade física do funcionário corresse risco, conforme confessou o próprio.²⁰³ É possível supor inclusive que sua permanência, ali, viera a ser insustentável no exato momento em que feriu os interesses de seu anfitrião, tornando-se malquisto até por quem lhe garantia a governabilidade.²⁰⁴ Isaías Golgher sugere que Borba Gato houvesse alimentado conscientemente o desgaste com a parentela paulista da família Pedroso de Barros, numa “trama” destinada a forçar a retirada do funcionário, tática que tornaria a repetir, sem sucesso, pouco depois, quando intentou espaventar a figura de Manuel Nunes Viana.²⁰⁵

Ante o fracasso da experiência centralizadora, a jurisdição concedida ao funcionário pulverizou-se, sendo distribuída a, pelo menos, dois sertanistas: os paulistas Borba Gato, no Rio das Velhas, e Baltasar de Godoi Moreira, nas Minas Gerais, tornaram-se eles próprios superintendentes em seus respectivos distritos, muito embora prescindissem de chancela oficial.²⁰⁶ O aparente vácuo institucional foi revertido rapidamente às mãos de potentados paulistas, explicitando, assim, o particularismo do mando no espaço político das Minas àquele momento. Com a exoneração definitiva de Vaz Pinto, em 1705, a superintendência foi confiada a dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, sucessor de dom Álvaro, provimento que oficializava a

²⁰¹ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 244.

²⁰² Uma das cartas foi endereçada a Baltasar de Godoi Moreira, no arraial de Cacheira do Campo, nas Minas Gerais, futuro superintendente (ou guarda-mor substituto) após a fuga de José Vaz Pinto. *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 255.

²⁰³ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 72.

²⁰⁴ Um relato credita a expulsão de Vaz Pinto à sua tentativa de intervir nos confiscos de mantimentos, gados e escravos vindos da Bahia, negócio controlado por Borba Gato e por outros paulistas que privilegiavam certos comerciantes em detrimento de outros. *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 246.

²⁰⁵ GOLGHER, I. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982, p. 69.

²⁰⁶ Já em 1705, Rodrigo de Sousa, governador-geral, abertamente tratou Borba Gato por superintendente. *DH*, v. 41, p. 14-17. Outro relato dá conta de que José Vaz Pinto houvesse delegado seus poderes tanto a Borba Gato em Sabará quanto a Baltasar de Godoy Moreira, em Cachoeira do Campo. *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 222. Godoy Moreira dizia-se apenas guarda-mor substituto, estabelecido por Garcia Rodrigues Pais na região de Ouro Preto. CARTA de Baltasar da Godoy Moreira a D. Pedro II. Minas Gerais, 30 de julho de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3105. Transcrito em ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 379.

proximidade das atribuições próprias aos cargos de governador e superintendente e parecia vir a corrigir o erro anteriormente cometido. Porém, nesse caso, não se falou em subida do novo empossado, pois permanecia válido o veto à assistência de capitães-generais nas minas.²⁰⁷ Para fazer as vezes da superintendência, o governador sublocou Francisco do Amaral Gurgel em Ouro Preto e Pedro de Moraes Raposo no Rio das Mortes, concedendo-lhes patentes de capitão-mor entre julho de 1706 e fevereiro de 1707.²⁰⁸ Chama atenção que dom Fernando tenha abdicado de provimento semelhante no Rio das Velhas, reconhecimento tácito de que o poderio de Borba Gato em Sabará era intocável. Ali, limitou-se à nomeação de um escrivão da superintendência, empossado e juramentado por Borba Gato, este sim “superintendente geral das ditas minas”.²⁰⁹ Deduz-se, portanto, a maior influência do general por sobre o Rio das Mortes e as Minas Gerais, regiões que vinham se tornando, especialmente a segunda, celeiro predileto aos adventícios oriundos daquela praça, como Henrique Lopes de Araújo, Pascoal da Silva Guimarães e tantos outros.

Desse modo, entre 1704 e 1709, a zona mineradora não conheceu figura de governador. Por causa ou em consequência dessa ausência, o lustro foi descrito comumente em documentos de época e na própria historiografia como período áureo do mandonismo, da violência e do caos administrativo, espécie de estado de natureza, em que todos lutavam contra todos, conforme percebeu e desnaturalizou Adriana Romeiro.²¹⁰ Escreveu-se nesse intervalo o célebre relato coligido por Antonil, a eternizar imagem de uma região desprovida de “governo algum bem ordenado”, uma terra sem lei, povoada de bandoleiros, assassinos, ladrões, potentados e seus séquitos de espingardeiros dispostos “para executarem qualquer violência”.²¹¹ Acima de tudo, uma terra de paulistas, “que vivem como feras e morrem como brutos”. Vista a dificuldade

²⁰⁷ *DIHCSP*, v. 51, 1930, p. 309.

²⁰⁸ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 31 e 62. A prática de conciliar a patente de capitão-mor à prerrogativa de superintendente, manifestada nas instruções dadas a Francisco do Amaral Gurgel e Pedro de Moraes Raposo, tornou a se manifestar, explicitamente, na nomeação de Melchior Felix. *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 107.

²⁰⁹ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 109-110. Embora reconhecido por superintendente, como se vê, pelo próprio governador do Rio de Janeiro, Borba Gato teve questionada a legitimidade de seu posto por Manuel Nunes Viana, que o descreveu como “ministro substabelecido por outrem”. CARTA de Manuel Nunes Viana a Manoel de Borba Gato. 13 de outubro de 1708. Documento transcrito em MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 229.

²¹⁰ “Tanto o relato de época quanto o discurso historiográfico escoram-se no pressuposto teórico de que a ausência de poderes institucionalizados – entendidos como poder do Estado – redundava necessariamente no caos absoluto, agravado, sobretudo, nas regiões dominadas pela *auri sacra fames* (...) A imagem de um estado de natureza quase infernal pouco se presta à compreensão do processo de emergência dos polos de poder privado que teve lugar nas Minas, uma vez que tende a negar a premissa de que estes se fundamentavam numa lógica particular, regida por códigos, valores e concepções específicos.” ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...* p. 84.

²¹¹ ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 228.

de “estabelecer o governo das minas”, João Pereira Vale propôs a D. Pedro II a construção de duas casas, “ainda que rústicas ao princípio”, detentoras de seus respectivos presídios e armadas com cento e vinte soldados e dois capitães de infantaria; tais casas abrigariam dois ministros de justiça, autorizados a executar pena de morte. O proponente garantia que, apenas se plantasse tais “árvores com esse fruto”, teria o soberano “vassalos ainda que conquistados, obedientes”.²¹² Mais uma opinião no cipoal de sugestões explanadas nesse período acerca do melhor meio para o trato das minas, essa proposta explicitava impressão que se tornaria hegemônica pouco depois. Quisesse controlar o território com eficácia, cabia ao monarca intervir pesadamente, designando à região um corpo específico de funcionários, com montagem de estruturas físicas, militares, judiciárias e governativas sujeitas a ordenamento régio.

A série de conflitos envolvendo forasteiros e paulistas, transcorrida de outubro de 1708 a novembro de 1709, precipitou os acontecimentos. O fortalecimento crescente de indivíduos alheios ao bandeirismo, sobretudo ao longo do mandato de dom Fernando Lencastre, promoveu e acentuou a rivalidade entre os primeiros descobridores e povoadores das minas e aqueles que a elas acorreram *a posteriori*, oriundos das demais praças litorâneas do Brasil e mesmo do Reino. O fato de a chamada Guerra dos Emboabas ter se originado no Rio das Velhas, para depois se transmitir às outras regiões, denota a maior representatividade paulista naquela área, até ali dominada por naturais de Serra Acima. O arraial de Sabará, considerado “paulista”, passou a sofrer concorrência de outros sítios, como o arraial de Caeté, controlado por “baienses”. Após três motins sucedidos em Caeté e Sabará, entre outubro e novembro de 1708, se deu a primeira fuga em massa de paulistas, refugiados nos campos de Ouro Preto, próximos ao arraial de Cachoeira do Campo, nas Minas Gerais. Nesse momento, as lideranças dos refugiados dialogaram com Pascoal da Silva Guimarães e se concentraram em Joatiaia (ou Itatiaia), nos arredores do arraial do Rio das Pedras. Em dezembro, os forasteiros residentes em Ouro Preto, Antônio Dias e Cachoeira promoveram novo levante, em resposta ao boato de que premeditavam os paulistas “passar a ferro frio todos os emboabas”. Esses elegeram em Ouro Preto um “capitão que governasse de armas e guerra”. Em seguida, aportaram em Cachoeira do Campo as forças emboabas do Rio das Velhas. Unidos, forasteiros de ambas as partes elegeram Manuel Nunes Viana “governador-geral de todas as Minas e principalmente do Rio das Velhas”.²¹³

²¹² CARTA de João Pereira do Vale a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1715. AHU, Rio de Janeiro, 3100. Citado em ANTONIL, A.J. *Cultura e Opulência do Brasil...* p. 372.

²¹³ CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas

A mais minuciosa, espetacular e controversa narrativa sobre os embates da Guerra dos Emboabas saiu da pena de Diogo de Vasconcelos. O detalhamento de pelejas militares, de locais de enfrentamento e de ações empreendidas por personagens identificáveis do conflito deixa a impressão de que o célebre historiador valeu-se, também nesse caso, de uma ou mais fontes hoje inacessíveis aos demais estudiosos. Como alertou Maria Verônica Campos, o hábito de omitir indicações documentais, regra na obra do autor, também induziu à desconfiança de que houvesse fantasiado a respeito.²¹⁴ Por isso Adriana Romeiro optou por desconsiderar informações não respaldadas em documentos conhecidos.²¹⁵ Entretanto, algumas passagens desse relato propiciaram argumentos-chave luminosamente captados e desenvolvidos por estudiosos eruditos, como Russell-Wood e pelas próprias historiadoras mencionadas acima.²¹⁶

Negar crédito à narrativa de Diogo de Vasconcelos ou, o que vem a dar no mesmo, tomá-la por suspeita, improvável (no sentido de destituída de prova) e por isso inacessível à análise crítica, parece postura excessivamente cética ou, no limite, contrária ao ímpeto original dessa tese. Assim como o debate associado a Chico Rei, outra “lenda” inventada ou “romanceada” em *História Antiga*, também ela desprovida de comprovação documental, a questão colocada por esses relatos não se presta tanto ao exame de (in)confiabilidade ou (in)veracidade das informações, lição primária dos manuais positivistas ou historicistas. Preocupar-se, de princípio, com a positividade da narrativa vasconceliana cria para o historiador um falso problema. Porque os autores que reproduziram ingenuamente (como J. Soares de Mello e Isaias Golgher)²¹⁷ e aqueles

de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 237-45.

²¹⁴ Outros autores já haviam colocado em suspeição a veracidade dos dados narrados por Vasconcelos. Fritz Teixeira de Sales sugere que a descrição da batalha de Cachoeira do Campo passasse por “lenda”. Taunay acusou de “romanceadas” as páginas sobre o incêndio de Sabará. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 88. SALES, F. T. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, EdUSP, 1982, p. 67. TAUNAY, A. de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 247.

²¹⁵ Embora reconheça que Vasconcelos fora “historiador de arquivo, comprometido com a pesquisa documental séria”, a autora considerou o impasse criado pela falta de documentos comprobatórios e, especialmente, o relato de uma “inverossímil” batalha em Guarapiranga fatores que desautorizam a confiabilidade da narrativa. ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...* p. 190.

²¹⁶ A influência intelectual exercida pela obra de Diogo de Vasconcelos é incomensurável, sentida em diversos setores da historiografia dedicada ao século XVIII, e não se limita, evidentemente, aos autores citados. Adriana Romeiro desenvolveu e sofisticou tese apontada por Vasconcelos acerca das diferentes táticas de guerra que orientaram as ações militares de paulistas e emboabas. A abordagem de Russell-Wood sobre as clivagens e identidades que separavam forasteiros e paulistas também se inspira em *História Antiga*. Por seu lado, Maria Verônica Campos avaliza diversos dados comunicados por Vasconcelos. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 251-59. ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...* p. 200-05. RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Código Costa Matoso*.” *Varia Historia*, v. 21, 1999, p. 100-118; CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 88.

²¹⁷ MELLO, J. S. *Emboabas: chronica...* p. 53-57. GOLGHER, I. *Guerra dos Emboabas...* p. 111-114.

que vetaram, *a priori*, irmanam-se num ponto: ambos abdicaram do fazer histórico propriamente dito, aquele construído *a partir* da fonte. A produção historiográfica de Diogo de Vasconcelos transformou-se, há muito, num “lugar de memória” frequentado na escrita da história de Minas Gerais, ultrapassando o mundo acadêmico e penetrando o senso-comum.²¹⁸ Há que reivindicar, portanto, que a memória também é matéria de história, passível de ser analisada mesmo (ou tanto mais) onde se afasta do que é, empiricamente, comprovável. Peter Burke propõe que o historiador da memória, atento aos caprichos de sua musa, não lhe negará ouvidos, mas lhe imporá o crivo (“lembrete”) da história, para desmascarar a memória, cobrar-lhe suas dívidas e créditos, desmenti-la, desconstruí-la, contextualizar seus encantos. Em suma, esse historiador usará a memória, historicizando-a.²¹⁹

Na história da historiografia, a obra de Diogo de Vasconcelos merece mais atenção do que a que lhe foi dispensada até o presente.²²⁰ Pouco se sabe a respeito dos acervos que pesquisou e da forma como compreendeu suas fontes. Na feitura de *História Antiga*, fez menção a extenso leque documental, incluindo cartas, memórias, testamentos, bandos, patentes, registros paroquiais, entre outros, compulsados em instituições diversas, a exemplo do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, do Arquivo Episcopal de Mariana e, sobretudo, do Arquivo Público Mineiro, cujos fundos ajudou a organizar e conhecia como ninguém.²²¹ É corrente a impressão de que sua produção

²¹⁸ NORA, P.. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

²¹⁹ BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-90. Sobre a questão da memória, ver ainda LE GOFF, J. “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-50; THOMSON, A; FRISCH, M; HAMILTON, P; “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989. POLLAK, M. “Memória e identidade social” *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

²²⁰ Uma das principais abordagens de sua obra continua a ser o breve prefácio de Francisco Iglésias, escrito para a terceira edição de *História Antiga*, há exatos quarenta anos. IGLÉSIAS, F. “Reedição de Diogo de Vasconcelos” In: VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 11. A terceira edição é de 1974. Análise promissora foi empreendida por SILVA, R. M. da *Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Programa de Pós-Graduação em História, 2013. Dissertação de Mestrado. Adriana Romeiro e Marco Antônio Silveira organizaram o mais recente estudo acerca do autor, a preencher lacuna há muito sentida. ROMEIRO, A; SILVEIRA, M. A. (orgs.) *Diogo de Vasconcelos: o ofício de historiador*. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

²²¹ “Mesmo havendo controvérsias, o historiador é considerado um dos pioneiros da escrita da história erudita mineira. Com a criação do Arquivo Público Mineiro, Vasconcellos foi um dos mais assíduos pesquisadores que além de ajudar na constituição do acervo da instituição, tinha um vasto conhecimento dos documentos ali depositados”. SILVA, R. M. da *Entre Antigos e Mineiros*...p. 19-20. Ver ainda GONÇALVES, R. K. de A. “A escrita da História em Diogo de Vasconcelos” In: VARELLA, F. F.; MATA, S. R. da; ARAÚJO, V. L. de (orgs.) *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

historiográfica permaneceu sendo a mais erudita, complexa e fundamental contribuição à história regional de Minas Gerais, mesmo décadas após o falecimento do autor. Mas o ter sido alçado à condição de clássico da historiografia mineira, referência para o estudo das Minas setecentistas, não o transformou em alvo de interesse na história da disciplina.²²²

Por tudo isso, e especialmente ante a possibilidade – bastante verossímil – de que Diogo de Vasconcelos tenha feito uso de um ou mais documentos hoje inacessíveis, esse trabalho não se furtará a considerar e problematizar o legado informativo disponível em *História Antiga*, tomando-o por *fonte* dos eventos transcorridos entre 1708 e 1709. Assim como outras narrativas relacionadas à Guerra dos Emboabas, formuladas em épocas posteriores ao conflito e calcadas em testemunhos indiretos ou subjetivos, por vezes tomados de empréstimo à memória própria ou alheia, a exemplo de depoimentos incluídos no *Códice Costa Matoso* e de textos como os de Rocha Pita, Cláudio Manuel da Costa e Joaquim José da Rocha, o relato de Vasconcelos fornece dados factuais e interpretações que não refletem e tampouco descrevem a realidade histórica, em si mesma, mas antes a representam. O lapso temporal e a impossibilidade de observar os fatos abordados não são capazes de distinguir o historiador e a testemunha ocular, na medida em que ambos se servem, para descrição ou análise do real, de mecanismos mediadores. A narrativa feita pelo autor, como outra fonte documental, presta-se potencialmente bem à “observação” e à “crítica” históricas próprias do ofício.²²³

Nesse estrito sentido, interessa sobremaneira seu relato dos eventos sucedidos ao longo da chamada “Batalha da Cachoeira”. Como informa Amaral Coutinho, esse confronto se desenrolou a partir de 20 de dezembro de 1708, após os primeiros levantes emboabas no Rio das Velhas. Aglomerados na região do Campo, que se estende atrás da Serra de Ouro Preto, sítio “muito acomodado” para uma “conteada ou marcha”, os paulistas, muitos deles oriundos de Sabará, sofreram ataque de uma coalização de forças emboabas, constituídas por forasteiros do Rio das Velhas e da própria região das Minas Gerais.²²⁴ Ao longo dos embates, o comandante Manuel Nunes Viana teria sido alvejado por balas, uma delas certa, forçando-o a ausentar-se da última e derradeira

²²² SILVA, R. M. “Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais” *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 5, 2010, p. 247-254.

²²³ BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 69-70.

²²⁴ CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...*p. 238.

investida.²²⁵ Contudo, embora ferido, teve atuação política de destaque na administração dos despojos de guerra. Algumas lideranças emboabas, sobretudo mestiços naturais do Brasil, teriam opinado pelo extermínio dos prisioneiros. Contudo, Viana, apoiado por religiosos da facção, ordenou libertá-los, sob a condição de que partissem para São Paulo e não tornassem a investir contra os forasteiros. Essa decisão, causando dissenso, teria abalado a unidade dos vencedores, fragilizando a posição de Viana. Para o autor de *História Antiga*, deu-se nesse momento a intervenção de frades desejosos de legitimar a opção tomada e fortalecer a figura do “ditador”. Sob o pretexto de renderem graças pela vitória, convocaram missa na capela de Cachoeira do Campo e, ali, na presença do “exército e do povo” em ofício divino dirigido por Francisco de Meneses, os padres ungiram, sagraram e investiram Nunes Viana, conferindo-lhe a espada e as insígnias próprias de um governador. Em seguida, tomaram-lhe o juramento, em que prometeu manter respeito às “leis do Reino” e à “justiça” e fazer entrega do posto aos ministros que o rei enfim designasse para o governo das Minas.²²⁶ Após a cerimônia, o recém-empossado ingressou em “triunfo” na Serra de Ouro Preto, guiado por Pascoal da Silva Guimarães, que o teria acolhido em casas suas, “as melhores da serra”, citas na paragem de Pia Grande, “no lugar hoje dito do Palácio Velho”.²²⁷

²²⁵ O próprio Manuel Nunes Viana fez constar entre os serviços que prestara à Coroa o feito de que, na contenda contra os paulistas, recebera “três balas”. Segundo Diogo de Vasconcelos, o governador emboaba levou dois tiros, um deles certo. É conhecido o relato do Conde de Assumar, a descrever a voz pública segundo a qual Nunes Viana tinha “corpo fechado”, imune às armas de fogo. A melhor análise do poderio místico-político atribuído a Viana é feita por ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...* p. 156-177. Sobre os boatos que circularam a respeito dessa personagem, ver GASPAR, T. de S. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2011, p. 70-82.

²²⁶ É unânime na documentação e na historiografia o dado de que Nunes Viana foi designado governador de Minas durante os confrontos com os paulistas. Mas não há consenso sobre o momento e a forma como esse provimento ocorreu. Diogo de Vasconcelos, assim como Rocha Pita, considera que o potentado já havia sido investido no posto após o primeiro confronto com Jerônimo Pedroso e Borba Gato, ainda no Rio das Velhas. Porém, situa o ritual de unção, sagração e juramento no contexto imediato à vitória emboaba em Cachoeira do Campo. A memória de André Gomes Ferreira também corrobora a informação de que a “eleição” de Viana ocorrera em Caeté. Outro relato de meados do século XVIII relembra que os emboabas do Rio das Velhas “resolveram-se aclamar por seu governador ao dito Viana”, para defendê-los dos paulistas. Os demais documentos disponíveis mencionam apenas o ritual ocorrido no Campo de Ouro Preto, porém divergem sobre os procedimentos adotados. Bento do Amaral Coutinho refere-se a um “adjunto de algumas pessoas de mais consideração e madureza” que aclamaram popularmente Nunes Viana, “a vozes do mesmo povo”. Um relato anônimo alude à escolha do governador através de um conselho dos “mais poderosos” que elegeu seis eleitores e estes, a votos, “nomearam” a autoridade governamental. Outra versão da mesma época aproxima-se do relato de Vasconcelos, ao garantir que os reinóis “aclamaram por seu governador ao dito Viana, (...) com juramento de bem os governar (...). E tomando posse do governo, que lhe deram na forma do estilo, ficou sendo legitimamente governador das Minas por eleição e aceitação do povo”. Já para José Álvares de Oliveira, o governador havia sido “levantado pelos povos” das Minas, opinião idêntica à partilhada pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso. PITTA, S. da R. *Historia da América Portuguesa*. Lisboa: Editor Francisco Arthur da Silva, 1880, livro nono, p. 271. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 264. MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 237-45. *Código Costa Matoso...* v. 1, p. 197, 215, 223, 233, 251, 295.

²²⁷ VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 251-59.

Não é claro se, ao identificar tal localidade, o historiador referia-se à morada do próprio Pascoal da Silva Guimarães na metade superior do morro – tomando, nesse caso, extensivamente, o termo “Palácio Velho” por topônimo atualizado do bairro onde o imóvel se situava – ou se, de fato, reportava-se à propriedade de Henrique Lopes de Araújo, à meia encosta.²²⁸ As duas possibilidades patenteiam, no entanto, que o Tapanhuacanga tornara-se ponto estratégico, escolhido para a morada do governador em sua estadia nas Minas Gerais. Aquartelado nessa casa, Nunes Viana enviou expedições ao Ribeirão do Carmo e a Guarapiranga, a fim de submeter esses arraiais ao comando das forças vitoriosas em Ouro Preto, em tentativas que malograram.²²⁹ Residia nesse imóvel quando a patrulha de forasteiros enviada ao Rio das Mortes massacrou um grupo de carijós paulistas aquartelados.²³⁰ Ainda ali assistiu de perto às prisões dos dois principais poderosos paulistas da Serra de Ouro Preto, Domingos da Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio. Nessas prisões, assim como praticara com os prisioneiros de Cachoeira, agiu como pacificador, impedindo a perpetração de violência ou vingança contra os rendidos, no que “não obrou tão pouco em os livrar (à custa de sua própria vida) da indignação do povo”.²³¹

²²⁸ Avaliando um segundo trecho do livro, a impressão que se tem é a de que o autor tomava a casa de Pascoal da Silva e o Palácio Velho por uma mesma e única propriedade. Por isso, afirmou, por exemplo, referindo-se ao período anterior à construção do Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas) no morro de Santa Quitéria (atual Praça Tiradentes): “viviam [os governadores] aqui [em Vila Rica] no pequeno prédio antiquíssimo da Pia Grande, sítio hoje dito o Palácio Velho”. E em nota esclareceu: “Nesse prédio [Palácio Velho ou Pia Grande] Pascoal da Silva hospedou também a Antônio de Albuquerque”, citando trecho da carta patente dada a Guimarães por dom Brás Baltasar em 1714. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 411.

²²⁹ A informação sobre a investida contra o Ribeirão do Carmo, presente na obra de Vasconcelos, é corroborada num relato do ouvidor Costa Matoso, segundo o qual esse arraial “foi acometido e saqueado pelos agregados de Manuel Nunes Viana”. Já o frustrado ataque à Guarapiranga, episódio considerado “inverossímil” por Adriana Romeiro e posto em dúvida por Francisco Franco, também possui fundamento documental. Diogo de Vasconcelos corretamente atribuiu ao capitão Rafael da Silva e Sousa, que viria a ser um dos homens mais poderosos do Ribeirão do Carmo entre as décadas de 1710 e 1740, papel de destaque na contenção da expedição enviada por Nunes Viana a Guarapiranga. Muitos anos depois desse evento, quando submeteu seu pedido de mercê ao Conselho Ultramarino, Silva e Souza argumentou que “na alteração que houve entre estes [paulistas] e os reinóis, se haver com conhecido zelo da quietação de todos, devendo-se à sua prudência evitar-se a destruição que os ditos reinóis pretendiam fazer no arraial de Guarapiranga”. INFORMAÇÃO das antiguidades de Mariana. *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 251. AHU, Códice 88, fl. 153 v. CARTAS-PATENTES, *RAPM*, v. 4, 1899, p. 108. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 259. FRANCO, F. A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 406-07.

²³⁰ Segundo Maria Verônica Campos, ao delegar o comando das forças emboabas enviadas ao Rio das Mortes a Bento do Amaral Coutinho e optar por permanecer em Ouro Preto, o governador eleito procurava manter-se nos limites da área supostamente subordinada ao governo geral na Bahia (cuja jurisdição se estenderia até as nascentes do Rio das Velhas, nas proximidades do Ribeirão do Carmo), instância à qual Nunes Viana reivindicava reportar-se. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado, p. 89.

²³¹ Conforme relato de Bento do Amaral Coutinho, no caso das prisões de Domingos da Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio, o governador teria se responsabilizado por escoltá-los até o Rio de Velhas, para

Manuel Nunes Viana domiciliou na casa cedida por Pascoal da Silva Guimarães entre os meses de janeiro e maio de 1709. Nesse período portou-se efetivamente como general das Minas. Como lembrou um tautológico memorialista, “depois de irem os ditos paulistas para São Paulo, ficou governando como governador”.²³² Foi a mais longa permanência de um “governador” na região das Minas Gerais até aquele momento.

A estadia prolongou-se até o encontro com dom Fernando de Lencastre, no Rodeio de Itatiaia. A resolução de passar às minas havia sido deliberada pelo governador do Rio de Janeiro em junta de 16 de janeiro de 1709.²³³ Mas a partida não ocorreu antes de março.²³⁴ Previamente à jornada, dom Fernando dizia-se sabedor de que Nunes Viana fora “constituído general dos forasteiros” já nos levantes sucedidos em Sabará. Justificou urgência em intervir na contenda, argumentando que “só o respeito e temor de um governador de Vossa Majestade poderiam terminar tanta inquietação”. Organizou comitiva militar incumbida da “segurança e respeito de um governador”, tanto mais vulnerável naquele “sertão entre tantas sedições com gentes incultas”. Condenou veemente a presença e as ações dos “forasteiros” em Minas, chamando assim, exclusivamente, aos “entrados pelo sertão da Bahia”.²³⁵

Tinha Manuel Nunes na conta de “intruso governador”. Essa postura desnudava as contradições entre “cariocas” e “baienses”. Dom Fernando queixou-se especialmente da violação de sua jurisdição, tendo Nunes Viana nomeado um superintendente e um provedor dos defuntos e ausentes em Ouro Preto.²³⁶ As palavras de Amaral Coutinho, reportando-se ao general carioca por “nosso legítimo governador e superintendente geral de todas estas Minas”, eram evidentemente cínicas.²³⁷ Ora, a assistência em plena

onde pretendiam retirar-se. Essa informação coaduna-se a uma narrativa constante no *Código Costa Matoso*, segundo a qual os paulistas presos teriam sido encaminhados a Sabará, conforme “foi determinado pelo governador Manuel Nunes Viana”. Contudo, o paradeiro deles foi incerto. Sem dúvida, permaneceram em Ouro Preto até julho de 1709, como prova o mais antigo registro paroquial da Freguesia de Antônio Dias, em que Silva Monteiro e Bueno Feio apadrinharam o “inocente João, filho de João Pereira Vivas e de Joana Tereza”, como notou Joaquim Furtado de Menezes. Francisco Carvalho de Assis Franco descreveu diversas versões sobre o destino tomado por Bueno Feio, acreditando que tivesse se fixado em Campos dos Goitacazes. MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 244. *Código Costa Matoso...* p. 199. MENEZES, J. F. de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975, p. 14. FRANCO, F. C. de A. *Dicionário de Bandeirantes...* p. 154-55.

²³² *Código Costa Matoso...* p. 199.

²³³ TERMO de junta realizada no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica...* p. 246-28.

²³⁴ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 141.

²³⁵ CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 251.

²³⁶ CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica...* p. 254-55.

²³⁷ CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. de.

Serra de Ouro Preto de um governador emboaba sabidamente ligado a Salvador, a distribuir postos e patentes, desafiava os interesses políticos e comerciais oriundos do Rio de Janeiro. Ainda no litoral, dom Fernando previu que Viana não lhe prestaria “obediência” e lhe impediria “o passo”, a fim de “conservar-se nas honras e respeito de governador e senhor absoluto das Minas”. Compreendia que a expulsão de paulistas fora mero pretexto, “título coonestado”, para abocanhar o “mando” e a “superioridade” na região.²³⁸ Essa ameaça, sentida por mais danosa que a concorrência paulista, foi razão de ser da jornada de Lencastre até as Gerais. A viagem intentava assegurar a jurisdição e as prerrogativas do governador e também garantir a manutenção dos negócios vinculados à praça carioca. Não houve, portanto, contradição ou ambiguidade na orientação política do funcionário, considerando-se que investia contra forasteiros “moradores da Bahia”, e não contra os saídos da Guanabara.²³⁹ O propósito de tolher a figura de Nunes Viana, impedindo que se tornasse “árbitro das Minas”, foi intuito confessado pelo próprio agente em carta ao rei.²⁴⁰

Em abril, Lencastre aportou no Rio das Mortes. À entrada do Arraial Novo, os moradores esperavam a comitiva, homenageada com salva de tiros. O governador foi conduzido a uma casa (“aposentadoria”) pertencente ao reinol Ambrósio Caldeira Brant, contraposta à trincheira construída por emboabas na outra banda do rio. A ponte levadiça, que unia as margens, ostentava bandeira com as armas reais. Às portas e janelas das casas, postaram-se luminárias por três noites consecutivas. Essa recepção, descrita por José Álvares de Oliveira, reconheceu publicamente a relação de obediência

Emboabas: chronica... p. 245.

²³⁸ CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 254-55.

²³⁹ Segundo Lencastre, naquela ocasião Manuel Nunes Viana valia-se do “passo franco [que tem] os moradores da Bahia com que se engrossa o seu poder”. Essa leitura diverge das interpretações historiográficas a respeito. Diogo de Vasconcelos, em nova sintonia com Rocha Pitta, argumentou que a viagem de d. Fernando às Minas fora motivada pela notícia do episódio do Capão da Traição, que teria criado, em tese, situação excepcional de desordem e perigo iminente, capaz de justificar a intervenção de urgência do governador. Idêntica explicação foi dada por J. Soares de Mello. Por outro lado, Isaias Golgher fez notar, com pertinência, que a decisão de passar às minas foi tomada em princípios de janeiro de 1709, quando o governador tivera ciência apenas do relato de Borba Gato sobre os eventos sucedidos no Rio das Velhas – notícias que antecederiam, portanto, os conflitos que viriam a ocorrer no Rio das Mortes entre fins de janeiro e princípio de fevereiro deste ano. Para Golgher, o verdadeiro propósito de Lencastre, embora alegasse o objetivo de “pacificar a região”, seria o “esmagamento e a expulsão dos forasteiros”, indistintamente. Para Maria Verônica Campos, as atitudes do governador foram contraditórias, pois, apesar de ter promovido importantes figuras emboabas ao longo de seu mandato, dom Fernando tomou partido a favor dos paulistas na subida às Minas. Por fim, Adriana Romeiro percebeu que comerciantes cariocas talvez estivessem por detrás das ações do governador, pressionando-o a intervir na contenda sucedida em Minas. Mas a autora não explora essa perspectiva, insistindo na suposta “ambiguidade” entre o discurso (pró-paulista) e a prática (pró-emboaba) do governador. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 264; PITTA, S. da R. *Historia da América...* livro nono, p. 273. MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 96-101 e 255.

²⁴⁰ MELLO, J. S.. *Emboabas: chronica...* p. 250.

e vassalagem, “demonstrações dos súditos a seu governador e lugar-tenente da Majestade”. No quarto dia, o ilustre visitante convocou todos à audiência a ser realizada no terreiro do quartel onde pousavam as duas guarnições de infantaria que trouxera consigo do Rio. Paulistas e emboabas, em lados opostos, assistiram à “prosa” do governador, que pediu a pacificação das contendidas. Em seguida, sob solicitação de Lencastre, duplas de representantes dos “dois partidos” discutiram propostas de acordo mútuo. Satisfeito com o aparente sucesso de sua política conciliadora, o governador distribuiu patentes de capitães de auxiliares a cada um dos procuradores e formou outras cinco companhias de ordenanças, quatro de pé e uma de cavalo, com postos de comando repartidos paritariamente entre os adversários, depois do que se endireitou rumo à Serra de Ouro Preto, ciente dos boatos sobre a resistência que lhe prometiam “os povos das Minas Gerais”.²⁴¹

A fonte acima deu a mais remota descrição de que dispomos acerca da “entrada” de general em arraial minerador. Alguns dos rituais então praticados faziam parte do cerimonial ordinário e voltariam a se repetir futuramente nas Minas, a exemplo da recepção à comitiva governamental por parte de homens principais, logo à entrada da povoação; a salva de tiros e o desfraldar de bandeira com as armas reais. Outros, como o discurso público e a conferência com procuradores, foram excepcionais ou específicos daquela situação e, se práticas semelhantes chegaram a ocorrer em ocasiões vindouras, não tiveram, é certo, o mesmo significado. Aspecto importante a se notar corresponde à distribuição de patentes militares, atributo por excelência dos governadores e ação costumeiramente executada por eles em momentos consecutivos à posse ou ao contato inicial com uma população. O direcionamento à casa de um expoente local, cuidadosamente preparada para a aposentadoria do visitante, também constituía ação de praxe em paragens onde o governador prescindisse de residência própria. É claro que a escolha da hospedaria sempre envolvia fatores políticos, como as propriedades arquitetônicas do imóvel, a sua localização e, sobretudo, as qualidades do dono ou morador.

Nesse caso, a personagem do anfitrião correspondia perfeitamente aos desígnios políticos do governador. Ambrósio Caldeira Brant, português migrado para o Brasil por volta de 1700, era casado com uma paulista, Josefa de Souza, em cerimônia sucedida entre a gente da noiva, em 1704. Dentre as patentes distribuídas por Lencastre ao longo de sua estadia no Rio das Mortes, Caldeira Brant obteve a de sargento-mor, considerado

²⁴¹ *Códice Costa Matoso*, v. 1, p. 282.

como “cabo” dos oficiais paulistas agraciados.²⁴² Segundo José Alvares de Oliveira, o militar era “homem grave e de atenções”.²⁴³ Apesar de reinol, parecia ter boa relação tanto com paulistas quanto com cariocas residentes na região mineradora e, talvez, por isso, o governador tenha optado por residir em sua companhia.²⁴⁴ Um relato anônimo lembrou que, na passagem pelo Rio das Mortes, Lencastre promoveu com postos “a alguns paulistas que tinham ficado e a filhos do Rio de Janeiro”, destituindo, entretanto, os cargos providos pelo congênere emboaba – informação profundamente reveladora de suas intenções. Essa fonte informa ainda que, ao saber das destituições no Rio das Mortes, Manuel Nunes Viana teria enviado, através de seu “capitão” Brás Fernandes Rola, uma carta a dom Fernando, “dizendo não era conveniente Sua Senhoria tirar os postos aos reinóis e dá-los a paulistas e cariocas”. O governador, estranhando a patente auferida pelo portador, “por não ter poder quem lha dera”, ordenou-lhe “encostar a gínetica” e ignorou o aviso.²⁴⁵ Verdadeiro ou falso, o relato adverte sobre o sutil e complexo jogo de identidades, fluidamente construídas e reconstruídas pelos envolvidos ao sabor de contingências. Nesse caso, “cariocas” ou “filhos do Rio de Janeiro” não mais se confundiam com emboabas.²⁴⁶

A manifesta contrariedade a poderosos submissos a Salvador e o propósito de reaver a jurisdição do Rio de Janeiro sobre as regiões de Minas Gerais e do Rio das Velhas foram, sem dúvida, duas das principais causas explicativas para o cerco a Lencastre, ação arquitetada pelo rival emboaba. Há relato de que Nunes Viana

²⁴² “Cabo: 1. Em sentido genérico, chefe, líder, cabeça; 2. Diz-se daquele que tem os primeiros lugares na hierarquia militar” *Código Costa Matoso...*, v. 2, p. 80.

²⁴³ *Código Costa Matoso*, v. 1, p. 282.

²⁴⁴ No entanto, apesar das ligações familiares em Serra Acima, a atuação do sargento-mor no confronto final seria destacadamente pró-emboaba. FRANCO, F. de A. C. *Dicionário de Bandeirantes...* p. 85.

²⁴⁵ *Código Costa Matoso*, v. 1, p. 199. O caso de Brás Fernandes Rola permite pensar nas soluções de continuidade que ligaram o governo emboaba ao mandato seguinte, de Antônio de Albuquerque. Provido “capitão, como se viu, por Manuel Nunes Viana, Fernandes Rola foi mantido no posto por Antônio de Albuquerque, na condição (porém, sem patente...) de capitão de infantaria de ordenança do arraial de Antônio Dias. Em julho de 1711 Rola deixou as Minas, retornando ao Rio de Janeiro. Sua companhia de infantaria passou, então, oficialmente, através de patente, ao comando de Paulo Borges de Araújo, que exercia anteriormente o posto de alferes nessa mesma companhia. Em 1714, a companhia do capitão Paulo Borges tornou-se submissa ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. PATENTE passada a Paulo Borges de Araújo, do posto de capitão de companhia da ordenança do distrito de Antônio Dias, de que era capitão Brás Fernandes Rola. Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, 7 de julho de 1711. APM, SC 12, fl. 123v. ORDEM sobre companhia dos auxiliares do distrito de Antônio Dias, de que é capitão Paulo Borges. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 6 de abril de 1714. APM, SC 09, fl. 20.

²⁴⁶ Embora os paulistas, diferentemente dos “emboabas”, partilhassem, como argumenta Russell-Wood, forte bagagem cultural em comum, capaz de identificá-los como um “grupo étnico” específico, isso não significou que apenas forasteiros tivessem identidade política vacilante. Por exemplo, segundo José Alvares de Oliveira, o militar João Antunes Maciel, um dos agraciados com patente militar no Rio das Mortes, por provisão de dom Fernando de Lencastre, apesar de “paulista de nascimento” era “aborto daquela natureza, porque sempre se deu aos emboabas”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Identidade, etnia e autoridade... p. 100-118. *Código Costa Matoso*, v. 1, p. 282.

distribuíra convocação a todos os distritos circunvizinhos a Ouro Preto, obrigando os moradores a se prontarem para a diligência, sob ameaça de pena de morte aos desobedientes.²⁴⁷ Se isso ocorreu, tem-se que usufruiu da jurisdição de governador em Ouro Preto até o derradeiro momento, talvez disposto a levá-la às últimas consequências, precavendo-se contra opositores que pudessem colocar-se ao lado do viajante. Diogo de Vasconcelos insistiu na tese de que a preocupação central sempre fora impedir o acesso à Serra de Ouro Preto, localidade cujo controle parecia depender do veto à “entrada” do funcionário, questão vital na queda de braços com Lencastre.²⁴⁸ Significativamente, a força de contenção, que barrou a comitiva do governador, era composta por “cabos” e militares providos por Nunes Viana, muito embora estivessem despidos das insígnias próprias às patentes no momento do cerco. Para esses, a barreira justificava-se no discurso de que dom Fernando faria “tirar os postos que estavam dados” para distribuí-los “a outrem”, e por isso “aquele povo” vedava-lhe o “entrar para estas Minas”.²⁴⁹

Tudo indica que, antes mesmo do episódio no Rodeio de Itatiaia, a fissura entre baienses e cariocas já houvesse minado a unidade emboaba nas Minas Gerais. Nem todos os forasteiros de Ouro Preto deram aval ao impedimento da “entrada”. Houve, é certo, posição refratária que redundou em “alguns protestos”.²⁵⁰ Um relato garante que apenas dois homens teriam se prontificado para o cerco, “pois os mais todos estavam remissos”.²⁵¹ Outro dá conta de “haver já algumas contendas entre Manuel Nunes Viana e outros possantes”.²⁵² Caso conhecido – e sem dúvida o mais importante – foi o de Pascoal da Silva Guimarães. Provido havia um ano por Lencastre no posto de sargento-mor das ordenanças das Minas de Ouro Preto e seus distritos, ele era – a se confiar nas palavras de Diogo de Vasconcelos – anfitrião de Nunes Viana na Serra, condições antagônicas que se tornaram mesmo insustentáveis à medida da aproximação do governador do Rio de Janeiro.²⁵³ Sabemos que, posteriormente, Silva Guimarães alegou

²⁴⁷ Essa informação consta em carta de Antônio de Albuquerque ao rei de 3 de abril de 1710, transcrita por VASCONCELOS, D. de, *História Antiga...* p. 284. Ver ainda ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 88.

²⁴⁸ “Ajuntaram-se [Manuel Nunes Viana e seus oficiais], pois, e por último resolveram não permitir que d. Fernando penetrasse na Serra, custasse o que custasse. (...) Dom Fernando, se chegasse a entrar em qualquer dos arraiais da Serra, o prestígio de sua autoridade, o nome do Rei, as carícias ou as ameaças, logo lhe atraíam partidários (...). D. Fernando não o deviam deixar por nada introduzir-se na Serra”. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 265-66.

²⁴⁹ *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 199.

²⁵⁰ *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 206.

²⁵¹ *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 213.

²⁵² *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 247.

²⁵³ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 88-89.

ter sido o “único que reconheceu por governador a dom Fernando Martins Mascarenhas no tempo das alterações, oferecendo-se lhe para executar tudo o que lhe ordenasse”.²⁵⁴ Tenha ou não adotado tal postura, fato é que sua situação, assim como a de outros forasteiros virtual ou efetivamente ligados ao Rio de Janeiro, tornara-se embaraçosa sob o governo de Viana.

Outro fator a considerar é o de que, simbolicamente, a “entrada” de um governante significava o aceite de sua jurisdição sobre a área adentrada. Esse ritual, herdado do baixo medievo europeu, advinha das entradas de reis e príncipes em cidades por eles governadas, cerimonial que servia para delimitar as fronteiras de seus domínios e para reafirmar a jurisdição sobre o território.²⁵⁵ O artigo primeiro do regimento dado aos governadores de províncias atualizava essa tradição, ao prescrever que esses, na chegada “à praça de armas ou ao lugar da província aonde há de tomar posse do seu posto”, deveriam anunciar às principais autoridades locais “a jurisdição que nela lhes é concedida”.²⁵⁶ Portanto, o uso repetido do termo “entrada” na documentação relativa à viagem de Lencastre nada tinha de fortuito. Para o viajante, “entrar” nos sítios e arraiais mineradores era o mesmo que fazer-se reconhecer por governador deles, tal como ocorrera no Arraial Novo.²⁵⁷ Ao seguir em direção a Ouro Preto, não seria outro o seu propósito. Teixeira Coelho percebeu, com perspicácia, que o sítio próximo a Congonhas onde os emboabas embarreiraram a passagem era área limítrofe, ainda considerada parte do Rio das Mortes, depois da qual se adentravam, enfim, as “Minas Gerais”, então submetidas ao potentado residente no Tapanhuacanga.²⁵⁸ Rocha Pitta e J. J. da Rocha foram precisos: o conflito consistiu em “disputar a entrada” ou em “opor-se à entrada” do funcionário na região de Ouro Preto.²⁵⁹ Diz-se ainda que dom Fernando teve vedada

²⁵⁴ CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, 12 de janeiro de 1714. APM, SC 09, fl.78.

²⁵⁵ KANTOR, I. *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado, p. 49.

²⁵⁶ REGIMENTO de que hão de usar os governadores das armas de todas as províncias, seus auditores e assessores. APM, SC 01, fl.20.

²⁵⁷ Em meados do século XVIII, a memória da recepção concedida a dom Fernando de Lencastre ainda era reivindicada pelos moradores de São João Del Rei, tratada como fato distintivo da fidelidade dos súditos locais. “[os moradores] acompanharam oferecendo-se o resto do poder ao governador Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro a que os povos das Minas do Ouro Preto que haviam arrogado a si a eleição de governador, negaram a obediência e impediram o passo no rodeio de Itatiaia, sendo esta comarca a única que lhe obedeceu, festejou, [serviu] e aceitou direções de governo reconhecendo o lugar-tenente de V. Majestade”. VÁRIOS documentos: a câmara de S. João del-Rei a D. João V. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 812-815; p. 813.

²⁵⁸ COELHO, J. J. T. “Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais”. *RAPM*, v. 8, 1903, p. 399-581; p. 458. GOMES, M. do C. A. “O batismo dos lugares: a toponímia no *Código Costa Matoso*” *Varia História*, v. 21, 1999, p. 420-435; p. 427.

²⁵⁹ ROCHA, J. J. *Geografia Histórica...* p. 88. PITTA, S. da R. *Historia da América...* livro nono, p. 273.

a “posse em Itatiaia”.²⁶⁰

Referências documentais sobre o encontro indicam que Lencastre teria sido afugentado por forasteiros que protestavam submissão a Nunes Viana.²⁶¹ Essa tese, amplamente divulgada na historiografia – talvez pela inexistência de qualquer documento exarado pelo funcionário, em que fosse exposta a sua versão do ocorrido²⁶²– encobertou o fato de que o governador carioca não fora o único a retirar-se. Pois enquanto este retrocedia ao Rio de Janeiro, também o general emboaba deixou Ouro Preto, retornando ao arraial de Caeté, núcleo original dos forasteiros soteropolitanos e local onde Viana se estabelecera inicialmente no Rio das Velhas.²⁶³ Tudo leva a crer que o abandono da Serra tenha sido medida negociada no próprio encontro. Embora impedido de dar entrada nos arraiais acima, Lencastre em tese reavia, com o recolhimento de Viana, o controle sobre as Minas Gerais. Por outro lado, àquela altura, o potentado sertanejo podia estar ciente de que sua influência em Ouro Preto e no Carmo jamais seria comparável a que possuía nos Currais do São Francisco e no Rio das Velhas.²⁶⁴ Talvez, houvesse mesmo perdido o apoio do governo-geral na Bahia, com a substituição de dom Rodrigo da Costa por Luís Cesar de Meneses.²⁶⁵ É plausível supor, inclusive, que “geralistas” interessados em reconduzir as Minas Gerais à jurisdição do Rio de Janeiro tenham pressionado a favor de que a liderança emboaba deixasse a Serra. Soares de Mello foi o único a estabelecer relação entre a jornada de Lencastre e o enfraquecimento do governo emboaba. Segundo o autor, datam desse momento as manifestações de descontentamento deflagradas em Caeté e Sabará, contrárias à tentativa de estanco do corte de gado; e também as dissidências em Ouro Preto, sob o comando de Pascoal da Silva Guimarães. Nessas circunstâncias, concluiu, “Nunes Viana não é mais o prestigioso de Tripuí”.²⁶⁶ Diogo de Vasconcelos também argumentou que a posição do governador tornara-se frágil nesse interim, tendo sofrido reveses no Carmo e em Guarapiranga e angariado, no Rio das Velhas, a oposição de

²⁶⁰ *Código Costa Matoso...* v. 1, p. 213.

²⁶¹ *Código Costa Matoso...* p. 223.

²⁶² ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...*p. 284.

²⁶³ *Código Costa Matoso...* v. 1, p. 223.

²⁶⁴ Anos depois, quando entrava em pregão o registro da passagem de mercadorias pelo Rio das Velhas, sob a ameaça de que Nunes Viana, por intimidações, levasse o contrato, o então governador Conde de Assumar valeu-se do seguinte esquema: ao invés de realizar a hasta pública em Sabará, transferiu-a para o Ribeirão do Carmo, centro político da capitania e local onde historicamente o potentado sertanejo tinha pouca influência. Conseguiu o que queria e o contrato não foi arrematado por Viana. *RAPM*, v. 1, 1896, p. 251-266; p. 253-54.

²⁶⁵ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...*p. 97.

²⁶⁶ MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 116.

alguns ex-aliados, como Sebastião Pereira de Aguiar e Luís do Couto.²⁶⁷ Mas nenhum dos autores notou que a chefia emboaba havia se refugiado em Caeté logo após os eventos sucedidos no Rodeio de Itatiaia.

Quando o sucessor Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho passou às minas, endireitou-se objetivamente a Caeté, no explícito propósito de lá encontrar a liderança emboaba. O novo governador do Rio de Janeiro adentrara a baía de Guanabara em momento coincidente com o retorno de dom Fernando e tomou posse a 10 de junho de 1709. Quarenta dias depois, a 20 de julho, encetou viagem, munido de pequena escolta e desprovido de infantaria. Teria se aproximado de Ouro Preto, na expectativa de ali achar o alvo da jornada. Ao tomar ciência de sua partida, estendeu o passo até Caeté, onde enfim entrevistou-se com Nunes Viana (em meados de agosto), depondo-o da função governativa e ordenando-lhe exilar-se na fazenda da Tábua, no sertão dos Currais. Tal sequência factual foi formulada, pela primeira vez, por Adriana Romeiro, em obra recente.²⁶⁸ Anteriormente, a historiografia coeva apoiava-se em versão dada por Diogo de Vasconcelos – parcialmente inspirada em Rocha Pitta – com detalhes minuciosos, segundo os quais Nunes Viana permanecera em Ouro Preto até o momento em que Antônio de Albuquerque, já em Caeté, o convocou a apresentar-se no Rio das Velhas. Ainda segundo essa versão, as chefias emboabas teriam enviado mensageiro com cartas ao governador, enquanto esse ainda se encontrava no Rio de Janeiro, prometendo-lhe boa acolhida nas minas e submissão à vontade do rei.²⁶⁹

O contraste entre os relatos vem de que Diogo de Vasconcelos não conheceu (e nem pudera) os documentos do *Códice Costa Matoso* e tampouco a fonte lotada no Arquivo Histórico Ultramarino – utilizada pioneiramente por Adriana Romeiro – com carta assinada por Antônio de Albuquerque, a descrever sua jornada até Caeté e as ações que ali tomou. Essas fontes trouxeram informações cruciais sobre o nebuloso período intercalado entre maio e outubro de 1709 e desdisseram, parcial ou integralmente, a versão anterior.²⁷⁰ Nesse caso específico, portanto, diferentemente do sucedido com a

²⁶⁷ VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 268-69.

²⁶⁸ ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...*p. 293-99.

²⁶⁹ PITTA, S. da R. *Historia da América...* livro nono, p. 274. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 271. A mesma narrativa, com pequenas variantes, foi corroborada por MELLO, J. S. de. *Emboabas: chronica...* p. 130-31. GOLGHER, I. *Guerra dos Emboabas...*p. 196-97. BARREIROS, E. C. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1984, p. 110-112. Maria Verônica Campos não discute os itinerários de Nunes Viana e Antônio de Albuquerque, aparentemente acatando a versão factual estabelecida por Diogo de Vasconcelos. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...*p.94-95.

²⁷⁰ Diversos documentos do *Códice Costa Matoso* aludem ao fato de que Nunes Viana já se encontrava em Caeté anteriormente à chegada de Antônio de Albuquerque. Aliás, a jornada deste até o Rio das Velhas justificava-se precisamente no propósito de lá achar o governador emboaba. Essa sequência

lenda de Chico Rei e com a descrição da batalha de Cachoeira do Campo, a narrativa presente em *História Antiga das Minas Gerais* entra em desacordo com evidências documentais importantes, capazes de minar as bases de seu relato histórico.

Mesmo assim, a tese de que Nunes Viana retirou-se da Serra para Caeté em função de pressões contrárias à sua permanência nas Minas Gerais não aparece explicitamente nos documentos. O próprio Antônio de Albuquerque, na chegada ao Rodeio de Itatiaia, na suposição de encontrar o governador emboaba ainda em Ouro Preto, ouviu dizer que esse se movera para o Rio das Velhas a fim de reprimir uma sublevação deflagrada em Sabará, em movimento capitaneado pelo vigário local. Os sublevados teriam renegado a jurisdição do potentado, “excluindo-se da sua obediência, apelidando queriam só estar na de El Rei”.²⁷¹ Esse depoimento aproxima-se bastante de uma memória anônima redigida em meados do século XVIII.²⁷² E é corroborado, com incrível precisão, por outro texto da mesma época, com a diferença de que, segundo essa fonte, o líder emboaba já houvera sido “apeado da senhoria e do nome de governador, que no levantamento geral lhe davam”, antes mesmo de Albuquerque vir a surpreendê-lo em Caeté.²⁷³ Os relatos reforçam a hipótese de que a oposição a Viana se iniciou em Ouro Preto, o que teria tornado insustentável a sua assistência na Serra, forçando o seu regresso ao Rio das Velhas.

A jornada do governador até Caeté, a entrevista com Viana e as ações que em seguida tomou fincaram fundas raízes na historiografia, que ajudou a construir em torno de Antônio de Albuquerque um mito político duradouro e enganoso. Nesse mito, a figura de Albuquerque ascende à categoria de herói civilizador, pacificador das Minas, juiz equânime e conciliador das diferenças entre forasteiros e paulistas.²⁷⁴ Além de enganosa, tal visão, ideologicamente comprometida, é, sem dúvida, empobrecedora das diversas facetas históricas envolvidas na viagem de 1709 e nas atitudes do governador.

Quarto funcionário régio, português como outros, a pisar o solo minerador,

factual é congruente com o relato dado pelo próprio Albuquerque, em carta enviada ao governador interino do Rio de Janeiro Gregório de Castro Morais, escrita no arraial de Caeté a 17 de agosto de 1709. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre cartas do governador interino do Rio de Janeiro, [mestre-de-campo], Gregório de Castro de Morais, acerca da tranquilidade em que se encontra a mesma capitania, e o cumprimento das ordens passadas ao governador [do Rio de Janeiro, nomeado para São Paulo e Minas], Antônio de Albuquerque [Coelho de Carvalho], para ir a região das minas. Lisboa, 29 de jan. 1710. CARTA de Antônio de Albuquerque ao rei. Povoação de Caeté, 17 de ago. 1709. AHU, Rio de Janeiro, avulsos, cx. 8, doc. 867.

²⁷¹ AHU, Rio de Janeiro, avulsos, cx. 8, doc. 867.

²⁷² *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 199-200.

²⁷³ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 207.

²⁷⁴ ROMEIRO, A. “A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba” *Tempo*, v. 15, n. 29, 2010, p. 167-188.

Antônio de Albuquerque seguiu orientação política que, numa parte, assemelhava-se a certos procedimentos adotados anteriormente e, noutra, se diferenciava em absoluto dos métodos usados por seus predecessores. Deu-se destaque ao fato de o governador ter abdicado de companhia militar, viajando desprotegido. O superintendente Vaz Pinto, a contragosto, fizera o mesmo em 1703. À época, dom Álvaro da Silveira argumentou que delegação desarmada era preferível à demonstração de força, facilitando o acolhimento do funcionário entre paulistas orgulhosos. Entrementes, o governador não estava na pele do superintendente, seu desafeto, aliás. É difícil imaginar se, àquele momento, a posse de infantaria própria seria capaz de mudar a sorte de Vaz Pinto em Sabará. Em 1709, divergiam as opiniões dos membros do Conselho Ultramarino sobre a forma como Antônio de Albuquerque deveria dar entrada nas Minas. O procurador da Coroa opinou que melhor estaria o funcionário na companhia de dois ministros e de “comitiva decente e civil que não mostre som ou aparência de guerra”, com faculdade de punir ou perdoar, conforme a melhor conveniência.²⁷⁵ Já o conselheiro José de Freitas Serrão, tempos antes, defendera ser “preciso ir um governador com um regimento de infantaria e assentar arraial que sirva de praça de armas”.²⁷⁶

Ora, o novo general nada sabia dos pareceres contrários quando tomou a resolução de viajar secreta e ocultamente, à paisana, a pé, sem fazer-se anunciar, sem se dar a conhecer. Essa decisão, deliberada no calor da hora, em contato direto com a situação, contando com informações que das Minas davam dom Fernando e outros que de lá haviam regressado recentemente, era inédita e jamais praticada. Espelhava a margem de ação disposta aos governadores, forçados a fazer escolhas fundamentais de forma independente ou alheia à vontade do soberano. Foi, sem dúvida, um ato de coragem, repleto de perigos e ciladas. O próprio Antônio de Albuquerque gabar-se-ia não ter poupado “nenhum trabalho” e nem reparado “em riscos de vida”. O funcionário atribuiu à astúcia do estrategema e a Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira de Caeté, o êxito da missão.²⁷⁷ Tal feito entrou de imediato para o rol de ações memoráveis da primeva história de Minas, sempre lembrado por memorialistas décadas após o ocorrido.²⁷⁸

A vantagem auferida por Albuquerque nessa jornada consistiu, precisamente, na abdição estratégica do ritual de “entrada”. Ao não enviar mensageiro adiante, com

²⁷⁵ *DH*, v. 93, 1951, p. 259-60.

²⁷⁶ *DH*, v. 93, 1951, p. 235.

²⁷⁷ AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867.

²⁷⁸ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 199, 207, 213, 223.

anúncio de sua chegada, o governador abria mão da solenidade pública destinada a reconhecer a sua jurisdição sobre cada arraial ou povoação devassada. Despiu-se das roupas e insígnias próprias à sua posição, desobrigando a que transeuntes, viajantes e moradores o reconhecessem e o tratassem com a deferência necessária. Recusou-se, inclusive, a usar cavalo, meio de transporte afeito a homem nobre. Em outras palavras, logrou passar-se por simples plebeu em jornada. Entretanto, à medida de seu interesse, em ocasiões e lugares apropriados, sobretudo na excursão final do Campo de Ouro Preto até o Rio das Velhas, fez-se anunciar.²⁷⁹ A partir desse momento, reavia a precedência e o poderio atrelados à sua condição, o que, para todos os efeitos, incluía a jurisdição sobre o território onde se achava. Por isso, a opção de revelar-se publicamente só foi tomada quando o governador se encontrava *dentro* do arraial de Caeté, sítio onde também se achava instalado seu rival. Outro detalhe foi significativo: a presença de indivíduos oriundos das Minas Gerais ao longo do período em que Albuquerque esteve em Caeté. Isso se deu porque o governador, intencionalmente, fizera saber em Ouro Preto e arredores a notícia de que estava no Campo, próximo ao Rio das Velhas. Ou seja, já avançara sobre a região das Minas Gerais, submetendo-a simbolicamente à sua autoridade.²⁸⁰

Como frisou Adriana Romeiro, o relato dado por Albuquerque acerca da situação política do Rio das Velhas no momento de sua chegada foi suspeitamente sereno.²⁸¹ Segundo o governador, os moradores o receberam com “agrado” e “mil demonstrações de maior rendimento, sujeitando-se a tudo o que eu quisesse dispor para seu sossego, segurança e melhor serviço de V. Majestade, como leais vassalos seus”. Adentrando o Arraial Velho de Caeté ao meio dia, enfim revelou-se, depois do que ficaram “todos sobressaltados”. Manuel Nunes Viana, acompanhado de seus cabos (todos sem insígnias) e de muita gente, prostrou-se aos seus pés, “pedindo-me os amparasse e desculpasse, pois o seu intento fora só livrarem-se do que padeciam por falta de outro recurso, sem a menor [in]tenção de cumprirem contra a obrigação de leais vassalos”. O governador respondeu “com o agrado e demonstrações que pedia a ocasião”, mas declarou-se inabilitado a deferir o pedido. Foi-lhe oferecida uma casa no Arraial Novo de Caeté “aonde estaria melhor cômodo”, porém o visitante recusou a oferta. Só conheceu essa parte do povoado na manhã seguinte, ocasião em que “foram

²⁷⁹ Segundo Albuquerque, “passando por tantas povoações, depois que entrei no Campo éramos os que nos dávamos a conhecer de que ficavam pasmados sem se persuadirem que eu era o mesmo.” AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867.

²⁸⁰ AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867.

²⁸¹ ROMEIRO, A. “A construção de um mito... p. 167-188.

todos e quantidade de Povo de todos estes arredores e me receberam neste arraial com muito carinho e demonstração de alegria com seu pátio à porta da igreja”. Aproveitando a multidão e a data festiva de 15 de agosto de 1709, dia da Senhora do Bom Sucesso, exortou os devotos presentes à submissão também devida ao rei, tendo “achado a todos dispostos, uns por humildes se persuadem, outros por necessidade se reduzem, bem contra sua vontade”. Os mais renitentes eram aqueles investidos em patentes militares, “que não estão muito gostosos” com a perda dos postos “pelo amor que criaram aos bastões”. Nunes Viana foi “apeado” de sua “jurisdição”, podendo portar somente o bastão, recebido de “el rei”, como capitão-mor do São Francisco. O governador deposto partiu para o sertão e os poderosos das demais regiões, como Antônio Francisco nas Minas Gerais, ficaram em “conformidade”. Por fim, o “Povo” pediu a Albuquerque para que ficasse no Rio das Velhas “até vir resposta de V. Majestade”, ao que o funcionário, agradecendo a lisonja, retorquiu ser impossível na “ocasião presente”.²⁸²

Essa imagem plácida foge àquilo que outras evidências documentais indicam. Uma memória lembrou que, ao chegar ao arraial deserto e fixar-se na “melhor casa” de Caeté, Albuquerque enviou uma “embaixada” a Nunes Viana, solicitando-lhe “em três dias despegasse as Minas, que assim convinha ao serviço de Deus e de el rei”. À noite, o emboaba foi ao seu encontro e, acatando a solicitação, pediu prazo de nove dias até aprontar-se. Como o governador projetasse passar ao Sabará, muitos queriam acompanhá-lo, inclusive Nunes Viana, mas o visitante “não quis que viesse gente do Caeté, só Luís do Couto e seu irmão”.²⁸³ A ocorrência de uma “embaixada” é sem dúvida o elemento mais marcante desse relato. Segundo Bluteau, uma embaixada consistia na ação de enviar embaixador ou pessoa comissionada a um senhor, a fim de transmitir-lhe mensagem. A personagem do embaixador, utilizada na Antiguidade pelo Império Romano, foi reabilitada na Época Moderna, transformando-se em peça fundamental das monarquias europeias. Nesse novo contexto, o embaixador transformou-se num funcionário régio, mandado aos reinos e principados estrangeiros “para fazer as pazes ou para declarar guerra”. Criou-se mesmo a distinção entre o embaixador “ordinário”, “o que com a continuação da sua assistência, cultiva recíproca amizade de um príncipe com outro”; e o “extraordinário”, que em ocasião específica se dirigia à “Corte de algum príncipe, para tratar de algum negócio particular, como a conclusão de um matrimônio, a condução de uma rainha, parabéns, pêsames”. É claro que a palavra embaixada também comportava, por extensão, um significado menos

²⁸² AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867.

²⁸³ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 213-14.

cerimonial, podendo aplicar-se à “mensagem ou comissão que se dá a alguém para ir dizer a outro alguma coisa”.²⁸⁴ Mas não haja dúvida: não foi esse o caso em Caeté. Pois um dos requisitos pressupostos no conceito de embaixada é o de que a mensagem transmitida interliga indivíduos iguais, no sentido de dotados de uma mesma ou idêntica condição ou natureza. Por isso, príncipes mandavam a outros seus embaixadores, numa relação de reconhecimento mútuo. Assim, ao enviar embaixada, Albuquerque anuiu a comunicar-se com seu semelhante, aceitando diplomaticamente a condição de governador exercida por Nunes Viana.

O tom de superioridade ou sobrançeria usado na carta do funcionário desaparece ainda em outro depoimento, segundo o qual, no encontro entre os dois,

teve [Antônio de Albuquerque] com ele [Manuel Nunes Viana] suas congratulações; e segurando-lhe os bons ofícios que havia de fazer com Sua Majestade pela sujeição dos paulistas, tão desejada pelo dito monarca, que, mandando naqueles princípios várias companhias de infantaria para a guarnição daquela praça do Rio de Janeiro, se lhe fez queixa que os soldados desamparavam a praça e fugiam para a serra.²⁸⁵

O diálogo transcrito acima deixa transparecer contato menos tenso do que se podia supor. Aparentemente, o representante régio procurou mesmo negociar a retribuição de “bons ofícios” àquele que havia conquistado a “sujeição dos paulistas”, satisfazendo a vontade do monarca. Num acordo que prometia contraparte, cabiam “congratulações” recíprocas. Anos depois, para obter uma vultosa mercê real, constituída por dois hábitos de Cristo acrescidos da propriedade de ofícios, Nunes Viana fez constar entre seus serviços, apresentando certidões comprobatórias, a obediência e submissão com que recepcionara Antônio de Albuquerque em Caeté.²⁸⁶

Por fim, há a memória segundo a qual Albuquerque nada mais fizera do que ratificar decisões tomadas por Nunes Viana. Conforme esse depoimento, o governador do Rio de Janeiro “chegou com tal cautela e segredo ao Caeté que ninguém soube que ele ali estava, senão quando mandou chamar a Manuel Nunes Viana”. No encontro entre os dois, Albuquerque “intimou, da parte de Sua Majestade, o muito que importava ao seu real serviço que se recolhesse para as suas fazendas dos Currais, ao que prontamente

²⁸⁴ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 4, p. 40-41.

²⁸⁵ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 247.

²⁸⁶ Infelizmente, as certidões e fês-de-ofício apresentadas no requerimento de mercê protocolado por Manuel Nunes Viana se perderam. No entanto, sua carta de padrão não deixa dúvidas quanto aos serviços arrolados pelo agraciado. Algum tempo depois, o ouvidor Caetano da Costa Matoso registrou que a mercê foi obtida por intermédio do infante dom Francisco, que intercedera junto ante o rei. Mesmo assim, Nunes Viana tivera de desembolsar “mil cruzados”, possivelmente para suprir a multa por dispensa de impedimento verificado no exame de provanças para a Ordem de Cristo. CARTA de padrão de Manoel Nunes Viana APM, SC cx. 2, doc. 1. *RAPM*, v. 2, n. 2, 1897, p. 393-96. *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 202.

obedeceu o dito”. Em seguida, tendo se deslocado para Sabará, o general ali “aprovou tudo quanto a respeito do governo havia feito o Viana. E sem inovar coisa alguma, partiu para o Rio das Mortes”.²⁸⁷

Esses documentos afiançam que a postura de Albuquerque no Rio das Velhas foi mais cautelosa. A fim de obter a retirada de Nunes Viana e a retomada da jurisdição sobre território, o governador viu-se forçado a negociar, concedendo certidão comprobatória de serviço, acatando ações e reconhecendo postos militares que haviam sido distribuídos pelo rival. Para fazer isso, tratou de legitimar as sublevações contrárias aos paulistas, considerando-as uma benesse desejada pelo rei, passível, portanto, de recompensa.²⁸⁸ A diferença em relação à retórica adotada por dom Fernando de Lencastre era evidente. As atitudes tomadas por embobas, incluindo a eleição de um governador e a distribuição de patentes militares, deixavam de constituir uma usurpação da prerrogativa régia ou um desafio ao domínio do monarca lusitano – como as considerava o ex-governador – para serem deslocadas, discursivamente, para o âmbito de uma negociação por serviços prestados. Em sintonia com essa perspectiva, a versão dada por Diogo de Vasconcelos deu conta de um contato amistoso entre os respectivos governadores, que teria resultado inclusive na feitura de uma junta, através da qual o congênere colonial depusera a regência das Minas, solene e pacificamente, em favor da autoridade designada pelo rei.²⁸⁹

Ao longo de sua jornada, Albuquerque escolheu cuidadosamente os imóveis onde se hospedou e evitou colocar-se sob a guarida de indivíduos ligados aos partidos em disputa. Nos três dias em que esteve em Caeté, recusou oferta de Nunes Viana e permaneceu na casa de Antônio de Miranda Pereira, que se mantivera neutro ao longo dos confrontos.²⁹⁰ O visitante também rechaçou hospedagem oferecida por Sebastião Pereira de Aguiar, desafeto do governador emboaba e um dos líderes da oposição a seu governo no Rio das Velhas.²⁹¹ No Sabará, ficou apenas dia e meio, não restando notícia de que pernoitasse na casa de Borba Gato, apesar de ter mantido o poderoso paulista no posto de superintendente.²⁹² Dali passou às Minas Gerais, acompanhado de vinte

²⁸⁷ *Código Costa Matoso...* v. 1, p. 223.

²⁸⁸ Foi este o argumento mobilizado por Manuel Nunes Viana em sua petição de mercê, isto é, o de que ao liderar combate contrario aos paulistas conseguira “pelo castigo das armas os reduzir à obediência das leis de V. Majestade e das suas Reais Ordens” *RAPM*, v. 2, n. 2, 1897, p. 393-96.

²⁸⁹ VASCONCELOS, D. de. *História Antiga...* p. 272.

²⁹⁰ *Código Costa Matoso...* v. 1, p. 213.

²⁹¹ VASCONCELOS, D. de *História Antiga...* p. 271.

²⁹² Segundo Diogo de Vasconcelos, Albuquerque nomeou dois superintendentes no Rio das Velhas, um para Caeté e outro para Sabará, oficializando as fissuras irreconciliáveis entre paulistas e emboabas. VASCONCELOS, D. de *História Antiga...* p. 278.

soldados e alguns oficiais. Sabe-se que se hospedou primeiramente em Santo Antônio da Casa Branca, no Campo e, em seguida, “entrou no arraial de Ouro Preto”, instalando-se na Serra de Antônio Dias.²⁹³ É provável que, em ambas as localidades, Albuquerque tenha sido protegido e sustentado por Pascoal da Silva Guimarães, vindo a residir em imóveis pertencentes ao sargento-mor.²⁹⁴ A estadia na Serra e o abrigo na mesma casa onde residira Manuel Nunes Viana eram inversões simbólicas, que explicitavam a recondução daquela área à jurisdição do governador do Rio de Janeiro e a apropriação dos espaços de poder utilizados pelo emboaba deposto. O provimento de Pascoal da Silva como superintendente teve significado ainda mais revelador: trouxe de volta às mãos do general fluminense a prerrogativa de designar os postos político-militares das Minas Gerais, privilégio que havia sido perdido desde a revolta contra o capitão-mor Francisco do Amaral Gurgel.²⁹⁵

Das Minas Gerais, Antônio de Albuquerque rumou às pressas para o Rio das Mortes, já ciente de que tropas paulistas no Planalto se organizavam para o revide. “Entrou” no Arraial Novo em princípios de outubro de 1709, seguido por pequena escolta. Orou à Rainha dos Anjos e fez discurso público defronte à igreja, pregando a pacificação das Minas. Ao entardecer, acomodou-se na casa de Ambrósio Caldeira Brant, a mesma onde se hospedara dom Fernando de Lencastre. Ali se manteve alguns dias, garantindo aos moradores que os paulistas não atacariam. Depois partiu para Guaratinguetá, onde o exército de Serra Acima se juntava. Espantado pelos expedicionários, que “em exército [o] queriam matar”, o governador valeu-se da ajuda do capitão forasteiro Domingos Antunes Fialho, o qual “com sua pessoa, poder e gastos” escoltou o funcionário “são e salvo” até a Vila de Parati, onde se refugiou na fazenda Bananal.²⁹⁶

A Guerra dos Emboabas selou o fim de um primeiro momento na história política das regiões que viriam a constituir futuramente a capitania de Minas Gerais.

²⁹³ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 200.

²⁹⁴ Pascoal da Silva detinha uma roça no Campo de Ouro Preto, considerada parte da paróquia de São Bartolomeu. Em 1715, pagou 34 oitavas de ouro “pelo que lucra na sua roça” e “pelos negros que tem nela”. APM, CMOP 02, p. 429. Na carta patente de governador de Ouro Preto, que recebeu de dom Brás Baltasar da Silveira em 1714, informa-se que Antônio de Albuquerque, junto com vinte soldados e alguns oficiais, teria sido sustentado por Pascoal da Silva ao longo de quinze dias. CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, aos doze dias do mês de janeiro de 1714. APM, SC 09, fl. 78.

²⁹⁵ “(...) [nomeando] [Antônio de Albuquerque] ao mestre de campo Pascoal da Silva no cargo da superintendência deste distrito se houve ele com grande acerto e prudência, de que resultou principiarem os povos a experimentar a quietação e sossego que de antes o não tinham”. CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, 12 de jan. 1714. APM, SC 09, fl. 78.

²⁹⁶ AHU, Consultas de Mercês Gerais, cód. 87, fls. 438-438v. *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 235-36.

Áreas de influência e jurisdição indefinidas, as minas tornaram-se objeto de disputa entre autoridades coloniais e redes comerciais conflitantes, cujos elos projetavam-se do interior das zonas mineradoras até outras paragens do império português na América, na África e mesmo no Reino. Nesse contexto, a introdução e a permanência de governadores e de outros prepostos político-administrativos só puderam ocorrer episodicamente, sob a conivência e o patrocínio de potentados locais, a suscitar mesmo assim embates violentos.

O Rio das Velhas foi a região mais importante nos anos iniciais. No entanto, em 1709, as Minas Gerais, em especial os arraiais próximos à Serra de Ouro Preto, tornaram-se o coração do território, a ponto de Manuel Nunes Viana, mesmo com sua área de influência sediada em Caeté e nos Currais do São Francisco, ter residido no morro de Antônio Dias ao longo da maior parte de seu mandato como governador emboaba. A propriedade de Pascoal da Silva Guimarães foi, possivelmente, a primeira residência de um governador nas Minas Gerais. O projeto emboaba, baseado na importação sistemática de mão de obra africana, comercializada através do tráfico atlântico em larga escala, saiu vencedor. O Rio de Janeiro transformou-se na porta de entrada para os produtos vendidos nos distritos mineradores – o que só foi possível devido à maciça presença de comerciantes cariocas alocados nas Minas Gerais – enquanto a Bahia manteve primazia no fornecimento de escravos e de gado bovino. Ao longo desse processo, o Tapanhuacanga assumiu a condição de centro político e núcleo dos principais empreendimentos mineradores.

Cap. 4 – Morro de Tapanhuacanga: arraiais, conflitos e relações comerciais na formação de Vila Rica

(...) se chama Tapanhuacanga, que vale o mesmo que cabeça de negro, pelo teçume das pedras tão duro que só a poder de ferro se desmancha.

Antonil

Tapanhuacanga, que quer dizer na língua brasileira *Cabeça de Preto*.

Antônio Pires da Silva Pontes Leme.

A chegada de Henrique Lopes de Araújo a Ouro Preto coincidiu com o *rush* de migrantes, aventureiros, exploradores, arrivistas, escravos índios e africanos que preencheram o sertão da América Portuguesa no princípio do século XVIII. Antes disputadas por sertanistas oriundos de Taubaté e de São Paulo, as minas abriram-se à concorrência de forasteiros de diversas origens, com destaque para cariocas, baianos e reinóis. Partindo do Rio de Janeiro em data incerta, o taverneiro arribou em 1703 no arraial de Antônio Dias, onde passou a assenhorear terras minerais situadas na encosta do morro de Tapanhuacanga, propriedade que lhe serviu por morada e sede de suas atividades pelos próximos trinta anos.

Nesse momento, acirrava-se o conflito pelo controle de lavras, postos e proventos comerciais entre os primeiros povoadores. Sabe-se que os ribeiros auríferos de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria, que viriam a formar a futura Vila Rica, haviam sido inicialmente ocupados por taubateanos, em fins do século XVII. No alvorecer da nova centúria, Artur de Sá e Meneses, governador da capitania do Rio de Janeiro, oficializou o primeiro regimento de terras minerais, documento que virtualmente abria a posse de terrenos auríferos à concorrência de quaisquer mineradores, desde que detentores de plantel escravista apto ao trabalho exploratório. Àquela altura, os sertanistas oriundos do vale do Tietê e de Taubaté disputavam a primazia das descobertas. Contudo, nos anos consecutivos, o afluxo de forasteiros alterou o equilíbrio de forças. O regimento de 1700 concedia aos exploradores, inclusive, o privilégio de couto, incentivando a que indivíduos implicados em crimes encontrassem asilo nas minas recém-manifestas, conforme o costume comum nas “minas em toda a parte do mundo”.²⁹⁷

Talvez animado por essa regalia, o degredado Henrique Lopes, condenado por crime de assassinato em Portugal, abandonou seu ponto comercial na praça carioca para

²⁹⁷ REGIMENTO para as minas de ouro, feito em São Paulo, por Artur de Sá e Meneses. São Paulo, 3 de março de 1700. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 18, p. 407-415, 1913.

tentar a sorte sertão adentro. Aliás, muitos sujeitos tidos e havidos por criminosos empreenderam o mesmo movimento. Em especial, alguns dos pioneiros adquiriram fama de valentia na qualidade de notórios assassinos. Forasteiros como Manuel Nunes Viana, Francisco do Amaral Gurgel, alcunhado “o capador de homens”, e Bento do Amaral Coutinho, envolvido no célebre episódio do “Capão da Traição”, e até sertanistas como Manuel de Borba Gato eram publicamente conhecidos por suas destrezas na arte de tirar a vida.²⁹⁸

A subida de “cariocas” até os distritos do ouro apoiava-se na postura de Artur de Sá e Meneses, que envidou esforços para vincular o novo eldorado à capitania do Rio de Janeiro. Tratava-se, segundo Maria Verônica Campos, da política de “ilhamento” das minas no intuito de vedá-las ao contato com a Bahia. Em 1701, o governador publicou bandos proibitórios quanto ao comércio de escravos e gados via sertão do São Francisco. Em 1698, incumbira Garcia Rodrigues Pais da abertura de um caminho que interligasse os núcleos mineradores ao litoral fluminense. Ao mesmo tempo, intuiu a possibilidade de o porto carioca vir a transformar-se na principal porta de entrada para os escravos vendidos aos senhores do interior, num rearranjo dos circuitos mercantis e da geopolítica do tráfico atlântico nas praças da América portuguesa.²⁹⁹

Nesse momento, portanto, a primazia paulista nas Minas encontrava-se ameaçada, sobretudo, pela afluência de comerciantes e forasteiros oriundos da praça fluminense, embora as ramificações comerciais também irradiassem da Bahia. O paulista Domingos da Silva Bueno, ao deixar o posto de guarda-mor das Minas, alertou dom Pedro II sobre o descaminho de ouro efetuado pela “muita quantidade de mercadores do Rio, Bahia e mais partes, que excedem no número aos mineiros”. Os comerciantes traziam “importantes carregações” e levavam “muito ouro sem quintar a quarta parte”.³⁰⁰ O surto migratório atingiu índice alarmante, o que levou dom Álvaro da Silveira, sucessor de Artur de Sá no governo fluminense, a cogitar a construção de uma “trincheira de estacada” em Parati, a fim de impedir o trânsito de pessoas não

²⁹⁸ MELLO, J. S. de. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1929, p. 87. FRANCO, F. de A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989, p. 196; CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado, p. 57.

²⁹⁹ Tomada de empréstimo de Luís Felipe de Alencastro, a noção de “ilhamento” dos enclaves coloniais teria consistido numa estratégia política sistematicamente aplicada às diversas porções do Brasil, a fim de dificultar o estabelecimento de contatos mercantis mais extensos entre as capitanias e, com isso, acentuar a dependência dessas áreas quanto ao comércio metropolitano. ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Vivos: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 126. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 60-61.

³⁰⁰ AHU, Minas Gerais, cx. 1, doc. 7, fl. 1v.

licenciadas.³⁰¹ Outra trincheira a ser instalada no limite da cidade do Rio de Janeiro impediria entradas e saídas indesejáveis.³⁰² O ano de 1703, mesmo em que Henrique Lopes fixou-se nas Minas Gerais, foi particularmente difícil.³⁰³

Pouco se sabe sobre como se deu o acesso inicial de adventícios aos terrenos auríferos. Os paulistas tendiam a realizar distribuição de datas aos membros da comitiva descobridora, com base em laços de amizade e parentesco, em geral restritos aos indivíduos inseridos na empresa bandeirista. Porém, antes mesmo de a instituição do Regimento dos Superintendentes e Guardas-Mores em 1702 alterar o sistema tradicional, existiram brechas disponíveis ao intercuro de forasteiros. Quanto à ocupação dos ribeiros de Vila Rica, os documentos fornecem apenas indícios. O mais detalhado relato a respeito tem autoria duvidosa, tradicionalmente atribuída a Bento Fernandes Furtado, que o teria redigido cerca de meio século depois do movimento desbravador.³⁰⁴ Segundo as “Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro”, por volta de 1696 Sebastião de Castro e Caldas, governador do Rio de Janeiro, instituíra Garcia Rodrigues Velho por guarda-mor e ao coronel Salvador Fernandes Furtado por escrivão geral, responsáveis pela repartição dos ribeiros auríferos. Após o primeiro manifesto de Miguel Garcia, teriam sido dados à luz os ribeiros de Ouro Preto e Antônio Dias – ambos descobertos pelo sertanista de Taubaté – e em seguida o de Padre Faria, que levou o nome de seu pioneiro.³⁰⁵ Com comissão do guarda-mor, o escrivão responsabilizou-se pela partilha dos terrenos, usufruídos, sobretudo, por senhores procedentes de Taubaté, tendo em vista a rivalidade estabelecida com os sertanistas de São Paulo. O método seguido nessas repartições obedecia à lógica

³⁰¹ DH, v. 93, 1951, p. 144.

³⁰² BICALHO, M. F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 185-86.

³⁰³ DIHCSP, v. 51, 1930, p. 149, 154, 157 e 160.

³⁰⁴ O relato foi publicado originalmente, de forma resumida, por Manuel da Silva Pontes, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1899. Em 1953, Afonso de Taunay publicou-o integralmente em *Relatos Sertanistas*. Em 1999, a edição definitiva do relato integra o *Código Costa Matoso*. Orville Derby argumenta que a redação atribuída a Bento Fernandes Furtado pode ter contado com o auxílio de Cláudio Manuel da Costa, que empregou partes da narrativa no seu “Fundamento Histórico” do poema Vila Rica. Taunay considera acertada a possibilidade aventada por Derby, embora reafirme a autoria tradicional. Maria Verônica Campos e Luciano Raposo de Almeida Figueiredo destacaram a importância historiográfica do documento, já considerado em muitas obras relativas à história de Minas Gerais. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 83-98; *Relatos Sertanistas*. Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 12. *Código Costa Matoso. Coleção das Notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Coordenação Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, v. 1, p. 167-68.

³⁰⁵ As descobertas empreendidas pelo Padre João de Faria Fialho podem ser balizadas entre os anos de 1693-94, como indica carta enviada a dom João de Lencastre com informes sobre o roteiro das minas atribuídas a este sertanista. DH, v. 11, 1929, p. 204-205.

bandeirista.³⁰⁶ No ribeiro de Miguel Garcia, situado na foz da Serra de Itatiaia, os terrenos foram entregues à “maior parte dos seus paisanos”, sob a tutela do guarda-mor e do escrivão. Nas localidades de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria, as pintas partilharam-se “pelos ditos taubateanos”. Já o paulista Francisco Bueno da Silva, primo de Bartolomeu Bueno, pioneiro de Itaverava, ao descobrir no alto da Serra de Ouro Preto o córrego do Rio das Pedras e outro que levaria seu nome, partilhou-os entre “seus amigos e parentes paulistas”; em seguida, o grupo se retirou dos terrenos, talvez interessado em novos achados, talvez em fuga das “grandes fomes por falta de mantimentos”, deixando “o mais e mais rico” dos ribeiros à mercê de aventureiros estranhos à empresa. Os paulistas preferiam prosseguir pelo sertão, em ação descobridora, explorando apenas “o mais fácil e deixando o melhor e mais custoso para os vindouros”. O mesmo se passou com o alcaide-mor José de Camargo Pimentel, paulista convidado por Francisco Bueno à partilha de lavras na Serra de Vila Rica. Após retirar-se para São Paulo, em fuga da carestia alimentar, o sertanista retornou ao ponto anterior seguindo em direção ao sol nascente, onde descobriu o ribeiro de Camargos, que levaria o nome de sua família, para depois abandoná-lo, penetrando sertão adentro.³⁰⁷

Em 1700, outro integrante paulista da família Camargo, Tomás Lopes de Camargo, descobriu ouro na Serra de Vila Rica. Segundo as “Notícias”, esse achado foi posteriormente assenhorado pela “ambição” do comerciante “carioca” Pascoal da Silva Guimarães, “cujo nome ficou suposto naquele” morro. O documento não revela, mas subentende que a posse da Serra havia passado ao controle do forasteiro mediante a ausência do pioneiro. O exemplo dado por Pascoal da Silva teria motivado a ocupação do morro por número crescente de forasteiros. A fonte, entretanto, omite o momento de chegada do comerciante à Serra de Vila Rica e nada esclarece quanto ao sistema de repartição adotado na distribuição dos terrenos ali situados.³⁰⁸

Se o Regimento de 1702 tolheu a lógica bandeirista, o alvo de sua normatização incidia sobre o ouro de aluvião, encontrado nos vales de rios e córregos. No momento em que esse documento foi elaborado, não se conheciam outras possibilidades de extração além do método por bateias, a chamada “mineração de cascalho”. Isto significa

³⁰⁶ Na carta escrita a dom João de Lencastre, Bernardo Corrêa de Sousa Coutinho informa que o padre Faria dava “parte das minas de ouro que tem descoberto com seus parentes”. *DH*, v. 11, 1929, p. 204.

³⁰⁷ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 172.

³⁰⁸ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 176. Como notou Maria Verônica Campos, já em princípios do século XVIII o termo “cariocas” era utilizado para designar os aventureiros oriundos do Rio de Janeiro que estavam nas Minas. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 60.

que o Regimento regulava a partilha de terrenos às margens ribeirinhas, ignorando completamente as áreas montanhosas que circundassem os vales aquíferos. As datas eram, sobretudo, terrenos à beira-rio.³⁰⁹ Embora o artigo sexto do Regimento procurasse atender aos interesses sertanistas, resguardando aos integrantes da bandeira o direito de acesso às datas, é inegável que o sistema de repartição transformou-se consideravelmente. Desde então, o direito de concorrer às datas estendeu-se a todos os senhores, de procedência paulista ou não, portadores de escravos. Igualmente, os descobridores perdiam para o guarda-mor a prerrogativa de proceder à repartição dos terrenos, antes realizada conforme a hierarquia bandeirista, agora monopolizada por um delegado régio.³¹⁰ Para Isaias Golgher, teria sido a partir da entrada em vigor deste documento e da vinda do primeiro superintendente, José Vaz Pinto, que a supremacia paulista começou a declinar.³¹¹

Uma questão pode ser levantada: se muitos dos principais ribeiros, como os de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria em Vila Rica, já haviam sido descobertos e partilhados entre pioneiros paulistas e taubateanos anteriormente à publicação do Regimento, de que forma os adventícios recém-chegados puderam se inserir na atividade mineradora em regiões já ocupadas por sertanistas? As brechas deixadas pela mobilidade ou itinerância do bandeirismo, que resultava no abandono de ribeiros apenas parcialmente explorados, em prol da ação descobridora, não devem ser exageradas. Afinal, se muitos paulistas deixaram quinhões por explorar, isso ocorreu principalmente em terrenos considerados de pinta pobre, que tornavam a hipótese de fixação menos atrativa que o afã de empreender novos achados ainda ocultos e, virtualmente, mais rentáveis. Mesmo as “Notícias” atribuídas a Bento Fernandes Furtado, muito críticas ao descuido paulista quanto à avaliação da riqueza potencial das terras abandonadas, fornece exemplo de que, quando as julgavam vantajosas, os sertanistas optaram por fixar-se nas datas, recorrendo inclusive ao soerguimento de capelas. Foi o que ocorreu com o José de Camargo Pimentel: após evadir-se do ribeiro por ele descoberto e que

³⁰⁹ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 311-325.

³¹⁰ O regimento de 1702 é considerado um marco administrativo e político, que iniciou a ordenação da Coroa sobre o território e as povoações de Minas. Especialmente, esse regimento instituiu dois delegados régios, o superintendente e o guarda-mor, como responsáveis pela repartição das datas auríferas, prerrogativa que cabia até então aos descobridores, nos moldes da Carta Régia de 1603. Embora o Regimento de 1702 mantivesse a mercê dos descobridores, que preservaram o privilégio de escolher duas datas de trinta braças cada, o documento coibiu que os mesmos realizassem repartições de ribeiros e datas auríferas, conforme ocorria nas empresas bandeiristas. Veja-se REIS, F. M. da M.. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte: FFCH/UFGM, 2007. Dissertação de mestrado, p. 172.

³¹¹ GOLGHER, I. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982, p. 61.

tomaria seu nome – o ribeiro de Camargos a meio caminho entre Vila Rica e Catas Altas – o alcaide-mor prosseguiu em ação descobridora às margens do Rio Piracicaba, no decorrer do qual

foi vendo algumas faisqueiras limitadas, até chegar ao lugar (...) que de muito longe um altivo pico que levanta ao céu serve de sinal (...) como padrão que Deus quis pôr para ser buscado e achado (...) com boas e grandiosas pintas, onde se situou e fez capela com invocação de São Miguel e se administraram sacramentos por um capelão que consigo trazia.

Camargo Pimentel ali viveu muitos anos, acompanhado de dois filhos, até seu falecimento.³¹² Inúmeros episódios semelhantes poderiam ser citados, como o que deu origem ao arraial de Santo Antônio, quando o guarda-mor substituto Thomé Portos descobriu um ribeiro próximo à futura Vila de São José e o “repartiu entre si e alguns taubateanos, onde fundaram todos um arraial (...) levantando nele uma capela”.³¹³ A formação desse arraial em princípios do século XVIII decorreria principalmente da mineração sertanista praticada às margens dos ribeiros ali existentes.³¹⁴ Nas Minas Gerais, o ribeiro do arraial de Bom Sucesso teve ocupação paulista em suas margens e, nos primeiros anos, essa povoação deteve capela de Nossa Senhora do Parto, cuja imagem foi posteriormente transferida para a capela de Padre Faria, quando o aluvião se esgotou.³¹⁵

Se as brechas abertas pelo bandeirismo não explicam a maciça presença de reinóis e de comerciantes oriundos do Rio de Janeiro nas lavras de Ouro Preto, uma perspectiva de análise mais promissora deve estar atenta às diferentes formas de surgimento dos arraiais. Como demonstrou Cláudia Damasceno, a constituição de arraiais será característica distintiva e fundamental do povoamento das Minas. Inicialmente confundidos com as roças e pousos estabelecidos por bandeirantes nos sertões onde perambulavam, os arraiais logo deram origem a povoações mais ou menos estáveis, nas quais se aglomeraram agricultores, comerciantes e aventureiros que ali acorriam em busca de ouro. Fenômeno específico das Minas, os arraiais podiam ter vida efêmera, logo dispersada, ou, ao contrário, evoluir para núcleos duradouros de povoamento.³¹⁶ Augusto de Lima Júnior calcula que o descobrimento e a formação dos arraiais da futura Vila Rica ocorreram em três movimentos interligados, porém

³¹² *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 175-76.

³¹³ *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 177.

³¹⁴ *Códice Costa Matoso...* p. 276.

³¹⁵ VASCONCELOS, D. de “As obras de arte” In: *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 143-191; p. 147.

³¹⁶ FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D’el Rei...* p. 64.

distintos. Apoiando-se em relato do mestre de Campo José Rebelo Perdigão, o historiador considera que o primeiro descoberto aurífero tenha resultado da bandeira do taubateano Manuel Garcia, realizada em 1696, que encontrou ouro na vertente dos córregos Tripuí e Passa-Dez, constituindo o núcleo originário do arraial de Ouro Preto. Após a ocupação desse arraial, a ocorrência de mineiros ensejou nova bandeira, comandada por Antônio Dias, que chegou à vertente da serra, fixando-se à beira do córrego que levaria o nome de seu descobridor. Uma terceira bandeira, transpondo a elevação de Antônio Dias, topou com o córrego de Padre Faria. Esses três movimentos geraram diversos arraiais, encadeados na seguinte sequência: arraial de Ouro Preto, localizado na barra do córrego Tripuí; arraial do Caquende, que seguia a encosta da atual igreja do Rosário de Ouro Preto; o arraial dos paulistas e o de Antônio Dias, que usufruíam dos córregos que margeavam a Serra de Ouro Preto, e o arraial de Padre Faria. Além desses núcleos originários, que formariam o caminho tronco da vila, outros arraiais se implantaram na Serra de Ouro Preto, tais como os de Ouro Fino, Ouro Bueno, Ouro Podre, São Sebastião, Santana, Bom Sucesso, Passa-Dez, Botafogo e Três Cruzes.³¹⁷

Como se viu, os arraiais ribeirinhos, de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria, mais antigos, tiveram ocupação predominantemente paulista, voltada à exploração do aluvião depositado nas margens e no interior dos cursos d'água. Alguns exemplos de ocupação paulista nos altiplanos rapidamente evoluíram ao abandono. Os casos mais conhecidos foram o de Domingos da Silva Bueno e da família Camargo, sertanistas que, após esgotar as pintas encontradas na Serra, evadiram-se dos terrenos, deixando-os disponíveis ao intercuro de forasteiros alheios à bandeira descobridora. Não foi por acaso que os dois arruamentos da futura Vila Rica conhecidos pelo nome de “paulistas”, um em Antônio Dias e outro no Ouro Preto, situavam-se em vertentes de morros, próximos ao vale.³¹⁸ Por outro lado, os arraiais apinhados morro acima, agarrados à encosta ou no cume das elevações advieram de um segundo momento migratório e tiveram configurações distintas. Ao que tudo indica, o Morro apresentou-se inicialmente como área de refúgio e abrigo, além de servir como ponto de referência para a abertura de caminhos de ligação entre os arraiais próximos. Por ser diminuta a importância da mineração, esse espaço atraiu, sobretudo, indivíduos alheios ao movimento bandeirista,

³¹⁷ JÚNIOR, A. de L. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962, p. 56-57.

³¹⁸ VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 2, p. 36. REIS, F. M. M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 91-92.

que ali estabeleceram pontos comerciais e ranchos de morada. Pouco depois, a partir de 1703, a introdução de novo método de exploração tornou não só possível como rentável a extração aurífera a partir da rocha serrana.³¹⁹

É corrente a versão de que a técnica de mineração de morro, a talho aberto, tenha sido desenvolvida em Minas a partir das propriedades de Pascoal da Silva Guimarães, na parte superior da Serra de Ouro Preto, na área que viria a constituir o arraial do Ouro Podre, ou arraial de Pascoal da Silva, na primeira década do século XVIII.³²⁰ Outra versão, a de José Mattos, dá conta de que em 1704, no Rio das Mortes, “um filho de Portugal” de nome Manuel João Barcelos achou ouro no morro do arraial Novo, futura Vila de São João Del Rei, tendo sido “o primeiro que se descobriu pelo campo fora dos ribeiros e suas margens”.³²¹ José Álvares de Oliveira chega a sugerir que o arraial Novo justificasse sua denominação através do método inédito botado em prática na mineração local, “por se achar ouro em seus morros tanto à flor da terra que sempre foi novidade ainda para os mineiros mais investigantes”.³²² Bento Fernandes Furtado data por volta de 1707 a invenção de “lavar e desmontar as terras com água superior aos tabuleiros altos”.³²³ Esse invento “logo se comunicou grandemente a todas as partes (...) de que foram usando todos”.³²⁴ No Ribeirão do Carmo, o reinol Antônio Pereira Machado, possuidor das terras onde a vila foi fundada, teria sido o introdutor da técnica de exploração aurífera em terra firme, por regos de desmonte, “revelando assim riquíssimos cascalhos primitivos”.³²⁵

Desde então, a mineração ganhou maior complexidade, obrigando à construção de custosos jirais e de canais de condução de água para o trabalho de desmonte de terras, atividades que requeriam grande investimento na aquisição de materiais, de ferramentas de ferro e de numeroso plantel escravista, necessário às diversas etapas da exploração, com escravos empregados como escavadores, carregadores, lavadores,

³¹⁹ . LOPES, M. B.; LIMA, K.; VIEIRA, L. A. S. “Morro da Queimada: século XVIII”, Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro_da_Queimada_seculo_XVIII.pdf. Acesso: 13 de julho de 2012.

³²⁰ VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 200. SALLES, F. T. de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 32; LOPES, M. B.; LIMA, K.; VIEIRA, L. A. S.. “Morro da Queimada: século XVIII”, Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro_da_Queimada_seculo_XVIII.pdf. Acesso: 13 de julho de 2012. ANDRADE, F. E.de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 296.

³²¹ *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 178.

³²² *Códice Costa Matoso...* p. 277.

³²³ Tabuleiros eram formações comumente planas existentes às margens dos ribeiros. Quantos aos métodos de exploração dos tabuleiros, ver REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 108.

³²⁴ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 191-92.

³²⁵ FRANCO, F. A. C. *Dicionário de Bandeirantes e...* p. 232.

apuradores e artesãos.³²⁶

Mas os morros também deram guarida à vultosa população forasteira pouco remediada, composta por negros, forros e livres pobres, que encontrou nos flancos montanhosos, por não aplicar-se ali o código de 1702, a única área disposta à fixação de pessoas desprovidas de mão-de-obra escrava. Dedicavam-se à faiscação e à cata de ouro, em buracos ou fendas abertas na rocha, sem meios suficientes para o emprego de serviços de água e demais técnicas necessárias à mineração de morro.³²⁷ Constituíam uma “arraia-miúda” itinerante e fluída, que povoou de maneira desordenada os principais morros dos arraiais, ocasionando transtornos ao governo da capitania e aos mineradores abastados, que foram impelidos a, pelo menos num primeiro momento, dividir aquele espaço com pobres e desvalidos. Inúmeros distúrbios advieram dessa situação. A partir da década de 1720, causou alarme a dificuldade de acesso à água e canalização das nascentes nos topos de morro, que concorria com a presença flutuante de faiscadores.³²⁸ Em 1721, expediu-se a primeira normatização referente ao assunto, direcionada ao morro de Matacavalos no distrito de Passagem de Mariana, permitindo a perfuração de buracos e galerias por faiscadores, desde que realizadas em ponto acima do rego d’água ali existente, este reservado aos prospectores de talho aberto.³²⁹

Francisco Eduardo de Andrade argumenta que essa divisão territorial entre áreas ribeirinhas ocupadas por senhores paulistas e morros partilhados entre forasteiros foi capítulo importante da Guerra dos Emboabas. O conflito pela posse e exploração das áreas mineradoras intensificou-se após a descoberta do método por talho aberto, uma vez que senhores paulistas, antes satisfeitos com o ouro de aluvião, passaram a reclamar o domínio de veios montanhosos, já ocupados por forasteiros. Também o controle das nascentes e cursos d’água, necessários para a lavagem da terra ou cascalho aurífero, tornou-se tema central. Forasteiros poderosos, como Pascoal da Silva Guimarães, apossaram-se das vertentes das serras, controlando o fornecimento de água para os trabalhos de extração.³³⁰

³²⁶ ANDRADE, F. E. de. *A invenção das Minas Gerais*...p. 295.

³²⁷ REZENDE, D. F. de “Exploração do ouro nos morros das Minas Gerais: uma abordagem a partir das relações conflituosas que marcaram o convívio daqueles que ali atuaram”. *Dimensões do poder na história. Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*. Ouro Preto: EDUFOP, 2013, p. 1-11.

³²⁸ *DH*, v. 80, p. 347-49.

³²⁹ REZENDE, D. F. “‘Arraia-miúda’ nos morros das Minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710”. *Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: Dimensões do Poder em Minas*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: http://www.seminariojals.ufop.br/dejanira_ferreira_de_rezende.pdf.

³³⁰ ANDRADE, F. E. de. “Viver à gandaia: povo negro nos morros das Minas” in: PAIVA, E. F; IVO, I. P. (orgs.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: PPGH-UFMG/Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 161-177; p. 166-67.

O fato de os morros terem sido abertos à livre exploração de forasteiros não significa que sua ocupação tenha se dado de maneira “espontânea”, infensa aos interesses de grupos mineradores em disputa. Sabe-se que, em 1711, Antônio de Albuquerque concedeu ao então sargento-mor Pascoal da Silva sesmaria de uma légua de testada, que se dividia entre meia légua rumo às costas do Tapanhuacanga, na direção dos campos de Ouro Preto, e outra metade na face do morro, estendendo-se sobre o epicentro aurífero da elevação. A afirmação de que pretendia utilizar-se do terreno para fins agrícolas não correspondeu à realidade. O documento, entretanto, advertiu que o minerador não poderia desalojar moradores já instalados no morro, possuidores do título de primeiro povoador. Durante a gestão de Antônio de Albuquerque oficializou-se ainda a livre ocupação do Tapanhuacanga, tal como vinha sucedendo desde a chegada dos primeiros povoadores. Um relato do *Códice Costa Matoso* informa que senhores de Vila Rica requereram ao governador o livre acesso aos morros “para faisqueira de seus escravos”. Atendendo ao pedido, Albuquerque proibiu aos guardas-mores a concessão de datas em áreas montanhosas, que ficavam, então, disponíveis ao usufruto de todos, mediante o domínio por posse. Conforme esse relato, o próprio nome concedido à região de Ouro Preto, chamada de “Minas Gerais”, advinha de “serem os seus morros realengos e gerais para todos” – dado reforçador da tese de que o fluxo de faiscadores e mineradores nos morros tenha sido fenômeno umbilical da povoação.³³¹

Um dos primeiros ocupantes do arraial de Antônio Dias, Henrique Lopes de Araújo migrou do Rio de Janeiro para as minas da Serra do Ouro Preto em data desconhecida. Possivelmente, integrou as primeiras leva de forasteiros que daquela cidade endireitaram-se para o sertão entre fins do século XVII e início do setecentos, aproveitando-se da densa rede de caminhos e comunicações comerciais que, desde cedo, ligara às minas ao litoral carioca. Uma vez nas Minas, manteve sua atividade comercial, transformando-se em mercador de loja aberta, onde realizava comércio de carnes e de secos e molhados.³³² Em 1703, já se instalava na propriedade onde posteriormente viria a erigir o Palácio Velho de Ouro Preto, fixada à encosta do morro de Tapanhuacanga, no arraial de Antônio Dias, onde detinha data aurífera com lavra e faisqueira de ouro, às margens de três ribeiros que escorregavam da montanha.³³³

³³¹ RELAÇÃO de algumas antiguidades das Minas. *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 225.

³³² HABILITAÇÃO de Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra H, Maço 4, Doc. 31, fl. 1.

³³³ Em seu testamento, escrito em março de 1729, declarou que a propriedade onde se instalava o Palácio encontrava-se sob sua posse havia vinte seis anos. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 3.

A elevação de Tapanhuacanga devia seu topônimo à influência indígena, de raiz tupi, que se manifestou comumente nos referenciais geográficos de maior destaque, com características descritivas. Verdadeiro marco dos territórios colonizados, a nomenclatura indígena escondia em si a tutela bandeirante, que tinha por hábito nomear elementos naturais utilizando-se da língua geral, oriunda dos gentios domesticados e/ou escravizados que acompanhavam as expedições sertanistas.³³⁴ Segundo Teodoro Sampaio, a nomenclatura *Tapunhunacanga* originou-se nas regiões avançadas de colonização paulista voltada à mineração, fazendo surgir “uma tecnologia mineira de procedência tupi”. Termos como *jacutinga* (rocha friável argilosa que detinha jazida de ouro em rocha de itabirita) e *canga* ou *acanga* (a cabeça, o topo ou parte superior de um veeiro) passaram a ser empregados especificamente em Minas Gerais. O topônimo da elevação situada em Antônio Dias advinha da corruptela tupi: *tupuyuna*, o negro (escravo africano) e *acanga*, cabeça. A “cabeça de negro” designava formação mineral constituída por uma crosta negra de hidrato de ferro, repleta de concreções ocas e cristalizações do mesmo metal.³³⁵ No relato que Antonil juntou à terceira parte de sua obra, escrita por alguém que assistiu com Artur de Sá nas Minas, entre fins do século e início do XVIII, o termo Tapanhuacanga “vale o mesmo que cabeça de negro”, descrição justificada “pelo teçume das pedras tão duro que só a poder de ferro se desmancha”. Andrée Mansuy Diniz Silva, comentadora da obra, explica que o vocábulo de origem tupi designava camada de xisto hematítico, ligada por argamassa ferruginosa, aludindo à referência de Eschwege, para quem o ouro encontrava-se disseminado por formações deste tipo.³³⁶ Antônio Pires da Silva Pontes Leme explicou que, dentre as formações fêrricas existentes em Minas, encontravam-se “os naturais Tapanhuacanga, que quer dizer na língua brasileira *Cabeça de Preto*”.³³⁷ Waldemar de Almeida Barbosa recorre a Brás da Costa Pinheiro para apontar a etimologia do termo: *tapañu*=escravo negro; *acan-ga*=cabeça; “espécie de pedra ou cascão, ouro preto, férreo, que acompanha a superfície da terra”.³³⁸ Idêntica etimologia é registrada para outras áreas de Minas, que

³³⁴ SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901, p. 12. FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D’El Rei*...p. 75. BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 84-85.

³³⁵ SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia*... p. 58.

³³⁶ ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 277.

³³⁷ LEME, A. P. da S. P. “Sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das Minas, e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram atualmente no Brasil”, *RAPM*, v.1, 1896, p. 420.

³³⁸ BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, p. 162-163.

também ganharam o nome Tapanhuacanga.³³⁹

Curiosamente, todas as definições manifestam a constituição do topônimo através do termo que designava, em tupi, os escravos africanos (*tapañu* ou *tapuyuna*), palavra cuja raiz aludia ao significado de pessoas estrangeiras ou estranhas a terra, radical que se repetia na denominação atribuída a portugueses e demais europeus (*tapuytinga*). As nomenclaturas concedidas a africanos e europeus derivavam, por sua vez, do clássico chamamento dado aos grupos indígenas rivais e pouco suscetíveis ao contato, os *tapuyas*, que habitavam os vales interiores e menos acessíveis do Brasil, distantes do litoral dominado por tupis submetidos à domesticação portuguesa.³⁴⁰ Repare-se ainda que a única descrição de época, registrada por Antonil, concede ao termo significado alheio ao vocabulário geológico ou mineralógico, comum nas referências escritas a partir do século XIX, em geral inspiradas em Eschwege. A explicação dada à expressão “cabeça de negro”, atrelando-a ao aspecto “tão duro” de pedras que “só a poder de ferro se desmancha”, traz implícita metáfora afeita ao escravismo colonial, no qual a violência física aplicada aos corpos de escravos era prática rotineira, incorporada ao vocabulário e à linguagem.

Isso faz pensar que o topônimo Tapanhuacanga significasse mais que uma alegoria descritiva da formação mineral enegrecida que impregna o morro. Primordialmente ocupada por senhores de procedência “emboaba”, a Serra de Ouro Preto e as demais elevações situadas entre os Arraiais de Ouro Preto e de Antônio Dias, em contraste com os vales ribeirinhos preferencialmente explorados por paulistas, constituíram desde cedo uma divisória territorial marcante, que separava os terrenos de propriedade paulista daqueles ocupados por forasteiros, onde os escravos de origem africana predominaram amplamente. Não por acaso, a elevação “Cabeça de Negro” preencheu-se de cativos africanos, fazendo com que o mineral férrico obscurecido não fosse o único elemento negro daquela paisagem colonial.

³³⁹ Para Nelson de Senna, “esses minérios de ferro conhecidos por canga” tomariam “o aspecto de uma cabeça”, originando-se daí os topônimos *Itapanho acanga* e *Tapanhuacanga* “tão frequentes em Minas e em todo o Brasil Central”. SENNA, N. de “Toponymia geographica de origem brasilico - indigena em Minas Geraes”, *RAPM*, v. 20, 1924, p. 301-302. Na comarca do Serro do Frio, havia um arraial denominado Tapanhuacanga. Atualmente, essa povoação, chamada Itapanhuacanga, é distrito do município de Alvorada de Minas, situado na microrregião de Conceição do Mato Dentro, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Também em Sabará havia um primitivo arraial homônimo, que foi incorporado ao caminho tronco da vila. SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de. “Motivação toponímica da Comarca do Serro do Frio: estudos dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da capitania de Minas Gerais”. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009. ALMEIDA, Á. J. P. de “O desenho das cidades na Nova Inglaterra e na Capitania de Minas Gerais”. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003.

³⁴⁰ SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia...*p. 11-12.

Mercador oriundo do Rio de Janeiro, Henrique Lopes foi mais um dentre os inúmeros homens de negócio, comerciantes, tratantes, caixeiros viajantes e plebeus de diversas ocupações que, saídos da praça carioca ou a ela ligados por vínculos sociais e econômicos, fixaram-se na Serra de Ouro Preto e apossaram-se de suas principais lavras e minas auríferas. Dentre as personagens que vieram a despontar como homens e mineradores principais de Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII constavam nomes como os de Antônio Francisco da Silva, Pascoal da Silva Guimarães, Antônio Martins Leça, Manuel Dias de Meneses, Antônio Ramos dos Reis e o próprio Henrique Lopes de Araújo, todos eles plebeus (reinóis) advindos do litoral fluminense que assenhorearam propriedades situadas no Morro de Antônio Dias. Para esses indivíduos, a prévia inserção no mercado carioca como agentes comerciais foi decisiva no êxito que obtiveram nas Minas. Ainda são mal conhecidos os vínculos e as origens sociais dos primeiros exploradores, assim como permanecem subentendidos os elos comerciais que detiveram com suas respectivas praças de origem. Parece claro, todavia, que essas ligações desempenharam papel importante não só como ativadoras e fomentadoras do mercado colonial, mas como forças modeladoras do espaço e das relações sociais nas Minas, como sugere o povoamento da Serra de Vila Rica. Cabe discutir, no entanto, se a extensão dessas redes sociais pelo interior colonial teria se pautado pela lógica de Antigo Regime ou se, ao contrário, diferentes tipos de relação, específicos à realidade colonial, nortearam a ascensão desses plebeus elevados à condição de grandes senhores de escravos e proprietários de ricas minas no sertão da América portuguesa.³⁴¹

Henrique Lopes fazia parte, possivelmente, do grupo de comerciantes “cariocas” envolvidos no conflituoso abastecimento de carnes para a região de Ouro Preto na primeira década do século. Os contratos do corte de carne alimentaram a animosidade entre paulistas e forasteiros e serviram de fomento à eclosão da Guerra dos Emboabas. Em 1701, o carioca Francisco do Amaral Gurgel arrematara o estanco das carnes, em hasta comandada do Rio por Artur de Sá e Meneses. Em 1706, quando o contrato foi novamente à praça, Amaral Gurgel, então capitão-mor de Ouro Preto, nomeado neste mesmo ano pelo governador do Rio de Janeiro, Fernando Martins Mascarenhas de

³⁴¹ Dentre os trabalhos que indicam ou exploram os vínculos sociais e comerciais entre as Minas e as praças litorâneas do Brasil, constam FRAGOSO, J. “Potentados Coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos”. in: Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.) *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC, Imprensa de Ciências Sociais, 2005; CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH/USP. 2002. MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

Lencastre, enfrentou a concorrência de poderosos paulistas, ambiciosos do provento. A influência de Lencastre pesou a favor da renovação do contrato, em detrimento dos demais interessados. Amaral Gurgel encabeçava rede interessada em manter o monopólio do abastecimento de carne nos distritos das Minas Gerais, na qual se incluíam Pascoal da Silva, ex-caixeiro do contratador no Rio de Janeiro, e frei Francisco de Meneses, religioso trinitário que já se associara a Gurgel no monopólio do comércio de aguardente e fumo, e os potentados que controlavam a descida de comboios de gado da Bahia para as Minas, via sertão do São Francisco.³⁴² Arrematado no Rio de Janeiro por sete mil oitavas de ouro, o contrato das carnes já previa possíveis reações hostis ao estanco, estabelecendo-se a nulidade do termo caso os moradores locais se recusassem a aceitá-lo. Quando Francisco do Amaral Gurgel e Frei Francisco de Meneses pretenderam impor o monopólio em Ouro Preto, houve revolta dos paulistas ali alocados, sob a liderança de Domingos da Silva Monteiro e de seu primo Bartolomeu Bueno Feio. Diante da resistência, o contrato acabou sem efeito, anulado logo depois por determinação régia.³⁴³

Na primeira década do século XVIII, não sabemos se antes ou depois desse motim, Henrique Lopes de Araújo foi possuidor de um açougue no arraial de Antônio Dias. Um relato anônimo constante no *Códice Costa Matoso* informou que o primitivo arraial de Ouro Preto “não tinha mais moradores que o coronel Francisco do Amaral e seu sobrinho Bento do Amaral, a igreja eram quatro forquilhas, forrada de esteiras de taquara e coberta de palha”. Já no arraial vizinho de Antônio Dias “só havia um corte de carne de um homem chamado Henrique Lopes”.³⁴⁴ O açougue pode ser visto como forte indício de sua relação com Francisco do Amaral Gurgel, Pascoal da Silva Guimarães e o grupo comercial de reinóis vinculados ao Rio de Janeiro. O relato atribuído a Bento Fernandes Furtado lembrou-se do concurso inicial de “filhos de Portugal” que, “mais ardilosos para o negócio, quiseram inventar contratos de vários gêneros para, mais depressa e com menos trabalho, encherem as medidas a que aspiravam da incansável ambição”.³⁴⁵

Considerando as informações disponíveis, é possível afiançar que a presença de Henrique Lopes na encosta do Tapanhuacanga não foi “espontânea”, nem fruto do acaso

³⁴² FRANCO, F. de A. C. *Dicionário de Bandeirantes...* p. 195-96. Quanto a Pascoal da Silva Guimarães, vejam-se as informações biográficas transmitidas sobre ele no *Discurso Histórico e Político...* p. 69.

³⁴³ ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 131-137.

³⁴⁴ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 218.

³⁴⁵ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 192.

ou da sorte. Primeiramente, a divisória política e espacial entre os arraiais “paulistas”, situados nos vales e vertentes, e os arraiais formados por forasteiros, nas encostas e cumes dos morros, especialmente na Serra de Vila Rica, área ocupada por comerciantes e arrivistas oriundos do Rio de Janeiro, determinou uma disposição específica dos núcleos demográficos de Ouro Preto, que pode ter se repetido, com variações, noutros distritos, como Sabará e Caeté, arraiais inicialmente povoados por grupos antagônicos e rivais. Por outro lado, internamente os arraiais obedeceram a diferentes perspectivas sociais, políticas e culturais de organização. O Tapanhuacanga, por exemplo, foi repartido entre posseiros que, diferentemente do que ocorreu nas áreas ribeirinhas, jamais necessitaram recorrer nem às cláusulas sertanistas, nem aos artigos do regimento. Foi o que ocorreu com Henrique Lopes em 1703. Em seu testamento, lavrado trinta anos depois, esse velho emboaba declarou “possuir” e estar de “posse” de sua propriedade em Antônio Dias havia quase três décadas, “sem contradição de pessoa alguma”. A declaração parece referir-se, com precisão, ao processo de instalação dos primeiros forasteiros nos morros de Vila Rica.³⁴⁶

O Tapanhuacanga erguia-se da base, no ribeiro de Antônio Dias, e atingia, no cume, o morro do Ouro Podre, inserindo-se na Serra de Ouro Preto, cadeia montanhosa que margeia a cidade no sentido leste-oeste, origem, talvez, da maior concentração aurífera existente em Minas Gerais. As descrições que possuímos sobre o outeiro de Vila Rica são unânimes na convicção de que o Tapanhuacanga apresentasse formação aurífera das mais opulentas da primeira metade do século XVIII. O morro foi alcunhado “fiador das Minas”, comparado a um “Potosí de Ouro” ou visto como “o centro da opulência”. Um relato expedido pela Câmara de Vila Rica na segunda década da centúria assim caracterizou a elevação:

(...) é este morro muito grande, tem dado e dará muito ouro e há neste sítio várias paragens de moradores juntos [...]. É este morro muito alto formado de uma só pedra chamada Tapanhuacanga; tem em si bastante mato carraquenho miúdo e muito por acaso alguma árvore e alguma que se acha de pouco préstimo, por ter a sua criação na tal pedra; essa, ordinariamente, é vermelha, do feitio da terra congelada e de pouca dureza.³⁴⁷

Em 1732, para descrever a impressionante paisagem de Vila Rica, Francisco Tavares de Brito escreveu:

(...) entre montanhas de imensa altura, e delas rodeada, em forma que a vista se não pode estender, se levantou esta Vila, e suposto que abatida pela profundidade em que esta a maior parte dela situada, mais soberba e opulenta que todas, assim pela frequência de comerciantes, como pela abundância de suas Minas, mormente da inacessível montanha

³⁴⁶ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Condes de Linhares, mc. 95/2, fl. 3.

³⁴⁷ *RAPM*, v. 25, 1975, p. 229-30.

de Tapanhuacanga, em cujas faldas se encosta, e descansa. *Esta terra é um Potosí de ouro* (...).³⁴⁸

Um ano depois, por ocasião do Triunfo Eucarístico, Simão Ferreira Machado notou as luzes que pareciam originar-se do céu, postadas em luminárias espalhadas pelo casario do altíssimo Morro de Pascoal da Silva: “a este morro chama o vulgo *fiador das Minas*; nele estas noites nas casas dos moradores as luzes, que mostravam aos juízes o centro da opulência, por sua altura, como na região das nuvens, pareciam aos olhos luminárias do céu”.³⁴⁹ Na cobrança dos quintos dos anos de 1715, 1721 e 1722 e nas listas do Real Donativo de 1729-31, as localidades situadas ao longo da Serra, na encosta e no vale, elencaram o mais expressivo número de mineradores e o maior plantel de escravos do termo de Vila Rica, conforme se verá noutra parte desse trabalho. E mesmo no século XIX, já desfigurada de suas feições originais, palmilhada, perfurada e explorada intensamente por um século de mineração, a montanha ainda transmitia a impressão grandiloquente que a celebrizara.³⁵⁰

³⁴⁸ ITINERÁRIO geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios e povoações, lugares, vilas, rios e serras que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro. Composto por Francisco Tavares Brito. Sevilha. Na oficina de Antônio da Silva, 1732, com todas as licenças necessárias. *Códice Costa Matoso...* 907-08. Citado por AGUIAR, M. M. de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado, p. 21-22. Grifo meu.

³⁴⁹ Citado por CARVALHO, F. de. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933, p. 72.

³⁵⁰ Alguns cronistas e viajantes que visitaram Vila Rica no século XIX deixaram descrições da Serra de Ouro Preto. Segundo Spix: “este morro corre na direção O. L., ao longo do vale do ribeirão de Ouro Preto, até ao local Passagem, numa extensão de quase duas léguas (...). É coberto, aqui e ali, de mato baixo e, até ao mais alto cume, de capim e arbustos. A sua lombada é bastante plana e a montanha, do lado da cidade, é menos íngreme. A primeira camada, uma jazida de minério de ferro, aqui chamada tapanhuacanga, ou só canga, é uniformemente espalhada sobre grande parte da superfície do morro de Vila Rica, cobrindo numa espessura de três a vinte pés as formações mais antigas da montanha, e, pela facilidade da extração, tem sofrido essencialmente grandes alterações pelos mineradores. A massa da jazida consiste em argila mais ou menos avermelhada pelo óxido de ferro, e sobretudo, de caulinita. (...) O ouro aparece nesta formação em maior abundância, e, de fato, ou em pequeníssimas granulações e cristais depositados nas camadas de argila e de caulinita, ou como cobertura de limonita ou em folhetos mergulhados nele.” SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 208. Eschwege considerou o Tapanhuacanga como a principal formação aurífera secundária de Minas Gerais, onde o ouro se manifestava “ora em rochas compactas (os conglomeratos), ora nas montanhas, disseminado em grãos soltos sobre a rocha e cobertura de húmus, ora em ambos os flancos dos vales, ao pé das montanhas, acompanhado de seixos e atingindo alturas consideráveis (grupiaras), ora, enfim, no leito dos rios (no cascalho virgem)”. ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domicio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, v. 1, p. 158. Opinião menos otimista foi transmitida por José Joaquim da Rocha, ainda no século XVIII. Segundo o autor, a dificuldade de obtenção de água para os desmontes era o principal empecilho à manutenção da produtividade aurífera no morro. “Esta serra de Ouro Preto é povoada de mineiros com diferentes nomes as suas povoações, como são: o Morro do Pau Doce, Morro do Ramos, Morro do Ouro Podre, Morro do Ouro Fino, Morro da Queimada e Morro de Santana. Todos estes sítios adquiriram epítetos pelos serviços minerais que neles se fizeram em diligências da extração de ouro. O Morro do Ramos abismou as suas faisqueiras e ainda hoje tem copioso ouro, mas com dificuldade a sua extração, assim como em todas as mais terras que os mineiros, por falta de forças, as não podem lavar, por causa da profundidade e durezas que com muito custo de podem penetrar, para fazerem as necessárias cortaduras e chegarem às últimas

As casas que Henrique Lopes ali mandou construir estavam isentas de impostos junto à câmara e “nunca pagaram foro por serem feitas pelos primeiros povoadores destas Minas, tempo em que ainda não havia Senado”.³⁵¹ A residência do minerador foi erguida, possivelmente, ainda na primeira década do século XVIII e devia constituir exemplar arquitetônico requintado para a época. Cinco (ou seis) cômodos – desconsiderando a cozinha, anexada posteriormente, alheia à composição original – formam a planta, distribuída irregular e assimetricamente por cerca de 110 m². As paredes limítrofes, formadoras do retângulo principal, são de alvenaria de pedra, e as divisórias internas, de pau-a-pique. Há janelas de peitoril, dotadas de conversadeiras de pedra, fechamento de calha, forros de saia-e-camisa, piso de tabuado corrido com tábuas largas e soleiras de pedra. O esmero da construção mede-se no fato de que a casa mantém-se, ainda hoje, de pé, razoavelmente intacta.³⁵²

Assentado sobre a pedra do Tapanhuacanga, a estrutura original tem porta de entrada voltada para o aclave, com duas janelas de cada lado. Ao fundo, cinco janelas, dão vista para o declive do morro, com porão abaixo. Um corredor perpendicular à porta de entrada dá acesso aos quartos, encerrando-se em sala ampla, com um oratório anexo à parede. No porão, abaixo do assoalho, situava-se uma das senzalas, com uma única porta, voltada para o declive. A grossura e a técnica de construção da base e das paredes externas, feitas de pedra, são as mesmas percebidas nas ruínas do Palácio e não deixam dúvida quanto à ancestralidade do edifício.

A planta da casa e a lógica de sua implantação espacial exemplificam tipo arquitetônico que se pode classificar “emboaba”, se contrastado à arquitetura “bandeirista”, marca das construções residenciais de origem paulista erguidas a partir do século XVII. Segundo Luis Saia, as residências coloniais sertanistas caracterizar-se-iam

formações, onde se encontra o precioso metal, que sem água não se pode tirar; e a falta desta nas serras de Vila Rica (...) causa grave prejuízo aos mineiros que nela tem serviços, (...) como somente se valem das [águas] da chuva padecem todos infinitas faltas”. ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 104.

³⁵¹ Documento citado por MENEZES, I. P. de. “Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2005; p. 42. Em seu testamento, Henrique Lopes declarou que “estas casas em que vivo e o Palácio junto delas em que assiste o Excelentíssimo governador destas Minas com todas as suas pertenças o que tudo é livre e desembargado e não [pagam] pensão alguma por assim a possuir há vinte e seis anos sem contradição de pessoa alguma” TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 3.

³⁵² MENEZES, I. P. de. “Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2005, p. 41.

Figura 1. Planta da Casa de Henrique Lopes. Autoria: Tatiana de Souza Gaspar e Heitor Kooji Mello Matsui. Junho de 2014.

Figuras 2 e 3. Vistas da frente (à esquerda) e do fundo (à direita) da Casa de Henrique Lopes. Autoria: Heitor Kooji Mello Matsui e Tatiana de Souza Gaspar (foto à esquerda), 2014; e Bruno Tropa Caldas (foto à direita), 2009.

Figura 4. Vista dos fundos da Casa de Henrique Lopes. Autoria: Heitor Kooji Mello Matsui e Tatiana de Souza Gaspar, 2014.

pelo espaço retangular, em planta onde se distinguiam três faixas. A primeira, de fronteira, compunha-se do quarto de hóspedes e da capela, nas duas extremidades, e de um alpendre, ao centro, constituindo ampla varanda, à frente da casa. A segunda, já no interior do domicílio, detinha uma sala central, núcleo do convívio doméstico e comunitário – possível herança de hábito social indígena – e os quartos dispostos lateralmente. Por fim, aos fundos, podia surgir compartimento de serviço.³⁵³

Figura 5. Casa Bandeirista de Amarantina, atual distrito de Ouro Preto. Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário do Patrimônio Cultural do distrito de Amarantina*. Ouro Preto: PMOP/SMPDU, 2010, p. 539.

Em geral situados em terrenos planos, a certa distância dos arraiais mais densamente povoados, as casas bandeiristas assumiam caráter nitidamente rural, acentuado, na planta, pela presença marcante da varanda, onde os paulistas exibiam armas e séquitos de índios escravizados. Segundo José Álvares de Oliveira, os naturais de Serra Acima “por se afastarem da vizinhança dos homens” costumavam se arrancar “pelo arrabalde em moradas de espaçosas varandas a fim de ostentarem os seus grandes cabides de armas”.³⁵⁴ Nas proximidades de Ouro Preto, no antigo arraial de São Gonçalo do Tijuco (atual distrito de Amarantina), há exemplar arquitetônico coevo, a sugerir que construções do gênero não deviam ser ignoradas em Vila Rica. Em São Gonçalo do Tijuco, a presença de carijós (escravos silvícolas em geral pertencentes a senhores de procedência paulista) em período avançado do setecentos, já na década de 1730 – quando a escravidão indígena se tornava cada vez mais rara em Minas –

³⁵³ SAIA, L. *A Casa Bandeirista – uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1995. ZANETTINI, P. E. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da Casa Bandeirista*. São Paulo: USP/Museu de Arqueologia e Etnologia/Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2005, Tese de Doutorado, p. 84.

³⁵⁴ *Códice Costa Matoso...* p. 231.

conforme atestam os registros paroquiais da capela local, comprovam a filiação bandeirista do imóvel.³⁵⁵

A casa de Henrique Lopes, ao contrário, inseria-se no epicentro da atividade mineradora e em um dos arraiais mais densamente povoados das Minas, a reforçar sua função urbana. Pode-se acreditar, igualmente, que a localização do imóvel, postado na encosta do morro, distante do vale, onde nadava o córrego de Antônio Dias, filiava-se ao momento em que a mineração de ouro teria abandonado o leito dos rios para subir morro acima, em busca das jazidas que se incrustavam na pedra, ainda alheias à erosão, na primeira década do século XVIII. A passagem da faiscação à mineração por *talho aberto*, marco na história da exploração aurífera das Minas, coincide com a maior estabilidade dos núcleos de povoamento, processo refletido no imóvel de Henrique Lopes, erigido sintomaticamente ao lado de uma mina de ouro, escavada na rocha. Esta tipologia de ocupação, destoante da lógica bandeirista, acabou por generalizar-se em Vila Rica, sobretudo com a diáspora paulista, após a Guerra dos Emboabas, quando indivíduos oriundos do Planalto de Piratininga abandonaram as principais minas de Ouro Preto ou ficaram confinados a espaços específicos da vila.³⁵⁶ Os distintos estilos arquitetônicos expressavam, segundo Russel-Wood, “as diferenças culturais entre emboabas e paulistas”, capazes de individualizar esses últimos perante outros súditos do rei português, transformando-os num “grupo étnico” específico.³⁵⁷

³⁵⁵ A especificidade da Casa Bandeirista de Amarantina reside na técnica de ereção das paredes, feitas de pedra, e não de taipa de pilão, método costumeiramente utilizado nos exemplares arquitetônicos do tipo. Essa diferença representa adaptação local aos materiais disponíveis, usufruindo-se da maior abundância de pedras na região de Ouro Preto. GASPARD, T. de S.. “O Arraial de São Gonçalo do Tijucu: história, patrimônio e memória do distrito de Amarantina em Ouro Preto.” *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Uberlândia, v. 23, n. 1, 2010, p. 41-69.

³⁵⁶ Segundo Sylvio de Vasconcelos, após a Guerra dos Emboabas, mantiveram-se em Vila Rica dois espaços de ocupação paulista, um em Antônio Dias, no trecho da atual Rua dos Paulistas, e outro no fundo do Ouro Preto, entre as igrejas do Pilar e do Rosário, no curso do córrego Caquende. VASCONCELOS, S. *Vila Rica – formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 24.

³⁵⁷ O autor frisou as diferentes lógicas construtivas adotadas por paulistas e emboabas. Analisando relatos do *Código Costa Matoso*, notou: “(...) os emboabas tinham que ficar em locais mais desfavoráveis. (...) Ambos construíram casas de taipa cobertas com palha, mas as dos paulistas tinham estilo diferenciado, caracterizado por pérgolas espaçosas para passear e exibir seus bem supridos arsenais de armas. (...) Mais expressiva era a diferença essencial na localização dos dois povoamentos: enquanto os emboabas estabeleceram um arraial e formaram uma comunidade, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar, os paulistas ‘se arrancharam por fora’, perto do mato, e pareciam haver construído suas casas sem nenhuma intenção de criar comunidade. O distinto uso do espaço, as evidentes dessemelhanças estruturais de suas casas e a escolha da localização revelam algo das diferenças culturais entre emboabas e paulistas, seus comportamentos e até seus valores.” Sobre o conceito de “grupo étnico”, atribuído aos paulistas, esclareceu: “membros de um grupo étnico compartilham uma ascendência comum (real ou percebida), características culturais (inclusive linguísticas) relevantes, traços somáticos, atitudes, valores e comportamentos. As pessoas já nascem membros de uma comunidade étnica, ao invés de se associarem a ela. Por laços de sangue ou por parentesco imaginário, membros de uma comunidade étnica são frequentemente parentes. De grande importância é o fato de que os membros de tal grupo percebem e

A partir do caso de Henrique Lopes de Araújo é possível propor novas relações de forças no processo de povoamento e de urbanização das Minas. Se, por um lado, como há muito se vem afirmando, o desbravamento e a ocupação inicial das áreas auríferas foram encetados, sobretudo, por particulares e arrivistas, com tímida participação do Estado metropolitano, gênese aventureira que resultou no formato “desordenado” das povoações, livremente adaptadas ao meio geográfico acidentado e infensas ao estabelecimento de traçados urbanos regulares, previamente organizados,³⁵⁸ de outro, trabalhos recentes têm enfatizado a célere institucionalização daquele espaço colonial, rapidamente colocado sob a jurisdição real, transformando partes indômitas do “sertão” em arraiais, distritos e vilas administradas por súditos do soberano português. Indubitavelmente, a delimitação de termos de vilas e comarcas e a criação de câmaras municipais, entre outros dispositivos importantes, como a formação de freguesias e a colação de paróquias, modelaram e classificaram as áreas mineradoras conforme padrões jurídicos e políticos prevalentes no império português. A espontaneidade das Minas não excluía o cálculo e o controle políticos e a sua adequação aos princípios norteadores do urbanismo lusitano de Antigo Regime.³⁵⁹

Contudo, antes e durante esse processo, contradições próprias à sociedade colonial influenciaram na formação social e política das povoações e na feição urbana das vilas. Carregando no nome a herança do conflito entre forasteiros e paulistas em Vila Rica, com suas diferentes lógicas sociais e culturais, o Tapanhuacanga exemplificou a especificidade e a complexidade do urbanismo mineiro. Nem aleatórios, nem submetidos aos princípios do governo real, os arraiais mineradores resultaram de um processo híbrido, no qual clivagens inerentes ao sistema colonial, como o escravismo, se conjugaram a conflitos típicos de Antigo Regime, como as disputas entre redes e grupos clientelares rivais.

identificam a si mesmos como pertencentes ao grupo, e por isso distintos dos outros e que os outros identificam este como distinto. (...) os paulistas constituem um grupo étnico. Foi precisamente este senso de ‘ser outro’ que perturbava, no Brasil, a coroa portuguesa e até os colonos portugueses natos.” RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Código Costa Matoso*.” *Varia Historia*, v. 21, 1999, p. 100-118; p. 105 e 113. .

³⁵⁸ HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. VASCONCELOS, S. de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956.

³⁵⁹ FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 49-64. BORREGO, M. A. de M. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2004. BASTOS, R. A. “Regularidade e Ordem das povoações mineiras no século XVIII”. *Revista do IEB*, n. 44, 2007, p. 27-54.

PARTE II

PALÁCIOS DE MINAS (1710-35)

Cap. 5 – O Palácio da Vila do Carmo (1710-1717)

(...) assim me parece representar a Vossa Majestade que em todos os governos há casa para os governadores, menos neste governo, sendo o que mais necessita por serem todas as casas de palha, e a não serem estas não teriam onde viver com segurança pelos grandes incêndios que de contínuo aqui sucedem (...).

Dom Brás Baltasar da Silveira, 22 de maio de 1714.

Em novembro de 1709, enquanto paulistas e forasteiros enfrentavam-se no Rio das Mortes, orquestrou-se em Lisboa o reordenamento político das Minas. Uma nova unidade administrativa, separada do Rio de Janeiro, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, foi designada a Antônio de Albuquerque, a quem se confiaram prerrogativas especiais. O governador deveria largar a praça carioca ao sucessor e tão logo passar a São Paulo e aos distritos mineradores. Ao preposto cabia a escolha do local de “vossa residência em qualquer destas partes, que vos parecer mais conveniente ao meu serviço”. Apesar da menção à capital paulista, as ordens reais concentravam-se nas Minas de Ouro, onde o enviado tinha a incumbência de fundar povoações, expulsar religiosos de mau procedimento, pôr em arrendamento o direito dos quintos, coibir os descaminhos, levantar regimento de até quinhentas praças e distribuir patentes militares, inclusive as de “governador das povoações”, para as quais havia de eleger com igualdade paulistas e reinóis.³⁶⁰

Chama atenção a prerrogativa concedida a Albuquerque de escolher, a seu arbítrio, a localidade ou o sítio de instalação de sua moradia. O rei deixou em aberto, inclusive, a opção por “qualquer destas partes”, isto é, por São Paulo ou pelo “distrito das Minas”. Outra vez delegou-se ao funcionário comissionado a responsabilidade pela tomada de decisões importantes, à luz do trato direto com o contexto local. Na prática, a definição da residência governamental implicava o estabelecimento de um centro político. Muito embora esse aspecto não tenha sido mencionado explicitamente, permanecia a obrigatoriedade de que o governador fosse recepcionado, abrigado e protegido por potentados locais. A Coroa valia-se de um acordo tácito e contava com a

³⁶⁰ ESTABELECIMENTO do governo do senhor Antônio de Albuquerque. Lisboa, 9 de novembro de 1709. APM SC 04, p 1-4. O mesmo documento consta em CARTA régia dando instruções para o estabelecimento do governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, APM, SC 05, fls. 23-24; e ainda CARTA de V. Majestade para o senhor governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em que se dá a forma da criação deste novo governo de São Paulo e Minas, e direções para ele. APM, SC 06, fl. 2.

existência de interessados em prover o teto oficial, ambiciosos de acrescer o rol de serviços prestados à monarquia. Além disso, a liberdade de escolha por parte do funcionário permitia a obtenção de vantagens e a consecução de estratégias políticas que parecessem mais apropriadas ao momento.

Antônio de Albuquerque permaneceu no Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1710. Em abril, ainda no litoral, informou que partiria logo para São Paulo, “por viagem de mar arriscada”, e dali para as Minas, “em cuja jornada hei de gastar não só muito tempo, mas considerável fazenda”. Alegando o alto custo da jornada e o elevado preço das mercadorias nas Minas, “porque tudo em aquelas partes é muito caro, em que a menor moeda é uma oitava de ouro que são dez tostões”, solicitou e obteve acréscimo de mais seis mil cruzados em seu soldo, que alcançou, assim, dezesseis mil cruzados.³⁶¹ O percurso até São Paulo se deu ao longo do mês de maio e a posse ocorreu nessa vila a 12 de junho, em cerimônia realizada na câmara municipal. Vinte dias depois, o general presidiu uma junta de procuradores em que tiveram assento trinta e seis homens, entre os quais se achavam membros do clero local, oficiais da câmara de São Paulo e procuradores das vilas de São Vicente, Santos, Parnaíba, Mogi, Jacareí, Jundiaí, Itu e Sorocaba, e ainda alguns expoentes da “nobreza” local. A reunião realizou-se “nos Paços onde mora o governador”, em residência espaçosa o suficiente para recepcionar a extensa lista de representantes convocados pela autoridade, que dava início à política de decisões colegiadas, marca de sua gestão e da de seu sucessor na capitania de São Paulo e Minas de Ouro.³⁶²

Dez dias depois, a 17 de julho, nova junta foi convocada e dirigida pelo general. Também ambientada nos “Paços onde mora o governador”, essa sessão teve assistência de plateia pouco menor, formada por trinta e três indivíduos, entre os quais inexistiam eclesiásticos. A questão da imposição de direitos a serem carregados para a Fazenda Real dominou a reunião. Outro tema discutido relacionou-se à proposta de criação de três companhias militares pagas, a serem compostas por nativos, cujas atribuições seriam a guarnição da capitania de São Paulo e “alternativamente” a “guarda à pessoa que a governar e aos ministros de justiça, para esta se administrar com respeito e obediência, e a poder haver para todos os mandatos do governo”. Por fim, travou-se um longo debate sobre a proibição do porte de armas de fogo por parte de mamelucos, carijós, mulatos e

³⁶¹ AHU, Rio de Janeiro. cx. 8, doc. 867.

³⁶² TERMO de uma junta geral que fez senhor governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre a nova forma e cláusulas com que S. Majestade foi servido mandar criar este governo para aumento das Minas e sossego e restituição a elas destes moradores de São Paulo. São Paulo, 7 de julho de 1710. APM, SC 06, fls. 3-5

negros, “esta casta de gente” que transitava fortemente armada, mesmo na ausência de seus senhores.³⁶³

As juntas de julho se desenvolveram em momento especialmente tenso e propiciaram o reencontro de Albuquerque com as lideranças paulistas há pouco derrotadas na peleja contra os forasteiros, no Arraial Novo. Um basta às “inquietações das Minas” e a exigência de que paulistas tivessem assegurados o “comércio” e o trânsito até a zona mineradora foram propostas defendidas uniformemente pelos presentes, na expectativa de que “se conservarão os que nelas assistirem e entrarem com justiça e sem vexação alguma ocasionada pelos forasteiros”. Além da querela com os emboabas, outro assunto dominou a primeira sessão: o descontentamento com o monopólio da comercialização de sal, a partir de seu armazenamento na vila de Santos. Solicitou-se do rei o fim do estanco, que estava a causar escassez no abastecimento de sal e a especulação do preço desse produto.³⁶⁴ O pedido refletiu o clima de insatisfação que culminou, meses depois, na célebre ação perpetrada pelo justiceiro Bartolomeu Fernandes de Faria, que, saído de Jacareí com duzentos índios e africanos armados, seus escravos, invadiu a vila de Santos, arrombou e saqueou armazéns onde se estocava sal, para depois repartir o butim entre os necessitados de Serra Acima.³⁶⁵

Quando a pilhagem aos depósitos da baixada santista ocorreu, o governador já se encontrava nas Minas. Partiu de São Paulo a 10 de agosto, lá deixando, em conformidade com a jurisdição que lhe havia sido confiada pelo rei, um “governador de povoação”, o mestre de campo Domingos da Silva Bueno. No dia 21 de agosto, dormiu em Guaratinguetá. No princípio de setembro, pisou no Rio das Mortes. E a 11 desse mês já assinava cartas a partir das “Minas Gerais”. Permaneceu ali até, pelo menos, o fim do mês, expedindo registro a 28 de setembro, outra vez referenciado das “Minas Gerais”.³⁶⁶ Fato contraditório de sua jornada constou na carta que escreveu ao rei no dia 12 de outubro de 1710, assinada em Guaratinguetá, a sugerir um possível retorno ao caminho de São Paulo em outubro.³⁶⁷ Esse regresso talvez explique a inexistência de

³⁶³ TERMO de uma junta que convocou o sr. governador e capitão general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre vários particulares pertencentes ao aumento da Fazenda Real e quintos de ouro, e companhias pagas que se devem levantar nesta Vila de São Paulo. 17 de julho de 1710. APM, SC 06, fls. 6-8.

³⁶⁴ APM, SC 06, fls. 3-5.

³⁶⁵ MONTEIRO, J. M. “Sal, justiça social e autoridade régia São Paulo no início do século XVIII”. *Tempo*, n. 8, 1999, p. 23-40.

³⁶⁶ APM, SC 07, fls. 20-35v.

³⁶⁷ CARTA do governador das Minas, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, ao rei [D. João V], sobre a falta de cumprimento da ordem para não irem para as ditas Minas, eclesiásticos sem emprego ou préstimo de missionários, e sobre o mau procedimento de muitos frades e clérigos que ali se encontram. Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, 12 de outubro de 1710. AHU, MG, Cx. 1, doc. 20.

despachos seus na secretaria de governo ao longo desse mês.

De toda forma, a 10 de novembro de 1710, Albuquerque presidiu a primeira junta de procuradores realizada nas Minas, com a presença de moradores oriundos dos principais arraiais. A sessão transcorreu nas “Minas Gerais em casas em que mora o senhor governador”.³⁶⁸ Vinte dias depois, a primeiro de dezembro, uma segunda conferência também foi assinada no mesmo endereço.³⁶⁹ Muito embora o termo “Minas Gerais” abrangesse àquela altura áreas compreendidas pelos futuros termos de Vila Rica e Vila do Carmo, Diogo de Vasconcelos foi categórico na afirmação de que a primeira junta sucedida em solo minerador teria se dado no Ribeirão do Carmo, onde o governador fixara inicialmente sua residência. Segundo o autor, a escolha da sede teve propósito político estratégico. O Carmo se mantivera neutro ao longo da Guerra dos Emboabas e rechaçara a jurisdição de Nunes Viana, permanecendo fiel à “autoridade legítima”. Além disso, entre seus próceres constavam tanto paulistas quanto forasteiros que não se envolveram nos confrontos de véspera e nutriam convívio pacífico entre si. Essa “neutralidade” teria determinado a opção pela localidade.³⁷⁰

A leitura feita pelo historiador é convincente e se adéqua às evidências documentais disponíveis.³⁷¹ Um relato anônimo do *Códice Costa Matoso* de fato confirma que o general “no Ribeirão fez a sua assistência e ali convocou a todos os principais destas Minas”.³⁷² A concórdia das facções beligerantes era objetivo a ser alcançado pelo governador, superando assim a animosidade entre descobridores e forasteiros. Nesse sentido, o exemplo do Carmo representava simbologia política que convinha explorar. A escolha domiciliar parece coadunar-se, ademais, à lógica seguida por Albuquerque em ocasiões pretéritas, em Caeté e no Rio das Mortes, por exemplo, quando optara por abrigar-se em casas pertencentes a indivíduos considerados neutros ou não alinhados aos partidos em disputa.

Apesar de haver sediado as juntas no Carmo, Albuquerque não esteve imóvel nessa localidade. Seu curto, itinerante e atribulado mandato à frente da nova capitania legou registros de estadias intermitentes e de movimentações constantes. Imediatamente

³⁶⁸ TERMO de uma junta geral que fez nestas Minas o Sr. Gov. e Cap. Gen. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre o estabelecimento e melhor forma que se haveria de tomar para esta nova conquista e sua conservação; e meio mais suave que se devia eleger para a boa arrecadação dos quintos de S. Majestade. Minas Gerais, 10 de novembro de 1710. APM, SC 06, fls. 8-10.

³⁶⁹ TERMO da segunda Junta que se fez por ordem do sr. governador e capitão general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se continuar o que se havia proposto e principiado no primeiro antecedente. Minas Gerais, 1º de dezembro de 1710. APM, SC 06, fls. 11-12v.

³⁷⁰ VASCONCELOS, D. de *História Antiga...* p. 287.

³⁷¹ FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 145.

³⁷² *Códice Costa Matoso...* p. 224.

após a primeira conferência, rumou para as “Minas Gerais de Ouro Preto”, onde despachou documento datado do mesmo dia, 10 de novembro. Pouco depois, estava em Casa Branca, nos campos de Ouro Preto, a assinar despachos entre 15 e 19 de novembro de 1710. Sepultou dois escravos seus em Cachoeira do Campo nesse período.³⁷³ Uma narrativa anônima registrou a informação de que a primeira residência de Albuquerque nas Minas localizava-se no arraial de Santo Antônio da Casa Branca.³⁷⁴ Dois dias adiante, a 21 desse mês, o governador tornou a referenciar suas cartas a partir das “Minas Gerais”.³⁷⁵ Não sabemos se empreendeu outros deslocamentos. O mais provável é que tenha permanecido no Carmo ao longo desse mês intercalado entre fins de novembro e fins dezembro de 1710.³⁷⁶

Todavia antes do ano novo recolocou o pé na estrada, em direção ao Rio das Velhas. Passou por Sabará, a 4 de janeiro, esteve em Caeté entre 14 e 21 desse mês e depois voltou ao primeiro arraial, onde se hospedou entre 24 de janeiro e 8 de fevereiro de 1711. Terá sido recepcionado e mantido por Borba Gato em Sabará, como o fora o superintendente José Vaz Pinto na década anterior? Não sabemos. Ao todo, ficou por mais de um mês no Rio das Velhas. Em trânsito de volta, expediu documento nas “Minas Gerais” (de Ouro Preto), no dia 15 de fevereiro, antes de chegar em definitivo ao Ribeirão do Carmo, a 17 desse mês.³⁷⁷

Deu-se então o período mais extenso no Carmo, a comprovar que, àquele momento, o governador dispusera-se a residir nesse arraial. Ali domiciliou por quase cinco meses ininterruptos, até 7 de julho de 1711. Em abril, lavrou-se o termo de ereção da vila, a primeira das Minas, mas mesmo após esse despacho Albuquerque continuou a referenciar seus documentos a partir do “Arraial do Ribeirão do Carmo”. A ata de

³⁷³ Segundo Diogo de Vasconcelos, “Albuquerque passando pela Cachoeira deixou doentes dois escravos gentios de Guiné: Frutuoso e Pedro. O primeiro ali faleceu no dia 17, e o segundo no dia 18 de novembro de 1710, como se vê do 1º livro de óbitos”. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 287.

³⁷⁴ *Códice Costa Matoso...* p. 200.

³⁷⁵ APM, SC 07, fls. 36v.-37.

³⁷⁶ Há dilema factual relativo à localização da segunda junta realizada nas “Minas Gerais”, a 1º de dezembro de 1710. Diogo de Vasconcelos afirmou que essa junta teria se dado no arraial de Ouro Preto, de maioria emboaba. Porém, a indistinção dos referenciais descritos nas sessões de 10 de novembro e de 1º de dezembro não permite certificar tal localização. Ao contrário, como vimos, uma evidência documental comprova que o governador esteve nas “Minas Gerais de Ouro Preto” no dia da primeira junta, a 10 de novembro, e não no da segunda. Diferentemente do que sucedera nos primeiros tempos da ocupação, quando a jornada entre Carmo e Ouro Preto podia se estender por até quatro dias, em razão das adversidades situadas no caminho, àquela altura já havia se tornado possível cumprir o trajeto entre o Carmo e Ouro Preto em menos de um dia de jornada, como se pode comprovar documentalmente em despachos feitos por governadores em anos posteriores, assinados a partir das duas localidades, numa mesma data. Por isso acredito que a primeira junta de fato ocorreu no Carmo, apesar da carta assinada em Ouro Preto no mesmo dia. Por fim, em vista da homologia descritiva encontrada nas duas atas, julgo que ambas as juntas foram sediadas num só local, nesse caso, na Vila do Carmo. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 287-88.

³⁷⁷ APM, SC 07, fls. 36-100.

ereção foi assinada “nas casas em que mora o senhor governador”.³⁷⁸ Já os termos de eleição e de posse da câmara, ocorridos nos dias 4 e 5 de julho, se deram “no *Palácio* em que mora o senhor governador”.³⁷⁹ Essa foi a primeira vez que o termo “palácio” designou a morada de um general mineiro. Com a fundação da câmara, o arraial transformou-se enfim em “Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque”. O rei, pouco depois, ao reconhecer a criação, retirou a homenagem ao governador, inserindo o título de “leal” à vila que resistira ao governo de Nunes Viana.³⁸⁰

Uma segunda etapa de deslocamentos resultou na criação de outras duas vilas. Nos dias 8 e 9 de julho, a autoridade achou-se em Vila Rica, a presidir as mesmas sessões de ereção, eleição, juramento e posse da câmara, todas sucedidas “nas casas em que assiste” ou “nas casas em que mora” nessa povoação.³⁸¹ A 10 de julho ainda expediu documentos referenciados em Ouro Preto.³⁸² Na semana seguinte repetiu o cerimonial em Sabará, a inaugurar Vila Real da Conceição, em sessões ocorridas nas “casas onde se acha o senhor governador”, expressão comprobatória de que não chegara a residir no Rio das Velhas, ali estando apenas de passagem.³⁸³ Hospedou-se em Vila Real por dez dias, entre 17 e 27 de julho. Ao partir, deixou o mestre de campo Sebastião Pereira de Aguillar como governador dos distritos de Caeté e Sabará, função que o mesmo exercera anteriormente na condição de capitão-mor.³⁸⁴

Até esse momento, os documentos atestam a existência de duas moradias utilizadas pelo governador, um “Palácio” no Carmo e uma “casa” em Vila Rica. De sua chegada às Minas Gerais, em setembro de 1710, até a segunda jornada ao Rio das Velhas, em julho de 1711, o governador permaneceu a maior parte do tempo em seu “Palácio” no Ribeirão do Carmo, sobretudo ao longo do mês de dezembro de 1710 e no

³⁷⁸ TERMO de uma junta que fez no arraial do Ribeirão do Carmo o senhor governador e capitão general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para se haver de levantar no dito arraial uma das vilas que S. Majestade tem ordenado se erijam nestas Minas. Ribeirão do Carmo, 8 de abr. de 1711. APM, SC 06, fl. 14.

³⁷⁹ TERMO da junta que se convocou para se fazer a nova eleição da câmara que há de servir este ano, nesta nova vila. Vila do Carmo, 4 de jul. de 1711. APM, SC 06, fl. 17v. TERMO de Posse e juramento que se deu aos novos eleitos oficiais da câmara que saíram para servir este ano. APM, SC 06, fl. 18. Grifo meu.

³⁸⁰ VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 291.

³⁸¹ A expressão “casas em que assiste” ocorre no TERMO de ereção de Vila Rica. 8 de julho de 1711. APM, SC 06, fl. 20. Já a outra, “casas em que mora”, se repete no TERMO de eleição que se fez para os eleitores que hão de eleger os oficiais da câmara desta nova vila. Vila Rica, 8 de julho de 1711. APM, SC 06, fl. 21v. E também no JURAMENTO e posse dos Oficiais eleitos para a câmara. Vila Rica, 9 de julho de 1711. APM, SC 06, fl. 22.

³⁸² APM, SC 07, fl. 122v.-123.

³⁸³ TERMO de ereção de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Rio das Velhas. Arraial de Barra do Sabará, 17 de jul. de 1711. APM, SC 06, fl. 23.

³⁸⁴ ORDEM para o mestre de campo dos auxiliares dos distritos do Rio das Velhas, Sabará e Caeté, Sebastião Pereira de Aguillar, ficar governando os ditos distritos na forma que o faria como capitão-mor. Vila Real, 27 de julho de 1711. APM, SC 07, fl. 128v.

intervalo entre meados de fevereiro e princípios de julho de 1711. Nesse interim, porém, pernitoou frequentemente em Ouro Preto, valendo-se de imóvel ao seu dispor ali situado, mesma propriedade onde recepcionou os oficiais da recém-criada câmara de Vila Rica, empossados na casa “onde mora” o governador. Além desses dois imóveis residenciais, o trânsito e as curtas estadias por diferentes arraiais das “Minas Gerais”, como Cachoeira do Campo e Casa Branca, e do Rio das Velhas, como Caeté e Sabará, implicaram na escolha de dormitórios esporádicos, talvez mutáveis ou volantes em cada localidade.

Depois disso, entretanto, houve transferência da residência oficial do Ribeirão do Carmo para a vila vizinha. A partir de 7 de agosto – quando o general retornou da viagem empreendida a Sabará, para a criação dessa vila – até fins de setembro, os registros exarados por Albuquerque foram todos expedidos nas “Minas Gerais”. A nomenclatura genérica não deixa claro se a estadia se deu preferencialmente em Vila Rica. Pelo menos um registro, datado de 27 de agosto, foi lavrado em Casa Branca. No mesmo dia, contudo, outros documentos estão referenciados em “Minas Gerais”, o que induz à impressão de que essa nomenclatura pudesse corresponder, por metonímia, àquele arraial. Nessa data o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães foi nomeado “governador” de Vila Rica.³⁸⁵ Ou seja, Albuquerque não se achava nesse distrito e por isso delegara a função a um terceiro. Teria residido no arraial de Casa Branca todo esse tempo? Não sabemos. O mais provável é que estadias variadas pela região de Ouro Preto, a incluir o interior da vila e os demais arraiais, possam ter ocorrido. Mas uma coisa é certa: não houve retorno à Vila do Carmo.³⁸⁶

Porque no dia 21 de setembro de 1711 chegou o aviso de que o Rio de Janeiro havia sido invadido por corsários franceses.³⁸⁷ Às pressas, organizou-se expedição de socorro, capitaneada pelo próprio general, que jamais tornou à capitania cujo governo acumulara ao da praça carioca. Desde então e até a vinda de sucessor, o que só ocorreu em novembro de 1713, as Minas ficaram desprovidas de capitão-general. Nesses longos vinte e seis meses, existiram apenas as figuras dos “governadores de distrito”, função exercida por potentados locais cujas atribuições substituíam a de um chefe de armas, com jurisdições restritas, contudo, ao nível distrital.

³⁸⁵ ORDEM para o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães governar no distrito do Ouro Preto. Minas Gerais, 27 de agosto de 1711. APM, SC 07, fl. 132v.

³⁸⁶ APM, SC 07, fl. 129v.-140.

³⁸⁷ FURTADO, J. F. “Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens” In: FERREIRA, L. G. *Erário Mineral*. Organização Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fapemig; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, S/P.

O governo itinerante de Antônio de Albuquerque demonstrou que, mesmo após a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, houve boa dose de experimentação ou de vacilação quanto à definição dos espaços e à instalação das estruturas físicas de poder no novo território. Essa hesitação não adveio apenas da precariedade dos meios disponíveis. Houve, aliás, preocupação com a imagem pública a ser transmitida pelo governador. Para que o mesmo pudesse tratar-se com “todo o esplendor, pela autoridade do seu posto”, fora-lhe concedida uma data aurífera.³⁸⁸ Todavia, tanto a Coroa quanto o próprio Albuquerque pareciam inseguros quanto à fixação de um centro político único. As constantes viagens e transferências de domicílio respondiam, sem dúvida, a um esforço de domesticação e de controle político. Mas também tateavam um terreno que permanecia em grande parte desconhecido.

³⁸⁸ CARTA de S. Majestade sobre a data de terra mineral que deve ter o senhor governador e capitão general. Lisboa, 23 de nov. de 1709. APM, SC 06, fl. 13.

A questão principal a ser definida consistiu na escolha do sítio mais apropriado à instalação do governador. A centralidade das Minas Gerais, macrorregião compreendida entre Vila Rica e Vila do Carmo, se impusera desde a Guerra dos Emboabas, a suplantando a importância relativa do Rio das Velhas (Figura 6). O governo Albuquerque confirmou a continuidade dessa perspectiva, mas não pôde decidir-se entre Ouro Preto, Ribeirão e seus respectivos arraiais. A escolha inicial pelo Carmo, motivada no exemplo de submissão e de obediência política, acabou não se confirmando ao final. Em seus últimos dois meses de mandato, o pacificador das Minas não voltou à primeira vila que fundara, preferindo antes alocar-se em sítios próximos a Vila Rica, como Casa Branca.

É difícil explicar os motivos da troca. Há que considerar a possibilidade de a escolha ter se tornado objeto de disputa entre as duas localidades. É possível também trabalhar a hipótese de que a simples presença do governador despertasse antipatias ou gerasse reação refratária. O próprio Antônio de Albuquerque chegou a ter sua autoridade questionada. Em fins de agosto, prendeu-se na cadeia de Vila Rica um homem acusado de pregar desobediência em relação ao capitão-general. O criminoso, Antônio Velho, morador da freguesia de Antônio Dias, teria feito “um tal excesso de vozes e com armas, dizendo morressem todos (...) nem [se] obedecesse ao governador Albuquerque [e] nem ao mestre de campo Pascoal da Silva que quando assim o não fizesse o faria ele, pois se lhe não dava de ninguém”.³⁸⁹ Lembre-se que Silva Guimarães era governador do distrito de Ouro Preto. Esse episódio exemplifica a resistência imposta à introdução de governadores, fossem diretamente nomeados pelo rei, fossem sublocados por intermediários.

O intervalo que vai de outubro de 1711 a novembro de 1713 caracterizou-se pelo absenteísmo do poder governamental. Constituiu, por isso, a última vaga de liberdade ou autonomia política desfrutada por potentados locais. Apesar dos esforços de institucionalização representados pela criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, a ereção de vilas e a fundação de câmaras municipais, na prática a situação ainda assemelhava-se ao contexto vivenciado na primeira década do século XVIII e nos momentos imediatos ao fim da Guerra dos Emboabas, quando a vinda de funcionários e mesmo de governador não alterara as prerrogativas reivindicadas por mineiros mais poderosos. Ao contrário, o intercurso de agentes régios combinou-se tantas vezes à ratificação do mando exercido por aqueles indivíduos. Não deve ter sido outra a sensação após o afastamento de Albuquerque. Oficialmente governados por poderosos

³⁸⁹ ORDEM para o juiz ordinário de Vila Rica tirar um sumário de testemunhas no caso de um crime que cometeu Antônio Velho, e largueza com que falou. APM, SC 07, fl. 132v.

locais, os principais distritos das Minas permaneceram à mercê de interesses locais enraizados, com precária interferência da Coroa.

A inconstância das opções residenciais, tal como ocorrera no período anterior, foi índice de instabilidade política. Antônio de Albuquerque dependeu da tutela e do auxílio de potentados locais tanto quanto Vaz Pinto na década anterior. Trocaram-se, contudo, os anfitriões, não mais paulistas ou sertanistas, e sim forasteiros reinóis. Na patente de Pascoal da Silva constavam os serviços de abrigo e de proteção que dispensara ao ex-general:

(...) passando o governador Antônio de Albuquerque a estas Minas com vinte soldados e alguns oficiais, o dito Pascoal da Silva os sustentou à sua custa por espaço de quinze dias, que nelas se detiveram com grande despesa de sua Fazenda, e muita utilidade de Sua Majestade; e na ocasião em que o mesmo governador veio sossegar as alterações destas Minas, ter conciliado o dito Pascoal da Silva Guimarães os ânimos dos principais homens delas para obedecerem às ordens de Sua Majestade e receberem por governador Antônio de Albuquerque, e alterando-se os povos do distrito desta vila por algumas sugestões dos mal contentes acudir a sossegá-los com grande zelo do serviço de Sua Majestade, sendo como o principal instrumento da devida obediência que deram ao dito governador.³⁹⁰

Esses feitos dão mostra da posição relativa do primeiro governador. Além de recepcionado e sustentado pelo potentado local, deveu a operacionalidade de seu mandato às intervenções do anfitrião.

Por fim, a expedição de socorro ao Rio de Janeiro resultou no adiamento do processo de interiorização do poder metropolitano nas Minas. Permanecia em suspenso o desafio de estabelecer um centro político, organizado a partir de um governador designado pelo rei que mantivesse residência fixa na província mineradora. Boa parte dos arranjos necessários a essa condição só foi obtida pelo sucessor.

Dom Brás Baltasar da Silveira chegou à cidade de São Paulo a 29 de agosto de 1713, recepcionado com “grandes demonstrações de gosto” por parte dos moradores. Dois dias depois, na câmara municipal, pelas mãos dos oficiais da vereança, tomou posse e homenagem do governo da capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Seu antecessor, por estar doente, permanecera no Rio de Janeiro e não o acompanhara ao destino.³⁹¹ Ao longo das três primeiras semanas de setembro, tomou resoluções, distribuiu patentes militares e realizou uma junta de procuradores, reunindo camaristas, nobreza, prelados e o ouvidor, a fim de tratarem de medidas relativas a São Paulo. Preferiu discutir o método de arrecadação dos quintos quando subisse às Minas.

³⁹⁰ CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, 12 de janeiro de 1714. APM, SC 09, fl. 78.

³⁹¹ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira para o Rei. São Paulo, 1º de setembro de 1713. APM, SC 04, p. 325.

Comunicou suas ações ao rei numa série de cartas redigidas no dia 18 de setembro.³⁹² Dois dias depois previa “passar às Minas mui brevemente”. Antes de partir, nomeou o capitão-mor Manoel Bueno da Fonseca governador interino da comarca de São Paulo, na ausência do titular.³⁹³ Essa patente dava continuidade à prática de instituir “governadores de distrito” na ausência do governador titular. Com um mês de estadia na cidade, seu último documento redigido no Planalto tem data de 29 de setembro, após o que encetou viagem para a zona mineradora.³⁹⁴

A viagem durou por volta de quarenta e cinco dias, numa “bem larga jornada”, mais extensa que o habitual. De passagem pelo Rio das Mortes, onde “entrou” em princípios de dezembro, erigiu a vila de São João Del Rei, a 8 desse mês, de lá partindo por volta do dia 11.³⁹⁵ Chegou, enfim, a Vila Rica a meados do mês. Sua primeira impressão das Minas Gerais foi de surpresa, achando-as em “grande quietação, sem embargo de haver tanto tempo que estavam estes povos sem governador pela ausência de Antônio de Albuquerque”. Permaneceu em Vila Rica por quase um mês, período no qual tratou de agenciar a “boa forma que se deve dar à arrecadação dos quintos, por

³⁹² APM, SC 04, p. 330-42.

³⁹³ CARTA Patente passada a Manoel Bueno da Fonseca do governo interino da cidade de São Paulo e sua comarca. São Paulo, 24 de setembro de 1713. APM, SC 09, fl. 65-65v.

³⁹⁴ APM, SC 09, fl. 66v.

³⁹⁵ A data de fundação da vila de São João Del Rei está envolta numa curiosa trama documental. Porque a ata original de registro dessa solenidade, que teria sido anotada em livro da câmara local, segundo informação prestada por José Álvares de Oliveira, aparentemente se perdeu ou foi extraviada, sem que se saiba quando e nem como isso se deu. No livro de termos da secretaria de governo da então capitania de São Paulo e Minas de Ouro, atual livro sexto da Seção Colonial (ou da secretaria de governo da capitania de Minas Gerais), o termo de ereção da vila de São João tampouco consta, diferentemente do que sucedeu às outras vilas criadas nesse período, cujos autos de levantamento foram ali registrados. Por outro lado, nesse mesmo livro de termos, existe a ata de uma junta de procuradores realizada em Vila Rica na data de 7 de dezembro de 1713, e assinada por 48 presentes, entre eles o governador. Perceba-se o impasse. Seria inverossímil acreditar que dom Brás presidisse, num dia, junta em Vila Rica e, no outro, erigisse presencialmente a vila de São João Del Rei. Esse conflito de datas, combinado ao aparente sumiço do termo original, à inexistência de documentos exarados pelo governador no intervalo entre outubro e novembro de 1713 e a extensão cronológica atípica consumida por dom Brás no percurso entre São Paulo e o Rio das Mortes, pode ter levado a que certos cronistas, como Monsenhor Pizarro, por exemplo, aventassem diferente data de fundação para aquela vila no Rio das Mortes. Em 1897, José Pedro Xavier da Veiga, afirmando ter consultado transcrição da ata de criação no Arquivo Público Mineiro, sem especificar, contudo, a referência exata, publicou a íntegra do auto de levantamento da vila de São João Del Rei, com data de 8 de dezembro 1713. Nesse momento, a *Revista* associada à instituição, ambas dirigidas por Xavier da Veiga, também reproduziu o texto, com a mesma data. Escrevendo pouco depois, Diogo de Vasconcelos fez notar o paradoxo factual entre a junta de Vila Rica – cuja ata original ele não conhecia, mas valia-se de referências secundárias – e a fundação de São João; e indagou: “Dom Brás em pessoa no dia 8 presidiu à criação da vila d’El-Rei (...). Como podia no dia 7 ter estado em Vila Rica?” O historiador mineiro deduziu erroneamente que a junta de procuradores fora sediada no Rio das Mortes e não nas Minas Gerais. Não consegui ter acesso ao documento consultado por Xavier da Veiga no APM. Apesar disso, acredito que sua efeméride está correta. O equívoco se deu no termo da junta sucedida em Vila Rica, que teve a data grafada erroneamente, por lapso do secretário. Na verdade, a junta ocorreu no dia 7 de janeiro de 1714, e não um mês antes, como escrito no termo. *Código Costa Matoso...* p. 290. *RAPM*, v. 2, 1897, p. 88-89. VEIGA, J. P. X. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897, v. 4, p. 313. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 312. APM, SC 06, fl. 26-26v. Sobre o sumiço da ata original de fundação da vila de São João Del Rei, conferir:

hora, o [negócio] de mais importância”.³⁹⁶ Convocou junta de procuradores para o Dia de Reis, em Ouro Preto.³⁹⁷ Nesse intervalo, programou as viagens que pretendia realizar às demais áreas da capitania. Cobrou do rei o recebimento de dois mil cruzados de ajuda de custo acrescidos em seu soldo, “para a despesa que devo fazer, percorrendo por todas as povoações deste governo”. Esse mesmo governo, “pela sua grande extensão e novo estabelecimento”, não se podia “reger de uma só parte”.³⁹⁸

A casa de câmara de Vila Rica abrigou a primeira sessão de procuradores, a 6 de janeiro de 1714. Inconclusa, a reunião continuou no dia seguinte, “no palácio em que ora assiste o exmo. senhor d. Brás Baltasar da Silveira”.³⁹⁹ Já aplicado na designação de uma residência na Vila do Carmo, o termo “palácio” reaparece, aqui, pela primeira vez, relacionado a um imóvel ouro-pretano. No dia 10, a preparar a saída para a “Vila do Carmo, Vila Real e mais povoações de meu governo”, renovou a patente de Pascoal da Silva Guimarães como governador de Vila Rica e seu distrito.⁴⁰⁰ Em que “palácio” se hospedou o governador ao longo desse mês em Vila Rica, entre meados de dezembro de 1713 e meados de janeiro do novo ano? Hipótese plausível é a de que tenha residido junto à principal liderança de Vila Rica após a Guerra dos Emboabas, a quem estava confiado o próprio governo daquele distrito. Ali, nas propriedades de Pascoal da Silva Guimarães, no morro de Tapanhuacanga, estiveram dois antecessores, Manuel Nunes Viana e Antônio de Albuquerque, ambos na condição de governadores, o que reforça a perspectiva de que dom Brás pudesse recorrer ao mesmo abrigo. Outra hipótese verossímil é a de que optara por um novo e distinto anfitrião. Oito dias após entrar em Ouro Preto, o governador expediu patente que recriava o posto de capitão-mor das ordenanças de Vila Rica, extinto desde a promoção de Antônio Francisco da Silva.⁴⁰¹ O agraciado, possuidor de riquíssima propriedade situada ao pé do morro, à meia encosta, próxima às casas de Silva Guimarães, despontara como homem principal do arraial de Antônio Dias, grande minerador e senhor de escravos. A concessão da mais alta patente das ordenanças significava uma troca de favores? É certo que dom Brás manteve ótimo

³⁹⁶ CARTA de dom Brás ao rei comunicando ter chegado a Minas a 15 do passado; achou tudo em sossego mesmo com a ausência do governador e que ia tratar da arrematação dos quintos com prudência e de acordo com os povos e o resultado comunicaria. Vila Rica, 1º de janeiro de 1714. APM, SC 04, p. 357-58.

³⁹⁷ BANDO de uma junta para os quintos. Vila Rica, 29 de dezembro de 1713. APM, SC 09, fl. 68.

³⁹⁸ CARTA de dom Brás ao rei sobre ajuda de custo. Vila Rica, 2 de janeiro de 1714. APM, SC 04, p. 353-54.

³⁹⁹ APM, SC 06, fls. 26-28.

⁴⁰⁰ CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, 12 de janeiro de 1714. APM, SC 09, fl. 77v.-78v.

⁴⁰¹ CARTA patente passada a Henrique Lopes de Araújo como capitão-mor de Vila e sua comarca. Vila Rica, 23 de dezembro de 1713.

relacionamento com Henrique Lopes de Araújo, convocando-o frequentemente para as juntas de procuradores que realizou ao longo do mandato. O palácio erguido para a recepção de Assumar em 1717 ainda não existia à chegada do antecessor. Entretanto, a casa onde morava o capitão-mor, erigida havia mais tempo, também estava apta a abrigar recepção tão importante.⁴⁰² Dom Brás esteve na casa de Henrique Lopes? Terá sido essa experiência o germe da futura construção do “Palácio Velho”? Não sabemos, mas a hipótese não deve ser descartada. Infelizmente, o termo da junta sediada no palácio, assinado pelos dois possíveis anfitriões, mantém insolúvel a dúvida.

Pondo em prática a sua gestão volante, exercida em mais “de uma só parte”, Dom Brás circulou pelos principais arraiais das Minas. Após deixar Vila Rica, visitou o Carmo e ali se hospedou entre 14 e 27 de janeiro. Em seguida, rumou para o Rio das Velhas. Passou novamente por Vila Rica e no dia 29 de janeiro já se aproximava de Sabará quando expediu ordem para a ereção das vilas de Caeté (Vila Nova da Rainha) e do Serro (Vila do Príncipe), instaladas em comissão pelo ouvidor Luís Botelho de Queirós.⁴⁰³ O viajante permaneceu apenas dez dias em Vila Real. A 17 de fevereiro já estava de volta ao Carmo.⁴⁰⁴

Seu ímpeto expedicionário durou pouco, todavia. O retorno à Vila do Carmo sinalizou que a sede de seu governo havia sido definida. A opção ficou evidente nos meses seguintes. Exceto por um breve período de dez dias hospedado em Vila Rica, entre 25 de abril e 4 de maio, o governador fixou-se em Ribeirão durante todo o restante do ano de 1714 e pelos cinco primeiros meses do ano seguinte. Em primeiro de fevereiro de 1715 realizou-se no palácio do Carmo a junta de procuradores responsável por renovar o ajuste dos quintos, novamente estipulado em trinta arrobas de ouro anuais. Uma assembleia numerosa, formada por quarenta e uma pessoas, entre as quais Henrique Lopes, ratificou o acordo.⁴⁰⁵ A três de fevereiro, outras duas reuniões, reservadas aos ouvidores de comarca e procuradores das câmaras, também foram sediadas no palácio.⁴⁰⁶ O governador completou, assim, um ano de estadia fixa na

⁴⁰² Em 1717, Henrique Lopes foi aconselhado a desistir da construção do palácio e receber Assumar nas casas em que morava em Antônio Dias. Mas o anfitrião não acatou o conselho: “(...) o aconselhavam, dizendo-lhe que hospedasse a sua excelência nas casas em que morava, e que em lugar de três arrobas que havia de gastar [na construção do Palácio], que pusesse uma por fruta na mesa; mas não puderam acabar com ele isto; por que é incapaz de se lhe dar conselho e aceitá-lo”. *RPHAN*, n. 3, 1939, p. 314.

⁴⁰³ ASSENTO que se tomou sobre a ereção das vilas do Príncipe e Vila Nova da Princesa. 29 de janeiro de 1714. APM, SC 06, fl. 37. PARA o ouvidor do Rio das Velhas. Vila Real, 20 de janeiro de 1714. APM, SC 09, fl. 6.

⁴⁰⁴ APM, SC 09, fl. 90.

⁴⁰⁵ TERMO sobre os quintos. (Vila do Carmo) 1º de fevereiro de 1715. APM, SC 06, fls. 40-42.

⁴⁰⁶ TERMO sobre a forma das ordens que as câmaras haviam de atribuir aos oficiais. Vila do Carmo, 3 de Fevereiro de 1715. Termo da repartição das 30 arrobas que parece ter feito no dia antecedente. 3 de

mesma residência, fato até então inédito na história do novo território e que representou, sem dúvida, um marco simbólico de estabilidade – conquistada a duras penas – no governo das Minas. O sedentarismo de dom Brás teria durado ainda mais, não fossem as complicações decorrentes do problema dos quintos.

Em fins de fevereiro de 1715, tornou-se conhecida a ordem régia que contrariava a decisão da junta e pressionava pela adoção de um novo método de cobrança dos quintos, estipulado por bateia, isto é, a incidir sobre cada escravo minerador. Convocando, às pressas, outra conferência de procuradores, ainda mais repleta que a anterior, dom Brás recebeu-os na “igreja principal desta vila para haver de se acomodar toda a gente que não cabia em minha casa”.⁴⁰⁷ Uma série de reuniões polêmicas, ocorridas entre 11 e 13 de março, das quais participaram sessenta e cinco pessoas, rejeitou a vontade do rei.⁴⁰⁸ Derrotado nas vias institucionais até então seguidas, o governador arquitetou obter por “indústria” o que perdera no voto. Forjou a informação de que as vilas da comarca do Rio das Velhas dariam aceite às bateias. Com isso, obteve junto aos oficiais e aos homens principais de Ouro Preto e da Vila do Carmo um ajuste de última hora, lavrado a 18 de maio na câmara de Vila Rica.⁴⁰⁹ Repetiu a tática no Rio das Velhas, valendo-se do ouvidor Luís Botelho, que garantiu à Vila Real do Sabará, cabeça da comarca, a predisposição ao aceite por parte das Minas Gerais. Dessa forma, o magistrado presidiu junta na presença de oficiais da câmara e de homens principais da localidade, aprovando a medida. Entretanto, com a notícia do que se passava em Sabará, o povo de Vila Nova da Rainha, capitaneado por moradores do Morro Vermelho, sublevou-se. Dentro em pouco, os de Sabará fizeram o mesmo. Avisado do tumulto, o governador se pôs a cavalo e cavalgou até Vila Real, no intuito de convencer procuradores e camaristas locais ao aceite das bateias, mas, evasivos, todos se retiraram para suas roças e evitaram contato com o general, exceção feita ao capitão-mor Clemente Pessoa. Sabedores de que dom Brás achava-se em Sabará, os moradores de Caeté pegaram em armas. Sem apoio e receoso, o excursionista retornou às Minas Gerais. Tendo partido tardiamente de Sabará – a indicar viagem mal preparada, decidida ao repente – veio a pernoitar em Raposos, sítio pouco distante das vilas insurgentes. À

Fevereiro de 1715. APM, SC 06, fls. 43-44v.

⁴⁰⁷ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila do Carmo, 25 de março de 1715. APM, SC 04, p. 389-90.

⁴⁰⁸ TERMO de 13 de março de 1715 sobre bateais. Vila do Carmo, 13 de março de 1715. APM, SC 06, fls 48-49v.

⁴⁰⁹ TERMO de aceitação das Bateias. Vila Rica, 18 de maio de 1715. APM, SC 06, fls.53-54.

noite, foi surpreendido pelo povo de Caeté, com armas à mão.⁴¹⁰

Aparentemente, a jornada a Sabará fora empreendida de supetão, sem qualquer organização prévia. Na secretaria de governo não houve registro de deslocamento e nenhuma carta, patente ou provisão foi expedida em caminho, a sugerir que o secretário não acompanhara o general. Talvez dom Brás contasse com o efeito surpresa. Não se fez anunciar nos arraiais por onde passou e, dessa forma, viajou rapidamente, aproveitando-se de montaria célere. O pernoite em Raposos, sítio muito próximo a Sabará (ver Figura 7), indica que a partida de Vila Real deu-se no mesmo dia da chegada. A fria recepção teria sido o sinal de que sua presença não era bem vinda.

Figura 7. Extrato do *Mappa da Comarca do Sabará, pertencente à capitania de Minas Gerais*, com destaque para as principais vilas e arraiais da comarca do Rio das Velhas. Autoria: Joaquim José da Rocha, 1777. Biblioteca Nacional. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530293.htm. Acesso: 11 de set. de 2015.

O cerco em Raposos foi ponto crítico de seu mandato. Inicialmente, dois procuradores do povo propuseram-lhe a realização de conferência com as câmaras de Vila Nova da Rainha e Vila Real. Dom Brás aceitou a proposta. Mas, na noite seguinte, às duas horas da madrugada, bateu-lhe à porta o povo de Caeté, “armado, em altas vozes dizendo Viva o Povo”. O governador saiu à rua a falar com a multidão, que bradava, em gritaria, “não queriam pagar bateias, por conhecerem a sua ruína”. Em seguida, chegaram os oficiais da câmara, aos quais se solicitou elessem procurador do povo

⁴¹⁰ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei confirmando a sua de 8 de maio do presente ano e expondo as complicações que surgiram sobre o pagamento dos quintos por bateias, salientando a atitude do povo de Vila Nova da Rainha. Vila do Carmo, 26 de junho de 1715. APM, SC 04, p. 415-16.

para negociar acordo junto aos camaristas. A discussão varou a madrugada. Acuado, dom Brás recuou, suspendeu o método por bateias e acatou a proposta de retroceder ao termo de 1º de fevereiro, reivindicada pelos amotinados. Tão logo a reunião encerrou-se, ao romper da manhã, o governador imediatamente regressou às Minas Gerais.⁴¹¹

Na versão de um relato anônimo, dom Brás teria sido forçado a evadir-se tanto de Sabará quanto de Raposos. Em Vila Real, “se o governador se não retira para Vila Rica haveria motim grande”. Já em Raposos, estando hóspede de João Lobo de Macedo, “ali o perseguiram, cercando-lhe as casas e clamando contra ele, de sorte que foi preciso retirar-se por uma janela”. Por fim, o capitão-general “escapou desta”, conseguindo voltar a salvo para Vila Rica, mas cedeu quanto aos quintos e aboliu o sistema por bateias.⁴¹²

A frustrada e arriscada viagem a Sabará pode ter acentuado a tendência ao sedentarismo. Ao longo dos próximos dois anos, intercalados entre junho de 2015 e abril de 1717, o general resguardou-se na Vila do Carmo. Tendo próximo o fim do mandato, num outro contexto político, menos explosivo, tornou ao Rio das Velhas, onde presidiu junta de justiça na companhia dos ouvidores de comarca.⁴¹³ Ali ficou por apenas cinco dias, entre 27 de abril e 2 de maio de 1717, tempo suficiente para expedir número expressivo de patentes militares e de provisões de ofício, acúmulo sem dúvida resultante do lapso temporal durante o qual o governador ausentara-se daquela comarca. Retornou logo ao Carmo, onde permaneceu até a chegada de seu sucessor, em dezembro desse ano.⁴¹⁴

Dom Brás foi o mais sedentário dentre os governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Por três vezes esteve no Rio das Velhas, porém sempre por curtos ou brevíssimos períodos. Em quatro anos de mandato, jamais foi ao Rio das Mortes, senão quando subia às Minas Gerais, no princípio de seu governo. No computo geral, hospedou-se por um mês e meio em Vila Rica; passou trinta dias em São Paulo na época da posse; cerca de quinze dias em Vila Real, menos que isso em São João Del Rei e nem uma semana em Vila Nova da Rainha. Descontando-se ainda pouco mais de quarenta e cinco dias consumidos em jornada, tem-se que o governador existiu na Vila do Carmo por três anos e meio.

Durante todo esse tempo, o palácio habitado por dom Brás foi o imóvel

⁴¹¹ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei confirmando a sua de 8 de maio... Vila do Carmo, 26 de junho de 1715. APM, SC 04, p. 416-17.

⁴¹² CCM, v. 1, p. 225

⁴¹³ HABILITAÇÕES de Manuel Rodrigues Soares. ANTT, HOC, Letra M, mç. 45, doc. 45.

⁴¹⁴ APM, SC 09, fls. 226-28v.

pertencente a Manoel Antunes de Lemos, natural da cidade Viseu, onde era tido por “homem dos principais”. Migrado para o Rio de Janeiro, dali subiu às Minas Gerais, fixando-se nas proximidades do Ribeirão do Carmo. Embora residisse na roça, erigiu dentro do arraial, na rua direita à igreja matriz da Conceição, um oneroso sobrado, com paredes de taipa e cobertura de telhas. A obra atendia ao pedido de Antônio de Albuquerque, que lhe solicitara “fizesse umas casas para vir viver a esta vila”. Nessa empreitada, o construtor teria consumido o melhor de quatorze mil oitavas de ouro, bagatela que o endividara irremediavelmente. Antunes de Lemos atuou como “preposto” de Albuquerque nas Minas, a negociar escravos e fazendas do ex-governador. Pouco depois de optar pela residência definitiva no Carmo, dom Brás solicitou ao rei a compra desse imóvel pela Fazenda Real, a fim de transformá-la em morada oficial de governadores. Argumentou que “em todos os governos há casa para os governadores, menos neste”, onde se fazia mais necessária, pois, nas Minas, “por serem todas as casas de palha”, incêndios se sucediam frequentemente. Não fosse o edifício de Antunes de Lemos e os generais não teriam morada segura em que se refugassem. O proprietário falido, ameaçado de sequestro por seus credores, oferecera entregá-lo por seis mil oitavas. O rei, todavia, recusou a compra. Dom Brás continuou a residir no imóvel emprestado até que a câmara do Carmo interessou-se pela propriedade.⁴¹⁵

Em seus primeiros anos, a câmara da Vila do Carmo reuniu-se de forma itinerante, em casas de moradores ou nas dos juizes ordinários. A cadeia, improvisada precariamente em instalação de pequeno porte, não comportava cômodo reservado às vereações. Esforços direcionados à obtenção de imóvel próprio foram empreendidos a partir de 1715. No princípio da vereação atuante este ano, decidiu-se adquirir uma propriedade do ex-juiz ordinário, capitão Antônio Pinto, “para servir de câmara e casa da cadeia”.⁴¹⁶ Aparentemente, o negócio malogrou, pois os cabeçalhos das atas mantiveram a advertência de que as vereações ocorriam “nas casas donde se costumam fazer pelas não haver de câmara”. Em agosto, acordou-se nova compra de “umas casas para cadeia, por se queimar a que servia dela”.⁴¹⁷ Com o incêndio, os presos foram transferidos para a casa de Manoel Dias Santos, que cobrou aluguel de meia pataca por

⁴¹⁵ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, propondo a compra de casas para residência dos governadores em mãos de Manoel Antunes, por seis mil oitavas de ouro, pois em todos os governos há casas para este mister e as que existem no Ribeirão do Carmo são todas de palha. Vila do Carmo, 22 de maio de 1714. APM, SC 04, p. 370

⁴¹⁶ VERAÇÃO de 19 de janeiro de 1715. APM, CMM 02, fl. 60.

⁴¹⁷ VERAÇÃO de 17 de agosto de 1715. APM, CMM 02, fl. 72.

dia.⁴¹⁸ Em novembro, optou-se por botar em praça a empreita de feitura de uma Casa de Câmara e Cadeia, na intenção de unificar os dois espaços clássicos da municipalidade no mundo português.⁴¹⁹ Porém, um mês depois, os lances oferecidos haviam atingido valores altíssimos, que os oficiais não podiam ou não estavam dispostos a pagar.

Foi nesse momento que o ensejo dos camaristas cruzou-se com o destino do governador. Numa vereação ou junta que reuniu “todas as pessoas principais e da governança” residentes na Vila do Carmo e seu distrito, aptas a dar “votos” para o “bem comum destes Povos”, o procurador do senado propôs que, em vista dos valores “exorbitantes” lançados na obra da Casa de Câmara, “por não haver quem a fizesse por preço idôneo”, o órgão municipal comprasse imóvel “por preço razoável”, havendo naquele momento a possibilidade de aquisição das “casas que servem de Palácio aonde assiste o senhor general D. Brás Baltasar da Silveira”. Aceita a proposta, lavrou-se termo. Nesse documento, justificou-se a urgência daquela propriedade em falta na administração municipal, “em grande detrimento à fé pública”. A inexistência de “cadeia capaz” dava lugar à constante fuga de criminosos, ocasionando “muito pouco respeito aos ministros de Sua Majestade”. Por outro lado, os oficiais da câmara viam-se em “grande necessidade de casa capaz para se fazer todas as conferências que se lhes oferece do serviço do dito senhor e governança dos povos”. Em vista disso, convinha a compra do imóvel pertencente ao capitão Manoel Antunes de Lemos, que estava emprestado a dom Brás. Essa edificação congregava todas “as comodidades” requeridas, sendo possível abrigar-se nela “casa de vereação”, “cadeia de palha fechada”, “casa de audiência” e uma “aposentadoria” destinada ao abrigo dos juízes ordinários que, por acaso, residissem em paragem longínqua do centro urbano e, assim, necessitassem de pousada fixa na vila, onde pudessem exercer as constantes atividades atreladas ao cargo. Essa propriedade comportava ainda uma cadeia com repartição distinta para homens e mulheres.⁴²⁰

O capitão Manoel Antunes de Lemos encontrava-se presente à reunião e dispôs-se à venda. Exigiu, entretanto, que o preço da casa fosse estimado e avaliado conforme a lei, isto é, mediante apreciação de louvados especializados ou procuradores das partes envolvidas na transação. Por outro lado, os camaristas, cientes de que o imóvel era

⁴¹⁸ VEREAÇÃO de 04 de setembro de 1715. APM, CMM 02, fl. 73v.

⁴¹⁹ VEREAÇÃO de 5 de novembro de 1715. APM, CMM 02, fl. 78.

⁴²⁰ Quanto ao benefício de uma aposentadoria para os juízes ordinários oriundos do meio rural, alegou-se que eles “padeciam uma grande despesa de sua fazenda, que fazem comprando casas na dita vila, para suas assistências, por cujo respeito e dano tem experimentado este concelho grande repugnância nos ditos juízes, a quererem servir os ditos cargos, o que era em notório prejuízo das partes e moradores”. TERMO de 13 de dezembro de 1715. APM, CMM 02, fls. 81-82.

habitado pelo governador, incluíram a cláusula de que a propriedade devia achar-se inteiramente desocupada até fins de março de 1716, concedendo prazo de três meses e meio para que dom Brás “se desfixasse e deixasse desimpedidas as ditas casas”.⁴²¹ Na semana seguinte, quatro oficiais de carpinteiro, dois deles escolhidos pela câmara e outros dois pelo vendedor, fizeram a avaliação, num procedimento minucioso que rendeu descrição em pormenor dos materiais, dos cômodos e dos detalhes construtivos do imóvel.

Dentre os elementos estruturais, a edificação principal tinha cobertura de telhas, com armação de madeira; paredes de taipa de pilão, interna e externamente; apenas uma sala do pavimento superior fora erguida com tijolos. Cinquenta vigas de madeira garantiam a sustentação. Cento e quarenta e duas tábuas formavam o assoalho de dois pavimentos. Vinte e cinco portais se comunicavam com diversos cômodos e espaços da propriedade. No primeiro pavimento, situavam-se uma cozinha, com três janelas; uma sala grande ou loja, com quatro janelas; três portais se abriam para a rua e outras quatro portas com fechaduras limitavam os cômodos internos. Aos fundos uma escada, ornamentada com grades de ferro, dava acesso à varanda e ao piso superior, onde existia número elevado de cômodos, entre os quais uma alcova, todos cobertos com forros e esteiras. Onze portas grandes, quatro delas com ferragens, delimitavam os acessos internos e a saída para a varanda. Essa apresentava esmerado acabamento: assoalho e forro com feitio e pregos, quatorze esteiras e seis frechais de sustentação. Outra escada descia para o pátio, situado possivelmente aos fundos da estrutura principal. Nesse espaço, existia outra cozinha, isolada, coberta de telhas, forrada, assoalhada e com duas portas. Adiante, enfim, restavam os espaços destinados aos escravos e aos animais: uma estribaria, uma cozinha rústica e uma senzala grande. Todo o quintal aos fundos achava-se cercado, com uma única saída. Foram poucos os móveis listados – dois bancos de encosto e um bofete – talvez porque os utensílios domésticos pertencessem ao governador ou ao proprietário e, assim, não tenham sido levados a rol.

Não se tratava, sem dúvida, de um sobrado qualquer. O primeiro piso, ao nível da rua, abria-se em três portas de entrada, com acesso à loja. Esse espaço, construído possivelmente para abrigar um ponto comercial, apresentava menor requinte ornamental, se comparado ao pavimento superior, destinado aos aposentos domésticos do senhor. Tal disparidade refletiu-se na avaliação dos componentes arquitetônicos. Desconsiderando-se os itens estruturais mais caros da edificação (paredes, telhado,

⁴²¹ TERMO de 13 de dezembro de 1715. APM, CMM 02, fls. 81-82.

vigas e assoalho), o conjunto de elementos presentes na loja foi orçado, na apreciação dos carpinteiros responsáveis, em 267 oitavas de ouro. Já o segundo piso atingiu valor três vezes maior, estimado em 901 oitavas de ouro, excluindo-se uma cozinha equipada com cobertura de telhas, forro e assoalho, fixada no pátio, avaliada em 250 oitavas de ouro, cujo propósito seria o atendimento específico do sobrado. Por fim, aos fundos, os aposentos de escravos e animais eram os mais modestos, calculados em 130 oitavas de ouro.

Itens	Localização	Valor/oitavas
Paredes de Taipa de Pilão e uma sala com paredes de tijolo	Todos os cômodos	2.700
Armação com telhas, pregos e feitió.	Telhado	2.500
50 vigas	Todos os cômodos	330
142 tábuas de assoalho	Todos os cômodos	300
3 portais	1º Pavimento (para a rua)	35
4 portais	1º Pavimento (janelas das lojas)	15
1 escada principal	1º Pavimento	32
1 grade refundida	1º Pavimento (escada)	36
4 janelas	1º Pavimento (lojas)	20
4 portas com fechaduras	1º Pavimento (lojas)	24
3 janelas	1º Pavimento (cozinha)	15
4 portas grandes com ferragens	1º Pavimento?	90
1 portal	2º Pavimento (alcova)	10
1 forro com pregos e feitió	2º Pavimento (varanda)	165
1 assoalho com feitió e pregos	2º Pavimento (varanda)	145
14 esteiras	2º Pavimento (varanda)	40
6 frechais com vinte palmos de comprimento	2º Pavimento (varanda)	20
18 cachorros (cachorrada)	2º Pavimento (janelas da sacada)	30
12 portais	2º Pavimento (janelas)	100
4 portais refendidos	2º Pavimento	45
1 portal	2º Pavimento (saída para varanda)	6
7 portas	2º Pavimento (sobrado)	70
1 forro de camarinha	2º Pavimento	70
1 sala forrada com tabuado, pregos e feitió	2º Pavimento	200
1 escada	Pátio	5
1 cozinha de telha, forrada, assoalhada e com 2 portas	Pátio	250
1 estribaria, 1 cozinha e 1 senzala grande	Pátio/Quintal	130
1 porta e 1 cerca	Quintal	7
2 bancos com encosto	Indeterminada	12
1 bofete	Indeterminada	50
TOTAL		7.452

Quadro 6. Itens, localização e valores da avaliação do Palácio da Vila do Carmo.

Fonte: TERMO de avaliação. Vila do Carmo, 22 de dezembro de 1715. APM, CMM 02, fls. 88-90.

Chamam atenção as cifras caríssimas da avaliação. Paredes e telhado somavam 5.200 oitavas, cerca de 70% do preço. O valor total da propriedade alcançou, assim, o montante de 7.452 oitavas, quase duas arrobas de ouro, conforme descrito no Quadro 6. Traduzido em dinheiro, esse cômputo podia atingir até onze contos de réis, uma fortuna

considerável. Tal estimativa confirma, na prática, os prognósticos sobre os elevados custos de materiais construtivos e de mão-de-obra especializada no mercado mineiro, sobretudo nas primeiras décadas do século XVIII.

Feita a avaliação, os camaristas protestaram contra a enormidade da quantia e “não aceitaram a dita avaliação pelos poucos cabedais com que se achava a câmara”. Defenderam custo mais barato, argumentando que teriam de despender outros recursos na adaptação do prédio, “como grades para cadeias, paramentos da casa da câmara e para a das audiências”. O vendedor acatou a pechincha, aceitou negociar, admitindo que a casa se lhe não tinha serventia, por residir fora da vila, e reconheceu necessitar do dinheiro da venda para saldar dívidas. Depois de “várias repugnâncias de parte a parte”, compradores e vendedor fecharam negócio em 6.400 oitavas, com abatimento de 1.042 oitavas em relação ao valor inicial. Antunes de Lemos fez questão de frisar que aceitara reduzir o preço por obrar “como vassalo de Sua Majestade (...) e muito amante da sua câmara”. Essa ação representava, portanto, “algum serviço” por ele prestado ao rei e ao conselho municipal. A câmara quitaria a dívida em parcelas, utilizando-se do ouro que eventualmente sobrasse.⁴²² Uma entrada, de 2.143 oitavas de ouro, foi paga quatro dias depois, através de Hierônimo de Afonseca de Oliveira, devedor dessa quantia à câmara, que a repassou diretamente ao capitão.⁴²³

O palácio utilizado por dom Brás situava-se à rua direita, a noventa braças da matriz. Teria sido a primeira edificação coberta com telhas no Ribeirão. Salomão de Vasconcelos notou, com perspicácia, que esse prédio foi retratado no *Mapa das minas de ouro e São Paulo e costa do mar*, talvez a mais remota representação cartográfica das Minas, elaborada por volta de 1717, posteriormente à ereção da vila de Pitangui (1715), mas antes da fundação da vila de São José Del Rei (1718).⁴²⁴ Um extrato do *Mapa* traz a mais antiga vista da Vila de Nossa Senhora do Carmo, então sede política da capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Nessa imagem, o palácio constitui o único sobrado então existente no traçado urbano do arraial. Retratado ao centro da imagem, em destaque, o prédio é, nela, sem dúvida, o elemento organizador e estruturador do espaço político da Vila, em função do qual se dispõem o casario e até mesmo a igreja matriz. No piso térreo existiam três portas para a rua e, no superior, seis portais abriam-se como varandas internas, descritores que combinam perfeitamente com o rol dos elementos

⁴²² Certos trechos das declarações do capitão Manoel Antunes de Lemos estão ilegíveis no original. TERMO de avaliação. Vila do Carmo, 22 de dezembro de 1715. APM, CMM 02, fls. 88-90.

⁴²³ VERAÇÃO de 26 de dezembro de 1715. APM, CMM 02, fl. 91.

⁴²⁴ VASCONCELOS, S. de. *O Palácio de Assumar*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1937, p. 37.

arquitetônicos e construtivos desse imóvel, elaborado pela câmara em 1715.

A 31 de março de 1716, prazo máximo dado ao vendedor para a entrega da propriedade, Antunes de Lemos de fato transferiu o patrimônio ao domínio da câmara da Vila do Carmo. Entretanto, o documento referente à entrega – uma ata de vereança, prolongada num termo de desobriga – tem trechos ilegíveis, que dificultam ou, no limite, inviabilizam conclusão definitiva sobre as condições de transferência. A dúvida mais importante é à qual essa ata não responde diz respeito ao paradeiro de dom Brás Baltasar da Silveira. O governador deixou os aposentos do imóvel vendido à câmara?

Figura 8. Extrato do *Mapa das minas de ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence*, atribuído a Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, ca. 1717. Biblioteca Nacional. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325618.jpg. Acesso em 20 de jul. 2015.

Figura 9. Extrato do *Mapa das minas de ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence*, atribuído a Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, ca. 1717, com foco no Palácio da Vila do Carmo. Biblioteca Nacional. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325618.jpg. Acesso em 20 de jul. 2015.

Teria o palácio erigido por Antunes de Lemos se transformado em sede do governo municipal? Certos fragmentos documentais indicam que não. Apesar de ilegível em sua maior parte, o termo de desobriga lavrado no momento da entrega parece justificar

precisamente este aspecto, isto é, o de que o vendedor não cumpriu a cláusula que determinava a desocupação do imóvel e, por isso, solicitou a “desobriga” de tal incumbência. É possível que, de comum acordo entre as partes, o governador tenha mantido seu domicílio no prédio negociado, mesmo após a compra efetuada pela câmara.⁴²⁵

Não se pode, todavia, certificar essa hipótese. Sabe-se que dom Brás permaneceu no Carmo até o fim de seu mandato e não há notícia de que tomasse diferente endereço nessa vila. Do mesmo modo, é inequívoco o fato de a câmara haver adquirido a propriedade de Manuel Antunes de Lemos, na qual o governador residiu até princípios de 1716 pelo menos. É certo também que, a partir daí, tanto o ilustre hóspede quanto seu sucessor, dom Pedro de Almeida, abrigaram-se em imóvel pertencente à câmara local. Entretanto, ignora-se se essa propriedade disposta à morada dos governadores foi a mesma comprada em dezembro de 1715.

O impasse está na origem de uma antiga polêmica relativa à definição do palácio onde teria residido o Conde de Assumar na Vila do Carmo, em seu mandato como governador da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, no período entre 1717-21. Segundo Diogo de Vasconcelos, a câmara, após adquirir a casa onde morou dom Brás, teria transferido seu paço e cadeia para essa propriedade, em 1717. Com isso, o novo governador viria a instalar-se noutro edifício, posteriormente usado por residência episcopal de D. Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, entre 1748 e 1753, e depois transferido à Ordem Terceira da Penitência, na ladeira de São Francisco, detrás da Igreja dedicada ao mesmo orago.⁴²⁶ Contudo, Feu de Carvalho e depois dele o cônego Raimundo Trindade contestaram essa versão. Trindade, em especial, munido de documentos importantes, aos quais Diogo de Vasconcelos não tivera acesso, advogou a

⁴²⁵ A transcrição dos trechos legíveis do termo de desobriga ocorre assim: “Aos 31 dias do mês de março de 1716, nas casas que servem para fazer as vereações, estando aí o juiz ordinário, capitão-mor Custódio da Silva Serra, e os vereadores da câmara que servem atuais, o sargento-mor Antônio de Faria Pimentel e Felix [Madeira], o licenciado Francisco Leitão Ferreira e o procurador do Conselho Francisco Martins Moreira, apareceu o capitão Manoel Antunes de Lemos, e por ele foi dito aos sobreditos oficiais do Senado que estes lhe haviam comprado umas suas casas que tem nesta Vila em que mora o Exmo. Sr. Dom Brás Baltasar da Silveira, de que se fizera [trecho ilegível] por elas obrigado a entregar [trecho ilegível] de março para o que [longo trecho ilegível] em virtude do que se houve por desobrigado daquela obrigação e hipoteca em ordem a se completar e purificar a dita venda e que do contrário protestava não lhe prejudicar nenhum tempo; o que ouvido pelos ditos oficiais da câmara mandaram tomar o protesto do dito capitão e disseram que eles se davam por entregues das ditas casas das quais confessaram estar já de posse e de hoje e para todo o sempre haviam e davam por desobrigado ao dito vendedor da cláusula da escritura e hipoteca para com nenhum tempo irem contra este fato, nem os seus sucessores, ficando obrigados à toda a satisfação e preço por que foram compradas as ditas casas; sendo os pagamentos tirados das rendas deste Senado; e como assim disseram mandaram a mim, José Gomes Lima, escrivão da câmara, escrever este termo, que assinaram com o dito capitão Manoel Antunes de Lemos”. APM, CMM 02, fl. 108v.-109.

⁴²⁶ VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 411.

tese de que o antigo palácio de governadores de Mariana fora sempre um único e mesmo edifício, o da Rua Direita, prédio originalmente construído por Manuel Antunes de Lemos e que abrigara tanto a residência de dom Brás quanto a do Conde de Assumar.⁴²⁷

As fontes disponíveis na coleção da câmara municipal de Mariana fornecem poucas pistas. Indício significativo é o de que, em julho de 1717, as sessões do senado continuassem a ocorrer “em casas donde se costuma fazer vereação pelas não haver ainda de câmara”. Essa afirmação atesta que, até aquele momento, o imóvel adquirido há pouco não se transformara em sede do governo municipal. Outro dado relevante consta em sessão realizada em outubro desse mesmo ano, proximamente à chegada do novo governador, quando os camaristas “acordaram mandar consertar as casas da câmara de todo o necessário para as ocupar o capitão-general D. Pedro de Almeida, por não haver outras mais suficientes.”⁴²⁸ É provável que a expressão “casas da câmara” aludisse, na verdade, ao prédio pertencente ao senado, comprado a Antunes de Lemos. Entretanto, o livro de acórdãos do período entre janeiro de 1718 e maio de 1721 foi extraviado da coleção lotada no Arquivo Público Mineiro e aparentemente se perdeu, dificultando o esclarecimento do caso.⁴²⁹

A fonte decisiva na elucidação desse mistério foi compulsada pelo cônego Trindade. Em artigo publicado em 1944 o autor deu a luz um conjunto de documentos condensados no “Livro de Registros da Câmara”, encontrado no arquivo da Cúria de Mariana. Nesse livro, havia carta dos camaristas ao rei, escrita em junho de 1719, em que ofereciam a casa comprada a Manuel Antunes de Lemos por “residência dos governadores”. O mesmo volume trouxe a resposta real:

(...) essa câmara se acha com grande empenho, porque os anos passados se compraram umas casas por seis mil e quatrocentas oitavas de ouro, para servirem de cadeia e casa do conselho, e estas se determinaram o serem para morada dos governadores, que vão governar essas Minas por serem as mais capazes e suficientes e delas me fazeis oferecimento para morada dos governadores, e por ser indecência o fazerem-se vereações e audiências em casas particulares, vos resolvíeis este presente ano comprar para o tal efeito por três mil e oitocentas oitavas a pagamentos de 1.200 oitavas por ano, destinando para a dita compra as sobreditas rendas, quartando os mais gastos na melhor forma que for possível (...) e quanto à oferta que fazeis das casas que comprastes vos louvo muito e agradeço, outrossim, esse serviço. El Rei nosso senhor o mandou (...). Lisboa, 9 de

⁴²⁷ VASCONCELOS, S. de. *O Palácio de Assumar...* p. 11.

⁴²⁸ Vereação de 21 de julho de 1717. APM, CMM 02, fl. 160.

⁴²⁹ A última vereação registrada no livro CMM 02 tem data de 27 de janeiro de 1718. Nesse momento, o ouvidor da comarca, em correição na câmara da Vila do Carmo, solicitou que um novo livro de vereações fosse utilizado especificamente para o registro dos acórdãos, uma vez que o volume até então empregado destinava parte de seu conteúdo ao lançamento de registros de cartas de exame de ofícios. Contudo, esse novo livro de vereações, que abrange o período entre 1718-21, não consta na coleção da CMM lotada no Arquivo Público Mineiro.

novembro de 1719.

Trindade citou ainda outros documentos posteriores, através dos quais comprovou o equívoco cometido por Diogo de Vasconcelos nessa questão. O autor de *História Antiga* confundira a casa dos governadores com a propriedade que serviu de residência ao primeiro bispo de Mariana. Ambas as edificações foram denominadas *Palácio* (e, depois de desocupadas, *Palácio Velho*), mas abrigaram autoridades distintas, em temporalidades não coincidentes.⁴³⁰

De todo esse imbróglcio resultou que o governador da capitania de São Paulo e Minas de Ouro deixou de estar sob o teto de um poderoso local, para tornar-se hóspede da câmara da Vila do Carmo.⁴³¹ Evidentemente, a memória desse serviço foi reivindicada pelo órgão municipal. Em 1721, sob a alegação de terem feito “à sua custa as casas para morada dos governadores dessas Minas”, os oficiais obtiveram o foro de Cavaleiros da Casa Real e, em 1730, solicitaram a promoção a Cavaleiros Fidalgos.⁴³² Dentre os feitos obrados pelo senado constava a compra do “Palácio dos Governadores” e das “Casas da Câmara, Concelho e Cadeia”.⁴³³

Estabelecido o palácio no Carmo, a vizinha Vila Rica não deixou de ser esporadicamente frequentada por dom Brás e de abrigar eventos de seu governo. Em 1716, por exemplo, foi sediada ali a junta de procuradores responsável pela renovação anual do acordo de cobrança dos quintos. Realizadas entre os dias 22 e 23 de julho, as sessões de junta ocorreram “nas casas em que ora assiste o exmo. senhor D. Brás

⁴³⁰ TRINDADE, R. “A Casa de São Francisco em Mariana”, *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 8, 1944, p. 276-324; p. 292-93.

⁴³¹ A comprovação de que o palácio da Vila do Carmo sempre foi o prédio comprado pela câmara junto a Manuel Antunes de Lemos também consta num relato posterior de Gomes Freire de Andrade. A fim de apurar uma dívida cobrada pela viúva do ex-governador Antônio de Albuquerque junto à câmara do Carmo, Gomes Freire constatou que “a origem desta dívida e o título por que foi feita a cessão dela no dito Antônio de Albuquerque fora porque no tempo em que ele governou estas Minas era permitido aos governadores da América o comércio, por cuja causa tendo negócio de fazenda e escravos administrado por Manoel Antunes de Lemos, este por não ter com que lhe pagar naquele tempo, lhe consignara na dita câmara, por lhe ter vendido a ela umas casas que servirão alguns anos por residência aos governadores desta capitania, e ainda hoje servem quando eles vão aquela vila, as mil e quatorze oitavas de ouro que aponta a dita câmara, lhe declarara o dito Manuel Antunes de Lemos”. APM, SC 62, fl. 95.

⁴³² Cláudia Damasceno se equivoca acerca dos privilégios concedidos por D. João V à câmara da Vila do Carmo. Segundo a autora, logo após a transferência da sede de governo do Ribeirão para Vila Rica, a partir de 1721, o rei teria concedido o hábito da Ordem de Cristo aos oficiais que houvessem servido na câmara da Vila do Carmo. Na verdade, o privilégio efetivamente concedido aos camaristas foi o foro de cavaleiros da Casa Real e não o hábito de cavaleiros da Ordem de Cristo. Em fins da década, os oficiais do Carmo tornaram a solicitar nova mercê, na intenção de serem promovidos ao foro de cavaleiros fidalgos. FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 340. AHU, MG, cx. 16, doc. 96. SOBRE as despesas que fez a câmara da Vila do Carmo nos quartéis para alojamento dos Dragões. Lisboa ocidental, a 28 de fevereiro de 1721. APM, Sc 62, fls. 57v.-58.

⁴³³ AHU, MG, cx. 16, doc. 96.

Baltasar da Silveira” em Vila Rica. A reunião principal, que definiu o método de recolhimento a ser adotado no ano seguinte, contou com a presença de trinta procuradores, além do governador e do secretário.⁴³⁴ Um dos procuradores presentes foi, decerto, o anfitrião. Os dois mais prováveis, Pascoal da Silva e Henrique Lopes, assinaram o termo, de modo que não é possível identificar onde o governador se hospedou nessa ocasião.

De toda forma, os últimos grandes eventos políticos do mandato de dom Brás se deram na Vila do Carmo. A junta de 1717, que revalidou o acordo de trinta arrobas de ouro anuais, ocorreu “nas casas em que assiste o exmo. senhor governador (...) nesta leal Vila”, sessão à qual compareceram dezessete procuradores, além de secretário e general. Dois anos antes, a maior junta realizada por dom Brás, com sessenta e cinco participantes, tivera de ser transferida para a “igreja principal” do Carmo, porque o palácio não comportava o público da audiência.⁴³⁵ Outra assembleia importante foi protagonizada pela câmara local. Os oficiais dirigiram-se ao palácio e solicitaram que o governador permanecesse na Vila do Carmo até a chegada de seu sucessor, que então desembarcara no Rio de Janeiro e preparava partida para São Paulo, onde a posse se daria. Dom Brás planejava ir ao encontro do recém-chegado na capital paulista, mas os camaristas representaram-lhe o inconveniente dessa separação:

que tendo notícia de que Sua Exa. em virtude das reais ordens queira marchar para a capitania de São Paulo a dar posse ao senhor D. Pedro de Almeida, seu sucessor, não podia deixar de insinuar a Sua Exa. que não era conveniente que se apartasse destas Minas pois tendo-as governado com tanta felicidade e aprovação geral dos povos, evitando prudentemente as controvérsias que por várias vezes [tinha] arruinado [o] sossego deles, agora não poderia deixar de se perturbar com a ausência do dito senhor, e sucederem grandes desordens que depois se poderão com dificuldade atalhar pela variedade de gentes que habitam estas Minas, nas quais há mui diversos interesses e contrários às conveniências reais, e por todas estas razões entende a câmara ser preciso que Sua Exa. de nenhuma sorte abandonasse as Minas pelas não arriscar a alguma alteração, vendo-se desassombradas do [lado] da sua pessoa.⁴³⁶

Dom Brás acatou a representação da câmara. Mesmo considerando-se o teor laudatório desse documento, ele demonstra momento singular na história das Minas, no qual a presença de governador designado pelo rei deixava de representar ameaça indesejável aos interesses locais ou de ser fator causador de distúrbio, para transformar-se em instrumento garantidor de estabilidade política. Não se deve esquecer, todavia, que permaneciam vivas certas aspirações de autogoverno. O próprio dom Brás fora mal

⁴³⁴ APM, SC 06, fls. 60-69v.

⁴³⁵ APM, SC 06, fls. 48; 77-78.

⁴³⁶ PROTESTO da câmara de Mariana contra a partida do governador D. Brás Baltasar da Silveira para São Paulo. Vila do Carmo, 20 de julho de 1717. APM, SC 06, fl. 76.

tratado no Rio das Velhas, retirando-se às pressas. O choque de forças entre esses dois polos tornou-se intenso nos anos seguintes. Dele resultou uma nova configuração dos espaços do poder nas Minas.

Cap. 6 – Entre pálios, charamelas, içás e macacos: a jornada de dom Pedro de Almeida às Minas e a inauguração das “casas” de Henrique Lopes em 1717

Estas formigas comem os índios torradas sobre o fogo e fazem-lhe muita festa, e alguns homens brancos, que andam entre eles, e os mestiços as têm por bom jantar e o gabam de saboroso, dizendo que saem a passas de Alicante (...)

Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas.

O “Diário da jornada que fez o exmo. senhor dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas [no] ano de 1717” é o mais extraordinário relato de que se tem notícia acerca das condições de trânsito, de movimentação, de recepção e de estadia desfrutadas por um governador da capitania de São Paulo e Minas de Ouro ao longo da década de 1710. Escrito por acompanhante anônimo da comitiva, o Diário narra a viagem empreendida por dom Pedro de Almeida, terceiro governador da capitania, até a região mineradora.⁴³⁷ Antônio de Albuquerque e dom Brás Baltasar da Silveira haviam trilhado o mesmo itinerário cumprido pelo sucessor: partiram do Rio de Janeiro em direção a São Paulo, percorrendo parte do trajeto por mar até a vila de Santos, e em seguida por terra até a capital paulista, onde tomaram posse do mandato; após curta estadia no Planalto, endireitaram-se às Minas Gerais, através do Caminho Velho. Ao longo dessas verdadeiras epopeias coloniais, os governadores contornaram perigos e ameaças diversas, em terra e no mar, atravessaram serras, matas fechadas e rios caudalosos, pernoitaram e hospedaram-se em vilas, povoações, roças ou simples choupanas ou choças sertanejas, situadas em meio ao nada. Foram recepcionados por populações de diferentes agrupamentos étnicos, hábitos culturais, práticas políticas e sociais. A narrativa detalhou aposentos, “palácios”, casas, ranchos e lugares onde a comitiva se hospedou. Assim descreveu a inauguração do palácio erigido por Henrique Lopes de Araújo em Vila Rica, especialmente preparado para a chegada do governador em dezembro de 1717.⁴³⁸

⁴³⁷ Maria José Távora e Rubem Queiroz Cobra atribuíram a autoria do diário de viagem ao próprio Assumar. TÁVORA, M. J.; COBRA, R. Q. *Um comerciante no século XVIII: Domingos Rodrigues Cobra, procurador do Conde de Assumar*. Brasília, Athalaia, 1999, p. 9. Citado por ATALLAH, C. C. A. *Da Justiça em nome d’ElRey: ouvidores e inconfidência na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. Niterói, Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese de Doutorado, p. 65.

⁴³⁸ Diário da Jornada que fez o exmo. senhor dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas ano de 1717. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio

A historiografia que lidou com esse documento deu destaque ao viés negativo ou de reprovação com que o autor avaliou as pessoas e os lugares com as quais os excursionistas toparam em caminho. É verdade que elogios e exaltações entremearam certas passagens do texto. Juízos depreciativos denunciaram em geral a pobreza, a miséria, a preguiça, a violência, a carência, a “ridicularidade” ou a extravagância dos habitantes, de suas vilas e povoações, de suas roupas, hábitos, costumes e vida material. Por outro lado, opiniões positivas recaíram sobre alguns anfitriões, sobre certas recepções e sobre uns poucos tratamentos “magníficos” dispensados à comitiva governamental.⁴³⁹ Raros documentos explicitaram de forma tão clara o estranhamento provocado pela realidade colonial. Ali práticas típicas do Antigo Regime, como as solenidades de entrada e saída de governadores, por exemplo, combinaram-se a costumes locais e a comportamentos diversos da norma europeia.

Dom Pedro de Almeida deixou a praça carioca no dia 24 de julho, com salva de tiros e na companhia de oficiais militares. No dia seguinte, a parada para descanso se deu no engenho de um senhor miserável, que mal ofereceu “farinha de pão” e por isso com “bem fome descansamos duas horas”. Embarcados em canoas, os viajantes margearam a enseada rumo ao sul. O guia, capitão Lourenço Carvalho, escolheu uma praia deserta para o pernoite e, ali, “nos tratou com a decência que permitia o deserto”. Chegados a Parati, onde residia o capitão-guia, o mesmo os recebeu na casa que possuía nessa vila, onde o autor pôde constatar os predicados do cicerone: “é mui rico e poderoso, porque se acha com trezentos negros, que lhe adquirem grande cabedal com a condução das cargas em que continuamente andam pela Serra Acima”. Ou seja, tratava-se de sertanista especializado no trânsito entre Rio de Janeiro e São Paulo. No dia 6 de agosto, na eminência de uma travessia marítima por ponto arriscado, Assumar optou por cumprir trecho a pé, por terra, acompanhado evidentemente por escravos conhecedores da trilha. O nobre português foi até o ponto combinado, mas não dispensou ajuda e “chegou sua Exa. em uma rede bastante mortificado da aspereza do caminho (...) [e] mandou dar algumas patacas aos negros que o conduziram”. A viagem prosseguiu por mar, com riscos provocados pela presença de baleias que podiam emergir por debaixo dos cascos, levando a pique as frágeis embarcações.

Na vila de São Sebastião, foram recepcionados pelo juiz, conduzidos à Igreja e,

de Janeiro, n. 3, 1939, p. 295-316.

⁴³⁹ PEREIRA, M. A. de P. *Vivendo entre Cafres: vida e política do Conde de Assumar no ultramar, 1688-1756*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2009. Tese de Doutorado em História, p. 310.

em seguida, a casa onde jantaram. Ali ficaram por quatro dias. Na opinião do cronista, a vila era miserável e os habitantes, preguiçosos. A comitiva teria passado fome não fossem os leitões e galinhas doados por um paulista. Seguiram viagem ainda famintos, sem ter que comer, até a fortaleza na barra de Santos, onde enfim cearam: “não adivinhamos o que; porém pareceu-nos o mais delicioso manjar que se podia fazer”. No último lustro de agosto navegaram até o estuário de Santos, recebidos ainda no mar pelo governador, pelo sargento-mor e por outros oficiais da praça. Uma salva de artilharia e a guarnição arregimentada ao centro da vila deram as boas-vindas. Ouviram missa no colégio da Companhia e ali mesmo jantaram. Recolheram-se à casa que a câmara tinha preparado e “estava mui bem armada”. No dia seguinte, pela manhã, o governador despertou com os presentes enviados pela câmara e os oficiais vieram mais à tarde. Muitos particulares também mandaram regalos ao longo dos dois dias em que a comitiva governamental esteve na vila. Em fins do mês embarcaram por via fluvial rumo a Cubatão, onde um comboio enviado pela câmara de São Paulo os encontraria.

Em Cubatão, Assumar recebeu carta remetida pelo governador de Ouro Preto, mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães. O portador juntou-se à comitiva para auxiliar a jornada. Talvez contribuisse com cavalos, alimentos ou recursos não mencionados. O comboio de São Paulo compunha-se de vinte carijós carregadores e de dez cavalos, cada qual com seu pajem escravo. Os carijós partiram com as bagagens, a vencer a íngreme Serra do Mar. A marcha principal saiu no dia 30 de agosto, desprovida de cavalos suficientes, o que obrigou o secretário de governo e o mensageiro de Pascoal da Silva a abdicarem de suas montarias, em prol de redes. Escravos e pajens seguiam a pé, evidentemente, a portar pequenas bagagens. A subida foi difícilíssima, uma “marcha tirana”, agravada pela chuva torrencial e “pelos grandes lameiros” nos quais os cavalos escorregavam ou encravavam. Os excursionistas dormiram num acampamento improvisado, em casas de palma, fabricadas por senhores paulistas, que “nos trataram com muita grandeza”. Nas proximidades de São Paulo, a comitiva encontrou-se com tropa de 150 cavalos, enviada pelo governador da cidade, o capitão-mor Manoel Bueno da Fonseca – que o autor fez notar tratar-se de um cavaleiro professo na Ordem de Cristo e “um dos paulistas com entendimento e prudência”. A ocasião foi marcada por salva de tiros e “tocou-se muita charamela”. Dali em diante, todos tomaram suas montarias, nas quais adentraram a capital.

Instrumentos musicais de sopro, como trombetas, charamelas e sacabuxas, tinham presença corriqueira em diversas cerimônias e solenidades políticas,

diplomáticas, religiosas e festivas em Portugal e noutras partes da Europa. De origem oriental, a charamela popularizou-se no Velho Continente e talvez fosse o mais recorrente instrumento cerimonial utilizado nos rituais lusitanos de Antigo Regime. Fabricado em madeira e dotado de um tubo cônico cuja extremidade alargava-se de forma semelhante a uma campânula de trombeta, o instrumento emitia sons por intermédio de uma palheta dupla, singularmente rodeada por uma pirueta, onde o tocador apoiava os lábios ao tocar. Podia assumir diferentes dimensões e tamanhos, o que permitia a sua adaptação à música polifônica. Diversas fontes iconográficas da Época Moderna representaram conjuntos de charamelas nas modalidades soprano (ou tiple) e tenor, essa caracterizada pelo barrilete, peça de madeira fina e perfurada que envolve e protege a chave. Em rituais de entrada ou recebimento de reis, príncipes, membros da família real ou outros dignitários, como governadores régios, a exemplo do caso em tela, comumente se notava o acompanhamento de instrumentistas junto à comitiva de boas-vindas, que ia ao encontro do viajante esperado nas proximidades do destino, “onde é costume participarem charamelas, trombetas e atabales encavalgados, depois do que se dirigem todos em conjunto para a entrada do burgo”.⁴⁴⁰ Como se verá, a presença de instrumentistas e a execução de música receptiva tornaram a ocorrer na jornada de Assumar, designadamente por intermédio do capitão-mor de Vila Rica.

O cronista descreveu depreciativamente a indumentária, os hábitos e costumes da gente planaltina, em desacordo aos preceitos da etiqueta europeia. Segundo o autor, os paulistas “vinham tão ridículos (...) que era gosto ver a diversidade das modas e das cores tão esquisitas, porque havia casacas verdes com botões encarnados, outras azuis agalvadas por uma forma nunca vista e finalmente todas extravagantes”. Outros tinham cabelos compridos, a encobrir os olhos, e usavam chapéu caído para trás, formando “umas formosas figuras”. Observações congêneres, em geral desaprovadoras, atentas ao plebeísmo pitoresco das práticas culturais desenvolvidas por grupos e por indivíduos inseridos na sociedade colonial, ocorreram mais de uma vez e não se aplicaram apenas aos paulistas. O reinol Henrique Lopes, por exemplo, foi igualmente tido por “ridículo” por seus hábitos e sua indumentária.

Às onze horas da manhã de 31 de agosto, a cavalo, Assumar entrou na cidade. As pessoas haviam saído de suas casas para ver e receber o representante real. As ruas estavam enfeitadas (“armadas”) com arcos coloridos, guarnecidos com detalhes em prata, laranjas e flores. O arco colocado no adro da Igreja de São Francisco era o mais

⁴⁴⁰ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas de sopro no século XVI português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de mestrado em Ciências Musicais, p. 11 e 42.

belo. Ali o cavaleiro apeou, ouviu oração e “toda a comunidade saiu a recebê-lo”. Depois se encaminhou ao “Palácio, que se lhe tinha aparelhado e que estava mui bem concertado com bons cômodos para sua excelência e toda a sua família”.

A ideia de que o governador estivesse junto à sua “família” ao longo da jornada repetiu-se noutras passagens do “Diário”. Teria sido Diogo de Vasconcelos o responsável por consagrar a versão de que a esposa de Assumar acompanhara o marido ao interior colonial. É pouco provável que Vasconcelos conhecesse o relato de viagem de 1717, lotado na Academia das Ciências de Lisboa e publicado no Brasil apenas em 1943, documento que teria reforçado, a princípio, o seu ponto de vista. Entretanto, Laura de Mello e Souza demonstrou o erro dessa leitura, comprovando que dom Pedro, casado havia pouco, em 1715, deixou no Reino a mulher, então grávida do segundo filho – o primeiro falecera em tenra idade, o que também viria a suceder com o irmão. Isto é, jamais trouxera consigo qualquer parente contraído ou consanguíneo. A noção de “família” no Antigo Regime diferiu do conceito posteriormente válido na sociedade burguesa. Bluteau esclareceu que estavam compreendidas na família todas “as pessoas de que se compõem uma casa”, a incluir consanguíneos (pais, mães e filhos, etc.) e também trabalhadores “domésticos”.⁴⁴¹ Entre os nobres portugueses importavam, ainda, vínculos de linhagem ou de casa senhorial. Nas Minas, Assumar celebrou o natalício da Condessa ausente, tal como se comemoravam pelo império afora as bodas e os aniversários de príncipes e de membros da família real. Eram eventos importantes na explicitação do poder simbólico da casa nobre. Como frisou Mello e Souza, essa inusitada comemoração reforçava os valores do casamento e da família nobres, para “melhor inculcar o mando”.⁴⁴² Considerando esse quadro, o significado da palavra “família”, tal como empregada no Diário, pode ter referido aos demais membros da casa senhorial ali presentes, como criados e serviçais que acompanhavam a comitiva.

Após instalar-se em Palácio, Assumar passou o dia a receber visitas e boas-vindas de particulares e de oficiais da câmara. Naquela noite e nas duas seguintes os moradores espalharam luminárias. O procurador do concelho municipal, responsável, conforme o “costume”, pelo provimento da hospedagem dada à comitiva governamental por período de três dias, mal cumpria a sua obrigação e demorava a providenciar o que lhe era solicitado.

⁴⁴¹ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e Latino...* v. 4, p. 28.

⁴⁴² SOUZA, L. de M. “Nobres governadores de Minas: mitologias e histórias familiares”, *Norma e Conflito. Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 175-199; p.183.

A posse ocorreu no dia 4 de setembro. Depois do jantar, os vereadores buscaram o hóspede em Palácio e o conduziram, debaixo de um pátio de tafetá carmesim, até a igreja de Nossa Senhora do Carmo, local suficientemente grande para abrigar a audiência, preferido à “pequenez” da câmara. Fez-se a leitura da carta patente, Assumar e os camaristas assinaram o termo e o empossado proferiu sua oração, cuidadosamente anotada e preparada.⁴⁴³ Encerrada a sessão, o governador retornou ao Palácio, acompanhado por todos os presentes. Nesse momento, desfez-se do pátio carmesim, repassado ao secretário de governo, “por dizer-se que lhe tocava”. O vermelho carmesim, cor por excelência da nobreza lusitana, também seria a coloração escolhida para o adorno das casas erigidas por Henrique Lopes em Vila Rica, conforme veremos no capítulo 8.

Por mais de vinte dias, o governador permaneceu em São Paulo a expedir despachos iniciais de seu mandato. Ao longo desse período, os moradores enviaram-lhe presentes e mimos, entre os quais constavam seis cavalos. No dia 9 de setembro, enfim deixou o Palácio para conhecer a cidade. O autor do Diário fez notar hábitos culturais e comportamentais dos habitantes, como a dieta paulista, carente de proteína animal. Destacou também o receio com que a população local precavia-se contra o mal da bexiga, a isolar e às vezes expurgar os doentes. Como se sabe, a escravização de indígenas foi veículo de propagação da varíola, doença que mais vitimou a população nativa, incapaz de reagir ao vírus de contágio recentíssimo, trazido pelo colonizador europeu. A morbidade da bexiga, sobretudo após a epidemia registrada na década de 1660, obrigou à constante demanda por novos apresamentos indígenas destinados aos senhores paulistas.⁴⁴⁴

No dia 26 de setembro, a comitiva governamental preparou-se para a partida. Com um dia de vantagem, o mensageiro foi adiante a anunciar a vinda do governador e a preparar os pousos, alojamentos e recepções. Por conta disso, as paradas e entradas se deram em melhores condições “sem se experimentar a menor falta”. Para a jornada, Assumar pediu uma cadeirinha, que “mandou fazer contra a opinião de todos para a jornada, julgando-a menos áspera do que a pintavam, como, com efeito, se experimentou”. No dia seguinte, partiu pela manhã ao lado de muitas pessoas até a

⁴⁴³ SOUZA, L. de M. “Um documento inédito: o Discurso de posse de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar como governador da capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1717”, *Norma e Conflito...* p. 30-42.

⁴⁴⁴ MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 47-58. ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 128.

ermida de Nossa Senhora da Penha, onde todos rezaram. O governador serviu-se do doce posto sobre mesa à frente do templo e seguiu jornada, acompanhado apenas de um paulista, do capitão-mor e de frei Francisco Pais, em cuja roça eles iriam pernoitar. Foram ali recebidos com salva de tiros, desferidos por duas pequenas peças de artilharia, situadas num castelo em meio ao Campo, onde havia “uma companhia de negros com seu capitão”. As casas onde dormiram eram “bem arejadas e com excelentes cômodos”. O governador se deteve nessa roça por dois dias e recebeu sete cavalos, presenteados pelo anfitrião.

No último de setembro, uma légua adiante, Assumar topou com aldeia de índios administrados por padres da Companhia. Foi recebido “com umas danças a modo das que fazem as regateiras com os arcos, e com esta música adiante se apeou sua Exa. na Igreja a fazer oração”. Ali ficou até que a comitiva transpusesse o rio Tietê. Depois seguiu na cadeirinha que mandara fabricar, carregada por vinte carijós, em grupos de quatro, a suportar o andor por cima dos ombros. Perto de Mogi, o capitão-mor local aguardava com vinte cavalos. Marcharam. Ainda fora da vila lhes vieram ao encontro os oficiais da câmara, munidos do pálio de tafetá carmesim. Novamente sob um sobrecéu rubro, o governador adentrou a vila e se recolheu a casa que se lhe tinha preparado, ordenando a retirada da tropa que guardava a porta.

A 2 de outubro o capitão-mor de Mogi continuou a guiá-los enquanto o general manteve-se na cadeirinha enlombada por carijós, ao longo de um caminho aspérrimo, denominado dos “Sete Pecados Mortais”, em alusão à série de montanhas a ser transposta até a vila de Jacareí, onde foram novamente recepcionados pelos vereadores. Dali até Taubaté a comitiva pousou num sítio em Iatevotiva, no qual havia uma única casinha, povoada por baratas. À ceia, o paulista anfitrião serviu meio macaco e umas formigas “que era tudo quanto se achava”. Naquela vila foram acolhidos com as “mesmas festas que nas vilas antecedentes”. O governador permaneceu em Taubaté por seis dias. A 13 de outubro chegou à vila de Pindamonhangaba, “recebido com muito festejo”, e nos dias seguintes, a Guaratinguetá. A caminho da vila de Guaypacaré (atual Lorena), aos pés da Mantiqueira, arrancharam-se no sítio de Antônio Cabral, “cuja hospedagem não foi a que se esperava segundo as vozes que corriam dos preparos que fazia”. Os moradores de Guaypacaré seriam violentos. Nos dias seguintes, ainda nessa vila, Assumar mandou prender um bastardo acusado de assassinato e o sentenciou sumariamente à pena de morte. Um negro também foi enforcado. O governador ordenou a detenção de três homens que vieram lhe representar pedido de isenção na passagem

pelo rio Paraíba.

A travessia da Mantiqueira foi momento crítico da jornada. A partida de Guaypacaré se deu por terra até a Freguesia da Piedade e depois por via fluvial pelo Rio Paraíba. O governador embarcou numa canoa “e a família em outra”. Navegaram por cerca de duas horas e, numa passagem chamada Campinho, aterraram ao pé da Serra. A excursão estava próxima ao Embau, ponto mais baixo e visível da cadeia montanhosa, por onde os sertanistas venciam a Mantiqueira. Entretanto, a trilha até o início da subida ainda guardava desafios. “O caminho era tão ruim e os matos tão ásperos que dificilmente podiam os cavalos desembaraçar-se das árvores”, anotou o diarista. No trajeto, a expedição topou com Pais Veloso, o carregador que conduzia adiante os cavalos cargueiros. “Desesperado”, o capataz tentava desencravar cavalos aprisionados em lameiros. Ao tirar um, “já outro estava no chão, e isto com 25 cavalos carregados”. Todos os criados foram mobilizados na força-tarefa, em auxílio àquele “miserável”, “tão cheio de lama que apenas se conhecia”. Quase de noite, com Assumar “bem desgostoso e amofinado”, chegaram enfim ao Embau e o governador encontrou abrigo em choupana construída por um capitão-mor paulista, que “hospedou a sua Exa. segundo o permitia o deserto”. No último de outubro, o carregador alcançou a comitiva, tendo pernoitado no mato, junto aos cavalos que não conseguira desencravar a tempo. A excursão tornou ao caminho, atrapalhada pelas numerosas travessias requeridas pelo rio Passa-Vinte, que ziguezagueava. No dia seguinte, outro rio, denominado Passa-Trinta, obrigou tantas travessias quanto o nome prometia. Subiram a Mantiqueira, cuja verticalidade só permitiu marcha a pé. Antes do anoitecer haviam dobrado o cume e descido até a extensa planície. O pernoite num sítio paulista foi “magnificamente” preparado pelo anfitrião. Exceto a estadia numa roça pertencente ao ex-governador Antônio de Albuquerque, só habitada pelo feitor, na qual “passou-se parcamente”, as demais hospedagens até a região do Rio das Mortes foram elogiadas pelo diarista. Num local, o general foi “bem hospedado”, noutra casa “muito asseada” o “trato foi magnífico”.

Dois episódios sucedidos nesse ínterim, ilustrativos de ambivalências políticas, merecem registro à parte. A 3 de novembro, Assumar rejeitou a hospedagem que lhe oferecera um frade carmelita, por escrúpulos de “algumas sinistras informações que lhe tinham dado do seu procedimento”. Preferiu arranjar-se na casa de um Manuel Pinto, cunhado queixoso do religioso mal afamado, anfitrião que se portou, aliás, “com toda a magnificência”. Ao longo da estadia de dois dias, tratou de reconciliar os cunhados,

“fazendo-os amigos”. O caso demonstra que, mesmo em trânsito, sob condições adversas, o governador não deixou de escolher os anfitriões e os locais onde pousava. Indivíduos considerados mal procedidos ou sobre os quais pesasse “fama pública” eram inadvertidamente preteridos ou evitados. Outro fato curioso se deu quando o governador, já nas proximidades de São João Del Rei, sentiu fortes dores de dente, acometido por possível processo inflamatório. Talvez com o rosto inchado, “não se deixou ver”, atitude que causou “estranheza” aos moradores, “um pouco escandalizados, até que estiveram informados do motivo”. O paradoxo de não se mostrar aos povos ao longo de uma “entrada”, quando o ritual exigia precisamente o inverso, isto é, a exibição pública do senhor detentor da jurisdição sobre o governo da área, causou escândalo e estranheza. Assumar teve razão maior de assim proceder. Quem sabe o rosto se desfigurara pelo inchaço, o que explicaria a postura reclusa, a evitar expor-se publicamente.

Desde a hospedagem conflituosa que tivera no sítio de Manuel Pinto, o governador reenviou à frente da expedição o preparador de pousadas, responsável por garantir “mais comodidade nos alojamentos e os padrões [em] menos confusão”. A partir daí, todos os pousos ocorreram com “magnificência”. Antes da passagem do Rio Grande, vieram ao encontro da expedição o tenente general Felix de Azevedo Carneiro e Cunha e o brigadeiro Antônio Francisco da Silva, ambos saídos das Minas Gerais. O brigadeiro, em especial, acompanhou Assumar até o paradeiro. A uma légua de São João Del Rei, como de praxe, homens principais aguardavam devidamente postados em suas montarias. A câmara havia preparado casa, mas dom Pedro preferiu hospedar-se no imóvel pertencente ao brigadeiro Antônio Francisco.

Outra vez, cálculo político mais ou menos explícito pode ter orientado a escolha do domicílio. O hospedeiro era um dos mais destacados homens principais das Minas Gerais. Na região de Ouro Preto, Antônio Francisco fazia “primeiro papel com grande domínio em todos aqueles magnatas”, conforme a insuspeita opinião de Antônio de Albuquerque. Aliás, fora ele o potentado designado a negociar a entrada de Albuquerque nas Minas Gerais em 1709.⁴⁴⁵ O “trato” que dispensou ao Conde de Assumar no Rio das Mortes “todos os dias que ali esteve foi magnífico”. O governador ficou recluso em casa por dois dias, a convalescer da dor dentária e sob o efeito de medicamentos. A 14 de novembro, reabilitado, deu audiência na câmara e conversou com particulares. Na outra manhã, os vereadores buscaram-no em casa para, vestido

⁴⁴⁵ AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867.

num pálio ou manto carmesim, conduzi-lo à igreja, onde se cantou o Te Deum. Encerrada a função, acompanharam-no de volta ao aposento. A 16 desse mês, andou-se pela vila. A opinião do diarista foi novamente depreciativa. Alegou que São João “podendo ser a mais bem plantada [povoação] das Minas é das piores”. O casario, quase todo coberto de palha, dispunha-se de modo irregular, em construções apartadas umas das outras, porém demasiado rentes às lavras de ouro, tão próximas “que hoje se fazem, amanhã as botam em terra para trabalhar”. Os dez dias seguintes consumiram-se em despachos. É possível que Assumar tenha visitado o arraial de Ponto do Morro, que viria a erigir-se em vila pouco depois. A 27 de novembro a comitiva partiu, acompanhada por moradores até a passagem do Rio das Mortes.

Dispomos da relação dos gastos consumidos durante a recepção, a estadia e o traslado da comitiva governamental em São João Del Rei. Contabilizadas as despesas com cavalos, apetrechos, alimentação e sustento dos viajantes, o procurador da câmara despendeu 677 oitavas de ouro, equivalentes a mais de um conto de réis (1:015\$500 rs.). Considerando-se que o governador esteve em São João por apenas duas semanas, o valor aplicado na recepção é bastante alto e reflete a magnificência do trato dispensado ao nobre general.⁴⁴⁶

A jornada até as Minas Gerais cumpriu-se em quatro dias, durante os quais a expedição foi bem acolhida nos pousos, “com toda magnificência”. Dormiram em Lagoa Dourada, em dois sítios pertencentes a paulistas, e também em Congonhas. Nessa localidade, por exceção, passaram “bem parcamente”, hospedados “por um homem pobre que ali é morador”. Na manhã de primeiro de dezembro, avistaram o Tripuí, onde dom Brás Baltasar da Silveira, ao lado de “um luzido acompanhamento não só de Vila Rica, mas de toda a sua comarca, que para esta função tinha concorrido”, viera recepcionar o sucessor. Caminharam até as proximidades de Ouro Preto. Antes da entrada, os dois governadores “assearam-se”, isto é, vestiram-se, puseram-se debaixo de pálio carmesim e assim foram conduzidos até a igreja – possivelmente, a Matriz do Pilar – entre duas fileiras de soldados de ordenança. Cantou-se o Te Deum e o regimento disparou três salvas.

No mesmo dia, logo após deixar a igreja, Assumar dirigiu-se à casa do capitão-mor de Vila Rica para jantar. O trecho correspondente tem importância crucial na caracterização da personagem, no detalhamento do ritual de recepção ao governador e na explicação das origens do Palácio erigido pelo anfitrião:

⁴⁴⁶ AHU, MG, cx. 1, doc. 65.

Tornou sua excelência a montar a cavalo para ir jantar à casa do capitão-mor Henrique Lopes, o qual para esta ocasião fez umas casas, que lhe custaram mais de três arrobas de ouro, só a fim (como dizem muitos) de que sua excelência lhe confirmasse a sua patente. Podendo com menos dispêndio ficar airoso se tinha crido a muitas pessoas, que o aconselhavam, dizendo-lhe que hospedasse a sua excelência nas casas em que morava, e que em lugar de três arrobas que havia de gastar, que pusesse uma por fruta na mesa; mas não puderam acabar com ele isto; por que é incapaz de se lhe dar conselho e aceitá-lo. Comprou também para esta função três negros chameleiros, que até custaram quatro mil cruzados. As casas estavam muito bem ornadas com cortinas nas portas de damasco carmesim e as cadeiras e cama do mesmo; e todos estes aparatos deu a sua excelência por adorno do seu Palácio da Vila do Ribeirão. Vestiu seis negros para pajens, e os quatro chameleiros de pano berne, forros de espernegam da mesma cor, e no primeiro dia que chegou sua excelência apareceu com três vestidos e pela noite com um de pano negro, ricos todos, mas no seu mal e desproporcionado feitiço pareciam uns trapos, sempre andou com um colar no chapéu e seu broche, e finalmente tão ridículo em tudo que era o objeto de sua excelência. É natural de Alhandra, e casado na mesma vila. No seu princípio foi taberneiro e hoje se acha rico sem filho, nem filha, que o herde, e ele já de uma idade avançada. Na paragem onde fez as casas teve tão má eleição, como se podia esperar do seu rústico entendimento; porque estão ao pé do morro chamado de Pascoal da Silva, cujas vertentes de água as fazem tão úmidas que é prejudicial à saúde o morar muito tempo nelas, e com gastar tanto ouro, não teve habilidade para escolher melhor paragem havendo muitas na mesma vila. Estas casas a muito valor em Lisboa poderiam custar seis para sete mil cruzados, e ao dito capitão-mor lhe estiveram em quarenta e cinco. Tal é carestia desta terra e tais são os jornais, que um oficial carpinteiro ou de outro qualquer ofício ganha por dia duas oitavas de ouro, e ainda em cima se rogam. O senhor dom Brás jantou este dia com sua excelência e algumas pessoas mais.

Há informações que convêm examinar mais de perto. Chama atenção que Assumar tenha sido levado à casa de Henrique Lopes imediatamente após sua chegada, logo ao primeiro dia de estada em Vila Rica. Não há outra hipótese a considerar senão a de que dom Brás Baltasar da Silveira, que guiava o sucessor, tenha sido o responsável por encaminhá-lo. O ex-governador foi, decerto, o articulador político da recepção. A construção de uma casa especificamente destinada à “ocasião”, isto é, ao recebimento do novo general, supõe acordo tácito, firmado previamente. Henrique Lopes sabia de antemão caber-lhe o papel de anfitrião. Por isso financiara o prédio e preparara adornos e apetrechos requeridos.

Outro aspecto relevante diz respeito aos valores e aos interesses envolvidos na edificação e na recepção. O dispêndio de enormes recursos no soerguimento da casa justificava-se pelo desejo de alcance de uma benesse almejada, qual seja, a renovação de patente militar. Aconselhado a adotar estratégia menos onerosa com vistas a alcançar o mesmo fim, o teimoso anfitrião nem por isso desistira do plano elaborado. Importa reter que tanto o autor do Diário quanto as personagens retratadas corroboraram e naturalizaram a ideia de que a renovação da patente dependesse da troca de favores entre súdito e representante real: o primeiro devia ofertar casa e sustento ao governador, obtendo com isso a recompensa desejada.

Não satisfeito com os elevados gastos consumidos na construção, o anfitrião ainda adquiriu, para a mesma “função”, três negros chameleiros, a preços exorbitantes. A se confiar nas cifras apresentadas pelo cronista – e, como se verá adiante com relação ao valor do palácio, seus números são confiáveis – esses três escravos teriam custado, juntos, quatro mil cruzados, ou um conto e seiscentos mil réis (1:600\$000 rs.), o que implicaria o valor de meio conto de réis por cada cativo instrumentista (530\$000 rs.). O preço médio equivalia a mais que o dobro do valor estimado de um escravo comum no mercado de Vila Rica.⁴⁴⁷

O emprego de escravos chameleiros ou versados noutros instrumentos musicais, com destaque para os de sopro, não foi incomum nos domínios lusitanos. Também a presença deles em recepções a reis, príncipes e governadores régios se mostrou corriqueira. Desde fins da Idade Média, instrumentos musicais de sopro faziam-se ouvir em diversas situações rituais, como festas e solenidades de Corte, atividades religiosas e devocionais, funções bélicas e de vigilância, e ainda no acompanhamento de entradas e saídas de reis e senhores. Sem dúvida, a música desempenhava importantes funções na sociedade de Corte.⁴⁴⁸ Segundo Francisco de Monçon, o príncipe devia ter a seu lado “todo o gênero de cantores” para que oficiassem festas e banquetes nobres, sem esquecer-se do culto divino. O acompanhamento musical de sopro em banquetes reais foi costume atribuído por Diogo do Couto à herança clássica: “costumavam os antigos famosos quando se punham a comer, mandar tanger muitas trombetas, para que acudissem os pobres a receber sua ração; porque no repartir com eles mostravam sua grandeza”. Cronistas da Corte de Avis referem-se à música executada em banquetes régios. Segundo Góis, nas festas principais tocavam-se trombetas, atabales e chamelelas. Outro cronista, referindo-se à Corte da Casa de Bragança informa sobre apresentações dos mesmos instrumentos, a imitar, nesse caso, o procedimento então adotado na Casa Real. No extenso império ultramarino, as solenidades musicais sofreram adaptações e releituras, que podiam divergir do costume metropolitano. Na colonização e na catequização de indígenas americanos, por exemplo, mas também no contato com povos nativos da África e da Ásia, os portugueses valeram-se frequentemente da música europeia, a fim de que imagem e sonoridade de instrumentos e de instrumentistas impressionassem olhos, ouvidos e

⁴⁴⁷ É possível que tenha adquirido quatro (e não três) escravos chameleiros, o que reduziria o preço *per capita* a quatrocentos mil réis (400\$000 rs.), valor ainda assim muito superior ao preço médio dos escravos comerciados em Minas Gerais.

⁴⁴⁸ GOMES, R. C. *The making of a court society. Kings and nobles in late Medieval Portugal*. Cambridge: University of Cambridge, 2003, p. 201.

mentes nativas.⁴⁴⁹

No Reino, instrumentistas de sopro adivinham de estratos plebeus ou podiam mesmo ser escravos, cafres, turcos, mouros ou estrangeiros. Genericamente designados menestrelis, à exceção de trombetas e pífaros, postos que podiam ter natureza militar, se diferenciavam dos músicos de câmara, especialistas em instrumentos de corda e de tecla. Nas colônias os padrões europeus foram transformados em função de interesses e conflitos políticos, culturais, comerciais e religiosos específicos. A diversidade de instrumentos e de instrumentistas deu a tônica. Há registros de africanos chameleiros em Angola, de meninos indígenas flautistas no Brasil e de instrumentos orientais incorporados aos ritos católicos na Índia. Pesava algum estigma quanto aos instrumentos de sopro e de percussão, tidos por populares, afeitos a plebeus. Percussionistas, como tambores e atabaleiros, eram frequentemente de origem africana. O mesmo ocorria com chameleiros e trombeteiros. Na Casa de Bragança, ao tempo d. Teodósio (1510-1563), um quarto dos escravos sabia tocar chamelela. Em Goa, senhores mais abastados tiveram por hábito ostentar cativos chameleiros.⁴⁵⁰

Na cultura de Antigo Regime, a condição senhorial requeria a exteriorização de práticas magnificentes, entre as quais constava o poder de agenciar plebeus e escravos instrumentistas. Signo distintivo da nobreza em geral e da realeza em particular, a “música heráldica” reafirmava o poder real e senhorial, explicitado no cerimonial e potenciado no impacto visual, sonoro e sensorial da música. Existiram grupos autônomos de chameleiros e trombeteiros prestadores de serviço a casas senhoriais, mediante pagamento. Em Lisboa, um regimento municipal determinava que, em recebimentos ou entradas de reis, “todos [os] ministros e tangedores que nela e no termo houver e trombetas” deveriam ser convocados a tomar parte na cerimônia, em seus respectivos lugares. O arcebispo de Braga contratava regularmente seis chameleiros e seis trombeteiros, obrigados a se apresentar conforme as necessidades da Sé e da cidade.⁴⁵¹

Talvez ainda no Minho houvesse Henrique Lopes tomado contato com esse tipo de prática musical, reproduzindo-a, posteriormente, com nova roupagem, nas Minas. Não dispomos de estudos sobre a música cerimonial em núcleos senhoriais da América Portuguesa. Sabe-se, todavia, que banquetes e serões musicados também ocorreram por

⁴⁴⁹ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas de sopro no século XVI português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de mestrado em Ciências Musicais, p. 39-41.

⁴⁵⁰ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas...* p. 59-61.

⁴⁵¹ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas...* p. 82-85.

aqui. Alguns senhores coloniais mantiveram instrumentistas próprios, no afã de recriar estilo de vida áulico ou “à lei da nobreza”. Tratava-se de um investimento político e simbólico. A listagem nominal dos escravos possuídos por Henrique Lopes em 1718 – fonte elaborada, portanto, imediatamente após a vinda de Assumar – revela a presença de seis cativos identificados pela habilidade musical, inseridos num plantel de quarenta e seis indivíduos. Quatro “moleques” eram “Chameleiros” e havia ainda um adulto “Trombeta” e outro “Tambor”.⁴⁵² Num rol posterior, certifica-se o “grupo de procedência” desses escravos: todos os meninos chameleiros que se apresentaram perante o governador eram “angolas”.⁴⁵³ A origem centro-africana dos instrumentistas sintonizava-se com a maior penetração de hábitos e de componentes do repertório cultural europeu, de um lado, e com a crescente africanização dos colonizadores portugueses naquela área, de outro.⁴⁵⁴ O elevado preço de instrumentistas africanos demonstra o quão cobiçados eram. Na primeira metade do século XVI, o Duque Jaime de Bragança declarou em testamento que os escravos chameleiros que possuía “valem muito” e estimou-os no valor de mil cruzados (ou 400\$000 rs.) por cabeça, quantia equiparável (ou idêntica) à desembolsada dois séculos depois por Henrique Lopes.⁴⁵⁵

Tão importante quanto os instrumentos eram as roupas. A indumentária ostentada na solenidade indicava a magnificência senhorial e, por isso, o diarista preocupou-se em descrevê-la em pormenor, atento aos trajes do senhor e de seus criados e escravos. Não raro, instrumentistas vestiam-se com a libré senhorial ou portavam, estampadas em bandeiras dependuradas nas trombetas ou em medalhões presos ao pescoço, as armas da casa ou da cidade que defendiam.⁴⁵⁶ Nesse caso, sem ter brasão que representasse sua estirpe plebeia, Henrique Lopes vestiu o quarteto de chameleiros com fino tecido vermelho (“pano berne”)⁴⁵⁷ forrado com “espernegão” da mesma cor.⁴⁵⁸ Com material de idêntico feitio adornou outros seis pajens. A coloração vermelha, também utilizada na decoração dos aposentos do governador, predominou

⁴⁵² APM, CC 1028, fl. 57v.

⁴⁵³ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2.

⁴⁵⁴ HEYWOOD, L. M. “De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”, in HEYWOOD, L. M (org.) *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 81-100.

⁴⁵⁵ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas...*p. 61.

⁴⁵⁶ MONTEIRO, M. I. L. *Instrumentos e instrumentistas...*p. 87-88.

⁴⁵⁷ Segundo Bluteau, Berne “é o nome que hoje damos a todo o pano fino vermelho”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 9, p. 127-28.

⁴⁵⁸ Espernegão era um tipo de tecido, muito vendido em Vila Rica nos anos de 1737-38, como atesta o estudo de Alexandra Maria Pereira. Segundo a autora, “um côvado deste tecido custava \$950 réis, e encontramos registro de venda nas cores azul e carmesim”. Bluteau não produziu verbete sobre a palavra. PEREIRA, A. M. *Um Mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-38)*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008, p. 60.

monocromática.

É ambígua a passagem na qual o diarista refere-se aos quatro vestidos que foram trazidos pelo capitão-mor: não se pode distinguir se Henrique Lopes vestira-os em si próprio ou se os presenteara ao governador. Embora reconhecesse a riqueza das peças, o autor as considerou de “mal e desproporcionado feitio”, “uns trapos”. Com desaprovação idêntica avaliou as vestes do próprio anfitrião, cuja indumentária “sempre” se caracterizou pelo uso de “seu broche” e de um chapéu adornado por colar. Segundo Bluteau, broche era um “brinco de peito, composto por três peças de qualquer pedraria, estreitas e encadeadas ao comprido”.⁴⁵⁹ O colar a que se refere o autor não foi designado com esse nome no testamento de Henrique Lopes. Talvez correspondesse a uma corrente de ouro com verônica de São Bento ou a um dos quatro cordões de ouro possuídos pelo capitão-mor, conforme veremos no capítulo 15 (Cf. Quadro 55). Já o broche parece referir-se à peça de diamantes com peso de treze oitavas e três quartos (50 gramas, aproximadamente), que, em 1733, encontrava-se quebrada, quem sabe avariada pelo uso contínuo.⁴⁶⁰ Repare-se que a expressão “seu broche” sugere uma espécie de amuleto ou signo habitual, capaz de identificar a pessoa de seu portador. Seria essa a insígnia típica de um capitão-mor em contexto solene, representativa de seu posto militar? A reação negativa do cronista, a desqualificar a personagem, tida por “ridícula”, indica que não. O usuário podia estar a reproduzir costume popular difundido na América portuguesa, segundo o qual adornar-se com joias, além de simbolizar a riqueza do portador, também comunicava a fé no poder sobrenatural dos objetos trazidos junto ao corpo. Nas Minas, colares, brincos, pedras e balangandãs costumavam ornar homens e mulheres que atribuíam aos artigos poderes mágicos e protetivos.⁴⁶¹

A censura aplicada aos “vestidos” e à indumentária de Henrique Lopes está respaldada no olhar preconceituoso do observador, modelado à cultura cortesã, cujo requinte e formato talvez não pudessem ser reproduzidos e cujos valores quiçá fossem compreendidos por aquele anfitrião saído da “ínfima plebe”, na expressão consagrada pelo nobre hóspede. A lembrança da origem humilde do taberneiro explica os desacertos cometidos pelo capitão-mor. Tratava-se de clivagem social que nem a patente militar e tampouco a riqueza ostentada deveriam apagar.

O escritor não poupou críticas à casa erigida pelo ex-taberneiro. O sítio

⁴⁵⁹ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...*v. 2, p. 197.

⁴⁶⁰ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2.

⁴⁶¹ FURTADO, J. F. “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”, *RAPM*, Belo Horizonte, ano XLI, Jul-Dez, 2005.p. 97.

escolhido para a implantação tivera “má eleição”. Situava-se na vertente do morro de Pascoal da Silva e sofria constante acesso das águas que desciam pela encosta. As terras eram, por isso, insalubres “tão úmidas que é prejudicial à saúde o morar muito tempo nelas”. A dispendiosa edificação, cujo orçamento fora sete vezes mais caro que uma obra congênere em Lisboa, não estaria à altura dos custos. O plebeu “rico”, mas “de rústico entendimento”, “não teve habilidade para escolher melhor paragem”. Ao fim e ao cabo, Henrique Lopes demonstrou-se “ridículo em tudo que era objeto de sua excelência”.

Ao longo de vinte e um dias o governador hospedou-se nesse úmido imóvel, erigido ao lado da residência do próprio anfitrião. A estadia marcou-se pelos seguintes eventos: no primeiro dia, dom Pedro jantou na presença de dom Brás e de mais algumas pessoas; na manhã seguinte, recebeu visita dos vereadores, que vieram desejar boas-vindas; pela tarde, os oficiais enviaram “doces, galinhas e outras muitas coisas que avaliado por cima valiam trezentos mil réis”. Nesse segundo dia, o jantar foi novamente assistido por dom Brás. A partir de 3 de dezembro, cessaram as boas-vindas e tiveram início os despachos e conchavos políticos, marcados por negociação e distribuição de postos, ofícios e patentes. Durante esse período, o general manteve-se enclausurado em Palácio, recebendo visitas dos homens principais de Vila Rica e região, além dos contatos com dom Brás, que ali “veio comer muitos dias com Sua Excelência” O capitão-mor procurou portar-se à altura, e com “todos se houve com grandeza”. A 15 de dezembro, Assumar enfim deixou seus aposentos pela primeira vez, para jantar na casa de Manuel Dias de Meneses. No caminho, visitou a esposa de Pascoal da Silva Guimarães, “encima ao morro, que é dos mais íngremes que pode haver”.⁴⁶²

Rito fundamental se deu nos jantares e nos banquetes ofertados ao governador. No Antigo Regime, o ato de comer e a tomada de refeições tinham significado especial, muito valorizado em meios nobres e nas casas de senhorios principais, onde assumiam dimensão litúrgica e até sacral. Nas Cortes europeias, inclusive na portuguesa, a mesa do rei era um evento político, cuidadosamente preparado em todos os seus componentes, do cerimonial até os alimentos dispostos. Conforme observa Ana Isabel Buescu, a ostentação, o luxo, a fartura e a abundância constituíam símbolos afeitos à vida cortesã. À mesa nobre, o alimento primordial era a carne animal. Seu consumo refletia o poder econômico e a condição social dos indivíduos. Compunha a base do próprio cardápio real. Da Idade Média advieram as dietas modelares, corroboradas por médicos

⁴⁶² *RPHAN*. n. 3, 1939, p. 315.

e dietistas hipocráticos e galênicos, que construíram as diferentes escalas de valor atribuídas aos alimentos e estabeleceram a superioridade da mesa aristocrática. O “triângulo alimentar cavalheiresco”, transmitido à nobreza dos tempos modernos, compunha-se de pão, vinho e carne. Em meios nobres, essa última era sempre servida em grande quantidade, sobretudo a carne vermelha, de vaca e de porco, e a branca, de aves, como as galinhas, ou de peixes, considerados de valor nutritivo inferior e, por isso, preferidos em épocas de abstinência alimentar, como a quaresma. Por outro lado, legumes e frutas eram estigmatizados, tanto mais depreciados quanto maior a proximidade desses alimentos em relação ao solo quando colhidos. Frutas nobres sobreviviam de árvores, de preferência mais altas, como pêsegos, maçãs, cerejas, peras, nêperas e cítricos. Já tubérculos e raízes destinavam-se à plebe e aos pobres.⁴⁶³

As duas principais refeições eram o jantar, tomado ao meio dia, e a ceia, à noite. Nessas ocasiões, serviam-se bebidas (água e vinho), carnes e sobremesas, como frutas em natura, secas ou em conserva, e doces. Num meio ameaçado constantemente pela fome e pela penúria, a abundância e a fartura eram signos de distinção social. Isso se demonstrava à mesa no número de pratos, dos quais muitos podiam tornar intactos à cozinha. Mais do que no ato de comer, o poder senhorial cumpria-se no ritual e no cerimonial da refeição. A ostentação constituía propósito tão ou mais importante que o consumo dos alimentos, já que, segundo Buescu, representava um “sinal distintivo e o principal motivo da mesa de grandes e de poderosos”. O banquete de Antigo Regime implicava espaço de exclusão social, no qual o “privilégio” e o “poder” contrapunham-se, “com uma ostentação cada vez mais vincada, ao mundo da fome e do medo”.⁴⁶⁴ Henrique Lopes foi aconselhado a que hospedasse em sua própria residência o governador, poupando assim as “três arrobas que havia de gastar” na construção de novo prédio, desde que aplicasse “uma [arroba] por fruta na mesa”. Esse conselho resguardava a importância da abastança alimentar à mesa nobre. Desconhecemos o cardápio servido pelo anfitrião. O silêncio do cronista denota que o *menu* teria sido satisfatório a paladares exigentes. Os presentes enviados pela câmara de Vila Rica (“doces, galinhas e outras coisas”), avaliados em trezentos mil réis, incluíam possivelmente a carne de vaca e de porco, assim como, na Vila do Carmo, as boas-vindas renderam grande quantidade de carnes.

A exclusividade do banquete também se realçava na seleção dos convidados à

⁴⁶³ BUESCU, A. I. *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Colibri, 2010, p. 87-97.

⁴⁶⁴ BUESCU, A. I. *Na Corte dos Reis...* p. 100-01

mesa. O ex-governador, dom Brás Baltasar da Silveira, foi, sem dúvida, o mais notável e frequente comensal. Além dele e do anfitrião, outros homens principais, como Manuel Dias de Meneses, então juiz ordinário da câmara, tiveram o privilégio de jantar ao lado do general.

Os jantares ocorridos em Vila Rica foram, indubitavelmente, os mais próximos à norma europeia dentre os desfrutados pela expedição governamental. Eduardo Frieiro chamou atenção para os hábitos alimentares indígenas e paulistas que haviam marcado a jornada a São Paulo e dali até as Minas. O autor lembrou que o macaco e as formigas iças consumidos numa roça paulista reproduziam costume silvícola incorporado à culinária colonial, especialmente em localidades do interior de São Paulo, como Taubaté, onde o gosto pelas iças perdurou até o século XX. Nas passagens pelas vilas de Santos e mesmo na capital paulista predominaram alimentos nativos, como mandioca, feijão e frutas da terra.⁴⁶⁵ Entretanto, a culinária plebeia ou de tipo colonial teve espaço reduzido nas principais vilas das Minas, como comprovam os vultosos gastos contraídos no provimento de carne animal e de outros alimentos nobres, como doces e frutas.

O excursionista grafou suas impressões sobre a paisagem e o lugar. Considerou Vila Rica o aglomerado “de maior comércio das Minas”. Era ponto convergente de rotas comerciais, “uma barra de todas, onde continuamente estão entrando carregações do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo”. Sua implantação geográfica “não é das melhores”. Tinha muitos “altos e baixos”, rodeada por montanhas que ocasionavam umidade excessiva e chuvas contínuas. O “afamado” morro de Pascoal da Silva Guimarães destacava-se por sua riqueza, de onde “se tem tirado muita quantidade de ouro, desde que foi descoberto, e ainda hoje se está tirando”. A extração aurífera dependia, contudo, da constante canalização das águas para o desmonte do morro e para a lavagem do cascalho. Na estiagem, a falta d’água prejudicava a atividade. Além disso, a defasagem técnica e tecnológica da mineração ali praticada impedia o trabalho de “abrir o morro, donde poderiam tirar grandes tesouros”, talvez comparáveis aos de Potosí. Nesse afã, os escravos fendiam na rocha “uns buracos mui profundos aonde se metem e vão tirando a terra para lavar”. Entretanto, esse método demonstrava-se arriscado e perigoso, “porque sucede muitas vezes cair a terra e apanhar os negros debaixo, deitando-os enterrados vivos”.

Ao longo dos dias em que esteve hospedado na propriedade do capitão-mor, o governador escreveu diversas cartas ao rei e a outras autoridades, nas quais também

⁴⁶⁵ FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 61-64.

expressou sua visão do lugar. Talvez impressionado com a extraordinária paisagem de Vila Rica, quiçá surpreendido com a peculiaridade da sociedade mineradora, que ele observava *in locu*, expressou a D. João V: “este país é tal que só se estando nele se pode ter dele verdadeira ideia”.⁴⁶⁶ Contou ainda que, naquela e em outras localidades do território, haviam sido descobertas “várias betas bastante rendosas”. Teria presenciado a extração de ouro na riquíssima lavra de Henrique Lopes? Não sabemos. Denunciou, contudo, “a ignorância em que esta gente estava na forma de tirar o ouro, principalmente das betas”, deficiência que propunha remediar, recomendando a vinda de mineralogistas da Saxônia, “os mais afamados mineiros do mundo”.⁴⁶⁷

A 22 de dezembro o governador partiu para o Ribeirão do Carmo “com muito acompanhamento”. Fora dessa vila esperavam-no os homens principais e os oficiais da câmara local, que portavam um pálio carmesim sustentado por seis varas, especialmente fabricado para “receber o capitão-general”.⁴⁶⁸ Levado sob o sobrecéu avermelhado, o Conde recolheu-se imediatamente ao palácio que houvera sido consertado e provido de “todo o necessário” pelo órgão municipal.⁴⁶⁹ Os presentes enviados por particulares nos dias seguintes foram tantos “que em seis meses não se comprou carne para o gasto do palácio”. O Diário encerra-se no dia 24 de dezembro, com a instalação definitiva do governador em sua residência oficial na Vila do Carmo, onde domiciliou ao longo do mandato.⁴⁷⁰

Henrique Lopes de Araújo conseguiu o que queria. Obteve a renovação de sua patente, lavrada a 21 de dezembro de 1717, último dia no qual o governador achou-se hospedado junto ao anfitrião em Vila Rica.⁴⁷¹ Por outro lado, não sabemos se a casa que construía tivera o simples propósito de recepcionar o general ao longo da curta estadia nessa vila, ou se, ao contrário, almejava vir a ser escolhida por palácio governamental e, conseqüentemente, por sede política da capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Se o objetivo fora esse, não teve êxito, pelo menos não imediato.

Resta conjecturar sobre os motivos que teriam levado dom Pedro de Almeida a

⁴⁶⁶ SOBRE a demora da cobrança dos quintos e levante de Pitangui. Vila Rica, 9 de dezembro de 1717. APM, SC 04, p. 496.

⁴⁶⁷ SOBRE se mandarem vir mineiros da Saxônia. Vila Rica, 12 de dezembro de 1717. APM, SC 04, p. 500-02.

⁴⁶⁸ APM, CMM 02, fl. 169v.

⁴⁶⁹ APM, CMM 02, fl. 170.

⁴⁷⁰ Todas as citações documentais feitas acima, com exceção das que foram referenciadas em nota específica, se acham no interior desse documento. “Diário da Jornada que fez o exmo. senhor dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas ano de 1717”. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RSPHAN)*. Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 295-316.

⁴⁷¹ CARTA patente de Henrique Lopes de Araújo. Vila Rica, 21 de dezembro de 1717. APM, SC 12, fl. 24v.

optar pela Vila do Carmo, preterindo, assim, o prédio erguido por Henrique Lopes. O Diário traz pista relevante. Avaliação negativa sobre o imóvel de Antônio Dias, semelhante à expressada pelo autor anônimo, pode ter pesado na escolha. Houve, em todo caso, uma dimensão menos subjetiva, consumada na disputa entre as duas principais vilas mineradoras, desejosas de garantir para si a condição de sede política. Inegavelmente, a proximidade em relação ao governador era condição almejada por homens principais do Carmo e de Ouro Preto, vantajosa, sobretudo, como se verá, na “economia das mercês” e na política de distribuição de hábitos e de nobilitações aos vassalos locais. A própria recepção ofertada por Henrique Lopes pode ser lida nessa chave, como um capítulo da queda de braços travada entre as duas localidades.

Por seu lado, a câmara da Vila do Carmo também envidou esforços para garantir o teto governamental. Além de oferecer a casa que fora habitada por dom Brás, os vereadores mandaram consertar e prover esse imóvel do que fosse necessário, ações deliberadas no mês de outubro, anteriormente à chegada do governador às Minas Gerais. Outro detalhe foi importante. O brigadeiro Antônio Francisco da Silva, anfitrião de dom Pedro em São João, vinha de ser eleito procurador da Vila do Ribeirão e representante dessa câmara na última junta sucedida no mandato de dom Brás, em agosto de 1717.⁴⁷² No mês seguinte, quando o novo governador achava-se em São Paulo, o procurador apresentou-se no Carmo, para prestar contas do que se dera na junta. Os oficiais do senado “acordaram aceitar toda a conferência e concordata que expôs”.⁴⁷³ É possível que, nessa reunião, camaristas e procurador tenham pactuado o que seria feito quanto ao governo vindouro. No dia 10 de outubro, Antônio Francisco estava nas proximidades do Rio Grande, onde se encontrou com a comitiva do novo general, guiando e auxiliando-a na travessia desse rio, na chegada até São João, na estadia nessa vila e em seguida na jornada até as Gerais.⁴⁷⁴ As evidências disponíveis sugerem que o brigadeiro atuou como mediador dos interesses enraizados no Carmo. Àquela altura, Assumar nutria grande apreço por Antônio Francisco, a quem considerava como um dos mais importantes e abastados sujeitos das Minas, responsável pela governabilidade da capitania e pela imposição dos direitos reais ao longo dos dois mandatos anteriores, especialmente no de Antônio de Albuquerque.⁴⁷⁵ Isso pode ter sido

⁴⁷² Nessa junta, Antônio Francisco da Silva assinou como procurador das vilas do Ribeirão do Carmo e de São João del Rei. APM, SC 06, fl. 79-79v. No Carmo, o procurador fora escolhido em acórdão de 24 de julho de 1717. APM, CMM 02, fl. 161.

⁴⁷³ APM, CMM 02, fl. 164.

⁴⁷⁴ “Diário da Jornada que fez o exmo. senhor dom Pedro... *RSPHAN*, n. 3, 1939, p. 312.

⁴⁷⁵ Em carta ao rei, redigida quando hóspede de Henrique Lopes em Vila Rica, o governador propôs o

decisivo na definição da sede governamental.

O Diário transmite a ideia de que, apesar dos percalços e das dificuldades encontradas pelo caminho, a expedição capitaneada pelo governador fora sempre aguardada e festejada pelos habitantes locais, sem qualquer manifestação aparente de resistência ou protesto. Essa versão omitiu, contudo, um importante relato divergente. A 30 de dezembro, pouco depois de transferir-se da casa de Henrique Lopes para a Vila do Carmo, dom Pedro de Almeida queixou-se ao tio Marques de Angeja, vice-rei na Bahia, acerca de uma notícia que, tornada pública antes de o governador “entrar” nas Minas, “se divulgou por todas as vilas”, segundo a qual Manuel Nunes Viana “vinha a embaraçar meu passo e por toda a parte se segurava geralmente que ele me tinha despachado um correio com uma carta em que me dizia que por hora não era conveniente entrar eu neste governo”. O boato era falso, mas sem dúvida assustara o viajante, que imediatamente escrevera ao vice-rei, solicitando-lhe “dar o remédio [para que] me não visse embaraçado nestas Minas”. Já instalado em seu confortável palácio, o governador enfim desmentiu a notícia e acalmou os ânimos. Alegou saber que, informado dessa voz, o próprio Manuel Nunes “ficara sentidíssimo de que dele se presumisse uma tal coisa”. Por prevenção, a antiga liderança emboaba “quis logo sair deste país antes que eu chegasse, para mostrar a todos a falsidade dos seus discursos e desvanecer as ideias daqueles que talvez nos seus corações desejam sempre a revolução”. O governador aprovou a postura adotada pelo potentado, que, ao se retirar,

nome de Antônio Francisco ao posto de provedor da Fazenda Real e assim justificou a indicação: “neste país se acha o brigadeiro Antônio Francisco da Silva, cujo procedimento me consta tem sido tal que em todas as ocasiões do serviço de V. Majestade se tem mostrado ser entre todos o mais zeloso, como poderão acreditar os dois governadores antecedentes, dom Brás Baltasar da Silveira e Antônio de Albuquerque, e este segundo poderá dizer a V. Majestade que, se o dito Antônio Francisco não fora, pudera ser que na tributação em que então se achava o governo que o não recebessem; e ele com o seu modo e a sua autoridade estabeleceu de formas que sem controvérsia foi bem recebido em todo ele, além de que sendo a natureza dos quintos a que sempre costuma dar maior enfado aos governadores, pois nunca se fez este ajuste, sem que haja sujeitos que o impugnem, ordinariamente se serenam as borrascas que se levantam neste particular por causa de Antônio Francisco da Silva, pois está tão geralmente aceito neste país que tem adquirido nele uma grande autoridade e respeito, e enfim este homem costuma ser o instrumento de que os governadores de V. Majestade se servem para sossegarem todas as matérias dificultosas, em que se conduzem, e ao serviço e maior aumento da Fazenda de V. Majestade, tanto assim que de presente vendo que era opressão dos povos o conduzirem os quintos à sua custa até o Rio de Janeiro, ele fez um termo na secretaria de que se obrigara a concorrer com todos os negros, cavalos e homens armados para a segurança dos quintos, como com efeito já este ano fez esta despesa com tanta generosidade; que sem pedir a V. Majestade nada por este serviço se sacrifica a fazê-lo daqui em diante, sem limitação de tempo, pelo que me parece que nenhuma pessoa seria mais idônea para o emprego de provedor da fazenda real nestas Minas, porque além de ser dos mais ricos homens deste país, em bens móveis e de raiz, nenhum outro pode cobrar com tanta suavidade as rendas de V. Majestade, e é tão abonado que quando seja necessário terá neste país, e no Rio de Janeiro, os fiadores mais abonados, que gostosamente lhe sirvam de fiança.” SOBRE se criar provedor da fazenda para as Minas e ser Antônio Francisco da Silva. Vila Rica, 9 de dezembro de 1717. APM, SC 4, p. 491-92. Antônio Francisco faleceu na Vila do Carmo em 1720, deixando grande plantel de escravos (167 cativos), bens de raiz e muitas armas. A seu respeito, ver VASCONCELOS, D. *História Antiga*... p. 399-400.

possibilitara “que eu não entrasse em cuidado”.⁴⁷⁶

Esse caso demonstrou que, à margem dos registros oficiais, sempre encomiásticos em relação às figuras de capitães-generais, sobrevivia nas Minas um difuso sentimento de aversão à presença de governadores designados pelo rei, considerados potencial ameaça aos interesses de potentados locais e, quiçá, aos de grupos populares, como os escravos, conforme se verá. Se a entrada do governador ensejou a recriação de práticas cortesãs, adaptadas ao meio colonial, nem todos os indivíduos sentiram-se igualmente tocados pelo ideário de Antigo Regime.

⁴⁷⁶ CARTA de dom Pedro de Almeida para o Marques de Angeja. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717. APM, SC 11, fl. 9.

Cap. 7 – “Como se eu estivesse mui distante”: os palácios de Assumar (1718-1721)

(...) eu esperava que essa Vila [Rica], por ser cabeça de uma comarca que em tudo devia servir de exemplo às demais, que nela se não incorressem algumas incurialidades que mando estranhar nas outras, a que não posso tão prontamente acudir com a minha presença; se veja essa tocada dos mesmos males que as outras, como se eu estivesse mui distante.

Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, 1720.

Assumar permaneceu em seu palácio na Vila do Carmo ao longo de boa parte do mandato. Todavia, sempre empreendeu esporádicas e breves viagens a outras localidades das Minas, movido por interesses ou por acidentes políticos de seu governo, que, uma vez alcançados ou contornados, eram seguidos pelo retorno à sede no Carmo. O governador jamais cogitou regressar a São Paulo, como confessou ao ouvidor Pires Pardinho ainda em abril de 1718, posição que manteve mesmo quando pressionado por rebeldes que intentaram espantá-lo de volta ao Planalto Paulista.⁴⁷⁷ No entanto, o maior conflito político enfrentado por sua administração obrigou-o a estar mais tempo fora de seus aposentos, para vigiar de perto a situação de Vila Rica nos meses críticos que sucederam a prisão de Pascoal da Silva Guimarães e o esquartejamento de Felipe dos Santos.

No princípio, após deixar a casa de Henrique Lopes, manteve-se no Carmo por quase cinco meses consecutivos, entre fins de dezembro de 1717 e princípios de maio de 1718. Em janeiro, lavrou de seu palácio o assento de ereção da Vila de São José.⁴⁷⁸ Depois viajou a Sabará (Vila Real) e a Caeté (Vila Nova da Rainha), a fim de conhecer as duas principais vilas da comarca do Rio das Velhas, região que ainda não visitara, por ele considerada “a mais turbulenta” ou “a mais revoltosa, por ficar mais distante”.⁴⁷⁹ Propósito não declarado da jornada foi o de interrogar, pessoalmente, dois ilustres suspeitos, Miguel de Andrade, escrivão da câmara de Vila Rica, e o doutor Antônio de Brito Leiria, que se achavam presos em Sabará desde abril, para lá mandados pelo general, acusados da autoria de “um papel que se assinou em Vila Rica do Ouro Preto sobre se tornar atrás com o estabelecido na Junta”.⁴⁸⁰ O governador hospedou-se em

⁴⁷⁷ PARA o doutor Raphael Pires Pardinho, ouvidor de São Paulo. Vila do Carmo, 22 de Abril de 1718. APM, SC 11, fl. 29.

⁴⁷⁸ ASSENTO que se tomou sobre a criação da Vila de São José do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 19 de janeiro de 1718. APM, SC 06, fl. 88.

⁴⁷⁹ APM, SC 04, p. 465 e 506.

⁴⁸⁰ CARTA de dom Pedro de Almeida ao dr. Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor geral do Rio das Velhas, comunicando-lhe a remessa pelo tenente general João Ferreira Tavares, do preso dr. Antônio de

Vila Real por três semanas, entre 23 de maio e 14 de junho. Onde se hospedou nessa vila? Não sabemos. Àquela altura, Borba Gato talvez estivesse morto, muito embora a data de seu falecimento permaneça um mistério.⁴⁸¹ Em Caeté ficou por apenas quatro dias, entre 15 e 18 de junho. A primeira patente que ali assinou, sugestiva de que tenha sido dada a seu anfitrião, foi a do mestre de campo Manuel Rodrigues Soares.⁴⁸² Até aquele momento, sua relação com o célebre potentado, primo de Manuel Nunes Viana, era de cumplicidade e respeito. Havia pouco, atendendo à súplica do governador, Rodrigues Soares efetuara a prisão do temido assassino e bandoleiro, José Gurgel do Amaral, feito pelo qual Assumar lhe prometera a retribuição de um hábito da Ordem de Cristo, com trinta mil réis de tença efetiva, mercê que, de fato, viria a lograr em 1719. Na condição de hóspede dom Pedro teria deixado em mãos as certidões correspondentes, comprobatórias do serviço, futuramente apensadas ao requerimento.⁴⁸³ Ainda em Catas Altas, sem ter conseguido extrair dos presos de Ouro Preto as informações que desejava, mandou soltá-los.⁴⁸⁴ De retorno às Minas Gerais, passou por Catas Altas e pelo Inficionado, entre 21 e 22 de junho, e três dias depois já despachava a partir da Vila do Carmo. Na prática, esteve na comarca do Rio das Velhas ao longo de um mês, consumido na concessão de patentes e de ofícios.⁴⁸⁵

Estendeu-se então uma longa temporada no Carmo, que perdurou por um ano inteiro. Entre julho de 1718 e o mesmo mês do ano seguinte, Assumar fixou-se no palácio de Ribeirão, com raríssimos e curtos deslocamentos, como o realizado a Furquim, no termo daquela vila, a 24 de setembro de 1718;⁴⁸⁶ ou à Vila Rica, nesse caso, pressionado pelo boato de que uma revolta escrava houvera sido conspirada, com possíveis elos junto à maior concentração de negros existente nas Minas, constituída pelos milhares de cativos que mineravam no Morro de Antônio Dias.

Brito Leiria para ficar incomunicável na cadeia a fim de ser inquerido sobre as pessoas que assinaram em Vila Rica um papel contra deliberações tomadas pela junta. Previne que vá tomando providências para as próximas eleições. Vila do Carmo, 27 de março de 1718. APM, SC 11, fl. 26.

⁴⁸¹ Diogo de Vasconcelos refere-se à morte do sertanista aos 90 anos de idade, em 1718, quando ocupava o posto de juiz ordinário de Vila Real. Outra versão aponta-o vivo até 1734, a residir num sítio afastado de Sabará, já destituído da riqueza que acumulara nos tempos áureos. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 208. *Relatos Sertanistas*. Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 54. Ver ainda FRANCO, F. A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989, p. 182.

⁴⁸² PATENTE de mestre de campo do terço auxiliar de Vila Nova da Rainha, passada a Manuel Rodrigues Soares. Vila Nova da Rainha, 15 de junho de 1718. APM, SC 12, fl. 50v.

⁴⁸³ SOBRE a prisão de José Gurgel do Amaral. Vila do Carmo, março de 1718. APM, SC 4, p. 506-07. Habilitações de Manuel Rodrigues Soares. ANTT, HOC, Letra M, mç. 45, doc. 45.

⁴⁸⁴ ORDEM para se soltar Antônio de Brito Leiria e Miguel de Andrade. Vila Nova da Rainha, 15 de junho de 1718. APM, SC 11, fl. 35.

⁴⁸⁵ APM, SC 12, fls. 45-56.

⁴⁸⁶ APM, SC 11, fl. 56v.

A notícia de que uma sublevação geral havia sido conspirada por africanos em diferentes partes das Minas tornou-se pública na quaresma de 1719, a partir do dia 21 de março. As denúncias recaíam sobre escravos residentes nas regiões de São João Del Rei, no Rio das Mortes, onde o plano fora descoberto; e ainda de Furquim, Itaubira, São Bartolomeu e Vila Rica, nas Minas Gerais. Tão logo soube do caso, o governador decidiu fazer-se presente na vila vizinha. “Eu parto para o Ouro Preto, porque o Morro chamado de Pascoal da Silva, onde mineram três mil e tantos negros, pode aqui ser o de maior cuidado”, informou ao ouvidor Valério da Costa Gouvêa. Se necessário, também iria ao Rio das Mortes e “será bom que vossa mercê divulgue logo que eu parto já, porque assim cobrarão mais ânimo os brancos e talvez sossegarão os negros”.⁴⁸⁷ Em junho, em carta a Bartolomeu de Souza Mexia, Assumar declarou ter ido “pessoalmente” a Vila Rica inspecionar o Tapanhuacanga. As ordenanças deram busca no Morro, atrás de armas pertencentes aos escravos, porém “mui poucas se lhes acharam, sendo lhes fácil o escondê-las nas casas subterrâneas que fabricam com o mesmo exercício de minerar”. Apesar disso, aprisionaram-se “vários negros e negras, não só da dita Vila e Morro, mas por muitas partes”. Outros escravos acusados de práticas desordeiras foram castigados por seus próprios senhores.⁴⁸⁸ Ainda no termo de Vila Rica, detiveram-se negros em Itaubira e São Bartolomeu.⁴⁸⁹

A assistência de Assumar em Vila Rica não foi registrada na secretaria de governo. Em seus despachos, há lapso de uma semana, entre 25 de março e 2 de abril de 1719, durante o qual, possivelmente, o governador esteve ausente do Carmo.⁴⁹⁰ Suas primeiras comunicações expedidas a partir dessa data falam abertamente na existência de “indícios mui veementes” em Ouro Preto e em São Bartolomeu, atestadores de que negros dessas localidades também seriam partícipes do movimento.⁴⁹¹ Imediatamente designou ao ouvidor da comarca, residente em Ouro Preto, a abertura de devassa.⁴⁹² Em fins de abril, porém, com o afastamento do magistrado, a investigação foi transferida à responsabilidade do juiz ordinário de Vila Rica, João Antunes Colaço, com assessoria do escrivão da câmara.⁴⁹³ O processo resultou na prisão de um número incerto, mas

⁴⁸⁷ PARA o ouvidor geral do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 24 de março de 1719. APM SC 11, fl. 118v.

⁴⁸⁸ PARA Bartolomeu de Souza Mexia. Vila do Carmo, 1º de junho de 1719. APM, SC 11, fl. 132.

⁴⁸⁹ PARA o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 14 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 124-24v.

⁴⁹⁰ Faz exceção a provisão passada a 30 de março, sem indicação de local, para o ofício de escrivão da câmara de Vila Rica, concedida a José Correia Lima. APM, SC 12, fl. 76v.

⁴⁹¹ PARA o mesmo [ouvidor da comarca do Rio das Mortes]. Vila do Carmo, 3 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 119-19v.

⁴⁹² PARA o ouvidor-geral do Ouro Preto. Vila do Carmo, 7 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 123.

⁴⁹³ PARA o juiz ordinário de Vila Rica, João Antunes. Vila do Carmo, 22 de abril de 1719. ORDEM para

virtualmente significativo, de lideranças africanas procedentes da Costa da Mina. São conhecidos os nomes de apenas três acusados, todos residentes em Itaubira: “um negro forro de nação Mina chamado Manoel, casado com uma negra forra, por nome Mariana em cuja casa se ajuntam os mais da mesma nação, causando com os seus folguedos, e insolências, grande perturbação aos moradores”. Além do casal, outra negra mina chamada Isabel, moradora na mesma casa, também “intervinha” na conjuração, para a qual Manoel Mina “estava eleito entre os mais por cabeça”, responsável pela “sublevação dos negros daquele distrito”.⁴⁹⁴ Na falta das informações apuradas na devassa, dispomos de dados fragmentários, provindos da pena do governador. A repressão parece ter sido particularmente atenta àqueles negros investidos nos postos de “reis”, “rainhas” e “príncipes”. Segundo Assumar, os conspiradores “tinham nomeado em todos os distritos reis, príncipes e oficiais militares e outros empregos, [e] tinham feito prevenção de algumas armas, pólvora e bala, bandeiras e insígnias”.⁴⁹⁵ Fato relevante foi o de que todos os envolvidos no caso, inclusive os escravos oriundos da comarca do Rio das Mortes, ficaram presos na cadeia de Vila Rica.

A conspiração escrava de 1719 foi abordada em diversos estudos e por diferentes ângulos.⁴⁹⁶ Pouca atenção se deu, contudo, aos vínculos desse movimento junto ao principal aglomerado de escravos de Minas Gerais, concentrado no Morro de Tapanhuacanga. Importa considerar que a prisão de lideranças escravas nesse local é, sem dúvida, um dado a ser levado em conta na compreensão da revolta de Vila Rica, deflagrada um ano depois, com a participação maciça de africanos ali residentes. Na historiografia mais recente, grupos populares atuantes nessa sublevação tiveram suas motivações políticas menosprezadas, entendidas por mero instrumento a serviço de senhores, comerciantes, potentados e demais “cabeças” ligadas aos estratos dominantes, a quem estavam subordinados por laços de clientela, próprios das sociedades de Antigo Regime.⁴⁹⁷ Essa leitura, em grande parte reprodutora de preconceitos sociais afirmados

José Correia Lima servir como escrivão da câmara, para assistir na devassa da sublevação dos negros. Vila do Carmo, 24 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 126v.-27.

⁴⁹⁴ PARA o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 14 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 124-24v.

⁴⁹⁵ PARA Bartolomeu de Souza Mexia. Vila do Carmo, 1º de junho de 1719. APM, SC 11, fl. 132.

⁴⁹⁶ Recente abordagem do tema, com balanço de sua historiografia, consta na tese de RODRIGUES, G. R. *Escravos, índios e soldados: povo, política e revoltas na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado em História, p. 127-170.

⁴⁹⁷ Seguindo, em grande parte, a interpretação feita por Maria Verônica Campos, de que interesses comerciais e de grandes comerciantes haviam pautado a sublevação de 1720, trazendo à reboque a participação popular, tida por passiva e desprovida de interesses próprios, Kelmer Mathias considerou que o movimento rebelde foi “uma revolta fundamentalmente de elite”. Leituras originais, com perspectivas opostas, foram realizadas por Renato da Silva Dias e Pablo Luiz de Oliveira Lima. A partir da

nas fontes de época, foi omissa na identificação dos interesses próprios partilhados por escravos, agregados e pobres livres, conjuntos populares que constituíram, por sinal, o grosso da multidão presente nos motins e levantes.⁴⁹⁸

Ignoramos se algum escravo pertencente a Henrique Lopes de Araújo foi acusado e tampouco sabemos quais senhores de Vila Rica tiveram cativos seus envolvidos. Assumar relatou que, assim como o ouvidor do Rio das Mortes, Valério da Costa Gouvêa, que tivera negros seus aprisionados, ressentindo-se disso, certos juizes ordinários eram “suspeitosos” no caso, pois haviam se tornado parte interessada na preservação de seus escravos – mas não especificou se Pascoal da Silva Guimarães, juiz ordinário de Vila Rica, se incluía entre eles.⁴⁹⁹ Tudo indica que sim. As intervenções efetuadas no Morro eram, de toda forma, um claro desafio à autonomia com que, até o momento, o mestre de campo dominava aquela área. É conhecida a descrição dada pelos autores anônimos do *Discurso Histórico e Político*. Pascoal da Silva emprestara nome ao Morro porque “sempre o tiranizava, querendo à força fazer-se senhor da maior parte dele”. O potentado controlava todas as lojas e vendas da localidade, proibindo que comerciantes rivais se inserissem no mercado. Esses estabelecimentos eram mais que simples pontos comerciais. Abrigavam escravos fugidos, que lá encontravam refúgio seguro e intocável, a fim de apropriarem-se de jornais sonegados a seus senhores.

conspiração escrava de 1719, Renato Dias destacou o confronto entre duas identidades escravas nas Minas, a “étnica”, trazida pelos africanos, e a “colonial”, a requerer pertencimentos múltiplos. Entendendo que a cultura religiosa escrava também teve implicações políticas, como indicava o hábito de eleição de reis negros, promovido por irmandades religiosas, o autor argumentou que, longe de servir como instrumento pedagógico ou de controle social, a religiosidade permitiu aos escravos reinterpretar e reconstruir suas identidades, apropriando-se à sua maneira da religião e das festas católicas, protegendo-se dos senhores e reafirmando direitos sociais. Por sua vez, Pablo Lima atribuiu à necessidade de alimentar o “medo” de uma revolta escrava boa parte do ímpeto do governador em afirmar a realidade da conspiração de 1719, cuja dimensão foi botada em causa pelo autor. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/ USP. 2002, p. 247. MATHIAS, C. L. K. “No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII.” In: FRAGOSO, J. & ALMEIDA, C. & SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222. Do mesmo autor, *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado, p. 92. DIAS, R. S. “Príncipes negros nas festas de brancos: Poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas”. *Almanack*, nº 2, 2011, p.114-125. LIMA, P. L. de O. *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769)*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Tese de Doutorado, p. 94-117.

⁴⁹⁸ GASPAR, T. S. *Palavras no chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 97-109.

⁴⁹⁹ “É conveniente que V. Majestade previna o que quer que se obre quando os ouvidores são parte [interessada] ou pessoas da sua obrigação, como tem já sucedido, e presentemente sucedeu que os negros do ouvidor do Rio das Mortes eram cúmplices na sublevação e os juizes da[s] vila[s], suspeitosos, se neste caso pode o governador mandar um dos ouvidores das outras comarcas a tomarem o que lhe não toca (...)” SOBRE várias matérias pertencentes à administração da justiça. Vila do Carmo, 12 de maio de 1719. APM, SC 04, p. 626.

Outros funcionavam como “lupanares” e prostíbulos, devidamente habitados por “negras gentis”. Em suma, a “povoação de Pascoal da Silva” constituía uma “cidadela” ou “um baluarte contra os assaltos da justiça, que lá não podia entrar”. Acolhia e protegia pessoas endividadas, criminosos e ladrões, e rechaçava a entrada de oficiais de justiça, que não ousavam chegar aos “portais da sua casa”.⁵⁰⁰ Nas palavras do governador, as casas e minas ali existentes “parecem mais cavernas de feras que domicílio de homens”.⁵⁰¹ Tratava-se de um enclave, um “território de mando”, um “polo privado” de poder, semelhante aos que se formaram ao redor de outros potentados, como Manuel Nunes Viana.⁵⁰² A especificidade de Pascoal da Silva advinha de que sua área de influência incrustava-se no coração do território, em sua parte mais densamente povoada e mais rica, marcada por ostensiva presença de instituições monárquicas e pela proximidade de funcionários régios.

Enquanto ainda administrava o problema relativo aos escravos, Assumar teve de lidar com outros desafios, provocados por uma série de ordens polêmicas oriundas de Lisboa, que alteraram matérias sensíveis. As incumbências de modificar o sistema de arrecadação dos quintos, implantando método de cobrança por meio de casas de fundição, suspender patentes militares que estivessem sem corpos organizados e expulsar das Minas todos os padres desprovidos de emprego religioso surpreenderam o governador em sua residência na Vila do Carmo. A 16 de junho de 1719, receberam-se em palácio vinte e três procuradores, responsáveis por endossar a vontade real e programar a construção das fundições.⁵⁰³ A reunião dos três ouvidores de comarca, chamados à conferência, teria propiciado a consumação de outro projeto desejado pelo governador: a organização de “junta de justiça” aplicada ao julgamento dos negros acusados de envolvimento na conspiração escrava.⁵⁰⁴

Pressionado pelas novas ordens, o general pôs o pé na estrada. No dia 20 de julho de 1719, já em viagem, passou por Vila Rica.⁵⁰⁵ A 24 desse mês, hospedou-se no

⁵⁰⁰ *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 71-73.

⁵⁰¹ PARA os oficiais da câmara de Vila Rica. Vila Rica, 22 de julho de 1720. APM SC 11, fl. 248.

⁵⁰² ANASTASIA, C. *Vassalos Rebeldes*. Belo Horizonte: Arte, 1998; SILVA, C. N. da. “Homens Valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas”. *Vária História*, n. 24, p. 75-89, 2001; SILVA, C. N. da. “Autoridade Mestiça: Territórios de Mando no sertão do São Francisco.” *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 2009.

⁵⁰³ TERMO sobre quintos e Casas de Fundição. 16 de junho de 1719. APM, SC 06, fl. 91-93.

⁵⁰⁴ SOBRE o remédio que se deve dar aos crimes que cometem os negros. Vila do Carmo 21 de junho de 1719. APM SC 04, p. 659-60.

⁵⁰⁵ APM, SC 12, fl. 79.

sítio de Amaro Ribeiro e cinco dias depois pisava na Vila de São João Del Rei.⁵⁰⁶ Não sabemos quanto tempo permaneceu nessa vila, pois, enquanto ali esteve expediu poucas patentes, a indicar que o propósito de sua viagem era outro. “Eu vim a esta comarca não só porque havia muito tempo que a ela não tinha vindo, mas principalmente para ver aonde se devia erigir uma Casa de Fundação”, confessou em carta a Ayres de Saldanha.⁵⁰⁷ A 16 de agosto havia se transferido à Vila de São José, onde ficou por pelo menos quatro dias. A 22 desse mês, regressou a São João, onde designou por regente o capitão-mor Pedro Pereira de Miranda, antes de partir de volta ao Carmo.

Outra vez a estada na comarca do Rio das Mortes caracterizou-se por luxo, ostentação e abastança. Na recepção a Assumar, a câmara de São João gastou 275 e a de São José, 419 oitavas de ouro, totalizando 694 oitavas, que, em moeda, valeriam mais de um conto de réis (1:041\$000 rs.). Dentre as muitas “miudezas” e “coisas” adquiridas para a “aposentadoria” do governador, constava um “cortinado” – possivelmente de damasco carmesim – no valor de sessenta oitavas de ouro, destinado a ornar o leito governamental. O orçamento das duas passagens do governador pelo Rio das Mortes, em novembro de 1717 e em agosto de 1719, montou a 1.370 oitavas de ouro, fortuna equivalente a dois contos de réis.⁵⁰⁸ Alguns anos depois, quando o ouvidor verificou a conta financeira das câmaras de São João e de São José, repassando os dados a Lisboa, o Conselho Ultramarino e o rei reagiram negativamente e reprovaram as despesas contraídas naquelas ocasiões, “porque se viu serem excessivas”. Nas entradas e visitas de capitães-gerais, as câmaras eram obrigadas a fornecer “casas e camas” ao governador e aos membros de sua comitiva durante a estadia, mas “os ornatos das ditas casas sejam com tal moderação que se não façam gastos exorbitantes mais que somente aqueles que forem precisos”.⁵⁰⁹

O período seguinte foi marcado por pequenos conflitos, que prenunciaram a vinda de tempos difíceis. De setembro de 1719 até o assalto à Vila Rica, a 16 de julho de 1720, quando ordenou o incêndio ao arraial de Pascoal da Silva e a execução de Felipe dos Santos, o governador tornou a estar sediado no palácio do Carmo. Entretanto, viu-se obrigado a dar constante assistência em Ouro Preto. As perseguições, prisões e sentenças de negros envolvidos na ameaça de rebelião escrava demandaram cuidados.

⁵⁰⁶ APM, SC 11, fl. 142v.-143.

⁵⁰⁷ PARA Aires de Saldanha de Albuquerque, governador do Rio. São João Del Rei, 29 de julho de 1719. APM, SC 11, fl. 143.

⁵⁰⁸ AHU, MG, cx. 1, doc. 65.

⁵⁰⁹ ORDEM régia determinando que as câmaras terão de fornecer casa e cama ao governador e sua comitiva quando lá for e que os ornatos sejam mais modestos evitando despesas. Lisboa, 13 de setembro de 1723. APM, SC 05, fl. 9. Ver ainda AHU, MG, cx. 3, doc. 24.

Em novembro 1719, o governador promoveu a mais severa ofensiva a cercar direitos sociais usufruídos por escravos nas Minas. Organizaram-se várias expedições de caça e destruição de quilombos. Em fins de outubro, as preocupações recaíram sobre grupos de negros calhambolas que, nas proximidades de São Bartolomeu e da Serra do Caraça, assaltavam passageiros.⁵¹⁰ Atento ao crescente clima de insatisfação entre os cativos, o governador dirigiu-se a Vila Rica, onde ficou por dois dias, 21 e 22 de novembro. “Como esta matéria dos negros me trás sempre a cabeça à venda, vim a esta Vila [Rica] para que não tornasse a haver outro labirinto como o passado”, declarou ao ouvidor do Rio das Mortes. Ali, fez remeter ao Rio de Janeiro, em correntes, os negros sentenciados.⁵¹¹ Em posse desses, sequestrara-se a quantia de sete libras de ouro, bagatela correspondente a oitocentas e noventa e seis (896) oitavas de ouro, que poderiam valer até um conto e trezentos mil réis (1:344\$000 rs.). Na opinião do governador, o acúmulo de tão avultada quantia não podia ter se dado por meios lícitos, considerando que os mesmos escravos ainda pagavam ordinariamente a faisqueira a seus senhores. A remessa dos presos para fora das Minas tolheria aos demais escravos o “considerarem estes por cabeças”.⁵¹² Poucos dias depois de tornar ao Carmo após a sentença das lideranças, Assumar escreveu a todos os vigários das Minas, proibindo-lhes o aceite de padrinhos “de cor” em batismos e casamentos de escravos. Como prestassem mais obediência e reverência aos parentes de pia (“espirituais”), do que aos próprios senhores, os escravos acabavam “subordinados a outros que são os seus padrinhos, e ordinariamente entre eles de maior respeito”.⁵¹³ Ainda no calor desse momento, reabilitou-se a criminalização das festas e músicas promovidas por escravos, tal como prescrito no título 70, livro quinto, das *Ordenações Filipinas*.⁵¹⁴ E, por fim, o

⁵¹⁰ PARA o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 31 de outubro de 1719. PARA o ouvidor geral desta comarca [de Ouro Preto]. Vila do Carmo, 31 de outubro de 1719. PARA o doutor Jerônimo Corrêa de Amaral, ouvidor do Rio das Mortes. Vila Rica, 22 de novembro de 1719. PARA o ouvidor geral da comarca do Rio das Velhas. Vila Rica, 21 de novembro de 1719. APM, SC 11, fls. 163v; 168v; 170-71.

⁵¹¹ PARA o ouvidor do Rio das Mortes. Vila Rica, 22 de novembro de 1719. APM, SC 11, fl. 171v.

⁵¹² PARA o ouvidor geral desta comarca [de Ouro Preto]. Vila do Carmo, 13 de novembro de 1719. APM, SC 11, fl. 168v.

⁵¹³ PARA o vigário da vara de Vila Real (e da mesma forma se escreveu a todos os vigários da vara destas Minas; ao desta vila, Ouro Preto, e Rio das Mortes com data de 27 do corrente). Vila do Carmo, 26 de novembro de 1719. APM, SC 11, fls. 171v.-72v.

⁵¹⁴ “Que os escravos não vivam por si e os negros não façam bailes em Lisboa: nenhum escravo, nem escrava, cativo, quer seja branco, que preto, viva em casa por si; e se seu senhor lho consentir, pague de cada vez dez cruzados, a metade para quem o acusar, e a outra para as obras da cidade, e o escravo ou escrava seja preso e lhe deem vinte açoites ao pé do Pelourinho. (...) E bem assim na cidade de Lisboa, e uma légua ao redor, se não faça ajuntamento de escravos, nem bailes, nem tangeres seus, de dia, nem de noite, em dias de festas, nem pelas semanas, sob pena de serem presos, e de os que tangerem, ou bailarem, pagarem cada um mil réis para quem os prender, e a mesma defesa se entenda nos pretos forros.” *Ordenações Filipinas*, Livro V, Título LXX. Disponível na internet. Endereço eletrônico:

general investiu contrariamente às alforrias, a proibir que escravos comprassem a própria liberdade, sem consentimento prévio do preposto régio.⁵¹⁵

Até a revolta, o governador empreendeu outras duas visitas a Ouro Preto, todas de curta duração, entre 5 e 6 de março e, por fim, entre 18 e 22 de junho de 1720, retirando-se de volta ao Carmo poucos dias antes de os negros residentes no Morro de Antônio Dias sublevarem a vila.⁵¹⁶ Na primeira ocasião, a presença em Vila Rica buscava atalhar uma série de queixas e denúncias contra a leniência dos juízes ordinários da câmara, que vinham deixando sem investigação e sem julgamento homicídios, assaltos e outros crimes cometidos por escravos e calhambolas. Os oficiais agiam “como se eu estivesse mui distante”, alfinetou o governador.⁵¹⁷ Um dos dois juízes repreendidos, João da Silva Guimarães, filho de Pascoal da Silva e, assim como o pai, proprietário de escravos e de terras minerais no Tapanhuacanga, cerraria as fileiras rebeldes dentro em pouco.

Antes disso, porém, celebraram-se na Vila do Carmo, a 17 de abril de 1720, os anos da senhora Condessa, festejados em natalício ausente. O mestre de campo de Vila Rica propusera-se a organizar as “comédias” e “outros acessórios” da festa nobre. Fizera convites a “uns e outros” e, segundo Assumar, aproveitara-se da incumbência para “examinar os ânimos”, atraindo para si os que descobrisse desgostosos com o governador. Em meio à festa, dentro do palácio, como um conspirador cortesão Pascoal da Silva chegou a “brindar” contra a vida do Conde, oferecendo arroba de ouro ao funcionário da casa que deixasse pousar aberta a porta de entrada. Traíçoeiro e dissimulado, o conviva tramava em segredo a “ofensa” ao mesmo tempo em que explicitava em público a “lisonja”.⁵¹⁸ Terá sido Henrique Lopes um dos convidados presentes à festa? Não sabemos.

A última estada de Assumar em Vila Rica antecedeu de pouco o levante. O intendente incumbido da montagem das Casas de Fundação, Eugênio Freire de Andrade, chegara dia 14 de junho e, dois dias depois, se encontrou com Assumar na Vila do Carmo. Entre 18 e 22 de junho ambos estiveram em Ouro Preto, onde receberam cunhos e demais apetrechos, enviando-os imediatamente às respectivas comarcas. O governador

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1218.htm>. Acesso: 25 de agosto de 2015. APM, SC 11, fl. 172v.

⁵¹⁵ LIMA, P. L. de O. *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769)*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Tese de Doutorado, p. 108-09.

⁵¹⁶ APM, SC 12, fls. 81v.-83v.

⁵¹⁷ PARA os juízes ordinários de Vila Rica. Vila do Carmo, 29 de fevereiro de 1720.

⁵¹⁸ *Discurso Histórico e Político...* p. 69.

acompanhou o intendente ao longo de quatro dias, durante os quais visitaram o imóvel ofertado pelo ex-ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, prédio recusado por Freire de Andrade, tido por incapaz de sediar a principal Casa de Moeda e de Fundição, de feitos “improporcionados para o fim a que se destinava e de muito débil formação”.⁵¹⁹ Estava em jogo o local de construção da Casa de Moeda, única a ser construída nas Minas. Esse imóvel havia de estar situado na comarca de Ouro Preto “como aquela que está no centro destas Minas”. O intendente opinara que esse edifício melhor existiria na Vila do Carmo, onde “pode ficar mais comodamente”. Em comparação com Vila Rica, o Carmo era povoação “mais espaçosa e mais plana”. Ali a Casa de Moeda poderia ser “mais segura e mais guardada”. Por praticidade, esse edifício também havia de abrigar uma fundição, onde se recolheria o quinto. O governador prometera aos oficiais da câmara do Carmo a concessão de privilégios, desde que se responsabilizassem pela obra. Além disso, alertou-os sobre “o quanto convém à conservação da mesma vila que a Casa de Moeda esteja nela, o que também fará que os governadores meus sucessores daqui em diante façam nela a sua habitação”. Vale dizer, a escolha do local de instalação da Casa de Moeda e Fundição implicava determinar a residência do capitão-general. Inegavelmente Assumar instrumentalizava a situação. Sabedor de que a proximidade do governador parecia vantajosa a certos homens principais, fazia uso político desse interesse, a fim de poupar dispêndios à Fazenda Real. Feito o acordo no Ribeirão, dom Pedro cogitava ir até o Rio das Velhas, acompanhado do superintendente, “a procurar os meios para ali se estabelecer a Casa que nela há de servir de fundição”.⁵²⁰ Entretanto, a viagem a Sabará jamais se concretizou.

Pouco depois de Assumar tornar ao Carmo, rompeu-se o movimento rebelde em Ouro Preto. Entre 29 de junho e 14 de julho de 1720, o governador esteve enclausurado, cercado e ameaçado por sublevados que ousaram chegar às portas do palácio. Nesse período, sua permanência nas Minas foi colocada em causa e a opção de retirar-se para São Paulo, mantendo intacta a homenagem, não deixou de ser seriamente considerada. Contudo, tendo aprisionadas as principais lideranças desde a madrugada de 14 de julho, o governador pôde preparar cuidadosamente sua entrada triunfal em Vila Rica, efetuada dois dias depois. Ali ficou pelos próximos cinco meses e meio, ao longo dos quais cuidou pessoalmente das diligências relativas à investigação, repressão e punição

⁵¹⁹ SOBRE a chegada de Eugênio Freire às Minas e mais oficiais e cunhos para as Casas de Fundição. Vila do Carmo, 20 de junho de 1720. APM, SC 04, p. 814-16.

⁵²⁰ SOBRE a chegada de Eugênio Freire às Minas e mais oficiais e cunhos para as Casas de Fundição. Vila do Carmo, 20 de junho de 1720. APM SC 04, p. 816-19. SOBRE os privilégios que pedia a câmara da Vila do Carmo. Vila do Carmo, 28 de junho de 1720. APM, SC 04, p. 827-28.

exemplar dos delitos atribuídos aos indivíduos implicados nos motins. Tratou também de negociar uma nova configuração geopolítica dos espaços de poder. Enquanto existiu nessa vila, domiciliou na casa que lhe fora construída, em 1717, por Henrique Lopes de Araújo, de onde viu arder o Morro de Pascoal da Silva, encosta acima. Tudo indica que, durante as agitações rebeldes, o complexo militar pertencente ao capitão-mor de Vila Rica tenha se demonstrado núcleo dificilmente expugnável, fator que realçou sua importância estratégica.

A Revolta de Vila Rica representou ponto de viragem na presença física, geopolítica e simbólica do governador no interior das Minas de Ouro. Antes, durante e depois desse conflito, estiveram em jogo diferentes perspectivas de permanência e mesmo de supressão da autoridade governamental. A repressão ao movimento garantiu em definitivo a fixação do governador, sepultando as ameaças de destituição e/ou de afastamento e fragilizando as ambições de autogoverno alimentadas por potentes locais. Estabeleceu-se, por fim, o centro político da nova capitania de Minas Gerais, que, uma vez fixado, perdurou por todo o período colonial.

Certos episódios dessa revolta, cujo enredo geral já foi sobejamente descrito na historiografia, envolveram os palácios de governo.⁵²¹ Saídos do Tapanhuacanga à meia noite, sob a liderança de seis ou sete mascarados e acompanhados de muitos escravos armados, os amotinados invadiram e depredaram a residência do ouvidor Martinho Vieira. Também investiram contra as casas de Bartolomeu Biz, vizinho do ouvidor, e do doutor Agostinho Guido, que tinha propriedade no arraial de Antônio Dias, ambos desafetos de Pascoal da Silva Guimarães.⁵²² Como o ouvidor não se encontrava em nenhum desses imóveis, os invasores foram até a casa “em que assistia o Conde quando vinha a Vila Rica”, na expectativa de lá descobrirem Martinho Vieira e Bartolomeu Biz. Eles não estavam, mas mesmo “não achando um nem outro, não se atreveram a fazer aqui a mínima desordem, reverenciando como sagrado o lugar que algumas vezes

⁵²¹ As principais obras a respeito são VASCONCELOS, D. de *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 351-82. CARVALHO, F. de. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933. ANASTASIA, C. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998, p. 45-59; SOUZA, L. de M. e “Estudo Crítico”, *Discurso Histórico e Político...* p. 13-56; CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/ USP. 2002, p. 214-54; MATHIAS, C. L. K. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado. CASTRO, J. H. F. de *A Repressão à Revolta de Vila Rica de 1720: Perdão e Punição sob a Ótica da Justiça no Império Ultramarino Português*. Rio de Janeiro, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. (Dissertação de Mestrado em História Social).

⁵²² O relato das casas invadidas está em *Discurso Histórico e Político...* p. 77. Em 1715, doutor Agostinho Guido pagou quatorze oitavas de ouro por posse de escravos nessa freguesia. APM, CMOP 02.

privilegiara a presença do Conde”. O núcleo imune à fúria rebelde era, provavelmente, o complexo residencial de Henrique Lopes de Araújo, onde o governador se hospedara no mês de dezembro de 1717 e nas visitas esporádicas que fizera à Vila Rica. Esse fato comprovava, segundo o *Discurso Histórico e Político*, que o governador mantinha-se “temido e respeitado”, mesmo por rebeldes, que não ousaram profanar o solo onde a autoridade estivera. Temor e respeito eram atributos maquiavélicos muito adequados à prática política de “príncipes”, “de tanta importância para a sua conservação”.⁵²³

É pertinente propor, todavia, outro ponto de vista acerca desse episódio. A propriedade em que o governador se hospedara teria sido preservada apenas por respeito e temor à sua figura e por considerar-se “sagrado” o lugar no qual pernoitara algumas vezes? É possível que não. Erigido em estilo marcial e guarnecido pelo maior plantel de escravos pertencente a um único senhor no termo de Vila Rica, o complexo militar onde residia o capitão-mor parece ter se transformado num enclave.⁵²⁴ Posteriormente, Henrique Lopes juntou certidões comprobatórias de sua fidelidade, nas quais alegou ter enfrentado os sublevados no interior da vila insurgente e ali “lhes sair ao encontro a capacitá-los e persuadi-los à obediência que deviam a S. Majestade, mandando ao mesmo tempo pôr guardas à cadeia desta Vila e aos quintos reais”.⁵²⁵ Pela “constância e fidelidade com que seguia o partido do Conde governador”, o capitão-mor estivera em apuros, “em termos de ser morto”.⁵²⁶ Verdadeiras ou falsas e à revelia dos riscos que alegou ter corrido, suas declarações denotam o seu poder pessoal e supõem a capacidade de rechaçar possíveis ofensivas que lhe fossem dirigidas pelos rebeldes, por dispor de recursos propícios à sua defesa. As ruínas do Palácio Velho deixam entrever, ainda hoje, vestígios de seu antigo partido bélico, conforme atestam as Figuras 9 e 10.⁵²⁷

Os amotinados também ameaçaram a residência oficial no Carmo. Procuradores do povo entrevistaram-se, em duas ocasiões, com o capitão-general no interior do palácio. Na primeira, dois procuradores letrados, José Peixoto da Silva e José Ribeiro Dias, e o sargento-mor Antônio Martins Leça pressionaram-no a dar resposta às exigências que lhe foram entregues na manhã de 29 de junho. O governador concedeu o perdão, lavrado em termo no qual se reconhecia que os rebeldes ocupavam “as

⁵²³ *Discurso Histórico e Político...* p. 89.

⁵²⁴ Nos quintos de 1721, Henrique Lopes deu a rol o maior plantel de escravos do termo de Vila Rica, formado por oitenta cativos. Ver APM, CMOP 11.

⁵²⁵ PATENTE de Henrique Lopes de Araújo. Vila Rica em 30 de setembro de 1732. APM, SC 15, fl. 97v.

⁵²⁶ PATENTE de Henrique Lopes. Vila Rica a 11 de setembro de 1721. APM, SC 21, fls. 48v-49v.

⁵²⁷ Segundo Sylvio de Vasconcelos, o sítio do Palácio Velho era “área cercada de altos muros de alvenaria de pedra com ruínas no interior. Nos muros se encontram ainda hoje as seteiras das sentinelas, sua guarita e os remanescentes de uma fonte”. CARTA de Sylvio de Vasconcelos. 22/04/1967. IPHAN/13^a/ACDI/POP/PV/HL.

montanhas mais fragosas deste país, seguros todos os desfiladeiros por onde com outra gente podiam ser atacados”. Uma ofensiva nessas circunstâncias traria “estrigo mui geral”.⁵²⁸ No mesmo dia, publicou-se edital que comunicava o adiamento do sistema por Casas de Fundição.⁵²⁹ Mas nem o perdão nem o edital surtiram o efeito desejado. Exigiu-se a presença do governador em Vila Rica, para que lá, defronte ao povo, confirmasse os indultos. Temeroso de que pudesse vir a ser coagido, violentado, aprisionado, expulso ou até mesmo assassinado, caso fosse à vila insurgente e caísse em poder dos sublevados, Assumar esquivou-se da exigência. No dia seguinte, buscaram-no à Vila do Carmo. Um tropel formado por cerca de mil e quinhentas pessoas, muitas delas armadas, entre as quais se perfilava “todo o povo do Ouro Preto e de algumas partes do seu distrito”, além de camaristas, trazidos à força, se direcionou ao Ribeirão.

Figura 10. Ruínas de seteiras militares no interior do Palácio Velho. Autoria: Tatiana de Souza Gaspar e Heitor Kooji Mello Matsui, 2014.

Figuras 11 e 12. Vistas de Ouro Preto (Freguesia de Antônio Dias) a partir de seteira militar situada em muro do Palácio Velho. Autoria: Bruno Tropa Caldas, 2009.

⁵²⁸ TERMO de perdão dado ao povo de Vila Rica na ocasião em que se levantou. 1º de Julho de 1720. APM, SC 06, fl. 94-94v.

⁵²⁹ SOBRE o levantamento do Povo de Vila Rica. Vila do Carmo, 3 de julho de 1720. APM, SC 04, p.

No palácio, assim que se soube da vinda do povo de Ouro Preto, tomaram-se precauções defensivas. Uma companhia de dragões, apeada dos cavalos, montou guarda defronte à loja, no piso térreo, assegurando a varanda aos fundos e as três portas que davam para a rua. Os homens principais que se achavam na vila acorreram em socorro, acompanhados de seus escravos armados. Armazenaram-se em palácio pólvora, balas e munições de boca. Também se fortificaram as duas casas vizinhas ao sobrado governamental. O poder de fogo acumulado permitiria “grande resistência, no caso que o povo intentasse qualquer disputa”.⁵³⁰ A proteção aos fundos do palácio coube ao ajudante de tenente José Martins Figueira e a doze soldados de sua companhia, que vedaram a varanda e a escada de acesso, aberta para o campo, por onde o prédio “podia ser surpreendido por rebeldes quando o intentassem”.⁵³¹

Servindo-se de diversos expedientes, o governador procurou evitar, primeiramente, a entrada do povo amotinado na Vila do Carmo e, em seguida, a sua aproximação em relação ao palácio. Temia-se que, no interior da vila, os visitantes pudessem sublevar os moradores ou mesmo investir contra a casa do capitão-general. Felipe dos Santos, mais exaltado integrante do tropel, conspirava dar assalto armado à residência oficial, aproveitando-se do tumulto popular, projeto abortado, entretanto, por intervenção de Manuel Gomes da Silva. Entre os rebeldes permanecia válido, em todo caso, o acordo de que, na hipótese de recusa ao termo de exigências, Assumar seria intimado a se retirar das Minas. A câmara de Ribeirão, armada com o estandarte real, e algumas pessoas principais foram enviadas à entrada da vila para deter o movimento e estacá-lo fora da povoação. Não se conseguindo êxito em barrá-lo e com a multidão já dentro da vila, fizeram-se mais duas tentativas de pará-la, ambas com o ajudante de tenente Martins Figueira. O militar propôs que os povos estacassem onde estavam, sem avançar, e remetessem seu procurador ao palácio. Entretanto, sob o argumento de que desejavam “ouvir o perdão da boca do seu general”, eles seguiram jornada até o centro da vila.⁵³²

Antes que os rebeldes se avizinhassem, Assumar deixou-se ver à janela do sobrado. Dentro do palácio, essa opção fora polemicamente debatida e as opiniões se dividiram. Aconselhou-se ao general não falasse e tampouco se expusesse à

⁵³⁰ *Discurso Histórico e Político...* p. 104.

⁵³¹ REQUERIMENTO de José Martins Figueira, ajudante de tenente do governo das Minas, pedindo a mercê do Hábito da Ordem de Cristo e 80 mil réis de tença para dote da sua sobrinha. AHU, MG, cx. 31, doc. 85.

⁵³² *Discurso Histórico e Político...* p. 104.

“insolência” do vulgo, “pois o seu atrevimento o fazia indigno deste favor”. Contudo, o governador retorquiu ser preciso, ao contrário, “mostrar-se ao povo”, confiar na nobreza de seu “nascimento” e na autoridade de seu posto, e apostar que “à sua vista desmaiassem os mais intrépidos e atrevidos ânimos”. Assim sendo, dom Pedro “se pôs severo e constante em uma janela”, enquanto aguardava a chegada da marcha. Os primeiros a vê-lo entoaram aclamações, vivas e aplausos. Aparentemente, havia preparado discurso, mas, à última hora, fez-se mudo. Situado no alto e observando, de cima para baixo, a gente à rua, dirigiu-lhe comunicação mínima, a solicitar que subissem os procuradores. O letrado José Peixoto levou um segundo termo de exigências, imediatamente aprovado em junta na qual tomaram parte vinte e seis homens.⁵³³ Lidos pelo procurador, em voz alta, o perdão e o edital, os populares novamente aplaudiram, aclamaram e deram vivas ao governador. Dispersaram-se, enfim, em retirada à Vila Rica, onde houve festa e luminária durante a noite.⁵³⁴

Para a pessoa do governador, o assédio às portas do palácio marcou o momento mais tenso e imprevisível da revolta. Apesar de fisicamente protegido e guardado por companhia armada, a exposição pública de sua figura perante a multidão gerou situação de risco, implícita na possibilidade de que, em sua presença, qualquer plebeu circunstante intentasse “algum desaforo”, isto é, praticasse ou falasse algo desrespeitoso à nobreza do governador, ofensa que deveria, então, ser imediatamente reparada, sob pena de macular-se a honra inerente à condição social do ofendido.⁵³⁵ A perspectiva de um confronto violento estava implícita no porte generalizado de armas de fogo e, sobretudo, no provimento de arsenal bélico no interior e ao redor do palácio. O equilíbrio instável também dependeu dos termos acordados junto ao governador e da disposição que o mesmo demonstrasse em acatar as exigências. A hipótese de que Assumar pudesse ser forçado a retirar-se foi verdadeiramente considerada.⁵³⁶ Em suma, os eventos de 2 de julho representaram ponto crítico, de desfecho incerto. Eles tiveram impacto no centro decisório e modificaram, como se verá, a estratégia de governo em

⁵³³ TERMO que se fez sobre a proposta do Povo de Vila Rica na ocasião em que veio amotinado à Vila do Carmo. 02 de julho de 1720. APM, SC 06, fls. 95-97.

⁵³⁴ *Discurso Histórico e Político...* p. 108.

⁵³⁵ *Discurso Histórico e Político...* p. 105.

⁵³⁶ Segundo relato posterior, dado por dom Lourenço de Almeida: “no dia que o povo veio de Vila Rica amotinado a esta vila [do Carmo], publicando que ou haviam de matar ao Conde governador, ou expulsá-lo deste governo, por cuja causa a maior parte das pessoas que se achavam em defesa do dito Conde sabendo da resolução dos amotinados, vacilaram de forma que totalmente estavam na resolução de o desempenharem, motivo que obrigou o Conde a querer largar o governo e salvar a vida, para o que tinha já posto em salvo as coisas que tinha de maior importância e se achava com os cavalos já prontos e selados para a sua retirada, o que seria a total causa de se pôr na contingência de perder V. Majestade tão importante e opulenta conquista”. *RAPM*, v. 31, 1980, p. 159.

relação às Minas.

Desse episódio até a prisão dos líderes e a entrada na vila insurgente, entre 14 e 16 de julho, desenrolaram-se intrigas palacianas. Fechado em sua residência, Assumar acolheu visitas de supostos apoiadores, expediu ordens e editais, escreveu e recebeu cartas e avisos e, sobretudo, conversou e aconselhou-se com pessoas próximas e frequentadores da casa. Ao longo desses dias, a pressão no interior do palácio foi diretamente proporcional à intensidade dos motins que continuaram a pipocar em Vila Rica, principalmente a partir do dia 6 de julho. Nesse momento, o desempenho dissimulado de Sebastião da Veiga Cabral foi paradigmático. Conluído aos conspiradores e designado por futuro governador, na hipótese de que, vitoriosa a revolta, o Conde terminasse expulso das Minas, Veiga Cabral usufruiu de entrada franca em palácio e de frequente contato pessoal com dom Pedro de Almeida. Simulando preocupar-se com a vida do anfitrião, esforçou-se por amedrontá-lo. Exagerava os perigos da situação, lembrava diferentes casos de envenenamento à cozinha e aconselhava ao general se retirasse para São Paulo, a fim de manter intacta a homenagem de governo, livrando-se de insultos. Seu intuito era o de mover o governador a “desertar as Minas”, deixando em seu lugar um regente – o próprio conselheiro. Quando os amotinados ameaçaram investir fatalmente contra o Carmo, sugeriu ao Conde se fingisse doente e “largasse-lhe o governo”.⁵³⁷

Por volta das oito horas da manhã de 14 de julho entraram presos na Vila do Carmo os principais cabeças. As detenções efetuaram-se na madrugada anterior por oficiais e soldados Dragões. Ao longo desse dia, persistiram distúrbios em Ouro Preto, provocados por escravos dos indivíduos aprisionados e por outros sequazes que ameaçaram incendiar a vila, mas na manhã seguinte, após nova intervenção de soldados Dragões, a situação já havia sido controlada. Assumar conscientemente retardou a entrada em Vila Rica, aguardando no Carmo a concentração dos indivíduos que convocara, pois “desejava dar um exemplar castigo” com “muitos espectadores”. No dia 16, antes de raiar o sol, marchou acompanhado por corpo de mil e quinhentas pessoas, entre homens principais, escravos e soldados, tendo atrás de si os presos conduzidos por escolta. Ainda pela manhã mandou atear fogo às casas de Pascoal da Silva e de outros implicados residentes no Tapanhuacanga. No dia seguinte, apanhado em Cachoeira do Campo e imediatamente levado à Vila Rica, Felipe dos Santos foi ali enforcado e

⁵³⁷ *Discurso Histórico e Político...* p. 117-25.

esquartejado.⁵³⁸

Ao longo dos próximos cinco meses e meio, intercalados entre 16 de julho e 27 de dezembro de 1720, dom Pedro de Almeida domiciliou em Vila Rica. Nesse período ainda bastante turbulento tratou de investigar cúmplices ou partícipes rebeldes que se houvessem mantido ocultos. “Estou de ânimo a perseguir até o último todos os que tivessem a menor parte neste levantamento”, confessou ao rei pouco depois do suplício de Felipe dos Santos.⁵³⁹ Dedicou-se a vigiar de perto os rumores, boatos e vozes sediciosas que circulavam contra si, contra os quintos e contra a Casa de Moeda, que intentava instituir.⁵⁴⁰ Por fim, investiu pesadamente no controle sobre o Morro de Antônio Dias. Chegou a publicar edital que ordenava a completa desocupação da localidade, para que “não haja mais memória do dito Morro adonde habitem moradores que se fizeram tão indignos”. Foi convencido a revogar esse edital, mas ainda assim proibiu a existência de vendas e a circulação de negras do tabuleiro naquela área.⁵⁴¹ O projeto da Casa de Moeda retomava despacho real favorável à Vila do Carmo, obtido antes da revolta, que lhe concedia o privilégio de abrigar esse prédio em seus domínios. Na prática, além das vantagens e comodidades auferidas pela proximidade, sediar a Casa da Moeda equivalia a garantir a permanência da residência governamental no Ribeirão.

Entretanto, os levantes de julho alteraram o panorama. A começar pela postura do próprio Assumar, que, sem dar maiores explicações, mudou de opinião quanto à localidade mais apropriada à instalação da Casa de Moeda. A 17 de agosto, escreveu carta à câmara de Vila Rica na qual solicitou, dura e asperamente, que o conselho municipal e as pessoas principais da localidade se incumbissem de erigir, às suas custas, a sobredita Casa. Denunciou que essa vila e todos os seus moradores estavam incursos na indignação real. Mesmo os inocentes, que não tomaram parte nas desordens, haviam pecado por omissão ou covardia: “se alguns houve que se não manchassem na infâmia da infidelidade, todos foram cúmplices no pouco zelo que mostraram”. A “nódoa da infidelidade” de Ouro Preto serviria de glória às demais vilas das Minas, aptas ao alcance de privilégios a serem concedidos pelo rei, jamais extensivos ao enclave

⁵³⁸ SOBRE os motins de Vila Rica e castigos feitos nos cabeças deles. Vila Rica, 21 de julho de 1720. APM, SC 04, p. 870-72.

⁵³⁹ SOBRE os motins de Vila Rica e castigos feitos nos cabeças deles. Vila Rica, 21 de julho de 1720. APM, SC 04, p. 875.

⁵⁴⁰ Sobre os boatos que circularam nesse período, ver GASPAR, T. S. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 113-14.

⁵⁴¹ PARA os oficiais da câmara de Vila Rica. . Vila Rica, 22 de julho de 1720. PARA a câmara de Vila Rica. Vila Rica, 23 de julho de 1720. APM, SC 11, fl. 248-49. ATAS da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 116.

rebelde. Esse quadro tornava imperativo que os vassalos de Vila Rica dessem mostra de efetivo arrependimento e de renovada fidelidade. Um primeiro passo nessa direção seria assumir os encargos relativos à feitura da Casa de Moeda, a erigir-se na comarca de Ouro Preto. Para tanto, bastava que o senado destinasse a essa obra as onze mil oitavas de ouro que seriam pagas a Pascoal da Silva Guimarães, pelo contrato de construção da Casa de Câmara, auferido pelo então juiz ordinário do concelho. O ardiloso arbítrio do governador sugeria “transformar-se a dita Casa de Câmara em Casa de Moeda” de molde a “expiar um crime que na sua real compreensão há de ter tanto ou mais gravidade do que neste país se imagina”.⁵⁴² A proposta foi imediatamente aceita, em termo assinado por camaristas e outros trinta e quatro “homens bons” e do “povo” de Vila Rica convocados à conferência, entre os quais Henrique Lopes de Araújo.⁵⁴³

Contudo, entre câmara e governador houve desacordo quanto ao sítio mais apropriado à fábrica. Vereadores, homens principais e do povo queriam a Casa de Moeda fixada dentro de Vila Rica, ao passo que Assumar propunha a sua fundação no distrito de Cachoeira do Campo. Dom Pedro alegou que os motins haviam alterado sua percepção da matéria. Antes deles, a Vila do Carmo seria o local mais indicado. Mas, depois, mudou de opinião. O arraial de Cachoeira lhe pareceu, então, ser “a parte mais cômoda e mais natural para se fabricar a dita Casa da Moeda”. Uma série de aspectos vantajosos caracterizava a localidade. Tinha “boas condições de terreno” e estava situada em ponto equidistante em relação às três comarcas, constituindo uma espécie de “centro” das Minas. Possuía “campos dilatados, desassombrados de matos”, ofertava lenhas e pastos e ainda produzia boa parte dos mantimentos consumidos em Vila Rica, a exemplo de gêneros como milho e carne verde. Essa conjunção de fatores acentuava a importância estratégica de Cachoeira, sobretudo em termos político-militares. Cavalarias e tropas de soldados podiam ser sustentadas ali simultaneamente, recurso “que não há em outra qualquer parte”. A centralidade do arraial e a condição de trânsito por seus campos, de topografia significativamente menos acidentada que a de Ouro Preto, repleta de “desfiladeiros”, facilitavam o acesso às principais vilas, a partir do que “se pode fazer oposição a elas no caso que intentem algum levantamento”. Por fim, na hipótese de uma revolta futura em Vila Rica, semelhante à ocorrida, o controle sobre

⁵⁴² Um dos mais interessantes textos escritos por Assumar em sua passagem pelas Minas, essa carta demonstra a capacidade de intervenção do governador nas decisões internas da câmara. Por outro lado, o documento reflete momento de profunda fragilidade política de Vila Rica, sobre a qual pesava o ônus de infidelidade provocado pela revolta. PARA os oficiais da câmara desta Vila Rica. Vila Rica, 17 de agosto de 1720. APM, SC 11, fl. 256-58.

⁵⁴³ VERAÇÃO de 17 de agosto [de 1720] em resposta à carta do Conde, que foi lida. APM, CMOP 04, nº 849. Publicado em *RAPM*, v. 25, 1937, p. 149.

Cachoeira permitiria ao governador intervir no conflito através do abastecimento, “cerrando os passos” e impedindo a entrada de mantimentos a rebeldes reprimidos “pela fome”. Aliás, a opção de vedar os campos atrás da Serra de Ouro Preto chegou a ser considerada por Assumar em julho de 1720, na ambição de sitiar Vila Rica e forçar a carestia de seus víveres.⁵⁴⁴

Com base nesses parâmetros, Cachoeira do Campo seria a melhor opção de sede não só para a Casa de Moeda como também para a própria residência dos governadores da capitania. Assumar planejou para lá transferir sua “habitação” assim que tivesse resolvido “os negócios de Vila Rica”. Idealizou conjugar dentro de um mesmo “reduto” o palácio de governo e a Casa de Moeda, inseridos numa estrutura única, protegida por seis peças de artilharia. Assim guarnecido, alegou na conclusão de sua carta ao rei, quando ameaçados por “caso semelhante ao passado” os governadores vindouros poderiam suportar “desde o princípio até o fim sem perdão e sem se conceder nada contra o que Vossa Majestade determina”.⁵⁴⁵

O que mais chama atenção é a mudança de perspectiva em relação à Vila do Carmo. Tratou-se, sem dúvida, de um efeito colateral dos motins. Antes deles, havia se fechado questão quanto à Casa de Moeda fabricar-se no Ribeirão, garantindo, com isso, a continuidade da residência oficial, que já ali se achava. Mas as situações criadas pela revolta descobriram as fragilidades do palácio e do próprio núcleo urbano, vulneráveis ao assédio de vizinhos rebeldes e expostos a possíveis invasões ou ataques inimigos. Como se vê, os eventos de 2 de julho deixaram marcas indeléveis na administração das Minas. Inequivocamente, não foi por acaso que governadores da capitania jamais tornaram a lidar com rebeldes que batessem à porta de entrada do palácio, a partir daí sempre guarnecida por estruturas militares de proteção.

Note-se a implícita antipatia por Vila Rica. Para dom Pedro de Almeida, a esterilidade do solo e a fragosidade do relevo contavam em desfavor de Ouro Preto, muito embora, defensivamente, seus numerosos desfiladeiros constituíssem fortaleza natural contra invasores. A impossibilidade de abrigar e de sustentar em si cavalarias e tropas numerosas eram outros aspectos negativos. Pesava especialmente o fato de Vila Rica não produzir seus próprios alimentos e de depender de abastecimento externo, vindo de seus campos ou mesmo da comarca do Rio das Velhas. Nesse sentido, tornava-

⁵⁴⁴ SOBRE a fundação da Casa da Moeda na Cachoeira e mudança de residência do governador. Vila Rica, 30 de agosto de 1720. APM, SC 04, p. 891-93.

⁵⁴⁵ SOBRE a fundação da Casa da Moeda na Cachoeira e mudança de residência do governador. Vila Rica, 30 de agosto de 1720. APM, SC 04, p. 894.

se área vulnerável, passível de ser colocada em estado de sítio. Aliás, a fragilidade de Ouro Preto nesse quesito proporcionava ao arraial de Cachoeira a sua principal vantagem estratégica. Produtor e recebedor de víveres, o distrito tinha relativa oferta alimentícia, direcionada, em grande parte, ao mercado de Ouro Preto. Entreposto e empório natural, Cachoeira era vital na subsistência da sede. Vedada, podia ilhar Vila Rica e sufocar, pela carestia, rebeldes que ali existissem.

Entretanto, fosse para Vila Rica, fosse para Cachoeira, a transferência do palácio governamental dependia da implantação da Casa de Moeda, medida que deveria ser submetida à anuência dos povos. Para esses, havia o receio de que uma Casa de Moeda evoluísse inadvertidamente à Casa de Fundição, risco que parecia anular as vantagens do projeto.⁵⁴⁶ A junta responsável por discutir o assunto ocorreu em Vila Rica, “no palácio em que assiste” o governador, a 24 de outubro de 1720. Foi a primeira e única reunião do tipo sediada em Ouro Preto no mandato de Assumar. A conferência rejeitou a proposta, reprovou a Casa de Moeda e tornou sem efeito o compromisso assumido por Vila Rica.⁵⁴⁷ Em qual “palácio” a junta se deu? Não há prova específica, mas é pertinente conjecturar tratar-se da propriedade erigida por Henrique Lopes de Araújo.

A derrota na junta esfriou o ânimo quanto à mudança do palácio. Tendo próxima a rendição por sucessor e pressionado a justificar suas ações repressivas, Assumar não levaria a cabo qualquer reorganização política das Minas. Sua permanência em Vila Rica estendeu-se até fins de 1720, período no qual esteve protegido junto ao capitão-mor. Ao final dessa temporada, sua disposição para envolver-se em demandas difíceis parecia esgotada. Em novembro, confessou ao rei que, àquela altura, “devia deixar sossegar os ânimos de todo este governo para obrar o que fosse do serviço de V. Majestade em tempo mais oportuno”.⁵⁴⁸ Retornou à Vila do Carmo antes do ano novo. E no palácio da rua direita domiciliou pacatamente até fins de julho de 1721, vencendo os últimos meses como governador de capitania na América portuguesa.⁵⁴⁹ Sabe-se que sua estadia nas Minas prolongou-se até a posse do sucessor, dom Lourenço de Almeida, em cerimônia sediada na Matriz do Pilar do Ouro Preto, a 18 de agosto.⁵⁵⁰

Ao longo de seus 48 meses de mandato, intercalados entre agosto de 1717 e o

⁵⁴⁶ SOBRE a câmara e povo de Vila Rica fazer à sua custa o casa de moeda. Vila Rica, 30 de setembro de 1720. APM, SC 04, p. 986-88.

⁵⁴⁷ 1º Termo de 24 de outubro de 1720 sobre se suspender a fábrika das Casas de Fundição e Moeda e pagamento dos oficiais da Casa de Moeda. Vila Rica, 24 de outubro de 1720; 2º Termo de 24 de outubro de 1720 sobre a forma da cobrança dos quintos. APM, SC 06, fls. 98-103v.

⁵⁴⁸ SOBRE a junta de 24 de outubro de 1720. Vila Rica, 25 de novembro de 1720. APM, SC 04, p. 898.

⁵⁴⁹ APM, SC 12, fl. 91v.

⁵⁵⁰ TERMO de posse de dom Lourenço de Almeida. Vila Rica, 16 de agosto de 1721. APM, SC 25, fls. 2-2v.

mesmo de 1721, Assumar esteve na Vila do Carmo por quase três anos, mais precisamente por 35 meses, correspondentes a três quartos de seu tempo de gestão. Vila Rica veio em seguida, com estadia de seis meses e duas semanas (13,5%). São João del Rei (um mês e uma semana), Sabará (21 dias), São José (uma semana) e Caeté (três dias) foram as demais vilas mineiras onde dom Pedro de Almeida hospedou-se por períodos mais ou menos curtos. Um mês na cidade de São Paulo e outros três consumidos na estrada, em diversas jornadas, completaram a agenda. Muito embora a Vila do Carmo tenha sido a sede efetiva, contando com a presença do capitão-general por três quartos do período, Vila Rica também tivera o ar de sua graça muitas vezes. Desde Manuel Nunes Viana, entre janeiro e maio de 1709, que essa vila não dispunha de um governador por tanto tempo. Antônio de Albuquerque e dom Brás Baltasar da Silveira pernотaram poucas vezes no Ouro Preto. Albuquerque, em especial, preferira arraiais menores, situados nos campos, como Casa Branca. Dom Pedro, ao contrario, residiu por mais de meio ano no arraial de Antônio Dias, situando-se no epicentro da atividade mineradora.

Comparada à movimentada e curta gestão de Antônio de Albuquerque, o governo de Assumar foi mais enraizado. Uma vez fixado no Carmo, empreendeu, ao longo de três anos e meio, apenas duas jornadas de fôlego, uma ao Rio das Velhas e outra ao Rio das Mortes. Albuquerque, em menos de um ano nas Minas, viajara por duas vezes a Sabará. Em seu quadriênio, dom Brás Baltasar deslocou-se por três vezes ao Rio das Velhas, mas sempre em jornadas de curtíssima duração. Relativamente, esse governador foi o que mais tempo permaneceu no palácio de Ribeirão. Já dom Pedro de Almeida ficou a meio caminho de seus antecessores.

De qualquer forma, é inegável que, ao longo da década de 1710, a Vila do Carmo galgou a posição de sede política da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, porque nela residiram, por muito mais tempo, os seus governadores, sobretudo dom Brás e dom Pedro. Após a Guerra dos Emboabas, a vila tornou-se “leal”, único núcleo populacional das Minas a rechaçar a jurisdição de Manuel Nunes Viana. Além desse predicado político, habilmente explorado pela Coroa, pelos governadores e também pelos moradores locais, o Carmo ostentava outros atrativos, como seu relevo menos acidentado. Na opinião de Assumar e do intendente Eugênio Freire, a vila era “mais espaçosa e mais plana”. Nesse quesito, a comparação com Vila Rica pesava favoravelmente ao Carmo. Na fundação de Ouro Preto, Antônio de Albuquerque

opinara: “não achava o sítio muito acomodado”.⁵⁵¹ E, por fim, havia o palácio, inicialmente emprestado por Antunes de Lemos e, em seguida, pela câmara local. Erigido três ou quatro anos antes do prédio pertencente a Henrique Lopes, o palácio da Vila do Carmo foi a primeira casa a abrigar, por longos períodos, a residência oficial dos governadores. Portanto, não é propriamente correta a informação de que, até 1720, os governadores houvessem permanecido desprovidos de instalação fixa, alternando-se entre Vila Rica e Carmo.⁵⁵² O centro político fora determinado antes disso. Entretanto, os motins sucedidos na vila vizinha alteraram as perspectivas, seja do governador em exercício, Conde de Assumar, que passou a advogar a tese de que a residência governamental deveria ser transferida para o arraial de Cachoeira do Campo, seja da Coroa, cuja intervenção nessa matéria viria a determinar, no ano seguinte, uma reorganização do espaço político, instituindo em definitivo um novo centro, ou mais exatamente uma nova “cabeça” para as Minas.

⁵⁵¹ TERMO de ereção de Vila Rica. 8 de julho de 1711. APM, SC 06, fls. 23-24.

⁵⁵² FONSECA, C. D. *Arraiais e Vila D’El Rei...* p. 148.

Cap. 8 – “Fundando grande suas casas”: o palácio de governadores de Vila Rica (1721-1735)

Esta Vila [Rica] é a capital das Minas, onde residem os governadores da mesma capitania (...).

José Joaquim da Rocha, 1776.

Em dezembro de 1720, D. João V alterou o formato de governo das Minas, desmembrando-o de São Paulo, para constituir outra unidade. A carta patente dada ao governador da capitania das Minas de Ouro, dom Lourenço de Almeida, deixou implícita a eleição de um novo centro político, Vila Rica, cuja câmara, na falta do antecessor, deveria empossar o investido.⁵⁵³ Saindo de Lisboa, dom Lourenço aportou no Rio de Janeiro em fins de junho de 1721. Em carta à câmara de Vila Rica, escrita a partir do litoral fluminense, a 2 de julho, o recém-chegado relatou que o rei decidira tornar aquela vila “a Cabeça das Minas”. Por conta disso, o governador necessitava de domicílio em Vila Rica. Pediu que os oficiais lhe ajeitassem “casas prontas para eu haver de me acomodar nelas”.⁵⁵⁴ Informado das novidades, o Conde de Assumar também escreveu aos camaristas vizinhos, advertindo-os de que o sucessor “havia de fazer a sua entrada e tomar posse deste governo nesta vila”. Os oficiais deveriam aprontar rapidamente “as coisas necessárias para a dita entrada, com aquela decência que é devida à sua pessoa e ao seu lugar”.⁵⁵⁵ A câmara deu início aos preparativos. Designou-se a cada arraial a feitura de “arco para a entrada”. Encomendaram-se a feitura de pano de veludo para a mesa da vereança e a fabricação do pátio, peça imprescindível do cerimonial. A casa de câmara recebeu caiação.⁵⁵⁶

Dom Lourenço despediu-se logo do Rio. Diferentemente de seus predecessores, obrigados à posse em São Paulo, seguiu direto pelo Caminho Novo, rumo a Ouro Preto.⁵⁵⁷ No trajeto, passou pela casa de Garcia Rodrigues Paes.⁵⁵⁸ Não houve registro do ritual de entrada. A posse ocorreu na Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a 18 de agosto, em cerimônia presidida por Assumar na presença dos oficiais da

⁵⁵³ NOMEAÇÃO de dom Lourenço de Almeida governador da capitania das Minas Gerais. Lisboa Ocidental, aos 23 de dezembro de 1720. APM, SC 17, fl. 4v.-5.

⁵⁵⁴ REGISTRO de uma carta de dom Lourenço de Almeida. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1721. APM, CMOP 06, p. 998.

⁵⁵⁵ REGISTRO de uma carta do governador destas Minas D. Pedro de Almeida.. Vila do Carmo, 15 de julho de 1721. APM, CMOP 04, p. 1000.

⁵⁵⁶ TERMOS de Acórdãos de 19 e 21 de julho de 1721. APM, CMOP 13, p. 1112-13.

⁵⁵⁷ Carta de Diogo de Mendonça Corte Real para dom Lourenço de Almeida, governador e capitão general destas Minas, sobre se felicitar ao governador em nome de S. Majestade o bom sucesso da sua viagem. Lisboa Ocidental, 24 de outubro de 1721. APM, SC 16, fl. 86.

⁵⁵⁸ SOBRE as esmeraldas. Vila Rica, 17 de setembro de 1721. *RAPM*, v. 31, 1980, p. 92-93.

câmara de Vila Rica.⁵⁵⁹ Exceção feita à aclamação de Nunes Viana como general emboaba, em cerimônia sucedida na capela de Nazareth, em Cachoeira do Campo, foi a primeira vez que um governador tomou posse do mandato nas Minas Gerais. No livro de acórdãos do senado, lavrou-se um termo de posse específico, sem validade, pois cabia ao secretário de governo, e não ao escrivão da câmara, o registro oficial da solenidade. De acordo com esse documento proscrito, a cerimônia restringiu-se às concessões de “posse e juramento”, uma vez que, conforme atestava a carta patente, os ritos de “preito e homenagem” haviam sido tomados diretamente das mãos reais em Lisboa. Dom Lourenço jurou aos Evangelhos com a mão sobre o livro e “lhe encomendaram debaixo dele o serviço de Deus e de Sua Majestade, o direito às partes e o bem comum”.⁵⁶⁰

A posse em Vila Rica resultou de explícita determinação régia. Contrariando os interesses até então manifestados acerca da matéria – o parecer do Conde de Assumar e a sua predileção estratégica por Cachoeira do Campo e, ainda, as prerrogativas reivindicadas pela Vila do Carmo – o rei decidiu instituir Vila Rica por sede da nova capitania de Minas Gerais, local de posse e de residência do capitão-general. O beneplácito real tornou-se, portanto, o elemento definidor de uma nova configuração política. Nesse cenário, a vila que “pela sua grandeza é a mais populosa destas Minas”, assumiu a condição correspondente de “cabeça delas por resolução de El Rei Nosso Senhor”.⁵⁶¹

O novo capitão-general permaneceu em Vila Rica ao longo dos quatro meses iniciais de mandato. Há registro de uma visita esporádica à Vila do Carmo, pouco depois da posse, a 25 de agosto de 1721. Mas a temporada de estadias alternadas entre essa vila e Ouro Preto só começou em fins do ano. No natal, achava-se em Ribeirão, onde ficou por um mês, até 24 de janeiro de 1722. Tonando a Vila Rica, ali esteve por dois meses, entre fevereiro e março. Outra hospedagem no Carmo estendeu-se de 20 de março até 8 de abril desse ano. Depois, um novo retorno a Vila Rica durou cerca de mês e meio, entre meados de abril e princípios de junho, ao que se seguiu mais uma curta estadia em Ribeirão, de uma semana apenas, de 2 a 9 de junho de 1722.⁵⁶² A partir dali empreendeu a primeira e única viagem à comarca do Rio das Velhas. A 14 de junho

⁵⁵⁹ TERMO de posse de dom Lourenço de Almeida. Vila Rica, 18 de agosto de 1721. APM, SC 24, fl. 2. Há cópia em APM, SC 25, fls. 2-2v.

⁵⁶⁰ TERMO de posse dada ao governador, o exmo. dom Lourenço de Almeida. Vila Rica, 18 de agosto de 1721. APM, CMOP 13, p. 1126-27.

⁵⁶¹ SOBRE o pedido para os quartéis que se hão de fazer nesta dita Vila. Vila Rica, 22 de fevereiro de 1723. APM, SC 21, fls. 14-14v.

⁵⁶² APM, SC 21, fls. 65v-78.

passou por Catas Altas.⁵⁶³ Entre 18 e 20 desse mês, hospedou-se em Vila Nova da Rainha e, depois, na semana seguinte, passou a Vila Real do Sabará, onde ficou por meio mês, entre 25 de junho e 12 de julho de 1722. Alegou que a jornada ao Rio das Velhas se motivou “assim por não faltar à obrigação que tenho de visitar os povos deste governo, como para atalhar desordens”. Malquistado com o povo de Sabará, o ouvidor José Valdes estava jurado de morte e dizia-se que uma emboscada havia-lhe sido preparada. Dom Lourenço enviou sua guarda pessoal em proteção ao magistrado.⁵⁶⁴ Sua estadia no Rio das Velhas estendeu-se pelo mês de praxe, ao longo do qual expediu muitas patentes militares e provisões de ofício.⁵⁶⁵

De volta às Minas Gerais, o governador manteve durante algum tempo ainda a alternância residencial entre Vila do Carmo e Vila Rica. De 20 a 23 de julho de 1722, assinou papéis em Ribeirão. Em fins desse mês, estava em Vila Rica, ali permanecendo ao longo dos meses de agosto e setembro. Em fins desse mês, voltou ao Carmo, onde ficou até 5 de outubro. Consecutivamente a outro mês de hospedagem em Vila Rica, entre 7 de outubro e 10 de novembro de 1722, veio nova estadia no Carmo, a mais longa de seu mandato, estendida por quatro meses incompletos, de 14 de novembro de 1722 até 4 de abril de 1723.⁵⁶⁶

Após nova estadia em Vila Rica nos meses de abril e maio, o governador realizou jornada à comarca que ainda não visitara. Em princípios de junho, viajou ao Rio das Mortes. Atendendo ao protocolo, ao longo de um mês, entre 9 de junho e 4 de julho de 1723, dom Lourenço hospedou-se ora em São José, ora em São João Del Rei, tendo permanecido mais tempo nessa que naquela vila. Na volta à comarca do Ouro Preto, passou por Congonhas e por Cachoeira do Campo.⁵⁶⁷

Feitas as visitas de praxe às comarcas e às principais vilas da capitania, com seus respectivos cerimoniais de entrada, representativos da jurisdição sobre o território, encerrou-se o período de maior mobilidade governamental, marcado por deslocamentos constantes. Depois disso, dom Lourenço ainda alternou uma derradeira temporada no Carmo. Após um mês em Vila Rica, entre 16 de julho e 18 de agosto, domiciliou por cinquenta dias no Ribeirão, de 24 de agosto a 13 de outubro de 1723. Foi a sua última estadia de fôlego nessa vila. A partir daí e até o fim do mandato, o governador fixou residência definitiva em Vila Rica. Dentro em pouco, inclusive as visitas esporádicas à

⁵⁶³ APM, SC 21, fls. 22-23v.

⁵⁶⁴ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 147-50.

⁵⁶⁵ APM, SC 21, fls. 81v.-91v.

⁵⁶⁶ APM, SC 21, fls. 91v.-125.

⁵⁶⁷ APM, SC 21, fls. 35; 138-148v.

vila vizinha cessaram. As duas últimas hospedagens no Carmo ocorreram de 7 a 9 de maio e entre 16 e 17 de junho de 1724.⁵⁶⁸ Assim, de meados de 1723 até princípios de setembro de 1732, isto é, por ininterruptos nove anos, dom Lourenço de Almeida residiu em Vila Rica e, após a derradeira visita ao Carmo, em junho de 1724, jamais deixou os limites daquela urbe mineradora.⁵⁶⁹

Foi a mais longa estadia de um governador num só local desde a povoação do território e, quiçá, tenha sido a mais longa estadia desse tipo na história da capitania de Minas Gerais em todo o período colonial. A fixidez e a ausência de deslocamentos às demais vilas e comarcas são índices importantes do processo de centralização política da capitania de Minas Gerais. Titular do mais extenso mandato, dom Lourenço foi também o mais sedentário governador das Minas até então. Visitou uma única vez as comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, enquanto seus antecessores lá estiveram mais vezes. Governou substancialmente a partir da antiga região das Minas Gerais e, no interior dessa, não obstante a constante assistência na Vila do Carmo ao longo dos dois primeiros anos de mandato, a partir daí se concentrou em seu “palácio”, em Vila Rica. Investiu de maneira consciente no controle sobre a comarca de Ouro Preto, “porque segura esta”, externou ao rei logo depois da posse, “todas as mais ficam também seguras pela grande dependência que têm dela”.⁵⁷⁰

Além da secretaria de governo, dom Lourenço também promoveu a instalação em Vila Rica de uma Casa dos Contos (ou Casa da Fazenda Real), de um Quartel de Dragões e de uma Casa de Fundição e Moeda. Inicialmente, os cofres pertencentes à Fazenda Real haveriam de ser colocados sob a proteção de imóvel na Vila do Carmo, “junto das casas dos governadores, aonde sempre costuma haver guardas de soldados”.⁵⁷¹ Mas, pouco depois, o provedor Antônio Berquó Del Rio optou por “fazer umas Casas [dos Contos] em Vila Rica” e, valendo-se do serviço de negros presos na cadeia, o governador deu início às obras do quartel.⁵⁷² Em 1723, ainda para as obras do quartel, solicitou donativo dos moradores principais e da câmara local, realçando a posição sobranceira da vila:

Porque é muito conveniente ao real serviço e quietação desta vila, a qual pela sua grandeza é a mais populosa destas Minas e a cabeça delas por resolução de El Rei Nosso Senhor, que assista para a sua guarnição a maior parte de uma companhia de Dragões e esta se acha sem ter quartéis em que se acomodem, (...) tenho resoluta fazer quartéis para

⁵⁶⁸ APM, SC 26, fls. 60-64; 74v.-75.

⁵⁶⁹ A longa permanência em Vila Rica pode ser constada nos seguintes livros: APM, SC 21, fls. 149-187; SC 26, fls. 13-150v; SC 28, fls. 2-139v; SC 31, fls. 2-139; SC 34, fls. 5-139.

⁵⁷⁰ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 151.

⁵⁷¹ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 100.

⁵⁷² *RAPM*, v. 31, 1980, p. 130.

os soldados nesta câmara, entre ela e a Rua Nova, (...) e é razão que para tal obra e de tanta conveniência para estes moradores e ainda para aumento da grandeza desta Vila os mesmos moradores concorram todos com seus donativos, mostrando com eles e com a vontade com que os dão o seu grande zelo e amor, que tem ao serviço de El Rei N. S., o que infalivelmente lhe será remunerado pela sua real grandeza.⁵⁷³

A feitura do quartel visava garantir o agrupamento dos soldados sob uma só estrutura defensável, a fim de reprimir “qualquer revolução dos povos” e atemorizar a “imensidade dos negros que tem esta terra, que todos são nossos inimigos e com justa causa, pela tirania precisa que lhes fazem seus senhores”. A fortaleza serviria ainda por refúgio dos vassallos fiéis, na ocasião de um levante. O sítio escolhido para a fundação sinalizava a formação de uma nova geografia política em Vila Rica, que começava a se desenhar. Feito à base de barro e pedra, o quartel situou-se “em um alto que divide os bairros dela”, isto é, no alto de Santa Quitéria, posteriormente transformado no centro político da vila.⁵⁷⁴

A Casa de Fundição e Moeda teve alicerces fincados a partir de janeiro de 1724, com inauguração prevista para outubro desse ano.⁵⁷⁵ Também instalada no alto de Santa Quitéria, junto ao quartel, cujas obras iam adiantadas, a edificação foi subsidiada por moradores locais, que contribuíram com recursos financeiros, materiais e logísticos. Por exemplo, o capitão-mor de Vila Rica, além de pagar donativo individual e de arrecadar fundos junto aos demais moradores, ainda empregou setenta escravos seus no trabalho de “aplainar a terra”, porque o sítio de fundação era “montuoso”, “poupando a despesa que se havia de fazer da Fazenda Real”.⁵⁷⁶ Dessa forma, o quartel e a Casa de Fundição e Moeda foram erguidos num único canteiro de obras, valendo-se de esforço unificado, coordenado pelo governador e pelo intendente, responsáveis pela escolha da localização e pela decisão de congregar as edificações num só complexo arquitetônico.⁵⁷⁷

Todavia, o novo desenho dos espaços de poder em Vila Rica só viria a se consumir na década seguinte, quando tiveram início os trâmites relativos à construção, também alocada em Santa Quitéria, do Palácio de Governadores, sob o patrocínio da Fazenda Real.⁵⁷⁸ Antes disso e ao longo de todo o mandato de dom Lourenço de Almeida, assistiu-se a um período de transição entre a antiga geografia política da vila,

⁵⁷³ SOBRE o pedido para os quartéis que se hão de fazer nesta dita Vila. Vila Rica, 22 de fevereiro de 1723. APM, SC 21, fl. 14-14v.

⁵⁷⁴ *RAPM*, V. 31, 1980, p. 151.

⁵⁷⁵ TERMO de declaração da lei de S. Majestade que Deus guarde sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda destas Minas do Ouro. Vila Rica, 15 de janeiro de 1724. APM, SC 06, fl. 136-140.

⁵⁷⁶ ANTT, HOC, Habilitação de Henrique Lopes de Araújo, mç. 4, doc. 31.

⁵⁷⁷ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 165-68.

⁵⁷⁸ LOPES, F. A. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955, p. 15-36.

na qual o arraial e a freguesia de Antônio Dias apresentavam-se como principal núcleo minerador, e a nova configuração espacial ensaiada a partir da segunda metade dos anos 1720. Até esse momento, o elo de ligação entre os arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias ainda contornava, pelos vales e pela encosta, o Morro de Santa Quitéria, evitando o topo. Dentro em pouco, o intervencionismo governamental e a adaptação do espaço ao modelo urbanístico aplicado na América portuguesa manifestaram-se na abertura de uma Rua Direita, a ligar os dois arraiais, unidos no alto de Santa Quitéria.⁵⁷⁹

Nessa transição, onde teria domiciliado o governador por todo esse tempo, desde as temporadas intercaladas na Vila do Carmo, no período que vai da posse, em agosto de 1721, até meados de 1723; e em seguida na longa estadia de nove anos consecutivos em Vila Rica? A carta de solicitação de donativos para a obra dos quarteis revelou a localização da secretaria de governo: reportando-se a diversos habitantes dos arraiais e distritos formadores de Vila Rica e de seu termo, dom Lourenço dirigiu-se ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo, morador “*neste arraial de Antônio Dias*”.⁵⁸⁰ Tudo indica que, desde a transferência da sede, o governador tenha se instalado no palácio erigido por Henrique Lopes ao lado de sua própria residência na encosta do Tapanhuacanga.

Diferentemente da moradia do capitão-mor, casa ainda hoje íntegra, o edifício que serviu por palácio só existe em ruínas. Avaliando as estruturas remanescentes, é possível constatar a grandiosidade do prédio, que se destaca por suas dimensões avantajadas para a época e o lugar. Se a casa de Henrique Lopes tinha pouco mais de 110 m² de área (desconsiderando as áreas da cozinha, cômodo erigido posteriormente, e do porão), o palácio onde residiu dom Lourenço possuía cerca de 460 m² de área construída no piso principal, espaço mais de quatro vezes superior ao ocupado pelo prédio vizinho.

Considerando essa dimensão, o valor de quarenta e cinco mil cruzados (Cr\$ 45.000,00), “mais de três arrobas de ouro”, atribuído pelo autor anônimo do diário de

⁵⁷⁹ “É importante lembrar que o Morro de Santa Quitéria representou, no início do desenvolvimento de Ouro Preto, uma antiga barreira entre as freguesias rivais de Antônio Dias e Pilar. Não é por acaso que suas matrizes são voltadas para os acessos principais da cidade. Elas foram construídas em posições opostas, com a ausência de um centro intermediário entre as duas. Os portugueses, de forma muito arguta, criaram a Praça Tiradentes com o propósito de forçar a união de ambas as matrizes. Apesar desse processo, certas características de identidades permaneceram, como as paróquias e sedes das freguesias (...). Pode-se afirmar, portanto, que a Praça Tiradentes teve o papel de cimentar física e simbolicamente as duas partes rivais, criando um espigão ‘neutro’ e dominador entre Antônio Dias e Ouro Preto (Pilar)”. RIGUI, Roberto. “As Colinas de Vila Rica de Ouro Preto” LOBO, Manuel Leal da Costa; JÚNIOR, José Geraldo Simões. (orgs.) *Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa, IST press, 2012, p. 201-54; p. 243.

⁵⁸⁰ APM, SC 21, fls. 14v.-15.

viagem de Assumar, não foi exagerado. Se, em 1715, o palácio pertencente a Antunes de Lemos na Vila do Carmo, erigido com paredes de taipa de pilão, fora avaliado em 7.452 oitavas de ouro, equivalentes a quase vinte e oito mil cruzados (Cr\$ 27.945,00), é perfeitamente plausível que as “casas” de Henrique Lopes, construídas em alvenaria de pedra, atingissem aquele montante.⁵⁸¹ É provável, inclusive, que o valor consumido na construção tenha sido dado comunicado ao informante pelo próprio anfitrião, o maior interessado em realçar a grandeza extraordinária do monumento. Como, de fato, realçou algum tempo depois. A destacar o feito benemérito que realizara na qualidade de provedor da residência governamental, afirmou que, “fundando grande sua habitação e umas casas nobres”, mandara construí-las com “todos os cômodos convenientes, despendendo neles muitas arrobas de ouro, pelo exorbitante preço e grande carestia dos materiais”. O anfitrião “voluntariamente os ofereceu por morada dos governadores daquelas Minas sem que por elas quisesse receber aluguel algum”.⁵⁸² Quando o arquiteto Ivo Porto de Menezes elaborou planta das ruínas, em 1956, algumas estruturas de pedra, como três janelas à direita e uma aos fundos, ainda estavam de pé.

Figura 13. Implantação atual das ruínas do Palácio Velho e da casa de Henrique Lopes. Setas vermelhas: limites atuais da “Casa de Henrique Lopes”; setas azuis: limites atuais das “Ruínas do Palácio Velho”. Autoria: Tatiana de Souza Gaspar e Heitor Kooji Mello Matsui, 2014.

⁵⁸¹ *RPHAN*, Rio de Janeiro, nº 3, 1939, p. 314.

⁵⁸² INFORMAÇÃO sobre serviços prestados. AHU, ACL, CU, 011, cx.8, doc. 666.

Figura 14. Planta das ruínas do Palácio Velho. MENEZES, I. P. de. “Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2005, p. 42.

Os limites atuais de ambas as propriedades deixam entrever apenas parte do que se constituiu, sem dúvida, num complexo arquitetônico de dimensões originais bem maiores. Até 1733, inexisteram muros ou divisórias internas entre a casa do capitão-mor e o palácio, só posteriormente inseridos em atendimento à cláusula testamental de Henrique Lopes. Ao lado do palácio, uma segunda casa, que servia possivelmente por secretaria de governo, deixou de existir. Abaixo dos prédios principais fixavam-se senzalas e casas de moradia de escravos. A propriedade estendia-se até as margens do córrego, no vale de Antônio Dias, subindo encosta acima até o Alto de Santa Efigênia ou do Padre Faria.

A mais remota representação iconográfica data de um século posterior à fundação. Trata-se da aquarela publicada na obra de Johann Emanuel Pohl, mas editada por Thomas Ender.⁵⁸³ Nessa aquarela, apresenta-se vista da Freguesia de Antônio Dias, desde a Praça de Santa Quitéria, no canto esquerdo, até a igreja de Santa Efigênia, à direita, tendo ao centro a Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Figuras 15, 16 e 17). Apesar de alguma imprecisão, manifestada, sobretudo, na caracterização geográfica das margens do ribeiro de Antônio Dias, a imagem oferece vista panorâmica do Palácio Velho, descrevendo, com riqueza de detalhes, os edifícios e os elementos construtivos existentes no complexo arquitetônico. Observando as Figuras 16 e 17, é possível divisar, no canto esquerdo, a casa de moradia do capitão-mor Henrique Lopes; à direita, o palácio, edifício de maior dimensão, a ostentar seis ou sete janelas frontais e telhado

⁵⁸³ CUNHA, A. M. “Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 123-128.

duas águas; e mais abaixo uma casa pequena, aparentemente anexa ou interligada ao palácio, que pode ter sido correspondente à secretaria de governo, e ainda outras estruturas menores, retratadas no declive do morro, alusivas de possíveis senzalas ou casas rústicas.

Figura 15. *Vila Rica*. Johann Emanuel Pohl e Thomas Ender. 1817-21. WAGNER, R. & BANDEIRA, J. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Petrópolis: Kapa Editorial e Petrobrás, 2000, v. 3, p. 971.

Figura 16. Extrato de *Vila Rica*. J. E. Pohl e T. Ender. 1817-1821. Destaque para o complexo do Palácio Velho, frisado em azul. Fonte: WAGNER, R. & BANDEIRA, J. *Viagem ao Brasil nas...* v. 3, p. 971.

Figura 17. Extrato de *Vila Rica*. J. E. Pohl e T. Ender. 1817-1818. Destaque para a representação do complexo do Palácio Velho. Em vermelho, representação da casa onde possivelmente residiu o capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. Em azul, representação do Palácio Velho. À direita, com friso em verde, casa anexa ao Palácio, que pode ter servido por secretaria de governo. Fonte: WAGNER, R. & BANDEIRA, J. *Viagem ao Brasil nas...* v. 3, p. 971.

As principais “juntas de procuradores” presididas por dom Lourenço de Almeida não foram e nem poderiam ser sediadas em sua residência. O número elevado de assistentes exigiu espaço compatível à extensão da plateia, o que obrigou à utilização de templos religiosos locais, mais espaçosos, como a Igreja de Santa Quitéria, usada nas juntas de 25 de outubro de 1722 e de 15 de janeiro de 1724 – que tiveram 60 e 114 pessoas presentes, respectivamente – e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, que abrigou os 118 homens responsáveis por acordar o pagamento do Real Donativo, a 22 de outubro de 1727.⁵⁸⁴ Por outro lado, cinco juntas menores, que reuniram principalmente funcionários régios e, de forma eventual, grupo restrito de homens principais, se deram no “Palácio de Vila Rica”. A primeira sessão, ocorrida possivelmente em fevereiro de 1729, juntou em palácio “os homens de negócio de maior suposição, assim do Ouro Preto como *deste* bairro de Antônio Dias”. Expediu-se reprimenda aos negociantes, sabidamente envolvidos no descaminho do quinto, considerados responsáveis pela diminuição do ouro metido na Casa de Fundição.⁵⁸⁵

A mais importante e polêmica dessas sessões foi a que pôs em pregão, para depois suspender, o arremate de contratos de cobrança dos quintos. Em fevereiro de 1730, preocupado com a drástica diminuição do rendimento da Casa de Fundição e Moeda, o rei ordenara ao governador sopesar as vantagens e desvantagens de terceirizar a cobrança dos quintos, por contrato.⁵⁸⁶ Uma junta local, realizada no palácio a 21 de maio, aprovou a mudança.⁵⁸⁷ No dia seguinte, iniciaram-se as inscrições de lançadores interessados, oriundos da capital e de outras vilas. Entretanto, os participantes do pregão apresentaram exigências e condições contratuais desfavoráveis à Fazenda Real e que podiam resultar em vexação aos moradores. Interessados em pagar “preço muito limitado” e em garantir “condições violentas” e “perturbadoras do sossego público” na cobrança aos devedores, os virtuais contratantes almejavam ainda, entre outras regalias,

⁵⁸⁴TERMO da Junta de 25 de outubro de 1722 sobre o aumento dos quintos. Vila Rica, 25 de out. de 1722. TERMO de declaração da lei de S. Majestade que Deus guarde sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda destas Minas do Ouro. Vila Rica, 15 de janeiro de 1724. TERMO que se fez na Igreja de N. S. da Conceição de Antônio Dias em Junta que o governador e capitão general das Minas, d. Lourenço de Almeida, convocou de todas as câmaras e mais pessoas de distinção deste governo, para contribuírem com donativos para suprimento dos gastos que precisamente se hão de fazer com os casamentos de S. A. A., tudo conforme as ordens de S. Majestade que Deus guarde, que se acham registradas neste mesmo livro. Vila Rica, 22 de outubro de 1727. APM, SC 06, fls. 121-23v; 136-40; 152-56.

⁵⁸⁵ TERMO que se fez na presença do exmo. senhor Dom Lourenço de Almeida, governador e capitão general destas Minas do Ouro sobre o descaminho dele aos reais quintos, com as pessoas abaixo declaradas. Vila Rica, 5 de fevereiro de (sem ano). APM, SC 24, fl. 7v.-8v.

⁵⁸⁶ CARTA do rei a dom Lourenço de Almeida sobre pôr m contrato os direitos reais dos quintos. Lisboa, 8 de fevereiro de 1730. APM, SC 24, fl. 9-9v.

⁵⁸⁷ TERMO sobre a arrematação dos quintos reais. Vila Rica, 21 de maio de 1730. APM, SC 24, fl. 10-10v.

“tomar conta do produto e importância de todas as fazendas de todo o gênero e gados que entrassem neste governo”. Ajustados entre si, os lançadores vieram à presença do governador e “neste mesmo Palácio claramente se conheceu o grande conluio que entre todos fizeram para conseguirem o contrato com grande prejuízo da Fazenda Real”. O governador reagiu negativamente às condições, rejeitando-as. Diante disso, os leiloeiros empacaram e declinaram de ofertas já pronunciadas. O conflituoso pregão prolongou-se no palácio por três noites consecutivas, atingindo o valor máximo de sessenta e duas (62) arrobas de ouro por ano, considerado baixo. Insatisfeito com o negócio, o governador suspendeu a sessão, revogou o método por contrato e decidiu, junto a outros funcionários régios, incentivar a entrada de ouro na Casa de Fundição através de abatimento no quinto, de vinte para doze por cento. Infelizmente, não se identificaram os nomes de lançadores e demais indivíduos que estiveram no Palácio ao longo desses dias.⁵⁸⁸ Esse acordo perdurou até o fim do mandato de dom Lourenço.

Em setembro de 1732, assumiu o sucessor, Conde das Galvêas, último governador a residir junto ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. Ao longo de seus dois anos e meio de mandato, Galvêas jamais deixou o palácio. Inexistem registros de jornada às demais comarcas e, talvez, sequer os limites do termo de Vila Rica tenham sido vencidos.⁵⁸⁹ Foi a primeira vez que um governador manteve-se fixo numa única vila, abdicando do ritual de entrada junto a outros núcleos populacionais da capitania. Após a morte do anfitrião, em julho de 1733, foi garantida a permanência do Conde no palácio até o término da gestão, que findou em março de 1735. Tendo doado em testamento sua propriedade sede em Antônio Dias – sua casa, o palácio e a lavra de ouro – à câmara de Vila Rica, Henrique Lopes estipulou que o órgão municipal poderia tomar posse do legado no ano seguinte à morte do legatário, isto é, a partir de meados de 1734, respeitando-se, contudo, a residência do governador, caso o mesmo ainda estivesse por ali.

8. 1. Mobiliário, ornamentos e utensílios da casa de Henrique Lopes e do palácio de dom Lourenço e do Conde das Galvêas: um ambiente cortesão nas Minas.

Há informações detalhadas sobre o interior doméstico tanto da casa onde viveu o anfitrião Henrique Lopes quanto do palácio governamental. O elenco de objetos,

⁵⁸⁸ TERMO sobre o contrato que se pretendeu fazer dos quintos destas Minas, e abatimento de oito por cento no quinto. Vila Rica, 24 de maio de 1730. APM, SC 24, fl. 11-13.

⁵⁸⁹ Avaliando as patentes expedidas por Galvêas, foi possível detectar um único deslocamento, feito ao distrito de Cachoeira do Campo, no dia 8 de julho de 1734. APM, SC 15, fls. 62-143v.

móveis, utensílios e ornamentos domésticos sugere a constituição de um ambiente cortesão, que procurava imitar o requinte associado às casas nobres. Por outro lado, diversos elementos da cultura material nesse complexo arquitetônico denunciaram componentes importantes da sociedade colonial. Dispomos de dados sobre roupas, trastes, mobiliários e utensílios domésticos alocados na casa do capitão-mor e na residência do governador.

A diversidade de itens e o número de objetos contradizem a impressão de humildade ou de simplicidade que já foi associada às primeiras edificações das Minas. Abrangendo apenas as categorias mencionadas acima (roupas, trastes, mobiliários e utensílios domésticos), foram elencadas cento e quarenta (140) peças situadas nas duas propriedades. Nesse contexto, se Sylvio de Vasconcelos atribuiu rusticidade ao interior da casa de Henrique Lopes foi porque teve acesso unicamente ao inventário procedido pela câmara de Vila Rica, que abrangeu apenas os móveis e objetos constantes no “Palácio Velho”, à época em que essa propriedade foi transferida à posse do órgão municipal, documento que omitiu, portanto, os bens existentes na residência do capitão-mor.⁵⁹⁰ É certo ainda que o rol não considerou todos os objetos possuídos pelo anfitrião, mas tão somente os que o mesmo julgou pertinente incluir em seu testamento. Certas roupas e objetos de menor valor não foram levados em conta, pois era seu desejo “os distribuir por meus escravos e escravas e pobres”, doando-os “pelo amor de Deus e pela minha alma e da dita minha mulher”, sem que fosse necessário lançá-los em inventário.⁵⁹¹

A maior diversidade de objetos consistiu nos destinados ao uso pessoal doméstico: camas, catres, bofetes, mesas, cadeiras, caixas de roupa, almofadinhas, cortinas, cobertores, tapetes, pratos, copos, colheres, garfos, talheres em geral, bacias, bandejas, jarros, entre outros. Também existiu número bastante de pertences cuja função cumpria-se porta afora, interessada na exibição pública: roupas, fardas, joias, redes, armas, capas e balandraus. Os objetos de uso doméstico detinham função utilitária, presa à logística ordinária da “vida privada” na sociedade colonial: morar, vestir, guardar, descansar, cuidar, ocultar/mostrar. Contudo, por detrás da utilidade, escondiam-se signos culturais valiosos, que preenchiam a relação dos objetos com seu meio circundante. Ali, misturavam-se pertences de aplicação doméstica, utilizados no interior do domicílio; outros apresentavam função híbrida ou cambiante, destinados simultaneamente ao uso interior e à exteriorização, seja por transitarem de dentro para

⁵⁹⁰ VASCONCELOS, S. *Vila Rica...*p. 243-44. APM, CMOP 28, fls. 950-53.

⁵⁹¹ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2.

fora e de fora para dentro do ambiente doméstico, seja por servirem à recepção social (de visitas e convidados, por exemplo), mesmo quando postos no interior da casa. E, por fim, havia objetos vinculados ostensivamente à vida pública, cuja finalidade, nesse caso, perfazia-se na rua.

Peças, Roupas, Armações e Trastes da casa de Henrique Lopes	Nº
1. Almofadinha	12
2. Armação de Cama	1
3. Baladrau ou Capa	2
4. Bofete com Gaveta	2
5. Bolsa de Damasco	1
6. Caixa de Roupa	3
7. Cama de Damasco	2
8. Casaca de Droguete	1
9. Catre	2
10. Cobertor	4
11. Colcha de Algodão	1
12. Corte de Seda	1
13. Cortina	13
14. Farda de Soldado	6
15. Lençol	4
16. Manto de Cavaleiro	1
17. Oratório	1
18. Panos de Bofete	2
19. Peça de Cetim	3
20. Peça de Seda	2
21. Peça de Tafaeta	1
22. Penteador	1
23. Rede	4
24. Rodapé de Leito	1
25. Sanefa de Porta	3
26. Sarafia de Chita	2
27. Sobrecéu	3
28. Tamborete	6
29. Tapete	2
30. Toalha	2
31. Travesseiro	2
32. Vestia de Tafaeta	1
TOTAL	93

Quadro 7. Peças, roupas, armações e trastes da casa de Henrique Lopes.

Fonte: TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2.

Conforme mostrado no Quadro 7, na categoria de peças, roupas e trastes arrolados na casa de Henrique Lopes, existiram trinta e dois objetos, que somaram noventa e três itens. Há que considerar o significado específico de cada item, para dar sentido ao funcionamento de um complexo doméstico que extrapolava o ambiente privado e ganhava extensões públicas manifestas. Isto é particularmente evidente para a análise dos materiais alocados no Palácio Velho, pois que ali estiveram objetos que adornaram a residência dos governadores da capitania. Mas não só. Também a casa do

anfitrião prolongou-se até a sociedade colonial de Vila Rica, com ela trocando símbolos e significados diversos.

Os móveis de quarto e sala são poucos, mas demonstram requinte mobiliário: duas camas⁵⁹² de damasco, dois catres⁵⁹³, dois bofetes⁵⁹⁴ com gavetas, três caixas de roupa e seis tamboretas⁵⁹⁵. As camas de damasco eram, sem dúvida, o bem mais valioso e enobecedor. Daí o motivo pelo qual Henrique Lopes tratou logo de identificá-las e enumerá-las, mesmo quando pensava em não realizar inventário minucioso de suas posses.⁵⁹⁶ Aqui, cama parece equivaler a leito, conforme a definição dada por Bluteau, acrescida do distintivo de luxuosidade, um cortinado adamascado.⁵⁹⁷ Segundo Daniel Roche, as camas e leitos tinham valor oneroso, a ponto de o dispêndio com a sua aquisição consumir boa parte dos dotes de casamento na cidade de Bordeaux na década de 1670.⁵⁹⁸ Se isso se passava no Velho Mundo, a realidade colonial talvez fosse ainda mais modesta. Leila Algranti observou a raridade das camas – preteridas por redes, camas de vento, esteiras ou catres simples – e lembrou o célebre episódio sucedido em 1620 com Gonçalo Pires, que teve sua cama requisitada pela câmara da vila de São Paulo a fim emprestá-la ao ouvidor que chegava.⁵⁹⁹ Especificamente, adormecer em leito adamascado parece ter sido privilégio exclusivo de notáveis coloniais. Em 1678, o governador de Pernambuco André Vidal de Negreiros deixou sua relíquia para ornato da capela de Nossa Senhora do Desterro, recomendando aos administradores do templo jamais se desfizessem do legado, “antes terão grande cuidado de uma e outra coisa”.⁶⁰⁰

⁵⁹² “Cama, em que se dorme.(...) Para o distinguir melhor, do que chamamos leito” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, v. 2, p. 66.

⁵⁹³ “Catre: leito pequeno, com pilares, não totalmente levantados, como os do leito”, BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 2, p. 203.

⁵⁹⁴ “Bofete, em que se escreve ou em que se conta dinheiro” BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 2, p. 141.

⁵⁹⁵ “Tamborete raso, assento sem braços, nem espaldar, chama-se assim porque tem feição de um pequeno tambor” BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez...* v. 10, 34.

⁵⁹⁶ No testamento redigido a 20 de março de 1729, que antecede outros quatro codicilos, o testador não listou seus bens em pormenor, o que faria, não obstante, nos codicilos acrescidos posteriormente. Assim, neste primeiro registro, declarou possuir “duas camas de Damasco e outras armações, mais roupas, armas, móveis, caixas, baús e mais trastes de casa”. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 3v.

⁵⁹⁷ “Leito: consta de um catre com quatro colunas, ou pilares altos, e tábuas sobre que se põe a cama, arma-se com cortinas”. “Damasco: sede de labores entre tafetá e raso, assim chamado porque a invenção veio da cidade de Damasco. Há damascos de seda de Castela e Itália; Damasco da índia ordinários; Damasco tecido com ouro e prata; Damasco Carmesim, Damascos, ditos grandes”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 5, p. 74; v. 3, p. 6-7.

⁵⁹⁸ ROCHE, D. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. Tradução Assef Kfoury. São Paulo: Senac São Paulo, 2007, p. 245.

⁵⁹⁹ ALGRANTI, L. M. “Famílias e vida doméstica” in: Novais, Fernando A. (dir.) SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1, p. 107.

⁶⁰⁰ *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, ano 4, tomo 2, volume 13, 1866, p.

Ao cogitar sobre a função desse móvel no interior da capela convém lembrar a passagem bíblica em que o Senhor prometeu salvação àqueles “descansados no ângulo do seu leito e na cama de Damasco”.⁶⁰¹ Em 1718, em Salvador, o governador-geral mandou fabricar, à custa da Fazenda Real, “um adereço de damasco da Índia carmesim para a casa do dossel do Palácio, de cortinas para as janelas, pano para o bofete, alcatifa e dossel”, garantindo, assim, a monocromia do cômodo onde repousava.⁶⁰² Nas Minas, camas adamascadas foram igualmente incomuns. O capitão Manoel Rodrigues de Almeida, distinto irmão da Confraria do Santíssimo Sacramento em Vila Rica, assim como também o fora Henrique Lopes, possuía leito similar, mas isto em 1795.⁶⁰³

É pouco provável, mas não impossível, que as duas camas de damasco estivessem abrigadas na casa do capitão-mor. Talvez, um dos móveis pudesse existir no Palácio Velho, sendo, no entanto, listado como parte dos bens do proprietário, em consideração a seu valor simbólico e material. Todavia, como se verá adiante, a primeira casa do Palácio também contava com um leito nobre, de jacarandá, com cortinado de damasco amarelo. Em qualquer dos casos, pode-se afirmar que o proprietário usufruía de leito equivalente ao da maior autoridade régia da capitania. Além do quarto de dormir reservado ao casal e de outro onde se alocava virtualmente a segunda cama de damasco, mais um cômodo destinado ao repouso de hóspedes e convidados ou mesmo de serviçais e criados domésticos provia-se de dois catres velhos. Sabe-se, através do testamento, que Henrique Lopes abrigava em casa um soldado tido por seu parente. Por outro lado, duas escravas haviam servido individualmente ao testador e à sua esposa, auxiliando-os na velhice e no tratamento de doenças.⁶⁰⁴ O mulato forro Bernardo, filho adulterino do capitão-mor com sua escrava Mariana, também pode ter habitado o domicílio paterno, conforme indica a declaração do pai, afirmando que o “criou em sua casa” – muito embora seja incerto distinguir se o bastardo pernoitava na residência senhorial ou junto à mãe escrava, nas senzalas da mesma propriedade.⁶⁰⁵ De modo que, além do casal português, ignoram-se quantas e

79.

⁶⁰¹ “Isto diz o Senhor: como acontece quando um pastor chega a arrancar da boca do leão as duas pernas, ou a ponta de uma orelha, assim serão livrados os filhos de Israel, que habitam em Samaria descansados no ângulo do seu leito e na cama de Damasco”. Amós, cap. 3, vers. 12. *A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em português segundo a vulgata latina por Antônio Pereira de Figueiredo*. Lisboa: Typographia Universal, 1865, p. 774.

⁶⁰² *Documentos Históricos*, v. 55, p. 72

⁶⁰³ OLIVEIRA, M. P., *Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica, 1732-1800)*. Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2010, Dissertação de Mestrado, p. 92.

⁶⁰⁴ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 17, 18v. e 39.

⁶⁰⁵ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl.

quais pessoas dormiam no interior da residência. A disposição de quatro redes ampliava o número de dormitórios volantes, apesar de, como frisou Mariza Soares, essas também servirem de veículo de transporte senhorial, com suporte enlombado por escravos.⁶⁰⁶ Coloridas, as redes prestavam-se possivelmente à exibição pública.⁶⁰⁷ Em todo caso, o número incerto de moradores aproximou a residência de Henrique Lopes do que Iraci da Costa denominou “domicílio complexo”, morada na qual se abrigavam, “além do núcleo familiar básico, parentes de integrantes de tal núcleo e/ou núcleos familiares secundários” que podiam também manter vínculos familiares com os primeiros.⁶⁰⁸ Dada a escassez de cadeiras, suprida em parte por seis tamboretas, e a inexistência de mesa, talvez substituída por três caixas de roupa (“isto é, que podem servir de roupas com suas molduras”⁶⁰⁹), supõe-se que camas e catres também se prestassem ao assento ou, quem sabe, à recepção de visitas que chegavam sem aviso prévio.⁶¹⁰

Os bofetes podiam ser colocados na sala e no quarto. Bluteau identifica-os como móveis usados para se contar dinheiro, isto é, adequados à atividade de comerciantes e homens de negócio, que ali podiam escriturar créditos, guardar papéis e quantias. Na gaveta de um bofete é que Henrique Lopes recolheria os inúmeros papéis de crédito transacionados. Ali também se encontraria o sinete ou carimbo reproduzidor de sua assinatura, utensílio muito requisitado no dia a dia de um usurário analfabeto, chamado a dar rubrica constante em letras, créditos e documentos diversos. Aliás, o senhor iletrado devia contar, nesse caso, com o auxílio de um escravo ou ajudante alfabetizado, que lhe traduzisse ou transcrevesse cartas e demais comunicações escritas. Seria esse o ofício do filho Bernardo, que prestara “bons serviços” ao pai?⁶¹¹

Todos os móveis de quarto e sala recobriam e enfeitavam-se com adornos que otimizavam a luxuosidade dos ambientes. Quatro cobertores “de seda de várias cores” tinham “muito uso”, não se sabe se empregados como protetores térmicos ou por mera

7v.

⁶⁰⁶ “No século XVIII, quase não existem carruagens na cidade [do Rio de Janeiro]. Mesmo as pessoas de posse continuam, como no século anterior, a andar pelas ruas carregadas em redes e palanquins. Andar a pé com ou sem um escravo portando guarda-sol e ser carregado numa rede ou numa liteira de luxo são alguns indicadores de posição social de um homem ou de uma mulher” SOARES, M. de C. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 140.

⁶⁰⁷ “(...) duas redes novas e duas usadas de cores”. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 29.

⁶⁰⁸ COSTA, I. del N. da “Revisitando o domicílio complexo” in LUNA, F. V. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 609-614.

⁶⁰⁹ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 29.

⁶¹⁰ ALGRANTI, L. M. “Famílias e vida doméstica... p. 14.

⁶¹¹ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 7v.

função decorativa. Uma colcha de algodão com seus travesseiros de renda certamente prestavam-se ao aquecimento e à acomodação de corpos em repouso. Quatro lençóis novos com rendas, dois travesseiros e três almofadinhas de Bretanha, acrescidos de outras nove almofadinhas e mais duas toalhas rendadas, completavam o enxoval de cama. Os leitos ornavam-se com armações⁶¹², cortinas, sobrecéus⁶¹³ e rodapés⁶¹⁴. Algumas cortinas de damasco encarnado, dentre as treze existentes, atadas aos sobrecéus, vedavam as camas de damasco, numa das quais o casal branco pernoitava. O cerrar das cortinas produzia o único biombo efetivamente íntimo do quarto senhorial, cuja porta nem sempre trancafiada insinuava-se a olhares curiosos que só encontravam barreira na armação cortinada do leito. No caso de cortina insuficientemente extensa, incapaz de tocar o soalho, um rodapé de leito (também tecido em damasco encarnado) garantia a monocromia e o hermetismo do berço nupcial. As portas dos três quartos enfeitavam-se com sanefas⁶¹⁵, a exemplo de dois bofetes adornados com seus respectivos panos. As nove janelas da casa prescindiam de qualquer adorno ou proteção, além das folhas duplas de madeira com abertura para o interior.

Na sala de estar, embutido em nicho incrustado na parede, protegido por folhas de madeira, havia um oratório pintado com um crucifixo e uma imagem de Santo Antônio. Trazida para dentro de casa, a devoção religiosa ganhou forte caráter doméstico na América portuguesa. Em fazendas e casas mais abastadas, fizeram-se comuns capelas ou ermidas particulares, onde famílias senhoriais podiam dedicar-se aos ofícios católicos sem a necessidade de acorrer às igrejas e santuários públicos. Além de representarem um símbolo do poder senhorial, as capelas privadas refreavam o assédio às mulheres, esposas e filhas, expostas aos olhares e às intenções de padres esquecidos dos votos. O mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães detinha em casa, no morro de Vila Rica, uma capela própria, onde apadrinhou junto à esposa, dona Isabel da Costa, o filho do casal Domingos Francisco da Silva e Inácia de Souza, em janeiro de 1710.⁶¹⁶ Nos lares realizavam-se orações privativas ou individuais. As invocações diárias de ave-marias, padre-nossos e salve-rainhas, prescritas a partir da Reforma Católica, implicavam certa individuação devocional, que reforçava a ênfase doméstica da

⁶¹² “Armação: toma-se genericamente por todo o tecido que se arma nas casas, para ornato delas”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 1, p. 497.

⁶¹³ “Sobrecéu de cama: o pano estendido por cima, que prende nas quatro colunas do leito. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 7, p. 674.

⁶¹⁴ “Rodapé do Leito: pedaço de pano que se põem da parte inferior do leito, quando as cortinas não chegam até o chão”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 7, p. 35.

⁶¹⁵ “Sanefa: O pedaço ou tira larga de pano, que se estende sobre a parte superior de uma cortina”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 7, p. 469.

⁶¹⁶ AEPAD, Documentos diversos e registros paroquiais, Batizados, v. 456, fl. 3.

religião. Alguns procedimentos, como o costume de aspergir água benta em alicerces de construções, e diversos ícones, como imagens de santos, estandartes, cruzes e crucifixos imprimiam às residências as marcas da religiosidade de seus moradores. Particularmente, a devoção a Santo Antônio (Lisboa, 1195 – Pádua 1231), manifestada no oratório de Henrique Lopes, era partilhada por grande parte dos reinóis aventureiros no ultramar, que o tinham por protetor dos conterrâneos portugueses.⁶¹⁷ Ao santo lusitano se atribuía ainda o poder de captura de negros fujões.⁶¹⁸ Submetia-se a imagem a castigos, a fim de abreviar o tempo de perdimento do escravo. Padre Antônio Vieira endossou o costume popular do suplício icônico e reconheceu sua eficácia no alcance da benesse almejada.⁶¹⁹ Nesse caso, contudo, a súplica não surtiu efeito, pois o devoto de Santo de Antônio teve pelo menos dezoito escravos foragidos que jamais foram apanhados.

Também na sala de estar e talvez distribuídas nos quartos espalhavam-se três caixas ou baús com molduras que armazenavam roupas e objetos diversos. Possivelmente, tais caixas substituíam mesas ou bancadas, com suas superfícies superiores servindo como suporte de prataria e talheres. Difícil imaginá-las como abrigo de refeições, jantares ou recepções festivas, embora essa possibilidade não deva ser descartada. A roupa depositada nos baús era multifária, nobre e colorida. De um lado, perfilavam-se as vestes profissionais, ligadas ao ofício militar, e cerimoniais, de pertencimento às ordens militares e confrarias. Duas capas (ou balandraus), uma de tafetá⁶²⁰ roxo com uma cruz de ouro e outra encarnada, “bem usada ou traçada”, atestavam filiação à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, a que se unia, em geral, a “elite” do Santíssimo Sacramento.⁶²¹ Um manto de Cavaleiro da Ordem de Cristo era cuidadosamente guardado numa bolsa de damasco encarnado, à espera de

⁶¹⁷ DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. Belo Horizonte: FFCH/UFGM, 1998. (Dissertação de Mestrado), p. 186.

⁶¹⁸ MOTT, L. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato” in: REIS, J. J.; GOMES, F.S. (orgs.), *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 110-38.

⁶¹⁹ MOTT, L. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e calundu” in: NOVAIS, F. (dir.) SOUZA, L. M.(org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1, p. 187-88.

⁶²⁰ Tafetá: “Certo pano leve de seda, na opinião de Covarrubias, chamado assim, pela figura onomatopeia do ruído *Tif, Taf*, que faz o que anda vestido desta seda. Outros derivam de *Tapbatá*, que é o nome que lhe deram os gregos modernos. Du Cange no seu glossário quer que Tafetá é deriva de *Taffata*, palavra que se usou nesse sentido na baixa Latinidade. (...) Há muitas castas de Tafetás, tafetá singelo, tafetá dobrado, tafetá de linhas, tafetá da Índia, da Pérsia, de Lanquim, do Sinde, de Chaul, de S. Thomé”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 8, p. 15

⁶²¹ OLIVEIRA, M. P. “A elite do Santíssimo de Vila Rica na segunda metade do século XVIII” *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: Dimensões do Poder em Minas*. Mariana, 2010. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://www.seminariojals.ufop.br/monalisa_pavonne_oliveira.pdf. Acesso: 08 de jul. 2013.

amortalhar o corpo de seu proprietário, expectativa concretizada à última hora. Uma casaca de droguete⁶²² “forrada de nobreza azul clara”; seis fardas novas completas (conjunto composto por seis casacas, uma véstia⁶²³, cinco calções e alguns retalhos de mesma fazenda), “de pano grosso azul como as dos soldados, guarnecidas e forradas de serafina encarnada e amarela” compunham as vestimentas militares do capitão-mor. De outro lado, certas peças de tecidos nobres vinculavam-se ao vestuário feminino, talvez pertencentes à finada Ana Maria, a exemplo de um penteador de renda.⁶²⁴ Outros itens do mesmo feitio, não se sabe se masculinos, foram uma véstia de tafetá usada; um corte de seda “azul com ramos de ouro e espernegão da mesma cor”; três peças de cetim vermelho “com ramos de ouro antigo”; uma peça de seda “cor de fogo” antiga; e uma peça de tafetá preto.

A predominância azulada na coloração das roupas, associada ao uniforme militar, concorre com o vermelho do enxoval de quarto e de algumas peças de tecido. Em Minas, o azul e o vermelho parecem ter sido as duas principais colorações encontradas em roupas e adornos, além do branco e do preto. Enquanto essas cores manifestavam-se isoladas, desprovidas de combinação, aquelas ocorriam em matizes diversos, a que se sobrepunham detalhes em amarelo (em ouro). As roupas de baixo sempre alvas metaforizavam a pureza, o asseio e a castidade do corpo cristão. O preto associava-se à reclusão, ao recato e à sobriedade esperados do comportamento feminino. Já as demais colorações acenavam conjunto mais complexo de signos agenciados no meio local. Ali, a moda multicolor suplantava, em termos absolutos, a incidência do branco e do preto, demonstrando que o simbolismo das cores ia muito além de um modismo estético. O colorido que Gracinéa Oliveira, apoiada em Luís Lizante, atribui à afetividade e à vivacidade dos colonos de Minas, remete, na realidade, ao teor arrivista da sociedade local.⁶²⁵

As três tonalidades de azul identificadas por Bluteau e presentes na rouparia do finado são alegorias ou metáforas da empresa colonial. O *azul celeste*, “mui claro”, associava-se evidentemente ao paraíso divino e constituía coloração “imitadora da cor

⁶²² Droguete: Casta de pano, tecido com linha e lã, ou com linho e seda. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 3, p. 206.

⁶²³ Véstia: Vestidura de homem com mangas, chega até os joelhos. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 8, p. 456.

⁶²⁴ “Penteador: o pano de linho que se põe ao redor do pescoço e com que se cobrem os ombros, por não sujar o vestido com cabelos, ou carepa de cabeça, quando alguém se penteia”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 6, p. 402.

⁶²⁵ OLIVEIRA, G. I. “As cores do vestuário e a sociedade mineira setecentista”, *Scripta Philologica*, v. 4, p. 298-315, 2008. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp21/07.pdf>. Acesso: 11 de jul. 2013.

do Céu”; o *azul ferrete*, “mais escuro e mais baço”, tomava por adjetivo um instrumento de tortura, usado para marcar o rosto e o corpo de escravos, com ferro em brasa⁶²⁶; e o *azul ultramarino*, mais denso e quem sabe o que melhor representava a aventura marítima lusitana.⁶²⁷ As diferentes tonalidades azuladas em roupas e tecidos descritos no testamento podiam ser tomadas, pois, por representações das distintas funções do súdito no ultramar. A armação de cama de seda “azul clara” enfatizava a ambição celestial do leito senhorial. Por seu turno, fardas soldadescas com “pano grosso”, de um azul escuro, ferrete ou ultramarino, aludiam à função repressiva do ofício militar, assumida em nome e defesa do rei.

Já o vermelho, nas tonalidades encarnada⁶²⁸ ou cor-de-fogo (misturada com amarelo), tomava conta do leito adamascado, de cortinas, sobrecéus, sanefas e de quatro peças de cetim e de seda. Essa cor foi, por excelência, a da nobreza lusitana no século XVIII, seja no Reino seja no Novo Mundo. Governadores de capitania e vice-reis trajaram-se rigorosamente rubros, como demonstra a indumentária de dom Luís de Vasconcelos e Sousa, 12º vice-rei do Brasil, retratado em fins da centúria.⁶²⁹ O vermelho conferia distinção social a seus usuários e não só conforme os valores europeus. Estava associado, nas culturas indígenas, à proteção contra malefícios, obtida através da pigmentação do urucum. E também era utilizado por escravos africanos, especialmente em ritos religiosos.⁶³⁰ Em fins de 1717, quando o recém-empossado dom Pedro de Almeida domiciliou no palácio mandado construir pelo anfitrião, o autor anônimo do diário de viagem frisou que “as casas estavam muito bem ornadas com cortinas nas portas de damasco carmesim e as cadeiras e cama do mesmo”. Isto é, todo o interior revestia-se de tecidos rubros, comprovando a função distintiva da cor, associada à nobreza lusitana. Segundo o escritor, Henrique Lopes teria doado todos esses aparatos ao Conde de Assumar para “adorno” de seu Palácio na Vila do Carmo.⁶³¹ A casa do minerador reproduziu, portanto, idêntico modelo decorativo, a copiar esteticamente residência do governador.

⁶²⁶ “Ferrete: marca que se faz com ferro em brasa na cara ou no corpo de um escravo”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 4, p. 87.

⁶²⁷ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 1, p. 698.

⁶²⁸ “Encarnado: de cor de rosa”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 3, p. 84.

⁶²⁹ ALMEIDA, A.M.R.; LIMA, V. “Imagem e reflexão: o retrato de d. Luís de Vasconcelos e Sousa”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, 2010, p. 99.

⁶³⁰ BARROS, S. P. A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 8, p.117-154, 1947, p. 138.

⁶³¹ RPHAN, Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 314.

Móveis Inventariados no Palácio (Primeira e Segunda Casas)	Nº
Banco grande com encosto (servem na sala)	3
Bofete de jacarandá com pés torneados	3
Bofete ordinário de pés lisos	1
Cadeira de encosto sem braços	18
Cortina de Damasco Vermelho	3
Espelho pequeno com moldura	1
Leito de jacarandá torneado com cortinado de Damasco amarelo	1
Mesa de Cozinha	1
Mesa redonda de jacarandá em que se janta	1
Sanefa de Damasco Vermelho	5
Tamborete	10
TOTAL	47

Primeira Casa	Nº
Bofete	1
Cadeira	18
Cortina	3
Leito	1
TOTAL	23

Segunda Casa	Nº
Banco	3
Bofete	3
Espelho	1
Mesa	2
Sanefa	5
Tamborete	10
TOTAL	24

Quadro 8. Móveis inventariados no Palácio (primeira e segunda casas).

Fonte: APM, CMOP 28, fls. 950-53.

Como se vê no Quadro 8, a mobília destinada ao conforto e à recepção de convidados foi, sem dúvida, o diferencial do palácio, a sugerir que o domicílio governamental orientou-se por programa diverso da casa de Henrique Lopes. Chama atenção, em especial, a grande amostra de mesas, cadeiras e bancos, itens raros nos inventários coloniais e ausentes no próprio imóvel vizinho.⁶³² Essa mobília distribuía-se entre as duas casas que formavam o palácio. Na primeira, havia dezoito cadeiras de encosto sem braços, forradas de couro moscovia com pregarias.⁶³³ Na outra, alocavam-se uma mesa de jantar redonda, de madeira jacarandá, coberta com um pano verde, outra mesa de cozinha, três bancos grandes com encosto “que servem na sala” e mais dez tamboretos velhos (cinco de couro e cinco de olandilha).⁶³⁴ Não há outra hipótese senão a de que tais móveis servissem à prática política dos governadores, forçados a receber convidados, funcionários, requisitantes, homens principais e demais indivíduos

⁶³² ALGRANTI, L. M. “Famílias e vida doméstica...v. 1, p. 83-154; p. 105-06.

⁶³³ “Moscovia: couro que vem de moscóvia”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 5, p. 596.

⁶³⁴ “Olandilha: Pano de linho engomado, com que costumam forrar vestidos. As olandilhas mais nomeadas são as olandilhas de canequins, de jôris, de cores com festo, olandilha fina encarnada, olandilha de Hamburgo somenos”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez...* v. 6, p. 53.

que acorriam, sem cessar, às portas do Palácio, a fim de obter audiência com a autoridade máxima da capitania. Mas não só isso. A mesa redonda de jacarandá “em que se janta”, talvez instalada na sala, guarnecida parcial ou integralmente por dezoito cadeiras (adornadas de maneira uniforme, como um conjunto de mobília) ou ainda por tamboretas, sugere a formação de um lócus de sociabilidade política, em que o governador habilitava-se à recepção de elevado número de convidados, simultaneamente. A sala de jantar transformava-se, assim, em sala de reuniões, de audiências públicas ou particulares, na qual tomavam parte pessoas requisitadas ou requisitantes do governador. Por outro lado, três bancos grandes com encosto, também postados na sala, indicam maior privacidade, convidativos à comunicação interpessoal mais íntima (quem sabe, secreta), direcionada a uma ou duas pessoas apenas. E, nesse caso, o recinto ganhava caráter reservado, próprio ao sigilo exigido na arte de governar.

Dois bofetes de jacarandá com pés torneados e outro com pés lisos distribuíam-se na segunda casa, alocados em cômodos diversos, no quarto e na sala, notadamente; outro móvel do tipo, também de jacarandá, existia na primeira casa. A profusão de bofetes sinaliza o ofício escriturário da secretaria de governo. Ali, fazia-se o registro manuscrito de todo o expediente dos governadores. É possível que o secretário de governo detivesse bofete específico, exclusivo a seu uso. Outro móvel devia alocar-se no quarto do governador, permitindo-lhe escrever com privacidade. E um terceiro, talvez de uso comum, serviria na sala, assistindo às audiências públicas ou privadas dos que recorriam ao general.

A repartição dos móveis deixa entrever que as duas casas do Palácio possuíam função complementar, mas distinta. O único leito inventariado, de jacarandá torneado, ornado com cortinado de damasco amarelo franjado de prata, fixava-se na primeira casa. Seria esta a residência do governador? A exiguidade dos móveis e dos utensílios nela existentes, apenas cama, bofete e três cortinas, faz duvidar disso. Desenha-se, antes, uma estrutura modesta, talvez destinada ao usufruto do secretário de governo ou de algum hóspede itinerante, que ali encontraria local de repouso e pernoite. O jogo de cadeiras também listado nessa casa sugere a existência de um pequeno depósito anexo, onde eram guardados utensílios em excesso ou pouco utilizados na edificação principal. A residência oficial era, sem dúvida, a segunda casa. Identificam-se ali pelo menos três cômodos – quarto, sala e cozinha – com móveis próprios, a exemplo da mesa de cozinha e dos bancos da sala. Mas se isso foi verdadeiro cabe perguntar: onde estaria a cama utilizada pelo governador? É possível deduzir tratar-se de um dos leitos adamascados

requisitados pelo capitão-mor em seu próprio testamento. O mesmo se pode dizer para os demais adornos domésticos que ornamentavam a casa do general. Onde estariam? À exceção das cinco sanefas de damasco vermelho (usadas possivelmente nas portas) restantes no inventário, todos os outros itens devem ter sido arrolados no testamento de Henrique Lopes. Outra possibilidade é a de que tais itens pertencessem ao governador e, nesse caso, não tenham sido tomados a rol.

Peças em prata lavrada	Nº	Peso
1. Bacia de prata pequena	2	8 marcos, 1 onça e 1 oitava
2. Bacia de barba	1	8 marcos, 1 onça, 1 oitava
3. Bandeja de prata lisa grande	2	5 marcos, 7 onças e 1 oitava.
4. Bandeja [meão] lavrada	2	5 marcos, 6 onças e 4 oitavas
5. Barrinha de prata	2	1 marco, 1 onça e 6 oitavas
6. Cabo de faca de prata	12	-
7. Caldeira cumprida de beber água, com sua corrente	2	3 marcos, 7 onças, 5 oitavas e 6 grãos
8. Candeeiro de prata de quatro lumes	1	10 marcos, 6 onças e 3 oitavas
9. Castiçais de prata	3	11 marcos, 2 onças e 3 oitavas
10. Colher	26	3 marcos, 7 onças, 5 oitavas e 32 grãos
11. Colher de ferro com cabo de prata	2	-
12. Concha	1	-
13. Copo de prata de gomos pequeno	1	2 onças e 6 oitavas.
14. Faca de ferro com cabo de prata	16	-
15. Galhetas com talheres	1	-
16. Garfo	19	1 marco, 7 onças e 4 oitavas
17. Garfo de ferro com cabo de prata	7	-
18. Jarro	1	-
19. Luzia de facas de cabo de prata	1	-
20. Par de esporas	1	5 onças e 6 oitavas
21. Prata velha de diversos bocados	-	2 marcos e 3 onças
22. Prato de prata de batizar com seu saleiro e jarro	1	-
23. Prato de prata lisa	1	7 marcos
24. Prato fundo pequeno	6	11 marcos, 1 onça e 1 oitava
25. Prato meão	1	4 marcos, 7 onças 1 oitava
26. Prato pequeno	17	29 marcos, 2 onças e 4 oitavas
27. Púcaro	3	5 marcos, 5 onças e 6 oitavas
28. Púcaro de prata dourado feita na Nova Colônia	1	-
29. Saleiro com tampa lavrados e pires.	1	2 marcos e 1 onça.
30. Salva maior de pé torneado	1	6 marcos, 1 oitava e 6 grãos
31. Salva pequena lavrada	2	4 marcos, 7 onças 7 oitavas
32. Taboleirinho de finagrana de prata	1	-
33. Talher com cinco peças	2	20 marcos e 2 oitavas
TOTAL	140	158 marcos, 4 onças e 4 oitavas

Quadro 9. Peças em prata lavrada arroladas no testamento de Henrique Lopes de Araújo.

Fonte: Testamento do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2.

Não há dúvida de que o capitão-mor incluiu em seu testamento toda ou boa parte da prataria que servia em palácio. É o que demonstra o Quadro 9, postado acima, com a relação do riquíssimo acervo de peças em prata lavrada possuídas por Henrique Lopes. Destaque-se o numeroso conjunto de utensílios destinados à mesa, como bandejas, colheres, facas, garfos, pratos, púcaros, salvas e talheres de prata. Como vimos, a

abastança à mesa foi componente fundamental do *ethos* nobre ou senhorial, tanto mais requisitado no palácio governamental. Talhares e demais aparelhos eram peças requeridas em quantidade e em qualidade proporcional à fartura de alimentos e à condição social dos convivas chamados à mesa. O anfitrião ostentava trinta e três tipos diferentes de objeto em prata lavrada, a somar 140 itens. Parece evidente que a maioria dessas peças visava atender às demandas do palácio, quando se sabe que a casa do anfitrião sequer deteve mesa de jantar. Supondo-se a partilha individual de garfos e pratos, é possível cogitar que o jogo permitisse a recepção de mais ou menos vinte comensais simultaneamente. Note-se portanto a sua adequação à função palaciana, como lugar de sociabilidade cortesã e de convivência política entre governador e homens principais que jantavam e ceavam junto ao capitão-general.

Depois de dezesseis anos em frequente contato com governadores, provendo-lhes o palácio e tendo-os como vizinhos, é de supor-se que o “ridículo” plebeu anfitrião houvesse aprendido, na velhice, as regras e os comportamentos próprios do meio cortesão, do viver “à lei da nobreza”. Mas, além das representações requeridas na sociedade de Antigo Regime, a propriedade daquele senhor escravista também respondeu a uma série de compromissos atrelados ao mundo colonial. Esses compromissos, especialmente os travados pelo senhor junto a seus escravos, tiveram ressonância mais evidente após a morte do benfeitor. Num futuro não muito distante, a primitiva sede política da capitania de Minas Gerais viria a ser ocupada, transformada e reapropriada por trabalhadores africanos. O primeiro palácio de Vila Rica foi um palácio colonial, imerso nos conflitos sociais específicos dessa realidade.

PARTE III
UM “HOMEM PRINCIPAL” NAS MINAS

Cap. 9 – “Capitalista”, “homem laborioso”, “benfeitor”, “Novo rico bisonho” e “interesseiro”: Henrique Lopes de Araújo na historiografia

(...) e no primeiro dia que chegou sua excelência apareceu com três vestidos e pela noite com um de pano negro, ricos todos, mas no seu mal e desproporcionado feitio pareciam uns trapos, sempre andou com um colar no chapéu e seu broche, e finalmente tão ridículo em tudo que era objeto de sua excelência. (...) No seu princípio foi taberneiro e hoje se acha rico sem filho, nem filha, que o herde, e ele já de uma idade avançada.

Anônimo, 1717.

Personagem obscura na história *antiga* de Minas, Henrique Lopes de Araújo foi mais que anfitrião de governadores. Como se viu no quarto capítulo, ele participou do grupo de agentes e de comerciantes oriundos do Rio de Janeiro que, na primeira década do século XVIII, instalou-se nas encostas e elevações próximas aos arraiais de Antônio Dias e Padre Faria, nas Minas Gerais, dominando e partilhando entre si, por posse, o Morro então chamado Tapanhuacanga, em língua brasílica, o “Cabeça de Preto”, topônimo alusivo da maciça presença de escravos africanos naquele local. Detentor de uma loja de fazenda no litoral fluminense, nas Minas o emigrado envolveu-se inicialmente no pequeno comércio de abastecimento, através de um açougue aberto no arraial de Antônio Dias. Integrou, portanto, o partido de forasteiros “cariocas” imiscuídos no conflituoso comércio de gêneros para as Minas Gerais, negócio que esteve na origem da Guerra dos Emboabas. Logo após essa contenda, foi considerado um dos homens principais da recém-fundada Vila Rica, assinando a sua ata de criação. Tornou-se o primeiro capitão-mor dessa vila, e desde então, até a sua morte, atuou nos principais embates políticos e sociais ali sucedidos. Fez-se também grande minerador, senhor de extenso plantel de escravos.

Embora a personagem seja em linhas gerais desconhecida, ela já figurou em algumas obras de nossa historiografia. A primeira menção dos historiadores ao nome de Henrique Lopes de Araújo foi realizada por Diogo de Vasconcelos, em sua obra maior, de 1904. O autor de *História Antiga das Minas Gerais* aludiu, em duas passagens, a atos militares executados pelo capitão-mor de Vila Rica: a intervenção em defesa do ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, em motim sucedido em 1718, que tinha por suposto objetivo a deposição do magistrado; e a participação na repressão à revolta de Vila Rica, quando tomou parte na ação capital que resultou na prisão dos principais líderes

rebeldes.⁶³⁵ Apoiando-se no conteúdo da carta-patente do capitão-mor, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1899, e no do *Discurso Histórico e Político*, Diogo de Vasconcelos descreveu-nos um súdito fiel ao Conde de Assumar, auxiliando-o em momentos decisivos da Revolta de Vila Rica.⁶³⁶ Como na ocasião em que, já tendo prendido o mesmo Manuel Mosqueira que antes defendera, e estando este, junto com Pascoal da Silva Guimarães, detento na cadeia da Vila do Carmo, Henrique Lopes pediu socorro urgente ao governador, que permanecia no Carmo, informando-lhe da situação caótica de Vila Rica após a captura dos líderes.⁶³⁷

A segunda menção também foi dada pelo fundador da historiografia mineira. Em 1917, na sua *História Média*, referiu-se ao “capitalista Henrique Lopes de Araújo” que houvera emprestado uma casa para a moradia dos capitães-generais anteriormente à construção do Palácio dos Governadores no centro de Vila Rica. Citando carta endereçada por Martinho de Mendonça a Gomes Freire em 1736, o autor reproduziu a queixa de que o imóvel destinado ao abrigo do governador (que pensava ser o Palácio Velho) “era mais um cubículo de religiosos que residência de um governador, não havendo cômodo em que se pusesse uma mesa”. Escapou a Vasconcelos, entretanto, o detalhe de que Martinho de Mendonça estava a referir-se às dimensões do cômodo para onde Gomes Freire havia transferido provisoriamente a sede e a secretaria de governo, na antiga Casa de Fundação, após ser forçado a deixar o Palácio Velho. Apesar desse lapso, o autor informou corretamente sobre o legado deixado por Henrique Lopes, que viria a ser empregado na fundação da Misericórdia de Vila Rica.⁶³⁸

Em 1924, Feu de Carvalho teceu comentário elogioso no seu pequeno opúsculo, “Reminiscências de Vila Rica”, lançado na mesma *RAPM*. Investigando as origens do Hospital da Santa Casa de Ouro Preto, o autor aludiu ao “homem laborioso”, “sem aspirações e cheio de préstimo”, que naquela época “em que predominava a mais

⁶³⁵ VASCONCELOS, D. de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999, p. 366 e 370-71.

⁶³⁶ A seção denominada “Cartas-Patentes” do quarto volume da *RAPM*, publicado em 1899, parece ter sido especialmente dedicada a indivíduos cujas patentes revelassem envolvimento direto ou indireto na revolta de Vila Rica. Diogo de Vasconcelos serviu-se de diversos documentos do tipo em sua narrativa do conflito. CARTAS-PATENTES, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 4, 1899, p. 99-133.

⁶³⁷ O dado de que Henrique Lopes de Araújo tenha sido responsável pela prisão de Manuel Mosqueira da Rosa não pôde ser confirmado documentalmente. Sabe-se, através de ordem expedida pelo governador, que o capitão-mor auxiliou, de fato, na prisão dos líderes, montando guarda na cadeia de Vila Rica e publicando bando de Assumar, que autorizava o assassinato de mascarados. A menção à carta do capitão-mor com pedido de socorro e relato da situação de Vila Rica consta no *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 131. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999, p. 372.

⁶³⁸ VASCONCELOS, D. de *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 296.

descomedida ambição e utilitarismo” destacou-se como “benfeitor máximo do hospital da Misericórdia de Vila Rica”. Feu de Carvalho lembrou a doação realizada em testamento pelo capitão-mor a constituir o legado formador da Misericórdia. Henrique Lopes teria sido proprietário de “poucos haveres”, mas assenhoreava roça em Bom Sucesso e lavras minerais no arraial de Antônio Dias, onde construíra sua casa e também um Palácio, destinado à morada dos governadores da capitania. Nessa propriedade – supôs equivocadamente o autor – haviam residido todos os governadores de Minas, a começar por Antônio de Albuquerque. Após o falecimento do proprietário, seu patrimônio foi deixado à Câmara de Vila Rica, que o utilizaria como sede do hospital. A novidade desse estudo residiu no uso do testamento de Henrique Lopes, que, parcialmente transcrito, fora apensado à documentação da câmara.⁶³⁹

Já familiarizado com a personagem, Feu de Carvalho tornou a abordá-la em sua obra dedicada à revolta de 1720, individualizando as incursões do capitão-mor nos eventos de Vila Rica. A personagem aparece em momentos decisivos da repressão, agindo em defesa do governador. Especificamente, três episódios foram destacados: dois deles retomavam dados já anunciados por Diogo de Vasconcelos; e outro informava que, no princípio dos motins, Henrique Lopes teria recebido uma carta do Conde de Assumar, a pedir-lhe ajuda na pacificação do conflito.⁶⁴⁰ Carvalho destacou a atuação da personagem nas ações que redundaram nas capturas de Pascoal da Silva Guimarães, Bento Felix, Manuel Mosqueira da Rosa e seu filho, frei Vicente Botelho. A prisão do carcereiro de Vila Rica, João Ferreira Diniz, foi empreendida pessoalmente pelo capitão-mor. O autor transcreveu a ordem de prisão registrada na secretaria de governo e também lembrou a missiva redigida pouco depois pelo próprio Henrique Lopes, noticiando ao general a ameaça de incêndio que pairava sobre Vila Rica após a prisão dos líderes – dado que consta no *Discurso Histórico e Político*.⁶⁴¹

A tese de *Ementário da História de Minas* consistiu na detração do português Felipe dos Santos, que alguns queriam igualar a Tiradentes, figura maior da Inconfidência Mineira. Segundo Feu de Carvalho, a origem portuguesa distinguiu os

⁶³⁹ CARVALHO, T. F. de. “Reminiscências de Vila Rica”. *RAPM*, v. 20, 1924, p. 339-352; p. 342. Grifo do autor.

⁶⁴⁰ “D. Pedro de Almeida ainda escreveu ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo, que o era desde o tempo de Antônio de Albuquerque, e a várias pessoas, para que empregassem meios de sossegar os revoltosos, comprometendo-se a conceder tudo que fosse justo e razoável”. CARVALHO, F. de. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933, p. 82. O autor equivoca-se quanto ao momento em que Henrique Lopes tornou-se capitão-mor de Vila Rica, fato ocorrido em fins de 1713, já no governo de d. Brás Baltasar da Silveira. Não foi possível localizar a carta a que se refere Feu de Carvalho.

⁶⁴¹ “CARVALHO, F. de. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933, p. 135 e 140.

rebeldes de 1720 daqueles atuantes no movimento libertário de fins do século XVIII. Vistos como traidores do rei de Portugal, a quem deviam lealdade por vínculo natalício, os insurgentes contrários a Assumar intentavam obter ganhos particulares mesquinhos. Nesse sentido, reinóis como Henrique Lopes que se mantiveram fiéis ao governo português foram vistos com bons olhos.⁶⁴²

Na década de 1950, outros dois trabalhos, inscritos sob a influência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), pesquisaram a história do Palácio Velho de Ouro Preto e de seu construtor. Em 1955, Francisco Antônio Lopes, n' *Os Palácios de Vila Rica*, serviu-se do diário de viagem do Conde de Assumar, publicado pela *Revista* daquele órgão, para referir-se ao fato de que Henrique Lopes de Araújo havia sido anfitrião do novo general, na chegada deste à Vila Rica, em dezembro de 1717. Segundo o autor, a personagem “era, pelos seus haveres, um dos principais moradores de Vila Rica nos primeiros tempos” e seu nome estava inscrito em diversos registros da época. Francisco Lopes corrigiu a errônea suposição de que o Palácio Velho houvesse servido de morada aos dois primeiros governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, lembrando que apenas o Conde de Assumar chegou a domiciliar no imóvel de Antônio Dias. Permanecia, contudo, incerta a localização do Palácio.⁶⁴³

Um ano depois, Sylvio de Vasconcelos deu à luz sua importante obra acerca da arquitetura de Vila Rica. Nela, identificou com precisão as ruínas do Palácio Velho, rascunhando planta do imóvel, e a casa que teria pertencido a Henrique Lopes, além de comentar a atividade comercial do proprietário.⁶⁴⁴ A pesquisa realizada pelo autor inseriu-se no esforço do 3º Distrito do DPHAN, sediado em Belo Horizonte e dirigido por Vasconcelos, a fim de apropriar-se daquele patrimônio, salvaguardando-o da destruição resultante de reformas e construções empreendidas pelos proprietários no interior das ruínas.⁶⁴⁵ Embora frustrado, esse esforço valeu estudo efetuado pelo autor,

⁶⁴² Além de Feu de Carvalho, também Pandiá Calógeras e Waldemar de Almeida Barbosa contestam o teor nativista da revolta de 1720. Veja-se LOPES, M. B.; LIMA, K. T.; VIEIRA, L.A. S.; “Felipe dos Santos e o Morro da Queimada: a personagem e o lugar”. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Historiografia.pdf>. Acesso: 03 de mar. de 2013.

⁶⁴³ LOPES, F. A. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955, p. 9-16.

⁶⁴⁴ VASCONCELOS, S. de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, p.36-37.

⁶⁴⁵ A Pasta Ouro Preto/Palácio Velho/Henrique Lopes existente no Arquivo do Centro de Documentação e Informação do IPHAN de Belo Horizonte (13ª Superintendência de Minas Gerais), contém uma série de cartas e ofícios trocados entre funcionários do Departamento, a envolver especialmente Sylvio de Vasconcelos, e outros indivíduos e autoridades. Os documentos referem-se às ações empreendidas pelo órgão federal junto às ruínas do Palácio Velho de Ouro Preto no período entre 1947/70. Questão relevante do acervo é a explicitação do conflito então estabelecido entre o DPHAN, de um lado, a Prefeitura de Municipal de Ouro Preto e os proprietários do complexo do Palácio Velho, de outro. A Pasta também

que, em carta ao prefeito de Ouro Preto, escrita em 1967, estabeleceu o primeiro esboço histórico do Palácio Velho, identificando a época de sua construção (1716-1717), os governadores que nele moraram (dom Lourenço de Almeida e o Conde das Galveas – desfazendo o equívoco quanto ao Conde de Assumar, já que a casa fora “pouco utilizada por d. Pedro, que residia em Mariana”), e sua trajetória durante a década de 1730, além de mencionar os elementos arquitetônicos presentes no interior e no entorno da ruína. Conforme alegou nessa missiva, tratava-se de “uma das mais significativas tradições locais”, de grande relevância histórico-arquitetônica: “a construção aludida é, assim, a mais antiga ainda existente em todo o Brasil, intacta em seus remanescentes, ligada à história da administração colonial”.⁶⁴⁶

Os trabalhos de Francisco Lopes e de Sylvio de Vasconcelos exemplificaram a ação coordenada pelo DPHAN no sentido de pesquisar, a partir de bases documentais sólidas, que ultrapassassem o ensaísmo, o patrimônio físico de Vila Rica, entendido como locus privilegiado da arquitetura “mulata” e “nacional”, foco de interesse da repartição durante a chamada “fase heroica” das políticas patrimoniais no Brasil, entre 1937-1967. Nesse sentido, é fato relevante que o Palácio Velho tenha atraído a atenção de dois dos maiores pesquisadores da arquitetura mineira no período. A edificação de Antônio Dias era exemplar originário da arquitetura colonial mineira e podia, portanto, ser entendida por matriz das concepções arquitetônicas que viriam a se maturar no decorrer do século XVIII, no auge do barroco mineiro.⁶⁴⁷

Em meados dos anos 1960, Fritz Teixeira de Salles referiu-se ao Palácio e a seu proprietário ao contrapor duas tipologias de homens que haviam consolidado seu prestígio social e econômico nas Minas durante a década de 1710. Utilizando-se do relato de viagem de Assumar, no trecho que descreve a estadia do governador nas casas do capitão-mor, frisou a existência desses “*nouveaux-riches* bisonhos como Henrique Lopes, dono do Palácio Velho”, que se diferenciavam de outros mineiros, como Pascoal da Silva Guimarães, “indivíduos de alta argúcia e muita audácia, com inegável poder de liderança e iniciativa”. O autor não chegou a avaliar a arquitetura do Palácio Velho, como fez, por exemplo, com a do Palácio dos Governadores, e com a de outras

contém fotografias realizadas na época.

⁶⁴⁶ CARTA de Sylvio de Vasconcelos. 22/04/1967. IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL.

⁶⁴⁷ DANGELO, A. G. D. *A Cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG – Depto. de História, 2006. (Tese de doutorado), p. 83-87.

edificações proeminentes de Vila Rica.⁶⁴⁸ Cristalizava-se, em todo caso, a imagem servil de Henrique Lopes. Em 1970, Ivo Porto de Menezes, outro arquiteto ligado à “academia SPHAN”, lembrou que, durante os eventos da revolta de Vila Rica, havia sido a partir da casa “que lhe cedera o interesseiro capitão-mor” que Assumar assistiu ao incêndio do morro do Ouro Podre.⁶⁴⁹

Em 1972, Donald Ramos também apresentou a personagem ao lado de figuras como as de Pascoal da Silva e de Manuel Nunes Viana, entendendo-as como símbolos do processo de ascensão social proporcionado pela mineração em seus primeiros tempos. O autor salientou que, embora a riqueza tenha-lhe aberto portas, permitindo-lhe transformar-se em comandante militar das ordenanças e em proprietário de rica mina de ouro, Henrique Lopes jamais adentrou a categoria dos “homens da governança”, permanecendo alijado da câmara de Ouro Preto, impedimento que lhe fora colocado, segundo o autor, por seu passado vil e mecânico. Para o brasilianista, o caso desse antigo taverneiro ilustra o “estranho espetáculo” de um homem rico, portador de patente militar, mas afastado do órgão máximo municipal, fator que o teria levado a empreender “gesto extravagante”, como fora a construção da “casa de luxo” destinada a recepcionar Assumar, a fim de angariar o prestígio que lhe parecia, de outra maneira, inalcançável. A partir desse exemplo, Ramos concluiu que a abastança podia ser critério insuficiente para o ingresso na governança local.⁶⁵⁰

O estabelecimento de comparações entre Henrique Lopes e outros indivíduos

⁶⁴⁸ SALLES, F. T. de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1982, p. 76. A primeira edição desta obra data de 1965.

⁶⁴⁹ MENEZES, I. P. de. “Uma rebelião em Vila Rica”. *Estado de Minas*. 17 de setembro de 1970. Agradeço ao autor o acesso a esse texto. Ver SANTOS, M. V. M.. “Nasce a academia SPHAN”. *RPHAN*, n. 24, 1996, p. 77- 95.

⁶⁵⁰ “Assim, Araújo apresenta o espetáculo estranho de ser um homem extremamente rico, servindo no posto de milícias mais importante na região, mas nunca servindo na câmara de Vila Rica”. Em nota, Ramos acrescenta: “É possível que a eleição como capitão-mor proviesse desde a entrada automática na governança, e que, por razões pessoais, Araújo não tenha servido no concelho. Ele faz aparecer, no entanto, que alguém com a sua ambição teria procurado servir no órgão mais poderoso do governo local”. Dentre as explicações para este fato, destaca: “Primeiro, o seu passado foi um fator negativo. Além de ter a desvantagem de ser de ascendência humilde, mesmo Português como [Pascoal da Silva] Guimarães, ele teve a infelicidade adicional de ser um exposto – uma criança abandonada por seus pais e criado por outros. Isso pode ter deixado a pureza de seu sangue em dúvida. No entanto, parece que mulatos serviram no concelho. Além disso, ele provavelmente era casado, enquanto em Portugal, e é interessante que o registro de morte de sua esposa Ana Maria não concedeu-lhe o título honorífico de “dona”, devido à senhora do capitão-mor. Esta omissão poderia ser acidental, mas isso é improvável. Parece que, por razões que não são claras, ela não foi considerada como um membro da classe alta. Depois, há o fato de que Araújo construiu uma casa especialmente para o Governador Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, para passar alguns dias em sua chegada a Minas Gerais. Este gesto aparentemente extravagante foi feito a fim de ganhar favor com o funcionário. Indicação de que a riqueza de Araújo poderia levá-lo para o posto mais alto da milícia, mas não para o da governança”. RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972, p. 162-63.

enriquecidos das Minas, sobretudo Pascoal da Silva e Manuel Nunes Viana, já ia se costurando como procedimento costumeiro na compreensão da personagem. Enquanto Fritz Teixeira de Salles comparou o bisonho novo rico que bajulava o nobre português com a construção de um Palácio ao indômito e poderoso cabeça da Revolta de Vila Rica, Donald Ramos considerou Henrique Lopes uma espécie de segunda via dentre os homens principais de Minas. Nascidos no Reino, de origens humildes, inicialmente atrelados à atividade comercial como caixeiros em praças do Brasil colonial, contados entre os pioneiros de Minas, Pascoal da Silva e Manuel Nunes representavam “os dois exemplos mais frequentemente mencionados” como tipos ideais da mobilidade social propiciada pela mineração. Um terceiro expoente dessa mobilidade, Henrique Lopes aparecia, entretanto, indiretamente, como indivíduo que, ao contrário dos outros dois, não havia tomado parte em qualquer movimento rebelde contrário à administração metropolitana.⁶⁵¹ Embora tivesse trilhado trajetória muito semelhante à de tantos mineiros da época, Lopes fugia ao imaginário irridente que havia povoado a história dos primeiros tempos. A personagem desempenhara “importante papel na história de Vila Rica”, colocando-se como “defensor dos interesses reais”.⁶⁵² Sua suposta servilidade contribuiu, sem dúvida, para a depreciação e/ou para o desinteresse de sua figura na historiografia de viés nacionalista, preocupada em exaltar líderes rebeldes atuantes em sublevações “nativistas” ou lusófonas.⁶⁵³

Esse contexto historiográfico sofreu transformação a partir da década de 1980, quando novos enfoques teóricos e metodológicos modificaram a forma de entendimento acerca de revoltas e de sublevações ocorridas na Época Moderna, no Velho e no Novo Mundo.⁶⁵⁴ Aproveitando-se das contribuições ofertadas pela história social britânica ao entendimento de protestos populares, de movimentos coletivos e de multidões em sociedades ditas “pré-industriais”, despontaram estudos atentos à racionalidade, às representações culturais, à composição social e aos discursos ou propósitos políticos dos

⁶⁵¹ “Há inúmeros exemplos desta mobilidade ascendente. Os dois mais frequentemente mencionados são Manuel Nunes Viana e Pascoal da Silva Guimaraes. Nascidos em Portugal, nas cidades de Viana e Guimarães, respectivamente, ambos viviam no Brasil na época da corrida do ouro e ambos foram para Minas nos primeiros dez anos das descobertas. Viana havia se tornado rico por ter investido o capital adquirido como caixeiro e, mais tarde comerciante, em uma vasta fortuna em gado e ouro. De caixeiro viajante, Guimarães transformou-se em mineirador de ouro e terratenente. Um terceiro exemplo foi Henrique Lopes de Araújo, um dos homens principais de Vila Rica a partir de 1720 até sua morte em 1733. Araújo tinha ido de taberneiro à dono de rica mina.” RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University of Florida, 1972, p. 87. Tradução minha.

⁶⁵² RAMOS, D. “Código Costa Matoso: reflexões”. *Varia História*, n. 21, 1999, p. 30.

⁶⁵³ SILVA, R. F. *Colônia e Nativismo. A história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁶⁵⁴ PAMPLONA, M. A. “A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996, p. 215-238.

motins e rebeliões sucedidos no mundo colonial. Pioneiro na historiografia dedicada às Minas, o trabalho de Carla Anastasia trouxe à baila autores como G. Rudé, E. P. Thompson e C. Tilly, na análise de um conjunto de revoltas deflagradas nos distritos do ouro entre 1711-50.⁶⁵⁵ Pondo de parte o regionalismo e o nacionalismo até então predominantes, essa historiografia também colocou em discussão o peso político, institucional e fiscal do Estado metropolitano, suas projeções, avanços e recuos nas Minas.⁶⁵⁶ Mais recentemente, uma nova corrente historiográfica preocupada em redefinir a sociedade colonial – e também seus movimentos rebeldes – a partir de parâmetros válidos na sociedade portuguesa de Antigo Regime trouxe contribuições, ao mesmo tempo em que provocou outros problemas.⁶⁵⁷ No bojo dessas produções, a figura de Henrique Lopes de Araújo apareceu eventualmente em trabalhos que tiveram por mote a reavaliação de conflitos, de arranjos sociais e de instituições que nortearam a formação das Minas nas primeiras décadas do século XVIII.

Em 2005, em sua dissertação de mestrado, Carlos Leonardo Kelmer Mathias detectou que Henrique Lopes houvera sido um dos indicados a receber mercê real em função de sua atuação na repressão à Revolta de Vila Rica, na qualidade de fiel vassalo. Tendo seu nome destacado honrosamente pelo governador dom Lourenço de Almeida, que o considerava, dentre os súditos locais, o que mais merecia receber o hábito da Ordem de Cristo, Henrique Lopes requereu recompensa a ser concedida pelo rei, premido pela “obrigação – em parte em função do próprio paradigma Jurisdicionalista – de retribuir tão honrosos serviços”. Classificado como “não-revoltoso”, o capitão-mor exemplificava, segundo o autor, o lugar-comum de vassalos imbuídos da “vontade de aumentarem seu cabedal material, simbólico e político” a fim de virem a ser “revestidos com o manto da nobreza” e “ascenderem na hierarquia estamental, o que significava reforçar o exercício de suas prerrogativas de mando”. Interessado em demonstrar a prevalência de valores e de práticas da sociedade de Antigo Regime nas Minas –

⁶⁵⁵ ANASTASIA, C. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998, p. 31-43.

⁶⁵⁶ SOUZA, L. de M. e *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 91-140. FIGUEIREDO, L. R. de A. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1996. Tese de Doutorado. FURTADO, J. F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006. ROMEIRO, A. *Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado.

⁶⁵⁷ : FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. F. (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Uma crítica dos postulados dessa obra foi feita por *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 27-77.

sobretudo a “economia do dom” e o sistema de retribuição de mercês por serviços – e munido apenas das informações biográficas constantes em cartas patentes concedidas a Henrique Lopes e em correspondências expedidas pelos governadores da capitania nas quais a personagem era mencionada, Mathias não discutiu a trajetória pregressa do capitão-mor, no Reino, no Rio de Janeiro e nas Minas, assim como ignorou a sua inserção local como anfitrião do governador dom Lourenço de Almeida a partir de 1721.⁶⁵⁸

No mesmo ano, Ivo Porto de Menezes revisitou o tema que havia orientado a pesquisa feita, cinquenta anos atrás, por Sylvio de Vasconcelos e Francisco Antônio Lopes, na qual o autor tivera parte como funcionário ligado ao DPHAN. A escrever acerca dos “Palácios dos Governadores em Ouro Preto”, Menezes descreveu as componentes arquitetônicas das ruínas do Palácio Velho e também da casa de Henrique Lopes. Clamou ainda pela necessidade de melhor estudar e conhecer esse complexo arquitetônico, propósito que permanecia em suspenso desde as ações pretéritas do DPHAN.⁶⁵⁹

Também inclinado a verificar a reprodução da lógica societária de Antigo Regime nas Minas, Lincoln Marques dos Santos interpretou o caso de Henrique Lopes como representativo da política de cooptação de membros da elite local por parte da Coroa, através da concessão de mercês honoríficas. Segundo o autor, a promessa de hábitos e de mercês, tal como a recomendada por dom Lourenço de Almeida em relação ao capitão-mor, era uma “estratégia de ação política”, interessada em estreitar “o elo de ligação entre os súditos do ultramar e a Coroa portuguesa”, sob a inspiração de Botero e dos princípios do “bom governo”. Com isso, esfriavam-se os “ânimos mais exaltados” e se promoviam os indivíduos mais alinhados aos interesses reais. A liberalidade e a justiça distributiva constituíam deveres fundamentais do príncipe, que, neste caso, deveria saber distinguir e honrar súditos fiéis, concedendo-lhes mercês e honrarias compatíveis às suas condições e aos feitos obrados. Assim, a Coroa reestabelecia o pacto político, garantindo a governabilidade das conquistas. A indicação do nome de Henrique Lopes para o recebimento de hábito da Ordem de Cristo, aliada à concessão da patente de

⁶⁵⁸ MATHIAS, C. L. K. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado, p. 128 e 139.

⁶⁵⁹ “Torna-se necessário retomar os levantamentos, feitos em 1973, das ruínas do velho Palácio, atualizá-los, promover uma comparação entre eles e mesmo ampliá-los, para encontrar prováveis construções da mesma época e características construtivas que nos levassem a conhecer as prováveis construções anexas que, por certo, ali teriam sido feitas para melhor acomodação dos senhores governadores e seus auxiliares. Merecem ainda tais ruínas melhor conservação e aproveitamento histórico e turístico.” MENEZZES, I. P. de “Os palácios dos governadores em Ouro Preto”, *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, 2005, p. 39-58; p. 42-43.

capitão-mor de Vila Rica, reforçava, segundo Marques, “a lógica clientelar do período”, na medida em que privilegiava a “acomodação de amigos e parentes” e elegia o súdito submisso “como exemplo de um tipo de conduta que deveria ser seguida pelos outros”. Ao avaliar especificamente a administração de dom Lourenço de Almeida nas Minas, o autor pareceu desconhecer o fato de que esse governador se hospedou por todo o mandato no palácio cedido por Henrique Lopes.⁶⁶⁰

No ano seguinte, ao avaliar as listas de pagamento dos quintos reais em Vila Rica, a então mestrandia Karina Paranhos da Mata incluiu o nome de Henrique Lopes num seleto grupo de senhores contribuintes. Investido no principal posto local das ordenanças, o capitão-mor inseria-se entre os onze pagantes a ostentar patente militar em 1718 (3,75%), e entre os oito na mesma condição, no ano seguinte (6,4%). Henrique Lopes destacava-se ainda pela imponência de seu plantel escravista, com quarenta e cinco escravos listados, propriedade que o distinguia em meio a uma minoria da classe senhorial (3,75%) a possuir plantéis com mais de vinte escravos em Vila Rica.⁶⁶¹ A autora argumentou em sua dissertação de mestrado que os padrões de riqueza e de representação social válidos nas Minas eram compatíveis aos de Antigo Regime e permitiam enquadrar a “América portuguesa enquanto parte do Império português, um território marcado por práticas econômicas, políticas e simbólicas oriundas do Reino”.⁶⁶² Sem avançar nos demais aspectos biográficos da personagem, o trabalho de Mata teve o mérito de trazer à tona o plantel de escravos arrolados pelo senhor, fator que, em si mesmo, jamais fora investigado, mas não esmiuçou as relações sociais daí decorrentes.

Os elos entre senhores e escravos na comarca de Vila Rica foram estudados pioneiramente na tese de Ana Paula Pereira Costa. Original e muito bem documentada, sua pesquisa discutiu questão fundamental da história mineira na primeira metade do século XVIII: o engajamento de escravos armados em ações e movimentos capitaneados por seus senhores. A autora abordou a figura de Henrique Lopes por diferentes ângulos. Enquadrou-o como um dos tantos senhores de Minas a empregar-se no serviço real

⁶⁶⁰ SANTOS, L. M. O “Saber mandar com modo” na América: a experiência administrativa de d. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1727). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de mestrado, p. 97.

⁶⁶¹ MATA, K. P. “Representação social e riqueza nas Minas do Ouro: perfil dos proprietários de escravos na primeira metade do setecentos”. *Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 2006. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_119.pdf. Acesso: 02 de fev. de 2013.

⁶⁶² MATA, K. P. *Riqueza e Representação social nas Minas Gerais: um perfil dos homens mais ricos (1713-1750)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Dissertação de Mestrado, p. 24.

através da mobilização de seus escravos. Plebeu de origem humilde no Reino, nas Minas o aventureiro transformou-se em “potentado”, alçado à posição de destaque no meio local que jamais desfrutou na metrópole, e talvez por isso tenha decidido fixar-se em definitivo na colônia. Assim como ele, a maior parte dos “potentados” reinóis investigados pela autora permaneceu nas Minas, sem regressar a Portugal. Novidade nos estudos a envolver o nome de Henrique Lopes foi a consideração de seu processo de habilitação na Ordem de Cristo, documento que revelou suas origens pessoais e familiares repletas de *mecânicas e vis*. Contudo, confiando no parecer negativo dado pela Mesa de Consciência e Ordens, a autora equivocou-se ao informar que o aspirante a cavaleiro teria tido vedado o acesso ao hábito, que não obstante sempre veio a conseguir, dispensado dos impedimentos pelo rei.⁶⁶³

Em 2011, Renato Franco investigou o papel desempenhado por Henrique Lopes na qualidade de benfeitor da Santa Casa da Misericórdia, fundada em Vila Rica a partir do legado deixado pelo capitão-mor. Lançando mão da habilitação na Ordem de Cristo, esse autor destacou a trajetória de ascensão social trilhada pela personagem, que, de origem plebéia pobríssima, veio a enriquecer nas Minas. “Emblemático da primeira elite que se constituiu em Vila Rica”, o capitão-mor manteve a patente por duas décadas e solicitou o hábito de cavaleiro. Sabedor dos defeitos mecânicos, sacrílegos e vis imputáveis a si e a seus ascendentes familiares, investiu na extensão e na importância dos serviços prestados ao rei, destacando-se como provedor da residência oficial dos governadores e como promotor dos interesses reais na capitania. Também enganado pelo parecer negativo da Mesa da Consciência, Franco incorreu no mesmo erro cometido por Ana Paula Pereira Costa, ao considerar que o solicitante tivera reprovado seu pedido de ingresso na Ordem, quando, na verdade, acabou por obter o hábito com dispensa.⁶⁶⁴

Como evidenciam os estudos citados, sobretudo as obras de Kelmer Mathias, Marques dos Santos e Ana Paula Costa, nessa última década Henrique Lopes tornou-se personagem frequentemente lembrada em trabalhos que tiveram por mote identificar, nas Minas, processos políticos e sociais ligados ao que se convencionou chamar de Antigo Regime e suas projeções na América Portuguesa. Destacando, sobretudo, a

⁶⁶³ COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010, Tese de Doutorado, p. 158-61.

⁶⁶⁴ FRANCO, R. *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdias na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado, p. 190-91.

prestação de serviços e a expectativa de recebimento de mercês retribuídas por governadores (como patentes militares) ou pelo rei (como o hábito de Cristo), esses estudos enfatizaram a “economia do bem comum” e a lógica hierárquica que animaram a “conquista” americana, semelhantes, nesse caso, aos valores estamentais que nortearam, na mesma época, a sociedade lusitana.⁶⁶⁵ Alçado à condição de “homem principal” ou de “nobre da terra”, ávido por auferir privilégios, honras, mercês e distinções honoríficas, o capitão-mor de Vila Rica teria sido fruto e expoente dessa mentalidade, tornando-se, em todo caso, reproduzidor dos valores societários de sua terra natal, replicados nas Minas.

Não obstante tenham redescoberto e problematizado documentos até então pouco utilizados, como as descrições de serviços inseridas em cartas-patentes e em solicitações de mercê, a exemplo das habilitações na Ordem de Cristo, esses estudos privilegiaram por um lado as relações horizontais travadas por “homens principais” entre si, com as instâncias de poder local, ministros, governadores e demais funcionários régios e com a própria Corte. Por outro, abordaram apenas tangencialmente as relações verticais, estabelecidas por esses “homens principais” junto a suas respectivas escravarias e aos demais grupos subalternos da sociedade colonial. Nesse quesito, o aspecto mais visado foi a participação armada de escravos em ações de interesse de seus senhores, tomado por representativo da inserção desses cativos junto à rede clientelar imediatamente encabeçada por seus proprietários. Ana Paula Pereira Costa, autora que mais detidamente analisou essas relações nas Minas, argumentou que escravos engajaram-se na defesa armada de seus senhores em troca de certas vantagens e concessões, a eles conferidas, reproduzindo, portanto, na base, a mesma ordem hierárquica (clientelar ou remuneratória) que organizava o topo. Segundo a autora, não houve incompatibilidade entre as estruturas de Antigo Regime e a presença maciça da escravidão.⁶⁶⁶ Entretanto, e apesar de não ter avaliado de modo particular o plantel de escravos pertencente a Henrique Lopes, os exemplos de negociação entre potentados e cativos citados em sua pesquisa denotam, ao contrário, a especificidade dessas relações e a dessemelhança dos vínculos sociais, políticos, econômicos e culturais ali existentes,

⁶⁶⁵ Sobre o conceito de “economia do bem comum”, ver FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. “Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.” *Penélope*, n. 23, 2000, pp. 67-88.

⁶⁶⁶ A autora partilhou perspectiva também esposada por Silvia Lara, para quem “as teses (...) que afirmavam a incompatibilidade entre as estruturas de Antigo Regime e a escravidão já não se sustentam diante dos conhecimentos acumulados nos últimos anos sobre a sociedade e a política coloniais.” LARA, S. H. *Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 23. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial...*: p. 16.

contrastantes aos praticados no Reino e nas demais sociedades europeias de Antigo Regime.⁶⁶⁷

É preciso reavaliar a ideia de que o armamento de escravos constituísse índice de previsibilidade ou de aceitabilidade do escravismo, adaptado à lógica clientelar de Antigo Regime. Carlos Lima fez notar que dentre os privilégios das casas senhoriais lusitanas constava o poder de mobilizar infantes, criados e servos na defesa armada de seus cavaleiros/senhores. Os cidadãos do Porto, por exemplo, detinham a regalia de recrutar seus empregados agrícolas, armando-os. O mesmo direito teria sido estendido a diversas cidades da América Portuguesa, como Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse caso, o recrutamento armado de escravos na colônia reproduziria o modelo da casa senhorial lusitana, assimilando-se cativos indígenas, africanos e seus descendentes escravizados aos “criados” ou “serviçais” agrícolas portugueses.⁶⁶⁸ Entretanto, apesar da matriz europeia, a política de armamento de trabalhadores ganhou características peculiares na colônia. Sem dúvida, o papel estrutural da violência física e corporal no sistema escravista, conforme constatado por Silvia Lara e por outros autores, imprimiu à dinâmica social americana contornos absolutamente específicos.⁶⁶⁹ Escravos que atuavam como “braço armado” de seus senhores o faziam num ambiente em que práticas violentas eram amplamente naturalizadas e disseminadas no cotidiano, sendo comuns inclusive nas relações entre os próprios escravos. Nesse ambiente, o recurso à força bruta tornava-se procedimento ordinário. A disposição e a posse de ferramentas e de utensílios passíveis de serem utilizados como arma (instrumentos de trabalho, peças em ferro, machados, enxadas, facas, foices, cutelos, pedras, etc.) eram virtualmente universais, acessíveis a qualquer um, inclusive aos escravos, independentemente do consentimento de seus senhores. Como reconheceu Ana Paula Costa, “qualquer coisa poderia servir como armamento”, desde objetos “de fácil acesso

⁶⁶⁷ Segundo Costa, os interesses em jogo na relação senhorial nas Minas foram, *grosso modo*, para os “potentados”, a “fixação de suas identidades como poderosos e conseqüentemente a aquisição de poder de mando e legitimidade social”; e, para os escravos, o alcance de melhores condições de existência sob o jugo escravista, garantindo-se o usufruto de direitos, como os de constituir famílias, angariar relações vantajosas, através do compadrio ou de outros mecanismos, e no limite conquistar a manumissão. Mas, a autora não fez notar a discrepância existente entre esse rol de objetivos e os interesses de grupos constituintes da sociedade de Antigo Regime. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial...* p. 210.

⁶⁶⁸ LIMA, C. A. M. “Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850)” *Revista de Sociologia e Política*, nº 18, 2002, p. 131-152.

⁶⁶⁹ Cf. FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. LARA, S. H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. GUIMARÃES, C. M. “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII” in RESENDE, M. E. L. De; VILLALATA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 455-476.

e [de] presença constante no dia-a-dia dos colonos”. Apesar de sustentar a tese advogada por João Fragoso e por outros autores, segundo a qual o porte de armas de fogo por escravos era prova do acordo clientelar que os ligava a seus senhores, Costa muito honestamente relativizou seu argumento, ao demonstrar que a maior parte dos crimes cometidos por escravos na comarca de Vila Rica foram provocados pelo uso de armas brancas, e não por armas de fogo.⁶⁷⁰ Em outras palavras, a viabilidade técnica da violência escrava jamais dependeu da posse ou do manuseio de armas de fogo. Para o senhor, individualmente, a periculosidade de sua escravaria e o risco relativo de sua posição eram variáveis controladas por meio de negociação mais complexa. Nessa relação, a concessão de armas de fogo podia ser – e certamente era – termo requisitado pelos próprios escravos, quando não imposto por condições sociais objetivas.⁶⁷¹ Se os arranjos coloniais diferiram da prática europeia, em razão do escravismo, a realidade das Minas foi ainda mais específica, como sugerem diversos estudos sobre o sincretismo cultural e político de certos movimentos armados deflagrados nas primeiras décadas.⁶⁷²

Outra tese pouco convincente, sustentada principalmente nos trabalhos de Kelmer Mathias e de Ana Paula Costa, supervalorizou o ideal de “conquista” na ocupação e na colonização inicial das Minas.⁶⁷³ Diferentemente de outras capitanias,

⁶⁷⁰ Citando caso sucedido com o mineiro Felisberto Caldeira Brant, que teria se valido de seus escravos armados para se furtar a um mandado de prisão contra ele expedido pelo ouvidor da comarca do Rio das Mortes em 1730, João Fragoso concluiu que os escravos atuantes na defesa do senhor não pareciam possuir “consciência de classe, pois, apesar de armados, não degolaram o seu senhor, mas antes o protegeram”. FRAGOSO, J. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial” In: ALMEIDA, C. M. C. de; OLIVEIRA, M. R. de (orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 27-50; p. 29. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial...* p. 342.

⁶⁷¹ A hipótese trabalhada por Carlos Lima foi a de que a mobilização de escravos armados tendeu a ser maior nos contextos em que o Estado apelou mais ao patrimonialismo senhorial. Na medida em que obteve maior autonomia administrativa, sobretudo a partir de meados do século XVIII, a monarquia portuguesa teria coibido o uso de poderes bélicos particulares, limitando a prática da violência ao domínio da “casa” senhorial. LIMA, C. A. M. “Escravos de peleja.....” p. 134.

⁶⁷² Cf. PAIVA, E. F. “Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII”. In *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG*, Juiz de Fora: ANPUG-MG, 2004. ROMEIRO, Adriana *Paulistas e Emboabas no coração das Minas*. Belo Horizontes: Ed.UFMG, 2008. SILVA, C. N. da. “Autoridade Mestiça: Territórios de Mando no sertão do São Francisco.” *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 2009.

⁶⁷³ Para Carlos L. K. Mathias, a guerra e a ideário de conquista constituíram forças motrizes da expansão portuguesa no ultramar e também estiveram presentes na colonização das Minas. Os potentados desbravadores dessa região disputaram o “privilegio de primeiros descobridores e povoadores das Minas, o que lhes rendeu, por parte da Coroa, sesmarias, hábitos da Ordem de Cristo, cargos e patentes”. MATHIAS, C. L. K. *Jogos de interesses e estratégias de ação...* p. 16. Em trabalho mais recente, reafirmou essa concepção, por considerar que a antiga sociedade mineira tivera “passado pautado pela ideia de conquista”. Do mesmo autor, *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711-1756*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2012, p. 21. Em consonância, Ana Paula Costa argumentou que a povoação de Minas

como Rio de Janeiro e Pernambuco, nas quais pioneiros, “conquistadores” e seus descendentes reivindicaram e angariaram privilégios políticos e sociais com base no discurso afirmador da “conquista”, nas Minas de Ouro essa retórica teve peso mitigado, sobretudo após a Guerra dos Emboabas (1708-09), quando pioneiros paulistas – protagonistas dos descobrimentos – deixaram os distritos auríferos ou perderam a antiga primazia. Desde a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro e ao longo das décadas de 1710 e 1720, entre “homens principais” e da “governança” ou entre os que chegaram a usufruir de honrarias concedidas pelo rei, como os poucos a vestir o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, contaram-se muitos reinóis ou forasteiros oriundos de praças litorâneas da colônia (Rio de Janeiro e Bahia, em maior número) cujas trajetórias nas Minas haviam se iniciado posteriormente à descoberta das lavras auríferas. Esses homens constituíram uma espécie de segunda elite local, que usurpara, conflituosamente e à força, o domínio dos principais arraiais, retirado às mãos de descobridores e sertanistas. Talvez por isso poucos forasteiros requisitaram privilégios com base no serviço de conquista. Outros deliberadamente omitiram suas participações nas contendas com os paulistas e silenciaram o exercício de patentes militares ilegítimas usufruídas durante o confronto. Esse foi o caso de Henrique Lopes instituído no posto de capitão, possivelmente por patente do governo emboaba de Nunes Viana, e de tantos outros que jamais revelaram suas incursões naqueles polêmicos acontecimentos. Essa seletividade da memória emboaba refletiu-se nos requerimentos de hábito da Ordem de Cristo solicitados por vassalos mineiros na primeira metade do século XVIII. Exceção feita a casos excepcionais, como os de Manuel Nunes Viana, que conseguiu mobilizar a seu favor os feitos obrados na qualidade de governador emboaba, transformando em “serviço real” a expulsão dos paulistas, os róis de serviços prestados concentraram-se principalmente na arrecadação e levantamento de fundos para a Fazenda Real e na repressão a revoltas. Nessas petições a função de conquistador e os feitos obrados em forma de conquista foram raríssimos ou inexistentes.

Grosso modo, as análises que situaram Henrique Lopes como “potentado” de Vila Rica antenado aos mecanismos de reprodução social das elites ultramarinas,

deve viés de conquista, válido não só para paulistas, pois demandou a movimentação de pioneiros até uma região de fronteira, de limites imprecisos, com objetivos exploratórios. Segundo a autora, “criou-se mesmo nestes indivíduos a noção de um ‘direito de conquista’ atrelada à ideia de sacrifício pessoal, de ônus financeiro, de comprometimento de negócios pessoais e de árduo e arriscado investimento sob a forma de luta, conquista, povoamento e agricultura. (...) a partir de tais alegações que serão construídas não só as negociações dos paulistas com a Coroa, mas também a de conquistadores provenientes de outras regiões que posteriormente se instalarão nas Minas”. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial...* p. 49.

animadas pelo ideário de Antigo Regime, enfatizaram o seu desempenho em funções de poder importantes no âmbito local, como o exercício do posto de capitão-mor das ordenanças e a construção da imagem de súdito fiel, servidor do rei, atuante em momentos de necessidade, nos quais empregava seus escravos armados em defesa dos interesses reais. Por fim, chamou-se atenção para o fato de que, tendo prestado serviços valiosos, Henrique Lopes tornou-se apto a reivindicar retribuição ou remuneração pelos sacrifícios dedicados à causa real. Nesse caso, entretanto, os estudos falharam na caracterização de seu processo de nobilitação, por ignorarem o desfecho do requerimento do hábito de Cristo, concedido por dispensa real.

Por outro lado, são mal conhecidas (ou mesmo desconhecidas) as relações que manteve com seus escravos e com os demais grupos sociais subalternos. Ana Paula Pereira Costa tem razão ao dizer que o envolvimento de escravos em contendas armadas de interesse senhorial supõe acordo ou negociação tácita entre as partes, garantindo-se aos cativos a conquista de contrapartidas e/ou o usufruto de direitos sociais. Embora a autora não tenha avaliado outros aspectos do problema, é possível afirmar que a mesma lógica aplicou-se a todos os âmbitos do relacionamento entre senhores e escravos, com destaque para a função primordial da mão-de-obra cativa: o trabalho e a produção de excedentes apropriados pelo senhor. Quais foram os benefícios auferidos pelos escravos de Henrique Lopes em função dos serviços prestados ao senhor, que iam, como se verá, do cuidado com a casa e com a própria saúde física dos senhores, passando pelo trabalho e pela produção de riquezas, até chegar, enfim, a outras dimensões do domínio senhorial, como o engajamento em ações armadas? É possível reduzir o conteúdo complexo dessas trocas ao clientelismo, à rede de reciprocidades e ao paradigma corporativo, típico da sociedade lusitana de Antigo Regime? Por fim, o estabelecimento de negociações e de acordos entre senhor e escravos excluiu a existência de conflitos irreduzíveis, com desenlaces extremos, como a fuga, a reação violenta ou a revolta? Essas questões não respondidas pela historiografia são essenciais na qualificação da relação senhorial protagonizada pelo capitão-mor de Vila Rica e pelos homens e mulheres submetidas à escravidão compulsória naquela que foi uma das mais lucrativas propriedades auríferas das Minas nas primeiras décadas do século XVIII. Como será visto, a especificidade das trocas acordadas entre senhor e escravos produziu efeitos decisivos no destino do palácio, da lavra de ouro e dos cativos que nela haviam trabalhado.

A mais recente pesquisa a abordar a figura de Henrique Lopes capturou as raras

aparições da personagem na documentação da câmara de Vila Rica e procurou explicar por que um dos mais ricos e poderosos indivíduos da localidade, detentor da principal patente militar de ordenanças, jamais tomou assento no concelho municipal. Em seu estudo sobre a câmara de Vila Rica, Luiz Rezende fez notar que Henrique Lopes assinara em 1711 o termo de ereção dessa vila, incluindo-se, portanto, desde essa época, no rol de seus “homens principais”. Em 1718, apresentou-se por fiador de perdas e danos do juizado dos órfãos, função que Assumar tentava subtrair à alçada do juiz ordinário da câmara e por isso designou para o posto de juiz dos órfãos o letrado José Peixoto da Silva.⁶⁷⁴ A intervenção do governador nos assuntos internos da câmara gerou reação e a nomeação foi anulada pouco depois, na falta de ordem régia que a respaldasse.⁶⁷⁵ Henrique Lopes tornou a estar presente na casa de câmara em agosto de 1720 como membro da “nobreza” ou expoente dos “[homens] bons” que aprovaram exigência feita pelo governador, de que o senado local custeasse a construção de Casa de Moeda em Vila Rica.⁶⁷⁶

Rediscutindo dilema proposto por Donald Ramos acerca da estranha ausência de Henrique Lopes nos postos camarários, Luiz Rezende propôs diferenciação entre os grupos de indivíduos que controlaram o cenário político de Vila Rica nas primeiras décadas. Segundo o autor, a elite local dividia-se em dois segmentos, um mais presente no interior do concelho, formado por 26 pessoas que vieram a exercer as principais funções da câmara por um período de três anos ou mais, denominada, por isso, *elite política institucionalizada*; e uma segunda fatia mais difusa, caracterizada pela abastança econômica e pela influência indireta, mas não menos importante, nas disputas locais. Rezende identificou que personagens centrais nos primeiros tempos de Vila Rica, como Pascoal da Silva Guimarães, Domingos de Abreu Lisboa, Antônio Ramos dos Reis e o próprio Henrique Lopes, pouco estiveram presentes no ambiente concelhio ou mesmo dele se ausentaram completamente, a exemplo do capitão-mor. Segundo o autor, esses indivíduos preferiram manter-se na retaguarda, valendo-se de “seu poder

⁶⁷⁴ Contraditoriamente, esse letrado nomeado por Assumar terá papel decisivo na revolta de Vila Rica, atuando junto aos rebeldes como escritor dos dois termos de exigências redigidos ao longo dos motins. ATAS da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 83.

⁶⁷⁵ REZENDE, L. A. O. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2015, p. 83, 108.

⁶⁷⁶ TERMO que fizeram nobreza e bons desta vila e sua jurisdição mais os oficiais da câmara em vereança de serem sempre fiéis e leais vassalos a El Rei. Vila Rica, 16 de agosto de 1720. APM, CMOP 04, nº 841. VERAÇÃO de 17 de agosto [de 1720] em resposta à carta do Conde, que foi lida. APM, CMOP 04, nº 849. Publicado em *RAPM*, v. 25, 1937, p. 149. REZENDE, L. A. O. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação...* p. 234.

econômico para colocar na instituição aliados que garantissem seus interesses”.⁶⁷⁷ Essa leitura parece esclarecer o posicionamento individual assumido por Henrique Lopes no interior das elites dominantes de Vila Rica, ao mesmo tempo em que relativiza, em função do seu caso, a premissa de que o exercício de alta patente militar implicasse necessariamente no desempenho de função camarária, ou vice-e-versa.⁶⁷⁸ Verdade é que o suposto desinteresse do capitão-mor quanto à tomada de assento na câmara não excluiu tentativas eventuais de vir a inserir-se no órgão municipal, como se deu em dezembro de 1716, na polêmica eleição promovida pelo ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, que acabou sem efeito.

Considerando esse percurso bibliográfico, vê-se que Henrique Lopes foi personagem colocada em perspectiva em diferentes momentos de nossa historiografia. Inicialmente atrelado ao problema do “nativismo” e das revoltas antiportuguesas, abordado por autores mais ou menos tocados pelo ideário nacionalista, o capitão-mor de Vila Rica tanto pôde ser pintado com cores positivas – como de fato o foi, por Feu de Carvalho – em função de sua lealdade ao vínculo natalício; quanto tomado negativamente, tido por “interesseiro”, “bisonho”, “capitalista”, acumpliciado às autoridades portuguesas, das quais se teria feito bajulador desprezível. Tal leitura sobre a sua personalidade contribuiu para torná-lo pouco atraente, subsumido por figuras rebeldes, como Pascoal da Silva, Felipe dos Santos e Manuel Nunes Viana, antecessores de Tiradentes no enfrentamento aos colonizadores portugueses. O contexto se transformou a partir de princípios dos anos 1970, como se nota no trabalho de Donald Ramos. Embora mantivesse a comparação com as lideranças irridentes de outrora, esse autor discutiu a inserção social de Henrique Lopes sob outro viés, atento à historicidade da época e ao processo de formação política de Vila Rica.

Pode-se dizer que apenas recentemente Henrique Lopes foi resgatado do

⁶⁷⁷ “Estas figuras de maior expressão na localidade parecem ter assumido diretamente o controle da instituição apenas durante os períodos em que seus interesses estavam mais ameaçados, como em 1719, quando Pascoal da Silva Guimarães assumiu o juízo ordinário, trabalhando ao lado do então vereador Antônio Ramos dos Reis” REZENDE, L. A. O. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação...* p. 287.

⁶⁷⁸ Segundo Fernanda Fioravante, a prerrogativa militar e a detenção de poder de mando e de coação armada a nível local foram requisitos decisivos na ocupação dos principais postos camarários em Vila Rica até 1736, quando “se dava primazia àqueles cujo mando fosse reconhecido por meio de sua colocação militar, participação em diligências militares e o uso de seus escravos armados, ou seja, em função da autoridade por eles exercida, e reconhecida, na sociedade. Em outras palavras, o perfil de ocupação dos cargos camarários estava em perfeita sintonia com o contexto inicial da sociedade mineira setecentista, profundamente marcado por motins, revoltas e distúrbios de toda sorte.” FIORAVANTE, F. *Às custas do sangue, fazenda e escravos”: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711-c.1736*. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS/IFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado, p. 86-87.

esquecimento, no bojo de obras interessadas em verificar a reprodução, na sociedade mineradora, de valores culturais e de processos políticos e sociais típicos do Antigo Regime lusitano. Nesse caso, a propalada subserviência política da personagem – jamais questionada – e a suposta fidelidade aos ditames da monarquia e das autoridades portuguesas eram características evidentemente úteis na identificação de comportamentos sociais ajustados às premissas da sociedade corporativa. Também o exercício de posto chave nas ordenanças e a ambição por honrarias e distinções, expressa na solicitação do hábito da Ordem de Cristo, denunciaram a sua filiação à “ideologia do serviço/recompensa” e a sua participação na “economia da mercê”, promovidas pelos ideais de liberalidade e de justiça distributiva, atributos por excelência dos reis de Portugal e sustentáculos fundamentais do império lusitano nos séculos XVII e XVIII.⁶⁷⁹ De colono alienado, submisso à dominação colonial e bajulador de autoridades, Henrique Lopes transformou-se em súdito da monarquia portuguesa, responsável pela replicação, no sertão minerador, dos valores prevaletentes em seu meio originário.

Entretanto, essa redescoberta desconsiderou outras dimensões de sua biografia. Além da trajetória pregressa no Reino e no Rio de Janeiro ter permanecido encoberta, também os vínculos sociais adquiridos pelo senhor nas Minas, fossem os relativos à atividade comercial e à administração de lavra aurífera, fossem os concernentes aos escravos que possuiu, foram negligenciados. Ana Paula Pereira Costa trouxe à tona a questão do engajamento de escravos armados, prática também reproduzida pelo capitão-mor. Mas a autora não avaliou a especificidade da negociação senhor-escravos no plantel de Henrique Lopes. De consequências importantes para os escravos envolvidos, essa negociação esteve, possivelmente, na origem da relação entre o Palácio Velho e a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria, a maior confraria de escravos existente em Minas Gerais.

Nos capítulos a seguir abordaremos, separadamente, os aspectos mais significativos (sobre os quais restaram documentos) acerca da longa experiência de Henrique Lopes de Araújo nas Minas, com destaque para o período de duas décadas intercalado entre a ascensão ao posto militar, em 1713, e o seu falecimento, em 1733. Com referência a esse intervalo, discutiremos sua atuação como minerador situado no epicentro da atividade extrativa em Minas Gerais e avaliaremos as características de sua propriedade mineradora, comparada ostensivamente a outros empreendimentos

⁶⁷⁹ OLIVAL, F. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)* Lisboa: Estar, 2001, p. 3-16.

econômicos em funcionamento no termo de Vila Rica (cap. 10). Da mesma forma, serão analisados os serviços militares obrados pelo primeiro capitão-mor de Vila Rica, responsáveis, em grande parte, pela criação da imagem estereotipada de fiel vassalo (cap. 11). Assunto praticamente desconhecido, sua intervenção nas juntas gerais de procuradores também mereceu ser observada com atenção. Essas juntas constituíram eventos políticos fundamentais no governo das Minas até a década de 1730. Nesse capítulo, Henrique Lopes será considerado em contraste com os demais procuradores, em condição propícia para melhor defini-los como “homens principais”, a constituir a elite política atuante em Minas Gerais (cap. 12). Outro tema pouco conhecido na historiografia, o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo auferido por nossa personagem foi discutido em função dos demais hábitos coevos distribuídos aos vassalos de Minas na primeira metade do século XVIII (cap. 13). No capítulo seguinte, estudaram-se os homens e mulheres que pertenceram a Henrique Lopes e serviram-no como seus escravos por todo esse período. Além de responsáveis por boa parte do sucesso obtido pelo senhor nas Minas, esses escravos também resistiram de diversas formas à dominação escravista e assumiram papel decisivo não só na luta por guiar seus próprios destinos, mas também na trajetória da propriedade mineradora estudada nessa tese (Cap. 14). Por fim, investigamos os legados pios e espirituais prescritos no testamento senhorial, a fim de compreender a mentalidade econômica, os valores culturais e as relações familiares e afetivas nutridas por Henrique Lopes em seu derradeira manifestação histórica (Cap. 15).

Cap. 10 – Listas dos Quintos e do Real Donativo: atividades econômicas, mineração e escravos no Termo de Vila Rica (1715-31)

O ouro também se encontra nesses conglomerados, em maior quantidade na parte inferior das mais baixas encostas das montanhas, do que em seus cumes, e apresenta-se do mesmo modo mais abundante nas camadas inferiores, do que nas da superfície, especialmente quando cobre o xisto hematítico (itabirito), como é o caso da Serra de Vila Rica, no vale de Antônio Dias, onde, durante ainda os últimos anos de minha permanência ali, foi demolido em parte o chamado Palácio Velho, antiga morada em ruína dos governadores, com o fim de ser extraída a grande quantidade de ouro existente na tapanhoacanga, sobre a qual fora o mesmo edificado.

Wilhelm Ludwig von Eschwege

Entre 1715 e 1731, existiram pelo menos oito listas tributárias em que Henrique Lopes de Araújo foi levado a rol como contribuinte. São elas as listas de pagamento dos quintos referentes aos anos de 1715, 1718, 1719, 1721 e 1722; e as planilhas do Real Donativo elaboradas entre 1729-31, todas correspondentes ao Termo de Vila Rica integral ou parcialmente considerado nas respectivas cobranças. Muito heterogêneas entre si, tais listas tiveram certas características em comum: identificavam, em entradas individuais, os nomes de moradores livres, economicamente ativos, situados em seus respectivos bairros ou arraiais de residência; e, de regra, apontavam o quantitativo (explícito ou estimado) das posses de cada pagante, mediante a descrição cuidadosa de seus plantéis escravistas e/ou de suas propriedades fundiárias e comerciais, como lavras, roças e pontos comerciais (vendas e lojas). Por outro lado, a metodologia de registro dos dados variou bastante de um rol para outro e mesmo no interior de uma mesma listagem. Distintos cobradores optaram por notações diferenciadas, desprovidas de padrão. Por isso é inadequado estabelecer cotejamento sistemático entre as cobranças, com base em variáveis fixas. Mas comparações específicas, atentas à diversidade documental, podem levantar informações úteis. Por exemplo, no que diz respeito à análise de propriedades escravistas, os dados permitem propor faixas classificatórias, estimadas conforme a envergadura e a tipologia dos planteis, dentro de uma mesma listagem anual, e ainda compará-las evolutivamente, contrastando anos ou períodos entre si. Além disso, o acesso aos nomes de contribuintes, propiciado nas entradas individuais, foi fator determinante tanto para a história biográfica em causa aqui quanto para o enquadramento desse indivíduo no interior do grupo social ao qual pertencia, discriminado comparativamente aos demais. Nesse caso, a natureza quantitativa das fontes proporcionou informações qualitativas fundamentais.

A análise tem ainda o propósito, pouco usual, de fornecer um guia ou caminho de aproximação entre as listas fiscais expedidas em Vila Rica até a década de 1730 e a história de um dos indivíduos (ou se se preferir de uma das propriedades) arrolados. Resgatadas e utilizadas nas últimas duas ou três décadas por diversos historiadores, as fontes tributárias de Minas Gerais constituem acervo ímpar e sem paralelo no quadro da América Portuguesa. Além de potencialidades relacionadas à demografia histórica, preocupada, sobretudo, com o problema das populações escravas da capitania, exploram-se, entre outros, temas como a história da escravidão e do tráfico de escravos, vislumbram-se clivagens e identidades sociais de cativos e de forros; demarcam-se grupos socioeconômicos e hierarquias sociais explícitas nas faixas de propriedade ou fortuna e nas diferentes atividades produtivas que as listas discriminam.⁶⁸⁰ Nesse trabalho, tais fontes ajudaram a estabelecer a condição e a especificidade econômica de uma personagem e de sua propriedade mineradora – uso que jamais lhes foi dado. A partir da análise comparativa dos lançamentos pagos por Henrique Lopes de Araújo foi possível dimensionar o porte de seu plantel escravista e de seu empreendimento minerador.

Situar no meio local a importância relativa dessa propriedade, em termos geográficos e econômicos, explica parte de seu significado histórico. Inscrita, já nos primeiros registros, entre as principais posses do Termo de Vila Rica, o complexo escravista de Henrique Lopes instalava-se em espaço econômico especialmente profícuo para a mineração. A freguesia de Antônio Dias foi, nas primeiras décadas do setecentos, a mais rica área aurífera de Minas Gerais e, no interior desse rincão privilegiado, a “praia de Henrique Lopes” ocupou posição central. Valendo-se do aluvião aurífero depositado no leito dos principais ribeiros que desciam do Tapanhuacanga e também do ouro obtido a partir de desmontes, talhos e buracos abertos na montanha, as lavras possuídas por Henrique Lopes tiveram longa vida útil e empregaram o mais numeroso

⁶⁸⁰ Ver LIBBY, D. C. “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar” In: RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438. BOTELHO, T. R. “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720” *Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População*. Caxambu, 2000. Disponível na internet: www.abeg.org.br [consultar “Anais”]. MATA, K. P. da “Representação social e Riqueza nas Minas do Ouro: perfil dos proprietários de escravos na primeira metade do setecentos”. *Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 2006. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_119.pdf. Acesso: 02 de fev. de 2013. FONSECA, M. B.; PAIVA, E. F. “Identidade étnica africana: escravidão e liberdade em Minas Gerais, século XVIII”. *Cesumar*, v. 12, n. 1, 2010, p. 39-51. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentes locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010.

conjunto de trabalhadores escravos de Vila Rica.

10. 1 – Primeira lista dos quintos: 1715

Nos quintos de 1715, contabilizaram-se 1.376 registros de pagamentos individuais no Termo de Vila Rica. Contudo, o número de pagantes foi virtualmente menor, porque o mesmo contribuinte podia ser levado a rol dupla ou triplamente, quando detentor de posses em diferentes localidades ou quando possuidor de mais de um empreendimento num só local. Nesses casos, pela ocorrência de nomes incompletos ou omitidos, nem sempre foi possível distinguir as situações em que se tratava de um único contribuinte com mais de uma entrada daquelas em que havia homônimos com alistamentos diferentes. Atente-se também que muitos contribuintes estavam incursos em sociedades, dividindo a exploração de propriedade com parentes, sócios ou camaradas, ao mesmo tempo em que possuíam suas próprias posses individuais, não compartilhadas. Por isso, optou-se por analisar a totalidade das entradas e dos pagamentos, sem divisar o número de pagantes individuais. Seja como for, quando possível, a identificação de contribuintes que pagaram mais de uma vez permitiu descobrir, por ventura, a diversidade da atuação econômica e a variedade de posses de um mesmo indivíduo.

Os quintos de Vila Rica válidos entre 10 de julho de 1715 e a mesma data do ano seguinte deviam completar o total de seis arrobas, vinte quatro libras e setenta e duas oitavas de ouro, montante que coube à respectiva vila e seu termo, conforme houvera sido decidido no rateio das trinta arrobas de ouro a serem pagas por todas as Minas de Ouro, em acordo efetuado em fevereiro de 1715.⁶⁸¹ Lembre-se que esta forma de cobrança só foi estabelecida após uma série de distúrbios ocasionados pela tentativa de implantação do método de recolhimento do quinto por bateias, desejado pela coroa, que prometia taxar em até doze oitavas de ouro cada escravo minerador. Ante a resistência local, deflagrada por motins em Sabará, em Caeté e em Raposos, dom Brás viu-se forçado a recuar, retornando ao que havia sido anteriormente acordado, ou seja, ao método por quota fixa de três dezenas de arrobas. Em novembro, a câmara nomeou cobradores responsáveis por efetuar a cobrança nos bairros e localidades do Termo de Vila Rica. Os cobradores deviam declarar os nomes dos moradores, os “cabedais, negros, lavras e roças que tivessem” e, com base em tais informações, à medida das

⁶⁸¹ TERMO de repartição das 30 arrobas. 3 de fevereiro de 1715. APM, SC 06, fls. 44-44v.

posses de cada contribuinte, realizar o lançamento.⁶⁸²

As listas discriminaram-se por freguesia, bairro ou localidade, em dezenove áreas distintas. Os núcleos com maior número de pagantes foram, curiosamente, duas localidades rurais, Cachoeira do Campo e São Bartolomeu, com 293 e 224 entradas respectivamente. Em seguida vieram os dois principais núcleos de Vila Rica, os arraiais de Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto, com 164 e 136 pagantes, respectivamente. Completaram o lançamento áreas adjacentes a estes arraiais, como o Morro, Bom Sucesso, Padre Faria e Ouro Bueno, na freguesia de Antônio Dias, assim como outros arraiais e áreas rurais, como Ouro Podre, Ouro Branco, Congonhas, Itatiaia e Itaubira, conforme se observa no Quadro 10.

Arraial/Distrito	Número de pagamentos	Valor médio em oitavas de ouro/pagamento	Mulheres	Homens	Forros (as)
Antônio Dias	164	14,59	7	157	6
Bom Sucesso	13	21,92	-	13	-
Cachoeira do Campo	293	13,20	6	287	8
Campinho	13	27	-	13	-
Capanema e Caraça	19	14,52	-	19	-
Capão do Forno	19	14,42	-	19	-
Congonhas	68	10,10	-	68	-
Fazendo do Lana Até Tripuí	47	13,39	-	47	-
Itatiaia	69	14,72	4	65	6
Itaubira	44	14,59	-	44	1
Morro	27	26,14	4	23	4
Ouro Branco	51	12,52	1	50	-
Ouro Bueno	59	15,55	4	55	8
Ouro Podre	52	14,28	-	52	5
Padre Faria e Córrego	47	18,42	-	47	-
Pilar do Ouro Preto	136	14,72	8	128	11
Rio das Pedras	23	9,1	8	15	4
Rodeio de Itatiaia	9	16,55	-	9	-
São Bartolomeu	224	15,63	8	216	8
TOTAL	1376	14,65	50	1316	61

Quadro 10. Número de pagamentos, valor médio em oitavas de ouro por pagamento; número de mulheres, de homens e de forros (as) pagantes por arraial no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715.

Fonte: APM, CMOP 02.

Outro aspecto a se notar no Quadro acima é a rara presença, entre os pagantes, de mulheres e de ex-escravos (forros e forras). Homens livres foram a quase a totalidade dos contribuintes, da ordem de 96,3%. Somados, escravas e escravos alforriados representaram apenas 4,4% dos pagantes, a evidenciar que, nesse momento, a incidência de forros nas Minas ainda era pequena. O valor médio por pagamento atingiu 14,65

⁶⁸² APM, CMOP 02, p. 320-22.

oitavas de ouro, correspondente a 21\$975 rs.

Além de cabedais, negros, lavras e roças, também se consideraram a propriedade de vendas, lojas, boticas, ranchos, sítios, engenhos, olarias, jiraus, cortes de gado (carne), posses em geral (especialmente em ouro) e aluguéis; e ainda a prática de ofícios mecânicos, o trato com gado ou simplesmente o envolvimento em negócio inespecífico. Na medida em que possuísse um ou mais desses bens e/ou exercesse qualquer desses empregos, o contribuinte era tributado em razão diretamente proporcional ao *lucro* ou *interesse* capaz de extrair de tais posses e atividades. Raramente os cobradores especificaram a quantidade exata de um bem possuído pelo pagador. Quanto aos escravos, por exemplo, comum foi referir-se genericamente às posses do senhor, empregando o termo *negro* ou *escravo* no singular – quando se tratava de um único cativo – ou no plural, para informar que havia plantel mais numeroso. Adotou-se o mesmo procedimento em relação aos bens imóveis, como roças (rocinhas, sítios e ranchos), vendas e lavras. No caso dessas últimas, a indistinção entre singular e plural sequer tornou possível determinar se o registro referia-se a apenas uma exploração mineral – o que forçou a consideração de critério genérico, a posse de lavras, desprovido de quantificação.

Numa mesma entrada referente a um só pagador ou a uma sociedade que envolvesse dois ou mais indivíduos, podiam ser arrolados diversos bens e ofícios – e isso foi regra – obrigando-se o(s) respectivo(s) contribuinte(s) a quitar o direito devido em função do conjunto de suas atividades e propriedades. Teoricamente, quão maiores e mais *lucrativos* fossem os empreendimentos de cada pagador, maior seria o valor do direito a ser pago. Embora se deva considerar, nesse caso, que desvios, adulterações e omissões certamente intervieram, resultantes da prática de sonegação dos quintos – sempre presente – não se pode menosprezar o fato de que a listagem de 1715, mais antiga do tipo em Vila Rica, constitui acervo documental de importância ímpar.⁶⁸³ Através dele, pode-se vislumbrar boa parcela da população livre economicamente ativa atuante no termo de Vila Rica. A estimativa de pagamento proporcional às posses e à lucratividade permite inferir, por comparação, grupos socioeconômicos discriminados conforme faixas de riqueza e áreas de atuação econômica. Além disso, a rudimentar

⁶⁸³ Na Coleção da Casa dos Contos, em documentos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, existem registros mais antigos de pagamento dos quintos, mas concernentes a outras localidades de Minas Gerais. Para o termo de Vila Rica, no livro CC 1010, também no APM, há dados gerais e incompletos da cobrança efetuada em 1714. Além disso, o grosso desse volume corresponde à arrecadação relativa ao termo de Sabará. Nesse sentido, o acervo de 1715, completo e com a discriminação das entradas individuais dos pagantes, é o mais antigo referente a Vila Rica.

especificação (e virtual quantificação) das propriedades alude aos tipos de empreendimento desenvolvidos, assim como aos padrões de atividade econômica de indivíduos e de grupos socioeconômicos.⁶⁸⁴

Outra utilidade é possibilitar a diferenciação entre as localidades formadoras do termo de Vila Rica, seja divisando o número e as características de seus pagantes, seja atentando para a especialização das atividades desenvolvidas a nível local. Nota-se, por exemplo, a concentração de empreendimentos agrícolas nas áreas marcadamente rurais, sobretudo Cachoeira do Campo e São Bartolomeu, ao passo que em núcleos mais densamente povoados houve a proliferação de vendas e lojas, rarefeitas em arraiais de menor porte. Também se concentraram nesses arraiais densamente povoados os oficiais mecânicos e os senhores portadores de um único escravo. O arraial de Antônio Dias apresentou a maior incidência de pagamentos por casa comercial, por ofício e por propriedade de escravo isolado. Assim como os arraiais de Pilar do Ouro Preto e São Bartolomeu, detinha uma olaria, para atendimento à demanda de construções urbanas. Possuía ainda, acima do Pilar e de Ouro Podre, o maior conjunto de cortes de carne e açougues, destinados a prover a alimentação do mais numeroso mercado consumidor de Vila Rica. Os dados disponíveis transformam o arraial de Antônio Dias no núcleo populacional mais densamente povoado e no que detinha a mais notável feição urbana do termo de Vila Rica àquela altura, conforme demonstrado nos Quadros 10 e 11.

Amiúde, no que nos interessa mais de perto, a listagem dos quintos ainda possibilita situar, no interior de um quadro geral, a posição específica de um indivíduo. Contrastado ao conjunto de pagantes de 1715, Henrique Lopes de Araújo desponta como contribuinte que se distingue do grosso dos habitantes do termo de Vila Rica, ao mesmo tempo em que se aproxima do grupo socioeconômico mais enriquecido, com algumas peculiaridades. Dentre as 1.376 entradas, o capitão-mor Henrique Lopes anotou o segundo maior débito, de 138 oitavas de ouro, superado apenas por uma das entradas do capitão Antônio Martins Leça, no valor de 144 oitavas. A robustez de tais contribuições mede-se através da comparação com a totalidade de pagamentos.

⁶⁸⁴ Em 1955, Salomão de Vasconcelos, interessado em enumerar os primeiros habitantes de Ouro Preto, publicou um apanhado parcial dos pagamentos de 1715, limitando-se à transcrição dos registros referentes às freguesias de Antônio Dias e Pilar. Contudo, além de incompleta, a transcrição possui diversos equívocos e omissões, sobretudo na indicação das posses e atividades dos pagadores. VASCONCELOS, S. “Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712”. *RIPHAN*, n. 12, 1955 p. 171-232.

Arraial/Distrito	Pagamentos por Roça	Rocinha	Sítio	Rancho	Engenho	Corte	Trato de Gado
Antônio Dias	1	-	-	2	-	4	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira do Campo	126	8	5	-	1	1	1
Campinho	-	-	-	-	-	-	-
Capanema e Caraça	1	-	-	-	-	-	-
Capão do Forno	15	2	-	-	-	-	-
Congonhas	23	3	-	-	1	-	-
Fazendo do Lana Até Tripuí	33	-	-	-	-	-	-
Itatiaia	17	-	1	-	-	1	-
Itaubira	2	-	-	-	1	-	1
Morro	-	-	-	-	-	-	-
Ouro Branco	20	3	1	-	2	-	1
Ouro Bueno	-	-	-	-	-	-	3
Ouro Podre	-	-	-	-	-	2	-
Padre Faria e Córrego	2	-	-	-	-	-	-
Pilar do Ouro Preto	-	-	-	-	1	3	1
Rio das Pedras	-	-	-	-	-	-	1
Rodeio de Itatiaia	3	1	3	-	-	-	-
São Bartolomeu	79	18	6	-	3	-	-
TOTAL	322	35	16	2	9	11	8

Quadro 11. Pagamentos por roça, sítio, rancho, engenho, corte e trato de gado em Vila Rica (1715).
Fonte: APM, CMOP 02.

Arraial/Distrito	Pagamentos por escravo único	Por mais de um escravo	Por Loja	Por Venda	Por Ofício	Por Olaria
Antônio Dias	21	71	29	34	38	1
Bom Sucesso	-	3	-	1	-	-
Cachoeira do Campo	5	146	2	7	13	-
Campinho	-	8	-	-	-	-
Capanema e Caraça	-	11	-	-	-	-
Capão do Forno	-	13	-	-	-	-
Congonhas	4	42	1	1	4	-
Fazendo do Lana Até Tripuí	1	28	-	2	-	-
Itatiaia	7	40	-	1	5	-
Itaubira	-	28	-	1	-	-
Morro	1	16	-	-	4	-
Ouro Branco	6	24	-	3	1	-
Ouro Bueno	4	28	1	20	10	-
Ouro Podre	-	31	-	26	7	-
Padre Faria e Córrego	-	27	-	3	-	-
Pilar do Ouro Preto	2	52	33	15	32	1
Rio das Pedras	-	5	-	10	3	-
Rodeio de Itatiaia	-	7	-	-	-	-
São Bartolomeu	6	107	-	4	5	1
TOTAL	57	687	66	128	122	3

Quadro 12. Pagamentos por escravo(s), loja, venda, ofício e olaria em Vila Rica (1715). Fonte: APM, CMOP 02.

Demarcando-se faixas por dezenas de oitavas, verifica-se que 48,96% dos débitos anotados (612 entradas) não ultrapassaram dez oitavas de ouro; outros 30,08%

(376 entradas) ficaram entre onze e vinte oitavas; 9,28% (116 entradas) pagaram entre vinte e uma e trinta oitavas. Note-se, portanto, que quase noventa por cento (88,32%) dos débitos atingiram, no máximo, três dezenas de oitavas. Por decorrência, as demais faixas obtiveram, respectivamente, percentagens irrisórias, sempre inferiores a cinco por cento dos pagadores. Somados, os contribuintes onerados em valor a partir de quarenta oitavas corresponderam a 8,24% dos registros (103 entradas). A seletividade aumenta entre aqueles responsáveis por montante a partir de cem oitavas, 0,8%, isto é, apenas 10 entradas, num universo de 1.250 registros, conforme demonstra o Gráfico 5.⁶⁸⁵ Se Henrique Lopes achou-se entre os maiores contribuintes dos quintos, isso se deveu, em tese, ao fato de que a avaliação de seu patrimônio e a estimativa de lucratividade de seus empreendimentos alçavam-no à condição de um dos mais abastados habitantes do Termo de Vila Rica em 1715.

Gráfico 5. Número de Pagamentos por valor em oitavas de ouro no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715. Fonte: APM, CMOP 02

O capitão-mor pagou 138 oitavas “pelas suas lavras e negros”.⁶⁸⁶ O registro de sua entrada não fez menção à posse de qualquer tipo de estabelecimento comercial. Trata-se, portanto, do primeiro indicativo de que Henrique Lopes houvesse abandonado o ofício de taberneiro e a propriedade de um corte de carne, trato comercial por ele mantido desde o período em que viveu no Rio de Janeiro até a chegada ao primitivo arraial de Antônio Dias.

⁶⁸⁵ Esta totalidade deduziu as entradas de pobres e demais indivíduos que nada pagaram, como padres, assim como desconsiderou os casos de contribuintes para os quais não houve indicação do valor a ser quitado.

⁶⁸⁶ APM, CMOP 02, p. 335.

Retomando dados constantes nos Quadros 11 e 12 e comparando-os aos do Quadro 13, logo abaixo, é possível constatar que a incidência de débitos sobre propriedade escravista foi, de longe, o item mais recorrente. Débitos referentes a escravos isolados e em plantéis ocorreram 744 vezes, superando os registros de propriedades agrícolas e de estabelecimentos comerciais, com 375 e 205 aparições, respectivamente.⁶⁸⁷ Comprova-se assim que a propriedade de mão-de-obra escrava encontrava-se amplamente disseminada na sociedade local, constituindo, sem dúvida, o seu principal bem material e investimento econômico, componente fundamental do sistema produtivo.⁶⁸⁸ Por outro lado, a listagem de lavras demonstrou-se notoriamente subestimada. Em todo o lançamento, anotaram-se apenas trinta ocorrências de débito por posse de lavras, treze registros referiram-se a contribuintes mineiros e outros dois, a faiscadores.

Arraial/Distrito	Pagamento por Lavras	Por faiscção	Por ouro que tem	Pagantes Mineiros
1. Antônio Dias	1	-	3	-
2. Bom Sucesso	1	-	-	-
3. Cachoeira do Campo	1	-	-	-
4. Campinho	-	-	-	4
5. Capanema e Caraça	2	-	-	-
6. Capão do Forno	-	-	-	-
7. Congonhas	1	-	-	-
8. Fazenda do Lana Até Tripuí	1	-	-	-
9. Itatiaia	7	-	-	-
10. Itaubira	1	-	-	-
11. Morro	1	-	1	-
12. Ouro Branco	4	-	-	-
13. Ouro Bueno	-	-	-	-
14. Ouro Podre	-	-	-	8
15. Padre Faria e Córrego	-	-	-	-
16. Pilar do Ouro Preto	3	2	-	-
17. Rio das Pedras	-	-	-	1
18. Rodeio de Itatiaia	-	-	-	-
19. São Bartolomeu	7	-	-	-
TOTAL	30	2	4	13

Quadro 13. Pagamentos por lavra, faiscção, ouro que tem e número de mineiros por arraial no Termo de Vila Rica/Quintos de 1715. Fonte: APM, CMOP 02

É difícil medir o grau de omissão ou de imprecisão da lista. Avaliando o caso específico de Henrique Lopes, sabemos que chegou a possuir uma loja de fazenda no Rio de Janeiro, um corte de carne, já no arraial de Antônio Dias e, talvez no mesmo

⁶⁸⁷ Consideram-se propriedades agrícolas roças, rocinhas, sítios e ranchos; e estabelecimentos comerciais, as lojas, vendas e cortes de carne.

⁶⁸⁸ MATHIAS, C. L. K. *As Múltiplas Faces da Escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista (c. 1711-c. 1756)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p. 22.

local, uma taverna. Nem uma palavra se disse acerca de sua atividade usurária, que, como veremos, teve grandes proporções no último lustro de sua vida. Não há notícia de que houvesse assenhoreado nessa época propriedade agrícola, até a compra de uma roça pertencente a Manuel Gonçalves Bocaina, no arraial de Bom Sucesso, na década de 1720, propriedade utilizada para fornecer frutas e madeiras ao palácio de residência do governador.⁶⁸⁹ Apenas “lavras e negros” foram considerados no lançamento. Caso o capitão-mor tivesse, de fato, deixado àquela altura o trato comercial – que jamais lhe foi imputado em listas tributárias futuras – a única omissão evidente seria a de seus aportes como usurário, prática que, inequivocamente, já exercia em 1715.

Suas práticas usurárias poderiam ter sido identificadas, como se deu, por exemplo, no registro do capitão Manoel Martins Carneiro, tributado em 57 oitavas “por si, [por] dois negros e [pelo] ouro que tem e se lhe deve”.⁶⁹⁰ Causa reparo o contraste entre o pequeno número de escravos possuídos pelo pagador e o valor robusto da taxa, induzindo à impressão de que sua contribuição tenha sido calculada com base em sua atividade creditícia. O caso mais escandaloso de incidência fiscal sobre a usura ocorreu com o sargento-mor Arcangelo da Silva Vieira, onerado no caríssimo valor de 91 oitavas de ouro, “por si, [por] oito escravos que possui e [pelo] ouro que tem”.⁶⁹¹ Note-se que outros dois contribuintes, além dos já citados, foram tributados em função do ouro que possuíam, tomados, assim, tacitamente por credores. Curiosamente, três deles residiam no arraial e outro no morro de Antônio Dias, todos situados, portanto, no epicentro minerador de Vila Rica (Cf. Quadro 13). Outros registros potenciais também se manifestaram de maneira velada. Dentre os maiores pagamentos, existiram dez menções a contribuintes onerados *pelo que possuíam* e outras três indicações de débito por *cabedal*, classificações que poderiam incluir, implicitamente, o trato creditício. Como se vê, o lançamento dos quintos de forma alguma mapeou a totalidade dos credores. O registro explícito condizente a Martins Carneiro foi exceção a romper regra de silêncio e de anonimato tradicionalmente atrelada à prática usurária.

De forma estranha, os débitos por lavras manifestaram-se pulverizados, em pequenos conjuntos, por diversos arraiais. Chama atenção que localidades sabidamente imersas em faina extrativa, como os arraiais de Antônio Dias, Morro, Ouro Bueno, Bom Sucesso, Padre Faria, Pilar do Ouro Preto e Ouro Podre, apresentassem referências

⁶⁸⁹ Em 1729, Henrique Lopes ainda devia a Manuel Gonçalves Bocaina 850 mil réis correspondentes a essa transação. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 2v.

⁶⁹⁰ APM, CMOP 02, p. 341.

⁶⁹¹ APM, CMOP 02, p. 347.

irrisórias à mineração, como se vê no Quadro 13. Em Antônio Dias, por exemplo, as únicas lavras mencionadas em rol foram justamente as de Henrique Lopes. Em vista das evidências, não há outra hipótese a considerar senão a de que a atividade mineradora tenha sido computada tacitamente nos principais núcleos mineradores. A disseminação generalizada da lide extrativa nesses arraiais mineradores de Vila Rica tornou desnecessário o anúncio de tal atividade, fazendo-o subentendido. Isso explicaria o paradoxo de que localidades rurais, onde a incidência de mineração era rarefeita, apresentassem mais lavras levadas a rol que áreas voltadas exclusivamente para a extração de ouro.

Porque o acusamento de lavras em arraiais mineradores só ocorreu em situações extraordinárias, designadamente nos casos em que a lucratividade ou o porte do empreendimento fazia-o reparável a ponto de não poder ser omitido. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o débito atribuído a Pedro de Barros, no arraial do Pilar, taxado em 57 oitavas de ouro pelo lucro presumido de sua atividade: “vive de faiscar com seus escravos”.⁶⁹² Considerando exclusivamente os registros de contribuintes com débitos mais elevados – a partir de 40 oitavas –, existiram apenas três menções à exploração de lavras: nos róis de Henrique Lopes de Araújo, em Antônio Dias; do doutor Ernesto Humberto, no Morro, onerado em 93 oitavas “pelas suas lavras e negros”; e de André Pires, em Bom Sucesso, que pagou 75 oitavas pelo mesmo tipo de propriedade. Nos demais lançamentos de vulto, os itens levados a rol limitaram-se, em geral, à propriedade de escravos, eventualmente conjugados à posse de roça, loja ou outros tipos de patrimônio. Citem-se, por exemplo, os débitos do mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, onerado em 90 oitavas de ouro “pelo que lucra com seus negros”, no Morro de Antônio Dias; e do capitão Antônio Ramos dos Reis, no mesmo arraial, que arcou com 73 oitavas, também por seus escravos; e ainda o do capitão Antônio Martins Leça, já mencionado, maior pagador numa única entrada de 144 oitavas por “seus negros”. Vários exemplos semelhantes poderiam ser arrolados aqui: dentre os 106 maiores lançamentos, em 23 entradas (21,6%) os contribuintes pagaram exclusivamente por seus escravos, como se vê no Quadro 14. A omissão da atividade mineral nos lançamentos de senhores reconhecidamente envolvidos em faina extrativa reforça a excepcionalidade dos casos em que esse manifesto se deu. Nesse contexto, tudo leva a crer que as lavras possuídas por Henrique Lopes em sua propriedade à encosta do Tapanhuacanga e à margem dos ribeiros de Antônio Dias tenham sido identificadas por conta de sua

⁶⁹² APM, CMOP 02, p. 369.

lucratividade fora do comum.

Dado relevante extraído do Quadro 14 consistiu no alistamento de onze estabelecimentos comerciais (loja ou venda), a comprovar que dentre os indivíduos mais abastados do Termo de Vila Rica constavam comerciantes que podiam ter na casa comercial o núcleo de suas atividades econômicas. O maior pagamento do tipo adveio de João Veloso de Carvalho, no Pilar, no valor de uma centena de oitavas “pelo lucro que tem na sua loja e negros”. João Alvarez, no mesmo arraial, anotou noventa oitavas “pelo que lucra na sua loja e cabedal”. Aliás, o arraial do Pilar deteve o maior cartel de comerciantes taxados e os mais caros débitos cobrados de casas comerciais. Ali, identificaram-se seis lojas, oneradas em taxas que variaram entre 48 e 100 oitavas. Tal fato indica que, embora o arraial de Antônio Dias ostentasse maior número de empreendimentos comerciais, especialmente de vendas, era no Pilar que se concentravam lojas de porte e lucratividade superiores, como as “lojas de fazenda” possuídas pelo alferes Jorge de Macedo e pelo capitão João Ferreira.⁶⁹³ Para Sylvio de Vasconcelos, a proeminência comercial de Vila Rica transformava-a no “grande empório” das Minas, “previsto em sua criação e já perfeitamente caracterizado na capitação de 1715”.⁶⁹⁴

Nos maiores pagamentos, a presença de roças, engenhos e tratos com gado foi mais intensa em arraiais adjacentes aos principais núcleos mineradores. No Quadro 14, citaram-se 46 roças, 6 engenhos e 2 estabelecimentos pecuários, concentrados nas áreas rurais de São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Congonhas, Ouro Branco, Itatiaia e Itaubira. Em 106 lançamentos, ocorreram 26 débitos por conjugação de escravos e roça (24,5%) e 10 por escravos, lavras e roça (9,4%), além de outras combinações de menor expressão. Atente-se para o fato de que o maior número de lançamentos de vulto incidiu nos arraiais de São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, respectivamente com 24 e 21 débitos a partir de quarenta oitavas. Ao mesmo tempo, esses arraiais apresentaram

⁶⁹³ APM, CMOP 02, p. 3650-84.

⁶⁹⁴ O autor equivoca-se, contudo, ao afirmar que os maiores pagamentos dos quintos de 1715 foram anotados por comerciantes. Segundo Vasconcelos, “não só, neste ano [de 1715], é maior o número de negociantes (cerca de 150), como os maiores lançamentos, correspondendo aos maiores recursos, neles se concentram, com poucas exceções. Henrique Lopes responsabiliza-se por 138 oitavas, Pascoal da Silva por 90 e o capitão Antônio Martins Lessa por 144. Lojistas, porém, lançados em 80, 90, em todo o caso acima de 50 oitavas, são frequentes, ao passo que os demais lançamentos oscilam em torno de 20 oitavas. E o próprio Pascoal da Silva, um dos maiores senhores de lavras, mas, antes mascate português, não deixaria de valer-se do comércio para com ele acumular maiores lucros”. Julgo que, em vista da documentação de 1715, não há fundamento para se considerar que as entradas de Henrique Lopes, Martins Lessa e Pascoal da Silva Guimarães tenham sido motivadas por trato mercantil. VASCONCELOS, S. de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 79.

menor valor médio por lançamento do que o verificado em arraiais de viés minerador, como Antônio Dias, Morro e Ouro Bueno. Comparando-se as quatro localidades com maior número de pagantes, o arraial de Antônio Dias foi o que apresentou menor incidência relativa de lançamentos acima de quarenta oitavas: ali, houve um débito de vulto a cada vinte e sete contribuintes; enquanto no Pilar e em Cachoeira do Campo esta relação foi de doze e treze pagantes, respectivamente. São Bartolomeu, por sua vez, deteve o maior índice relativo de grandes débitos, com apenas nove contribuintes para cada lançamento acima de quarenta oitavas. Todos estes fatores, combinados, levam à impressão de que nas principais áreas rurais existiram mais propriedades de grande porte. Porém esses empreendimentos de vulto tiveram ali menor lucratividade estimada do que a dos principais estabelecimentos situados em núcleos mineradores. Isto é, em zonas mineradoras, a riqueza atingiu maior valor e concentrou-se mais nas mãos de poucos indivíduos, comparativamente às áreas agropastoris – dado que ajuda a problematizar a tese clássica de Sérgio Buarque de Holanda a respeito da maior acessibilidade econômica proporcionada pela mineração.⁶⁹⁵ Essa hipótese coaduna-se ainda aos dados revelados nos Quadros 10, 11 e 12, comprobatórios de que o número de estabelecimentos agrícolas (roças, rocinhas, sítios e ranchos), com 375 ocorrências, foi significativamente maior do que a incidência de lavras e faisqueiras, com apenas 32 registros – muito embora, como vimos, o alistamento de mineradores não tenha refletido a realidade.⁶⁹⁶

⁶⁹⁵ Essa comparação é válida apenas para os arraiais com maior número de pagantes: Cachoeira do Campo, São Bartolomeu, Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto. Se considerássemos áreas rurais menos ocupadas teríamos resultados muito diferentes. Por exemplo, da Fazenda do Lana ao Tripuí e no arraial de Itaubira existiram apenas dois registros acima de quarenta oitavas, um em cada localidade, enquanto o número de entradas atingiu 47 e 44 lançamentos, respectivamente. Em tais áreas, a concentração relativa de riquezas nas mãos de poucos indivíduos era significativamente maior do que nas zonas mineradoras. HOLANDA, S. B. de “Minas e Metais Preciosos” In *História Geral da Civilização Brasileira*. A Época Colonial (volume 2). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 313-15.

⁶⁹⁶ A dificuldade em dimensionar demograficamente a população dedicada à mineração é comum a muitos róis e listas nominativas das Minas, sobretudo das estatísticas elaboradas na primeira metade do século XIX. Veja-se CARRARA, A. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p. 38-39.

62	Ouro Bueno	Francisco Peixoto Pinto (Capitão)	X											50
63	Ouro Bueno	Gaspar de Godoi Ribeiro	X											57
64	Ouro Podre	Antônio da Costa Gouveia (Capitão)	X											43
65	Ouro Podre	Manoel de Mello e Horta	X											57
66	Padre Faria e Córrego	Domingos da Rocha	X											52
67	Padre Faria e Córrego	Domingos Francisco										X		50
68	Padre Faria e Córrego	João da Silva e seu irmão	X											61
69	Padre Faria e Córrego	João Pires	X											50
70	Padre Faria e Córrego	Rafael Vaz da Silva	X											45
71	Pilar do Ouro Preto	Domingos de Abreu Lisboa (Alferes)	X											43
72	Pilar do Ouro Preto	Domingos Carvalho	X			X								50
73	Pilar do Ouro Preto	João Alverez				X					X			90
74	Pilar do Ouro Preto	João Ferreira (Capitão)	X			X								80
75	Pilar do Ouro Preto	João Veloso de Carvalho	X			X								100
76	Pilar do Ouro Preto	Jorge de Macedo (Alferes)	X			X								78
77	Pilar do Ouro Preto	Manoel dos Santos Larez											X	45
78	Pilar do Ouro Preto	Manoel Tavares Pereira	X											43
79	Pilar do Ouro Preto	Mathias Barbosa											X	70
80	Pilar do Ouro Preto	Pedro Barros	X	X										57
81	Pilar do Ouro Preto	Ventura Rodrigues Velho (e seu camarada Manoel Pereira-sócios)	X			X								48
82	Rodeio de Itatiaia	Simão da Cunha e João Correa	X				X							50
83	São Bartolomeu	Antônio Antunes Franquelha (Capitão)	X				X							46
84	São Bartolomeu	Antônio Barbalho	X				X							59
85	São Bartolomeu	Antônio Dias Ferreira										X		75
86	São Bartolomeu	Antônio Montijo de Florim (Capitão)	X			X	X							45
87	São Bartolomeu	Antônio Ribeiro Franco (Ajudante)	X				X							46
88	São Bartolomeu	Baltasar Fernandes Sarzedas	X				X							68
89	São Bartolomeu	Domingos da Cunha	X	X			X							44
90	São Bartolomeu	Francisco Coelho da Silva	X				X	X						57
91	São Bartolomeu	Francisco Leme (Capitão)	X				X							59
92	São Bartolomeu	Francisco Rodrigues (Alferes)											X	70
93	São Bartolomeu	Frutuoso Alverez	X	X										68
94	São Bartolomeu	Gaspar da Silva Borges	X				X							45
95	São Bartolomeu	Joao Carvalho Oliveira (Mestre de Campo)	X				X							70
96	São Bartolomeu	João Pinto da Silva (Capitão)	X	X			X							109
97	São Bartolomeu	Manoel Antunes (Tenente-Coronel)	X				X							70
98	São Bartolomeu	Manoel de Mattos (Capitão)	X				X							114
99	São Bartolomeu	Manoel de Souza Santiago	X				X							40
100	São Bartolomeu	Manoel Gonçalves Loureiro	X								X			42
101	São Bartolomeu	Manoel Paes de Souza e seu camarada Antônio Correia	X				X	X						114
102	São Bartolomeu	Manoel Pinto da Silva (na fazenda do cap. João Pinto da Silva)											X	45
103	São Bartolomeu	Miguel da Costa Negrão	X								X			80
104	São Bartolomeu	Pedro Gomes	X				X	X						57
105	São Bartolomeu	Santos Martins	X	X			X							77
106	São Bartolomeu	Thomé de Andrade Freire (na fazenda do cap. João Pinto da Silva)											X	85
		TOTAIS	86	15	2	11	1	46	6	2	3	10	7	6.442

Quadro 14. Relação dos maiores débitos (a partir de 40 oitavas de ouro) no Termo de Vila Rica, Quintos de 1715.
I- Escravos; **II-** Lavras/Faiscação; **III-** Ouro; **IV** – Loja/Venda; **V-** Olaria; **VI-** Roça/Sítio; **VII-** Engenho; **VIII-** Trato de Gado; **IX-** Cabedal; **X-** Pelo que Possui; **XI-** Sem especificação; **XII-** Número de oitavas de ouro pagas.
Fonte: APM, CMOP 02.

Refinando a análise até os dez maiores lançamentos, conforme demonstrado abaixo, no Quadro 15, observam-se sete registros oriundos de localidades predominantemente rurais (três em São Bartolomeu, dois em Cachoeira do Campo, um no Campinho e outro em Itaubira), e apenas três situados em zonas mineradoras – muito embora os dois maiores lançamentos, de Martins Leça e de Henrique Lopes, viessem dessas áreas. Senhores como o capitão Manoel de Mattos e Manoel Paes de Souza, em São Bartolomeu, e Silvestre Souto, em Itaubira, possuíam roças equipadas com escravaria, engenho (no caso dos proprietários de Cachoeira) e trato de gado (em Itaubira). A envergadura dos núcleos rurais, sobretudo dos arraiais de São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, reforça a leitura de que, já em 1715, explorações agropastoris virtualmente voltadas para o abastecimento interno possuísem condições econômicas comparáveis ou mesmo superiores à grande parte das lides minerárias.

	Nome	Arraial	Valor
1	Antônio Martins Leça (Capitão)	Ouro Bueno	144
2	Henrique Lopes de Araújo (Capitão-mor)	Antônio Dias	138
3	José de Sande	Cachoeira do Campo	120
4	Manoel de Mattos (Capitão)	São Bartolomeu	114
5	Manoel Gomes da Silva/ Bento da Silva Gomes (irmão), Manoel da Rocha (mesma casa) e Manoel Martins	Campinho	114
6	Manoel Paes de Souza e seu camarada Antônio Correia	São Bartolomeu	114
7	Silvestre Souto	Itaubira	112
8	João Pinto da Silva (Capitão)	São Bartolomeu	109
9	João Veloso de Carvalho	Pilar do Ouro Preto	100
10	Manoel Cardoso	Cachoeira do Campo	100

Quadro 15. Relação dos dez maiores pagamentos do Termo de Vila Rica, Quintos 1715.

Fonte: APM, CMOP 02

Apesar de representarem apenas 8,24% dos lançamentos, os débitos a partir de quarenta oitavas alavancaram quase 32% (6.442 oitavas) do montante arrecadado em toda a listagem (20.163 oitavas), como exposto no Quadro 14. Isso não significa, contudo, que indivíduos enriquecidos tenham sido lesados em demasia. Ao contrário, através do método por quota fixa, seguido em 1715, esses homens foram o grupo social mais beneficiado, arcando com quantia relativamente menor. Estima-se que se o método de cobrança por bateias tivesse sido instituído, nos moldes intentados pelo rei, o ônus material incidente sobre os maiores proprietários de escravos seria muito maior.⁶⁹⁷ Isso pode ser demonstrado para o caso de Henrique Lopes. Embora se ignore o quantitativo escravo possuído pelo capitão-mor em 1715, sabe-se que, três anos depois,

⁶⁹⁷ Em carta enviada ao governador dom Brás Baltasar da Silveira, datada de 16 de novembro de 1714, dom João V ordenou que a cobrança dos quintos incidisse exclusivamente sobre os escravos mineradores (ou seja, sobre as bateias), impondo-se a cada um deles doze oitavas de ouro. Por outro lado, as cargas de escravos, gados e utensílios trazidos venda deveriam sofrer cobrança moderada. Noutra carta, escrita em sequência e na mesma data da primeira, o rei relativizou a exigência, permitindo ao governador conseguir ajuste em que a imposição sobre as bateias diminuísse de doze para dez oitavas. APM, SC 04, fls. 103-07.

assenhoreava plantel de 48 cativos.⁶⁹⁸ Se tivesse tal propriedade escravista num virtual lançamento por bateias, seu ônus não seria menor que 460 oitavas, podendo mesmo chegar a 552 oitavas de ouro na hipótese de que a imposição sobre cada escravo minerador chegasse a doze oitavas de ouro, como se defendera inicialmente. Ora, nessa circunstância, a rejeição do sistema por bateias e a consequente manutenção do método por quota fixa possibilitaram a Henrique Lopes uma economia mínima de 333% no valor de sua contribuição. Vantagem semelhante, pode-se imaginar, foi usufruída por todos os senhores das Minas. De um ponto de vista estritamente material, explica-se, dessa forma, porque o método por bateias sofreu tamanha oposição dos “homens principais” da capitania.

Resta ainda cotejar os contribuintes responsáveis por pagamento de duas ou mais entradas. Os casos mais importantes de registro duplo ou triplo em que foi possível excluir a homonímia e certificar a identidade do pagante revelaram a estratégia de diversificação econômica mantida por alguns dos homens principais de Vila Rica, que investiram em frentes diferentes, visando por vezes fatias distintas de mercado, a exemplo do que fizeram o capitão Antônio Martins Leça, o capitão Constantino de Paiva Pereira, o capitão Manoel Gomes da Silva, o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães e ainda Manoel Cardoso, entre outros. Martins Leça foi, por larga margem, o indivíduo que maior quantia despendeu nos quintos de 1715 no Termo de Vila Rica. Pagou triplamente: pela propriedade onde residia no arraial de Ouro Bueno, onerada na maior entrada isolada, como vimos; e ainda por duas roças no arraial de São Bartolomeu (uma delas possuída em sociedade com Manuel Coelho, também morador em Ouro Bueno), ambas equipadas com escravaria. Pelas roças e escravos nelas existentes desembolsou outras 39 oitavas, que, somadas ao primeiro registro, atingiram a cifra recorde de 183 oitavas de ouro, quase meia centena de oitavas a mais que o segundo maior pagador, que seguiu sendo Henrique Lopes, com 138 oitavas. Uma tipologia semelhante se deu nas entradas do mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, que além da posse minerária no Morro de Antônio Dias, também detinha roça e escravos no arraial de São Bartolomeu, pelos quais pagou mais 34 oitavas, acumulando, na totalidade, 124 oitavas. Uma mesma lógica econômica esteve presente nas posses de Martins Leça e de Silva Guimarães: a conjugação de explorações auríferas e agropastoris, simultaneamente. Outros preferiram concentrar-se num único nicho

⁶⁹⁸ APM, CC 1028, fl. 57v.

econômico, como, por exemplo, o capitão Constantino de Paiva Pereira, senhor de três roças (duas em São Bartolomeu e uma em Cachoeira do Campo), dotadas de escravarias próprias, das quais resultou débito acumulado de 80 oitavas de ouro. Manoel Cardoso também se concentrou em atividades vinculadas ao abastecimento interno, ao possuir um engenho com escravos em Cachoeira do Campo e outra propriedade escravista (não especificada) em Itaubira, onerando-se cumulativamente em 136 oitavas – o terceiro maior débito individual. Por sua vez, o capitão Manoel Gomes da Silva, além do empreendimento em sociedade com o irmão e com outros dois sujeitos no distrito de Campinho, assenhoreou mais uma roça em São Bartolomeu, também trabalhada por escravos. Ao recompilar a lista dos dez maiores pagamentos, incluindo-se contribuintes onerados em entradas duplas ou triplas, tem-se o resultado exposto no Quadro 16:

	Nome	Arraiais	Valor
1	Antônio Martins Leça (Capitão)	Ouro Bueno e São Bartolomeu	183
2	Henrique Lopes de Araújo (Capitão-mor)	Antônio Dias	138
3	Manoel Cardoso	Cachoeira do Campo e Itaubira	136
4	Manoel Gomes da Silva e sócios	Campinho e São Bartolomeu	130
5	Pascoal da Silva Guimarães (Mestre de Campo)	Morro e São Bartolomeu	124
6	José de Sande	Cachoeira do Campo	120
7	Manoel de Mattos (Capitão)	São Bartolomeu	114
8	Manoel Paes de Souza e seu camarada Antônio Correia	São Bartolomeu	114
9	Silvestre Souto	Itaubira	112
10	João Pinto da Silva (Capitão)	São Bartolomeu	109

Quadro 16. Relação dos dez maiores pagamentos do Termo de Vila Rica, Quintos 1715, considerando-se entradas duplas e triplas. Fonte: APM, CMOP 02.

Note-se que, entre os cinco indivíduos mais tributados de Vila Rica, apenas Henrique Lopes não possuía propriedade agrícola. E, dentre os dez, apenas ele dedicava-se exclusivamente à mineração, sem outro tipo de atividade econômica declarada. Essas informações têm significado especial, por se referirem a um ex-criado camponês, com larga experiência de vida no campo. Em vista do que sabemos de suas posses e finanças, não há dúvida de que dispusesse de meios próprios à compra de uma ou mais propriedades rurais. Como de fato veio a fazer posteriormente, na década seguinte, ao adquirir a roça de Bom Sucesso, usada para as necessidades do palácio. Mas, antes disso, o fato de não diversificar suas atividades econômicas para além da mineração faz pensar numa escolha explícita, amparada, decerto, na lucratividade obtida com a extração aurífera. Símbolo de poder e de distinção no Velho Mundo, base de sustentação da nobreza e do clero, e recurso imprescindível à classe dominante colonial situada no litoral açucareiro, o senhorio de terras também foi importante nas Minas,

onde ganhou, todavia, um significado novo, mais próximo do utilitarismo, especialmente nas primeiras décadas do século XVIII. Nas Minas, e apenas nas Minas, tornara-se possível ascender ao grupo mais proeminente da sociedade local, prescindindo-se da terra como fator de distinção e de reconhecimento social.

10. 2 – Quintos de 1718 e 1719: róis de escravos.

As listas dos quintos dos anos de 1718 e 1719 referentes ao Termo de Vila Rica sobreviveram incompletas e subdivididas em diversos livros, agrupados na Coleção da Casa dos Contos, na seção sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Nessas listas, faltam registros condizentes às Freguesias do Pilar do Ouro Preto, Cachoeira do Campo, Itaubira e Congonhas. Para a sede, restaram planilhas da Freguesia de Antônio Dias, aparentemente incompletas, mas, por ventura, salvaram-se as que mais interessam à presente pesquisa, com as entradas pagas por Henrique Lopes de Araújo.⁶⁹⁹ Apesar de muito mutilado, esse acervo é potencialmente mais rico e mais informativo que a documentação produzida em 1715, pois traz indicação precisa do número de escravos possuídos pelo senhor/pagante e também identifica os nomes e as procedências dos cativos, permitindo ainda distinguir gênero e, nalguns casos, idade (criança, jovem ou adulto) e condição social (solteiro, casado) dos indivíduos levados a rol. O quantitativo de vendas e lojas, discriminado separadamente, também é imputado a seus respectivos proprietários, agrupados por bairro. Mas não houve individuação de ofícios mecânicos e tampouco especificaram-se os tipos de empreendimentos desenvolvidos pelo contribuinte. Se, por um lado, as lacunas impedem a comparação entre as diferentes áreas e arraiais do Termo de Vila Rica e omitem certos dados presentes em 1715, por outro, o detalhamento desse acervo oferece aquilo que a listagem anterior não deu a conhecer, isto é, o caráter e a composição dos plantéis escravistas.

Na freguesia de Antônio Dias situavam-se sete arraiais ou distritos formadores. A área principal, mais povoada, com maior número de pagantes e detentora do maior contingente de escravos, era o arraial que emprestava nome à freguesia. Ali, 132 moradores, quase a metade (45%) dos contribuintes residentes na freguesia, pagaram os quintos em 1718 e responderam por 632 escravos, correspondentes a 33,8% da massa cativa arrolada, conforme demonstra o Quadro 17. Outro arraial muito povoado foi o de

⁶⁹⁹ Para estes dois anos, referentes aos bairros e arraiais que compunham o termo de Vila Rica, existem os seguintes livros: para a Freguesia de Antônio Dias CC 1028 e CC 1039; para o arraial de São Sebastião CC 1024; para São Bartolomeu CC 1025; para Itatiaia CC 1030 e para Ouro Branco CC 1037.

Padre Faria, com um quarto dos pagantes e pouco mais que isso relativamente aos escravos. Ora, comparadas às entradas registradas nos mesmos arraiais em 1715, que alcançaram 335 pagamentos (Cf. Quadro 10), as listas de 1718 apresentaram abatimento de quase cem contribuintes. É difícil saber se essa diminuição deveu-se ao desaparecimento de planilhas, à sonegação de nomes ou se, de fato, houve descréscimo da população fixada na freguesia de Antônio Dias entre um ano e outro.

Arraiais	Senhores	%	Escravos	%	Média Escravos/ Pagante
Antônio Dias	133	45	624	33,8	4,72
Bom Sucesso	2	0,6	62	3,3	31
Córrego Seco	44	14,9	333	18	7,5
Morro	8	2,7	69	3,7	8,6
Ouro Bueno	30	10,1	219	11,8	7,3
Ouro Podre	6	2	27	1,4	4,4
Padre Faria	72	24,4	507	27,5	7,1
TOTAL	295	100	1841	100	6,2

Quadro 17. Número de senhores e de escravos nos arraiais da Freguesia de Antônio Dias (1718)
Fonte: APM, CC 1028.

A média de escravos por proprietário variou de um arraial para outro, mantendo-se a razão geral de 6,2 cativos por senhor. Na realidade, porém, a concentração de escravos em poucos plantéis numerosos e a dispersão da posse escravista por uma miríade de pequenos proprietários deram a tônica característica do escravismo na freguesia de Antônio Dias. Conforme apontado no Gráfico 6, a grande maioria dos pagantes declarou posse diminuta, inferior à média. Cerca de 16% dos contribuintes tinham apenas um e outros 48% possuíam de dois a cinco escravos. Plantéis acima de vinte cativos foram arrolados por somente doze proprietários, uma nata senhorial correspondente a 4% dos registros. Esses poucos grandes senhores detiveram 429 escravos, representativos de quase um quarto do total (23,3%). O capitão-mor de Vila Rica arrolou o maior plantel individual, superado, contudo, por duas propriedades exploradas em sociedade. Essa relação confirma a manutenção de Henrique Lopes como um dos principais senhores de Vila Rica (Cf. Quadro 18).

Por sua vez, o rol nominal de proprietários de vendas e de lojas situadas na freguesia tornou a confirmar que Henrique Lopes não se incluía entre os comerciantes locais. Chama atenção a profusão de vendas e de pequenos estabelecimentos comerciais concentrados no arraial de Antônio Dias, que também abrigou quase a totalidade das

lojas, conforme se vê no Quadro 19. Inequivocamente, o arraial sede da freguesia ocupava posição de centralidade urbana ante os demais distritos formadores. Ao possuir algumas das principais lavras e congregar o maior contingente de senhores e de escravos tributados na freguesia, Antônio Dias também dispôs do mais amplo leque de empreendimentos comerciais.

Gráfico 6. Número de senhores por número de escravos na Freguesia de Antônio Dias (1718). Fonte: APM, CC 1028.

Nome	N. de escravos	Arraial
1. Sargento-mor Antônio Martins Leça e Manoel Coelho Neto (sócios)	62	Ouro Bueno
2. Capitão Manoel de Souza Sirqueira (sócio com Custódio da Silva)	48	Córrego Seco
3. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	46	Antônio Dias
4. Manoel Fernandes dos Reis	43	Bom Sucesso
5. João dos Santos Braga (sócio com André Pires da Costa)	43	Padre Faria
6. Manoel Gonçalves Porto	34	Antônio Dias
7. José da Silva pelo mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães	31	Morro
8. Luís Coelho dos Santos	31	Córrego Seco
9. Capitão Francisco da Costa de Oliveira	24	Antônio Dias
10. João Francisco Pimenta	23	Córrego Seco
11. João Alvares Pereira	22	Padre Faria
12. Jorge Vieira	22	Padre Faria
TOTAL	429	

Quadro 18. Relação dos principais senhores de escravos da Freguesia de Antônio Dias (1718). Fonte: APM, CC 1028.

Arraiais	Vendas	Lojas	Total
Antônio Dias	58	13	71
Padre Faria	21	1	22
Ouro Podre	5		5
Ouro Bueno		1	1
TOTAL	84	15	99

Quadro 19. Vendas e lojas da Freguesia de Antônio Dias, Quintos de 1718.
Fonte: APM, CC 1028.

Os quintos de 1719 seguiram a mesma metodologia da cobrança antecedente, porém incidiram sobre maior número de senhores e de escravos. As divisões e subdivisões internas da freguesia de Antônio Dias também se alteraram. Arraiais como Ouro Podre, Ouro Bueno e Córrego Seco foram compreendidos no interior do bairro denominado genericamente “Morro”, ao passo que o distrito de Bom Sucesso incluiu-se no arraial de Padre Faria. Explica-se, assim, o inchaço repentino dos números correspondentes a esses dois bairros. O Quadro 20 expõe o quantitativo de 2.460 escravos distribuídos por 334 senhores, em média geral de 7,3 cativos por proprietário. Relativamente ao ano anterior, esses números representaram aumento de um terço no alistamento de senhores (39 contribuintes a mais) e acréscimo de 619 escravos declarados. Além disso, houve elevação da média geral de escravos por proprietário, que subiu de 6,2 para 7,3.

Arraiais/Bairros	Senhores	%	Escravos	%	Média Escravos/Senhor
Antônio Dias	131	39,2	639	25,9	4,8
Padre Faria	89	26,6	779	31,6	8,7
Morro	114	34,1	1042	42,3	9,1
TOTAL	334	100	2460	100	7,3

Quadro 20. Número de senhores e de escravos por bairro na Freguesia de Antônio Dias, Quintos de 1719. Fonte: APM, CC 1028 e 1039.

No Gráfico 7, é possível visualizar esse crescimento através da composição dos plantéis, observando-se o número de escravos arrolados por senhor. Indicaram a posse de apenas um escravo vinte e três proprietários (6,8%), enquanto 158 senhores detiveram entre dois e cinco cativos (47,3%). Plantéis de seis a vinte escravos foram declarados por 137 senhores (ou 41%). Somadas, essas faixas perfizeram quase a totalidade dos lançamentos, incluindo 95,1% dos contribuintes onerados. Uma minoria

inferior a 5% dos senhores, composta por dezesseis homens, concentrou os maiores plantéis.

Gráfico 7. Número de senhores por número de escravos no plantel na Freguesia de Antônio Dias. Quintos de 1719. Fonte: APM, CC 1028 e 1039.

Henrique Lopes declarou possuir a terceira maior propriedade escravista da Freguesia de Antônio Dias em 1719. Foi superado novamente pelo sargento-mor Antônio Martins Leça e, uma novidade, por Pascoal e João da Silva Guimarães, pai e filho, que pagaram conjuntamente. Muito embora se saiba que Martins Leça mantivera, em 1715 e em 1718, sociedade com Manuel Coelho Neto, nesse lançamento sua entrada não indicou o estabelecimento de parceria. Por seu lado, foi a primeira vez que os Silva Guimarães se enquadraram numa única cobrança. Nos anos anteriores, suas propriedades haviam sido tomadas individualmente, o que decerto obrigara o clã familiar ao despendimento de soma mais elevada.⁷⁰⁰ Em 1719, o mestre de campo Pascoal da Silva ocupou o cargo de juiz ordinário da câmara de Vila Rica, posição que teria lhe conferido meios de orientar a forma de cobrança, a fim de, quem sabe, diminuir o próprio ônus. Conforme mostra o Quadro 21, dentre os principais senhores, sete residiam no Morro, cinco em Padre Faria e apenas dois em Antônio Dias. Os escravos

⁷⁰⁰ Somadas, as entradas pagas por Pascoal da Silva e por João da Silva Guimarães em 1715 alcançaram o segundo maior valor despendido no termo de Vila Rica, 170 oitavas de ouro, atrás apenas da contribuição cedida pelo sargento-mor Antônio Martins Lessa. Em 1718, é impossível determinar qual foi a entrada paga por João da Silva, em virtude da presença de homônimos.

pertencentes a esses proprietários equivaleram a um quinto dos cativos dados a rol na Freguesia.

Senhores	Bairro/Arraial	Escravos
1. Sargento-mor Antônio Martins Leça	Morro	62
2. João da Silva (pelo mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães)	Morro	48
3. Capitão-mor Henrique Lopes	Antônio Dias	42
4. André Pires da Costa	Padre Faria	38
5. Sargento-mor Manuel de Souza Siqueira	Morro	38
6. Manoel Gonçalves Porto	Morro	36
7. Luís Coelho dos Santos (sócio do cap. Francisco Rodrigues Graça)	Morro	31
8. João Francisco Pimenta	Morro	30
9. Antônio Dias	Padre Faria	26
10. Capitão Antônio Francisco de Miranda	Padre Faria	26
11. Jorge da Costa	Padre Faria	23
12. Antônio Ferreira Barreto (por Jorge de Lacerda)	Padre Faria	21
13. Capitão Francisco da Costa de Oliveira	Antônio Dias	21
14. Domingos Ferreira	Morro	21
TOTAL		512

Quadro 21. Principais senhores da Freguesia de Antônio Dias, 1719. Fonte: APM, CC 1028 e 1039.

O plantel de quarenta e dois escravos foi o menor manifestado por Henrique Lopes nas listas de que dispomos e, como se verá, destoou das demais entradas nas quais suas posses foram computadas. Dois anos depois, sua propriedade escravista atingiu quase o dobro da lista declarada em 1719, o que faz pensar na possibilidade de que tenha sonegado cativos seus nessa cobrança. Seja como for, mesmo omitindo parte de seu patrimônio senhorial, Henrique Lopes ainda despontava como principal proprietário de escravos e único grande minerador sediado no arraial de Antônio Dias.

10.3 – Quintos de 1721 e 1722: quantitativos de escravos anônimos

Diferentemente do método seguido em 1715, em que o valor de pagamento individual foi calculado com base na estimativa das posses e dos lucros auferidos pelo contribuinte, e também de forma distinta ao que havia sido feito em 1718-19, quando os róis indicaram o nome, o gênero e o grupo de procedência dos escravos, os quintos de 1721 e 1722 basearam-se no arrolamento sistemático do número de cativos por senhor, sem identificar individualmente os escravos. A propriedade escravista foi taxada em uma oitava, três quartos e quatro vinténs de ouro *per capita* e cada loja ou venda saiu a nove (em 1721) ou oito (em 1722) oitavas de ouro. A partir das listagens é possível

obter quantitativos dessas categoriais. Além da ressalva quanto à sonegação, comum a todas as fontes tributárias do período, deve-se observar ainda que o somatório de escravos não pode ser tomado ao pé da letra por outro motivo. Em alguns casos o arrolamento de escravos computou também forros, forras e pessoas livres com poucas posses como se cativos fossem. Isso aconteceu, sobretudo, quando o senhor/contribuinte desempenhava atividade mecânica igual ou similar à que, virtualmente, seria exercida por seu(s) escravo(s). Cite-se, por exemplo, o rol de Eugênia, parda forra, moradora no arraial de Ouro Preto, que pagou por si e por um escravo, onerando-se em cota correspondente à propriedade de dois cativos. Iguais a esse existiram outros lançamentos.⁷⁰¹ O procedimento parece ter sido regra válida em todos os casos em que o senhor exercesse atividade prática passível de tributação, mesmo tratando-se de pessoa livre. Como tal exercício não foi discriminado na documentação, torna-se inviável distinguir as entradas que consideraram apenas a propriedade escrava propriamente dita, daquelas em que o senhor também foi contabilizado entre a massa cativa.

Não obstante isso, as listas de 1721-22 se preservaram razoavelmente completas. Dezesesseis arraiais incluídos no termo de Vila Rica tiveram seus senhores e seus escravos quantificados. Para a pesquisa aqui desenvolvida, essa documentação foi particularmente relevante, pois permitiu situar a posição de Henrique Lopes junto a um amplo conjunto de proprietários de escravos, constituído por 1.761 senhores. Por outro lado, sua propriedade escravista também foi colocada em perspectiva com um extenso universo de trabalhadores cativos, formado por quase onze mil pessoas.

O Quadro 22 comprova que o arraial de Antônio Dias seguia sendo a área mais dinâmica de Vila Rica, ao concentrar o maior número de proprietários de escravos. Isoladamente, o arraial possuiu o segundo contingente de escravos, com quase mil trabalhadores cativos, superado apenas por São Bartolomeu, o principal distrito rural inserido no termo de Vila Rica, e ainda ostentou o segundo conjunto de estabelecimentos comerciais. Entretanto, considerando-se que de modo contíguo ao arraial sede localizavam-se outros arraiais também bastante povoados, como Córrego Seco, Ouro Bueno, Ouro Fino, Ouro Podre e Padre Faria, a posição de centralidade da Freguesia de Antônio Dias se torna mais evidente. Esses arraiais responderam por 34% da classe senhorial (600 proprietários) e pelo mesmo percentual de trabalhadores

⁷⁰¹ Na listagem de 1721, existem os casos de Antônio forra e Amaro Borges, em Ouro Preto. Em 1722, registra-se ainda o nome de Maria forra. APM, CMOP 11.

escravizados (3.478 escravos). Já os distritos situados na parte baixa da Freguesia (Antônio Dias e Padre Faria) abrigaram 119 pontos comerciais, quase a metade (44,5%) dos empreendimentos congêneres no termo de Vila Rica.

Arraial/Distrito	Senhores	%	Escravos	%	Média Escravos/Senhor	Vendas/lojas
1. Antônio Dias	220	12,4	995	9,0	4,5	62
2. Bocaina	86	4,8	390	3,5	4,5	9
3. Cachoeira do Campo	192	10,8	954	8,6	4,9	9
4. Caraça	10	0,5	68	0,6	6,8	-
5. Córrego Seco	21	1,1	158	1,4	7,5	-
6. Congonhas	94	5,3	536	4,8	5,7	5
7. Itatiaia	99	5,6	744	6,7	7,5	10
8. Itaubira	105	5,9	909	8,2	8,6	6
9. Ouro Branco	69	3,9	427	3,8	6,1	6
10. Ouro Bueno	44	2,4	218	1,9	4,9	-
11. Ouro Fino	104	5,9	817	7,4	7,8	-
12. Ouro Podre	63	3,5	583	5,3	9,2	-
13. Ouro Preto	208	11,8	874	7,9	4,2	88
14. Padre Faria	148	8,3	977	8,8	6,6	57
15. São Bartolomeu	174*	9,8	1.384**	12,5	7,9	13
16. Santo Antônio do Campo	125	7	692	6,2	5,5	2
	-	-	265***	2,4	-	
TOTAL	1.761	100	10.991	100	6,2	267

Quadro 22. Numero de senhores de escravos e de vendas no Termo de Vila Rica, Quintos de 1721.
Fonte: APM, CMOP 11

* O quantitativo de senhores em São Bartolomeu desconsiderou os residentes no lugar chamado Capanema, cujos nomes não foram revelados.

** O total de escravos declarados em São Bartolomeu incluiu 140 cativos pertencentes aos moradores do lugar chamado Capanema, mas não mencionou os nomes de tais senhores e tampouco discriminou a distribuição dos escravos pelos plantéis.

*** Escravos pertencentes aos sacerdotes residentes no Termo de Vila Rica. Os nomes dos religiosos e o tamanho dos plantéis individuais não foram revelados.

Novamente, a média geral de escravos por senhor não refletiu a situação real dos plantéis, desigualmente distribuídos entre uma maioria de pequenos e uma minoria de médios e grandes proprietários. O Gráfico 8 explicita esse contexto, ao demonstrar que uma fatia considerável da classe senhorial, formada por 347 senhores, quase um quinto do total, declarou posse de um único escravo (19,6%). Outros 816 proprietários arrolaram plantel de dois a cinco escravos (46,3%). Somadas, essas faixas representaram dois terços (66%) dos senhores. Plantéis entre seis e dez escravos também atingiram montante significativo, com 330 registros, correspondentes a 18,7%. Propriedades acima de dez escravos representaram, portanto, apenas quinze por cento do total.

Gráfico 8. Número de senhores por número de escravos no Termo de Vila Rica (1721). Fonte: APM, CMOP 11

No topo, a estratificação atingiu o máximo. Apenas dezesseis senhores ostentaram plantéis maiores que quarenta escravos, conformando a elite senhorial de Vila Rica (0,9%). E, no interior dessa elite, Henrique Lopes ocupou a posição mais elevada. No lançamento de 1721, o capitão-mor anotou o maior pagamento do termo de Vila Rica, no valor de 150 oitavas de ouro, referente à posse de oitenta escravos – mais numeroso plantel. Próximo ao principal pagador, com escravaria superior a setenta indivíduos, houve só o senhor Bento Gomes da Silva, no arraial de Ouro Podre, proprietário de setenta e nove escravos, pelos quais foi onerado em 148 oitavas de ouro e oitenta réis. Grandes proprietários, como João da Costa Brito (ou Brabo) e o capitão Antônio Ramos dos Reis, declararam escravarias muito inferiores, abaixo de sessenta indivíduos. Em vista de tais dados, pode-se considerar que Henrique Lopes de Araújo transformou-se, então, pela primeira vez desde sua chegada às Minas, no indivíduo mais tributado de Vila Rica, destacando-se, simbolicamente, como seu principal minerador, conforme demonstra o Quadro 23. Coincidência ou não, o capitão-mor tornou-se nesse momento o provedor da residência oficial de dom Lourenço de Almeida, governador da recém-criada capitania de Minas Gerais.

Senhores	Local	Nº de escravos
1. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	Antônio Dias	80
2. Bento Gomes da Silva	Ouro Podre	79
3. João da Costa Brito (Brabo)	Itaubira	58
4. Capitão Antônio Ramos dos Reis	Ouro Preto	53
5. João Alvarez da Rocha	Itaubira	50
6. Silvestre Coutinho	Itaubira	48
7. Francisco da Costa Ribeiro	Itaubira	45
8. Manoel de Mello e Horta	Ouro Podre	45
9. Tenente Coronel João Pinto da Silva	S. Bartolomeu	44
10. José Ferreira Cardoso	S. Bartolomeu	44
11. André Pires da Costa	Padre Faria	43
12. Pascoal Correia	S. Bartolomeu	43
13. João Gonçalves Batista	Ouro Podre	42
14. Antônio de Andrada e Gois	Antônio Dias	42
15. Manoel Dias da Costa	Itaubira	41
16. Francisco Leite de Brito	S. Bartolomeu	40
17. Capitão Francisco Leme da Silva	S. Bartolomeu	40

Quadro 23. Relação dos maiores proprietários de escravos do Termo de Vila Rica, Quintos de 1721. Fonte: APM, CMOP 11.

Na listagem do ano seguinte a situação pouco mudou. Houve crescimento do número geral de senhores e de escravos em relação a 1721. A freguesia de Antônio Dias manteve a primazia econômica. Considerando o arraial sede e ainda os distritos de Córrego Seco, Ouro Bueno, Ouro Fino, Padre Faria e Rio das Pedras, concentraram-se ali 634 senhores (33,4%), 4.141 escravos (35,2%) e 170 estabelecimentos comerciais (48,8%), percentuais semelhantes aos do ano anterior, como se vê no Quadro 24. O mais impressionante desenvolvimento se deu no arraial de Padre Faria, que conheceu aumento de 29% em sua classe senhorial (de 148 para 192 proprietários) e de 26% no número de escravos (de 977 para 1.237 cativos), mesmo percentual de crescimento dos pontos comerciais (de 57 para 72 venda/lojas).

Outra vez a média geral de escravos mostrou-se enganosa. Na verdade, a maioria dos plantéis sequer alcançou cinco cativos por senhor. No Gráfico 9, observa-se que proprietários de escravo único e de plantéis entre dois e cinco cativos representaram dois terços do total (1.257 senhores, ou 66%). As faixas intermediárias entre seis e vinte escravos também foram importantes, somando 558 registros, correspondentes a 29,3%. Por fim, os portadores de plantéis acima de quarenta indivíduos constituíram a distinta elite da classe senhorial, formada por apenas dezessete grandes proprietários.

Arraial	Senhores	%	Escravos	%	Média Escravos por Senhor	Vendas/lojas
1. Antônio Dias	230	12,1	1.095*	9,2	4,7**	98
2. Bocaina	97	5,3	457*	3,9	4,4**	12
3. Cabeceiras de Santa Bárbara	28	1,4	135	1,1	4,8	2
4. Cachoeira do Campo	188	9,9	1.038*	8,7	5,3**	6
5. Congonhas	34	1,7	231*	1,8	6,7**	3
6. Congonhas [Nova das]	83	4,3	440*	3,6	5,0**	4
7. Córrego Seco	16	0,8	150	1,2	9,3	-
8. Itatiaia	127	6,7	831*	6,9	6,3**	12
9. Itaubira	97	5,1	921*	7,7	9,4**	6
10. Ouro Branco	66	3,4	437*	3,6	6,5**	5
11. Ouro Bueno	33	1,7	187	1,5	5,6	-
12. Ouro Fino	93	4,9	810	6,8	8,7	-
13. Ouro Preto	225	11,8	1.011*	8,5	4,3**	106
14. Padre Faria	192	10,1	1.237	10,4	6,4	72
15. Rio das Pedras	70	3,6	662*	5,6	9,4**	-
16. Santo Antônio do Campo	125	6,6	800	6,7	6,4	4
17. São Bartolomeu	189	9,9	1.295*	10,9	6,8**	18
18.	11	0,5	85	0,7		
TOTAL	1.904	100	11.822	100	6,0**	348

Quadro 24. Número de pagantes, número de escravos, número médio de escravos por pagante e número de vendas por arraial no Termo de Vila Rica, Quintos 1722. Fonte: APM, CMOP 11.

* Contabilizados os escravos pertencentes a padres não identificados: em Antônio Dias (65), Bocaina (28), Cachoeira (33), Congonhas (4), Congonhas [Nova das] (20), Itatiaia (27), Itaubira (6), Ouro Branco (4), Ouro Preto (23), Rio das Pedras (6), São Bartolomeu (9).

** Foram desconsiderados os escravos pertencentes a religiosos não identificados.

Gráfico 9. Número de pagamentos por número de escravos no Termo de Vila Rica, Quintos de 1722. Fonte: APM, CMOP 11

Em 1722, Henrique Lopes perdeu a condição de maior débito individual, sendo ultrapassado por outras entradas de vulto. O capitão-mor quitou aproximadamente 130 oitavas e meia de ouro por rol de setenta escravos. Em comparação com o ano anterior, suprimiram-se dez cativos, abatimento que significou economia de vinte oitavas de ouro no montante da dívida. É muito provável que esse abrupto decréscimo na declaração deva ser credito à prática de sonegação. Mesmo com tal omissão, Henrique Lopes anotou o terceiro maior débito individual do termo de Vila Rica. Acima dele existiram apenas João da Costa Brito (ou Brabo), no arraial de Itaubira, com setenta e um escravos, e o já citado Bento Gomes da Silva, agora pagador no Rio das Pedras, por seu plantel de oitenta e três cativos, como discrimina o Quadro 25.

Nome	Local	N. de escravos
1. Bento Gomes da Silva	Rio das Pedras	83
2. João da Costa Brito (Brabo)	Itaubira	71
3. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	Antônio Dias	70
4. João Gonçalves Batista	Rio das Pedras	55
5. Capitão Antônio Ramos dos Reis	Ouro Preto	50
6. Francisco da Costa Ribeiro	Itaubira	50
7. Capitão Caetano Alvares de [Araújo]	C. do Campo	46
8. Capitão Domingos de Abreu Lisboa	Ouro Preto	45
9. Antônio de Andrada e Góis	Antônio Dias	45
10. João de Mello e Horta	Rio das Pedras	44
11. Pascoal Correia e Francisco Rodrigues	S. Bartolomeu	43
12. Silvestre Coutinho	Itaubira	42
13. Manoel Dias da Costa	Itaubira	42
14. André Pires da Costa	Padre Faria	41
15. Alferes Domingos Moreira Fernandes	Ouro Branco	41
16. Capitão Francisco Leite de Brito	S. Bartolomeu	41
17. João Rodrigues da Silva	S. Bartolomeu	41

Quadro 25. Lista dos maiores proprietários de escravos do Termo de Vila Rica, Quintos de 1722. Fonte: APM, CMOP 11

A lista dos maiores proprietários de escravos mudou pouco de um ano para outro. Em 1721, dentre dezessete senhores principais, seis tinham suas propriedades situadas em áreas mineradoras da Freguesia de Antônio Dias, incluindo o arraial sede e os distritos de Ouro Podre e Padre Faria. Dez advinham de áreas rurais, de feição agropecuária, cinco no arraial de Itaubira e outros cinco em São Bartolomeu. Apenas um residia no arraial de Ouro Preto. Essa relação reforça a perspectiva de que a Freguesia de Antônio Dias concentrasse o conjunto mais enriquecido de mineradores, ao passo que uma parcela cada vez maior dessa elite senhorial espalhava-se por áreas rurais próximas à zona mineradora. Nesses arraiais, especialmente em São Bartolomeu, a mineração combinou-se à atividade agropastoril, absorvendo grande contingente de

mão-de-obra cativa. Dado revelador consistiu na tímida participação do arraial de Ouro Preto entre os maiores plantéis. Comparados às propriedades vizinha em Antônio Dias, os empreendimentos mineradores apresentaram no Pilar menor envergadura. A desvantagem parece ter sido compensada, por outro lado, pela pujança de seus estabelecimentos comerciais. Em 1721 e 1722, o distrito de Ouro Preto apresentou o mais robusto conjunto de lojas e vendas do termo de Vila Rica. Talvez por isso, já nos quintos de 1715, o maior débito individual registrado no Pilar tenha sido anotado por um comerciante, João Veloso de Carvalho, dono de uma loja de fazenda. Já em 1722, a distribuição dos principais senhorios manteve formato semelhante. O rol de grandes proprietários teve troca de apenas três nomes, além de oscilações numéricas nos plantéis. O capitão Domingos de Abreu Lisboa juntou-se ao capitão Antônio Ramos dos Reis, elevando a participação do arraial de Ouro Preto entre os principais pagadores dos quintos. Notem-se também as inclusões do capitão Caetano Alvares de Araújo, em Cachoeira do Campo, e do alferes Domingos Moreira Fernandes, em Ouro Branco. Manteve-se inalterado o quadro de prevalência de mineradores situados na Freguesia de Antônio Dias, com seis representantes (incluindo-se os residentes em Rio das Pedras, Padre Faria e no próprio arraial de Antônio Dias).

A concentração de mineradores abastados na Freguesia de Antônio Dias será tendência mantida ao longo da década de 1720 e quiçá ulteriormente, tornando a se manifestar entre 1729 e 1731, conforme será demonstrado nas listas de pagamento do Real Donativo.

10. 4 – As Listas do Real Donativo

As listas de pagamento do Real Donativo elaboradas pela câmara de Vila Rica estenderam-se por três anos, entre 1729 e 1731. Embora fosse, em tese, uma contribuição voluntária, que visava subsidiar as núpcias de suas altezas reais – os infantes D. José, Príncipe do Brasil, e dona Maria Bárbara de Bragança, que se casaram, respectivamente, com os infantes espanhóis Maria Ana Vitória e D. Fernando, Príncipe das Astúrias – na prática o Real Donativo teve caráter tributário, ostensivamente exigido pelo rei.⁷⁰² Deliberada em junta local realizada em outubro de 1727, a extraordinária

⁷⁰² SOBRE estas Minas contribuirão com um donativo para as despesas dos casamentos de suas altezas. Lisboa Ocidental, 12 de abril de 1727. Transcrição da 1ª parte do Códice 23 da Seção Colonial. *RAPM*, v. 30, 1979, p. 265-66. FONSECA, M. B; PAIVA, E. F. “Identidade étnica africana – escravidão e liberdade em Minas Gerais, século XVIII” *Cesumar*, v. 12, n. 1, 2010, p. 39-51.

soma de cento e vinte e cinco arrobas de ouro deveria ser cobrada *pro rata* por cada uma das câmaras, conforme o rol de escravos de cada uma, além de quotas impostas às lojas, vendas, aos oficiais mecânicos e até mesmo àqueles que, não tendo ocupação nem cabedal próprios, pagariam como se escravos fossem. Ao termo de Vila Rica coube o montante de vinte mil oitavas de ouro.⁷⁰³ Expediram-se advertências aos cobradores no sentido de que não descuidassem das contribuições devidas por viandantes e por pessoas que se ausentassem de seus distritos para fugir à cobrança. Nas diligências arrecadatórias, os provedores podiam valer-se, inclusive, de oficiais de justiça e de milícias.⁷⁰⁴

Os róis de moradores, discriminados por distrito ou freguesia, especificaram o nome dos pagantes, seus quantitativos de escravos e de vendas (ou casas comerciais como lojas e cortes de carne) e o exercício de ofícios mecânicos. Também nessas listas, assim como sucedera com os quintos de 1721-22, o número total de cativos não deve ser tomado ao pé da letra, pois foram contadas como escravas pessoas livres que se dedicavam a trabalho manual semelhante ou igual ao realizado por não livres.

Entre 1729-31, fabricaram-se vinte listas nominativas, quatro delas elaboradas no primeiro ano e as demais nos anos consecutivos. Embora se saiba que, nesse intervalo, cada freguesia ou distrito formador do termo de Vila Rica tenha sido taxado anualmente, uma vez por ano, não é possível distinguir o período ou anuidade ao qual se referiram certas listas. Além disso, em alguns distritos, como a sede da freguesia do Pilar do Ouro Preto, não sobreviveram listas correspondentes aos três anos. As planilhas dos anos 1730-31, por exemplo, se embaralharam, sendo provável que tenham sido cobradas simultaneamente. Por outro lado, as divisões e subdivisões das freguesias e dos distritos modificaram-se de uma lista para outra, tornando difícil saber quantas

⁷⁰³ TERMO que se fez na Igreja de N. S. da Conceição de Antônio Dias em Junta que o governador e capitão general das Minas, d. Lourenço de Almeida, convocou de todas as câmaras e mais pessoas de distinção deste governo, para contribuírem com donativos para suprimento dos gastos que precisamente se hão de fazer com os casamentos de S. A. A., tudo conforme as ordens de S. Majestade que Deus guarde, que se acham registradas neste mesmo livro. 22 de outubro de 1727.

⁷⁰⁴ Veja-se a advertência encaminhada ao provedor do distrito de Ouro Podre: “Os oficiais da câmara de Vila Rica recomendam da parte de Sua Majestade que Deus guarde ao senhor Custódio de Sá Ferreira ponha todo o cuidado na cobrança desta lista e o tenha igual em que algumas pessoas principalmente viandantes se ausentem sem satisfazerem as contribuições que pelos ditos oficiais lhe foram arbitradas, e tendo alguma suspeita lhe mandará fazer segurança, por qualquer oficial de justiça, ou milícias e outrossim cobrará este donativo em ouro em pó, [sempre] dele receber porque de outro modo se lhe não há de aceitar em pagamento que há de fazer infalivelmente até quinze de fevereiro próximo que vem, em mão do tesoureiro do senado, havendo do escrivão dele conhecimento em forma, e para a dita diligência [usará] de todos os meios convenientes, como se declara na provisão que para este efeito se lhe passou. Vila Rica, 9 de janeiro de 1730.” APM, CMOP cx. 02, doc. 5, fls. 2 e 3.

vezes os moradores de uma mesma localidade foram levados a rol. Por isso, optou-se por considerar o conjunto de listas, sem divisá-las por ano. Esse procedimento implicou que um mesmo contribuinte pudesse aparecer em até três listas distintas, condizentes às imposições anuais efetuadas no triênio.

Esse foi o caso do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo, levado a rol em três listas dos moradores da Freguesia de Antônio Dias referentes aos anos de 1729, 1730 e 1731. Na primeira, assumiu plantel formado por cerca de setenta indivíduos;⁷⁰⁵ na seguinte, anotou posse de sessenta e sete cativos; e, na última, pagou por propriedade de sessenta e nove escravos.⁷⁰⁶ Comparativamente, a grandiosidade desse plantel impressiona. No cômputo geral das listas do Real Donativo, a grande maioria dos contribuintes, em 69,3% das entradas, arrolou posse constituída por no máximo cinco escravos; outros 15,8% apresentaram entre seis e dez escravos; 10,4% dos pagadores possuíam entre onze e vinte cativos. As demais faixas por dezenas obtiveram índices inferiores a três por cento. Chama atenção a seletividade dos principais senhores. Conforme exposto no Gráfico 10, em universo de 2.962 entradas, correspondentes aos pagantes dotados de propriedade escravista, existiram apenas cinco registros acima de cinquenta escravos (0,16%). Desses cinco, três consistiam em cotas pagas por Henrique Lopes de Araújo. O maior plantel pertenceu a Hierônimo Ribeiro da Costa, na lista da freguesia de São Bartolomeu em 1729, com propriedade de oitenta e um escravos. Além desses registros, o capitão Antônio Ramos dos Reis anotou cinquenta e quatro escravos, em lista de 1730, na freguesia do Pilar do Ouro Preto.

Perceba-se, portanto, que apesar de não ter arrolado o maior plantel numérico de escravos em 1730 – nesse ano, teve a segunda colocação – cumulativamente Henrique Lopes de Araújo foi, sem dúvida, o principal contribuinte individual no termo de Vila Rica, onerado em três listas consecutivas, sendo que em duas delas, as de 1729 e 1731, apresentou as mais robustas propriedades escravistas.

⁷⁰⁵ Especificamente, a indicação do número de escravos de Henrique Lopes na lista de 1729 está ilegível; no entanto, comparando o somatório parcial obtido até a folha anterior ao aparecimento de sua cota com o somatório obtido na folha consecutiva, tem-se que sua posse em escravos aproximava-se de setenta escravos, podendo oscilar em um ou dois escravos a mais ou a menos. APM, CMOP cx. 01, doc. 22, fl. 7.

⁷⁰⁶ APM, CMOP cx. 02, doc. 34, fl. 4; e APM, CMOP cx. 02, doc. 54, fl. 3.

Gráfico 10. Número de Pagamentos por número de escravos no Termo de Vila Rica, Real Donativo (1729-31). Fonte: APM, CMOP cx. 1, docs. 21, 22, 23, 24 e 25; cx. 02, docs. 05, 33, 34, 38, 40, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57 e 58; cx. 03, docs. 13 e 14.

Nome	Local/Ano	N. de escravos
1. Hierônimo Ribeiro da Costa	São Bartolomeu (1730)	80
2. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	Antônio Dias (1729)	70
3. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	Antônio Dias (1730)	67
4. Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo	Antônio Dias (1731)	69
5. Capitão Antônio Ramos dos Reis	Pilar do Ouro Preto (1730)	54
6. Licenciado João Gonçalves Batista	Ouro Fino/P. Faria/ Serra (1730)	50
7. Licenciado João Gonçalves Batista	Ouro Fino/Padre Faria/ Serra (1730/31)	50
8. Francisco Moreira	Jacutinga/Ouro Podre (1730)	50
9. Capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira	P. Faria/Taquaral/Bom Sucesso (1730)	50*
10. Capitão Francisco Leme de Brito	São Bartolomeu (1729)	40
11. Capitão Francisco Leme de Brito	São Bartolomeu (1729/30)	35
12. Capitão Francisco Leme de Brito	São Bartolomeu (1730)	45
13. Pascoal Correia de Aguiar	São Bartolomeu (1729)	40
14. Pascoal Correia de Aguiar	São Bartolomeu (1729/1730)	43
15. Pascoal Ferreira de Aguiar	São Bartolomeu (1730/31)	38
16. Capitão Antônio Fernandes de Araújo	Itaubira (1729)	31**
17. Capitão Antônio Fernandes de Araújo	Itaubira (1730)	40
18. Capitão Antônio Fernandes de Araújo	Itaubira (1731)	39
19. Manoel Moreira de Meireles	Itatiaia/Lavras Novas (1731)	38
20. Domingos de Abreu Lisboa	Jacutinga/Ouro Podre (1730)	37

Quadro 26. Lista dos principais senhores de escravos no termo de Vila Rica, Real Donativo (1729-1731). Fonte: APM, CMOP cx. 1, docs. 21, 22, 23, 24 e 25; cx. 02, docs. 05, 33, 34, 38, 40, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57 e 58; cx. 03, docs. 13 e 14.

* O registro referente ao capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira traz a seguinte descrição: “escravos que tem neste distrito e seus feitores e dez escravos que mandou vender, vindos de povoados”. APM, CMOP Cx. 02 Doc. 55, fl. 3.

** Além de seus escravos, o capitão Antônio Fernandes de Araújo ainda abrigava em casa a um sujeito de nome Crispim, com uma escrava; e a forra Esperança, também com uma escrava. APM, CMOP cx. 01, doc. 25.

Observe-se que, na lista constante no Quadro 26, constituída por onze indivíduos, há cinco proprietários sediados na Freguesia de Antônio Dias, três em São Bartolomeu, e apenas um nas freguesias do Pilar do Ouro Preto, Itaubira e

Itatiaia/Lavras Novas, respectivamente. Tais dados permitem inferir que as áreas minerárias situadas em Antônio Dias abrigavam, àquela altura, os principais senhores do termo de Vila Rica. Por outro lado, no meio predominantemente rural, onde a mineração conjugava-se a atividades agropastoris, o arraial de São Bartolomeu destacou-se e suplantou os arraiais de Cachoeira do Campo (que sequer aparece na listagem), Itaubira e Itatiaia/Lavras Novas. Surpreendentemente, na sede da Freguesia do Pilar do Ouro Preto, apenas o capitão Antônio Ramos dos Reis encontrava-se entre os principais detentores de mão-de-obra. Apesar de possuir densa ocupação demográfica, o Pilar não ostentava a mesma pujança mineradora do arraial vizinho. .

10. 5. Ferramentas e apetrechos minerários

Nos dezesseis anos intercalados entre 1715 e 1731, Henrique Lopes esteve sempre entre os maiores proprietários de escravos de Vila Rica, sendo publicamente reconhecido como um dos mais ricos senhores locais. Muito embora o vínculo com a atividade mineradora tenha sido explicitado apenas na cobrança de 1715, não há erro em considerá-lo um dos principais, se não o principal minerador de Vila Rica. Como vimos, sua propriedade em Antônio Dias situava-se no coração aurífero da vila, numa das mais ricas áreas metálicas da capitania de Minas Gerais. Além das informações quantitativas colhidas nas listas fiscais, dispomos também da relação de ferramentas e utensílios minerários possuídos pelo minerador, a comprovar sua inequívoca inserção no setor.

Flávia Reis argumentou, com razão, que a atividade mineradora desenvolvida em Minas Gerais conjugou técnicas e experiências trazidas de diferentes áreas do globo, assim como envolveu populações diversas, como índios e paulistas mestiços, africanos escravizados e ainda colonizadores portugueses e espanhóis, tributários da mineralogia europeia. Tais povos introduziram saberes e práticas de exploração mineral conhecidas em seus ambientes de origem. Esse processo de “mestiçagem” econômica e cultural, específico do mundo colonial, refletiu-se na terminologia técnica da mineração empreendida nas Minas, marcada por vocabulário que congregava nomes africanos, indígenas e europeus.⁷⁰⁷

A diversificação dos métodos de exploração aurífera adaptou-se à realidade local e evoluiu da busca pelo ouro secundário, depositado no fundo e no leito dos rios, até a

⁷⁰⁷ REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2007. Dissertação de mestrado, p. 26.

prospecção de rochas matrizes, no alto ou no interior de montanhas. A partir da mineração de cascalho, praticada por paulistas em córregos e cursos d'água, seguiu-se a exploração de grupiaras, situadas nos vales e encostas. Grupiaras eram o sedimento aluvional gerado quando o rio ainda cavava o seu leito e corria em altura superior, depositado, portanto, na encosta posteriormente seca, imediata ao curso d'água. Nesses dois tipos de extração, visava-se encontrar o metal misturado ao cascalho. Conquanto, no caso das grupiaras, a água tornou-se componente essencial e o minerador se viu obrigado a conduzi-la de níveis superiores até o local da jazida, por meio de canais e bicas que podiam percorrer longas distâncias. Desmontado por pressão hidráulica, o cascalho carregado pela água era separado manualmente até a lavagem e apuração final. O princípio aplicado na grupiara valeu também no método por “talho aberto”. Executado em pontos mais elevados que as grupiaras, esse método consistiu na abertura de um “talho” ou corte, perpendicular à rocha, a fim de canalizar o material daí resultante e direcioná-lo morro abaixo, sendo explorado ao longo da descida (por meio de canoas, bolinetes e bateias⁷⁰⁸) até o depósito final em mundéus, grandes tanques ou reservatórios destinados a reter lama aurífera para a última apuração. Por fim, nos casos em que as explorações de morro não pudessem contar com o fornecimento suficiente de água, restava a opção de abertura de catas, galerias ou poços subterrâneos, perfurados na rocha em diferentes angulações e profundidades. As galerias podiam estender-se por verdadeiros labirintos, nos quais havia risco iminente de desmoronamento, falta de ventilação e inundação provocada por chuvas.⁷⁰⁹

⁷⁰⁸ Canoas eram fossos retangulares escavados na terra, com fundo inclinado, recoberto com couro de boi ou tecido felpudo de lã, as baetas. Segundo Flávia Reis, “dentro da canoa, o escravo, com grande habilidade, remexia constantemente com o almocafre o material depositado na cabeceira sob a queda d'água, de tal forma que toda a lama e as areias mais finas fossem arrastadas, restando no fundo apenas uma fina camada com alto teor de ouro. Novamente outro monte de material era adicionado e o processo todo se repetia, tomando-se o cuidado, porém, de não se tocar na camada inferior já concentrada. Nesta primeira etapa do processo, era aplicada uma ‘verdadeira limpeza’ no material que, em camadas mais finas e com grande quantidade de ouro, acumulava-se na cabeceira da canoa. Quando esta estava completamente cheia, diminuía-se o fluxo da água e iniciava-se uma nova etapa conhecida como ‘apurar a canoa’. Nessa fase, rapava-se toda a superfície da canoa, concentrando o sedimento na cabeceira para que os rejeitos ainda misturados com o ouro fossem cuidadosamente arrastados. Em seguida, esgotava-se completamente a água e com uma ‘pequena vassoura’ a fina camada de ouro depositada na cabeceira, a parte mais rica da canoa, era retirada para a apuração final nas bateias. A água era então novamente vertida para o lavadouro e procedia-se à lavagem do restante do material extraído.” Quanto aos bolinetes, eram maiores que as canoas, formados por caixas de madeira grossa e resistente, capazes de permitir o trabalho de mais de um escravo em seu interior. Tinham de comprimento entre 1,5 e 3 metros, com formato afunilado e em declínio, de 1 m de largura na cabeceira, afunilando até a outra extremidade. Cf. REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 144-45

⁷⁰⁹ REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 97-124.

Com base nos métodos disponíveis, existiram, segundo a mesma autora, três tipos de empreendimento minerador: a lavra de aluvião, dedicada à exploração dos veios d'água, seus tabuleiros e grupiarias; a lavra de rocha matriz, que buscava a jazida primária; e a lavra mista ou híbrida, que congregava as duas modalidades anteriores numa mesma propriedade.⁷¹⁰ Essa era, precisamente, a condição do complexo minerador pertencente ao capitão-mor, no qual se verificavam a mineração de cascalho, praticada na chamada “praia de Henrique Lopes”; a exploração de grupiarias, à meia encosta; e as catas por talho ou galeria, escavadas na rocha.

A descrição sumária dos métodos ajuda a entender a função e a importância relativas das ferramentas empregadas no trabalho minerador. As explorações de grupiarias, talhos, catas e galerias requeriam o uso de utensílios capazes de quebrar, desmontar ou fender terras e rochas friáveis, para assim formar o cascalho aurífero. As principais ferramentas de mineração, fabricadas em ferro, exerciam portanto força compressiva ou perfurante, gerada a partir de alavancas, almocafres, enxadas, cavadeiras e marrões. Descrita em pormenor no testamento senhorial, a relação de ferramentas minerárias possuídas por Henrique Lopes indicou sete instrumentos distintos, que somaram vinte e sete peças, especificadas no Quadro abaixo.

Peças e Ferramentas (de ferro)	Nº
1. Alavanca grande	7
2. Alavanca pequena	4
3. Enxada	5
4. Foice	5
5. Marrão	3
6. Picão novo	1
7. Trempe	2
TOTAL	27

Quadro 27. Peças e ferramentas minerárias de Henrique Lopes.

Fonte: ANTT, Conde de Linhares, mç. 95, doc. 2.

Como informou Bluteau, alavanca era o “varão de ferro do comprimento de uma vara de medir, da grossura do pulso de um braço, com uma ponta da feição de cunho, e da outra parte bico”. Sua função consistia em “abalar e tirar do seu lugar pedras ou outras coisas de peso”.⁷¹¹ Henrique Lopes arrolou onze alavancas, grandes e pequenas, quantidade pouco superior à média detectada por Flávia Reis. Mapeando as ferramentas declaradas em inventários de mineradores situados em Vila Rica, Mariana e Sabará no período 1722-1798, essa autora encontrou alavancas em sessenta casos, dentre sessenta

⁷¹⁰ REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 212.

⁷¹¹ BLUTEAU, R. *Vocabulário Português e Latino*, v. 1, p. 209.

e oito investigados. Nesses documentos, foram declaradas pelo menos 555 alavancas, em média de 9,25 exemplares por minerador. O fato de as ferramentas aqui estudadas se divisarem entre pequenas e grandes reforça a perspectiva de que, na propriedade aqui discutida, prospecções a céu aberto tenham sido combinadas à mineração de buraco e galeria.⁷¹²

Outra ferramenta muito comum foi o marrão, martelo de ferro de grande dimensão, usado para quebrar ou triturar blocos de pedra, facilitando o transporte e a apuração do cascalho aurífero. Flávia Reis identificou esse instrumento entre as posses de trinta e seis mineradores, pouco mais da metade do grupo considerado. A média geral foi de 3,5 marrões por proprietário, superior às unidades apresentadas por Henrique Lopes. Outra ferramenta achada em número inferior foi o picão, espécie de picareta ou martelo pontiagudo nas duas extremidades, útil para picotar pedras. O único picão declarado pelo capitão-mor achava-se novo (o que sugere substituísse congênere velho ou desgastado). Embora tenha sido notado em apenas um quinto dos inventários pesquisados pela autora citada, esse instrumento ocorreu em proporção mais elevada, de 3,5 unidades por minerador.⁷¹³

Duas ferramentas eram polivalentes. Enxadas e foices podiam ser úteis tanto na lide mineradora quanto na labuta agrícola. Enxadas, em especial, tinham uso diversificado, inclusive em serviços de ajuntamento e de deslocamento de material aurífero e por isso foram o instrumento de trabalho mais comum nas Minas. Foices aplicavam-se principalmente na roça, embora também pudessem auxiliar no trabalho de limpeza de terrenos urbanos.

A timidez das ferramentas arroladas não deve causar engano. É possível que utensílios mais simples, sobretudo aqueles fabricados em madeira, como canoas, bolinetes e bateias, sequer tenham sido mencionados no testamento, devido a seu valor irrisório. Também é pertinente supor que estruturas internas, como canais, diques e

⁷¹² Segundo a autora, “uma alavanca grande, com a função de ‘desbarrancar’, tinha em torno de 01 metro de comprimento e pesava cerca de 7-8 kg (16-17 libras), enquanto uma alavanca pequena podia pesar entre 3,5-5,5 kg (8,5-12,5 libras). Entre estas últimas, existiam ainda as pequenas alavancas de ‘solapão’, cujo peso girava em torno de 2,0kg (4,16 libras). Provavelmente eram ferramentas adaptadas e específicas para se trabalhar no interior de escavações subterrâneas, onde o espaço disponível era menor do que nas escavações a céu aberto, visto que foram encontradas especialmente entre os apetrechos de mineradores que se dedicavam à exploração de minas e buracos”. REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 131-32.

⁷¹³ REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias...* p. 131.

outras benfeitorias, tenham sido omitidas, haja vista que a propriedade não foi levada a inventário, sendo doada, tal como era, à câmara municipal de Vila Rica.

Os instrumentos citados comprovam todavia a feição econômica do complexo possuído por Henrique Lopes e atestam a vocação mineradora de sua propriedade, explorada através do emprego de diversos tipos de técnica minerária, desenvolvidos por um dos mais robustos plantéis escravistas de Vila Rica.

Cap. 11 – O capitão-mor das ordenanças: conflitos políticos e ações militares em Vila Rica (1713-1732)

(...) consta que o dito capitão-mor ocupa o dito posto desde o ano de 1713 até o presente com boa satisfação e zelo do real serviço, fazendo as diligências que lhe foram encarregadas pelos generais e governadores destas Minas com prontidão, e não consta fizesse vexação alguma a pessoas deste povo.

Ouvidor João de Azevedo Barros , 1730.

Os Corpos de Ordenanças ou Corpos Irregulares compunham a terceira e mais antiga fatia da estrutura militar portuguesa. Regulamentadas em 1549 por Dom João III e organizadas conforme Regimento de 1570 e provisão de 1574, as ordenanças constituíram a única formação bélica lusitana até 1640, quando a Restauração deu ensejo ao incremento do exército bragantino, desde então tripartido em Corpo Regular (também denominado Tropa Paga ou de Linha), Milícias ou Corpo de Auxiliares e os antigos Corpos Irregulares ou ordenanças.

As ordenanças organizavam-se em terços, subdivididos em companhias, com estrutura hierárquica discriminada nos postos de capitão-mor, sargento-mor e capitão – mais altas patentes, respectivamente – seguidos de oficiais inferiores: alferes, sargento, furriel, cabo-de-esquadra, porta-estandarte e tambor. Tal como nos Corpos Auxiliares, os oficiais de ordenanças prescindiam de soldo oficial e não recebiam remuneração pelo serviço militar. Se, por um lado, formavam a base menos profissionalizada e menos honrosa das forças armadas, foram largamente empregados no universo colonial e serviram de esteio à manutenção da ordem portuguesa no ultramar. Menos honrosa, mas ainda assim nobilitante. Os postos de ordenanças foram cobiçados e disputados por súditos portugueses que enxergavam na patente oportunidade de auferir poder, autoridade e certo enobrecimento ou distinção a nível local. Além de privilégios e isenções, o posto de capitão-mor, sargento-mor ou capitão também concedia a seus possuidores o poder de mando ou de tutela sobre grupos sociais, permitindo-lhes controlar o recrutamento militar, “esse fator de intimidação” das populações submetidas à obrigatoriedade do serviço militar, e conferindo ainda atributo nobre no desempenho de atividade militar ou guerreira, em nome do rei.⁷¹⁴ Menos profissionalizada, mas

⁷¹⁴ MONTEIRO, N. G. “Os concelhos e as comunidades” in MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime*. Coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, p. 269-295; p. 274.

ainda assim organizada. Diferentemente da Tropa Paga e dos Corpos de Auxiliares, que deviam trazer seus terços sob disciplina militar, sempre mobilizados e treinados, os corpos de ordenanças tinham regime fluído e, em tese, só deveriam atuar em situações de emergência ou necessidade. Na prática, porém, embora não recebessem treinamento militar sistemático, as tropas irregulares tomaram parte em atividades constantes, sobretudo no controle interno de territórios. Conhecidos como “paisanos armados”, os integrantes dos terços permaneciam dedicados às suas atividades particulares, mas podiam, a qualquer momento, serem arregimentados em ações de caráter policial, disciplinador ou militar.⁷¹⁵

A cor local de sua atuação e a influência que exerceram junto às populações periféricas do império fizeram das ordenanças ferramenta importante no fortalecimento dos laços de submissão dos vassalos coloniais, potencializando o alcance do Estado português, ao mesmo tempo em que constituíam brechas dispersivas. Na medida em que, de maneira semelhante ao que ocorria com outros institutos de caráter local, como as câmaras, as principais patentes eram comumente monopolizadas por membros das elites locais, a troca de interesses entre centro e periferia se desenvolvia ao sabor de contingências. O poder real pressupunha acordo tácito com membros das elites locais, ao mesmo tempo em que estes usufruíam de seus poderes institucionalizados para fortalecer suas posições, tantas vezes refratárias às intenções do centro.⁷¹⁶ As ordenanças, em especial, por estarem em certas regiões relativamente desvinculadas da hierarquia militar e por conta da amplitude dos poderes de fato exercidos por alguns de seus oficiais, já foram vistas como um “polo autônomo de poder ao nível local”.⁷¹⁷

A realidade diferenciada das regiões coloniais irá determinar especializações na atividade dos corpos de ordenanças atuantes na América Portuguesa. Em capitanias litorâneas como Rio de Janeiro e Bahia, a preocupação recaía na defesa das praças marítimas; em unidades de colonização avançada ou de fronteira, como Goiás, Mato Grosso, Pará e mesmo São Paulo, reparava-se na defesa de fronteiras terrestres. Nas

⁷¹⁵ COSTA, A. P. P. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares nos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro, IFCS/PPHS/UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado, p. 17-19.

⁷¹⁶ HESPANHA, A. M. “Conclusão”. In: HESPANHA, A. M. (Org). *Nova História Militar de Portugal*. v. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 362. BICALHO, M. F. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” In: FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. F. (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 207. GOUVÊA, M. F. “Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro (1790-1822)” *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 36, p. 297-330. 1998, p. 310.

⁷¹⁷ MONTEIRO, N. G. “Os concelhos e as comunidades... p. 274.

Minas, especificamente, as ordenanças concentraram-se na repressão de conflitos cotidianos ou de movimentos rebeldes e na manutenção da ordem social interna.⁷¹⁸

A primeira patente de capitão-mor relativa a distrito que viria a formar a futura Vila Rica foi concedida por dom Fernando de Lencastre, governador da capitania do Rio de Janeiro, para o então contratador Francisco do Amaral Gurgel, em 1706. Quanto a essa nomeação, o texto da carta patente aparentemente se perdeu e restou apenas uma instrução redigida por dom Fernando, delimitando as ações que esperava do militar. Uma cópia idêntica dessa instrução foi enviada a Pedro de Moraes Raposo, designado pelo mesmo governador para o posto de capitão-mor do distrito do Rio das Mortes, em fevereiro 1707. Nesse caso, a carta patente está disponível. Nela, justificou-se a escolha do militar por “ser um dos homens mais principais e afazendado[s] daquele distrito”, além de que houvera servido em posto de capitão por muitos anos. Cabia ao capitão-mor zelar pelo serviço do rei, sobretudo no que dissesse respeito à “arrecadação dos quintos reais, datas e descobrimentos que se fazem nas ditas Minas do Rio das Mortes, dando ajuda e favor ao guarda-mor e mais oficiais do tal recebimento”.⁷¹⁹ Como se vê, a preocupação central recaía sobre o direito régio à quinta parte do ouro. Provavelmente, texto semelhante deve ter norteado a patente de Francisco do Amaral Gurgel em Ouro Preto.

Os termos da instrução enfatizaram esse e outros aspectos. O capitão-mor estava subordinado exclusivamente ao governador do Rio de Janeiro, a quem devia obediência irrestrita, fosse por sua autoridade de capitão-general, fosse pelo posto de superintendente das minas, que passara a ocupar desde a exoneração de José Vaz Pinto (1º parágrafo). Amaral Gurgel deveria alistar todos os homens brancos moradores em Ouro Preto, juntamente com seus escravos, não fazendo distinção de pessoas por qualidade ou condição, para acudirem a tudo o que pertencesse ao real serviço (2º parágrafo). Teria especial cuidado na arrecadação dos quintos e das datas reais, quando se tratasse da repartição de novos descobrimentos. Trabalharia junto ao tesoureiro geral das Minas, auxiliado por dois ajudantes, a fim de cobrar atrasados de anos anteriores, remetendo tudo ao provedor da Real Fazenda no Rio de Janeiro (3º parágrafo). Semestralmente, daria conta ao guarda-mor do ouro que o mesmo tivesse cobrado,

⁷¹⁸ COSTA, A. P. P. *Atuação de poderes locais...* p. 43. COTTA, F. A. “Organização militar”. In: ROMEIRO, A. & BOTELHO, Â. V. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autênticas, 2004, p. 218.

⁷¹⁹ *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo (DIHCSP)*, v. 52, 1930, p. 62.

entregando-o ao tesoureiro, para remessa ao litoral (4º parágrafo). Daria inteiro comprimento ao que lhe fosse ordenado em precatória por ministros de justiça e fazenda da praça carioca, pelo ouvidor da capitania de São Paulo ou por juízo eclesiástico (5º parágrafo). Diligenciaria o inventário e a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes, elegendo pessoas abonadas para o gerenciamento dos patrimônios (6º parágrafo). Em casos ou conflitos fortuitos, atuaria com zelo e prudência, prestando contas do que obrasse, para que os vassalos mineiros “não experimentem as injustiças que me são presentes” (7º parágrafo). Em questões cíveis, chamaria as partes à sua presença no fito de compor acordos de “boa razão”, exigindo a quitação de dívidas, a prazo ou por fiança (8º parágrafo). E em casos crimes de homicídio, prenderia os assassinos, remetendo-os ao Rio de Janeiro (9º parágrafo).⁷²⁰ Note-se que, embora prescrevesse ações tipicamente ligadas ao foro das ordenanças, como o alistamento de homens e escravos, o poder de prisão de criminosos e a execução de medidas judiciais, a instrução privilegiava a órbita fazendária. A princípio, nesse momento, questões relativas ao ordenamento local permaneciam secundárias, ante o esforço de organização dos mecanismos arrecadatórios do quinto e dos demais direitos régios previstos no Regimento de 1702.

Item inusitado desse documento consistiu na prerrogativa de administração da provedoria de defuntos e ausentes, devendo o capitão-mor assumir, na prática, essa função adstrita ao posto de superintendente. Desde a fuga de Vaz Pinto, em meados de 1704, não existiu nas minas funcionário incumbido oficialmente dessa tarefa. O ouvidor do Rio de Janeiro, José da Costa de Afonseca, tentara obter autorização para exercê-la, adiantando-se ao ouvidor de São Paulo, a quem, em tese, o rei havia designado suceder a superintendência, em caso de impedimento do titular. O magistrado desejava, sobretudo, pôr em arrecadação os bens de defuntos nas minas, avaliados àquela altura em duzentos mil cruzados. Ouvido sobre a matéria, o Conselho Ultramarino rechaçou a intenção de Afonseca, em decisão seguida pelo rei, em 1706.⁷²¹ No ano anterior, ao prover dom Fernando de Lencastre, destinando-lhe também o foro de superintendente, o monarca alterara sua resolução pretérita e, teoricamente, definira a querela. Entretanto, na realidade, a vacância da superintendência já havia sido ocupada extraoficialmente por Manuel de Borba Gato, no Rio das Velhas, e por Baltasar de Godoi Moreira, nas Minas Gerais, conforme vimos anteriormente. Não se sabe se tais paulistas chegaram de

⁷²⁰ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 31.

⁷²¹ *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 199.

fato a atuar como provedores de defuntos e ausentes. Mas sem dúvida as patentes ministradas pelo governador do Rio de Janeiro tinham o claro propósito de intervir na matéria, sobretudo na região de Ouro Preto, onde as instruções de Francisco do Amaral Gurgel virtualmente se chocavam às pretensões de Baltasar de Godoi Moreira. No Rio das Mortes, o capitão-mor Pedro de Moraes Raposo exerceu a provedoria e a superintendência até 1709, pelo menos.⁷²²

O problema relativo aos postos de superintendente e provedor dos defuntos e ausentes foi mais importante do que a historiografia faz crer. Ele refletiu disputas de jurisdição que opunham o governador e o ouvidor do Rio de Janeiro e suas respectivas redes de apoio projetadas nas minas. A inimizade entre as duas autoridades era pública e notória e quase resultou no assassinato do magistrado.⁷²³ Enquanto dom Fernando de Lencastre concedeu a superintendência da região de Ouro Preto ao carioca Amaral Gurgel, o ouvidor José de Afonseca valeu-se do paulista Bartolomeu Bueno Feio, residente em Bom Sucesso, próximo do arraial de Padre Faria, dando-lhe a mesma serventia conferida ao capitão-mor. Essa rivalidade conjugou-se à oposição provocada pelo contrato das carnes, que havia sido renovado naquele mesmo momento ao protegido do governador. Quando este quis impor o estanco e exercer sua amplíssima jurisdição de capitão-mor, superintendente e provedor, os paulistas moradores na Serra de Ouro Preto sublevaram-se e pegaram em armas, sob o comando de Domingos da Silva Monteiro e de Bartolomeu Bueno Feio. Forçado a recuar, Amaral Gurgel acabou por abdicar de suas funções, que então passaram às mãos do concorrente paulista. Nessa revolta, Silva Monteiro foi eleito mestre de campo dos amotinados. Menos de dois anos depois, em meio aos levantes de forasteiros contra paulistas, os emboabas de Ouro Preto justificaram a prisão e a expulsão do ilegítimo mestre de campo e de seu parente Bueno Feio ao acusá-los cabeças da primeira sublevação, contrária ao contrato das carnes. Mas não só por isso. Bueno Feio, além de guarda-mor nomeado por Garcia Rodrigues Pais, também exercia o posto de “Provedor dos ausentes”, designado pelo ouvidor carioca, e ainda os de “superintendente geral destas Minas e Senhor do civil e crime”, usurpando, portanto, todos os foros que haviam sido delegados ao capitão-mor Amaral Gurgel.⁷²⁴

⁷²² *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 127.

⁷²³ Conforme notou Adriana Romeiro, o capitão-mor Francisco do Amaral Gurgel chegou a patrocinar um frustrado atentado contra a vida do ouvidor José da Costa de Afonseca, principal adversário do general carioca. ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p.132.

⁷²⁴ A informação de que Bartolomeu Bueno Feio atuava sob comissão do ouvidor do Rio de Janeiro foi

Tal superposição de fatores, que iam do contrato das carnes às patentes militares, até o controle das jurisdições de provedor e superintendente (essa com alçada sobre o cível e crime), não foi considerada na historiografia.⁷²⁵

A Guerra dos Emboabas prodigalizou-se na distribuição de patentes militares. Antes dela, a única carta direcionada às Minas Gerais, além da já mencionada, delegada a Amaral Gurgel, fora a concedida a Pascoal da Silva Guimarães, investindo-o no posto de sargento-mor das ordenanças das Minas de Ouro Preto e seus distritos. Atendendo aos requisitos de ser “pessoa de toda a satisfação e merecimentos e com experiência na disciplina militar”, além de “homem dos principais e afazendados daquelas Minas”, Pascoal da Silva deveria congrega e treinar “toda a gente da ordenança das ditas Minas capaz com exercícios militares”. Não tinha direito ao vencimento de soldo, mas lograria as “honras, graças, privilégios, franquezas, preeminências e liberdades” atinentes ao posto. Subordinado ao capitão-mor Amaral Gurgel, este lhe concedeu posse e juramento.⁷²⁶ Datada de março de 1708, essa carta patente talvez representasse resposta

dada pelo próprio Bento da Amaral Coutinho. CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 244. Uma dúvida chama atenção: por que, após o motim paulista, os postos de superintendente e provedor não permaneceram nas mãos de Baltasar de Godoi Moreira, que já os exercia desde a saída de Vaz Pinto? O fato de Bueno Feio ter assumido funções até então desempenhadas por outro paulista indica a existência de fissuras entre os naturais de Serra Acima, que talvez tenham facilitado o revide emboaba. A família Godoi Moreira manteve-se presente no termo de Vila Rica posteriormente ao conflito emboaba, o que leva a pensar que o clã tenha passado ileso pelas tormentas de 1708-09. Em 1715, o capitão-mor João de Godoi Moreira, possivelmente filho de Baltasar de Godoi Moreira, residia na freguesia de Congonhas, onde pagou, de quintos, dezoito oitavas de ouro, “pelo que lucra com os seus negros”. APM, CMOP 02, p. 484.

⁷²⁵ As duas principais obras a respeito fazem abordagens falhas sobre esses eventos. Embora indique a disputa por jurisdição e por postos, Adriana Romeiro equivocou-se no ordenamento factual, ao entender que a sublevação dos forasteiros de Ouro Preto ocorreu imediatamente após o motim paulista de 1706-7, contra o estanco de carne. Na verdade, a revolta emboaba, que resultou nas “destituições” e prisões de Bartolomeu Bueno Feio e Domingos da Silva Monteiro, se deu entre novembro e dezembro de 1708, sendo, portanto, mais de um ano posterior à sublevação paulista contrária ao contratador e capitão-mor Francisco do Amaral Gurgel. Escapa à autora que, efetivamente, estiveram em jogo ali não só a validade do contrato, mas também as prerrogativas de superintendente e de provedor dos defuntos e ausentes. Ao espaventar a figura de Amaral Gurgel, Bartolomeu Bueno Feio pôde exercer os postos que haviam sido confiados ao capitão-mor. E de fato deteve esse exercício, com comissão (formal ou informal) do ouvidor Afonseca, até fins de 1708, quando a série de levantes emboabas em Ouro Preto resultou na prisão das lideranças paulistas. Por sua vez, Maria Verônica Campos, sem cometer lapso factual, não obstante fragmenta demasiadamente a compreensão do episódio, dividindo-o em dois contextos estanques, o da concessão da patente de Amaral Gurgel, dada por dom Fernando de Lencastre, e o do contrato das carnes, objetado pelo levante paulista. Não houve percepção de que uma disputa pela superintendência e pela provedoria dos defuntos e ausentes era inerente aos levantes de 1707 e 1708. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2002. Tese de doutorado, p. 79-92; ROMEIRO, A. *Paulistas e Emboabas...* p. 137-39.

⁷²⁶ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 88-89.

direta ao motim paulista contrário ao estanco. É possível que, se de fato Amaral Gurgel empossou e juramentou Pascoal da Silva, o tenha feito fora das Minas, em sua fazenda Bananal. Àquela altura, Ouro Preto ainda era território inimigo. Chama atenção nas patentes dadas por dom Fernando de Lencastre a tendência em prover militares paulistas em zonas alheias aos distritos mineradores.⁷²⁷ Exceções à regra recaíram em homens potencialmente aliados, que não detinham vínculo com os contrerrôneos poderosos situados nas Minas. E mesmo nesses casos nenhum se destinava à região de Ouro Preto.⁷²⁸ Sem dúvida, como destacou Maria Verônica Campos, Lencastre programou o controle militar e jurídico dessa região através da promoção de indivíduos diretamente ligados à rede de comerciantes sediada na Baía de Guanabara.⁷²⁹

Prerrogativa relevante da patente atribuída a Silva Guimarães consistiu na instrução para organizar “toda a gente das ordenanças”. Isso incluía o alistamento de soldados e, quiçá, no limite, a provisão de capitães de infantarias. Tal atribuição encontrou vazão nos motins que viriam a seguir.

É difícil precisar o número, as qualificações e os indivíduos envolvidos nas patentes distribuídas em Ouro Preto ao longo do confronto entre emboabas e paulistas. O relato de Bento do Amaral Coutinho parece mesmo preocupado em justificar a profusão de postos militares instituídos. Arranchados em Itatiaia, os paulistas foragidos do Rio das Velhas teriam vislumbrado a oportunidade de atacar os arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias que, apesar de “serem mais importantes”, encontravam-se “desprevenidos de liga e de milícias”. Confirmando-se o rumor dessa investida, o “povo do Ouro Preto e logo a uma fala o arraial de Antônio Dias e daí a poucas horas o Campo” sublevaram-se contra a ameaça paulista. Nesse levante, elegeu-se em Ouro Preto um “capitão que governasse de armas e guerra”.⁷³⁰ Na noite seguinte,

⁷²⁷ *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 39, 40, 82, 85, 115, 124 e 134.

⁷²⁸ São os casos das patentes concedidas a Pedro de Morais Raposo, no Rio das Mortes, e José Quaresma Franco, no Rio das Velhas. Morais Raposo, em especial, manteve-se neutro na Guerra dos Emboabas. FRANCO, F. A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989, p. 333. *DIHCSP*, v. 52, 1930, p. 62 e 116.

⁷²⁹ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 79.

⁷³⁰ Maria Verônica Campos supõe que esse capitão governador fosse Manuel Nunes Viana. Discordo dessa indicação. A se dar crédito ao que diz a carta de Amaral Coutinho, àquele momento o potentado e os demais emboabas oriundos do Rio das Velhas sequer haviam chegado ao campo de Ouro Preto, o que, por sinal, reforçaria a necessidade de eleição de um poderoso local que “governasse” a “guerra” deflagrada nas Minas Gerais. É impossível determinar o nome do indivíduo eleito, mas tudo indica tratar-se de um morador do próprio arraial. Teria sido Pascoal da Silva Guimarães? CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 90.

incendiaram-se nove ranchos de mercadores no arraial.⁷³¹ Após esse incidente é que aportaram no Campo as forças emboabas oriundas do Rio das Velhas, incluindo Manuel Nunes Viana “com bastantes armas e homens que o acompanhavam”. A batalha em Cachoeira do Campo durou oito dias, encerrando-se com a aclamação de Nunes Viana.

O posto de governador não foi o único a ser criado. O próprio Bento do Amaral Coutinho tornara-se sargento-mor de batalha de Ouro Preto e seu distrito. Além dessa, outras patentes “elegeram capitães e infantarias da ordenança”, dotadas de sargentos-mores e mestres de campo. Erigiram-se terços de infantaria nos arraiais de Ouro Preto, Antônio Dias, Padre Faria, Ribeirão do Carmo e outro em Cachoeira do Campo.⁷³² Vitoriosos, os novos militares emboabas depuseram por bem ou à força as armas de paulistas residentes nas Minas Gerais. A última ação relatada na carta informou sobre a prisão, deposição e expulsão dos paulistas Domingos da Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio. Para o que importa aqui, o expurgo de tais sertanistas sinalizou marco decisivo no controle do arraial de Antônio Dias e da Serra de Ouro Preto, definitivamente incorporados à tutela de forasteiros, sobretudo da facção anteriormente envolvida no monopólio do talho bovino. Na expressão usada por Amaral Coutinho, aquelas áreas haviam se convertido, enfim, nos “nossos arraiais”.⁷³³ Ou, como disse um comerciante carioca após receber notícias frescas do que se passara entre dezembro de 1708 e janeiro de 1709, “tem já os nossos conquistado todas as Minas Gerais”.⁷³⁴

As fontes raramente identificam os nomes dos ocupantes de postos e patentes. Sabe-se que Nunes Viana nomeou superintendente das Minas, com provável exercício em Ouro Preto, a Mateus de Moura, tido por criminoso, autor de um fratricídio no Rio

⁷³¹ Informação comprobatória de que, já então, o arraial de Ouro Preto notabilizava-se por abrigar pontos comerciais.

⁷³² A fonte não esclarece se houve a formação de terço em cada um desses arraiais, ou se foram levantados apenas dois, um deles no Campo e outro nos demais arraiais.

⁷³³ CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 237-245.

⁷³⁴ O termo “Minas Gerais” referia-se à região de Ouro Preto. Ironizando o estilo marcial praticado por paulistas, esse remetente escreveu que “eles na verdade não sabem senão matar gente detrás de paus”. O documento ainda transmite valioso instantâneo da apreensão que os eventos de Minas causaram em comerciantes cariocas de grosso trato, que tinham capitais a receber de mineiros: “vos digo que fica o Povo todo perdido, e muito mais eu por ter que foi Deus servido nesta ocasião ter da banda das Minas o meu remédio, porque só a José de Sande se lhe está devendo uma arroba de ouro, sua e minha, fazendas da companhia, e a outro camarada vinte libras, também suas e minhas, e suposto que os devedores sejam abonados, nesta ocasião não podem pagar, pois se não tira oitava de ouro, nem há negócio nenhum (...) e coitados do que lá tem seu remédio, que são muitos e muitos”. CAPÍTULO de uma carta do Rio de Janeiro remetida para as Ilhas em que há notícia das rebeliões contra os emboabas. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. *Emboabas: chronica...* p. 261.

de Janeiro. Também elegeu um provedor dos defuntos e ausentes.⁷³⁵ Esses provimentos substituíam diretamente os paulistas destituídos há pouco. Uma memória aludiu à escolha de secretário, capitão de guarda, cabos maiores e menores, cargos providos após a batalha de Cachoeira.⁷³⁶ Para José Joaquim da Rocha, o secretário de Viana foi frei Simão da Santa Tereza, religioso de Nossa Senhora do Monte do Carmo, natural da Bahia. Já o posto de mestre de campo coube a Antônio Francisco da Silva, dado referendado por Diogo de Vasconcelos.⁷³⁷

Tivemos oportunidade de constatar que as patentes militares instituídas ao longo do confronto com os paulistas, tanto as resultantes de “eleição” quanto as concedidas pelo governador emboaba, foram de regra preservadas e oficializadas por Antônio de Albuquerque quando de sua primeira jornada às Minas. Entretanto, a identificação dos sujeitos e dos postos envolvidos tem sido tarefa difícil, uma vez que desapareceram, se é que um dia chegaram a ser produzidas, as evidências documentais dessas cartas. Até o momento, desconhecemos o teor de qualquer patente chancelada por Nunes Viana. É provável que, à época, tais documentos tenham sido expedidos, por via manuscrita, para serem utilizados pelos portadores. No entanto, superado o conflito e com a chegada de governador designado pelo rei, a memória dessas patentes tornou-se problemática para a maior parte dos envolvidos. Muitos, temerosos de associarem-se à imagem de rebeldes ou de usurpadores de prerrogativa real, optaram por olvidar ou omitir suas intervenções na contenda, bem como os postos ou funções que chegaram a desempenhar. Isso dificultou o desvendamento do quebra-cabeça. Por outro lado, o general Antônio de Albuquerque também se revelou parcimonioso no reconhecimento de patentes dadas por seu rival. Aparentemente, embora houvesse respeitado ou anuído à instituição de postos usufruídos por forasteiros, são raras as patentes replicadas com a sua letra nesse momento.

Não obstante há provas de certos forasteiros que, agraciados com patentes militares durante os levantes, vieram a ter suas posições ratificadas em seguida pelo representante real. Estes casos puderam ser conhecidos porque os indivíduos envolvidos

⁷³⁵ Mateus de Moura era imputado assassino da própria irmã, Ana de Moura, no Rio de Janeiro em 1708. O nome do provedor não foi indicado. CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. S. *Emboabas: chronica....*p. 254-55.

⁷³⁶ *Códice Costa Matoso...* p. 199.

⁷³⁷ ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 85. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 271-72.

julgaram excepcionalmente vantajosa a mobilização dessa memória, a fim de realçá-la como feito benemérito. Antônio Correia Sardinha, por exemplo, em requerimento de solicitação do hábito de Cristo, alegou que fora “nomeado pelos forasteiros no posto de capitão de ordenanças da Vila do Carmo”, no exercício do qual “executou e defendeu aqueles moradores das insolências que naquele tempo se costumavam fazer por causa das alterações que ali havia e falta de ministros de justiça”. Em 1711, o próprio governador Albuquerque teria reconhecido “o valor e acerto com que se tinha havido” o capitão emboaba, fato que o levou a nomeá-lo “no posto de capitão de uma das companhias de terço que levantou no distrito da dita Vila [do Carmo]”.⁷³⁸ Outro a manter a patente de capitão de companhia no terço do Carmo foi Rafael da Silva e Sousa, “a quem os forasteiros tinham obrigado que por serviço de V. Majestade exercesse o posto”.⁷³⁹

Henrique Lopes, tudo leva a crer, teria sido também nomeado capitão emboaba de uma companhia de ordenança no Arraial de Antônio Dias. Diferentemente do caso de Correia Sardinha citado acima, mas a exemplo da maioria, o forasteiro jamais chegou a declarar ter tomado parte no confronto e tampouco o haver sido investido em patente militar. Da mesma forma, não há notícia de que Antônio de Albuquerque o houvesse reconhecido ou lhe concedido posto nas ordenanças. A única evidência documental de que dispomos nesse sentido consiste no registro paroquial lavrado na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em abril de 1713, em que Mariana, escrava do “capitão Henrique Lopes de Araújo”, batizou seu filho Bernardo, prole ilegítima do próprio senhor.⁷⁴⁰ Essa designação antecedeu em alguns meses o recebimento da carta patente de capitão-mor, expedida em dezembro de 1713, e, portanto, constitui inequívoca prova de que Henrique Lopes chegou a lograr o posto de capitão de ordenança previamente. Ora, a inexistência de outro registro comprobatório de desempenho da função reforça a hipótese de que a patente houvera sido provimento herdado do governo emboaba, que permanecera em usufruto do forasteiro mediante a anuência tácita de Antônio de Albuquerque.

⁷³⁸ ANTT. Habilitação da Ordem de Cristo de Antônio Correa Sardinha. Letra A, mç. 48, doc. 25.

⁷³⁹ ASSIS, F. C. A. *Dicionário de Bandeirantes...* p. 406.

⁷⁴⁰ O registro foi redigido pelo vigário da Freguesia de Antônio Dias, padre José de Figueiredo. Foram padrinhos o também capitão Mathias Barbosa da Silva, “compadre” e posterior testamenteiro de Henrique Lopes. E José Caeiro da Silva, filho de Paulo Caeiro, sobrinho de Ana Maria e afilhado do próprio Henrique Lopes. O dado de que o menino Bernardo fosse filho de seu senhor será retomado e discutido mais adiante. AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos de 1713 a 1849, cód. 456.

O exercício dessa função desde a Guerra dos Emboabas é decisivo na explicação da escolha do nome de Henrique Lopes para o mais importante posto das ordenanças, em localidade igualmente estratégica e cobiçada. A patente de capitão-mor do termo de Vila Rica, despachada pelas mãos de dom Brás Baltasar da Silveira, vinha oficializar o prestígio militar angariado pelo provido após uma década de obscura assistência nas Minas. Instituída naquele momento, sua patente refletia o contexto de burocratização crescente, no qual a organização das milícias combinou-se à instituição da nova Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, à ereção de vilas e seus termos, à eleição de suas câmaras, ao estabelecimento de comarcas judiciais e suas respectivas ouvidorias e, por fim, à operacionalização da cobrança dos quintos.⁷⁴¹

Em cada uma das vilas, com regência em seus respectivos termos, havia um capitão-mor, nomeado pelo governador da capitania, responsável por Companhias de Ordenanças organizadas por segmentos de homens pardos, negros libertos e brancos. Cada companhia detinha em média plantel de sessenta soldados e era comandada por um capitão, denominado capitão de distrito, subordinado ao capitão-mor. A esse cabia dimensionar os indivíduos militarmente capazes de sua localidade, a fim de alistá-los como virtuais componentes das ordenanças.⁷⁴²

Sem dúvida, a patente de capitão-mor era a de maior importância militar e a de maior prestígio. Desde princípios do século XVIII, vigorava a determinação régia de que as patentes de capitão-mor deveriam ter duração máxima de três anos, contrariando a perpetuidade que lhes era atribuída.⁷⁴³ Em 1749, editou-se lei tornando vitalício o exercício do posto e revogando-se o antigo sistema trienal. Porém, nas Minas, num e noutro momento, sempre perdurou o costume de vitaliciedade associada à patente, ao contrário do que ocorreu nos demais postos das ordenanças, nos quais a rotatividade era regra.⁷⁴⁴ Em todo o século XVIII, existiram apenas quatro capitães-mores em Ouro Preto. Foram eles: Henrique Lopes de Araújo (1713-33) João Freire dos Santos (até 1740), António Ramos dos Reis (1741-61), e o longevo José Alves Maciel (até o fim da centúria), pai do futuro inconfidente de 1789, José Álvares Maciel.

⁷⁴¹ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 114-15.

⁷⁴² VASCONCELOS, D. P. R. de. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 153.

⁷⁴³ *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 117.

⁷⁴⁴ COSTA, A. P. P. "Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial", *Revista de História Regional*, 11 (2): 109-162, 2006, p. 124.

Em seu estudo acerca das chefias militares de Vila Rica, Ana Paula Costa argumenta que, embora de origem vil ou humilde, esses capitães-mores desfrutavam de status nobre, por atuarem em posto nobiliárquico próprio da *nobreza civil* ou política. Nessa condição, trataram de adquirir escravos e imóveis urbanos e de portar-se à “lei da nobreza”, obtendo objetos de luxo e criados domésticos, conduzindo-se por montaria equestre e adornando-se com vestes, insígnias e espadim. A riqueza material, necessária para a ostentação de tais práticas, era pré-requisito do cargo e também, de regra, associava-se ao desempenho de outras funções distintivas, tais como a lotação em cargos na câmara e na administração real e a posse de títulos de nobreza. Os capitães-mores de Vila Rica distinguiram-se, ainda, pela concentração de capitais na extração aurífera e em negócios comerciais.⁷⁴⁵ No entanto, o primeiro capitão-mor de Vila Rica preencheu apenas parcialmente os atributos acima listados: jamais obteve assento como oficial da câmara e só veio a obter alguma distinção nobilitante ao fim da vida, em 1733, armado cavaleiro da Ordem de Cristo

Henrique Lopes de Araújo foi provido a 23 de dezembro de 1713, por dom Brás Baltasar da Silveira. A patente dizia que, tendo em vista a conveniência de prover-se o posto de capitão-mor de Vila Rica e sua comarca “em pessoa em que concorram merecimentos, nobreza e capacidade”, se lhe nomeava na certeza de que “em tudo o de que o encarregar procederá com grande satisfação”. Recomendou-se aos demais oficiais e soldados das ordenanças total obediência a seu superior. A cerimônia de posse e juramento deveria ser realizada na câmara de Vila Rica.⁷⁴⁶ Vinte dias depois, a 14 de janeiro de 1714, Henrique Lopes apresentou-se no senado. O juiz ordinário lhe deu juramento aos Santos Evangelhos, “lhe encarregou que bem e verdadeiramente servisse o dito cargo de capitão-mor das ordenanças desta Vila e sua comarca guardando em tudo o serviço de Deus e de S. Majestade, direito às partes [e] segredo à justiça”. O empossado assinou com a chancela clássica dos iletrados: uma cruz grafada entre os termos de seu nome, escritos por extenso pelo escrivão da câmara.⁷⁴⁷

Em abril de 1714, foi anexada ao corpo de ordenanças de Vila Rica a tropa de auxiliares de Antônio Dias, comandada por Paulo Borges, que passou à sujeição do

⁷⁴⁵ A autora não considerou a patente de Henrique Lopes de Araújo, por desconhecer-la ou por não incluí-la no período focado em seu trabalho. COSTA, A. P. P. *Atuação de poderes locais*...pp. 96, 107.

⁷⁴⁶ APM, SC 09, fl. 73; RAPM, v. 21, 1927, p. 584.

⁷⁴⁷ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ)*, v. 49, 1927, p. 199-392; p. 298.

capitão-mor.⁷⁴⁸ A patente lhe foi renovada por dom Pedro de Almeida e, mais tarde, já na década de 1720, por dom Lourenço de Almeida.⁷⁴⁹

Henrique permaneceu no posto por quase vinte anos, até seu falecimento em julho de 1733. Ao longo desse período, atuou em diversas empreitas contenciosas e disciplinadoras, sobretudo na década de 1710. Paralelamente, acumulou fortuna, comprou escravos, erigiu imóveis urbanos, investiu em lavras e manteve vínculo com as atividades comerciais que já vinha desenvolvendo antes de sua chegada a Ouro Preto e que ali continuou a alimentar ao longo das três décadas em que residiu nas Minas.

Os capitães mores, assim como outros oficiais de ordenanças e de auxiliares, também atuaram na resolução de contendas tipicamente “civis”, como execuções de dívidas e conciliação de pequenos litígios. O mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães desempenhou papel de destaque no julgamento de pequenas causas, responsabilizando-se por inúmeras petições de moradores queixosos em Vila Rica.⁷⁵⁰ Tais oficiais ainda podiam ser chamados a dar opinião a respeito de dispensas de soldados, entre outras demandas cotidianas. Em 1719, Henrique Lopes julgou dispensa solicitada por Ignácio Dias, que desejava “ser livre de ir a diligências” da tropa de ordenanças comandada pelo capitão-mor.⁷⁵¹

Sua atuação à frente das ordenanças confunde-se com sua condição de “homem principal” de Vila Rica. Além dos serviços militares que prestou, Henrique assumiu responsabilidades atreladas à representatividade dos súditos coloniais e, como tal, participou de diversas Juntas de Procuradores, que tinham por atribuição decidir a respeito da metodologia de cobrança dos quintos. Essa dupla ação, como militar e como “homem principal”, refletiu-se na argumentação que mobilizou nos sucessivos pedidos de renovação de patente e também na solicitação do hábito da Ordem de Cristo. As cartas patentes que lhe foram concedidas por dom Brás Baltasar da Silveira, em 1713, e por dom Pedro de Almeida, em 1717, não descreveram qualquer feito empreendido pelo solicitante. Reservaram-se a mencionar “os merecimentos, nobreza e capacidade” de que se investia o postulante.⁷⁵² O Conde de Assumar ainda fez alusão à “boa satisfação”

⁷⁴⁸ CARTA passada a Henrique Lopes de Araújo. 06 Abril de 1714. APM, SC 09, fl. 20.

⁷⁴⁹ *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105.

⁷⁵⁰ ASSENTO de despachos. APM, SC 14, *passim*.

⁷⁵¹ ASSENTO de despachos. APM, SC 14, fl. 7v.

⁷⁵² CARTA patente do posto de capitão-mor de ordenanças de Vila Rica e comarca passada por dom Brás Baltasar da Silveira a Henrique Lopes de Carvalho. 23 de dez. de 1713. APM, SC 09, fl. 73.

que Henrique Lopes dera ao exercício do posto entre 1713-1717.⁷⁵³ Já as patentes passadas por dom Lourenço de Almeida, em 1721, e pelo Conde das Galvêas, em 1732, listavam em pormenor os empreendimentos executados pelo capitão-mor.

A primeira ação louvável de Henrique Lopes se dera pouco antes de sua ascensão ao posto militar. A 7 de dezembro de 1713, participara da primeira Junta de Procuradores convocada por dom Brás, que definiu a cobrança dos quintos por método de quota fixa, estipulada em trinta arrobas de ouro anuais. Nesta sessão, conforme se declara nas cartas patentes passadas por dom Lourenço e pelo Conde das Galvêas, o capitão-mor “se houve com um conhecido zelo da Fazenda Real”. No próximo ano e meio, esteve imerso no conflituoso contexto de negociação política em torno do quinto. Isto porque dom João V rejeitou o método aprovado localmente, preferindo que a cobrança se desse por bateias. Depois de conturbada série de juntas, entre 11 e 13 de março de 1715, que acabaram por rejeitar a vontade do rei, Henrique Lopes tomou parte na polêmica assembleia na qual dom Brás, através de engenhoso estratagemas, enfim conseguiu que os procuradores acatassem a ordem real, a 18 de maio de 1715.⁷⁵⁴

O fato foi lembrado nas cartas patentes, assinalando-se o agraciado “na ocasião em que S. Majestade ordenou se pagassem os quintos por bateias ser um dos que votaram na junta que se fez nesta Vila Rica, que se executassem as ordens de S. Majestade”. O voto favorável ao interesse régio por parte de Araújo teria se repetido “em todas as mais juntas que se fizeram para aumento da Fazenda Real”.⁷⁵⁵

A segunda ação lembrada nas patentes diz respeito à medida propriamente policial adotada por Henrique Lopes, na proteção que concedeu ao ouvidor da comarca de Vila Rica, Manuel Mosqueira da Rosa, quando este interferiu na forma de eleição da câmara daquela vila e enfrentou, por isto, um levante comandado pelos próprios camaristas, em dezembro de 1716. A atuação dos ouvidores, magistrados régios detentores de ampla jurisdição, que se estendia à fiscalização das câmaras, à aplicação da justiça, à interferência em assuntos administrativos e fazendários e ainda à prerrogativa de superintendência das terras e águas minerais, já havia alimentado diversos conflitos, desde a criação das ouvidorias em 1711. Dentre os percalços sucedidos com os ouvidores da comarca de Vila Rica, destacou-se o motim contra

⁷⁵³ CARTA patente do posto de capitão-mor de ordenanças de Vila Rica e sua comarca passada por dom Pedro de Almeida a Henrique Lopes de Araújo. Vila do Carmo, 21 de dez. de 1717. APM, SC 12, fl. 24.

⁷⁵⁴ APM, SC 06, fls. 53-54.

⁷⁵⁵ CARTAS – patentes. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105. APM, SC 15, fl. 98.

Manuel da Costa Amorim, em junho de 1713, deflagrado por mineradores da Vila do Carmo que repudiavam a interferência do magistrado na resolução de um litígio por partilha de águas minerais. Expulso do Carmo pelos amotinados, o ouvidor encontrou proteção junto aos camaristas e “magnatas” de Vila Rica, que se ofereceram para dar assalto à comunidade vizinha a fim de prender os envolvidos. No propósito da “defensa do dito ministro e justiças de Sua Majestade (...) ameaçadas pelos tumultuosos”, os camaristas chamaram ao mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães e ao sargento-mor Sebastião Carlos Leitão, que, mobilizando os oficiais de seus terços de auxiliares e os “homens bons” da localidade, resolveram comunicar-se com a câmara vizinha, solicitando o apaziguamento do conflito. O capitão de uma companhia de ordenanças Manuel de Almeida Costa, juntamente com Pascoal da Silva, teria marchado com setenta “armas de fogo suas, para sossegar a inquietação daquele povo”.⁷⁵⁶ Os oficiais do Carmo pediram que os implicados fossem perdoados pelo ouvidor. Pressionado pelo levante e pelos membros das duas câmaras, Costa Amorim acatou a indicação.⁷⁵⁷

Dois fatores chamam atenção: a intermediação das câmaras e a mobilização das chefias e dos terços de auxiliares. A participação do mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães, detentor da maior patente de Ouro Preto, e do sargento-mor Sebastião Carlos Leitão assinala o primeiro emprego dos terços de auxiliares, agenciados em momento de virtual conflito armado em defesa de uma autoridade régia. Ainda desprovida de chefia de ordenanças – a patente de capitão-mor seria concedida apenas em fins de 1713 – Vila Rica mobilizou suas duas principais autoridades militares para, através da câmara, colocar-se como defensora do interesse real. Henrique Lopes de Araújo, que podia estar entre os “homens bons” que respaldavam a posição da câmara e das chefias militares, aparentemente não tomou parte nas reuniões, embora o capitão Paulo Borges de Araújo – que comandava uma companhia de ordenanças no arraial de Antônio Dias, posteriormente submissa ao capitão-mor – tenha assinado a ata que lavrou a pacificação do conflito.⁷⁵⁸

As câmaras de Vila Rica e do Carmo, se pareciam nutrir posições distintas num primeiro momento, acabaram por entrar em acordo quanto à exigência de recuo por parte do ouvidor. O senado de Ouro Preto, argumentando ser-lhe prerrogativa “procurar o bem comum de todo este povo e de todas estas minas”, intermediou a solução do

⁷⁵⁶ *Documentos Históricos*, v. 43, p. 268-269.

⁷⁵⁷ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 271-274.

⁷⁵⁸ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 274.

imbróglio e, tomando a defesa inicial do ouvidor, terminou por lhe pressionar a desfazer suas medidas.⁷⁵⁹

O relacionamento contencioso entre câmara, ouvidor e autoridades militares tornou a se repetir em Ouro Preto algum tempo depois, quando o mesmo Manuel da Costa Amorim obstaculizou o contrato de abastecimento de carnes, que havia sido decidido pelo órgão municipal. Desde 1712, os camaristas tratavam de cobrar um dos principais proventos a serem recebidos pela câmara: a renda das meias patacas, como era conhecida a tributação sobre o corte e comercialização de carne bovina no termo de Vila Rica. No princípio deste ano, a proposta de estabelecimento de um contrato de estanco ou monopólio do corte havia sido rechaçada em reunião que contou com a participação de camaristas, criadores e negociantes de gado. Estabeleceu-se que por cada cabeça de gado abatida se pagariam a quarta parte de uma oitava de ouro ou meia pataca. Dentre as 51 assinaturas constantes na ata da reunião, é possível divisar rubrica com as iniciais “H.L.A”, que se referem, possivelmente, a Henrique Lopes de Araújo, detentor de um corte de carne no arraial de Antônio Dias.⁷⁶⁰ Na vereação seguinte, acordou-se arrematar a renda das meias patacas a quem desejasse cobrá-la entre os criadores.⁷⁶¹ Em março, José Rodrigues da Costa tornou-se rendeiro do tributo, tendo Antônio Barbalho Bezerra como fiador.⁷⁶²

A prática de arrematar as rendas da câmara, repassando-as à arrecadação por particulares, parece ter sido procedimento comum, que, nesse caso, visava garantir ao senado um montante fixo e seguro, ao mesmo tempo em que minimizava a antipatia popular, que lhe poderia advir da ação de cobrança. As rendas mais vultosas, no entanto, eram cobiçadas por comerciantes de grosso cabedal, que vislumbravam a chance de conseguir contratos de monopólio. Ao que tudo indica, Pascoal da Silva Guimarães exerceu pressão considerável no sentido de alcançar estanco das carnes em Vila Rica. Sintomaticamente, ele estivera ausente da reunião que rejeitara o monopólio em 1712.

Não foi por acaso que o arrendamento das meias patacas enfrentou dificuldades de execução. O rendeiro José Rodrigues da Costa ausentou-se das Minas, após cobrar 335 oitavas de ouro. O fiador solicitou lhe fossem transmitidos os direitos de

⁷⁵⁹ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 271.

⁷⁶⁰ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 221-224. A transcrição do documento não fez constar as iniciais e tampouco o nome de Henrique Lopes de Araújo.

⁷⁶¹ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392.

⁷⁶² *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 230-31.

arrendamento, ante o desaparecimento do arrematante. É possível que pressões oriundas de negociantes descontentes tenham sido decisivas para o insucesso da empreita.⁷⁶³ Nesse momento, a câmara foi obrigada a legislar punitivamente contra a atividade de atravessadores, que retinham ou desviavam gado para fora de Vila Rica, a fim de inflacionar o preço da carne.⁷⁶⁴

Em 1713, a renda das meias patacas tornou a ser discutida na câmara. Em sessão a que estiveram presentes criadores e negociantes de gado, Pascoal da Silva Guimarães e o ouvidor Manuel da Costa Amorim, os camaristas buscaram, aparentemente, arrefecer os ânimos que se exaltavam a respeito do assunto. Reafirmaram que a tributação das carnes era direito inerente à câmara e que o arrendamento das meias patacas não podia redundar em prejuízo desta. Qualquer alteração da forma de arrecadação deveria ser decidida pelo próprio órgão municipal. Por fim, resolveram botar novamente em praça o arremate da renda.⁷⁶⁵ O texto da ata transparece a impressão de que o concelho pretendia responder negativamente à expectativa de que o talho bovino fosse posto em monopólio.

Um mês depois, as meias patacas não receberam qualquer lance. Diante disso, a câmara se viu forçada a realizar por própria conta o recolhimento, para o que nomeou pessoas responsáveis por executar a cobrança junto a criadores e negociantes.⁷⁶⁶ Outra vez é plausível supor que a opção por arrendamento tenha sido deliberadamente boicotada, ocasionando a ausência de interessados no arremate.

Em janeiro de 1714, as pressões enfim surtiram efeito. No dia 27, convocaram-se “os povos criadores de gados, condutores e negociantes deles” à sessão que decidiria o contrato de abastecimento de carnes, marcada para o dia 8 de fevereiro.⁷⁶⁷ A câmara fazia uso de sua “regalia”, “como é estilo em toda a parte”, que lhe autorizava o estanco do corte de carne. Dois dias depois, Pascoal da Silva Guimarães conquistou o contrato relativo à feitura dos caminhos, estradas e pontes do termo de Vila Rica.⁷⁶⁸ No mesmo dia, entretanto, obscuramente, os camaristas repreenderam-lhe, em resposta a uma carta sua antecedente, “advertindo-o o haver-se com melhor política nas escritas que para este senado se lhe oferecerem”, deixando explícitas as rugas que detinham com o mestre-

⁷⁶³ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 245.

⁷⁶⁴ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 248.

⁷⁶⁵ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 267-68.

⁷⁶⁶ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 269-70.

⁷⁶⁷ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 302.

⁷⁶⁸ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 304.

de-campo.⁷⁶⁹ No dia 8, o monopólio do talho bovino foi auferido por Manuel da Cruz Ferreira.⁷⁷⁰

É difícil avaliar o teor do relacionamento entre os oficiais da câmara e o mais poderoso comerciante e minerador de Ouro Preto. Também é difícil saber em que medida o contrato arrematado por Manuel da Cruz Ferreira satisfazia ou não aos interesses de Pascoal da Silva Guimarães e da rede comercial por ele representada. Maria Verônica Campos sugere que o arrematante fosse simples figura, por trás da qual se perfilavam o mestre-de-campo e Manuel Nunes Viana, cujo interesse no comércio de gado constituía a base de sua atuação no Rio das Velhas.⁷⁷¹

Fato é que o monopólio deu lugar à deflagração imediata de um motim, que infelizmente deixou poucos registros documentais.⁷⁷² Alegando ter recebido “queixas dos povos”, o governador ordenou ao ouvidor tornasse nulo o contrato. Na consecução da medida, Manuel da Costa Amorim indispôs-se com os camaristas. Esses, em corpo de câmara, representaram a dom Brás a legalidade do contrato, mas o general manteve a escusa, argumentando que a insatisfação ameaçava a “quietação dos povos” e era mister “evitar todos os motivos que pudessem alterá-los.” Diante da negativa, os camaristas retornaram ao modelo das meias patacas. Não há registro de intervenção do capitão-mor de Vila Rica no episódio.⁷⁷³

A versão de que o contrato arrematado por Manuel da Cruz Ferreira respaldava-se no interesse de Pascoal da Silva Guimarães se enfraquece pela atitude consecutiva dos camaristas que, diante da aversão ao estanco e estando indispostos com o mestre-de-campo, teriam ainda assim defendido a manutenção do contrato. Diante dos fatos, é possível pensar, ao contrário, que a reação ao monopólio fosse, em parte, decorrente de o arrematante encontrar-se alheio à rede comercial capitaneada pelos antigos líderes emboabas. Nesse sentido, pelo menos duas possibilidades de análise cabem no entendimento do motim. Ou resultou de tradicional reação popular contrária ao estabelecimento de monopólios, sobretudo em relação àqueles incidentes sobre gêneros de primeira necessidade, como a história dos levantes coloniais prodigamente nos

⁷⁶⁹ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 308.

⁷⁷⁰ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 309-10.

⁷⁷¹ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 147.

⁷⁷² “Em tempo de dom Brás Baltasar da Silveira houve o quarto [motim] no Ouro Preto sobre o corte dos gados”. *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 155.

⁷⁷³ *ABNRJ*, v. 49, 1936, p. 316.

revela; ou tratou-se de movimento coordenado por facção descontente da elite comercial de Vila Rica, ao ver-se aliada do negócio. Em todo caso, é certo que a câmara de Ouro Preto teve sua autonomia arranhada, vergando-se à determinação das principais autoridades régias da capitania.

Alguns anos depois, outro entrevero entre câmara e ouvidor irá requerer a intervenção direta do capitão-mor de Vila Rica. Em fins de 1716, Manuel Mosqueira da Rosa, novo ouvidor da comarca, reivindicando a prerrogativa de conduzir a eleição da câmara, na qualidade de corregedor, atribuição que lhe era conferida nas *Ordenações* do Reino, quis intervir na “regalia” usufruída pelos vereadores de Ouro Preto, que realizavam pelouros desprovidos da tutela da autoridade judicial. Nas eleições de dezembro daquele ano, Manuel Mosqueira exigiu que os oficiais se retirassem da casa de câmara, a fim de contar os votos em segredo. Os camaristas, acompanhados de oficiais de anos anteriores, recusaram a exigência e ocuparam o prédio.⁷⁷⁴ Diante disso, o ouvidor procedeu à apuração em sua própria casa, acompanhado do escrivão da câmara. Somou os votos para *eleitor* e *procurador* e convocou os mais votados para concretizar o pelouro; como alguns dentre esses “se esconderam”, recusando o pleito, Mosqueira chamou os candidatos seguintes, que finalizaram a eleição.⁷⁷⁵

Os oficiais que serviram em 1716 deslegitimaram o procedimento do ouvidor, argumentando que a eleição só poderia ocorrer no interior da casa de câmara. Igualmente, questionaram a qualidade dos *eleitores* utilizados na indicação do pelouro: “porque estando a principal nobreza junta com a câmara (...) não podiam ser eleitores

⁷⁷⁴ Dentre os treze signatários desta decisão, apenas dois posicionaram-se contrariamente, votando a que a eleição se desse conforme procedimento do ouvidor. Foram eles: o capitão-mor Manoel Antunes de Azevedo e o tenente-coronel João Pinto da Silva. VERAÇÃO feita em 21 de dezembro de 1716, em que se averiguou a forma das eleições. “Atas da Câmara municipal de Vila Rica”. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166; p. 24-25.

⁷⁷⁵ As eleições para a câmara dividiam-se em três etapas principais. 1ª- O ouvidor/corregedor fazia convite a dois ou três *homens bons* da localidade; estes, denominados *informadores*, indicavam os nomes dos indivíduos aptos a serem votados para os postos da câmara. 2ª- Lançava-se um pregão público convocando os *homens nobres* e da *governança* a votarem em seis *eleitores*. Estes eram divididos em pares e deveriam apontar nove indivíduos para o posto de vereador e quatro para o de procurador, de acordo com a lista feita pelos informadores. 3ª - De posse das listas, o ouvidor/corregedor fazia o escrutínio dos nomes mais votados. Estes nomes eram separados em três listas, cada qual contendo os nomes de três vereadores e um procurador, separadas em bolas de cera denominadas pelouros. Um menino menor de idade deveria sortear um dos pelouros para servir no ano seguinte. Este processo eleitoral ocorria a cada três anos e anualmente, no mês de dezembro. Nas eleições para a câmara de Vila Rica, especificamente, a cada triênio eram eleitos 6 juizes ordinários e cada par cumpria mandato anual, com revezamento mensal dos membros na presidência do concelho. Assim também se elegiam 9 vereadores e 3 procuradores, com mandatos anuais (os vereadores em trio, e individualmente no caso do procurador). Veja-se FIORAVANTE, F. “*As custas do sangue, fazenda e escravos*”: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711-c.1736. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS/IFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado, p. 15.

homens vis”.⁷⁷⁶ Além disso, denunciaram Mosqueira ao vice-rei, Marquês de Angeja, e ao Tribunal da Relação da Bahia como partícipe em ato de corrupção, através da acusação de que teria desviado sessenta mil oitavas de ouro do cofre da Provedoria de defuntos, ausentes, capelas e resíduos, por ele administrada. Dado o impasse, o governador, respaldado pelo vice-rei, decidiu suspender a eleição até resolução do agravo, mantendo a vereação de 1716 para o ano consecutivo.⁷⁷⁷

Em sua defesa, Manuel Mosqueira da Rosa diz-se alvo de um “levantamento” dos camaristas contra sua pessoa.⁷⁷⁸ Interessados em manter o controle da câmara, de que vinham desfrutando desde a fundação da vila, aqueles oficiais obedeciam às “razões particulares que tinham para não largarem as obrigações em que se achavam e em que se queriam perpetuar ou ao menos meterem em todas elas aos que fossem da sua parcialidade”. Feita a eleição pelo ouvidor, a vereança deposta teria convocado a “todos os da sua parcialidade assim de dentro desta vila como de fora dela, chamada entre eles a *parcialidade dos amigos*”, e com seus escravos e armas pretendiam assiná-lo ou retirá-lo da ouvidoria.⁷⁷⁹

Na versão dada por dom Brás Baltasar da Silveira, colhe-se que, após a eleição, os partidos se polarizaram, dando lugar ao ajuntamento de gente armada em frente à casa de câmara, em apoio aos oficiais, e defronte à casa de Manuel Mosqueira, em prol do ouvidor. Depreende-se desse relato o clima de tensão armada criada entre as duas facções rivais que disputavam a câmara de Vila Rica.⁷⁸⁰

Desde a ascensão de Mosqueira à ouvidoria, tornara-se intensa a disputa pelo controle da governança local. Segundo Maria Verônica Campos, o ouvidor aliara-se a Pascoal da Silva Guimarães e, por conta disso, trabalhou para conseguir reordenamento do órgão municipal, a fim de forçar a introdução de comerciantes no interior do concelho.⁷⁸¹ Infelizmente, não são conhecidos os nomes dos eleitores e tampouco dos oficiais que teriam sido eleitos no pleito conduzido pelo ouvidor. É clarividente fossem

⁷⁷⁶ AHU, Minas Gerais, caixa 1, doc. 69.

⁷⁷⁷ Atas da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166; p. 24-25. *Documentos Históricos*, v. 71, 1945, p. 20-21.

⁷⁷⁸ CARTA Régia a Manoel Mosqueira da Rosa, provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capela e resíduos de Ouro Preto, em que S. Majestade responde aos dezesseis parágrafos de sua carta (um por um) também alude a uma carta do Conde de Assumar em resposta da provisão que fora expedida pelo Conselho Ultramarino para informar do seu procedimento nas queixas dos oficiais da câmara de Vila Rica. 22 de março de 1720. APM, SC 02, fls. 95v-96.

⁷⁷⁹ AHU, Minas Gerais, caixa 1, doc. 69. Grifo do próprio documento.

⁷⁸⁰ AHU, Minas Gerais, caixa 1, doc. 69.

⁷⁸¹ CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 161.

indivíduos alheios ao grupo que até então controlava o senado.

Nesse sentido, é plausível supor que Henrique Lopes de Araújo estivesse entre eles. A alegação negativa dos oficiais de 1716, segundo a qual Mosqueira utilizara-se de eleitores “vis” para consumir a eleição, encaixa-se no perfil do capitão-mor, herdeiro de notáveis mecânicas e vis, como a paternidade ilegítima, o enfeitamento, a criadagem e o degredo por homicídio, sem contar a atuação comercial como caixeiro, açougueiro e taverneiro, itens que haveriam de impedir seu acesso aos postos da governança. A vilania reparada nos eleitores demonstra, aliás, que a condição dos pretendentes ao concelho era objeto de policiamento, senão pela Coroa, antes pelos próprios concorrentes.⁷⁸²

A hipótese de que Henrique Lopes envolvera-se na disputa pela câmara fundamenta-se ainda na postura que em seguida tomou, ao defender Mosqueira em nova assuada contrária ao ouvidor. Esse motim ocorreu em momento incerto de 1718, já sob o governo do Conde de Assumar. Um relato anônimo do *Códice Costa Matoso* narra que Mosqueira pressionara o governador recém-chegado a retomar o processo eleitoral da câmara de Vila Rica, suspenso desde fins de 1716. Murmurava-se que o filho do ouvidor, frade bento Vicente Botelho, auferira “peitas” e “oitavas de ouro” dos postulantes à nova câmara, a fim de garantir-lhes a eleição. Em seguida, o magistrado aceitara aliciamento de um negociante de gado, interessado em que o juiz lhe granjeasse o estaque do corte de carne em Ouro Preto, em troca do que “lhe daria uma arroba de ouro cada ano”. Diante da expectativa de monopólio, “lhe fez parte do povo, uma noite, um motim na sua porta e não se retirou sem ele ceder do intento”. Após o distúrbio,

⁷⁸² Russel-Wood destacou a célebre acusação, feita por Assumar, de que Antônio Martins Leça, oficial da câmara de Vila Rica em mais de uma ocasião nas décadas de 1710/20, havia sido sapateiro. O autor defendeu a perspectiva de que a composição inicial do senado de Vila Rica encontrava-se marcada por indivíduos de baixa estirpe, incluindo até mesmo mulatos, fator que diminuiu o prestígio do órgão. Roberta Stumpf questionou a validade desse ponto de vista, argumentando tratar-se de caso isolado, que não deve ser generalizado e tampouco colocar-se como representativo do prestígio conferido à câmara e aos oficiais. “(...) o desempenho de algum cargo camarário – vereadores, juizes ordinários, escrivães – era frequentemente mencionado para exaltar as qualidades dos solicitantes de mercês diversas, assim como fazer parte da lista dos homens bons que elegiam os nomes dos candidatos à vereança. Em ambos os casos, constituíam-se em provas de dignidade, as quais ninguém parecia desprezar. Pelo que a entrada de homens pouco qualificados para o exercício da governança era cuidadosamente fiscalizada, e se ocorreram eventuais flexibilizações ao ingresso de inaptos, isso tampouco parece ser característica específica à região das Minas”. STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado em História, p. 98. RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”, *Revista de História*, ano 28, volume 55, São Paulo, 1977, p. 38.

Mosqueira foi afastado da ouvidoria, sendo sucedido por Martinho Vieira.⁷⁸³

O fato foi lembrado na carta-patente de Henrique Lopes: “sucendendo a alteração de algumas pessoas principais desta Vila Rica, que com grande séquito de gente armada quiseram expulsar o ouvidor geral”, o capitão-mor teria sido “a única pessoa que seguiu o partido deste ministro, oferecendo-se a defendê-lo contra todo o poder dos sublevados, de que resultou inimizar-se com eles todos”.⁷⁸⁴ Tal relato leva a pensar que o militar não só se envolvera na disputa pelo controle da câmara de Vila Rica – provavelmente tomando parte na frustrada eleição de fins de 1716, ao lado de Mosqueira, que lhe acenara com a possibilidade de, enfim, galgar espaço na governança local – como também que estivesse por detrás do monopólio do talho intentado pelo ouvidor. Possuidor de um corte de carnes em Antônio Dias no princípio da ocupação desse arraial e sendo sabidamente indivíduo disposto a despendar grandes somas na otimização de seus interesses – como fizera, há pouco, na construção do palácio doado à moradia do Conde de Assumar – Henrique Lopes de Araújo parece se ajustar ao rosto anônimo da personagem que teria aliciado Mosqueira com vultosa quantia para alcançar contrato de exclusividade do corte.

Chama atenção o discurso de que, isoladamente, adiantando-se na defesa de Mosqueira, Henrique Lopes tenha se tornado malquisto pelas “pessoas principais” amotinadas contra o magistrado. A inimizade contraída naquele momento conjugou-se à crescente instabilidade política de Ouro Preto. E, a se levar em conta as forças em disputa, o capitão-mor parecia estar próximo do grupo que, algum tempo depois, tornar-se-ia protagonista nos eventos rebeldes que chacoalhariam a vila.

Antes, contudo, que a sedição de Vila Rica sobreviesse, teve lugar a ameaça de revolta escrava em 1719, outro episódio a requerer ação preventiva do capitão-mor. Em sua carta-patente, declarou-se que, quando fez-se pública a notícia de que “os negros destas minas se queriam sublevar em quinta-feira maior do ano de 1719 contra os

⁷⁸³ *Códice Costa Matoso...* v. 1, p. 208. Maria Verônica Campos considera fidedigno esse relato e interpreta-o como narrativa inserida nas disputas pelo controle da câmara de Vila Rica em 1718. A autora estranhou, contudo, o completo silêncio acerca do caso na documentação da câmara, fato também notado por Donald Ramos. Feu de Carvalho mencionou o motim em Ouro Preto “contra Mosqueira da Rosa, seu segundo ouvidor, por causa do corte de carne verde”, mas omitiu sua fonte informativa. Há referências ao motim na correspondência expedida por dom Lourenço de Almeida. *RAPM*, v. 31, 1980, p. 80-81; 122-23. CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros...* p. 173 e 189. RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972, p. 395. CARVALHO, F. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, s/d, p. 19.

⁷⁸⁴ APM, SC 21, fls. 48v-49v. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105. Texto idêntico ocorre na patente passada pelo Conde das Galvêas, em 1732. APM, SC 15, fls. 97-98.

homens brancos para os destruir”, teria ele se responsabilizado pela vigilância da vila, mobilizando todas as companhias de ordenança, com armas em punho, “de sorte que se desvaneceu o horroroso intento dos ditos negros, ficando por então as minas sossegadas e livres de tão grande ruína, que as ameaçava.”⁷⁸⁵ O receio quanto à rebeldia escrava surgiu em março daquele ano. Assumar dirigiu-se a Vila Rica a fim de inteirar-se da situação do Morro de Pascoal da Silva, onde mineravam mais de três mil escravos, núcleo que punha “maior cuidado” ao governador.⁷⁸⁶ As suspeitas recaíam, sobretudo, em negros de São João del Rei, mas havia indícios de que escravos de Antônio Dias e de São Bartolomeu também estivessem envolvidos no plano, além de outros cativos habitantes em Furquim.⁷⁸⁷ O mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães foi incumbido da missão de prender dois negros forros e uma escrava, de nação mina, residentes no arraial de Itaubira, nos campos de Ouro Preto, que costumavam praticar “folguedos” e constavam estar incursos na sublevação.⁷⁸⁸ Assumar solicitou que todas as companhias de ordenanças estivessem armadas à porta das igrejas na quinta-feira de endoenças, ao mesmo tempo em que proibiu que senhores consentissem o porte de armas por seus escravos.⁷⁸⁹

Cerca de três meses depois, Henrique Lopes de Araújo viu-se novamente requisitado por Assumar, para atuar em demanda cujos resultados encaminhavam as tensões que redundariam na Revolta de Vila Rica. A 19 de julho de 1719, o capitão-mor e os mestres de campo Pascoal da Silva e José Rebelo Perdigão foram convocados a prestar auxílio à expulsão de clérigos e frades de mau procedimento estabelecidos nas Minas. A ordem direcionada a Pascoal da Silva advertia-o a mobilizar todos os capitães do “seu bairro”, ao passo que Henrique Lopes deveria responsabilizar-se pelos capitães da sua jurisdição. Note-se que o “bairro” do mestre de campo era o mesmo do capitão-mor, o que denota a proximidade física e política entre os dois oficiais.⁷⁹⁰

⁷⁸⁵ *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105. APM, SC 21, fls. 48v-49v.

⁷⁸⁶ CARTA de dom Pedro de Almeida para o ouvidor do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 24 de março de 1719. APM, SC 11, fls. 118-119.

⁷⁸⁷ CARTA de dom Pedro de Almeida para o ouvidor do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 3 de abril de 1719. APM, SC 11, fls. 119-119v.

⁷⁸⁸ CARTA de dom Pedro de Almeida para Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 14 de abril de 1719. APM, SC 11, fl. 124-124v.

⁷⁸⁹ CARTA de dom Pedro de Almeida para o Conde de Vimieiro, governador da Bahia. Vila do Carmo, 20 de abril de 1720. APM, SC 11, fls. 126-126.

⁷⁹⁰ ORDEM de dom Pedro de Almeida aos mestres de campo Pascoal da Silva Guimarães e José Rabello Perdigão e capitão-mor Henrique Lopes de Araújo a fim de determinarem aos capitães do seu terço que prestem todo o auxílio à ouvidoria para expulsão dos frades e clérigos mal procedidos. Vila do Carmo, 19 de julho de 1719, APM, SC 11, fl. 137.

Fixados na mesma localidade, detentores de trajetórias pessoais semelhantes e possíveis *amigos*, na acepção que se dava ao conceito de amizade na sociedade de Antigo Regime, Henrique Lopes e Pascoal da Silva encontrar-se-iam, no entanto, em lados opostos quando os eventos rebeldes chegaram ao fim, em julho de 1720.⁷⁹¹ Pelo menos é isto o que se depreende da imagem que se cristalizou acerca do capitão-mor. Segundo consta em sua carta-patente, ele teria se destacado, desde o princípio dos motins, como fiel vassalo e defensor da ordem. Assim, quando se rebelaram “todos os moradores desta vila, induzidos por outras pessoas principais de dentro e fora dela, com o fim de impugnarem a fatura das casas de fundição”, o militar endireitou-se ao encontro dos amotinados, “a capacitá-los e reduzi-los ao sossego e obediência, que deviam a Sua Majestade”. Mandou pôr guardas na cadeia e no cofre dos quintos. Durante os dias de motim, obrou “em tudo tão zelosa e destemidamente”, expondo-se ao “temor de ser morto (...) pela constância e fidelidade com que seguia o partido do conde governador”. Pôs-se a postos com seus escravos armados, a fim de “ir dar calor e executar as prisões, que se fizeram aos cabeças destes amotinados, no que mostrou muito valor e resolução por serem feitas dentro da mesma vila amotinada”.⁷⁹²

De fato, há registros que confirmam a intervenção do capitão-mor nos momentos decisivos da sublevação. O militar foi um dos executores da ordem de prisão dos líderes rebeldes, expedida a 13 de julho de 1720, que resultou na detenção de Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Mosqueira da Rosa, Freis Vicente Botelho e Francisco de Monte Alverne, Bento Felix e Felipe dos Santos. Transmitida em carta destinada ao ajudante de tenente Manuel da Costa Pinheiro, a Manuel da Costa Fragoso e ao alferes de dragões Manuel de Barros Guedes, aos quais cabia empreender a prisão dos principais cabeças, a ordem solicitava ainda que Henrique Lopes detivesse o carcereiro de Vila Rica e guardasse a cadeia.⁷⁹³ Depois de feitas as diligências, o capitão-mor deveria divulgar bando escrito por Assumar, autorizando o assassinato de mascarados partícipes da revolta que aparecessem no morro ou no interior de Vila Rica,

⁷⁹¹ Veja-se CUNHA, A. M. “Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” *Revista de História* (São Paulo), v. 25, n. 1, 2006, p. 226-247. XAVIER, Â. B. & HESPANHA, A. M. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal*, v. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 381-392.

⁷⁹² APM, SC 21, fls. 48v-49v. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105. APM, SC 15, fls. 97-98.

⁷⁹³ CARTA para o Ajudante de Tenente Manuel da Costa Pinheiro, Manuel da Costa Fragoso e o alferes de Dragões Manuel de Barros Guedes. Vila do Carmo, 13 de julho de 1720. APM, SC 13, Fl. 22.

com recompensa de cem oitavas de ouro para o atirador.⁷⁹⁴

Outra prova de sua participação ocorre na carta direcionada por Henrique Lopes ao Conde de Assumar, noticiando-lhe que, após a detenção dos cabeças, Ouro Preto ainda mantinha-se tumultuada por mascarados aliados aos presos, e pedindo-lhe socorro urgente, em vista da ameaça de incêndio da vila, prometida pelos rebeldes para a noite próxima. Essa carta, escrita possivelmente a 15 de julho de 1720, motivou a organização do assalto à Vila Rica pelas forças de Assumar, para debelar resistências e arrasar o Morro do Ouro Podre.⁷⁹⁵

A representação do desempenho de Henrique Lopes durante a revolta é repleta de lugares comuns simbólicos. Assentava-se na imagem estereotipada do fiel vassalo nas Minas. Ao estalar do primeiro motim, o capitão-mor empunhara a voz de el-rei, lembrando o contrato de *fidelidade* e *obediência* assumido pelos súditos para com seu soberano. A ação consecutiva de guarda desenvolveu a imagem de um militar *zeloso* dos pilares da administração portuguesa em Minas, ao defender a cadeia, símbolo da justiça e bem-comum da república, e os quintos, matéria fundamental da Fazenda Real, pertencente à casa do rei. O *destemor* em nome do príncipe, tópico disseminado em todo o documento, associava-se ao risco de morte assumido pelo vassalo na defesa do interesse real, exposto ao ataque das pessoas que traíam seu soberano. Igualmente, o emprego dos próprios escravos na repressão da revolta demonstrava o *valor* do súdito, capaz de mobilizar seu avultado patrimônio e dispô-lo à perda, para o bem do monarca. Obediência, zelo, destemor, fidelidade e valor constituem conceitos-chave atrelados a cada um dos passos trilhados por Henrique Lopes. Não foi por acaso, portanto, que a

⁷⁹⁴ BANDO de dom Pedro de Almeida autorizando o povo a atirar contra os mascarados. Vila do Carmo, 13 de julho de 1720, APM, SC 11, fl. 291-291v.

⁷⁹⁵ “Presos os sobreditos [cabeças], e conduzidos à Vila do Carmo, não cessaram por isso as desordens em Vila Rica, antes foram tão excessivas na seguinte noite que cruelmente mataram a um homem, que ao Conde presumiram dava os avisos; e publicamente desceu do Morro do Pascoal da Silva a tropa dos mascarados com grosso número de negros armados, que atroando os ares com repetidos e formidáveis tiros de horrendos bacamartes, arrombavam as portas das casas, que os moradores (por os não seguirem) tinham desamparado, gritando em altas vozes que todo aquele que, no outro dia, não fosse tirar os presos, e a seu pai Pascoal da Silva, se lhe poria fogo à casa, e ainda à mesma vila. (...) foram à casa do vigário da vara, o cônego Antônio de Pina, e, sem respeito ao seu caráter, o fizeram com violência levantar da cama para lhes abrir a igreja matriz, na qual entraram e não perdoando nem ao sagrado e mais secreto dela, revolveram com indecência até os altares. Com esta notícia chamou o Conde a uma conferência todas as pessoas principais que na vila se achavam, e lhes fez presente o aviso que tivera do motim de Vila Rica na noite antecedente, lendo-lhes uma carta do capitão-mor, e algumas mais, em que instantaneamente lhe pediam socorresse aquela vila, porque infalivelmente (a não haver quem de fora os embaraçasse) lhe punham, como haviam prometido, os sublevados fogo na noite seguinte.” *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 131.

representação arrematou-se na conclusão de que “em poucas pessoas deste país se achou igual *fidelidade, valor e zelo* do serviço de S. Majestade como a do dito capitão-maior”, ratificando a individualidade do súdito em sua obra defensiva.⁷⁹⁶

No ano seguinte, dom Lourenço de Almeida, instado a listar as pessoas que houvessem se destacado como fiéis vassalos durante a revolta, para a distribuição de possíveis tenças e hábitos aos merecedores, fez menção especial a Henrique Lopes.⁷⁹⁷ Embora alegasse que “muitas pessoas destas Minas se assinalaram no zelo do real serviço de Vossa Majestade, quando se amotinaram estes povos”, e mesmo optando por não prometer prêmios a qualquer uma delas, “por entender é mais conveniente guardar esta real mercê de Vossa Majestade, para algum tempo em que se possa fazer mais serviço (...) além da sua fidelidade, pelo interesse desta mercê”, o governador dividiu elogiosamente os serviços prestados pelo capitão-mor:

Nesta vila é capitão maior há muitos anos Henrique Lopes, e sempre em todas as ocasiões se assinalou mais que ninguém no zelo do real serviço de Vossa Majestade e, gastando sempre muito da sua fazenda e não adquirindo outra, por estar sempre pronto para tudo o que for servir a Vossa Majestade com mais de cinquenta negros seus armados, sem fazer reparo na grande perda que se lhe seguia de não trabalharem nas suas lavras os tais seus negros, e por todas estas razões tem merecido mais que ninguém que Vossa Majestade o honre com hábito, e porque me consta que ele nesta frota remete os seus serviços e pede a Vossa Majestade o despacho deles, e pelas razões que acima dou a Vossa Majestade pareceu-me não lhe fazer promessa nenhuma senão pôr na real presença de Vossa Majestade o serviço que este vassalo tem feito.⁷⁹⁸

O rei respondeu em abril de 1722, felicitando a parcimônia de dom Lourenço quanto à promoção de mercês. E, em vista da referência especial a Henrique Lopes, prometeu atender ao pedido do Hábito da Ordem de Cristo, quando o solicitante o

⁷⁹⁶ O trecho correspondente à revolta de Vila Rica ocorre assim: “acontecendo sublevarem-na todos os moradores desta vila induzidos por outras pessoas principais de dentro e fora dela com o fim de impugnarem a fatura das casas da fundição, lhe sair ao encontro a capacitá-los e reduzi-los ao sossego e *obediência*, que deviam a Sua Maj. mandando ao mesmo tempo pôr guardas à cadeia desta vila e aos quintos reais obrando em tudo tão *zelosa e destemidamente* nestas ocasiões e na em que aprendeu o mesmo povo, que esteve em termos de ser morto por ele pela constância e *fidelidade* com que seguia o partido do conde governador e do serviço de S. Maj. e pôr-se pronto com os seus negros armados e ir dar calor e executar as prisões, que se fizeram aos cabeças destes amotinados, no que mostrou muito *valor* e resolução por serem feitas dentro da mesma vila amotinada, sendo que em poucas pessoas deste país se achou igual *fidelidade, valor e zelo* do serviço de S. Maj. como a do dito capitão maior o qual em todas as mais diligências como foi na prisão de Silvestre Cont.e, e acomodação da contenda que houve no sítio dos carijós: prendendo uma das pessoas revoltosas trazendo-a à presença do conde governador, obrou em tudo com grande acerto e *fidelidade, valor e zelo* do serviço de S. Majestade como melhor consta de todas as suas certidões”. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 103-105. *APM*, SC 21, fls. 48v-49v. Grifos meus.

⁷⁹⁷ *RAPM*, v. 30, 1979, P. 129-30

⁷⁹⁸ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 87-88.

fizesse.⁷⁹⁹

No momento em que insinuou o merecimento do Hábito, dom Lourenço de Almeida residia nas dependências do palácio pertencente a Henrique Lopes no Tapanhuacanga. Como vimos na segunda parte dessa tese, a transferência de sede de governo da recém-criada capitania de Minas Gerais, da Vila do Carmo para Vila Rica, foi sinal evidente de que a coroa procurava intensificar sua presença nessa vila, após os distúrbios rebeldes de 1720. Sem dúvida, o vulto militar adquirido pelo capitão-mor, sobretudo por seu desempenho na contenção da revolta, ajuda a explicar a opção por sua propriedade.

E de fato há dados indicativos de que seu poderio bélico-militar foi significativo. Dispomos do rol de armamentos declarados pelo capitão-mor em seu testamento. O arsenal somava oitenta armas, distribuídas entre diversos tipos de espadas e de armas de fogo, como demonstra o Quadro 28. Essas eram maioria na coleção. Se fossem distribuídos individualmente, bacamartes, clavinas, espingardas e pistolas armariam sessenta e seis pessoas. Uma espada, uma adaga, seis catanas e outros seis espadins compunham o acervo de armas cortantes e perfurantes.⁸⁰⁰ Chama atenção o quantitativo dessa modalidade. Como capitão-mor, Henrique Lopes tinha direito ao porte e à exibição pública de espadins e de espadas próprias ao oficialato das ordenanças.⁸⁰¹ A única espada com copo e punho de prata era certamente de seu uso pessoal. Talvez também o fossem os dois espadins com punho preto. As demais peças, sobretudo as armas de fogo, embora fossem propriedade sua, não se destinavam ao seu porte e nem permaneciam sob sua guarda, emprestadas que eram a escravos e agregados em refregas e outras ações armadas. Muito significativamente, contrastado ao relato expresso no requerimento do Hábito da Ordem de Cristo, o número de armas de que dispunha igualou-se precisamente ao contingente que alegou ter mobilizado no combate aos rebeldes de Vila Rica: oitenta escravos armados.⁸⁰²

⁷⁹⁹ CARTA do rei a dom Lourenço de Almeida. Lisboa, 30 de abril de 1722. APM, SC 05, fl. 6.

⁸⁰⁰ Segundo Bluteau, adaga podia ser descrita por “espada curta”. O bacamarte assemelhava-se a uma “clavina curta de boca muito longa, que se carrega com muitas balas.” (v. 2, p. 7). Clavina valia o mesmo que carabina, sendo “mais grossa e mais curta que a espingarda” (v. 2, p. 339). Por sua vez, catana era espada de origem japonesa. BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, v. 1, p. 119; v. 2, p. 7 e 339.

⁸⁰¹ COSTA, A. P. P. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares nos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro, IFCS/PPHS/UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado, p. 107.

⁸⁰² Na “ocasião das sublevações que nas Minas houve mostrou uma grande distinção das mais pessoas sendo o primeiro que com a sua pessoa e oitenta escravos seus armados a sua custa se pôs pronto a

Armas	Nº
1. Adaga	1
2. Bacamarte	14
3. Bacamarte e Clavina	27
4. Catana	6
5. Espadim de Prata	4
6. Espada com copo e punho de prata	1
7. Espadim velho com punho preto	2
8. Espingarda	10
9. Pistola	15
Total	80

Quadro 28. Relação das armas possuídas por Henrique Lopes de Araújo Fonte: ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2.

Tendo ou não se tornado um polo de poder militar em Vila Rica, as representações acerca do capitão-mor devem ser melhor avaliadas. Importa apreciar em que medida a imagem de zelo, valor e fidelidade ao rei correspondeu, de fato, às relações estabelecidas por Henrique Lopes desde a sua chegada às minas e posterior ascensão ao posto militar e à posição de “homem principal”. Diversos elementos biográficos encaminham-se no sentido de questionar a feição unívoca dessa representação atribuída a (e construída por) Henrique Lopes. Seus primeiros passos, que o levarão de uma infância enjeitada e de uma juventude pobre e servil em Portugal ao desterro no Rio de Janeiro, percorrem uma trajetória tortuosa, a moldar indivíduo situado nas fimbrias da classe plebeia. Estigmatizado desde o nascimento, iniciado nos ofícios mais vis e obrigado a readaptar-se, por duas vezes, em novos ambientes, com dinâmicas sociais diferentes e potencialmente hostis a neófitos destituídos de predicados sociais, Henrique Lopes era, antes, um desajustado ou desclassificado. É bem verdade que, tanto em Alhandra, quanto no Rio de Janeiro, obtivera relativo êxito no estabelecimento de relações sociais e de trabalho. Casara-se e progredira em ofícios plebeus, passando de criado de servir a abegão e depois a guardador de éguas. Mas, o degredo era, além de uma pena, também uma mácula. No Rio, tornou-se taberneiro e mercador, proprietário de loja. Nas Minas, abriu um açougue, antes de vir a explorar uma das principais lavras de Minas Gerais. Enriqueceu. Envolveu-se na contenda com paulistas, vindo a ser escolhido “capitão” forasteiro, em patente ilegítima que jamais revelou ter exercido. Em fins de 1713, enfim conseguiu seu lugar ao sol, investido no posto de capitão-mor, por patente de dom Brás. Mas, mesmo nesse contexto, seu

defender as reais obras digo ordens contra os que as impugnavam, tendo grande cuidado em trazer quieto e pacífico aquele povo.” HABILITAÇÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, HOC, mç. 34, doc. 31.

envolvimento em disputas locais por posições de poder no âmbito de Vila Rica, relativas ao abastecimento de carne e à ocupação de postos camarários, levou-o para muito perto da fronteira divisória onde fidelidade e rebeldia podiam se confundir. Possível aliado e *amigo* de Pascoal da Silva Guimarães, o mais poderoso comerciante, minerador e militar de Vila Rica, Henrique Lopes de Araújo manteve-se, como tal, afinado com os interesses da rede social na qual se movimentava. A proximidade com o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa parece, nesse sentido, paradigmática. Se Lopes encontrava-se ou não dentre os eleitores ou dentre os oficiais eleitos pelo ouvidor para a câmara de Vila Rica, no ilegítimo pelouro de 1716, é dado que jamais saberemos. Assim como permanecerá oculto o nome do negociante de gados que teria aliciado Mosqueira no intuito de alcançar estanco das carnes em Ouro Preto. Mas uma coisa é certa: o açougueiro de Antônio Dias, vil aspirante aos postos da governança, *pode*, sim, ter tomado partido nos dois eventos mencionados. Partido que, sem dúvida, assumiu publicamente, ao defender, sozinho, o ouvidor no motim de 1718, angariando antipatias e inimizades diversas. Entre esse motim e a revolta de 1720, é possível pensar que rusga desconhecida ou opção divergente por parte do capitão-mor tenha desgastado sua relação com os indivíduos que lhe eram até então próximos.

Após a revolta de 1720, Henrique Lopes de Araújo passou a vislumbrar uma nova possibilidade, a de vestir o hábito da Ordem de Cristo, o que ratificaria seu ingresso no restrito grupo de *nobres* locais. Desde esse momento tornou-se o provedor da residência oficial dos governadores da capitania de Minas Gerais, posição capaz de maximizar significativamente suas expectativas e anseios sociais. A imagem que transmitiu à sociedade de sua época e à posteridade, entretanto, não pode ser vista de maneira ingênua. Afinal, nos bastidores do poder colonial, o que separava vassalos fiéis de seus opostos era apenas o ângulo de visão. Expulso da metrópole, por seu comportamento criminoso, Henrique Lopes precisou, curiosamente, transportar-se aos sertões da colônia para galgar a condição de respeitabilidade que, em sua terra natal, lhe seria para sempre vedada.

Cap. 12 – “Esta espécie de Cortes entre gente tão bárbara”: Henrique Lopes de Araújo nas juntas de procuradores em Minas Gerais (1710-1727)

E sendo chamado à Vila do Carmo para assistir a uma junta que nela se fez sobre os quintos ir pontualmente e ser um dos que se houveram na dita junta com maior zelo das conveniências de S. Majestade (...) e promover com seu exemplo aos mais que nela assistiram a adiantar os interesses de S. Majestade.

Patente de mestre de campo de Vila Nova da Rainha passada a Manuel Rodrigues Soares (1718).

As juntas de procuradores foram um mecanismo político-institucional sistematicamente utilizado no governo das Minas entre 1710 e meados dos anos 1730. Originavam-se de convocação feita pelo governador aos ouvidores, aos vigários da vara, aos procuradores da Coroa e Fazenda Real – estendendo-se ainda a outros funcionários régios, designadamente aos intendentes – aos procuradores das câmaras, das vilas e do povo e também aos homens principais, que, nesse caso, podiam atuar como representantes dos “povos” da capitania. As juntas consistiram na reunião desses procuradores, na presença do general e de seu secretário, a fim de analisar, discutir, propor alternativas e, por fim, deliberar ou ratificar medidas governativas e fiscais a serem tomadas no âmbito das Minas. O direito real sobre o quinto da extração aurífera ocupou o centro das atenções, ao lado da imposição de taxas e tributos incidentes sobre o comércio de mercadorias. Debateram-se quase sempre polemicamente as diferentes formas de arrecadação, o método de cobrança e o montante dos quintos. Até meados do século XVIII, todos os meios de cobrança foram acertados localmente, através de juntas de procuradores que podiam concordar com ordens régias anteriores – como foi a regra – ou, no limite, contrariá-las, suscitando momento de instabilidade política.

Segundo Diogo Vasconcelos, a opção inicial pelas juntas resultou da natureza enfitêutica da mineração e do direito real sobre os quintos. O rei, senhor absoluto do produto aurífero, acordava com seus “donatários” a pensão senhorial a que tinha direito, estabelecida através de juntas, “que de uso se celebravam e tão de molde precursaram entre nós o regime representativo”.⁸⁰³ Mas a representatividade desse sistema era seleta. A composição e o número de participantes das juntas variaram consideravelmente, conforme circunstâncias específicas ou de acordo com a inclinação dos governadores,

⁸⁰³ VASCONCELOS, D. de *História Antiga...* p. 287.

que detiveram as prerrogativas de convocar reuniões e de discriminar quais tipos de procuradores tomariam assento. Em alguns casos, os generais chegaram a determinar a convocação de participantes por eles diretamente escolhidos. Isso se deu, sobretudo, para a classe de procuradores denominados “homens principais” ou integrantes da “nobreza” local. Chamados sem a necessidade de eleição, tais procuradores eram alçados à condição de “homens principais” ou “nobres” e devido a essa qualidade convocados às juntas por decisão discricionária dos governadores, que assim manobravam um mecanismo de governo político com manifestas implicações na classificação social de indivíduos e de grupos.

Ao todo, existiram quatro tipos de procuradores: os representantes das câmaras, das vilas, dos povos e as “pessoas principais” (ou “homens bons”) ou ainda membros da “nobreza”. As câmaras tinham o apanágio de nomear seus próprios procuradores, designados a cada junta por eleição ou indicação do órgão municipal. O procurador podia ou não ser oficial do senado. Quando o fosse, investia-se preferencialmente da função de juiz ordinário ou vereador. Perceba-se, portanto, que não houve coincidência entre os postos de procurador na junta e de procurador na câmara. Isto porque a função de representante da câmara nas juntas raramente foi atribuída ao oficial atuante no posto de procurador no interior do concelho municipal. Embora sua função principal fosse zelar pelos recursos financeiros da câmara, sobretudo em questões patrimoniais e arrecadatórias, esse oficial raramente teve sua experiência aproveitada nas juntas de procuradores.⁸⁰⁴ Nas atas da câmara de Vila Rica expedidas na década de 1710, em apenas uma ocasião o representante eleito pelos camaristas desempenhava a função de procurador.⁸⁰⁵ E se na junta de 6 de janeiro de 1714 tomou assento o procurador do concelho, Antônio Martins Leça, isso só ocorreu porque todos os oficiais de Ouro Preto foram chamados a participar da reunião. Mas nessa mesma junta é o juiz ordinário Antônio Ferreira Pinto, e não o procurador Manuel da Silva Miranda, quem desempenha a função de representante único da câmara da Vila do Carmo.⁸⁰⁶

Nem sempre o procurador da câmara foi membro oficial do senado. Na junta de 1º de fevereiro de 1715, nenhum dos dois procuradores eleitos por Vila Rica ocupavam

⁸⁰⁴ Para a função do procurador de câmara, veja-se *Código Costa Matoso*, v. 2, p. 115.

⁸⁰⁵ Trata-se do procurador José Luís Sol, também designado representante da câmara na junta de 14 de agosto de 1717. APM, SC 06, fls. 77v.-78.

⁸⁰⁶ BRANDÃO, M. C. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Juiz de Fora, PPGH/UFJF, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 135.

posições superiores do concelho municipal. O mestre de campo Ventura Ferreira Vivaz e o tenente coronel Manuel Antunes de Azevedo, embora houvessem sido juizes ordinários na vereação do ano anterior, eram então almotaceis da câmara.⁸⁰⁷ O mesmo procedimento já ocorrera na junta de 12 de abril de 1714, quando o almotacel Paulo Martins da Gama representou a câmara de Vila Rica, após ter sido juiz ordinário na vereação de 1713.⁸⁰⁸

A princípio, as câmaras também coordenaram a eleição do procurador do povo, quando esse tipo de representante foi convocado pelo governador. Escolhidos entre os “homens principais” para representar o povo de uma vila ou localidade, os candidatos à função deviam se submeter a pleito conduzido pelos camaristas, elegendo-se o mais votado.⁸⁰⁹ O *modus operandi* da eleição pode ser visualizado através da vereação de 16 de julho de 1717 em Vila Rica: instigados por carta convocatória de dom Brás Baltasar da Silveira, “em que manda se façam procuradores para assistirem à junta que [fará] na Vila do Ribeirão para ajuste dos quintos”, os camaristas elegeram procuradores da câmara nas pessoas do juiz mais velho, o sargento-mor Manoel Gomes da Silva, e do oficial procurador do concelho, José Luiz Sol. Publicaram um edital “para constar a todos que terça-feira em que se contam 27 do presente se hão de fazer dois procuradores do povo, para por parte destes falarem na dita junta o que for mais a bem do dito povo”. Entretanto, no dia previsto para a escolha, teriam faltado pessoas para efetuar a votação, que só foi consumada no dia seguinte. Elegeram-se então dois procuradores do povo. Para os distritos de Vila Rica, “saiu a mais votos o sargento-mor Antônio Martins Leça, ao qual mandaram se fizesse procuração pelo povo feita neste senado para por parte dele requerer pelo que toca a esta vila e povo dela na dita junta”. E o tenente Luís Soares foi instituído procurador do povo do Campo, representante das áreas rurais de Ouro Preto, a partir dos arraiais de São Bartolomeu e Cachoeira.⁸¹⁰

No entanto, a escolha do procurador do povo parece ter se confundido com o próprio grupo social no interior do qual esse representante era encontrado. Nas juntas, nem sempre a presença desse procurador pôde distinguir-se dos demais indivíduos convocados na qualidade de “homens principais”. Se as câmaras deveriam conduzir a

⁸⁰⁷ “Atas da Câmara de Vila Rica (1711-1715)”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 360.

⁸⁰⁸ “Atas da Câmara de Vila Rica (1711-1715)”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 49, 1936, p. 319.

⁸⁰⁹ Para as atribuições do procurador do povo, veja-se *Código Costa Matoso*, v. 2, p. 115.

⁸¹⁰ “Atas da Câmara municipal de Vila Rica”. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166; p. 42-43.

escolha do procurador do povo através do chamamento público de eleições, é possível que tal trâmite tenha sido costumeiramente contornado. Em Vila Rica, na década 1710, a eleição de José Luiz Sol e de Luís Soares, citada acima, foi a única mencionada nas atas. Ao mesmo tempo, sabemos que o governador detinha a prerrogativa de convocar, a seu arbítrio, os procuradores reconhecidos como integrantes da “nobreza” ou da “principalidade” local. Em 1725, por exemplo, dom Lourenço de Almeida, argumentando ser necessária a presença de “algumas pessoas de distinção” na junta que pretendia realizar, escreveu carta convocatória a Henrique Lopes de Araújo e a outros vinte e oito indivíduos.⁸¹¹

Afinal, quais critérios compuseram o perfil do indivíduo apto a ser considerado “homem principal”, “homem bom” ou “pessoa de distinção” e, portanto, passível de tomar parte nas juntas, fosse candidatando-se ao posto de procurador do povo, fosse através de convocação deliberada pelo governador? Embora a historiografia tenha constatado que a riqueza, representada na dimensão do plantel escravista, o exercício de posto militar, o desempenho na governança e a ostentação de honraria fossem variáveis fundamentais na composição da elite local, a verdade é que a escolha efetiva dos procuradores dependeu de fatores fluídos, que podiam variar conforme contingências políticas de momento. Em certas ocasiões, representantes foram instituídos em função de interesses em jogo, obedecendo às inclinações de instituições e de pessoas que tiveram a regalia de indicar ou de eleger as procurações. Possivelmente, foi por ter caído nas graças de dom Brás Baltasar da Silveira que Henrique Lopes acabou por ser convocado para a metade das juntas presididas por esse governador.

A junta redundava na feitura de um termo, escrito pelo secretário do governador e assinado por todos os participantes. O documento podia ou não indicar os nomes dos procuradores envolvidos, assim como suas respectivas funções. De regra, o texto limitou-se à designação geral dos participantes como procuradores das câmaras, das vilas e dos povos, sem individualizar os nomes das pessoas envolvidas. Nesse caso, para conhecê-los, tornou-se necessário decifrar as assinaturas, arroladas em sequência ao final da ata. Noutros casos, a própria assinatura trazia a função ou classificação do participante, em subtítulos anotados acima ou ao lado da rubrica.

⁸¹¹ CARTA de dom Lourenço de Almeida para Mathias Barbosa da Silva, convocando-o a tomar parte em Junta. Vila Rica, 10 de outubro de 1722. APM, SC ??, fl. 106-107v.

Ao que tudo indica, a ordem das assinaturas – que em alguns termos ocorre numerada no próprio documento – seguia certa lógica hierárquica, que ia dos funcionários régios de maior envergadura, a começar pelo governador, sucedido por ouvidores, procuradores da coroa e fazenda real e vigários da vara; até chegar aos procuradores das câmaras, das vilas e dos povos e, por fim, aos homens principais. É possível detectar ainda certa ordem nas assinaturas exaradas por esse último grupo de procuradores, notando-se tendência a que indivíduos detentores de maior prestígio e reconhecimento tivessem precedência no momento de grafar suas assinaturas.

Embora sejam documentos conhecidos de longa data, os termos de junta jamais foram perscrutados com a devida atenção. Em geral citadas como fontes no estudo da cobrança dos quintos ou, eventualmente, como subsídios para o entendimento das revoltas deflagradas ao longo da primeira metade do século XVIII, as juntas de procuradores não se transformaram, até então, em objeto de investigação específica, conforme o que vem ocorrendo com as câmaras de Minas Gerais.⁸¹² Através da análise comparativa da composição, do número, dos nomes e dos contextos políticos atrelados a cada uma das juntas é possível dimensionar as características desse mecanismo político-institucional que desempenhou função importantíssima ao longo das duas primeiras décadas de governo ostensivo da Coroa portuguesa nas Minas. Afinal, nesse período, foi no interior das juntas que se deu o palco principal das negociações entre o poder real e os interesses locais de mineradores e de comerciantes. Por outro lado, avaliando-se a participação de alguns desses procuradores, tem-se uma compreensão qualitativa e nuançada dos indivíduos que compuseram a primeira elite política do novo território.

⁸¹² As juntas de procuradores foram utilizadas, por exemplo, por Diogo de Vasconcelos, a fim de levantar informações sobre as formas de arrecadação dos quintos e sobre as revoltas ocorridas ao longo da década de 1710. Com sentido semelhante, diversos trabalhos mais recentes também empregaram essa documentação, com destaque para a tese Maria Verônica Campos. VASCONCELOS, D. de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999; ANASTASIA, C. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998; CAMPOS, M. V. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/ USP. 2002; RINGER, F. “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”. *RAPM*, v. 42, 2006.p. 90-105. Quanto à historiografia interessada no papel das câmaras de Minas Gerais, destacam-se: RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”, *Revista de História*, São Paulo, volume LV, no. 109, ano XXVIII, 1977: 25-79; GOUVÊA, M. de F. S. “Dos poderes de Vila Rica de Ouro Preto” *Varia História*, n. 31, 2004, p. 120-140. FIORAVANTE, F. *Às custas do sangue, fazenda e escravos”: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711-c.1736*. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS/IFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado

12. 1 – Juntas na década de 1710

A década de 1710 foi período fundamental na definição dos mecanismos de arrecadação do quinto, tema por excelência das juntas. O que estava em jogo nas reuniões ultrapassava a mera obediência às determinações régias. Importaram também conflitos sociais latentes nas Minas. Isto porque escolher entre uma e outra forma de cobrança dos quintos implicava contrariar interesses de diferentes grupos sociais. Decidir quais segmentos da sociedade colonial deveriam suportar o ônus do quinto transformou-se em dilema político fundamental, motivo de acomodação, negociação e revolta. A historiografia divisou a contradição entre mineradores e comerciantes, mas é possível estender o alcance social dos quintos até grupos mais empobrecidos da população. Em geral, é aceita a tese de que o grupo propriamente ligado à extração aurífera tenha pressionado, com sucesso, no sentido de pulverizar a arrecadação do quinto entre os demais setores da sociedade. Em 1715, no governo de dom Brás Baltasar da Silveira, através do acordo por quotas fixas, em rejeição à ordem real que preconizava a cobrança por bateias, esse modelo favorável aos mineradores se perpetuou por cerca de vinte anos, sendo alterado apenas em 1735, quando o acordo da capitação sinalizou alteração da balança em proveito dos comerciantes. Seja como for, é certo que, nesse período, o quinto transformou-se em tema sensível, capaz de afetar todos os habitantes da capitania. Daí porque as decisões tomadas nas juntas adquiriram amplitude social, que ultrapassava a cúpula dos homens principais e afetava todo o tecido social.

As designações conferidas aos participantes permitem rediscutir a terminologia utilizada na classificação social desses indivíduos. O emprego de termos imprecisos e vagos na definição das elites locais na América portuguesa, como as noções de “nobreza da terra”, “fidalguia da terra”, “homens bons e da governança”, “nobreza da república”, entre outros, tem sido o ponto fraco de muitos trabalhos.⁸¹³ Especificamente, a historiografia relativa a Minas costumeiramente se vale de outro termo igualmente controverso para designar os principais vassalos ali situados nas primeiras décadas do

⁸¹³ Cf. SOUZA, L. de M. e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 27-77. SILVA, M. B. N. da *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Edunesp, 2005, p. 7. STUMPF, R. *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado em História, p. 55-60. KRAUSE, T. N. “De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações e estamentais na Bahia seiscentista” *Revista de História*, n. 170, 2014, p. 201-232.

século XVIII, os *potentados*. O uso desse substantivo vem de longa data. Talvez Diogo de Vasconcelos o tenha consagrado na historiografia regional, para caracterizar a importância do poder privado no início do processo civilizacional mineiro.⁸¹⁴ Muitos autores subsequentes adotaram a mesma terminologia, aplicada na designação de mineradores enriquecidos, poderosos e, por vezes, indômitos, a rivalizar com as autoridades nomeadas pelo rei. Mais recentemente, trabalhos dedicados a caracterizar a autonomia de grupos locais na administração das Minas reempregaram o termo “potentado” para se referir aos mineiros investidos nos principais postos das milícias, das câmaras e dos demais institutos conferidores de distinção social.⁸¹⁵ Como veremos, através das juntas é possível propor uma qualificação mais ajustada à especificidade da classe dominante nas Minas.

Henrique Lopes esteve ausente nas duas primeiras juntas de procuradores convocadas por autoridade real nas Minas. A 10 de novembro de 1710, diante de trinta e um procuradores, que deviam “assistirem em nome dos Povos à dita Junta”, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho mandou ler, na voz do secretário de governo, Manuel Pegado, sua carta patente e outra carta real, preocupada com a “melhor forma para a conservação desta nova conquista, considerando-se os meios mais úteis para o seu aumento”. Iniciado o “sossego dos povos”, após a pacificação da contenda entre forasteiros e paulistas, era preciso erigir vilas nas quais “estes povos vivessem regalados e experimentassem a paz e concórdia de administração de justiça”. Buscavam-se meios para remediar as despesas que a Fazenda Real havia de contrair com o novo governo, a fim de suprir o ônus de ordenados, soldos, salários de ministros, cabos e terços a serem levantados no local. A “boa arrecadação dos quintos” também foi tema da reunião, no ensejo de que os circunstantes refletissem acerca do

⁸¹⁴ Segundo Adriana Romeiro, uma das principais contribuições historiográficas trazidas por Diogo de Vasconcelos teria sido o peso que concedeu aos “poderes locais, encarnados nos potentados, nas facções que se digladiavam entre si e nas relações conflituosas destes com os poderes instituídos”. ROMEIRO, A. “Diogo de Vasconcelos: um historiador para as Minas Gerais” in ROMEIRO, A; SILVEIRA, M. A. (orgs) *Diogo de Vasconcelos: o ofício de historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 15-42; p. 31.

⁸¹⁵ Cf. MATHIAS, C. L. K. “No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII.” In: FRAGOSO, J. & ALMEIDA, C. & SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010. FIORAVANTE, F. *Os bons homens das Minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711-1750*. Rio de Janeiro: PPGHS/IFCS/UFRJ, 2012. Tese de doutorado.

“meio mais suave” com que se haveria de executar a cobrança do direito real. Solicitou-se dos procuradores que dessem parecer sobre os assuntos abordados e o botassem no papel.⁸¹⁶

Vinte dias depois, a 1º de dezembro, outra junta, à qual compareceram os mesmos indivíduos da primeira, não conseguiu chegar a acordo quanto à forma de arrecadação dos quintos. A maior parte dos procuradores opinara pelo método das bateias. No entanto, o general o considerou diminuto, visto que “não iguala ao que hoje se cobra com os descaminhos que se faz”. Outros aludiram à Casa de Fundição. Diante do impasse, Antônio de Albuquerque adiou a decisão para Junta futura.⁸¹⁷

Dentre os trinta e dois indivíduos presentes às duas sessões, contavam-se, além do governador, os vigários da vara, os capitães-mores e sargentos-mores dos distritos de Caeté, Sabará, Ouro Preto, Ribeirão do Carmo e Rio das Mortes, os guardas-mores e procuradores da Fazenda Real e mais quatro “sujeitos” de cada um dos distritos, “achados pelos moradores deles”, conforme ordem do governador. Àquele momento, ainda não haviam sido erigidas as vilas, nem demarcadas as comarcas e tampouco instituídas as câmaras que só vieram a ter existência legal a partir de meados de 1711. Isso explica estarem ausentes dessas sessões os ouvidores e procuradores eleitos por órgãos concelhios.

Não obstante, já se encontravam delineadas algumas das características que marcariam as juntas futuras. A presença de prelados religiosos, de procuradores da Coroa e Fazenda Real, de autoridades militares (nesse caso, capitães e sargentos-mores) e de representantes dos “povos” constituía a ossatura das juntas, que intentava adaptar à realidade local a representatividade dos três corpos sociais típicos da sociedade de Antigo Regime (clero, nobreza e povo) ao mesmo tempo em que fazia sentir os interesses do rei, através da assistência do governador e dos procuradores da Coroa e Fazenda Real.

Embora os sumários dessas duas juntas mencionem apenas o posto ou a função de seus participantes, eximindo-se de proceder à classificação social dos participantes,

⁸¹⁶ TERMO de uma junta geral que fez nestas Minas o Sr. Gov. e Cap. Gen. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre o estabelecimento e melhor forma que selaria de tomar para esta nova conquista e sua conservação; e meio mais suave que se devia eleger para a boa arrecadação dos quintos de S. Majestade. 10 de novembro de 1710. APM, SC 06, fl. 9.

⁸¹⁷ TERMO da segunda Junta que se fez por ordem do sr. governador e capitão general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se continuar o que se havia proposto e principiado no primeiro antecedente. 1º de dezembro de 1710. APM, SC 06, fl. 11-11v.

não há dúvida: ali estiveram homens de prol, uma primeira fatia dos “homens bons” ou “homens principais” dos distritos mineradores. Frise-se, por exemplo, a rara assinatura do tenente-general Manuel de Borba Gato, que lavrou, respectivamente, a quinta e a terceira rubricas nos termos de novembro e dezembro de 1710 – únicas nas quais o célebre sertanista interveio. Outros procuradores, ao contrário, tomaram parte constante nas futuras juntas. Entre os anos 1710 e 1720, quase todos os representantes que obtiveram assento em dez ou mais reuniões encontraram-se presentes nas juntas convocadas por Antônio de Albuquerque. Indivíduos como Félix de Azevedo Carneiro e Cunha (com treze participações, procurador mais requisitado do período), Pascoal da Silva Guimarães e Rafael da Silva e Souza (com onze intervenções) e Antônio Francisco da Silva (com dez) constituíram a nata dos procuradores. Incluído nesse conjunto, apenas Manuel Dias de Meneses (com doze aparições) esteve alheio às sessões de 1710. Esse grupo seleta, formado exclusivamente por mineiros sediados em Vila Rica e Ribeirão do Carmo, explicitava ainda outra constante das juntas: a maior representatividade dos procuradores oriundos da região das Minas Gerais.

Vamos encontrar a trêmula rubrica de Henrique Lopes alguns meses depois, a 8 de julho de 1711, no termo de ereção de Vila Rica, postada ao fim do documento, na antepenúltima posição, entre vinte e quatro presentes.⁸¹⁸ A timidez dessa colocação pode ser medida em contraponto às quatro primeiras assinaturas do termo, que corresponderam, nesta ordem, às pessoas do governador Antônio de Albuquerque, seguida de Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, Antônio Francisco da Silva e Pascoal da Silva Guimarães – precisamente os três procuradores mais requisitados nos anos consecutivos. Único feito por seus dedos, essa rubrica cursiva com o nome de Henrique Lopes diferenciou-se do sinal que ele próprio viria a grafar em documentos futuros, quando passou a utilizar-se de um carimbo ou sinete para reproduzir seu autógrafo.

Compreenda-se a precaução. Naquele ano de 1711, embora considerado uma das “pessoas e moradores principais” dos arraiais de Antônio Dias e do Ouro Preto, Henrique Lopes ainda prescindia do posto nobilitante que alcançaria dois anos depois, ao assumir a patente maior das ordenanças do termo de Vila Rica. E mesmo nessa ocasião chegou a ver-se novamente em constrangimento. A 12 de janeiro de 1714, quando apresentou sua carta patente à câmara de Vila Rica, a fim de ser empossado no posto de capitão-mor, não pôde esconder a condição de iletrado ao deitar uma cruz

⁸¹⁸ TERMO de ereção de Vila Rica. 8 de julho de 1711. APM, SC 06, fl. 24.

sobre seu nome grafado pela mão do escrivão da câmara, como era praxe no recolhimento das assinaturas de indivíduos incapazes de assinalar o próprio nome.⁸¹⁹

As rubricas do termo de ereção e da posse das ordenanças flagram nosso personagem em momento desprevenido, de transição, desconcertante, instado a pôr sua assinatura sobre o papel em documentos oficiais. Se na antiga condição de pessoa vil era possível expor-se canhestro, mal concertando o nome com a tinta, o “homem principal” precisava demonstrar-se minimamente letrado, capaz de exarar sua assinatura com destreza. Porém, na condição de analfabeto, como satisfazer esse requisito? O recurso ao carimbo, se não impedia que pessoas próximas ao ato duvidassem de sua habilidade letrada, ao menos concedia a Henrique Lopes de Araújo a oportunidade de representar-se *no papel* com grafia modelar, adaptada à estética das demais assinaturas empregadas por homens principais.

Ele iniciava ali sua tortuosa escalada de qualificação. E deve ter se dado conta de que, para fazer-se “principal” na sociedade colonial, urgia representar oficialmente uma boa imagem de si. A partir da primeira junta de procuradores em que tomou parte, Henrique Lopes passou a ostentar uma destra assinatura, deitando o carimbo sobre a folha, ação que doravante tornou sempre a repetir em documentos ligados à administração portuguesa.⁸²⁰

Figura 18. Assinatura de Henrique Lopes no Termo de Ereção de Vila Rica, a 8 de jul. de 1711

Figura 19. Assinatura de Henrique Lopes de Araújo no Termo de Junta de 7 de janeiro de 1713.

⁸¹⁹ TERMO de posse que se deu ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo e juramento em virtude de uma patente do excelentíssimo Sr. D. Brás Baltasar da Silveira governador e capitão general de S. Paulo e Minas Gerais. “Atas da Câmara de Vila Rica (1711-1715)”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 49, 1936, p. 199-392; p. 297-98.

⁸²⁰ TERMO de 7 de dezembro de 1713 sobre quintos. APM, SC 06, fl. 26v. Curiosamente, embora tenha se utilizado de carimbo para assinar este termo de junta em dezembro de 1713, não fez uso do mesmo, quando, dali a pouco mais de um mês, grafou uma cruz como rubrica, no termo da câmara de Vila Rica, em janeiro de 1714.

Em fins de 1713, com a chegada do novo governador, dom Brás Baltasar da Silveira, reavivou-se a discussão sobre o quinto. Tendo permanecido em Vila Rica durante o primeiro mês de estadia nas Minas, o capitão-general agendou nessa vila a primeira junta de seu mandato, para a qual convocou, por membros do clero, vigários da vara e párocos das vilas e povoações; no campo militar, sargentos e capitães-mores; no plano fazendário, guardas-mores e procuradores da fazenda real; e por fim também chamou “um procurador de cada um dos distritos”. Marcada a reunião para o Dia de Reis, a 6 de janeiro de 1714, a convocatória deveria ser publicada “logo no Rio das Velhas, a som de caixas, pondo-se na parte costumada por que se não possa alegar ignorância”.⁸²¹

A sessão inicial foi sediada na câmara de Vila Rica e contou com a participação de oficiais locais, procuradores das demais vilas (aparentemente representantes de suas respectivas câmaras) e distritos de Minas e ainda “homens bons e da governança” – primeiro emprego de tal terminologia – totalizando vinte e dois indivíduos, entre eles o governador. Os presentes deveriam ajustar entre si o “meio [mais] suave e mais útil para o serviço de S. Majestade e bem comum de todos os Povos das Minas, pelo qual se lhe pagassem seus reais quintos”. Todos expressaram seus pareceres e “resolveram uniformemente” adotar o método de cobrança por quota fixa, estipulada em trinta arrobas de ouro anuais, formato que não serviria de exemplo aos anos vindouros. Cada contribuinte pagaria conforme “o cabedal que nelas [nas Minas] possuir”. As câmaras ficaram incumbidas de estipular o valor a ser pago em seus respectivos termos e de calcular a taxa a ser cobrada de cada um de seus moradores. Os procuradores alegaram “o miserável estado” das Minas e comprometeram-se a lavrar termo assinado por todos os oficiais de Vila Rica, pelos representantes de câmaras e pelos demais “homens bons e principais”.⁸²²

No dia seguinte, a 7 de janeiro de 1714, ratificou-se a deliberação de véspera. Uma plateia duas vezes maior que a anterior, formada por quarenta e oito pessoas, reuniu-se em Vila Rica “no Palácio em que hora assiste o exmo. senhor d. Brás Baltasar da Silveira”. Os procuradores apresentaram a dom Brás um papel assinado por todos, no

⁸²¹ BANDO para uma junta para os quintos. Vila Rica, 28 de dezembro de 1713. APM, SC 09, fl. 68.

⁸²² TERMO que se fez na junta e resolução que se tomou sobre o pagamento dos quintos de Sua Majestade que Deus guarde. Vila Rica, 6 de janeiro de 1714. APM, SC 06, fl. 28-28v. Essa junta teve sua data grafada erroneamente no documento original, ao referir-se ao dia 7 de dezembro de 1713. Nesse dia, dom Brás Baltasar da Silveira sequer havia chegado a Vila Rica e encontrava-se no Arraial Novo, no Rio das Mortes, onde inauguraria a vila de São João del Rei, a 8 de dezembro.

qual se comprometeram a pagar trinta arrobas de ouro anuais, desde que, suspensos os registros nos caminhos, corresse livre o ouro, como quintado. O governador acatou a proposta, alertando, conquanto, que, futuramente, a vontade do soberano poderia alterar a resolução tomada. Tiveram assento nessa sessão “os três ouvidores gerais das comarcas destas Minas, os eclesiásticos delas, procuradores dos Povos e nobreza deles”. Repare-se a ausência de procuradores designados pelas câmaras. Henrique Lopes de Araújo lavrou a vigésima quarta assinatura, estreando seu carimbo.⁸²³ A segunda junta presidida por dom Brás teve composição diferente da primeira. Enquanto essa buscou dialogar com um grupo restrito e específico, constituído por oficiais e procuradores das câmaras, aquela ampliou o leque de participantes, incluindo especialmente “homens bons e principais”. Isso explica porque Henrique Lopes de Araújo, afastado do ambiente concelhio, não foi convocado a tomar parte na reunião de 6 de janeiro, mas fez-se presente no dia seguinte.⁸²⁴

Por detrás de decisão “uniformemente” deliberada, esconderam-se conflitos não mencionados nas atas. À semelhança da documentação gerada nas Cortes europeias, as atas de juntas procuraram escamotear os conflitos deflagrados nas reuniões, para transmitir imagem harmônica dos participantes e das decisões deliberadas. Como notou Pedro Cardim, evitava-se a todo custo exteriorizar as disputas entre os interesses reais e as pretensões dos representantes, a partir de uma “uma retórica que insistia no tema da identidade de interesses entre todos os presentes naquele momento de fusão entre rei e Reino – como se de uma família se tratasse”.⁸²⁵ Por isso, é importante contrastar os textos oficiais das assembleias a outras fontes paralelas.

A realidade foi bem outra na junta de 7 de janeiro. Segundo dom Brás informou ao rei, a intervenção do ouvidor do Rio das Velhas, Luís Botelho de Queirós, mostrou-

⁸²³ TERMO de 7 de dezembro de 1713 sobre quintos. APM, SC 06, fl. 26v.

⁸²⁴ RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972, p. 162-63.

⁸²⁵ As ressaltas e considerações feitas pelo autor acerca das Cortes valem, grosso modo, para as juntas de procuradores realizadas nas Minas. Cardim advertiu que não se deve observá-las tendo como parâmetro o parlamentarismo contemporâneo. A aparente irracionalidade das reuniões advinha dos mecanismos políticos próprios daquela historicidade, marcada por longos debates, intrigas, boatos e dissimulações que se prendiam à lógica de uma “sociedade tradicional”. Inexistia uma base jurídico-constitucional precisa que regulamentasse as reuniões. E essa falta não preocupava os participantes. O legado e o ponto de referência das assembleias eram medievais, mas ocorreram inovações, mudanças e adaptações ao longo da Época Moderna. CARDIM, P. “O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: a coroa e a representação do reino. As cortes” In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 32-39.

se decisiva no encontro com os homens principais. “Vendo que os procuradores dos povos estavam irresolutos para escolherem o meio que fosse mais conveniente”, o ouvidor convenceram-os ao aceite do montante de trinta arrobas.⁸²⁶ Na verdade, o acordo de trinta arrobas fora mais polêmico do que o texto da ata deixou transparecer. Um relato dado por dom Brás descreveu o clima de tensão e de discórdia grassado entre os procuradores. Escrevendo ao rei, o governador relatou que, na abertura da reunião, lembrara aos presentes a promessa que haviam feito a Antônio de Albuquerque, de pagarem entre oito e dez oitavas de ouro por bateia. Os procuradores retorquiram que a promessa era falsa, pois houvera sido dada por “quatro homens que não tinham negros, porque todos os outros foram de contrário parecer, como o eram os presentes, pelos grandes prejuízos que se seguiriam se a cobrança se fizesse na forma referida”. Discorreram variamente sobre outros meios de cobrança, sem chegar a consenso nem tampouco acatar método contrário à vontade de todos. O governador os teria então admoestado, garantindo que mandaria cobrar os quintos como fosse, por arrendamento ou bateias, não permitindo que o panorama de desorganização e descaminho dos quintos, até ali reinante, se perpetuasse. Diante da ameaça, apenas então os procuradores teriam chegado ao acordo de trinta arrobas.⁸²⁷

O governador considerou o resultado benéfico. Viu com bons olhos a defesa dos mineradores, que “devem ser mais favorecidos por serem os de que depende a duração destes povos”. A cobrança por bateias significaria um duro golpe à elite mineradora, “mais ainda no tempo presente em que estão empenhados, pela menor abundância de ouro, a respeito de faltarem os descobrimentos, por terem [se] ausentado os Paulistas, que são os descobridores”.⁸²⁸

Ignoramos a postura individual assumida por Henrique Lopes na junta. Não há, todavia, motivos para supor posicionamento distinto do defendido por mineradores principais, avessos à cobrança por bateias. O ajuste de trinta arrobas mostrou-se, afinal, proveitoso àqueles indivíduos detentores de plantel escravista direcionado à mineração. Enquanto o formato por bateias incidiria exclusivamente por sobre senhores envolvidos

⁸²⁶ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei sobre o zelo do ouvidor geral Luís de Botelho Queirós na Junta entre ouvidores a procuradores do povo para tratar dos quintos. Vila Rica, 9 de janeiro de 1714. APM, SC 04, p. 362-63.

⁸²⁷ CARTA de Dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, sobre o primeiro ajuste dos quintos de seu governo. Vila Rica, 10 de janeiro de 1714. APM, SC 04, p. 363-364.

⁸²⁸ CARTA de Dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, sobre o primeiro ajuste dos quintos de seu governo. Vila Rica, 10 de janeiro de 1714. APM, SC 04, p. 365.

na faina extrativa, com emprego de escravos mineradores, o método por quota fixa pulverizava o ônus do quinto por sobre todos os grupos sociais. Grande possuidor de mão-de-obra cativa, empregada na lida mineradora, Henrique Lopes foi, possivelmente, um dos opositores ao sistema por bateias, ao mesmo tempo em que emprestou seu apoio à resolução tomada.

Em prosseguimento, dom Brás convocou nova junta a 12 de abril de 1714, a fim ratear entre as três comarcas o montante de trinta arrobas. Para tanto, convocou cinco procuradores, um de São João del Rei (comarca do Rio das Mortes), dois de Vila Real (comarca do Rio das Velhas), um de Ouro Preto e outro da Vila do Carmo (comarca de Ouro Preto). Proporcionalmente, coube à comarca de Ouro Preto a maior contribuição (doze arrobas), seguida do Rio das Velhas (dez arrobas) e Rio das Mortes (cinco arrobas). A comarca do Rio das Velhas ainda comprometeu-se a acrescentar duas arrobas de ouro, tendo em vista o opulento comércio de gados que se fazia através do sertão do São Francisco, vindo da Bahia.⁸²⁹

Entretanto, sendo informado do ajuste, o rei rejeitou a proposta. A 16 de novembro de 1714, escreveu a dom Brás argumentando-lhe que o método por quota fixa era especialmente nocivo. Dava margem à desigualdade na cobrança, “fintando-se em mais o que devia pagar menos, e em menos o que devia pagar mais, no que receberiam prejuízo esses vassalos e se perturbaria o sossego em que se haviam”. Igualmente, impunha à atividade mercantil, sobretudo ao abastecimento de gados via São Francisco, parte do ônus do quinto, tributando o comércio e “havendo-se por ele os quintos de ouro que [apenas] os mineiros tinham obrigação de pagar”. A imposição sobre mercadorias tornaria dificultosa a taxaço futura do giro comercial, que devia ser tributado separadamente.⁸³⁰ Em vista disso, ordenava a cobrança imediata por bateias, botando-se cada escravo minerador a, pelo menos, dez oitavas de ouro. A medida sabia-se de força, disposta a suscitar reação. O rei, que inicialmente estipulara a bateia em doze oitavas de ouro, resignou-se à diminuição de duas oitavas, a fim de melhor encaminhar a aceitação da ordem. Delegava-se ao governador a responsabilidade de computar, em lista, o número de escravos existentes nas Minas, para conhecer o montante a ser carreado à

⁸²⁹ TERMO sobre a repartição das trinta arrobas. Vila do Carmo, 12 de Abril de 1714. APM, SC 06, fls. 37-37v.

⁸³⁰ CARTA do Rei a dom Brás Baltasar da Silveira, resolvendo que a arrecadação dos quintos devia ser feita por bateias. Lisboa a 16 de Novembro de 1714. APM, SC 04, p. 103-105.

Fazenda Real.⁸³¹

Entretanto, pouco mais de dois meses depois de expedida a missiva real, ainda ignorante de seu teor, o governador convocou nova junta, a 1º de fevereiro de 1715, a fim de ratificar o ajuste dos quintos para o ano que se iniciava. Em seu palácio na Vila do Ribeirão do Carmo, recebeu quarenta e um procuradores, entre os quais estavam os três ouvidores de comarca, os vigários da vara, representantes das câmaras e da nobreza das Minas. Ante a ausência de nova determinação régia, os assistentes optaram por renovar o acordo por quota fixa. O novo termo radicalizou a autonomia e independência das câmaras em tudo o que dissesse respeito à arrecadação, vistas como centros de resolução da matéria, imunes à intervenção do governador e das demais autoridades administrativas e detentoras, inclusive, da prerrogativa de mobilizar as tropas de ordenanças na consecução da cobrança. Henrique Lopes de Araújo rubricou a vigésima quarta assinatura, reempregando o carimbo que imprimia seu autógrafo, surpreendentemente à frente de Pascoal da Silva Guimarães, que anotou a trigésima terceira assinatura.⁸³²

Dois dias depois, uma reunião entre governador e ouvidores equacionou o rateio das trinta arrobas, discriminado por vilas. Couberam a Vila Rica e a Vila do Carmo as maiores contribuições (seis arrobas cada), seguidas por Sabará (quatro arrobas), São João del Rei (quatro arrobas), Vila Nova da Rainha (três arrobas), Pitangui (três arrobas) e Vila do Príncipe (uma arroba). Ainda previram-se imposições sobre as entradas de mercadorias, a serem recolhidas pelas câmaras para auxiliar na complementação da quota.⁸³³

A negativa real chegou às Minas entre fins de fevereiro e início de março. Pode-se medir o rebuliço causado pela notícia através da profusão e amplitude das juntas deliberativas então convocadas pelo governador. Mais de seis dezenas de procuradores, maior conjunto até então, realizaram diversas reuniões na igreja principal da Vila do Carmo (pois a residência do general não comportava a audiência) entre os dias 11 e 13 de março de 1715, num intenso e polêmico clima de negociação, que acabou por desgastar politicamente a figura do governador, ao mesmo tempo em que preparou

⁸³¹ CARTA do rei a dom Brás Baltasar da Silveira, permitindo-lhe cobrar a 10 oitavas de ouro a bateia. Lisboa, 16 de Novembro de 1714. APM, SC 04, p. 106-107.

⁸³² TERMO sobre os quintos. 1º de fevereiro de 1715. APM, SC 06, fls. 40-41v.

⁸³³ TERMO da repartição das 30 arrobas que parece ter sido feito no dia antecedente. Vila do Carmo, 3 de fevereiro de 1715. APM, SC 06, fl. 44-44v.

terreno para as sublevações que se seguiriam.

Conforme relato de dom Brás, antes mesmo de iniciados os trabalhos da junta, o governador teria recorrido informalmente aos procuradores, a fim de persuadi-los ao aceite do método por bateias. Porém, o aliciamento demonstrou-se inútil “e não houve um que em tal conviesse”.⁸³⁴ Aparentemente, Henrique Lopes de Araújo não pode ser contado entre os protestantes, já que não assinou o termo registrado dois dias depois. Na primeira reunião, feita a leitura da ordem real ante os presentes, dom Brás argumentou-lhes que a vontade do soberano devia ser obedecida e que ele, governador, “estava resoluto a executar e que eles eram obrigados a consentir”. A reação dos procuradores foi comedida. Prometeram reunir-se no dia seguinte, oficializando em papel um posicionamento acerca do tema. Pela manhã consecutiva, trouxeram um termo anônimo, desprovido de assinaturas, no qual contrariavam a ordem do rei. Considerando que as bateias eram “impraticáveis”, reapresentavam a oferta de trinta arrobas, nos termos já combinados, incluindo a taxação de mercadorias para o levantamento da quota; ou, no caso de desaprovação real, propunham o pagamento de vinte quatro arrobas de ouro, orçadas exclusivamente entre “todos os homens que tem negros como mineiros, roceiros e senhores de engenhos, ficando livres as cargas para a contribuição que S. Majestade lhes mandar impor, como também os gados e negros”.⁸³⁵ Dom Brás teria lhes ordenado que assinassem o papel, obtendo ouvidos surdos.⁸³⁶

Diante da insistência do general no aceite das bateias a doze oitavas por escravo, a assembleia tornou-se explosiva. Os procuradores alegaram jamais terem anuído ao método, mesmo no tempo de Antônio de Albuquerque. Expuseram que as lavras encontravam-se diminutas, com jornais limitados a meia oitava de ouro por dia de trabalho, enquanto os gastos contraídos no sustento de escravos, na compra de materiais de mineração e na realização de obras exploratórias cresciam. Muitos senhores teriam abandonado a atividade mineradora, preferindo tornarem-se roceiros e donos de engenho, com escravos dedicados ao trabalho agrícola. Percebendo a reação ostensiva, dom Brás teria proposto então o abatimento das bateias, de doze para dez oitavas. Era a última cartada. O trunfo, entretanto, surtiu efeito inverso e a tensão aumentou. O

⁸³⁴ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 25 de março de 1715. APM, SC 04, p. 390.

⁸³⁵ TERMO sobre as 24 arrobas de Quintos, ficando livres as cargas, gados e negros. Vila do Carmo, 13 de março de 1715. APM, SC 06, fl. 47.

⁸³⁶ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 25 de março de 1715. APM, SC 04, p. 390.

general, já exaltado, protestou “três vezes pela fidelidade que deviam a V. Majestade, de quem eram vassalos, [...] e todos se levantaram por três vezes dizendo a uma voz que não convém, não convém bateias, nem pagar por elas nem meia oitava de ouro”. Nesse momento, os ouvidores intercederam junto ao general, aconselhando-o que desistisse do projeto e “não desse causa a se perderem estas Minas”, evidenciando-se o estopim de uma revolta. A junta foi suspensa, extraordinariamente sem resultado.⁸³⁷

Após o encerramento da sessão, alguns procuradores falaram extraoficialmente com o governador, permitindo-lhe sugerir alternativas para o impasse, que, não obstante, continuou sem solução. O trabalho da junta foi retomado no dia seguinte. Chegou-se ao ajuste de manter a quota de trinta arrobas; e, no caso de o rei exigir a separação das imposições sobre a entrada de cargas, escravos e gados, os mineradores, isoladamente, deveriam pagar vinte e quatro arrobas de ouro.⁸³⁸

O termo de 13 de março de 1715 foi o primeiro a colocar-se consciente e publicamente contrário a uma determinação régia. Fato que demonstra, sem dúvida, a sua excepcionalidade e importância. Essa junta congregou o maior número de signatários, com sessenta e cinco assinaturas. Um conjunto extenso de representantes tomou parte na decisão. Além do general, os ouvidores Luís Botelho e Manuel da Costa Amorim, acrescidos de Antônio Souto Maior, Antônio de Freitas e Luís de Abreo, procuradores da Coroa e Fazenda Real, formavam o grupo de funcionários diretamente vinculados aos interesses reais (9,2% dos presentes). Dois vigários da vara (Lourenço de Valadares Vieira e Antônio Cardoso de Souza), três juizes ordinários, seis vereadores das câmaras de Vila Rica e Vila do Carmo e mais quatro procuradores designados pelas câmaras de Vila Real, São João Del Rei, Vila Rica e Vila do Carmo, constituíam os representantes dos concelhos civis e eclesiásticos (23%). As outras quarenta e três assinaturas diziam respeito aos participantes classificados como procuradores dos povos – tal como está escrito junto ao nome de Manuel Antunes de Lemos, o dono da casa onde dom Brás Baltasar da Silveira residia na Vila do Carmo – ou como “pessoas principais destas Minas”.⁸³⁹ Chama atenção a presença maciça e majoritária desse grupo

⁸³⁷ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 25 de março de 1715. APM, SC 04, p. 391-392.

⁸³⁸ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 25 de março de 1715. APM, SC 04, p. 394.

⁸³⁹ TERMO de 13 de março de 1715 sobre bateias. APM, SC 06, fl. 48-50. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, propondo a compra de casas para residência dos governadores em mãos de Manoel Antunes, por seis mil oitavas de ouro, pois em todos os governos há casas para este mister e as que

(66,1%).

Os procuradores do povo e “homens principais” representaram a partição mais heterogênea e fluída das juntas. Como se viu, eram escolhidos a cada assembleia por eleição mediada pelas câmaras ou por indicação do governador. Nesse caso, dependeram de convocação individual para este fim. Embora seja possível divisar um conjunto de pessoas cujos nomes tiveram assento quase permanente – o que leva a considerar a perspectiva de uma classe constituída e identificável –, a verdade é que o grupo de homens principais variou de uma junta para outra, seja em função de critérios subjetivos e/ou de interesses políticos seguidos pelos generais, seja pela fluidez imanente a essa categoria social. Talvez por conta disso Henrique Lopes tenha ficado de fora da junta de 13 de março de 1715, não obstante o número alargado de procuradores então convocados.

Entre os anos de 1710 e 1720 realizaram-se nas Minas vinte e três juntas de procuradores.⁸⁴⁰ Nessas reuniões anotaram-se quinhentas e sessenta (560) assinaturas; em quinhentos e treze (516) casos (92,1 %) foi possível identificar integral ou parcialmente o nome e o sobrenome do assinante, restando outras quarenta e quatro assinaturas ilegíveis (7,8%). Dentre as rubricas identificadas, contaram-se cento e oitenta e cinco (187) indivíduos. Está-se diante de um seletos e distinto grupo de “homens principais”, que constituiu a fina flor do que tradicionalmente se chama a *elite local* da sociedade mineradora.

existem no Ribeirão do Carmo são todas de palha. Vila do Carmo, 22 de maio de 1714. APM, SC 04, p. 369-370.

⁸⁴⁰ Todos os termos constam no livro 06 da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, seção lotada no Arquivo Público Mineiro. Considero resultantes de juntas de procuradores os termos assinados por representantes das câmaras, vilas ou povos da capitania, ignorando, portanto, os termos que contiveram apenas a participação do governador e dos ouvidores. Foram também desconsiderados os termos de ereção de vilas, que, embora assinados por muitos indivíduos que viriam a ter parte nas juntas, possuíram propósito e composição diferentes.

Gráfico 11. Número de procuradores por número de juntas (1710-20). Fonte: APM, SC 06, fls. 9-103v.

Para a década de 1710, a englobar as juntas realizadas ao longo dos mandatos dos três governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, é possível demarcar, nesse conjunto de 185 procuradores, três faixas ou níveis de participação. Um primeiro grupo, muito numeroso, incluiu procuradores que tomaram parte em uma ou duas reuniões apenas. Outro grupo intermediário, também com muitos integrantes, oscilou entre três e seis assinaturas. E, por fim, a elite das juntas participou de um mínimo de sete até treze das vinte e três juntas realizadas nesse período. Considerando apenas as rubricas legíveis, setenta e quatro procuradores (39,5%) participaram de uma única junta, conforme demonstrado acima no Gráfico 11; outros quarenta e três procuradores (22,9%) tomaram parte em duas juntas. Somado, esse grupo correspondeu a cento e dezessete indivíduos (115), isto é, 62,5% dos procuradores atuantes no período. A faixa intermediária somou cinquenta e nove pessoas (31,5%); e, acima de seis reuniões, existiram apenas onze procuradores (5,8%), sendo que dois governadores e um ouvidor estão entre eles. Esses dados reforçam a impressão de que o conjunto de procuradores oscilou consideravelmente de uma junta para outra, ao sabor de contingências político-institucionais complexas.

O capitão-mor de Vila Rica situou-se no limite da faixa intermediária, com seis aparições. Esse índice superou o de figuras importantes, como a do guarda-mor Garcia Rodrigues Pais, atuante em cinco reuniões apenas, e coincidiu ou esteve próximo ao de outras personagens de relevo, como Manoel Rodrigues Soares (com sete participações),

Antônio Martins Leça e Pedro Gomes Chaves (com seis cada), entre outros citados no Quadro abaixo:

Procuradores	Antônio de Albuquerque.	Dom Brás	Dom Pedro	Nº de juntas
1. Antônio de Freitas da Silva	2	4	-	6
2. Antônio Francisco da Silva	2	7	1	10
3. Antônio Martins Leça	-	5	1	6
4. Faustino Rebelo Barbosa	-	-	6	6
5. Felix de Azevedo Carneiro e Cunha	2	8	3	13
6. Francisco da Costa de Oliveira	-	6	-	6
7. Francisco Ferreira de [Saa]	-	3	3	6
8. Francisco Viegas Barbosa	-	6	-	6
9. Henrique Lopes de Araújo	-	6	-	6
10. Luís Tenório de Molina	-	2	4	6
11. Manoel Rodrigues Soares	-	3	4	7
12. Manuel Alves Correa (Vigário da Vara)	-	3	3	6
13. Manuel da Silva Ferreira	-	4	4	8
14. Manuel Dias de Meneses	-	8	4	12
15. Manuel Mosqueira da Rosa	-	4	4	8
16. Pascoal da Silva Guimarães	2	8	1	11
17. Paulo Martins da Gama	-	2	4	6
18. Pedro Gomes Chaves	-	5	1	6
19. Rafael da Silva e Souza	2	5	4	11
21. Sebastião Corrêa de Miranda	-	4	2	6
22. Silvestre Marques da Cunha	-	3	5	8
23. Ventura Ferreira Vivaz	-	6	-	6

Quadro 29. Relação dos principais procuradores ao longo dos mandatos dos governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1710-1721). APM, SC 06, fls. 9-103v.

Verdade foi que o capitão-mor de Vila Rica manteve-se aquém dos procuradores mais requisitados, como Antônio Francisco da Silva, Manuel Dias de Meneses, Pascoal da Silva Guimarães e Rafael da Silva e Souza. Decerto, o fato não de ter possuído assento na câmara limitou sobremaneira a incursão de Henrique Lopes no plantel de procuradores. Isto porque, sem poder tornar-se representante do senado, seu raio de ação restringiu-se às funções de procurador do povo e de homem principal, classificações dependentes de anuência dos órgãos envolvidos na escolha. O exemplo do capitão-mor da Vila do Carmo, Rafael da Silva, serve de contraponto. Tendo ocupado em mais de uma ocasião assento na câmara daquela vila, ele atuou tanto como procurador do concelho quanto como homem principal e representante do povo. Acumulando tais funções, alcançou onze aparições nas juntas. O mesmo se pode dizer para os outros que obtiveram maior índice: Antônio Francisco da Silva, Manuel Dias de Meneses, Manuel da Silva Ferreira, Silvestre Marques da Cunha, Felix de Azevedo Carneiro e Cunha e Manuel Rodrigues Soares foram, todos eles, procuradores que

tiveram suas participações nas juntas atreladas à função de procurador de câmara, somada às suas próprias condições de homens principais. .

Um caso a parte foi o de Pascoal da Silva Guimarães. Sem tomar assento na câmara até 1719, o mestre de campo acumulou dez participações em juntas, durante os mandatos de Antônio de Albuquerque e de dom Brás Baltasar da Silveira (1710-1717). As duas únicas reuniões em que esteve ausente nesse período constituíram sessões limitadas exclusivamente aos procuradores de câmaras, que não incluíam outro tipo de representação. Entretanto, com a chegada do Conde de Assumar, em fins de 1717, Pascoal da Silva não foi convocado para a série de juntas realizadas pelo governador em março de 1718. O recado estava dado. Assumar, de fato, adotou postura seletiva na convocação dos procuradores. Contudo, no ano seguinte, já na condição de juiz ordinário de Vila Rica, o poderoso minerador tornou à junta, eleito pelos vereadores como procurador da câmara.⁸⁴¹

Os procuradores presentes à junta de março de 1715 resistiram à ordem real. Dom Brás justificou seu fracasso alegando ao rei não ter tido condições técnicas e políticas de obrar contrariamente à vontade dos procuradores. Faltavam-lhe tropas para reprimir alterações que exsurgiriam na hipótese de que mandasse executar a ordem de Sua Majestade. E mesmo que as tivesse, de pouco adiantariam, devido à “liberdade” em que se encontravam os mineiros. Nenhuma força militar seria capaz de “sujeitar a uns homem que vivem por entre matos tão cerrados”. A tensão gerada na junta podia redundar em revolta armada, fomentada por procuradores descontentes, e, neste caso, “seria mui dificultoso aquietá-los e prejudiciais as perdas e danos que se seguiriam não somente à quietação dos mesmos povos, como ao serviço de V. Majestade”.⁸⁴²

As juntas constituíram espaços de negociação e conflito, em que se gestaram estratégias de governo e controle social, ao mesmo tempo em que formas tradicionais ou extremadas de resistência, como as revoltas, também estiveram presentes à mesa de negociação. Em todo caso, a explicação dada pelo governador precisa ser lida sob a ótica do bom governo, lugar-comum caro à administração portuguesa. Se o respeito às ordens régias devia orientar o procedimento de governadores, é certo que esses nem

⁸⁴¹ 10º TERMO de Acórdão. 15 de fevereiro de 1719. Atas da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166; p. 96.

⁸⁴² CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei cientificando-o da grande mágoa em que fica de não poder executar as ordens de Sua Majestade, fazendo com que os quintos sejam pagos por bateias e concluindo por pedir um sucessor no governo da capitania. Vila do Carmo, 28 de março de 1715. *APM*, SC 04, p. 394-395

sempre deviam obedecê-las à risca, quando o contexto local as desaconselhasse. A ameaça de revolta, motim ou alteração dos povos fornecia justo argumento para a suspensão de medida impopular, mesmo se ordenada pelo rei.

O que se seguiu entre os meses de março e abril está envolto em penumbras factuais e cronológicas difíceis de explicar. Pressionado por Lisboa, dom Brás arquitetou nesse período a “indústria” que lhe permitiria o alcance da ordem real. Escreveu carta à câmara de Vila Real, em que garantia o aceite do Senado de Vila Rica ao método por bateias. Os oficiais de Sabará responderam que, nesse caso, seguiriam o mesmo caminho de Ouro Preto. Enviando seu secretário a Vila Rica, o governador conseguiu convencer os camaristas locais, utilizando-se do aceite dado por Vila Real. Reuniu-se de imediato na câmara de Vila Rica com os oficiais desse senado, acrescidos dos camaristas da Vila do Carmo e dos homens principais das duas vilas, e todos assinaram termo de aceite das bateias.⁸⁴³ Entretanto, houve desacordo factual entre as datas da carta enviada pelo governador ao rei, noticiando o estratagema utilizado para o aceite das bateias, supostamente escrita a 8 de maio de 1715, e do termo de Junta, feito no dia 18 de maio.⁸⁴⁴

Henrique Lopes de Araújo lavrou com seu carimbo a vigésima sexta assinatura do termo de aceite, entre trinta e oito presentes. A participação do capitão-mor nessa junta e o voto favorável que concedeu ao projeto das bateias lhe valeram, posteriormente, o argumento de que sua atuação como procurador ocorrera sempre em favor metropolitano. Alguns anos mais tarde, quando dom Lourenço de Almeida lhe renovou a patente de ordenanças, registrou-se a memória de que

na ocasião em que Sua Majestade ordenou se pagassem os quintos por bateias ser [Henrique Lopes] um dos que votaram na junta que se fez nesta Vila Rica, que se executassem as ordens de Sua Majestade e com o mesmo zelo se houve em todas as mais juntas que se fizeram para aumento da Fazenda Real e nas cobranças dos quintos mandando os seus oficiais a fazê-las com grande cuidado e diligência⁸⁴⁵

De fato, a presença nas juntas deveria significar para Henrique Lopes de Araújo não só o reconhecimento local de sua condição de homem principal, mas também a oportunidade ímpar de destacar-se no serviço real. O trato direto com governador e ouvidores, proporcionado nas sessões, permitia exteriorizar inclinações políticas e

⁸⁴³ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, confirmando a sua de 15 de março deste ano e noticiando que os povos tinham resolvido a pagar os quintos por bateias. do Carmo, 8 de maio de 1715. APM, SC 04, p. 408- 412.

⁸⁴⁴ TERMO de aceitação das Bateias. Vila Rica, 18 de maio de 1715. APM, SC 06, fls. 53-54.

⁸⁴⁵ CARTAS – patentes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 4, 1899, p. 103-105.

ambições pessoais dos participantes. Procuradores que se expusessem publicamente simpáticos às demandas reais levadas à votação nas juntas poderiam ganhar favor ou amizade de autoridades régias, que passavam a enxergar em tais indivíduos aliados potenciais de suas gestões. Portanto, o espaço cênico das juntas propiciava aos atores a chance de individualizar-se, de ganhar caracteres positivos aos olhos da administração metropolitana. O uso que fez desse mecanismo, sobretudo ao utilizar seu desempenho nas juntas como argumento em renovações de patente e em pedidos de mercê, dá a entender que Henrique Lopes de Araújo visava criar de si, através daquele espaço institucional, a imagem de fiel vassalo, garantindo assim trocas simbólicas e políticas que lhe angariassem o agrado real e, com ele, a expectativa de retribuição dos serviços prestados.

Num primeiro momento, a “indústria” arquitetada pelo governador obteve êxito. Com a aprovação da comarca de Ouro Preto, dom Brás solicitou ao ouvidor do Rio das Velhas, Luis Botelho de Queiros, realizasse junta com os camaristas de Vila Real e demais pessoas principais daquela comarca, para aprovar as bateias. Nesse ínterim, tomara a precaução de, sob falso pretexto, requisitar a presença em Ouro Preto de um dos procuradores do Rio das Velhas, que havia dado voto contrário ao método na junta de 13 de março. Conhecedor da inclinação política do procurador e ciente de que o mesmo “tinha parciais naquele povo o quis separar dele por que não maquinasse alguma sublevação”. A junta aprovou as bateias, mas os moradores do Morro Vermelho em Vila Nova da Rainha e, em seguida, os de Vila Real do Sabará se amotinaram, pegando em armas e exigindo o retorno de seu procurador, que se encontrava na Vila do Carmo, requisitado pelo governador.⁸⁴⁶

Ao saber das alterações, dom Brás dirigiu-se a Sabará, sendo recebido com hostilidade pelos homens locais, que rechaçaram a adoção das bateias. Apenas o capitão-mor Clemente Pessoa de Azevedo dispusera-se a seu favor. Os demais procuradores e homens principais haviam se retirado para suas roças, omitindo-se na execução do termo assinado na junta com o ouvidor Luis Botelho. Isolado, o governador deu meia volta. No retorno às Minas Gerais, foi cercado em Raposos, onde pernoitava, por grupo de amotinados que lhe exigiram revogar o disposto. Dom Brás cedeu à vontade dos rebeldes, após longa negociação, que varou a madrugada.

⁸⁴⁶ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei confirmando a sua de 8 de maio do presente ano e expondo as complicações que surgiram sobre o pagamento dos quintos por bateias, salientando a atitude do povo de Vila Nova da Rainha. Vila do Carmo, 26 de junho de 1715. APM, SC 04, p. 412.

Chegando à Vila do Carmo, a notícia das alterações de Vila Nova da Rainha e Sabará também tumultuou o ambiente local e o general sentiu-se pressionado a suspender por completo o projeto das bateias. O recuo resultou, inclusive, na anulação do ajuste conseguido na junta de 13 de março, mantendo-se válido o acordo firmado na reunião de fevereiro, que desobrigava a quota de vinte quatro arrobas a ser paga por mineradores.⁸⁴⁷

O ajuste de fevereiro, favorável ao interesse minerador, deu a tônica dos acordos seguintes firmados por dom Brás. Em 22 de julho de 1716, uma junta renovou o método por quota fixa. Trinta e um procuradores estiveram presentes, dentre eles, Henrique Lopes de Araújo, que rubricou com seu carimbo habitual a vigésima quinta assinatura, na qualidade de procurador do povo de Vila Rica. A junta notabilizou-se, aliás, pela maciça participação de representantes oriundos dessa localidade. Ao todo, dezesseis homens principais assinaram como delegados de Ouro Preto, inclusos o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães e o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves. A própria sessão ocorreu em Vila Rica, possivelmente na casa do capitão-mor.⁸⁴⁸ Aproveitando-se da reunião convocada para decisão sobre os quintos, os procuradores ainda propuseram a feitura de outro termo, em que deliberaram sobre assuntos diversos, solicitando-se, especialmente, a diminuição do valor das esmolos pagas aos vigários por serviços religiosos, o envio de visitadores probos e maior agilidade no julgamento dos feitos crimes. Vinte e seis representantes assinaram essas petições e Henrique Lopes de Araújo lavrou com seu carimbo a vigésima terceira rubrica.⁸⁴⁹

Um dia depois, ainda em Vila Rica, os procuradores retomaram junta sobre os quintos, a fim de ajustar as imposições sobre as entradas de cargas, negros e gados. Depois de “controverterem entre si os ditos procuradores sobre esta matéria”, chegaram à resolução de uma oitava por cabeça de gado, oitava e meia por carga de fazenda seca e meia oitava por carga molhada. Escravos entrados pela primeira vez nas Minas pagariam duas oitavas. As câmaras deveriam patrocinar a feitura de listas dos escravos existentes em suas repartições, para o que divulgariam editais convocando os senhores à

⁸⁴⁷ CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei confirmando a sua de 8 de maio do presente ano e expondo as complicações que surgiram sobre o pagamento dos quintos por bateias, salientando a atitude do povo de Vila Nova da Rainha. Vila do Carmo, 26 de junho de 1715. APM, SC 04, p. 413-418.

⁸⁴⁸ TERMO de 22 de julho de 1716 sobre quintos. APM, SC 06, fls. 60-61. Acerca do engenheiro militar Pedro Gomes Chaves veja-se BASTOS, R. A. “Lacunas da Historiografia da Arquitetura desenvolvida no Brasil do século XVIII”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, 2004, p. 51-59.

⁸⁴⁹ TERMO de 22 de julho de 1716 sobre os párocos e administração da justiça. APM, SC 06, fls. 67-68.

declaração de plantel. Previam-se penas à omissão da posse de escravos, especialmente no caso de proprietários religiosos. Não se sabem os nomes de todos os procuradores presentes a esta junta, pois as folhas de assinatura ficaram incompletas. É provável que Henrique Lopes tenha tomado parte da última reunião realizada em sua casa, assim como os cerca de trinta procuradores que já haviam assistido às juntas do dia anterior.⁸⁵⁰

No ano seguinte, dom Brás realizou o derradeiro acordo de seu mandato. A 14 de agosto de 1717, na casa onde residia na Vila do Carmo, acertou com os procuradores a manutenção da quota de trinta arrobas anuais, acordo que deveria ser respeitado mesmo na hipótese de que o novo governador nomeado, dom Pedro de Almeida, sucessor de dom Brás, trouxesse ordem régia em contrário. Cientes de que o rei desaprovava o ajuste por quota fixa, “os moradores e roceiros do campo” duvidavam que o método fosse “do real agrado” e, por isso, resguardavam-se. Argumentaram ser prudente que os cobradores dos quintos, nomeados pelas câmaras, “do exemplo que têm de fazer uma cobrança tão geral dos seus vassalos sem o seu [real] beneplácito”, estivessem respaldados contra possíveis alterações. O pedido foi deferido.⁸⁵¹ Henrique Lopes de Araújo assinou o termo, encerrando o último serviço de dom Brás à frente das Minas, governador com quem o capitão-mor deteve, aparentemente, ótimo relacionamento.

Com tal desfecho, arrematou-se o período em que as câmaras administraram, com autonomia ímpar, a cobrança dos quintos e a imposição sobre a entrada de escravos, cargas e gados. Igualmente, ratificou-se a hegemonia do interesse minerador, que obteve êxito na intenção de partilhar o ônus do quinto entre os demais grupos sociais das Minas. Ao mobilizar a tributação sobre a entrada de mercadorias, os mineradores diminuíram o cômputo a ser arrecadado entre detentores de plantel escravista, isto é, entre senhores predominantemente dedicados à atividade minerária. Alguns meses depois, a troca de governador iria alterar o panorama favorável. Na chegada em Vila Rica e no período em que ali permaneceu, durante o mês de dezembro de 1717, dom Pedro de Almeida instalou-se, como se viu, na casa havia pouco mandada

⁸⁵⁰ TERMO de 23 de julho de 1716 sobre a forma de cobrança dos quintos. APM, SC 06, fl. 68v-69. À folha 69, contam-se as assinaturas de dom Brás Baltasar da Silveira, dos ouvidores Manuel Mosqueira da Rosa e Valério da Costa Gouvea, e dos procuradores Francisco Viegas Barboza, Francisco da Costa e Silva, Manoel Dias de Meneses, Manuel Gomes da Silva, Joseph Luiz Sal, João Ferreira, Miguel de Azevedo Dias e Francisco [?] Silva. As folhas numeradas entre 70 e 74, que deveriam conter as assinaturas dos demais procuradores, inclusive de Henrique Lopes, estão ausentes.

⁸⁵¹ TERMO de 14 de agosto de 1717 sobre os quintos. APM, SC 06, fls. 67-68.

construir por Henrique Lopes de Araújo, em obra dispendiosa que, segundo se disse à época, fizera no interesse de ver renovada a sua patente militar.⁸⁵² Teve êxito em manter-se capitão-mor, mas a edificação que erguera foi preterida por Assumar, em favor do palácio oferecido pela câmara da Vila do Carmo. Começava ali a obscura relação que o novo governador manteve não só com Henrique Lopes, mas com boa parte dos homens principais de Vila Rica.

Nos primeiros meses de governo, dom Pedro de Almeida pouco pôde fazer com relação aos quintos, uma vez que o ajuste válido entre julho de 1717 e meados do ano consecutivo fora firmado por dom Brás. Em março de 1718, ocorreram as primeiras reuniões convocadas por Assumar. O general considerava o mecanismo das juntas nocivo à governabilidade da capitania e um reduto hostil aos interesses régios nas Minas. Por conta disso, tinha por bem diminuir a frequência com que eram convocadas, e, de quebra, limitar o raio de ação dos procuradores. Conforme argumentou com o rei, a repetição de juntas era “de pouca utilidade” ao serviço real,

pois sempre a elas vêm os ditos procuradores com dúvidas impertinentes já preparadas e já sugeridas por outras, movendo-se para votarem em semelhante matéria pelas paixões que as dominam, e regulando as razões que há para acrescentar a fazenda de V. Majestade pelas que eles têm para os seus interesses particulares e, além disto, vendo outro sobre todos maior inconveniente que, quando os governadores cegamente não consentem com o gosto daqueles que neste país tem adquirido autoridade, lá quase dão o seu sentimento para o dito ajuste dos quintos, para fazerem dele torcedor até terem conseguido aquilo que muitas vezes apesar da sem razão e das injustiças desejam.⁸⁵³

Assim, à mercê de alguns procuradores poderosos, que se enxergavam como “o poder e [a] autoridade dos Povos”, “pouco ficava que fazer aos governadores se eles continuassem naquela forma”. Urgia, portanto, controlar as juntas e impedir que os procuradores se sentissem suficientemente fortes a ponto de contrariar a vontade e as ações do governador. Com esse intuito, Assumar forcejou no sentido de conseguir ajuste do quinto válido por período maior que o anual, a fim de desfazer a lógica seguida por dom Brás, que convocou reuniões a cada doze meses para renovar acordo sobre a matéria.

Na primeira junta que presidiu, a 1º de março de 1718, dom Pedro propôs que os procuradores deliberassem método a ser adotado nos anos seguintes em obediência ao princípio de que a Fazenda Real deveria receber incremento em proporção idêntica ao

⁸⁵² *RPHAN*. n. 3, 1939, p. 314-15

⁸⁵³ CARTA de dom Pedro de Almeida ao rei, sobre a Junta deste ano e sobre os quintos. Vila do Carmo, 26 de março de 1718. APM, SC 04, p. 511.

crescimento das povoações. Apenas dezessete procuradores assinaram o termo, acatando a proposta do governador, “com o acrescentamento que pudesse caber na possibilidade dos Povos de sorte que não fossem oprimidos”.⁸⁵⁴ No dia seguinte, outra junta, com os mesmos representantes, aprovou a ideia, também trazida por Assumar, de fabricar listas exatas do número de escravos existentes nas Minas, “por se entender que se ocultavam muitos”, para o que as câmaras nomeariam, entre seus homens principais, provedores dos quintos, responsáveis por quantificar o plantel escravista de suas respectivas localidades.⁸⁵⁵ No dia 3 de março, uma terceira junta ratificou nova proposta levada pelo governador, segundo a qual os povos da capitania pagariam montante de vinte cinco arrobas de ouro, excluindo-se, em proveito da Fazenda Real, as imposições sobre a entrada de cargas, negros e gado.⁸⁵⁶ Por fim, no quarto dia de conferências, em que estiveram presentes apenas nove pessoas (procuradores das câmaras), o governador “foi servido resolver” a criação do posto de provedor dos quintos, funcionário que teria a incumbência de listar em cada freguesia o número de escravos existentes. Para tanto, o novo cargo deveria orientar-se por extenso e minucioso regimento, que visava dificultar e reprimir a sonegação do quinto.⁸⁵⁷

Henrique Lopes de Araújo esteve ausente das quatro juntas. Aliás, chama atenção o número reduzido de procuradores convocados por Assumar. Na reunião de 1º de março, além dos ouvidores das comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas, dos vigários da vara de Vila Rica, Carmo e São João Del Rei e dos procuradores da Coroa e Fazenda Real das comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes, apenas os procuradores das câmaras tiveram assento nas reuniões. E, dentre esses, somente a câmara de Vila Rica possuiu dois representantes, sendo que as demais (Vila do Carmo, Vila Real, São João Del Rei, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe, Pitangui e São José do Rio das Mortes) puderam indicar um único nome. Note-se a ausência de duas categorias que vinham desempenhando até então papel crucial nas juntas: os procuradores dos povos e os “homens principais”.

Tais ausências resultaram no esvaziamento das sessões. Se considerarmos as juntas de maior repercussão e relevância, isto é, aquelas que tinham por propósito

⁸⁵⁴ TERMO do ajuste que se fez com os procuradores das câmaras e povos destas Minas a respeito dos quintos do ano de 1719 e os mais. 1º de março de 1718. APM, SC 06, fl. 80v-81.

⁸⁵⁵ TERMO de 2 de março de 1718 sobre os quintos. APM, SC, 06, fls. 82-82v.

⁸⁵⁶ TERMO de 3 de março de 1718 sobre os quintos. APM, SC 06, fls. 83-83v.

⁸⁵⁷ REGIMENTO que hão de usar os provedores dos quintos dos distritos destas Minas. 4 de março de 1718. APM, SC 06, fls. 85-88.

alterar ou modificar o método ou o funcionamento da cobrança dos quintos, constata-se que, desde o princípio da década, essas reuniões tiveram público não inferior a três dezenas de pessoas. Em 1710, por exemplo, com Antônio de Albuquerque, trinta e um procuradores assistiram às duas juntas então empreendidas, as primeiras a discutir a imposição da cobrança. Em 1713, dom Brás convocou quarenta e sete representantes; em fevereiro de 1715, outros quarenta; e, nas juntas mais polêmicas de seu governo, realizadas em março e em maio de 1715, chamou sessenta e quatro (64) e trinta e sete (37) procuradores, respectivamente. Em média, as juntas presididas por dom Brás tiveram a assistência de quarenta e oito pessoas. Comparando-se esta razão à média de quinze pessoas convocadas por Assumar para as quatro primeiras juntas de seu mandato, tem-se um abatimento de 68,25% no cômputo de procuradores, número mais de três vezes inferior ao anotado entre 1713-15.

Esses dados comprovam a postura seletiva e antipática de Assumar na consideração das juntas. Tratou-se de esforço consciente no sentido de esvaziar a importância das sessões, restringindo assim a atuação política dos procuradores. O próprio general confessou ao rei que seu intuito era

desvanecer os fumos que já lhes subiam às cabeças, em primeiro lugar dividindo-as e embaraçando quanto muitos deles assistissem à Junta; em segundo, cuidei em preveni-los e deixá-los como surpreendidos tirando-lhes a ocasião que eles podiam esperar praticar alguma das suas costumadas destrezas, e assim por esta causa tomei a resolução de deixar acertados os pagamentos dos quintos dos anos vindouros, sem embargo de que os procuradores só viessem com a tenção de justar a forma de cobrança dos quintos do presente.⁸⁵⁸

Entretanto, embora compartimentadas e esvaziadas, as juntas haviam sido igualmente tensas. Os procuradores teriam relutado no aceite das propostas, sobretudo quanto ao ajuste plurianual do quinto. Assumar revelou que não lhe custara pouco “reduzi-los a que assinassem o dito termo, pondo a maior dúvida em se falar nos anos vindouros”. Encerradas as juntas, sobraram queixas e formaram-se os primeiros indícios conspiratórios contrários à prática governativa do general. Conforme notícia que lhe fora transmitida em sigilo pelo ouvidor do Rio das Mortes e por particulares de sua confiança, os oficiais da câmara de Vila Rica haviam reprovado o novo ajuste e “andavam urdindo alguma máquina para se dar volta a tudo o que se assentou na junta”. Na sessão, um dos procuradores, juiz ordinário em Vila Rica, explicitara-se oposto à resolução tomada e “em suas conversações particulares depois disto soube que em

⁸⁵⁸ CARTA de dom Pedro de Almeida ao Rei. Vila do Carmo, 26 de março de 1718. APM, SC 04, p. 511.

nenhum nada estava contente”.⁸⁵⁹

Tratava-se de Manuel Dias de Meneses que, junto com Paulo Martins da Gama, foram os procuradores da câmara nessa junta.⁸⁶⁰ Dias de Meneses era filho bastardo de dom Fernando Martins de Lencastre, ex-governador do Rio de Janeiro, e, portanto, outro “carioca” a fixar-se no Tapanhuacanga. Quando da chegada de Assumar, o bastardo de ilustre ascendência vinha de ser eleito e reeleito, por três anos consecutivos, a postos oficiais da câmara de Vila Rica, órgão que passara a controlar de modo “despótico”, influenciando nas eleições “para ficar sempre com o governo”. Dizia-se ser opositor dos pretendentes oriundos da Bahia.⁸⁶¹ Ele e seu principal apaniguado, o escrivão Miguel de Andrade, haviam sido os motores do levante contra o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, quando esse intentou presidir a contagem de votos na câmara, em fins de 1716.⁸⁶²

Logo após a junta e ao longo do mês de março 1718, circulou por Vila Rica “um papel assinado por alguns homens em forma que se não conhecesse quem era o primeiro, nem o último”, a contestar o resultado da conferência e a propor “se tornar atrás com o estabelecido”. O governador teve notícia da “cabala de Ouro Preto” e temeu que reações idênticas pipocassem noutras partes da capitania. Sabia, entretanto, que os vereadores em exercício não haveriam de contrariar a mudança, “porque no seu ano não há novidade nenhuma”, já que o novo ajuste aplicava-se apenas a partir do ano fiscal vencido em 1719, vindo a recair, portanto, na vereação seguinte. Mesmo assim, tratou de suprimir a ameaça de Ouro Preto. Ordenou as prisões de Miguel de Andrade, escrivão da câmara de Vila Rica, e do doutor Antônio de Brito Leiria, suspeitos da autoria do libelo sedicioso, ambos enviados à cadeia de Sabará, onde ficaram sob a custódia do ouvidor da comarca do Rio das Velhas, autorizado a extrair informações sob tortura, se necessário. Os detentos tiveram seus papéis pessoais sequestrados e foram pressionados a revelar, quanto ao pasquim, “as pessoas que o assinaram e o que nele [se] continha e quem eram as pessoas e que coisas mais se malquistavam ao mesmo

⁸⁵⁹ CARTA de dom Pedro de Almeida ao Rei. Vila do Carmo, 26 de março de 1718. APM, SC 04, p. 515.

⁸⁶⁰ VERAÇÃO de 14 de fevereiro de 1718. Atas da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166; p. 64.

⁸⁶¹ CARTA de dom Pedro de Almeida ao Rei. Vila do Carmo, 26 de março de 1718. APM, SC 04, p. 515-516.

⁸⁶² SOBRE as contendas de Manoel Dias com o Ouvidor Manoel Mosqueira da Rosa. Vila do Carmo, 20 de junho de 1718. APM, SC 04, p. 761-62.

tempo contra o serviço de El Rei”.⁸⁶³ Assumar justificou a prisão do escrivão aos oficiais da câmara, alegando ser “mui essencial separar os membros podres da república, porque se não pegue o contágio aos bons”. Cabia, nas suas palavras, “desfazer a peste perniciosa que contamina este governo”.⁸⁶⁴ Por fim, afastou a principal figura envolvida no caso, o juiz ordinário Manuel Dias de Meneses, que, incumbido da escolta de um preso até o Rio de Janeiro, foi proibido de retornar às Minas. O governador escrevera-lhe carta de próprio punho, a fim de preservar em segredo a ordem de afastamento.⁸⁶⁵ A reação de Vila Rica fora energeticamente debelada. Assumar creditou às prisões ordenadas nesse momento grande parte do respeito que angariou junto aos poderosos locais. “Sem ofender a modéstia”, confessou, “esta resolução no princípio do meu governo foi (mediante Deus) a pedra fundamental em que se estribou o seu bom sucesso até o presente”.⁸⁶⁶

Dom Pedro também comemorou o êxito momentâneo de sua política contrária às juntas. Escrevendo ao ouvidor de São Paulo, solicitou-lhe que, nos novos descobertos feitos no Rio Paranapanema, o magistrado evitasse a convocação anual de juntas para deliberar o pagamento do quinto, contrariando o “estilo destas Minas”. “Porque o mau costume de juntar todos os anos esta espécie de Côrtes entre gente tão bárbara é sempre um grande barbilho para os que governam e administram justiça”, justificou o governador. Informou ainda que havia “arrancado esta má raiz” de seu governo, ao conseguir ajuste plurianual do quinto, desobrigando-se de tornar a chamar novas conferências.⁸⁶⁷ Em fins de abril, dessa feita em missiva ao ouvidor do Rio das Mortes, solicitou que o magistrado avisasse às câmaras de sua comarca sobre a necessidade de que elas despachassem seus oficiais portadores das listas locais dos quintos, que deveriam presenciar ao lançamento geral da cobrança, em cerimônia a ser presidida pelo general. Entretanto, essa reunião escondia artimanha, bem a propósito, pois

como eu quero escusar a formalidade de juntas, sem que as câmaras o percebam, lhe declaro a vossa mercê que o oficial de cada câmara que digo que venha é só para servir de testemunha e por isso não escrevo sobre esta matéria às câmaras; nem quero que venham

⁸⁶³ CARTA para o doutor Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor geral do Rio das Velhas. Vila do Carmo, 27 de março de 1718. PARA o coronel Sebastião Carlos Leitão. Vila do Carmo. 1º de abril de 1718. PARA doutor Bernardo Pereira, ouvidor geral do Rio das Velhas. Vila do Carmo, 1º de abril de 1718. APM, SC 11, fl. 10-10v..

⁸⁶⁴ PARA os oficiais da câmara de Vila Rica. Vila do Carmo, 1º de abril de 1718. APM, SC 11, fl. 10v.

⁸⁶⁵ PARA Manuel Dias de Meneses. Vila do Carmo, 25 de março de 1718. APM, SC 11, fl. 29.

⁸⁶⁶ APM, SC 04, p. 763-64.

⁸⁶⁷ CARTA de dom Pedro de Almeida ao ouvidor de São Paulo, Raphael Pires Pardinho. Vila do Carmo, 22 de abril de 1718. APM, SC 11, fl. 29v.

com procuração, e bom será não comunique a ninguém este meu intento porque lhe não venha o fato de porem a isto alguma oposição.⁸⁶⁸

Um ano depois, em junho de 1719, contra a sua vontade Assumar teve de retomar diálogo com os procuradores quando lei régia obrigou que fosse alterada a metodologia de arrecadação, abandonando-se a forma por quota fixa e exigindo-se o pagamento dos quintos através de casas de fundição. Mesmo ciente do teor polêmico da medida, o general preferiu manter sua política seletiva, convocando número reduzido de procuradores. Apenas vinte e três pessoas decidiram acatar a ordem real, prevendo-se que as fundições entrariam em funcionamento em meados de 1720. Ao fazer isso, dom Pedro assumia prática diametralmente oposta à seguida por seu antecessor, dom Brás, que, sob condições semelhantes, em março de 1715, pressionado pelo rei a impor alteração nos quintos, convocara número recorde de procuradores, em junta com 68 assinaturas, conjunto três vezes superior ao plantel convocado por Assumar.

Ao contrário do que se verificou nas atas de março de 1718, o termo desta junta não identificou em pormenor seus participantes. Limitou-se a mencionar a convocação dos provedores da Fazenda Real da comarca de Vila Rica e de “todas as pessoas zelosas e bem afeitas ao serviço de Sua Majestade”. A modificação do vocabulário era manifesta. Suprimiu-se menção às “pessoas e moradores principais” chamados à ereção das vilas; também se omitiram quaisquer referências à “nobreza” e aos “homens bons e da governança”, termos tão comuns na época de dom Brás. Não bastasse essa peculiaridade textual, a composição da junta ainda reservou outras surpresas. Sabe-se que os procuradores das câmaras foram convocados a tomar parte, a exemplo de Pascoal da Silva Guimarães, eleito por Vila Rica. Os ouvidores de comarca, Valério da Costa Gouvêa, Manuel Mosqueira da Rosa e Bernardo Pereira de Gusmão, também estiveram presentes. Porém, curiosamente, suas assinaturas vieram depois da rubrica de Sebastião da Veiga Cabral, que lavrou seu autógrafo na segunda posição, abaixo do governador. Fato inédito nas juntas, a precedência de um indivíduo em relação aos ouvidores atesta que a ordem das assinaturas obedecia à hierarquia nobiliárquica dos participantes; e, nesse caso, o nobre ex-general da Colônia de Sacramento, então pretendente ao governo da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, tinha ascendência sobre os ministros de justiça. A intervenção de Veiga Cabral indica também que a reunião tenha aberto espaço

⁸⁶⁸ PARA o ouvidor geral do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 30 de abril de 1718. APM, SC 11, fl. 31v.-32.

à categoria de “homem principal”, convocado por sua condição de nobreza e respeitabilidade.⁸⁶⁹ Chama atenção dentre os vinte três indivíduos assistentes na junta estivessem os três principais líderes e outros oito integrantes diretos e indiretos do movimento rebelde que chacoalharia Vila Rica dali a um ano.⁸⁷⁰

A despeito do ambiente virtualmente hostil, agudizado pela lei régia que impunha a modificação do sistema arrecadatário, a postura de Assumar nem por isso foi menos impositiva. A maneira pela qual o governador introduziu sua argumentação denota, sem meias palavras, a radicalização política de seu mandato, disposta a limitar drasticamente a margem de manobra dos procuradores:

visto o que continha a dita lei só se devia tratar da sua inteira observância visto ser assim vontade expressa e irrevogável de El Rei nosso senhor de a ter considerada na sua altíssima compreensão e que ninguém duvidaria que a dita lei inviolavelmente devia desde logo ser executada com toda a prontidão por ser razões mui urgentes; a primeira porque mandando assim El Rei nosso sr. era indispensável sua execução; a segunda porque a fidelidade e obediência dos vassalos não estava mais na sua mão que resignar-se humildemente à vontade do seu soberano; a terceira porque sendo o exmo. sr. Conde o executor da dita lei estava de ânimo de observar à risca, e sem discrepância; [...] não pedia pareceres, nem ouvirá réplica, nem escusa alguma, porque na ocasião presente nada se devia reputar àquele ato, pelas costumadas juntas que antes se faziam, em que se pedia a [conveniência dos] Povos, mas que suposta a devida resignação que em todos reconhecia, só queria ouvir aos circunstantes, como zelosos do serviço de S. Majestade, e inteligentes do país, o seu paracer sobre os sítios mais convenientes para se erigirem as casas de fundição e os lugares em que se deviam estabelecer em ordem a sua maior segurança, e atalhar os descaminhos que podia haver na extração do ouro.⁸⁷¹

O discurso é taxativo. O governador não pedia pareceres, nem daria ouvidos a protestos de qualquer espécie. Não prosseguiria com as “costumadas juntas”, uma vez que escusado era tratar-se ali da “conveniência dos Povos”; buscava-se, antes, a execução irrestrita da ordem real, conforme a “obediência e fidelidade” que deviam nortear o comportamento de vassalos “humildemente” resignados à “vontade de seu soberano”. Dom Pedro fazia ressoar a linguagem que caracterizara seu mandato desde o

⁸⁶⁹ A respeito de Sebastião da Veiga Cabral, Cf. SOUZA, L. de M. e “Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral”, *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 253-283.

⁸⁷⁰ Foram líderes Sebastião da Veiga Cabral, Manuel Mosqueira da Rosa e Pascoal da Silva Guimarães. Cotejando os demais participantes da junta de 16 de junho de 1719 com a tabela classificatória elaborada por Carlos Leonardo Kelmer Mathias, que lista os indivíduos atuantes na Revolta de Vila Rica, tem-se ainda incluídos na categoria de “revoltosos”: Rafael da Silva e Souza e Sebastião Carlos Leitão; e como “revoltosos indiretos”: o ouvidor Bernardo Pereira de Gusmão, Antônio Francisco da Silva, José Nunes Netto, João Ferreira dos Santos, Manuel de Queirós e Faustino Rebelo Barbosa – todos eles presentes à referida junta. TERMO sobre quintos e Casas de Fundição. 16 de junho de 1719. APM, SC 06, fl. 93-93v. MATHIAS, C. L. K. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado, p. 179-184.

⁸⁷¹ TERMO sobre quintos e Casas de Fundição. 16 de junho de 1719. APM, SC 06, fl. 91.

discurso de posse. Segundo essa ideologia, a monarquia deveria reger-se pela missão sagrada “que Deus impôs ao vassalo de obedecer ao soberano, como a vice-Deus na Terra”. Todos os súditos estavam obrigados à obediência irrestrita ao soberano, respeitando-o como “cabeça”, com “absoluto império (...) sobre os vassalos”. Destinado a sacrificar-se pelo príncipe, o vassalo havia de suportar e de vencer com louvor as agruras do caminho, a fim de, assim, alcançar justa recompensa por seus feitos. Inculcando o tipo ideal do súdito fiel, Assumar enxergava-se a si próprio como um “modelo” a ser seguido para o alcance utópico do “leal vassalo”.⁸⁷²

O texto da ata não deixa transparecer qualquer vestígio de animosidade entre os procuradores. Ante a explanação do governador, teriam respondido que “ninguém duvidava” na execução da lei, “a que todos estavam prontos com a devida obediência ao seu soberano”. Os representantes se limitaram a apontar os sítios mais apropriados à fixação das casas de fundição. Porém, argumentaram que, enquanto não se erigiam as novas instalações, a cobrança do quinto deveria manter-se conforme o acordo de 1718; desse modo, postergava-se em mais um ano a entrada em funcionamento das casas, dando tempo a que mineradores quitassem suas dívidas e se preparassem para a conjuntura vindoura. Assumar chegou a manifestar-se contrário à dilação de 12 meses, considerada demasiado extensa. Todavia, os procuradores da Fazenda Real persuadiram-no de que assim melhor se resguardavam os interesses do rei.⁸⁷³

Novamente, Henrique Lopes de Araújo esteve ausente da junta convocada por Assumar. A se levar em conta a condição adquirida pelo capitão-mor durante o governo de dom Brás, período em que participou da maioria das juntas, a nova situação era-lhe muito desfavorável. E, assim como ele, existiram outros “homens principais” aliçados de prerrogativa usufruída até 1717. Apenas entre os principais procuradores, como demonstrou o Quadro 19, pelo menos sete representantes perderam, com Assumar, as prerrogativas que haviam desempenhado até 1717: além de Henrique Lopes, indivíduos como Antônio Martins Leça, Francisco da Costa de Oliveira, Francisco Viegas Barbosa, Pedro Gomes Chaves, Ventura Ferreira Vivaz e, sobretudo ou principalmente, o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães.

⁸⁷² SOUZA, L. de M. e. “Um documento inédito: o discurso de posse de d. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como governador das capitanias de São Paulo e Minas de Ouro, em 1717”, *Norma e Conflito: Aspectos da História Mineira no século XVIII*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006, p. 30-42. Veja-se GASPAR, T. de S. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 71.

⁸⁷³ TERMO sobre quintos e Casas de Fundição. 16 de junho de 1719. APM, SC 06, fl.

Parece evidente que a política de restrição às juntas pode e deve ser considerada dentre as causas que levaram à deflagração da revolta contrária a Assumar em 1720. Tanto mais porque procuradores diretamente afetados, como Pascoal da Silva e Martins Leça, estiveram envolvidos no movimento rebelde. O mesmo se poderia dizer quanto a Henrique Lopes, não fosse a postura que veio a adotar durante os motins, opondo-se aos mesmos e tendo se mantido fiel ao governador.

12. 2 – Juntas da década de 1720:

Paradoxalmente, quanto mais Assumar procurou minar a importância das juntas, diminuir a frequência com que eram chamadas e esvaziá-las, tanto mais se viu forçado a convocá-las de modo contrário à sua vontade. Assim ocorreu em 1719, impelido a encaminhar as Casas de Fundação. No ano seguinte, duas sessões de urgência responderam a eventos sucedidos em meio à rebelião dos moradores de Vila Rica, além de outras duas juntas terem se feito necessárias no esforço de reorganizar a Fazenda Real, desestruturada com a revolta. Nessas juntas influenciadas pelo movimento rebelde é possível detectar certa inversão política, na medida em que as prerrogativas reais ou governamentais foram colocadas em segundo plano e cederam espaço às demandas apresentadas pelos procuradores. A revolta inequivocamente alterara a antiga correlação de forças. Não por acaso o número de procuradores cresceu, comparativamente às juntas pretéritas presididas por Assumar.

O primeiro termo lavrado durante a revolta ocorreu sob pressão interposta pelos amotinados, interessados em obter o perdão formal relativo ao levante promovido em 28 de junho, que dera início à sublevação. Na manhã seguinte, Assumar recebera a proposta elaborada pelos rebeldes, à qual não deu resposta imediata. Novo motim estourou no último de junho e os sublevados enviaram à Vila do Carmo três procuradores do povo, a saber: o sargento-mor Antônio Martins Leça (como vimos, um dos maiores proprietários de escravos de Vila Rica), e dois letrados, José Peixoto da Silva e José Ribeiro Dias. Os procuradores exigiram que o governador fosse, em pessoa, à vila amotinada e, ali, concedesse o perdão. Advertido quanto à periculosidade dessa jornada, Assumar tergiversou. Chamou ao palácio cinco pessoas de confiança e com elas debateu a demanda trazida pelos procuradores de Vila Rica. Segundo confessou em carta, “como esta matéria era de grande peso não quis que ficasse só na minha resolução”. Coube aos presentes julgar “se esta era a última necessidade em que V.

Majestade quer que se concedam os perdões”. Aprovou-se a medida, porém com a “cláusula que o dito perdão só teria vigor se Sua Majestade o houvesse por bem”. Entretanto, os procuradores insistiram no perdão incondicional, afinal decretado.⁸⁷⁴ O termo relativo a esse encontro só foi redigido no dia seguinte e não trouxe a assinatura dos procuradores de Vila Rica – muito embora seus nomes tenham sido citados na ata. Apenas os cinco homens chamados pelo governador rubricaram o documento, em evidente tentativa de deslegitimar a representação rebelde.⁸⁷⁵

A segunda junta reunida ao longo dos motins também respondeu a movimento empreendido pelos sublevados. A 2 de julho, quando o Carmo foi invadido por multidão armada oriunda da vila vizinha, Assumar se viu forçado a negociar novo acordo. Nessa ocasião, o palácio achava-se guarnecido por militares e por poderosos locais postados em socorro à residência governamental, cercada pelo povo amotinado. Subiram ao sobrado dois procuradores, entre eles o já conhecido José Peixoto da Silva.⁸⁷⁶ Ele portava manuscrito com quatorze reivindicações, separadas em parágrafos. Dentro do palácio, vinte e cinco “pessoas principais” transformaram-se em procuradores de uma junta improvisada. Ao ler a proposta, mais extensa que a primeira e com novas exigências, o general outra vez titubeou. Transmitiu o impasse aos procuradores, que, ao ponderar o contexto e o risco de ataque ao palácio, opinaram de maneira condescendente às exigências e “votaram uniformemente se devia conceder ao dito Povo tudo o que pedia”. Todos assinaram o termo, exceto os representantes rebeldes.⁸⁷⁷ Segundo o governador, a extensão da pauta reivindicada pelos sublevados visava provocá-lo e induzi-lo a rejeitar as exigências, para assim justificar a sua deposição forçada. Essa versão, reproduzida em boa parte da historiografia, menosprezou o lastro social da revolta, significativamente alargado desde o início dos motins, cuja diversidade de interesses políticos se refletiu na segunda proposta.⁸⁷⁸

Essa junta teve a peculiaridade de reunir muitos neófitos. Dentre os vinte e cinco procuradores presentes, onze jamais haviam tomado assento em junta e outros três

⁸⁷⁴ SOBRE o levantamento do Povo de Vila Rica. Vila do Carmo, 3 de julho de 1720. APM, SC 04, p. 836. *Discurso Histórico e Político...* p. 100.

⁸⁷⁵ Foram eles o superintendente Eugenio Freire de Andrade, o ouvidor Martinho Vieira, os militares Felix de Azevedo Carneiro e Cunha e José Rodrigues de Oliveira e ainda Luís Tenório de Molina. TERMO de perdão dado ao povo de Vila Rica na ocasião em que se levantou. Vila do Carmo, 1º de Julho de 1720. APM, SC 06, fl. 94-94v.

⁸⁷⁶ APM, SC 04, p. 836.

⁸⁷⁷ TERMO que se fez sobre a proposta do Povo de Vila Rica na ocasião em que veio amotinado à Vila do Carmo. Vila do Carmo, 2 de julho de 1720. APM, SC 06, fls. 95-97

⁸⁷⁸ GASPAR, T. de S. *Palavras no Chão...* p. 102-108.

tinham experiência limitada a uma única sessão. Em meio aos estreantes, constavam indivíduos em ascensão, como Mathias Barbosa da Silva, Teodósio Ribeiro de Andrade, João Ribeiro Simões e Manuel Cardoso Cruz, que depois viriam a ter parte em pelo menos duas juntas realizadas por dom Lourenço de Almeida. Três chegaram a participar de uma junta isolada posteriormente. Outros, todavia, restringiram-se àquela sessão. Quatro procuradores que assinaram o termo de 2 de julho não mais tornaram a estar presentes em qualquer junta futura (ver Quadro 32, ao final do capítulo).⁸⁷⁹ A inexperiência dos “homens principais” que cercavam Assumar demonstra a fragilidade de seu mandato àquele momento crítico. É bem verdade que alguns procuradores presentes à reunião ostentavam larga vivência política, como o capitão-mor Rafael da Silva e Souza, o tenente Felix de Azevedo e Manuel da Silva Ferreira. Entretanto, notou-se a falta de outras lideranças políticas expressivas, sumidas ou vacilantes desde o princípio dos motins. O isolamento governamental tornou-se agudo. Muito significativamente, Assumar teria sido obrigado, inclusive, a comprar apoio político de “alguns que lhe pareceram mais a propósito”, aplicando dinheiro “de sua fazenda” em valor superior a duas arrobas de ouro. Nas Minas, até a lealdade era venável.⁸⁸⁰ Muito embora pudesse constar entre os apoiadores conquistados por compra, nada indica que Henrique Lopes tivesse acompanhado a multidão amotinada à Vila do Carmo e tampouco que houvesse participado da junta em palácio.

A primeira exigência constante no termo rejeitou o método de cobrança dos quintos por Casas de Fundação e Moeda. Em seu lugar, impôs-se o modelo por quota fixa, no valor de trinta arrobas, a ser levantado através da cobrança de oitava e meia sobre cada escravo minerador, somadas às contribuições pagas por lojas e vendas. A responsabilidade pela cobrança retornava às mãos das câmaras, como se praticava na época de dom Brás, incumbidas da nomeação de dois cobradores por arraial. Isso implicava suprimir, inclusive, o posto de provedor dos quintos, criado por Assumar em 1718.⁸⁸¹

Tendo sufocado a revolta e passado a residir na vila apaziguada, Assumar convocou conferência destinada a reorganizar a arrecadação dos quintos “da melhor

⁸⁷⁹ Foram eles o doutor Francisco da Costa Ramos, João Nunes, Manuel da Costa Araújo e Manuel Mendes.

⁸⁸⁰ “Desgraçado clima, abomináveis Minas, em que a maior lealdade é venável, e a mais pura fé anda em balanças!”. *Discurso Histórico e Político...* p. 110.

⁸⁸¹ TERMO que se fez sobre a proposta do Povo de Vila Rica na ocasião em que veio amotinado à Vila do Carmo. Vila do Carmo, 2 de julho de 1720. APM, SC 06, fls. 95-97.

forma que for possível”. Para tanto, convocou dois representantes de cada câmara. Pediu-se aos procuradores levassem propostas formais, discutidas localmente junto aos “homens bons e principais”. O propósito expresso na convocatória era o de unir “os interesses de S. Majestade com os destes povos, e não só que eles consigam o que desejam (...), mas que lhes saia ainda muito mais barato”. O governador ainda solicitou que as câmaras produzissem textos a justificar a não implantação das Casas de Fundação. O material serviria de proteção jurídica, a fundamentar decisão que contrariava determinação régia, sendo “necessário que conste que não foi falta de diligência, mas urgente necessidade o que obrigou a se não executar”. Ao prever problemas no retorno a Lisboa, Assumar já preparava sua defesa, munindo-se de documentos em respaldo.⁸⁸²

Fizeram-se perceptíveis mudanças no tom e no vocabulário políticos empregados por Assumar. Pela primeira vez a expressão “homem bom” apareceu em comunicação do governador relativamente aos indivíduos implicados nas juntas. Anteriormente, houve, quando muito, alusão às “pessoas principais”, notando-se tendência de que sequer essa denominação fosse empregada. Por exemplo, na junta de 16 de junho de 1719, representantes de câmaras e demais participantes foram descritos simplesmente como “pessoas zelosas e bem afeitas ao serviço de S. Majestade”. Já nas reuniões do primeiro ano de mandato, inexisteram referências a qualquer classificação social de grupo, optando-se pela descrição formal do nome e do posto militar ou ocupação de cada um dos participantes. O termo “pessoas principais” só adveio na ata correspondente à conferência de 2 de julho de 1720, quando os rebeldes invadiram a Vila do Carmo, e a partir daí foi reaplicada em outros documentos.⁸⁸³ Essa flexibilização conceitual na caracterização dos principais vassalos das Minas comprova que, para Assumar, acusador tenaz das origens plebeias e crítico contumaz das pretensões enobrecedoras reivindicadas por certos mineiros, a experiência dos motins implicou em recuo de sua avaliação refratária. A súbita disposição de atender aos interesses locais na questão do quinto, de repente expressa pelo governador que mais energicamente os contrariou, foi, sem dúvida, outra consequência direta da revolta.

⁸⁸² PARA todas as câmaras das Minas. Vila Rica, 22 de setembro de 1720. APM, SC 11, fl. 266.

⁸⁸³ Por exemplo, na junta de 16 de junho de 1719 os representantes de câmaras e demais indivíduos presentes foram descritos como “pessoas zelosas e bem afeitas ao serviço de S. Majestade”. Já nas reuniões ocorridas no ano anterior, não houve referência a qualquer classificação social de grupo, optando-se pela descrição formal do nome e do posto militar ou ocupação de cada um dos participantes. APM, SC 06, fls. 80-97.

A 24 de outubro de 1720, no “palácio” onde assistia o governador em Vila Rica, a vizinhar com o anfitrião Henrique Lopes, realizaram-se duas reuniões. Na primeira, assistida por vinte e uma pessoas, entre as quais constavam os procuradores das câmaras, os provedores da Fazenda real e “as mais pessoas principais das três comarcas”, decidiu-se manter o veto tanto às Casas de Fundição quanto à Casa de Moeda. Os funcionários já contratados para esses estabelecimentos teriam seus salários pagos por propina rateada entre as câmaras, tendo o senado de Vila Rica sido onerado em montante duas vezes superior ao da Vila do Carmo.⁸⁸⁴

A segunda reunião, mais importante e mais tensa, realizada no mesmo dia e local, foi homologada por quarenta e quatro assinaturas, o maior público de uma audiência presidida por Assumar. Estiveram presentes procuradores das câmaras, provedores da Fazenda Real e “a melhor parte de todas as pessoas principais deste governo”. A discórdia quanto à responsabilidade das câmaras dominou a sessão. Menos acuado do que nas juntas realizadas em julho, o governador nem por isso conseguiu impôr a sua vontade. As câmaras da Vila do Carmo – que tivera o privilégio de ser a primeira a se manifestar –, Sabará e Caeté adiantaram-se às demais e reivindicaram autonomia no levantamento dos quintos. Contrariado, o governador cedeu, assim como fez em relação à proposta de estabelecimento de casa de moeda, também rejeitada pela assembléia. Restabeleceu-se o fixo de trinta arrobas, tal como no acordo de 1718, agora cobradas pelas câmaras.⁸⁸⁵

Estranho foi que Henrique Lopes, proprietário da residência onde Assumar se hospedava em Vila Rica e figura que se mantivera fiel, não constou entre os presentes. Um terço da audiência, isto é, quinze dentre quarenta e três procuradores (mais o governador) representavam suas respectivas câmaras municipais: três de Vila Rica, três de Pitangui, dois do Carmo, dois de São João, dois de São José, dois de Vila Real e um de Vila Nova da Rainha. Dois ouvidores e dois vigários da vara compuseram as variantes religiosa e ministerial. Os demais integrantes incluíam-se na classe correspondente aos “homens principais”. Dentre os vinte e quatro procuradores nessa condição existiram, sobretudo, militares, grandes mineradores e negociantes. Mostra-se aqui outro recuo estratégico efetuado pelo governador. Tendo anteriormente cerceado a

⁸⁸⁴ 1º TERMO de 24 de outubro de 1720 sobre se suspender a fábrica das Casas de Fundição e Moeda e pagamento dos oficiais da Casa de Moeda. APM, SC 06, fl. 98-100.

⁸⁸⁵ 2º TERMO de 24 de outubro de 1720 sobre a forma da cobrança dos quintos. Vila Rica. APM, SC 06, fls. 101-03v.

presença de “homens principais” e de procuradores do povo nas juntas, Assumar reservou a essas categoriais mais da metade dos assentos na última conferência que dirigiu nas Minas. Henrique Lopes poderia ou deveria estar ali, na condição de “principal”, mas não se achou. O fato de jamais ter sido convocado para uma junta no período Assumar denota que o governador não devia tê-lo em boa conta.

Esse relação aparentemente se alterou no mandato seguinte. Entre 1722 e 1727 dom Lourenço de Almeida presidiu seis juntas de procuradores. Nos termos correspondentes a essas audiências registraram-se 335 assinaturas. Em 315 casos, isto é, em 94% das rubricas foi possível identificar parcial ou integralmente nome e sobrenome do assinante. As assinaturas legíveis envolveram 191 pessoas, das quais apenas cinquenta (26,1%) haviam participado de juntas anteriores. Ou seja, somente um quarto dos procuradores atuantes no mandato de dom Lourenço tivera assento em conferências pretéritas, a constituir o reduzido grupo de homens principais que conseguiu manter seu espaço nesse fórum ao longo da década de 1720. Dentre esses procuradores longevos, trinta e um desempenharam a função em juntas sucedidas no mandato de dom Brás Baltasar da Silva (1714-1717) e idêntico número – não necessariamente constituído pelos mesmos indivíduos – serviu na época do sucessor Assumar (1717-1721). Oito representantes haviam presenciado conferências com Antônio de Albuquerque em fins de 1710. A maioria (32 procuradores) interviera em reuniões sucedidas no mandato de um único governador, dezesseis conjugaram juntas ocorridas em dois mandatos distintos e apenas dois deles, o capitão-mor Rafael da Silva e Souza e o tenente Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, tiveram o privilégio de estar junto a todos os governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro na década passada, conforme demonstra o Quadro 30. Os números abaixo confirmam que as juntas realizadas na recém inaugurada capitania de Minas Gerais tiveram tímida participação de representantes experientes, com significativo índice de renovação de pessoal, na ordem de três quartos dos procuradores.

Mandatos	Antônio de Albuquerque	Dom Brás Baltasar	Dom Pedro de Almeida	Apenas um governador	Dois governadores	Todos
Nº de procuradores	8	31	31	32	16	2

Quadro 30. Relação do número de procuradores atuantes em juntas nos mandatos de governadores da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1710-1721) com sequência no mandato seguinte de dom Lourenço de Almeida. Fonte: APM, SC 06.

Henrique Lopes esteve presente em, pelo menos, duas conferências presididas por dom Lourenço de Almeida. Foi, portanto, um dos procuradores a manter ou retomar sua posição, após ter participado de juntas no governo dom Brás, seguido por lapso na administração seguinte. Com esse índice, o capitão-mor de Vila Rica, àquela altura provedor da residência oficial do governador da capitania de Minas Gerais, juntou-se à base intermediária da pirâmide de procuradores atuantes entre 1722 e 1727. Conforme se vê no Gráfico 12, representantes presentes em uma ou duas sessões corresponderam a 84,8% (162 indivíduos) do corpo de procuradores, entre os quais se incluiu Henrique

Gráfico 12. Número de procuradores por número de juntas (1722-1727). Fonte: APM, SC 06.

Lopes. Participes em três ou quatro reuniões ocuparam faixa média, equivalente a 13,6%. E por fim a elite dos procuradores nesse período, presentes em cinco ou seis reuniões, constituiu-se de apenas cinco indivíduos (2,6%), entre os quais sobressaíram delegados régios: o próprio governador dom Lourenço, o provedor da Fazenda Real, Antônio Berquó Del Rio, e o procurador da Coroa Francisco Rodrigues da Fonseca. Somente dois representantes locais destacaram-se: Rafael da Silva e Souza, na Vila do Carmo, com cinco aparições; e Pedro da Fonseca Neves, em Pitangui, presente em todas as conferências.

O desempenho de Henrique Lopes nas primeiras juntas comandadas por dom Lourenço de Almeida escondeu uma peculiaridade. Sediadas ambas na igreja de Santa Quitéria no último domingo de outubro de 1722, duas reuniões iniciais contaram com a presença de grande plateia: sessenta pessoas na sessão de abertura, integrada por “pessoas principais” e por outras classes de representação; e vinte e dois homens na segunda assembleia, restrita aos procuradores das câmaras. Essas juntas foram convocadas em resposta à ordem régia que insistia na implementação de Casas de Fundação e Moeda. Na primeira conferência, em presença dos oficiais das câmaras da

Vila do Carmo e de Vila Rica, de procuradores das demais câmaras, de homens principais e de funcionários régios (superintendente, provedor da Fazenda e procurador da Coroa), dom Lourenço leu em voz alta a determinação real enviada na última frota. Os procuradores reagiram negativamente e fizeram contraproposta em que prometeram acréscimo de doze arrobas ao montante de vinte e cinco arrobas acordado, a totalizar trinta e sete arrobas de ouro por ano que ficariam a cargo das câmaras, responsáveis por cobrança baseada no número de escravos. Entretanto, dentre as seis dezenas de assinaturas que acabaram por acatar a contraproposta, o sinal correspondente ao capitão-mor de Vila Rica não foi registrado em ata. Sabe-se, todavia, que Henrique Lopes tomou assento nessa reunião, do que tirou inclusive certidão comprobatória, posteriormente enviada ao Conselho Ultramarino e à Mesa da Consciência e Ordens como parte do requerimento em que solicitou o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Entre os serviços reais obrados nas Minas, Henrique Lopes contou o de:

no ano de 1722 se achar na junta que se fez para os povos concorrerem todos os anos para acrescentamento ao donativo com mais doze arrobas de ouro além do que pagavam, e com grande zelo votou em que se contribuísse com o dito donativo.⁸⁸⁶

Esse foi o único caso identificado de um procurador que, obtendo certidão de participante, não teve sua rubrica assinalada em ata.

A junta responsável por, mais uma vez, rejeitar o projeto de estabelecimento de Casa de Fundição e Moeda intentado pela Coroa consagrou a retomada da política de decisões colegiadas, semelhante à praticada por dom Brás Baltasar da Silveira entre 1714 e 1717.⁸⁸⁷ Certos elementos o comprovam, a começar pelo número alargado de procuradores presentes, próximo ao verificado na junta promovida por aquele governador em março de 1715, que reuniu, até então, o maior contingente de representantes numa única sessão. A tomada de deliberação sabidamente contrária a um ordenamento régio também sinalizou a reconquista de certa autonomia política por parte dos procuradores, condição que lhes havia sido negada no mandato anterior. Dom Lourenço de Almeida fez constar em ata a prerrogativa absoluta da vontade real e advertiu aos procuradores “que ele os não chamava para votarem nesta matéria, por ser

⁸⁸⁶ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cod. 87, fls. 372-372v. ANTT, HOC, Habilitação de Henrique Lopes de Araújo, mc. 4, doc. 31.

⁸⁸⁷ Em março de 1721, o rei reeditou a lei que obrigava a cobrança dos quintos por meio de Casa de Fundição. Advertido quanto à matéria, dom Lourenço tinha permissão de abater a percentagem dos quintos de vinte até o mínimo de doze por cento, desde que implantasse o sistema. Caso os povos rejeitassem as fundições mesmo com o abatimento percentual, o governador deveria obter acréscimo no valor da quota fixa paga anualmente. *RAPM*, v. 30, 1979, p. 131.

uma resolução de El Rei Nosso Senhor, na qual não devia haver votos, senão uma obediência executiva”.⁸⁸⁸ Argumentação semelhante houvera sido mobilizada por seu antecessor. Mas, em verdade, na nova situação, o governador não só ouviu propostas divergentes trazidas à mesa como respeitou os votos expressados pelos procuradores. Outro fator a considerar foi a elevação do grau de representatividade do grupo de homens principais. Tendo em vista que a sessão consecutiva, restrita aos oficiais das câmara de Vila do Carmo e de Vila Rica, aos procuradores das demais câmaras e aos funcionários régios já mencionados, contou com apenas vinte e dois participantes, é possível inferir, por dedução, que a maioria dentre os sessenta procuradores presentes na junta decisória era composta pela classe de “pessoas principais”.⁸⁸⁹ Nada menos que trinta e oito pessoas, quase dois terços da assembléia, incluíam-se nessa categoria.

Poucos dias depois, o governador prestou contas ao rei. Justificou que preservara o “sossego” após compreender o “gênio dos povos”, desfavoráveis às Casas de Fundação, contra as quais “todos tem concebido grande horror”. A imposição autoritária da medida levaria ou à deserção de mineiros ou “poderão cair no absurdo de fazerem levantamentos como os passados”. Nessas circunstâncias, o acréscimo de doze arrobas de ouro era, afinal, o melhor serviço possível prestado à Fazenda Real.⁸⁹⁰ O governador enalteceu ainda a performance do juiz ordinário da Vila do Carmo, Rafael da Silva e Souza. Tendo exercido na junta o privilégio de ser o primeiro a falar depois do governador, conforme a precedência conferida à Vila do Carmo após os motins de 1720, Silva e Souza houvera sido o autor da proposta, “prometendo logo em nome dos seus povos doze arrobas de ouro cada ano, a cujo exemplo seguiram todos e ainda aqueles que estavam de ânimo diferente”. Desempenhara assim o papel de “primeiro móbil” a persuadir os demais procuradores.⁸⁹¹

O lançamento da cobrança acordada nas últimas juntas ocorreu a 15 de abril de 1723. Encontraram-se em palácio governador, superintendente, provedor da Fazenda Real, procurador da Coroa, juízes ordinários da Vila do Carmo e de Vila Rica e os procuradores das demais câmaras, a totalizar quatorze pessoas. Definiram-se os valores a serem pagos por cada câmara, com base no número de escravos possuídos em seus

⁸⁸⁸ TERMO da Junta de 25 de outubro de 1722 sobre o aumento dos quintos. APM, SC 06, fl. 121.

⁸⁸⁹ A junta exclusiva aos procuradores das câmaras limitou-se a discutir as regras e normas da cobrança a ser feita pelos órgãos municipais, conforme a determinação da reunião anterior. 2º TERMO de 25 de outubro de 1722 sobre a forma de cobrança dos quintos. APM SC 06, fl. 124-125v..

⁸⁹⁰ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 153-55.

⁸⁹¹ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 161.

respectivos termos, além das contribuições devidas por estabelecimentos comerciais. Trinta e sete arrobas equivaliam a 151.552 oitavas de ouro. Desse montante, pouco mais que a décima parte foi levantado através da imposição sobre lojas e vendas.⁸⁹² O quantitativo de escravos sobre o qual a tributação incidiu alcançou 53.707 cativos, onerados individualmente em duas oitavas e meia e dois vinténs de ouro.⁸⁹³

Mas, insatisfeita com o acordo, a Coroa tornou a insistir na implantação de Casa de Fundição e Moeda. Cobrado pelo secretário de Estado, dom Lourenço reuniu junta para fazer pública a nova reedição da ordem real e tentar encaminhar a sua implementação.⁸⁹⁴ Para tanto convocou nada menos que 113 pessoas, a superar em quase duas vezes a audiência mais concorrida até então realizada. Além dos funcionários regios de praxe (governador, superintendente, provedor da Fazenda Real e procurador do Coroa), tiveram assento todos os oficiais das câmaras de Vila do Carmo e Vila Rica, os procuradores das demais câmaras e ainda “*todos os homens bons e vassalos zelosos e amantes do serviço de S. Majestade*”. Assim como ocorrera nas juntas de 1722, funcionários do rei e membros ou procuradores das câmaras ocuparam vinte e dois lugares. Os outros assentos, correspondentes a noventa e dois procuradores, foram ocupados por “homens bons” e “vassalos zelosos”. Percentualmente, eles alcançaram 80,7% da assembléia, a maior representatividade obtida por esse grupo desde o princípio das juntas.⁸⁹⁵

No prólogo da sessão o secretário de governo leu em voz alta a lei de fevereiro de 1719, que instituía Casa de Fundição e Casa de Moeda.⁸⁹⁶ Na sequência, o governador exaltou a benevolência real expressa na permissão para a abertura de Casa de Moeda, a bem dos moradores locais. A partir daí, os procuradores ganharam a palavra. Rafael da Silva e Souza, outra vez na qualidade de juiz ordinário da Vila do

⁸⁹² Taxadas em doze oitavas de ouro cada uma, as 1.384 lojas e vendas identificadas levantaram a quantia de 16.608 oitavas de ouro, equivalentes a 10,8% do montante total.

⁸⁹³ A distribuição de lojas/vendas e de escravos por termo de câmara foi o seguinte: Vila Rica com 409 lojas/vendas e 13.672 escravos; Vila do Carmo com 458 lojas/vendas e 15.026 escravos; Vila Real com 59 lojas/vendas e 7.649 escravos; São José com 78 lojas/vendas e 3.871 escravos; São João com 66 lojas/vendas e 3.177 escravos; Vila Nova da Rainha com 149 lojas/vendas e 6.225 escravos; Pitagui com 19 lojas/vendas e 865 escravos; Vila do Príncipe com 46 lojas/vendas e 2.522 escravos. Advirta-se que nem todos os escravos deveriam ser levados a rol. Na segunda junta de outubro de 1722 definiu-se que ficaram de fora “os negros que estiverem totalmente incapazes, como também aqueles moleques que forem de dez anos para baixo”. APM, SC 06, fl. 124v; fls. 129-132v.

⁸⁹⁴ AHU, MG, cx. 5, doc. 6.

⁸⁹⁵ TERMO de declaração da lei de S. Majestade que Deus guarde sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda destas Minas do Ouro. Vila Rica, 15 de janeiro de 1724. APM, SC 06, fl. 136.

⁸⁹⁶ AHU, Minas Gerais, cx. 5, doc. 6.

Carmo, foi o primeiro a falar e manifestou que:

ele por si e pela sua câmara e povo não só estavam prontos para em tudo obedecerem às reais ordens de El Rei nosso senhor senão também postrados aos seus reais pés lhe agradeciam a sua real piedade com que se havia com os povos destas Minas, fazendo-lhes tão generosas mercês; e logo o juiz e mais oficiais desta Vila Rica responderam o mesmo, e igualmente da mesma forma os procuradores todos das mais câmaras e todas as mais pessoas que assistiram a esta junta, por serem homens bons e de distinção destas Minas, em cuja resposta bem mostraram assim pela sua verdadeira obediência como pelos grandes serviços que cada um em particular e todos em geral tem feito a S. Majestade em repetidas ocasiões, em à custa de sua fazenda, no que nunca repararam; que são estes povos compostos de vassalos de muito honra e verdadeiramente leais e amantes do serviço de El Rei nosso senhor.⁸⁹⁷

Henrique Lopes lavrou a sétima assinatura do termo, como um dos noventa e dois “homens bons e de distinção”. Foi a primeira vez que uma ata de junta teceu tais elogios aos vassalos locais. O resultado da audiência teria provocado reação ovacionada da platéia e “grandes foram os clamores e os vivas à Vossa Majestade”.⁸⁹⁸

As casas de moeda e fundição, a serem instaladas em Vila Rica, tiveram entrada em funcionamento estipulada para 1º de outubro daquele ano, depois do que se seguiriam quatro meses francos, ao longo dos quais mineradores poderiam mandar fundir seu ouro sem desconto da quinta parte. Essa cobrança passava a valer a partir de 1º de fevereiro de 1725. Até lá, mantinha-se o método de arrecadação já acordado, no valor de trinta e sete arrobas de ouro anuais. Como o ano fiscal estendia-se de julho de 1723 até o mesmo mês de 1724, restando portanto outros seis meses até a cobrança dos quintos começar a ser feita na casa de fundição, acertou-se a realização de um único lançamento geral, correspondente a dezoito meses.⁸⁹⁹ Dom Lourenço pôde enfim se jactar quanto ao feito que obrara na aprovação de uma ordem real tantas vezes rechaçada nas Minas. Revelou que convocara para a junta, além das representações de praxe, “um grande número de homens de distinção de todas as comarcas”. Tal “modo” de governar os vassalos locais explicava o “ver estes povos tão obedientes e tão zelosos do real serviço de Vossa Majestade, tendo sido reputados até a minha chegada a este governo por levantados”.⁹⁰⁰

Em julho de 1724, fez-se o lançamento da última cobrança por quota fixa. Semelhante à junta realizada em abril de 1723, de natureza mais técnica que política,

⁸⁹⁷ TERMO de declaração da lei de S. Majestade que Deus guarde sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda destas Minas do Ouro. Vila Rica, 15 de janeiro de 1724. APM, SC 06, fl. 137-37v..

⁸⁹⁸ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 165-66.

⁸⁹⁹ TERMO de declaração da lei de S. Majestade que Deus guarde sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda destas Minas do Ouro. Vila Rica, 15 de janeiro de 1724. APM, SC 06, fl. 137-37v.

⁹⁰⁰ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 167.

essa audiência estipulou a taxaço incidente sobre estabelecimentos comerciais e escravos. Estiveram presentes apenas dez pessoas, entre as quais funcionários régios (governador, provedor da Fazenda e procurador da Coroa), os dois juizes ordinários de Vila Rica, outro da Vila do Carmo, um procurador dessa mesma vila e mais três procuradores representantes das demais câmaras.⁹⁰¹ A capitania de Minas Gerais congregava 1.232 lojas e vendas, taxadas a doze oitavas de ouro cada, e 56.113 escravos tributáveis, onerados em duas oitavas e quinze vinténs per capita.⁹⁰² Os quintos condizentes aos seis meses restantes intercalados entre agosto de 1724 e janeiro de 1725 seriam cobrados após o vencimento com base nas mesmas listas e valores reduzidos à metade. A casa de fundição de Vila Rica manteve-se ativa por dez anos ininterruptos, até julho de 1735.

Nesse período, mantendo-se inalterada a política de arrecadação dos quintos, juntas de procuradores tornaram-se escassas e perderam grande parte de sua importância política. Excepto numa circunstância excepcional, alheia à questão dos quintos, Dom Lourenço jamais tornou a reuni-las até o fim do mandato. As audiências que organizou em 1730, destinadas a discutir a possibilidade de estabelecer contrato dos quintos, envolveu ministros e, nalguns casos, homens de negócio não identificados, mas nenhum procurador de câmara ou do povo.⁹⁰³ Fracassado esse intento, apenas governador e outros funcionários régios definiram, sem qualquer representação popular, o abatimento de oito por cento na quota dos quintos, a estimular a entrada de ouro na Casa de Fundição e coibir o descaminho.⁹⁰⁴ Seu sucessor, o Conde das Galvêas, herdou a crise do sistema arrecadatário, marcada por escândalos de corrupção a envolver a fabricação de moedas falsas. Em março de 1734, quase uma década depois da última audiência

⁹⁰¹ O juiz-ordinário de Vila Rica, Pedro da Rosa de Abreu, além de assinar como representante de sua vila, também desempenhou o papel de procurador da vila de São João del Rei.

⁹⁰² Discriminados por termos de vila, esses quantitativos se distribuíram da seguinte maneira: Vila Rica com 357 lojas/vendas e 14.293 escravos; Vila do Carmo com 375 lojas/vendas e 16.978 escravos; Vila Real com 153 lojas/vendas e 8.140 escravos; Pitangui com 18 lojas/vendas e 754 escravos; Caeté com 150 lojas/vendas e 6.366 escravos; São Joao com 60 lojas/vendas e 3.555 escravos; São José com 73 lojas/vendas e 8.652 escravos; e Serro do Frio com 46 lojas/vendas e 2.522 escravos. [TERMO de] Lançamento dos quintos deste presente ano de 1724, com declaração no fim dele do que se há de pagar de quintos para os seis meses que se hão de vencer. Vila Rica, 9 de julho de 1724. APM, SC 06, fl. 141.

⁹⁰³ TERMO que se fez na presença do exmo. senhor Dom Lourenço de Almeida, governador e capitão general destas Minas do Ouro sobre o descaminho dele aos reais quintos, com as pessoas abaixo declaradas. Vila Rica, 5 de fevereiro, s/d. APM, SC 24, fls. 7v.-8v. TERMO sobre a arrematação dos quintos reais. Vila Rica, 21 de maio de 1730. APM, SC 24, fls. 10-10v.

⁹⁰⁴ TERMO sobre o contrato que se pretendeu fazer dos quintos destas Minas, e abatimento de oito por cento no quinto. Vila Rica, 24 de maio de 1730. APM, SC 24, fls. 11-13. TERMO sobre se fazerem Casas da Fundição nas comarcas mais distantes. Vila Rica, 24 de maio de 1730. APM, SC 06, fls. 13v.-15.

relacionada ao assunto, Galvêas promoveu junta de procuradores das câmaras, na qual foi rejeitado o método da capitação, então desejado pela Coroa.⁹⁰⁵ No ano seguinte, Gomes Freire de Andrada encaminhou a aprovação do novo sistema, deliberada numa polêmica série de juntas de procuradores das câmaras.⁹⁰⁶ Em quaisquer dessas assembleias, mesmo nas realizadas pelos dois últimos governadores, a contar com a participação de representantes camarários, houve a presença de procuradores dos povos e tampouco de “pessoas principais” ou “homens bons”. Tais ausências se refletiram no reduzido público das conferências, jamais superior a dezesseis pessoas.

Àquela altura, todavia, Henrique Lopes já houvera partido desta para melhor. Falecido em meados de 1733, o capitão-mor não viu as reuniões de procuradores sediadas no palácio que emprestara à residência de Galvêas e que chegou a abrigar Gomes Freire por curto período. A derradeira audiência de procuradores sucedida em vida do anfitrião se deu em 1727, quando os povos prometeram doar, em prol dos casamentos de suas altezas, príncipe e princesa reais, a bagatela de 125 arrobas de ouro.

A junta promovida por dom Lourenço de Almeida responsável por deliberar o Real Donativo foi a última a reunir grande contingente. Assinaram a ata 114 pessoas, entre as quais estavam os oficiais da câmara de Vila Rica, os procuradores das demais vilas e ainda “todas as pessoas de distinção de todos estes povos”, além dos principais funcionários régios da capitania (governador, provedor da Fazenda, procurador e ouvidores).⁹⁰⁷ Devido ao público avantajado, a sessão ocorreu na Igreja Matriz de Nossa

⁹⁰⁵ TERMO da junta que se fez em casa do exmo. senhor Conde das Galvêas, governador e capitão general destas Minas, por ordem de S. Majestade, com os procuradores das vilas deste governo, para declararem se achavam mais conveniente pagarem-se os quintos por capitação e apontarem alguns meios para evitar os danos que resultam à Fazenda Real dos descaminhos dos quintos, provisionalmente, enquanto S. Majestade toma a resolução que for servido. Vila Rica, 22 de março de 1734. APM, SC 24, fls.22-22v. TERMO da junta que se fez para se escolher o meio mais conveniente para a cobrança dos quintos e se evitarem os descaminhos deles. Vila Rica, 24 de março de 1734. APM, SC 24, fls. 24-25v.

⁹⁰⁶ TERMO que se fez no Palácio do exmo. senhor governador Gomes Freire de Andrade, adonde foram convocados os procuradores das câmaras destas Vilas das Minas, por ordem do mesmo exmo. senhor governador, para votarem sobre o modo melhor para comutar-se o Real quinto de S. Majestade, sem prejuízo do mesmo quinto e do Povo. Vila Rica, 30 de junho de 1735. APM, SC 24, fls.29-30. TERMO que se fez no palácio do exmo. senhor Gomes Freire de Andrade governador e capitão-general do Rio de Janeiro e sua capitanias, com o governo das Minas, e pedirem os procuradores das câmaras das vilas das mesmas Minas que as pessoas que estiverem culpadas por passar ouro em pó e fundir barras falsas fiquem perdoadas do dito crime até o presente cometidos estabelecida a capitação em que tinham votado e que esperavam Real clemência. Vila Rica, 30 de junho de 1735. APM, SC 24, fl. 31. TERMO que se fez no palácio do exmo. senhor Gomes Freire de Andrada governador e capitão-general do Rio de Janeiro e suas capitanias com o governo das Minas, pelos procuradores das câmaras e das vilas das mesmas Minas, sobre a capitação dos escravos, ofícios e lojas, vendas e negros forros, para com ela comutar-se o Real quinto, presente o mesmo senhor governador e Martinho de Mendonça Pina e Proença. Vila Rica, 1º de julho de 1735.

⁹⁰⁷ TERMO que se fez na Igreja de N. S. da Conceição de Antônio Dias em Junta que o governador e

Senhora da Conceição de Antônio Dias. Surpreendentemente, Henrique Lopes não esteve presente, sem que se saiba porque se ausentou de assembléia para a qual os critérios de convocação haviam sido latos. Talvez, já entrado em anos, estivesse debilitado pela doença que, pouco depois, o acometia e que viria a vitimá-lo em 1733.⁹⁰⁸ Somente um impedimento dessa natureza o excluiria da multidão de “pessoas de distinção” convocadas para essa reunião, formada por cerca de noventa participantes, mais de três quartos da audiência.

No cômputo geral, as 29 juntas realizadas nas Minas entre 1710 e 1727 envolveram pelo menos 323 pessoas. Pouco menos da metade dos procuradores (48,2%) participou de apenas uma junta, como demonstra o Gráfico 13. Grupo intermediário, atuante em duas, três ou quatro reuniões, somou 118 representantes, correspondentes a 36,5%. Somente 11,8% (38 representantes) atuaram na faixa superior entre cinco e nove assembleias. E com dez ou mais intervenções houve elite formada por seis pessoas apenas (1,8%).

Gráfico 13. Número de procuradores por número de juntas (1710-1727).Fonte: APM, SC 06

capitão general das Minas, d. Lourenço de Almeida, convocou de todas as câmaras e mais pessoas de distinção deste governo, para contribuírem com donativos para suprimimento dos gastos que precisamente se hão de fazer com os casamentos de S. A A., tudo conforme as ordens de S. Majestade que Deus guarde, que se acham registradas neste mesmo livro. Vila Rica, 22 de outubro de 1727.

⁹⁰⁸ Em março de 1729, o tabelião que registrou o testamento de Henrique Lopes encontrou-o em casa de “pé, porém, doente”. Três anos depois, na lavratura do último codicilo, estava “de cama” e ainda “doente de doença que Deus nosso senhor foi servido dar-lhe”. TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95, doc. 2.

Participe em oito juntas, Henrique Lopes de Araújo distinguiu-se entre os quinze principais procuradores, identificados no Quadro 31. Nesse grupo, existiram quatro funcionários designados pelo rei (dois governadores, um ouvidor e o tenente Felix de Azevedo Carneiro e Cunha). De maneira curiosa, dom Pedro de Almeida, governador que sistematicamente combateu a ocorrência de juntas, acabou por ser também o general que mais vezes as realizou. Dentre os representantes locais, o mais requisitado foi, sem dúvida, o capitão-mor da Vila do Carmo, Rafael da Silva e Souza. Ele e Henrique Lopes, ocupantes de idêntico posto militar à frente das ordenanças nas duas principais vilas da capitania, se assemelharam noutros aspectos. Minhotos enfeitados, ambos passaram pelo Rio de Janeiro antes de aportar na região das Minas Gerais, nos primeiros anos da descoberta. Os dois intervieram na contenda com os paulistas, filiados ao partido emboaba. Enriqueceram nas Minas e ocuparam espaços de poder importantes. Diferentemente do correligionário de Vila Rica, Souza e Silva teve assento constante na câmara do Carmo e, talvez por isso, acabou por alcançar maior destaque como procurador. Ambos enfrentaram problemas relativos às suas respectivas origens sociais, assunto que, como veremos no capítulo relativo aos hábitos de Cristo distribuídos aos vassalos de Minas (distinção que viriam a auferir), os dois procuraram esconder, mitigar ou mesmo falsear de diversas maneiras. Também merecem destaque os nomes de Manuel Dias de Meneses e Pascoal da Silva Guimarães. Atuantes em juntas realizadas até os anos 1718 e 1719, respectivamente, ausentes portanto de todas as audiências promovidas por dom Lourenço de Almeida na década seguinte, eles ainda assim se mantiveram entre os principais representantes do período.

Procuradores	Nº Juntas
1. Felix de Azevedo Carneiro e Cunha	16
2. Rafael da Silva e Souza	16
3. Manuel Dias de Meneses	12
4. Pascoal da Silva Guimarães	11
5. Silvestre Marques da Cunha	11
6. Antônio Francisco da Silva	10
7. Antônio de Freitas da Silva	9
8. Guilherme Mainarde da Silva	9
9. Manuel da Silva Ferreira	9
10. Dom Pedro de Almeida (governador)	9
11. Antônio Martins Leça	8
12. Dom Brás Baltasar da Silveira (governador)	8
13. Henrique Lopes de Araújo	8
14. José Luis Sol	8
15. Manuel Mosqueira da Rosa (ouvidor)	8

Quadro 31. Relação dos principais procuradores de juntas (1710-1727). Fonte: APM, SC 06

As juntas foram um importante fórum de distinção social e de classificação política. As designações utilizadas na qualificação de participantes, sobretudo de procuradores alheios à indicação camarária e não pertencentes ao círculo de funcionários régios e eclesiásticos, tiveram peso tão significativo a ponto de terem se transformado em objeto de disputa. Nas juntas presididas por Antônio de Albuquerque, optou-se pela descrição sumária dos postos religiosos, militares ou fazendários desempenhados pelos procuradores, prescindindo-se de qualquer denominação grupal ou que aludisse à condição social dos representantes. Já na época de dom Brás as qualificações foram comuns. Uma junta referiu-se aos “procuradores dos povos e nobreza deles” (Termo de 7 jan. 1714). Outra mencionou a presença de “procuradores das mais vilas e distritos delas, com os *homens bons e da governança* das Minas” (Termo 6 jan. 1714). A categoria *nobreza* foi mobilizada mais uma vez, para descrever “os procuradores das câmaras e nobreza delas” (Termo 1º fev. 1715). Ainda com dom Brás também se fez uso da expressão *peessoas principais*, empregada em três juntas consecutivas (Termos de 13 março e Termo de 18 de maio de. 1715). A generosidade política manifestada nessas juntas não se repetiu no mandato seguinte. Crítico das ambições enobrecedoras alimentadas por vassalos mineiros, Assumar restringiu o grau de distinção atribuído aos procuradores. Retomou a prática de descrever individualmente os nomes e os postos ou funções dos representantes, sem ater-se à classificação ou à condição social dos referidos. Assim procedeu, por exemplo, nos Termos de 1º e de 3 de março de 1718, os primeiros de seu mandato. No ano seguinte, pressionado a impor as Casas de Fundição, reuniu condescendentemente “todas as pessoas zelosas e bem afeitas ao serviço de S. Majestade” (Termo de 16 jun. 1719). Nas juntas posteriores, sob a pressão do movimento rebelde em Vila Rica, aludiu às “pessoas principais” que sobreviviam às portas do palácio, conforme registrado no Termo de 2 de julho de 1720, designação também reproduzida nas sessões de 24 de outubro desse ano. Por fim, nas conferências mais importantes convocadas por dom Lourenço de Almeida houve sempre menção generosa à posição social dos procuradores. No Termo de 25 de outubro de 1722, lembrou-se a presença de *peessoas principais*. Na audiência responsável por instituir a Casa de Fundição e Moeda, em janeiro de 1724, encontravam-se “todos os *homens bons* e vassalos zelosos e amantes do serviço de S. Majestade”. E na assembléia que definiu o valor do Real Donativo em 1727 congregaram-se “todas as *peessoas de distinção* de todos estes povos”.

Como se vê, a diversidade e a heterogeneidade das referências ditaram a regra. As nomeclaturas variaram de acordo com circunstâncias e interesses políticos de momento. Também refletiram a inclinação dos governadores, mais ou menos propensos a condescender com distinções sociais reivindicadas ou desejadas pelos procuradores. Foi-se da *nobreza* aos *homens bons e da governança*, das *pessoas principais* aos *vassalos zelosos* ou de *distinção*, até a omissão de toda e qualquer nomenclatura honorífica. Único a ser grafado em atas lavradas pelos três governadores que sucederam Antônio de Albuquerque, o conceito de pessoa principal parece ter sido o mais aceito e o mais adequado à condição social vacilante, fluida e mutável da elite mineradora. De origens sociais quase sempre plebéias, os procuradores definitivamente não podiam ser chamados nobres. Nem sempre pertenceram à *governança* – como Henrique Lopes o prova – e, por vezes, tampouco fizeram jus ao adjetivo “bom”, marcados que eram por máculas sociais relevantes, como o enfeitamento, a ilegitimidade, o trato mecânico e outros tipos de estigmas sociais. A noção de *principalidade*, ao contrário, permitiu escamotear os padrões clássicos de distinção e de pertencimento social válidos na sociedade portuguesa de Antigo Regime, para adequá-los e flexibilizá-los, em contraste com um meio local, de tipo colonial, muito diferente do verificado na metrópole.

O capitão-mor de Vila Rica foi considerado nas Minas – e apenas nas Minas – uma pessoa ou homem principal. Saído dos estratos mais vis e empobrecidos da classe plebéia, estigmatizado por diversos vínculos familiares e sociais negativos, Henrique Lopes só veio a obter algum grau de distinção após uma década, pelo menos, de estadia no interior colonial. Ali e somente ali tornou-se grande senhor de escravos, exerceu posto no oficialiato militar, possuiu cabedais e passou a frequentar ambientes políticos reservados às pessoas principais que, assim como ele, haviam galgado posições de maior prestígio a nível local.

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 **** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 **** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L
1. Agostinho Dias dos Santos																													X-8	1
2. Agostinho Francisco da Silva																											X-107			1
3. Agostinho Guido																											X-83			1
4. Alexandre da Cunha [XX]																													X- 114	1
5. Amaro Antunes e Souza						X- 30		X-61																						2
6. Amaro Soares Lousada													X-7	X-3																2
7. André Alves [XX]																											X-100			1
8. André Gomes Ferreira	X-30	X-27																				X- 16	X-37				X-93			5
9. Antônio [Pereira] ou [Vieira] de Macedo										X-16	X-12																			2
10. Antônio Alves de Magalhães			X-18	X-36																										2
11. Antônio Berquó Del Rio (Doutor)																								X-4	X-3	X- 3	X-3	X- -2	X-2	6
12. Antônio Borges de Mesquita																						X-6	X-8							2
13. Antônio Caetano Pinto Coelho																					X- 3			X-25						2
14. Antônio Cardoso de Souza, vigário da vara da Vila do Carmo						X-4		X-8	X-9																					3
15. Antônio Coelho de Oliveira								X-38																				X-33	2	
16. Antônio da Andrada e Góis	X-14	X-16						X-35																X-51						4
17. Antônio da Cunha [XX]																												X-55	1	
18. Antônio das Neves Cardoso																												X-13	1	
19. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (governador)	X- 1	X-1																												2
20. Antônio de [Araújo Gonçalves]																												X-25	1	
21. Antônio de [Min.a] Soto Maior						X-7		X-4																						2
22. Antônio de [Miraes] Pereira, capitão-mor de Vila Nova da Rainha								X-27																						1
23. Antônio de [São] Barbosa							X-6	X-22														X-8	X-32							4
24. Antônio de Brito Leiria															X-7	X-7	X- 7												X-94	4
25. Antônio de Freitas da Silva	X-9	X-20				X- 22		X-5		X-18			X-10											X-17	X-13			X-24	9	
26. Antônio de Moraes Raposo				X-26																										1
27. Antônio de Oliveira Leitão				X-45																										1
28. Antônio de Souza [Barros]																											X-64			1
29. Antônio Ferreira Pinto			X-7																X-7											2
30. Antônio Francisco da Silva	X-17	X-8				X- 25		X-26	X- 25	X-21	X-24		X-4	X-1					X-13											10
31. Antônio Gomes da Silveira																													X-75	1
32. Antônio Gomes das Neves								X-37																						1
33. Antônio Martins Leça			X- 14	X-13				X-29					X-9	X-4									X-26	X-8	X-11					8
34. Antônio Mendes [Teixeira] (Proc. V. Real)					X-4																									1
35. Antônio de Miranda																												X- 100	1	
36. Antônio Pestana Coimbra (Padre)													X-4		X-4	X-4	X- 4										X-21			5
37. Antônio Pimenta da Costa																												X-74	1	
38. Antônio Pires da Costa																											X-48			1
39. Antônio Ramos dos Reis																											X-43			1
40. Antônio Rodrigues de Almeida																											X-111			1
41. Antônio Rodrigues [Guerra]								X-54																						1
42. Antônio Sarmento																											X-56			1

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 **** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 **** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L
43. Antônio Viera da Silva (proc. V. N. da Rainha)								X-23																						1
44. Archângelo da Silva [Vieira]									X-15																					1
45. Baltasar [Fernandes] Sarzeda																							X-10	X-17			X-77		X-52	4
46. Baltasar Ribeiro [XX]																											X-25			1
47. Bartolomeu dos Santos																							X-14	X-10						2
48. Belchior dos Reis de Melo																						X-15	X-25	X-39					X-68	4
49. Bento Cabral Deça								X-48																						1
50. Bento Fernandes Furtado															X-15	X-15	X-16	X-9												4
51. Bento Gomes da [XX]																													X-67	1
52. Bernardo da Fonseca Lobo																													X-80	1
53. Bernardo de [Cerqueira]																											X-60			1
54. Bernardo Pereira de Gusmão															X-6	X-6	X-6		X-5				X-2							5
55. Bernardo Spínola de Castro																											X-90		X-70	2
56. Bernardo Vieira de Abreu	X-29	X-32																												2
57. [Bertolino] Lima																											X-62			1
58. Brás Baltasar da Silveira (Dom, Governador)				X-1		X-1		X-1	X-1	X-1	X-1	X-1	X-1																	8
59. Brás Ferreira de Lemos																													X-7	1
60. Caetano [XX] Braga																													X-95	1
61. Caetano Alvares de Araújo																													X-17	1
62. Caetano Álvares Rodrigues									X-37														X-30	X-38			X-37 e 103	X-116		5
63. Custódio da Silva Serra						X-39		X-20	X-21	X-12	X-19																			5
64. Damião de Oliveira e Souza				X-20		X-14																								2
65. Diogo de Aguiar [Tiago]																			X-17											1
66. Domingos Alvares [Fernandes]																											X-108			1
67. Domingos [Correa ou Coelho] Pereira																											X-27	X-111		2
68. Domingos da [Cruz]	X-19	X-21																												2
69. Domingos da Rocha [Ferreira]																											X-39		X-23	2
70. Domingos da Silva	X-13	X-15																												2
71. Domingos de Abreu Lisboa																						X-20		X-50		X-11	X-89		X-73	5
72. Domingos de Abreu Vieira								X-46																						1
73. Domingos de Oliveira																													X-88	1
74. Domingos de Souza Braga																						X-11	X-31				X-26		X-69	4
75. Domingos Dias da Silva						X-35																								1
76. Domingos do [Couto]								X-60																						1
77. Domingos Francisco de Oliveira			X-3																					X-36			X-102		X-9	3
78. Domingos Moreira Fernandes																											X-72			1
79. Domingos Nunes [Ferreira]																								X-45			X-63	X-8	X-53	4
80. Domingos Pinto								X-36 **** ***	X-13																					2
81. Domingos Teixeira																											X-92			1

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 ***** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 ***** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L	
82. Domingos Vaz Pinto	X-6	X-5																													2
83. Eugênio Freire de Andrada																				X-2		X-3		X-2		X-2	X-2				5
84. Faustino Pereira [da] Silva (atuou proc. cam. V. Nova Rainha)										X-15	X-11												X-15	X-30	X-21		X-31		X-98	7	
85. Faustino Rebelo Barbosa															X-11	X-11	X-12	X-5	X-21				X-13								6
86. Feliciano Pinto de Vasconcelos															X-12	X-12	X-13	X-6					X-16				X-15				6
87. Felix de Azevedo Carneiro e Cunha	X-18	X-10	X-17	X-16		X-11		X-45	X-12	X-10	X-21		X-6							X-4	X-11		X-9	X-11	X-14		X-24				16
88. Felix Pereira da Rocha																											X-98		X-43 e 112	2	
89. Fernando da Silva									X-30															X- 13	X-8		X-87		X-40 e 79	5	
90. Fernando de [Abreu]																											X-114			1	
91. Fernando de [Rosa ou Moraes] [Madeira]									X-22	X-30																					2
92. Fernando Dias Pais																							X-20								1
93. Francisco [XX] Braga																													X-30	1	
94. Francisco [XX] de Brito																											X-74			1	
95. Francisco [Barros] de Menezes						X-6																									1
96. Francisco Borges Teixeira	X-22	X-24																													2
97. Francisco da Costa Carneiro																													X-31	1	
98. Francisco da Costa de Oliveira			X-11					X-14	X-17	X-8	X-17	X-5												X-24							7
99. Francisco da Costa Ramos (Doutor)																					X-16										1
100. Francisco de Oliveira Vargas						X-27																									1
101. Francisco de Souza Lobo																											X-73			1	
102. Francisco do Amaral Coutinho				X-27				X-24		X-22	X-13												X-44	X-35			X-19				7
103. Francisco Ferreira de [Saa]			X-6	X-17					X-34										X-10		X-13		X-29								6
104. Francisco Hierônimo Pereira									X-27																						1
105. Francisco Leitão								X-55		X-13	X-20	X-11																			4
106. Francisco Maciel da Costa			X- 13																												1
107. Francisco Nogueira									X-14																						1
108. Francisco Peixoto Pinto								X-40														X-19	X-24	X-52							4
109. Francisco Pereira da Costa						X-15	X-4	X-25																							3
110. Francisco Rodrigues [Guerra]								X-58																							1
111. Francisco Rodrigues da Fonseca (Procurador da Coroa)																							X-33	X-3	X-4	X-4	X-4	X-5			6
112. Francisco Tinoco Braga																											X-75				1
113. Francisco Viegas Barbosa						X-36		X-12	X-4	X-5	X-5	X-4																			6
114. Garcia Rodrigues Pais				X- 28		X-34	X-5	X-57	X-23																						5
115. Gaspar dos [Reis] [Figueiredo]									X-35																				X-71		2

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 ***** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 ***** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L
116. Gaspar Soares [Rego] (proc. da cam. de São João)																								X-19	X-19		X-104			3
117. Gaspar Teixeira Chaves						X-41																								1
118. Gonçalo de Freitas Baracho				X-3																										1
119. Guilherme Mainarde da Silva															X-9	X-8	X-9	X-2	X-16					X-12	X-6		X-42		X-60	9
120. Henrique Lopes de Araújo				X-24		X-24			X-26	X-25	X-23		X-13											X-61			X-7			8
121. Henrique Moreira de Carvalho (Capitão)																											X-38			1
122. Henrique Pereira (Padre)																											X-20			1
123. Hierônimo Correia de Amaral																							X-4							1
124. Hierônimo Pereira da Fonseca																													X-92	1
125. Ignácio da Costa Montalvão																													X-34	1
126. Ignácio de Souza [Ferraz]																											X-57			1
127. Jacinto Barbosa Lopes			X-5	X-21																	X-21									3
128. [Jerônimo] da Fonseca [Gomes]																											X-10			1
129. João [Oliveira]								X-44		X-29	X-15																			3
130. João Antunes Maciel				X-25																										1
131. João Batista [Biuzan]									X-38																					1
132. João Carvalho de Oliveira																						X-18	X-27	X-47						3
133. João Carvalho Maia	X-28	X-31																												2
134. João Coelho Barros	X-31	X-19																											X-36	3
135 João [XX] de Carvalho																											X-97			1
136. João da Costa Carneiro																											X-101	X-35	2	
137. João de Barros Rego																								X-60			X-53			2
138. João de Castro Souto Maior																							X-40	X-22						2
139. João de Mello e Britto (Procurador da cam. São João e V.Real)																							X-18	X-18		X-91		X-22	4	
140. João da Silva Guimarães																													X-51	1
141. João de Souza Lobo																								X-9	X-15		X-78		X-14	4
142. João de Souza Souto Maior				X-39																										1
143. João Ferreira dos Santos													X-11						X-18							X-12	X-23 e 94	X-27 e 87	5	
144. João Gonçalves [BXX]																											X-67			1
145. João Machado [Castanheira]																							X-22							1
146. João Monteiro Santiago																								X-15	X-12					2
147. João Nogueira Ferreira								X-41		X-9	X-18	X-9												X-37			X-79		X-82	7
148. João Nunes [Vicente]																					X-17									1
149. João Pacheco Pereira (ouvidor)																													X-3	1
150. João Pais Rodrigues [Garcia]																							X-19							1
151. João Ribeiro Simões																					X-14			X-26					X-101	3
152. João Rodrigues de Oliveira				X-11																										1
153. João Soares [Caldas]	X-32	X-29			X-1																									3
154. João Tavares do [Amaral]																													X-113	1

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 **** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 **** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L	
155. João Teixeira de Azevedo																											X-55			1	
156. João Vaz Teixeira, vigário da vara de Pitangui	X-4	X-6				X-9																								3	
157. João Vieira Aranha																													X-11	1	
158. João Velho [Barros]																						X-9	X-23							2	
159. Jorge da Fonseca Freire				X-47																										1	
160. José [Almeida] [XX]																											X-14			1	
161. José Álvares [de Oliveira]	X-21	X-23																												2	
162. José Borges				X-37																										1	
163. José Borges Pinto	X-12	X-14																												2	
164. José Botelho Fogaça																								X-23			X-29			2	
165. José Coelho da Cunha								X-64																						1	
166. José Corrêa [Cordeiro]										X-28																				1	
167. José Corrêa de Miranda	X-8	X-12				X-31																					X-30			4	
168. José da Silva (Padre)																											X-69			1	
169. José da Silva Gomes																													X-62	1	
170. José de Figueiredo				X-31				X-9																						2	
171. José de Miranda Pereira																													X-97	1	
172. José de Queirós																													X-37	1	
173. José de São Boa Ventura Lisboa																											X-54		X-57	2	
174. José de Seixas Borges	X-24	X-26	X-21	X-32																										4	
175. José de Souza [Couto ou Coutinho]	X-3	X-2																												2	
176. José Ferreira de Carvalho																								X-55			X-16	X-9		3	
177. José Furtado de [Meireles]																											X-51			1	
178. José Furtado de Mendonça									X-32																					X-105	2
179. José Luis Sol										X-11	X-8	X-8	X-14	X-2													X-8	X-70		X-93	8
180. José Matos	X-23	X-18						X-49															X-12	X-42							5
181. José Neves dos Santos																													X-61	1	
182. José Nogueira [Ferraz] (padre vig. S. José del Rei)																							X-6							1	
183. José Nunes Neto																			X-15												1
184. José Pereira Brito				X-42																					X-31		X-14	X-32			4
185. José Rebelo Perdigão																							X-18	X-59					X-48	3	
186. José Rodrigues de Oliveira																				X-6										1	
187. Julião de Fontes Pinto																											X-80		X-81	2	
188. Leonel da Gama Bello				X-22																										1	
189. Lourenço de Almeida (Dom, Governador)																								X-1	X-1	X-1	X-1	X-1	X-1	6	
190. Lourenço de Valadares Vieira (procurador do vigário da vara de Vila Real)	X- 2	X-7				X-5		X-6																						4	
191. Lourenço Pereira da Silva																											X-13		X-21	2	
192. Lucas Ribeiro [XX]									X-7																					1	
193. Lucas Ribeiro de Almeida																													X-39	1	
194. [Luís ou Lourenço] de Abreo [Fraga]						X-23		X-7					X-16																	3	
195. Luís Borges da Cunha																													X-63	1	
196. Luis Botelho de Queiroz				X-4		X-3		X-2																						3	
197. Luis de [Figueiredo Leitão]																													X-110	1	

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 ***** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 ***** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L
198. Luis de Souza Lobo								X-51																						1
199. Luis do Couto	X-20	X-22						X-28																						3
200. Luís [Forte] Bustamante e Saa																												X-28	1	
201. Luís Gomes [Lira ou Freitas]																					X-21		X-58			X-42			3	
202. Luís José Ferreira de Gusmão																												X-72	1	
203. Luis Soares Meireles												X-15															X-86	X-96	3	
204. Luis Teixeira Ortega																											X-99		1	
205. Luis Tenório de Molina									X-23	X-25									X-8	X-5	X-5		X-34	X-33						7
206. Luiz de Affonseca Galvão																										X-45		X-104	2	
207. Manoel Antunes de Lemos								X-53																					1	
208. Manoel Bastos Viana																												X-59	1	
209. Manoel da Fonseca Pereira																											X-85		1	
210. Manoel de Araújo Brandão				X-2		X-2		X-3	X-2														X-6	X-7		X-43		X-20	4	
211. Manoel da Costa Amorim (ouvidor)				X-2		X-2		X-3	X-2																				4	
212. Manoel de Mello e Horta																											X-84		1	
213. Manoel de Mendonça Lima	X-25	X-17																											2	
214. Manoel Moreira de [Meireles]																												X-84	1	
215. Manoel de Queiros								X-43	X-33										X-19				X-41	X- 32			X-17	X- 37	7	
216. Manuel [Ferraz]																									X-5	X-6			2	
217. Manoel Ferreira Agrellos																								X-16	X-16			X-15	3	
218. Manoel Pinheiro [XX]																										X-7			1	
219. Manoel Rodrigues Soares						X-8	X-2	X-34							X-13	X-13	X-14	X-7												7
220. [Manuel] Afonso de Mello	X-27	X-30																											2	
221. Manuel Alves Corrêa (vigário da vara de Vila Rica)									X-8	X-2	X-3				X-3	X-3	X-3												6	
222. Manuel [Antônio] de [XX]																											X-59		1	
223. Manuel Antunes de Azevedo			X-1	X-6		X-12		X-32																					4	
224. Manuel Cabral Carvalho				X-9																									1	
225. Manuel Caetano Pereira Coelho																												X-50	1	
226. Manuel Cardoso Cruz																					X-19						X-18	X-103	3	
227. Manuel Coelho Neto																							X-11						1	
228. Manuel da Costa Araújo																					X-15								1	
229. Manuel da Costa Pinheiro								X-65													X-12								2	
230. Manuel da Costa Reyes																							X-10				X-88	X-19	3	
231. Manuel da Cruz de [?]									X-19																				1	
232. Manuel da Fonseca [?]																												X-91	1	
233. Manuel da Rocha de [Castro]																			X-11			X-17	X-28						3	
234. Manuel da Rocha Gandavo								X-11	X-3	X-26	X-26																		4	
235. Manuel da Rocha Lizante						X-28																							1	
236. Manuel da Silva da Fonseca																												X-66	1	

JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 ***** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 ***** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L		
237. Manuel da Silva Ferreira						X-18	X-3	X-18	X-11										X-20		X-22	X-13	X-36	X-40 X- 49							9	
238. Manuel da Silva Rosa				X-41																			X-53				X-106				3	
239. Manuel de [Carvalho] Botelho								X-59																							1	
240. Manuel da Silva de Affonseca					X-2														X-12		X-23			X-71							4	
241. [Manuel de Almeida]			X-15	X-33	X-3																										3	
242. Manuel de Andrada [e Gois]																								X-41		X-10	X-95				3	
243. Manuel de Borba Gato	X-5	X-3																													2	
244. Manuel de [Magalhães]																													X-6		1	
245. Manuel de Matos Fragoso								X-52																							1	
246. Manuel de [Seixas] da Fonseca																								X- 55							1	
247. Manuel de Souza Braga																													X-56		1	
248. Manoel Dias de [Carvalho]																											X-82				1	
249. Manuel Dias de Meneses			X-8			X-37		X-13	X-5	X-6	X-6	X-6	X-17		X-16	X-10	X-11	X-4														12
250. Manuel Fernandes [XX]																													X-78		1	
251. Manuel Gomes da Silva			X-2	X-12						X-7	X-7	X-7																	X-46		6	
252. Manuel Jorge [Rocha]																						X-7	X-35	X-44					X-42		4	
253. Manoel Luis Cordeiro (Doutor)																											X-110		X-44		2	
254. Manuel Machado (padre)																											X-61				1	
255. Manuel Mendes de [Almeida]																					X-24										1	
256. Manuel Mosqueira da Rosa										X-4	X-3	X-2	X-3		X-5	X-5	X-5		X-4												8	
257. Manuel Pereira [Batista]																											X-105				1	
258. Manuel [Oliveira] [Ferreira]																											X-58				1	
259. Manuel Ribeiro da [Silva]																			X-22				X-12								2	
260. Marcelo Pinto Ribeiro																								X-27			X-50				2	
261. Marcos da Costa Fonseca Castelo Branco						X-38				X-17																					2	
262. Martim Afonso de Mello																							X-21								1	
263. Martinho Vieira																				X-3		X-2	X-3								3	
264. Matias Barbosa da Silva																					X-7	X-4	X-7	X-46		X-9	X-112		X-10		7	
265. Matias Gonçalves																											X-109				1	
266. Matias Pereira de Souza																													X-4		1	
267. Maximiano de Oliveira Leite																											X-46		X-115		2	
268. Miguel de Araújo Velho																													X-76		1	
269. Miguel de Azevedo Dias Pereira	X-26	X-28									X-16																					3
270. Miguel Pires da Silva																													X-89		1	
271. Nazário [XX] de Azevedo																													X-18		1	
272. Nicolau [Antônio] Ferreira																													X-108		1	
273. Nicolau da Silva Bragança																													X-109		1	
274. Pascoal da Silva Guimarães	X-10	X-9	X-10	X-29		X-33		X-39	X-28	X-24	X-14		X-12						X-6													11
275. Paulo Martins da Gama					X-5			X-10							X-10	X-9	X-	X-3														6

																												11		
JUNTAS (POR DATA)	10/1 1/ 1710	1/12/ 1710	6/1/ 1714 **	7/1/ 1714 ***	12/ 4/ 171 4 *** *	1/2/ 171 5	3/2/ 171 5	13/3/ 1715	18/5 / 171 5	22/7/ 1716 **** *	22/7/ 1716	23/7/ 1716 **** **	14/8/ 1717	14/8/ 1717 (II)	1/3/ 1718	2/3/ 171 8	3/3 / 17 18	4/3/ 1718	16/6/ 1719	1/7/ 1720	2/7 / 17 20	24/1 0/ 1720	24/10 / 1720 (II)	25/10 / 1722	25/1 0/17 22 (II)	15/ 10/ 17 23	15/1/ 1724	9/ 7/ 17 24	22/10 / 1727	T O T A L
309. Silvestre Marques da Cunha (atuou como proc. Cam. São José)								X-50		X-14	X-22				X-17	X-16	X-18	X-10					X-14	X-20	X-20	X-6				11
310. Teodósio José Duarte Crespo															X-14	X-14	X-15	X-8												4
311. Teodósio Moreira da Cruz																											X-65		X-64	2
312. Teodósio Ribeiro de Andrade																					X-26			X-7	X-9		X-113			4
313. Thomé de Freitas																													X-85	1
314. Thomé de Souza																													X-45	1
315. Tomas de Gouvea Serra																													X-6	1
316. Tomé [Andrade] Freire																											X-96			1
317. Torquato Teixeira de Carvalho (vereador da Vila do Carmo)								X-19													X-8									2
318. Valério da Costa Gouveia (ouvidor)										X-3	X-2	X-3							X-3											4
319. Ventura Ferreira Vivaz			X-12	X-10		X-13	X-1	X-30	X-29																					6
320. Vicente de Souza (Padre)																								X-29			X-36			2
321. Vital Casado Rotier *****																							X-17							1
322. [XX] da Fonseca Ribeiro																													X-12	1
323. [XX] Antônio Rodrigues																													X-106	1
ILEGIVEIS	1	1	1	12	0	6	0	8	4	2	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	1	3			11		7	64
TOTAL	32	32	22	48	6	41	6	65	38	31	26	11	17	4	17	16	18	10	23	6	26	21	44	61	21	14	113	11	114	893

Quadro 32. Relação de procuradores presentes nas Juntas realizadas nas Minas entre 1710 e 1727.

*Nesse Quadro, o “X” marca a ocorrência de assinatura e o número a seguir indica a posição da rubrica na ordem das assinaturas. Nomes colocados entre colchetes representam dúvida ou possibilidade de erro na transcrição.

** Neste termo, foi possível a identificação de 15 nomes, dentre 22 assinaturas. A assinatura de Felix de Azevedo Carneiro e Cunha aparece riscada por borrão, entre as assinaturas de 16 e 17. Considerei-a como a vigésima segunda rubrica.

*** Esse termo teve data grafada erroneamente. A data correta, de 7 de janeiro de 1714, indica que foi realizada no dia seguinte à primeira junta presidida por dom Brás Baltasar da Silveira. Por demais apagadas, as assinaturas desse termo estão quase ilegíveis. Dentre as 48 assinaturas, só foi possível identificar 21 nomes. Houve numeração de assinaturas, grafada talvez extemporaneamente.

**** Nesse termo, assinaram apenas o governador dom Brás Baltasar da Silveira e quatro procuradores de cada uma das respectivas câmaras de Minas (São João, Vila Real, Vila do Carmo e Ouro Preto).

***** Nesse termo, a ordem das assinaturas foge à regra dos documentos anteriores. As rubricas parecem ter sido colocadas em linha horizontal, ao contrário dos demais termos, em que as assinaturas postam-se numeradas em linha vertical. Além disso, aparentemente, há ausência de uma folha, a de nº 62, que podia conter outras assinaturas.

***** Nesse termo estão as ausentes as folhas nº70, 71, 72 e 74, onde possivelmente se achavam outras assinaturas.

***** Aparentemente, a assinatura de Domingos Pinto não se assemelha à de Domingos Vaz Pinto, registrada nos termos de 10 de novembro e 1º de dezembro de 1710. Portanto, registro-o como indivíduo homônimo.

***** Segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Vital Casado Rotier foi membro de uma sociedade comercial sediada no Rio, com extensão nas Minas: “Vital Casado Rotier e Félix Casado Rotier (...) em 1714 formam uma companhia ‘desta cidade [do Rio de Janeiro] para as Minas do Ouro’. Felix dirigiu-se às minas com uma carregação que já fazia parte do capital da sociedade, e lá receberia novas mercadorias enviadas por Vital. Cf. AN, Escritura de Companhia e Sociedade, CSON, L. 20, f. 5 (1714). E também AHU, doc 3.379 – Auto de devassa que procedeu o juiz de fora e ouvidor-geral Vital Casado Rotier sobre os delitos de que eram acusados o padre Cláudio Gurgel do Amaral e seu filho (29/08/1713). SAMPAIO, A. C. J. de *Na Encruzilhada do Império...*, p. 251.

Cap. 13 – "Servindo esta graça de exemplo para os mais que servem nas Minas": o cavaleiro Henrique Lopes e as solicitações de hábito da Ordem de Cristo por vassalos mineiros na primeira metade do séc. XVIII.

Era Pascoal da Silva antigo nas Minas, onde a peso de ouro, na balança das suas tramoias, se soube fazer a fortuna que em Guimarães, sua pátria, lhe negou a humildade de seu nascimento e a vileza de seus ancestrais.

Discurso Histórico e Político

Ao completar doze anos de exercício no posto de capitão-mor, Henrique Lopes coligiu certidões, atestados e demais documentos comprobatórios de seus serviços e protocolou, junto ao Conselho Ultramarino, um requerimento de mercê, a solicitar para si o prestigiado hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Após longo trâmite burocrático, estendido nesse caso por seis anos, seu pedido obteve enfim desfecho favorável. Investido da patente maior das ordenanças, senhor de um extenso plantel de escravos, explorador da mais rica lavra de ouro de Vila Rica, anfitrião de generais e provedor da residência oficial dos governadores da capitania de Minas Gerais, o capitão-mor distinguiu-se ainda entre os poucos pioneiros locais que, oriundos de meios plebeus pobríssimos, tornaram-se cavaleiros da Ordem de Cristo na primeira metade do século XVIII.

A concessão de mercês aos vassalos que houvessem prestado serviços relevantes foi, como se sabe, pilar estruturante da monarquia portuguesa ao longo da Época Moderna. No reino e em suas possessões ou conquistas ultramarinas, todos esperavam que ações benéficas ao serviço real fossem remuneradas ou retribuídas pelo rei, através da concessão de mercês compatíveis à qualidade, à condição ou à importância do súdito e dos feitos obrados. A ideologia do serviço/recompensa, o anseio generalizado por honrarias e dádivas, que penetrou fundo mesmo em meios plebeus ou populares, e o controle régio sobre as Ordens Militares de Avis, de Santiago e de Cristo, conferindo aos monarcas o manejo de recursos materiais, simbólicos e políticos destinados à retribuição de serviços, possibilitaram a sobrevivência dessa “economia das mercês” até os estertores do Antigo Regime.⁹⁰⁹

A liberalidade, ou o gesto de dar, era função própria dos reis, assim como a atribuição de pedir constituía direito do súdito. Comum a diversas partes da Europa, essa relação havia sido criada e alimentada por tratadistas, teólogos e homens de leis desde a época medieval, sofrendo mutações importantes no período seguinte. Ao Príncipe competia manter a ordem e saber usar as virtudes da liberalidade, situando-se, de preferência, num meio termo entre a

⁹⁰⁹ OLIVAL, F. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)* Lisboa: Estar, 2001, p. 3-4.

avareza e a sovinice, a prodigalidade e o desperdício, extremos igualmente reprováveis segundo a ética aristotélica. Nos domínios lusitanos, todavia, a economia das mercês adquiriu matizes específicos. Até fins do reinado de D. João V, as principais obrigações dos reis portugueses consistiam em zelar pela religião e garantir a paz e a justiça em seus domínios.⁹¹⁰ A justiça era assim atributo prioritário da realeza e consistia, substancialmente, no ato de dar a cada um o que fosse seu, o que lhe fosse próprio, conforme sua condição, função ou qualidade no corpo social e político. A justiça distributiva adquiriu, em Portugal, centralidade tamanha a ponto de vir a condicionar a relação súdito-soberano, subordinando a fidelidade devida por vassallos à “real grandeza” do monarca, que se manifestava, sobretudo, através da justa retribuição por serviços prestados. A lógica de servir à Coroa, no expreso propósito de solicitar recompensas, tornou-se um modo de vida para tantos e diferentes grupos e indivíduos da sociedade portuguesa, da primeira nobreza até plebeus e mecânicos, incluindo por vezes aqueles desprovidos dos estatutos de “pureza de sangue” e de religião exigidos nas codificações que regulamentaram a economia das mercês.⁹¹¹

Outra peculiaridade do caso português decorreu da ambiguidade entre o notável poderio do rei, capaz de normatizar o processo de nobilitação e decidir, em última instância, a concessão e a instituição de mercês honoríficas, interferindo decisivamente nos mecanismos de ascensão e de controle social, contrastado à obrigatoriedade da retribuição, expectativa que, uma vez naturalizada, gerou forças centrífugas que convinha conter.⁹¹² Os autores de serviços não agiam movidos por mero amor ou devoção ao rei. Esperavam de fato auferir recompensas proporcionais às obras. A prestação de serviços fiava-se na previsão desse contrato de reciprocidade. E, na prática, por força da tradição de despachos e de remunerações, titulares de serviços reivindicaram ser recompensados a exemplo do que outros haviam conseguido. O volume crescente de peticionários exigiu a montagem de procedimentos burocráticos mais ou menos rigorosos e complexos, envolvidos na apreciação dos merecimentos reivindicados e das ações alegadas em cada requerimento. O controle da Coroa sobre esse processo explicitou a sua centralidade no agenciamento dos recursos

⁹¹⁰ HERMANN, J. *No Reino do Desejado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁹¹¹ OLIVAL, F. *As Ordens Militares...* p. 16-21.

⁹¹² Conforme demonstrou Aldair Rodrigues, a centralidade do rei na promoção social dos súditos se replicou nas carreiras eclesiásticas e na distribuição de familiaturas do Santo Ofício, distinção também muito cobiçada por vassallos de Minas Gerais. RODRIGUES, A. C. *Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado, p. 339-45; do mesmo autor, *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado.

honoríficos disponíveis. À medida de seu interesse e ao sabor de conjunturas as mais diversas, ela buscou ampliar o leque social de seus colaboradores, incorporando agentes não pertencentes à nobreza e ao clero, fosse para arregimentar serviços estratégicos, prestados por comunidades socioprofissionais especializadas, como a de bacharéis, letrados, homens de letras e juristas, fosse para estreitar laços políticos com elites ou lideranças locais, cujo apoio se desejava.⁹¹³

Nesse capítulo a mercê auferida por Henrique Lopes de Araújo será analisada em contraste com os demais requerimentos de hábitos da Ordem de Cristo solicitados por vassallos estabelecidos nas Minas na primeira metade do século XVIII.

13. 1. Elenco de Casos

Entre fins do século XVII e princípios dos setecentos, a primeira geração de aventureiros a se instalar no sertão da América portuguesa e povoar a região que viria a constituir a capitania de Minas Gerais teve acesso restrito às honrarias dispensadas pelo rei. Arrivistas que obtiveram êxito no novo território tonaram-se aspirantes à chamada “nobreza civil ou política”, isto é, a pequena nobreza dependente de atribuição dada pelo rei, por “graça” ou por remuneração de serviços prestados. A retribuição real mais solicitada e a que também foi a mais concedida consistiu no hábito de Ordens Militares, especialmente a de Cristo.⁹¹⁴ Até meado do século pelo menos quarenta e seis vassallos residentes na região mineradora requereram o hábito de cavaleiro da Ordem Cristo, conforme explicitado no Quadro 41, posto em anexo ao final desse capítulo. Verdade é que essa listagem desconsidera as solicitações realizadas por sertanistas e por paulistas que estiveram envolvidos nos descobrimentos auríferos durante o reinado de D. Pedro II. Vinculadas a um contexto específico, de nuance própria, que antecedeu a colonização das Minas, no qual pesava o interesse da Coroa em garantir o manifesto de achados, em troca de mercês copiosamente prometidas e pouco instituídas, tais petições fugiram ao propósito dessa investigação e não foram consideradas aqui.⁹¹⁵

⁹¹³ OLIVAL, F. *As Ordens Militares...* p. 25-31.

⁹¹⁴ MONTEIRO, N. G. “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”. *Ler História*, n. 10, 1987, p. 15-51. SILVA, M. B. N. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Edunesp, 2005, especialmente Cap.1, “Conceito de Nobreza”, p. 15-40. RAMINELLI, R. “Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista”, *Revista de História*, n. 169, 2013, p. 83-110.

⁹¹⁵ Em 1694, o rei prometeu aos descobridores de minas a concessão do foro de fidalgo da Casa Real acrescido de hábito de uma das Ordens Militares. Consideramos que estiveram incluídos nesse contexto os hábitos recebidos por Garcia Rodrigues Paes, João Amaro Maciel Parente, José de Seixas Borges, Maximiano de Oliveira Leite e Domingos Rodrigues do Prado. ANDRADE, F. E. de. *A Invenção das Minas Gerais: empresas,*

Os requerimentos e demais peças documentais de aspirantes mineiros na primeira metade do século XVIII acham-se dispersos, fragmentados e desigualmente preservados em arquivos portugueses e brasileiros. Para identificá-los e distingui-los, foi necessário percorrer diversos fundos documentais, como os avulsos da capitania de Minas Gerais e as Consultas de Mercês Gerais, coleções lotadas no Arquivo Histórico Ultramarino – a primeira disponível em formato digital –, as Habilitações e a Chancelaria da Ordem de Cristo, na Torre do Tombo, e até mesmo a Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, no Arquivo Público Mineiro. Outra dificuldade resultou de que a papelada raramente sobreviveu na íntegra. Por exemplo, para o caso de José Botelho Fogaça, dispomos de seu requerimento e de todas as certidões, fês de ofício e demais documentos comprobatórios que enviou ao Conselho Ultramarino e ali ficaram arquivados na documentação avulsa. Mas, na Torre do Tombo, inexistente registro de sua habilitação e provanças na Ordem de Cristo, e tampouco de mercê ou provisão do hábito, o que sugere a hipótese de que seu requerimento tenha sido rejeitado pelo rei, abortando o processo.⁹¹⁶ Por outro lado, dos papéis de Henrique Lopes de Araújo temos o requerimento principal e o parecer do Ultramarino, a habilitação e o que restou das provanças e, por fim, a provisão do hábito na Chancelaria. Porém suas certidões, fês-de-ofício e comprovações de serviços desapareceram. Para o caso de Antônio Pereira Machado todas as provas disponíveis são alheias ao processo burocrático ou extemporâneas.⁹¹⁷

Além dos peticionários localizáveis no catálogo da documentação avulsa de Minas Gerais no AHU, a busca por outros requerentes demandou cruzamento de dados. Um guia valioso consistiu na listagem dos representantes com assento nas juntas de procuradores ocorridas em Minas Gerais entre 1710 e 1727, nas quais constaram nomes de candidatos potenciais à nobilitação, uma vez que tais assembleias reuniram os mais destacados “homens principais” da capitania e constituíram, em si, como veremos, um dos eventos mais frequentemente relatados nos requerimentos.⁹¹⁸ No rol de procuradores de juntas foi possível identificar em diversas coleções documentais mineiros que efetivamente solicitaram o hábito. A dispersão por arquivos portugueses talvez explique por que tais registros permaneceram pouco acessíveis à historiografia brasileira. Roberta Stumpf, autora do único estudo de fôlego dedicado aos mineiros que concorreram ao hábito da Ordem de Cristo, privilegiou as mercês

descobrimientos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 87.

⁹¹⁶ Seu nome também está ausente do catálogo compilado por BORREGO, N. G. P. *Habilitações nas Ordens Militares*. Séculos XVII a XIX, v. 2 (Letras G-J). Lisboa: Guarda-mor, 2008.

⁹¹⁷ VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 413. AHU, MG, cx. 9, doc. 65; cx. 162, doc. 25.

⁹¹⁸ Elenquei os participantes de 28 juntas de procuradores realizadas até 1727.

expedidas na segunda metade do século XVIII, geradoras de um acervo documental mais amplo e completo, que não fora mutilado pelo terremoto de 1755.⁹¹⁹ Antes dela, Maria Beatriz Nizza da Silva também se concentrara em casos desse período, citando poucos requerimentos pretéritos, sem ater-se a eles.⁹²⁰ O levantamento mais acurado para a primeira metade do século XVIII foi feito por Ana Paula Pereira Costa, em recente estudo que, circunscrito à comarca de Vila Rica (a abranger os termos de Vila Rica e da Vila do Carmo), elencou trinta e um “potentados” mineiros aspirantes ao hábito de cavaleiro. Interessada em demonstrar o afã por honrarias nobilitantes entre membros da elite local, a autora situou as petições de hábito como índices desse anseio distintivo, porém não questionou os processos de nobilitação e cometeu equívocos na leitura de alguns documentos.⁹²¹

A listagem apresentada no Quadro anexo a esse capítulo arrola nomes de requerentes cujas fontes subsidiaram informações básicas sobre a solicitação do hábito, o que implicou no descarte de casos não comprovados empiricamente ou que fugissem ao eixo cronológico estudado.⁹²² Embora seja o mais robusto levantamento de cavaleiros mineiros da primeira

⁹¹⁹ Stumpf estudou mais detidamente oitenta e nove casos de solicitantes que basearam seus pedidos na cláusula do alvará de 1750, que previa a retribuição do hábito aos mineradores que levassem oito arrobas de ouro ou mais até as Casas de Fundação. STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado em História, p. 142. Estima-se que o terremoto tenha sido fatal para a documentação gerada no âmbito da Mesa da Consciência e Ordens, instituição que executava as chamadas provanças, investigações responsáveis por avaliar a origem familiar, os estatutos de limpeza de sangue e a trajetória pessoal e a ascendência dos solicitantes. Os documentos congêneres que restaram na Torre do Tombo, agrupados sob a denominação de habilitações, contém apenas as consultas de dispensa dos que, por algum defeito, tiveram impedimento apontado nas provanças. Em todos os casos, perderam-se irremediavelmente os interrogatórios, depoimentos e demais registros produzidos nessas investigações.

⁹²⁰ Silva e Stumpf valeram-se, sobretudo, da documentação avulsa da capitania de Minas Gerais no AHU e das Habilitações da Ordem de Cristo, lotadas no ANTT, mas ignoraram as Consultas de Mercês Gerais, também no AHU, onde pareceres sobre solicitantes mineiros se acham registrados. SILVA, M. B. N. “A Coroa e a remuneração dos vassalos” In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p. 191-220. STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro...* p. 142.

⁹²¹ Desatenta às anotações marginais feitas nos processos de habilitação para a Ordem de Cristo, cruciais para o entendimento de resoluções de dispensa de impedimento e de concessão do hábito, a autora equivocou-se, por exemplo, na apreciação das dispensas concedidas a Henrique Lopes de Araújo e a Antônio Martins Leça, entre outros lapsos do mesmo tipo. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010, p. 126-27, 160.

⁹²² Além dos requerentes ligados ao bandeirismo, desconsidere outros nomes de supostos cavaleiros. Por exemplo, da listagem apresentada por Ana Paula Costa, formada por trinta e um mineiros que teriam sido postulantes do hábito de Cristo, descartei seis nomes, pelos motivos seguintes. 1- Antônio Alves Ferreira: a autora imputa-lhe a posse do hábito com base no inventário de seus bens, mas não encontrei registro de seu requerimento, nem de sua habilitação e tampouco da provisão de seu hábito. 2- Francisco Pais de Oliveira: era filho de Maximiano de Oliveira Leite e veio a solicitar hábito de Cristo em 1755, petição que foge, portanto, ao limite cronológico proposto; 3- João Amaro Maciel Parente: sertanista, atuou em entradas descobridoras sucedidas desde a década de 1670, enquadrando-se, dessa forma, no conjunto de paulistas que reivindicaram

metade do século XVIII, essa relação não tem a pretensão de esgotar o assunto e tampouco de contemplar a totalidade dos pedidos solicitados até 1750.⁹²³ Tudo indica, ao contrário, que nas Minas solicitações do hábito de Cristo foram mais comuns do que já se pensou. Sem embargo, os exemplos computados constituem parcela muito representativa desse conjunto e permitem caracterizar com alguma precisão a política de distribuição de hábitos em Minas Gerais. Contrastada aos demais casos de cavaleiros mineiros na mesma época, a habilitação de Henrique Lopes será melhor compreendida e avaliada.

13. 2. Análise das solicitações de hábito de Cristo

Na primeira metade do século XVIII, a remuneração de serviços mineiros teve características distintas. A partir do alvará de 3 de dezembro de 1750 instituiu-se uma nova porta de acesso às mercês, através da cláusula que previu a disponibilização de honrarias aos exploradores que levassem oito arrobas de ouro, ou mais, até as Casas de Fundação, expediente de que se valeram, desde então, muitos aspirantes ao hábito de Cristo, sem dúvida a mercê mais solicitada, porque mais facilmente alcançável, pelos súditos locais.⁹²⁴ Como percebeu Maria B. N. da Silva, comparadas aos pedidos amparados no alvará de 1750, que prescrevia remuneração por serviço previamente acordado, as petições mineiras anteriores ou alheias a esse dispositivo alegaram gama fluída e flexível de serviços, executados num contexto de relativa paz internacional, após a Guerra de Sucessão Espanhola, no qual rarearam conflitos armados propícios à proliferação de feitos obrados em “guerra viva”. Por

mercês por descobrimento de minas; 4- João Lobo Leite Pereira: em 1735, o governador Gomes Freire de Andrade declarou que a personagem era “Fidalgo da Casa Real, natural da Vila de Santarem”. Participou de companhia militar incumbida da guarda pessoal do monarca D. Pedro II. Não achei referência a seu requerimento de solicitação de hábito. 5- Manuel da Costa Amorim, primeiro ouvidor de Vila Rica. Obteve o Hábito de Cristo, porém, sendo funcionário da Coroa com provisão trienal, pouco tempo residiu em Minas Gerais. 6- Mathias Barbosa da Silva: a autora imputou-lhe recebimento do hábito de Cristo com base no inventário de seus bens, mas não encontrei registro de seu requerimento, nem de sua habilitação e tampouco de sua provisão como cavaleiro. FRANCO, F. de A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 69 e 132. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em...* p. 69. AHU-Minas Gerais, cx. 36, doc. 4; cx. 108, doc. 69. SANTOS, F. L. M. dos. *Entre honras, heróis e covardes: invasões francesas e disputas político-militares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação de Mestrado, p. 40-42.

⁹²³ Roberta Stumpf contabilizou para a primeira metade do século XVIII apenas dezessete pedidos de hábito por parte de vassalos mineiros, incluindo os solicitantes da geração bandeirista, mas não elencou seus nomes, nem tampouco detalhou a documentação correspondente aos casos. Dos cavaleiros identificados por Ana Paula Costa, desconsiderando-se os seis nomes descritos na nota anterior, restaram vinte e cinco requerentes, todos eles presentes no Quadro I. A listagem formada por quarenta e seis nomes acrescenta, portanto, outros vinte e um casos não considerados até o momento. STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro...* p. 142. COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em...* p. 69.

⁹²⁴ STUMPF, R. G. *Cavaleiros do Ouro...* p. 144.

esse ponto de vista, os meios de nobilitação teriam sido mais restritos na metade inicial da centúria.⁹²⁵

Outro fator distintivo dos primeiros tempos resultou da origem e das aspirações sociais dos povoadores. Saídos de meios plebeus humildes para se projetarem no sertão colonial, os requerentes da primeira geração protagonizaram experiências de vertiginosa ascensão social e tiveram suas vidas radicalmente transformadas pela experiência mineradora. A exemplo do aluvião aurífero, que brotava à flor da terra para rapidamente esgotar-se e vir a manifestar-se alhures, as normas e classificações sociais se desfizeram e se reconstruíram nas Minas. A Coroa portuguesa não demorou a projetar estigmas negativos na compreensão do fenômeno minerador e a condenar as convulsões sociais que ali se desenrolavam, protagonizadas por toda cesta de gente plebeia do império lusitano. Se aventureiros podiam, com sorte, extrair quinhões, a fortuna proporcionada pelo ouro demorou algum tempo para produzir reconhecimento político em Lisboa. E quando tal reconhecimento, enfim, se deu, as Minas já haviam forjado internamente, desde muito, os seus próprios códigos de classificação e estratificação social.

Conforme pode ser observado no Quadro 33, ao longo das duas primeiras décadas do século XVIII um único minerador chegou a habilitar-se na Ordem de Cristo. Tratou-se do mestre de campo Manuel Rodrigues Soares, primo de Manuel Nunes Viana, dois célebres emboabas que significativamente vieram a tornar-se cavaleiros. Em 1718, sob comissão do Conde de Assumar, Rodrigues Soares efetuara a prisão do “régulo e facinoroso” José Gurgel de Amaral, homem procurado por crimes atrozes cometidos no Rio de Janeiro. Pelo feito, o hábito lhe fora prometido. “Destituído de tropas” no princípio de seu mandato, o governador considerava que poderosos controversos como os dois primos se “por uma parte em algumas coisas abusam do seu poder, em outras são mui essenciais ao mesmo serviço de V. Majestade pois servem aos governadores de instrumento”.⁹²⁶ Repreendido por rei ainda parcimonioso na distribuição de honrarias aos vassalos da região, Assumar argumentou que se a promessa não fosse cumprida “não haverá homem nas Minas que dê execução à ordem nenhuma minha, nem se creia no que eu lhe disser”. O controle sobre a comarca do Rio das Velhas dependia “absolutamente” da cooperação de Rodrigues Soares.⁹²⁷ Com efeito, ano e meio depois, o

⁹²⁵ SILVA, M. B. N. “A Coroa e a ...” p. 198.

⁹²⁶ CARTA de dom Pedro de Almeida para o Marques de Angeja. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717. APM, SC 11, fl. 8v.-10.

⁹²⁷ SOBRE a prisão de José Gurgel do Amaral. Vila do Carmo, março de 1718. APM, SC 04, p. 506.

mestre de campo foi dispensado da mecânica herdada ao pai marinheiro e pôde enfim solicitar a chancela do hábito, o primeiro auferido por um cavaleiro nas Minas.⁹²⁸

Período	1716-20	1721-25	1726-30	1731-35	1736-40	1741-45	1746-50	Total
Nº de Cavaleiros	1	4	4	6	1	4	3	23

Quadro 33. Hábitos da Ordem de Cristo conferidos a vassalos atuantes nas Minas na primeira metade do séc.XVIII.* Fonte: cf. Quadro 41, ao final do capítulo.

*Esse quadro considera apenas os hábitos que sabidamente foram concedidos aos próprios mineradores requerentes. Excluem-se as solicitações rejeitadas e de desfecho desconhecido e também os casos de hábitos imputados a terceiros.

Diversos elementos pontuaram esse lapso. As décadas inaugurais do século XVIII coincidiram com o período de maior estigmatização dos moradores. A Coroa absorveu negativamente a imagem atribuída aos primeiros desbravadores e povoadores da região, fossem paulistas ou forasteiros. Rebeldes, indômitos, mestiços, mulatos, mecânicos, plebeus sem origem, arrivistas que nada tinham a perder foram designativos comumente aplicados na caracterização dos habitantes. A legenda negra associada aos paulistas sempre restringira o acesso de bandeirantes e sertanistas aos hábitos de Ordens Militares.⁹²⁹ Considerando as mercês atribuídas a sertanistas até 1750, Francisco Eduardo de Andrade notou dois foros de fidalgo da Casa Real e quatro hábitos da Ordem de Cristo apenas.⁹³⁰ O Conselho Ultramarino, por exemplo, na apreciação dos méritos de Garcia Rodrigues Paes, valorizou o simples fato de que, sendo paulista, o suplicante “não se envolvia em revoluções como muitos dos seus conterrâneos”. O arguto conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, cético quanto à validade dos serviços prestados por aquele sertanista, aos quais atribuía “maior ruído do que realidade”, admitiu que, por ser “manso e obediente” entre tantos outros “indômitos e pouco obedientes”, merecia o reconhecimento real.⁹³¹ Mácula semelhante estendeu-se aos demais vassalos de Minas Gerais, como fizeram notar os autores de um conhecido *Discurso*: “a todos é bem notório que a sua criação foi de homens brutos e facinorosos, que para o serem lhes bastava ou ser paulistas ou tratar com eles”. Nos mineiros se repetiam os mesmos “vícios” achados na gente planaltina. Impossível nobreza podia, assim, advir da taverna, do alcouce e das voltas de

⁹²⁸ Ressalve-se o caso José Martins Figueira. Chegado às Minas em 1719, como tenente de Dragões, já possuía o hábito de Cristo, obtido no ano anterior, por meio de dispensa de mecânica. Os serviços pelos quais foi remunerado haviam sido obrados na cavalaria de Estremadura, na província do Alentejo, e no principado da Catalunha, em praça de soldado, cabo de esquadra e nos postos de furriel, alferes e tenente. AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cod. 88, fl. 126v.-127v. ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 98, fl. 107-107v. HABILITAÇÃO de Manuel Rodrigues Soares. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, HOC, mç. 45, doc. 45.

⁹²⁹ “Raramente os paulistas surgem na documentação das ordens militares até meados do século XVIII.” SILVA, M. B. N. da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Edunesp, 2005, p. 110

⁹³⁰ ANDRADE, F. E. de. *A Invenção das Minas Gerais*...p. 355-57.

⁹³¹ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cód. 87, fls. 167v.-170.

uma bateia.⁹³²

O perfil social dos povoadores também explica a lacuna. A maioria deles jamais houvera serviço ao rei anteriormente e tampouco desfrutara de postos militares, ofícios civis ou cargos da governança local em seus respectivos meios de origem. Muitos sequer vislumbravam ou cogitavam a hipótese de que a experiência sertaneja viesse a lhes proporcionar acesso a posições privilegiadas, a partir das quais pudessem vir a almejar retribuições honoríficas. Tantos foram os que, ao contrário, preferiram o isolamento e evitaram qualquer contato com o Estado lusitano, a devassar o sertão incógnito a cada aproximação de funcionário real. Inicialmente nivelados pela origem plebeia, os primeiros arrivistas responderam de formas diversas aos desafios colocados ao longo do processo inicial de ocupação e de colonização do território. Poucos acumularam os predicados necessários a figurar entre os “homens principais” da terra, uma espécie de nobreza colonial forjada segundo suas próprias regras. E apenas uma minoria ínfima dentre esses conseguiu conjugar abundância material, poder de mando e respeitabilidade a nível local, prestação de serviços ao rei e o alcance de mercê nobilitante atribuída pelo monarca.

As concessões se avolumaram em princípios da década de 1720 e, desde então, se sucederam em conjunturas mais ou menos propícias, com períodos de inflexão e recuo. O momento capital desse processo se deu ao longo do mandato de dom Lourenço de Almeida (1721-1732), sem dúvida o governador que mais decididamente mediu, promoveu e patrocinou o interesse de vassalos locais sequiosos de honrarias. Não por acaso, mais da metade dos requerimentos (26 casos) feitos até 1750 foram protocolados ao longo de sua gestão à frente da capitania de Minas Gerais. Mesmo processos posteriores, como os de José Martins Figueira, Domingos da Rocha Ferreira, Nicolau da Silva Bragança e Rafael da Silva e Sousa, entre outros, valeram-se copiosamente de certidões, fés de ofício e outros documentos comprobatórios exarados por esse general. Dom Lourenço explorou, como ninguém, a percepção de que “todos estes homens estimam muito tirarem certidões de agradecimentos”.⁹³³ Outros fatores também contribuíram para transformar, na década de 1720, a política de distribuição de mercês aos vassalos de Minas. Desde a revolta de Vila Rica, evento matricial na delimitação de serviços remuneráveis, havia se criado contexto benéfico. O dismantelamento do movimento rebelde dera origem ao primeiro agradecimento

⁹³² *DISCURSO Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 164.

⁹³³ *RAPM*, v. 31, 1980, p. 156.

público expressado pelo rei aos súditos fiéis da capitania. Por outro lado, aquele decênio propiciou o crescimento das rendas auferidas pela Real Fazenda em Minas Gerais, ampliando o leque de serviços decretáveis, especialmente dos que resultavam em levantamento de fundos, como fossem a cobrança e arrecadação dos quintos, a arrematação de direitos e de contratos e também a contribuição direta em donativos, ações que visavam engordar os cofres reais. Diretamente relacionadas a esse último aspecto, a participação em juntas de procuradores e em outros fóruns locais responsáveis pela imposição de direitos e tributos tornou-se um requisito sempre lembrado nas petições.

Foi possível determinar a naturalidade de trinta e sete requerentes. Um terço provinha da província de Entre Douro e Minho e a quarta parte, da Estremadura. Não se notaram homens da Beira, nem alentejanos e algarvios. Apenas quatro nasceram no Brasil, dois baianos, um paulista e um pernambucano. Os termos de Braga e Porto, com seis solicitantes cada, e de Lisboa, com cinco, foram os que mais forneceram mineiros aspirantes ao hábito, como se observa no Quadro 34.

Província	Nº	Lugar	Nº
Açores	1	Ilha de Santa Maria	1
Brasil	4	Bahia	1
		Cachoeira (BA)	1
		Olinda (PE)	1
		São Paulo (SP)	1
Entre Douro e Minho	15	Barcelos (Termo)	1
		Braga (Termo e Arcebispado)	6
		Guimarães	1
		Porto	6
		Viana do Castelo	1
Estremadura	11	Alenquer	1
		Évora de Alcobaça	2
		Lisboa	5
		Óbidos	2
		Santarém	1
Trás os Montes	3	Chaves	1
		Lamego (Bispado)	1
		São Julião de Palácios (Bragança)	1
Incerta	3	Santo Amaro	1
		Reino	2
Desconhecida	9	Desconhecido	9
Total	46	Total	46

Quadro 34. Naturalidade dos mineiros solicitantes do Hábito de Cristo. Fonte: cf. Quadro 41, ao final do capítulo.

O cruzamento de dados referentes à naturalidade e aos locais de prestação de serviço sugere que suplicantes nascidos em Lisboa e na província de Estremadura tiveram origem social menos modesta, o que lhes teria possibilitado melhores meios de ascensão social e melhores condições de ingresso no serviço real, quando comparados a seus conterrâneos do

norte. Apenas três requerentes arrolaram obras realizadas em Portugal, anteriormente à vinda para as Minas, dentre os quais dois eram lisboetas. Outro nascido na Corte, José Rebelo Perdigão, embora prescindisse de serviços prestados no Reino, saíra da terra natal já na condição de secretário do governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Meneses, no momento do *rush* minerador.⁹³⁴ Diferentemente, entre os minhotos predominaram plebeus cujos préstimos ao rei haviam se desenrolado apenas em Minas. Outros conjugaram a experiência mineradora à de regiões diversas do Brasil, incluindo a Colônia do Sacramento, como ocorreu com José Meira da Rocha.⁹³⁵ O militar Manuel da Costa Pinheiro, que lutara a Guerra de Sucessão antes de acompanhar dom Brás Baltasar da Silveira à capitania de São Paulo, para ali assumir o posto de ajudante de tenente, foi o único minhoto a obter hábito de Cristo por conta de feitos obrados previamente. Envolvido no serviço real desde 1702, nos postos de soldado, cabo de esquadra, sargento e alferes tenente, auferiu o hábito em 1722, quando tinha apenas nove anos de estadia no interior colonial.⁹³⁶

O que mais chama atenção no Quadro 35 é a maciça presença, em todas as naturalidades, de solicitantes cujos méritos consumiram-se exclusivamente no território minerador, a representar dois terços dos requerentes. O dado comprova que, para esses aspirantes a cavaleiro, as oportunidades e experiências vivenciadas nas Minas foram decisivas e únicas, no sentido de propiciar-lhes, pela primeira vez, o desempenho de serviços, o exercício de postos e o acúmulo de meios materiais indispensáveis à expectativa de nobilitação. Uma vez fixados com êxito no novo território, não chegaram a desgarrar-se do meio local onde haviam se destacado e inexistia notícia de cavaleiro que cumulasse serviços inicialmente prestados nas Minas e outros feitos alhures *a posteriori*.

Naturalidade	Serviços no Reino	Noutras partes do Brasil	Apenas nas Minas
Açores			1
Brasil		2	3
Entre Douro e Minho	1	6	9
Estremadura	2	2	6
Trás-os-Montes		1	1
Incerta			3
Desconhecida		2	7
TOTAL	3	13	30

Quadro 35. Naturalidade e localidades de prestação de serviço. Fonte: cf Quadro 41, ao final do capítulo.

Dentre as diversas regiões que compunham o território minerador, a das Minas Gerais

⁹³⁴ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cód. 88, fls. 49v.-53.

⁹³⁵ AHU, MG, cx. 44, doc. 22.

⁹³⁶ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 164, fl. 36v.-37v.

concentrou a maior carga de serviços prestados, comparativamente à do Rio das Velhas e à do Rio das Mortes. Especificamente, o termo da Vila do Carmo foi a localidade mais referenciada nos requerimentos, como demonstra o Quadro 36, o que permite afirmar terem residido e trabalhado ali a maior porção relativa de aspirantes ao hábito. Vila Rica ostentou o segundo séquito de solicitantes, a que se seguiram, com incidências menores, vilas e áreas situadas na comarca do Rio das Velhas, como Sabará, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe e o Sertão do São Francisco. A preponderância do Carmo se deveu a dois fatores interligados: a importância da vila, sede político-militar das Minas ao longo da década de 1710, morada dos governadores dom Brás Baltasar e dom Pedro de Almeida e de alguns dos mais destacados homens principais da capitania; e a extensão de seu termo, a abrigar distritos populosos como Sumidouro, Inficionado e Catas Altas, onde residiram alguns cavaleiros. No termo de Vila Rica, o distrito de São Bartolomeu abrigou dois requerentes, o de Itaubira mais um e a sede principal, os demais. Comparada à comarca do Ouro Preto, a representatividade do Rio das Velhas atesta a sua posição secundarizada. Os cavaleiros de Sabará e de Vila Nova da Rainha haviam sido expoentes dos primeiros tempos, como Manuel Rodrigues Soares, Manuel Nunes Viana, Sebastião Barbosa Prado e Antônio Pereira Jardim, atuantes num contexto em que era maior a relevância estratégica do Rio das Velhas, núcleo dos principais paulistas, berço da Guerra dos Emboabas e área de jurisdição disputada pelos governos do Rio de Janeiro e da Bahia. No entanto, preterida como sede política e incapaz de concorrer com a pujança mineradora das Minas Gerais, a terra de Borba Gato gerou menor número de cavaleiros. Nem mesmo a descoberta de diamantes no Serro do Frio alterou significativamente o quadro. Saliente-se, por fim, que a comarca do Rio das Mortes, com apenas dois requerentes, um de São João del Rei e outro de Paraibuna, ofereceu os mais modestos meios de enobrecimento à sua elite local no período.

Outras	Nº	Minas	Nº
Colônia do Sacramento	1	Guarapiranga	1
Corte (Lisboa)	2	Minas	
Currais (BA)	2	Paracatu /Sertões de Minas	1
Goiás	1	Registro do Paraibuna	1
Recôncavo (BA)	2	Rio das Velhas/Sabará	4
Reino	3	São João Del Rei	1
Rio de Janeiro	3	Sertões do São Francisco	1
Salvador/Bahia	3	Vila do Carmo	16
Santos (SP)	2	Vila do Príncipe	2
São Paulo	2	Vila Nova da Rainha	5
		Vila Rica	14

Quadro 36. Cidades, vilas e localidades referenciadas nos serviços. Fonte: cf. Quadro 41, ao final do capítulo.

Um dos critérios avaliados na concessão do hábito, a temporalidade ou o intervalo cronológico no decorrer do qual se desenrolaram os serviços foi item cuidadosamente discriminado nas petições e variou conforme o requerimento. O Regimento das Mercês de 1671 exigiu tempo mínimo de doze anos de exercício no serviço real e a contagem muitas vezes era feita de modo ostensivo.⁹³⁷ Entretanto, ocorreram casos nos quais esse requisito foi deixado de lado. Entre os processos de Minas, existiram nove pleitos baseados em feito único, de caráter extraordinário, transcorrido no curto prazo. Vimos que Manuel Rodrigues Soares obteve hábito por efetuar a prisão de um criminoso procurado. Assumar prometeu idêntica mercê a outros três indivíduos, com base em suas atuações na repressão ao levante de Vila Rica.⁹³⁸ Faustino Rebelo Barbosa construiu uma Casa de Fundação em Sabará na expectativa de nobilitar-se. Bernardo da Fonseca Lobo pleiteou honrarias por ter sido o descobridor dos diamantes no Serro e José Rodrigues Fróis fez o mesmo por ter achado as minas de Paracatu. Já Manuel de Barros Guedes investiu contra Pitangui e libertou a vila amotinada, num feito obrado em guerra viva. E Antônio Pereira Machado doara terras suas para a fundação da Vila do Carmo, em 1711. Os titulares de tais serviços, desprovidos do tempo requerido, valeram-se do expediente de solicitar hábito de Cristo não para si, mas por dote de suas filhas ou em prol de terceiros.

Por outro lado, alguns serviços arrastaram-se por décadas e suplantaram muito o tempo protocolar. A mais cumprida saga de um cavaleiro mineiro foi protagonizada por Rafael da Silva e Souza, capitão-mor da Vila do Carmo, cujas obras estenderam-se por trinta e três anos, sete meses e sete dias. Entretanto, a envergadura cronológica mostrou-se inversamente proporcional ao teor do pedido. Criança minhota plebeia e enjeitada, como Henrique Lopes, porém de mácula ainda mais gravosa, pois que de pais incógnitos, Silva e Souza solicitou a mais modesta mercê dentre todos os requerimentos mineiros da primeira metade do século XVIII. Diferentemente dos demais aspirantes, não rogou explicitamente por hábito ou ofício, e pediu humildemente "a V. Majestade de o despachar com a mercê que à Real Grandeza de V. Majestade parecer idônea ao seu merecimento". O parecer do Conselho Ultramarino indicou a remuneração de uma tença de duzentos mil réis, "visto não pedir hábito, por ser filho de pais incógnitos".⁹³⁹ D. João V, contudo, fosse por reconhecer-se em dívida para com aquele longo defensor de interesses régios nas Minas, fosse por preferir

⁹³⁷ OLIVAL, Fernanda *As Ordens Militares...*p. 123-24.

⁹³⁸ Foram eles Belchior dos Reis de Melo, Luís Gomes Leitão e Luís Soares de Meireles.

⁹³⁹ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cod. 88, fls. 153-155.

concessão de mercê honorífica à dispendiosa tença sugerida pelo Conselho Ultramarino, indicou-lhe a mercê de um hábito de Cristo com tença mínima de doze mil réis, devendo o aspirante submeter-se às provanças de habilitação na Ordem.⁹⁴⁰ Seu exame, todavia, esbarrou em complicadores e demorou muito para ser concluído, sendo finalizado somente em 1744. Acusado por “filho espúrio”, isto é, fruto de relação pecaminosa, sacrílega, adulterina ou proibida, e por isso impedido de ingressar na Ordem, Silva e Souza recorreu da decisão e declarou-se criança enjeitada e exposta à criação, mas desprovida de nota “sórdida”. Suplicou ao rei concedesse-lhe a dispensa dos impedimentos detectados, para “evitar o grande prejuízo que se lhe têm seguido há mais de 16 anos nas suas habilitações, e entendendo os seus vizinhos ser nascida a falta de dispensa de outro impedimento”. A Mesa da Consciência e o rei enfim dispensaram-no e lhe conferiram o hábito em setembro de 1745.⁹⁴¹

Entre os extremos interpuseram-se petições diluídas por períodos mais ou menos longos. Dispomos da temporalidade de vinte e cinco requerimentos, a gerar média aproximada de quinze anos e sete meses por processo. Há poucos estudos comparativos acerca dessa questão para as demais áreas colônias. Ao avaliar conjunto de 439 pedidos de hábitos na Bahia e em Pernambuco, a partir da Restauração e da guerra contra os holandeses até 1680, Thiago Krause chegou à média de dezenove anos, com duração mais elevada para servidores forasteiros, não naturais da terra, que tiveram carreiras estimadas de vinte e três a vinte e cinco anos, respectivamente. Todavia requerimentos motivados pela Restauração Pernambucana, multiplicados a partir dos anos 1654-5, apresentaram padrão abaixo dos dez anos.⁹⁴² Com essas balizas, petições mineiras teriam estado a meio termo, em todo caso acima do tempo regimental mínimo. A comparação com o século XVII não é recomendável, contudo, em vista das modificações incidentes na política de distribuição de hábitos de Ordens Militares ao longo do reinado de D. João V. Na falta de exemplos contemporâneos tampouco é produtivo avançar até o contexto imediatamente consecutivo. Na segunda metade do setecentos, nos requerimentos fundamentados no Alvará de 1750, a propor hábito em função do volume depositado nas Casas de Fundação, a variável temporal perdeu toda relevância.

Se os hábitos só começaram a ser instituídos nas Minas a partir da década de 1720, a

⁹⁴⁰ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 23, f.317.

⁹⁴¹ ANTT, HOC, Habilitação de Rafael da Silva e Sousa, mç 1, doc. 25.

⁹⁴² KRAUSE, T. N. *Em Busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Niterói, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010. Dissertação de Mestrado, p. 63.

prestação de serviços iniciou-se anteriormente e, ao longo do meio século aqui considerado, conheceu momentos de inflexão e de recuo, bem delineáveis. Uma análise mais detida dos requerimentos revela que a década de 1710 propiciou o ingresso, junto ao serviço real, do maior contingente de aspirantes a cavaleiro, com dez casos. Latente até 1725, o contexto favorável modificou-se desde então, declinando significativamente o número de requerentes que noviciaram préstimos à Coroa entre o segundo lustro dos anos vinte e fins do decênio seguinte. Na extremidade oposta, a década de 1720 concentrou, compreensivelmente, os fechos de serviços, a marcar o ápice da política de nobilitação de vassalos mineiros na primeira metade do século XVIII, seguido por queda nos anos trinta e quarenta, como se vê no Quadro 37.

Período	Início	Término
1694-00	2	-
1701-05	3	-
1706-10	3	-
1711-15	6	-
1716-20	4	-
1721-25	5	7
1726-30	-	7
1731-35	2	2
1736-40	-	5
1741-45	-	2
1746-50	-	1

Quadro 37. Início e término de serviços. Fonte: cf. Quadro 41, ao final do capítulo.

E o que pediram esses súditos? Sabemos o teor de vinte e cinco petições (aproximadamente dois terços) enviadas ao Conselho Ultramarino. Nesses requerimentos, vinte e oito hábitos de Cristo foram solicitados, dos quais dezenove haveriam de laurear os próprios titulares e outros nove destinavam-se ao dote de filhas e sobrinhas ou à renúncia em prol de filho, de parente ou de terceiro. Em oito casos, além do hábito, o suplicante pediu a concessão de uma ou mais mercês, como a serventia ou a propriedade de ofícios, o foro de fidalgo e até mesmo comenda de ordem militar. Entre a súplica mais modesta, como vimos protocolada por Rafael da Silva e Souza, e a mais ambiciosa houve diferença considerável. O mestre de campo José Rebelo Perdigão, por exemplo, desejou auferir um hábito e uma comenda da Ordem de Cristo, com duzentos mil réis de tença efetiva, e ainda a propriedade da alcaidaria-mor de Vila Rica (comutável pela do ofício de escrivão das execuções ou de tabelião da mesma vila) e o soldo de capitão de infantaria, mantendo-se na patente que já

desfrutava, de mestre de campo dos auxiliares.⁹⁴³ O descobridor dos diamantes, Bernardo da Fonseca Lobo, almejou o foro de fidalgo da Casa Real, o posto vitalício de capitão-mor da Vila do Príncipe, os ofícios de superintendente, tabelião e alcaide do Serro do Serro e, por fim, dois hábitos de Cristo para dote das irmãs órfãs que tinha no reino. Já o sertanista temporão, José Rodrigues Fróis, reivindicou a patente de capitão-mor, a propriedade dos ofícios de tabelião e de escrivão no distrito de Paracatu, além de três hábitos de Cristo, com tença de vinte mil réis, um para si e outros dois para dote das irmãs. Fróis comparou a grandiosidade da mercê que pedia à riqueza e à utilidade das minas de Paracatu, de que fora o descobridor, utilidade que “só para o suplicante não foi, talvez por desgraça comum a todos os descobridores”.⁹⁴⁴ Nem humilde nem ambicioso, o grosso das petições esteve a meio termo, com solicitações únicas de hábito de Cristo e tenças efetivas em valores que oscilaram entre doze e duzentos mil réis. Para esses suplicantes importava mais a posse do hábito do que o recebimento de proventos pecuniários decorrentes de ofícios.

Mais interessantes que as solicitações em si foram os pareceres exarados pelo Conselho Ultramarino, órgão chamado a opinar sobre os requerimentos de mercê oriundos das conquistas. Dispomos das avaliações de dezessete pedidos mineiros. A postura censora do Conselho salta aos olhos, com apenas dois deferimentos, suplantados por quinze pareceres restritivos e dois indeferimentos sumários. É verdade que as restrições incidiram, sobretudo, no valor das tenças, puxado para baixo em dez casos, mantendo-se intocada, todavia, a prescrição do hábito. Mas foi pequena a tolerância do Conselho em relação às mercês anexas, solicitadas junto com o hábito. Dos cinco requerimentos dotados desse teor, apenas um foi deferido. Para os demais, os conselheiros recomendaram supressão de comenda, ofícios, patentes, soldos militares e ajuda de custo que haviam constado nas petições originais. Em especial, os ofícios civis, geradores de avultados dividendos a seus possuidores, tiveram concessões observadas com cautela.

Por outro lado, o Conselho Ultramarino mostrou-se receptivo a certas solicitações cujo conteúdo e significado promoviam os interesses da Coroa em Minas Gerais. O parecer relativo ao caso do sargento-mor Antônio Martins Leça foi, nesse sentido, paradigmático. Em decorrência de seu posto, o suplicante muito atuara na repressão a escravos fugidos, a mocambos e quilombos, assim como interviu na contenção de revoltas e sublevações sucedidas em Vila Rica e Pitangui. Um dos primeiros vassallos mineiros a ter seu

⁹⁴³ AHU, Consultas de Mercês Gerais, cód. 88, fls. 49v.-53.

⁹⁴⁴ AHU, Minas Gerais, cx. 52, doc. 95

requerimento avaliado em Lisboa, esse plebeu minhoto filho de um sapateiro – e ele próprio aprendiz da arte paterna – teve seu pedido atendido, sob o argumento de que o rei havia de premiar aquele tipo de vassalo, arquétipo dos colonos da região, "servindo esta graça de exemplo para os mais que servem nas Minas". Muito embora o Conselho tenha prescrito abatimento na tença (de duzentos para sessenta mil réis), dois conselheiros posicionaram-se mais enfaticamente favoráveis ao suplicante e recomendaram-lhe tença mais gorda, de cem mil réis, fazendo constar em ata suas razões:

lhes parecia representar a V. Majestade que o serviço que o suplicante fez a V. Majestade nas Minas se fez o mais importante que se pode considerar se podia obrar naquele país, por um vassalo, pois se deveu a ele pôr em boa segurança as Minas, assim nas alterações que houve nelas [...] e o que mais é no empenho com que procurou a extinção dos mocambos de negros, que a continuarem se podia temer sucedesse com eles o mesmo que se experimentou em Pernambuco [...]. [e] nesta atenção e em remuneração de tão honrados serviços e para exemplo de outros que servem nas mesmas Minas [convém] que V. Majestade faça mercê ao suplicante [...], porque esta mercê será o instrumento mais eficaz para que outros, à vista deste prêmio, procurem imitá-lo e acreditem-se no serviço de V. Majestade.⁹⁴⁵

Para avaliar o sucesso de tal política cabe averiguar a tipologia dos serviços prestados nas Minas e também considerar quantos mineiros de fato obtiveram o hábito e de que forma o fizeram, a fim de indagar por quê a profusão de hábitos dispensados às capitanias nordestinas após a Restauração não se replicou nas Minas.

13. 3. A habilitação de Henrique Lopes: serviços e provanças

Tão logo completou o tempo protocolar de doze anos de exercício no posto de capitão-mor de Vila Rica, Henrique Lopes juntou em seu requerimento papéis e certidões comprobatórias para protocolá-los no Conselho Ultramarino. Com base em serviços próprios, obrados na capitania de Minas Gerais, solicitou hábito da Ordem de Cristo com tença efetiva no valor mínimo de doze mil réis. Sua folha corrida elencou os seguintes feitos:

fundando grande a sua habitação, umas casas nobres com todas as comodidades convenientes, despendendo nelas muitas arrobas de ouro pelo exorbitante preço e grande carestia de materiais, voluntariamente as oferecer para morada dos governadores daquelas minas, sem que por elas quisesse receber aluguel algum. Na ocasião das sublevações que naquelas minas houve, mostrou uma grande distinção das mais pessoas, sendo o primeiro que com a sua pessoa e oitenta escravos seus armados à sua custa, se pôs pronto a defender as reais ordens de Vossa Majestade, contra os que as impugnavam, pondo grande cuidado em trazer quieto e pacífico aquele povo, de tal sorte que o governador Dom Lourenço de Almeida lhe agradeceu da parte de Vossa Majestade o bem que tinha servido. Em 1722, se achar na junta que fez para os povos concorrerem todos os anos por acrescentamento ao donativo com mais doze arrobas de ouro além do que pagavam, e com grande zelo votou em que se contribuisse com o dito donativo, e

⁹⁴⁵ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cód. 87, fls. 371v.-373.

para a obra das casas de fundição e moeda não só concorreu com um donativo, mas com grande instância andou pessoalmente pedindo pelos moradores que concorressem, o que fizeram quase todos, por ser um suplicante benquisto de todos, sendo mui observante das ordens de Vossa Majestade, que foi servido mandar passar sobre este particular, e sendo encarregado da prisão de vadios residentes na sua comarca o fazer com muita pontualidade, rondando pessoalmente a cadeia por ser pouco segura; e por ser o sítio da fundição, das casas de moeda montuoso mandar por várias vezes a 70 escravos seus a aplinar a terra poupando a despesa que se havia de fazer da Fazenda Real, mandando pelos mesmos conduzir de parte muito distante pedra para lagear (ou logear) a casa da fundição, sem que por isso levasse jornais, estando sempre pronto para tudo que for do serviço de Vossa Majestade .

Os conselheiros do Ultramarino avaliaram o requerimento em meados de março de 1726 e deram parecer positivo.⁹⁴⁶ Quinze dias depois, em fins do mês, o rei instituiu oficialmente a mercê solicitada.⁹⁴⁷

A partir daí, o agraciado estava apto a iniciar sua habilitação na Ordem e a submeter-se ao exame das provanças. Coordenado pela Mesa da Consciência e Ordens, esse exame consistia na averiguação das origens familiares e sociais do requerente, de seus pais e de seus avós maternos e paternos, a fim de elucidar a nobreza, a qualidade e a limpeza de sangue dessas pessoas. Qualquer defeito mecânico, falta de qualidade ou nota de impureza própria ou familiar gerava impedimento de ingresso, que podia ou não ser dispensado pelo rei, a depender dos pareceres exarados pela Mesa da Consciência e, em última instância, da própria vontade real. Tradicionalmente, a fama pública ou a imputação de sangue cristão-novo costumava ser a única barreira deveras intransponível, dificilmente perdoada. Nos demais tipos de impedimento, havia margem de negociação a ser explorada pelo requerente.⁹⁴⁸

Em seu requerimento no Conselho Ultramarino, Henrique Lopes confessara a mácula de haver sido criança enjeitada, nascida e criada em Gondizalves, próxima a Braga. Infelizmente, não dispomos de sua petição para as provanças, documento em que o candidato declarava à Mesa da Consciência o nome de pais e avós, além de indicar os locais onde viveram, nos quais moradores e conhecidos pudessem ser questionados a respeito. Sem ter acesso a essa fonte é impossível saber quais informações foram espontaneamente prestadas pelo candidato e tampouco se chegou a revelar outros impedimentos posteriormente detectados no exame, como o nascimento espúrio, o desempenho de ofícios mecânicos vis e o degredo forçado para o Brasil. De toda forma, era mais ou menos previsível que suas provanças apontassem impedimentos, como de fato aconteceu. Seis anos depois de receber a

⁹⁴⁶ AHU, Consultas de Mercês Gerais, Cod. 87, fls. 372-372v.

⁹⁴⁷ HABILITACÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, HOC, mç. 4, doc. 31.

⁹⁴⁸ OLIVAL, F. *As Ordens Militares...* p. 146.

mercê do hábito, Henrique Lopes teve acusadas diversas “mecânicas e vis”. Apesar de seu sangue ter “a limpeza necessária”, isto é, não estar incurso em fama de cristão-novo,

porém que o mesmo é maior de setenta anos, que é filho de um clérigo, e criado de servir no seu princípio, depois fora abegão e guardador de éguas, e passando para o Brasil degredado por dez anos por causa de uma morte que fez, fora taverneiro no Rio de Janeiro e que fazia covos de pescar, depois fora mercador de loja aberta, sendo que hoje se acha capitão-mor em Vila Rica, sua mãe e as duas avós mulheres de segunda condição, o avô paterno seringueiro, e o materno lavrador que vivia de alguma fazenda própria em que trabalhava e por estes impedimentos se julgou incapaz de entrar na ordem (...) ⁹⁴⁹

No dia seguinte, a 21 de março de 1732, o rei deu aval ao parecer da Mesa, a rejeitar, portanto, o ingresso na Ordem.

Talvez sabedor de que seu processo estivesse em vias de chegar a termo, o solicitante instituiu o sobrinho Frutuoso Lopes por seu procurador na Corte. Tão logo o resultado das provanças foi ratificado pelo rei, Henrique Lopes, através de seu representante, recorreu da decisão. Agregou o lustro transcorrido desde a petição inicial, a totalizar dezenove anos de serviços próprios prestados nas Minas, “aonde vive a lei da nobreza com cavalos e mais trato que costumam ter os nobres por cujos serviços e trato se faz digno de que Vossa Majestade seja servido dispensá-lo de qualquer impedimento”. Entretanto, os deputados da Mesa não se sensibilizaram e, em abril de 1732, mativeram o parecer negativo, “por ter [o suplicante] muitas mecânicas e vis e o serviço não ser digno da dispensa”. ⁹⁵⁰

A essa altura, Henrique Lopes achava-se envelhecido e bastante debilitado pela doença que terminará por levá-lo em meados do ano seguinte. A segunda reprovação em Mesa, embora não fosse, como veremos, algo incomum, representou revés decerto muito sentido, que ameaçou vedar-lhe o acesso ao hábito. Por antever o fim próximo de seus dias, o requerente aguardava ansiosamente o “chegar a tomar o Hábito de Cristo, que estava todos os dias esperando”. ⁹⁵¹ Naquela luta contra o tempo, a delonga no processo de dispensa poderia resultar em mercê instituída tarde demais.

Havia, contudo, uma esperança. Apesar do parecer negativo, o rei permaneceu em silêncio e não chancelou a opinião da Mesa imediatamente, como de costume. Seguiram-se meses sem qualquer novidade no processo. A decisão só veio meio ano depois. A contrariar o órgão consultivo, o que era pouco usual, o rei optou por dispensar o suplicante. Não houve menção ao pagamento de donativo e tampouco foram explicitados os termos da negociação de

⁹⁴⁹ HABILITACÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, HOC, mç. 4, doc. 31.

⁹⁵⁰ HABILITACÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, HOC, mç. 4, doc. 31.

⁹⁵¹ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95, doc. 2, fl. 29.

bastidor que, sem dúvida, desenvolveu-se ao longo dos seis meses intercalados entre abril e setembro de 1732.⁹⁵² Valeram aqui, possivelmente, os contatos de figuras influentes na Corte, como dom Lourenço de Almeida, que cumpriu o mandato como governador das Minas no exato momento em que seu anfitrião auferiu o hábito. A provisão da mercê foi registrada na Chancelaria da Ordem de Cristo dois dias depois da dispensa.⁹⁵³

O sobrinho procurador embarcou para o Brasil imediatamente, a transportar consigo o despacho. Chegou a Vila Rica para o ano novo, a tempo de o tio mencioná-lo no fechamento do segundo codicilo testamental, lavrado em cartório a 4 de janeiro de 1733. Henrique Lopes armou-se cavaleiro em cerimônia realizada possivelmente na Matriz de Antônio Dias, sem que se saiba quem foram seus padrinhos. Ao falecer, menos de seis meses depois, foi sepultado com o manto de cavaleiro por debaixo do hábito franciscano.⁹⁵⁴

Avaliar a especificidade do processo de Henrique Lopes implica compará-lo às demais habilitações de vassalos atuantes nas Minas. Embora marcada por diversos elementos comuns, notados em outros casos, sua nobilitação também apresentou nuances próprias, tanto no que diz respeito aos serviços desempenhados quanto no desenrolar do exame de provanças. Distinguir as componentes ordinárias e singulares ajuda a compreender o contexto histórico e as características mais gerais da política de nobilitação incidente nas Minas, ao mesmo tempo em que individualiza a mercê conferida ao capitão-mor de Vila Rica.

Dentre os mineiros requerentes na primeira metade do século XVIII, quarenta e dois declararam serviços obrados nas Minas. Em suas folhas corridas (apensadas aos requerimentos e/ou às provanças), esses vassalos desempenharam trinta e seis tipos diferentes de serviço, discriminados no Quadro 38, em ordem alfabética e com seus respectivos índices de ocorrência. Note-se que cinco tipos de serviço foram proeminentes em relação aos demais. O feito mais comumente realizado por cavaleiros mineiros consistiu na ação de cobrança, arrecadação ou condução dos quintos reais. A intervenção contrária aos rebeldes de Vila Rica em 1720 veio em seguida. Mobilizar armadamente os próprios escravos em confrontos bélicos benéficos ao interesse régio também figurou entre os trabalhos mais arrolados, assim como o ato de efetuar a prisão de negros salteadores, vadios, quilombolas ou facinorosos. Por fim, destacou-se a função de procurador participante de ao menos uma junta dentre as inúmeras realizadas nas Minas de 1710 até 1727. Foram particularmente lembradas as juntas

⁹⁵² HABILITACÃO de Henrique Lopes de Araújo, ANTT, HOC, mç. 4, doc. 31.

⁹⁵³ MERCÊ do Hábito de Cristo a Henrique Lopes de Araújo. Lisboa, 24 de setembro de 1732. ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 93, fls. 224-26v.

⁹⁵⁴ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95, doc. 2, fl. 33.

promovidas em 1722 e em 1727, que renderam dividendos consideráveis à Fazenda Real.

Serviços	Índice de ocorrência
1. Arrematador/promotor de contratos	3
2. Cobrador/condutor/provedor/doador dos quintos reais	22
3. Combate/domesticação de índios bravios	3
4. Contenção da revolta em Catas Altas (sem data)	1
5. Contenção dos Motins do Sertão (1736)	1
6. Contenção da Revolta de Vila Rica (1720)	19
7. Contenção das Revoltas de Pitangui	6
8. Contenção de levante contrário ao ouvidor (1713)	2
9. Contenção de revolta na Vila do Príncipe (Sem data)	1
10. Contenção de levante escravo (1719)	3
11. Descobridor das minas de Paracatu	1
12. Descobridor de diamantes	1
13. Destruidor de quilombos ou ajuntamento de negros	6
14. Doador de donativos para a Fazenda Real	2
15. Doador de palácio de governo	1
16. Doador de terra para fundação de vila	1
17. Doador/cobrador/colaborador/procurador do Real Donativo de 1727	6
18. Doador/cobrador/colaborador do Donativo de 1710/11	4
19. Doador de donativo ou feitor de obra para os quartéis	3
20. Elaboração de mapa das Minas	1
21. Empregador de escravos em trabalhos úteis à Fazenda Real	8
22. Ereção de Igreja	1
23. Escritor de papel sobre a conservação das Minas	1
24. Facilitador do governo das Minas	2
25. Feitura de Casa de Fundição	1
26. Feitura de planta para os quartéis de Vila Rica e do Carmo	1
27. Fornecimento de casa para intendência	1
28. Mobilizador de escravos armados	15
29. Pacificador da Guerra dos Emboabas	5
30. Pagador de direitos de entrada de gado	2
31. Participante do socorro ao Rio de Janeiro	5
32. Povoador	3
33. Prisão de moedeiros falsos	4
34. Prisão de negros salteadores, vadios, quilombolas e facinorosos	15
35. Procurador de junta	15
36. Provedor do Registro dos Currais do Sertão da Bahia	1
TOTAL	165

Quadro 38. Tipos de serviços e índices de ocorrência nos requerimentos de hábito da Ordem de Cristo por vassallos mineiros na primeira metade do século XVIII. Fonte: cf. Quadro 41, ao final do capítulo.

Atividades que arrecadavam diretamente fundos, direitos ou tributos em benefício da Fazenda Real constituíram o ponto fundamental dos requerimentos mineiros. Consideradas em conjunto, a arrematação de contratos, tributos e registros, a cobrança de quintos e o pagamento de donativos (isto é, serviços correspondentes no Quadro 38 aos números 1, 2, 14, 17, 18, 19, 30 e 36) alcançaram cinquenta e uma alegações de serviço, quase um terço das ocorrências (30,9%). Esse conjunto não computa o desempenho da função de procurador de

junta, quase sempre lembrado por seu viés arrecadatário, mas ainda assim detentor de inegável atribuição política. Igualmente não foram contadas ações conexas, de evidente importância fazendária, como a prisão de moedeiros falsos e falsificadores ou a construção/doação de edificações utilizadas por agentes governamentais. Embora poupassem gastos ao Estado, esses serviços tinham viés híbrido, atrelado a dimensões políticas e simbólicas, para além do aspecto econômico.

O enfrentamento de revoltas, motins e sublevações e a prestação de auxílio bélico em situações emergenciais conformaram, sem dúvida, a segunda opção de serviço mais importante. Cojugadas, a Guerra dos Emboabas, a expedição de socorro ao Rio de Janeiro invadido por corsários franceses em 1711, as revoltas de Vila Rica e Pitangui (1720), a ameaça de levante escravo em 1719 e as demais sublevações mencionadas no Quadro 38 proporcionaram quarenta e três ações referidas nos requerimentos, um quinto do total (20%). Considerando-se que essas ações acarretaram muitas vezes a mobilização de escravos armados à custa do senhor, tem-se que o esforço envolvido na contenção de movimentos rebeldes e de ameaças à soberania real foi equivalente ao índice de serviços fazendários. Nas Minas, apesar do inegável peso atribuído ao levantamento de fundos, também houve a valorização de um ideal guerreiro, sem dúvida próximo do *ethos* associado à nobreza, mas expressado de modo peculiar, próprio à sociedade colonial, marcada pelo escravismo. Outra vertente de atuação armada consumou-se justamente no combate a grupos marginalizados desse sociedade, por vezes promotores de ações nocivas, perigosas ou ameaçadoras à classe senhorial ou ao bem-comum dos vassalos. A investida contra índios bravios, escravos fugidos, salteadores e quilombolas, contra quilombos e ajuntamentos de negros, contra criminosos e vadios diversos acumulou vinte e quatro referências (14,5%). Assim como a contenção de revoltas, esses serviços promoveram o engajamento armado de escravos pertencentes aos senhores aspirantes a cavaleiro, a comprovar que, no meio colonial, todas as variantes de ação bélica achavam-se determinadas pela escravidão e, ali, escravos tanto eram atores quanto alvos do comportamento guerreiro.

Reveladoramente, o quadro de serviços mineiros reservou espaço ínfimo para as atividades típicas de *conquista*. A condição de povoador foi reivindicada por três candidatos ao hábito e a de descobridor de minas (ouro ou diamante), por apenas dois. Mesmo se somarmos a esse montante o trabalho de combate ou domesticação de índios bravios, lugar-comum da narrativa descobridora, os serviços próprios de conquista alcançaram oito menções, a representar irrisórios 4,8%. Perceba-se, portanto, que a retórica da conquista possuiu

importância secundária na política de nobilitação de vassalos mineiros. Tido por matriz das práticas de Antigo Regime reproduzidas nos trópicos, o ideário de conquista teve pouca repercussão nas Minas, devido às características peculiares de seu processo histórico de ocupação e de colonização. O desfecho da Guerra dos Emboabas e o consequente enfraquecimento da geração de paulistas descobridores, substituídos por arrivistas reinóis ou forasteiros, imprimiram à elite local característica singular, a distingui-la de outras regiões da América portuguesa. Nas Minas pós-1710, os homens que vieram a auferir o hábito de Cristo não haviam sido conquistadores, descobridores ou povoadores, mas aventureiros de origem plebéia.

O requerimento de Henrique Lopes de Araújo acumulou serviços arrecadatórios e feitos de armas, porém o diferencial de sua folha corrida consistiu noutra atividade. No campo fazendário, o capitão-mor doou donativo para a construção da Casa de Fundação de Vila Rica e empregou escravos seus nos trabalhos de aplainar a terra no alto de Santa Quitéria e de lagear a sobredita edificação. Também votara em junta pelo acréscimo de vinte e cinco arrobas anuais aos quintos. Quanto aos serviços de refrega, mobilizara seus escravos armados na contenção da revolta de 1720 e prendera vadios que circulavam pela comarca. Contudo, não obstante fossem valiosos e cumprissem a agenda comum de um candidato mineiro, esses serviços não bastaram para individualizar Henrique Lopes ante os demais habilitandos. Sem dúvida, o feito único de sua trajetória foi a condição de provedor da residência oficial dos governadores da capitania de Minas Gerais, tendo-lhes oferecido “voluntariamente” “umas casas nobres com todas as comodidades”, pelas quais jamais recebera “aluguel algum”. Ter abrigado a maior autoridade das Minas ao longo de uma década crucial na estabilização política da capitania constituiu serviço suficientemente relevante, a ponto de justificar a remuneração do benfeitor.

Apesar da singularidade de seu feito, a nobilitação de Henrique Lopes nem por isso deixou de enfrentar percalços. Os impedimentos acusados no exame de provanças levaram à negativa inicial. Dentre os vinte e cinco mineiros sabidamente submetidos ao exame de provanças, quatro quintos, isto é, vinte candidatos, tiveram impedimentos revelados. Apenas cinco foram aprovados de maneira direta, imaculadamente. Nesse caso, como veremos abaixo, no Quadro 39, o capitão-mor de Vila Rica incluiu-se no grupo majoritário de requerentes mecânicos obrigados a solicitar dispensa real. Dezoito o fizeram pelo menos uma vez e quase todos conseguiram o que queriam, com maior ou menor dificuldade. Houve, conquanto, uma exceção. O capitão Custódio Rebelo Vieira contestou a mecânica atribuída ao

ofício de caixeiro, por ele desempenhado em sua passagem pelo Rio de Janeiro, no Trapiche do Mota. Entretanto, em nova investigação, os deputados da Mesa não só comprovaram o trato mecânico como descobriram outras faltas de qualidade. Alegação de má fé, seu pedido de dispensa acabou por inviabilizar-lhe o acesso ao hábito.⁹⁵⁵

Exame de Provanças	Nº	Impedimento(s)	Nº	Dispensas	Nº	Hábitos	Nº
Fez	25	Sim	20	Aceitas	17	Recebidos	21
Não fez	9	Não	5	Não solicitadas	2	Recusados	4
Não sabemos	12			Recusadas	1	Não sabemos	12
TOTAL	46		25		20		37

Quadro 39. Provanças, impedimentos, dispensas e hábitos de Cristo conferidos a requerentes mineiros na primeira metade do século XVIII. Fonte: cf. Quadro 41, ao fim do capítulo.

Outros dois peticionários sequer recorreram dos impedimentos restantes contra eles. João Lobo Leite tinha a única mácula “indispensável”, a de “ser infamado de cristão novo por parte de seu avô materno, com fama antiga e constante”.⁹⁵⁶ Já o escrivão dos defuntos e ausentes de Vila Rica, Gabriel Fernandes Aleixo, além de não apresentar serviços próprios (ao requerer com base em folha corrida do tio Andre Nabaes, reinol natural da vila de Proença, comarca de Castelo Branco, que servira na infantaria da província da Beira por 41 anos)⁹⁵⁷, possuía diversas mecânicas e vis, tendo sido carpinteiro, marceneiro, entalhador e vendedor em Portugal, até vir degredado para o Brasil por crime cometido em Lisboa. Ele e Henrique Lopes foram os dois únicos requerentes mineiros condenados a desterro.⁹⁵⁸

No cômputo geral, dentre os solicitantes submetidos às provanças apenas três não lograram êxito, em proporção de um fracasso para cada sete hábitos conferidos. A maioria teve sucesso em galgar o grau nobilitante, muito embora com esforços desiguais. Os cinco habilitandos aprovados sem qualquer impedimento formaram a elite dos cavaleiros locais, a destoar dos demais plebeus que vieram a vestir o hábito à revelia de máculas diversas.⁹⁵⁹ Dentre os dezessete cavaleiros que conseguiram o hábito com dispensa, tivemos acesso a onze habilitações correspondentes. Nesse conjunto, sete requerentes apresentaram mecânicas em si e nos ascendentes familiares diretos (pais e avós), como foi designadamente o caso de

⁹⁵⁵ HABILITAÇÃO de Custódio Rebelo Vieira, ANTT, HOC, mç. 11, doc. 15.

⁹⁵⁶ HABILITAÇÃO de João Lobo Leite, ANTT, HOC, mç. 91, doc. 16.

⁹⁵⁷ COSTA, A. P. P. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010, p. 83.

⁹⁵⁸ HABILITAÇÃO de Gabriel Fernandes Aleixo, ANTT, HOC, mç. 4, doc. 6.

⁹⁵⁹ Foram eles o coronel de ordenanças do Rio das Velhas Antônio de Miranda Pereira, o capitão Antônio Ramos dos Reis, o capitão-mor de São Bartolomeu Domingos da Rocha Ferreira, o procurador da Coroa e Fazenda Real do Rio das Velhas José de Almeida e Faria e, por fim, o sargento-mor Nicolau da Silva Bragança. Cf. Quadro anexo a este capítulo.

Henrique Lopes. Três tiveram apenas mecânicas próprias e um as herdara dos avós. Esses plebeus impedidos realizaram, em geral, um único pedido de dispensa, de que obtiveram parecer positivo da Mesa da Consciência e Ordens, em seguida, ratificado pelo rei, como mostra o Quadro 40.

Mecânicas	Nº	Pedidos de Dispensa	Nº	Concessões de dispensa	Nº
Só no próprio	3	Pedido único	9	Livre	4
Só nos avós	1	Três pedidos	1	Com pagamento de donativo	2
Em todos	7	Cinco Pedidos	1	Com acréscimo de tempo/serviço	2
				Com acréscimo de tempo/serviço e pagamento de donativo	3
				Dispensa real com parecer contrário da MCO.	2

Quadro 40. Relação das mecânicas, dos pedidos e das concessões de dispensa aos habilitando de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Fonte: cf. Quadro 41, ao fim do capítulo.

Dois cavaleiros sofreram sabatinas burocráticas extensas. O caso mais extraordinário foi o do capitão Manuel de Almeida Costa. Detentor de mecânicas “sórdidas”, herdadas do pai sapateiro, e tendo recebido a mercê do hábito por renúncia do sogro, este Manuel de Almeida Costa, ex-capitão de ordenanças de Vila Rica a servir então no posto de capitão-mor da Freguesia de Desterro, na Bahia, foi reprovado nas provanças. No primeiro pedido de dispensa, apresentou serviços próprios obrados nas Minas, solicitação indeferida pela Mesa e pelo rei, “pelo serviço próprio não ser de consideração, o hábito ser renunciado e a mecânica de sapateiro ser sórdida”. Na segunda petição prometeu donativo correspondente ao valor de três marinheiros para a Armada Real. Considerado insuficiente o donativo, teve o pedido negado. Recorreu pela terceira vez, na qual acrescentou mais serviços próprios, anteriormente omitidos. Essa petição se caracterizou pela força retórica. O suplicante eloquentemente declarou-se um “verdadeiro filho de si mesmo”. Apesar do passado plebeu e mecânico de seus familiares, “se regenerou com suas ações e mais em uma conquista tão distante destes reinos”. Argumentou, por fim, que “não tendo defeito no sangue, tem razão para ser liberal com ele a grandiosa mão de V. Majestade.” A Mesa, entretanto, foi implacável e rejeitou o pedido “por não alegar coisa de novo que possa alterar as resoluções tomadas nas consultas inclusas”. Em janeiro de 1722, o obstinado habilitando replicou pela quarta vez, a ressentir-se de que a demora na obtenção de sua dispensa estava a levantar suspeitas públicas de que tivesse “nota no sangue indispensável”. Além dos três marinheiros já oferecidos, acrescentou outros dois e ainda mais dois anos de serviço adiante, obrados no posto de capitão-mor. Apesar da Mesa aceitar a dispensa, o deputado Duque Estribeiro opinou pelo não, tendo seu parecer acatado pelo rei, que rejeitou a oferta. Por fim, ao recorrer pela quinta vez, o candidato dispôs três

anos de serviço adiante, acrescidos do número de marinheiros que se julgasse necessário. A Mesa aconselhou o deferimento condicionado à requisição de quatro anos de serviço e ao pagamento de cinco marinheiros para a Índia, a perfazer donativo no valor de 250\$000 rs., parecer seguido pelo rei. Depois de quitar a dívida, o capitão-mor enfim auferiu a provisão do hábito.⁹⁶⁰

Ainda de acordo com o Quadro 40, vemos que a exigência de donativo esteve presente em cinco dispensas, conjugada ou não ao acréscimo de tempo e de serviços. A princípio, Henrique Lopes não foi obrigado a pagar para obter dispensa, não obstante ter estendido o tempo de serviço contemplado na remuneração.

O trâmite mais singular de sua dispensa foi, sem dúvida, o fato de tê-la alcançado à revelia de parecer negativo exarado pela Mesa da Consciência. Como vimos, os deputados julgaram que o suplicante tinha “muitas mecânicas e vis”, com serviços insuficientes, e por isso indeferiram o pedido. Mas, seis meses depois desse parecer, o rei contrariou a consulta e concedeu o indulto. Esse tipo de intervenção real em prol de um vassalo mineiro só havia acontecido uma única vez, em 1726, no processo do sargento-mor Antônio Martins Leça. Outro forasteiro reinol que passara do Rio de Janeiro às minas da Serra de Vila Rica no momento consecutivo à descoberta, Leça era filho de pai sapateiro e ele próprio praticara o ofício no litoral carioca e na chegada ao sertão aurífero, antes de enriquecer com a mineração de talho aberto no Tapanhuacanga. Acusando-lhe a “mecânica sórdida” manifestada em si e no pai, a Mesa indeferiu seu pedido de dispensa. Porém, seis meses depois, tal como faria com Henrique Lopes, o rei livrou-o dos impedimentos detectados e proveu-lhe o hábito.⁹⁶¹

Antônio Martins Leça e Henrique Lopes de Araújo foram expoentes dessa nobreza colonial forjada nas Minas e reconhecida, a duras penas, pelo centro político. A rigor, nas regras estritas da sociedade de Antigo Regime, nenhum deles jamais cumpriu os requisitos e tampouco usufruiu dos estatutos próprios à nobreza, mesmo de segundo escalão. Embora reproduzissem em parte os costumes e a mentalidade da sociedade reinol, suas trajetórias de ascensão haviam sido produto de meio absolutamente diverso. Transformaram-se, sem dúvida, em “homens principais” de Vila Rica, que, junto a outros indivíduos dotados de méritos semelhantes nas demais povoações do território, constituíram a classe senhorial dominante na recém-criada capitania de Minas Gerais. Projetados a partir das piores origens

⁹⁶⁰ HABILITAÇÃO de Manuel de Almeida Costa. ANTT, HOC, mç. 39, doc. 17. Mercê do hábito a Manuel de Almeida Costa. ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 164, fl. 42-43v.

⁹⁶¹ HABILITAÇÃO de Antônio Martins Leça, ANTT, HOC, mç. 51, doc. 15; MERCÊ do habito a Antônio Martins Leça. ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, l. 173, fl. 259v.-62.

sociais, os futuros cavaleiros da Ordem de Cristo atuantes nas Minas dependeram do escravismo, do acúmulo de riquezas e de um complicado e extenso cálculo de prestação de serviços para virem a auferir algum reconhecimento distintivo por parte da metrópole.

	Nome	Naturalidade	Local(is) dos serviços	Tempo	Período	Posto	Pedido	Parecer do C.U (Data)	Mercê Recebida (data)	Provisão do Hábito (Data)
1	Antônio Borges de Mesquita (mercê renunciada em favor da sobrinha Natália Leite Guedes)	?	Vila do Carmo (MG)	?	?	?	H. C. com 12 mil réis de tença; e serventia do ofício de tabelião da Vila do Ribeirão do Carmo, por tempo de nove anos por dote da sobrinha.			Não Pediu para si
2	Antônio Correa Sardinha	Évora, Couto de Alcobaça	Inficionado (MG)	13 anos, 9 meses e 4 dias	6/1/1709 a 10/10/1722	Capitão de ordenanças e de auxiliares e sargento-mor.		H.C. com 20 mil réis de tença (30/8/1723)	H.C. e 12 mil réis de tença efetiva; mais tença de 8 mil réis (para outrem?) (com dispensa) (17/10/1723)	24-01-1725
3	Antônio da Silva Porto (herdeiro de mercê concedida ao sogro, por dote da esposa)	Porto	Rio de Janeiro/Vila Rica/Vila do Carmo (MG)	Sem tempo (serviço alheio)	Sem período (serviço alheio)	?	?	H. C. com 12 mil réis de tença (1/3/1746)	H.C e 12 mil réis de tença efetivo (com dispensa) (22/01/1746)	11-11-1748
4	Antônio de Miranda Pereira	Bahia	Vila Nova da Rainha (MG)	6 anos, 11 meses e 8 dias	29/1/1714 a 16/1/1721	Posto de Capitão-mor de Vila Nova da Rainha e coronel do regimento das ordenanças do Rio das Velhas.	H.C. e 100 mil réis de tença efetiva.	H.C. e 40 mil réis de tença efetiva (12/5/1729)	H.C e 12 mil réis de tença efetiva; e mais 28 mil réis de tença efetiva (para outrem?) (06/02/1731)	13-08-1733
5	Antônio Martins Leça	Matosinhos (Porto)	Vila Rica (MG)	10 anos, 6 meses e 26 dias	14/1/1714 a 10/8/1724	Capitão de auxiliares e sargento-mor de ordenanças.	H.C. e 200 mil réis de tença efetiva.	H.C e 60 (ou 100) mil réis de tença efetiva (17/5/1725)	H. C e 60 mil réis de tença(1º/9/1725)	30-11-1726
6	Antônio Pereira Jardim	Reino	Rio das Velhas (MG)	22 anos	1704 a 1726 [?]	Capitão de companhia de auxiliares no terço da Paraopeba e Rio das Velhas abaixo	H.C. [?] e serventia do escrivão da Ouvidoria da Comarca do Rio das Velhas.	H. C. e 20 mil réis de tença, para dote de filha.	Ofício de escrivão da ouvidoria da comarca do Rio das Velhas (3-9-1727). [Mais H.C. por dote da filha?]	Não Pediu para si.
7	Antônio Pereira Machado	Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega (Porto).	Vila do Carmo (MG)	Sem tempo (feito único)	Sem período (feito único)	Capitão	H. C. com 12 mil réis de tença efetivos para dote de uma de suas filhas; e propriedade do ofício de escrivão da Vila do Carmo.	?	H. C. com 12 mil réis de tença efetiva por dote da neta Teresa de Souza; propriedade do ofício de escrivão da câmara da Vila do Carmo. (19/7/1725)*	Não pediu para si.
8	Antônio Ramos dos Reis	Porto	Rio de Janeiro (RJ), Guarapiranga, São Bartolomeu e Vila Rica (MG)	?	?	Soldado infante de terço de guarnição do Rio de Janeiro; Capitão de ordenanças no distrito de Guarapiranga e no de São Bartolomeu; mestre de campo do terço das ordenanças de Vila Rica e seu termo 1731; e capitão-mor das oordenanças de Vila Rica, em 1740.	?	?	?	16-01-1726
9	Belchior dos Reis de Melo	?	Vila Rica	Sem Tempo (feito único)	Sem período (feito único)	?	H. C com 12 mil réis de tença (mercê prometida pelo Conde de Assumar)	?	?	?
10	Bento Ferraz Lima (Mercê renunciada pelo tio João Esteves de Camargo)	Freguesia de São João da Ribeira termo da vila de Ponte de Lima Arcebispado de Braga.	Catas Altas	Serviços próprios se estenderam intermitente mente entre c. 1720-40.	c. 1720-40	Sargento-mor e capitão-mor de Catas Altas	H. C. com 50 mil réis de tença (mercê cedida aos serviços do tio João Esteves de Camargo em 1729).	?	H. C. com 12 mil réis de tença.	Teve dispensa deferida (1740), mas não sabemos se recebeu.
11	Bernardo da Fonseca Lobo	?	Vila do Príncipe, Serro do Frio (MG)	Sem Tempo (feito único)	Sem período (feito único)	Sargento-mor	Foro de Fidalgo da Casa Real; Posto de capitão-mor da Vila do Príncipe; Superint. das Minas do Serro; Alcaidaria-mor do mesmo; Ofício de tabelião da mesma vila; e dois H.C, para os esposos de suas irmãs órfãs no reino.	Deferimento do pedido, sem especificação das mercês que deveriam ser expedidas (10/12/1733)	Posto vitalício de capitão-mor da Vila do Príncipe; propriedade do ofício de tabelião da mesma Vila do Príncipe; 100 mil réis de teça efetiva para suas irmãs Maria e Margarida Nunes Machada; e dois H.C para dote das mesmas	Recebeu (data? Pós 1733)

									irmãs, com tença de 12 mil réis cada, extraídas da tença anterior. (12-4-1734)	
12	Caetano Alvares Rodrigues	Lisboa	Vila do Carmo (MG)	?	?	Coronel	?	?	H. C. com tença ?	02-03-1731
13	Custódio Rebelo Vieira	Freguesia de São Julião de Tobalos Concelho de Vieira, Minho.	Freguesia de Brumado, Vila do Carmo (MG)	18 anos	1714 a 1732.	Capitão de cavalos de uma das companhias	H. C. e 100 mil réis de tença efetivos, com poder de renunciar em favor do filho ou filha.	H. C. com 12 mil réis.	H. C. com 12 mil réis de tença (5/10/1728)	Não Recebeu.**
14	Domingos da Rocha Ferreira	Freguesia de São Cosme (Porto)	São Bartolomeu/ Vila Rica (MG)	14 anos, 4 meses e 17 dias	20/11/1723 a 9/4/1738	Capitão mor das ordenanças do distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto).	H.C. e 100 mil réis de tença efetiva.	H.C. e 20 mil réis de tença efetiva. 12/8/1744		10-04-1745
15	Faustino Rebelo Barbosa	?	Sabará (MG)	Sem tempo (feito único).	Sem período. (feito único)	Mestre de Campo de Vila Real do Sabará	H. C. com 12 mil réis de tença.	Indeferimento do pedido, conforme parecer de dom Lourenço de Almeida. (7/7/1731)		Não recebeu.
16	Francisco Jorge da Rocha	Fonte Arcada (Lanhoso/ Braga)	Recôncavo (BA) Sabará (MG)	4 anos, 2 meses e 20 dias (próprios) + 7 anos, 11 meses e 3 dias (herdados de um primo) = 12 anos, 1 mês e 23 dias	4/7/1723 a 22/8/1727	Capitão-mor da freguesia de N. S. do Rosário, extramuros da Bahia.	H.C. e 100 mil réis de tença efetiva	H.C e 20 mil (ou 40) mil réis de tença efetiva (20/5/1728)	?	?
17	Francisco Veloso	?	Minas e Bahia	13 anos, 6 meses e 9 dias	3/3/1716 a 23/9/1729	Soldado de companhia na Bahia	H.C. om 80 mil réis de tença efetiva e faculdade de repartir tença com seus filhos.	?	?	?
18	Gabriel Fernandes Aleixo (mercê renunciada pelo tio Andre Nabaes)	Vilaroco, termo da vila de São João da Pesqueira, comarca de Pinhel, bispado de São Lamego,	São Paulo, Santos e Vila Rica (MG)	Sem tempo (serviço alheio)	Sem período (serviço alheio)	Escrivão dos defuntos e ausentes capelas e resíduos da comarca de Ouro Preto; capitão de Infantaria de Ordenança dos Reformados e Privilegiados e mais Nobreza de Vila Rica.	?	?	H. C. e tença de 12 mil réis. (12/9/1729)	Não Recebeu
19	Henrique Lopes de Araújo	Gondizalves, (Braga)	Vila Rica (MG)	12 anos, 4 meses e 7 dias	12/1/1714 a 19/5/1725	Capitão-Mor das ordenanças de Vila Rica	H.C. e 12 mil réis de tença efetiva	H.C. e 12 mil réis de tença efetiva. (14/3/1726)	H.C. e 12 mil réis de tença efetiva. (3/4/1726)	24-9-1732
20	João Ferreira Tavares de Gouveia	Reino [LUGAR DESCONHECIDO]	Reino, Principado da Catalunha e Minas Gerais (Vila do Carmo)	17 anos?	1708 a 1725 [?]	Tenente de Cavalos e Tenente General do Governo das Minas.	?	?	?	Recebeu (1729)
21	João Lobo Leite	Vila de Santarém	Vila Rica	?	?	Tabelião do Público Judicial e Notas de Vila Rica.	H.C. com tença de ?	?	H. C. com tença de ?	Não Recebeu.
22	José Botelho Fogaça	Aldeia Galega da Merceana (Alenquer)	Currais/ Sabará (MG)	?	1714 a 1730	Capitão-mor da Vila Real do Sabará	H. C. com tença decidida pela rei.	?	?	?
23	José da Silva Pontes (mercê concedida ao tio, José Gomes Gamboa, que já era cavaleiro e foi titular de segundos serviços, prestados em Lisboa)	Santo Amaro	Vila Rica (MG)	Sem tempo (serviço alheio)	Sem período (serviço alheio)	capitão de cavalos, sargento-mor e capitão-mor; guarda-mor das Minas do Inficcionado e de Catas Altas	H. C. com 12 mil réis de tença(12/3/1744)	?	H. C. com 12 mil réis de tença. (17/10/1749).	02-11-1749
24	José de Almeida e Faria	Olinda (PE)	São João Del Rei (MG)	12 anos	5/2/1734 a 1746	Procurador da Coroa e Fazenda Real da Comarca do Rio das Mortes	Herdar mercê de H.C. pertencente ao avô, com permissão para fazer nomeação, renúncia ou doação dessa mercê a quem melhor lhe	?	?	04-10-1735

							parecesse.***			
25	José Furtado de Mendonça	Ilha de Santa Maria	Vila do Carmo (MG)	Sem Tempo De serviço próprio.	Sem período	Sargento-mor	Mercê de H.C. com 12 mil réis de tença renunciada a seu favor pelo primo Francisco Barradas de Azevedo.(13/4/1728)		H.C com 12 mil réis de tença (?/5/1743)	19-06-1743
26	José Martins Figueira (por segundos serviços próprios)	Vila de Óbidos (Leiria)	Corte(Lisboa) Vila do Carmo (MG)	14 anos, 6 meses e 16 dias	25/9/1715 a 23/7/1728	Tenente de Cavalos nas Minas; Ajudante de Tenente do governo das Minas, com patente honorária de Tenente General.	H.C. e 80 mil réis de tença efetivos para dote de sobrinha.	H.C. e 60 mil réis (p/ sobrinha) (8/10/1737)	?	Não pediu para si.
27	José Meira da Rocha	?	Colônia do Sacramento e Registro do Paraibuna (MG)	?	?		Prorrogação da serventia do ofício de Provedor do Registro do Paraibuna. Ou H. C com tença a ser definida;	?	?	Não Recebeu Hábito
28	José Pereira de Moura	Lisboa	Vila do Carmo (MG)	13 anos, 7 meses e 13 dias	1731 a 1745	Bacharel, juiz de fora das vilas de Pombal e [Retinha] e Vila do Carmo; e Provedor dos resíduos, defuntos e ausentes da Vila do Ribeirão do Carmo,	H. C. e 100 mil réis de tença efetiva, com faculdade de renunciar em prol da irmã.			08-04-1748
29	José Rebelo Perdigão	Lisboa	Rio de Janeiro(RJ) São Paulo (SP) Vila do Carmo (MG)	15 anos, 5 meses e 16 dias	5/4/1697 a 14/10/1722	Soldado pago, Secretário do governador do Rio de Janeiro, Auditor da gente de guerra de pé, provedor dos quintos da freguesia de Bom Jesus, superintendente do distrito de Ribeirão do Carmo, mestre de campo dos auxiliares do mesmo local.	Comenda da Ordem de Cristo, 200 mil réis de tença efetiva, H. C., propriedade da alcaidaria-mor de Vila Rica (ou do ofício de escrivão das execuções ou de tabelião da mesma vila) e soldo de capitão da infantaria no posto Mestre de Campo dos Auxiliares.	H. C e 200 (ou 150) mil réis de tença efetiva. (5/12/1732)	?	?
30	José Rodrigues de Oliveira	Lisboa	Corte (Lisboa), províncias de Alentejo e Trás os Montes e o principado da Catalunha. Vila Rica e Vila do Carmo (MG)	14 anos, 2 meses e 25 dias; (tempo já decretado) + 10 anos, 6 meses e 2 dias = 24 anos, 8 meses e 27 dias SEM SER INTERPOL ADO: 32 anos	10/7/1694 até 10/1715 (interpolada mente) 1/11/1715 a 11/5/1726	Soldado, Ajudante de Terço Auxiliar, Alferes de Companhia de Cavalaria, Capitão de companhia de cavalos, Reformado e Agregado a um dos Regimentos de Cavalaria da Corte. Capitão de Cavalos reformado e Capitão de Dragões da Primeira Companhia de Minas Gerais.	H. C. com 100 mil réis de tença efetiva para si e mais 40 mil réis de tença efetiva para sua sobrinha Dona Maria Antônia de Bastos.	H.C e 60 mil réis de tença efetiva, dividindo a tença como quisesse com a sobrinha.(27/4/1729)	H. C com 48 mil réis de tença para si e mais 12 mil réis para a sobrinha. (2/1731)	?
31	José Rodrigues Fróis	São Paulo (SP)	Sertões de Minas e Goiás/Paracatu (MG)	Sem tempo (feito único)	Sem período (feito único)	Guarda-mor substituto do descobertos nas Minas Novas S. Luiz, distrito de Santa Ana no sertão de Paracatu	Propriedade dos ofícios de tabelião e de escrivão da ouvidoria no distrito de Paracatu; e ainda três H. C. com tenças de 20 mil réis, um para si e os outros para as duas irmãs.****	H.C com 30 mil réis de tença para o solicitante.,	?	?
32	Luís Gomes Leitão	?	Vila Rica (MG)	Sem Tempo (feito único)	Sem Período (feito único)	?	H. C. com 20 mil réis de tença (mercê prometida pelo Conde de Assumar)	?	H. C com 20 mil réis de tença (17/01/1731)	Recebeu (data? Pós 1731)
33	Luís Soares de Meireles	?	Itaubira (MG)	Sem Tempo (feito único)	Sem Período (feito único)	Tenente	H.C. com 30 mil réis de tença. (mercê prometida pelo Conde de Assumar)	?	?	?
34	Manuel da Costa Pinheiro	Termo de Barcelos	Reino e Minas	20 anos	1702 a 1722	Ajudante de Tenente; e Tenente -General do governo das Minas.			H. C e 60\$000 rs de tença (10-11-1718).	23-04-1722
35	Manuel de Almeida Costa (recebeu mercê de hábito por dote de sua	Ponte de Lima, comarca de Viana, arcebispado de	Vila Rica (MG); Bahia (BA)	Sem tempo (serviço	Sem período (serviço	Capitão companhia de infantaria de ordenança em	H. C. com 12 mil réis de tença. (1º /8/1720)			23-05-1722

	esposa, Teresa de Campos, em atendimento ao serviços prestados pelo sogro)	Braga		alheio)	alheio)	Vila Rica; e capitão-mor da freguesia de N. S. do Desterro, na Bahia.				
36	Manuel de Barros Guedes Madureira (Já sendo cavaleiro, solicitou comutação do hábito por outra mercê a ser dada para a esposa)	Vila de Chaves	Vila do Carmo (MG)	Sem Tempo (Feito único)	Sem Período (Feito único)	Tenente de Dragões	H. C. com 40 mil réis de tença (mercê comutada em tença de 60 mil réis em favor da esposa D. Ana Luiza da Silva) (13/8/1735).		60 mil réis de tença efetiva para a esposa D. Ana Luiza da Silva)	Não pediu para si.
37	Manuel Jorge Coelho	Vila de Évora dos Coutos de Alcobaça, Estremadura	Catas Altas, Termo da Vila do Carmo (MG)	10 anos, 2 meses e 2 dias.	25/5/1718 a 27/7/1728	Capitão das ordenanças do distrito das Catas Altas	H. C e tença ?		H. C. e 12 mil réis de tença. 18/02/1730	?
38	Manuel Nunes Viana	Viana do Castelo (Minho)	Sertões do São Francisco/Vila Nova da Rainha (MG)	21 anos	1703 a 1724	Capitão-mor e mestre-de-campo comandante da guerra do gentio do Rio de São Francisco e do Rio Grande			1 H.C., com 100 mil réis de tença efetiva (12 mil p/ si, 24 mil p/ cada uma das duas filhas). Outro H. C. p/ filho com 40 mil réis de tença. E ainda os ofícios da Alcaidaria-Mor da Vila de Maragogipe e a propriedade do ofício de Escrivão da Ouvidoria do Rio das Velhas. (7/4/1727)	Recebeu (data? Pós 1727)
39	Manoel Ribeiro da Silva	Freguesia de São Martinho de Bolugaes (Arcebisado de Braga)	Salvador (BA) Vila Nova da Rainha (MG)	17 anos, 2 meses, 3 dias. + 4 anos, 2 meses e 27 dias = 21 anos, 4 meses e 30 dias	21/6/1718 a 16-11-1737	Capitão de companhia de auxiliares do terço de Vila Nova da Rainha; e Sargento-mor da freguesia de Nossa Senhora do Rosário na Bahia.	H.C. e 80 mil réis de tença efetiva. Na réplica: pediu comutação do Hábito de Santiago, recebido na primeira mercê, em Hábito de Cristo.	Hábito de Santiago e 20 mil réis de tença. Na réplica, comutação deferida. (9/11/1733 e 16/11/1737)	?	?
40	Manuel Rodrigues Soares	Viana do Minho	Vila Nova da Rainha (Caeté)	Sem tempo (Feito único)	Sem Período (Feito único)	Mestre de Campo dos Auxiliares.	H. C. e 30 mil réis de tença		H. C. e 12 mil réis de tença. (27/5/1719)	Recebeu (data? Pós 1719)
41	Miguel Mendes da Costa (deixou os serviços próprios obrados em Minas para o filho Luís Sotero da Costa, que requereu).	?	Vila Rica (MG)	Sem tempo (serviço alheio)	Sem período (serviço Alheio)	Escrivão da Fazenda Real, Comissário de Mostras e escrivão de matrícula [da] ouvidoria geral do Ouro Preto Requerente: soldado de cavalo do regimento de cavalaria de Alcântara, Guarnição de Lisboa.	Patente de capitão de companhia ou capitão de viagem na monção para o Estado da Índia. H. C. com tença de 100 mil réis; 400 mil réis de ajuda de custo; e foro de fidalgo.	H. C. e 30 mil réis de tença, caso o requerente, Luís Sotero, embarcasse para o Estado da Índia na presente monção. (4-3-1749) *****		Requerimento feito pelo filho Luis Sotero.
42	Nicolau da Silva Bragança	Bom Barral, freguesia de São Salvador, Termo da Vila de Óbidos	Santos (SP) Vila do Carmo (MG)	14 ou 15 anos [?]	1721/22[?] até 12/1736. [?]	Soldado no terço da armada da Junta de Comércio; Soldado na praça de Santos; Sargento-mor do terço das ordenanças da Vila do Carmo, promovido a Sargento-mor da cavalaria das ordenanças da mesma vila.	H.C. ?	Indeferimento, por serviços de ordenanças não serem mais remuneráveis depois de lei de 1739; e tampouco “serviços civis e comissos”	Duas tenças de 40 mil réis, para as duas irmãs freiras, Tomázia Maria da Encarnação e Maria da Silva Rosa; (16/1/1755).	1724-03-28 (1º Hábito)
43	Rafael da Silva e Sousa	Porto	Vila do Carmo (MG)	33 anos, 7 meses e 7 dias	22/9/1709 a 9/4/1738 + 5 anos (1740 a 1745)	Capitão de uma companhia de ordenança da Vila do Carmo; sargento-mor da 3º de Auxiliares da Vila do Carmo por patente de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho; Capitão-mor da Vila do Carmo, confirmado pelo rei; e Coronel dos Privilegiados, Reformados e mais nobrezas daquelas Minas, por patente de Dom Brás Baltasar da Silveira.	“mercê que à Real Grandeza de V. Majestade parecer idônea ao seu merecimento”	200 mil réis de tença ("visto não pedir hábito, por ser filho de pais incógnitos").(17/3/1742)	H.C. com 12 mil réis de tença. (11/10/1745)	11-10-1745

44	Romão Gramacho Falcão	Cachoeira (BA)	Vila Nova da Rainha (MG)	13 anos, 6 meses e 8 dias	1/1725 a 12/7/1738	Sargento-mor das ordenanças do distrito de Itambé	H. C. e 30 mil réis de tença efetivos.	?	?	14-06-1744
45	Sebastião Barbosa Prado	Santa Marinha de Oleiros, Vila do Prado (Arceb. de Braga)	Recôncavo (BA) Currais (MG)	13 anos e 20 dias	?	Capitão de Infantaria das Ordenanças no Distrito das Cabeceiras da Vila de João Amaro do Recôncavo da Bahia; e Capitão-Mor das Ordenanças do distrito dos Currais. Contratador de diversos contratos	H.C. e 100 mil réis de tença efetiva.	H.C. e 20 mil réis de tença efetiva. (23/7/1729)	?	?
46	Teodósio José Duarte Crespo	Guilhofrei, Concelho de Vila Boa de Roda, Comarca de Guimarães	Vila do Príncipe do Serro do Frio (MG)	15 anos [?]	1716 a 1731 [?]	Capitão de infantaria de auxiliares e Sargento-mor do mesmo regimento	H. C. com 80 mil réis de tença (27/6/1732)	?	?	?

Quadro 41. Solicitações de Hábitos da Ordem de Cristo por vassalos mineiros até 1750. Fonte: AHU, Consultas de Mercês Gerais, Códices 87 e 88. AHU, Minas Gerais, , cx. 1, doc. 9; cx. 3, doc. 85; cx. 10, doc. 13; cx. 11, doc. 59; cx. 14, doc. 67; cx. 15, doc. 20; cx. 16, docs. 3, 58 e 96; cx. 18, docs. 8 e 16; cx. 21, doc. 74; cx. 25, doc. 25; cx. 27, doc. 24; cx. 31, doc. 85; cx. 39, doc. 4; cx. 41, doc. 62; cx. 44, doc. 22; cx. 45, doc. 31; cx. 45, doc. 74; cx. 48, doc. 28; cx. 52, doc. 95; cx. 53, doc. 31; cx. 57, doc. 62; cx.162, doc.25.APM, SC cx. 2, doc.1; cx. 2, doc. 13. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv; 13, fl.436; liv. 23, fl. 317; liv. 33, fl. 428; Mercês de D. José I, liv. 9, fls. 152-52v. ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 93, fls. 224-26v; livro 173, fls. 259v.-262; livro 186, fls. 57v.-59v; livro 197, fls. 268v.-270; livro 251, fl. 286-287v.

Cap. 14 – Senhor de escravos: grupos de procedência, assentos paroquiais e relações de dominação e de resistência entre os escravos de Henrique Lopes.

(...) onde houve escravidão houve resistência.

J. J. Reis e F. dos S. Gomes. Santos, *Liberdade por um fio*.

Henrique Lopes de Araújo tornou-se um dos principais, senão o principal senhor de escravos de Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII. Dispomos de informações valiosas e importantes sobre seu plantel de trabalhadores escravizados. Multiétnicos e multiculturais, esses cativos constituíram a origem da qual virá o excedente acumulado e a base sobre a qual se apoiarão os privilégios auferidos pelo senhor. Alocados numa sociedade escravista voltada predominantemente para a extração de ouro, em que o trabalho minerador esteve a cargo exclusivo de mão-de-obra não-livre, submetida à dominação senhorial, os escravos sofreram pressões coercivas e alienantes, ao mesmo tempo em que reagiram de diversas formas, impondo limites ao sistema e também moldando-o de acordo com interesses próprios. A dimensão política dessas reações e a importância das resistências escravas não podem ser menosprezadas e ficarão evidentes nas práticas dos escravos aqui estudados.

Dispomos de três listas nominativas dos escravos pertencentes a Henrique Lopes. Duas consistem em arrolamentos tributários datados dos anos de 1718 e 1719, respectivamente, e se caracterizam por elenco diminuto, seja pela prática de sonegação dos quintos, seja pelas isenções incidentes sobre os escravos arrolados nesse tipo de cobrança, seja ainda porque os documentos capturaram momento intermediário da posse escravista, posteriormente estendida e aumentada. A listagem mais completa e minuciosa constou no testamento, finalizado em dezembro de 1732, fonte que discriminou, em sua totalidade, a propriedade escrava acumulada ao longo de uma vida senhorial, identificando, inclusive, cativos foragidos. Tais listas indicaram sempre o primeiro nome do escravo seguido eventualmente de sua origem ou procedência e, nalguns casos, apontaram características distintivas, como o emprego num ofício ou a presença de marcas corporais, entre outras. A análise desses róis permite observar diferentes aspectos: a composição de gênero, as nações ou grupos de procedência, os laços familiares ou parentais e, por fim, a representação de nomes, de etnônimos e de outros chamativos pessoais que identificavam os escravos. É importante notar que o intervalo temporal entre os registros possibilita ainda o cotejamento de nomes, vislumbrando-se transformações ou reorientações incidentes no plantel e na própria

identificação dos escravos.

Além das listas, existem menções diversas a escravos de Henrique Lopes nos registros paroquiais expedidos na Freguesia de Antônio Dias a partir do ano de 1710, condensados, sobretudo, em assentos de batismo e de óbito. Essas fontes forneceram informações polivalentes, com aportes quantitativos e qualitativos. Através delas, foi possível determinar o nascimento de filhos cativos e também a morte de escravos inseridos no plantel. Algumas preciosidades, a exemplo dos registros sobre a filiação ilegítima deixada pelo senhor junto às suas escravas, vieram à tona nesse acervo. Outros dados de natureza estatística, como os índices de natalidade e mortalidade da massa cativa situada em Antônio Dias, puderam ser levantados. Sob um ponto de vista diferente dos arrolamentos tributários, os documentos paroquiais permitem, por fim, aprofundar a análise sobre os etnônimos e as identidades imputados aos escravos.

14. 1. Listas fiscais e róis de escravos

Em 1718, em lista elaborada para o pagamento dos quintos, o capitão-mor de Vila Rica apresentou quarenta e seis escravos. Ampla maioria era formada por africanos (quase dois terços) do sexo masculino (quase três quartos), muito embora um grupo expressivo de cativos houvesse nascido no Brasil. Entre as mulheres, onze eram africanas e apenas uma havia nascido na colônia, conforme indica o Quadro 42.

Região	Procedência/ Etnônimo	Nº de escravos	%	Homens	Mulheres
África Ocidental	Mina	10	21,7	6	4
África Centro-Occidental	Angola	15	32,6	9	6
	Benguela	1	2,1		1
	Congo	1	2,1	1	
	Monjolo	1	2,1	1	
Brasil	Crioulo	2	4,3	1	1
	Mestiço	2	4,3	2	
	Mulato	4	8,6	4	
Procedência desconhecida	Tuturubi	1	2,1	1	
	Desidentificados	9	19,5	9	
TOTAL		46	100	34	12

Quadro 42. Procedência, número e gênero dos escravos de Henrique Lopes em 1718. Fonte: APM, CC 1028

Esse plantel destoou da lógica predominante na Freguesia de Antônio Dias. A participação feminina nas posses de Henrique Lopes, equivalente a 26%, foi quase três

vezes superior ao índice de escravos arrolados nos plantéis locais, da ordem de 10%. O contingente de escravos nascidos no Brasil também foi relativamente alto se comparado ao cômputo geral, limitado a três por centúria. Junto a essas, outras particularidades evidenciam que se tratava de propriedade escravista peculiar. A incidência majoritária de estrangeiros oriundos da África Centro-Occidental (39,1%), sobretudo angolas, contraposta à tímida presença de escravos saídos da Costa da Mina (21,7%), distinguiu-se do quadro demográfico de Antônio Dias, onde sudaneses, com destaque para negros mina, sobrepujaram de modo expressivo (61,5%) os bantos, representativos de pouco menos de um terço dos escravos listados naquele ano (30,7%), como veremos no Quadro 43. No mesmo período, plantéis semelhantes, com quantitativo de sudaneses mina a suplantarem duas vezes o de centro-africanos, também se aplicavam a certos distritos da Vila do Carmo.⁹⁶²

A historiografia recente sobre a escravidão na América Portuguesa tem reinterpretado as nomenclaturas e os etnônimos imputados aos escravos. Desde Nina Rodrigues, o esforço de identificar manifestações e sobrevivências culturais africanas junto aos descendentes coloniais atraiu a atenção de estudiosos para a questão da procedência dos indivíduos traficados para o Brasil. Tidos por lugares originários, os sobrenomes dados aos escravos eram vistos como definidores de grupos e de comunidades de matrizes africanas. Uma gama de autores, inspirada em Herskovits, pretendeu encontrar nesses grupos escravos coloniais heranças e tradições culturais semelhantes às desenvolvidas na região de origem, no continente natal. Mariza Soares denunciou a inconsistência teórica e metodológica dessa perspectiva e reivindicou uma leitura histórica e social do universo cultural que norteou a vida escrava no Novo Mundo. Segundo a autora, ao invés de descreverem pertencimentos ou agrupamentos africanos, os etnônimos atribuídos aos cativos constituíram, na verdade, um subproduto do tráfico e impuseram novos arranjos sociais e novas configurações identitárias, inerentes e exclusivos do meio colonial, elaborados sob o jugo do escravismo. Inicialmente determinadas pelo colonizador, as classificações e denominações outorgadas aos escravos eram em seguida absorvidas, incorporadas, manejadas e reelaboradas pelos próprios interessados, em função das circunstâncias e das pressões sociais nas quais estavam inscritos, essencialmente diferentes das existentes na terra

⁹⁶² COELHO, L. C. de M. "Mão-de-obra escrava na mineração e tráfico negreiro no Rio de Janeiro" *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Anpuh, 1973, v.1, p. 449-489.

natal. Diferenças que operavam, inclusive, entre as diversas regiões e experiências sociais da América Portuguesa. O ajustamento à realidade local imprimiu à organização de grupos escravos um dinamismo essencial, historicamente determinado. Dessa forma, para a massa cativa, a configuração de “grupos de procedência”, a escolha de apelidos, de nomes e de sobrenomes e o estabelecimento de pertencimentos grupais tiveram caráter imediato e dependeram de relações de dominação, de resistência, de acomodação e de interdependência travadas na sociedade colonial, cujos termos variaram no tempo e no espaço.⁹⁶³

Para compreender a composição e os etnônimos do plantel de Henrique Lopes cumpre dimensionar, portanto, as particularidades do escravismo em Vila Rica. Uma característica primordial foi a predominância de escravidão estrangeira, que atingiu, sobretudo, africanos adultos, em idade produtiva e solteiros, a reproduzir um padrão demográfico que perdurou ao longo de boa parte do século XVIII. Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, o afã da busca por ouro levou a que senhores mineradores desconsiderassem o desequilíbrio de gênero em sua massa cativa, bem como os obstáculos, daí resultantes, ao estabelecimento de relações familiares entre os escravos. O fato de a concessão de terrenos auríferos obedecer à razão do número de escravos empregados no trabalho exploratório também reforçou essa tendência. Enquanto a extração de ouro mostrou-se lucrativa a demanda por mão-de-obra importada manteve-se crescente e em franco desenvolvimento.⁹⁶⁴

Em seus primeiros tempos, o fornecimento de cativos para a região das Minas Gerais deu-se por três vias principais: a preação indígena efetuada por paulistas, opção menos significativa, sobretudo após a Guerra dos Emboabas; o tráfico de africanos saídos do porto de Ajudá, na Costa da Mina, desembarcados na Bahia e dali encaminhados para as áreas mineradoras; e, por fim, o fluxo de escravos bantos, obtidos em Angola e aterrados no Rio de Janeiro, que em seguida subiam a Serra do Mar. Já tivemos oportunidade de demonstrar que os arraiais formadores de Vila Rica foram inicialmente colonizados por pequenos comerciantes e por exploradores projetados a partir do Rio de Janeiro. Isso não implicou, contudo, em monopolização ou especialização das rotas de abastecimento de escravos. Até altura avançada do século

⁹⁶³ SOARES, M. de C. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 116-17.

⁹⁶⁴ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 53.

XVIII, o núcleo minerador absorveu tanto escravos sudaneses, transportados majoritariamente pelo sertão do São Francisco, quanto angolanos, congoleses e benguelas vindos do litoral fluminense. Sabemos que, desde cedo, escravos sudaneses tornaram-se preferidos em diversas áreas de viés minerador, sob a justificativa de que esses africanos possuíam saber técnico e experiência úteis na extração de metais. Entretanto, mesmo com essa preferência, contingentes bantos constituíram parcela significativa, que tendeu a ser paritária ou até majoritária em regiões menos afetadas pela atividade extrativa. Por exemplo, em São João Del Rei, cabeça da comarca do Rio das Mortes, mais próxima do litoral, etnônimos centro-africanos eram quase dois terços da massa cativa em 1718, enquanto sudaneses limitaram-se a 38%. No mesmo ano, bantos foram maioria em Pitangui (55,2%) e a metade da população escrava em Itatiaia (50,1%).⁹⁶⁵

Já em núcleos onde o desentranhar de ouro fazia-se mais intenso, como em Vila Rica e na Vila do Carmo, a proporção de africanos ocidentais foi maior. É possível supor que essa predileção por escravizados oriundos da Costa da Mina, requeridos nos principais arraiais mineradores, produziu efeitos e teve impacto nas rotas de tráfico negreiro. Próxima do Rio de Janeiro, interligada jurídica e comercialmente à capital fluminense, a região das Minas Gerais foi, juntamente com o Rio das Velhas, a que demandou o mais robusto conjunto de africanos ocidentais. Embora a historiografia tenha creditado ao porto soteropolitano o fornecimento desses escravos, avolumam-se evidências e indícios comprobatórios de que a praça carioca também recebeu numerosos grupos sudaneses, mapeados por Mariza Soares em seu estudo sobre a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, confraria fluminense formada por negros mina.⁹⁶⁶ Todavia, essa história fundamental para a compreensão do escravismo nos distritos mineradores permanece mal estabelecida. Simultaneamente abastecido por dois mercados supridores de mão-de-obra, o termo de Vila Rica transformou-se num mosaico multifário e multiétnico. A variedade extraordinária de grupos escravos refletiu-se na documentação. Só na freguesia de Antônio Dias em 1718 foram identificados pelo menos trinta e oito etnônimos diferentes, entre africanos das mais diversas procedências e cativos nascidos na colônia, como carijós, crioulos, mulatos,

⁹⁶⁵ LUNA, F. V; COSTA, I. D. N. da “Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais” in: LUNA, F. V; COSTA, I. D. N; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 17-31.

⁹⁶⁶ SOARES, M. de C. *Devotos da Cor...* em especial capítulos 5 e 6.

pardos, baianos e cariocas, conforme se vê no Quadro 43.

Região	Procedência/Etnônimo	Escravos (as)	%
África Ocidental	Arda	1	0,05
	Cabo Verde	42	2,2
	Caravari/Carabari	11	0,5
	Chalha/Chara/Calhambo	13	0,7
	Coira/Coirano	3	0,1
	Cobu/Combu	9	0,4
	Costa	1	0,05
	Flamengo/Framengo	2	0,1
	Fulla	1	0,05
	Mandinga/Mochinga	5	0,2
	Mina	1033	56,1
	Mina/Maquine	3	0,1
	Nagô	9	0,4
	Total Parcial	1133	61,5
África Centro-Ocidental	Ambaca	3	0,1
	Angola	230	12,4
	Benguela	175	9,5
	Congo	77	4,1
	Danje/Cassanje	2	0,1
	Loango	9	0,4
	Massangano	9	0,4
	Monjolo	28	1,5
	Quiçamã	1	0,05
	São Tomé	9	0,4
	Total Parcial	543	29,4
África Oriental	Moçambique	25	1,3
	Total Parcial	25	1,3
Brasil	Bahia	3	0,1
	Carioca	1	0,05
	Carijó	2	0,1
	Crioulo	31	1,6
	Mestiço	2	0,1
	Mulato	14	0,7
	Pardo	3	0,1
	Total Parcial	56	3
Procedência Ignorada	Tuturuvi	1	0,05
	Vitavianhos	1	0,05
	Reino	1	0,05
	Desidentificados	81	4,3
	Total parcial	84	4,5
TOTAL GERAL		1841	100

Quadro 43. Procedência/etnônimo e número de escravos (as) na Freguesia de Antônio Dias em 1718.
Fonte: APM, CC 1028.

A Babel vilarriquenha formou-se através de um conúbio peculiar. É pertinente supor que, no princípio, escravos bantos predominassem em comitivas capitaneadas por senhores provenientes do Rio de Janeiro. Talvez por isso certos plantéis situados na freguesia de Antônio Dias, pertencentes a alguns dos principais mineradores originários

daquela praça, apresentassem grande incidência de angolanos. Esse foi o caso, por exemplo, do sargento-mor Antônio Martins Leça, ex sapateiro atuante no litoral que galgou a condição de homem principal em Vila Rica. Dentre os sessenta e dois escravos que arrolou em 1719, mais de um terço originara-se na África Centro-Occidental: pelo menos dezoito eram angolanos, três benguelas e outros dois, congoleses ao passo que negros mina se limitaram a onze indivíduos.⁹⁶⁷ No ano anterior, outro senhor situado no arraial de Antônio Dias, Manuel Fernandes dos Reis, listou posse de dezessete angolanos, que, não obstante, corresponderam a dois quintos de sua propriedade escravista, fração minoritária em relação aos vinte e seis negros mina. Henrique Lopes de Araújo veio em seguida com seus quinze angolanos e outros três bantos (um congolês, um benguela e um monjolo). Entre duzentos e noventa e cinco senhores de escravos situados em Antônio Dias, o capitão-mor incluiu-se entre os treze (4,4%) cujos plantéis compunham-se majoritariamente de centro-africanos. Conquanto, nem todos os mineradores oriundos do Rio de Janeiro preservaram seus plantéis bantos. Pascoal da Silva Guimarães, por exemplo, empregava no Morro de Vila Rica vinte e dois negros minas e apenas cinco bantos (dois angolanos, dois congos e um benguela). É provável que os vínculos comerciais mantidos por Guimarães no Rio das Velhas, região mais diretamente abastecida pelo mercado baiano, tenham determinado o formato de seu plantel.⁹⁶⁸

Ao longo da primeira metade do século XVIII, a freguesia de Antônio Dias atraiu número crescente de africanos ocidentais, o que implicou na preponderância relativa desse grupo. Como demonstraram Francisco Luna e Iraci del Nero da Costa, enquanto a incidência de bantos falecidos nessa freguesia decaiu cinco pontos percentuais entre 1719 e 1768, oscilando de um máximo de 40 até um mínimo de 30%, o primeiro grupo aumentou sua representatividade de 60 para 65% dos óbitos de escravos. De qualquer forma e apesar das tendências demográficas, o caráter compósito da massa cativa existente em Vila Rica perdurou por todo o período colonial, sofrendo transformações profundas e aceleradas no último quarto do século e ao longo do novecentos, período no qual a importação de centro-africanos superou a de sudaneses, grupo que decresceu acentuadamente, ao mesmo tempo em que a classe de escravos crioulos e mulatos e os segmentos libertos e forros nascidos nas Minas tornaram-se a

⁹⁶⁷ APM, CC 1039.

⁹⁶⁸ APM, CC 1028.

maioria da população.⁹⁶⁹

A multiplicidade e a representatividade de africanos, tanto sudaneses quanto bantos, obrigaram a um arranjo especial dessas populações. Ao contrário do que ocorreu em outras paragens da América Portuguesa, nas quais irmandades e associações devocionais formadas e organizadas por negros segmentaram-se ou dividiram-se conforme distintos “grupos de procedência”, em Vila Rica a separação se deu apenas com relação a certos conjuntos crioulos, filiados predominantemente à irmandade das Mercês, ao passo que africanos de todas as origens uniram-se nas irmandades do Rosário.⁹⁷⁰ O capítulo 22º do compromisso da confraria dos pretos do Alto da Cruz garantiu a incorporação de “toda qualidade de pessoas, sendo católicos romanos”, resguardando-se, entretanto, a cláusula de que irmãos brancos “de nenhuma sorte de intrometerão em as disposições e governos da dita irmandade” e mesmo os ocupantes dos postos de tesoureiro, escrivão e capelão haviam de se sujeitar à administração dos confrades negros, “conformando-se com os irmãos pretos em tudo o que for justo e de razão”.⁹⁷¹ Embora existentes e influentes, como veremos na análise da história da confraria do Alto da Cruz, as estratificações intergrupais entre os escravos da freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica, não resultaram na fragmentação das irmandades, muito embora essas diferentes tenham se manifestado internamente. Em todo caso, na configuração dos sodalícios, as segmentações relativas à cor da pele e à condição jurídica (livre, liberto/forro e escravo) importaram mais que as rivalidades étnicas entre os escravos, considerados genericamente “irmãos pretos”.

O ecumênico plantel pertencente a Henrique Lopes em 1718 incluiu nove etnônimos distintos, cinco referentes a africanos (Mina, Angola, Benguela, Congo e Monjolo), três nativos (Crioulo, Mestiço e Mulato) e um de origem desconhecida (Tururuvi). Outros quatro chamativos não indicaram procedência, mas vínculos socioprofissionais, e nomearam escravos em função de suas especialidades laborais. Entre esses constaram dois cativos denominados sapateiros, um dito trombeta, outro tambor e quatro alcunhados chameleiros. Diferentemente dos outros, tais escravos tiveram subsumidas suas procedências, preteridas por etnônimos profissionais que melhor definiam suas identidades. João Trombeta e José Tambor ocupavam posições

⁹⁶⁹ LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N. da “Algumas características do contingente de cativos... p. 23

⁹⁷⁰ BORGES, C. M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais no século XVIII*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, p. 59.

⁹⁷¹ ACC, AEPAD, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, v. 123..

militares, possivelmente recrutados em companhias de ordenanças submetidas à autoridade do capitão-mor. Dois escravos de nome Antônio eram evocados pelo ofício da sapataria e quatro “moleques” – Miguel, Ventura, Antônio e Pedro – deveram seus sobrenomes à intimidade com a charamela, instrumento de sopro cuja sonoridade era muito apreciada nas festividades, nos saraus, recitais e cerimoniais litúrgicos e profanos de Vila Rica. Esses escravos “chameleiros” foram os mesmos que, em dezembro de 1717, vestiram-se nobremente com “pano berne” e “forros de espernegam da mesma cor”, na recepção ao recém-chegado Conde de Assumar, diante do qual sopraram músicas de boas vindas.⁹⁷² Para avaliar o significado e a importância específicos desses etnônimos cabe contrastá-los às outras listagens que possuímos.

Na cobrança dos quintos de 1719, Henrique Lopes deu a rol quarenta escravos, conjunto inferior ao que houvera manifestado no ano anterior. Africanos ocidentais mantiveram-se majoritários, com quatorze elementos e, dentre eles, angolanos figuraram em destaque. Sudaneses, de maioria mina, compuseram um quarto do plantel, que teve ainda idêntica parte feminina e três quartos masculinos. Nove escravos haviam nascido no Brasil e outros sete não possuíam sobrenomes acusadores de procedência ou etnia, conforme descreve o Quadro 44.

Região	Procedência/ Etnônimo	Escravos	%	Homens	Mulheres
África Ocidental	Cabo Verde	2	5	2	
	Mina	9	22,5	5	4
África Centro-Occidental	Angola	7	17,5	3	4
	Benguela	1	2,5		1
	Congo	5	12,5	4	1
	Monjolo	1	2,5	1	
	Cabra	1	2,5	1	
Brasil	Crioulo	2	5	1	1
	Mestiço	2	5	2	
	Mulato	4	10	4	
	Procedência desconhecida	6	15	6	
TOTAL		40	100	29	11

Quadro 44. Procedência/etnônimo, número e gênero dos escravos de Henrique Lopes em 1719. Fonte: APM, CC 1028 e 1039.

As mesmas discrepâncias verificadas em 1718 quanto ao contexto da freguesia de Antônio Dias se repetiram ou se acentuaram no ano seguinte. A presença majoritária

⁹⁷² “Berne é o nome que hoje damos a todo o pano fino vermelho.” BLUTEAU, R. *Vocabulário Português e Latino*, v. 9, p. 127. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 314-16.

de bantos estava na contramão do que transcorria nas demais propriedades, nas quais o índice de negros mina cresceu, avançando de 61,5 para 66%, e a proporção de centro-

Região	Procedência	Nº de escravos	%	
África Ocidental	Arda	1	0,04	
	Cabo Verde	61	2,4	
	Chalha/Chara/ Calhambo	25	1	
	Caravari/Carabari	9	0,3	
	Cobu/Combu	16	0,6	
	Coira/Coirano	7	0,2	
	Flamengo	2	0,08	
	Fulla	1	0,04	
	Mandinga	4	0,1	
	Mina	1479	60,1	
	Mina da Serra	1	0,04	
	Mina/Machine	4	0,1	
	Nagô	13	0,5	
	Xamba/Chamba	1	0,04	
	Total Parcial	1624	66	
África Centro-Occidental	Ambaca/Anbaqua	3	0,1	
	Angola	295	12	
	Benguela	177	7,1	
	Congo	85	3,4	
	Loango	9	0,3	
	Danje/Cassanje	8	0,3	
	Massangano	11	0,4	
	Monjolo	28	1,1	
	Quiçamã	2	0,08	
	Rebolo	1	0,04	
	São Tomé	11	0,4	
	Total parcial	630	25,6	
	África Oriental	Moçambique	26	1
		Total Parcial	26	1
	Brasil	Bahia	1	0,04
Cabra		3	0,1	
Crioulo		37	1,5	
Gurupema		1	0,04	
Mestiço		4	0,1	
Mulato		14	0,5	
Total Parcial		60	2,4	
Procedência desconhecida		Bachaci	1	0,04
	Boquam	1	0,04	
	Cojo	1	0,04	
	Correja	1	0,04	
	Dougueno	1	0,04	
	Fuão	1	0,04	
	Gisano	1	0,04	
	Ilha	1	0,04	
	Ladino	1	0,04	
	Tuturubi	1	0,04	
	Vitavianhos	1	0,04	
	Desidentificados	7	0,2	
	Total Parcial	18	0,7	
	TOTAL GERAL	2460	100	

Quadro 45. Procedência e nº de escravos da Freg.de Antônio Dias, Vila Rica, 1719.Fonte: APM, CC 1028 e 1039.

africanos regrediu mais, passando de 29,4 para 25,6%. A fatia de mulheres no lançamento geral decaiu para menos que a décima parte (9,2%), enquanto o capitão-mor ostentou seu quarto (27,5%) de representação feminina. Inclusive a variável de escravos americanos, que atingiu pouco mais de a quinta parte do plantel (22,5%), fugiu ao padrão da freguesia, onde crioulos e mulatos foram minoria irrisória e em declínio, oscilando para menos de três pontos percentuais (Cf. Quadro 45).

Treze anos depois, quando da redação do testamento senhorial, a composição geral do plantel apresentou-se bastante modificada. Há que considerar, todavia, a peculiaridade da documentação onde essa listagem foi arrolada. Indubitavelmente mais completo e fidedigno que as listas fiscais mencionadas, o testamento de Henrique Lopes trouxe rol minucioso de suas posses escravistas. Embora a dimensão avantajada do plantel tivesse, de fato, se manifestado desde 1721, quando o senhor declarou propriedade de oitenta escravos, com aparente tendência de queda ao longo da década de 1730, conforme vimos no décimo capítulo, a relação testamental ratificou a verdadeira extensão da posse escravista, tal como existia em 1732, e forneceu outros detalhes importantes, ao indicar, por exemplo, número, gênero e grupos de procedência de escravos fugidos.

Como demonstra o Quadro 46, ao fim da vida, o capitão-mor de Vila Rica tinha sob seu domínio setenta e oito escravos, com predomínio masculino da ordem de 2,25 homens por mulher. Considerando-se que a razão de sexo masculino (número de homens para cada cem mulheres) podia alcançar, em Vila Rica, 1.066 escravos, conforme lista de 1718, a proporção de gênero no plantel de Henrique Lopes era significativamente melhor balanceada.⁹⁷³ A presença de vinte e quatro escravas no plantel de um único senhor pode ser considerada extraordinária, sobretudo por situar-se em área predominantemente mineradora, onde a concentração de homens atingiu o máximo. Dos quarenta e oito cativos empregados por Pascoal da Silva Guimarães no morro de Tapanhuacanga em 1719, apenas dois ou três eram mulheres. Russel-Wood argumentou que somente senhores de maior prosperidade optaram por aquisições do gênero feminino.⁹⁷⁴ Há ainda outras possibilidades a considerar. O conjunto relativamente elevado de mulheres pode sugerir o trato comercial do capitão-mor, haja

⁹⁷³ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 55.

⁹⁷⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravidão e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 167.

vista o emprego comum de escravas de ganho ou de jornal ambulante, a exemplo das atividades desenvolvidas por negras de tabuleiro, muito numerosas em Minas.⁹⁷⁵ Ou, por outro lado, tomando-se a hipótese levantada por Eduardo França Paiva, de que escravas, especialmente as de origem Mina (e havia nove cativas dessa “nação” entre as posses aqui analisadas), exerceram papel de destaque na organização e no exercício de trabalhos minerários, por conta dos conhecimentos prévios trazidos da África, tem-se que a presença delas fortalece a vocação mineradora do plantel. Ao contrário do que tradicionalmente se acreditou, mulheres africanas podem ter sido determinantes em certas atividades de exploração aurífera.⁹⁷⁶

Região	Procedência/ Etnônimo	Nº de escravos	Homens	Mulheres	%
África Ocidental	Cabo Verde	5	5	-	6,4
	Cobu/Combu	3	2	1	3,8
	Mina	29	20	9	37,1
	Nagô	2		2	2,5
Total Parcial		39	27	12	50
África Centro-Ocidental	Angola	10	7	3	12,8
	Benguela	3	1	2	3,8
	Congo	1	1	-	1,2
	Loango	1	1	-	1,2
	Monjolo	1	1	-	1,2
	São Tomé	2	1	1	2,5
Total Parcial		18	12	6	23
África Oriental	Moçambique	5	5		6,4
Brasil	Cabra Pernambucana	1	-	1	1,2
	Crioulo	6	3	3	7,6
	Mulato	8	6	2	10,2
Total Parcial		15	9	6	19,2
Procedência Ignorada	Xambá	1	1	-	1,2
TOTAL		78	54	24	100

Quadro 46. Procedência/etnônimo, número e gênero de escravos de Henrique Lopes em 1732. Fonte: ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2.

A metade dos escravos adveio da África Ocidental, com destaque para minas. Pouco menos de um terço correspondeu ao grupo banto, oriundos da África Centro-Ocidental e Oriental. E a quinta parte formou-se por escravos nascidos no Brasil. Comparada às proporções de 1718-19, a composição de 1732 reconheceu maior incidência de africanos ocidentais. A maioria sudanesa no plantel, com diversos etnônimos oriundos do oeste africano (destacando-se, sobretudo, minas, seguidos dos

⁹⁷⁵ FIGUEIREDO, L. R. de A. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: EDUNB, 1993.

⁹⁷⁶ PAIVA, E. F. “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo”. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver; Séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 198.

cobus, xambás, nagôs e cabo-verdianos) adequou-se enfim à tendência demográfica da população escrava levada para as Minas durante a primeira metade do século XVIII. Segundo Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, enquanto a mineração manteve-se rentável os escravos sudaneses tiveram preferência, pois se lhes atribuíam conhecimentos mineralógicos e maior resistência à lida extrativa.⁹⁷⁷ Aliás, a maciça presença de escravos minas no plantel de senhor sabidamente minerador comprova aquilo que Eduardo França Paiva diagnosticou: esses africanos responsabilizavam-se pela condução dos trabalhos minerários, haja vista que foram eles os introdutores de inúmeras técnicas de exploração de ouro em Minas Gerais, adaptadas e reelaboradas a partir da bagagem cultural trazida da terra natal, em contraste com as peculiaridades da realidade colonial e do contexto escravista. A opção por minas adveio da busca por mão-de-obra especializada, capaz de potencializar a empresa mineradora, e daí o motivo pelo qual, no século XVIII, deu-se o *boom* do tráfico negreiro na Costa da Mina, destinado à praça de Salvador e, em seguida, ao mercado mineiro, onde africanos saídos daquela área obtinham preços mais elevados.⁹⁷⁸ Nas primeiras décadas de mineração, escravos mina suplantaram a importação de angolanos e de congoleses.⁹⁷⁹ E por isso a Bahia manteve posição cimeira no abastecimento de mão-de-obra, o que se refletiu nos valores dos contratos dos direitos de escravos que iam para Minas, de preço mais elevado que os verificados no caminho do Rio de Janeiro, capitania que, por sua vez, tornou-se a principal fornecedora de outros produtos para as Gerais.⁹⁸⁰ A completar o plantel, o grupo banto ainda manteve-se em bom número. Angolanos, congoleses, benguelas, loangos, monjolos, são-tomenses e moçambicanos chegaram a vinte e três pessoas.

A confluência de nações, etnias e grupos de procedência diversos também se

⁹⁷⁷ LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N. “A presença do elemento sudanês nas Minas Gerais” In: LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N.; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 229-238. No plantel de Henrique Lopes, a disparidade entre escravos da África Ocidental e Centro-Ocidental diminui, ao considerar-se também a procedência dos cativos fugidos que haviam pertencido ao minerador. Neste caso, o número de escravos do grupo banto eleva-se para 32 (34%), enquanto os sudaneses chegam a 46 (48,9%). Entre os fugidos, havia um único crioulo (grupo que totalizava 17% do plantel), e dois escravos cuja procedência não foi mencionada.

⁹⁷⁸ PAIVA, E. F. “Bateias, carumbés, tabuleiros...” p. 187-205. Ver ainda GONÇALVES, A. L. “As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII” in RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 187-204.

⁹⁷⁹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravidão e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 169.

⁹⁸⁰ SAMPAIO, A. C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 149-151.

coadunou ao quadro populacional das Minas, onde o turbilhão comercial aberto pela exploração aurífera atraiu fornecedores, cativos e senhores de todas as procedências étnicas e sociais.⁹⁸¹ A heterogeneidade do plantel, com bantos e sudaneses, sugere que o senhor adquiriu escravos comercializados desembarcados nas duas principais praças da colônia: Rio de Janeiro e Salvador.

Entre as designações aplicadas aos escravos oriundos da África Ocidental, o nome Mina é, certamente, o mais amplo e também o mais problemático no que diz respeito à definição da abrangência e generalidade do etnônimo. De acordo com Robin Law, escravos mina também poderiam advir da porção a leste da Costa do Ouro, além do Rio Volta, região dominada por holandeses, onde navios portugueses eram comumente flagrados em trato negreiro, na década de 1680.⁹⁸² Além disso, africanos embarcados a partir do Golfo de Benin originavam-se de diferentes grupos étnicos, linguísticos e culturais, que, por vezes, dialogavam línguas estranhas e incompreensíveis entre si.⁹⁸³ Yeda Pessoa de Castro defendeu a hipótese de que a maior parte dos escravos sudaneses exportados para Minas Gerais adviera do antigo reino do Daomé, pertencente ao grupo etnolinguístico *adjá-fon*, falantes de línguas *gbe*, assim denominadas por possuírem o mesmo radical comum para a designação de “língua” ou “idioma”. O expressivo número desses africanos na região mineradora permitiu o desenvolvimento de uma “língua geral mina”, também chamada de “dialeto das minas”, inspirada na língua *fongbe*, tal como registrado em Vila Rica por Antônio da Costa Peixoto nas primeiras décadas do século XVIII. Tudo leva a crer que os sudaneses pertencentes a Henrique Lopes também fossem oriundos do Daomé. Essa perspectiva é reforçada ainda pela presença em seu plantel de quatro escravos *cobus*. Tal apelativo, identificado no vocabulário de Costa Peixoto, dizia respeito aos africanos oriundos da região de Cové, no Benin Meridional, e compôs, junto aos minas, nagôs e xambás, a etnonímia sudanesa listada no testamento.⁹⁸⁴ O complexo mosaico etno-linguístico existente na propriedade escravista de Henrique Lopes refletiu a constituição “mestiça” ou “crioulizante” da sociedade de Vila Rica, que, desde o princípio, acolhera diferentes grupos culturais em seu interior. No próprio vocabulário de Antônio da Costa Peixoto

⁹⁸¹ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero. “A presença do elemento sudanês...” p. 229-238.

⁹⁸² LAW, R. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, n. 20, 2006, p. 109-131.

⁹⁸³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos...* p. 171.

⁹⁸⁴ CASTRO, Y. P. *A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado da Cultura, 2002, p. 59; 68-69.

relativo ao dialeto mina, houve menção aos “cucanos” e “aglonos”, gente de Angola.⁹⁸⁵ Registre-se também a presença de sete escravos moçambicanos, embarcados a partir da África Oriental, outra porção reconhecida por sua atividade mineradora, desenvolvida na região de Monomotapa.⁹⁸⁶

Especificamente, no plantel de Henrique Lopes essa composição diversificada sofreu transformação paulatina, difícil de precisar e de quantificar, mas observável na evolução dos etnônimos. Inicialmente, a presença majoritária de bantos, ainda significativa em 1718-19, denuncia que o coletivo de escravos havia se formado no Rio de Janeiro, através da aquisição de africanos oriundos de Angola, os mais acessíveis na praça carioca.⁹⁸⁷ Em seguida, a experiência colonizadora nas Minas teria levado ao progressivo crescimento do número de africanos ocidentais, que chegaram a representar, em 1732, a metade do plantel senhorial. Essa hipótese respalda-se também na relação de escravos fugidos, reproduzida abaixo, no Quadro 47.

Região	Procedência/ Etnônimo	Nº de escravos	Homens	Mulheres
África Ocidental	Cabo Verde	1	1	-
	Cobu/Combu	1	1	-
	Mina	3	3	-
África Centro-Ocidental	Angola	2	2	-
	Benguela	2	2	-
	Congo	3	3	-
	Luanda	1	1	-
África Oriental	Moçambique	2	2	-
Brasil	Crioulo	1	1	-
Procedência desconhecida		2	2	-
TOTAL		18	18	-

Quadro 47. Procedência/etnônimo, número e gênero dos escravos fugidos de Henrique Lopes. Fonte: ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2.

Conforme o senhor revelou em testamento, dentre os cativos que lhe haviam escapado há muito, possivelmente durante o período de estabelecimento no litoral fluminense, existiram principalmente escravos banto: dois angolanos, dois moçambicanos, um benguela e um congolês.⁹⁸⁸ Em sendo assim, a aquisição de escravos oriundos da Costa

⁹⁸⁵ CASTRO, Y. P. *A língua Mina-Jeje...* p. 50.

⁹⁸⁶ REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2007. Dissertação de mestrado, p. 71.

⁹⁸⁷ VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 15. SAMPAIO, A. C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 146-47.

⁹⁸⁸ “E de escravos fugidos há muitos anos: João mulato nação Angola; Constantino Cobu; Antônio moleque; João cozinheiro; Antônio Vahia Banguela; Manoel Cabo Verde; Antônio Angola; Pedro

da Mina se deu num segundo momento e respondeu diretamente ao contexto minerador.

14. 2. Registros paroquiais: batismos e óbitos em Antônio Dias

Além de figurarem em listas fiscais e no rol testamentário, os escravos de Henrique Lopes de Araújo também deixaram registros documentais lavrados na freguesia de Antônio Dias. Os livros paroquiais informam acerca de escravos e de escravas que batizaram filhos e/ou serviram por “padrinhos espirituais” no batismo de outras crianças cativas ou forras. Também trazem dados sobre o falecimento de certos escravos do plantel, cujo registro de óbito chegou a ser lavrado na paróquia.⁹⁸⁹ Expedidas num momento de formação institucional, as primeiras fontes paroquiais de Antônio Dias, especialmente as exaradas entre as décadas de 1710 e 1740, são bastante lacunares e irregulares, o que desestimulou o uso desse acervo para fins quantitativos ou demográficos, preterido pelos registros sistemáticos da segunda metade do século XVIII.⁹⁹⁰ Para os interesses do estudo aqui realizado, esses documentos foram de fundamental importância, pois permitiram identificar o estabelecimento de relações sociais e familiares entre diversos integrantes do conjunto escravo, assim como possibilitaram comparar a situação relativa desses cativos perante os demais casos registrados na paróquia.

Entre 1712 e 1733 anotaram-se na paróquia de Antônio Dias 860 batizados, irregularmente distribuídos no período.⁹⁹¹ A grande maioria envolveu pessoas (adultas ou crianças) escravizadas, que somaram 642 casos (74,6%). No quarto restante, uma parcela significativa correspondeu ao batismo de crianças alforriadas, geradas por mães escravas. Como se vê no Quadro 48, a incidência de batizados alheios à escravidão ficou restrita às crianças livres, filhas de pais livres ou forros, e representou apenas

Moçambique; Francisco Moçambique; Sebastião Congo.” TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 23.

⁹⁸⁹ Não considere os registros de casamentos, cuja documentação se inicia apenas em 1727. Esse acervo paroquial foi estudado por LUNA, F. V; COSTA, I. del N. da “Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826)” In *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial Do Estado de São Paulo, 2009, p. 493-98.

⁹⁹⁰ Cf. COSTA, I. D. N. da *Vila Rica: População*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1979. Dissertação de Mestrado. CAMPOS, K. M. N. *Elo da História demográfica de Minas Gerais: reconstituição e análise inicial dos registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. 1763-1773*. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2007. Dissertação de Mestrado. Da mesma autora, “*Sem dados não há demografia*” uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira: 1760 – 1804. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2011, Tese de doutorado, 2011.

⁹⁹¹ Desse conjunto, apenas nove registros ocorreram antes de 1712. O intervalo entre os anos de 1728 e 1731 foi especialmente prejudicado, com drástica diminuição do número de crianças batizadas.

12,5% dos assentos.

Batizados	Nº	%
Crianças alforriadas	103	11,9
Crianças escravas	375	43,6
Crianças Livres	108	12,5
Escravos (as) Adultos (as)	267	31,0
Ilegíveis	7	0,8
TOTAL	860	100

Quadro 48. Batizados na Freguesia de N. S. da Conceição de Antônio Dias (1712-1731). Fonte: ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

Entre os genitores, sobressaíram mães escravas junto a pais não declarados, a constituir casais não reconhecidos pela Igreja, cuja prole originara-se de relações ilegítimas ou naturais. A presença de mães escravas foi maciça. Desconsiderando-se os casos de batismos de escravos adultos, nos quais eram omitidos em geral os nomes dos geradores, o número de filhos advindos de mães cativas atingiu 463 batizados (53,8%). Pouco menos que a décima parte das mães foi composta por mulheres livres e apenas quarenta e duas delas eram forras (4,8%). Entre os pais, predominou a omissão da figura paterna. Em nada menos que 409 batizados (47,5%), o nome do genitor permaneceu oculto. Somados, os assentos com paternidade olvidada e aqueles de escravos adultos – com paternidade não declarada – representaram 79,4% dos registros. Dentre a parcela de pais identificados, apenas quarenta eram escravos, unidos a mães sempre cativas ou forras, jamais livres. Por sua vez, pais livres envolvidos com mães livres ou forras somaram quase o dobro (setenta e oito casos, ou 9%). Índice evidentemente subconsiderado, a presença de pais livres e de pais senhores unidos a mães escravas foi deveras superior ao percentual agregado de 6,4%. A maior parte desses pais incluiu-se entre os 409 assentos nos quais a identidade paterna ficou subsumida, como demonstra o Quadro 30. Nesse conjunto também devem ser computados muitos elos familiares travados entre pais escravos ou forros e parceiras também cativas.

Ainda com relação ao Quadro 49, foi significativa a incidência de casais formais e informais constituídos por escravos e por homens livres ou forros junto a mulheres escravas. Trinta e nove crianças nasceram de pais escravos. Desse conjunto, vinte e seis resultaram de uniões naturais, não conjugais, e treze pertenceram a núcleos familiares formais. Outros cinquenta e nove casais formaram-se a partir de pais livres ou forros junto a mães escravas. Somados, esses dois tipos de união superaram o número de casais constituídos apenas por pessoas livres ou forras. Se considerarmos, ainda, que a grande maioria dos casais não declarados no assento envolveu, na verdade, mães

escravas com pais livres, forros ou até mesmo cativos, concluiremos que famílias escravas encabeçadas por mães cativas predominaram amplamente nos assentos.

Pai	Nº	%	Mãe	Nº	%	Casal	Nº	%
Escravo	40	4,6	Escrava	463	53,8	Escravos	39	4,5
Pai livre (não-senhor) com mãe escrava	16	1,8	Forra	42	4,8	Livres e Forros	81	9,4
Pai Livre com mãe livre ou forra	78	9,0	Livre	81	9,4	Pai Livre ou forro com Mãe Escrava	59	6,8
Senhor	43	4,6	Não Declarado	267 + 7**	31,8	Não declarado	405+ 267 + 7***	78,9
Não Declarado	409 + 267 + 7*	79,4						
TOTAL	860	100		860	100		860	100

Quadro 49. Pais, mães e casais nos batizados da Freguesia de Antônio Dias (1712-1733).

Fonte: ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

* Em 409 registros, o pai não foi declarado; 267 assentos corresponderam a batizados de escravos adultos; e 7 assentos mostraram-se ilegíveis.

** 267 batizados de escravos adultos e 7 assentos ilegíveis.

*** 405 casos de casal não declarado, 267 batizados de escravos adultos e 7 assentos ilegíveis.

O primeiro registro paroquial a mencionar o nome de Henrique Lopes foi ilustrativo do mecanismo por meio do qual famílias escravas se formavam à revelia da identidade paterna. Em março de 1713, a escrava Mariana, pertencente ao capitão-mor, batizou o filho Bernardo, mantendo em sigilo o nome do pai. Foram padrinhos do rebento o então capitão Mathias Barbosa da Silva (que viria a ser, no futuro, testamenteiro do senhor) e José Caeiro da Silva, sobrinho de Ana Maria, esposa do proprietário, e filho de Paulo Caeiro, cunhado de Henrique Lopes.⁹⁹² Tudo indica que o menino Bernardo fosse filho do próprio senhor. Donald Ramos notou que a condição social dos padrinhos tendia a ser correspondente à do pai em batizados de crianças concebidas a partir da relação entre senhor branco e escrava ou mulher “de cor”. Dentre os dez casos identificados pelo historiador na paróquia de Antônio Dias, de prole escrava com paternidade senhorial, em nove deles houve pares sociais como padrinhos.

⁹⁹² José Caeiro, assim como o pai Paulo Caeiro, tornou-se “homem de negócio” no Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. Teria falecido em 1736, deixando testamento registrado em livro paroquial na Candelária. Por meio desse documento, Antônio Carlos Jucá de Sampaio identificou que Caeiro integrou “uma complexa rede mercantil que englobava principalmente o Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas ao menos indiretamente a África, já que boa parte das dívidas ativas de José tinha sua origem na venda de escravos.” SAMPAIO, A. C. J. de “Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas” In: FRAGOSO, J; GUEDES, R; SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 45-66; p. 64-5.

O próprio Henrique Lopes apadrinhou o filho do capitão Antônio de Miranda com sua amante negra;⁹⁹³ função que também exerceu no batismo do menino mulato Henrique, filho de João Barros Rego com a escrava Teresa Mulata.⁹⁹⁴

Oficialmente, no assento de batismo, não constou que Bernardo houvesse sido reconhecido pelo pai. Em termos documentais, sua paternidade permaneceu desconhecida. Porém, na prática, a seleção dos padrinhos explicitou a origem biológica do rebento escravo. Embora não tenha sido alforriado em pia, Bernardo o foi posteriormente, na juventude. Em seu testamento, o pai declarou ter criado em sua casa “um mulato por nome Bernardo, que *batizei como meu filho*”. Deixou-lhe, inclusive, algum legado, mas não o considerou herdeiro necessário, condição que o habilitaria a herdar parte bem maior da herança paterna.⁹⁹⁵

Indubitavelmente, as relações de compadrio e de “parentesco espiritual” desempenharam funções importantes, para além do vínculo religioso, ilustrativas de conflitos e de alianças sociais, conforme demonstrou o estudo clássico de Stuart Schwartz acerca da sociedade baiana.⁹⁹⁶ A presença e o peso das relações batismais também foi notado na freguesia de Ouro Preto, vizinha à de Antônio Dias.⁹⁹⁷ Os padrinhos eram em geral homens, com incidência mais rarefeita de madrinhas. Na análise do estatuto social dos padrinhos atuantes na paróquia de Antônio Dias, chama atenção a incidência majoritária de apadrinhantes brancos e livres, a superar escravos e forros, como demonstra o Quadro 50. O contraste entre a maioria de afilhados escravos ou forros e a preponderância de padrinhos livres comprova a importância da relação batismal entre prole escrava e segmentos não escravos da população. No mesmo Quadro também merece destaque a inexpressividade do número de apadrinhantes forros, percentualmente irrisórios, frente à polarização entre cativos e livres. Nesse momento da história mineira, a proporção de forros, de libertos e de crioulos nascidos no Brasil estava a crescer, mas ainda não o suficiente para fazer frente ao grupo majoritário de escravos africanos.

⁹⁹³ RAMOS, D. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972, p. 246

⁹⁹⁴ ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

⁹⁹⁵ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fls. 8 e 17v. Grifo meu.

⁹⁹⁶ SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 310-336.

⁹⁹⁷ OLIVEIRA, P. O. de “Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismo de escravos adultos da matriz do Pilar do Ouro Preto (1712-1750)”, *Anais do XI seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2004.

Gênero	Nº	%	Condição	Nº	%
Padrinhos	918	60,4	Escravos (as)	646	42,5
Madrinhas	565	37,2	Forros (as)	48	3,1
Indefinido/Ilegível	35	2,3	Livres	789	51,9
			Indefinido/Ilegível	35	2,3
Total	1518	100	Total	1518	100

Quadro 50. Padrinhos e madrinhas nos batismos em Antônio Dias (1712-1733) Fonte: ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

O compadrio de pessoas brancas e livres em Antônio Dias teve impacto na atribuição de alforrias aos afilhados. Ao avaliar a interseção entre batizando e seus respectivos apadrinhantes, chegamos à situação descrita no Quadro 51. O maior contingente de escravos batizados em Antônio Dias foi apadrinhado por escravos ou escravas (357 batizados ou 40,2%). Mas um grupo significativo de batizados filhos de mães escravas foi levado à pia batismal por pessoas livres. Nesse grupo, noventa e oito rebentos oriundos de ventre escravo, representativos de 11% dos batizados, foram apadrinhados por padrinho e/ou madrinha livres e também auferiram a própria alforria, antes ou durante a cerimônia religiosa. É bem verdade que em 284 casos semelhantes o escravo batizado não obteve alforria indicada no assento, apesar do compadrio livre. Mas, em todo caso, o número de escravos alforriados na pia batismal foi sintomaticamente maior quando o batizando possuiu ao menos um padrinho ou madrinha livre. Apenas 1,5% dos batizados alcançou a liberdade tendo padrinho escravo. O índice de manumissões relacionadas ao vínculo batismal superou notoriamente o percentual achado por S. Schwartz na Bahia, onde menos de 1% das alforrias resultaram de padrinhos a libertar seus afilhados entre 1684 e 1745.⁹⁹⁸

Batizando(a) e padrinho (s)	Nº	%
Alforriado(a) com padrinho(s) escravo(s)	14	1,5
Alforriado(a) com padrinho(s) livre(s)	98	11
Escravo(a) com padrinho(s) escravo(s)	357	40,2
Escravo(a) com padrinho(s) livre(s)	284	32
Livre com padrinho(s) livre(s)	106	11,9
Ilegível/Não Indicado	28	3,1
TOTAL	887	100

Quadro 51. Relação de batizados com padrinhos e madrinhas em Antônio Dias (1712-1733). Fonte: AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, cód. 456.

É claro que outros fatores também influenciaram na distribuição de alforrias. A concordância e o aceite senhoriais foram opções manifestadas na documentação. Em cinquenta e nove batismos, o foro de liberdade foi “dado pelo senhor”, sendo que em 14 desses casos o proprietário era declaradamente pai da criança alforriada. Em apenas

⁹⁹⁸ SCHWARTZ, S. *Segredos Internos*.... p. 331.

nove assentos imputou-se aos padrinhos a responsabilidade pela alforria obtida. Cerca de treze registros aludiram aos “bons serviços” prestados por um dos pais – quase sempre a mãe –, argumento citado como justificativa da manumissão.⁹⁹⁹ No cômputo geral, como se vê no Quadro 48, alforriaram-se 103 crianças, correspondentes a 11,9% dos batizados registrados em Antônio Dias. Caso considerássemos somente os assentos de rebentos cativos nascidos na freguesia e descartássemos os de crianças livres e os de escravos adultos, o índice de alforrias subiria para 21,5%. Em outras palavras, para cada cinco crianças escravas a receber os santos óleos pelo menos uma conquistava, na pia batismal, a manumissão.

Entretanto, apesar da profusão de alforrias batismais concedidas na paróquia de Antônio Dias nesse período, nenhum escravo pertencente a Henrique Lopes obteve essa benesse. E pudera. Como vimos, em 1713 o senhor omitiu-se na libertação de seu próprio filho Bernardo, que só em idade adulta foi alforriado pelo pai. Em 1725, Maria, escrava do capitão-mor, batizou o filho Antônio, apadrinhado por Simão e por Francisco, dois cativos do mesmo senhor. Registro exemplar da tendência em voga na freguesia local, o batismo dessa criança não revelou a identidade paterna. A ocorrência de padrinhos cativos foi, todavia, indício de que pai e senhor não seriam, nesse caso, figuras coincidentes. Outro detalhe característico consistiu na inexistência de alforria em batismo cujos padrinhos fossem escravos. Situação semelhante se deu no ano seguinte com a menina Francisca, filha de Simoa, escrava do capitão-mor, apadrinhada pelo escravo Manuel, pertencente ao capitão Francisco de Almeida e Brito, e por uma cativa de nome idêntica ao da mãe, também assenhoreada por Henrique Lopes. Sem pai acusado no batismo e com padrinhos escravos, essa menina viu se restringirem suas chances de ascender à liberdade em pia. Outros três escravos inseridos no plantel aqui estudado atuaram como padrinhos em batismos de crianças escravas. Em 1718, o escravo Bento “Bocarra” apadrinhou junto à forra Joana Lopes o menino José, filho de Luzia, escrava de Antônio de Almeida. E quase dez anos depois, em 1727, o casal Leandro e Maria, pertencente ao capitão-mor, testemunhou o batismo do menino José, filho de Antônia, escrava de Nazaré de Carvalho. Em todos os casos citados, a patronímia permaneceu oculta e não foram dispensadas alforrias.

⁹⁹⁹ Apenas o menino Agostinho, filho de Caetano e de Mariana, escravos de Vicente de Souza, recebeu alforriada concedida pelo senhor em função dos “bons serviços que tem recebido de seus pais”. Nos outros doze casos, somente os serviços da mãe foram levados em conta na justificação da alforria. ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

A partir dos dados expostos é possível distinguir a fissura social entre livres e escravos. Crianças filhas de pais livres tiveram sempre o apadrinhamento de pares sociais. O mesmo ocorreu com crianças escravas (não alforriadas em pia) e com cativos batizados adultos, apadrinhados em geral por outros escravos. Uma exceção a essa regra se deu mais frequentemente nos assentos em que o pai era senhor do rebento batizado ou, não o sendo, também fosse um branco livre. Nesses casos, muitas vezes à revelia da identidade paterna, quase sempre preservada, a virtual prole senhorial, apesar de nem sempre auferir a própria alforria, teve assegurado ao menos o direito de possuir um padrinho ou madrinha livre ou não escravo. Esse costume tornou-se explícito nos batismos de crianças alforriadas em pia, predominantemente apadrinhadas por pessoas livres ou forras.

Além da documentação batismal, dispomos também dos registros de óbito. Entre 1713 e 1729, oito escravos pertencentes a Henrique Lopes foram sepultados na freguesia de Antônio Dias. Eles se inseriram num conjunto maior, formado por 550 falecimentos anotados na paróquia.¹⁰⁰⁰ Homens foram grande maioria e pereceram em 88,7% dos óbitos, assim como escravos dominaram amplamente os registros. A irrelevante presença de forros chama atenção, a comprovar mais uma vez que, nesse momento, a sociedade de Vila Rica ainda se encontrava polarizada entre livres e escravos e desconhecia a camada intermediária de libertos e de crioulos forros que viria a possuir na segunda metade do século XVIII. A incidência de pessoas livres alcançou apenas 7,6% dos óbitos, sobrepujada por enorme percentual de escravos, sobretudo do sexo masculino, como aponta o Quadro 52.

	Homens	%	Mulheres	%	Ilegível	Total	%
Escravos	449	92	53	88,3	-	502	91,2
Forros	1	0,2	3	5	-	4	0,7
Livres	38	7,7	4	6,6	-	42	7,6
Ilegível					2	2	0,3
Total	488	100	60	100	2	550	100

Quadro 52. Gênero e condição social nos óbitos da Freguesia de Antônio Dias (1713-29). Fonte: ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Óbitos, v. 491.

Os sepultamentos ocorreram geralmente no adro ou no cemitério da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. Existiram, por outro lado, ritos fúnebres sediados em capelas filiais, com destaque para a de Padre Faria, templo que recebeu o maior número de defuntos depois da sede paroquial, como se vê no Quadro 53. Atente-se para o fato

¹⁰⁰⁰ Assim como ocorreu com os batismos, os registros de óbito desse período são lacunares e incompletos. Para os anos entre 1715-17, nenhum assento de óbito sobreviveu.

de que a capela do Rosário do Alto de Padre Faria (posteriormente chamada do Alto da Cruz ou de Santa Efigênia) abrigou cinco sepultamentos. Todos esses cerimoniais fúnebres envolveram escravos e se sucederam no intervalo entre os anos 1722-24.

Igrejas e capelas	Local	Nº
Capela de Antônio Francisco		1
Capela do Morro		3
Capela do Ouro Bueno		1
Capela do Ouro Fino		2
Capela do Padre Faria		53
Capela do Rosário de Padre Faria		5
Capela do Rosário do Caquende		1
Capela do Taquaral		4
Igreja de Nossa Senhora da Conceição		
	Adro/Cemitério	160
	Dentro da Matriz	5
	Na Igreja	107
Igreja do Pilar do Ouro Preto		1
Não indicado		207
TOTAL		550

Quadro 53. Igrejas e capelas nos óbitos da Freguesia de Antônio Dias (1713-29). Fonte: ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Óbitos, v. 491.

Todos os oito escravos pertencentes a Henrique Lopes tiveram sepultura no adro ou no cemitério da matriz. Entre eles havia sete homens e apenas uma escrava. O óbito do menino João, em março de 1729, foi, sem dúvida, o mais polêmico. Prole natural ou ilegítima de seu senhor, o menino teve a paternidade acusada em pia. Seu registro foi grafado duplamente, em diferentes folhas do livro paroquial. Num assento, descreveu-se a criança por “filho natural” e, noutro, por “filho ilegítimo” do capitão-mor. Em nenhum deles houve menção ao nome da mãe, possivelmente escrava do pai. Teria sido Mariana, mãe de Bernardo? Não sabemos. Quando o menino foi enterrado, Henrique Lopes vinha de ingressar na viuvez, com o falecimento da esposa Ana Maria, ocorrido quatro meses antes, em novembro de 1728. Não há dúvida de que a criança fora gestada e talvez até mesmo tenha sido dada à luz antes do óbito da senhora, na vigência, portanto, da relação matrimonial. Tratava-se, assim, do segundo filho ilegítimo gerado pelo senhor, ambos resultantes de relações mantidas com escravas suas.

14. 3. Mudanças, transformações e resistências escravas

Ao cotejar os diferentes plantéis de escravos declarados por Henrique Lopes, constata-se grande variação na composição dos integrantes. Comparando-se, por exemplo, os escravos declarados nas listas de 1718-19 com a relação redigida em 1732,

tem-se que dos 125 cativos identificados apenas vinte e um (16,8%) haviam constado em pelo menos uma das primeiras listas (senão nas duas listas iniciais) e também no rol testamental. Ou seja, menos de um quinto dos escravos comprovadamente se manteve unido ao plantel no intervalo de treze para quatorze anos, intercalado entre 1718-19 e 1732. É claro que esse número terá de ser relativizado. Já foi dito que as listas de escravos elaboradas para o pagamento do quinto não contemplavam a totalidade dos plantéis pertencentes a seus senhores. Cativos domésticos e serviçais, crianças, idosos e outros escravos inválidos para o trabalho produtivo eram desconsiderados. Além disso, há que levar em conta a prática de ocultação de escravos, visando à sonegação dos quintos. Nesse sentido, é possível que outros cativos indicados no testamento já pertencessem ao senhor na época em que as listas dos quintos foram elaboradas, mas, por qualquer um desses motivos, não tenham sido levados a rol. Conhece-se um exemplo concreto: Simoa, São Tomé, única escrava alforriada em testamento, possuía longa folha de serviços prestados ao senhor e, nas palavras do próprio, “sempre tratou de mim e da minha casa”.¹⁰⁰¹ Simoa jamais foi arrolada nas listas fiscais de 1718-19, mas tão somente no testamento. Uma alternativa seria considerar apenas os escravos apontados nas listas e verificar quais e quantos deles permaneceram até o momento posterior. Nesse caso, teríamos conjunto de cinquenta e seis cativos, dentre os quais os mesmos vinte e um tornaram a estar presentes treze anos depois. Em tal correlação, a proporção de escravos mantidos em longo prazo seria superior a um terço do plantel. Entre os vinte e um escravos incluíam-se dezesseis homens e cinco mulheres. Escravos bantos superaram por pouco os ocidentais: foram oito angolas, um congolês e benguelense contra oito minas e um cabo-verdiano. Três nativos coloniais (um crioulo e dois mulatos) completaram o quadro de cativos mais longevos do plantel. A maior representatividade de bantos nesse grupo atesta mais uma vez a antiguidade desses escravos, alguns dos quais estariam junto ao senhor desde a época de estadia no litoral fluminense.

Os quatro chameleiros angolanos adquiridos em 1717 para a recepção de Assumar mantiveram-se no plantel ao longo de quinze anos, até a morte do senhor. Vieram “moleques” e na década de 1730 eram homens adultos, na flor da idade. Outras três escravas e um escravo envelheceram com o tempo e ajuntaram ao nome o epíteto de

¹⁰⁰¹ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95, doc. 2, fl. 18v.

“Velhos”. Apenas um escravo presente em 1719 havia fugido em 1732 e outros dois faleceram no intervalo.

Certo grau de estabilidade e um contexto favorável ao desenvolvimento de famílias escravas foram aspectos detectáveis no interior do plantel. Três escravas do capitão-mor batizaram suas proles na freguesia, conforme atestam os registros paroquiais estudados. Por outro lado, através do testamento, ficamos cientes de que outras três escravas criavam junto a si seus respectivos filhos: Maria Nagô tinha um casal de mulatinhos, Luiza Nagô, uma crioulinha e Francisca Mina, um mulatinho. Além dessas, outras cinco crianças sem pais identificados, três meninos e duas meninas, também pertenciam ao conjunto e eram, possivelmente, filhas dos escravos de Henrique Lopes. Destaque-se ainda a existência do casal João e Maria Mina, oficialmente casados, muito embora desprovidos de descendência cativa. As relações internas ao plantel e externas desse com outras escravarias demonstraram-se ainda no fato de que alguns cativos pertencentes ao capitão-mor atuaram como padrinhos em batizados de crianças escravas. Como vimos, Francisco e Simão apadrinharam o filho de Antônia, todos cativos de Henrique Lopes. O escravo Bento, por sua vez, foi padrinho do filho de Luiza, cativa de Antônio de Almeida; e o casal Leandro e Maria apadrinhou o filho de Antônia escrava de Nazare de Carvalho. Essas relações comprovam que os escravos aqui discutidos estreitaram vínculos sociais não só entre si, mas também com outros cativos situados na freguesia de Antônio Dias.

Os dados levantados até aqui explicitam alguns recursos de negociação e de reivindicação mobilizados por escravos locais. O alto índice de crianças alforriadas em pia ilustra o esforço sistemático de mães e de pais escravos no sentido de libertarem sua prole. Por outro lado, a presença nada desprezível de uniões entre homens e mulheres cativos e a incidência maciça de famílias organizadas por mães escravas que criavam junto a si os filhos, contando ou não com a figura paterna, evidenciam que a organização familiar escrava foi, sim, uma força atuante nas relações sociais da freguesia de Antônio Dias nas primeiras décadas do século XVIII. Além dos elos familiares, também existiram vínculos de outra ordem. Geralmente apadrinhados por escravos mais experientes ou de maior ascendência nos plantéis de seus senhores, os escravos adultos recém-chegados às Minas receberam auxílio, orientação e proteção dos padrinhos, submetidos, nesse caso, a condições semelhantes de dominação. Se desempenharam papel conservador, no sentido de azeitar o sistema escravista, tornando

mais suportável a vida em cativeiro, as relações familiares de sangue ou contraídas por via religiosa e a expectativa de alcance de alforrias também foram interesses reais e viáveis, a serem reivindicados e conquistados pelos escravos, limitando assim as raiais da dominação senhorial.

Se é verdade que a maioria dos escravos foi obrigada a se submeter às regras do jogo e se limitar à busca de melhores condições de existência, através de resistências cotidianas não diretamente contrárias ao escravismo, houve uma parcela significativa de cativos insatisfeitos com as oportunidades disponíveis, que empreenderam movimentos mais ousados. No plantel de Henrique Lopes essa parcela consistiu nos dezoito escravos foragidos, discriminados no Quadro 28, representativos de 14,4% da propriedade escravista possuída por Henrique Lopes (Cf. Quadro 54, ao final do capítulo). Repare-se que no Quadro 28 constam apenas os cativos fugidos em definitivo, que jamais retornaram ou puderam ser capturados. Ignoram-se os casos de fugas frustradas ou temporárias, que sem dúvida existiram. Se levado em conta esse tipo de deserção, o número de fugitivos seria deveras superior. De qualquer forma, o índice de fugas foi significativo e levanta a indagação: teria sido o plantel de Henrique Lopes uma exceção ou poderíamos tomá-lo por representativo do índice de evasão verificamos nas Minas no mesmo período? Não temos resposta a essa pergunta e é forçoso reconhecer que o tema, qual seja, o das fugas escravas na capitania de Minas Gerais, não recebeu atenção correspondente à sua importância. Os indícios disponíveis, como a profusão do fenômeno quilombola, sugerem, ao contrário, que a envergadura da rebeldia escrava nas Minas tem sido subdimensionada na historiografia.¹⁰⁰²

Os recursos organizacionais construídos por escravos e as resistências que impuseram ao sistema escravista tiveram impacto crucial no plantel aqui considerado. Influenciaram a sorte desses cativos após a morte do senhor e também determinaram a história da propriedade senhorial estudada nessa tese. A especificidade das relações

¹⁰⁰² Segundo Carlos Magno Guimarães, foram localizados e destruídos pelo menos 160 quilombos situados na capitania de Minas Gerais entre 1710 e 1798. Donald Ramos argumentou que a proliferação de quilombos explica a inexistência de rebeliões escravas deflagradas na região, uma vez que os ajuntamentos de escravos fugidos teriam funcionado como “válvula de escape” para os cativos que não se adaptavam à vida em cativeiro. Embora relacionada à questão quilombola, já explorada na historiografia, a fuga de escravos nas Minas setecentistas não chegou a ser objeto de qualquer estudo específico. Cf. GUIMARAES, C. M. “Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais” in SILVA, M. B. N. da (org.) *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 324-338. RAMOS, D. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século dezoito” in REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 164-192. REIS, L. M. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros. (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

escravistas foi o que conferiu singularidade à sociedade colonial. Suas formas de dominação e de resistência configuraram sociedade determinada no tempo e no espaço, aparentada com outras experiências escravagistas instituídas nas Américas, mas absolutamente distintas das configurações sociais prevalecentes na metrópole. O esforço em busca da alforria e os arranjos em prol do direito de ter e de manter laços familiares junto à comunidade de trabalhadores são fenômenos sociais próprios da sociedade colonial.

Por outro lado, certas formas de exploração e de alienação manifestaram-se de modo peculiar nessa sociedade. A onipresença e a naturalização da violência e do castigo físico sobre os corpos de escravos foram temas amplamente identificados e discutidos na historiografia.¹⁰⁰³ Henrique Lopes deteve instrumentos de tortura, destinados possivelmente ao suplício de escravos. Em seu testamento, declarou posse de duas correntes, quatro grilhões e nove pegas de ferro.¹⁰⁰⁴ Pouco sabemos a respeito das pegas, peças que aparentemente serviam para aprisionar e ferir a perna do cativo punido.¹⁰⁰⁵ No romance de Júlio Ribeiro, o instrumento de tortura lacerou o membro inferior de um fujão.¹⁰⁰⁶ Na mesma época, ainda na década de 1880, no Rio das Contas, um escravo alvo de maus tratos relatou a forma como costumava ser supliciado pelo senhor: “nos pés põe-lhe pegas de ferro, prende-lhes os pulsos com algemas de couro e pondo-lhe no pescoço uma corrente de ferro, prende a outra extremidade desta corrente em certa altura de uma parede”.¹⁰⁰⁷ Como se vê, século e meio antes as técnicas e as ferramentas eram semelhantes. Embora ambos os instrumentos tivessem forma de argola e se destinassem a dificultar a locomoção do prisioneiro, as pegas diferenciavam-

¹⁰⁰³ Cf. FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. LARA, S. H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. LIMA, C. A. M. “Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850)” *Revista de Sociologia e Política*, nº 18, 2002, p. 131-152.

¹⁰⁰⁴ TESTAMENTO do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95, doc. 2, fl. 28v.

¹⁰⁰⁵ “Manoel de Almeida, por exemplo, após colocar uma pega de ferro na perna direita de seu escravo Francisco Benguela, se viu forçado a escrever um anúncio de fuga prometendo um grande prêmio para quem lhe desse notícias sobre o paradeiro dele, visto que sua ausência já datava mais de trinta dias”. NEVES, R. “Produzindo a liberdade e inventando a escravidão: esconderijos e fugitivos na Corte, 1809-1847”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

¹⁰⁰⁶ “Um dia um preto que tinha a seu cargo guiar a carroça de bagaço para o bagaceiro, e que trazia ao pé esquerdo uma grande pega de ferro, falou-lhe: – Sinhá, olhe como está esta perna; está toda ferida. Ferro pesa muito, fale com sinhô para tirar. E mostrava o tornozelo ulcerado pela pega, fétido, envolto em trapos muito sujos. – Mas que fez você para estar sofrendo isto? – Pecado, sinhá; fugi.” RIBEIRO, J. *A Carne*.

¹⁰⁰⁷ Citado por PIRES, M. de F. N. *Crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, p. 185-86.

se dos grilhões por reterem apenas uma perna, e não as duas simultaneamente.¹⁰⁰⁸

Conjugada à violência física e à extração de excedentes mediante a prestação compulsória de trabalho, a exploração sexual de senhores sobre suas escravas constituiu, talvez, a prática mais ordinariamente reveladora dos conflitos e das contradições sociais latentes no mundo colonial. Henrique Lopes teve dois filhos ilegítimos gerados a partir de relações com escravas suas. Apesar de saber-se pai, jamais legitimou os rebentos. O mais novo, João, só teve o nome paterno reconhecido no registro de óbito. Bernardo, o mais velho, foi alforriado na juventude, mas, com a morte do pai, não pôde herdar-lhe os bens, pois sua paternidade era legalmente desconhecida. Como vimos, a maioria das crianças escravas batizadas em Antônio Dias também teve a mesma sorte dos irmãos João e Bernardo, a comprovar que a postura omissa mantida por Henrique Lopes foi regra do comportamento senhorial. Em compensação, do ponto de vista das mães escravas, muitos filhos gerados a partir desse tipo de relação acabaram sendo alforriados, seja em pia, seja posteriormente, como de fato veio a suceder com Bernardo.

No entanto, como teremos oportunidade de ver, os escravos conseguiram muitas vezes contornar a violência senhorial e ir além das ações de resistência já identificadas. Na história que estamos a deslindar, este passo adiante tornou-se explícito por ocasião do falecimento senhorial, evento que demarcava, como se sabe, encruzilhada importante na definição de melhor ou pior sorte para os cativos. Com a morte do capitão-mor, em julho de 1733, os setenta e oito escravos remanescentes no plantel enfrentaram momento decisivo de suas vidas. Interligados por laços familiares e por relações de compadrio, submetidos às mesmas condições de trabalho compulsório, esses escravos conquistaram o direito extraordinário de continuarem a explorar a rica lavra de ouro legada no patrimônio de Henrique Lopes, trabalhada agora em benefício próprio na ausência da figura senhorial.

¹⁰⁰⁸ Segundo Bluteau, grilhões eram “ferros em que prendem os pés aos criminosos que se guardam com recato; e são dois anéis pelos quais passa uma vareta de ferro com outro ferrinho, que se rebita, e se não pode tirar senão com muito golpe”. BLUTEAU, R. *Vocabulário Português e Latino*, v. 1, p. 132.

Nº	1718	1719	1732
1	-	-	Afonso Monjolo
2	-	-	Alexandre Mina (torto de um olho)
3	Ana Mina	Ana Mina	Anica Mina Velha
4	-	-	André Moçambique
5	-	-	Andreza Angola Velha
6	Antônia Angola	-	Antônia Angola (curta de um braço)
7	-	Antônio Cabo Verde	Antônio Cabo Verde
8	-	-	Antônio Cabo Verde
9	Antônio Congo	Antônio Congo	Antônio Congo
10	-	-	Antônio Congo (fugido há pouco)
11	-	-	Antônio Luanda (fugido há pouco)
12	Antônio Mina	Antônio Mina	-
13	-	Antônio Mina	Antônio Mina
14			Antônio Moleque (fugido há muito)
15	Antônio Moleque Chameleiro	Antônio Chameleiro	Antônio Angola, Chameleiro
16	-	-	Antônio Angola (fugido há muito)
17	Antônio Sapateiro	Antônio Grande Sapateiro	-
18	Antônio Sapateiro	Antônio Sapateiro	-
19	-	-	Antônio Vahia Benguela (fugido há muito)
20	Apolônia Mina	-	-
21	-	-	Assensa Mina
22	Bárbara Angola	Bárbara [Angola]	Bárbara Angola
23	Bento Mestiço	Bento Barbeiro (falecido 11-1-1722?)	-
24	Bento Mestiço	Bento Mestiço (falecido em 11-1-1722?)	-
25	Catarina Angola	Catarina [Angola]	-
26	-	-	Clemente Mina
27	-	-	Constantino Cobu
28	-	-	Crioulinha (filha de Luiza Nagô)
29	-	-	David Mina
30	-	-	Diogo Mina
31	Dionísio Angola	Dionísio [Angola]	-
32	-	-	Dionísio Mina
33	Domingas Angola	Domingas [Angola]	-
34	-	Domingos Congo	-
35	-	-	Domingos Loango
36	Domingos Mina	-	Domingo Mina (fugido há pouco tempo)
37	-	-	Faustino Cabo Verde
38	Florêncio Mulato	Florêncio Cabra	-
39	-	-	Francisca Mina
40	-	-	Francisca Mulatinha Pequena
41	-	-	Francisco Cobu
42	-	-	Francisco Crioulo
43	-	-	Francisco da Rosa Mina
44	Francisco Mina	Francisco Mina	Francisco Mina
45	Francisco Mina	Francisco Mina	Francisco Mina
46	-	-	Francisco Moçambique
47	Francisco Tukurubi (falecido em 20-11-1724?)	-	-
48	-	-	Gonçalo Mina
49	-	-	Gonçalo Mina
50	-	-	Gonçalo Mina
51	Gregório Mina	-	Gregório Mina Velho
52	-	-	Jacinto Mina (fugido há pouco)
53	-	-	Jerônimo Crioulo
54	-	-	João Benguela (fugido há pouco)
55	-	-	João Congo (fugido há pouco)
56			João Cozinheiro (fugido há muito)
57	Joana Mina	Joana [Mina]	-
58	-	João Mina	João Mina (casado com Maria Mina)
59	-	-	João Mina (inchado dos pés)
60	-	-	João Mina, o pequeno
61	-	-	João mulato Angola (fugido há muito)
62			João Pequeno Mina (torto dos olhos)
63	João Trombeta	-	-
64	-	-	José Cobu
65	-	-	José Mina (fugido há pouco)
66	-	-	José Mulato doente
67	José Tambor	José Tambor	-
68	Leandro Mulato	Leandro Mulato	Leandro Mulato
69	-	-	Leonor Cobu
70	-	Lourenço Mulato	Lourenço Mulato (fugido há pouco)
71	Luís Angola	-	-
72	Luís Congo	Luís Congo	-
73	-	-	Luís Crioulo
74	-	-	Luís Moçambique
75	-	-	Luís Moçambique
76	Luís Mulato	Luís Mulato	Luís Mulato
77	-	-	Luiza Nagô
78	-	-	Manoel Benguela
79	Manoel Bonito	-	-
80	Manoel Crioulo	Manoel Crioulo	-
81	-	-	Manoel Mina
82	Manuel Angola	Manuel Angola	Manuel Angola
83	-	-	Manoel Cabo Verde (fugido há muito)

84	Marcela Angola	Marcela [Angola]	-
85	-	-	Maria Benguela
86	-	-	Maria Mina
87	Maria Mina	Maria Mina	Maria Mina (mulher de João Mina)
88	-	-	Maria Nagô
89	Mariana Angola	-	-
90	Mariana Benguela	Maria Benguela	Maria Benguela Velha
91	-	Mariana Congo	-
92	Mariana Crioula	Mariana Crioula	Mariana Velha Crioula
93	-	-	Mário Cabo Verde
94	-	-	Mateus Xambá
95	Miguel Angola	-	-
96	-	Miguel Cabo Verde	-
97	Miguel Moleque Chameleiro	-	Miguel Angola Chameleiro
98	-	Miguel Monjolo	-
99	-	-	Mulatinha (filha de Maria Nagô)
100	-	-	Mulatinho (filho de Maria Nagô)
101	-	-	Paulo São Tomé
102	Paulo Angola	Paulo [Angola]	-
103	Pedro Angola	-	-
104	-	-	Pedro Moçambique
105	Pedro Moleque Chameleiro	Pedro Chameleiro	Pedro Angola Chameleiro
106	Pedro Monjolo	-	-
107	-	-	Pedro Moçambique
108	-	-	Pedro Mulato
109	-	Pedro Congo	-
110	-	-	Quitéria crioula pequena
111	-	-	Rosa Mina, doente
112	Sebastião Angola	-	Sebastião Angola
113	Sebastião Angola	-	Sebastião Angola Chameleiro
114	-	-	Sebastião Congo
115	-	-	Sebastião moleque Angola
116	-	Silviano	-
117	Simão Angola	-	-
118	-	-	Simão Mina
119	-	-	Simoa São Tomé
120	Sipriano Mina	Sipriano [Mina]	-
121	-	-	Teresa Cabra Pernambucana
122	-	-	Teresa Mina
123	-	-	Tomé Cabo Verde
124	Ventura Moleque Chameleiro	Ventura Chameleiro	-
125	Vicente Mulato	Vicente Mulato	-

Quadro 54. Relação dos escravos de Henrique Lopes nos anos de 1718, 1719 e 1732. Fonte: APM, CC 1028 e 1039; ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2;

Cap. 15 – “Com toda a solenidade e esplendor que permitir a terra”: negócios, bens, legados pios e familiares no testamento de Henrique Lopes

(...) me reconheceu por seu filho natural Tomás Lopes de Araújo, o qual é falecido há muitos anos e nunca até o presente soube quem fora minha mãe. (...) ditando ele testador pela sua boca, e sendo assim feito ao depois lido pelo sobredito o assinara com o seu sinal costumado, que é um sinete aonde se acha aberto seu nome.

Testamento de Henrique Lopes de Araújo, 1732.

O testamento de Henrique Lopes de Araújo, composto por quarenta e duas folhas manuscritas em frente e verso, é fonte histórica de grande valia por revelar diversos aspectos da vida do testador e das pessoas que com ele se relacionaram. Redigido entre março de 1729 e junho de 1733, o documento se subdividiu em cinco partes: um texto inicial, denominado propriamente “testamento”, seguido de outros quatro codicilos, apensados ao primeiro registro na medida em que o testador optava por alterar ou acrescentar itens e declarações à sua última vontade. Embora seus bens, a pedido próprio, não tenham sido inventariados, eles foram cuidadosamente descritos no testamento. Através dele é possível dimensionar as movimentações financeiras empreendidas por Henrique Lopes, seus créditos e dívidas, bens imóveis, pertences pessoais, jóias e armas, além do mobiliário de sua casa, já analisado no capítulo 8 dessa tese. Além do patrimônio material e financeiro, a fonte expôs ainda um conjunto de legados pios e familiares prescritos pelo testador, ilustrativos de seus valores, crenças e hábitos culturais. Se, por um lado, o universo cultural daquele plebeu enriquecido absorveu e reproduziu os valores sociais de Antigo Regime, nos quais os ideais nobres sobressaíam, de outro notaram-se práticas sociais desviantes, próximas da cultura plebeia, em alguns aspectos, e em outros de um individualismo que se prolongaria no mundo contemporâneo.

15. 1. Créditos e dívidas

Arrolados no testamento, os créditos e dívidas impressionam pelo valor e pelo número de pessoas envolvidas na tomada de empréstimos, a explicitar os vínculos do testador com o pujante mercado constituído nas Minas. O saldo era bastante positivo: Henrique Lopes atuou principalmente como credor, emprestando dinheiro e ouro em pó a juros, ao passo em que assumiu dívidas diminutas, comparadas ao montante disposto em praça. Sua atividade como usurário apresentou surpreendente liquidez. Embora possivelmente tenha atuado como credor durante boa parte do período em que residiu

nas Minas, os créditos descritos no testamento concentraram-se nos últimos cinco anos de vida do testador, entre 1728-1733, com poucas pendências anteriores, o que sugere alto índice de quitação de dívidas pretéritas por parte dos devedores.

Ao fim da vida, suas dívidas orçaram quatro contos, setecentos e trinta e oito mil réis (4:738\$000 rs.), contraídas junto a cinco indivíduos, sendo que, num caso, o encargo não resultava de compra ou empréstimo tomado, e sim de ressarcimento extranumerário recebido por venda de uma escrava que havia sido adquirida pelo parente Francisco Lopes de Araújo. Por outro lado, o rol de obrigados era muito mais numeroso: trinta pessoas (28 homens e 2 mulheres) eram-lhe devedoras de quantias que oscilavam entre meio dobrão (12\$000 rs.) e mais de onze mil cruzados, a exemplo de Guilherme Maynarde da Silva, com débito na quantia de quatro contos, quatrocentos e oitenta mil réis (4:480\$000 rs.).¹⁰⁰⁹ Nos testamentos sabarenses da primeira metade do século XVIII pesquisados por Alexandre Daves, apenas 7% dos testadores possuíam mais de dez devedores.¹⁰¹⁰ A importância emprestada chegou a quase dezessete contos de réis (16:805\$907 rs.). Descontando-se os valores quitados posteriormente à declaração do testamento, restaram mais de onze contos de réis (11:570\$196 rs.) em créditos ativos. Subtraídas as dívidas possuídas pelo capitão-mor, resulta que o valor emprestado no período superou o tomado em mais de doze contos de réis (12:067\$907 rs.).

Para ter parâmetro comparativo das importâncias aqui tratadas, basta mencionar

¹⁰⁰⁹ No testamento, as dívidas e créditos apareceram muitas vezes calculados conforme o valor de moedas cunhadas na Casa de Fundição de Vila Rica, a exemplo da dobra de oito escudos (avaliada em doze mil e oitocentos réis) e do dobrão (vinte e quatro mil réis). Antônio Caetano de Souza esclareceu os valores dessas moedas. A respeito da dobra de oito escudos, informou: “por provisão do Conselho Ultramarino de 20 de março de 1727, que se mandou às Minas, se ordenou que conforme a lei de 4 de abril de 1722 se fabricasse a moeda que corre de dobras de oito escudos do valor de doze mil e oitocentos, que tem peso de uma onça, que vale doze mil réis, aos quais se juntam oitocentos réis da senhoriagem e braçagem, que fazem doze mil e oitocentos”. E a respeito do dobrão, diz o seguinte: “Lavrou-se na Casa da Moeda das Minas em Vila Rica dinheiro de ouro de 22 quilates pelo da Casa da Moeda de Lisboa, com a diferença de que nos vãos da Cruz tem a letra M. Dobrão – 24\$000 réis; Meio dobrão – 12\$000 réis”. SOUSA, A. C. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, desde as suas origens até o presente, com as Famílias ilustres, que procedem dos Reys, e dos Sereníssimos Duques de Bragança*, tomo IV, Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antônio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1738, p. 295-97. Posteriormente, Joaquim José Rodrigues de Brito, também se manifestou a respeito: “Nos tempos mais próximos houveram dobras de vinte e quatro mil réis, e doze mil réis; e também de um até oito escudos do valor de mil e seiscentos até doze mil e oitocentos, cujo peso e valor é bem conhecido. Alguns chamam meia dobra à de doze mil réis, e meia dobra de escudos à de seis mil e quatrocentos.” BRITO, J. J. R. *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal oferecidas ao sereníssimo Príncipe do Brazil nosso senhor*, tomo II, Lisboa: Imprensa Régia, 1803, p. 37.

¹⁰¹⁰ DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. Belo Horizonte: FFCH/UFGM, 1998. (Dissertação de Mestrado), p. 15.

que tão somente a soma emprestada pelo capitão-mor no intervalo entre 1728-33, superior a quinze contos de réis, desconsiderando-se seus bens móveis e imóveis, escravos, pertences, joias e o ouro em pó que detinha em casa, tornava-o um dos mais afortunados habitantes de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, conforme a hierarquização de riquezas proposta por Carlos Mathias.¹⁰¹¹ Esse valor é ainda mais significativo quando se constata que a maior parte dos patrimônios senhoriais existentes na capitania consumiu-se na obtenção de escravos, o mais valorizado bem da sociedade local; e, por causa disso, ao invés de credores, os principais mineradores e proprietários rurais de Minas tenderam a ser devedores de homens de negócio atuantes nas praças comerciais da Bahia e do Rio de Janeiro, responsáveis pela introdução e pela comercialização de cativos trazidos da África.¹⁰¹² Diferentemente do que por vezes se afirma, nem todas as grandes fortunas dependiam da atividade comercial.

E, não obstante, o rol de créditos transmitidos pelo testador não incluiu outras quantias a que teria direito, que foram perdoadas ou simplesmente ignoradas no monte. A dívida do cunhado Paulo Caeiro, irmão de sua esposa, encarregado da administração de uma loja e de um imóvel pertencentes a Henrique Lopes na cidade do Rio de Janeiro, parece ter sido a mais avultada. Entre aluguéis, créditos e rendas, o montante apropriado orbitava entre doze e treze mil cruzados, isto é, entre quatro contos e oitocentos e cinco contos e duzentos mil réis, dos quais não houve saldo de nem um centavo sequer. Embora inicialmente pedisse o ressarcimento da dívida, o testador acabou por perdoar o cunhado, em “tudo o de que me era devedor, assim do aluguel de umas casas minhas, em que sempre viveu, como do produto de várias fazendas que lhe deixei para me vender, o que tudo por esta verba lhe perdoo pelo amor de Deus”. A outro cunhado, Paschoal Vieira, morador no Sumidouro, também devedor de “certas quantias”, tratou com idêntica clemência: “atendendo a que está pobre e tem muitos filhos, mando ao meu testamenteiro que lhe não peça coisa alguma porque tudo lhe perdoo”.¹⁰¹³ Outros créditos sequer foram identificados, impedindo dimensionar com exatidão o real montante de capitais emprestados a juros. O testador possuía “muito mais créditos

¹⁰¹¹ MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p. 168.

¹⁰¹² RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750” In: BETHELL, L. (org.) *História da América Latina. América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2, p. 497.

¹⁰¹³ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fls. 12-12v.

antigos” cujos devedores ou haviam desaparecido ou, sendo pobres, não tinham meios para pagar a dívida.¹⁰¹⁴

Observando-se que os mais de dezesseis contos de réis em créditos expediram-se apenas no último lustro de vida do usurário, qualquer estimativa sobre o montante de capitais aplicado nessa atividade ao longo das três décadas de sua assistência nas Minas pecaria por modéstia. De fato, Henrique Lopes manteve forte vínculo com o mercado local de créditos, no qual usufruiu inclusive da proximidade com o governador da capitania, dom Lourenço de Almeida, a quem o minerador teve por anfitrião e vizinho em Palácio por todo o extenso mandato desse general, entre 1721 e 1732. Tal proximidade resultou, por exemplo, no crédito de quatro contos de réis passado pelo testador a Guilherme Mainarde da Silva, que teve dom Lourenço “como medianeiro do negócio”.¹⁰¹⁵ Esse governador cuidou de tornar-se “amigo” de contratadores, negociantes e agiotas, em troca de certos favores, a exemplo das mil oitavas de ouro que recebeu do contratador Custódio Rabelo Viana.¹⁰¹⁶

A lucratividade de tais empréstimos chegou a preocupar a consciência do usurário. Conforme Henrique Lopes declarou em testamento, “por ver praticar neste país o dar-se nele dinheiro emprestado a mais de 6 e $\frac{1}{4}$ por cento, algum dei nesta forma”. Arrependido do erro, “que agora conheço e começo desde agora a emendar”, solicitou ao testamenteiro abater de seus créditos ativos aquilo que houvesse ultrapassado o “juro lícito da lei”.¹⁰¹⁷ A legislação portuguesa vigente na primeira metade do século XVIII ainda guardava resquícios da mentalidade econômica medieval, na qual a prática da usura, isto é, do empréstimo lucrativo de dinheiro a juros, era condenada por pecaminosa, passível de encaminhar o cristão até o fogo do Purgatório. Mas usura e juros não se confundiam completamente e, sob certas condições e em

¹⁰¹⁴ “E suposto que tenho muito mais créditos antigos de que ou os devedores [des]aparecem ou não têm com que paguem, nenhum destes fora dos declarados ou dos que de novo se fizerem é minha última vontade que vão ao inventário, antes todos os deixo a meu testamenteiro assim como se acharem e se lhe for possível cobrar alguns ou alguma parte deles; então nesse caso declarará ao tempo da conta o que demais cobrou dos referidos”. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 30v.

¹⁰¹⁵ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 24v.

¹⁰¹⁶ Segundo o contratador, dom Lourenço lhe pediu a quantia de “mil oitavas de ouro, segurando-lhe que segurando-lhe que o assim fizesse, teria nele [em dom Lourenço] um amigo”. AHU, MG, cx. 12, doc. 33. Documento citado por ANTEZANA, S. L. V. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Dissertação de Mestrado, p. 14.

¹⁰¹⁷ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 12v.

determinados tipos de contrato, a obtenção de juro por parte do credor tinha respaldo legal. Até 1757, aceitavam-se como lícitos juros de no máximo 6,25% ao ano. A autoconfissão do testador, explicitando que cobrara juro abusivo, acima do permitido em lei, pode ser considerada invulgar. Num universo de 5.918 registros de dívidas e créditos, constantes em 928 testamentos escritos entre 1716 e 1770 na Comarca do Rio das Velhas, Raphael Freitas Santos constatou que em apenas 1,9% dos casos houve o reconhecimento dessa ilegalidade. Para o autor, a raridade do manifesto atesta a eficácia do “controle simbólico exercido pelo Purgatório na vida terrena” dos colonos, por ratificar que restrições religiosas e morais impostas à usura tiveram, de fato, algum efeito cerceador no ambicioso mercado mineiro. Todavia, se a usura dificilmente era explicitada, disso não decorre a sua inexistência na economia local. Diversos ardis mitigavam as práticas usurárias, a exemplo da prescrição de pagamentos em ouro em pó, a instrumentalizar as diferentes cotações auríferas, carreando ao credor as vantagens escondidas no lapso da quitação, calculada em valor de ouro lavrado.¹⁰¹⁸ Mesmo mitigado, o pecado não passou despercebido. Num total de quarenta comerciantes processados nas Devassas Eclesiásticas conduzidas na capitania entre 1721 e 1748-9, cerca de dezoito foram acusados de usura.¹⁰¹⁹

No testamento de Henrique Lopes é possível captar indícios desse refinado mecanismo de incorporação tácita da usura. No caso do negócio envolvendo Guilherme Mainarde da Silva, que contou com a mediação do governador dom Lourenço de Almeida, tratava-se de uma escritura de crédito assinada pelo devedor, pela qual se obrigava ao pagamento de

quatro contos, quatrocentos e oitenta mil-réis, dos quais é preciso advertir que me não deu mais do que dez mil cruzados [quatro contos de réis], por quanto na escritura se incluíram além do principal os juros de um por cento, de um ano, cuja cláusula ou acrescentamento de quatrocentos e oitenta mil-réis foi mandado pôr na dita escritura pelo governador que foi destas Minas, dom Lourenço de Almeida, como mediano do negócio, a beneplácito do devedor, de quem não quero mais do que o juro lícito da lei, e assim mando que além dos ditos quatrocentos e oitenta mil-réis que estão postos de mais se lhe abone tudo o de que tiver e mostrar recibos meus, porquanto me parece que tenho recebido duzentas moedas por dois anos, que foram os de trinta e trinta e um, o que tudo [quero] que se

¹⁰¹⁸ SANTOS, R. F. “Transito material e práticas creditícias na América Portuguesa – Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, século XVIII”, *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003, p. 579. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Tr%C3%A2nsito-material-e-pr%C3%A1ticas-credit%C3%ADcias-na-Am%C3%A9rica-Portuguesa-Comarca-do-Rio-das-Velhas-Minas-Gerais-sXVIII-Raphael-Freitas-Santos.pdf>. Acesso: 28/05/2013.

¹⁰¹⁹ FURTADO, J. F. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 129.

abone no principal e juros lícitos de seis e um quarto por cento até real entrega, advertindo porém que segundo minha lembrança me lembra também que por mil e duzentas oitavas que era parte do ouro que lhe emprestei me dava um homem que contratava em ouro para me ter na casa da moeda ou a mil e duzentos e cinquenta por oitava, ou a mil e quinhentos e setenta e cinco, por cujo preço não quis dar, esperando que me tocasse mais, e que isto o declarei assim ao dito governador, por cuja causa entendo que ele e o devedor fariam a conta às oitavas por semelhante preço, porque tudo o que lhe emprestei segundo minha lembrança foi em ouro, feita a conta a dinheiro; portanto por oitava no que se estava pela declaração do devedor porquanto é homem de conhecida verdade e eu lhe não quero mais do que aquilo que nas circunstâncias recontadas lícita e diretamente me pertence, no que também meus testamenteiros consultarão padres espirituais seguindo em tudo o seu parecer para desencarregarem a minha consciência [...].¹⁰²⁰

O truncado relato mostra que o empréstimo de quatro contos de réis, assumido por Mainarde, teve juros de doze por cento ao ano (1% ao mês), resultando no acréscimo de quatrocentos e oitenta mil reis (480\$000 rs.) ao valor principal da dívida. Curiosamente, o testador parece querer legitimar a (i)licitude do negócio atribuindo-o ao mandado do governador, que teria autorizado a cobrança de juros sabidamente superiores aos permitidos em lei. Em seguida, a consideração acerca das diferentes cotações concedidas à oitava de ouro indica as margens de manobra disponíveis à usura, que, nesse caso, escamoteou-se num complexo cálculo, através do qual o credor procurou extrair o máximo lucro possível na diferença entre os valores do ouro emprestado e do metal a ser pago.

A prescrição de consultas “espirituais”, destinadas a investigar a lisura dos lucros auferidos, tornou claro que o testador estava consciente dos encargos morais e religiosos virtualmente pecaminosos, embutidos na negociação. Segundo Jacques Le Goff, a salvação do usurário e a eventual diminuição de sua estadia no Purgatório dependiam de vários fatores, a começar pela confissão do pecador, seguida do arrependimento e da restituição dos valores tomados indevidamente. Também relevava a envergadura dos sufrágios, das intenções, preces e missas dedicadas ao desencargo da alma, além da intercessão do santo devocional.¹⁰²¹ Compreende-se, portanto, o investimento robusto na prescrição de missas pelo salvamento da alma, aconselhável ao cristão/usurário com pendências a acertar com o criador. E daí também a insistência com que o testador buscou extirpar-se da matéria excessiva que houvesse apropriado a outrem. A consulta a “padres espirituais” ordenada na transação acima devia aplicar-se

¹⁰²⁰ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fl. 24v-25.

¹⁰²¹ LE GOFF, J. *A Bolsa e a Vida: a usura na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 75-79.

também:

assim nesta dívida como em todas as mais em que se alcançar ou pelo juramento das partes prejudicadas, ou por outro qualquer modo, sem entreposto nem figura de juízo, senão extrajudicialmente pela verdade sabida que eu tenho levado alguma coisa demais, o que satisfará a contento das partes, pedindo-lhe meus testamenteiros em meu nome perdão de tudo o que esquecer ou por composição se lhe pagar, no que muito lhes encargo a sua consciência, assim de salvar a minha de todo o encargo, restituição pelo modo possível, e tudo o que assim se satisfazer se levará em conta ao testamenteiro somente com certidão de algum pároco ou pessoa eclesiástica desta vila ou do Ribeirão, na qual qualquer destes declare que em sua presença se compôs fuão como dito meu testamenteiro em tanto por se achar com parecer dele dito pároco ou sacerdote, ouvida a parte prejudicada, na forma deste meu codicilo, que nas contas que comigo teve lhe tinha levado algum dinheiro ou coisa que a valha demais ou menos bem levado e com este papel jurado pelo tal sacerdote e assinado pela parte e pelo testamenteiro se lhe levará toda a importância em conta sem mais outra averiguação, porque se alguém me levar demais eu lho perdô e lho dou por esmola, porém é minha última vontade pagar ou compor-me em tudo o que dever de sorte que por esse motivo não padeça nem pene minha alma.¹⁰²²

Tanto as dívidas quanto os créditos tiveram caráter local e envolveram, na sua maior parte, indivíduos residentes em Vila Rica e arredores. Isso não excluiu a possibilidade de que tais vínculos financeiros estivessem virtualmente ligados a outras áreas de Minas Gerais e do Império Português. Duas dívidas, em especial, resultaram da aquisição de escravos comprados pelo testador junto a vendedores atuantes em Ouro Preto, o que faz pensar em possíveis traficantes ou caixeiros sublocados por negociantes negreiros sediados na Bahia e no Rio de Janeiro. O licenciado Thomas Ribeiro, dono de uma venda em Vila Rica, transmitira-lhe cinco escravos, ao custo total de um conto, duzentos e “tantos” mil-réis.¹⁰²³ Outro comerciante, de nome Feliciano “de tal”, morador no bairro de Água Limpa, repassara-lhe seis escravos por preço desconhecido, pelos quais o comprador ainda devia mais de quinhentos mil-réis. O número de cativos envolvidos nas duas transações e o preço médio dos escravos vendidos na primeira (cerca de 250\$000 rs. por cabeça) reforçaram a perspectiva de que os negociantes fossem fornecedores escravistas atuantes no mercado de Ouro Preto e região, naturalmente vinculados às praças provedoras do trato negreiro.

Também os empréstimos concentraram-se em moradores locais. Os valores creditícios podem ser discriminados em duas faixas mais ou menos demarcáveis, de

¹⁰²² TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fls. 25-25v.

¹⁰²³ Em 1729, por ocasião da cobrança do Real Donativo, o licenciado Thomas Ribeiro pagou dez oitavas de ouro correspondentes à posse de uma “venda ordinária”. Diz-se ainda que o mesmo fosse “moedeiro”. APM, CMOP cx. 1, doc. 21, fl. 3.

pequena e média importância. Dentre os devedores que tomaram empréstimos superiores a trezentos mil réis (300\$000 rs.) – quantia com a qual se podia adquirir um escravo – encontravam-se homens principais e da governança, militares e graduados, membros da elite regional de Vila Rica. Indivíduos como Guilherme Mainarde da Silva, devedor da cifra já indicada, o maior débito do testamento, e de João Vieira Aranha, obrigado em seiscentos e cinquenta e três mil e seiscentos réis (653\$600 rs.), ambos enraizados na Vila do Carmo, onde ocuparam diversos postos camarários em diferentes momentos ao longo da primeira metade do século, além de assumirem patentes militares. Guilherme Mainarde, na qualidade de vereador, participou de cinco juntas de procuradores entre 1718 e 1719, no mandato de Assumar. Tornou a ser vereador no Carmo em 1720 e uma década depois ocupou o posto de juiz ordinário da câmara. João Vieira Aranha desempenhou as funções de tesoureiro e procurador em 1727, para no ano seguinte eleger-se vereador, cargo que voltou a exercer em 1734 e 1738. Nos anos 1740, foi novamente instituído como tesoureiro noutras duas ocasiões. Tanto Mainarde quanto Aranha trabalharam como cobradores dos quintos reais no Ribeirão do Carmo, função na qual foram surpreendidos por Simone Cristina Faria.¹⁰²⁴

Outros oficiais militares e graduados deviam quantias mais elevadas, como o capitão de Dragões José de Moraes Cabral (empenhado em 1:280\$000 rs.), o sargento-mor Manoel de Freitas Ferreira (devedor de 3:194\$832 rs.) e o doutor José Manoel de Siqueira, que tomou emprestadas quinhentas e vinte oito oitavas e mais quatorze dobras de ouro, no valor de doze mil e oitocentos réis cada uma, acumulando dívida de quase um conto de réis. Dentre os empenhos de maior vulto, achavam-se ainda os de José Cardoso Homem (quinhentas e cinquenta oitavas de ouro, cerca de 825\$000 rs.), Domingos João Ferreira (768\$000 rs.) e Francisco de Almeida Pinto (400\$000 rs.). Em tais empréstimos, Henrique Lopes não tomou quaisquer penhores por garantia, indício de que, nos créditos de maior envergadura, os termos de segurança eram outros. Nesses casos, a posse de bens e de cabedal aliada à boa reputação determinava o acesso ao crédito.

O contrário se verificou nos empréstimos de menor consideração. A quantia de duzentos e cinquenta e seis mil réis (256\$000 rs.) transmitida a dona Maria de Queirós em março de 1732 foi penhorada com “uma cruz de diamantes” de mais de trinta

¹⁰²⁴ FARIA, S. C. *Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado, p. 108-109.

gramas, dois cordões, dois pares de botões, uns brincos de mulher e uma “bola de âmbar engastada em ouro”, objetos que pesavam trezentos e dezoito gramas. O crédito de cento e dezoito mil réis (118\$000 rs.) passado a Domingos de Araújo Velho teve como seguro “uma cruz de diamantes e quarenta e duas oitavas de ouro lavrado”. Já Antônio da Costa deixou quatro cordões e um crucifixo, que pesavam quase meio quilo de ouro, além de uma cruz e um broche de diamantes, como garantia de crédito no valor de trezentos e vinte três mil réis (323\$300 rs.). Quase todos os créditos abaixo de cem mil réis respaldaram-se em penhores. Uma mulher de nome Leonor, “de alcunha a Pauva”, entregou “uns brincos de diamantes” como fundo das trinta e duas oitavas e meia de ouro que tomara emprestadas. Mesmo os trinta e oito mil réis emprestados a Amaro Gonçalves, servidor da Casa de Moeda, resultaram no penhor de dois cordões de ouro, pesados em trinta e sete oitavas e meia, aproximadamente cento e trinta e cinco gramas de ouro.

A exigência de garantia nesses créditos demonstra evidente precaução frente à condição socioeconômica dos devedores, decerto pessoas detentoras de recursos materiais modestos, virtualmente incapazes de honrar seus compromissos. Por exemplo, nas cinco dobras (64\$000 rs.) contraídas pelo sargento-mor Domingos Gonçalves Barbosa, dois broches de diamantes penhorados satisfizeram a dívida. Muito embora o valor das joias fosse inferior à quantia emprestada, o credor dava-se por pago, considerando que o devedor “se acha pobre”, sem teto próprio, residindo em casa de terceiros.¹⁰²⁵ Constata-se, nesse caso, que o crédito de menor valor não implicava liberalidade ou flexibilidade da lógica usurária, que continuava a reger-se pela reputação do devedor. Mesmo na concessão de quantias menos expressivas, transmitidas a indivíduos de poucas posses, o credor procurou resguardar-se com penhores, sobretudo em joias, a fim de garantir a liquidez do empréstimo. Em outras palavras, Henrique Lopes, como credor, guiou-se por minucioso cálculo, no qual eram sopesadas as variantes sociais, materiais e simbólicas envolvidas em cada transação.

A prática de usura e a preocupação com a obtenção de lucro mesmo em transações de pequeno porte sinalizam comportamento econômico que ganharia fôlego no futuro. Os dados disponíveis sobre a prática usurária de Henrique Lopes comprovam o que Laura de Mello e Souza diagnosticou: nas Minas, uma nova ética calcada no valor

¹⁰²⁵ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fls. 27v.-28.

individual e no dinheiro ganhou espaço, ainda que combinada a elementos tradicionais.¹⁰²⁶

Segundo Carlos Leonardo Kelmer Mathias, o acesso ao mercado de créditos em Minas Gerais esteve condicionado, nesse momento, à importância do plantel escravista possuído pelo requerente. Quanto maior o número de cativos sob a égide do senhor, mais portas se lhe abriam no momento de obter dinheiro. Nas cartas de crédito avaliadas pelo autor, os escravos apareceram como a principal moeda de troca penhorada em transações de grande valor. A reputação e a respeitabilidade do devedor encontraram-se igualmente atreladas à sua capacidade de agenciar mão-de-obra cativa. E o que valeu para tomadores de empréstimo também se aplicou a credores: tornar-se fornecedor de capitais era atividade franqueada apenas àqueles cuja posse em escravos conferisse-lhes liquidez e renome compatíveis com a responsabilidade de despender dinheiro, respeitar prazos, aguardar ressarcimento e, se necessário, executar dívidas não satisfeitas.¹⁰²⁷

Mas a relevância concedida à propriedade escravista nas Minas também levou ao endividamento sistêmico da empresa agromineradora. Não obstante fosse produtora de numerário em espécie, fornecido pelo ouro, transformado diretamente em moeda, sem a necessidade de comercialização, a economia mineradora tornou-se dependente do mercado fornecedor da mão-de-obra requisitada nos trabalhos de exploração. A importação de africanos redundou na exportação de capitais, parcialmente acumulados nas praças comerciais da América Portuguesa, cujos negociantes coordenavam o tráfico atlântico.¹⁰²⁸ Ao longo da vida, Henrique Lopes adquiriu, contabilizados os fujões, pelo menos 125 escravos, número expressivo que o alçou, talvez, à condição de maior proprietário de escravos de Vila Rica nessa época. Considerando um hipotético valor médio de 250\$000 por escravo (preço *per capita* pelo qual Henrique Lopes adquiriu os cativos comprados a Thomas Ribeiro), teríamos que os 125 escravos adquiridos ao longo da vida senhorial orçariam algo em torno de trinta e um contos, duzentos e cinquenta mil réis (31:250\$000 rs). Por outro lado, levando em conta apenas os setenta e oito cativos remanescentes no plantel em 1733, tem-se que, ao morrer, Henrique Lopes empregava cerca de dezenove contos e quinhentos mil réis (19:500\$000 rs.)

¹⁰²⁶ SOUZA, L. de M. e *O Sol e a Sombra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 148-184.

¹⁰²⁷ MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão...* p. 24.

¹⁰²⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. "O Brasil colonial: o ciclo do ouro" In BETHELL, L. (org.) *História da América Latina*. Volume II, América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p.471-526; p. 30.

aplicados em sua propriedade escravista.

Contudo, apesar do investimento maciço na aquisição de escravos, seus recursos não se esgotaram nesse mister, ao contrário, mantiveram liquidez surpreendente, refletida na extensão do patrimônio acumulado. A lucratividade obtida na empresa mineradora e nos negócios creditícios superou o ônus da importação escravista e os demais gastos contraídos nesses empreendimentos. O que mais surpreende na observação de seu testamento é a concentração de ouro, em pó ou amoeado, despendido em empréstimos ou acumulado em sua reserva pessoal. Dos quase dezessete contos de réis dados em crédito, cerca de 49,5%, mais de oito contos de réis (8:321\$475 rs.), foram sabidamente transmitidos em oitavas de ouro em pó ou em dobras ou dobrões de ouro. Ao falecer em 1733, além da importância emprestada, o testador possuía em casa meia arroba de ouro em pó, cerca de dezesseis libras de ouro, que podiam valer mais de três contos de réis.

Tal acúmulo de ouro não deixa dúvidas quanto à natureza da atividade econômica fornecedora de seus capitais: a mineração aurífera. Tem-se mesmo a impressão de que a extração de ouro subsidiou a atividade usurária. Na medida em que desentranhava o metal, o minerador aplicava-o de imediato em empréstimos ou outras transações de crédito. Pelo menos, é isso o que se depreende de uma passagem especialmente reveladora de seu testamento. Em fins de março de 1729, declarou possuir em casa, escondidas numa caixa, incrustadas em borrachas, quinze libras de ouro (1.920 oitavas de ouro em pó); cerca de dois anos e meio depois, em novembro de 1731, o minerador havia aquinhoadado e amoeado outras 4.354 oitavas, mais de uma arroba de ouro, que se transformaram em seis contos, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta réis (6:531\$650 rs.), quantia toda ela alocada em empréstimos e créditos passados nesse intervalo de tempo.¹⁰²⁹

Embora seja impossível deduzir, a partir desse dado isolado, qualquer estimativa confiável, é tentador calcular o montante aurífero que poderia ter sido hipoteticamente extraído ao longo de três décadas de atividade mineradora. Pressupondo-se uma imaginária produtividade regular de uma arroba de ouro a cada dois anos e meio, aplicada a todo o período, alcança-se a produção bruta de quatro arrobas por década, totalizando doze arrobas de ouro em trinta anos. Esse montante aurífero corresponderia

¹⁰²⁹ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fls. 3v., 13.

a cerca de setenta e três contos e oitocentos mil réis (73:800\$000 rs.), fortuna que, se comparada aos maiores patrimônios individuais existentes nas Minas no mesmo período, não chega a assombrar e pode, de fato, ter correspondido à realidade.

Apesar de sabermos que, no Rio de Janeiro e nos primeiros tempos em Minas, Henrique Lopes envolveu-se no comércio de gêneros, não há qualquer pista de que ainda mantivesse trato mercantil no momento em que redigiu seu testamento. O caráter local de seus créditos, concentrados exclusivamente na região de Ouro Preto, é indício seguro de que havia abandonado há muito a mercancia, o que resultou na inexistência de dívidas pretéritas a receber de seu antigo negócio. Ora, o abandono desse trato sinalizou mudança de orientação em sua vida social, em resposta aos preceitos sociais de Antigo Regime, que estigmatizavam o pequeno comércio. Via por excelência da promoção social de reinóis pobres emigrados para a América portuguesa, a mercancia a retalho implicava mancha indesejável àqueles que, já detentores de cabedal suficiente, tinham a chance de deixar a mascataria, para galgar posições sociais mais respeitáveis, desvencilhando-se da mecânica associada ao pequeno comércio. A mercancia era “ocupação de passagem”, atrativa a princípio, mas destinada a ser deixada de lado pelos que ambicionavam algo mais que a acumulação mercantil.¹⁰³⁰

O abandono da atividade comercial em prol da mineração e do empréstimo de dinheiro a juros – funções que poderiam ser exercidas sem imputação de mácula mecânica ou vil – sinaliza o respeito mantido para com os preconceitos sociais de Antigo Regime. Henrique Lopes optou por atender a certos parâmetros de qualificação social que lhe possibilitassem alcançar, por exemplo, o hábito da Ordem de Cristo. Como se vê, a ética baseada no dinheiro combinou-se, na biografia de um mesmo indivíduo, com valores nobres e hierárquicos herdados do passado.

15. 2. Joias, imóveis e outros bens

Além de ouro emprestado, de requintados móveis e utensílios domésticos, de armas, roupas, instrumentos de minerar e de um numeroso plantel de escravos – todos eles bens já listados e apreciados nessa tese – Henrique Lopes também deixou jóias valiosas e muitas propriedades urbanas.

Em seu testamento, identificaram-se dezenove tipos de joia diferentes, com pelo

¹⁰³⁰ FARIA, S. S. de C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 177.

menos trinta e um itens. A partir de relação incompleta de peso e medida, as peças de valor alcançaram 325,5 oitavas. O próprio testador declarou peso total de mais de 500 oitavas, quase dois quilos. Anéis, cordões, pares de brinco, broches, pares de botões, fivelas, argola, corrente e um número incerto de botões de punho constituíram a rica joalheria de uso pessoal. Três crucifixos e uma cruz de ouro perfaziam o patrimônio de teor religioso. E os três Hábitos de Cristo, que consistiam em jóias adornadas por cruz de ouro, diamantes, esmeraldas, cristais e vidros, compunham a joalheria nobre. Uma bola de âmbar engastada em ouro completou o painel.

Peças em Ouro e Diamante	Quantidade	Peso em oitavas
Anel de diamantes	3	8,25
Anel de finagrana de ouro	1	12,25
Anel velho (de ouro)	3	21
Argola antiga (de ouro)		19
Bola de âmbar engastada em ouro	1	6
Botão de punho antigo		47
Broche de diamantes	1	13,75
Broche de finagrana de ouro com pedras falsas	1	13
Broche de prata com pedras falsas	1	
Cordão	4	71
Corrente	1	8,5
Crucifixos (de ouro)	3	13,25
Cruz	1	
Fivela de ouro esmaltada	2	26
Hábito de Cristo com diamantes e esmeraldas	1	22
Hábito de Cristo de cristal com cruz de ouro no meio	1	
Hábito de Cristo esmaltado com seus vidros	1	
Par de botão de laia de ouro lavrado	2	16,75
Par de Brinco (de ouro, com alfares)	4	25,5
TOTAL	31	323,25
TOTAL (Segundo Henrique Lopes)		500 e tantas oitavas

Quadro 55. Peças em ouro e diamante arroladas no testamento de Henrique Lopes. Fonte: ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2.

Peças e joias fabricadas em ouro por vezes adornadas com pedras preciosas possuíam função dupla na sociedade colonial, especialmente em Minas Gerais, onde se tornaram mais comuns e ao mesmo tempo mais disputadas: se, por um lado, destinavam-se à exibição pública, presas ao corpo e às roupas de seus usuários, conferindo-lhes *pompa* compatível (ou não) com as hierarquias sociais de Antigo Regime;¹⁰³¹ por outro, também representaram meio de entesouramento, transformando a riqueza em objeto móvel, visível e negociável. Carla Almeida calcula que na segunda

¹⁰³¹ CAMPOS, A. A. “A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro”. In: *Anais do X Encontro Regional de História- ANPUH-MG Minas, Trezentos Anos*. Mariana: UFOP/ ANPUH: 1996, p. 111-121.

metade do século XVIII cerca de um e meio por cento do patrimônio dos homens mais ricos da comarca de Vila Rica consistisse em joias, porcentagem mais elevada do que a notada na comarca vizinha do Rio das Mortes, onde a importância não chegou a um por cento dos montes-mores.¹⁰³² A motivação exibicionista era tanto mais forte entre ricos de origem plebeia, para os quais a ostentação de objetos de luxo transmitia símbolo reforçador de prestígio social. Se o alto valor desses artefatos tornava-os uma exclusividade dos mais abastados, nem por isso pessoas mais humildes deixavam de possuí-las. Em 1792, dona Maria Pereira de Amorim, moradora em Vila Rica, detinha onze joias, avaliadas em pouco mais de cem mil réis, correspondentes a metade de seu patrimônio.¹⁰³³

Henrique Lopes se incluiu, sem dúvida, na categoria de homens abastados para os quais a ostentação de jóias e de pertences valiosos fazia transparecer condição social que não traziam de berço. Quisesse dar mostras de seu áulico fausto e o capitão-mor poderia ornar-se, dos pés à cabeça, com peças em ouro: anel, broche, argola, fivela, crucifixo, botões. Já aludimos à curiosa descrição de sua indumentária, feita pelo autor anônimo do diário de viagem de Assumar, que o notara a andar sempre “com um colar no chapéu e seu broche”.¹⁰³⁴ Atavios característicos, possivelmente supersticiosos, as jóias trazidas ao corpo pareciam ser amuletos pessoais, ao mesmo tempo em que explicitavam a riqueza do portador.

Jóias que eram, os hábitos da Ordem de Cristo, adquiridos pelo cavaleiro antes mesmo de vir a ter oficializada a mercê que, como vimos, só obteve por dispensa real, foram descritos juntamente às demais peças em ouro e diamante. Destinadas a adornar as vestes usadas pelo portador, sendo exibidas no tronco ou no peito, os hábitos destinavam-se à exibição pública.¹⁰³⁵ A mais valiosa peça possuía 79 gramas (22 oitavas) de diamantes e esmeraldas presas à joia “de uma e outra parte”. Os pesos declarados são, aliás, absurdos. No cálculo baseado no peso imputado aos artefatos, chega-se ao montante de 323,25 oitavas, equivalentes a 1.163 gramas. Entretanto, o próprio testador declarou que suas peças em ouro e diamante totalizavam mais de

¹⁰³² ALMEIDA, C. M. C. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: PPGH, Universidade Federal Fluminense, 2001. Tese de Doutorado, p. 172.

¹⁰³³ JANUÁRIO, E. A. *A Sociedade das Aparências: Vila Rica (1789-1807)*. São João Del Rei/UFSJ, 2003. Monografia de especialização.

¹⁰³⁴ *RPHAN*, Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 315.

¹⁰³⁵ Cf. SOUSA, G. de V.e “Jóias, retratos e a iconografia das elites portuguesas de oitocentos”, *Revista de História da Arte*, nº5, 2008, p. 259-71.

quinhentas oitavas, quase dois quilos.

Outra vertente patrimonial explorada por nossa personagem foram os imóveis urbanos. O primeiro bem de raiz adquirido por Henrique Lopes no Brasil consistiu numa loja de fazenda situada no Rio de Janeiro. Dos lucros auferidos com esse negócio angariou capital suficiente para arrematar em praça uma casa que havia pertencido ao capitão-mor Fernando da Gama, expoente das principais famílias cariocas, identificado por João Fragoso como senhor de engenho, fundado em 1660.¹⁰³⁶ Ao partir para o sertão, deixou seu cunhado Paulo Caeiro como administrador desses imóveis. Nas Minas, sua primeira aquisição fundiária se deu, por posse, em terrenos minerais na encosta do Tapanhuacanga, no arraial de Antônio Dias, em 1703. A partir daí, passou a acumular outros bens de raiz situados em Ouro Preto.

Sem dúvida, os imóveis mais valiosos de seu patrimônio eram as duas casas de alvenaria de pedra construídas em sua propriedade no Tapanhuacanga, a primeira e possivelmente mais antiga destinada à sua própria moradia e a segunda, terminada em 1717, serviu por residência dos governadores de Minas Gerais. Além desses prédios, possuiu uma casa térrea de pedra no arraial de Ouro Preto, vizinha à residência do doutor Manoel Luís Cordeiro; e outras quinze “moradas de casas pequenas” espalhadas pelo arraiais dos paulistas e de Antônio Dias, na freguesia de mesmo nome. Em 1732, já próximo da morte, comprou ao tenente general Manoel da Costa Pinheiro uma casa de sobrado defronte ao Palácio, pelo preço de 950 mil réis. Dentre as quinze edificações mais simples que possuía em Antônio Dias, algumas deviam localizar-se do outro lado da ponte que levava ao Palácio e à sua residência, na rua em direção ao largo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ao casario primitivo do arraial. Isto é o que indica um pedido de aforamento de 1712, no qual o então “capitão” Henrique Lopes solicitara dez braças de terra em quadra “de uns chãos para fazer ranchos da outra parte do córrego”, em terreno contíguo às “suas lavras”. A câmara concedeu-lhe a licença e ainda a regalia de foro reduzido, no valor de cinco oitavas anuais, “por serem terras minerais”, quando o preço normal era de doze.¹⁰³⁷

Ao todo, o capitão-mor assenhoreou cerca de dezoito imóveis residenciais em Antônio Dias e mais um, isolado, em Ouro Preto. Muito embora este dado careça de

¹⁰³⁶ FRAGOSO, J. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp.45-122, p. 113.

¹⁰³⁷ TERMO de Aforamento que fez Henrique Lopes de uns chãos para uns ranchos. APM, CMOP 01, fl. 3.

comprovação, é lícito supor que as “casas pequenas” situadas próximas à propriedade sede estivessem dispostas à moradia de escravos. Esses imóveis não se achavam alugados e inexistiu pista de que rendessem ao proprietário quaisquer dividendos pecuniários. Sabe-se, por outro lado, que o feitor que trabalhava para Henrique Lopes residia naquela área, junto ao córrego, no vale contíguo à casa senhorial.¹⁰³⁸ Se é assim, onde poderiam morar os setenta e oito cativos pertencentes plantel, senão nas quinze casinhas que lhe eram cedidas pelo senhor nos arredores da Casa-Grande, sob o olhar vigilante do feitor?

Além das propriedades urbanas, o ex-criado agrícola minhoto enfim adquiriu, ao fim da vida, uma propriedade rural. Em Bom Sucesso, nas proximidades do arraial de Padre Faria, o testador comprou uma roça ao licenciado Manoel Gonçalves Bocayna. Ali, empregou parte de seus escravos, responsáveis pelo provimento de madeiras de lei, lenhas, frutos e certos gêneros alimentícios, como milho e outras plantas, para o abastecimento da casa senhorial e do palácio governamental.¹⁰³⁹ Existiam nessa roça duas novilhas, uma vaca, seis porcos pequenos, quatro porcas, um capado e alguns leitões, mencionados no testamento. A propriedade dotava-se de “todas suas pertenças junto ao córrego do Padre Faria desta Vila, com cuja capela parte”.¹⁰⁴⁰ Essa roça comprova aquilo que Sylvio de Vasconcelos já notara: os arredores imediatos de Vila Rica, especialmente áreas como Capão, Itatiaia, Bom Sucesso e os sítios entre as fazendas do Lana e o Tripuí, eram terrenos agricultáveis e desde o princípio serviram à produção de gêneros alimentícios absorvidos no núcleo minerador.¹⁰⁴¹

15. 3. Legados pios e familiares:

Henrique Lopes instituiu a própria alma por herdeira universal de seus bens. Esse expediente, utilizado, sobretudo, por testadores solteiros ou viúvos e sem filhos legítimos ou legitimados, desobrigava a deixa de bens a herdeiros necessários (esposa e filhos) ao mesmo tempo em que autorizava o moribundo a dispor da totalidade de seu patrimônio da forma como bem entendesse. O legado *pro anima* sinalizava o interesse

¹⁰³⁸ Informação importante da pesquisa, esse dado será retomado e melhor explicado no capítulo dezesseis, na quarta parte da tese.

¹⁰³⁹ CARVALHO, T. F. “Reminiscências de Vila Rica”. *RAPM*, v. 20, 1924, p. 339-352.

¹⁰⁴⁰ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fls. 22 e 23.

¹⁰⁴¹ VASCONCELOS, S. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 88-89.

do testador em aplicar sua herança na otimização espiritual da própria alma, a fim de obter benefícios supraterrâneos, como a diminuição do tempo de permanência ou a suavização das penas no Purgatório. Para Alexandre Daves, a preocupação com a salvação eterna subsidiou a constituição, nas Minas, de uma “economia barroca das almas”, manifestada nos testamentos e últimas vontades expedidas por testadores ali residentes, que investiram pesadamente na distribuição de legados pios a fim de obter boa morte e remissão dos pecados. Segundo contagem do autor, apenas em Sabará, na primeira metade do século XVIII, cerca de cento e sessenta mil missas foram prescritas em quatrocentos e vinte e sete testamentos, consumindo quase cinquenta contos de réis (49:687\$910), isto é, cento e dezenove arrobas de ouro.¹⁰⁴²

No testamento aqui investigado, o valor destinado à execução de missas pelo salvamento da alma chegou à altíssima cifra de oito contos, setecentos e noventa e um mil réis (8:791\$000), uma verdadeira fortuna. Nesse montante, importa considerar não apenas o número de missas e sim também a tipologia dos ofícios religiosos que o testador prescreveu em abono de sua própria alma ou das almas de pessoas que lhe haviam sido próximas. O procedimento mais dispendioso consistiu, sem dúvida, na previsão de três missas cotidianas pelas almas do testador e de sua esposa. Essas missas deveriam ser rezadas diariamente, “enquanto o mundo for mundo”, por três capelães especificamente contratados para esse fim. A cada missa cotidiana foi aplicada a quantia de seis mil cruzados (2:400\$000 rs.), totalizando dezoito mil cruzados (7:200\$000 rs.), isto é, 80,9% do montante gasto em ofício divino. Duas missas cotidianas, propostas por Henrique Lopes, foram designadas à administração da Congregação do Senhor Jesus dos Esquecidos e Senhora da Graça, localizada na Real Igreja de Nossa Senhora da

¹⁰⁴² Em geral, as missas tinham seu valor estimado em oitavas de ouro. Nos cálculos de Alexandre Daves, a oitava de ouro aparece valorizada entre 1\$200 e 1\$300 réis. De minha parte, adotei a cotação uniforme de 1\$500 a oitava, aplicada ao ouro quintado, com toque de 22 quilates. Quanto à instituição da alma por herdeira, o autor esclarece: “Conforme o Antigo Direito de Sucessão Português, que tanto releva o debate acerca da liberdade individual de testar, após inventariados os bens do defunto e obtido o valor total do monte-mor, efetuava-se o pagamento das dívidas e despesas com o funeral. O líquido remanescente da herança era dividido em duas partes. Uma metade cabia ao cônjuge se ainda vivo. A outra era dividida em três partes. As duas primeiras partes eram igualmente distribuídas entre os herdeiros (é a legítima). A outra parte correspondia à terça do defunto, destinada aos legados pios, celebrações de missas, esmolas, etc. Caso o testador fosse solteiro, poderia dispor livremente sobre o monte da herança, seja em favor dos herdeiros necessários se os houvesse (parentes propínquos até o quarto grau), como também poderia fazer doações para hospitais, confrarias e ordens religiosas. Não havendo herdeiro necessário (filho e esposa), o testador podia deixar toda sua fortuna em prol de sua alma e para as almas do Purgatório. Podia instituir a alma por universal herdeira dos bens.” DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado), p. 126; p. 106.

Conceição dos Freires da cidade de Lisboa. Outra capela de missa cotidiana, essa proposta em testamento por Ana Maria, falecida esposa do capitão-mor, teve como destino a Igreja da Misericórdia de São João da vila de Alhandra, em Portugal, terra natal da cônjuge, onde o casal havia contraído matrimônio. Os legados deveriam ser entregues aos provedores e mais irmãos das duas irmandades e empregados “em bens de raiz livres e desembargados”, que pudessem render juros anuais de oitenta mil réis em cada caso, destinados ao pagamento dos capelães requeridos para as três missas cotidianas. O rendimento restante havia de suprir o trabalho com a administração e as despesas “do guizamento”.¹⁰⁴³

O testador ainda previu a realização de setecentas missas comuns por sua alma, de meia oitava de ouro cada, a serem ditas em diferentes altares da Matriz de Antônio Dias, em Vila Rica, além de outras quarenta missas por sua esposa na cidade do Rio de Janeiro. Também estipulou procedimentos especiais para os momentos imediatos à sua morte. Seu corpo deveria ser amortalhado no Hábito de São Francisco, na presença do qual se rezaria a missa habitual, guiada pelo pároco da Freguesia e por todos os mais sacerdotes de Vila Rica e seu recôncavo que pudessem acompanhar o cortejo até a sepultura na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Os religiosos receberiam a esmola costumeira para cultos do gênero, que girava em torno de quatro oitavas de ouro por batina. O ofício de corpo presente seria “assistido de música e com toda a solenidade e esplendor que permitir a terra, dando-se cera a todos os sacerdotes e mais pessoas”. No dia de seu falecimento, distribuir-se-iam esmolas “a todos os pobres que vierem à porta e a cada um se dará meia pataca e uma vela”. O gasto contraído com tais cerimônias e com a distribuição de esmolas e cera, não tendo máximo estipulado no testamento, correria conforme o arbítrio do testamentário, que não deveria poupar valor nem justificar a cifra consumida nesses atos.¹⁰⁴⁴

O “esplendor” fúnebre contrastava, entretanto, com o emprego da mortalha franciscana e com a partilha de esmolas entre pobres, ações que visavam demonstrar, face à indesejada das gentes, que o morto tinha desapego para com os bens materiais, ostentando humildade e pobreza, qualidades do Filho de Deus. Margarida Durães constatou que 84,5% dos camponeses moribundos de Braga entre os séculos XVIII e

¹⁰⁴³ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fls. 4v.; 5 e 12.

¹⁰⁴⁴ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fls. 1v., 16, 17v.

XIX preferiram o Hábito de São Francisco como vestimenta derradeira.¹⁰⁴⁵ O camponês bracarense degredado ao Brasil manteve-se fiel ao costume da terra natal – no que, aliás, foi acompanhado pela maior parte dos minhotos emigrados para Minas Gerais.¹⁰⁴⁶

No oitavo dia após seu falecimento, uma missa d'alma aberta à participação de todos os clérigos disponíveis em Vila Rica, até o limite de cinquenta religiosos, remunerados em quatro oitavas de ouro, deveria ser acompanhada por “música e Eça e da mesma sorte [que] o [ofício] de corpo presente”, distribuindo-se cera aos circunstantes. Completos trinta dias do sepultamento, outro ofício do mesmo feitio teria lugar.¹⁰⁴⁷

Além das missas em salvamento da alma da esposa e da sua própria, Henrique Lopes dedicou ofícios coevos a consanguíneos e parentes. Às almas dos pais de criação, Domingas Lopes e João Pereira da Ponte, estipulou cem missas comuns, a serem ditas na Freguesia de Santo André de Gondizalves, próxima a Braga, terra natal do casal; e também outras sessenta missas de trezentos e vinte réis (\$320 rs.) de prata, no Rio de Janeiro. À mãe biológica, que lhe era desconhecida, rendeu cem missas comuns, de meia oitava cada, na Matriz de Antônio Dias.

A homenagem mais curiosa e desconcertante se deu em relação ao pai biológico, o padre Thomas Lopes de Araújo. Ao narrar sua trajetória de infância, o testador mencionou o nome completo do pai, que o teria reconhecido por “filho natural”; porém, assim como fizera em seu registro de casamento, omitiu o voto religioso do progenitor – informação que lhe imprimiria origem “sacrílega”, implicando, além da ilegitimidade, sangue defeso. O único investimento na salvação da alma paterna se deu de maneira indireta e velada. Trata-se de uma lacônica prescrição de trinta missas de trezentos e vinte réis (\$320 rs.) de prata “pela alma do reverendo padre Thomas Lopes”, a serem rezadas no Rio de Janeiro – o mais diminuto ofício pio prescrito no testamento.

O fato de, num primeiro momento, ocultar o vínculo eclesiástico do pai, para depois homenageá-lo de maneira sub-reptícia, reconhecendo-lhe apenas o voto religioso (“reverendo padre”), desprovido da qualidade paterna, constitui lacuna profundamente

¹⁰⁴⁵ DURÃES, M. “‘Porque a morte é certa e a hora incerta...’ alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses”, *Sociedade e Cultura* 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, v. 13 (2), 2000, p. 303.

¹⁰⁴⁶ Alexandre Daves constatou que 60% dos testadores de Sabará, a maior parte deles portugueses emigrados da região Entre Douro e Minho, foram enterrados com o Hábito de São Francisco. DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades...* p. 112.

¹⁰⁴⁷ A esmola de quatro oitavas por padre aparece justificada da seguinte forma: “uma oitava pela missa, e três oitavas pela assistência do ofício” ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 16.

reveladora dos conflituosos valores pessoais, culturais e familiares de Henrique Lopes. Comparadas aos ofícios que prescreveu às almas dos pais de criação, homenageados com oitenta missas cada um, e à mãe biológica, a quem mandou dizer cem missas comuns de meia oitava – individualmente, a mais cara dedicatória divina, depois da despendida com a alma da esposa e com a sua própria – as trinta missas de trezentos e vinte réis de prata concedidas ao pai biológico parecem explicitar sob a ótica do testador a sua hierarquia familiar. Surpreendentemente, a mãe biológica, de nome e procedência ignoradas pelo filho, aparece, neste caso, valorizada consecutivamente à esposa, seguida dos pais de criação e, por fim, do padre Thomas Lopes de Araújo, o pai biológico, parente a quem Henrique Lopes devia ter em mais baixa conta.

Enjeitada ao nascer, a criança exposta no Hospital da Misericórdia de Braga, mãe e pai desconhecidos, em seguida adotada pelo casal de lavradores, João Pereira da Ponte e a esposa Domingas Lopes, foi criada pelos pais adotivos até a idade de 12 anos, quando, enfim, Thomas Lopes de Araújo lhe reconheceu como filho.¹⁰⁴⁸ Não se sabe em que circunstâncias a paternidade foi assumida e tampouco se o pai biológico chegou a ter parte na vida do filho a partir desse momento. No entanto, é provável que a revelação da paternidade, feita a *posteriori*, quando a criança já se encontrava estabelecida em família adotiva, tenha sido decorrente do falecimento do padre, que assumiria então, em possível testamento, sua filiação ilegítima, trazendo à luz, no momento da morte, aquilo que ocultara em vida, conforme o costume de expiação dos pecados habitualmente empregado por sacerdotes omissos no reconhecimento de prole.

Aliás, o reverendo Lopes de Araújo trilhou vida licenciosa, avessa ao voto de castidade e afeita ao pecado carnal. É o próprio filho enjeitado quem dá pistas do procedimento sacrílego do pai:

Declaro que na cidade de Braga e em Lanhoso, tenho notícia que há algumas pessoas que se reconhecem por filhas e filhos de meu pai, Thomas Lopes de Araújo, e por meus meios-irmãos, e como lhe não sei os nomes e por ter notícia que são pobres e idosos, e desejo de dar-lhes alguma esmola, repartindo com eles dos bens que Deus foi servido dar-me, mando que cada um dos sobreditos que se habilitar por filho do dito meu pai se lhe dê de esmola depois do meu falecimento cem mil réis, e em especial a um Manoel Pinheiro de Araújo, casado ou viúvo, digo casado com Maria de Araújo, moradora na Rua de Maximinos, a este não será necessário habilitar-se por ter dele cartas e mais conhecimento e me constar que é filho do sobredito meu pai, e se for falecido se lhe dirão dez missas pela sua alma, onde estiver sepultado.¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁸ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 2v.

¹⁰⁴⁹ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 5v.

A ocultação do voto religioso do pai deixa patente o teor desconcertante e negativo dessa informação para o testador, dando causa à sua omissão em manifestá-la, mesmo em uma fonte testamentária, tipo documental em que certas informações secretas, ou que houvessem sido mantidas em sigilo ao longo da vida, podiam enfim ser declaradas. Decerto, na sociedade portuguesa de Antigo Regime, a qualidade da ascendência parental e a preocupação relativa à legitimidade familiar e à pureza de sangue tinham importância capital, resguardada oficialmente no direito canônico e civil, pela Igreja e pelo Estado Monárquico, pródigos em legislar a respeito em códigos diversos. Como se sabe, a despeito de tais normatizações, a ilegitimidade familiar constituiu antes constante que exceção, seja no Reino, seja na América Portuguesa.¹⁰⁵⁰ A província minhota, em especial, de onde provinha Henrique Lopes, possuía uma das maiores incidências de filiação ilegítima da Europa Ocidental, chegando, em certos locais, como na Vila de Guimarães na primeira metade do século XVIII, ao índice de 14,4% dos batismos, enquanto a média nacional de ilegitimidade, no mesmo período, em reinos como Espanha, França e Inglaterra e a região alemã jamais ultrapassou 4%.¹⁰⁵¹ Os “filhos de padres” foram tão comuns na sociedade reinol e em sua congênera colonial que se tornaram mote proverbial, verdadeiros arquétipos da filiação ilegítima. No Brasil, eram tidos por indivíduos predestinados a ter sorte e felicidade excepcionais em vida, conforme registrou um brejeiro Gilberto Freyre.¹⁰⁵²

No caso de Henrique Lopes, à ilegitimidade somava-se ainda a exposição e a concepção *sacrílega*. Assim como rebentos resultantes de relações adúlteras ou incestuosas, os filhos sacrílegos, frutos da violação da castidade sacerdotal, compunham o leque de filiação espúria e tinham o destino comum do enjeitamento, depositados nas conhecidas rodas de expostos, existentes em hospitais da Misericórdia ou em locais administrados pelas câmaras municipais. Ao contrário dos filhos *naturais* (oriundos de concubinato entre pais desimpedidos), detentores de direitos respaldados nas

¹⁰⁵⁰ LOPES, E. C. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 17. VER BIBLIOGRAFIA MAIS EXTENSA SOBRE O ASSUNTO

¹⁰⁵¹ PEREIRA, A. L. C. *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*. Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho. Tese de doutoramento em História, 2009, p. 24.

¹⁰⁵² “Não é sem razão que a imaginação popular costuma atribuir aos filhos de padre sorte excepcional na vida. Aos filhos de padre, em particular, e aos ilegítimos, em geral. ‘Feliz que nem filho de padre’, é comum ouvir-se no Brasil. ‘Não há nenhum que não seja...’, diz a gente do povo. Querendo dizer: ‘Não há nenhum filho ilegítimo, particularmente filho de padre, que não seja feliz’.” FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo : Global, 2003, p. 551-52.

Ordenações Filipinas, inclusive o de acesso à herança ofertada por seus progenitores, a filiação espúria trazia impedimentos e dificuldades extras à aceitação da criança no ambiente social, imprimindo-lhe estigma que poderia acompanhá-la por toda a vida.¹⁰⁵³

Eis um dos obstáculos enfrentados por Henrique Lopes, que teimaria em segui-lo até a sepultura. Isso porque, estando já adoentado, no leito de morte, o capitão-mor ainda aguardava ansiosamente que o Hábito da Ordem de Cristo lhe fosse enfim concedido pelo rei, dispensando-o dos impedimentos de “mecânicas e vis” detectados em suas provanças. O moribundo, inclusive, já possuía em sua casa “um manto de cavaleiro”, cravejado de “diamantes e esmeraldas por uma e outra parte”, e um segundo hábito “de cristal com cruz de ouro no meio”, com um dos quais almejava ser amortalhado (“com que hei de ser sepultado”) “se chegar a tomar o Hábito de Cristo, que estava todos os dias esperando”.¹⁰⁵⁴ No pedido da mercê, o solicitante revelara o enfeitamento; porém o exame de provanças desvendou o seu nascimento sacrílego, dentre outros defeitos graves – informação decisiva no parecer desfavorável expedido pela Mesa da Consciência e Ordens em março de 1732. Todavia, o rei perdoou-lhe o impedimento e lhe concedeu, enfim, a provisão do hábito.¹⁰⁵⁵ Curiosamente, após receber a notícia de que obtivera a benevolência real, Henrique Lopes acrescentou a seu testamento as trinta missas em prol do salvamento da alma do “reverendo padre Thomas Lopes”. Talvez considerasse, agora, insuficientes as cem missas que havia prescrito às almas do Purgatório, onde, cogitava-se, pudesse estar a alma paterna.¹⁰⁵⁶ Seis meses depois, um rústico hábito franciscano, tendo por debaixo o nobre manto de cavaleiro, lhe serviu de mortalha.¹⁰⁵⁷

Outro tipo de legado pio consistiu no repasse de quantias a certas irmandades, confrarias e conventos religiosos, seja para benefício de suas obras, seja para o dote de

¹⁰⁵³ PEREIRA, A. L. C. “Casamento, Concubinato e Ilegitimidade na Vila Setecentista de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Minas Gerais”. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, p. 21-47.

¹⁰⁵⁴ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fls. 23 e 29.

¹⁰⁵⁵ ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra H, Maço 4, Doc. 31

¹⁰⁵⁶ Conforme fez notar Alexandre Daves, avaliando um documento setecentista expedido no distrito rural de São Bartolomeu, próximo a Vila Rica, a concepção de que padres e religiosos também pudessem frequentar o Purgatório havia superado, no século XVIII, uma visão mais antiga, de raiz medieval, segundo a qual os membros do clero destinar-se-iam exclusivamente ao limbo dos padres. DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades...* p. 21. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fls.6v., 33 e 35.

¹⁰⁵⁷ No registro de óbito lavrado pelo vigário Felix Simões de Paiva a 11 de julho de 1733 na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, faz-se menção às missas de corpo presente, de oitavo e trigésimo dias; às esmolas deixadas aos pobres; às 700 missas prescritas por sua alma, a serem rezadas em diferentes altares da matriz; aos legados deixados às irmandades locais e às 100 missas dedicadas à alma da mãe. ACC, AEPAD, Óbitos, v. 491, período 1713-1849; Óbitos e Testamentos, v. 5, fl. 13v.

órfãs. Somadas, essas esmolas alcançaram o vulto de seis contos, seiscentos e cinquenta mil réis (6:650\$000 rs.), valor que representava mais da metade (59,9%) do montante em dinheiro aplicado em doações e legados, cuja totalidade chegou, no testamento, a mais de onze contos de réis (11:250\$000 rs.). Em Vila Rica, três irmandades, nas quais o testador perfilava-se como irmão, receberam doações: as do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto e de Santo Antônio da Freguesia de Antônio Dias, agraciadas respectivamente com cento e cinquenta (150\$000 rs.) e duzentos mil réis. (200\$000 rs.); e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Antônio Dias, que angariou a bagatela de dois contos, quinhentos e cinquenta mil réis (2:550\$000 rs.), mais de seis mil cruzados. Como se sabe, nas Minas, o pertencimento a irmandades leigas foi fenômeno social generalizado, partilhado por todos os grupos sociais, que, não obstante, optaram por agremiações diferenciadas, conforme a condição étnico-social de seus integrantes. As irmandades espelharam, talvez como nenhuma outra instituição da realidade colonial, a constituição de grupos e as fissuras decorrentes dos critérios de estratificação social importantes a nível local. Enquanto escravos, forros e libertos “de cor” uniram-se às confrarias do Rosário, senhores brancos preferiram o Santíssimo Sacramento, as mais elitizadas irmandades mineiras da primeira metade do século XVIII. Especificamente, as duas associações do Santíssimo existentes em Vila Rica, uma em cada freguesia, eram das mais antigas confrarias do gênero em Minas e congregaram boa parte da primeira geração de homens principais e indivíduos enriquecidos que haviam povoado o território.¹⁰⁵⁸

Os legados destinados a conventos orçaram mais de um conto de réis (1:050\$000 rs.), cerca de 9% do montante de doações em dinheiro. Destacam-se as transmissões direcionadas a casas religiosas portuguesas. O Convento das Religiosas da Madre de Deus, em Lisboa Oriental, auferiu a maior quantia (400\$000 rs.), seguido dos Conventos das Capuchas de Sacavem e de Setúbal (200\$000 rs. cada) e do Convento de Santa Apolônia, também em Lisboa Oriental (100\$000 rs.). A única congênere colonial

¹⁰⁵⁸ BOSCHI, C. C. *Os leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986, p. 24; AGUIAR, M. M. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado; BORGES, C. M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais no século XVIII*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, p. 59; FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 94-95. OLIVEIRA, M. P., “A elite do Santíssimo de Vila Rica na segunda metade do século XVIII”. *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: Dimensões do Poder em Minas*. Mariana, 2010. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://www.seminariojals.ufop.br/monalisa_pavonne_oliveira.pdf. Acesso: 08 de jul. 2013.

a receber fundos foi o Recolhimento das Macaúbas, fundado em 1714, próximo a Sabará, a primeira instituição do tipo em Minas (50\$000 rs.).

Mais uma frente assistencialista visava a auxiliar jovens órfãs lusitanas no financiamento de seus dotes matrimoniais ou religiosos. A cifra desse legado chegou a dois contos e seiscentos mil réis, outro volume de monta. Cinco mil cruzados (2:000\$000 rs.) foram partilhados entre as Misericórdias de Alhandra e de Braga, que deveriam responsabilizar-se pela escolha de quarenta jovens órfãs (dez na primeira vila e trinta na cidade bracarense), das mais pobres, honestas e recolhidas das suas respectivas localidades, a fim de repassar a cada uma o dote de cinquenta mil réis (50\$000 rs.). Uma quota à parte, de seiscentos mil réis (600\$000 rs.), destinou-se especificamente às três filhas órfãs de um Antônio Francisco, reinol falecido na comunidade de Filheiras, situada fora de Lisboa. Chama atenção a escolha das Misericórdias de Braga e Alhandra como beneficiárias do legado, direcionado às terras natalinas do testador e sua esposa Ana Maria. O auxílio às órfãs de Alhandra faz pensar, inclusive, na origem do vínculo matrimonial do casal. Terá sido Ana Maria uma órfã auxiliada com dote da Misericórdia?

Os vínculos familiares enraizados em Portugal também se manifestaram fortemente nas doações leigas, todas auferidas por parentes consanguíneos ou afetivos, que, em sua maioria, residiam em plagas metropolitanas. A herança deixada a particulares somou significativos quatro contos e setecentos mil réis (4:700\$000 rs.). A maior parte desse valor deveria ser partilhada entre parentes consanguíneos do testador e de sua esposa. Alguns foram identificados por nome e localidade em que residiam, outros tiveram o parentesco apenas presumido, sujeito à confirmação, pois ou tinham existência ignorada pelo testador ou seus elos parentais não se encontravam oficialmente estabelecidos. Dentre os parentes consanguíneos reconhecidos, encontravam-se os meio-irmãos minhotos Mariana Lopes, moradora em Lanhoso, e Manoel Pinheiro de Araújo, residente na rua de Maximinos em Braga, que receberam respectivamente cento e cinquenta (150\$000 rs.) e cem mil réis (100\$000 rs.); um sobrinho, Frutuoso Lopes, procurador do tio em Lisboa na diligência relativa à obtenção do Hábito de Cristo, auferiu setecentos mil réis (700\$000 rs.); outras duas pessoas, Serafina Lopes, moradora em Braga, e José Pinheiro, soldado que habitava junto à casa do capitão-mor, diziam ser parentes e receberam cinquenta (50\$000 rs.) e trinta mil réis (30\$000 rs.) respectivamente. O grosso desse legado consumiu-se no repasse de seis mil

cruzados (2:400\$000 rs.), a serem repartidos “pelos meus parentes pobres e pelos de minha mulher ou que estiverem em opinião de parentes, sendo pobres”. A esmola particular a ser concedida a cada um ficava a cargo do testamenteiro, devendo, contudo, informar-se com os párocos das freguesias onde os supostos parentes residissem sobre a procedência dos vínculos parentais alegados, exigindo dos mesmos a apresentação de recibos, que atestassem “ser o sobredito fuão daquela família ou estar em opinião de parente dela”.¹⁰⁵⁹

Além dos consanguíneos, também foi agraciada a parentela contraída. O irmão de criação, José Pereira, filho legítimo dos pais adotivos de Henrique Lopes, foi lembrado com cem mil réis (100\$000 rs.). À cunhada, Feliciano Jorge, residente em Alhandra, deixaram-se cento e cinquenta mil réis (150\$000 rs.). Dois afilhados, José Caeiro e dona Maria Manoela, respectivamente filho e neta do cunhado Paulo Caeiro, ambos residentes no Rio de Janeiro, auferiram duzentos mil réis (200\$000 rs.) cada. Os dois únicos legados a pessoas habitantes em Minas Gerais consistiram na doação de duzentos mil réis (200\$000 rs.) à filha do capitão Manoel de Oliveira, morador no pé do Morro do Salto de Ribeirão Abaixo, “para ajuda do seu dote ou de casada ou de religiosa”; e na vultosa esmola de quatrocentos mil réis (400\$000 rs.) acrescida de um escravo, deixada ao mulato ou pardo Bernardo, escravo alforriado pelo capitão-mor, criado em sua casa, “que batizei como meu filho”, a quem o testador favorecia “pelo amor que lhe tinha”.

Sem dúvida, o tratamento especial dado ao forro Bernardo e a importância do legado a ele destinado constituem o mais intrigante dado familiar de Henrique Lopes. Filho da escrava Mariana, pertencente ao capitão-mor, Bernardo nasceu em 1713, como vimos no capítulo 14, desprovido de paternidade acusada, mas tendo sido apadrinhado pelo capitão Mathias Barbosa da Silva e por José Caeiro da Silva, afilhado de Henrique Lopes e filho de Paulo Caeiro, cunhado do capitão-mor. Os padrinhos brancos e livres indicam que o rebento escravo era filho negligenciado do pai senhorial.¹⁰⁶⁰ Bernardo foi, de fato, o único descendente vivo deixado por Henrique Lopes. Outro menino, de nome João, também seu filho ilegítimo com uma escrava, não sabemos se a mesma, faleceu em 1729.¹⁰⁶¹

Todavia, apesar de tê-lo alforriado e lhe concedido certo pecúlio, a verdade é

¹⁰⁵⁹ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 18-18v.

¹⁰⁶⁰ ACC, AEPAD. Documentos Diversos e Registros Paroquiais. Registro de Batismo, v. 456, fl. 16.

¹⁰⁶¹ ACC, AEPAD, Óbitos 1713-1849, v. 491; e Óbitos e Testamentos 1727-1753, v. 5.

que Bernardo, então com vinte anos de idade, não fora reconhecido por filho de Henrique Lopes. No testamento, o testador declarou que jamais

tive algum filho que possa ser meu herdeiro necessário nem tão pouco [...] algum natural que possa ou deva por direito chamar-se herdeiro meu e assim fica-me livre o poder testar de meus bens a meu arbítrio usando da mesma faculdade; nomeio e instituo a minha alma por minha universal herdeira de todos os meus bens, assim de raiz como moveis e semoventes direitos e ações, dívidas e tudo o mais que me pertença ou haja de pertencer.¹⁰⁶²

Bernardo não pôde usufruir da condição de herdeiro, direito que só teria lugar na hipótese de que o pai lhe houvesse legitimado a origem.

Alexandre Daves constatou inúmeros casos semelhantes nos testamentos de Sabará, de senhores que renegaram a legitimação de filhos seus com mães escravas. Segundo o autor, essa omissão, considerada pecaminosa mesmo no ocultamento de filiação espúria, advinha do fato de que muitos testadores preferiam empregar sua herança na remissão espiritual, cientes de que “o valor da missa para a alma no Além contava mais do que um ato de honestidade aqui na Terra”. Vale acrescentar: ato de honestidade e altruísmo. Legitimar um filho significava alçá-lo à condição de herdeiro necessário, o que, em tese, proibia ao testador a instituição da própria alma por herdeira universal; e, por conseguinte, obrigava pelo menos um quarto do patrimônio disponível à partilha com a prole legitimada. Aceita essa perspectiva, teríamos que tais senhores omissos na legitimação de rebentos pensavam com exacerbado individualismo, inclusive na hora da morte, reproduzindo na economia da alma os valores egoístas da sociedade aquém-túmulo.¹⁰⁶³ E, se a omissão paterna tinha alguma justificativa entre os que tinham pouco a dividir, a envergadura patrimonial de Henrique Lopes não atenua ou abrandava seu apego excessivo ao próprio bem. Além do que, na mesma freguesia onde morava, não faltaram exemplos de senhores a assumir filiação natural contraída com escravas. Como vimos no capítulo anterior, entre 1713-33 quarenta e três crianças batizadas em Antônio Dias filhas de mães escravas foram assumidas por pais senhoriais. Em outros dezesseis casos, embora não assenhoreassem a figura materna, homens livres reconheceram a prole escrava.¹⁰⁶⁴ Com paternidade oficialmente ratificada, essas crianças mestiças tinham direito à parte da herança deixada pelo genitor. A transmissão patrimonial adquiriu tal vulto nas Minas a ponto de dom Lourenço de Almeida, ainda

¹⁰⁶² ANTT, Condes de Linhares, mc. 95/2, fl. 2v.

¹⁰⁶³ DAVES, A. P. *Vaidade das Vaidades...* p. 165.

¹⁰⁶⁴ ACC, AEPAD, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos, v. 456.

em 1722, propor veto à instituição de mulatos por herdeiros de pais brancos, a fim de impedir àquela gente o desfrute de “circunstância de riqueza”, com a qual “se fazem mais insolentes”, “inquietaos e revoltosos”.¹⁰⁶⁵ Mas a proposta discriminatória jamais foi acatada pelo rei.¹⁰⁶⁶

Consideradas em conjunto, as doações a particulares corresponderam a 47,1% do legado em dinheiro transmitido no testamento de Henrique Lopes. O testador deu preferência a parentes consanguíneos, agraciados com três contos, seiscentos e trinta mil réis (3:630\$000 rs.), cerca de 77% do montante gasto neste tipo de doação. O restante foi repassado à família contraída, com destaque para o irmão de criação, afilhados e familiares de sua esposa. Dentre os assistidos, apenas a filha órfã do capitão Manoel de Oliveira não possuía qualquer vínculo sócio parental com o testador.

A maioria dos parentes lembrados, consanguíneos ou não, viviam em Portugal, especialmente no Minho, terra natal do testador. Tendência idêntica foi observada por Alexandre Daves nos testamentos do Rio das Velhas. Lá, o legado deixado a parentes em geral, reinóis em particular, suplantou todos os outros tipos de doação individual, superando inclusive a herança transmitida a vizinhos, amigos ou demais habitantes de Minas Gerais. Tais dados sugerem que as raízes familiares e os vínculos afetivos de testadores reinóis, grande parte dos quais minhotos emigrados para as Minas, encontravam-se ainda fortemente ligados à terra natal. Isso torna mais complexa e vívida a personalidade desses pioneiros, sem dúvida arrivistas dispostos a ganhar a vida longe de casa e a reinventar, se preciso, as próprias origens, mas não a ponto de esquecer-las ou de renegá-las intimamente.¹⁰⁶⁷

Pode parecer surpreendente que Henrique Lopes aplicasse parte significativa de seu legado em prol de familiares plebeus, cujos vínculos lhe haviam sido, na verdade, um estorvo ou mesmo uma mácula, a dificultar-lhe o atendimento de requisitos biográficos requeridos e a vedar-lhe o acesso a postos e a condições sociais almejadas. Como vimos no capítulo referente à sua nobilitação como cavaleiro da Ordem de Cristo, a contradição entre os valores sociais de Antigo Regime e a vida efetivamente vivida

¹⁰⁶⁵ *RAPM*, v. 31, 1980, p. p. 73-272.

¹⁰⁶⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 58.

¹⁰⁶⁷ SOUZA, L. M. “Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII”. *O Sol e a Sombra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 159. Para a autora, o arrivismo desenraizado dos primeiros colonizadores de Minas Gerais ajudou a constituir a tipologia social diferenciada das Minas, especialmente de sua primeira elite política e econômica, distante dos padrões tradicionais de nobreza estamental vigentes em Portugal e nas capitanias litorâneas do Brasil.

por aquele plebeu enjeitado, de origem sacrílega, criado de servir, degredado, taverneiro e açougueiro, foi sempre percebida, interiorizada e, se possível, contornada pela personagem. A fraude verificada no registro de seu casamento em Alhandra, que atribuiu-lhe origem familiar legítima e omitiu tanto a paternidade espúria quanto o enjeitamento, ilustra a disposição com que Henrique Lopes forjou para si uma memória e uma origem falsificadas, atentas aos estereótipos e aos preconceitos de sua época. Esse processo de olvidamento de sua história pessoal plebeia manifestou-se inclusive no testamento, documento que tratou de mitigar a identidade sacerdotal do pai, deliberadamente escamoteada. A artimanha de mencionar o nome paterno sem imputar-lhe o emprego clerical e de deixar legado espiritual pela alma do sacerdote sem qualificá-lo como genitor constituiu expressão dramática e comovente de seus conflitos pessoais relativos ao assunto.

Entretanto, embora tivesse reinventado ou manipulado a própria memória em função de interesses promovidos pelo ideário de Antigo Regime, o plebeu desajustado às exigências do século não parece ter rejeitado, em seu íntimo, suas próprias experiências de vida. Ao contrário, seu testamento demonstra que estimou-as bastante. Dedicou legados pios às almas dos familiares de criação, à mãe que jamais conheceu e também, mesmo que veladamente, ao pai biológico. Lembrou dos meio-irmãos e dos parentes de sua esposa. Retribuiu às instituições que haviam-no auxiliado em momentos difíceis, como as Misericórdias de Braga e de Alhandra. A partir do exemplo de Henrique Lopes, poderíamos propor que representações caras à sociedade de Antigo Regime, instituídas na confluência entre nobreza e monarquia lusitanas, não podiam dar conta da complexidade cultural, social e afetiva que informava a memória social plebeia.

É preciso lembrar que, embora houvesse enriquecido e se enobrecido, transitando para a outra margem da sociedade, Henrique Lopes vivera boa parte da vida em meios plebeus portugueses. Sua primeira formação social, cultural e política fora consolidada junto a trabalhadores braçais, sobre os quais pesavam os estigmas e as obrigações opressores da sociedade de Antigo Regime. Sua trajetória irrequieta, a circular de um ponto ao outro do reino, resultara em parte das restrições impostas aos camponeses minhotos e das resistências e oportunidades que os mesmos forjaram para si próprios. Se houve uma cultura popular ou plebeia nos interstícios da sociedade lusitana, Henrique Lopes criou-se nela. E o que valeu para nossa personagem também

se aplicou a boa parte dos reinóis e forasteiros que viriam a formar a fatia branca e livre da sociedade mineradora. Donald Ramos chamou atenção para o fato de que, nas Minas setecentistas, entrecruzaram-se culturas e visões de mundo africanas combinadas a tradições plebeias portuguesas, a constituir uma cultura popular que tendeu a suplantar as barreiras de classe, aproximando senhores, muitos deles oriundos de meios sociais plebeus, a seus escravos. Não obstante o autor tenha considerado essa aproximação cultural sobretudo no plano da religiosidade popular, é possível estender a sua hipótese para outros aspectos da vivência social.¹⁰⁶⁸

Nessa análise do testamento de Henrique Lopes, omitimos os trechos em que o senhor fez referência a seus cativos. Ponto decisivo da história que estamos a deslindar, a determinação senhorial a respeito desses trabalhadores escravizados viria a confirmar o complexo universo de trocas e de correspondências sociais que informou a relação entre Henrique Lopes e seu plantel. Marcada por violência e por todos os outros mecanismos mais ou menos sutis de controle e opressão, conformadores gerais do escravismo praticado na colônia, a dominação senhorial imposta por aquele ex-plebeu e as resistências articuladas por seus escravos produziram, naquele contexto, um resultado peculiar, de consequências importantes para os indivíduos envolvidos e, como se verá, para a história dos escravos de Antônio Dias e de Vila Rica.

¹⁰⁶⁸ RAMOS, D. “A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão” In: SILVA, M. B. N. da, *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 142-162.

PARTE IV
O PALÁCIO E O MITO (1733-1825)

Cap. 16 – O legado: interesses e conflitos na transmissão patrimonial do Palácio Velho (1733-1740).

Em Vila Rica existia um homem laborioso, chamado Henrique Lopes de Araújo, sem aspirações e cheio de préstimo, que só por tais qualidades seria digno da maior benemerência entre os seus conterrâneos, dada a época, em que predominava a mais descomedida ambição e utilitarismo.

Feu de Carvalho, 1924.

Henrique Lopes faleceu no dia 11 de julho de 1733.¹⁰⁶⁹ Dois meses depois, o mestre de campo Mathias Barbosa da Silva, testamenteiro, averbou oficialmente em tabelionato de notas o legado deixado à câmara de Vila Rica, que incluía o Palácio de residência do governador, junto dele as casas de morada de Henrique Lopes e a lavra de ouro existente nessa propriedade. A verba tinha transcrição de trechos pertinentes do testamento e foi depois incorporada ao arquivo da câmara, onde sobreviveu na documentação avulsa.¹⁰⁷⁰ O testador prescrevera que, depois de seu falecimento, a câmara logo poderia tomar “posse de tudo para o reconhecerem como seu”. Porém, o Palácio deveria permanecer disponível ao Conde das Galveas enquanto o mesmo estivesse no governo da capitania. E a residência do capitão-mor, a lavra de ouro e as senzalas nela situadas reservavam-se à administração do testamenteiro por período de um ano, dentro do qual os escravos do finado teriam direito a assistir e minerar na propriedade, como faziam até a morte do senhor. Nesse período, à espera de serem vendidos ou dispostos, os escravos trabalhariam sob a tutela de Mathias Barbosa, pagando-lhe jornais que, ao final de doze meses, deveriam ser repassados à câmara de Vila Rica como parte do legado. O testador advertira ainda que a câmara estava obrigada a respeitar a administração do testamenteiro e “dentro do dito ano lhe não impedirá o livre uso da lavra para os meus escravos e o das casas para eles e quem os administrar na mesma forma que eu estou de tudo usando”.¹⁰⁷¹ Portanto, segundo as

¹⁰⁶⁹ ACC, AEPAD, Óbitos, 1713-1849, v. 491.

¹⁰⁷⁰ SOLICITAÇÃO de certidão de herança de Henrique Lopes de Araújo, onde é declarado que, após a sua morte, seus escravos terão cartas de alforria e livre acesso às suas casas e lavras. 18 de setembro de 1733. APM, CMOP, cx. 05, doc. 10. Significativamente, o descritor desse documento transmite ideia errônea sobre seu conteúdo. Na realidade, os escravos não obtiveram cartas de alforria concedidas na certidão, à exceção de uma única escrava. Tal equívoco pode ter sido decorrente do fato de que o documento realiza transcrição parcial do testamento de Henrique Lopes, contendo apenas trechos esparsos do texto principal, o que pode ter induzido à interpretação errônea. Registre-se, todavia, que a imputação de alforria coletiva permite traçar paralelo com a narrativa mítica de Chico Rei, paralelo que talvez tenha induzido ao engano...

¹⁰⁷¹ TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. ANTT, Conde de Linhares, mc. 95/2, fl.

cláusulas testamentárias, na melhor das hipóteses o senado ouro-pretano só teria pleno direito à totalidade do legado a partir de julho de 1734, quando se encerrava o asilo concedido aos escravos, e supondo-se que, até lá, o governador houvesse arranjado nova morada, tornando vago o Palácio.

Mas o interesse dos vereadores não se dispôs à espera. Na missa de oitavo dia, enquanto cinquenta padres rezavam na matriz de Antônio Dias ofício divino pela alma do falecido, recebendo cada qual meia pataca de ouro, os camaristas decidiram prover as verbas do novo patrimônio, tarefa incumbida ao procurador.¹⁰⁷² Três meses depois, travaram o primeiro contato, colocando em praça o conserto da ponte e das calçadas próximas e também do próprio Palácio.¹⁰⁷³ A empreita, que incluía ainda o conserto da cadeia, foi arrematada por João Domingues da Veiga ao valor 941\$327 réis. Isoladamente, a obra no Palácio custou aos cofres do senado 460\$000 réis, quase meio conto de réis, valor que os camaristas pretendiam reaver quando o legado passasse às mãos do conselho.¹⁰⁷⁴ A descrição dos reparos requeridos na edificação permite supor que a mesma encontrava-se bastante danificada, muito embora sua vida útil mal tivesse completado quinze anos. O empreiteiro devia consertar “portas, janelas, soalhos, paredes, reboque, calçada e tudo mais que necessário era, fazendo tudo de madeira nova”.¹⁰⁷⁵

Em princípios de novembro, sentem-se os primeiros indícios de que os vereadores não eram os únicos interessados. João Rodrigues Chaves, residente na rua que, da Matriz de Antônio Dias, dobrava em direitura ao Palácio até o córrego, do outro lado do qual se divisavam as propriedades deixadas à câmara – um vizinho, portanto¹⁰⁷⁶ – talvez ambicioso do que havia ao lado e aproveitando-se do meio tempo transitório em que a propriedade limítrofe trocava de mãos, erigiu construção à margem do córrego d’água, provavelmente interessado na sua exploração aurífera. Um acórdão da câmara mandou notificar o construtor indesejado, advertindo-o “para que não faça obra alguma na paragem do legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo a este senado,

29v.

¹⁰⁷² APM, CMOP 28, p. 916.

¹⁰⁷³ VEEAÇÃO de 24 e de 31 de outubro de 1733. APM, CMOP 28, p. 937-38.

¹⁰⁷⁴ VEEAÇÃO de 30 de dezembro de 1733. APM, CMOP 28, p. 961-62.

¹⁰⁷⁵ TERMO de arrematação que faz João Domingues Veiga das obras da cadeia, concertos de calçada e concertos do Palácio do Governador, cuja obra e concertos arrematou para os fazer por novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete mil réis. 25 de nov. 1733. APM, CMOP 30, p. 277.

¹⁰⁷⁶ SOLICITAÇÃO de aforamento de terras para construção de casas. Vila Rica, 04 de maio de 1748. APM, CMOP, cx. 21, doc. 6.

com pena de se lhe demolir ou ficar para o mesmo senado”.¹⁰⁷⁷ A notificação proibia-o “concluísse com umas casas cujas ia fazendo [ao lado] do corgo que foi do defunto Henrique Lopes”.¹⁰⁷⁸

Incômodo gerado por vizinhos e/ou pressão de outra natureza podem ter precipitado ação mais efetiva por parte dos camaristas. Em vereação realizada na manhã de 25 de novembro, decidiram tomar posse oficial do legado. O cerimonial que marcou tal solenidade merece registro à parte. Juiz ordinário, vereadores, procurador e escrivão se dirigiram “às lavras, Palácio, casas e mais pertences” e, “pondo as mãos nas janelas das mesmas casas, passeando nelas, deitando terra para o ar nas ditas lavras”, efetuaram o ritual de praxe. O escrivão “em vós alta e inteligível disse por algumas vezes se havia alguma pessoa que tivesse algum embargo à posse que do dito legado dava”; não obtendo resposta, lavrou o termo de posse.¹⁰⁷⁹ Em seguida, procedeu-se ao inventário dos bens móveis existentes no “Palácio onde assiste o Exmo. Conde das Galveas” – prova de que, àquela altura, o governador ainda não havia deixado as dependências da propriedade. Não houve menção específica à casa de morada de Henrique Lopes, mas é provável que a posse a contemplasse também. Os bens móveis virtualmente existentes na edificação já haviam sido designados no testamento e não pertenciam à câmara.¹⁰⁸⁰

A partir desse momento, o legado tornou-se oficialmente patrimônio administrado pela câmara. No entanto, havia ambiguidade latente. Nem o Palácio perdera seu ilustre morador, nem o intervalo de doze meses contados a partir do falecimento se cumprira. Embora o conselho municipal ostentasse a posse formal do terreno, na prática persistia situação de partilha, envolvendo de um lado o testamenteiro Mathias Barbosa, administrador dos escravos de Henrique Lopes, que tinham livre acesso às casas e lavras do finado, e, de outro, o próprio governador, a ocupar o Palácio.

Contudo, em março de 1734, decorridos apenas oito meses da morte do legatário, os camaristas ajustaram pôr em praça o arrendamento das “lavras de Henrique Lopes”.¹⁰⁸¹ Recebendo “vários lances”, o pregão terminou, dois meses depois, arrematado por Manoel Dias da Costa ao preço de dezoito libras de ouro, à cota de mil e

¹⁰⁷⁷ VEREAÇÃO de 4 de novembro de 1733. APM, CMOP 28, p. 945.

¹⁰⁷⁸ NOTIFICAÇÃO enviada a João Rodrigues Chaves, sobre a construção de casas próximas ao córrego. Vila Rica, 21 de novembro de 1733. APM, CMOP cx. 05, doc. 33.

¹⁰⁷⁹ AUTO de posse das lavras, palácio, casas e mais pertences, tudo do legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo ao Senado da Câmara desta Vila. APM, CMOP 28, p. 948-49.

¹⁰⁸⁰ TERMO de inventário dos bens móveis pertencentes ao legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo ao senado da câmara desta vila. APM, CMOP 28, p.. 950-53.

¹⁰⁸¹ VEREAÇÃO de 13 de março de 1734. APM, CMOP 28, p. 998.

duzentos réis a oitava, e previsão de uso das lavras por três anos consecutivos, estipulando-se o pagamento de seis libras a cada doze meses. Além do usufruto minerário, o arremate também incluía as “casas, senzalas e suas pertencas”, referentes à residência de Henrique Lopes, mas não dizia respeito ao Palácio, ainda habitado pelo Conde das Galveas.¹⁰⁸² Cada libra equivalia a cento e vinte oito oitavas de ouro.¹⁰⁸³ Portanto, dezoito libras correspondiam a dois contos, setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos réis (2:764\$800 rs.), parcelados em três pagamentos anuais de novecentos e vinte um mil e seiscentos réis (921\$600 rs.) – montante considerável que comprova expectativa de alta lucratividade na exploração da propriedade. É importante frisar a menção feita à existência de outros lances, teoricamente inferiores ao valor proposto pelo arrematante. Embora não tenham sido identificados os nomes de lançadores e tampouco os valores oferecidos, o pregão despertou ambições que, futuramente, viriam à tona. O arremate teve outra peculiaridade. Manoel Dias da Costa apresentou como fiadores José Coelho de Barros e João Lopes Ferreira, que garantiram “por suas pessoas e bens” a liquidez do negócio.¹⁰⁸⁴ O arrendador e os dois fiadores travaram ali seu primeiro contato com as lavras administradas pela câmara, vínculo que tornariam a repetir adiante.

Ratificado a 21 de maio de 1734, o arrendamento supunha a liberalização da propriedade e a sua disponibilidade ao explorador, o que só poderia ter lugar com a saída dos escravos de Henrique Lopes sob a administração do testamenteiro e a desocupação do imóvel. Se isso ocorreu anteriormente ao pregão, o período de permanência dos mesmos foi abreviado em pelo menos cinquenta dias, descumprindo-se a cláusula testamentária que lhes garantia assistência nas casas, senzalas e lavras até

¹⁰⁸² TERMO de Arrematação que faz Manoel Dias da Costa da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo, que administra o senado, que rematou por dezoito libras de ouro de 1.200 a oitava. 14 de maio de 1734. APM, CMOP 30, p. 321-23.

¹⁰⁸³ Também chamada de arrátel, a libra portuguesa era medida de peso (não confundir com a libra esterlina, moeda inglesa) imediatamente inferior à arroba, que lhe superava trinta e duas vezes; ou seja, uma arroba equivalia a trinta e duas libras. Como a medida de peso preferencialmente usada nas Minas era a oitava de ouro (3,6 gramas, aproximadamente), costumava-se traduzir as demais medidas por sua correspondência em oitavas. Nesse caso, por extensão, a cotação em dinheiro (mil-réis) concedida à oitava determinava o valor das demais medidas auríferas. Quanto à libra portuguesa, ver a Tabela de Pesos e Medidas elaborada por Haroldo Carvalho de Castro. ADIM, v. 3, p. 476. Sobre a libra esterlina e sua correspondência em mil-réis no século XVIII, ver CARRARA, A. A. “Para uma história dos preços do período colonial: questões de método” *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008, p.163-194. Agradeço ao autor o repasse de seu artigo e as informações adicionais que me transmitiu sobre o assunto.

¹⁰⁸⁴ TERMO de fiança que dá Manoel Dias da Costa a dezoito libras de ouro, preço por que arrematou a lavra de Henrique Lopes de que é administradora a câmara desta Vila, que a dinheiro importa em cada um ano 921\$600. 21 de maio de 1734. AMP, CMOP 30, p. 324-25.

11 de julho, quando se completava a anuidade do falecimento.

Afinal, em que consistiu essa cláusula testamentária? Por que o testador optou por prescrevê-la? O que representava para os sujeitos envolvidos, especialmente para os escravos? Sem dúvida, o fato de Henrique Lopes de Araújo ter instituído a alma por herdeira universal, ao não possuir filhos legítimos ou familiares que tivessem parte obrigatória em seus bens, facilitou a inclusão de cláusulas que satisfizessem exclusivamente à sua vontade, podendo dispor da integralidade de seu patrimônio da forma como bem entendesse. Porém, constatar que tal disposição testamentária obedeceu ao livre juízo do testador não responde à questão dos propósitos que a teriam motivado.

A hipótese explicativa mais promissora seria a de que, ao garantir temporariamente o “livre uso” da lavra e das casas para seus escravos, Henrique Lopes objetivava agraciá-los ou fomentá-los materialmente, permitindo-lhes auferir dividendos ou vantagens que de outra forma não obteriam. Embora não faça menção explícita desse intuito, o testamento forneceu indício esclarecedor. No princípio do segundo codicilo, o testador escreveu que concedia, *post-mortem*, alforria gratuita e imediata à africana Simoa, São Tomé, pelos bons serviços prestados ao senhor. A escrava foi a única peça do plantel alforriada em testamento.¹⁰⁸⁵ No entanto, a seguir, no mesmo segundo codicilo, ao inserir a cláusula de permanência dos escravos em suas casas, lavras e senzalas após a sua morte, Henrique Lopes mudou de parecer quanto à cativa que acabara de manumitir:

dentro do espaço deste ano depois da minha morte assistirá também a minha escrava Simoa a administração dos ditos meus escravos e bens, assistindo nas mesmas casas como até agora enquanto se conservarem dentro do dito ano e passado ele o meu testamenteiro lhe passará logo a sua carta de alforria, porque debaixo desta condição e nesta forma e para o dito tempo é que a manumisso sem embargo da generalidade com que acima gratuitamente a declarava por forra, pois na forma que agora ultimamente exprimo é que quero que seja.¹⁰⁸⁶

Ora, há duas explicações antagônicas para o caso acima. Ou o senhor se arrependera da liberdade gratuita e imediata concedida à escrava responsável por “bons serviços que me fez, e muita fidelidade, com que sempre tratou de mim e da minha casa”, e obrigara-a a permanecer mais doze meses sob o jugo da escravidão;¹⁰⁸⁷ ou, ao contrário, a decisão de não alforriá-la àquele momento e de mantê-la “nas mesmas casas

¹⁰⁸⁵ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 18v.

¹⁰⁸⁶ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 29v.-30.

¹⁰⁸⁷ ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 18v.

como até agora” por mais um ano, em período no qual os escravos do falecido teriam livre acesso à lavra, representou procedimento vantajoso para Simoa, talvez desejado pela própria. O testamento sugeriu, inclusive, embora não de forma categórica, que Simoa devesse “assistir” à “administração” dos escravos e dos bens – quem sabe, como auxiliar do testamenteiro – tarefa para a qual parecia preparada, quando “sempre” houvera se notabilizado no *trato* da “casa” de seu senhor, como reconheceu o próprio.¹⁰⁸⁸ Optando-se por essa explicação, ganha força a hipótese de que a cláusula testamental representasse algo benéfico ao plantel escravista, o que teria levado o testador a postergar a manumissão de Simoa, possibilitando que a mesma gozasse de condição idêntica à dos demais escravos e, dessa forma, usufruísse dos frutos que viriam a seguir.

É certo que os escravos permaneceram sob a tutela de Mathias Barbosa da Silva ou de feitor escolhido por ele, a quem deveriam pagar jornais diários ou semanais.¹⁰⁸⁹ Nesse caso, estava vedado ao testamenteiro usurpar para si o rendimento auferido pelos cativos que administrava. Tal rendimento deveria ser juntado ao inventário e transmitido ao final do primeiro ano *post-mortem* à câmara de Vila Rica.¹⁰⁹⁰ Isso diferenciava,

¹⁰⁸⁸ A origem São Tomé da escrava é indício de que Simoa pertencesse a Henrique Lopes de Araújo desde longa data, tendo sido possivelmente adquirida no período em que o senhor ainda residia no Rio de Janeiro, antes de sua passagem às Minas, em fins do século XVII ou princípios do XVIII. Como se sabe, o porto carioca notabilizava-se por receber africanos originários predominantemente da África Centro-Occidental, incluindo as ilhas atlânticas.

¹⁰⁸⁹ Dentre as incumbências do testamenteiro, constava “também [o] poder para depois de minha morte nomear um ou dois homens inteligentes e fiéis e da sua aprovação para tratarem das minhas cobranças e administrarem os meus escravos e bens enquanto se não venderem e pela dita administração e trabalho e diligência lhe poderá arbitrar o dito meu testamenteiro o que lhe parecer de salário, por dia, mês ou ano, sem dependência alguma do juiz da conta, e com recibo dos ditos homens nomeados para a feitorização administração dos ditos bens ou cobranças se lhe levará em conta”. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 19v. No século XVIII, atribuem-se dois significados à palavra “jornal”: “1. Valor predefinido que o escravo dedicado a atividades que importem algum rendimento, como comércio e serviços urbanos, deve garantir ao seu proprietário, diária ou semanalmente. 2. Quantia paga por um dia de trabalho.” *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1999, v. 2, p. 104.

¹⁰⁹⁰ O texto testamental ocorre assim: “Declaro que eu tenho deixado como com efeito deixo as minhas casas em que vive o excelentíssimo governador Conde das Galveas, e as em que eu vivo com a lavra e tudo o mais de muros para dentro e de muros para fora até a ponte de que estou de posse à Câmara desta Vila substituindo outros legatários como novamente substituo com declaração porém que suposto quero que logo a dita Câmara tome posse de tudo para o reconhecerem como seu; é também minha última vontade que do Palácio com tudo o que está nele de trastes e armações que me pertençam se sirva o dito governador excelentíssimo governador enquanto aqui estiver, e que das casas em que eu moro use meu testamenteiro por tempo de um ano, e juntamente das lavras, para nelas assistirem e minerarem os meus escravos todos como em minha vida o faziam até se irem vendendo ou dispondo dentro do dito ano, e dos jornais [que] tirarem mandará tomar conta o meu testamenteiro para no cabo do ano, tiradas as despesas, os acrescentar ao inventário e passado o ano entregará meu testamenteiro inteiramente tudo o que compreende este legado na forma que fica declarado à dita câmara, e esta dentro do dito ano lhe não impedirá o livre uso da lavra para os meus escravos e o das casas para eles e quem os administrar na mesma forma que eu estou de tudo usando.” ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 29-29v.

portanto, o administrador da condição clássica de senhor de escravos, pois não tinha direito a apropriar-se do produto extraído pelos cativos que tutelava.¹⁰⁹¹ Os excedentes pertenciam virtualmente a um segundo “senhor”, ausente, a câmara, que, no entanto, prescindia de qualquer poder de mando ou de coerção sobre os escravos e, por isso, encontrava-se à mercê do que esses, juntamente com o testamenteiro, quisessem lhe transmitir. Como se vê, a tradicional relação senhor-escravo adquiriu característica absolutamente extraordinária. A ausência da figura senhorial, sempre potencialmente coerciva, era uma benesse evidente, a tornar o “livre uso” das lavras algo vantajoso para os escravos que ali trabalhassem. Noutras palavras, submetidos momentaneamente a uma nova situação de dominação, mais frouxa que a habitual, os trabalhadores haveriam de tirar proveito. Que esse proveito fosse de ordem material claro está, sobretudo ao tratar-se de propriedade sabidamente rentável. Mas é possível que outros benefícios estivessem em jogo, como veremos.

E por que Henrique Lopes teria concedido tal benefício a seus escravos? A determinação testamental de Henrique Lopes e o que sucedeu à lavra de ouro do Palácio foram, até onde sabemos, fatos extraordinários, sem paralelo nos quadros da história colonial mineira, e, portanto, dificilmente poderiam ser compreendidos sob viés serial ou estatístico. Isso não significa, entretanto, que estivessem alheios a condicionantes históricas mais gerais, a influenciar nas relações sociais. Há diversos fatores a considerar. Inserida em testamento, a boa obra do moribundo podia auxiliá-lo no além, na remissão de seus pecados, livrando-o do fogo do purgatório e alçando-o ao reino celestial. Além do mote religioso, a proximidade da morte também propiciava oportunidade para o acerto de contas do senhor com seus escravos. Como se sabe, foram muito comuns em testamentos senhoriais concessões de alforrias e de outras benesses a escravos que houvessem obtido a “gratidão” ou o “afeto” de seus proprietários por “bons serviços prestados”.¹⁰⁹² Por vezes, a retribuição podia consistir em pequenos legados materiais, recursos financeiros ou bens de toda espécie.¹⁰⁹³ Não houve, é certo, uma regra ou padrão regulador para as diversas “estratégias” ou “negociações” que

¹⁰⁹¹ A única retribuição pecuniária a ser percebida pelo testamenteiro correspondia a quinze por cento do montante que o mesmo apurasse no inventário de Henrique Lopes. ANTT, Condes de Linhares, mç. 95/2, fl. 21v.

¹⁰⁹² PAIVA, E. F. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 34.

¹⁰⁹³ PAIVA, E. F. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial” *Revista de História*, v. 133, 1995, p. 51.

pautaram o domínio senhorial e as resistências escravas.¹⁰⁹⁴ A única lógica sistêmica parece ter sido a de que, ao patrocinar prêmios ou mecanismos de libertação aos escravos, prática consolidada ao longo do século XVIII, o escravismo colonial na América Portuguesa garantiu a reprodutibilidade do tráfico atlântico e da própria sociedade escravista.¹⁰⁹⁵ Sabe-se, ao mesmo tempo, que as Minas ofertaram condições propícias nesse sentido. Aliado às alforrias gratuitas ou condicionais, o fenômeno da coartação, muito característico da região mineradora, possibilitou que um número expressivo de escravos (sobretudo escravas) deixasse o cativeiro.¹⁰⁹⁶

Porém, embora ajudem a esclarecer certos aspectos do problema, os elementos estruturais do escravismo no Brasil e nas Minas respondem apenas parcialmente à questão proposta acima. Por que o senhor teria concedido o usufruto da mais rica de ouro de Vila Rica em prol de seus escravos? Ou, mais propriamente, a mesma dúvida poderia ser formulada sob outro ponto de vista: como ou de que maneira os escravos teriam garantido para si um benefício dessa natureza?

Infelizmente, não há dados documentais sobre a administração empreendida por Mathias Barbosa no período de dez meses intercalados entre a morte de Henrique Lopes, em julho de 1733, e o primeiro arrendamento da lavra, em maio de 1734.¹⁰⁹⁷ Sabe-se que o testamenteiro visitou a propriedade em março de 1734, quando foi chamado à “casa” do Conde das Galveas, para uma junta a respeito dos quintos.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹⁴ Cf. MATTOSO, K. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 198. REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. “Introdução – uma história de liberdade”, *Liberdade por um fio: uma história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 9-25. Em relação às Minas, cf. PAIVA, E. F. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. GONÇALVES, A. L. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011; LIMA, D. *A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2014.

¹⁰⁹⁵ MARQUESE, R. B. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos*, v. 74, 2006, p. 107-123.

¹⁰⁹⁶ Dentre as 1152 alforrias estudadas por Marcos Magalhães de Aguiar, expedidas no termo de Vila Rica entre 1758-99, cerca de 28,5% (328 registros) resultaram de processos de coartação. Cf. AGUIAR, M. M. de *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. São Paulo: FFLCH, USP, 1999. Tese de Doutorado, p. 20; ver ainda SOUZA, L. M. “Coartação – problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII” In: SILVA, M. B. N. (org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 275-295.

¹⁰⁹⁷ O único dado documental pertinente a que tive acesso diz respeito às remessas de quantias a Portugal, efetuadas pelo testamenteiro em 1738, “para dar cumprimento aos legados e capelas da testamentária de Henrique Lopes”. CARTA de Francisco Barbosa Rego para o Brigadeiro Domingos Teixeira de Andrade, Quinta da Cruz de Almada, 4 de outubro de 1749. ANTT, ACL, maço 56, doc. 29. Documento citado por PINTO, F. E. *Potentados e conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese de Doutorado, p. 237.

¹⁰⁹⁸ TERMO da junta que se fez para se escolher o meio mais conveniente para a cobrança dos quintos e

Da mesma forma, ignoram-se os destinos trilhados pelos setenta e oito escravos no decorrer desse período. Teriam sido vendidos? Alforriados?¹⁰⁹⁹ Coartados? O abreviamento do tempo previsto em testamento pode ter resultado, sem dúvida, do fato de que o testamenteiro houvesse se desfeito, àquela altura, da totalidade do plantel escravista, mediante venda ou outras transações. Não se deve excluir, todavia, a hipótese de que a cobiça de mineradores interessados e/ou pressões exercidas pela própria câmara de Vila Rica tenham acelerado a transferência da propriedade. Ao que tudo indica, a vontade do testador não foi cumprida inteiramente, coisa que, sendo incomum em testamentos senhoriais, estava longe de constituir-se em exceção à regra, quando se tratava de legados deixados em benefício de escravos. Por outro lado, é importante frisar que, na documentação da câmara, inexistia registro de pagamento ou de transferência de valor por parte do testamenteiro ao conselho municipal, lacuna indicativa de que os jornais amealhados no período jamais chegaram a ser repassados à câmara.

O arrematante, Manoel Dias da Costa, era homem de posses. Nas listas de pagamento dos quintos arrolou plantel de quarenta e um escravos em 1721, e de quarenta e dois, no ano seguinte, com propriedade situada no arraial de Itaubira, parte do Termo de Vila Rica.¹¹⁰⁰ Possuía bom relacionamento com os oficiais da câmara que serviram em 1734, pois além do arrendamento das lavras, teve seu nome indicado para Tesoureiro da Casa de Fundição, em lista elaborada a pedido do governador. Embora não tenha alcançado o posto, Dias da Costa incluía-se entre “os homens mais suficientes e abonados por suas posses e bens”, aptos ao desempenho da função.¹¹⁰¹ Posteriormente, na década de 1750, foi reconhecido como minerador “com grandes fábricas de minerar”. E no mesmo período atuava como homem de negócios, credor de “avultadas quantias” emprestadas a outros mineradores. Nesta condição, incluiu-se entre os que se queixaram ao rei por conta da chamada “lei da trintena”, de 1752, que proibia

se evitarem os descaminhos deles. Vila Rica, 24 de março de 1734. APM, SC 24, fl. 24.

¹⁰⁹⁹ Infelizmente, a documentação notarial cível relativa à Vila Rica na primeira metade do século XVIII, acervo onde se encontrariam registros das chamadas “cartas de alforria e liberdade” obtidas por escravos, em grande parte se perdeu. O Arquivo da Casa do Pilar possui um único livro, datado de 1724, no qual foram anotadas 21 alforrias. Após longo lapso temporal sem qualquer referência, esses registros cartoriais reaparecem a partir de 1748. Ao estudar os livros de notas de Vila Rica expedidos entre 1758 e 1799, Marcos Magalhães de Aguiar verificou a dispensa de 966 cartas de alforria, além dos assentos existentes isoladamente no livro de 1724. AGUIAR, M. M. de *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. São Paulo: FFLCH, USP, 1999. Tese de Doutorado, p. 7.

¹¹⁰⁰ APM, CMOP 11.

¹¹⁰¹ VERAÇÃO de 27 de dezembro de 1734. APM, CMOP 28, p. 1049-50. Agradeço a Luiz Alberto Ornellas Rezende a indicação desta referência documental.

a execução por dívida de mineradores com plantéis superiores a trinta escravos.¹¹⁰² Em 1756, morador na Freguesia de Antônio Dias, seu nome constava entre os homens mais ricos da capitania de Minas Gerais, conforme lista elaborada por Domingos Pinheiro.¹¹⁰³ Sabe-se ainda que, no triênio 1756-59, foi sócio de João de Souza Lisboa e de João de Sequeira no contrato dos dízimos da capitania de Minas Gerais, arrematado por duzentos e quatorze contos de réis, montante que, repartido entre os sócios, correspondeu à parcela individual de mais de setenta e um contos de réis.¹¹⁰⁴

Entre os anos de 1732-33, Manoel Dias da Costa desempenhara a função de escrivão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria, que viria a ser a principal confraria escrava de Vila Rica e uma das mais concorridas associações do gênero nas Minas setecentistas. Nesse período, o escrivão registrou receita anual em valor que superou a casa de um conto de réis (1:152\$320 rs.). Descontadas as despesas, o saldo líquido em poder do escrivão, entregue à Irmandade em outubro de 1733, foi de meio conto de réis (540\$445 rs.).¹¹⁰⁵ O fato de o primeiro arrendador da lavra de Henrique Lopes ter sido oficial da Mesa dessa irmandade é dado fundamental, como teremos oportunidade de avaliar, tanto para a história do Palácio Velho quanto para a do sodalício de escravos. Por ora, basta assinalar que esse registro comprova elo inicial entre irmandade e Palácio, espaços que viriam a ter longa e duradoura relação.

Quanto aos fiadores do arrendamento de 1734, José Coelho de Barros e João Lopes Ferreira, pouco se sabe além de informações esparsas.¹¹⁰⁶ Logo depois de auferirem a lavra de Henrique Lopes, ambos assinaram petição de mineradores do

¹¹⁰² AHU, MG, cx. 62, doc. 2.

¹¹⁰³ AHU, MG, cx. 70, doc. 41

¹¹⁰⁴ ARAÚJO, L. A. S. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado, p. 97.

¹¹⁰⁵ ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, v. 132, fl. 4v. Consultei esse livro a partir do original lotado na atual Igreja de Santa Efigênia, em Ouro Preto. Ali, aparece descrito como Livro 1º, “para se lançar receita e despesa”, de 1723 a 1798.

¹¹⁰⁶ José Coelho de Barros foi fiador do tesoureiro da câmara na ocasião de recebimento do cofre, no princípio da vereação de 1752. APM, CMOP cx. 27, doc. 01. Sabemos ainda que consumiu cerca de sessenta e quatro mil-réis numa loja de Vila Rica, em 1737-38. PEREIRA, A. M. *Um Mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-38)*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008, p. 143. João Lopes Ferreira serviu como almotacel na câmara de Vila Rica entre os meses de março e abril de 1734, dado sugestivo de que também tinha entrada junto aos oficiais que serviram neste ano. APM, CMOP 28, p. 990-991. Agradeço a Luiz Alberto Ornellas Rezende o repasse dessa referência documental. Em 1747, Lopes Ferreira encontrava-se em Lisboa, onde solicitou que o rei lhe concedesse alvará para servir como tabelião de notas na Vila do Carmo, então cidade de Mariana. AHU, MG, cx. 48, doc. 48; cx. 49, doc. 2.

morro de Vila Rica queixosos contra vendeiros e taberneiros que compravam couro bovino de marchantes para revendê-lo a preços exorbitantes em suas vendas e tabernas, onde também comerciavam bebidas e comidas aos escravos, gerando “gravíssimo prejuízo a todos os mineiros”. Os peticionários solicitaram e obtiveram da câmara a fixação de editais que proibiam a revenda de couro nesses estabelecimentos.¹¹⁰⁷ O uso de couro de boi é indício da técnica de mineração a talho aberto, que supunha por sua vez o emprego de mundéus, canoas e bolinetes. Tratavam-se, portanto, de mineradores dotados de onerosos serviços de minerar.¹¹⁰⁸ Na década seguinte, João Lopes Ferreira apareceria como “homem de negócio volante” ao solicitar a serventia do tabelionato de notas da Vila do Carmo.¹¹⁰⁹

O arrendamento tinha duração de três anos, estendendo-se até maio de 1737. Cumpridos os doze meses iniciais, os camaristas expediram notificação ao rendeiro, solicitando-lhe depositasse a primeira parcela de seis libras de ouro até fins de junho de 1735.¹¹¹⁰ Há registro de outros atrasos no pagamento de parcelas de rendas devidas ao senado, embora não se saiba se Manoel Dias da Costa estivesse entre os devedores.¹¹¹¹ Em março de 1736, lavrou-se arremate de outra parte do legado: “o quintal de Henrique Lopes” foi arrendado a João Monteiro da Silva, carcereiro da cadeia de Vila Rica, por período de um ano, ao preço, bastante modesto, de vinte mil réis.¹¹¹² José Coelho de Barros garantiu novamente a fiança.¹¹¹³ O quintal correspondia à parcela fundiária

¹¹⁰⁷ PETIÇÃO de João Lopes Ferreira e outros mineiros que usam couro na extração de ouro, solicitando para que sejam afixados editais impedindo que os proprietários de vendas e tabernas comprem couro dos mascates e os revendam a preços altos e forneçam bebida aos escravos. 2 de outubro de 1734. APM, CMOP cx. 7, doc. 28.

¹¹⁰⁸ O uso de couro de boi se dava principalmente nas canoas e bolinetes. Em geral, o serviço de apuração e lavagem de pequenas quantidades de cascalho aurífero era feito através da bateia de madeira. Porém, em grandes volumes de cascalho, optava-se por paíóis de lavagem, onde se apurava o ouro através de canoas e bolinetes. A canoa era de fácil construção: consistia em fosso retangular escavado na terra, com fundo inclinado, no qual eram colocados couros de boi ou tecidos felpudos de lã (as baetas). Podiam ser construídas em diversos locais, como na saída dos mundéus. Já os bolinetes tinham maior dimensão. Consistiam em grandes caixas de madeira grossa e resistente, capazes de permitir o trabalho de mais de um escravo em seu interior. Mediam entre um e meio e três metros de altura, por um metro de largura na cabeceira. Ver REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte: FFCH/UFGM, 2007. Dissertação de mestrado, p. 144-45.

¹¹⁰⁹ AHU, Minas Gerais, cx. 48, doc. 48, fl. 9.

¹¹¹⁰ VERAÇÃO de 21 de maio de 1735. APM, CMOP 28, p. 1106-07.

¹¹¹¹ VERAÇÃO de 3 de dezembro de 1735. APM, CMOP 36, p. 291-92.

¹¹¹² AUTO de arrematação e arrendamento do quintal das casas que ficaram do defunto Henrique Lopes de Araújo a João Monteiro da Silva, por tempo de um ano, por preço de vinte mil réis para pagar por seis meses. Vila Rica, 1º de março de 1736. APM, CMOP 30, p. 401. VERAÇÃO de 5 de março de 1736. APM, CMOP 36, p. 350-51.

¹¹¹³ TERMO de Fiança que dá João Monteiro da Silva a vinte mil réis, preço por que fez o arrendamento do quintal que ficou do defunto Henrique Lopes para pagar em seis meses. Vila Rica, 5 de março de

possivelmente desprovida de função extrativa, o que justificaria o tímido valor do arremate.

Em janeiro de 1737, efetuou-se enfim o primeiro arrendamento do “Palácio de Henrique Lopes”, concedido ao padre Mathias Gonçalves Neves pelo preço de cento e oitenta e um mil réis (181\$000 rs.). O arrematante tinha direito ao usufruto do imóvel até fins de dezembro daquele ano.¹¹¹⁴ Outra vez, José Coelho de Barros apresentou-se como fiador.¹¹¹⁵ Comparando-se os valores do arremate da lavra de Henrique Lopes ao do arrendamento do Palácio conclui-se que a primeira propriedade detinha atratividade econômica muito maior, decorrente de seu potencial minerador, ausente ou escasso no imóvel vizinho.

A partir desse registro, constata-se que o Palácio permaneceu à disposição do governador de Minas Gerais até fins de 1736. O mandato de Galveas se encerrara em março de 1735, substituído por Gomes Freire de Andrade. A 30 de agosto deste ano, o novo general informara ao rei encontrar-se desprovido de moradia em Vila Rica. A casa que Henrique Lopes “por empréstimo tinha oferecido a seus antecessores” não estava mais disponível, após a saída de Galveas. Por conta disso, Gomes Freire mudou-se para a antiga Casa de Fundação, situada no alto de Santa Quitéria, solicitando permissão de empreender “alguns consertos”, a fim de aperfeiçoá-la “para ele governador se poder por ora acomodar até resolução de V. Majestade”.¹¹¹⁶

O padre Mathias Gonçalves Neves desempenhava, desde 1732, a função de capelão dos presos da cadeia de Vila Rica, responsável por conduzir os ofícios divinos realizados na capela de Santa Rita, situada no interior da casa de detenção. Por tal, recebia ordenado anual de cento e cinquenta mil réis, pagos pela câmara. Assim como o carcereiro João Monteiro da Silva, era pessoa ligada à administração municipal e dela dependente.¹¹¹⁷

1736. APM, CMOP 30, p. 403-04.

¹¹¹⁴ AUTO de arrematação do rendimento do Palácio de Henrique Lopes por este ano até o fim de dezembro próximo que rematou o padre Mathias Gonçalves Neves por preço e quantia de 181\$000. Vila Rica, 30 de janeiro de 1737. APM, CMOP 30, p. 449.

¹¹¹⁵ TERMO de fiança que dá o Padre Mathias Gonçalves Neves a cento e oitenta e um mil réis preço por que arrendou o Palácio de Henrique Lopes – 181\$000. Vila Rica, 31 de janeiro de 1737. APM, CMOP 30, p. 451.

¹¹¹⁶ CONSULTA do Conselho sobre carta de Gomes Freire de Andrade, governador das Minas, [em que] dá conta de não terem os governadores daquela capitania casa para sua residência, e aponta ser conveniente assistir nas casas que foram da fundição, e vai a informação que se acusa. 24 de junho de 1738. AHU, MG, cx. 36, doc. 10.

¹¹¹⁷ SOLICITAÇÃO do herdeiro e testamenteiro do reverendo padre Mathias Gonçalves Neves, do pagamento de 118\$500 devido pela câmara. Vila Rica, 14 de novembro de 1742. CMOP Cx. 14 Doc. 20

Em maio de 1737, encerrou-se o contrato das lavras de Henrique Lopes. Em vereação de 25 deste mês, os vereadores entregaram o novo arremate sob o mesmo preço de dezoito libras de ouro por triênio a João Lopes Ferreira, que havia sido um dos fiadores do primeiro pregão.¹¹¹⁸ Entretanto, o termo de arrematação só foi lavrado dez dias depois e, diferentemente do sucedido em 1734, não apontou a existência de outros lances e sequer especificou a cotação da oitava a ser obedecida no cômputo das libras. Informou apenas que, tendo o pregão permanecido aberto “os mais dos dias da lei” sem a ocorrência de lance, ordenou-se ao porteiro da câmara, responsável pelo anúncio, recolocasse as lavras em praça, obtendo-se então uma única oferta vencedora. Exigiu-se que o arrendador, ao final do contrato, deixasse intactas todas as benfeitorias já erigidas e também as que ele viesse a executar na propriedade, sem que por isso tivesse direito a ressarcimento.¹¹¹⁹ Significativamente, os fiadores foram Manoel Dias da Costa, primeiro arrematante, e José Coelho de Barros, envolvido em todas as fianças até ali realizadas.¹¹²⁰ O trio formado por estes indivíduos alcançou, assim, o arremate da lavra de Henrique Lopes por dois triênios consecutivos, alternando-se Dias da Costa e Lopes Ferreira nos papéis de arrematante e fiador.

O negócio parece ter sido concluído sem maiores problemas. No entanto, decorridos seis meses, deflagrou-se o conflito que levaria à anulação do arremate e à execução dos fiadores. Em janeiro de 1738, logo ao princípio da vereação vigente àquele ano, o procurador do senado, sargento-mor Thomas de Aquino Gomes, denunciou a ocorrência de irregularidades no último arrendamento. Segundo declarou em requerimento transcrito em ata, ao assumir a procuradoria da câmara tivera notícia de que, no pregão realizado em maio de 1737, um lançador, João Rodrigues Chaves, oferecera vinte e duas libras de ouro, à cota de mil e quinhentos réis a oitava, pelo triênio de exploração da lavra de Henrique Lopes. Nesse momento, “as pessoas que a tinham por arrendamento antecedente” (leia-se Manoel Dias da Costa, João Lopes Ferreira e José Coelho de Barros) pediram ao senado a realização de vistoria na propriedade, a fim de que fossem identificadas as benfeitorias empreendidas pelos

¹¹¹⁸ VEREAÇÃO de 25 de maio de 1737. APM, CMOP 36, p. 442.

¹¹¹⁹ AUTO de arrematação que faz João Lopes Ferreira da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo que administra o Senado a qual arrematação faz por três anos por dezoito libras de ouro. 5 de junho de 1737. APM, CMOP 41, p. 104-06.

¹¹²⁰ TERMO de Fiança que dá João Lopes Ferreira a dezoito libras de ouro, preço por que rematou a lavra e mais pertencas que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo. 7 de junho de 1737. APM, CMOP 41, p. 107-08.

arrendadores ao longo dos últimos três anos. Feita a vistoria e constatando-se, de fato, “terem feito alguma [benfeitoria] em utilidade do seu serviço para melhor extraírem ouro”, os oficiais da câmara alegaram que, por conta dos recursos aplicados pelos arrendadores, a oferta de vinte e duas libras não satisfazia as “benfeitorias que importavam perto de dez mil cruzados” (ou quatro contos de réis, 4:000\$000 rs.). Com base nesse argumento, rechaçaram a proposta de João Rodrigues Chaves e renovaram o arrendamento nos mesmos moldes do anterior, isto é, ao preço de dezoito libras de ouro, à cota de mil e duzentos réis a oitava.

O problema consistia em que as benfeitorias efetuadas pelos arrendadores não deveriam interferir na livre concorrência do pregão. Conforme informou o procurador, os camaristas teriam persuadido o lançador “a desistir do lanço, intimidado”; depois do que

entraram a lançar os [possuidores] antecedentes sem correr lanço na praça mais que tão somente um na casa da câmara; e se lhe fez a dita rematação em virtude de um despacho e se lhe remataram as ditas lavras por dezoito libras de ouro, ficando o conselho prejudicado não só nas quatro lavras que demais se davam mas também em outra maioria que poderia haver; e outrossim por esta razão lhe veio a notícia que a dita arrematação se fizera com celeridade e [sovaciação] e o que mais é por empenhos que houve em alguns oficiais do senado do dito ano que se diz foram *subornados* para este efeito e que sendo conforme com a disposição de direito que a república goza o benefício da restituição contra as rematações de seus bens em que houve dolo, suborno ou falta de solenidade ou havendo quem mais desse quando por menos se fizeram é o seu requerimento que o senhor Juiz Ordinário tomando alguma sumária informação e ouvidas a [informação] do escrivão deste senado se digne mandar pôr novamente em praça as ditas lavras para se rematarem solenemente a quem por elas mais der de arrendamento e ao contrário, que não se espera, protesta lhe não prejudique e o que, a contrário, possam haver o seu dano pelos bens de quem direito for, para o que requer se lhe mande escrever este protesto que assina (...).¹¹²¹

O procurador esqueceu-se de mencionar que o prejuízo ao senado incluía não só a diferença adicional de quatro libras de ouro ofertadas no lance preterido, como também a cotação da oitava de ouro adotada na proposta. Repare-se que João Rodrigues Chaves oferecera libra de mil e quinhentos réis a oitava, quota vinte por cento superior à paga no arrendamento passado. Traduzido em moeda, a proposta alcançou quatro contos, duzentos e vinte e quatro mil réis (4:224\$000 rs.), sobrepujando em cerca de um conto e meio de réis (mais precisamente 1:459\$200 rs.) a quantia oferecida pela dupla Manoel Dias da Costa/João Lopes Ferreira.

O escrivão Antônio Falcão Pereira também se pronunciou, informando que, após

¹¹²¹ VEREAÇÃO de 13 de janeiro de 1738. APM, CMOP 39, p. 640-43.

verificarem as obras deixadas pelos arrematantes do triênio 1734-37, os camaristas da vereação passada haviam chamado o lançador “propondo-lhe lhe não podia fazer bom o corgo que pretendia rematar sem o ônus dos dez mil cruzados”, referente às benfeitorias. Recusando-se a arcar com o valor das obras, João Rodrigues Chaves assinou termo de desistência, depois do qual a câmara renovou o arrendamento nas mesmas condições do contrato anterior. O escrivão explicou ainda que a decisão de não anunciar o pregão em praça, consumando-o exclusivamente dentro da casa de câmara, fora resultante de despacho expresso dos oficiais. Após esse pronunciamento do escrivão, os camaristas votaram a matéria e decidiram pela suspensão do contrato de João Lopes Ferreira e retorno da lavra à praça, sendo notificado o arrendador suspenso. Apenas o vereador Manoel Borges de Brito manifestou-se contrariamente ao voto da maioria, lavrando protesto, também registrado em ata, em que justificava as ações tomadas no arrendamento passado. Segundo o vereador, as lavras haviam sido rematadas “solenemente”, isto é, nos moldes da lei, uma vez que o primeiro lançador desistira da oferta. A situação não podia ser mais constrangedora. Borges de Brito era o único remanescente da vereação de 1737, na qual desempenhara a função de procurador da câmara, responsável, portanto, pelas rendas do conselho.¹¹²² Registrado seu protesto, o procurador Thomas de Aquino Gomes retorquiu, advertindo-o “para que em nenhum tempo prejudique ao conselho, pois se não verificava a narrativa do dito protesto nem a justiça dele”.¹¹²³ De imediato, o procurador solicitou que um advogado pago pela câmara acompanhasse judicialmente o caso, designando a tarefa ao doutor José Manoel de Sequeira, com salário de uma libra de ouro.¹¹²⁴

O assunto não voltou a ser discutido nas sessões seguintes. É provável que os prejudicados tenham se movimentado nos bastidores. Talvez, um acordo informal tenha sido selado, permitindo-se que o arrendamento concedido a João Lopes Ferreira

¹¹²² Compunham a vereação de 1737 os juizes ordinários doutor Manoel da Costa Reis e capitão André Alvares Rainho; os vereadores capitão Francisco da Silva Neto, doutor João Correa de Macedo e capitão Bernardo de Almeida e Silva; e o procurador Manoel Borges de Brito. Já a câmara do ano seguinte teve como juizes o capitão Francisco Marques da Silva Rebelo e o coronel Manoel Teixeira Agrellos; vereadores Lourenço Dias Rosa, Manoel Borges de Brito e Antônio José de Souza; e o procurador Thomas de Aquino Gomes. APM, CMOP 39, p. 631.

¹¹²³ VEREAÇÃO de 13 de janeiro de 1738. APM, CMOP 39, p. 644-50.

¹¹²⁴ REQUERIMENTO de Thomás de Aquino Gomes, procurador do Senado, indicando o doutor José Manuel de Siqueira para administrar a arrematação das lavras deixadas como heranças por Henrique Lopes. Vila Rica, 15 de janeiro de 1738. CMOP, Cx. 10, doc 31. O texto descritivo constante na cota deste documento dá ideia inexata de seu conteúdo. O doutor José Manuel de Sequeira foi incumbido do “patrocínio” da causa judicial relacionada ao arrendamento da lavra de Henrique Lopes, e não da administração desta.

completasse um ano de vida, depois do que a lavra verteria à praça. Fato é que em fins de maio, cumpridos doze meses de arremate, lançou-se novo pregão e a 21 de junho de 1738 a câmara entregou a propriedade em usufruto de João Rodrigues Chaves, ao preço de vinte de quatro libras de ouro (com oitava a mil e quinhentos réis) por três anos de exploração.¹¹²⁵ O lance vencedor superava em duas libras a oferta pretérita e atingia o valor de quatro contos, seiscentos e oito mil réis (4:608\$000). O arrendador comprometeu-se a quitar parcelas de oito libras por ano (1:536\$000).¹¹²⁶ Apresentaram-se como fiadores o capitão Simião Soares Braga e José de Araújo Correia.¹¹²⁷

Diversos detalhes envolvidos nesse arremate requerem atenção. Por exemplo, o termo de rematação aludiu, pela primeira vez, à existência de um “serviço [de minerar]” no interior da propriedade. Até então, haviam sido mencionadas apenas as casas, as senzalas, a lavra e o córrego. A expressão “serviço” aplicava-se a diversos tipos de exploração aurífera. São conhecidas pelo menos quatro variantes, mas é provável houvesse mais.¹¹²⁸ Esse serviço devia corresponder à “benfeitoria” acrescentada por Manoel Dias da Costa e João Lopes Ferreira no primeiro arrendamento. Outro aspecto importante do arremate consistiu na inclusão do Palácio e de suas senzalas, que passaram a estar disponíveis ao arrendador.¹¹²⁹ O problema, nesse caso, vinha de que o arrendamento dessa propriedade fora renovado ao padre Mathias Gonçalves Neves, em janeiro de 1738, com contrato válido até o fim do ano.¹¹³⁰ O alferes Antônio Ferreira da

¹¹²⁵ VERAÇÃO de 21 de junho de 1738. APM, CMOP 39, p. 696.

¹¹²⁶ AUTO de rematação que faz João Rodrigues Chaves da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo que administra o Senado da câmara a qual arrematação faz por três anos por vinte e quatro libras de ouro. 21 de junho de 1738. APM, CMOP 41, p. 157-59.

¹¹²⁷ TERMO de fiança que dá João Rodrigues Chaves a vinte e quatro libras de ouro preço porque rematou a lavra e mais pertenças que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo. 25 de junho de 1738. APM, CMOP 41, p. 160-61.

¹¹²⁸ *Serviço de buraco*: “exploração aurífera pelo sistema de catas”. *Serviço de mina*: “exploração de jazidas de ouro subterrâneas por intermédio da abertura de galerias e câmaras”. *Serviço de roda*: “exploração aurífera no leito dos rios desviados de sua corrente natural por barragens e canais laterais utilizando bomba movida por roda d’água para esgotamento do leito, possibilitando a retirada do cascalho para lavagem”. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1999, v. 2, p. 122. Flavia Maria da Mata Reis menciona ainda, baseando-se num relato de Eschwege, o *serviço de rio*, aparentemente uma forma mais sofisticada de fiação no leito e interior dos rios, com maior número de escravos empregados. REIS, F. M. da M. *Entre faisqueiras, catas...* p. 100. ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, v. 1, p. 170.

¹¹²⁹ AUTO de rematação que faz João Rodrigues Chaves da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo que administra o Senado da câmara a qual arrematação faz por três anos por vinte e quatro libras de ouro. 21 de junho de 1738. APM, CMOP 41, p. 157-59.

¹¹³⁰ AUTO de rematação das casas que ficavam do defunto Henrique Lopes que rematou o padre Mathias Gonçalves Neves por preço e quantia de cento e trinta e quatro mil-réis por um ano. 11 de janeiro de 1738. APM, CMOP 41, p. 139-41.

Silva afiançara o negócio.¹¹³¹ Assim, é provável que o Palácio tenha permanecido à disposição do religioso até aquela data, depois do que deveria transferir-se à tutela de João Rodrigues Chaves.

É chegada a hora de desvendar a identidade do enigmático arrendador. João Rodrigues Chaves, vizinho que, em 1733, aparentando ser mero especulador, erigiu casa à margem do córrego de Antônio Dias, tendo sido notificado pela câmara, tinha relação mais antiga e mais complexa com a propriedade. Conhecera e convivera com o próprio Henrique Lopes. Em 1730, assistia junto ao mesmo, no interior da casa do capitão-mor, quando ambos quitaram suas partes no primeiro rateio do Real Donativo cobrado entre os moradores de Vila Rica. Pagou pela posse de quatro escravos, plantel bastante modesto comparado aos sessenta e sete cativos dados a rol por seu anfitrião.¹¹³² Em seguida, no segundo rateio do mesmo donativo, também arrolado em 1730, João Rodrigues assinou como “feitor do capitão-mor”, sendo onerado em função de seu ofício e da posse de três escravos. Nessa lista, Henrique Lopes de Araújo arrolou propriedade composta por sessenta e nove cativos.¹¹³³ Entre janeiro e junho de 1733, o feitor tornou a estar dentro da casa do senhor, como testemunha presente nas aprovações dos três últimos codicilos testamentais lavrados pelo moribundo.¹¹³⁴ Tais dados comprovam vínculo pessoal e profissional entre João Rodrigues Chaves e Henrique Lopes, mantido desde, pelo menos, três anos antes de seu falecimento.

Tal vínculo é crucial na compreensão do interesse que João Rodrigues Chaves viria a manifestar no arrendamento da propriedade. A contínua convivência na casa de Henrique Lopes e o desempenho da função de feitor permitem concluir que o futuro arrendador conhecia muito bem tanto o plantel de escravos quanto a lavra de ouro pertencentes a seu antigo senhor. É certo que, ao testemunhar a feitura do longo segundo codicilo – parte mais importante do testamento, na qual o testador prescreveu os principais itens relativos à destinação de seus bens – Chaves também teve ciência das cláusulas testamentárias prescritas por Henrique Lopes. Por outro lado, o fato de erigir edificação ao lado do córrego, junto à propriedade, justamente no intervalo em que os escravos tinham “livre acesso” à lavra e às casas do finado, indica que talvez mantivesse

¹¹³¹ TERMO de fiança que dá o padre Mathias Gonçalves Neves à quantia de cento e trinta e quatro mil réis preço porque rematou as casas de Henrique Lopes por um ano. 11 de janeiro de 1738. APM, CMOP 41, p. 142-43.

¹¹³² APM, CMOP cx. 2, doc 34, fl. 4.

¹¹³³ APM, CMOP cx. 02 Doc. 54, fl. 3

¹¹³⁴ ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fls. 34, 37 e 42.

vínculo com as atividades ali desenvolvidas. Teria auxiliado na administração dos escravos ao longo desse período ou participado da exploração da lavra? Tudo indica que sim. É possível, inclusive, que João Rodrigues Chaves tenha sido lançador preterido em 1734, no primeiro arrendamento da lavra efetuado pela câmara, em pregão que contou com diversos lances. Em 1737, voltou a tentar o arremate, postulando valor mais elevado que o oferecido por concorrentes. Contudo, interesses envolvendo arrendadores e camaristas impediram a concretização do negócio. Em 1738, contando com mudança na composição da câmara, tornada simpática à sua causa, conseguiu, enfim, arrematar a exploração da lavra que parecia tanto almejar.

Dois dias depois de consumado o pregão, Thomas de Aquino Gomes tornou à ofensiva contra os envolvidos no arremate anterior. O procurador requereu penhora executiva dos bens de João Lopes Ferreira e de José Coelho de Barros em vista da dívida de seis libras de ouro correspondente ao período de um ano de arrendamento “e o mais que se for vencendo por data”. Curiosamente, o nome de Manoel Dias da Costa, um dos fiadores, não foi citado.¹¹³⁵ O imbróglio não se desvencilhou facilmente. Em fins de julho, João Lopes Ferreira dirigiu-se à câmara para protestar contra o mandado de penhora ordenado pelo procurador. Alegou-se prejudicado ao ser obrigado a pagar, antes do prazo estipulado, a parcela “da renda do primeiro quartel do corgo do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo”. Disse ainda “andar em litígio com o procurador deste senado para os expulsassem fora do dito corgo sem se achar findo o triênio por que haviam rematado”. Thomas de Aquino Gomes retorquiu que a exigência de pagamento estava correta, em “razão de ser este na verdade devedor da quantia que se lhe pede e não ter jus algum para repugnar a dita satisfação”, opinião seguida pelos demais oficiais.¹¹³⁶ Note-se que, mesmo anulado o arrendamento, a lavra permanecia sob ocupação litigiosa do minerador penhorado, que reivindicava o cumprimento do triênio previsto em seu termo de arrematação e impedia, portanto, a posse de João Rodrigues Chaves.

Àquela altura, a administração dos bens de Henrique Lopes tornara-se epicentro de um grande conflito, a envolver forças poderosas de Vila Rica. Além da disputa entre

¹¹³⁵ REQUERIMENTO do procurador da Câmara de Vila Rica, para que sejam penhorados [os bens] de João Lopes Ferreira e José Coelho de Barros, 06 oitavas vencidas e o que for vencendo do arrendamento que fizeram de umas lavras. 23 de junho de 1738. APM, CMOP cx. 11, doc. 03. A cota deste documento comete erro quanto ao valor da dívida, que era de seis libras e não de seis oitavas de ouro.

¹¹³⁶ VEREAÇÃO de 27 de julho de 1738. APM, CMOP 39, p. 702-03.

facções de mineradores, com suas respectivas projeções dentro da câmara municipal, outro elemento conturbador interveio. O testamento do falecido previra que, se “algum dia queiram fazer hospital para pobres nesta dita paragem onde está o Palácio e mais casas”, poderiam os administradores servir-se da propriedade legada, com a única obrigação de mandarem dizer cem missas pelas almas do legatário e de sua esposa.¹¹³⁷

A ideia de constituir-se em Vila Rica uma Santa Casa de Misericórdia dotada de hospital vinha, pelo menos, de 1726. Nesse ano, o padre Francisco da Silva e Almeida, vigário da Matriz do Pilar, protocolara requerimento abaixo-assinado por sessenta e dois procuradores daquela freguesia, a reivindicar que, por destacaram-se “com preferência aos mais”, “tanto em culto divino, como em bens temporais”, os moradores de Ouro Preto necessitavam de um hospital da Misericórdia e se ofereciam “por sua devoção a fazerem a dita casa à sua custa”. Solicitou-se ao rei concedesse à nova irmandade os mesmos privilégios de sua congênere em Lisboa. Um parecer do Conselho Ultramarino, no entanto, desaprovou a regalia, argumentando serem “incompatíveis a outra alguma” os privilégios da Misericórdia da Corte. Este requerimento tinha acentuado tom distrital, tendo sido assinado apenas por moradores da freguesia do Pilar de Ouro Preto, excluindo representantes da vizinha freguesia de Antônio Dias. Note-se que o capitão-mor de Vila Rica não assinou o documento. A negativa de privilégios e a setorização dos solicitantes podem ter minado a exequibilidade do empreendimento.¹¹³⁸

Um novo ímpeto surgiria apenas com a morte de Henrique Lopes. A 16 de abril de 1734, a câmara de Vila Rica renovou o pedido de reconhecimento de Misericórdia na capital. O rei respondeu em carta de 23 de outubro, a solicitar declaração dos recursos disponíveis para tal. Os oficiais apontaram, então, o legado do falecido capitão-mor. Como se viu, a verba testamentária aludiu à criação futura de um “hospital para pobres”, mas não mencionou qualquer vínculo à Santa Casa. A brecha, neste caso, advinha de que um trecho do documento permitia à câmara, administradora dos bens, utilizá-los “para habitação dos seus governadores, *ou para o que for mais útil e conveniente à mesma câmara e bem comum da República*”.¹¹³⁹ Com base nesse trecho, os camaristas justificaram a aplicação da herança à fundação da Misericórdia. Argumentaram que o

¹¹³⁷ ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 16v.

¹¹³⁸ REQUERIMENTO do padre Francisco da Silva e Almeida, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, solicitando a mercê de construir Casa de Misericórdia e hospital com os privilégios da Misericórdia da Corte. AHU, MG, cx. 9, doc. 759.

¹¹³⁹ ANTT, Conde de Linhares, mç. 95/2, fl. 16v. *Itálico meu.*

legado, composto por umas casas novas e outras inferiores e por uma “lavra contígua de faisqueira de ouro”, parecia “suficiente para princípio desta tão pia obra”, informando ainda que os bens haviam sido arrendados por dezoito libras de ouro trienais.¹¹⁴⁰

Em abril de 1735, o Conselho Ultramarino pediu pareceres ao ouvidor da comarca de Vila Rica e ao governador da capitania, que deviam avaliar se a renda apontada era suficiente e se havia outras doações passíveis de serem empregadas. Pediu-se também aos oficiais da câmara redigissem o compromisso que pretendiam utilizar na regência da irmandade. O ouvidor Fernando Leite Lobo respondeu que as casas de Henrique Lopes não tinham

utilidade, porque além de estarem vagas por falta de alugador, que não terão com facilidade, respeitando ao lugar de sua situação estão em evidente perigo [de] se arruinarem com a ocorrência de entulhos e areias que do Morro descem ao córrego em que estão situadas; por cuja causa e pela de não ser este sítio o mais saudável da vila não pode ter a comodidade de fazer-se nele o Hospital que o testador refere (...).¹¹⁴¹

Quanto à exploração aurífera, informou tratar-se de uma “lavra permanente”, que andava arrematada por seis libras de ouro anuais (921\$600 rs.). Por outro lado, Gomes Freire de Andrade, em agosto de 1735, advertiu que, à revelia do legado administrado pela câmara, e antes mesmo de o rei avaliar o pedido de proteção impetrado pelos camaristas, “se uniram as pessoas zelosas desta vila [e] compraram casas em sítio acomodado em que fizeram Hospital”. O novo órgão já iniciara, inclusive, seus trabalhos, fazendo “curar os doentes e mais obras de caridade que são do instituto da Irmandade da Misericórdia”. A expectativa dos benfeitores era a de que o rei tomasse “debaixo da sua real [e] imediata proteção este Hospital e congregação para que fosse Casa Real de Misericórdia como a do Rio de Janeiro, e mais que há no Brasil”. O governador expressou ainda que a chancela monárquica era fator fundamental para o sucesso do empreendimento, pois “animará os devotos que hoje cuidam na enfermaria e sem ela não será possível que continue”.¹¹⁴²

Suspeitíssimas são as opiniões do ouvidor e do governador ao rechaçarem a ideia de instalar o hospital nas casas de Henrique Lopes. O argumento de que o imóvel não se prestava à enfermaria, por sua localização e por conta dos trabalhos minerários ali realizados, só demonstra que o interesse econômico da propriedade era maior que o ímpeto assistencialista dos envolvidos. Por outro lado, a providencial aquisição de uma

¹¹⁴⁰ AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fl. 2.

¹¹⁴¹ AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fl. 9.

¹¹⁴² AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fl. 15.

casa em “sítio acomodado” pode ter sido manobra destinada a desvincular o legado do propósito mencionado no testamento, livrando-o da cláusula que previa a fixação do hospital nas casas do Palácio.

A partir do relato de Gomes Freire subentende-se que a abertura do hospital resultou de ação à parte de certo grupo de moradores (talvez os mesmos que assinaram o requerimento do padre Francisco da Silva e Almeida em 1726), que tomara a si a incumbência de forma independente ou paralela ao esforço patrocinado pela câmara. No parecer do ouvidor, esse fato foi referido como se os promotores do hospital houvessem se “animado” com o patrocínio de Henrique Lopes e, por isso, comprado edificação para instalação da enfermaria. As duas autoridades tentavam coadunar o pedido da câmara ao empreendimento do hospital, todavia, não resta dúvida de que houve conflito ou concorrência explícita entre as partes, ambas interessadas em obter proteção real à causa da Misericórdia.

Tal concorrência tornou-se evidente nos ataques dirigidos à jurisdição da câmara sobre o processo de fundação da Santa Casa. Noutro relato, datado de agosto de 1736, o ouvidor informou ao rei que, embora o hospital estivesse em pleno funcionamento desde a fundação, os benfeitores poderiam “esfriar o seu zelo”, em vista do “receio de má administração da câmara, a quem V. Majestade pelo seu Conselho Ultramarino cometeu formar compromisso”. Eles haviam “por várias vezes exposto à câmara desta vila a necessidade de haver nela (...) casa da Misericórdia”, reivindicando o repasse do legado de Henrique Lopes à tutela do hospital. Na opinião do ouvidor, “raríssimas vezes sucedem na câmara pessoas bem intencionadas”. No entanto, apesar do entrave, administradores do hospital e camaristas haviam chegado a consenso sobre o teor do compromisso, que devia assemelhar-se aos documentos congêneres de Lisboa e do Rio de Janeiro. Fernando Leite Lobo concluiu que o rei deveria “confirmar tão pio instituto”, porém “livrando-o inteiramente da má administração e dependência dos futuros oficiais da câmara”.¹¹⁴³

No mesmo período, possivelmente em resposta à indagação prévia do ouvidor sobre a formação do compromisso da irmandade, os oficiais da câmara lhe responderam que o documento devia igualar-se ao da Misericórdia de Lisboa, como havia feito o compromisso do Rio de Janeiro, “excetuando unicamente a distinção de irmãos nobres e mecânicos, que é impraticável nas Minas, por odiosa”. Explicaram que a distinção entre

¹¹⁴³ AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fl. 5.

nobres e mecânicos era odiosa porque impediria

servir à Irmandade muitos homens zelosos e honrados segundo o Estilo do país, [que] tem lojas abertas em que seus caixeiros vendem por miúdo todos os gêneros, se houvessem de ser reputados por de menor condição que outros de igual vileza que por ter[em] servido na república ou alcançado patente das ordenanças devem ser reputados de maior condição.

Quanto ao legado administrado pelo órgão municipal, reconheceram que “o sítio das casas de Henrique Lopes é reputado por pouco sadio”, em decorrência das terras e pedras que “se vão entulhando de lodo com os desmontes que descem do morro”. Por causa disso, decidiram “por não [usar] aquele lugar para nele se fundar hospital”. Todavia, com base na brecha testamental, “como o testador diz que não se fazendo nele [o hospital] se pudessem aplicar as lavras adjacentes a qualquer outra obra útil ao bem comum”, julgavam que “nenhuma se pode excogitar mais pia que a da Misericórdia”. Os camaristas acreditavam que o legado adequava-se perfeitamente ao sustento da Santa Casa, pois “a renda das ditas casas e lavras” era “das melhores e se reputam de uma permanência quase eterna com esperança de crescer o rendimento que hoje é de novecentos e vinte e um mil e seiscentos réis”. Com tais recursos garantiam “conservar sem decadência o Hospital e [a] Misericórdia”.¹¹⁴⁴ Não houve qualquer menção à enfermaria aberta pelo grupo de “pessoas zelosas” referidas por Gomes Freire. A câmara, sem dúvida, defendia ali sua prerrogativa como condutora do processo de reconhecimento da Misericórdia, a alijar concorrentes, ao mesmo tempo em que tentava garantir para si a manutenção da posse do legado de Henrique Lopes. Tornando-se benfeitores e administradores da Misericórdia, os camaristas obteriam também a gerência definitiva sobre a lavra de ouro destinada a sustentar, através dos recursos auferidos no seu arrendamento, os gastos do hospital.

Como se viu, o ouvidor posicionou-se contrariamente à gerência da câmara. Entretanto, anuiu ao argumento de que o compromisso deveria abolir cláusula de diferenciação entre nobres e mecânicos, “circunstância que me parece atendível”, explicou, “porque segundo o estado deste país em que todos querem parecer iguais é impraticável sustentarem-se as irmandades com esta diferença”.¹¹⁴⁵ O parecer de Fernando Lobo teve peso decisivo na deliberação do monarca, que acatou suas sugestões tanto no que diz respeito ao compromisso quanto no que tocou à definição

¹¹⁴⁴ AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fls. 18-19.

¹¹⁴⁵ AHU, MG, caixa 26, doc. 59, fl. 18.

dos administradores da Misericórdia. A 16 de abril de 1738, dom João V concedeu ao provedor e irmãos da enfermaria a prerrogativa “de a poderem erigir com seu Hospital e Irmandade”, na qualidade de Santa Casa de Misericórdia.¹¹⁴⁶

A missiva real chegou à Vila Rica no mesmo momento em que o procurador Thomás de Aquino digladiava com o arrendador suspenso João Lopes Ferreira. Em vereação de 22 de agosto de 1738, os oficiais leram carta do governador Gomes Freire, na qual comunicava “a ordem de El Rei por onde nos mandava fazer entrega à Santa Casa do legado de Henrique Lopes de Araújo”.¹¹⁴⁷ Na mesma sessão, escreveram carta ao monarca, confirmando o repasse à administração do “Hospital que naquela vila surgiu”, “aprovado pela real grandeza”.¹¹⁴⁸ Encerrava-se ali a tutela da câmara sobre os bens de Henrique Lopes, desde então incorporados à recém instituída Santa Casa de Vila Rica.

Para avaliar os interesses em jogo na fundação da Misericórdia e na administração do legado é útil ter em mente que entre 1734 – data do primeiro arrendamento da lavra e ano em que os oficiais da câmara solicitaram oficialmente a proteção real ao projeto da Santa Casa – e 1738, quando o litígio se resolveu mediante decisão do monarca, ocorreram alterações no controle do senado. Desde 1727, o conselho municipal passou a ser ocupado por indivíduos ligados ao projeto de estabelecimento da Misericórdia. O coronel Manoel Ferreira Agrellos (juiz ordinário em 1727, 1730 e 1732), o capitão Nicolau de Freitas Pacheco (vereador em 1727 e 1731 e juiz ordinário em 1734), Antônio de Araújo Guimarães (vereador em 1727 e 1729), Manoel Rodrigues Coelho (juiz ordinário em 1731 e 1733), o capitão Domingos Francisco de Oliveira (juiz ordinário em 1734) e o sargento-mor Domingos de Abreu Lisboa (juiz ordinário em 1735), haviam sido todos eles signatários do abaixo-assinado movido em 1726 pelo vigário de Ouro Preto, o primeiro a pedir a criação da Santa Casa.¹¹⁴⁹ Na vereação de 1736, não houve camarista envolvido no requerimento de uma década atrás. No ano seguinte, apenas o vereador Bernardo de Almeida e Silva fora signatário e, em 1738, o coronel Manoel Ferreira Agrellos tornou ao posto de juiz

¹¹⁴⁶ APM, CC, Rolo 506, Planilha 10.352.

¹¹⁴⁷ VEREAÇÃO de 22 de agosto de 1738. APM, SC 39, p. 714.

¹¹⁴⁸ AHU, MG, cx. 36, doc. 69.

¹¹⁴⁹ Das sessenta e duas assinaturas que fizeram parte do abaixo assinado, não pude identificar os nomes em sete rubricas. É possível, portanto, que neste rol de ilegíveis se encontrassem outros oficiais da câmara não considerados aqui. Agradeço a Luiz Resende o repasse de sua lista com os nomes dos oficiais da câmara de Vila Rica.

ordinário. Contudo, indubitavelmente, isso não impediu a formação de câmara antipática à causa do hospital, obstaculizando a transferência do legado de Henrique Lopes à nova irmandade. O procurador Thomás de Aquino Gomes, responsável pela denúncia de fraude no arrendamento, tinha relação conflituosa com a rede controladora da câmara desde, pelo menos, o ano de 1730, quando se recusou a dar seus escravos a rol, na listagem então elaborada para o pagamento do Real Donativo.¹¹⁵⁰ E, nas vereações seguintes de 1739 e 1740, não houve oficial que tivesse tomado parte no esforço inicial de criação da Misericórdia. Perceba-se, portanto, que, a partir de 1736, processou-se alteração política na composição da câmara.

Essa alteração ajuda a explicar hipoteticamente o conflito deflagrado tanto nos arremates da lavra quanto no trâmite relativo à Santa Casa. Arrendada primeiramente em 1734 por uma câmara engajada no projeto da Misericórdia, a faisqueira de Antônio Dias passou às mãos do trio formado por Manoel Dias da Costa, João Lopes Ferreira e José Coelho de Barros. Essa rede de interesses, possivelmente derivada do grupo constituído em 1726, organizou-se para a construção do hospital em 1735. Porém, no ano seguinte, a perda do controle da câmara acirrou animosidade entre os benfeitores da enfermaria e os oficiais do senado. Datam deste período os pareceres do ouvidor, críticos à ingerência da câmara no processo de criação da Misericórdia. De volta ao ambiente concelhio em 1737, através do vereador Bernardo de Almeida e Silva, o grupo conseguiu renovar o arrendamento da lavra aos mesmos exploradores, em pregão que, como se viu, foi marcado por manobra destinada a alijar lançadores alheios à rede. A desforra ocorreu na vereação seguinte, em 1738, quando o procurador Thomás Aquino Gomes conseguiu a anulação do arrendamento, a penhora dos arrendadores suspensos e a realização de um novo pregão. No entanto, a decisão do rei, que só chegou a Minas em agosto de 1738, frustrou os interesses de camaristas, obrigando-os à transmissão do legado em favor da Santa Casa.

Tal hipótese explicativa ganha força na medida em que, dentre os indivíduos filiados à nova irmandade e ocupantes de postos diretivos na Misericórdia, constavam alguns dos controladores da câmara até 1735 e também o trio arrendador da lavra entre

¹¹⁵⁰ Segundo relato do cobrador Custódio Machado Lima, nomeado pela câmara para a cobrança do Real Donativo em parte da Freguesia do Pilar de Ouro Preto em 1730, “o Sargento-mor Thomás Aquino Gomes não quis dar escravos a rol, e me informei e me disseram tinha seis escravos, três machos e três fêmeas, se são seus ou não, não sei, vossas mercês mandarão o que forem servidos”. APM, CMOP cx. 02, doc. 38.

1734 e 1738. Sendo seu primeiro provedor o governador Gomes Freire, a Santa Casa tinha ainda José Coelho de Barros e João Lopes Ferreira nos postos de procurador; Manoel Dias da Costa era Irmão da Mesa, ao lado de outros quatorze homens, entre eles o coronel Manoel Ferreira Agrellos e o sargento-mor Domingos de Abreu Lisboa, signatários da petição de 1726 e juizes ordinários ao longo da década de 1730.¹¹⁵¹

Nessas circunstâncias, o que sucedeu ao arrendamento adquirido por João Rodrigues Chaves? Teria sido anulado ou suspenso a mando da Misericórdia, órgão então controlado por mineradores interessados em manter para si o usufruto da lavra? Até o momento, não há resposta documental para essas perguntas. É mais provável, no entanto, que, ratificado solenemente pela câmara, o termo de arremate tivesse valor legal, garantindo ao arrendador o direito de usufruto da propriedade, desde que transferido o valor acordado aos cofres da Santa Casa.

Seja como for, efetivado ou não, o alcance do arremate por parte do ex-feitor de Henrique Lopes é por si só um dado relevante, a sugerir questionamentos sobre a história da propriedade aqui estudada. Uma primeira questão diz respeito à condição socioeconômica do arrendador. Sabemos que os três arrematantes do triênio 1734-37 eram senhores dotados de escravaria considerável e mineradores aptos a investir na “fábrica” e no “serviço” extrativo, o que exigia a posse de cabedais e de conhecimentos técnicos prévios. Contudo, esse perfil de “homens mais suficientes e abonados por suas posses e bens”, atribuído, como se viu, ao arrematante Manoel Dias da Costa, definitivamente não se aplicava ao vil feitor de escravos, que poucos anos atrás assenhoreara tímido plantel formado por apenas três ou quatro cativos. Estaria o arrendador João Rodrigues Chaves em condição de, com recursos materiais próprios, dirigir a exploração de uma das mais ricas lavras auríferas de Vila Rica, que havia sido trabalhada até então por mão-de-obra constituída por dezenas de escravos? Teria ele meios de saldar o altíssimo valor do arremate, fixado em vinte e quatro libras de ouro, oito libras por ano? Parece evidente que o arrematante não agia sozinho.

Poder-se-ia argumentar que os fiadores do pregão, o capitão Simião Soares Braga e José de Araújo Correia, subvencionaram o ex-feitor, garantindo-lhe a exequibilidade do empreendimento. Quanto a José de Araújo Correia os dados são escassos. Aparentemente, seu nome está ausente de todas as listas tributárias de Vila

¹¹⁵¹ TERMO de escritura de Sessão e Trespasse de moradores de Vila Rica em benefício da Santa Casa de Misericórdia. Vila Rica, 28 de outubro de 1740. APM, CC, Cx. 23, Planilha 10465, rolo 508. Agradeço a Renato Franco a indicação dessa e de outras fontes da Coleção da Casa dos Contos.

Rica a que se tem acesso para o período entre 1715 e 1732. Uma pista duvidosa, por conta da possibilidade de homonímia, imputa a certo José de Araújo a posse da escrava Ignácia dos Passos, empregada em venda situada nalgum ponto do Morro de Vila Rica.¹¹⁵² Informação mais confiável é a de que, em 1746, incumbia-se da arrecadação de fundos para a Irmandade do Rosário do Alto de Padre Faria, mantendo sob sua responsabilidade uma “caixinha” que auferiu 25 oitavas de ouro nesse ano. A essa altura já desempenhava a patente de sargento-mor.¹¹⁵³ Pouco depois foi eleito juiz ordinário de Vila Rica na vereação de 1750.¹¹⁵⁴ Por outro lado, o capitão Simião Soares Braga deixou mais registros. Tornou-se notado a partir da década de 1720. Seu nome não consta nas listas dos quintos de 1715, 1718 e 1719, mas encontra-se nos róis de 1721, responsabilizando-se por posse de dezesseis escravos, em propriedade situada no arraial de Antônio Dias. No ano seguinte, arrolou plantel de vinte e um cativos. Nessa última cobrança aparece já investido na patente de capitão, que manteria até a década seguinte.¹¹⁵⁵ É possível, nesse caso, fosse mesmo subordinado ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo, seu superior imediato nas ordenanças de Vila Rica. Em 1729, nas planilhas do Real Donativo, ostentou plantel de trinta e um escravos alocados em sua propriedade sede, na Cruz das Almas, arraial de Antônio Dias, e outros oito numa roça no distrito de Itatiaia/Lavras Novas. Nessa cobrança atuou como provedor, nomeado pela câmara.¹¹⁵⁶ Em 1733, ante um bando proibitório do uso de moinhos, solicitou à câmara autorização para continuar a produzir farinha de milho no moinho que havia anos possuía na roça, a fim de alimentar seus mais de cinquenta escravos (“vinte e tantos escravos” na roça e “nesta vila trinta e tantos em faisqueiras e serviços”).¹¹⁵⁷ Impossibilitados de usar o moinho, seus escravos desperdiçavam tempo e trabalho em “socar o milho” manualmente, “faltando ao serviço”. Além disso, o “milho de molho”, assim obtido, causava “mais danos aos escravos em razão da frieza das águas”.¹¹⁵⁸

¹¹⁵² APM, CMOP Cx. 02 Doc. 55.

¹¹⁵³ Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fl. 33.

¹¹⁵⁴ CARTA de nomeação do sargento-mor José de Araújo Correia, para o cargo de juiz ordinário de Vila Rica. Vila Rica, 30 de dezembro de 1749. APM, CMOP, cx. 22, doc. 71.

¹¹⁵⁵ REGISTROS de lançamentos relativos aos quintos reais. APM, CMOP 011.

¹¹⁵⁶ APM, CMOP cx. 1, doc. 22; e Cx. 02 Doc. 56.

¹¹⁵⁷ O bando foi decretado pelo governador Conde das Galveas a 24 de outubro de 1733, sob a alegação de que se moíam pedras misturadas ao fubá, a causar danos à saúde dos consumidores. Segundo Flávio Marcus da Silva, essa proibição deixou de existir na década seguinte. SILVA, F. M. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008, p. 138.

¹¹⁵⁸ REQUERIMENTO do capitão Simião Soares Braga solicitando o uso do moinho para fazer farinha que alimenta os escravos. Vila Rica, 12 de dezembro de 1733. APM, CMOP Cx. 05 Doc. 43. A prática

Outros documentos relativos ao capitão tratam do pagamento de foros imobiliários e de uma certidão de posse de sua casa no arraial de Antônio Dias, em 1736.¹¹⁵⁹ Faleceu em 1752, deixando quatro filhos com escravas suas.¹¹⁶⁰

As informações confirmam que os fiadores ostentavam condição social afeita à de homens principais. Em temporalidades distintas ambos usufruíram de patente militar e ocuparam postos camarários. O capitão Soares Braga, em especial, passara de médio a grande proprietário de escravos ao longo da década de 1720. Tinha experiência em empreendimentos minerários e empregava mais de trinta escravos em faisqueiras e serviços auríferos no arraial de Antônio Dias. Note-se, aliás, que os dois fiadores transitavam precisamente nesse espaço geográfico, epicentro da mineração em Vila Rica, onde se situava a lavra do finado capitão-mor.

Porém, essa constatação não resolve o problema. Permanece a questão: se os fiadores detinham predicados e meios para sustentar o arrendamento, por que optaram por fiar indivíduo desprovido de tais características? Por que não efetuaram, eles próprios, o arremate?

Os indícios disponíveis sugerem que João Rodrigues Chaves teria se responsabilizado pelo lance e assumido a condição de arrendador precisamente por sua experiência na administração da propriedade e pela proximidade com os escravos que trabalhavam a lavra. Conforme argumenta Sílvia Lara, certos feitores adquiriram ascendência, angariaram respeito e autoridade e conquistaram a confiança dos escravos colocados sob sua tutela. Atuaram como intermediários ou mediadores no contato entre cativos e senhor, mantendo-se sempre próximos das tarefas produtivas e do cotidiano vivenciado pelos trabalhadores. Faziam-se presentes em ocasiões de urgência ou necessidade e investiam-se de autoridade simultaneamente concedida pelo senhor e reconhecida pelos escravos. Se, por um lado, coube-lhes a aplicação de castigos físicos e de outras penalizações, por outro, garantiram medidas destinadas ao bem estar na senzala e colocaram-se, por vezes, como defensores de interesses veiculados por seus

de deixar o milho de molho em água, para facilitar a soca em pilão, era comum na culinária colonial. Compunha, por exemplo, o preparo do cuscuz cuiabano. ALENCAR, L. G. *Misturando Sabores: a alimentação na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. (1727 – 1808)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. Dissertação de Mestrado.

¹¹⁵⁹ AUTO de petição de Simão Soares Braga referente a seus foros. APM, CC cx. 138 – 21219. REQUERIMENTO do capitão Simão Soares Braga sobre certidão de posse de suas casas no arraial de Antônio Dias. APM, CC. Cx. 72 – 30784.

¹¹⁶⁰ TESTAMENTO de Simião Soares Braga, 16 de novembro de 1752, livro de Óbitos, Cod. 3 APAD, fl. 212v. Documento citado por RAMOS, D. “A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais: século XVIII”. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, ano 2, n° 1, p. 13-46; p. 27-28.

subordinados. A imersão no mundo dos escravos levou, em ocasiões limite, a que fossem confundidos com eles, sobretudo quando a cor da pele não os distinguiu.¹¹⁶¹ Em realidades marcadas por contínua incorporação de novos africanos recém-chegados à colônia, feitores aprendiam a lidar com a africanidade do plantel, em contato diário com diferentes crenças, valores e comportamentos, o que os tornava conhecedores da diversidade cultural africana, cientes das dificuldades enfrentadas pelos desterrados no flagelo da diáspora. Robert Slenes chamou atenção para o fato de que revoltas escravas chegaram a ser protagonizadas por feitores.¹¹⁶²

Importa perceber que dentre os arrematantes existiram dois arrendadores e um fiador com fortes ligações junto à comunidade escrava atuante na freguesia de Antônio Dias. O primeiro arrendador, Manuel Dias da Costa, exercera o posto de escrivão da Irmandade do Rosário do Alto de Padre Faria e o segundo, João Rodrigues, atuara como feitor dos escravos de Henrique Lopes. Por fim, futuramente, o sargento-mor José de Araújo Correa, fiador do último rendeiro, também viria a servir à confraria do Rosário, se já não o fizesse quando do arremate. Esses vínculos abrem a perspectiva de que a exploração do legado aqui considerado *pode* ter tido relação com agrupamento ou associação de escravos interessados no acesso à lavra. Se e como essa relação teria se dado são aspectos que talvez jamais saberemos. Uma vez transmitido à administração da recém fundada Santa Casa de Misericórdia, o Palácio Velho permaneceu sob a tutela dessa instituição até o primeiro quarto do século XIX, pelo menos. Ao longo desse período, o terreno aurífero continuou a ser arrendado a mineradores interessados. Teria a Irmandade do Rosário ou alguma coletividade escrava a ela relacionada se envolvido na arrematação e/ou na exploração da lavra? Cabe seguir os raros documentos remanescentes para tentar entender o que foi feito do Palácio Velho após a transferência aos domínios da Santa Casa.

¹¹⁶¹ LARA, S. H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, em especial capítulo 8, p.165-182.

¹¹⁶² SLENES, R. W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, v. 12, 1991-92, p. 48-67; p. 56.

Cap. 17 – Palácio Velho sob a administração da Misericórdia: arruinamento material e reconstrução simbólica (1740-1825)

A santa revela o caminho
do ouro do ventre da terra
Quem ouve a palavra da santa
será rei, será coroado.
Santo é o ouro de quem
só cobiça a liberdade
ah, minha Santa Efigênia
minha negra e minha igreja
e minha igreja.

Wagner Tiso e Fernando Brant, *Santa Efigênia*

Avaliar o que aconteceu com o Palácio Velho sob a administração da Misericórdia de Vila Rica demandou pesquisa árdua, quase sempre infrutífera. O acervo setecentista produzido pela Santa Casa virtualmente desapareceu.¹¹⁶³ Uma varredura junto ao depósito documental sob a guarda da própria instituição tampouco trouxe novidade de monta, embora tenha proporcionado acesso a documentos desconhecidos fundamentais a essa pesquisa e que serão aqui avaliados. Não obstante, indícios e fragmentos disponíveis permitiram delinear algumas transformações e demarcar eventos importantes. Fontes não relacionadas à Santa Casa também revelaram dados surpreendentes. O capítulo discute o que foi possível descobrir acerca dessa misteriosa propriedade ao longo de um obscuro intervalo que vai dos anos 1740 até as primeiras décadas do século XIX. Avaliam-se em especial o processo de decadência material e arruinamento do Palácio Velho, paralelamente à sua ressignificação simbólica, que irá torná-lo em breve núcleo de um mito afro-brasileiro.

A primeira pista documental de que dispomos indica que, no princípio da administração exercida pela Misericórdia, a situação da propriedade continuou conflituosa. Em petição sem data, escrita possivelmente em 1742, provedor e oficiais da Mesa da Santa Casa suplicaram ao rei interferisse em favor da instituição, a fim de

¹¹⁶³ Restaram fontes esparsas integradas aos avulsos da capitania de Minas Gerais, lotados no AHU, e ainda poucos documentos pertencentes à Coleção da Casa dos Contos, ela própria fragmentada e desigualmente distribuída entre Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Nessa pesquisa, vali-me das fontes situadas no APM e na BNRJ. Os avulsos da Casa dos Contos sob a guarda do Arquivo Nacional contém documentos relacionados à Santa Casa de Ouro Preto, mas infelizmente não consegui acesso a essa documentação. Uma descrição desse fundo foi feita por CARRARA, A. “Avulsos da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto no Arquivo Nacional” Publicações do Grupo de Pesquisa em História Econômica – História Quantitativa e Georreferenciada. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.ufjf.br/hqg/publicacoes/guias-e-instrumentos-de-pesquisa-1/>. Acesso: 20 jan. 2016.

preservar intacta aquela propriedade administrada pelo órgão pio frente à ambição de vizinhos que se apropriavam de trechos dos terrenos e usurpavam terras minerais em proveito próprio:

Dizem o provedor e mais oficiais da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, que falecendo da vida presente o capitão-mor Henrique Lopes de Araújo deixou ao Hospital da dita vila, de que a mesma S. Casa é administradora, as terras minerais que possuía no corgo chamado de Antônio Dias; porque muitos vizinhos daquela paragem perturbam aos suplicantes a posse das ditas terras, procurando dividi-las e tirá-las do estado em que as possuía o testador, tudo em grande prejuízo do mesmo Hospital, que por ser ereto de novo, não tem ainda o rendimento preciso para a cura dos doentes mais que destas ditas terras e algumas caridades dos fieis.

Os suplicantes pediram que o rei ordenasse proceder contrariamente aos que perturbassem a posse dos terrenos. Em resposta à petição, solicitou-se o parecer do ouvidor da comarca de Ouro Preto, que deveria ouvir os vizinhos acusados na petição. Infelizmente, não há outras notícias sobre o caso.¹¹⁶⁴

A menção aos vizinhos talvez se referisse ao ex-feitor João Rodrigues Chaves, como sabemos morador naquela localidade, último arrematante da lavra em pregão conduzido na câmara, e também a ex-escravos do capitão-mor que houvessem mantido residência em casas anteriormente pertencentes ao finado senhor, instaladas às margens do córrego de Antônio Dias. Essa petição protocolada pela Misericórdia lembra o mandado de embargo feito pela câmara na década anterior, em relação às obras que o vizinho Rodrigues Chaves vinha realizando nas proximidades do córrego. Assim como naquela ocasião, buscou-se coibir tanto a perda de área fundiária quanto a extração de riquezas minerais depositadas na propriedade. A gravidade e a duração dos conflitos estão implícitas no fato de a Santa Casa ter recorrido à intervenção direta do monarca, a comprovar que o imbróglio não se resolvera a nível local.

A década de 1740 foi particularmente obscura. Ignoramos todo e qualquer dado atinente aos arrendamentos da lavra e das casas situadas no Palácio Velho. Sabemos, todavia, que a Misericórdia alugava regularmente alguns imóveis pertencentes à instituição, a prover parte de suas receitas. Chegou, inclusive, a solicitar à câmara de Vila Rica isenção do foro municipal correspondente a tais edificações, mas o pedido foi peremptoriamente rejeitado, tanto pelo senado quanto pelo rei. É igualmente sabido que o arrendamento da lavra herdada a Henrique Lopes constituiu a principal fonte pecuniária a sustentar, nessa época, com folgas, os gastos da Santa Casa. Conforme

¹¹⁶⁴ AHU, MG, cx. 42, doc. 106.

notou Renato Franco, em sua primeira década de existência a irmandade conheceu momento de maior euforia e entusiasmo, animado pelas rendas abundantes advindas de seu patrimônio.¹¹⁶⁵

Abundância que durou pouco e começou a faltar a partir de meados da centúria. Em 1752, provedor e oficiais da Mesa requereram ao rei a concessão de uma esmola anual destinada a subsidiar o funcionamento do hospital, que enfrentava situação deficitária. Para fundamentar a petição, os solicitantes registraram em cartório um instrumento público de justificação, por meio do qual comprovavam com depoimento de testemunhas a veracidade das informações alegadas e a justeza do pedido. Nesse instrumento, as testemunhas foram questionadas acerca de afirmações previamente estabelecidas, a respeito das quais expressaram seus pareceres. Os três primeiros itens do questionário diziam:

ITEM: que a dita Casa [da Misericórdia] foi ereta há mais de dezesseis anos com faculdade real, com o limitado patrimônio de um legado que deixou o capitão-mor Henrique Lopes de Araújo de uma lavra ou faisqueira no córrego que desce do morro desta Vila para a praia de Antônio Dias. ITEM: que a dita faisqueira naqueles primeiros anos se arrematava por vinte e tantas libras de ouro em cada triênio, e pela falta de lavras e catas no dito morro se puseram as ditas faisqueiras há anos quase falidas que não há quem as arremate pelo dito tempo de três anos por mais de quatro libras de ouro, e a dita quantia é mais por se fazer caridade à Santa Casa que por conveniência que os arrematantes façam. ITEM que com a dita limitação se tem conservado a dita Casa com miséria depois que os irmãos deixaram de contribuir com as suas esmolas que alternativamente faziam o ganho de cada semana já em toda falta (...) ficando a dita Casa à divina providência e só (...) pela caridade dos fieis é que se tem conservado a dita Casa recolhendo nas suas enfermarias os enfermos que a ela concorrem de todos os sertões do continente deste país e vários loucos e mentecaptos.

No mesmo documento, provedor e oficiais alegaram que, por confiar na durabilidade da lavra de Henrique Lopes e “por se entender que não haveria falência na dita faisqueira que servia de patrimônio”, os irmãos haviam iniciado a edificação de uma enfermaria, obra a restar inacabada por escassez de recursos. Todas as quatro testemunhas ouvidas endossaram as afirmações inseridas no questionário. Uma delas disse que o abatimento de vinte libras no valor do arrendamento trienal (a regredir de vinte e quatro para apenas quatro libras de ouro) estava comprovado em certidões de arremate, possivelmente constantes na documentação da irmandade. Os depoimentos ainda transmitiram a impressão de que a “decadência” da extração aurífera não se restringia à propriedade em questão, mas antes afetava genericamente todo o Morro de

¹¹⁶⁵ FRANCO, R, *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdias na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado, p. 199.

Vila Rica, na dependência do qual estavam as antigas lavra e faisqueira situadas no Palácio Velho. Segundo o alferes João de Souza e Silva, “com o decurso do tempo e a falta de lavras do dito Morro tem tido grande decadência a dita faisqueira”. Outros depoentes declararam “falidas” ou “quase falidas” as lavras e catas situadas no Tapanhuacanga.¹¹⁶⁶

Mesmo se desconfiássemos das informações prestadas por petição destinada a exacerbar a situação de carência experimentada pela Misericórdia, a depressão no valor dos arrendamentos trienais não deixa dúvida quanto ao decréscimo da produção aurífera da lavra e da faisqueira do Palácio Velho. Como se sabe, a crise da atividade mineradora foi ocasionada pelo esgotamento das jazidas, muito sensível a partir de meados do século XVIII, sem embargo de a arrecadação dos quintos ter se mantido acima de cem arrobas anuais ao longo de toda a década de 1750, vindo a decair somente nos anos sessenta e setenta.¹¹⁶⁷

Uma vez estabelecido o prognóstico de decadência da mineração e extinção progressiva do ouro, pode-se presumir que a lavra do Palácio Velho tenha sofrido depreciação correspondente, tanto no valor dos arrendamentos quanto no índice de procura de mineradores interessados. Na segunda metade do século XVIII, o decréscimo de sua importância econômica pode ser acompanhado em requerimentos relacionados à Santa Casa, a denunciar o pauperismo da instituição, provocado, como se alega em petição de 1757, “pela grande decadência que tem experimentado os rendimentos com que se estabeleceu o hospital”.¹¹⁶⁸ Em 1769, o Conde de Valadares denunciou o “pouco rendimento da mesma Misericórdia”, a resultar no estado crítico ou calamitoso de seu hospital.¹¹⁶⁹ Dois anos depois, o mesmo governante explicou ao rei que as rendas da Misericórdia definhavam a cada dia, pois advinham de “um pequeno córrego, donde se extrai ouro, [e] é de tão limitada faisqueira que se arrenda por bem limitada quantia”. A escassez de recursos restringia a capacidade de atendimento do hospital a no máximo oito pacientes por vez, ainda assim com endividamento da irmandade.¹¹⁷⁰ Em 1776, Joaquim José da Rocha enfatizou que a Santa Casa havia se empobrecido com o tempo. Dotada com a renda “possível” em sua fundação, mas

¹¹⁶⁶ AHU, MG, cx. 62, doc. 103.

¹¹⁶⁷ MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal. 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 65-76.

¹¹⁶⁸ AHU, MG, cx. 71, doc. 9

¹¹⁶⁹ AHU, MG, cx. 94, doc. 19.

¹¹⁷⁰ AHU, MG, cx. 100, doc. 6.

“como as fazendas das Minas caducam”, a instituição encontrava-se descapitalizada, “por ser pequeno o seu patrimônio”.¹¹⁷¹ Na virada do século a situação de penúria permanecia inalterada, como fez notar em 1803 o governador Pedro Ataíde de Melo ao pedir relatório das rendas auferidas pela Misericórdia, a fim de tentar socorrê-la da “necessidade e miséria em que jaz a desgraçada pobreza desta vila”.¹¹⁷²

Ao longo de todo esse período as propriedades integradas ao Palácio Velho ficaram sob a administração da Santa Casa. Em livro de contas correntes, escrito entre 1808 e 1816, constam oito registros de pagamento de dívidas oriundas de arrendamentos de terrenos auríferos e de aluguéis de casas situadas no antigo complexo de Henrique Lopes. Através desses registros é possível constatar que, em decorrência da notável depreciação dos valores envolvidos, a Misericórdia optou por seccionar o terreno, dividindo-o em pequenos lotes arrendados ou alugados a preços mais baixos. Assim, a extensa área do legado original, anteriormente arrendada em sua parte principal para um único rendeiro, foi fragmentada. O alferes Antônio Lopes de Oliveira, por exemplo, arrendou “o cerco ao pé do Palácio Velho pelo preço e quantia de 4\$800 [réis]”. O mesmo rendeiro também arrematou, por dois triênios consecutivos, nos intervalos entre 1811-13 e 1814-16, o trecho de terreno estendido “da praia grande de Antônio Dias até a pinguela de Henrique Lopes”. O preço por triênio alcançou 14\$400 réis, correspondentes a 4\$800 réis por ano, a totalizar a quantia de 28\$800 réis por seis anos de contrato. Em 1806, o arrendador residia em casa com seis braças de largura, situada na “outra parte do corgo e ponte do Palácio Velho, frente ao caminho que divide os muros do mesmo Palácio Velho”.¹¹⁷³ Outros inquilinos locaram trechos distintos da propriedade. No mesmo período e também por dois triênios consecutivos, José da Silva Amorim explorou “uma parte de terra do corgo de Henrique Lopes”, ao preço de 1\$200 réis anuais, ou 3\$600 réis a cada três anos. Pelo mesmo preço, também arrendou o “cerco ao pé de sua casa” por um triênio. Por sua vez, Josefa Vaz de Carvalha, herdeira do capitão pardo José Vaz de Carvalho, era devedora de onze oitavas de ouro e um quarto (aproximadamente 13\$500rs.) pelo arrendamento – efetuado pelo falecido – do “cerco da praia de Henrique Lopes”. Outros integrantes da família Vaz de Carvalho

¹¹⁷¹ ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 103.

¹¹⁷² CARTA de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo aos procuradores da Santa Casa de Misericórdia sobre as rendas, arrecadações e despesas da Santa Casa. Vila Rica, 4 de novembro de 1803. APM, CC, cx. 22, rolo 507. Agradeço a Renato Franco a gentil indicação desse documento.

¹¹⁷³ LIVRO dos tombos de 1806 a 1812. APMOP, v. 151, fl. 163v.

também residiam em imóveis alugados na rua defronte o Palácio, à beira do córrego, como a parda forra Mariana e ainda Antônio Vaz de Carvalho. O imóvel onde este homem vivia, a vizinhança com a familiar forra, não pagava foros à câmara de Ouro Preto, indício de que fora edificado antes da fundação da vila, sendo por isso isento do imposto municipal.¹¹⁷⁴ Por usufruto de área no mesmo trecho Antônio de Faria Salgado, morador no caminho das Lages, ainda devia nove oitavas de ouro (aprox. 10\$800 rs.). Por fim, o preto forro Francisco Gonçalves Baltar, morador em Antônio Dias, também explorou parte do cerco da praia que levava o nome do pioneiro, de que devia a quantia de cinco oitavas e um quarto de ouro (aprox.. 6\$300 rs.). Esse arrendador foi o único a ter acusada a origem escrava, mas certamente existiram outros indivíduos “de cor” envolvidos no trabalho com aquela paragem minerária.¹¹⁷⁵

Inversamente ao que sucedera no passado, o aluguel imobiliário atingiu valor mais elevado que o de terrenos auríferos. No livro de contas correntes, o débito de maior vulto recaiu sobre José Teodoro de Toledo Piza, endividado em vinte e nove oitavas e meia de ouro (aprox. 35\$400 rs.) por conta dos “aluguéis de quando morou nas casas do Palácio Velho”.¹¹⁷⁶ Em 1804, o provedor da Santa Casa pediu a Vossa Alteza Real a cobrança executiva de uma dívida a ser descontada nos ordenados do padre Silvério Teixeira de Gouveia, professor régio em Vila Rica, empenhado em 146\$200 réis, “procedidos de aluguéis que ficou devendo das casas denominadas Palácio Velho”. A petição alegou “a grande necessidade e pobreza em que se acha esta Santa Casa” e conseguiu sensibilizar o monarca, que ordenou o desconto nos ordenados, corrigido com juros. O documento não esclarece, contudo, por quanto tempo e nem por qual período o Palácio Velho estivera alugado ao religioso.¹¹⁷⁷

¹¹⁷⁴ LIVRO dos tombos de 1806 a 1812. APMOP, v. 151, fl. 164v.

¹¹⁷⁵ DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817. Desprovido de qualquer catalogação arquivística, esse livro se encontra em depósito documental situado no interior do atual Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, no endereço Rua José Moringa, 620, Vila Itacolomy, Ouro Preto. Daqui em diante, para identificar que estou a me referir a documento consultado nesse local, utilizarei a sigla DSCOP, abreviatura de Depósito da Santa Casa de Ouro Preto. Agradeço a Carmem Silvia Lemos, que intermediou contato com o provedor da irmandade, a fim de possibilitar que eu pudesse ter acesso ao depósito e fotografar os livros que interessassem à presente pesquisa. Sou grato também a Sueli Perucci, que me acompanhou até o depósito.

¹¹⁷⁶ DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817..

¹¹⁷⁷ REQUERIMENTO do procurador da Santa Casa de Misericórdia solicitando a restituição da quantia que deve o padre Silvério Teixeira de Gouvêa com os aluguéis das casas denominadas Palácio Velho. Vila Rica, 20 de out. de 1804. BNRJ, CC, I-25,07,021. Agradeço a Renato Franco a gentileza de transmitir a transcrição desse documento.

É abissal a discrepância entre as cifras de princípios do século XIX e as correntes setenta anos atrás, sobretudo na apreciação de lotes auríferos. Se o aluguel pago pelo Palácio Velho atingiu valores próximos num e noutro momento – em 1737, foi alugado pela primeira vez para o padre Mathias Gonçalves Neves ao preço de 181\$000 réis, quantia pouco superior à dívida do segundo sacerdote, em 1804 – o abatimento no preço de arremate foi assombroso. Arrendada inicialmente por seis libras de ouro anuais, equivalentes a 921\$600 réis, a mesma “lavra de Henrique Lopes”, agora parcelada em diversos “cercos”, mal pôde render vinte mil réis por ano ao longo da década de 1810. A propriedade perdera completamente seu valor econômico.

A essa altura, além do prédio em si, o termo “Palácio Velho” havia passado a designar um bairro ou lugarejo da freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica. No censo de 1804, um dos logradouros recenseados estendeu-se do “Largo do Palácio Velho até a Ponte (de Antônio Dias)”. Ao longo desse trecho, registraram-se vinte e seis unidades residenciais, onde viviam 108 pessoas, em média de 4,1 residentes por domicílio. Entre os moradores locais, quarenta e dois eram escravos (38,8%). Outros dezessete foram descritos como agregados (15,7%). Responsáveis por domicílio, seus filhos e esposas chegaram a quarenta e nove pessoas (45,3%). Um grupo de oito residentes declaradamente aplicava-se ao trabalho de faiscação ou mineração, entre eles Ana Martins, escrava Mina que aparentemente residia, sozinha, em casa própria. Aliás, a presença de mulheres negras nas chefias de domicílio impressiona: foram nove – cinco pardas, três crioulas e a africana supracitada – contra dezessete homens, entre os quais quatro pardos, um crioulo e um escravo.¹¹⁷⁸ O parcelamento do solo urbano e a consequente proliferação de casas naquela área anteriormente reservada às senzalas de escravos e ao trabalho extrativo confirmam a tendência de esgotamento das jazidas auríferas ali depositadas. Sem ouro, os terrenos perderam valor, tornando-se acessíveis a pessoas pobres, inclusive escravos.

Os dados mais relevantes do censo foram, no entanto, de outra ordem. Entre os moradores residentes no trecho entre o Largo do Palácio Velho e a ponte de Antônio Dias constavam diversos inquilinos e arrematantes das propriedades administradas pela Misericórdia. José Toledo Piza, por exemplo, habitava por aluguel o Palácio Velho quando foi levado a rol. Branco, casado e escriturário da Contadoria, ali vivia com sua

¹¹⁷⁸ MATHIAS, H. G. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, p. 22-26.

esposa, D. Isabel Inocência de Castro e Souza, e mais uma criada crioula. Já o preto forro Francisco Gonçalves Baltar, arrendador do cerco da praia de Henrique Lopes, também residia em imóvel ali situado (seria a antiga casa de Henrique Lopes?). Era viúvo, com 55 anos de idade (em 1804) e conforme declarou em sua ficha cadastral “vivia de faiscar” junto a dois escravos adultos mais velhos, com 60 e 40 anos respectivamente, ambos de nação Mina. Também o pardo, capitão de ordenanças, José Vaz de Carvalho, outro rendeiro do cerco da praia de Henrique Lopes, morava à rua e assim como o vizinho sustentava-se da arte de “minerar”, ofício no qual empregava duas escravas e um escravo, além de uma agregada mais velha, de origem Mina, e um rapozote pardo, aprendiz de latoeiro. Viúvo e idoso, com 72 anos (em 1804), veio a falecer pouco depois, deixando dívida com a Misericórdia, posteriormente quitada por sua herdeira.¹¹⁷⁹

Em fins do século XVIII ou princípios do seguinte, o complexo do Palácio Velho foi retratado num *Mapa de Vila Rica*, de autoria atribuída a Manoel Ribeiro Guimarães, a mais antiga representação cartográfica remanescente da capital mineira (Figura 20).¹¹⁸⁰

Figura 20. *Mappa de Villa Rica*. Sem data. Autoria Manoel Ribeiro Guimarães. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

¹¹⁷⁹ MATHIAS, H. G. *Um recenseamento na capitania...* p. 24-25. DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817.

¹¹⁸⁰ Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, o *Mappa* é posterior a 1797, ano em que a praça principal de Vila Rica, onde se instalavam a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores, teria sido finalizada. Nestor Goulart dos Reis Filho atribui a data aproximada de 1786-87. Cf. FONSECA, C. D. “Urbs e civitas: A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 20, n.1, 2012, p. 77-108; p. 95. REIS FILHO, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

Figura 21. Extrato do *Mappa de Villa Rica*, com destaque para as propriedades situadas no Palácio Velho. Autoria Manoel Ribeiro Guimarães. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Como detalhado na Figura 21, o *Mappa de Villa Rica* distinguiu no interior e no arredor imediato do complexo do Palácio Velho cinco edificações, com suas respectivas áreas fundiárias devidamente demarcadas com muros de pedra seca. É possível estimar que as duas propriedades situadas ao centro da área destacada correspondessem respectivamente à antiga casa de Henrique Lopes (à esquerda) e ao Palácio Velho propriamente dito (à direita) a deter a maior área cercada entre muros. Note-se também que a delimitação dessas propriedades vedava o contato tanto das edificações entre si quanto delas com o ribeiro que nadava defronte o Palácio, a formar a “praia de Henrique Lopes”. Era o resultado do processo de loteamento dos terrenos, separados do córrego e da área ribeirinha, de molde a possibilitar o aluguel dos imóveis urbanos e o arrendamento de trechos ou parcelas da faisqueira à beira d’água. A representação parece omitir, contudo, a presença de edificações situadas à outra margem do ribeiro, entre o Palácio e o arruamento principal de Antônio Dias.

Os dados disponíveis a partir daí descrevem um lento e implacável processo de decadência material, que levará ao abandono e ao arruinamento do edifício palaciano. Na mesma época em que o *Mappa* foi elaborado, o letrado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos informou que, em Antônio Dias, “ainda existia”, vale dizer, ainda estava de pé o antigo domicílio dos governadores, “bem conhecido pela vulgar denominação de Palácio Velho”.¹¹⁸¹ A derradeira e única imagem a representar a edificação em sua

¹¹⁸¹ VASCONCELOS, D. P. R. de. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Carla Maria Junho Anastásia. Sistema Estadual de Planejamento, Fundação

integridade arquitetônica preservada já foi exposta nessa tese. Trata-se da aquarela publicada no relato de Johann Emanuel Pohl e editada por Thomas Ender (Figuras 15, 16 e 17, reproduzidas no capítulo 8). Elaborada entre 1817-21, essa aquarela captura a aparência externa do Palácio tal qual era e antecede imediatamente o seu arruinamento.¹¹⁸²

A destruição iniciou-se possivelmente em fins da década de 1810 ou princípios da seguinte. O evento foi presenciado e noticiado pelo Barão de Eschwege. Segundo o mineralogista, a busca incessante pelo ouro teria levado à prospecção de todo o terreno situado à encosta de Antônio Dias, onde se depositavam riquíssimos “conglomeratos” auríferos, recobertos por uma camada de itabirito, a formar a composição mineral típica daquele morro, a tapanhuacanga. Nem mesmo a estrutura palaciana teria sido poupada:

durante ainda os últimos anos de minha permanência ali, foi demolido em parte o chamado Palácio Velho, antiga morada em ruína dos governadores, com o fim de ser extraída a grande quantidade de ouro existente na tapanhoacanga, sobre a qual fora o mesmo edificado. A camada de tapanhocanga se destacava como em forma de ilha sobre o vale, pois, desde muito, as partes dessa camada em torno do palácio já haviam sido trabalhadas por outros proprietários, até o topo da serra.¹¹⁸³

Ao longo do século XIX, o processo de arruinamento tornou-se irreversível. Não sabemos até quando os bens integrados ao Palácio permaneceram sob a administração da Santa Casa. É possível que, cronicamente envolta em dificuldades financeiras por todo o oitocentos, como comprova a correspondência da irmandade em fins desse século, a Misericórdia tenha vendido ou se desfeito de seu patrimônio inicial, a exemplo do que ocorreu com casas e outros imóveis seus transacionados no mercado local.¹¹⁸⁴

Conquanto, se, por um lado, o ouro havia se esgotado e a estrutura física do edifício ruía, tornando visível a sua decadência material, de outro o Palácio Velho teve

João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Sociais, 1994, p. 91-92.

¹¹⁸² CUNHA, A. M. “Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 123-128.

¹¹⁸³ ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, v. 1, p. 159.

¹¹⁸⁴ Por exemplo, no ano financeiro de 1879 para 1880, a Santa Casa consumiu quase completamente a sua receita, que foi de 24:691\$903 réis, por conta de despesa no valor de 24:391\$643 réis, a resultar no saldo diminuto de 300\$230 réis. O patrimônio da instituição se limitava à posse de 59 contos e meio de réis em apólices da dívida pública geral. Em carta à assembleia provincial, a Mesa da Misericórdia alegou que sendo “pequeno, como ainda é, o patrimônio e o seu rendimento, não é suficiente para prover as multiplicadas exigências de uma instituição pia na capital, onde acham abrigo mais de cem desvalidos”. Pedia-se ao “poder legislativo estenda a sua mão protetora em favor dela, aumentando a subvenção e concedendo outros auxílios, assim de ser elevado o patrimônio, como tanto convém. Dos particulares quase nada há a esperar-se (...)” CORRESPONDÊNCIA da Santa Casa de Misericórdia, 1880 a 1886, fl. 6v, DSCOP.

reconstruída e ressignificada a sua importância simbólica. Alguns indícios prenunciaram a transformação. Pouco antes de vir a ter sua dívida cobrada executivamente pela Misericórdia, por não ter pago o aluguel do Palácio onde residiu, o padre Silvério Teixeira de Gouveia exercera o ofício de capelão junto à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Bom Jesus dos Perdões (mais conhecida por Irmandade das Mercês de Baixo), em Vila Rica. Como informou Marcos Magalhães de Aguiar, o clérigo desempenhara essa função nas Mercês de Baixo em duas oportunidades, entre 1794-96 e entre 1801-02.¹¹⁸⁵ Nesse período, talvez coincidente com o momento em que o capelão habitava o Palácio, essa irmandade envolveu-se ao lado da confraria do Rosário do Alto da Cruz em acirrada disputa judicial com o vigário da paróquia de Antônio Dias, Bernardo José da Encarnação. Em 1788, esse pároco protestou contrariamente às duas irmandades, a acusá-las de promoverem ofícios e outros procedimentos solenes valendo-se de seus respectivos capelães, a subtrair direitos e privilégios paroquiais da vigararia. Acionadas judicialmente, as duas confrarias, formadas por escravos, mulatos, forros e crioulos livres agiram irmanadas, a fim de legitimarem suas ações. O Rosário do Alto da Cruz aprovava no artigo 15º de seu compromisso a prerrogativa de realizar ofícios solenes por meio de seu capelão. Valendo-se da “graça” real concedida ao sodalício vizinho, as Mercês reivindicaram o mesmo privilégio. Ao longo dos onze anos durante os quais a pendenga judicial se desenvolveu, entre 1789-1800, as irmandades garantiram para si o poder de empreender ofícios solenes de maneira independente do pároco de Antônio Dias. Ao final, porém, o ouvidor da comarca deu ganho de causa à paróquia.¹¹⁸⁶

O fato de um capelão indiretamente ligado ao Rosário do Alto da Cruz ter residido no Palácio Velho seria irrelevante ou trivial, não fosse a descoberta de que a confraria e a ancestral moradia de governadores tiveram, por volta da mesma época, importante relação simbólica, muito antes de o mito de Chico Rei, objeto do próximo e derradeiro capítulo dessa tese, vir a ser conhecido publicamente. Em 2009, Alessandro Dell’Aira, pesquisador italiano então radicado no Brasil, comprovou que uma litografia de Rugendas a retratar festa de coroação de reis negros consistia em cerimônia promovida pela irmandade do Alto da Cruz, ambientada, precisamente, no interior do

¹¹⁸⁵ AGUIAR, M. M. de “Capelães e vida associativa de Minas Gerais”. *Varia Historia*, nº 17, 1997, p. 80-105; p. 94.

¹¹⁸⁶ AGUIAR, M. M. “Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na capitania de Minas Gerais” *Textos de História*, v. 5, n. 2, 1997, p. 41-100.

Palácio Velho, em Ouro Preto. Descrita com didascália errônea, essa litografia havia permanecido até então desprovida de crítica referencial.¹¹⁸⁷ Rugendas visitara o Brasil entre março de 1822 e maio de 1825, como participante da expedição chefiada por Georg Henrich von Langsdorff, à qual se manteve vinculado até novembro de 1824, quando a caminho do Rio de Janeiro se desentendeu com o grupo de expedicionários e retornou a Ouro Preto, onde ficou até, pelo menos, fevereiro do ano seguinte.¹¹⁸⁸ Portanto, o viajante esteve na capital mineira em dois momentos quase contíguos, entre julho e agosto de 1824 e, no retorno, de novembro até o ano novo. Foi nessa última ocasião, possivelmente na primeira quinzena de janeiro de 1825, que presenciou a festa de coroação de rei e rainha negros eleitos pela confraria do Rosário da Freguesia de Antônio Dias.

Inserida na quarta parte da obra *Viagem Pitoresca através do Brasil*, publicada em francês e em alemão, em 1835, a litografia nomeada “Fête de S.te Rosalie, Patrone des Nègres” (Figura 22) não tinha correspondência entre título e conteúdo. Com base em convincente conjunto de evidências, Alessandro Dell’Aira demonstrou que essa prancha, por ter sido descrita com didascália equivocada, com mote festivo atribuído à Santa Rosália, tivera identificação igualmente errônea, associada a Nossa Senhora do Rosário, quando, na verdade, reportava-se a uma festa em homenagem a Santa Efigênia, cujo cenário estava situado no interior do Palácio Velho. Além de considerar aspectos geomorfológicos, como a feição e a conformação do lugar, o posicionamento da Igreja e da ladeira imediata ao templo, o autor identificou flâmula com a iconografia votiva de Santa Efigênia, a portar ramo de palma à mão direita, prova que encerrou a questão.¹¹⁸⁹ A enigmática personagem que, afastada do grupo envolvido na festa, trajada com vestimenta diversa dos demais, troncos à mostra e pés descalços, empunhava a bandeira da santa núbia, pareceu representar um arquétipo mitológico, que Dell’Aira associou alegoricamente à figura lendária de Chico Rei.¹¹⁹⁰ Tornaremos à hipótese levantada pelo estudioso italiano. Por ora, importa avaliar mais detidamente certos aspectos da relação entre o Palácio Velho e a irmandade do Alto da Cruz, promotora da festa, e contrastar a

¹¹⁸⁷ DELL’AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei”. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2009, n. 9/10 setembro de 2009, p.137-47.

¹¹⁸⁸ DIENER, P. “O catalogo fundamentado da obra de J. M. Rugendas e algumas ideias para a interpretação de seus trabalhos sobre o Brasil”, *Revista USP*, São Paulo, v. 30, 1996, p. 46-57.

¹¹⁸⁹ Sobre a iconografia de Santa Efigênia, cf. ALVES, C. M. “Um estudo iconográfico” in COELHO, B. (org.) *Devoção e imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 69-122; p. 70-71.

¹¹⁹⁰ DELL’AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei”. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2009, n. 9/10 setembro de 2009, p. 137-147.

gravura de Rugendas a outras evidências histórico-documentais pertinentes.

O rei e a rainha negros, acompanhados de corte e de foliões que festejavam a coroação ao mesmo tempo em que homenageiam oragos devocionais constituem o núcleo dramático da litografia. Desde os mais remotos registros disponíveis acerca de seu funcionamento, a partir da década de 1720, a confraria dos irmãos pretos do Alto de Padre Faria (posteriormente chamada do Alto da Cruz¹¹⁹¹) patrocinava a realização de festas dedicadas aos oragos invocados na irmandade. Inicialmente, até 1730, a festa parece ter se limitado à celebração de Nossa Senhora do Rosário, ocorrida entre janeiro e fevereiro de cada ano. Contudo, o vertiginoso crescimento da irmandade verificado nos anos seguintes levou à ampliação dos oragos e das festividades. Em 1732, fizeram-se dois dias festivos, sem que se saibam as devoções homenageadas. A partir de 1733, foram três as festas confessionais, com patronos não mencionados. Em 1737, os irmãos encomendaram, ao custo de três oitavas de ouro, uma imagem de Santa Efigênia. De 1741 em diante, a confraria passou a obter junto à paróquia provisões para quatro festas distintas, distribuídas em dias diferentes. No ano confrarial intercalado entre fevereiro de 1746 e o mesmo do seguinte, os santos foram enfim revelados na documentação, tornando-se praxe a indicação pormenorizada das receitas auferidas por cada devoção. Existiam, na verdade, cinco invocações devocionais, partilhadas em quatro dias festivos. Nesse ano, a festa de Nossa Senhora do Rosário ocorreu a 30 de dezembro de 1746, a de São Benedito no primeiro dia do ano novo, a de Santo Antônio do Noto a 6 de janeiro e, por fim, Santa Efigênia e Santo Elesbão foram festejados dois dias depois, ambos na mesma data. Desde então e ao longo de toda a segunda metade do século XVIII, os santos e os dias festivos celebrados pela irmandade do Alto da Cruz não mudaram. A festa de Nossa Senhora do Rosário podia ocorrer nos dias 30 ou 31 de janeiro; a de São Benedito quase sempre, senão sempre, se deu no primeiro de janeiro; Santo Antônio do Noto oscilou entre os dias 2 e 7 de janeiro; e a última festa, a congregar Santa Efigênia e São Elesbão, chegou a ser empreendida num intervalo maior, entre 5 e 14 de janeiro.¹¹⁹²

Como dissemos, a multiplicação de santos devocionais e de dias festivos

¹¹⁹¹ Até 1750, o nome da confraria, tal como expressado no livro de receita e despesa, variou de irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Antônio Dias a Irmandade de N. S. dos Pretos do Alto de Padre Faria. Já a expressão “Alto da Cruz do Padre Faria” ou somente “Alto da Cruz”, só apareceu a partir de 1751. Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132.

¹¹⁹² Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, passim.

coincidiu com a época de maior expansão econômica da própria confraria. As cifras arrecadadas entre 1730 e 1758 foram altíssimas, com receitas anuais a superar sempre a casa de dois contos de réis (2:000\$000) e com alguns picos de arrecadação a bater o dobro desse valor. A tendência de queda na segunda metade do século XVIII foi constante, porém paulatina, e se acentuou no primeiro quarto do oitocentos. Quando Rugendas conheceu a festa confrarial, em 1825, as condições materiais da irmandade eram muito inferiores às do passado, como demonstra o Gráfico 14. De qualquer forma, nos setenta anos intercalados entre 1726 e 1797, o montante declarado aproximou-se da casa de cento e vinte contos de réis, em média anual de 1,7 contos.¹¹⁹³

¹¹⁹³ No período aludido, a irmandade arrecadou, mais precisamente, o valor de 116:290\$575 rs., mas nesse montante não constaram as receitas dos anos de 1775, 1786 e 1787. Marcos Magalhães de Aguiar também calculou os rendimentos do Rosário do Alto da Cruz, obtendo, contudo, resultados diferentes dos apresentados no Gráfico 14, de minha autoria – discrepância possivelmente decorrente da cotação da oitava adotada como referência, entre outros critérios técnicos indicados pelo autor. Com base nos rendimentos das demais irmandades de Vila Rica no século XVIII, apresentados por Aguiar, a confraria do Alto da Cruz foi a que mais recursos arrecadou nesse período, superando inclusive a irmandade do Santíssimo Sacramento. AGUIAR, M. M. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. São Paulo: FFLCH, USP, 1999. Tese de Doutorado, p. 241-42.

Gráfico 14. Evolução das receitas anuais em réis arrecadadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria (ou Alto da Cruz), entre 1726-1825. Fonte: Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132; e Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133. * O gráfico acima não considera os anos de 1775, 1786 e 1787 e tampouco o intervalo entre os anos de 1797 e 1819, para os quais não foram encontrados dados disponíveis.

Em 1746, quando a composição interna subdividida em cinco invocações tornou-se visível na documentação pela primeira vez, a devoção dedicada à princesa núbia, em termos financeiros, ocupava lugar intermediário dentro da irmandade. Nesse ano, enquanto Santa Efigênia auferiu 290 oitavas de ouro, a superar os valores dedicados a São Benedito (com 264 oitavas) e a São Elesbão (com 255 oitavas), a principal figura devocional ainda era, com folga, a Virgem do Rosário, a quem se doaram 625 oitavas de ouro, seguida de Santo Antônio do Noto, com 300 oitavas e meia. Repare-se que, de toda forma, o quarto dia festivo assumia desde já posição de destaque, uma vez que, somadas as contribuições angariadas pelos dois oragos, a celebração de Santa Efigênia e de Santo Elesbão virtualmente equiparava-se ao montante arrecadado em nome de Nossa Senhora do Rosário.¹¹⁹⁴

No entanto, como ilustra o Gráfico 15, ao longo dos quase quarenta anos para os quais dispomos de dados, intercalados entre 1746 e 1783, é possível notar a tendência ascendente da devoção por Santa Efigênia, proporcional ao declínio dos recursos ofertados a Nossa Senhora do Rosário e aos outros oragos. Muito embora a capacidade arrecadatória dos juizados e os valores levantados por cada um tenham decaído em todas as devoções, frutos da retração econômica geral vivenciada na segunda metade da centúria, a importância relativa das cinco invocações confessionais se alterou no interior da irmandade. Até princípios da década de 1770, a Virgem do Rosário manteve primazia, como a devoção de maior vulto econômico dentro da confraria. Contudo, a partir de 1772, essa condição foi assumida pela santa etíope, única invocação devocional capaz de apresentar crescimento orçamentário em princípios da década de 1780, enquanto as outras visivelmente regrediam.

Considerando-se essa tendência, não surpreenderá o fato de que, quarenta anos depois – longo período para o qual, infelizmente, faltam dados financeiros sobre o juizado dos santos no Alto da Cruz¹¹⁹⁵ –, quando Rugendas assistiu à festividade promovida pela irmandade, Santa Efigênia foi o orago que mais fundos arrecadou e o que maior número de juizes possuiu, a superar significativamente as demais invocações.

¹¹⁹⁴ Os valores arrecadados por cada devoção correspondiam às esmolas pagas por juizes festivos e por juizes de devoção, além daquilo que era obtido nas caixinhas correspondentes a cada santo. Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fl. 33-34v,

¹¹⁹⁵ A partir de 1784, na gestão de Tomás Antônio Gonzaga como ouvidor de Vila Rica, responsável por tomar e aprovar a prestação de contas das irmandades leigas, foi alterada a forma de notação das receitas e despesas. Antes registrados em pormenor, os dados financeiros passaram a ser indicados somente em valores absolutos. Por conta disso, as receitas dos juizados desapareceram do livro principal. Em todo caso, a contabilidade anual registrada nesse volume vai até 1797. A partir daí interpõe-se lapso durante o qual sequer os balancetes anuais estão disponíveis. O próximo livro de receita e despesa começa a partir de 1819 e se estende até 1844.

Gráfico 15. Evolução da arrecadação (em oitavas de ouro) das cinco invocações devocionais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica (1743-83). Fonte: Livro Nº 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132

* No intervalo entre 1749 e 1756, as esmolas dadas a Santa Efigênia e São Elesbão foram indistintamente somadas, em conjunto, no livro de receita. Para esse período, optou-se pela divisão igualitária do montante e por isso os valores arrecadados pelos dois juizados são idênticos no intervalo. A soma indistinta também ocorreu no ano de 1780, porém nesse caso adotei critério diferente, baseado na discrepância dos montantes que vinham sendo auferidos pelos dois oragos nos três anos anteriores e nos três subseqüentes. Calculei a média e apliquei a referência percentual sobre a esmola de 1780. Com base nesse critério, São Elesbão teria ficado, nesse ano, com cerca de 15% das esmolas doadas às duas devoções.

Entre maio de 1824 e o mesmo do ano seguinte, sessenta e cinco irmãos inscreveram-se no juizado da santa, enquanto Nossa Senhora do Rosário, com cinco, Santo Antônio e São Elesbão, com dois juízes cada, ficaram muito aquém. Mais da metade da receita auferida pela irmandade adveio das esmolos conferidas à princesa núbia (mais precisamente 54,5%, correspondentes a 168\$885 rs.).¹¹⁹⁶ Com base nos dados colhidos em forma de amostra para os anos de 1820, 24, 28 e 1832, expostos no Quadro 56, tem-se mesmo a impressão de que o culto a Santa Efigênia havia monopolizado completamente o cenário devocional no interior da confraria. A esmagadora maioria dos juízes e o grosso dos recursos arrecadados nesse período advieram da invocação etíope.

Ano	N. S. do Rosário	Juízes(as)	S. Benedito	Juízes(as)	S. A. Noto	Juízes(as)	S. Efigênia	Juízes(as)	S. Elesbão	Juízes (as)
820	124\$550	5	12\$760	4	46\$647	6	277\$099	64	-	-
1824	51\$111	5	-	-	4\$050	2	170\$932	65	19\$926	2
1828	88\$475	7	17\$330	2	22\$655	4	230\$095	78	11\$817	2
1832	61\$100	3	22\$085	2	9\$390	1	218\$862	68	-	-

Quadro 56. Valores de esmolos (em réis) e número de juízes por devoção na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz. Fonte: ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133, fls.10-72.

A data limite do Quadro acima não foi escolhida ao acaso. Ela marca o último ano administrativo em que o tesoureiro responsável pelo registro de esmolos pagas à irmandade preocupou-se em discriminar o vínculo ou a intenção devocional de juízes e doadores. Desde então, a notação dos recursos entrados no sodalício omitiu toda e qualquer referência confessional, generalizando-se uma escritura padrão diferente da verificada desde 1746. Não é difícil explicar o motivo dessa transformação. Num meio onde quase todos os irmãos eram devotos de Santa Efigênia, a identificação sistemática do elo devocional perdeu o sentido que possuía e tornou-se procedimento burocrático anacrônico. A inexpressividade dos grupos congregados aos demais oragos já não justificava a notação específica de outrora. Mais complexo será divisar as causas que levaram a tal hegemonia e a tamanha concentração de esforços devocionais em prol de Santa Efigênia.

Nessa breve história da Irmandade do Alto da Cruz, abordada em traços largos, é possível entrever uma complexa dinâmica de forças e de transformações atuantes sobre a confraria, que a mantiveram em constante movimento e em rápida mutação, sob a ação de pressões internas e externas, ao longo de todo o percurso aqui tratado. Existiram, contudo, dois períodos cruciais, a ditar mudanças de maior alcance.

¹¹⁹⁶ ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133, fl. 34v. 38.

Um primeiro momento se desenvolveu a partir de 1730 e evoluiu até meado do século, marcado por expansão vertiginosa da irmandade, tanto em número de irmãos filiados quanto em recursos financeiros auferidos. A multiplicação de invocações devocionais e de dias festivos foi, decerto, a consequência mais evidente do ingresso maciço de diferentes grupos étnicos, de procedência e de “nações” africanas congregadas àquela que estava a se tornar a maior e mais rica confraria escrava das Minas setecentistas. Embora não tenhamos condições de analisá-lo aqui e nem seja nosso propósito avaliar este aspecto em particular, parece justo sugerir que a subdivisão interna dos irmãos, distribuídos por cinco oragos distintos, teria sido o resultado da complexa equação política, social e cultural criada pelo mosaico multifário e heterogêneo de escravos trazidos para Vila Rica na primeira metade do século XVIII. Anderson de Oliveira, ao contestar visão comumente aceita acerca da desimportância de clivagens étnicas entre as populações escravas e forras nas irmandades locais, argumentou que distinções grupais não teriam sido estranhas ao fenômeno confrarial de Vila Rica. A estudar os juizados da irmandade do Rosário da Freguesia do Pilar de Ouro Preto na segunda metade da centúria, o historiador fez notar a identificação de certos grupos ou fatias das irmandades com devoções específicas: enquanto os crioulos preferiam Santa Efigênia, escravos angolanos filiavam-se a Santo Elesbão e minas se uniam sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. O autor chegou a verificar a pertinência desse problema nos juizados do Rosário do Alto da Cruz, mas para tanto, interessado na questão dos pertencimentos étnicos e grupais, compulsou apenas a documentação referente à entrada de irmãos, na qual a identificação dos confrades se fazia de forma mais sistemática, o que o impediu de observar, contudo, as transformações relatadas acima, visíveis apenas nas fontes relativas à tesouraria. Ainda assim, Oliveira sugeriu que sua hipótese acerca da preferência de crioulos e pardos por Santa Efigênia, válida para o Rosário de Ouro Preto, também se reproduzira no de Antônio Dias.¹¹⁹⁷ Importa frisar que a questão étnica virtualmente envolvida na etapa de formação da irmandade esteve atrelada a contexto específico, no qual a configuração de grupos e de nações pode ter assumido importante função na socialização de cativos africanos que chegavam a Vila Rica, sem cessar, a partir das mais diversas origens e sociedades do continente africano.

¹¹⁹⁷ OLIVEIRA, A. J. M. de. “Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, pp. 60-115; p. 92.

O segundo momento a demarcar viragem histórica no formato da irmandade transcorreu ao longo de período pouco referenciado nas fontes aqui discutidas, mas cujos efeitos pudemos observar a montante e a jusante. Conjugadas a outros fatores, como o declínio da extração aurífera e o impacto negativo que a crise desse setor suscitou em núcleos economicamente dependentes da mineração, a exemplo da freguesia de Antônio Dias, as transformações sucedidas na composição da população escrava, forra e livre “de cor” na segunda metade do século XVIII e no primeiro quarto do oitocentos afetaram a confraria e constituíram variáveis determinantes no processo.

A mudança no perfil e na origem dos africanos traficados para Vila Rica nesse período é bem conhecida. Como vimos no capítulo 14 (cf. Quadros 43 e 45), o percentual de escravos oriundos da África Ocidental presentes na freguesia de Antônio Dias em 1718-19 atingiu quase dois terços (entre 61 e 66%) dos trabalhadores arrolados na cobrança dos quintos, a superar o terço de representatividade obtido por bantos oriundos da África Centro-Ocidental. Francisco Luna e Iraci Costa demonstraram que a proporção de dois sudaneses para cada banto manteve-se na freguesia de Antônio Dias, com oscilações cada vez maiores, até o último quarto do setecentos, cenário alterado rapidamente desde então. A redução da remessa de africanos oriundos da Costa da Mina foi tendência no tráfico atlântico direcionado ao Brasil desde os anos 1740 e teve efeitos manifestos em Minas Gerais, como destacou Russel-Wood.¹¹⁹⁸ A inversão demográfica dos contingentes africanos em Vila Rica mostrou-se plenamente consumada já no censo de 1804, quando 84,7% dos cativos estrangeiros eram bantos, e apenas 15,3% advinham da porção ocidental do continente. Os demógrafos citados acima comprovaram ainda que, nessa época, a minoria mina distinguiu-se da maioria banto também por um hiato geracional. Escravos ocidentais estavam envelhecidos, os mais deles acima de quarenta anos de idade, enquanto bantos eram principalmente jovens e ocupavam a alargada base da pirâmide etária.¹¹⁹⁹ Na primeira metade do século XIX, pode-se cogitar que mesmo regiões da província de Minas Gerais marcadas por histórica presença de africanos sudaneses, como Ouro Preto, passaram a integrar a “proto-nação banto” advogada por Robert Slenes.¹²⁰⁰

¹¹⁹⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 172.

¹¹⁹⁹ LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N. da “Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais” in: LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N.; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 17-31.

¹²⁰⁰ SLENES, R. W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”, *Revista USP*, v.

Ainda no âmbito das “populações de cor”, outro elemento decisivo foi o crescimento bruto e relativo de forros, libertos, crioulos, mulatos e pardos livres. Em 1786, forros eram 34% da população mineira.¹²⁰¹ Vinte anos depois, no mesmo censo de 1804, forros e livres compunham a maioria da população residente em Vila Rica, da ordem de 68% dos habitantes. Por sua vez, os escravos haviam regredido ao patamar de um terço dos moradores.¹²⁰² Por fim, uma tendência mais surda, mas igualmente importante, consistiu no progressivo equilíbrio de gênero na população em geral e, sobretudo, entre os egressos da escravidão. A freguesia de Antônio Dias, antes repleta de mineradores livres solteiros, escravos mineradores e homens forros a viver de faisqueiras, com pouquíssimas mulheres, conheceu crescimento significativo da população feminina, que superou o sexo oposto em princípios do século XIX. Nessa época, muitas mulheres tornaram-se mesmo proprietárias ou chefes de domicílios, conforme demonstrou o estudo de Kátia Campos, e a exemplo do que pudemos constatar no largo do Palácio Velho em 1804.¹²⁰³

Toda essa gama de fatores deve ser levada em conta na explicação do processo histórico de transformação verificado no Alto da Cruz e também na compreensão da gravura de Rugendas. Não temos condições de aprofundar aqui avaliação mais detida sobre a história dessa irmandade, o que demandaria, por si só, uma nova investigação, inexistente, aliás, em nossa historiografia. Mencionada e discutida em diferentes trabalhos que tiveram por mote o estudo de sodalícios mineiros no século XVIII, o Rosário do Alto do Cruz jamais foi alvo de investigação específica, apesar de sua reconhecida importância no panorama confrarial mineiro.¹²⁰⁴

12, 1992, p. 48-67.

¹²⁰¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos...* p. 183.

¹²⁰² COSTA, I. del N. *Vila Rica: População*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, p. 83.

¹²⁰³ CAMPOS, K. M. N. “*Sem dados não há demografia*”: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira: 1760 – 1804. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2011. Tese de doutorado, p. 140-41.

¹²⁰⁴ A historiografia de referência acerca dessa irmandade pode ser consultada nas seguintes obras. VASCONCELOS, D. “As Obras de Arte” In: *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 143-191; p. 154-55. O mesmo texto foi publicado em separata VASCONCELLOS, D. *A Arte em Ouro Preto*. Edições da Academia Mineira, 1934. MENEZES, J. F. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975; BOSCHI, C. C. *Os leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986. AGUIAR, M. M. de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado. Do mesmo autor: *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. São Paulo: FFLCH, USP, 1999. Tese de Doutorado, p. 236-367. BORGES, C. M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas*

Também não será nossa pretensão impor à gravura de Rugendas escrutínio tão erudito quanto o fez Robert Slenes em relação a outra prancha também publicada em *Viagem Pitoresca*, intitulada “Negros no porão do navio”, que o historiador demonstrou ter sido inspirada em parábolas, alegorias e imagens bíblicas, sobretudo nas gravuras de *Icones Biblicae*, de autoria do germânico Matthaeus Merian (1593-1650), muito conhecidas do público europeu entre os séculos XVII-XIX. Apropriando-se de diversos elementos iconográficos e de diferentes imagens da Paixão de Cristo, Rugendas metaforizou o sofrimento, a morte e a ressurreição dos escravos na *via crucis* que os conduziu da terra natal até a América, onde renasceriam a partir do suplício impingido na travessia e das agruras da escravidão. Segundo Slenes, em sua “viagem alegórica” pelo país recentemente emancipado o pintor alemão teria alinhavado argumento ou discurso próprio acerca da formação nacional brasileira. Dialogando com a tradição pictórica dedicada a representar o escravo e a escravidão ao público europeu àquele momento, inclinada a denunciar, por um lado, a desumanização provocada pelo tráfico e pelo sistema escravista e, de outro, a possibilidade de negros livres, forros e cativos integrarem (ou não) o mundo civilizado e trazerem contribuições à sociedade, o viajante bávaro teria visto no Brasil, segundo Slenes, a constituição de um “povo mestiço” adaptado ao modo de vida europeu. A experiência social brasileira provava que negros estavam aptos ao mundo civilizado e haviam absorvido o cristianismo. Com esse propósito, embora condenasse o sistema, o europeu tratou de suavizar as agruras do escravismo luso-brasileiro. Algumas de suas gravuras mostraram escravos a atuar como trabalhadores efetivamente integrados ao meio social. Por sua vez, cenas de danças e festas simbolizaram a cultura, os hábitos e costumes produzidos por cativos no Brasil. Com a extinção progressiva da escravidão, os negros egressos do regime poderiam, num futuro mais ou menos próximo, vir a se equipararem aos brancos.¹²⁰⁵

Nessa perspectiva, ainda de acordo com o brasilianista, a gravura acerca da festa de reis negros (que Slenes remeteu a Nossa Senhora do Rosário) visava simbolizar a devoção e a submissão dos escravos em relação a um orago católico, ao catolicismo e, no limite, à própria Igreja cristã. Influenciado pela obra de outra viajante, Henry Koster,

Gerais no século XVIII. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. RANGEL, A. P. dos S. “Cristãos pretos no mundo colonial: irmandades de escravos e forros em Minas Gerais – Século XVIII”, *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, v. 7, n° 2, 2005, p. 77-92.

¹²⁰⁵ SLENES, R. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”, *Revista de História da Artes e Arqueologia*, n. 2, 1995/96, p. 271-310.

Rugendas reproduziu longa passagem na qual o autor inglês, na obra *Travels in Brazil*, descreveu a festa de Nossa Senhora do Rosário e a eleição de “rei Congo” promovidas por irmandade de negros na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco.¹²⁰⁶ Embora reconhecesse na celebração a presença de danças e de outros ritos originários da África, Koster considerou a festa de Nossa Senhora do Rosário uma prova da assimilação de religiosidade e de hábitos culturais cristãos, plenamente aceitos e reproduzidos pelos escravos no Brasil.¹²⁰⁷ Rugendas argumentou de modo semelhante. Após citar Koster sobre a festa do Rosário, o bávaro arrematou com sua própria interpretação dos fatos, em passagem muito reveladora dos pressupostos que animaram a feitura da litografia aqui em causa:

Pode-se estranhar encontrar entre os negros do Brasil tão poucos traços das ideias religiosas e dos costumes de sua pátria; mas nisso, como em muitas outras coisas, tem-se a prova de que para os negros a travessia que os leva para a América é uma verdadeira morte. O excesso de violências que lhes são impostas destrói, quase inteiramente, todas as suas ideias anteriores, apaga a lembrança de todos os seus interesses: a América é para eles um mundo novo; aqui recomeçam uma nova vida. A influência da religião católica é incontestável desse ponto de vista; é a consoladora dos negros; seus sacerdotes lhes aparecem sempre como protetores naturais, e o são com efeito. Por outro lado, as formas exteriores desse culto devem produzir uma impressão irresistível no espírito e na imaginação do africano. Concebe-se, pois, que no Brasil os negros se tornem rapidamente cristãos convictos e que todas as recordações do paganismo se apaguem neles ou lhes pareçam odiosas.¹²⁰⁸

Avaliar a presença do modelo alegórico proposto por Slenes requer análise mais fina dos motivos iconográficos mobilizados na gravura. Por outro lado, há que retomar as descobertas efetuadas por Alessandro Dell’Aira e aprofundá-las nos aspectos não considerados por esse autor. Por fim, cabe recuperar certos dados documentais já enunciados e trazer outros à tona, compulsados no acervo da irmandade do Alto da Cruz e nas fontes relativas ao Palácio Velho. Como veremos adiante, esse entrecruzamento de referências é fundamental para um entendimento matizado da imagem.

A mais importante contribuição à crítica histórica dessa litografia (Figura 22) foi o estabelecimento inequívoco de seu referencial, a determinar o espaço e a circunstância evocados na gravura. Dentre outros fatores, Dell’Aira identificou quatro pontos-chave:

¹²⁰⁶ A obra de Koster foi publicada no Brasil como KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo: Editora Nacional, 1942. A passagem na qual Rugendas transcreve a passagem do viajante inglês se acha em RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 252-53.

¹²⁰⁷ SLENES, R. “As provações de um Abraão...” p. 278-79.

¹²⁰⁸ RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca...*p. 253-54.

Figura 22. *Fête de Ste. Rosalie Patrone des Nègres*. Litografia, cm. 28 x 36. RUGENDAS, J. M. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann, 1853, p. 368.

1- o ícone votivo inscrito na bandeira portada pela enigmática personagem (que o autor associou ao mito de Chico Rei) é, sem dúvida, Santa Efigênia; 2- a igreja retratada ao fundo alude à capela de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz; 3- a edificação parcialmente representada de esquelha, à esquerda, caracteriza o Palácio Velho de Ouro Preto; 4- a cena festiva descrita em pormenor no centro da gravura consistiu em cerimônia patrocinada e protagonizada pelos confrades negros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz. Estabelecidos esses pontos-chave é possível avançar no campo da definição referencial.

A presença da imagem votiva de Santa Efigênia acusa que a cena em tela corresponderia ao festejo anual promovido pela irmandade do Alto da Cruz em homenagem àquela importante figura devocional abrigada no seio da confraria. Entretanto, Dell'Aira não pôde captar em sua brilhante análise iconográfica que essa festa era tradicionalmente realizada de modo conjunto à de São Elesbão, a constituir o quarto e último dia festivo do ciclo de celebrações aberto com a festa de Nossa Senhora, ao fim do ano, seguida de folias dedicadas a São Benedito, na largada do ano seguinte, e a Santo Antônio do Noto, na primeira semana. Portanto, a festa de Santa Efigênia e São Elesbão fechava o período festivo. No ano confrarial de 1824-25, encerrado com as celebrações presenciadas por Rugendas, existiram dois juizes devotados a São Elesbão, como expõe o Quadro 56, a garantir que a homenagem festiva a esse orago efetivamente ocorreu. E, de fato, o santo africano foi evocado na gravura, como teremos oportunidade de apontar, e também fez parte do motivo devocional da festa. A rigor, portanto, estamos a discutir a representação iconográfica da festa de Santa Efigênia e São Elesbão.

Outro aspecto que escapou a Dell'Aira foi a apreciação do peso específico dessa festa no interior da irmandade àquele momento. Como se viu, após longo processo de rearranjos internos, o instável equilíbrio de cinco forças devocionais agregadas à confraria – possivelmente representativas de distintos grupos étnicos – se rompeu e, entre fins do século XVIII e princípios do seguinte, resultou no fortalecimento hegemônico da invocação de Santa Efigênia. Considerando a distribuição assimétrica de recursos humanos e financeiros aplicados nos juizados, não resta dúvida de que a celebração assistida por Rugendas foi a maior organizada pela irmandade do Alto da Cruz àquele ano. Sugere-se com isso um critério de escolha: o artista teria optado deliberadamente pelo evento mais concorrido e mais importante.

A realização da principal festa confrarial no interior do Palácio Velho foi ato

prenhe de simbolismo, potencializado ainda pela junção do cerimonial de reverência ao rei e à rainha negros. Por tudo o que sabemos acerca da história desse complexo, de sua importância política, econômica e simbólica na formação das Minas, e também por se conhecer que o Palácio viria a atrelar-se à narrativa mítica de Chico Rei, o estabelecimento do espaço festivo é fator crucial na interpretação da gravura. Quanto a isso, há mais perguntas que respostas e mal começamos a desvendar as implicações envolvidas no problema. Dell'Aira enfatizou o significado probatório da imagem, como elemento a reforçar o regime de historicidade da lenda de Chico Rei. O estudioso tem razão ao destacar que sua extraordinária descoberta fez anteceder em oitenta anos o primeiro relato a correlacionar a irmandade do Alto da Cruz ao Palácio que teria sido explorado pelo rei devoto de Santa Efigênia. No entanto, restam muitas outras questões. Por que os irmãos do Alto da Cruz teriam optado por sediar sua principal festividade nos limites do Palácio Velho? O evento presenciado por Rugendas era costumeiramente realizado no local? Em caso afirmativo, desde quando o fora pela primeira vez e até quando permaneceu sendo assim? Qual a relação do Palácio com a irmandade? Outros eventos confrariais também se passaram ali? Por que o viajante optou por representar a festa daquela forma? Quais alegorias estariam presentes na imagem? O que o autor quis dizer com sua obra? À revelia de tantas dúvidas irrespondidas, subsiste a certeza de que na cena lavrada por Rugendas “nada acontece por acaso”.¹²⁰⁹

Avaliemos a gravura em contraste com o texto de *Viagem*.¹²¹⁰ A capela representada ao fundo é, simbolicamente, o elemento organizador da festa promovida em primeiro plano. O templo católico construído e mantido com recursos da irmandade negra observa a festa confrarial e atesta a motivação cristã dos fiéis. A intenção de realçar a igreja foi o que motivou o artista a consumir uma série de manipulações de perspectiva, animado por evidente fim alegórico. A partir do ponto onde a cena se dá, a vista natural da igreja seria diagonal, enviesada; dali, o observador poderia avistar lateralmente as torres, parte do frontão e o corpo do templo, angulado em 45 graus. Por sua vez, o sítio do Palácio Velho, à meia encosta, está situado em nível bastante inferior ao da igreja, situada no topo da colina, a implicar que a visualização do templo católico

¹²⁰⁹ DELL'AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei... p. 141-43.

¹²¹⁰ R. Slenes argumentou, com razão, que o texto de *Viagem Pitoresca*, embora quase sempre preterido e ofuscado pelas imagens, e cuja autoria e autenticidade já foram postas em dúvida, mantém com as gravuras uma relação de complementaridade e homologia, a reforçar a tese de que escritor e pintor estiveram em sintonia. Compactuamos com essa leitura e por isso consideramos o texto da obra como elemento explicativo da litografia em causa. SLENES, R. “As provações de um Abraão... p. 272-82.

Figura 23. Vista da atual Igreja de Santa Efigênia a partir do Palácio Velho. Autoria: Heitor Kooji Mello Matsui. Junho de 2014.

Figura 24. Vista da ladeira de Santa Efigênia. Autoria desconhecida. Sem data. Segunda metade do século XIX. O ponto marcado com o número treze correspondente à localização aproximada do Palácio Velho. Repare-se na presença de árvore Araucária, semelhante à representada por Rugendas. Fonte: ICHS/UFOP.

a partir daquela propriedade demandaria tomada de baixo para cima (Fig. 23).

Mas, na litografia, a representação da igreja foi intencionalmente alterada. O frontão e as duas torres sineiras apontam para o centro da imagem, onde rei e rainha se encontram. O corpo do edifício desapareceu, subsumido atrás da fachada. O artista nivelou ou atenuou significativamente a diferença de nível entre os planos, de modo que a igreja pudesse ser vista a partir de enquadramento centralizado na festa. Para harmonizar as proporções, distanciou horizontalmente os planos e tomou vista da igreja de um ponto mais distante (com mirada a situar-se provavelmente no Alto de Santa Quitéria). Dessa forma, a rua em descida desde a igreja em direção a Antônio Dias, encoberta a partir do Palácio, mas perfeitamente visível à distância, foi incorporada à imagem (Fig. 24). Tais manipulações de perspectiva visaram identificar e destacar o monumento religioso em meio ao casario que serpenteava o morro do Alto da Cruz, ao mesmo tempo em que realçaram a sua função referencial. A presença sobranceira da igreja assinalou o aceite e a incorporação da festa escrava junto ao seio do catolicismo brasileiro. Como se estivesse a dizer a seu público europeu: tudo o que se vê em primeiro plano, por mais heterodoxo e estranho que pareça à tradição cristã, faz ali, entretanto, parte dela.

O propósito de Rugendas foi duplo: de um lado, exaltar as qualidades do catolicismo luso-brasileiro no que diz respeito ao trato com escravos; e, de outro, criticar nesse mesmo quesito a atuação do clero reformado em colônias inglesas e francesas. Enquanto na ex-posseção lusitana os africanos encontravam em “seus sacerdotes” aliados e “protetores naturais” (estaria o autor a referir-se aos capelães de irmandades?), nas colônias inglesas os “sacerdotes anglicanos” menosprezavam os escravos e lhes negligenciavam o acesso à educação moral e religiosa, olhando-os “como se não fossem homens”. O desprezo e o descuido na cristianização do rebanho cedia espaço, nessas colônias, à “influência chocante quase incrível dos *obeahs* ou feiticeiros”. Embora no Brasil também existissem escravos mandingueiros e feiticeiros, explicou Rugendas, a importância deles era diminuta. Aqui eles suscitavam “ódio e temor” à maioria dos negros, não eram venerados e a “superstição” que representavam podia ser encarada como “anticristã”.¹²¹¹

Noutra passagem, o autor foi mais explícito, ao argumentar que o escravismo vigente nas Américas portuguesa e espanhola era mais benevolente e receptivo com os escravos, “infinitamente mais bem tratados do que os das colônias das outras nações europeias”, sobretudo daqueles forçados ao trabalho nas Índias Ocidentais inglesas. A

¹²¹¹ RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca...*p. 254.

diferença, segundo Rugendas, resultara de distinções de caráter, de temperamento e de comportamento existentes entre europeus do norte e do sul, que se prolongavam em suas respectivas colônias. Menos metódicos e menos produtivos que seus vizinhos do norte, porém mais sensíveis e flexíveis às circunstâncias, portugueses e espanhóis produziram em suas colônias regimes escravistas mais livres e menos rigorosos. Em especial, o catolicismo ibérico transplantado para a América determinou a benignidade do sistema, tornando mais “suportável” a escravidão ali instituída.

O que não teria ocorrido nas colônias britânicas. Lá, diferentemente do que faziam seus rivais católicos, religiosos anglicanos e missionários não só falhavam em amenizar as agruras do escravismo, como as acentuavam. Para fundamentar sua tese, Rugendas mobilizou a citação de um único fato:

o de que nas colônias inglesas os ministros do culto anglicano pouco ou nada fizeram, até hoje, em prol da instrução moral e religiosa dos escravos. E mesmo os esforços de alguns sacerdotes sectários, longe de se verem apoiados pelas autoridades ou pelos colonos, muitas vezes encontram as mais obstinadas resistências. A sorte do missionário Smith, em Demerara, será uma mancha eterna nos anais das colônias inglesas. Essa maneira tão pouco cristã de compreender o cristianismo, o espírito aristocrático e a falta de cordialidade dos ingleses nas suas relações sociais, finalmente as especulações sem fim a que se entrega essa nação, tornam mais largo e mais profundo, do que o seria alhures, o abismo que separa os senhores dos escravos.¹²¹²

A menção ao nome do missionário John Smith, mártir de Demerara, na Guiana, morto na prisão em 1824, acusado de insuflar a revolta de escravos ocorrida nessa colônia no ano anterior, tinha significado claro. Enquanto portugueses e brasileiros preocupavam-se em promover religiosos atentos às necessidades de seus escravos, ingleses culpabilizavam e puniam aqueles que em suas colônias se colocavam favoravelmente aos cativos.¹²¹³ Desconhecedor dos obstáculos e dos entraves colocados nessa época à cristianização dos habitantes do país que visitava, o viajante alemão viu com bons olhos o catolicismo brasileiro, ao passo em que condenou o anglicanismo inglês.¹²¹⁴

Tal concepção manifestou-se na gravura através de motivo iconográfico especialmente inserido para esse fim. Como percebeu Alessandro Dell’Aira, em meio à festa só existiram duas personagens brancas, situadas respectivamente nas extremidades

¹²¹² RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca...*p. 230-31.

¹²¹³ Sobre a revolta de escravos em Demerara e a atuação de John Smith, conferir COSTA, E. V. da *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião de escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

¹²¹⁴ Acerca dos limites e das dificuldades de atuação do clero secular no Brasil, cf. NEVES, G. P. das *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 137-290.

da imagem. À esquerda, um cavaleiro de chapéu assiste à festa a certa distância dos foliões, sem interagir com eles. Sequer apeara-se da montaria, a demonstrar que não participava da festa. Tratava-se, possivelmente, do próprio Rugendas, autorepresentado na gravura, a comprovar de maneira radical a expressão “*d’après nature*”, postada na edição francesa.¹²¹⁵ Em linha reta, na extremidade oposta, defronte à árvore, o senhor mais velho, de barba branca, chapéu de aba larga, vestido com manto semelhante ao do gravurista, porém bem mais próximo ou mesmo integrado à cerimônia (em posição secundária, todavia) era decerto o capelão da irmandade, a observar o rito protagonizado pelos confrades que lhe pagavam o salário.¹²¹⁶ A presença do religioso passa despercebida aos demais e não parece ameaçá-los. Ao contrário, os foliões agem com naturalidade. Não se sentem vigiados por censor ou intruso. Indubitavelmente, o padre é parte da festa e está situado no local preciso onde deveria estar, isto é, à margem, impassível, talvez submisso, a respeitar as ações sem nelas jamais interferir, mas atento e conhecedor do que seus confrades estão a fazer. Ao capelão cabia amparar espiritualmente a irmandade, respeitar as necessidades dos irmãos e adaptar-se às especificidades da agremiação a que servia.¹²¹⁷ Rugendas representou ali o sacerdote “protetor” ao qual havia se referido em seu texto.

Assim, sob a supervisão e a aquiescência de um padre, membro da Igreja e também integrante da vida religiosa de seu rebanho, os negros expressavam suas práticas religiosas, festivas e culturais ao mesmo tempo em que introjetavam valores e normas morais e civilizacionais destacadas pelo gravurista. A imagem atribuiu aos escravos diversos comportamentos tipificados e práticas culturais desejáveis. Próximos ao padre estão os músicos: chameleiro, tambor, flautista e outro com instrumento semelhante ao reco-reco. Um quinto elemento parece portar folha de palmeira, talvez utilizada para marcar o ritmo. Dell’Aira notou com pertinência que a folha de palmeira era elemento distintivo de Santa Efigênia. Embora juntos, os instrumentistas estão desalinhados, sugerindo-se estivessem em movimento, a dançar enquanto tocavam. Como se vê, instrumentos europeus eram manuseados com nova técnica e conjugados a

¹²¹⁵ Robert Slenes frisou que o pretenso realismo das gravuras de Rugendas e a reafirmação constante de que haviam sido produzidas pelo artista *in loco* visavam seduzir o público europeu para o qual a obra se destinava, interessado em notícias fidedignas de lugares exóticos. SLENES, R. “As provações de um Abraão... p. 272.

¹²¹⁶ DELL’AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei... p. 141.

¹²¹⁷ AGUIAR, M. M. de “Capelães e vida associativa na capitania de Minas Gerais”. *Varia História*, n° 17, 1997, p. 80-105.

outros dispositivos próprios da cultura musical nativa. Ao redor do nobre casal formado por rei e rainha, quase todos prestam reverência, em clara demonstração de reconhecimento e respeito à hierarquia. Aos pés da rainha, um homem se curva, com rosto voltado para baixo, a tocar o chão com um dos joelhos e as mãos. Ao seu lado, outro fiel, também ajoelhado, mas com o tronco ereto, estende as mãos à rainha, em ação de graça. Diversas personagens levantam os próprios chapéus, em conhecida saudação respeitosa. Ao lado do rei, um homem estende-lhe a mão, para cumprimentá-lo ou simplesmente tocá-lo. Parece embevecido pela proximidade da figura real. A única personagem não envolvida em homenagem ao casal é o homem mais alto, de pé, ao lado da rainha, adornado com roupa e peruca nobres, além de um chapéu de três pontas, a empunhar mastro com uma das quatro bandeiras devocionais referenciadas na imagem. A fumaça ao fundo alude aos fogos de artifício disparados na celebração. Ao som da música e ao estrido dos foguetes, uniu-se o estampido de tiro disparado por militar que mira em direção a chapéu soerguido por uma haste. À frente do pistoleiro, um homem de gorro branco com três penas atadas, agasalhado com suspensório, olha para céu, com a mão direita levantada, em ato solene, de prece ou de agradecimento. Do outro lado, no canto esquerdo, uma mulher suspensa nos braços de um homem estende a mão espalmada em direção ao rei, como se estivesse a abençoá-lo. O rei, talvez cioso da benção expressada, se volta para a mulher e parece olhá-la com veneração e respeito. A observar a figura real de cima, ao mesmo nível da mulher em saudação, o cavaleiro negro defronte a Rugendas usa máscara branca colada ao rosto, marca distintiva dos mensageiros que percorriam a vila para anunciar aos moradores o princípio da festa.¹²¹⁸ Avisado pelo cavaleiro mascarado, o viajante bávaro o seguira (ou fora por ele guiado) até o local onde a cerimônia ocorria e, por isso, os dois parecem ter chegado juntos ao Palácio, com a festa já iniciada. Apesar de absolutamente exótica e talvez mesmo incompreensível ao público europeu, a imagem tornava patente que os escravos ali retratados possuíam, sim, hábitos e costumes próprios, mas também eram capazes de reconhecer e reproduzir valores culturais caros ao mundo civilizado europeu, como a música, a dança, a moda, o cristianismo e o respeito à hierarquia.

A simbiose mais evidente e mais facilmente apreensível ao público europeu era o vestuário. Além da corte confrarial, constituída por rei, rainha e a terceira figura que

¹²¹⁸ VASCONCELOS, D. de “As obras de arte”, in DRUMMOND, M. F. S. I. *Ouro Preto. Cidade em Três Séculos. Bicentário de Ouro Preto. Memória Histórica*. Ouro Preto, Liberdade, 2011, p. 155.

ainda analisaremos, todos vestidos nobremente, outras personagens valiam-se de roupas profissionais claramente reconhecíveis por um observador ocidental. No canto esquerdo, atrás da mulher suspensa, um militar fardado, vestido com calças brancas, colete colorido (vermelho ou azul) e chapéu preto, podia ser uma sentinela. No canto oposto, outro homem com chapéu militar, mas aparentemente sem colete, marca a defesa do flanco direito. Seriam eles as “guardas” reais? Como vimos, o sujeito a atirar contra um chapéu hasteado também veste colete característico de função militar. Exceção feita à corte e aos militares à espreita, todos os foliões vestem roupas grosseiras, possivelmente utilizadas na labuta cotidiana e – detalhe importante – estão descalços, a caracterizar inequivocamente a condição de escravos. O chameleiro é o único a calçar sandália rasteira. Todavia, certas figuras combinaram peças conhecidas da moda europeia com roupas exóticas, possivelmente de origem africana. Foi o caso do homem em frente ao tocador de reco-reco, coberto por túnica embainhada em formato triangular e recoberto por uma espécie de chalé estendido sobre o ombro direito e por manta presa ao pescoço. A vestimenta cerimonial, possivelmente alusiva de sua origem e/ou de seu pertencimento étnico (acusado, inclusive, em marca facial que lembra o costumbrismo mina retratado pelo próprio Rugendas noutra prancha de *Viagem*) combinou-se, contudo, a uma cartola europeia colocada sobre a cabeça. Já o ritmista a portar a folha de palmeira está vestido com cartola, casaca e calça europeias, porém mantém-se descalço, como os outros escravos.

Compromissos simultaneamente realistas e alegóricos animaram as três bandeiras erguidas sobre os foliões. A primeira flâmula dependurada em mastro com fita atada à ponta, em forma de coroa, apresenta um grande sol centralizado, com triângulos alusivos de sua irradiação luminosa. A segunda bandeira está próxima, talvez ao lado, e expõe diversas luas minguantes, identificadas na frente e no verso do tecido. Dificilmente compreensíveis num contexto desprovido de outras referências, ali situados esses símbolos metaforizaram inequivocamente os cultos de São Elesbão, associado ao sol, e de Santa Efigênia, figurada em lua. Anderson de Oliveira alertou para a passagem na qual frei José Pereira de Santana, em obra de 1735 dedicada aos santos pretos carmelitas São Elesbão e Santa Efigênia, ao evocar as hagiografias dessas santidades, as descreveu por meio das metáforas complementares do sol e da lua:

os elevados sólios onde presidiram aquelas duas grandes e flamantes luminárias, Elesbão propriamente como Sol, que por nascer de pais Católicos, dentro da congregação dos Fiéis, em tempo já da Abissínia se haviam desterrado as figuras, símbolos e sombras do

Judaísmo, mereceu neste Império a presidência do dia (...) Efigênia como rutilante Lua, que por aparecer no firmamento da Núbia, quando nos seus países prevaleciam as tenebrosas ignorâncias do Gentilismo, presidiu a noite (...)

Mais ainda que comparados entre si os dois celestes Planetas, um se apelida de maior, e menor o outro... é sem dúvida, que para simbolizarem tão preclaros santos, se equivocam nas luzes, assim como os mesmos Santos se igualam nas virtudes: como se deles e não do outro Sol, nem da outra Lua vaticinasse Isaías, que tinham que ser claridade, semelhantes, iguais nos resplendores... Nem pareça que Elesbão e Efigênia, por causa da cor preta de seus corpos, desmerecem a semelhança (...)¹²¹⁹

Segundo o historiador, as metáforas de sol e lua aplicadas aos dois santos podem ter ganho expressões além dessa obra. Ao estudar a irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia, fundada no Rio de Janeiro em 1740 por africanos de origem mina, o autor não identificou outras referências do gênero, mas fez considerações importantes sobre a compatibilidade e a homologia desse culto duplo em relação às crenças religiosas em voga na mesma época no Reino do Daomé, na Costa da Mina, especialmente no que diz respeito às divindades *Mawu* e *Lissa*, entendidas como par criador e associadas respectivamente aos princípios feminino (*Mawu*), correspondente à lua, e masculino (*Lissa*), referente ao sol. As duas divindades teriam sido responsáveis pela criação do céu, da terra e das demais entidades divinas. Essa relação, sem dúvida, explica a origem do culto unificado a São Elesbão e a Santa Efigênia, tanto na irmandade fluminense quanto na confraria do Alto da Cruz, sobretudo porque ambas as associações compuseram-se de escravos oriundos daquela região africana no momento de suas fundações.¹²²⁰ Contudo, seria temerário sustentar que, no primeiro quarto do século XIX, a simbologia ainda mantivesse o mesmo significado simbiótico, quando a composição étnica da irmandade ouro-pretana se alterara profundamente, com a diminuição drástica, como vimos, de africanos ocidentais.

Mas, sendo assim, se as bandeiras expostas na gravura representavam o culto

¹²¹⁹ SANTANA, J. P. de. *Sermão dos Santos Pretos Carmelitas. Elesbão, Imperador da Abissínia, e Efigênia, Princesa da Núbia*. Lisboa: Officina da Antonio Pedrozo Galram, 1735, p. 7-8 Citado por OLIVEIRA, A. J. M. de, “Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, p. 66.

¹²²⁰ Anderson Oliveira notou com perspicácia que o culto a Santo Elesbão em irmandades de escravos teve características conciliatórias e aplicou-se bem em contextos marcados pela presença de diferentes grupos de procedência dentro de uma mesma confraria. Contudo o autor não tratou do culto unificado de Santa Efigênia e Santo Elesbão no interior da irmandade do Alto da Cruz. Ao investigar esse tema no interior da confraria do Rosário de Ouro Preto, concluiu que ali as invocações dos sobreditos santos haviam se dividido e separado, diferentemente do que ocorrera com a irmandade situada no litoral. OLIVEIRA, A. J. M. de, “Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, p. 67.

duplo aos santos pretos, e de fato é possível distinguir as flâmulas com a iconografia de Santa Efigênia e também as bandeiras com imagens de sol e lua, onde estaria a imagem icônica de São Elesbão? Com mirada mais imprecisa e de árdua leitura, a bandeira portada pelo homem com traje nobre ao lado de rei e rainha traz, ao que tudo indica, a imagem do orago abissínio. Tendo sido rei da Abissínia no século VI, onde fizera expandir o catolicismo entre árabes e judeus no Iêmen, Elesbão derrotara o rebelde Dunaan, príncipe ou rei judeu convertido, e depois entregou sua própria coroa à Igreja, tornando-se um eremita. Sua iconografia era caracterizada pela coroa, ora depositada sobre a cabeça, em alusão à estirpe real, ora postada ao chão, a celebrar a auto deposição em benefício da Igreja; e também, principalmente, pela presença de um rei derrotado, que o santo subjuga sob seus pés, em referência ao triunfo contra o rival semita. Entre as nove imagens históricas desse santo catalogadas em Minas Gerais foi comum que a figura do rei derrotado adquirisse atributos antropozoomórficos, com rosto humano e corpo de dragão ou cão alado.¹²²¹ Embora os detalhes sejam absolutamente indistinguíveis, os traços brutos da flâmula, em claro-escuro, insinuam um homem negro, ereto, posicionado à direita, por sobre outro, branco, deitado ou preso rente ao solo, esmagado sob os pés do adversário (Fig. 25). Entrevê-se ainda a presença de uma terceira figura, também branca, de pé, à esquerda, a olhar para o santo vitorioso.

Figura 25. Extrato da litografia *Fête de Ste. Rosalie Patrone des Nègres*. RUGENDAS, J. M. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann, 1853, p. 368.

¹²²¹ ALVES, C. M. “Um estudo iconográfico” in COELHO, B. (org.) *Devoção e...* p. 71.

Conjugados os indícios disponíveis, tanto iconográficos quanto documentais, é possível afirmar que, mesmo com seus contornos prejudicados, essa quarta flâmula teria correspondido à invocação devocional de Santo Elesbão.

As três figuras nobres – rei, rainha e o “alferes” porta-bandeiras¹²²² – assinalam a tradição festiva mantida pela irmandade desde a sua fundação. Datam de 1726 os primeiros registros de reis, rainhas e juizes instituídos na confraria. Referências às contribuições pecuniárias pagas por figuras reais mantiveram-se até 1746, quando Ana de Jesus ofertou quatorze oitavas de ouro na qualidade de “rainha de eleição”, filiada a Nossa Senhora do Rosário. Desde então, inexisteram outras menções ao desempenho de postos reais no interior da irmandade. Não parece ter sido fortuita a coincidência entre essa omissão e o estabelecimento definitivo dos cinco oragos devocionais. A nova configuração administrativa haveria de impactar nos critérios e no processo de escolha e de exercício das funções simbólicas mais importantes da confraria.¹²²³ Como demonstrou o estudo de Mariza Soares, o acesso à realeza podia se tornar objeto de disputa entre facções distintas de irmãos, especialmente quando a diversidade interna de grupos étnicos ou de procedência acirrava a busca pelo controle da instituição.¹²²⁴

Seria o rei de nossa gravura um “rei congo”? Rugendas descreveu aquele “divertimento a que os negros dão muita importância” como uma “eleição de rei do Congo”. Mas ele se referia à festa assistida por Koster em Pernambuco e não à que ele próprio vira em Ouro Preto.¹²²⁵ Por sua vez, os documentos da irmandade datados dessa época silenciam a respeito da nomenclatura eventualmente concedida à figura real. Mesmo na falta dessa definição, as informações que coligimos acerca da confraria corroboram a tese desenvolvida por Marina de Mello e Souza. Segundo essa autora, a eleição de reis negros na América portuguesa relacionou-se a tradições culturais herdadas da África – onde cerimônias de entronização de reis eram praticadas, sobretudo nos reinos do Congo e de Ndongo (Angola) – e também a elementos

¹²²² Segundo destacou Marina de Mello e Souza, a corte festiva podia agregar postos e cargos colocados ao lado de rei e rainha. Em geral, o posto de alferes era desempenhado pelo portador da bandeira da irmandade. Alessandro Dell’Aira avança a possibilidade de que essa personagem correspondesse ao tesoureiro da irmandade. SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 215. DELL’AIRA, A. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei...” p. 141.

¹²²³ Livro Nº 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fl. 33.

¹²²⁴ SOARES, M. de C. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 192.

¹²²⁵ RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca...* p. 252.

impostos pelo tráfico atlântico e pela colonização europeia, com destaque para a cristianização das populações africanas e para a importância das irmandades leigas, instituições ligadas ao catolicismo lusitano. Inseridos forçadamente na sociedade colonial, estilhaçados seus antigos vínculos sociais, os africanos desenvolveram comportamentos e crenças sincréticas que combinavam itens do repertório cultural trazido da África às condições de vida sob o jugo escravista e a dominação senhorial, constituindo uma nova gramática cultural, não mais africana, nem tampouco europeia, mas forjada no seio da realidade colonial. As diversas “nações” (ou grupos de procedência) de escravos, muitas das quais rivais no continente natal, uma vez na América, tenderam a elaborar estratégias sociais e símbolos culturais convergentes, fabricando uma “africanidade” mais ou menos partilhada pela comunidade escravizada no Novo Mundo.¹²²⁶ Foi assim que a denominação “rei congo” acabou por prevalecer ante os diversos “reis de nação”, mesmo em regiões onde predominavam escravos não pertencentes ao macro grupo banto, no qual a importância do reino do Congo e a simbologia da realeza negra eram particularmente enraizadas. Nesse sentido, constituía-se uma nova identidade cultural forjada pela comunidade escrava, em que as diferentes nações vergaram-se paulatinamente sob a coroa do rei congo. Se considerarmos o processo de centralização do culto em torno de Santa Efigênia e o combinarmos ao crescimento relativo do número de escravos bantos e ao correspondente decréscimo de sudaneses em Vila Rica, teríamos cenário propício ao desenvolvimento desse amálgama político e cultural que, com contornos semelhantes em diversas partes do Brasil, levou à instituição de congadas e de outras festas voltadas à eleição de reis congo.¹²²⁷

Entretanto, na falta de pesquisas que venham a elucidar as eleições de reis nas

¹²²⁶ O conceito de africanidade, tal como o utiliza a autora, remete aos elementos culturais africanos elaborados a partir do contexto colonial e do sistema escravista, em que os escravos agenciavam valores trazidos de suas culturas originárias em sociedades diferentes das suas. Diz respeito portanto à presença de elementos culturais africanos em ambientes exteriores à própria África, distinguindo-se, nesse sentido, das próprias tradições culturais praticadas na terra natal. SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 347.

¹²²⁷ Segundo a autora: “O que deve ser ressaltado no estudo dessas manifestações, frequentes em diversas regiões do Brasil e que guardam entre si semelhanças significativas, é que se inserem num processo de constituição de identidades de comunidades negras no Novo Mundo, no qual as diferentes nações vão paulatinamente desaparecendo, passando todas a se abrigar sob o manto do rei congo. A partir do século XIX escasseiam as referências a reis de nação, ao passo que as festas comemorativas de eleição de reis congo foram descritas por vários observadores, principalmente estrangeiros. As explicações para o fato de o rei congo ter se sobreposto aos demais reis de nação, todos criações da sociedade colonial, devem ser buscadas na história das relações entre Portugal e a África Centro-Occidental, na natureza do tráfico de escravos que lá se implantou e nos mecanismos de constituição de comunidades negras na América Portuguesa.” SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros...* p. 258.

festas promovidas pela confraria do Alto da Cruz, qualquer conclusão a esse respeito seria, nesse momento, temerária. Até que novas informações advenham, as figuras reais retratadas por Rugendas valem pelo que comprovam, isto é: que o rito de eleição de rei, de rainha e de pelo menos mais uma figura cortesã permaneceu ativo e sobreviveu às profundas transformações por que passara a irmandade nos últimos quarenta ou cinquenta anos.

Chegamos enfim ao aspecto que mais nos interessa. Qual teria sido o significado do espaço a abrigar o evento festivo e por que o Palácio veio a integrar a litografia? É impossível saber se Rugendas conhecia algo a respeito do histórico da propriedade onde se encontrava e tampouco se tinha informações sobre porque a festa estava a ocorrer naquele local. Fato é que o pintor optou por referenciar o Palácio e inseriu representação parcial do prédio, mostrado de esguelha, a exhibir quatro janelas, parte da fachada frontal e o telhado duas águas, recoberto com telhas de barro (formato de cobertura coincidente com a representação feita por Thomas Ender; ver figuras 14, 15 e 16). A vista de árvores, arbustos e matos crescidos à frente da edificação acusa abandono e arruinamento. As cavidades das janelas estão todas abertas e não há vestígio das folhas de madeira que deveriam preservar o interior. Muito próxima ao local onde a festa se dá e a proporcionar vista privilegiada do evento de um ponto mais elevado, a casa no entanto está vazia e ninguém optou por assistir a cena a partir de uma das janelas do prédio, à revelia da superlotação e da pouca visibilidade obtida a partir de baixo – o que levou alguns foliões a posicionarem-se num elevado à esquerda, para conseguirem ver o que se passava no centro da imagem, mirada que a mulher em saudação conseguiu desfrutar ao ser suspensa por um ajudante. Sem dúvida, tratava-se, já, de uma ruína, dificilmente habitada por morador. Sem receber reparos e cuidados de um inquilino, sob o efeito de intempéries e sendo mesmo avariada pelo afã de exploradores em busca de ouro, como informou Eschwege, a casa estava exposta ao relento e ao rigor do sol e, por isso, seu interior haveria de apresentar condições insalubres.

Diferente aspecto têm o ambiente externo e o jardim onde se encontram os foliões. A presença de pelo menos duas árvores bananeiras, a gerar fruto muito apreciado na culinária popular, indica certo uso produtivo dado ao terreno. No tronco da araucária mais próxima, um chapéu ou gorro está enganchando em nó da madeira, como se cabide fosse, ali dependurado por um dos foliões, que assim explicitava a sua intimidade com os detalhes naturais do terreno, fruto de convívio mais constante

naquele espaço. Exceto por esparsas folhas (de palmeira?) e por alguns botões de rosas caídos no chão defronte ao casal real – a sugerir houvessem sido lançados por sobre rei e rainha – o solo está limpo e parece ter sido especialmente preparado para aquela ocasião. Se a casa palaciana perdera o uso, os outrora ricos chãos do Palácio Velho continuavam a ser pisados e trabalhados por escravos descalços, que ali celebravam a sua principal festa confrarial.

O que não se pode saber nem pela gravura e tampouco pelo texto de Rugendas é que os vínculos entre a irmandade do Alto da Cruz e o Palácio Velho eram mais antigos e mais práticos do que o simbolismo circunstancial da imagem permite supor. Diversos irmãos e irmãs filiados à confraria, inclusive juízes e juízas, tiveram envolvimento na exploração de terrenos minerais situados no antigo complexo legado por Henrique Lopes à Santa Casa de Misericórdia no período pós 1740. Citem-se, por exemplo, os integrantes da família Gonçalves Baltar. O preto forro Francisco Gonçalves Baltar, já mencionado por duas vezes nesse capítulo, residente em casa situada nas proximidades do Palácio e arrendador da praia de Henrique Lopes, foi durante pelo menos duas décadas um dos mais influentes e importantes integrantes da irmandade. Tinha 25 anos de idade e talvez ainda fosse escravo quando serviu como juiz de Santo Antônio do Noto, em 1774, e doou esmola de vinte e nove oitavas de ouro. Seis anos depois, em 1780, foi a vez de Joana Gonçalves Baltar, possivelmente esposa do ex-juiz, desempenhar o juizado de Santa Efigênia e Santo Elesbão, pelo que pagou esmola de quatorze oitavas e meia. Ainda nesse ano, uma escrava do casal, chamada Joaquina, atuou como juíza de devoção dos mesmos oragos, com esmola de sete oitavas e um quarto. Em 1782, Francisco Baltar esteve entre os trinta e seis irmãos convocados à reunião responsável por averiguar e aprovar a prestação de contas daquele ano confrarial. O “X” correspondente à sua assinatura, devidamente identificada por extenso pelo escrivão, tornou a estar presente na mesma sessão solene ocorrida nos anos de 1783-4, 88-9, 89-0, 93-4, 95-6, 96-7 e 97-8. Uma das atas revelou que os sujeitos presentes haviam sido chamados por serem os irmãos “mais capazes da dita irmandade”.¹²²⁸ Como vimos, em 1804 ele foi recenseado no Largo do Palácio. Estando já viúvo e com 55 anos de idade, vivia de faiscar junto a dois escravos mina. Duas décadas depois, quando voltamos a ter a disponibilidade de dados da tesouraria, um

¹²²⁸ Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fls. 121v, 129, 154, 159, 172, 181.

Antônio Gonçalves Baltar – talvez filho daquele – serviu como primeiro juiz de Nossa Senhora do Rosário e doou a maior quantia destinada ao orago na festa de 1825 (16\$800 rs.).¹²²⁹

Outro caso de envolvimento familiar de confrades com a exploração mineral do Palácio incidiu entre os Lopes de Oliveira. Por exemplo, Quitéria Lopes de Oliveira, que em 1824 doou uma oitava de ouro para Santa Efigênia e outra para Santo Antônio do Noto, era evidente consanguínea do alferes Antônio Lopes de Oliveira, morador em Antônio Dias, que, como vimos, ao longo da década de 1810 arrendara por dois triênios consecutivos o trecho compreendido entre a praia da Ponte Grande e a pinguela de Henrique Lopes, além de haver explorado o cerco ao pé do Palácio.¹²³⁰

Certos irmãos tiveram acusada a residência em casas situadas nas imediações do Palácio Velho, a exemplo da crioula Maria, filha da também crioula Domingas, ambas moradores no local. Juíza “por devoção” de Nossa Senhora em 1766, a crioula filha deu onze oitavas de ouro. Um caso surpreendente, mas não incomum, foi o do escravo Antônio, juiz de São Elesbão, doador de vinte e cinco oitavas de ouro no mesmo ano. Seu senhor, o capitão-mor Domingos da Rocha, também residente na área do Palácio Velho, teve ainda outro escravo, de nome Ignácio, como juiz de Santo Elesbão, onerado em dezesseis oitavas de ouro.¹²³¹

Diante dos dados disponíveis, a hipótese de que a irmandade do Alto da Cruz tenha mantido vínculo com a exploração econômica de propriedades situadas no Palácio Velho deve ser seriamente considerada. Estamos cientes de que os elos manifestados acima estão longe de esgotar todos os casos de confrades negros a trabalhar nas lavras e minas daquele complexo aurífero. Ante a inviabilidade de, no momento, ir mais a fundo nessa investigação, nos limitamos a enunciar e a propor o problema, a fim de que possa vir a ser elucidado com maior detalhamento em pesquisas futuras. O fato de a antiga lavra de Henrique Lopes ter ficado à disposição de arrendadores e rendeiros desde meados da década de 1730, ao longo de todo o setecentos e até pelo menos o primeiro quarto do século XIX, deixa aberta a possibilidade de que, em algum momento ou

¹²²⁹ ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133, fl. 34v.- 38.

¹²³⁰ DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817. ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133, fl. 34v.- 38. MATHIAS, H. G. *Um recenseamento na capitania...* p. 24.

¹²³¹ Livro Nº 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fls. 88-8v; 97.

mesmo por todo esse período, irmãos ligados à confraria possam ter ocupado propriedades urbanas e/ou extraído recursos minerais das lavras ali situadas, posteriormente repassados ou mobilizados em prol do sodalício. Isso explicaria a relação inicial entre irmandade e Palácio, tornando possível o estabelecimento de vínculos simbólicos posteriores. Exposto o arcabouço documental levantado até aqui e conhecidas em traços fundamentais as histórias do Palácio Velho e da irmandade de escravos situada em suas proximidades, temos condições de, enfim, analisar a questão do mito de Chico Rei e avaliar quais contributos o trabalho pôde trazer ao entendimento desse tema tão misterioso quanto fascinante.

Cap. 18 – Lenda Admirável: história do mito de Chico Rei

Por que, pois, deixando de parte tudo isso, iria o escritor imaginar uma lenda (...), se não militasse uma razão histórica ou, pelo menos, o assento irretorquível da tradição?

Salomão de Vasconcelos, *O Palácio de Assumar* (1937)

Reza a lenda que a Igreja de Santa Efigênia, situada no Alto da Cruz, em Ouro Preto, foi erigida pela comunidade escrava capitaneada por Chico Rei: um mítico rei africano escravizado que, tendo sido levado para Vila Rica, conseguiu libertar a si e aos membros de sua “tribo”, reassumindo então, nas Minas, a condição de realeza que trazia de África. Chico Rei e seus “súditos”, adquirindo recursos próprios oriundos de uma riquíssima mina de ouro, por eles explorada, construíram o templo e nele fundaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz, a principal e mais rica organização fraternal montada e dirigida por escravos nas Minas setecentistas. Originária de uma capela primitiva erguida possivelmente em 1717, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, posteriormente rebatizada Igreja de Santa Efigênia, foi administrada por confrades negros que celebravam a cada ano festividade de coroação de seu rei.

A oscilar entre a mitologia e a história, a narrativa de Chico Rei apresenta dois desafios oportunos a quem deseje compreender sua natureza. Primeiramente, a raiz mítica de Chico Rei, admitida ou não por aqueles que lançaram mão da narrativa, faz pensar que a existência do mito requereu fabricação, formulação, encenação e consagração. Por outro lado, há que discutir a historicidade da lenda, incrustada na história das Minas setecentistas e na configuração de instituições políticas e religiosas e de espaços sociais da antiga Vila Rica no século XVIII. Decerto, o fato de a saga envolver produtos propriamente históricos de Ouro Preto, tais como a Igreja de Santa Efigênia, o Palácio Velho e suas lavras de ouro, a Irmandade do Rosário e mesmo a festa de coroação de reis negros, contribuiu para o sentido de verossimilhança ou facticidade que já se atribuiu à lenda. Acompanhar a criação e a difusão do relato de Chico Rei leva o investigador até a imprecisa e desconfortável fronteira, onde memória, história e historiografia se misturam e confundem.

O registro e a divulgação da saga ocorreram em temporalidades e contextos

históricos diversos. O período de maior inflexão ocorreu a partir de 1930 e coincidiu com a monumentalização de Ouro Preto, quando intelectuais modernistas, mentores e executores da ação estatal relacionada às esferas cultural e patrimonial no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945), elegeram o sítio da antiga Vila Rica (seu plantel de exemplares arquitetônicos e artísticos, mas também suas lendas, episódios e narrativas históricas) depositário genuíno da identidade nacional. Antes e depois desse momento, a história de Chico Rei continuou a agenciar valores políticos e sociais divergentes, que variaram conforme os indivíduos, entidades ou instituições que mobilizaram a lenda do Alto da Cruz. A polissemia de Chico Rei resultou dos diferentes usos atribuídos à narrativa.

A mais remota narrativa a mencionar a figura mitológica do rei negro foi produzida em princípios do século XX. Acredita-se que a lenda tenha sido “recolhida” pioneiramente por Afonso Arinos, em 1903, e registrada um ano depois em uma comunicação lida pelo escritor na 14ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹²³² Nessa comunicação, publicada postumamente, em 1921, Arinos dizia que a igreja de Santa Efigênia

guarda a *lenda* admirável de um rei negro e de toda a sua tribo, colhida de assalto pelos traficantes em terras d’África e transportada toda para as Gerais. Nivelados pelo mesmo infortúnio soberano e vassalos, estes guardaram sempre ao rei a antiga fé, o mesmo amor e obediência. À custa de um trabalho insano, feito nas curtas horas reservadas ao seu descanso, o escravo-rei pagou a sua alforria. Forro, reservou o fruto do seu trabalho para comprar a liberdade de um dos da tribo; os dois trabalharam juntos para o terceiro; os três para o quarto, e assim, sucessivamente, libertou-se a tribo inteira! Então, erigiram a capela a Santa Efigênia, princesa da Núbia. Ali, ao lado do culto à padroeira, continuou o culto ao rei negro, que, pelos seus, foi honrado como soberano e legou às gerações de agora a lenda suave de Chico-Rei.¹²³³

O autor de *Pelo Sertão*, sua obra mais importante, era mineiro, nascido em 1868. Após bacharelar-se em direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, diplomado com a República, em 1889, o monarquista Afonso Arinos refugiou-se como advogado em Ouro Preto, onde lecionava história e direito penal, além de dedicar-se à escrita dos contos regionalistas (ou mais propriamente *sertanistas*) que o tornariam fonte de

¹²³² Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), v. 67, 1904, p. 456. FRANCO, A. A. de M. *Histórias e Paisagens*. Rio de Janeiro: S/E, 1921.

¹²³³ ARINOS, A. *Histórias e Paisagens...* p. 79-99. CARNEIRO, E. *Antologia do Negro Brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos do negro em nosso país*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 131. Grifo meu.

inspiração para Guimarães Rosa.¹²³⁴ Incorporado à Academia Brasileira de Letras e ao IHGB a partir de 1901, nessa instituição apresentou “Atalaia Bandeirante”, uma deliciosa descrição de Ouro Preto, que simulava a entrada de um viajante pelas ruas da cidade, a partir das Lajes, descendo em direção ao bairro de Antônio Dias, para, em seguida, endireitar-se à Matriz do Pilar e aos fundos do Funil, e enfim subir novamente até o alto da Serra de Ouro Preto. A cada passo do viajante, Arinos recontou histórias e lendas associadas a casas, igrejas, pontes, arraiais e minas de ouro, relembrando a “epopeia bandeirante” que se materializava nas ruínas de Ouro Preto. Merece destaque a menção elogiosa feita a Aleijadinho, “esquecido artista brasileiro, o mais espontâneo, por ventura o maior dos escultores de nossa raça”.¹²³⁵

No momento em que Afonso Arinos apresentou sua comunicação no IHGB, veio à luz a edição definitiva da obra maior de Diogo de Vasconcelos, também publicada em 1904, mas lançada em primeira versão diminuta em 1901, com repercussão restrita a Ouro Preto. Numa nota de rodapé de *História Antiga das Minas Gerais*, o autor referiu-se à “*legenda* tão bizarra, quão verdadeiramente poética de Xico Rei, que dominou Vila Rica”.¹²³⁶ A nota, com extenso texto explicativo, inseria-se em seção intitulada “Insurreição dos Negros”, que tinha por objetivo discutir a condição dos africanos escravizados em Minas Gerais. O argumento do capítulo foi o de que, dentre a numerosa massa africana trazida à colônia, nem todos os escravos encontravam-se “como se pode pensar no estado bestial de semisselvagens”. Havia, segundo o autor, cativos “em vários graus de sociabilidade, embora rudimentária”, outros “já ensaiados em civilidades nas feitorias ou colônias”, e ainda “alguns menos boçais e outros mesmo capazes de certa ordem de ideias sugeridas pelos instintos de liberdade e desenvolvidas pela força do desespero”, qualidades comuns, sobretudo, àqueles escravos oriundos da costa ocidental da África, acostumados ao contato com os maometanos. Nesse sentido, uma vez civilizados, sendo expostos ao “tortimento”, aos “sofrimentos” e à crueldade da escravidão, esses africanos estavam aptos a reagir e tinham “consciência da injustiça”.

¹²³⁴ Veja-se o “Prefácio” de Afonso Arinos, filho, em ARINOS, A. *Pelo Sertão: histórias e paisagens*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. XI-XXIII.

¹²³⁵ ARINOS, A. *Histórias e Paisagens...* p. 82.

¹²³⁶ A edição de 1901 continha apenas o que seria o primeiro tomo da edição de 1904. A partir desta, surgiu o segundo livro, a abranger narrativa que vai da Guerra dos Emboabas até a Revolta de Vila Rica, além de seção com aditivos. A menção a Chico Rei ocorreu ao final do segundo livro, na edição de 1904. Cf. VASCONCELLOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Ouro Preto: Beltrão & Cia, 1901. VASCONCELLOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904. IGLÉSIAS, F. “Reedição de Diogo de Vasconcelos” In: VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 11.

Um dos argumentos apresentadas em prol dessa tese foi a descrição do mito do rei negro.¹²³⁷

A narrativa de Chico Rei apareceu na obra acrescida de detalhes e informações que escaparam ao relato de Afonso Arinos, além de vir alimentada por interpretação própria alinhavada pelo autor. Disse o texto da nota:

Francisco foi aprisionado com toda a sua tribo e vendido com ela, incluindo sua mulher, filhos e súditos. A mulher e todos os filhos morreram no mar, menos um. Vieram os restantes para as minas de Ouro Preto. Resignado à sorte, tida por costume na África, homem inteligente, trabalhou e forrou o filho; ambos trabalharam e forraram um compatriótico; os três, um quarto, e assim por diante até que, liberta a tribo, passaram a forrar outros vizinhos da mesma nação. Formaram assim em Vila Rica um Estado no Estado; Francisco era o rei, seu filho o príncipe, a nora a princesa, e uma segunda mulher a rainha. Possuía o rei para a sua coletividade a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho. Antecipou-se este negro à era das cooperativas, e precursor o socialismo cristão. Como naquele tempo toda Irmandade estava unida à ideia religiosa de santo patrono, tomou esta o patronato de Santa Efigênia, cuja intercessão foi-lhes tão útil; e deste exemplo nasceu o culto ardente, que se vota ainda à milagrosa imagem do Alto da Cruz. Os irmãos erigiram o belo templo que existe sob a invocação do Rosário. No dia 6 de janeiro o rei, a rainha e os príncipes vestidos como tais eram conduzidos em ruidosas festas africanas à igreja para assistirem à missa cantada e depois percorriam em danças características, tocando instrumentos músicos indígenas da África, pelas ruas. Era o Reinado do Rosário, festas, que se imitaram em todos os povoados das Minas. Vem também daí a nomenclatura dos mesários do Rosário em todas as irmandades de pretos entre nós. No Alto da Cruz ainda se vê a pia de pedra na qual as negras empoadas de ouro lavavam a cabeça para deixá-lo naquele dia por esmola, ou donativo.

Comparado ao de Arinos, o relato de Vasconcelos acrescentou informações acerca da família africana de Chico-Rei e relevou o nome da mina de ouro que teria lhe pertencido – mina da Encardideira ou do Palácio Velho – assim como descreveu a festividade de coroação de rei negro e vinculou-a à igreja de Santa Efigênia e à Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz. Também original foi a qualificação empregada pelo autor ao referir-se à rede associativa de ajuda mútua capitaneada por Chico Rei, denominando-a precursora das agremiações cooperativas e do socialismo cristão. Se nessa categoria explicitou sua religiosidade católica, foi dando vazão à sua veia romântica que o historiador comparou a legenda a um “oásis florido e suave”, contrastante com a terra estéril, que os escravos encharcariam “de suor, de sangue e de lágrimas”.¹²³⁸

¹²³⁷ VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 343- 345.

¹²³⁸ VASCONCELOS, D. *História Antiga...*p. 344. Rodrigo Machado da Silva, retomando proposta lançada por Francisco Iglésias, considera Vasconcelos um “romântico tardio”. SILVA, R. M. *Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Programa de Pós-Graduação em História,

É inegável que *História Antiga de Minas Gerais* propunha constituir-se em obra de história, amparada em fontes documentais, propósito, aliás, confirmado na considerável erudição documental que – a despeito dos céticos – hoje se atribui ao autor e ao livro.¹²³⁹ Mas, não obstante isso, o hábito, comum aos historiadores da época, de omitir suas fontes documentais, levou a obra, de imediato, para os limites onde história e ficção se confundiam. Também o uso da “tradição oral” ou das “tradições populares” como partes integrantes da narrativa histórica induziu à impressão de que Chico Rei, referido como “legenda” pelo próprio autor, adviria de matriz mitológica, registrada por Vasconcelos a partir de histórias de fundo popular que circulavam oralmente em Ouro Preto.¹²⁴⁰ Já o relato de Arinos inclinava-se abertamente ao registro lendário. Referindo-se à “admirável” e “suave lenda” de Chico Rei, o sertanista mesclou-a a evidências histórico-documentais sobre outros episódios de Vila Rica, utilizando, por exemplo, o sequestro dos bens de Cláudio Manuel da Costa para descrever a casa do poeta, ou um documento da câmara de Vila Rica para tratar das exéquias do rei D. João V, em cerimônia realizada no adro da Matriz de Antônio Dias. Mas seu texto jamais pretendeu ir além do registro memorialístico, cujo intuito era, manifestamente, unir anedotário e fatos históricos mais ou menos comprováveis.

Apesar da diferença entre eles, os dois primeiros narradores do mito de Chico Rei fizeram parte do seleto grupo de intelectuais mineiros que, desde a polêmica suscitada pela mudança da capital do Estado de Ouro Preto para Curral Del Rei, na década de 1890, envidavam esforços no sentido de divulgar e valorizar o patrimônio e a riqueza histórica de que era portadora a antiga Vila Rica. Os resultados desse esforço se refletiram na influência que Arinos e Vasconcelos exerceram sobre a futura geração de modernistas, cujo interesse por Ouro Preto, tida por cidade relíquia e monumento maior da nacionalidade brasileira, viria a se manifestar no projeto patrimonial executado a partir da década de 1930. Arinos, especialmente, tido por precursor de alguns dos ideais

2013. Dissertação de Mestrado, p. 26.

¹²³⁹ ROMEIRO, A. “Diogo de Vasconcelos: um historiador para as Minas Gerais” in: ROMEIRO, A; SILVEIRA, M. A. (orgs.) *Diogo de Vasconcelos: o ofício de historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 16.

¹²⁴⁰ Salomão de Vasconcelos, consanguíneo e confesso admirador, argumentou que “Diogo de Vasconcelos pode ser, e tem sido muitas vezes acusado de remisso em indicação das fontes; sua portentosa imaginação pode lhe ter dado também ensejos não raros de re florir de singulares ‘bocados de eloquência’ e de beleza o que escreve: jamais, porém, citou uma fonte fictícia ou pautou, contra sua consciência de historiador, uma interpretação que não defluisse, legítima e evidente, de um documento lido.” VASCONCELOS, S. *O Palácio de Assumar*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1937, p. 88.

da Semana de Arte de 1922, teve contato pessoal com Mário de Andrade, um dos presentes ao ciclo de palestras ministradas pelo sertanista na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, em 1915, versada em lendas e tradições brasileiras.¹²⁴¹

O teor lendário parece ter potencializado a repercussão da narrativa. Contando com a importância crescente da obra de Diogo de Vasconcelos, a nota de rodapé transformou-se em matriz intelectual do mito de Chico Rei. Absorvida pelos homens de letras da República foi utilizada por diversos escritores, que divulgaram a lenda do rei africano como parte da história do Brasil. Em 1906, Mario Behring, inspirado na obra de Vasconcelos, a quem rendeu dedicatória, publicou na revista *Kosmos* artigo intitulado “Chico Rei”, referindo-se positivamente aos ideais representados pela personagem.¹²⁴² Ao lado de Zumbi dos Palmares, a figura de Chico Rei passou a representar, a partir desse momento, um expoente da contribuição trazida por negros e africanos na construção da sociedade brasileira e do próprio regime republicano, à revelia da veia monárquica atrelada ao episódio de Vila Rica. Apesar de grande parte da historiografia do período alimentar-se de teorias racistas, alguns homens de letras (como Manuel Bonfim, Duque Estrada, Reis Carvalho, Gil, Olavo Bilac e Hemérito dos Santos), aproveitando-se de tradições culturais preexistentes, lançaram as bases do esforço intelectual que procurava integrar as “três raças” na construção da história nacional, destacando os feitos heroicos empreendidos por indivíduos de cada uma delas em eventos do passado brasileiro.¹²⁴³

Mario Behring era mineiro, nascido em Ponte Nova (1870), e, em sua intensa atividade cronística durante as primeiras décadas do século, espalhada pelas revistas *Kosmos*, *Paratodos*, *Careta* e *Cinearte*, escreveu artigos acerca de aspectos folclóricos da história e da cultura de Minas Gerais, a exemplo do texto que publicou na mesma *Kosmos*, em 1907, intitulado “Os sinos de Mariana”.¹²⁴⁴ O dado de que o cronista, expoente conhecedor da memória mineira, tomara contato com a história de Chico Rei

¹²⁴¹ BRAGA, V. M. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: FGV/PPGHPBC, 2010. Dissertação de Mestrado, p. 24. Da mesma autora: “Viagens ao Passado: os intelectuais e a sacralização de Ouro Preto”. *Mosaico*, n. 3, ano II, 2010. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico>. Acesso: 20 de out. de 2012.

¹²⁴² BEHRING, M. “Chico Rei (Episódio da História das Minas)”, *Kosmos*, ano 3, n. 6, 1906. O autor revelou em nota que encontrara a referência de Chico Rei na obra de Diogo de Vasconcelos, fato que o levou a dedicar-lhe o artigo.

¹²⁴³ DANTAS, C. V. “Cultura Histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação”. In: ABREU, M; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 233-34.

¹²⁴⁴ BEHRING, M.. “Os sinos de Mariana” *Kosmos*, ano 4, n. 5, maio de 1907.

na *História Antiga das Minas Gerais* reforça a impressão de que, nesse primeiro momento, a propagação da lenda ocorria *através* da obra, de maneira alheia à tradição oral.

Em 1911, por ocasião das celebrações pelo bicentenário de Ouro Preto, o próprio Diogo de Vasconcelos retomou seu relato e lhe acrescentou novos detalhes. Num opúsculo em que analisava diversas produções arquitetônicas erigidas na antiga Vila Rica, o autor, ao tratar das capelas de Santa Efigênia e de Padre Faria, que abrigavam suas respectivas irmandades, anotou:

Os brancos, o rei e todas as classes dirigentes, para não dizermos opressoras, interesse tinham assaz que os negros algo achassem ao desporto, onde se entretivessem, governando coisas suas, dirigindo cargos e ao mesmo tempo ouvindo conselhos de resignação e colhendo ilusões de melhor sorte. A religião, que a todos igualava brancos e pretos na mesma comunhão, fê que punha senhores e escravos de joelhos perante o mesmo Deus, dono de todos, e que tinha aos altares elevado santos negros, essa religião com suas festas, seus comícios e representações era o encanto dos humildes. Por isso quando os irmãos brancos do Rosário puseram-se a rixar com os pretos, viram pela primeira vez as panelas de barro quebrarem as de ferro. Perderam por isso a partida; e a capela do Alto da Cruz passou à mansa e pacífica posse dos fracos, de mais a mais guiados pelo seu príncipe, um negro forro, Francisco, o Chico Rei, como o chamavam, que então era benéfica e verdadeira influência em Vila Rica, de cujo sossego tornou-se árbitro.

O fragmento acima se referiu ao conflito sucedido no interior da irmandade do Rosário da freguesia de Antônio Dias, que resultou no rompimento entre confrades brancos e negros e na migração dos primeiros para a vizinha irmandade de Padre Faria. Desde então, o Rosário tornou-se confraria constituída e administrada exclusivamente por irmãos escravos. Esses optaram por instituir a irmandade numa antiga ermida construída no Alto da Cruz em homenagem a Santa Efigênia, padroeira dos africanos. O sodalício foi reconhecido canonicamente em 1733, quando passou a integrar a procissão de Corpus Christi. A cada ano os confrades realizavam a festa do reinado, cujos gastos, considerados prioritários, consumiam boa parte do orçamento. Segundo Vasconcelos, nos assentos da irmandade havia registro dos grandes recursos empregados na contratação de músicos, como chameleiros, trombeteiros e gaiteiros, “os quais, desde as vésperas, em bandos mascarados repetidos, saíam à rua para anunciarem as festas”.¹²⁴⁵

A leitura de que a confraria negra servisse ao “interesse” das “classes dirigentes”

¹²⁴⁵ VASCONCELOS, D. “As Obras de Arte” In: *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 143-191; p. 154-55.

ou “opressoras”, desejosas de que os escravos desfrutassem de “desporto”, “consolação” e “ilusões de melhor sorte”, viria a ter ressonância na historiografia futura. Também o entendimento de que a personagem de Chico Rei detivesse “influência” em seu meio social, tornando-se “árbitro” do “sossego” de Vila Rica, seria retomada por escritores vindouros. Além disso, o texto de Vasconcelos trazia narrativa inédita sobre a história da igreja e da irmandade de negros do Alto da Cruz, cujas fontes documentais parece ter sido o primeiro a consultar. Contudo, a coletânea de artigos comemorativos do bicentenário de Ouro Preto, em função de sua circulação restrita e de difícil acesso, permaneceu sendo obra de pouco impacto na historiografia brasileira, o que limitou a repercussão desse e de outros textos escritos em 1911.¹²⁴⁶

Em 1914, Carlos Goes, em *Histórias da Terra Mineira*, a partir da nota de rodapé de Diogo de Vasconcelos, dedicou um capítulo inteiro a Chico Rei. Reeditada treze vezes até 1947, essa obra foi exemplar de “literatura infantil” de conteúdo cívico, gênero que se disseminou no Brasil durante a Primeira República. Colocado ao lado de outras personagens históricas das Minas, como Tiradentes, e apresentado por “herói desta verídica história (como verídicas são todas as histórias que vamos contando aos nossos leitorizinhos)”, o rei negro apresentava-se como benfeitor da Igreja de Santa Efigênia em Ouro Preto e líder responsável pela alforria de muitos escravos, libertados através de recursos obtidos na mina do Palácio Velho.¹²⁴⁷ O sucesso editorial do livro e a sua destinação ao público infantil ou em idade escolar revelam que a lenda de Chico Rei vinha disseminando-se por outros meios, inclusive no espaço escolar, já antes dos anos 1930.¹²⁴⁸ E não será surpresa encontrar referências ao livro de Carlos Góes como fonte difusora da lendária ao longo de todo o século XX e mesmo na atualidade.¹²⁴⁹

Em contraste com o pano de fundo do pensamento científico predominante no

¹²⁴⁶ Ao longo do século XX, pelos menos duas separatas da coletânea de 1911, correspondentes aos artigos de Diogo de Vasconcelos e de Joaquim Furtado de Menezes, transformaram-se em livros publicados em separata. Apenas recentemente, a Memória História do Bicentenário foi republicada na íntegra. Ver VASCONCELLOS, D. *A Arte em Ouro Preto*. Edições da Academia Mineira, 1934. MENEZES, J. F. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975. *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

¹²⁴⁷ GÓES, C. *Histórias da Terra Mineira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Irmãos Pongetti, 1936, p. 113-18.

¹²⁴⁸ HANSEN, P. S. *Os primeiros livros infantis brasileiros: uma análise da literatura cívico-pedagógica de ficção*. Rio de Janeiro: MINC/Fundação Biblioteca Nacional/Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009, p. 21-22.

¹²⁴⁹ SILVA, R. A. da. “Chico Rei Congo do Brasil” In: SILVA, V. G. (org.). *Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2007, p. 56 e 75.

período, atrelado às teorias de Spencer e de outros darwinistas sociais, que exerceram influência ímpar em diversos autores nacionais, o mito de Chico Rei destacava-se no cenário histórico brasileiro como um recente e, até certo ponto, indesejável corpo estranho. Talvez por isso a saga tenha despertado a atenção de intelectuais pouco ajustados aos padrões intelectuais vigentes. Foi o caso, por exemplo, de Manuel Querino, que, em 1918, publicou “O colono preto como fator da civilização brasileira”, artigo pioneiro em que o autor, quinze anos antes de Gilberto Freyre, reivindicava a preeminência de negros e mestiços na formação da sociedade brasileira. Nessa obra, valendo-se de Afonso Arinos, Querino desenvolveu a narrativa de Chico Rei e problematizou a natureza das irmandades e associações de escravos no Brasil, entendendo-as como forma de resistência à escravidão, “mais conforme o espírito de conservação”, exercida no trabalho e na ajuda mútua dos cativos a fim de alcançarem a liberdade.¹²⁵⁰

Outro autor a trabalhar o mito em tom de protesto foi Mário de Andrade. Em 1925, na revista modernista *Estética*, dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, publicou “Nocturno de Belo-Horizonte”, poema crítico acerca da contraditória modernidade mineira, corporificada nas características antagônicas da nova capital. Uma “luta parvorosa entre florestas e casas”, “em nome da civilização”, ocorria na “capital moderníssima”, onde se chocavam arquiteturas imitativas de épocas europeias (“todas as idades humanas/macaqueadas por arquiteturas históricas/torres/torreões/torrinhas e tolices”), novos hábitos e tecnologias, contrapostos às histórias, lendas e itens culturais herdados do passado mineiro. O poeta “quereria contar as histórias de Minas/ pros brasileiros do Brasil”. Para tanto, compôs mosaico caleidoscópico das lendas e narrativas que povoavam a cultura popular mineira. Descreveu aquela “Minas Gerais, fruta paulista”, recorrendo à lembrança de emboabas, carijós, Triunfo Eucarístico e outras histórias do passado colonial.¹²⁵¹ Dentre elas, a de Chico Rei.¹²⁵² O interesse de Mário pela lendária mineira vinha de 1919, quando

¹²⁵⁰ QUERINO, M.. “O colono preto como fator da civilização brasileira”. *Afro-Ásia*, n. 13, 1980, p. 143-158

¹²⁵¹ A compreensão de Minas Gerais como “fruta paulista” foi lugar-comum na produção literária do período. Já Afonso Arinos havia descrito Vila Rica como produto da “atalaia bandeirante”. Veja-se GABURO, V. R. P. *O sertão vai virar gente: sertão e identidade nacional em Afonso Arinos*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009 (Dissertação de Mestrado), p. 68. VASCONCELOS, D. *História Antiga...* p. 348-49

¹²⁵² É provável que a referência utilizada por Mário de Andrade tenha sido a obra de Diogo de Vasconcelos, uma vez que, no mesmo poema, recorreu a outra narrativa mencionada em *História Antiga*

realizou sua primeira viagem a Ouro Preto. O contato com a arquitetura religiosa da cidade e com as obras atribuídas a Aleijadinho motivou-lhe a produção de quatro crônicas, publicadas na *Revista do Brasil* em 1920, a discutir a arte religiosa baiana, carioca e mineira. Nesses trabalhos, referiu-se a Manoel Querino, Afonso Arinos e Diogo de Vasconcelos para reportar-se à história artística das capelas e igrejas coloniais.¹²⁵³ No artigo dedicado especificamente à arte religiosa mineira, tomou os templos barrocos como exemplário maior de nossa arquitetura e, Aleijadinho, como único artista “genial” brasileiro.¹²⁵⁴ Embora valorizasse as contribuições baiana e carioca, Mário de Andrade considerava a arquitetura colonial mineira momento originário da arte nacional. Afastada do litoral, e por isso menos tocada pela influência portuguesa, Minas propiciara o florescimento de produções artísticas e arquitetônicas originais que, embasadas em modelos europeus, captavam e recriavam suas matrizes, dando lugar a um novo e autêntico “estilo” artístico, o primeiro desenvolvido no Brasil: o “barroco mineiro”.¹²⁵⁵

De fato, Mario de Andrade e o grupo de intelectuais modernistas foram expoentes importantes da recolha e divulgação da lendária associada a Chico Rei e à cidade de Ouro Preto. Retomando as obras de escritores mineiros, como Diogo de Vasconcelos, Afonso Arinos, Xavier da Veiga, Nelson de Senna e mais tardiamente Alceu Amoroso Lima, que, desde fins do século XIX, vinham chamando a atenção para a riqueza histórica da antiga capital, o grupo modernista tomou o legado artístico e patrimonial de Ouro Preto como problema central da busca pela autenticidade da arte e da nacionalidade brasileiras. Inspirando-se nos discursos formulados a partir da transferência da capital para Belo Horizonte, quando a ex-sede governamental passou a ser descrita como núcleo histórico decadente, ameaçado pelo abandono e arruinamento de seus edifícios e obras, o processo de construção de Ouro Preto como cidade histórica a ser preservada obteve no engajamento modernista impulso decisivo. A partir dos anos

de Minas Gerais, ao descrever o caso do coronel Antônio de Oliveira Leitão, que teria assassinado a própria filha, em 1720, em repúdio ao galanteio que a moça recebera de um rapaz de “somenos qualidade”. ANDRADE, M. “Nocturno de Belo-Horizonte”. *Estética*, ano II, v. 1, abr.-jun 1925, p. 235. Material consultado através do Projeto Brasiliana USP. Endereço eletrônico: www.brasiliana.usp.br. Acesso: 22 de out. de 2012.

¹²⁵³ ANDRADE, M. “A arte religiosa no Brasil (conclusão) Arte Cristã”. *A Arte Religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993, p. 46.

¹²⁵⁴ ANDRADE, M. “Arte religiosa no Brasil em Minas Gerais”. *A Arte Religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993, p. 82.

¹²⁵⁵ NATAL, C. M. “Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação”. *História Social*. Campinas, n. 13, 2007, p. 193-207.

30, a atenção dispensada pela geração de Mário de Andrade ao legado histórico de Ouro Preto levaria a cidade para o foco da questão patrimonial, que então se gestava no Brasil.¹²⁵⁶

Com a alteração do panorama político e intelectual e a incorporação de figuras modernistas ao Estado brasileiro durante a Era Vargas, muitas das quais atentas ao registro das tradições culturais mineiras, a história de Ouro Preto ganhou projeção nacional e, junto a ela, a narrativa de Chico Rei adquiriu disseminação e recepção renovadas. A valorização da cultura popular, sobretudo dos produtos culturais elaborados por negros, índios e mestiços – um dos pilares da ideologia modernista, manifestado posteriormente no anteprojeto escrito por Mário de Andrade, que fundamentou a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936¹²⁵⁷ – refletiu-se na propagação da lenda, desde então incorporada à política cultural do Estado brasileiro.

Expoentes como Manuel Bandeira, Oswald de Andrade e, sobretudo, Mario de Andrade fizeram-se porta-vozes difusores. Em 1936, Afonso Arinos de Melo Franco, sobrinho do escritor de “Atalaia Bandeirante”, creditou ao tio sertanista a revelação do mito.¹²⁵⁸ Em 1938, em *Guia de Ouro Preto*, Bandeira fez menção à história de Chico Rei para descrever a Igreja de Santa Efigênia, remetendo tanto a Afonso Arinos (tido por primeiro recolhedor) quanto a Diogo de Vasconcelos. No ano seguinte, o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro apresentou “Maracatu de Chico Rei”, bailado do compositor Francisco Mignone, cuja letra havia sido composta por Mário de Andrade em 1933. A plateia presente ao espetáculo recebeu folheto explicativo, que narrava a biografia do monarca africano. Essa ópera simbolizou a forte influência exercida pelo autor de *Macunaíma* junto aos músicos brasileiros, no sentido de introduzirem em sua produção musical motivos e sonoridades havidas por genuinamente brasileiras.¹²⁵⁹ Curiosamente, o folheto explicativo de “Maracatu de Chico Rei” oscilava de maneira ambígua quanto à definição da natureza histórico-ficcional do musical. Iniciando-se com a afirmação de que o bailado estava amparado

¹²⁵⁶ DRUMMOND, M. F. S. I. “Cidade em três séculos”, In: *Ouro Preto: cidade em três séculos. Bicentenário de Ouro Preto/Memória Histórica [1711-1911]*. Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 26-37. NATAL, C. M. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação de Mestrado, p. 120.

¹²⁵⁷ SILVA, F. F. “Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual”. *RIPHAN*, n. 30, 2002, p. 129-137.

¹²⁵⁸ FRANCO, A. A. M.. *Roteiro Lírico de Ouro Preto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980, p. 48.

¹²⁵⁹ PEREIRA, R. *A Formação do Balé Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 139-141.

“num caso registrado pela *história do Brasil* com relação a uma tribo africana que foi aprisionada em sua terra e mandada para o nosso país”, o panfleto arrematou-se na indicação de que a obra se baseava “pois nesta *tradição*, modificando apenas o final, fazendo o ouro deixado nesse dia servir para alforriar os seis membros da tribo que ainda restavam escravos” – texto que mantinha, desse modo, inconfessa a natureza ficcional da peça, ao mesmo tempo em que lhe emprestava certo ar de realidade histórica.¹²⁶⁰

Enquanto Mário de Andrade redigia os versos para o bailado nacionalista de Mignone, Ouro Preto elevava-se à condição de Monumento Nacional, por decreto do Governo Provisório de Vargas, em 1933. Pareciam confluir para a antiga capital os interesses intelectuais da geração modernista e a pauta política do Estado varguista, que, através do SPHAN, fundado em 1937, investiu na patrimonialização da cidade, no resguardo de sua estrutura física e no estudo e disseminação de suas tradições culturais.¹²⁶¹

Entre a elevação da cidade à qualidade de Monumento e a criação do SPHAN, Alcibiades Delamare publicou em 1935 o livro *Villa-Rica*, obra de fundo memorialístico que recontava histórias relativas a alguns bairros, igrejas e episódios de Ouro Preto, com destaque para a Inconfidência Mineira. O autor dedicou um capítulo a Chico Rei. Nele se baseou na obra de Diogo de Vasconcelos, mas sua avaliação do mito diferiu acentuadamente da interpretação feita trinta anos atrás. Segundo o autor, “a lenda vetusta” ligada à criação da igreja de Santa Efigênia “significa o caráter e sobremodo exalta os sentimentos da raça preta, cuja elaboração humilde, mas dedicada, eficiente e indefesa, tanto contribuiu para a obra da grandeza material, intelectual e moral do nosso povo”. Delamare deu ênfase especial ao esforço de trabalho e ao senso de economia dos negros da Irmandade do Rosário, empregados em prol do alcance de alforrias coletivas. O destaque concedido ao trabalho escravo confundiu-se, nesse caso, com a defesa da própria ordem social: “eis o que foi o reinado de Chico-Rei. Reinado de ordem, de trabalho, de caridade, de amor, de fé”. O rei negro apresentava-se como uma espécie de líder carismático, ordeiro e anti-rebelde, pois “Chico-rei não foi jamais um ‘quilombola’. Mas um tipo admirável de organizador. Espécime raro de condutor dos homens. Figura dominadora de multidões. Verdadeiro gênio de sua raça!”. Se a

¹²⁶⁰ PEREIRA, R. *A Formação do Balé*. p.140. Grifo meu.

¹²⁶¹ BRAGA, V. M.. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: FGV/PPGHPBC, 2010. Dissertação de Mestrado.

liderança de Chico Rei assemelhava-se à de Getúlio Vargas, é certo ainda que o autor articulou a retórica trabalhista, em gestação durante os anos 30, e por esse viés entendeu a “faina libertadora” da Irmandade do Alto da Cruz, em sua constante labuta pela alforria escrava, que perdurou até as vésperas da Abolição.¹²⁶² Detalhe revelador foi a crítica de Delamare ao fato de que a festa do Reinado do Rosário, descrita por Diogo de Vasconcelos, já não ocorresse no dia 6 de janeiro, conforme apontara o eminente historiador. Lamentando o desaparecimento de “mais essa tradição vilarriquense”, o autor propunha o reestabelecimento das festividades naquela data, coisa que “não só atrairia para Ouro Preto uma grande corrente de turistas curiosos por assisti-las, como ainda valeria por um legítimo preito à memória do africano humilde, que tão alto elevou sua raça”.¹²⁶³

A preocupação com a retomada da festa de coroação demonstra até que ponto a difusão da lenda de Chico Rei propiciava a atualização ou a reinvenção de práticas sociais caídas em desuso, ou mesmo demandava a criação de rituais inéditos, que alimentassem a nova “tradição” cultural em gestação. O desenvolvimento do turismo de visitação a Ouro Preto, a partir dos anos 30, foi outro fator a fomentar o processo de reinvenção das tradições locais. Sabe-se, por exemplo, que a “Mina de Chico Rei”, hoje ponto turístico da cidade, foi “descoberta” em 1946, quando passou a ser utilizada como negócio turístico por sua proprietária, mediante o pagamento de entrada por parte dos visitantes interessados em percorrer os túneis da mina.¹²⁶⁴

Em 1936, Gilberto Freyre analisou a narrativa do rei negro em *Sobrados e Mucambos*. Interessado em discutir os mecanismos inovadores surgidos a partir das experiências sociais urbanas no Brasil colonial, após considerar o quilombo dos Palmares como “a primeira cidade a levantar-se contra o engenho”, através de sua economia “parassocialista”, assentada em mucambos que desafiavam a casa-grande, Freyre referiu-se a Chico Rei como exemplo de ação pioneira, de teor cooperativista, executada por escravos:

Outro exemplo de sentido cooperativista deram os negros em Ouro Preto, organizando-se sistematicamente para fins de alforria e de vida independente. Um historiador mineiro enxerga no fato a antecipação de socialismo cristão entre nós. Chefiados pelo preto de nome Francisco, grande número de escravos das minas de Ouro Preto foram se alforriando, pelo trabalho, primeiro do velho, que forrou o filho, depois do pai e filho reunidos, que forraram um estranho, seguindo-se, por esse processo, a libertação de

¹²⁶² DELAMARE, A. *Villa-Rica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 31-39.

¹²⁶³ DELAMARE, A. *Villa-Rica*...p. 40.

¹²⁶⁴ *Isto É*, 20 de maio de 1998, n. 1494.

dezenas de negros. E os negros forros, operários da indústria do ouro, terminaram donos da mina da Encardideira ou Palácio Velho.

O caráter de socialismo cristão que Diogo de Vasconcelos vê nesse esforço admirável de cooperação prende-se antes à forma que à essência da organização dos negros forros de Ouro Preto: esta seria religiosa, mas não católica. Os negros reuniram-se que nem os negociantes e artífices brancos, em uma irmandade: a de Santa Ifigênia. E levantaram uma igreja - a do Rosário. Aí, Dia de Reis, celebravam com muita assuada sua festa, antes africana do que católica, presidida pelo velho chefe vestido de rei. Ouviam missa cantada, é certo; mas o principal eram as danças, aos sons de instrumentos africanos. Danças de rua, defronte da igreja. Danças de negro. Como muito antes do professor Nina Rodrigues, observou Mansfield, os pretos no Brasil, em vez de adotarem os santos católicos, esquecendo ou abandonando os seus, substituíram os africanos pelos portugueses, exagerando pontos de semelhança e conservando reminiscências dos africanos. Às vezes quase criando novos santos com elementos das duas tradições religiosas. Uns como santos mestiços, pode-se dizer.¹²⁶⁵

A análise de Freyre sobre a festa de coroação de reis negros pôs em relevo o sincretismo daquela manifestação religiosa, a congregar elementos africanos e católicos. A menção a Nina Rodrigues ratifica o viés antropológico de sua abordagem, interessada em destacar o entrecruzamento de tradições culturais diversas, que se chocavam no cerimonial, nos ritos e nas imagens da festa de Chico Rei, a exemplo do que ocorria no candomblé baiano, estudado pelo médico/antropólogo.¹²⁶⁶

A obra de Freyre foi contemporânea à de Arthur Ramos, autor que compôs ao lado do eminente sociólogo as duas correntes de estudo das relações raciais brasileiras (afro-brasileira e histórica), inauguradas no país a partir de 1930 – conforme estipulou o ensaio clássico de Oracy Nogueira¹²⁶⁷ – e posteriormente confrontadas pela escola de sociologia da Universidade de São Paulo, que, sob a liderança de Florestan Fernandes e à luz do Projeto Unesco nos anos 1950, criticou duramente a noção de democracia racial no Brasil.¹²⁶⁸ Seguidor e admirador da obra de Nina Rodrigues, Arthur Ramos preocupou-se, sobretudo, com a temática da aculturação e do choque de culturas

¹²⁶⁵ Em nota de rodapé, o autor ainda citou artigo de Teixeira Duarte, publicado em 1913 pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, que avaliava a experiência de Chico Rei como caso pioneiro de cooperativismo em Minas Gerais. FREYRE, G., *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1936, p. 73. DUARTE, A. Teixeira “Catecismo da cooperação”. *RAPM*, v. 18, 1913, p. 340-42.

¹²⁶⁶ RODRIGUES, R. de N. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas/Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. SCHWARCZ, L. K. M. “Resenha de *Animismo Fetichista dos Negros Baianos*”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2007, v. 50 Nº 2, p. 881-886.

¹²⁶⁷ NOGUEIRA, O. “Preconceito Racial de Marca e Preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)”. *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*. São Paulo, Anhembi, 1955. Publicado também em *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, n. 19, n. 1, 2006, pp. 287-308.

¹²⁶⁸ NOGUEIRA, O. “Preconceito Racial de Marca...MAIO, M. C. “O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o ‘credo racial’”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, p. 115-128.

distintas na sociedade brasileira, fruto do tráfico negreiro e da própria ação colonizadora europeia. Em *A aculturação negra no Brasil* (1942), o autor discutiu, a partir da obra de Diogo de Vasconcelos, a saga de Chico Rei, entendendo-a como narrativa situada no limiar entre a história e a lenda. A experiência confrarial encabeçada pelo rei de Santa Efigênia simbolizava o “espírito associativo” elaborado por “grupos de cultura” africanos, com vistas à proteção, à assistência e, nesse caso, ao alcance pacífico e organizado de alforrias, esforços suscitados ante a experiência comum do escravismo. Esse item levou-o a considerar Chico Rei o “primeiro líder negro abolicionista do Brasil”. O exemplo de Vila Rica teria se estendido a outros núcleos urbanos de Minas Gerais e da Bahia, “imitado por muitos dos seus irmãos de raça como um esforço consciente e deliberado para a sua emancipação”. Chama atenção sua instigante proposta de que a narrativa de Chico Rei, bem como os fenômenos associativos e festivos atrelados à lenda, constituam parte do processo aculturativo transcorrido na experiência colonizadora do Novo Mundo, propiciado pela dinâmica sociocultural da escravidão.¹²⁶⁹

Nos anos 1950, a reflexão crítica sobre a condição de negros e mulatos na sociedade brasileira, ocupada em desestruturar o mito de democracia racial que se gestara ao longo das últimas duas décadas, influenciou boa parte da produção da chamada Escola Paulista de Sociologia, além de prolongar-se nas obras de Guerreiro Ramos e Costa Pinto. Nesse contexto, a saga de Chico Rei, valorizada, até então, por seu teor pitoresco, folclórico e lendário, foi deslocada do foco de interesse das ciências sociais, especialmente da sociologia, que então se institucionalizava no país.¹²⁷⁰ A demanda por rigor empírico, aliada à busca por solidez conceitual e metodológica no desenvolvimento científico da sociologia, significou na prática um relativo abandono da questão colocada pelo mito de Vila Rica. Se, em 1945, um Roger Bastide muito influenciado pelas obras de Freyre e Ramos incluía análise da lenda como parte de seu estudo sobre as estruturas sociais das religiões afro-brasileiras, nos anos seguintes a lenda de Chico Rei ausentou-se das investigações sociológicas que tiveram por mote a reavaliação da “situação racial” brasileira, a exemplo das obras publicadas por Florestan Fernandes.¹²⁷¹ Os olhos voltados para o século XIX e o interesse de avaliar os impactos

¹²⁶⁹ RAMOS, A. *A aculturação negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942, p. 120-24.

¹²⁷⁰ MAIO, M. C. “O Projeto Unesco...” p. 115-128.

¹²⁷¹ BASTIDE, R. “Structures Sociales et religions brésiliennes” *Renaissance*. New York, n. 2/3, 1945, pp.12-29. SOARES, E. V.; BRAGA, M. L.de S.; COSTA, D. V. de A. “O dilema racial brasileiro: de

da escravidão sobre a montagem da sociedade e da economia capitalistas no Brasil foram outros fatores que aumentaram o desinteresse por aquela lenda colonial – muito embora Bastide tenha sempre retornado ao tema esporadicamente.¹²⁷²

Todavia, ainda em meados do século, um esforço intelectual isolado, mas amparado em bases documentais sólidas, foi capaz de revelar certos aspectos ligados ao mito. Em 1947, quando elaborava os estudos arquitetônicos sobre Vila Rica que viria a condensar em livro pouco depois, Sylvio de Vasconcelos, então chefe do 3º distrito do DPHAN, sediado em Belo Horizonte, interessou-se pela história do Palácio Velho de Ouro Preto. Nos anos seguintes, apesar de certa dificuldade na identificação do prédio, conseguiu-se, enfim, chegar às ruínas da antiga propriedade. Em 1955, outro pesquisador associado ao DPHAN, Francisco Antônio Lopes, publicou obra acerca d'*Os Palácios de Vila Rica*, na qual discutia documentos concernentes ao Palácio Velho, sobretudo o inventário de bens transmitidos à câmara de Vila Rica em 1733, por conta do legado de Henrique Lopes. Embora tenha hesitado em determinar com exatidão o sítio onde se instalava o imóvel, Francisco Lopes chamou atenção para a existência, dentre os itens listados no interior da propriedade, de uma mina de ouro, a “mina do Palácio Velho, como até hoje é conhecida, e que teria sido a mesma do Chico Rei da lenda”, situada esta na “Encardideira, no antigo arraial de Antônio Dias”.¹²⁷³

Coube, enfim, a Sylvio de Vasconcelos a primeira descrição das ruínas do Palácio Velho, situando-as com precisão.¹²⁷⁴ No entanto, o estudioso jamais ousou expressar oficialmente, como fizera Francisco Lopes, a associação entre o Palácio Velho e a lenda de Chico Rei. Amparado unicamente em documentos do século XVIII e em observações de campo, obediente ao viés empírico que marcou sua produção intelectual, Vasconcelos ignorou qualquer dado lendário na caracterização histórica da propriedade. Porém, subjetivamente, é possível sentir no interesse direcionado ao Palácio Velho algo além das informações histórico-documentais disponíveis sobre a

Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política”. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n. 1, 2002, p. 35-52.

¹²⁷² BASTIDE, R. *As contribuições culturais dos africanos na América Latina: tentativa de síntese*. São Paulo: Ática, 1983, p. 168. BRAGA, M. L. de S. “Cidadania e relações raciais: a reflexão bastidiana na década de 1960”. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007. SCHWARTZ, S. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-88; p. 29.

¹²⁷³ LOPES, F. A.. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955, p. 12.

¹²⁷⁴ VASCONCELOS, S. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 36-37. Antes do autor, Afonso Arinos e Feu de Carvalho já haviam indicado a localização física do Palácio Velho.

morada ancestral dos governadores da capitania. Em 1958, profissionais do DPHAN, sob o comando do pesquisador, empreenderam registros fotográficos das ruínas ouropretanas – momento em que foi realizada, inclusive, uma reforma no telhado da “casa de Henrique Lopes”, patrocinada pelo Departamento.¹²⁷⁵ Essas fotografias, guardadas no arquivo do IPHAN em Belo Horizonte, sugerem que o vínculo de Chico Rei não teria sido completamente ignorado pelos diversos fotógrafos (dentre eles o próprio Sylvio de Vasconcelos) que clicaram instantâneos do Palácio Velho e arredores. Ao lado de imagens das ruínas e da casa de Henrique Lopes, também fizeram-se registros do entorno da propriedade, com destaque para os imóveis próximos à ponte do Palácio Velho. Uma foto, em especial, focaliza a casa em cujo quintal se insere a mina hoje transformada em ponto turístico, a reivindicar a memória de Chico Rei.

Figura 26. Frente e verso da fotografia “Trecho Palácio Velho”, com foco na propriedade onde se situa a atual “Mina de Chico Rei”. (Fonte: IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL).

Desde princípio dos anos 1950, o 3º Distrito do DPHAN, com aval de seu chefe, vinha tentando adquirir ou expropriar o Palácio Velho. No entanto, dificuldades na localização e na identificação do patrimônio retardaram e impediram a concretização do negócio.¹²⁷⁶ Em 1962, o deputado Paulo Nobre apresentou às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças do Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 4.403, que propunha transformar o “Palácio de Chico Rei de Ouro Preto” em Patrimônio Nacional. O tombamento do imóvel ficaria a cargo do DPHAN. A justificativa do projeto, elaborada por Paulo Nobre, atribuía a Chico Rei a introdução

¹²⁷⁵ O termo “Casa de Henrique Lopes” aparece na identificação de fotos tiradas por Sylvio de Vasconcelos nesse período. . IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL. MENEZES, I. P. “Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2005, p. 41.

¹²⁷⁶ CARTA de Manuel José de Paiva. 13/08/1951; CARTA de Manuel Paiva. 30/12/1951; CARTA de Manuel Paiva. 18/12/1951; OFÍCIO n. 904. IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL.

das festividades do congado em Minas Gerais.¹²⁷⁷ No entanto, o diretor nacional do órgão patrimonial, Rodrigo Melo Franco de Andrade, informado da matéria, pediu parecer a Sylvio de Vasconcelos, alegando não ter conseguido “identificar a edificação visada pelo referido projeto de lei”.¹²⁷⁸ Não se sabe se houve resposta a esse ofício. Tudo indica que a vaga referência a um “Palácio de Chico Rei” constituísse concessão folclórica que Sylvio de Vasconcelos não estivesse disposto a acatar. Ademais, o projeto de lei era sobremaneira lacônico na caracterização do prédio alvo da ação. A qual edificação se referia, ao Palácio Velho, à casa de Henrique Lopes ou a outro imóvel ao redor?

A rejeição à temática de Chico Rei ficaria evidente pouco depois. Em 1967, Sylvio de Vasconcelos propôs à prefeitura de Ouro Preto a desapropriação do Palácio Velho. Como base da proposta, redigiu argumento erudito, pautado em registros documentais e vestígios arquitetônicos, em que esboçou um histórico da propriedade, frisando sua localização e sua função como residência oficial dos governadores da capitania de Minas Gerais entre 1720-33. Concluiu que o Palácio, por tal característica, constituía a edificação “mais antiga existente em todo o Brasil, intacta em seus remanescentes, ligada à história da administração colonial”. Por conta disso, pediu que a prefeitura “fizesse reverter a seu domínio a aludida propriedade, de muito pouco valor econômico, mas de extraordinária importância para a história e o patrimônio público de Ouro Preto”.¹²⁷⁹ Nem uma única palavra a respeito de Chico Rei. A omissão não deixa dúvida quanto ao ceticismo de Vasconcelos na apreciação do mito àquela altura amplamente divulgado noutros meios, como a literatura, o folclore e a cultura popular em geral.¹²⁸⁰

¹²⁷⁷ *Diário do Congresso Nacional* (Sessão I), 26 de junho de 1962, p. 3546.

¹²⁷⁸ OFÍCIO n. 932, do Diretor do DPHAN ao chefe do 3º Distrito. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1962. IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL.

¹²⁷⁹ CARTA de Sylvio de Vasconcelos. 22 de abril de 1967. IPHAN/ 13ª/ACDI/POP/PV/HL.

¹²⁸⁰ Diversos autores da chamada segunda geração modernista renderam tributo ao mito. Em 1953, Cecília Meireles referiu-se a Chico Rei nos Romances VIII e IX do *Romanceiro da Inconfidência*. No ano seguinte, o poeta Murilo Mendes apresentou o rei negro como redentor dos oprimidos, no seu “Acalanto de Ouro Preto”. Na década de 1960, a lenda chegou a ambientes populares. Em 1964, Geraldo Babão, Djalma Sabiá e Binha compuseram “Chico Rei”, samba-enredo que animou o vice-campeonato do Salgueiro no carnaval carioca. O aspecto folclórico explorado no samba-enredo também forneceu a matéria-prima de um libreto publicado em 1965 por Angélica Rezende, no qual a folclorista expôs o resultado de suas pesquisas pessoais, a registrar cantigas e danças folclóricas praticadas em Ouro Preto. Na segunda parte da obra, Rezende transcreveu partitura e letra de duas músicas que teriam sido executadas em 1934 por ocasião do festejo de coroação de rei negro, no qual os festeiros dirigiam-se à casa de Chico Rei, para buscar rei e rainha, e depois, em cortejo, à Igreja de Santa Efigênia para a celebração. MEIRELES, C. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 31-

A mais influente produção literária acerca do mito foi, contudo, uma obra menor. No romance *Chico Rei*, penúltimo da série de sete romances históricos a compor a coleção “Saga do País das Geraís”, Agripa Vasconcelos narrou a trajetória da *Galanga* (Francisco da Natividade/Chico Rei), rei do Congo, capturado por traficantes portugueses na África em 1740 e trasladado para o mercado de escravos do Rio de Janeiro, onde foi comprado pelo fictício major Augusto de Andrade Góis, um minerador de Vila Rica. Inspirado na nota de rodapé de Diogo de Vasconcelos, o livro pretendeu mesclar fatos históricos à lendária mineira, a que o autor tratou de acrescentar enredo repleto de personagens fictícias. Em longas 240 páginas, Vasconcelos deu vazão a um sem números de lugares-comuns, eivados de preconceitos quanto às sociedades africanas, descritas como bárbaras e selvagens (em tom próximo da literatura de feição imperialista de fins do século XIX), e a exacerbar o papel subordinado de escravos na sociedade colonial.¹²⁸¹ O esforço do autor em sustentar, sem provas, a suposta veracidade histórica de Chico Rei é o único elemento a merecer destaque, não necessariamente positivo:

Até agora, Chico Rei, para alguns historiadores *documentados*, passa até por mito. O dr. Diogo de Vasconcelos, pai da história mineira, o reconhece como benemérito construtor de igrejas e epígono do cooperativismo cristão na capitania. Ele foi o primeiro a libertar escravos nas Geraís do século XVIII. Há na Torre do Tombo carta datada de Vila Rica do Ouro Preto, de um padre Agostinho Cerqueira de Macedo, acusando Chico ao governador Conde de Bobadela, como arregimentador de homens contra o colonialismo, talvez para a sonhada Noite Santa duas vezes fracassada, e pedindo providências. A história da capitania, para os mineiros, ainda é uma fábula, e para os colonizadores, sempre será uma vergonha.¹²⁸²

Quanto à procedência de Chico Rei é necessário tecer aqui um comentário. Nem Afonso Arinos nem Diogo de Vasconcelos identificaram origem, etnia ou grupo de procedência ao qual teria pertencido o nobre monarca africano. Limitaram-se a destacar que o escravo possuía ascendência real e que ocupara o posto de rei em sua sociedade

34. MENDES, M. *Consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. LOPES, H. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 29. AZÊDO, M. “A vitória-derrota do modelo Pamplona”. *Jornal do Comércio*. 25 de fevereiro de 1980. REZENDE, A. *Lembrando Ouro Preto e Aleijadinho*. Ouro Preto: 1965, p. 81-82.

¹²⁸¹ Apesar da questionável qualidade literária, os romances de Agripa Vasconcelos tiveram grande ressonância junto ao público brasileiro nas décadas de 1980-90, quando *Chica que Manda* e *Vida em Flor de Dona Beija*, duas de suas obras, foram adaptadas em telenovelas exibidas pela extinta Rede Manchete. Já *Chico Rei* inspirou o roteiro do filme homônimo de Walter Lima Júnior, produzido entre 1979 e 1985. A respeito dessa película, que tem seu interesse, conferir: HABERT, A. B. “Chico Rei: quem é rei, sempre será; Chico por ser brasileiro e negro, depende do olhar histórico”. *Alceu*, v. 5, n. 10, 2005, p. 18-29; p. 22.

¹²⁸² O documento a que se refere o romancista jamais foi empregado na historiografia e até o presente tem existência ignorada. VASCONCELOS, A. *Chico Rei*...p. 197. Grifo do próprio autor.

de origem; mas o nome do reino governado por Chico Rei jamais foi apontado pelos autores. Rugendas mencionara a “eleição de rei do Congo”, mas estava a referir-se à festa descrita por Henry Koster em Pernambuco, e não à cerimônia que presenciou em 1825 no Palácio Velho.¹²⁸³ O atributo de rei do Congo só foi incisivamente conferido ao herói do Alto da Cruz a partir do romance de Agripa Vasconcelos, a primeira obra a fazer tal inferência, informação que, desde então, disseminou-se nas análises posteriores que abordaram o mito.¹²⁸⁴ Segundo Marina de Mello e Souza a expressão geral “rei congo” – que a autora grafa intencionalmente com letras minúsculas e sem preposição – passou a ser comumente empregada para designar o título de reis negros coroados em festas realizadas ao longo do século XIX no âmbito de irmandades de homens pretos, inclusive nos casos em que o escravo ou forro investido na função real proviesse de etnia ou “nação” alheia à costa da África Centro-Occidental. Dessa forma, a evocação do reino do Congo transformou-se numa entidade mítica, capaz de conferir identidade aos diferentes povos africanos atuantes nas festas.¹²⁸⁵

Concomitante à sua expressão literária, a lendária fixou-se definitivamente no roteiro turístico de Ouro Preto. Nos moldes do que havia sido feito por Manuel Bandeira e Afonso Arinos de Melo Franco na década de 1930, Otto Maria Carpeaux escreveu guia da cidade, só publicado postumamente, em que descreveu a história da Igreja de Santa Efigênia por meio da narrativa de Chico Rei.¹²⁸⁶ Em 1971, Lúcia Machado de Almeida fez o mesmo em *Passeio a Ouro Preto*, lançado em edição trilingue, traduzida em francês e inglês, explicitando sua destinação ao mercado turístico internacional.¹²⁸⁷

Ao longo da segunda metade do século XX o sucesso do mito junto às manifestações artísticas e literárias foi inversamente proporcional a seu acolhimento acadêmico. Em 1993, Marcos Magalhães de Aguiar, ao estudar as confrarias negras de Vila Rica, ironizou a narrativa segundo a qual a irmandade do Alto da Cruz teria se sustentado financeiramente através do ouro doado por escravas que lavavam seus cabelos empoados de ouro na pia da igreja de Santa Efigênia. Argumentando que pelo menos metade das rendas auferidas por essa irmandade no século XVIII proviera das

¹²⁸³ RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 252.

¹²⁸⁴ SILVA, R. A. “Chico Rei Congo do Brasil” In: SILVA, V. G. (org.). *Imaginário, cotidiano...* p. 43-86.

¹²⁸⁵ Advém daí o fato de que as danças e embaixadas das festas de eleição de reis negros ganharam no Brasil o nome geral de Congados ou Congadas. SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros...* p. 358.

¹²⁸⁶ CARPEAUX, O. M. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

¹²⁸⁷ ALMEIDA, L. M.. *Passeio a Ouro Preto*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 52-53.

esmolas pagas por irmãos escravos e forros, o autor afirmou que tais dados serviam “para desfazer a imagem tão difundida entre os guias de Ouro Preto, e que os historiadores não se cansam de repetir, que atribui a construção da igreja de Santa Efigênia às negras escravas que escondiam ouro no cabelo para lavá-lo na pia da capela, ou a um certo Xico-Rei, príncipe negro, etc...”¹²⁸⁸

O descrédito da lenda na produção historiográfica durante o período, ocasionado talvez pelo maior rigor empírico das pesquisas levadas a cabo no Brasil a partir dos anos 1980, com o incremento dos cursos de pós-graduação em história, preocupados em fundamentar trabalhos sobre sólida base documental, prolongava-se ainda no desconhecimento e/ou no pouco aproveitamento das fontes ligadas à história da diáspora africana no Brasil, em que o estudo de mitos, crenças e signos culturais herdados do continente natal ou recriados no universo colonial tornava-se necessário.¹²⁸⁹

Não foi por acaso que, entre nós, o primeiro estudo sistemático de uma instituição cultural criada pela diáspora africana na América Portuguesa tenha sido também o primeiro a compreender a historicidade do mito de Chico Rei, creditando-lhe verossimilhança e simbologia compatíveis com a história da escravidão no Brasil colonial. Marina de Mello e Souza, em *Reis Negros no Brasil Escravista*, historicizou a festa de coroação de reis negros, tradição cultural mantida em diversos pontos do Brasil, desde o século XVII até nossos dias, e, amparada nas apreciações de Augusto de Lima Júnior e de Waldemar de Almeida Barbosa, atribuiu fundamento histórico à figura do rei negro de Santa Efigênia, “pois se este não existiu tal como conta a lenda, pode ter existido personagem semelhante, que deu origem a ela, que em tudo se adéqua às informações acerca de lideranças negras às quais era atribuído o cargo de rei”.¹²⁹⁰ Em especial, a narrativa de Chico Rei respaldou-se no fenômeno de transmissão de poderes e de linhagens oriundos da África e reinstituídos no mundo colonial. Relativamente comum nas colônias que se valeram de escravos africanos e também existente no Brasil, esse fenômeno levou a que diversos reis e rainhas eleitos nas festas promovidas por

¹²⁸⁸ AGUIAR, M. M.. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado, p. 185.

¹²⁸⁹ SCHWARTZ, S. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-88; p. 29; RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Através de um prisma africano: um nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, nº 12, 2001, p. 11-50.

¹²⁹⁰ SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006, p. 314.

irmandades proviessem, na verdade, de linhagens reais, de chefias tribais e/ou de lideranças políticas em suas respectivas sociedades de origem. Ainda segundo aquela autora, a influência de tradições políticas e culturais africanas podia ser marcante nos processos de escolha de reis negros, bem como no estabelecimento dos rituais, das músicas e das danças celebrados nas festas. Mas é certo que outros fatores afeitos à sociedade senhorial ou decorrentes da própria reconfiguração dos grupos africanos escravizados também interferiram na escolha de figuras reais nas irmandades da América Portuguesa.¹²⁹¹ Mariza Soares e Anderson Oliveira analisaram o caso do capitão Inácio Gonçalves do Monte, eleito para o posto de rei junto a uma congregação de escravos makis filiados à irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro. Capitão Inácio nascera na Costa dos Escravos e era filho de uma liderança política do reino de Maki, situado na África Ocidental.¹²⁹²

A pesquisa iconográfica empreendida por Lázaro Francisco da Silva na Igreja de Santa Efigênia também merece destaque. Partindo de relatos orais e memorialísticos, o autor constatou empiricamente a presença de elementos culturais iorubanos no entalhe de altares e em imagens pintadas no templo do Alto da Cruz. Búzios, tartarugas e símbolos fálicos, que observados de ângulo inverso remetem à representação de genitália feminina, simbolizavam, segundo o autor, a cosmogonia dos Orixás, de raiz iorubana, segundo a qual o mundo teria sido gestado a partir de divindades hermafroditas. Também o enigmático afresco de um “Papa negro”, pintado no forro da capela-mor, poderia referir-se à cidade de Ifé, considerada o “umbigo do mundo” na crença nagô, também chamada de Roma Negra, porque nela pontificava o Papa Negro, sumo sacerdote de Ifá, o Orixá dos búzios. Conjugando tais evidências iconográficas a registros documentais da Irmandade (ciosa de sua independência em relação pároco da matriz de Antônio Dias) e a relatos folclóricos atrelados ao mito de Chico Rei e à atuação rebelde ou resistente de escravos naquela localidade, o autor deu crédito ao “sentimento de inconformismo dominante entre os negros da freguesia do Antônio Dias”, sugerido nas lendas e histórias preservadas na memória local e também nos dados documentais pesquisados.¹²⁹³

¹²⁹¹ SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros no Brasil...* p. 179-83.

¹²⁹² SOARES, M. C. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 192. OLIVEIRA, A. J. M. de. “Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, p. 77.

¹²⁹³ SILVA, L. F. “Conjuração Negra em Minas Gerais”. *Revista do IFAC*, v. 2, 1995, p. 69-71. A

A rejeitar que os entalhes e símbolos iorubanos esculpidos e representados na igreja de Santa Efigênia fossem meros produtos de sincretismo, o pesquisador empregou o conceito de “incrustação cultural”, tomado de empréstimo ao vocabulário mineralógico empregado nas Minas. Por considerar que a simbologia pagã ali presente apartava-se ou se diferenciava do catolicismo lusitano, Lázaro Silva qualificou-a como um corpo estranho que, incrustado no interior da cultura dominante, renitentemente infiltrara-se, mantendo intocada parte de sua identidade original. Segundo o autor, as incrustações poderiam expandir-se e levar a “fraturas de consequências imprevisíveis” na lógica cultural imposta pela colonização católica portuguesa.¹²⁹⁴ O estudo iconográfico empreendido pelo autor tem o mérito de articular, de maneira profícua e pioneira, itens folclóricos e memorialísticos a certo procedimento empírico e analítico, capaz de captar o sentido histórico das narrativas e dos itens culturais que analisa. A iconografia da capela de Santa Efigênia, exemplo único no Brasil, e as diversas lendas e mitos arraigados à memória local de fato indicam a persistência, naquele ambiente, de elementos culturais potencialmente desajustados à lógica sincrética que comandou o processo de inserção dos escravos na sociedade senhorial da América Portuguesa. Entendendo o mito de Chico Rei como parte desse legado de resistência, Silva sugeriu que “essas figuras lendárias sejam mais do que lendas”.¹²⁹⁵

Entre os mais recentes autores a abordar o mito de Chico Rei, expoente desse renovado interesse da historiografia brasileira por elementos culturais do passado escravista e, em especial, pela lenda de Vila Rica, Anderson Oliveira destacou a importância devocional de Santa Efigênia, tida por elemento chave da narrativa mítica atrelada à irmandade do Alto da Cruz. Ao mesmo tempo em que a coroação de Chico Rei assinalava certo compromisso com as tradições africanas, o culto a Santa Efigênia reconduzia os escravos à realidade colonial, na qual estavam irremediavelmente enredados, emprestando-lhes uma nova identidade católica, híbrida o suficiente para combinar itens do repertório cultural africano com novos elementos requeridos na

presença de búzios e símbolos iorubanos também ocorre na imagem da folha de rosto do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Guarapiranga, datado de 1749. Ver: EUGÊNIO, A. *Fragmentos de Liberdade: as festas religiosas das irmandades dos escravos em Minas Gerais na época da colônia*. Ouro Preto: Fundação de Arte de Ouro Preto, 2007, p. 62.

¹²⁹⁴ SILVA, L. F. “Conjuração negra...p. 75.

¹²⁹⁵ O ponto fraco de sua análise consistiu nas analogias pouco convincentes que estabeleceu entre o “inconformismo” dos escravos filiados à irmandade do Alto da Cruz e o movimento contestatório da Inconfidência Mineira, deflagrado em fins do século XVIII – analogia que lhe forneceu, inclusive, o mote para o título do artigo. SILVA, L. F. “Conjuração Negra...p. 68-78.

sociedade colonial. Tratava-se, segundo o autor, de um mito conservador, que, a exemplo de seu herói, “não contestou a ordem vigente”, mas antes preocupou-se em conduzir seu povo até a liberdade sob a invocação de uma santa católica.¹²⁹⁶

Por fim, o trabalho que mais contributos trouxe à historicização do mito de Chico Rei já foi mencionado e parcialmente discutido no capítulo anterior. A extraordinária descoberta empreendida por Alessandro Dell’Aira, de que a gravura de Rugendas a retratar festa de reis negros se passara no interior do Palácio Velho, e também a crítica iconográfica que o moveu a identificar na gravura a possível representação alegórica de Chico Rei, constituíram o primeiro esforço comprobatório, a contribuir com uma evidência empírica relevante e, assim, revitalizar o sentido histórico da lenda, imprimindo-lhe componentes mais vívidas e complexas. Embora reportada, como vimos, por diversos autores desde Diogo de Vasconcelos, e apesar das similitudes e homologias notadas em outras histórias e narrativas coevas, a lenda de Chico Rei continuava a ser, até ali, a rigor, “só uma nota de rodapé”, como ironizou Tarcísio José Martins.¹²⁹⁷ Porém, a litografia de Rugendas mudou as perspectivas a respeito. Provava-se, com ela, que a irmandade do Alto da Cruz efetivamente servira-se do Palácio Velho, e que ambas, a confraria e a edificação, componentes centrais da narrativa, tiveram relação histórica, senão idêntica à contada pela lenda, ao menos verossímil e (o mais importante) respaldada empiricamente.

É chegado, enfim, o momento de responder à pergunta: a enigmática personagem retratada por Rugendas, a portar a bandeira de Santa Efigênia, próxima a um menino que parece brincar e se divertir com a festa, é uma alegoria de Chico Rei? E a resposta mais coerente e ajustada ao que foi apresentado seria a de que, taxativamente, ainda não o sabemos, mas decerto que *pode*, sim, ter correspondido à figuração mitológica evocada na lenda. Essa leitura concorda, pois, em linhas gerais, com a

¹²⁹⁶ . OLIVEIRA, A. J. M. de. “Devoção e identidades... p. 77. Do mesmo autor, cf. “A Santa dos pretos: apropriações do culto de Santa Efigênia no Brasil colonial”, *Afro-Ásia*, v. 35, 2007, p. 237- 262.

¹²⁹⁷ O autor questionou abertamente a idoneidade das informações prestadas por Diogo de Vasconcelos e argumentou que a nota de rodapé sobre Chico Rei causou “enorme estrago em nossa historiografia”, devido ao interesse que despertou junto a “dezenas de autores de respeito”, que reverenciaram o relato do escritor de *História Antiga*. Segundo Martins, o exemplo “antiquilombista” de Chico Rei teria feito obscurecer a importância histórica de rei Ambrósio, líder do Quilombo do Campo Grande, sujeito a quem reivindica a condição de legítimo monarca afrobrasileiro atuante na história de Minas Gerais. Ainda de acordo com o autor, o mito de Chico Rei transmitiria visão adocicada da escravidão, subserviente em relação às regras do cativeiro colonial. A “improvida lenda” servia em “zombaria” à memória de quilombolas e de outros escravos rebeldes que efetivamente resistiram à dominação escravista. MARTINS, T. J. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara, 2008, p. 295-99.

posição expressa por Alessandro Dell’Aira. Mas os fundamentos sobre os quais se assenta ampliam bastante, nos parece, as implicações e os significados históricos da imagem e da própria relação entre o Palácio Velho e a irmandade de negros que ali festejou a eleição de seus reis. Há que propor, assim, novas hipóteses explicativas, capazes de dar conta dos dados, dos eventos e dos processos históricos discutidos no decorrer da quarta parte dessa tese, alguns dos quais já anunciados nas seções iniciais do trabalho.

A história dos escravos situados na freguesia de Antônio Dias, em especial daqueles alocados nas partes mais fortemente dedicadas à extração aurífera (como os arraiais de Antônio Dias, Morro, Ouro Bueno, Ouro Fino, Ouro Podre, Padre Faria, Bom Sucesso e Taquaral), pode ser pensada em longa duração. Ali concentrou-se o maior contingente escravo de Minas Gerais por boa parte do século XVIII. Quase todos africanos, majoritariamente minas ou oriundos da África ocidental, mas também compostos por bantos – muitos dos quais haviam acompanhado seus senhores desde o Rio de Janeiro – esses escravos tiveram papel fundamental na configuração histórica da capitania. E foram, grosso modo, os responsáveis pela fundação, organização e condução da irmandade do Alto da Cruz.

Eles se organizaram de diferentes formas e tomaram parte em eventos rebeldes conhecidos. A participação deles na conspiração escrava de 1719 foi mal estudada e, em todo caso, negligenciada pela historiografia, à revelia das evidências documentais disponíveis, atestadoras de que o Conde de Assumar ordenou buscas e apreensões no Tapanhuacanga, aprisionou e julgou escravos ali situados. Também são mal conhecidas as configurações daquele “território de mando”, caracterizado como um enclave, autogovernado por potentados – entre os quais o mais célebre, mas não o único, foi Pascoal da Silva – e protegido por escravos que ali residiam, trabalhavam ou se refugiavam. Há registros, inclusive, da existência de pequenos quilombos e ajuntamentos de escravos fugidos, que, aproveitando-se da inacessibilidade e da inviolabilidade do Morro, puderam permanecer ali por tempo indeterminado, nas primeiras décadas do setecentos, a manter evidentes correlações com a população escrava residente no Tapanhuacanga.¹²⁹⁸ Embora sempre citada, a intervenção de

¹²⁹⁸ São paradigmáticos, nesse sentido, os serviços prestados pelo sargento-mor Antônio Martins Leça, ele próprio um potentado sediado no Tapanhuacanga, proprietário de grande contingente de escravos.

escravos oriundos do Morro nos vários motins sucedidos ao longo da revolta de Vila Rica teve significado político mitigado na historiografia, que preferiu adotar, em linhas gerais, a interpretação enviesada e elitista que animou o *Discurso histórico e político* e as cartas expedidas pelo governador, fontes nas quais escravos rebeldes apareceram como massa de manobra dos “cabeças”, ou mais propriamente como frágeis “rebanhos de ovelhas” arrebatados por alcateia de “lobos”. Mais recentemente, o caráter subalterno imputado ao comportamento de escravos e de grupos populares naquele movimento ganhou nova carapaça historiográfica, ávida em atribuir à eficácia de redes clientelares a nulidade política do protesto protagonizado pela “ínfima plebe”.¹²⁹⁹ Porém, como procuramos demonstrar, é possível compreender o mérito e a razão dos motins sob outra chave. As diversas medidas repressivas ordenadas por Assumar entre abril e dezembro de 1719, a incidir sobre temas caros à comunidade escrava, como foram, por exemplo, a proibição de que promovessem festas e músicas próprias, a intromissão nos batismos, a vedar que escravos e forros apadrinhassem crianças cativas, a restrição às alforrias, condicionadas à anuência prévia do governador, e, por fim, as próprias ações policiais de prisão, confisco e sentenciamento de lideranças escravas residentes no Morro podem e devem ser apontadas como causas explicativas da reação rebelde capitaneada pouco

Segundo alegou em seu requerimento do hábito da Ordem de Cristo, ele teria destruído em 1715 um “ajuntamento de negros” responsável por roubos a viajantes que transitavam no Morro. Nessa ação, empregara trinta negros armados à sua custa. Em 1717, novamente foi chamado a destruir um ajuntamento de negros situado à entrada de Vila Rica (talvez ainda no Morro), onde aprisionou cerca de vinte escravos aquilombados. Em seguida, outra expedição semelhante, resultou na prisão de mais quinze negros, que teriam sido castigados. Na ameaça de revolta escrava de 1719, o sargento-mor se responsabilizara pelo patrulhamento do Morro de Vila Rica. No ano seguinte, antes da revolta, o Conde de Assumar lhe ordenara descobrir e destruir os mocambos de negros fugidos instalados na roça dos matos do mesmo Morro. O estereótipo de um implacável destruidor de quilombos contrasta, no entanto, com a atuação política de Martins Leça. Encastelado no Tapanhuacanga, no arraial de Ouro Bueno, onde empregava pelo menos 62 escravos (arrolados nos quintos de 1718-19), Martins Leça teve participação dúbia na revolta de Vila Rica. Chegou a ser eleito procurador dos amotinados. Seus escravos claramente apoiaram a sublevação e intervieram nos motins. No entanto, ele valeu-se de jogo duplo. Transmitiu informações ao Conde de Assumar sobre a situação de Vila Rica e quando a repressão adveio, não foi implicado. No mandato seguinte, incluiu-se na lista elaborada por dom Lourenço de Almeida com os nomes de fiéis vassalos que vieram a receber um agradecimento régio por suas atuações fiéis. AHU, Consultas de mercês gerais, cód. 87, fls. 371v.-373. Sobre os quilombos em Minas, cf. GUIMARAES, C. M. “Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais” in SILVA, M. B. N. da (org.) *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 324-338. RAMOS, D. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século dezoito” in REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 164-192. LIMA, P. L. de O. *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769)*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Tese de Doutorado. Para um balanço geral do problema dos quilombos na colônia, cf. REIS, J. J. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, v. 28, 1995-96, p. 14-39.

¹²⁹⁹ GASPAR, T. de S. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 99-100.

depois por escravos saídos daquela localidade.

Data desse momento a criação da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto de Padre Faria. Como vimos, a confraria fez crescer vertiginosamente seu rendimento a partir de finais da década de 1720, alcançando patamar financeiro muito elevado. Em pouco tempo, transformou-se na principal organização escrava de Vila Rica e numa das mais importantes do território mineiro. Construiu sua capela, contratou seu próprio capelão, suportou os gastos de onerosas festas, cuidou do sepultamento dos irmãos falecidos e prestou outros serviços benéficos aos confrades, inclusive os de agenciar financeiramente a compra de alforrias e/ou a dispensa de empréstimos aos irmãos.¹³⁰⁰

Numerosos indícios atestam que essa irmandade e/ou confrades ligados a ela mantiveram vínculo com a exploração do Palácio Velho desde cedo, talvez mesmo antes do falecimento de Henrique Lopes de Araújo. Retomadas em conjunto, tais evidências condensam as contribuições trazidas por essa pesquisa. Inicialmente, o fato de os setenta e oito escravos pertencentes ao capitão-mor terem usufruído de livre acesso às lavras do falecido por período não inferior a dez meses após a morte do senhor (entre julho de 1733 e maio de 1734) constituiu o primeiro indício de que aquela propriedade esteve disponível à extração de recursos apropriados por seus trabalhadores. Por sinal, a aprovação do novo compromisso da Irmandade – tendo sido proscrito ou avariado um documento mais antigo – deu-se precisamente no intervalo ao longo do qual os escravos de Henrique Lopes labutavam em proveito próprio. Logo em seguida, o primeiro arrendador da lavra passada à administração da câmara, Manoel Dias da Costa, havia pouco servira por escrivão da irmandade ao longo do ano confrarial encerrado em 1733. Foi justamente no período desse arrendamento inicial (1734-37) e no decorrer dos dois arrendamentos seguintes que as rendas auferidas pelo sodalício avançaram a marca de três contos de réis anuais, e assim se mantiveram por quase dez anos, até 1743, quando o rendimento tornou a baixar, para reduzir-se a nível sempre inferior a dois contos de réis anuais depois de 1750 (cf. Gráfico 14). Terá sido mera coincidência o paralelismo dos valores financeiros arrecadados nos dois lugares,

¹³⁰⁰ Sobre o histórico de construção e as características arquitetônicas da capela do Alto da Cruz, cf. FONSECA, C. D. “Igreja de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz”, In *Patrimônio de Influência Portuguesa*, Verbete disponível na internet. Endereço Eletrônico: <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=1415>. Acesso: 02 de fev. 2016. Sobre os cuidados dispensados aos funerais de irmãos, cf. LACET, J. L. *Os Rituais de Morte nas Irmandades de Escravos e Libertos: Vila Rica, século XVIII*. Mariana: UFOP, 2003. Dissertação de Mestrado.

na irmandade e na lavra do Palácio, em alta nas décadas de 1730 e 40 e em baixa a partir de 1750? Acreditamos que não. Outro fator relevante consistiu no envolvimento de João Rodrigues Chaves, ex-feitor de Henrique Lopes, nos pregões promovidos pela câmara em 1737 e no ano seguinte. Ele acabou por obter esse último arremate, a um valor altíssimo, mas não sabemos se chegou de fato a usufruir da propriedade. Seu fiador, José de Araújo Correia, também era confrade do Alto da Cruz, responsabilizando-se por uma “caixinha” arrecadatória destinada ao sodalício em 1746.

Ante tantas possibilidades em aberto, uma coisa é certa: pelo menos desde a morte de Henrique Lopes, e ao longo da próxima década e meia, a exploração da mais rica lavra de Vila Rica tornou-se objeto de acirrada disputa. A cobiça de interessados, sobretudo de vizinhos próximos, deu motivo a pelo menos dois requerimentos expedidos pela câmara e pela Santa Casa, destinados a impedir o acesso clandestino à propriedade. A procura, no entanto, diminuiu em proporção idêntica à queda da produtividade aurífera. Na segunda metade do século XVIII, vimos que a Santa Casa enfrentou dificuldades para retirar receitas de seu patrimônio, o que implicou na escassez de recursos disponíveis a seu hospital.

Mesmo nesse período de baixa, todavia, existiram irmãos do Alto da Cruz a residir em casas situadas no Largo do Palácio Velho e a explorar as lavras de ouro ali existentes. Com a regressão dos valores envolvidos nos arremates do complexo, a solução aparentemente encontrada pela Misericórdia foi lotear os terrenos e empreender arrendamentos menores e mais baratos, a incidir sobre trechos das faisqueiras. Nesse contexto, um número maior de exploradores veio a se envolver nos contratos. Conseguimos identificar os nomes de quatro confrades que serviram em juizados da irmandade ao mesmo tempo residiam e trabalhavam nas proximidades do Palácio entre 1766 e 1774. Foram eles: a crioula Domingas, juíza “por devoção” de Nossa Senhora; os escravos Antônio e Ignácio, juizes de São Elesbão, pertencentes ao capitão-mor Domingos da Rocha; e o preto Francisco Gonçalves Baltar, figura importante da irmandade ao longo do último quarto do século XVIII, intervalo no qual desempenhou o posto de juiz e assessorou a confraria em diversas ocasiões. Em princípios do novo século, Baltar residia no Largo do Palácio Velho e explorava parte do terreno arrendado pela Misericórdia, retirando dali o seu sustento. Quando Rugendas assistiu à festa de Santa Efigênia e São Elesbão, em janeiro de 1825, um parente, talvez seu filho, chamado Antônio Gonçalves Baltar, foi juiz na devoção de Nossa Senhora. Nesse

mesmo ano, Quitéria Lopes de Oliveira, juíza dupla, “por devoção”, de Santo Antônio do Noto e de Santa Efigênia, era possível consanguínea de outro arrendador, o alferes Antônio Lopes de Oliveira, que na década anterior explorara por seis anos consecutivos o trecho da praia entre a Ponte Grande e a pinguela de Henrique Lopes e também o cerco ao pé do Palácio.¹³⁰¹

Somada a todos esses elos, a gravura do pintor alemão escancarou o vínculo simbólico entre a antiga residência de governadores e a irmandade do Alto da Cruz, que ali celebrou a coroação de seu rei e rainha. Possivelmente, o evento retratado por Rugendas não foi caso isolado. É provável que a confraria estivesse a se servir daquela propriedade há mais tempo, tanto como espaço econômico, fonte de recursos para seus irmãos e para a própria associação, quanto por sede de suas festas, espaço cênico e simbólico para onde convergiam seus mitos fundadores. Não avaliamos o que o decorrer do século XIX reservou. Vimos que as coisas estavam a se transformar rapidamente na confraria, com a hegemonia do culto a Santa Efigênia e a mudança no perfil geral dos confrades. Marina de Mello e Souza lembrou, com razão, que os símbolos culturais iorubanos esculpidos na talha da igreja ficaram esquecidos no tempo, assim como a presença majoritária de africanos mina também se perdera. Talvez o mito de Chico Rei tenha sido o produto dessa aproximação cultural entre etnias escravas diversas, unificadas sob a devoção de Santa Efigênia.

Seja como for, quando Diogo de Vasconcelos relembrou o glorioso “Estado” do rei negro, com danças marcadamente africanas a desfilar por Ouro Preto, ele estava a se referir a uma tradição aparentemente morta. Dada a público em princípios do século XX, quando a memória histórica de Ouro Preto parecia ameaçada, a lenda de Chico Rei foi resgatada e divulgada por dois intelectuais envolvidos no esforço de valorização da preterida e combalida ex-capital mineira. Desde então, o mito ganhou vida própria e transformou-se em legado cultural considerado por diferentes correntes intelectuais, da geração modernista, em sua busca pelas raízes da nacionalidade afro-brasileira, até os autores envolvidos no debate sobre a “situação racial” do país. A partir dos anos cinquenta, contudo, o tema teve sucessos distintos. De um lado, houve a desconfiança e

¹³⁰¹ Todos os casos citados foram referenciados em pormenor no capítulo anterior e constam nos seguintes documentos. Livro N° 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798. ACC, AEPAD, v. 132, fls. 121v, 129, 154, 159, 172, 181. ACC, AEPAD, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Receita e Despesa, 1819 a 1844, v. 133, fl. 34v.- 38. DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817. MATHIAS, H. G. *Um recenseamento na capitania...* p. 24.

o desinteresse do mundo acadêmico, de outro, a consagração popular. Na historiografia, o gelo rompeu-se em fins do século XX e princípios da nossa era. Novas abordagens acerca da história da escravidão, preocupadas em divisar práticas e tradições culturais criadas ou reproduzidas por escravos, trouxeram novo alento à observação de festas, narrativas folclóricas, devoções religiosas e outros elementos do repertório cultural escravo. Apesar de suas diferenças temáticas e metodológicas, as obras de Lázaro Francisco da Silva, Marina de Mello e Souza, Anderson Oliveira e Alessandro Dell’Aira foram expoentes desse contexto, no qual a presente tese também pretendeu se inserir.

Conclusão

Cumprida a investigação, há que sintetizar e reunir os principais contributos históricos por ventura trazidos por esse trabalho. Em grande parte circunscrita a problemas micro históricos, a tese pretendeu não obstante estabelecer elos com problemas mais gerais da história colonial brasileira e, em especial, rediscutir a história das Minas setecentistas e de Vila Rica, avaliadas a partir da trajetória de Henrique Lopes de Araújo, do Palácio Velho e das personagens e instituições ligadas a essa propriedade. A história do Palácio e a das pessoas que ali viveram ou trabalharam estiveram atreladas ao contexto e às especificidades da sociedade colonial mineira, parcialmente tocada e normatizada por práticas e por instituições importadas da metrópole, mas também determinada por relações sociais e formas de resistência peculiares, vinculadas ao escravismo e à natureza das interações políticas, culturais e econômicas impostas pela escravidão e pela vida em cativeiro. As metamorfoses por que passou aquele espaço, de núcleo emboaba a ambiente cortesão, sede política da capitania e residência oficial de generais, até a sua derradeira ressignificação, como lugar de memória e de resistência na história de uma comunidade escrava, só podem ser explicadas por meio das relações dialéticas que pautaram a sociedade colonial, seja na composição de seu grupo dominante, seja na compressão das resistências organizadas por seus trabalhadores.

Observada em sua amplitude histórica, para além do período minerador, a biografia de Henrique Lopes explicitou e acentuou os contrastes entre os mundos metropolitano e colonial. Em Gondizalves, sua terra natal, e em Alhandra, onde se casou, esse “ratinho” esteve inserido em relações sociais radicalmente distintas das que viria a conhecer na América Portuguesa. Ao transitar por meios camponeses, submetido às pressões de senhorios nobres e eclesiásticos, o jovem enjeitado integrou-se ao meio de trabalhadores plebeus pertencentes àquela sociedade de Antigo Regime. Adquiriu certa experiência laboral, a exercer diferentes ofícios associados à criadagem rural. Recolhido por uma família de camponeses pobres, que o iniciou na labuta agrícola, foi “criado de servir”, a desempenhar os trabalhos mais penosos e vis da casa agrícola. Depois, já em Alhandra, tornou-se abegão e, por fim, eguariço. Cumpriu o ciclo associado à criadagem, contraiu matrimônio e aparentemente havia conseguido galgar posição mais ou menos confortável no interior da classe plebeia, obtida à custa de certa

manipulação, evidenciada em seu registro de casamento, omissa quanto às suas verdadeiras origens. Apesar do maior dinamismo socioeconômico experimentado à beira do Tejo, nas proximidades da Corte, e não obstante as novas oportunidades de ascensão de que usufruiu nesse local, parece correto presumir que, estivesse em Alhandra ou em qualquer outra parte do reino, sua sorte como trabalhador plebeu achava-se irremediavelmente selada. Sua posição e sua função na sociedade de Antigo Regime haviam sido definidas desde o nascimento.

Mas o degredo para o Brasil desestruturou por completo o seu lugar social. Aparentemente, o primeiro impacto causado pelo exílio forçado no Rio de Janeiro foi a mudança de sua atividade econômica. Aproveitando-se de possíveis experiências prévias adquiridas em Alhandra, aprendidas talvez no seio da família de sua esposa, envolvida no comércio marítimo-fluvial, o desterrado tornou-se taverneiro, fabricante de chinchas e redes de pesca e, depois, mercador de loja aberta às margens da Baía de Guanabara. O crédito a receber que deixou em favor do cunhado Paulo Caeiro quando partiu para as Minas, em valor superior a um conto de réis, foi indício de que Henrique Lopes havia conseguido boa inserção naquele mercado, porém insuficiente para prendê-lo à praça.

Mais um a deixar o litoral para tentar a sorte no sertão incógnito, ele foi até certo ponto um tipo ideal dos forasteiros e arrivistas que povoaram o território minerador e, sobretudo, dos que vieram a se instalar na Serra de Vila Rica. Plebeus minhotos detentores de experiência migratória em plagas reinóis e/ou em outras praças da América Portuguesa, envolvidos em atividades mecânicas, estigmatizados por vínculos sociais vis, sórdidos, espúrios ou sacrílegos, em algum momento inseridos no pequeno ou médio comércio, sempre em posições secundárias, ávidos por obter melhores meios de sustento material e de reconhecimento social, esses exploradores tiveram, todavia, sortes distintas nas Minas. A verdade é que apenas uma minoria dentre os primeiros exploradores angariou a riqueza e a distinção almejadas. Henrique Lopes incluiu-se nesse seleto grupo. Mas, seu outro cunhado, Pascoal Vieira, que o acompanhara às Minas, não conseguiu o mesmo sucesso e na década de 1730 estava pobre e endividado. O fausto das Minas foi falso ou ilusório para toda uma multidão de plebeus que sonhou lá enriquecer, em vão.¹³⁰²

¹³⁰² SOUZA, L. de M. e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2ª edição, 1986, p. 19-50.

As diversas correntes de povoamento refletiram-se num mosaico populacional disposto irregularmente em nichos ou manchas demográficas mais ou menos estáveis: os arraiais. Cedo os paulistas concentraram-se nalgumas áreas específicas, principalmente no Rio das Velhas, em arraiais que viriam a formar a futura Vila Real de Sabará. Em menor número, estavam presentes também nas Minas Gerais, dividindo espaço com forasteiros alheios ao bandeirismo. Nos primeiros anos, o Rio das Velhas foi, sem dúvida, a região mais importante, seja por congregar sertanistas mais ricos e poderosos, como Borba Gato, seja pela robustez de sua mineração, seja ainda por sua posição comercial estratégica, porta de entrada para os produtos oriundos de Salvador e dos currais do São Francisco. Essa condição de destaque explica porque as primeiras autoridades régias a pisar o eldorado, o governador Artur de Sá e, em seguida, o superintendente Vaz Pinto, optaram por permanecer mais tempo ou mesmo lotar-se em Sabará. Contudo, em fins da primeira década, a situação havia se alterado.

A fixação do comerciante Henrique Lopes junto ao nascente arraial de Antônio Dias a partir de 1703 atestou a presença naquela área de agentes oriundos da praça fluminense. O morro de Tapanhuacanga, “o cabeça de preto”, fez jus ao nome, na medida em que suas áreas de encosta e seus cumes foram ocupados por senhores de procedência alheia ao bandeirismo, repletos de escravos africanos, obtidos em Salvador ou no Rio de Janeiro, em contraste com os plantéis ameríndios, alocados nos vales. A divisória territorial entre os arraiais paulistas às margens dos ribeiros e as áreas montanhosas empossadas por forasteiros foi o cenário no qual se desenvolveram os conflitos da Guerra dos Emboabas sucedidos na Serra de Ouro Preto. O trato como açougueiro, praticado por Henrique Lopes em seus primeiros tempos no arraial de Antônio Dias, demonstrou que ele esteve envolvido nas disputas travadas em torno do monopólio do talho bovino, almejado por comerciantes fluminenses, mas minado pela resistência paulista.

Nesse mesmo período, a introdução e a permanência de funcionário ou governador designado pelo rei foram processos igualmente conflituosos, a envolver interesses oriundos do Rio de Janeiro e de Salvador, com suas respectivas disputas por jurisdição a influenciar na composição de grupos situados nas Minas. Até 1710, a própria metrópole vacilou quanto ao tratamento a ser dispensado à região. A montagem de estruturas físicas, como fortalezas ou palácios, e a consequente inserção de pessoal burocrático pareceram, a princípio, opções inadequadas ou mesmo contrárias à boa

administração do território. Propostas houve no sentido de sublocar mandatários paulistas ou doutras procedências que exercessem poder *in loco*, arrecadando direitos e impostos e prestando contas ao rei, sem a presença de funcionários especialmente designados. Caso a área de ocorrência aurífera fosse diminuta, havendo meios de vedar-lhe o acesso, é plausível cogitar que a Coroa procedesse à demarcação do território, em moldes semelhantes ao que seria feito, anos depois, no Distrito Diamantino. Mas essa possibilidade mostrou-se logo irrealizável. Não só as minas eram muitas, os mineiros também.

Desde as viagens de Artur de Sá e Meneses até a jornada sigilosa de Antônio de Albuquerque, ocorreram transformações significativas no espaço demográfico, político, econômico e simbólico das Minas. A preponderância do Rio das Velhas, perceptível até a gestão de Vaz Pinto na superintendência, foi sobrepujada pelas Minas Gerais, região escolhida por sede do governo emboaba. A residência de Manuel Nunes Viana junto à casa de Pascoal da Silva Guimarães na Serra de Ouro Preto demonstrou que aquela área transformara-se em ponto nevrálgico do território, fosse por congregar forasteiros enriquecidos e poderosos, fosse pela importância dos empreendimentos minerários ali desenvolvidos. A pujança econômica do Tapanhuacanga, o mais rico filão aurífero da América Portuguesa, atraiu para essa região um grande contingente de comerciantes, mineradores, sitiantes, artífices e, sobretudo, escravos, transformando-a no centro dinâmico ou, se se preferir, no coração das Minas.

As contradições que levaram à Guerra dos Emboabas incluíram a definição dos métodos produtivos que viriam a nortear a ocupação e a colonização das Minas. Acreditamos que a adoção em larga escala do braço africano não foi uma “opção natural”.¹³⁰³ Ao contrário, ela resultou de um campo aberto de disputas, em que estiveram em jogo diferentes meios de provimento e obtenção de mão-de-obra. A derrota paulista no confronto com os forasteiros enfraqueceu o cativo indígena e consagrou as práticas escravistas alimentadas por emboabas. Os “últimos carijós” sobreviveram até a década de 1730, porém, o sistema produtivo minerador baseado na importação sistemática de trabalhadores fora decidido em 1710.¹³⁰⁴ Também houve um

¹³⁰³ BOTELHO, T. R. “Introdução” In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 403.

¹³⁰⁴ VENÂNCIO, R. P. “Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais. 1711-1725”. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997. GASPAR, T. S. “O Arraial de São Gonçalo do Tijuco: história, memória e patrimônio do distrito de Amarantina em Ouro Preto”, *Cadernos de Pesquisa Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.1, 2010, p. 41-69.

complexo rearranjo dos circuitos mercantis e das rotas de fornecimento do tráfico de escravos. As Minas tornaram-se mercado abastecido simultaneamente por cativos oriundos de diferentes pontos de África, com prevalência de africanos ocidentais e a presença secundária de bantos. Uns e outros eram adquiridos na praça de Salvador, especializada no trato com a Costa da Mina, e na do Rio de Janeiro, para onde convergiam navios de Angola. Essa diversidade africana no interior do território recém desbravado teve impacto duradouro na história das Minas, com efeitos ainda mal conhecidos.¹³⁰⁵

Após a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, os governadores circularam por diferentes arraiais, mormente na região das Minas Gerais. Todos eles visitaram as principais povoações situadas nas outras duas comarcas, Rio das Mortes e Rio das Velhas, mas permaneceram por mais tempo no Ribeirão e em Vila Rica. Tratou-se de conhecer, de avaliar e de domesticar o espaço, a escolher entre diferentes lugares e possibilidades de estadia. Dom Brás Baltasar da Silveira fixou residência no Carmo, no sobrado à rua direita da matriz, imóvel cedido por Manuel Antunes de Lemos, sócio de Antônio de Albuquerque. A escolha endossou a opção por aquela vila que, ao rechaçar o governo emboaba encabeçado por Manuel Nunes Viana, houvera se conservado neutra ao longo dos confrontos entre paulistas e forasteiros, mantendo-se “leal” à soberania régia. Em 1715, essa casa foi adquirida pela câmara da Vila do Carmo, que a emprestou para a moradia do Conde de Assumar, a partir de janeiro de 1718. Às portas desse sobrado, ajuntou-se a multidão rebelde a 2 de julho de 1720, a cercar a morada governamental, evento que teve repercussões importantes na redefinição da sede política da nova capitania fundada no ano seguinte.

A vizinha Vila Rica jamais se contentara com aquela escolha. Em dezembro de 1717, houve o assédio frustrado a Assumar, que manteve a opção pelo Carmo. Três anos depois, no calor dos eventos sucedidos entre julho e agosto de 1720, foi do Palácio de Henrique Lopes que dom Pedro de Almeida assistiu ao espetáculo pirotécnico e viu arder o morro de Pascoal da Silva – desde então alcunhado o da Queimada. A decisão final foi tomada após o mandato desse governador, em obediência a uma determinação régia, que designou o espaço de Vila Rica como local de posse do novo general enviado à recém criada capitania de Minas Gerais. A mudança estratégica da sede

¹³⁰⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Através de um prisma africano: um nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, nº 12, 2001, p. 24.

governamental reconfigurou os espaços de poder da capitania. Porque o controle sobre Vila Rica e o exercido, a partir dela, sobre o território transformaram-se em pilar fundamental do poderio régio nas Minas. Muitos anos depois, Martinho de Melo e Castro atribuiu à imprevidência do Visconde de Barbacena, habituado a governar a partir de seu confortável palácio campestre em Cachoeira, um dos fatores facilitadores da Inconfidência Mineira. Segundo o perspicaz ministro da Marinha e Ultramar,

a presença e residência dos governadores na dita Vila [Rica] é de indispensável necessidade, não só em razão do grave incômodo que resulta às partes irem requerer a maiores distâncias, e por conta da mais pronta expedição dos negócios, mas porque as desordens e todos os mais acidentes que perturbam, ou podem perturbar, a tranquilidade e segurança pública, *mais facilmente se conhecem, mais brevemente se descobrem, e mais prontamente se evitam*, antes de tomarem maior corpo, com a residência dos mesmos governadores na dita Vila, e não fora dela. E o caso de que presentemente se trata é a mais demonstrativa prova, bastando a curta distância de três para quatro léguas, que se contam de Vila Rica a Cachoeira [do Campo], para se formar ali um corpo de conjurados, com assembleias e conventículos, que se tinham nas casas de uns e outros sem reserva nem cautela, de que já se sentia um rumor vago por toda a parte, e que dava toda a força e calor à desenfreada soltura do alferes Joaquim José da Silva. E só na Cachoeira inteiramente se ignorava o que se passava em Vila Rica, o que certamente não aconteceria se Vossa Senhoria ali tivesse a sua residência.¹³⁰⁶

Na primeira metade do século XVIII, Vila Rica fez jus ao nome. Nela, residiram alguns dos mais abastados mineradores e homens principais das Minas. Particularmente, os arraiais situados no alto, na encosta e no vale da Serra de Ouro Preto, submissos à freguesia de Antônio Dias, entesouraram o melhor da produção aurífera de Minas Gerais. Essa riqueza deu lugar à explosão demográfica e à constituição de um complexo urbano sem precedentes no interior da América Portuguesa, capaz de sustentar extenso núcleo comercial e de prestação de serviços. Enquanto as principais casas comerciais concentraram-se na freguesia de Ouro Preto, um número indefinido de pequenas vendas e de oficiais mecânicos das mais diversas ocupações espalhou-se por morros, vielas e ruas dos arraiais formadores da sede e também por distritos próximos. Localidades como São Bartolomeu, Cachoeira e Itaubira tiveram tamanho e população comparáveis aos dos arraiais de Antônio Dias, Ouro Preto e Padre Faria. O diferencial da sede, nesse caso, consistiu no aglomerado urbano a unir os vários arraiais através de um único caminho tronco, potencializando, assim, o dinamismo do mercado local. Esse foi abastecido por rotas comerciais oriundas do Rio das Velhas, abarcando mercadorias

¹³⁰⁶ CARTA de Martinho de Melo e Castro para o Visconde de Barbacena, 29 de setembro de 1790. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1976-2001, 11 vs; v. 8, p. 310. Grifo meu.

vindas da Bahia e dos Currais do São Francisco (gados e escravos, sobretudo), e do Rio das Mortes, a absorver a oferta de produtos paulistas, cariocas e importados da Europa e alhures. Além disso, o termo de Vila Rica possuiu o seu próprio campo, onde se produziam leite, gados, hortaliças e outros produtos.

Situada no epicentro aurífero, a lavra de Henrique Lopes manteve-se por pelo menos três décadas entre as mais duráveis e rentáveis propriedades mineradoras do termo de Vila Rica. Em todos os censos tributários remanescentes no período entre 1715 e 1731, o capitão-mor incluiu-se no grupo de principais agentes econômicos locais, seja pela lucratividade estimada de suas atividades extrativas, seja pela envergadura de seu plantel escravista. No conjunto de listas fiscais expedidas até 1731, o minerador de Antônio Dias despontou como o principal contribuinte do termo de Vila Rica. A vocação mineradora de sua propriedade manifestou-se ainda no diversificado rol de instrumentos minerários quantificados no testamento.

A proeminência material combinou-se, a partir de 1714, com certa ascensão social. A obtenção da patente de capitão-mor das ordenanças do termo de Vila Rica, a participação nas juntas de procuradores e, pouco depois, a condição de anfitrião do governador da capitania de Minas Gerais alçaram-no à posição privilegiada no meio local. Outro componente importante foi a utilização político-militar de sua escravaria, empregada em pelo menos três ocasiões de conflito: na proteção ao ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, no motim deflagrado em 1718; na prevenção à ameaça de sublevação escrava na quaresma de 1719; e na repressão à revolta de Vila Rica, em 1720. As patentes militares recebidas por Henrique Lopes trabalharam o conceito de súdito fiel, por meio de lugares comuns ajustados aos valores de Antigo Regime. Entretanto, a imagem de fiel vassalo omitiu aspectos refratários e silenciou as contradições inerentes à sua trajetória.

A atuação como procurador nas juntas empreendidas até 1727 foi outro aspecto importante. Vimos como Henrique Lopes tornou-se um “homem principal” das Minas, vindo a tomar parte em assembleias convocadas pelos governadores da capitania. Observamos que a noção de *principalidade* foi a mais utilizada e, quiçá, a mais adequada à classificação dos procuradores, cujo estatuto social oscilou em função de interesses políticos de momento. Chamado para reuniões ocorridas nos mandatos de dom Brás Baltasar da Silveira e dom Lourenço de Almeida, Henrique Lopes jamais fez parte da governança, tendo se mantido alheio ao oficialato da câmara municipal.

Tampouco podia ser considerado homem “nobre” ou “bom”, estigmatizado por máculas sociais indeléveis. Não obstante isso, seu destaque no meio local e as boas relações que estabeleceu com os dois governadores citados possibilitaram que viesse a participar de um número significativo de juntas, incluindo-se no grupo de procuradores mais requisitos no período.

A política de nobilitação dos vassalos locais também teve suas particularidades. Na primeira metade do século XVIII, constatamos que nem meia centena de súditos mineiros requereu o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Henrique Lopes foi um dos poucos a obter a honraria. Especialmente atenta aos serviços de cunho fazendário e arrecadatário, seguidos pelos feitos obrados na contenção de revoltas e na repressão a grupos indesejáveis da sociedade colonial, como quilombolas, a Coroa portuguesa remunerou de forma comedida os servidores atuantes nas Minas. Quase todos detentores de mecânicas vis, quando não sórdidas, entre outros impedimentos, os mineiros aspirantes ao hábito travaram negociações mais ou menos extensas para conseguir a dispensa. Um aspecto interessante consistiu na desimportância dos serviços típicos de *conquista*, cuja ocorrência nos requerimentos foi diminuta, a caracterizar a especificidade do grupo dominante nas Minas, formado por uma espécie de segunda elite local, que havia destronado pela força a primeira leva de sertanistas e de descobridores. Sem poderem contar como serviço real as ações militares empreendidas durante o confronto com os paulistas, em geral silenciadas nos requerimentos, os emboabas diferenciaram-se de outras elites coloniais que buscaram legitimar suas posições privilegiadas por meio de feitos obrados em conquista. Quanto a isso, a nobilitação de Henrique Lopes foi paradigmática. Tendo exercido o posto de “capitão” durante o governo emboaba, o forasteiro omitiu em sua folha corrida o desempenho da função, e só pôde arrolar obras efetuadas após a ascensão ao posto maior das ordenanças, por patente passada por dom Brás. Para ele, a experiência nas Minas fora única e decisiva, no sentido de lhe propiciar pela primeira vez o usufruto de condição social de destaque a nível local e o ingresso junto ao serviço real.

A trajetória ascendente trilhada por Henrique Lopes nas Minas só foi possível devido ao trabalho executado por seus escravos, a formar um dos mais robustos plantéis escravistas de Vila Rica. Majoritariamente africanos, pertencentes a diversos grupos étnicos e de procedência, uma vez reunidos na propriedade senhorial e submetidos às pressões da sociedade colonial esses escravos reagiram à dominação escravista por

diferentes meios. Dentre os 125 cativos possuídos por Henrique Lopes, dezoito fugiram e jamais puderam ser capturados. Outros estreitaram laços familiares e sociais junto à comunidade escrava local; tiveram filhos, apadrinharam os rebentos de outros escravos, conquistaram para si ou para seus familiares melhores condições de existência e, por vezes, encaminharam a própria alforria ou a de seus descendentes. As resistências impostas por homens e mulheres escravizados tiveram impacto crucial no destino do Palácio Velho, em particular, e na história da capitania e da sociedade mineradoras, em geral. Não custa lembrar que os negros residentes no morro de Tapanhuacanga estiveram envolvidos (ou foram implicados) na conspiração de 1719 e participaram ativamente dos motins deflagrados em meados de 1720, eventos que determinaram, como pudemos demonstrar, transformações políticas importantes na definição dos espaços de poder nas Minas. Eles também encabeçaram a fundação e a organização da Irmandade do Rosário do Alto de Padre Faria, uma das mais importantes associações do gênero nas Minas setecentistas. Na Vila Rica da primeira metade do século XVIII, onde ampla maioria da população era escrava e provinha da África, houve contexto favorável à emergência de resistências e de africanismos mais ou menos renitentes à dominação senhorial, conforme estipulou João José Reis.¹³⁰⁷ Produzida nesse contexto, a “incrustação cultural” iorubana esculpida na talha da capela do Alto da Cruz e outras ações afirmativas protagonizadas por escravos daquela localidade – a exemplo da conspiração de 1719, da revolta de 1720 e da proliferação de quilombos na Serra de Ouro Preto – foram além do mero sincretismo e consumaram atos potencialmente rebeldes, em desafio consciente à cultura dominante, como previu Lázaro Francisco da Silva, a atestar a manutenção de tradições genuinamente africanas na sociedade colonial, como propuseram Russell-Wood e Donald Ramos.¹³⁰⁸

¹³⁰⁷ “Onde os negros constituíam maioria da população e os africanos natos a maioria dos escravos, a cultura e ideologia brancas foram incapazes de penetrar em profundidade a mentalidade escrava. Temos aí uma questão que começa na estrutura demográfica e vai incidir sobre as estruturas mentais ou simbólicas. Os escravos não se submeteram aos valores e maneiras dos senhores, forjando novos comportamentos e instituições a partir de tradições africanas. Se a influência da cultura local foi inevitável, a ‘crioulização cultural’ se deu em grande parte através de recriações étnicas e sincretismos interétnicos no interior da própria comunidade africana”. REIS, J. J. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, v. 28, 1995-96, p. 22.

¹³⁰⁸ “Enquanto muito atenção tem sido dedicada aos aspectos sincréticos das religiões africanas no Brasil, há razões para se crer que, para várias pessoas que vieram da África e passaram a viver no Novo Mundo, suas crenças religiosas eram unicamente africanas”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Através de um prisma africano: um nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, nº 12, 2001, p.29. Cf. RAMOS, D. “A luta pela alma RAMOS, D. “A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais: século XVIII”. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, ano 2, nº 1, p. 13-46. Do mesmo autor “A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da

No fecho da parte dedicada à biografia de Henrique Lopes, avaliamos o testamento senhorial no que diz respeito a seus negócios, bens e legados pios e familiares. Imbuído de valores sociais híbridos e contraditórios, parcialmente referenciados na mentalidade de Antigo Regime, tal como ditada pela nobreza, pelo clero e pela monarquia, porém também tocados pela cultura plebeia e por certo individualismo que já prenunciava a adoção de práticas sociais futuramente requisitadas na sociedade burguesa, o universo cultural daquele minhoto enfeitado conjugou elementos paradoxais e contrastantes. Sua memória e seus valores pessoais não se restringiram aos elementos prezados na sociedade de Antigo Regime e incluíram pertencimentos refratários, reconhecendo vínculos com a cultura plebeia, na qual ele havia transitado por boa parte da vida.

Os bens imóveis legados por Henrique Lopes de Araújo transformaram-se em objeto de disputa. Inicialmente trabalhada em proveito próprio no decorrer de um ano (ou quase) pelos escravos do finado senhor, a lavra de ouro passou em seguida às mãos da câmara de Vila Rica, sob a forma de arrendamentos dados a particulares, e tornou-se cobiçada por mais de um grupo de mineradores, sendo arrematada por valores altíssimos. O envolvimento de arrendadores ligados à irmandade dos pretos do Alto de Padre Faria denunciou os possíveis vínculos dessa confraria com a exploração daquela propriedade aurífera. Também o fato de o ex feitor João Rodrigues Chaves ter sido um dos arrematantes mereceu destaque, por deixar subentendida a intervenção de escravos anteriormente inseridos no plantel de Henrique Lopes. O conflito pelo controle da propriedade acompanhou o processo de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica e prolongou-se, ao que tudo indica, pela década de 1740.

Nesse período, coincidentemente, a irmandade do Rosário da freguesia de Antônio Dias alcançou seu ápice financeiro e congregou diferentes grupos escravos em seu seio, subdivididos em cinco oragos devocionais responsáveis por organizar suas respectivas festividades. Tal diversidade interna perdurou por todo o século XVIII, mas no último quarto dessa centúria e no primeiro da seguinte, no bojo de transformações demográficas e econômicas que remodelaram o perfil da população escrava, forra, liberta e crioula de Vila Rica, processaram-se alterações importantes na confraria. Ao longo desse intervalo, a devoção por Santa Efigênia sobrepujou as demais invocações e,

escravidão” In: SILVA, M. B. N. da, *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 142-162. SILVA, L. F. da “Conjuração Negra em Minas Gerais”. *Revista do IFAC*, v. 2, 1995, p. 68-78.

em 1825, quando Rugendas presenciou a festividade promovida pela irmandade dentro do Palácio Velho, o culto à princesa núbia havia monopolizado o cenário votivo dentro do sodalício.

Em decadência material ao longo da segunda metade do século XVIII, o Palácio Velho e sua lavra de ouro já não rendiam as riquezas do passado. Os valores dos arrendamentos decaíram, a causar dificuldades financeiras à Misericórdia. A propriedade foi loteada em pequenos terrenos, arrendados a preços módicos. E mesmo nesse período de baixa, outros irmãos do Alto da Cruz envolveram-se na exploração das faisqueiras ali situadas.

Em vista das evidências documentais levantadas pelo trabalho, sustentamos a perspectiva de que o mito de Chico Rei deve ser reavaliado historicamente. Há razões para crer que a narrativa lendária possuiu, de fato, fundamento histórico. E, como sempre acontece, a realidade foi mais vívida e mais interessante que o próprio mito. O fato de escravos terem conseguido o direito de explorar em proveito próprio uma das mais ricas lavras de ouro de Minas Gerais seria por si só um dado extraordinário. Mas não houve apenas isso. Ao que tudo indica, esses escravos se organizaram efetivamente e chegaram a intervir no destino da propriedade aurífera. A amplitude dos recursos administrados pela irmandade do Alto da Cruz atestou a capacidade de apropriação e de levantamento de fundos por parte dessa comunidade cativa. E o envolvimento direto de confrades filiados à irmandade na exploração de terrenos auríferos situados no Palácio Velho ao longo da segunda metade do século XVIII e no primeiro quarto do oitocentos sugere que os vínculos dessa confraria com o antigo complexo palaciano foram mais duradouros e persistentes do que a própria narrativa lendária faz parecer. A litografia de Rugendas, concebida em 1825, foi, nesse sentido, um artefato repleto de alegorias históricas, para o qual propusemos uma nova crítica, a fim de avançar na compreensão de seu significado. Concordamos com a interpretação lançada por Alessandro Dell’Aira, segundo a qual a figura mitológica de Chico Rei pode ter sido evocada pelo pintor bávaro, hipótese a que acrescentamos novos dados e perspectivas históricas pertinentes. Acreditamos que uma resposta mais matizada a essa questão dependerá do estudo da história da própria confraria do Alto da Cruz, cuja composição, trajetória e relevância históricas permanecem em grande parte desconhecidas.

A lenda de Chico Rei, tal como resgatada e descrita por Afonso Arinos e por Diogo de Vasconcelos, resultou de um processo histórico complexo, marcado por

constantes transformações demográficas, sociais e econômicas, a incidir sobre o perfil da população africana e crioula de Vila Rica e sobre a própria configuração interna da irmandade do Alto da Cruz. Possivelmente, a devoção do rei negro por Santa Efigênia consagrou as mudanças transcorridas na confraria entre fins do século XVIII e princípios do oitocentos, com a unificação do culto à santa núbia, o enfraquecimento da herança sudanesa e a progressiva homogeneização cultural dos africanos trazidos para o Brasil, predominantemente bantos.

A história do Palácio Velho de Ouro Preto até 1825 atrelou-se intrinsecamente à colonização das Minas. A propriedade respondeu aos compromissos da sociedade de Antigo Regime, tornou-se um ambiente cortesão, frequentado por nobres governadores e funcionários ligados à administração portuguesa. Porém, ali também viveram e trabalharam escravos e forros submetidos a condições de exploração diversas, próprias da sociedade colonial, às quais reagiram e resistiram de distintas maneiras. Ao fim e ao cabo, o Palácio Velho encerrou em si uma saga colonial – trágica, épica e mitológica – forjada nas contradições do escravismo e nas peculiaridades da sociedade mineradora.

Referências

Documentos Manuscritos

ACA, código 101, auto 1257, 1º Ofício. Inventário dos bens que nessa Vila existem pertencentes ao defunto coronel Mathias Barbosa da Silva.

ACA, código 104, auto 1313, 1º ofício. Inventário dos bens de Manuel da Costa Negrelos, morador no Morro do Ouro Fino desta Vila, filho de Adão Dias e de sua mulher Ana da Costa, naturais e moradores na freguesia de Santo Payo, mosteiro dos Cônegos da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga.

ACA, código 176, auto 2407. A irmandade de N. S. das Mercês ereta na capela do Bom Jesus dos Perdões da Freguesia de Antônio Dias contra o reverendo vigário Bernardo José da Encarnação da mesma freguesia.

ACA, código 279, auto 5852, 1º Ofício. CARTA de Inquirição que veio da Relação do Estado passada a requerimento do sargento-mor Francisco de Almeida e Brito na causa que trás com o Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1732.

ACA, volume 303. Queixa da Irmandade de N. S. do Rosário do Alto da Cruz contra o reverendo vigário Bernardo José da Encarnação.

ACA, Livro nº 145, Notas de 1724 a 1725.

ACC, AEPAD, v. 123, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz.

ACC, AEPAD, v. 132. Livro Nº 1 de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Arraial do Padre Faria. 1723 – 1798.

ACC, AEPAD, v. 133, Receita e Despesa, 1819 a 1844.

ACC, AEPAD, v. 456, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, Batismos.

ACC, AEPAD, v. 491, Documentos Diversos e Registros Paroquiais, 1713-1849.

ADB, ACA 034. RECONHECIMENTO e medição do Casal de Side, sito no lugar de Side, freguesia de Gondizalves, termo da cidade de Braga, que faz o Reverendo Manuel de Barros de Távora, abade de Santa Eulália de Sande, do termo de Pico de Regalados. 1711-09-10

ADB, ACA 102-13. CONTESTAÇÃO de D. Maria Ribeiro da Silva Lopes e seu marido João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos sobre a posse do prazo de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, termo desta cidade de Braga contra João José de Lima. Sem data..

ADB, ACA, 102-16. RECONHECIMENTO e medição que fez o Reverendo Manuel de Barros, abade de Santa Eulália de Sande, termo do Pico de Regalados, ao casal de Side, sito na freguesia de Gondizalves, termo da cidade de Braga. Data 1711.

ADB, ACA 538. CARTA de arrematação de dois prazos sitos no lugar de Side, da freguesia de Santo André de Gondizalves, por execução que se fez ao Dr. Manuel Gomes da Costa e sua mulher, a favor do Padre António Soares da Silva. Contém ainda requerimentos deste último dirigidos ao Cabido e à Santa Casa da Misericórdia, directos senhores dos prazos supra. 1763.

ADB, ACA 551. ESCRITURA de renovação do prazo do Casal de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, a favor de Arcangela Velha, viúva, moradora na Rua das Águas da cidade de Braga. Contém ainda uma cópia transcrita da vedoria da renovação deste prazo. 1719-08-12.

ADB, ACA 552. ESCRITURA de subemprazamento do Cortelho de Side, sito na freguesia de Santo André de Gondizalves, feito à face do prazo principal, que fazem o Dr. Manuel Gomes da Costa e mulher Rosa Maria da Graça, a favor de Domingos Martins e sua mulher Antónia Pereira, moradores no lugar de Side da mesma freguesia. 1737-11-16.

ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro 550. LIVRO de óbitos 1619-1690.

ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B-550. LIVRO de casamentos, 1619-1688.

ADB, Paróquia de Gondizalves, Livro B-550. LIVRO de batismos, 1618-1691.

AHU, Consultas de Mercês Gerais, Códices 87 e 88.

AHU, Minas Gerais, cx. 1, doc. 7. CARTA de Domingos da Silva Bueno, guarda-mor das Minas Gerais, para D. Pedro II, dando conta dos descaminhos que costumam ter os reais quintos. Pede uma lei que seja inviolavelmente executada pelos ministros, a fim de proibir as escravas o uso de ouro ou seda. Minas Gerais, 20 de agosto de 1704.

AHU, Minas Gerais, cx. 1, doc. 9. PROCESSO dos serviços prestados por Nicolau da Silva de Bragança, sargento-mor da Cavalaria de Ordenança da Vila do Ribeirão do Carmo e seu termo [até 1749].

AHU, Minas Gerais, caixa 1, doc. 69. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara de Vila Rica, em cartas de 6 de julho e de 17 de dezembro de 1717, relativas ao procedimento e queixas do desembargador Manuel Mosqueira da Rosa, ouvidor-geral de Ouro Preto. 17 de out. de 1718.

AHU, ACL, CU, 011, cx.8, doc.666. INFORMAÇÃO sobre serviços prestados.

AHU, AHU, ACL, CU 011, (Minas Gerais) cx. 9, doc. 759. REQUERIMENTO do padre Francisco da Silva e Almeida, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, solicitando a mercê de construir Casa de Misericórdia e hospital com os privilégios da Misericórdia da Corte.

AHU, ACL, CU 011, cx. 16, doc. 1342. INFORMAÇÃO de residência retirada a militar. Vila Rica, 10 de junho de 1730.

AHU, ACL, CU 011, cx. 36, doc. 2917. NOVO hospital edificado na Vila Rica. Lisboa Ocidental. 11 de abril de 1738.

AHU, ACL, CU 011, cx. 37, doc. 2962. OBRAS nas casas de fundição e da moeda.

AHU, ACL, CU, 011, cx.42, doc. 3483. IMPEDIMENTO da posse de terras minerais.

AHU, ACL, CU, 011, cx.62, doc. 5251 PEDIDO de ajuda para a Santa Casa de Misericórdia. 1753-06-09.

AHU, MG, cx. 2, doc. 10. CARTA régia para dom Lourenço de Almeida, governador e capitão general de Minas, ordenando-lhe agradecesse penhoradamente às pessoas que se haviam distinguido na contenção dos motins havidos em Minas. À margem: a resposta do governador. Em anexo: 1 lista. Lisboa, 26 de março de 1721.

AHU, MG, cx. 2, doc. 92. CARTIDÃO passada por D. Pedro de Almeida Portugal, governador de São Paulo e Minas, atestando sobre o louvável comportamento de Nicolau da Silva Bragança aquando do levantamento dos moradores de Vila Rica, que intentavam impedir a constituição das Casas de fundição do Ouro. Vila do Carmo, 15 de dezembro de 1720.

AHU, MG, cx. 3, doc. 85; AUTO DE SERVIÇOS do sargento-mor Teodoro José Duarte Crespo, contendo as certidões e documentos originais dos serviços prestados por José Duarte Crespo, que a seu pedido foram remetidos ao Conselho Ultramarino.

AHU, MG, cx. 9, doc. 65; REQUERIMENTO de Antônio Pereira Machado, escrivão na Vila de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a promoção do seu filho, Pedro Duarte Pereira, ao posto de escrivão na referida Vila.

AHU, MG, cx. 10, doc. 13. REQUERIMENTO do capitão Antônio Pereira Jardim, solicitando a serventia do cargo de escrivão da Ouvidoria Geral do Rio das Velhas.

AHU, MG, cx. 11, doc. 59; PARECER do Conselho Ultramarino sobre a atribuição do Hábito de Cristo e da tença de 20.000 réis a Antônio Pereira Jardim e sobre a concessão do dote para a sua filha.

AHU, MG, cx. 14, doc. 67; REQUERIMENTO de Sebastião Barbosa Prado, solicitando a mercê da concessão do Hábito da Ordem de Cristo, pelos muitos serviços prestados em Minas Gerais.

AHU, MG, cx. 15, doc. 20. REQUERIMENTO de Francisco Veloso, soldado que serviu em Minas Gerais, solicitando a mercê do Hábito de Cristo com oitenta mil réis de tença efetiva.

AHU, MG, cx. 16, doc. 3. CARTA (minuta) de Manuel Jorge Coelho, que servira no cargo de capitão-mor das Ordenanças do distrito das Catas Altas, termo da Vila de Nossa Senhora do Carmo, informando a D. João V os atos que praticara contra os negros alevantados.

AHU, MG, cx. 16, doc. 106. CARTA de João de Azevedo Barros, ouvidor-geral da Comarca do Ouro Preto, informando a Sua Majestade sobre a residência que tirou a Henrique Lopes de Araújo, capitão-mor da referida Vila. 1730.

AHU, MG, cx. 16, doc. 58. Requerimento de José Botelho Fogaça, capitão-mor das Ordenanças de Vila Real, solicitando a D. João V a mercê do Hábito de Cristo e sua tença.

AHU, MG, cx. 16, doc. 96. REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de conceder aos seus vereadores e juizes o título de cavaleiros fidalgos em recompensa pelos serviços prestados.

AHU, MG, cx. 18, doc. 8. REQUERIMENTO de Faustino Rebelo Barbosa, mestre de campo e morador na Vila Real do Sabará, solicitando a D. João V que lhe mande passar os despachos necessários para que se lhe faça a mercê do Hábito de Cristo e doze mil réis de tença.

AHU, MG, cx. 18, doc. 16. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a pretensão de João Ferreira Tavares, tenente de mestre de campo do governo de Minas, no sentido de se lhe mandar passar patente de mestre de campo “ad honorem” da referida Capitania.

AHU, MG, cx. 21, doc. 74. REQUERIMENTO de Teodósio José Duarte Crespo, capitão de Infantaria dos Auxiliares e sargento-mor do mesmo Regimento de Minas, solicitando a mercê do Hábito de Cristo com oitenta mil réis de tença.

AHU, MG, cx. 25, doc. 25. REQUERIMENTO de Bernardo da Fonseca Lobo, morador na Vila Nova do Príncipe, onde e sargento -mor, solicitando a D. João V a mercê do foro de fidalgo da Casa Real, do posto de capitão-mor da dita Vila do Príncipe, da Superintendência-Geral e da Alcaidaria do Serro do Frio, do ofício de tabelião e de dois Hábitos de Cristo, para quem se casar com duas irmãs órfãs do requerente.

AHU, MG, cx. 26, doc. 59. REPRESENTAÇÃO dos oficiais da câmara de Vila Rica, pedindo o estabelecimento de uma Santa Casa de Misericórdia e de um hospital. Vila Rica, 14 de maio de 1735.

AHU, MG, Cx. 27, doc. 24. PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino acerca do requerimento de João Ferreira Tavares de Gouveia, tenente de mestre de campo-general do governo das Minas, no qual pede o foro de fidalgo para o seu genro Gregório Tavares da Costa Lobo.

AHU, MG, cx. 31, doc. 85. REQUERIMENTO de José Martins Figueira, ajudante de tenente do governo das Minas, pedindo a mercê do Hábito da Ordem de Cristo e 80 mil réis de tença para dote da sua sobrinha.

AHU, MG, cx. 36, doc. 10. CONSULTA do Conselho sobre carta de Gomes Freire de Andrade, governador das Minas, [em que] dá conta de não terem os governadores daquela capitania casa para sua residência, e aponta ser conveniente assistir nas casas que foram da fundição, e vai a informação que se acusa. 24 de junho de 1738.

AHU, MG, cx. 36, doc. 69. REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara de Vila Rica, pedindo a D. João-V a sua aprovação da transferência para os usos do Hospital a administração do rendimento das lavras que o testador Henrique Lopes de Azeredo (sic.) possuía, como também os créditos de umas casas e suas pertencas, tanto em obséquio das reais ordens como em cumprimento da vontade do dito testador.

AHU, MG, cx. 39, doc. 4. REQUERIMENTO de Matias Vieira Rebelo de Magalhães, filho de Custódio Vieira Rebelo, já falecido, solicitando o Hábito de Cristo e 100 mil réis de tença, em remuneração pelos 18 anos de serviços prestados por seu pai em Minas Gerais, como provedor dos quintos e capitão de cavalos.

AHU, MG, cx. 41, doc. 62. REQUERIMENTO de Romão Gramacho Falcão, sargento-mor das Ordenanças do distrito de Itambé, da Capitania das Minas, solicitando o Hábito da Ordem de Cristo e 30 mil réis de tença, em remuneração dos serviços prestados.

AHU, MG, cx. 42, doc. 106. REQUERIMENTO do provedor e mais oficiais da Mesa de Santa Casa da Misericórdia de Vila Rica, solicitando que se proceda contra todos os que impedem a cabal posse das terras minerais, chamadas de António Dias, as quais lhes foram deixadas em testamento por Henrique Lopes de Araújo. 29 de dezembro de 1742.

AHU, MG, cx. 44, doc. 22. REQUERIMENTO de José Meira da Rocha, provedor do Registro de Paraibuna, solicitando prorrogar seu exercício no dito cargo e o Hábito de Cristo, em remuneração dos serviços por ele prestados.

AHU, MG, cx. 45, doc. 31. REQUERIMENTO de Natália Leite Guedes, a quem por sentença do Juízo das Justificações foi atribuído o Hábito de Cristo com 12 mil réis de tença e a serventia do ofício de tabelião de Vila do Carmo, por 9 anos, para a pessoa com quem casar, solicitando o cumprimento da referida sentença.

AHU, MG, cx. 45, doc. 74. REQUERIMENTO de José Pereira de Moura, bacharel, solicitando o Hábito de Cristo e cem mil réis de tença, com faculdade de a trespassar a sua irmã, Maria Magalhães Caetano, em remuneração pelos serviços por ele prestados no Reino e em Minas Gerais.

AHU, MG, cx. 48, doc. 28. REQUERIMENTO de José de Almeida e Faria, procurador da Coroa e Fazenda Real da Vila de São João Del Rei, solicitando a D. João V a mercê de lhe conceder o Hábito de Cristo.

AHU, MG, cx. 48, doc. 48. REQUERIMENTO de João Lopes Ferreira, solicitando a D. João V a mercê de lhe passar provisão para servir o ofício de tabelião do Público Judicial e Notas de Ribeirão do Carmo, que era propriedade de Natália Leite Guedes. Anexo: vários documentos.

AHU, MG, cx. 49, doc. 2. REQUERIMENTO de Natália Leite Guedes, viúva de Manuel Pinto de Mesquita, solicitando a D. João V a mercê de permitir que João Lopes Ferreira, que serve de serventuário da dita, no ofício de tabelião do Ribeirão do Carmo, possa nomear substitutos em caso de impedimento da sua parte.

AHU, MG, cx. 52, doc. 95. REQUERIMENTO de José Rodrigues Fróis, solicitando a D. João V a mercê de o nomear para os cargos de tabelião e de escrivão da Ouvidoria de Paracatu, bem como de lhe conceder dois Hábitos de Cristo, sendo um para si e outro para o capitão Joaquim Caldeira.

AHU, MG, cx. 53, doc. 31. REQUERIMENTO de Luís Sotero da Costa, soldado do Regimento de Cavalaria, tendo servido variados cargos no Brasil, solicitando a D. João V a mercê de lhe conceder o Hábito de Cristo com cem mil réis de tença e alguns outros privilégios.

AHU, MG, cx. 57, doc. 62. REQUERIMENTO de Nicolau da Silva Bragança, solicitando ao rei a concessão de graças pelos serviços prestados no Brasil.

AHU, MG, cx. 62, doc. 2. REQUERIMENTO de Jerônimo Pereira Guimarães, morador na Vila de São João Del Rei, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui junto ao rio Grande.

AHU, Minas Gerais, cx. 62, doc. 103. REQUERIMENTO do provedor e mais irmãos que servem na Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Rica, pedindo uma ajuda anual para subsistência da referida instituição. Vila Rica, 9 de jun. de 1753.

AHU, MG, cx. 162, doc. 25. REQUERIMENTO de Francisco da Costa Azevedo, filho legítimo do falecido tenente João da Costa Azevedo, pedindo a mercê da propriedade do ofício de escrivão da Câmara da cidade de Mariana, de que seu pai e avô foram proprietários.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 867. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre cartas do governador interino do Rio de Janeiro, [mestre-de-campo], Gregório de Castro de Moraes, acerca da tranquilidade em que se encontra a mesma capitania, e o cumprimento das ordens passadas ao governador [do Rio de Janeiro, nomeado para São Paulo e Minas], Antônio de Albuquerque [Coelho de Carvalho], para ir a região das minas. Lisboa, 29 de jan. 1710. CARTA de Antônio de Albuquerque ao rei. Povoação de Caeté, 17 de ago. 1709.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 86. CARTA do [governador do Rio de Janeiro, nomeado para São Paulo e das Minas], Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ao rei D. João V, solicitando acréscimo no valor de seu ordenado, a fim de subsistir dignamente na região das minas, e uma ajuda de custo para as despesas com a sua viagem à São Paulo. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1710.

AHU, Rio de Janeiro, Castro Almeida, doc. 3221. CARTA do príncipio regente de Portugal para dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Lisboa, 14 de junho de 1714.

ANTT, ACL, maço 56, doc. 29. CARTA de Francisco Barbosa Rego para o Brigadeiro Domingos Teixeira de Andrade, Quinta da Cruz de Almada, 4 de outubro de 1749.

ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 26, fol. 28.

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 93, fls. 224-6v.

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo livro 173, fls. 259v.-262;

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 186, fls. 57v.-59v;

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 197, fls. 268v.-270;

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 251, fl. 286-287v.

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 93, fls. 224-26v;

ANTT, Conde de Linhares, mç. 95, doc. 2, TESTAMENTO do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo.

ANTT, HOC, Letra A, maço 48, doc. 25, Habilitação de Antônio Correia Sardinha.

ANTT, HOC, Letra A, maço 48, doc. 25. Habilitação de António da Silva Porto.

ANTT, HOC, Letra A, Maço 51, doc 15, Habilitação de Antônio Martins Leça.

ANTT, HOC, Letra B, Maço 11, doc. 6. Habilitação de Bento Ferraz Lima.

ANTT, HOC, Letra C, Maço 12, doc. 6, Habilitação de Caetano Álvares Rodrigues.

ANTT, HOC, Letra C, Maço 11, doc. 15. Habilitação de Custódio Rebelo Vieira (ou Vieira Rebelo).

ANTT, HOC, Letra G, maço 4, doc. 6. Habilitação de Gabriel Fernandes Aleixo.

ANTT, HOC, Letra G, maço 6, doc. 198, Habilitação de Gregório José Tavares da Costa Lobo.

ANTT, HOC, Letra J, m. 91, doc. 16. Habilitação de João Lobo Leite.

ANTT. HOC, Letra J, maço 100, doc. 10, Habilitação de José da Silva Pontes.

ANTT, HOC, Letra J, Habilitação de José de Seixas Borges, m. 85, doc. 9.

ANTT, HOC, Letra J, m. 96, doc. 75, Habilitação de José Furtado de Mendonça.

ANTT, HOC, Letra J, m. 97, doc. 75, Habilitação de José Martins Figueira.

ANTT, HOC, Letra J, maço 96, doc. 36, Habilitação de José Pereira de Moura.

ANTT, HOC, Letra J, maço 99, doc. 20, Habilitação de José Rodrigues de Oliveira.

ANTT, HOC, Letra H, Maço 4, Doc. 31. HABILITAÇÃO de Henrique Lopes de Araújo.

ANTT, HOC, Letra M, maço 39, doc. 17, Habilitação de Manuel de Almeida Costa.

ANTT, HOC, Letra M, maço 44, doc. 13, Habilitação de Manuel Nunes Viana.

ANTT, HOC, Letra R, maço 1, doc. 25, Habilitação de Rafael da Silva e Sousa.

ANTT, Memórias paroquiais, v. 2, nº 69. NOTÍCIAS da Freguesia e Vila de Alhandra.

ANTT, Memórias Paroquiais, v. 17, nº 74, p. 395 a 402. GONDIZALVES, Distrito de Braga.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, fl.436;

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 23, fl. 317;

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 33, fl. 428.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. José I, liv. 9, fls. 152-52v.

APM, CC 1028. VILA Rica: Quintos, Capitão. 1718-1723.

APM, CC 1039. ANTÔNIO Dias: Quintos, Capitão. 1719-1723.

APM, CC cx. 20 – 10405. REQUERIMENTO do presidente e oficiais da Santa Casa de Misericórdia sobre a concessão de esmola.

APM, CC cx. 22 – 10445. REQUERIMENTO do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica sobre fianças. 1748.

APM, CC cx. 22 – 10455. REQUERIMENTO do procurador da Santa Casa de Misericórdia sobre a emissão de certidão. 1756.

APM, CC cx. 22 – 10456. REQUERIMENTO do provedor e oficiais da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Rica sobre a isenção de cobrança do foro das casas. 1742.

APM, CC, Cx. 23, Planilha 10465, rolo 508. TERMO de escritura de Sessão e Trespasse de moradores de Vila Rica em benefício da Santa Casa de Misericórdia. Vila Rica, 28 de outubro de 1740.

APM, CC - Cx. 23 – 10466. REQUERIMENTO dos procuradores da Santa Casa de Misericórdia, sargento-mor Manuel da Costa Guimarães e Domingos João Ferreira, sobre o pagamento de fianças.

APM, CC. Cx. 72 – 30784. REQUERIMENTO do capitão Simão Soares Braga sobre certidão de posse de suas casas no arraial de Antônio Dias.

APM, CC cx. 113 – 20706. AUTO passado pelo escrivão Manoel de Andrada de Dias para o procurador da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica referente ao encaminhamento dos réus Ventura da Costa Peixoto e o alferes Antônio Ferreira da Silva. Vila Rica, 22 de dez. 1742.

APM, CC cx. 138 – 21219. AUTO de petição de Simão Soares Braga referente a seus foros.

APM, CC cx. 160 – 10013. REQUERIMENTO do procurador da Santa Casa de Misericórdia sobre a esmola dos panículos pela ornamentação da igreja de Ouro Preto no funeral do rei. Vila Rica, 13 de jan. 1751.

APM, CC, Rolo 506, Planilha 10.352.

APM, CMM 02, fls. 81-82. TERMO de 13 de dezembro de 1715.

APM, CMM 02, fls. 88-90. TERMO de avaliação. Vila do Carmo, 22 de dezembro de 1715.

APM, CMM 02, fl. 60. VERAÇÃO de 19 de janeiro de 1715.

APM, CMM 02, fl. 72. VERAÇÃO de 17 de agosto de 1715.

APM, CMM 02, fl. 73v. VERAÇÃO de 04 de setembro de 1715.

APM, CMM 02, fl. 78. VERAÇÃO de 5 de novembro de 1715.

APM, CMM 02, fl. 91. VERAÇÃO de 26 de dezembro de 1715.

APM, CMOP 01, fl. 3. TERMO de Aforamento que fez Henrique Lopes de uns chãos para uns ranchos.

APM, CMOP 11.

APM, CMOP 28, fls. 950-53. TERMO de inventário dos bens móveis pertencentes ao legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo ao Senado da Câmara desta vila. 25 de novembro de 1733.

APM, CMOP 28, p. 916.

APM, CMOP 28, p. 937-38. VERAÇÃO de 24 e de 31 de outubro de 1733.

APM, CMOP 28, p. 945. VERAÇÃO de 4 de novembro de 1733.

APM, CMOP 28, p. 948-49. AUTO de posse das lavras, palácio, casas e mais pertences, tudo do legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo ao Senado da Câmara desta Vila.

APM, CMOP 28, p. 950-53. TERMO de inventário dos bens móveis pertencentes ao legado que deixou o defunto Henrique Lopes de Araújo ao senado da câmara desta vila.

APM, CMOP 28, p. 961-62. VERAÇÃO de 30 de dezembro de 1733.

APM, CMOP 28, p. 990-991.

APM, CMOP 28, p. 998. VERAÇÃO de 13 de março de 1734.

APM, CMOP 28, p. 1049-50. VERAÇÃO de 27 de dezembro de 1734.

APM, CMOP 28, p. 1106-07. VERAÇÃO de 21 de maio de 1735.

APM, CMOP 30, p. 277. TERMO de arrematação que faz João Domingues Veiga das obras da cadeia, concertos de calçada e concertos do Palácio do Governador, cuja obra e concertos arrematou para os fazer por novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete mil réis. 25 de nov. 1733.

APM, CMOP 30, p. 321-23. TERMO de Arrematação que faz Manoel Dias da Costa da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo, que administra o senado, que rematou por dezoito libras de ouro de 1.200 a oitava. 14 de maio de 1734.

APM, CMOP 30, p. 324-25. TERMO de fiança que dá Manoel Dias da Costa a dezoito libras de ouro, preço por que arrematou a lavra de Henrique Lopes de que é administradora a câmara desta Vila, que a dinheiro importa em cada um ano 921\$600. 21 de maio de 1734.

APM, CMOP 30, p. 401. AUTO de arrematação e arrendamento do quintal das casas que ficaram do defunto Henrique Lopes de Araújo a João Monteiro da Silva, por tempo de um ano, por preço de vinte mil réis para pagar por seis meses. Vila Rica, 1º de março de 1736.

APM, CMOP 30, p. 403-04. TERMO de Fiança que dá João Monteiro da Silva a vinte mil réis, preço por que fez o arrendamento do quintal que ficou do defunto Henrique Lopes para pagar em seis meses. Vila Rica, 5 de março de 1736.

APM, CMOP 30, p. 449. AUTO de arrematação do rendimento do Palácio de Henrique Lopes por este ano até o fim de dezembro próximo que rematou o padre Mathias Gonçalves Neves por preço e quantia de 181\$000. Vila Rica, 30 de janeiro de 1737.

APM, CMOP 30, p. 451. TERMO de fiança que dá o Padre Mathias Gonçalves Neves a cento e oitenta e um mil réis preço por que arrendou o Palácio de Henrique Lopes – 181\$000. Vila Rica, 31 de janeiro de 1737.

APM, CMOP 36, p. 291-92. VERAÇÃO de 3 de dezembro de 1735.

APM, CMOP 36, p. 350-51. VERAÇÃO de 5 de março de 1736.

APM, CMOP 36, p. 442. VERAÇÃO de 25 de maio de 1737.

APM, CMOP 39, p. 631.

APM, CMOP 39, p. 640-50. VERAÇÃO de 13 de janeiro de 1738.

APM, CMOP 39, p. 696. VERAÇÃO de 21 de junho de 1738.

APM, CMOP 39, p. 702-03. VERAÇÃO de 2? de julho de 1738.

APM, CMOP 41, p. 104-06. AUTO de arrematação que faz João Lopes Ferreira da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo que administra o Senado a qual arrematação faz por três anos por dezoito libras de ouro. 5 de junho de 1737.

APM, CMOP 41, p. 107-08. TERMO de Fiança que dá João Lopes Ferreira a dezoito libras de ouro, preço por que rematou a lavra e mais pertencas que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo. 7 de junho de 1737.

APM, CMOP 41, p. 139-41. AUTO de rematação das casas que ficavam do defunto Henrique Lopes que rematou o padre Mathias Gonçalves Neves por preço e quantia de cento e trinta e quatro mil-réis por um ano. 11 de janeiro de 1738.

APM, CMOP 41, p. 142-43. TERMO de fiança que dá o padre Mathias Gonçalves Neves à quantia de cento e trinta e quatro mil réis preço porque rematou as casas de Henrique Lopes por um ano. 11 de janeiro de 1738.

APM, CMOP 41, p. 157-59. AUTO de rematação que faz João Rodrigues Chaves da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo que administra o Senado da câmara a qual arrematação faz por três anos por vinte e quatro libras de ouro. 21 de junho de 1738.

APM, CMOP 41, p. 160-61. TERMO de fiança que dá João Rodrigues Chaves a vinte e quatro libras de ouro preço porque rematou a lavra e mais pertencas que ficou do defunto Henrique Lopes de Araújo. 25 de junho de 1738.

APM, CMOP cx. 1, doc. 21. LISTA da freguesia de Vila Rica do ano de 1729, com locais, nomes, vendas, escravos e valores. Vila Rica, 1729.

APM, CMOP cx. 01, doc. 22. LISTA de lojas, escravos, ofícios e maneios dos moradores de Antônio Dias, que deverão pagar o Real Donativo. Vila Rica, 1729.

APM, CMOP cx. 01, doc. 23. LISTA de escravos, lojas, vendas e ofícios para o pagamento do Real Donativo no ano de 1729 da Freguesia de São Bartolomeu. Vila Rica, 1729.

APM, CMOP cx. 01, doc. 24. LISTA de escravos, vendas e ofícios para o pagamento do Real Donativo no ano de 1729 da Freguesia de São Bartolomeu. São Bartolomeu, 1729.

APM, CMOP cx. 01, doc. 25. LISTA das pessoas que deveriam pagar o Real Donativo no distrito de Itabira em 1729. Itabira do Campo, 1729.

APM, CMOP cx. 02, doc. 5. LISTA, enviada ao provedor Custódio de Sá Ferreira, dos moradores, açougues, escravos e manejo do distrito de Ouro Podre e Jacutinga, para pagamento do Donativo de 1730. Vila Rica, 9 de janeiro de 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 33. LISTA de pagamentos referente ao ano de 1731 em Bocaina, Boa Vista, Rodeio e Fornos. Vila Rica, 19 de setembro de 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 34. LISTA dos moradores, lojas, boticas, maneios, vendas, açougues, ofícios e escravos da Freguesia da Vila da Conceição de Antônio Dias, para pagamento dos Donativos no ano de 1730. Vila Rica, 3 de outubro de 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 38. LISTA das pessoas que deverão pagar o Real Donativo em 1730 especificando valores e ocupações. Vila Rica, 25 de outubro de 1730.

APM, CMOP, cx. 02, doc. 40. LISTA dos moradores da Freguesia de São Bartolomeu, que deverão pagar o Real Donativo, ao provedor capitão Francisco Leite de Brito. São Bartolomeu, 8 de novembro de 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 50. LISTA das pessoas que deverão pagar o Real Donativo no distrito de Córrego do Padre Faria. Vila Rica, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 51. LISTA das pessoas que deverão pagar o Real Donativo, na Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira. Ouro Fino, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 52. LISTA das pessoas que deverão pagar o Real Donativo no ano de 1730, na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira. Itabira do Campo, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 54. LISTA das pessoas do distrito de Antônio Dias que deverão pagar ao provedor, alferes Domingos dos Santos de Oliveira, o Real Donativo em 1730. Antônio Dias, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 55. LISTA das pessoas do distrito de Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso, que deverão pagar ao provedor, capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira, o Real Donativo em 1730. Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 56. LISTA das pessoas, lojas, ofícios, escravos e maneios para pagamento do Real Donativo. Itatiaia e Lavras Novas, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 57. LISTA das pessoas e número de escravos para o pagamento do Donativo no ano de 1730, no distrito de Itabira. Itabira do Campo, 1730.

APM, CMOP cx. 02, doc. 58. LISTA das pessoas que deverão pagar o Real Donativo em 1730. Córrego Seco, Lavra Nova, Queimada e Baiacu, 1730.

APM, CMOP cx. 03, doc. 13. LISTA das pessoas que deverão pagar os donativos de 1731 no distrito de Ouro Fino e Córrego do Padre Faria. Ouro Fino e Padre Faria, 1731.

APM, CMOP cx. 03, doc. 14. LISTA das pessoas que deverão pagar os donativos de 1731 na Freguesia da Cachoeira. Cachoeira, 1731.

APM, CMOP, cx. 05, doc. 10. SOLICITAÇÃO de certidão de herança de Henrique Lopes de Araújo, onde é declarado que, após a sua morte, seus escravos terão cartas de alforria e livre acesso às suas casas e lavras. 18 de setembro de 1733.

APM, CMOP cx. 05, doc. 33. NOTIFICAÇÃO enviada a João Rodrigues Chaves, sobre a construção de casas próximas ao córrego. Vila Rica, 21 de novembro de 1733.

APM, CMOP Cx. 05, doc. 43. REQUERIMENTO do capitão Simião Soares Braga solicitando o uso do moinho para fazer farinha que alimenta os escravos. Vila Rica, 12 de dezembro de 1733.

APM, CMOP cx. 7, doc. 28. PETIÇÃO de João Lopes Ferreira e outros mineiros que usam couro na extração de ouro, solicitando para que sejam afixados editais impedindo que os proprietários de vendas e tabernas comprem couro dos mascates e os revendam a preços altos e forneçam bebida aos escravos. 2 de outubro de 1734.

APM, CMOP, Cx. 10, doc. 31. REQUERIMENTO de Thomás de Aquino Gomes, procurador do Senado, indicando o doutor José Manuel de Siqueira para administrar a arrematação das lavras deixadas como heranças por Henrique Lopes. Vila Rica, 15 de janeiro de 1738.

APM, CMOP cx. 11, doc. 03. REQUERIMENTO do procurador da Câmara de Vila Rica, para que sejam penhorados [os bens] de João Lopes Ferreira e José Coelho de Barros, 06 oitavas vencidas e o que for vencendo do arrendamento que fizeram de umas lavras. 23 de junho de 1738.

APM, CMOP Cx. 14 Doc. 20. SOLICITAÇÃO do herdeiro e testamenteiro do reverendo padre Mathias Gonçalves Neves, do pagamento de 118\$500 devido pela câmara. Vila Rica, 14 de novembro de 1742.

APM, CMOP, cx. 21, doc. 6. SOLICITAÇÃO de aforamento de terras para construção de casas. Vila Rica, 04 de maio de 1748.

APM, CMOP, cx. 22, doc. 71. CARTA de nomeação do sargento-mor José de Araújo Correia, para o cargo de juiz ordinário de Vila Rica. Vila Rica, 30 de dezembro de 1749.

APM, CMOP cx. 27, doc. 01. APRESENTAÇÃO, pelo tesoureiro eleito para a câmara, de dois fiadores, José Coelho de Barros e o guarda-mor Alexandre da Cunha e Matos, para o recebimento do cofre. Vila Rica, 1º de maio de 1752.

APM, SC cx. 2, doc. 1. CARTA de padrão de Manoel Nunes Viana.

APM, SC cx. 2, doc. 13

APM, SC 02, fls. 95v-96. CARTA Régia a Manoel Mosqueira da Rosa, provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capela e resíduos de Ouro Preto, em que S. Majestade responde aos dezesseis parágrafos de sua carta (um por um) também alude a uma carta do Conde de Assumar em resposta da provisão que fora expedida pelo Conselho Ultramarino para informar do seu procedimento nas queixas dos oficiais da câmara de

Vila Rica. 22 de março de 1720.

APM, SC 04, p. 103-05. CARTA do Rei a dom Brás Baltasar da Silveira, resolvendo que a arrecadação dos quintos devia ser feita por bateias. Lisboa a 16 de Novembro de 1714.

APM, SC 04, p 106-07. CARTA do rei a dom Brás Baltasar da Silveira, permitindo-lhe cobrar a 10 oitavas de ouro a bateia. Lisboa, 16 de Novembro de 1714.

APM, SC 04, p. 325. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira para o Rei. São Paulo, 1º de setembro de 1713.

APM, SC 04, p. 328-29. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. São Paulo, 1º de setembro de 1713.

APM, SC 04, p. 330-42. CARTAS de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. São Paulo, 18 de setembro de 1713.

APM, SC 04, p. 347. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. São Paulo, 20 de setembro de 1713.

APM, SC 04, p. 390. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 25 de março de 1715.

APM, SC 04, p. 357-58. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei comunicando ter chegado a Minas a 15 do passado; achou tudo em sossego mesmo com a ausência do governador e que ia tratar da arrematação dos quintos com prudência e de acordo com os povos e o resultado comunicaria. Vila Rica, 1º de janeiro de 1714.

APM, SC 04, p. 370. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, propondo a compra de casas para residência dos governadores em mãos de Manoel Antunes, por seis mil oitavas de ouro, pois em todos os governos há casas para este mister e as que existem no Ribeirão do Carmo são todas de palha. Vila do Carmo, 22 de maio de 1714.

APM, SC 04, p. 360-62. CARTA de dom Brás Baltasar da Silveira ao Rei sobre crime, devassa e sequestro na Vila de Taubaté. Vila Rica, 2 de janeiro de 1714.

APM, SC 04, p 363-364. CARTA de Dom Brás Baltasar da Silveira ao rei, sobre o primeiro ajuste dos quintos de seu governo. Vila Rica, 10 de janeiro de 1714.

APM, SC 04, p. 626. SOBRE várias matérias pertencentes à administração da justiça. Vila do Carmo, 12 de maio de 1719.

APM SC 04, p. 659-60. SOBRE o remédio que se deve dar aos crimes que cometem os negros. Vila do Carmo 21 de junho de 1719.

APM, SC 05, fl. 6. CARTA do rei a dom Lourenço de Almeida. Lisboa, 30 de abril de 1722.

APM, SC 06, fl. 9. TERMO de uma junta geral que fez nestas Minas o Sr. Gov. e Cap. Gen. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre o estabelecimento e melhor forma que selaria de tomar para esta nova conquista e sua conservação; e meio mais suave que se devia eleger para a boa arrecadação dos quintos de S. Majestade. 10 de novembro de 1710.

APM, SC 06, fl. 11-11v. TERMO da segunda Junta que se fez por ordem do sr. governador e capitão general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se continuar o que se havia proposto e principiado no primeiro antecedente. 1º de dezembro de 1710.

APM, SC 06, fl. 24. TERMO de ereção de Vila Rica. 8 de julho de 1711.

APM, SC 06, fl. 26v. TERMO de 7 de dezembro de 1713 sobre quintos.

APM, SC 06, fl. 28-28v. TERMO que se fez na junta e resolução que se tomou sobre o pagamento dos quintos de Sua Majestade que Deus guarde. 6 de janeiro de 1714.

APM, SC 06, fls. 40-41v. TERMO sobre os quintos. 1º de fevereiro de 1715.

APM, SC 06, fl. 44-44v. TERMO da repartição das 30 arrobas. 3 de Fevereiro de 1715.

APM, SC 06, fl. 47. TERMO sobre as 24 arrobas de Quintos, ficando livres as cargas, gados e negros. 13 de março de 1715.

APM, SC 06, fls. 53-54. TERMO de aceitação das Bateias. Vila Rica, 18 de maio de 1715.

APM, SC 06, fl. 91-93. TERMO sobre quintos e Casas de Fundição. 16 de junho de 1719.

APM, SC 07, fl. 90. CARTA de sesmaria passada ao sargento-mor Pascoal da Silva Guimarães. Ribeirão do Carmo, 16 de abril de 1711.

APM, SC 09, fl. 20. CARTA passada a Henrique Lopes de Araújo. 06 de abril de 1714.

APM, SC 09, fl. 65-65v. CARTA Patente passada a Manoel Bueno da Fonseca do governo interino da cidade de São Paulo e sua comarca. São Paulo, 24 de setembro de 1713.

APM, SC 09, fl. 66v. CARTA Patente passada a João Pinheiro de Araújo do postos de ajudante do número. São Paulo, 26 de setembro de 1713.

APM, SC 09, fl. 73. CARTA patente do posto de capitão-mor de ordenanças de Vila Rica e comarca passada por dom Brás Baltasar da Silveira a Henrique Lopes de Carvalho. 23 de dez. de 1713.

APM, SC 09, fl.78. CARTA patente passada a Pascoal da Silva Guimarães, para o posto de governador do distrito de Vila Rica. Vila Rica, 12 de janeiro de 1714.

APM, SC 11, fl. 8v.-10. CARTA de dom Pedro de Almeida para o Marques de Angeja. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717.

APM, SC 11, fl. 10. CARTA para o doutor Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor geral do Rio das Velhas. Vila do Carmo, 27 de março de 1718.

APM, SC 11, fl. 10-10v. PARA o coronel Sebastião Carlos Leitão. Vila do Carmo. 1º de abril de 1718.

APM, SC 11, fl.10v. PARA doutor Bernardo Pereira, ouvidor geral do Rio das Velhas. Vila do Carmo, 1º de abril de 1718.

APM, SC 11, fl. 26. CARTA de dom Pedro de Almeida ao dr. Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor geral do Rio das Velhas, comunicando-lhe a remessa pelo tenente general João Ferreira Tavares, do preso dr. Antônio de Brito Leiria para ficar incomunicável na cadeia a fim de ser inquerido sobre as pessoas que assinaram em Vila Rica um papel contra deliberações tomadas pela junta. Previne que vá tomando providências para as próximas eleições. Vila do Carmo, 27 de março de 1718.

APM, SC 11, fl. 29. PARA o doutor Raphael Pires Pardiniho, ouvidor de São Paulo. Vila do Carmo, 22 de Abril de 1718.

APM, SC 11, fl. 35. ORDEM para se soltar Antônio de Brito Leiria e Miguel de Andrade. Vila Nova da Rainha, 15 de junho de 1718.

APM, SC 11, fls. 118-119. CARTA de dom Pedro de Almeida para o ouvidor do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 24 de março de 1719.

APM, SC 11, fls. 119-119v. CARTA de dom Pedro de Almeida para o ouvidor do Rio das Mortes. Vila do Carmo, 3 de abril de 1719.

APM, SC 11, fl. 123. PARA o ouvidor-geral do Ouro Preto. Vila do Carmo, 7 de abril de 1719.

APM, SC 11, fl. 124-124v. CARTA de dom Pedro de Almeida para Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 14 de abril de 1719.

APM, SC 11, fls. 126-126v. CARTA de dom Pedro de Almeida para o Conde de Vimieiro, governador da Bahia. Vila do Carmo, 20 de abril de 1720.

APM, SC 11, fl. 126v. PARA o juiz ordinário de Vila Rica, João Antunes. Vila do Carmo, 22 de abril de 1719.

APM, SC 11, fl. 126v.-27. ORDEM para José Correia Lima servir como escrivão da câmara, para assistir na devassa da sublevação dos negros. Vila do Carmo, 24 de abril de 1719.

APM, SC 11, fl. 132. PARA Bartolomeu de Souza Mexia. Vila do Carmo, 1º de junho de 1719.

APM, SC 11, fl. 137. ORDEM de dom Pedro de Almeida aos mestres de campo Pascoal da Silva Guimarães e José Rabello Perdigão e capitão-mor Henrique Lopes de Araújo a fim de determinarem aos capitães do seu terço que prestem todo o auxílio à ouvidoria para expulsão dos frades e clérigos mal procedidos. Vila do Carmo, 19 de julho de 1719.

APM, SC 11, fl. 143. PARA Aires de Saldanha de Albuquerque, governador do Rio. São João Del Rei, 29 de julho de 1719.

APM, SC 11, fls. 163v. PARA o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães. Vila do Carmo, 31 de outubro de 1719.

APM, SC 11, fls. 168v. PARA o ouvidor geral desta comarca [de Ouro Preto]. Vila do Carmo, 31 de outubro de 1719.

APM, SC 11, fl. 170. PARA o doutor Jerônimo Corrêa de Amaral, ouvidor do Rio das Mortes. Vila Rica, 22 de novembro de 1719.

APM, SC 11, fls. 171. PARA o ouvidor geral da comarca do Rio das Velhas. Vila Rica, 21 de novembro de 1719.

APM, SC 11, fl. 171v. PARA o ouvidor do Rio das Mortes. Vila Rica, 22 de novembro de 1719.

APM, SC 11, fls. 171v.-72v. PARA o vigário da vara de Vila Real (e da mesma forma se escreveu a todos os vigários da vara destas Minas; ao desta vila, Ouro Preto, e Rio das Mortes com data de 27 do corrente). Vila do Carmo, 26 de novembro de 1719.

APM SC 11, fl. 248. PARA os oficiais da câmara de Vila Rica. Vila Rica, 22 de julho de 1720..

APM, SC 11, fl. 248-49. PARA a câmara de Vila Rica. Vila Rica, 23 de julho de 1720.

APM, SC 11, fl. 266. PARA todas as câmaras das Minas. Vila Rica, 22 de setembro de 1720.

APM, SC 11, fl. 291-291v. BANDO de dom Pedro de Almeida autorizando o povo a atirar contra os mascarados. Vila do Carmo, 13 de julho de 1720.

APM, SC 12, fl. 24. CARTA patente do posto de capitão-mor de ordenanças de Vila Rica e sua comarca passada por dom Pedro de Almeida a Henrique Lopes de Araújo. Vila do Carmo, 21 de dez. de 1717.

APM, SC 12, fl. 50v. PATENTE de mestre de campo do terço auxiliar de Vila Nova da Rainha, passada a Manuel Rodrigues Soares. Vila Nova da Rainha, 15 de junho de 1718.

APM, SC 12, fl. 50v. PATENTE de mestre de campo do terço auxiliar de Vila Nova da Rainha, passada a Manuel Rodrigues Soares. Vila Nova da Rainha, 15 de junho de 1718.

PROVISÃO do ofício de escrivão da câmara de Vila Rica, concedida a José Correia Lima. APM, SC 12, fl. 76v.

APM, SC 12, fls. 79 e 91v.

APM, SC 12, fl. 123v. PATENTE passada a Paulo Borges de Araújo, do posto de capitão de companhia da ordenança do distrito de Antônio Dias, de que era capitão Brás Fernandes Rola. Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, 7 de julho de 1711.

APM, SC 13, fl. 22. CARTA para o Ajudante de Tenente Manuel da Costa Pinheiro, Manuel da Costa Fragoso e o alferes de Dragões Manuel de Barros Guedes. Vila do Carmo, 13 de julho de 1720.

APM, SC 14, fl. 7v. ASSENTO de despachos.

APM, SC 15, fls. 97-98.

APM, SC 21, fls. 48v-49v.

APM, SC 39, p. 714. VERAÇÃO de 22 de agosto de 1738.

APM, SC 82, doc. 85. REQUERIMENTO do padre Silvério Teixeira de Gouveia, professor régio de Gramática Latina em Vila Rica, solicitando provimento para que seu sobrinho Francisco de Paula Coelho de Magalhães possa servir no seu impedimento. Vila Rica, 8 de nov. de 1810.

APMOP, Livro 91. ROL de foreiros e dívidas de foros entre os anos de 1765 a 1794.

APMOP, Livro 372, REGISTRO de devedores de foros, Distrito de Ouro Preto. Dívidas ativas apuradas entre 1778-1837.

APMOP, Livro 721. LIVRO de tombos da câmara de Antônio Dias e Ouro Preto. Data Limite 1872.

BNRJ, CC, I-25,07,021. REQUERIMENTO do procurador da Santa Casa de Misericórdia solicitando a restituição da quantia que deve o padre Silvério Teixeira de Gouvêa com os aluguéis das casa denominadas Palácio Velho. 20 de outubro de 1804.

DSCOP, LIVRO de contas correntes da Santa Casa da Misericórdia. Iniciado em Vila Rica, a 1º de fevereiro de 1808. Data limite 1817.

DSCOP, CORRESPONDÊNCIA da Santa Casa de Misericórdia, 1880 a 1886.

IPHAN- 13ª Superintendência de Minas Gerais (Belo Horizonte), Arquivo do Centro de Documentação e Informação. Pasta Ouro Preto/Palácio Velho/ Henrique Lopes. CARTA de Manuel José de Paiva a Sylvio de Vasconcelos sobre aquisição das ruínas do Palácio Velho. 13 de agosto de 1951.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. CARTA de Manuel Paiva a Sylvio de Vasconcelos sobre aquisição das ruínas do Palácio Velho. 30 de dezembro de 1951.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. CARTA de Manuel Paiva a Sylvio de Vasconcelos sobre aquisição das ruínas do Palácio Velho. 18 de dezembro de 1951.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. CARTA de Sylvio de Vasconcelos para Manuel de Paiva acerca das ruínas do Palácio Velho. Belo Horizonte, 26 de dezembro de 1951.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. CARTA de Sylvio de Vasconcelos para o prefeito de Ouro Preto acerca do primeiro palácio de governo de Vila Rica. 22 de abril de 1967.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. OFÍCIO número 217 de Eponina e Sousa e Ruas para Sylvio de Vasconcelos acerca da casa da Praça Tiradentes, n. 19; 2 de novembro de 1947.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. OFÍCIO n. 904 de Sylvio de Vasconcelos para Manoel José de Paiva Júnior sobre a compra das ruínas do Palácio Velho.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. OFÍCIO n. 954 de Sylvio de Vasconcelos para Antônio Lobo, de 5 de novembro de 1958.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. OFÍCIO n. 575 de Renato Soeiro para Sylvio de Vasconcelos, de 10 de abril de 1969.

IPHAN- 13ª Sup. MG (Belo Horizonte), ACDI. Pasta OP/PV/ HL. OFÍCIO s/n de José Alberto Pinheiro para o prefeito de Ouro Preto, de 22 de outubro de 1970.

Documentos Publicados

A BÍBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em português segundo a vulgata latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Typographia Universal, 1865.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

AS Excelências do Governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan

Lopes Sierra (*Bahia, 1676*). Organização Stuart B. Schwartz e Alcir Pécora. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

ATAS da Câmara de Vila Rica (1711-1715). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 49, 1936, p. 199-392.

ATAS da Câmara municipal de Vila Rica. *RAPM*, v. 25, 1937, p. 3-166;

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

BRITO, Joaquim José Rodrigues de, *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal oferecidas ao sereníssimo Príncipe do Brasil nosso senhor*, tomo II, Lisboa: Impressão Régia, 1803, p. 37.
Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, ano 4, tomo 2, volume 13, 1866.

CAPÍTULO de uma carta do Rio de Janeiro remetida para as Ilhas em que há notícia das rebeliões contra os emboabas. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 261.

CARTA de Baltasar de Godoy Moreira a D. Pedro II. Minas Gerais, 31 de julho de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3102. Transcrito em ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 384.

CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador da capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 237-45.

CARTA de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei pedindo-lhe declarar melhor as relações de subordinação do superintendente das Minas para com o governador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1702. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 139-40.

CARTA de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei remetendo-lhe uma informação vinda das minas sobre o desrespeito lá ocorrido com o superintendente e sobre a permanência deste no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1704. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 255.

CARTA de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre a administração do superintendente das Minas e os descaminhos dos quintos do ouro. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1704. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 244.

CARTA de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre a entrada do ouro na Casa da Moeda e outros assuntos. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1703. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p.188-89.

CARTA de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre as controvérsias suscitadas pelo superintendente das minas, José Vaz Pinto. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1703. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 192-195.

CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre a Manuel de Oliveira provedor da oficina de S. Paulo, comunicando-lhe ter sido deposto do cargo de superintendente das minas o desembargador José Vaz Pinto e ordenando-lhe não só obediência ao governador do Rio de Janeiro e ao provedor da fazenda real, como ainda a imediata remessa do ouro dos quintos. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1705. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 309.

CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 251.

CARTA de d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre ao rei. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 254-55.

CARTA de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705. AHU, Rio de Janeiro, doc. 3095. Transcrito em ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 389.

CARTA de Manuel Nunes Viana a Manoel de Borba Gato. 13 de outubro de 1708. Documento transcrito em MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 229.

CARTA de Martinho de Melo e Castro para o Visconde de Barbacena, 29 de setembro de 1790. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1976-2001, 11 vs; v. 8, p. 310.

CARTA para Belchior Gonçalves Caminha sobre o Taboado. *Documentos Históricos*, v. 3, 1928, p. 93.

CARTA para sua Majestade sobre o pagamento do mestre carpinteiro Pedro Fernandes de Azevedo. Bahia, 16 de julho de 1693. *Documentos Históricos*, v. 34, 1936, p. 103.

CARTA para sua Majestade sobre se pagarem ao carpinteiro Pedro Ferreira de Azevedo 331\$790 da obra das Casas de Palácio. *Documentos Históricos*, v. 34, 1936, p. 28-29.

CARTAS do Conde de Assumar ao Rei de Portugal. *RAPM*, v. 1, 1896, p. 251-266

CARTAS – patentes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 4, 1899, p. 103-108.

CARTA que escreveu Bernardo Corrêa de Sousa Coutinho do Rio de Janeiro ao sr. dom João de Lancastro, capitão general e governador do Estado; e tudo remeteu à Côrte pelo

Fayal. *Documentos Históricos*, v. 11, 1929, p. 204-205.

CARTA que se escreveu ao governador de Pernambuco João da Cunha de Sotto Maior sobre se dar uma ajuda de custo da Fazenda Real para ajuda de fazer o Palácio no forte de São Pedro. Bahia, 19 de outubro de 1686. *Documentos Históricos*, v.10, p. 228-29.

CARTA para o desembargador Manuel Mosqueira da Rosa. 17 de agosto de 1717. *Documentos Históricos*, v. 71, 1945, p. 20.

CARTA para os oficiais da câmara de Vila Rica. 18 de agosto de 1717. *Documentos Históricos*, v. 71, 1945, p. 21.

CARTA Régia a Artur de Sá e Meneses resolvendo que o governador interino da praça do Rio de Janeiro, por ausência do efetivos nas Minas, pudesse passar patentes de postos militares tanto naquela praça como nas mais capitanias. Lisboa, 22 de novembro de 1701. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 47-48.

CARTA Régia a Artur de Sá e Meneses sobre a reclamação deste quanto a não terem as mesmas honras dos efetivos os governadores interinos do Rio de Janeiro. Lisboa, 22 de novembro de 1701. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 47.

CARTA régia a d. Álvaro da Silveira de Albuquerque mandando dar ao superintendente das Minas um cirurgião, um sangrador e um pároco, pagos pela Fazenda Real. Lisboa, 7 de maio de 1703. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 175.

CARTA régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro dispondo que os substitutos do superintendente das minas sejam os ouvidores, primeiro o de S. Paulo e segundo o do Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de abril de 1702. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p.94.

CARTA Régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro proibindo-lhe e aos seus sucessores a ida às minas sem ordem especial do soberano, salvo em caso de acidente grave. 31 de janeiro de 1702. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 55.

CARTA Régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro sobre as relações entre este e o superintendente das minas (acompanhada de resposta de d. Álvaro da Silveira e Albuquerque, de 20 de agosto de 1702). Lisboa, 24 de abril de 1702. *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p.92-93.

CÓDICE *Costa Matoso*. Coordenação Geral: Luciano Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v.

COELHO, José João Teixeira. "Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais". *RAPM*, v. 8, 1903, p. 399-581.

CÓPIA do papel que o sr. dom Joao de Lencastro fez sobre a arrecadação dos quintos do ouro nas minas que se descobriram neste Brasil, na era de 1701. Arquivo Casa Cadaval, cód. 1087, ff. 488-490. Transcrito em ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 397- 400.

DIÁRIO da Jornada que fez o Exmo. senhor dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas. Ano de 1717. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 314.

DISCURSO Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, 2 vs.

GOVERNADOR do Rio de Janeiro dá conta da jornada que fez às minas dos Cataguases e rio das Velhas, e riquezas dos ribeiros delas, e vai a carta que se acusa. Lisboa, 15 de novembro de 1701. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 111.

GOVERNADOR do Rio de Janeiro dá conta da muita gente que passa às Minas sem licença e de ser conveniente fazer-se na vila de Parati uma trincheira e um reduto para lho impedir; e se farão registrar as fazendas que levarem como das que trouxeram. E vai a carta que se acusa. Lisboa, 6 de março de 1703. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 144.

GOVERNADOR do Rio de Janeiro responde à ordem que lhe foi sobre não serem perpétuos, senão trienais, os postos de capitães-mores, e darem residência no fim dos três anos; e vai a carta que se acusa. Lisboa, 16 de novembro de 1701. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 117.

“ÍNDICE do Livro Novo”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 21, 1927, p. 585.

INFORMAÇÃO sobre as Minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 57 (1935).

INSTRUÇÃO dada ao capitão-mor Francisco do Amaral Gurgel para as minas de Ouro Preto (com declaração de que “na mesma forma foi outra para Pedro de Moraes Raposo”) por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1706. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 31.

INSTRUMENTO dos serviços de Mem de Sá. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 27, 1905, p. 127-280;

INVENTÁRIO de Bento Pires, falecido no arraial do Rio das Mortes, depois chamado de S. João Del Rei, num encontro da guerra dos emboabas. Rio das Mortes, 15 de fevereiro de 1709. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 127.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. “Sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das Minas, e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram atualmente no Brazil”, *RAPM*, v.1, 1896.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969

MESTRE de Campo do Rio de Janeiro dá conta das causas que teve para prover alguns postos de ordenança e pede se lhe declare se quando ficar governando aquela capitania há de se usar dos poderes que tem o governador dela; e vai a carta que se acusa. Lisboa, 23 de novembro de 1701. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 124.

ORDEM de Artur de Sá e Meneses aos guardas-mores das Minas Gerais para que cumprissem, sem que lhe interpretassem coisa alguma, a carta régia que aos mesmos enviava. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1701. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 33.

O OUVIDOR geral do Rio de Janeiro dá conta da falta que há de ministro nas minas e da razão que tem para passar a elas, quando se lhe permita, para também cobrar os bens dos defuntos e ausentes; e vai a carta que se acusa. Lisboa, 21 de junho de 1706. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 199.

PARA o Provedor-mor mandar fazer um adereço de damasco da índia carmesim para a casa do docel. Bahia, 1º de agosto de 1718. *Documentos Históricos*, v. 55, p. 72

PATENTE de capitão da capitania de S. Vicente e São Paulo a Francisco do Amaral Coutinho, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, 5 de fevereiro de 1709. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 124.

PATENTE de capitão de infantaria da ordenança dos mercadores da vila de S. Paulo a Domingos Frazão de Meireles, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, 15 de novembro de 1708. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 115.

PATENTE de Capitão de ordenança da freguesia de Nazareth do Bairro de Atibaia da capitania de S. Paulo a Domingos de Souza Barros, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro. 15 de agosto de 1706. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 39.

PATENTE de capitão da ordenança da vila de Santos a Philippe de Siqueira de Unhão, dada por d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, 16 de fevereiro de 1709, *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 134.

PATENTE de capitão de ordenança da vila de S. Vicente a Jacinto Vaz de Gusmão, dada por d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, 15 de agosto de 1706; *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 39.

PATENTE de capitão da ordenança da vila de S Paulo a Luís Penedo de Moraes, dada por d. Fernando Mascarenhas de Lencastro, 2 de janeiro de 1708. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 85.

PATENTE de capitão-mor do distrito das Minas do Rio das Mortes ao capitão Pedro de Moraes Raposo, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1707. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 62.

PATENTE de capitão-mor e superintendente das Minas de Aiuruoca e Ibitipoca ao capitão Melchior Felix, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1708. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 107.

PATENTE do posto de capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, provido em Manuel de Almeida Costa. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 43, p. 268-269.

PATENTE de capitão-mor da vila de Paranaguá, dada a João Rodrigues por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, 6 de dezembro de 1707. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 82.

PATENTE de sargento-mor das Minas de Ouro Preto e seus distritos a Pascoal da Silva Guimarães, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro. Rio de Janeiro, 20 de março de 1703. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 88-89.

PATENTE do posto de capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, provido em Manuel de Almeida Costa. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 43, p. 268-269.

PATENTE régia do posto de capitão-mor da capitania de S. Vicente e S. Paulo a João de Campos e Matos, 22 de outubro de 1707. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 40.

PEIXOTO, Ignácio José. *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto. Braga e Portugal na Europa do Século XVIII*. Estudo Introdutório de Luís A. Oliveira Ramos. Leitura de José Viriato Capela (coord.). Braga, 1992.

PITTA, Sebastião da Rocha. *Historia da América Portuguesa*. Lisboa: Editor Francisco Arthur da Silva, 1880.

PORTARIA para o provedor-mor da Fazenda Real mandar concertar as Casas de Palácio. Bahia, 22 de abril de 1662. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 84-85.

PORTARIA para o provedor-mor mandar ver os reparos de que necessita este Palácio. Bahia, 1º de Agosto de 1688. *Documentos Históricos*, v. 32, 1936, p. 278.

PORTARIA para se dar a cera para as luminárias da festa da aclamação. Bahia, 30 de

janeiro de 1662. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 71.

PORTARIA para se dar cera para os três dias de luminárias. Bahia, 30 de janeiro de 1662. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 77.

PORTARIA para um sargento-mor com dois soldados irem ao recôncavo buscar os taboados para a obra do Palácio. Bahia, 5 de fevereiro de 1670. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 430.

PORTARIA que se passou ao provedor-mor para mandar concertar as casas do Paço. Bahia, 10 de novembro de 1666. *Documentos Históricos*, v. 8, p. 266-67.

PORTARIA que se passou ao provedor-mor para se concertarem as escadas dos creados das casas de Palácio. Bahia, 11 de março de 1662. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 79.

PORTARIA que se passou ao provedor-mor sobre emprestar dinheiro do cunho para as obras de Palácio. Bahia, 20 d agosto de 1663. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 116.

PORTARIA que se passou para se fazer docel, cadeiras e bufetes para Palácio. Bahia, 16 de junho de 1667. *Documentos Históricos*, v. 7, p. 303.

PROVISÃO de escrivão da Superintendência das Minas de Ouro a Francisco Ferreira Travassos, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1708. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 109-110.

PROVISÃO de Procurador da Fazenda Real das Minas Gerais dos Cataguases ao sargento-mor Antônio da Rocha, dada por Artur de Sá e Meneses. Rio das Velhas, 17 de abril de 1701. E outros. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 24-32.

PROVISÃO de tesoureiro das datas reais das Minas Gerais a Domingos da Silva Monteiro, dada por Artur de Sá e Meneses. Minas Gerais, 25 de abril de 1701. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 51, 1930, p. 32.

REGIMENTO para as minas de ouro, feito em São Paulo, por Artur de Sá e Meneses. São Paulo, 3 de março de 1700. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 18, p. 407-415, 1913.

REGISTRO de uma petição do capitão Manoel Rodrigues Nunes, tesoureiro geral que foi deste Estado, e dos mais despachos dados nela. *Documentos Históricos*, v. 22, 1933, p. 303-306.

ROCHA, José Joaquim *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995

RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann, 1853

_____. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SOBRE a ajuda de custo que pede o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, em razão das despesas que há de fazer na jornada de São Paulo, para averiguação das minas, e vai a carta que se acusa. Lisboa. 13 de novembro de 1698. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 81-83.

SOBRE a forma das promessas de algumas mercês de hábitos e tenças. 26 de março de 1721. Transcrição da 1ª parte do códice 23 da seção colonial. *RAPM*, v. 30, 1979, p. 130.

SOBRE a queixa que faz o governador do Rio de Janeiro do superintendente das minas do ouro o desembargador José Vaz Pinto; e vai a carta que se acusa. Lisboa, 7 de setembro de 1703. *Documentos Históricos*, v. 93, p. 156-7

SOBRE o Capitão-mor desta Vila Rica haver servido bem a Sua Majestade. Vila Rica, 17 de setembro de 1721. Transcrição da 2ª parte do códice 23 seção colonial. *RAPM*, v. 31, 1980, p. 87-88.

SOBRE o que escrevem os governadores da Bahia e do Rio de Janeiro acerca das minas; e vão os papéis que se acusam. Lisboa, 6 de março de 1702. *Documentos Históricos*, v. 93, 1951, p. 136.

SOBRE promessas de mercês. 26 de março de 1721; Transcrição da 1ª parte do códice 23 da seção colonial. *RAPM*, v. 30, 1979, p. 129

SOUSA, D. Antônio Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, desde as suas origens até o presente, com as Famílias ilustres, que procedem dos Reys, e dos Sereníssimos Duques de Bragança*, tomo IV, Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antônio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1738

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

TERMO de junta realizada no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO, J. Soares de. *Emboabas: chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 246-28.

TERMO de posse e entrega do governo do Rio de Janeiro e mais capitanias de sua jurisdição ao bispo D. Francisco de S. Jerônimo e aos mestre de campo Gregório de Castro Moraes e Martim Correia Vasques, por ter ido para as Minas, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro. Rio de Janeiro, 3 de março de 1709. *Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo*, v. 52, 1930, p. 141.

TRANSCRIÇÃO da 1ª parte do Códice 23, Seção Colonial. Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei, 1721-1731. Folhas 1-87. *RAPM*, v. 30, 1979, p. 117-277.

TRANSCRIÇÃO da 2ª parte do códice 23, Seção Colonial. Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei, 1721-1731. Folhas 91-188 v. *RAPM*, v. 31, 1980, p. 215-216.

VÁRIOS documentos: a câmara de S. João del-Rei a D. João V. *RAPM*, v. 4, 1899, p. 812-815; p. 813.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Carla Maria Junho Anastásia. Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Sociais, 1994.

VILA RICA (Santa Casa). *RAPM*, v. 18, 1913, p. 85-86.

Livros, Teses, Dissertações e Artigos

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ABREU, Martha. “As memórias do divino”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 28, 1999, p. 41-59.

ABREU, Mauricio de Almeida “Um Quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova*. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. X, nº 218 (32), 2006.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

_____. “Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na capitania de Minas Gerais” *Textos de História*, v. 5, n. 2, 1997, p. 41-100.

_____. “Capelães e vida associativa na capitania Minas Gerais”. *Varia História*, n. 17, 1997, p. 80-105.

_____. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Tese de Doutorado.

ALBERTI, Verena. “O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa” *Ouvir Contar: textos em História Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 13-31.

ALENCAR, Luzinéia Guimarães. *Misturando Sabores: a alimentação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1808)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. Dissertação de Mestrado.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan “Famílias e vida doméstica” in: NOVAIS, Fernando A. (dir.) SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1, p. 83-154.

ALMADA, Márcia. *Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: Compromissos de Irmandades Mineiras, século XVIII*. Belo Horizonte: PPGH/IFCH/UFGM, 2006. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Álvaro José Paiva de “O desenho das cidades na Nova Inglaterra e na Capitania de Minas Gerais”. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003.

ALMEIDA, Ana Maria Rego de; LIMA, Vera “Imagem e reflexão: o retrato de d. Luís de Vasconcelos e Sousa”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: PPGH, Universidade Federal Fluminense, 2001. Tese de Doutorado.

_____. “Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados” In: FRAGOSO, J. & ALMEIDA, C. M. C. & SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193.

_____. “Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa” *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação*. Mariana: Ed. UFOP, 2009, p. 1-13.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Ouro Preto*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. “Ajuda de Gado” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 101-04.

_____. “Ganhão” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 141-43.

_____. “Criado” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.117.

_____. “Sota” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 187-88.

ALVAREZ, José Maurício Saldanha “O paço dos governadores, organizador do território da cidade do Rio de Janeiro (1743-63)”. *Saeculum, Revista de História*, n. 28, João Pessoa, 2013, p. 105-120;

ANASTASIA, Carla. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998.

ANASTASIA, Carla Maria Junho & SILVA, Flávio Marcus da. “Levantamentos setecentistas mineiros: violência coletiva e acomodação”. FURTADO, Júnia (org) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “Um exercício de auto-subversão: rebeldes e facinorosos na Sedição de 1736” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p. 567-584.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Minc/Spnan/Fnppm, 1987.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. “Viver à gandaia: povo negro nos morros das Minas” in: Eduardo França Paiva e Isnara Pereira Ivo (orgs.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: PPGH-UFMG/Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 161-177

ANDRADE, Mário de. “Nocturno de Belo-Horizonte”. *Estética*, ano II, v. 1, abr.-jun 1925.

_____. *A Arte Religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993.

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Luís Antônio Silva. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

ARIÈS, Philippe "Por uma História da Vida Privada" In *História da Vida Privada*, v. 3, p. 7-20.

ARINOS, Afonso. “Atalaia Bandeirante”. *Histórias e Paisagens*. Rio de Janeiro/São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1921, p. 79-99.

_____. *Pelo Sertão: histórias e paisagens*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de “Nas franjas da sociedade: os esmolados das

Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII e XVIII)” *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_61.pdf. Acesso: 6 de nov. de 2014.

ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo. *Da Justiça em nome d’ElRey: ouvidores e inconfidência na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. Niterói, Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese de Doutorado.

AZÊDO, Maurício. “A vitória-derrota do modelo Pamplona”. *Jornal do Comércio*. 25 de fevereiro de 1980.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; MARTINS, Fernanda Alves; SANTOS, Francine dos. “Paisagens, transformações e memórias do antigo ‘Arraial dos Jacubas’ em Ouro Preto”. *Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*. Mariana: UFOP, 2012.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.

_____. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BARREIROS, Eduardo Canabrava *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1984.

BARROS, Sigrid Porto. “A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia”. *Anais do Museu Histórico*, Rio de Janeiro, n. 8, p.117-154, 1947, p. 138.

BASTIDE, Roger “Structures Sociales et religions brésiliennes” *Renaissance*. New York, n. 2/3, 1945, p.12-29.

_____. *As contribuições culturais dos africanos na América Latina: tentativa de síntese*. São Paulo: Ática, 1983, p. 168.

BASTOS, Rodrigo Almeida. “Lacunas da Historiografia da Arquitetura desenvolvida no Brasil do século XVIII”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, 2004, p. 51-59.

_____. “Regularidade e Ordem das povoações mineiras no século XVIII”. *Revista do IEB*, n. 44, 2007, p. 27-54.

_____. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo, FAU/Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado.

BEHRING, Mario “Chico Rei (Episódio da História das Minas)”, *Kosmos*, ano 3, n. 6, 1906.

_____. “Os sinos de Mariana” *Kosmos*, ano 4, n. 5, maio de 1907.

BICALHO, Maria F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria F. (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Conquista, Mercê e Poder Local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Almanack brasiliense*, nº 2, 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo, Cia das Letras. 1999.

_____. *Apologia da História – ou o ofício de historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na Unesco: ações e significados*. Brasília: Unesco, 2003.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais no século XVIII*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2004.

_____. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Habilitações nas Ordens Militares. Séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo*. Lisboa: Guardo-mor, s/d, v. 2, p. 52.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. “O Assistencialismo na capitania do ouro”. *Revista de História*, n. 116, 1984, p. 25-41.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720” *Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População*. Caxambu, 2000. Disponível na internet: www.abeg.org.br [consultar “Anais”].

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel/ Bertrand, 1989

_____. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 183-192.

BOXER, Charles *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, s/d.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. “Cidadania e relações raciais: a reflexão bastidiana na década de 1960”. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: FGV/PPGHPBC, 2010. Dissertação de Mestrado

_____. “Viagens ao Passado: os intelectuais e a sacralização de Ouro Preto”. *Mosaico*, n. 3, ano II, 2010. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico>. Acesso: 20 de out. de 2012.

BRANDÃO, Michele Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Juiz de Fora, PPGH/UFJF, 2009. Dissertação de Mestrado.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BUESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Colibri, 2010.

BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Tr. Denise Bottmann. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

_____. “História como memória social”. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-90.

_____. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: _____ (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURY, J. B “A arquitetura e a arte do Brasil colonial” In: BETHEL, Leslie (org.) *A América Latina Colonial*, São Paulo/Brasília: EdUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2, p. 681-704; p. 696.

_____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro”. In: *Anais do X Encontro Regional de História- ANPUH-MG Minas, Trezentos Anos*. Mariana: UFOP/ ANPUH: 1996, p. 111-121.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. *Elo da História Demográfica de Minas Gerais: reconstituição e análise inicial dos registros paroquiais da freguesia de N. Sa. da Conceição de Antônio Dias. 1763-1773*. Belo Horizonte, UFMG, Cedeplar, 2007. Dissertação de Mestrado.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” – 1693 a 1737*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. Tese de Doutorado.

CARDIM, Pedro “O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: a coroa e a representação do reino. As cortes” In: HESPANHA, António Manuel (coord.) *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998, p. 32-39.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

_____. (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil: novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARNEIRO, Édison. *Antologia do Negro Brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos do negro em nosso país*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CARRARA, Angelo. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

_____. “Para uma história dos preços do período colonial: questões de método” *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008, p.163-194.

_____. “Avulsos da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto no Arquivo Nacional” Publicações do Grupo de Pesquisa em História Econômica – História Quantitativa e Georreferenciada. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.ufjf.br/hqg/publicacoes/guias-e-instrumentos-de-pesquisa-1/>. Acesso: 20 jan. 2016.

CARVALHO, Teophilo Feu de. “Reminiscências de Vila Rica”. *RAPM*, v. 20, 1924, p. 339-352.

_____. *Ementário da História de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica – 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

CAVALCANTI, Irenilda. *Foi Vossa Majestade servido mandar: representações e*

práticas do bom governo nas cartas administrativas de Martinho de Mendonça; Minas Gerais, 1736-37. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHC, 2004. Dissertação de Mestrado.

_____. *O Comissário Real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese de Doutorado.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CERQUEIRA, Osmário Coelho de. *Técnicas de beneficiamento do ouro e seus minérios no Brasil no final do século XVIII e início do XIX*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado em História da Ciência.

COATES, Timothy “O sistema reage à mudança” *Revista Textos de História*, v. 6, n. 1 e 2, p. 211-237.

COELHO, Beatriz (org.) *Devoção e imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. “Mão-de-obra escrava na mineração e tráfico negreiro no Rio de Janeiro”, *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Anpuh, 1973, v.1, p. 449-489.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares nos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro, IFCS/PPHS/UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado.

_____. “Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial” *Revista de História Regional*, 11 (2): 109-162, 2006.

_____. *Armazém de Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: Edec, 1982.

COTTA, Francis A. “Organização militar”. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autênticas, 2004, p. 218.

CUNHA, Alexandre Mendes. “Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente

duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” *Revista de História* (São Paulo), v. 25, n. 1, 2006, p. 226-247.

_____. “Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 123-128.

CUNHA, Mafalda e MONTEIRO, Nuno G. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII” in: Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.) *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 191-252.

CUNHA, Mafalda Soares da “Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (século XVI-1640)” In: CUNHA, M. S.; FONSECA, Teresa (ed.) *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-EU, 2005.

CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006. Tese de Doutorado.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A Cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG – Depto. de História, 2006. (Tese de doutorado).

DANTAS, Carolina Vianna “Cultura Histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação”. In: Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 233-34.

DAVES, Alexandre Pereira. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado).

DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues. *As Crises de mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, v. 1. Tese de doutorado em História.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “Ritos de violência”. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

_____. “Las formas de la historia social”, *História Social*, nº 10, 1991, p. 177-82.

DECCA, E. S. de “Rebeldia e revolução na história social” In: *Jogos da Política*:

Imagens, representações e práticas. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, 1992, 13-29.

DELAMARE, Alcibiades. *Villa-Rica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

DELL'AIRA, Alessandro. "Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei". *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2009, n. 9/10 setembro de 2009, p. 137-147.

_____. "Detalhes de uma lenda". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 63, 2010, p. 50-55.

DELUMEAU, Jean "Medo e Sedições (I)" e "Medo e Sedições (II)" *História do Medo no Ocidente: 1300-1800; Uma cidade sitiada*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989. p. 151-202.

DIAS, Renato Silva "Príncipes negros nas festas de brancos: Poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas". *Almanack*, nº 2, 2011, p.114-125.

DIENER, Pablo "O catalogo fundamentado da obra de J. M. Rugendas e algumas ideias para a interpretação de seus trabalhos sobre o Brasil", *Revista USP*, São Paulo, v. 30, 1996, p. 46-57.

DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos". *Ler História*, 39 (2000), p. 19-34.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim "Cidade em três séculos", In: *Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

DUARTE, A. Teixeira "Catecismo da cooperação". *RAPM*, v. 18, 1913, p. 340-42.

_____. "A sedição de Vila Rica: 1720." *RAPM*, v. 18, 1913, p. 576-587.

_____. "Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais: Revolta de Vila Rica. Felipe dos Santos" *RAPM*, v. 27, 1976, 281-296.

DURÃES, Margarida "'Porque a morte é certa e a hora incerta...' alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses", *Sociedade e Cultura 2*, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, v. 13 (2), 2000, p. 303.

_____. "A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII", *Ler História*, n. 43, 2002, p. 57-83.

_____. "Uma Comenda Nova. O Senhorio de Adaúfe: propriedade e exploração agrícola (secs. XVI-XIX)" *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 1993, v. 1.

_____. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELLIOT, John H. “Uma Europa de Monarquias compuestas”. *Espana en Europa*. Valencia: Universitat de València, 2003.

FARIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FALCON, Francisco. “Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual.” *Tempo*. 2 (4):5-26, 1997.

_____; NOVAIS, F. “A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina”, *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1973, p. 405-431.

FARIA, Sheila de Castro & FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *A Economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 2ª ed. Ed. Atual.s/d.

_____. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Simone Cristina Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado.

FEBVRE, Lucien. “A obra mestra: o problema da descrença no século XVI (1942)”, in Mota, C. G. (org.) *Lucien Febvre*. São Paulo, Ática, 1978; pp. 29-78.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1977.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH/ USP. 1996. Tese de Doutorado.

_____. “O Império em Apuros”. Júnia Ferreira Furtado (org.) *Diálogos Oceânicos: Minas gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.

_____. “Painel Histórico”. Domício Proença Filho (org.) *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1996.

_____. “Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII”. *XI Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: MINC/IBPC, 1993, p. 97-

_____. *O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1999.

_____. “Prudência e Luzes no cálculo econômico do Antigo Regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais (notas preliminares para discussão)”. *X Seminário sobre Economia Mineira*. Artigo disponível através do endereço eletrônico: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario-diamantina/2002/2003/d03.pdf>.

_____. “Derrama, política fiscal ilustrada, excessos tributários, insurreições e conciliação metropolitana na Minas Colonial.” *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI. Jul/Dez de 2005. p. 24- 39. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/arquivopublico/file/revista-apm-2005.pdf>.

_____. “Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)” In: Oswaldo Munteal Filho & Francisco Palomanes (orgs.). *25 anos do 25 de abril: um balanço*. Rio de Janeiro: Eduerj. No prelo.

_____. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FILHO, Amílcar Viana Martins; CABRAL, Cléber Araújo (orgs.) *Em Defesa do Patrimônio: correspondência entre Manoel José de Paiva Junior e Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Belo Horizonte: ICAM, 2012.

FIORAVANTE, Fernanda. “*Às custas do sangue, fazenda e escravos*”: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711-c.1736. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS/IFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado.

_____. *Os bons homens das Minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711-1750*. Rio de Janeiro: PPGHS/IFCS/UFRJ, 2012. Tese de doutorado.

FONSECA, Alexandre Torres. “A revolta de Filipe dos Santos” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p.549-566.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

_____. “*Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas*”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.20. n.1. 2012, p. 77-108.

_____. “Igreja de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz”, In *Patrimônio de Influência Portuguesa*, Verbete disponível na internet. Endereço Eletrônico: <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=1415>.

_____. “Igreja de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz”, In *Patrimônio de Influência Portuguesa*, Verbete disponível na internet. Endereço Eletrônico: <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=1415>.

FONSECA, Mariana Bracks; PAIVA, Eduardo França “Identidade étnica africana – escravidão e liberdade em Minas Gerais, século XVIII” *Cesumar*, v. 12, n. 1, 2010, p. 39-51.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e “Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial” *2º Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, 2011. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/doc/t7s3-01.pdf>. Acesso: 29 de jun. de 2014.

FRAGA, Ana Maria Almeida. *Cativeiro Barroco: a escravidão em Minas Gerais/ Mariana e Ouro Preto na primeira metade do século XVIII*. Vassouras, Programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra. Dissertação de mestrado, 2000.

FRAGOSO, João & BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria Fátima “Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império” *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. N. 23 (2000): 67-88.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII.” In: João FRAGOSO, Manolo FLORENTINO, Antônio Carlos JUCÁ e Adriana CAMPOS (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no Mundo português*. Vitória: Edufes/ Lisboa: IICT, 2006, p. 25-72.

_____. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII”. *Tempo*, v. 14, n.27, 2009, p. 36-50. .

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. (c.1790- c.1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p.45-122.

_____. “Potentados Coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos”. in: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.) *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica” *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: 7 letras. 2002, p. 41-70.

_____. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial” In: ALMEIDA, Carla Maria

Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. P. 27-50.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Roteiro Lírico de Ouro Preto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

FRANCO, Isabel; AMARAL, Luís “Maioral” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.159.

_____. “Abegão” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p.98-99.

_____. “Eguariço” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 124.

FRANCO, Francisco de Assis de Carvalho. “Paulistas e Emboabas. Primeiros povoadores de Minas. Manuel Nunes Viana. Governo Pacificador”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 3, 1949, p. 63-185.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdias na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado.

FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1936.

_____. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olímpio, 1980.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1957.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. “Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco” In: Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado (orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa. Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume

_____. “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial” *Revista do Arquivo*

Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XLI, Jul-Dez, 2005.

_____. “Nobilitação dos homens de negócio no Ultramar português: Pombal e os contratadores dos diamantes” *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, 2011. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/Doc/p4-02.pdf>. Acesso: 30 de jun. 2014.

_____. “Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens” In: FERREIRA, L. G. *Erário Mineral*. Organização Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fapemig; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, s/p.

_____. “Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial”. *História da Historiografia*, n. 2, março de 2009, p. 116- 162.

GABURO, Vanderson Roderto Pedruzzi. *O sertão vai virar gente: sertão e identidade nacional em Afonso Arinos*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. Dissertação de Mestrado.

GADAMER, Hans-George. *Elogio da Teoria*. Tr. João T. Proença e Artur Mourão. Lisboa, Edições 70, 2001.

_____. *O Problema da Consciência Histórica*. Tr. Paulo. C. D Estrada. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

_____. *Acotaciones hermenêuticas*. Madrid, Trotta, 2002.

GANDELMAN, Luciana “O poder dos bens deste mundo: um exercício de indagação sobre o testamento seiscentista de João de Matos de Aguiar”, *Portas Adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI - XIX)*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial/Universidade de Valladolid; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 273-293.

GASPAR, José “Os portos fluviais do Tejo” *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v. 5, n. 10, 1970, p. 153-204.

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. “O Arraial de São Gonçalo do Tijuco: história, patrimônio e memória do distrito de Amarantina em Ouro Preto.” *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Uberlândia, v. 23,n. 1, 2010, p. 41-69.

GEERTZ, Clifford “Por uma teoria interpretativa da cultura”. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, s/d.

_____. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991.

_____. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. p. 47-63. .

GLEDHILL, Sabrina. “Manuel Querino: um pioneiro no combate ao ‘racismo científico’”. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.mrquerino.blogspot.com.br. Acesso: 17 de out. de 2012.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Editorial Arcádia, s/d.

GÓES, Carlos. *Histórias da Terra Mineira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Irmãos Pongetti, 1936

GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GOMES, Ângela de Castro “História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*.

GOMES, Flávio. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.81-106

GOMES, Maria do Carmo Andrade. “O batismo dos lugares: a toponímia no *Códice Costa Matoso*” *Varia História*, v. 21, 1999, p. 420-435.

GOMES, Rita Costa. *The making of a court society. Kings and nobles in late Medieval Portugal*. Cambridge: University of Cambridge, 2003.

GONÇALVES, Renata Kelly de Almeida “A escrita da História em Diogo de Vasconcelos” In: VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.) *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

GOODY, Jack & WATT, Ian. The consequences of Literacy. J. Goody (ed) *Literacy in Traditional Societies*. Cambridge Univ. Press, 1981 pp. 27-68

GOODY, Jack. *Domesticação do Pensamento Selvagem*. Lisboa, Editorial Presença, 1988.

GORENSTEIN, Lina. *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro (1790-1822)” *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 36, p. 297-330. 1998.

_____. “Dos poderes de Vila Rica de Ouro Preto” *Varia História*, n. 31, 2004, p. 120-140.

GROSSI, Ramon Fernandes. *O medo na capitania do ouro: relações de poder e imaginário sobrenatural no século XVIII*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.

GRUZINSKI, Serge. “Mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. *Topoi*, v. 2, 2001, p. 175-195.

HABERT, Angeluccia Bernardes “Chico Rei: quem é rei, sempre será; Chico por ser brasileiro e negro, depende do olhar histórico”. *Alceu*, v. 5, n. 10, 2005.

HANSEN, João Adolfo “Ler e ver: pressupostos da representação colonial”. *Veredas*. 3-1 (Porto, 2000) p. 75-90.

HANSEN, Patrícia Santos *Os primeiros livros infantis brasileiros: uma análise da literatura cívico-pedagógica de ficção*. Rio de Janeiro: MINC/Fundação Biblioteca Nacional/Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, Século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. “Conclusão”. In: _____. (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 362.

_____. “Revoltas e revoluções: a resistência das elites provinciais”. *Análise Social*. Vol. XXVIII (120), 1993 (1º), p. 81-103.

_____. “A Fazenda”. *História de Portugal*. V. 6. Lisboa, Ed. Estampa, s/d, p. 203-239.

_____. Porque é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa, ou o revisionismo nos trópicos. Disponível na internet: www.hespanha.net/papers/2005_porque-foi-portuguesa-a-expansao-portuguesa.PDF. Acesso: 02/05/2007.

_____. “Depois do Leviathan”. *Almanack braziliense*, n. 5, maio\2007, p. 55-62.

_____. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2012.

HEYWOOD, L. M. “De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”, in _____. (org.) *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 81-100.

HOBBSBAWN, Eric e outros. *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. “Minas e Metais Preciosos” In: ____ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. A Época Colonial (volume 2). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003,

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil, *Revista de História*, São Paulo, 50 (100): 257-3, out./dez, 1974.

JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A Sociedade das Aparências: Vila Rica (1789-1807)*. São João Del Rei/UFSJ, 2003. Monografia de especialização.

JULLIARD, Jacques “A política” in: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196

JÚNIOR, Augusto de Lima. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962.

_____. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1978.

KANTOR, Iris *Pacto Festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

_____. “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada” In: JANCÓS, Istvan; KANTOR, Íris (orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, p. 169-182.

_____. “Os Ramires doutras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América Portuguesa” *Almanack Braziliense*, n. 2, 2005, p. 35-41.

KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tr. L. V. B. Castelo Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.

_____. “La formación del concepto moderno de historia” *historia/Historia*. Madrid, Trotta, 2004, p. 27-106.

KRAUSE, Thiago Nascimento *Em Busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Niterói, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010. Dissertação de Mestrado.

_____. “De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações e estamentais na Bahia seiscentista” *Revista de História*, n. 170, 2014, p. 201-232.

KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Presença/ Martins Fontes. 1962.

LACET, Juliana Lemos. *Os Rituais de Morte nas Irmandades de Escravos e Libertos: Vila Rica, século XVIII*. Mariana: UFOP, 2003. Dissertação de Mestrado.

LANGE, Francisco Curt. *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, volume V, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, n. 12, 1995, p. 43-56.

_____. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa”, BICALHO, M. F. & FERLINI, V. L. A. (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

_____. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LASLETT, Peter *O Mundo Que Nós Perdemos*, Lisboa: Cosmos, 1975.

_____. “Characteristics of the Western Family Considered over Time”, *Journal of Family History*, 2 (2), 1977, p. 89-115.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, n. 20, 2006, p. 109-131.

LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: a usura na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

_____. “As mentalidades: uma história ambígua” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEITÃO, André de Oliveira. *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado. .

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. “Sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das Minas, e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram atualmente no Brasil” *RAPM*, v.1, 1896, p. 417-426.

LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.

LEMOS, Carmem Sílvia. *A Justiça Local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)* Dissertação de mestrado. FAFICH, UFMG, 2003.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000.

_____. “Usos da Biografia.”. In: Marieta de Moraes FERREIRA; Janaína AMADO. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 167-182.

LIBBY, Douglas Cole “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar” In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.) *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

LIMA, Carlos A. M. “Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850)” *Revista de Sociologia e Política*, nº 18, 2002, p. 131-152.

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira "Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII" *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 35, n. 1, 2005, p. 169-201.

LIMA, Henrique Espada, “Micro-história” in CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

LONDRES, Cecília “A invenção do Patrimônio e a memória nacional” in: Helena Bomeny (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

LOPES, Hélio. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LOPES, Maria Antónia. *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LOPES, Myriam Bahia; LIMA, Kleverson; VIEIRA, Luiz Alberto Sales. “Morro da Queimada: século XVIII”, Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: [www.morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro da Queimada seculo XVIII.pdf](http://www.morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf). Acesso: 13 de julho de 2012.

_____. “Morro da Queimada: século XIX”. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XIX.pdf>. Acesso: 30 de jun. 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.

MAIO, Marcos Chor “O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o ‘credo racial’”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, p. 115-128.

MARQUESE, Rafael Bivar “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos*, v. 74, 2006, p. 107-123.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreira Marques “Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais” *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, nº 46: p.415-442, jul/dez 2011.

MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Introdução” In: _____. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura.

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara, 2008.

MATA, Karina Paranhos da “Representação social e Riqueza nas Minas do Ouro: perfil dos proprietários de escravos na primeira metade do setecentos”. *Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 2006. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_119.pdf. Acesso: 02 de fev. de 2013.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: PPHS/IFCS/UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado.

_____. “No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII.” In: FRAGOSO, J. & ALMEIDA, C. & SAMPAIO, A. C. J.

de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222

_____. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

MATTOS, Odilon Nogueira de. “A Guerra dos Emboabas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 1, v. 1, p. 324-334.

MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa – a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 5º ed. 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

_____. *Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *O Nome e o Sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. *Rubro Veio: o Imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo. Ed. Topbooks, s/d, p. 105-151.

_____. “Uma Nova Lusitânia” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 1999, p. 71-102.

MELLO, José Soares de. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1929.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992.

MENEZES, Ivo Porto de. “Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2005.

_____. “Uma rebelião em Vila Rica”. *Estado de Minas*. 17 de setembro de 1970.

MENEZES, Joaquim Francisco de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975.

MENDES, Murilo. *Consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

MONTEIRO, John Manuel *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MONTEIRO, Maria Isabel Lopes. *Instrumentos e instrumentistas de sopro no século XVI português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de mestrado em Ciências Musicais.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

_____. “Camponês” In: MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) *História do Trabalho e das Ocupações*, v. III: A Agricultura, p. 22-24.

_____. “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*, vol. IV: O Antigo Regime (1620-1807). 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1998, p. 297-301.

_____. “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”. *Ler História*, n. 10, 1987, p. 15-51.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho – a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo, Hucitec, 2003.

MOORE, Barrington. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro/São Paulo: ed. Record, 1999.

MOTT, Luiz “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 110-38.

_____. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e calundu” in: NOVAIS, Fernando A. (dir.) SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1.

MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios” *RPHAN*, n. 22, 1987, p. 108-122.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

NATAL, Caion Meneguello “Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. *História Social*. Campinas, n. 13, 2007.

_____. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação de Mestrado

NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Niterói: PPGH-UFF, 1984. Dissertação de Mestrado.

_____. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais? *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 33, n. 2, p. 439-481, 1999.

_____. A catedral submersa ou a história no Brasil do terceiro milênio. *Revista da SBPH*. Curitiba, 13:93-100, 1997.

_____. De 1789 a 1798: Percursos da Francesia na Bahia. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto, Universidade Portucalense, 2001. pp. 337-46.

_____. “murmuração” In: Ronaldo Vainfas (Dir). *Dicionário Do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001; p.416-7.

_____. As Máximas do Marquês: moral e política na trajetória de Mariano José da Fonseca. VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (Orgs.). *Retratos do Império: Trajetórias Individuais no Mundo Português nos Séculos XVI a XIX*. 1 ed. Niterói, RJ: EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007, v. , p. 297-321.

_____. O reverso do milagre: ex-votos pintados e religiosidade em Angra dos Reis (RJ). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 7, n. 14, p. 27-50, 2003.

_____. Uma prática votiva popular no coração do Brasil? a propósito da coleção de ex-votos pintados de Congonhas do Campo, MG. *Anais da XVI reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica*, Curitiba, SBPH, 1996.

_____. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011.

NEVES, Raphael “Produzindo a liberdade e inventando a escravidão: esconderijos e fugitivos na Corte, 1809-1847”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

NOGUEIRA, Oracy “Preconceito Racial de Marca e Preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)” *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*. São Paulo, Anhembi, 1955.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, p. 7-28.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

_____. “Condições da privacidade na colônia” in: Novais, Fernando A. (dir.) SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1, p. 13-40.

OLIVAL, Fernanda *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)* Lisboa: Estar, 2001.

_____. “Mercês, serviços e circuitos documentais no Império Português” In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel (coord.) *O Domínio da Distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: História e Cartografia/Departamento de Ciências Humanas/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 59-70.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos”. *Topoi*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 60-115.

_____. “A Santa dos pretos: apropriações do culto de Santa Efigênia no Brasil colonial”, *Afro-Ásia*, v. 35, 2007, p. 237- 262.

OLIVEIRA, Gracinéa Imaculada “As cores do vestuário e a sociedade mineira setecentista” *Scripta Philologica*, v. 4, p. 298-315, 2008. Disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp21/07.pdf>. Acesso: 11 de jul. 2013.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne, *Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica, 1732-1800)*. Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2010, Dissertação de Mestrado.

_____. “A elite do Santíssimo de Vila Rica na segunda metade do século XVIII” *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: Dimensões do Poder em Minas*. Mariana, 2010. Disponível na internet. Endereço eletrônico: http://www.seminariojals.ufop.br/monalisa_pavonne_oliveira.pdf. Acesso: 08 de jul. 2013.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de “Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismo de escravos adultos da matriz do Pilar do Ouro Preto (1712-1750)”, *Anais do XI seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2004.

PAIVA, Eduardo França *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial” *Revista de História*, v. 133, 1995.

_____. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo”. In: PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla Maria J. *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver; Séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 198.

_____. “Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII”. *D’esclave à soldat. Miliciens et soldats d’origine servile, XIII –XX è mes si è cles*, EHESS & CERMA & U. de Paris VII, Paris, s/d. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemestitagemnonovomundo.pdf>

PAIVA, José Pedro (coord) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, v. 3.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70. 1986.

PAMPLONA, Marco Antonio. “A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, p 215-238.

PEIXOTO, Tatiana da Cunha. *Os Mandarins do Sertão: os criadores de gado do São Francisco 1650-1750*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um Mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-38)*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*. Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho. Tese de doutoramento em História, 2009.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro “Casamento, Concubinato e Ilegitimidade na Vila Setecentista de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Minas Gerais”. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, p. 21-47.

PEREIRA, Edimilson de Almeida & GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. *Ouro Preto da Palavra: narrativas de preceito do Congado em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre Cafres: vida e política do Conde de Assumar no ultramar, 1688-1756*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2009. Tese de Doutorado em História.

PEREIRA, Roberto. *A Formação do Balé Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese de Doutorado.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003..

POCOCK, J. G. A. O pensamento político no Atlântico de fala inglesa, 1760-1790. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, EDUSP, 2003, p. 323-369.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. São Paulo: Ed. Campus, 2000.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social” *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

PUFF, Flávio Rocha. *Os Pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716-1755)*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Dissertação de Mestrado, 2007.

QUERINO, Manuel. “O colono preto como fator da civilização brasileira”. *Afro-Ásia*, n. 13, 1980, p. 143-158.

RAMINELLI, Ronald. “Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista”, *Revista de História*, n. 169, 2013, p. 83-110.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942.

RAMOS, Donald. *A Social History of Ouro Preto: stresses of dynamic of urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University Of Florida, 1972.

_____. “Community, Control and Acculturation: A Case Study of Slavery in Eighteenth Century Brazil”. *The Americas*, Vol. 42, No. 4 (Apr., 1986), pp. 419-451.

_____. “Código Costa Matoso: reflexões”. *Varia História*, n. 21, 1999

_____. “A voz popular e a cultura popular no Brasil do século XVIII”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa. Estampa, 1995, p.137-155.

_____. “A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão” In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 142-162.

_____. “Do Minho a Minas” *RAPM*, v. 44, 2008, p. 132-153.

_____. “Teias sagradas e profanas. O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século de ouro”, *Varia História*, n. 31, 2004;

_____. “A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais: século XVIII”. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, ano 2, nº 1, p. 13-46.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. “Cristãos pretos no mundo colonial: irmandades de escravos e forros em Minas Gerais – Século XVIII”, *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, v. 7, nº 2, 2005, p. 77-92.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1967, 3 volumes.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2007. Dissertação de mestrado.

REIS, João José “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, v. 28, 1995-96, p. 14-39.

_____. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”, *Tempo*, v. 2, nº 3, 1996, p. 7-33.

REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos (orgs.) *Liberdade por um fio: uma história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIS, Liana Maria. “Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista”. *Varia História*, n. 31, Jan/2004 p. 184-206.

_____. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros. (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENGER, Friedrich “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”. *RAPM*, v. 42, 2006.p. 90-105.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global, 1986.

_____. “A disputa pela história: traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo”. *Varia História*, n. 20, Mar/1999, p. 60-77.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

REZENDE, Angélica. *Lembrando Ouro Preto e Aleijadinho*. Ouro Preto: 1965.

REZENDE, Dejanira Ferreira de “Exploração do ouro nos morros das Minas Gerais: uma abordagem a partir das relações conflituosas que marcaram o convívio daqueles que ali atuaram”. *Dimensões do poder na história. Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*. Ouro Preto: EDUFOP, 2013, p. 1-11.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2015

REZENDE, Rodrigo Castro. *Nossas Áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: PPGH/IFCH/UFMG, 2006. Dissertação de Mestrado.

RIGUI, Roberto. “As colinas de Vila Rica de Ouro Preto” LOBO, Manuel Leal da Costa; JÚNIOR, José Geraldo Simões. (orgs.) *Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa, IST press, 2012, p. 201-54.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*; tradução Assef Kfourri. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

_____. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado.

_____. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de Mestrado.

_____. *Escravos, índios e soldados: povo, política e revoltas na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico: relativo à antiga construção civil no Brasil*. Fasc. IV São Paulo: Livraria Martins, s/d.

RODRIGUES, Raimundo de Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas/Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROMEIRO, Adriana. *Um Visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001.

_____. “O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas”. In: István JANCSÓ e Íris KANTOR (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2000, v. 1, p. 301-309.

_____. “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p 529-548.

_____. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. “A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba” *Tempo*, v. 15, n. 29, 2010, p. 167-188.

RUSEN, Jorn. “A história entre a modernidade e a pós-modernidade”. *História: Questões e Debates*. Curitiba, 14 (26/27): 80-101, 1997.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750” In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2.

_____. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. “Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural” *Revista de História*, ano 28, volume 55, São Paulo, 1977;

_____. “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*.” *Varia Historia*, v. 21, 1999, p. 100-118;

_____. “Através de um prisma africano: um nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, nº 12, 2001, p. 11-50.

SÁ, Isabel dos Guimarães. “Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas”, In: MOREDA, Vicente Pérez (org.) *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica: do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*. Lisboa: Biblioteca das Ciências do Homem/Aforamentos, s/d.

_____. “O trabalho” in: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, v. I: O Século XVIII, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005,

SAIA, Luís. *A Casa Bandeirista – uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1995.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. “Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas” In: FRAGOSO, J; GUEDES, R; SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.) *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 45-66;

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANDRONI, Carlos. “Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas de 1938” *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 28, 1999, p. 61-72.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As festas promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de mestrado, 2001.

SANTOS, Fábio L. M. dos. *Entre honras, heróis e covardes: invasões francesas e disputas político-militares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Lincoln Marques dos. *O “Saber Mandar com Modo” na América: a experiência administrativa de d. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1727)*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos & SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. “Motivação toponímica da Comarca do Serro do Frio: estudos dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da capitania de Minas Gerais”. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a academia SPHAN”. *RPHAN*, n. 24, 1996, p. 77- 95.

SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Iphan, 2008.

_____. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de

Janeiro: Livraria Kosmos/Erich Eichner, 1951.

SANTOS, Raphael Freitas “Transito material e práticas creditícias na América Portuguesa – Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, século XVIII”, *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003, p. 579. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Tr%C3%A2nsito-material-e-pr%C3%A1ticas-credit%C3%ADcias-na-Am%C3%A9rica-Portuguesa-Comarca-do-Rio-das-Velhas-Minas-Gerais-sXVIII-Raphael-Freitas-Santos.pdf>. Acesso: 28/05/2013.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Negro nas terras do ouro. Cotidiano e solidariedade. Século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. “Resenha de *Animismo Fetichista dos Negros Baianos*”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2007, v. 50, nº 2, p. 881-886.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-88.

_____. “A Formação de uma identidade colonial no Brasil”. *Da América portuguesa ao Brasil – Estudos Históricos*. Lisboa: Difel, 2004, p. 217-271.

_____. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1690-1751*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1979.

SENNA, Nelson de “Toponymia geographica de origem brasilico - indígena em Minas Geraes”, *RAPM*, v. 20, 1924.

SERRÃO, José Vicente “O Quadro Econômico” In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. O Antigo Regime. Coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, p. 67-109.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

_____. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, v. 12, 1991-1992, p. 48-67.

_____. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas” *Revista de História da Artes e Arqueologia*, n. 2, 1995/96, p. 271-310.

SILVA, Álvaro Ferreira da “Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras 1763-1810”. *Análise Social*, v. 23, n. 97, 1987, p. 531-562.

SILVA, Antônio Carlos Rodrigues. *A influência das atividades econômicas no traçado e na forma urbana da cidade brasileira entre 1741 e 1912: o caso das cidades de Ouro Preto, Santos e Manaus*. Porto, Faculdade de Engenharia Civil, Universidade do Porto, 2013. Tese de Doutorado.

SILVA, Célia Nonata da “Homens Valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas”. *Vária História*, n. 24, p. 75-89, 2001;

_____. “Autoridade Mestiça: Territórios de Mando no sertão do São Francisco.” *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 2009.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2007.

SILVA, Fernando Fernandes da. “Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, 2002, p. 129-137.

SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Prefeitura do Recife, 2001.

SILVA, Lázaro Francisco da “Conjuração Negra em Minas Gerais”. *Revista do IFAC*, v. 2, 1995, p. 68-78.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo, Cultrix, 1976.

_____. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: editora UNESP, 2005.

_____. “A Coroa e a remuneração dos vassalos” In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (orgs.) *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p. 191-220.

SILVA, Rodrigo Machado da *Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Programa de Pós-Graduação em História, 2013. Dissertação de Mestrado.

_____. “Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais” *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 5, 2010

SILVA, Rubens Alves da. “Chico Rei Congo do Brasil” In: Vagner Gonçalves da SILVA (org.). *Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto. – Estado e sociedade nas minas*

setecentistas (1735-1808). São Paulo, ed. Hucitec, 1997.

_____. *Fama Publica: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. Tese de Doutorado.

_____. “Guerra de Usurpação, Guerra de guerrilhas: conquista e soberania nas minas setecentistas” *Varia História*, n. 25, Jul/2001, p. 123-143.

SKINNER, Quentim. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tr. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

_____. *A Liberdade antes do Liberalismo*. Tr. Raul Fiker. São Paulo. Ed. UNESP, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Teresa Luso “O crime de lesa-majestade humana na legislação portuguesa”. *Jurismat*, Portimão, n.º 3, 2013, pp. 167-184.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos .e “Joias, retratos e a iconografia das elites portuguesas de oitocentos”, *Revista de História da Arte*, nº 5, 2008, p. 259-71.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no Setecentos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2ª edição, 1986;

_____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

_____. “O público e o privado no Império Português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, Conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, Marques de Alorna e Vice-Rei da Índia.”. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 7, n. 13, jul. 2002.

_____. “Os ricos, os pobres e a revolta nas minas do século XVIII (1707-1789)”. *Análise & Conjuntura: Inconfidência Mineira/ Revolução Francesa: Bicentenário 1789/1989*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3- Mai/Dez, 1989. p. 31-36.

_____. “Motins, Revoltas e Revoluções na América Portuguesa: Séculos XVII-XVIII” *História General de la América Latina*, UNESCO, v. IV, cap. 17, s/d?.

_____. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII” in: Adauto Novaes (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 347-366

_____. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações” in: Novais, Fernando A. (dir.) SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1, p. 41-81.

_____. “Coartação – problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII”. In: Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 275-295.

_____. *Norma e Conflito: Aspectos da História Mineira no século XVIII*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006

_____. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. “A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII” In: Jose Mattoso (dir.) *História da vida privada em Portugal – A Idade Moderna* (Coord. Nuno Gonçalo Monteiro). Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 300-332.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STUMPF, Roberta Giannubilo *Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado.

STUMPF, Roberta “Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII” In: Roberta Stumpf & Nandini Chaturdevula (orgs.) *Cargos e ofícios na monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade de Lisboa; Universidade dos Açores, 2012, p. 279-298.

SWEEZY, Paul e outros. *Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: 1977.

SZOLTYSEK, Mikołaj “Life-Cycle Service and Family Systems in the Rural Countryside: a lesson from historical East-Central Europe”, *Annales de démographie Historique*, n. 1, 2009, p. 53-94.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.

TÁVORA, Maria José; COBRA, Rubem Queiroz. *Um comerciante no século XVIII: Domingos Rodrigues Cobra, procurador do Conde de Assumar*. Brasília, Athalaia, 1999.

TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos de cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

_____. “Folclore, Antropologia e História Social”. *As peculiaridades dos Ingleses e*

outros artigos. Tr. Antonio Luigi Negro. Campinas, Ed. Unicamp, s/d, p.227-67.

THOMSON, Alistar; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TRINDADE, Elna Maria Andersen “Palácio e residência dos governadores da capitania do Grão-Pará e Maranhão. O projecto de Landi” In: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *Artistas e Artífices: e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 143-164.

TÚLIO, Paula Regina Albertini. *Falsários D’el Rei: Inácio de Sousa Ferreira e a Casa de Moeda Falsa do Paraopeba (1730-1734)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF, Niterói, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. “História da Vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”, *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, 1996, p. 9-27.

VASCONCELOS, Agripa. *Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Ouro Preto: Beltrão & Cia, 1901.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. *A Arte em Ouro Preto*. Edições da Academia Mineira, 1934.

_____. “As Obras de Arte” In: *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 143-191.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. “Minas e quintos de ouro”. *RAPM*, v. 6, 1901, p. 855-965.

VASCONCELOS, Salomão de. *O Palácio de Assumar*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1937.

_____. “Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712”. *RIPHAN*, n. 12, 1955 p. 171-232.

_____. “Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto”. *RIPHAN*, n. 5, 1941, p. 241-257.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956.

_____. *Mineiridades: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897.

VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”. *Mana*, 12 (1), 2006, p. 237-248.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725”. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILLARI, Rosário “Revoluciones periféricas y declive de la Monarquía Española” J. H. Elliott (org.) *1640: La Monarquía Hispánica en Crise*. Barcelona, Centre D’estudis D’história moderna Pierre Vilar, Editorial Crítica, 2002, p. 169-182.

XAVIER Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.) *História de Portugal*. V. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 121-155.

_____. “As redes clientelares”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.) *História de Portugal*. V. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 381-392.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da Casa Bandeirista*. São Paulo: USP/Museu de Arqueologia e Etnologia/Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2005, Tese de Doutorado.